

2013

P
Público +

Reportagem - p3 a 238

Cultura - p239 a 321

Ciência/Ambiente - p322 a 326

Multimédia - p327

2013

P⁺
Público

Reportagem - p3 a 238

Cultura - p239 a 321

Ciência/Ambiente - p322 a 326

Multimédia - p327



ALFREDO CUNHA:
QUATRO DÉCADAS A VER
E A DAR A VER PORTUGAL
FOTOJORNALISMO



O RAPAZ QUE LEVOU
ORSON WELLES
A COMER MARISCO
ANTÓNIO DAMÁSIO

ADRIANO MIRANDA

publico.pt
P

Temporal causa destruição de norte a sul

Um morto, 20 feridos, árvores derrubadas, aviões desviados e comboios parados **Portugal, 16/17**



O cargueiro Merle, de 84 metros, encalhou em São Jacinto e os seis tripulantes foram resgatados pela Marinha

Ruben Faria torna-se o melhor português de sempre no Dakar

O piloto da KTM ajudou Cyril Despres a chegar ao título nas motos e terminou no segundo lugar. Stéphane Peterhansel conseguiu a 11.ª vitória da carreira na mítica prova de todo-o-terreno p46

AMÍLCAR CABRAL
40 ANOS DEPOIS
O HOMEM PARA QUEM
A INDEPENDÊNCIA ERA
MAIS DO QUE UM HINO E
UMA BANDEIRA

Destaque, 4 a 11



Crise de refêns na Argélia acaba em banho de sangue

Assalto final das autoridades ao complexo de In Amenas terminou com a morte de sete refêns e 11 militantes. Grupo islamista diz que não vai ficar por aqui e ameaça empresas estrangeiras p24/25

PUBLICIDADE

JOGOS SANTA CASA

**A NOSSA
SORTE
É UMA BOA
NOTÍCIA**

lotaria clássica

AMÍLCAR CABRAL, 40 ANOS DEPOIS



FOTOS: CORTESIA FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES

Graças a ele, outros sonharam

Amílcar Cabral, assassinado há 40 anos em Conacri, uniu dois países numa mesma luta de libertação. Respeitado até pelos inimigos, o seu ideal só em parte se realizou. Quem o conheceu recorda uma figura cujo pensamento ultrapassou as fronteiras da Guiné-Bissau e Cabo Verde

Ana Dias Cordeiro
e João Manuel Rocha

Na noite de 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral é surpreendido por três homens armados do PAIGC, quando chega a casa, nas instalações do partido em Conacri. Vem de um jantar na embaixada da Polónia na Guiné-Conacri, acompanhado apenas da mulher, sem guarda-costas. Ana Maria Cabral fica dentro do carro. Ele sai, propõe conversar, aproximar divergências. Sabia do crescente descontentamento no partido. Recusa ser levado. Diz que prefere morrer a ser amarrado.

É atingido em dois momentos. Morrer era uma das condições da guerra para todos os combatentes. No caso de Amílcar Cabral, 48 anos, era mais do que isso. Ele era um alvo especial, pelo alcance do seu pensamento e da sua acção, que trans-

cendia a luta pela independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

A guerra, iniciada dez anos antes com o ataque ao quartel de Tite, deixava um rasto de destruição e morte. Com os apoios do exterior e a mobilização da população, porém, a Guiné já via ao fundo a luz da independência. Grande parte do país - metade ou dois terços, consoante as fontes - estava sob domínio do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado oficialmente em 1956 por Amílcar Cabral. Cada passo da proclamação do Estado independente da Guiné-Bissau, que virá a ser feita em Setembro de 1973, tinha sido pensado e estava preparado por Amílcar Cabral.

Diferentes teorias publicadas em livro não produziram uma verdade única sobre a autoria moral da morte. Cruzam desinteligências no PAIGC com um plano da PIDE, polícia política portuguesa, ou interesses de sectores na Guiné-Conacri.



Ver mais em
www.publico.pt

O Presidente Sékou Touré, desse país, onde estava baseado o movimento, viria a falar mais tarde, nas cerimónias fúnebres, na “imortalidade de Cabral”. António de Spínola, comandante das forças portuguesas na Guiné, disse ao *Diário de Lisboa*, do seu inimigo no terreno militar, que “era um homem inteligente e sobretudo um político hábil”, mas que se encontrava “vinculado a interesses estranhos aos do povo da Guiné”. Spínola, soube-se mais tarde, tinha sido proibido no ano anterior, por Marcelo Caetano, chefe do Governo português, de explorar a via negocial.

“Era o centro de tudo”

“Ele morreu no momento mais importante da sua vida e da vida do povo”, diz o realizador guineense Flora Gomes, que o conheceu adolescente, no I Congresso do PAIGC, em Cassacá em 1964. Foi uma grande perda, diz, e um dos momentos mais duros da guerra para muitos combatentes. Sem ele, embora se tenha prolongado por alguns anos, até ao golpe de Nino Vieira, em 1980, o projecto de união de dois povos e dois países começa a ruir.

“Ele era o centro de tudo”, diz Olívio Pires, que foi comandante da Frente Sul, entre 1969 e 1971, antes de representar o PAIGC no exterior. “Era o estratega, o diplomata, o fundador, o ideólogo. Era o cérebro do partido, uma pessoa extraordinária que ultrapassou as fronteiras da Guiné e Cabo Verde.”

Mário Pádua, médico português que se ofereceu para ajudar o PAIGC nas zonas libertadas e em Conacri, conheceu bem Amílcar Cabral e lembra-se de, no dia em que soube da sua morte, pensar na falta que ele faria depois da independência. “E fez”, como diz Pádua, autor do livro *No Percurso de Guerras Coloniais - 1961-1969* (Edições Avante, 2011). Cabo Verde é hoje apontado como um caso exemplar em África, mas a Guiné vive há décadas dilacerada pela violência e o domínio do poder dos militares.

“Até agora, o país pelo qual ele deu a vida ainda não percebeu a grandeza desse homem. Mas acredito que a Guiné-Bissau vai encontrar o caminho certo, um dia, porque é uma maneira de homenagear a memória de Cabral”, diz Flora Gomes.

O líder do PAIGC foi fundamental na unificação da luta independentista e na convergência de vontades. Julião Soares Sousa, autor de *Amílcar Cabral - Vida e Morte de Um Revolu-*

cionário Africano (Nova Vega, 2011), identificou uma dezena de grupos defensores da libertação colonial na Guiné e três ou quatro em Cabo Verde que não queriam ligação aos guineenses. “Ele ficará na história por causa desse projecto binacional”, mas também pela participação em “todas as movimentações para a criação de movimentos unitários” africanos, afirma o historiador.

Cabral conseguiu, ainda que por pouco tempo, fazer chegar mais longe do que outros a ideia pan-africanista de unidade entre Estados que anulasse as fronteiras herdadas do colonialismo e lhes desse maior capacidade de afirmação política e económica, nota o jornalista Carlos Veiga Pereira, amigo do líder africano em Portugal e no exílio.

Filho de cabo-verdianos, nascido em 1924 em Bafatá, na Guiné, uniu os dois países para uma mesma luta de libertação nacional - uma realidade com que sonhou. O conhecimento que tinha de África não era “apenas teórico e político, mas das populações”, nota Veiga Pereira, que lembra a actividade profissional de Cabral como agrónomo na Guiné, onde viveu até aos oito anos, antes de se mudar para Cabo Verde, e depois apenas três anos nos anos 1950.

O recenseamento agrícola e projectos de agronomia que desenvolveu foram-lhe particularmente úteis para conhecer a realidade do país.

Veiga Pereira salienta a importância do líder do PAIGC na “dinamização e definição dos movimentos de independência” - o que lhe dá uma “ projecção maior do que a Guiné”. “É o Amílcar que nos vem esclarecer, ao nos mostrar que todos éramos colonizados (...), fôssemos guineenses, cabo-verdianos, angolanos ou moçambicanos”, disse Aristides Pereira, sucessor de Cabral na liderança do PAIGC e primeiro Presidente de Cabo Verde, em *Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História* (Spleen Edições, 2012), livro-entrevista do jornalista José Vicente Lopes.

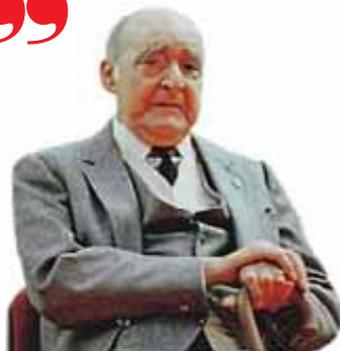
Uma cultura vasta

Frente a estudantes da escola-piloto que Cabral criara em Conacri, o dirigente nacionalista angolano Mário Pinto de Andrade prestaria tributo póstumo ao líder do PAIGC: “Quando a morte nos surpreender (...), lembrem-se que a geração de Cabral não viveu inutilmente.”

O líder africano recusava as críticas dos que apontavam que quem comandava, dentro do movimento que unia os dois países, eram os ca-

“Era um homem inteligente e sobretudo um político hábil”

António de Spínola
comandante militar na Guiné em 1973



bo-verdianos. “Nalgumas pessoas, havia esse espírito. Mas ele esmagava isso, não aceitava, fazia-lhes ver que a luta era pelos dois países que constituíam uma unidade. Ele queria de facto fazer bem àquele povo”, diz Mário Pádua.

“Tudo na cabeça dele” estava virado para o “desenvolvimento da Guiné, para a tornar um país desenvolvido”, recorda Clara Schwarz, amiga de Amílcar e da sua primeira mulher, Maria Helena Vilhena. Era uma pessoa “fora do vulgar”, recorda a antiga professora de Português e Francês, que conviveu com o casal durante os três anos que permaneceram na Guiné, nos anos 1950, e chegou a ajudar o Cabral agrónomo na tradução de textos para apresentar numa conferência no Senegal. “É raro encontrar uma pessoa tão completa.”

Bem-humorado, inteligente, falador, embora discreto e reservado so-

bre a sua vida e sobre a sua acção política é como o recorda Veiga Pereira, que descreve Cabral como alguém de “cultura muito vasta” e com “grande preocupação e clareza a explicar os assuntos”.

Julião Soares Sousa, que estudou o percurso pessoal e político do dirigente independentista, destaca a “inteligência” e “grande capacidade” para contornar adversidades, a “clarividência com que lidou com o processo revolucionário na Guiné-Bissau e Cabo Verde” e a “consistência que conseguiu imprimir ao processo revolucionário”. Mas também “a maneira como soube habilmente usar a propaganda”.

“Fico surpreendido pela forma como conseguiu adaptar-se às circunstâncias”, disse Julião Sousa, que se doutorou na Universidade de Coimbra com uma tese sobre o líder do PAIGC. Um exemplo? “A →

PUBLICIDADE

Conhece um automóvel que ande sem gastar combustível?



Se não conhece um automóvel com tecnologia tão avançada que ande sem consumir combustível, conheça um sistema telefónico sem custos de consumo de tráfego de chamadas. Tenha grandes economias mensais, por fazer chamadas dos telemóveis e telefones fixos, sem custos para as redes fixas e móveis de Portugal e de todo o Mundo. Tudo isto sem encargo com mensalidade de aluguer com a linha. Tenha uma licença gratuita, usando a avançada tecnologia UCoIP - Comunicações Unificadas sobre IP, combinada com RDIS sobre Banda Larga.

A BELTRÓNICA
SISTEMAS DE SISTEMAS TELEFONICOS DIGITAIS

* Compatível com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.

Informe-se já:

Serviço de Atendimento a Clientes
308 802 470
Número Nacional/Chamada Local



AMÍLCAR CABRAL, 40 ANOS DEPOIS

Amílcar Cabral com jovens treinados na China

Com Fidel Castro, na Conferência Tricontinental em 1966

→ guerra avançou muito rapidamente de 1963 a 1967, mas depois há um impasse. Aí ele procura obter um estatuto jurídico internacional para a Guiné-Bissau [que permitirá ao país ser reconhecido].”

Amílcar Cabral tem clara a noção da importância da frente diplomática. “Uma luta do género da nossa tem que fazer-se também fora da nossa terra, tanto contra os inimigos como junto dos amigos, para conseguir os meios necessários”, declarou num seminário de quadros do partido, em 1969.

Desdobrou-se em viagens em busca de apoios. Conseguiu ajuda política, militar, financeira ou humanitária junto de países de distintas orientações além dos africanos. O primeiro auxílio em armas chegou de Marrocos. Mais tarde, será a União Soviética a dar o principal apoio militar. “Cabral costumava dizer: devemos ser realistas, porque não estamos sozinhos no mundo, mas mantendo a nossa independência de pensamento”, lembra Olívio Piões. Para Amílcar Cabral, “ter ideologia não era ser comunista, socialista, ou mesmo capitalista”, recordou Aristides Pereira no livro de José Vicente Lopes.

O dirigente africano era visto por diplomatas ocidentais como “chefe popular, independente, cuja causa é inquestionável”, escreveu, em 1972, Larry Heinzerling, jornalista da Associated Press, que visitou áreas que o PAIGC reclamava como libertadas e definiu Cabral como um dos “pensadores políticos e estratégias militares mais originais da África negra”. Por ocasião do assassinio, considerou que, “apesar da sua visão marxista e da sua forte dependência do auxílio militar soviético, não era um fantoche soviético”.

Apoiado primeiro pela China, depois pela União Soviética e por Cuba, mas também por organizações de solidariedade e governos de países ocidentais - Suécia, Noruega ou Finlândia -, como pode Cabral ser definido ideologicamente? “Ele situa-se num campo de esquerda nessa altura representado pelo movimento dos não-alinhados e depois por Cuba e por movimentos terceiro-mundistas”, afirma Veiga Pereira.

“[Cabral] Manteve sempre independência relativamente ao movimento comunista internacional e consciência de que o alinhamento relativamente aos Estados Unidos ou à União Soviética em África era contraproducente em grande parte, porque desviava das realidades afri-

FOTOS: CORTESIA FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES



canas para problemas exteriores”, reforça Veiga Pereira, que iniciou em finais dos anos 1940 uma amizade com Cabral que se prolongaria até à sua morte.

Julião Soares Sousa atribuiu a Cabral um “pensamento marxista completamente virado para a realidade africana”.

Piero Gleijeses, professor da Universidade John Hopkins e autor de vários livros, entre os quais *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa 1959-1976*, (University of North Carolina Press, 2002), vê-o de modo semelhante. “Era influenciado pelo marxismo, mas não era um marxista. Ulises Estrada, um oficial dos serviços secretos cubanos, que o conhecia, define bem Cabral: ‘Era um líder progressista com uma visão acertada dos problemas africanos.’ A sua inteligência e o seu pragmatismo impressionavam mesmo muitos dos seus inimigos, incluindo responsáveis norte-americanos”, disse por email ao PÚBLICO.

Marcos importantes da sua afirmação internacional são a audiên-

cia com o Papa Paulo VI em 1970 - com os dirigentes nacionalistas Agostinho Neto, de Angola, e Marcelino dos Santos, de Moçambique - e as suas intervenções nas Nações Unidas. Representantes da organização visitam zonas libertadas. Cabral prepara o caminho para o reconhecimento por vários países do Estado independente da Guiné-Bissau, antes do 25 de Abril.

Num discurso que faz na Conferência Tricontinental [em Havana em 1966], olha para o futuro. Fala sobre o imperialismo - “expressão mundial da procura gananciosa” - e considera que, sem uma estratégia para o período pós-revolucionário, os movimentos independentistas estariam a lutar contra o imperialismo, mas não a favor da libertação nacional.

“Para ele, o motor da História teria de ser a luta contra a dominação imperialista e não a luta de classes. Este seu discurso teve muito eco fora das paredes da Tricontinental e contribuiu bastante para a sua projecção”, recorda Olívio Pires. “Amílcar defendia que os povos africanos deviam lutar por mais do que uma bandeira, mais do que um hino. Tinha de ser eles a conduzir o seu próprio destino.”

O militante do PAIGC e amigo do líder realça dois dos princípios da acção de Cabral: a independência ideológica e a unidade africana. Como qualidade, salienta a confiança que transmite às tropas não apenas na luta, mas na certeza da vitória: “Ele sabia levantar o moral das pessoas, fazer com que confiassem no futuro, na mudança do nosso modo de viver.”

Também Mário Pádua frisa “o ascendente muito grande que tinha sobre as suas tropas”. “Consegui que aquela luta fosse exemplar em África e talvez no mundo. Ele não permitia que se cometessem determinados actos que infelizmente nalgumas guerras são frequentes. Não quer dizer que não acontecessem, mas não se podiam passar com o consentimento ou conhecimento dele.”

António Tomás, investigador angolano e autor de *O Fazedor de Utopias - Uma Biografia de Amílcar Cabral* (Tinta-da-China, 2007), nota que “o conflito armado nem sempre foi limpo”. E recorda o episódio do assassinio violento de três maiores envolvidos numa campanha de aliciamento de elementos do PAIGC em 1970, sobre o qual mais tarde Cabral se pronunciaria do seguinte modo: “Os colonialistas sofreram mais uma derrota vergonhosa: os nossos he-

róicos combatentes liquidaram os maiores e outros oficiais e soldados que pensavam que podiam comprarnos.” O radicalismo de Cabral existe por oposição ao radicalismo do colonialismo, “que insistia nos seus propósitos, mesmo quando as outras potências descolonizavam”, nota António Tomás.

Ao lado de Senghor e Césaire

“Ele sabia bem o que queria para a Guiné e Cabo Verde e tinha uma ideia mais alargada para África avançar. Para ele tinha de haver uma unidade africana forte”, diz a filha Iva Cabral, historiadora. “Foi um dos dirigentes africanos a ter uma visão clara, uma teoria sobre a qual escreveu.”

Os seus textos figuram nas antologias de Estudos Pós-Coloniais ao lado dos poetas e escritores como Léopold Senghor (também Presidente do Senegal), Aimé Césaire ou Frantz Fanon. “Amílcar aparece como uma das grandes figuras do pensamento anticolonial, uma pessoa que pensa a cultura para a libertação nacional. É um autor que devia e podia ser recuperado”, diz Manuela Ribeiro Sanches, especialista em Estudos Pós-Coloniais e professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

A académica refere as edições de textos de Cabral na revista *Seara Nova* ou a edição mais recente do livro *Documentário* (Cotovia, 2008). E diz que, também “por constituírem uma fonte de compreensão para a nossa contemporaneidade”, os seus escritos deviam ser reeditados.

“Ele não é só um herói da libertação e estratégia política, um diplomata, mas também um teórico do pensamento nacionalista”, realça Manuela Ribeiro Sanches, que acrescenta: o nome dele é citado nos cursos de Estudos Pós-Coloniais em universidades dos Estados Unidos e Reino Unido.

António Tomás aponta também a sua importância para a discussão das questões raciais no mundo. “O seu nacionalismo entronca-se nas chamadas ‘questões da raça’, cujos debates se iniciam no princípio do século por intelectuais negros dos Estados Unidos e Caraíbas, como William DuBois e Marcus Garvey, e ganha legitimidade no quadro das aspirações à independência dos países do Terceiro Mundo”, escreve na biografia.

O jornalista Veiga Pereira conserva na memória o último encontro em Paris, no início dos anos 1970, em que sentiu em Amílcar Cabral alguma

“

O mundo está falido dos homens da dimensão de Amílcar Cabral

Flora Gomes
cineasta

”

apreensão. Paradoxalmente, face à situação militar favorável, ao crescente reconhecimento internacional da luta dos movimentos de libertação e à progressiva oposição à guerra em Portugal, notou nele preocupação. Preocupação com a “crescente dificuldade” na realização dos seus ideais devido às dificuldades que se colocavam aos países africanos e aos movimentos do Terceiro Mundo.

Visionário e intelectual com projecção internacional, fundador de uma luta exemplar em África e talvez no mundo, é um líder de personalidade forte e respeitado. É esse o retrato que dele faz quem o conheceu. Ele via-se de modo diferente: “Sou um simples africano, cumprindo o meu dever no meu próprio país, no contexto do nosso tempo.”

Presentiu a importância da cultura e do cinema para a libertação e das mulheres na luta. “Falava sempre

no plural, dizia ‘as nossas crianças, as nossas escolas, os nossos hospitais’, o que mostrava a grandeza da sua pessoa”, diz Flora Gomes. Era “um fazedor de utopias”, como lhe chamou António Tomás na biografia, “um sonhador como todos os grandes homens que deixam a sua marca na História e que lutam pelo sonho”, descreve Iva Cabral.

“O mundo está falido dos homens da dimensão de Amílcar Cabral. Tivemos um passado muito bonito e isso foi graças a ele”, diz Flora Gomes. Graças a ele, outros sonham.

Os textos sobre os 40 anos da morte de Amílcar Cabral são financiados no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



PUBLICIDADE

JOGOS SANTACASA

TORNE-SE APANHADOR DE SOL SEMI-PROFISSIONAL

JOGUE NA RASPADINHA SUPER PÉ-DE-MEIA E HABILITE-SE A 2.000€/MÊS DURANTE 12 ANOS

RASPADINHA SUPER PÉ-DE-MEIA

Um jogo rápido e divertido que dá prémios instantâneos e que agora vai dar também a possibilidade de ganhar €2.000 por mês durante 12 anos. Um complemento extra que não só pode aumentar o seu pé-de-meia, como ainda pode transformar a sua vida, tornando-a mais simples.

raspadinha
Está sempre a dar

REVOLUÇÃO PORTUÁRIA



MIGUEL MADEIRA

Açores querem fazer da Terceira a Singapura do Atlântico

O conceito foi apresentado a empresários norte-americanos que estiveram em Portugal para aferir oportunidades de negócio no rescaldo da redução da presença militar nas Lajes. E será um passo de monta na revolução portuária em curso

Nuno Sá Lourenço

O conceito tem vindo a ser defendido junto das mais variadas entidades internacionais nos últimos meses. Fazer da ilha Terceira a Singapura do Atlântico, um entreposto de transporte marítimo entre os dois lados do Atlântico. Até agora não há garantias de que o projecto avance nos próximos tempos, mas nos últimos dias foi o Governo regional dos Açores a tomar a iniciativa que chegou mesmo a ser apresentada a norte-americanos no âmbito das consultas bilaterais a propósito das contrapartidas pela redução do efectivo militar nas Lajes e o seu impacto na economia da região autónoma.

Foi Sandro Paim, presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, quem defendeu no início de Fevereiro a ideia perante o grupo de investidores norte-americanos (BENS

– Business Executives for National Security) que viajou até Portugal para aferir das oportunidades de negócio nos Açores. Criar, segundo Sandro Paim, um “hub no já existente porto oceânico da Praia da Vitória para receber e enviar mercadorias entre os dois continentes”.

Esse foi um dos dois projectos que Sandro Paim apresentou aos empresários norte-americanos como oportunidades de negócio. Seria uma forma de “potenciar o comércio transatlântico defendido no discurso do Estado da União do Presidente Obama”, defendeu Sandro Paim ao PÚBLICO. Poucos dias depois, a 16 de Fevereiro, o conceito voltou a ser defendido perante um alto responsável das Forças Armadas norte-americanas. O general William Fraser, que lidera o Comando de Transportes do Departamento de Defesa dos EUA e que estava em trânsito dos EUA para a Europa, aterrou nas Lajes para perceber o negócio e avaliar a →

REVOLUÇÃO PORTUÁRIA

viabilidade da solução. Ao que o PÚBLICO apurou, chegou a debater-se a possibilidade de os militares norte-americanos poderem vir a utilizar o porto açoriano no fornecimento das bases americanas na Europa.

A semana passada foi a vez de Vítor Fraga, secretário regional do Turismo e Transportes, transmitir à Comissária Europeia dos Assuntos Marítimos e das Pescas, Maria Damanaki, a intenção do Governo dos Açores em criar no arquipélago um *hub* atlântico que potencie a distribuição de carga de e para a Europa. Um projecto incluído no plano integrado de transportes que o governo regional pretende lançar durante o ano de 2013.

A comissária europeia elogiou o projecto. “É uma grande ideia e um grande projecto que precisa de muito trabalho para a sua concretização, mas penso que é uma ideia interessante, pois os Açores têm muitas vantagens naturais tendo em conta a sua posição geográfica e também em termos de recursos”, afirmou Maria Damanaki.

Para Paim, o objectivo é fazer da Terceira um “centro de um sistema de transportes e distribuição no Atlântico Norte”, através de “um projecto inédito e inovador na forma como explora o sistema de transportes”. O inédito está no facto do projecto pretender aplicar um modelo que tem sido mais utilizado no transporte aéreo — o denominado *hub and spoke*, em que se cria um sistema de ligações delineado como a roda de uma bicicleta em que o tráfego se desloca dos raios até ao centro. Os Açores transformar-se-iam no entreposto do comércio marítimo entre a Europa e a América do Norte.

Paim acredita mesmo que o conceito pode vir a revelar-se “complementar” aos planos do Governo português para Sines. “Com maior disponibilidade de frequência de ligações e menor tempo de transporte, este modelo vem permitir a dinamização de portos de média dimensão na Europa e na América do Norte, mas também potenciando a conectividade de portos do Atlântico Sul, especialmente no Brasil e na costa Atlântica africana, que passam a poder oferecer serviços de conectividade actualmente só disponibilizados apenas nos grandes portos, como Roterdão, Nova Iorque, ou Santos, no Brasil”, defende.

O volume de negócios esperado, na eventualidade de o projecto avançar, seria de 150 milhões de euros “considerando apenas a ac-



FOTOS: MIGUEL MADEIRA



Na primeira foto, ao fundo, o lugar onde se prevê que avance o projecto portuário na ilha Terceira e, em baixo, pormenor das instalações militares norte-americanas na Base das Lajes: o volume de negócios esperado seria, dizem os defensores do projecto, superior ao da base

tividade do porto do *hub* em fase de cruzeiro”.

Um valor que a confirmar-se ultrapassaria o impacto económico anual da presença militar do aliado português na Terceira. Segundo os cálculos dos próprios norte-americanos, Paim afirmou ao PÚBLICO que a base gerou uma riqueza estimada nos 102 milhões de euros em 2010 e 97 milhões de euros em 2011. Um valor que inclui os vencimentos de

trabalhadores portugueses na base, as compras e despesas contratadas com empresas locais e outros empregos criados. O equivalente a 10 por cento do PIB da ilha Terceira.

De acordo com os estudos iniciais feitos pela Câmara do Comércio de Angra o investimento no porto da Praia da Vitória teria de ser superior a 300 milhões de euros, com a aquisição de equipamento como gruas, além da expansão da área do porto

Pólo de ciberdefesa ou um centro de excelência como base de discussão

A redução do efectivo militar é um dado adquirido, mas o Governo português tenciona propor aos EUA nos próximos meses outras valências a instalar na Base das Lajes. A ideia é tentar encontrar, juntamente com os norte-americanos, uma solução que permita manter uma presença militar no local. A próxima reunião da comissão bilateral — marcada para Abril em Washington — e que trata dos assuntos relativos ao acordo, é vista como determinante para “tomar o pulso” à disponibilidade norte-americana nessa matéria. No Ministério da Defesa português ainda se acredita ser possível negociar um “uso complementar da base”. Ou através de um pólo de ciberdefesa ao nível bilateral, ou então um centro de excelência no domínio marítimo, por exemplo, ao nível da busca e salvamento. De acordo com o Ministério da Defesa, está definido um prazo — até ao final de 2013 — para se conseguir uma solução. A dificuldade está na decisão norte-americana de retirar uma parte significativa das suas forças militares estacionadas na Europa. No ano passado foi anunciada a redução de 80 mil para 68 mil efectivos na Europa. **N.S.L.**



102

milhões de euros em 2010 e 97 milhões de euros em 2011 é a riqueza gerada pela Base das Lajes, em cálculos americanos

300

milhões de euros seria o investimento no porto da Praia da Vitória, segundo cálculos da Câmara do Comércio de Angra

e a edificação de plataformas para contentores.

No actual momento não existem ainda certezas sobre o arranque do projecto. A apresentação da ideia foi feita com o objectivo de atrair investimento norte-americano, aproveitando o embalo da disponibilidade do aliado em mitigar o impacto da redução da base militar na economia da ilha açoriana.

No entanto, o projecto parece estar à margem dos objectivos nacionais. O aproveitamento do porto oceânico da Praia da Vitória não foi incluído no Plano Estratégico de Transportes que o Governo de Pedro Passos Coelho enviou à *troika* em Novembro de 2011.

O dossier não está a ser gerido pelo AICEP, uma das entidades envolvidas nas consultas relativas à Base das Lajes. O seu presidente, Pedro Reis, afirmou que o assunto estava a ser “directamente acompanhado” pela

Agência para a Promoção do Investimento dos Açores e que o AICEP estava “por dentro das intenções” da região e dos “desenvolvimentos posteriores” que se verificaram.

Mas do outro lado do Atlântico aconselha-se cautela em relação às expectativas. Após um contacto feito pelo PÚBLICO, foi frisado que embora os empresários norte-americanos tenham considerado a visita “impecável”, estes consideravam-se no processo mais como “consultores” do que investidores. O papel do grupo de nove empresários será o de apresentar recomendações aos responsáveis portugueses sobre a melhor forma de tornar o ambiente económico da ilha mais dinâmico. Que se consubstanciará num relatório a entregar às autoridades portuguesas nos próximos dias. Ficou também claro que a administração norte-americana não vai colocar novos recursos na Terceira, apesar de

“É uma grande ideia e um grande projecto que precisa de muito trabalho para a sua concretização”, disse a comissária europeia dos Assuntos Marítimos e das Pescas, Maria Damanaki, falando do hub nos Açores

classificarem o “conceito” apresentado como ambicioso. Para os EUA, a responsabilidade de desenvolver projectos económicos é de Portugal.

Mas também se admite que os contactos feitos com o grupo BENS possam vir a criar um “canal” de comunicação entre investidores e Portugal, o que poderá trazer frutos.

No governo regional, a questão também foi encarada com realismo. A passagem do general William Fraser, assegura um responsável regional contactado pelo PÚBLICO, resultou de uma feliz coincidência de agenda. E a verdade é que, nos contactos feitos com o Governo português, o PÚBLICO não recolheu qualquer eco de que este projecto estivesse a ser tratado como uma aposta nas consultas bilaterais.

Mesmo no âmbito regional, a percepção após a visita do grupo BENS foi que estes estavam à partida mais orientados para a exploração do par-

que imobiliário da base. À volta das Lajes os militares norte-americanos construíram ao longo dos anos um conjunto de urbanizações para acomodar às centenas o pessoal destacado. A redução do efectivo levou as autoridades norte-americanas a proporem a cedência desse património a Portugal. Numa fase inicial foi abordada pelo grupo BENS a possibilidade de requalificar esse activo para o turismo sénior, de saúde ou de habitação. A explorar no mercado norte-americano e não só. Outras das propostas colocadas em cima da mesa foi a criação de canais de comercialização para os EUA de produtos açorianos. Mas também aqui o governo regional dos Açores encara com prudência o resultado prático dessa visita. Só depois da entrega do relatório prometido se poderá aferir do verdadeiro nível do interesse dos empresários norte-americanos nos Açores.



concurso literário book.it

Receção das obras de
1 de fevereiro a 31 de maio!



Com o apoio: **leYa** **WOMAN**

Para mais informações consulte o regulamento nas lojas book.it ou em www.bookit.pt

SONAE



Chipre cede à *troika* e avança com taxas sobre grandes depósitos

Foco de tensão na zona euro perto do controlo. Nicósia isenta poupanças abaixo de 100 mil euros, mas mantém taxas para grandes depósitos. *Sérgio Aníbal e Nuno F. Santos, Nicósia, Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas Destaque, 4 a 7*

2

A MISSÃO E AS POLÉMICAS DE UM ECONOMISTA LIBERAL

ANTÓNIO BORGES

PARROQUIA VIRGEN DE CAACUPE/AFP

BUENOS AIRES
A GEOGRAFIA DA INFÂNCIA DO PAPA FRANCISCO
Ana Cristina Pereira, na Argentina
Revista 2

Lisboa ganha novo passeio na frente ribeirinha do Tejo

Embora a segunda fase da requalificação da Ribeira das Naus não tenha acabado, peões e ciclistas podem já usufruir desde ontem de um espaço que recria uma praia que existiu no local **p22/23**

Estrada no Alvão põe em conflito aldeões e ambientalistas

Na serra do Alvão, duas aldeias pedem há décadas uma estrada de 2,5km que as una. A obra está para avançar, mas a Quercus quer embargá-la. Em defesa dos lobos e das borboletas-azuis **p12 a 14**



Volume de lixo produzido caiu 7% no ano passado

A produção de lixo urbano em Portugal caiu em 2012, para os níveis mais baixos dos últimos sete anos. Um efeito ambiental positivo da crise e um problema para as empresas de resíduos **p16/17**

HOJE
RECEBA UM BIFE
GRÁTIS
NA PORTUGÁLIA



Recorte o cupão na Revista

ESTA É
A BUENOS
AIRES
DO PAPA

ANA CRISTINA PEREIRA, EM BUENOS AIRES

Flores já não é um bairro de classe média de Buenos Aires. É a geografia da infância de um papa que nunca deixou de estar perto dos mais pobres. Cruzava a cidade a qualquer hora, de autocarro, para ouvir um imigrante explorado num atelier clandestino



Praça de Maio, última terça-feira. Na Praça de São Pedro, Francisco dava início à sua primeira homilia enquanto Papa

ma voz ressoava: “Não viemos protestar, viemos rezar, nesta praça, numa cidade que é uma ‘cidade aberta’, onde qualquer um pode entrar e escrivizar. Todos os que aqui estamos a rezar também vamos pedir a Jesus a graça de não nos tornarmos distraídos. ‘Padre, que posso fazer contra a máfia?’ Rezar! Fere o coração de Deus. Se sabes algo, conta; não olhes para o outro lado, pode ser teu filho ou tua filha quem de um momento para o outro convertem em escravo. Podes ser tu.”

Era segunda-feira. A praça de Maio, centro da vida política da Argentina, começara a encher-se para acompanhar o início do pontificado de Francisco. A Missão Católica montara uma tenda junto à grade que reserva uma parte da praça para a Casa Rosada, sede da presidência, e pusera-se a fazer baptismos grátis.

Jorge Bergoglio vivia ali mesmo ao lado da Catedral Metropolitana de Buenos Aires. Dormia num quarto pequeno. Atendia num escritório simples, com dois cadeirões num lado, dois no outro. Oferecia um cadeirão a quem lá entrava e sentava-se num banquinho, muito atento. Gosta mais de ouvir do que de falar.

Naquela tarde, telefonara para o quiosque que há na Avenida Hipólito Yrigoyen, em frente à praça, a cancelar a entrega do *La Nación*.

Entregavam-lhe o jornal, conservador, de segunda a sábado – ao domingo ia ele lá buscá-lo, por volta das 5h30, antes de apanhar o autocarro 28 para Lugano, onde ia visitar doentes. Daniel del Regno, o filho do dono, até chorou ao ouvir a sua voz.

Buenos Aires é uma cidade imensa feita de ruas e avenidas longuíssimas. Quem não conduz não pode aspirar a melhor zona de residência do que aquele microcentro. Ali, na praça, de formato rectangular, passam três linhas de metro. À volta, autocarros para qualquer ponto da cidade.

O sermão que ressoava na praça fora proferido em Setembro de 2012. Dissera aquilo numa missa dedicada a vítimas de escravatura. Dedicava-se. Por elas, muitas vezes apanhava o autocarro número 126 e só saía cerca de uma hora depois na esquina da Rua Lacarra com a Avenida Directório, onde se instalou uma organização não religiosa nascida no auge da crise económica de 2001.

“Falava muito com as vítimas”, contou-nos Gustavo Vera, líder da cooperativa La Alameda, que desde 2005 combate o tráfico de pessoas e o trabalho escravo. “Quando uma vítima estava muito angustiada, recebia-a imediatamente. Mudava a agenda, mesmo que tivesse um governador para receber. Solidarizava-se muito. Vi-o chorar várias vezes perante relatos tremendos.”

Não se limitava a consolá-las. Tentava arbitrar meios para facilitar a sua reinserção social. Levava o assunto para a praça pública. “As suas homilias sobre estes temas eram cada vez mais complexas”, recorda Gustavo. “Começou por fazer uma denúncia geral e foi aprofundando. Falou no suborno, na acumulação de capital, na lavagem de dinheiro, incorporou o narcotráfico.”

É um dos maiores atentados aos direitos humanos da Argentina actual. Na cave do edifício que a assembleia do bairro Parque Avellaneda ocupou em 2002, fazendo de um bar devoluto uma cantina social e centro cultural, Gustavo resume: “Há meio milhão de pessoas escravizadas. São angariadas com promessa de casa, comida, salário pago em dólares. Trabalham 15, 16, 17 horas por dia e dormem no mesmo sítio.”

O fenómeno predomina no ramo têxtil – “78% da indústria funciona com ateliers clandestinos, 90% dos quais com trabalhadores bolivianos”. Ocorre noutros sectores da economia, que requerem mão-de-obra intensiva, como fruticultura, horticultura, calçado, construção civil, mais com argentinos.

“Façamos um instante de silêncio no nosso coração para recordar sete pessoas que trabalharam aqui em regime de escravatura”, pediu Bergoglio, há dois anos, noutra missa dedicada a vítimas de trabalho escravo. “Harry

Rodríguez Palma tinha cinco anos; Willfredo Quispe Mendoza 15 anos; Juana Vilma Quispe 25 anos e um filho no ventre cujo nome só Deus conhece; Elías Carabajal Quispe dez anos; Rodrigo Quispe Carabajal quatro anos e Luis Quispe quatro anos.”

Olga Cruz correu a essa fábrica clandestina, no bairro de Caballito, mal a notícia do incêndio chegou à cooperativa La Alameda. Fez-se passar por familiar das vítimas. A grávida e as crianças estavam num andar, dezenas de trabalhadores noutro. A música estava altíssima, para que trabalhassem sem falar. Não ouviram os gritos.

Fora a primeira a falar na conferência de imprensa. Foi encarada como traidora pela sua comunidade, acusada de mentir, ameaçada de morte. Ainda é. O agora Papa Francisco incentivava-a a continuar a luta. “O padre dizia-me sempre: ‘A verdade chega tarde. A mentira é mais rápida.’ Não tenhas medo, nada vai acontecer. Eu sempre acreditei nele.”

Nunca conhecera “um padre tão simples”. Se andasse por ali à hora do almoço, sentava-se na cantina, “comia o que havia”. Um dia, depois da missa, encheu-se de coragem e pediu-lhe que baptizasse as filhas. “Será uma honra”, sorriu. Nessa tarde ou na seguinte, ele pegou na sua agenda e telefonou-lhe.

Ainda agora lhe parece espantoso. Uma filha

PARROQUIA VIRGEN DE CAACUPE/AFP



Jorge Bergoglio junto dos mais desfavorecidos. O presidente da associação La Alameda, que combate o tráfico de pessoas e o trabalho escravo, lembra: “Quando uma vítima estava muito angustiada, recebia-a imediatamente. Mudava a agenda, mesmo que tivesse um governador para receber. Solidarizava-se muito. Vi-o chorar várias vezes perante relatos tremendos”

tinha oito anos e a outra 13 e nenhuma fizera o primeiro sacramento. Para padrinhos, ela escolhera três ateus e uma judia. “Ele disse-me: ‘Não há problema, se essas são as pessoas que podes escolher, o que é importante é que sejam boas, que acompanhem as tuas filhas.’ Ele disse-me: ‘Vamos fazer isto simples, minha filha.’” E fizeram.

Juntaram-se na cantina social – um salão com um balcão e uma série de mesas de plástico branco ou metal preto, por cima dos escritórios da cooperativa. Ele pediu uma mesa, um recipiente transparente com água, uma toalha branca. E fez o sermão mais “bonito” que Olga alguma vez ouviu.

A mulher, de 37 anos, pele morena, cabelos negros, muito lisos reproduz o que a sua memória reteve do que então disse o cardeal: “Não é necessário que venham à igreja. Onde precisam de mim, eu tenho de estar.” Pediu aos padrinhos que ficassem atentos às afilhadas, que as acompanhassem. “Não importa a religião, não se pode exigir que os outros sejam sempre da mesma religião.”

Olga viera de Sucre, na Bolívia, em 2000, com o marido, Zenón, e duas crianças. Trabalhara sem receber durante três meses. Nessa altura, o marido ganhava 10 a 12 pesos por dia (pouco mais de 1,5 euros) e com isso tinham de pagar a renda e de comprar comida. “Foi muito feio.” Só conseguiam comprar massa ou

arroz. Em 2001, grávida, com os dois filhos, ia pedir comida às igrejas de Buenos Aires. “A crise era tão grande que tinha de fazer fila às 10h. Quem tinha mais força empurrava. Um dia, não consegui.”

Sente-se bem. Tem os três filhos a estudar. Trabalha na cooperativa La Alameda – há um atelier de costura no piso superior. Continua a infiltrar-se em fábricas clandestinas e em plantações agrícolas para denunciar trabalho infantil e trabalho escravo. “Gostava que as pessoas, quando fazem as suas compras, se perguntassem por que é que algumas coisas são tão baratas.” Há que actuar em várias frentes, não apenas junto dos costureiros. “O padre diz que há que caminhar devagar para não cair.”

tráfico de pessoas e a exploração laboral preocupam-no tanto que falou nisso com a Presidente da Argentina, Cristina Kirchner, a primeira chefe de Estado que recebeu, logo na terça-feira, ainda na casa de Santa Marta, o alojamento dos prelados que visitam o Vaticano, onde ficaria até estarem prontos os seus aposentos, no Palácio Apostólico, “demasiado grandes” para o seu gosto.

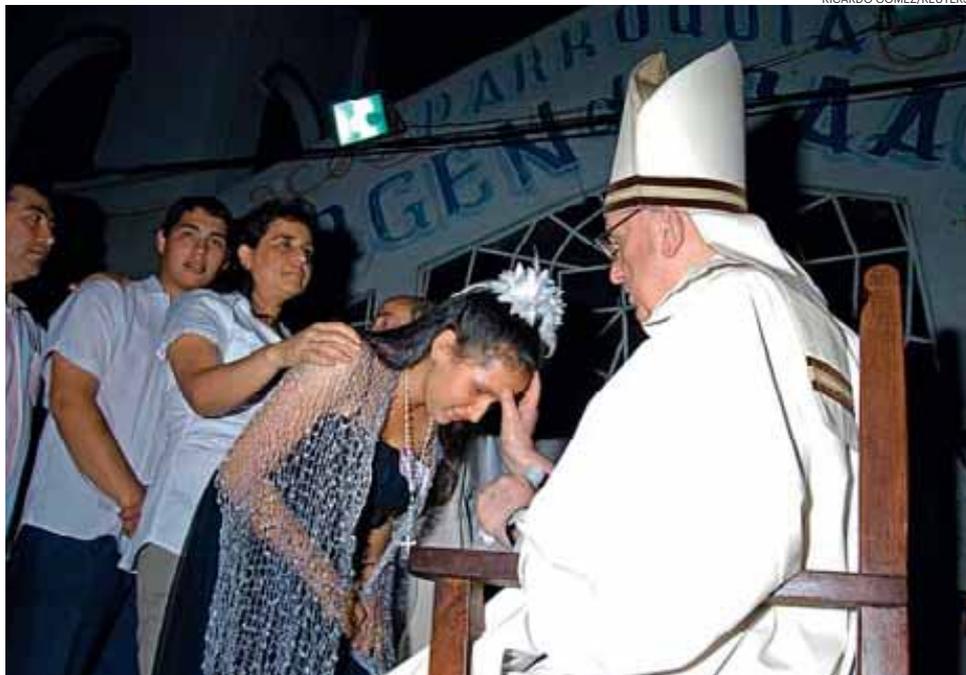
Não têm sido amistosas as relações entre

ambos. “Os Kirchner desenvolveram conflitos com os vários poderes autónomos do Estado e um deles é a Igreja”, elucida o analista político Marcos Novaro. “Lidam mal com a crítica. Quem os critica é contra a distribuição de riqueza, é de direita, é golpista.”

Bergoglio sempre se preocupou com os mais pobres. Durante a crise de 2001, escreveu um documento a bradar por um compromisso colectivo de luta pela “equidade social” e “pela justa distribuição do rendimento”. Nada daquilo contradiz o programa que, volvidos dois anos, Néstor Kirchner apresentou. Kirchner assumiu a presidência em 2003 com a promessa de dar primazia à educação, à saúde, à justiça e à igualdade. Volvido um ano, não apreciou a homília no *Tedeum*, a cerimónia anual que assinala a revolução contra Espanha, na qual o cardeal criticou o “exibicionismo” e os “anúncios estridentes” dos governantes.

No final do ano, Bergoglio tornou a fazer um sermão difícil de digerir, dessa vez sobre o incêndio que provocou 194 mortos na discoteca República Cromañon. Em 2005, o casal Kirchner não apareceu na catedral para o *Tedeum*. A partir daí, passou a celebrar a data em várias províncias no interior do país.

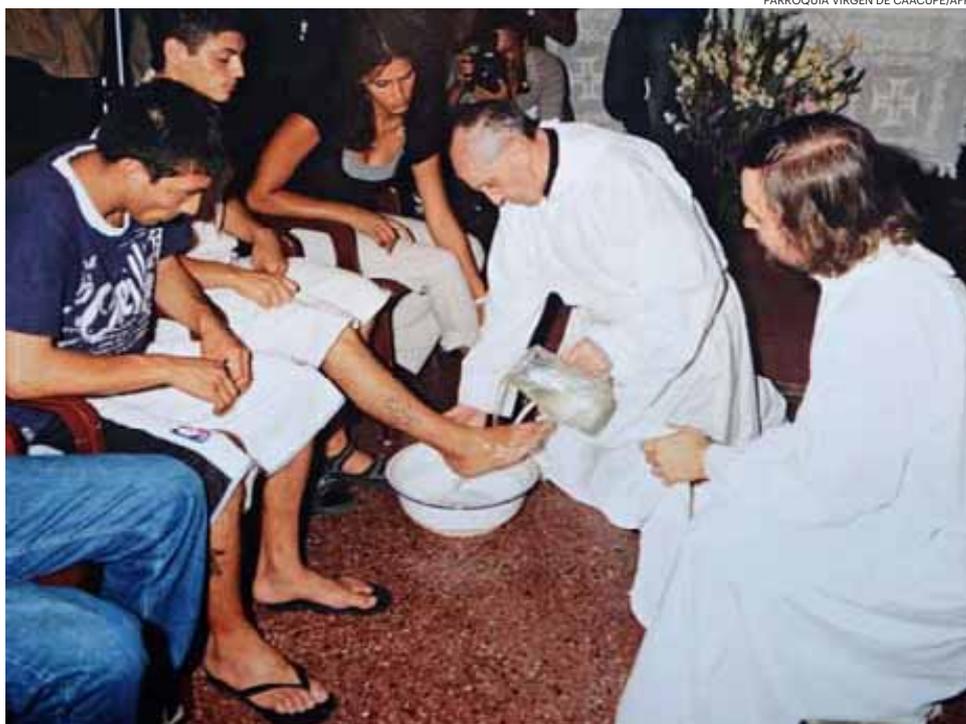
Pouco depois de ascender à presidência, em 2007, Cristina recebeu os líderes do episcopado. Quando quis aumentar a tributação das



RICARDO GOMEZ/REUTERS



DANIEL VIDES/AFP



PARROQUIA VIRGEN DE CAACUPE/AFP



ENRIQUE MARCIAN/REUTERS

grandes produções agrícolas, insurgiram-se contra ela os grandes proprietários de terras. Bergoglio pediu-lhe que tivesse “um gesto de grandeza” no sentido do diálogo.

Repetia críticas feitas aos três presidentes anteriores aos Kirchner. Pedia diálogo, luta contra a corrupção, contra a pobreza. “A dívida social é imoral, injusta e ilegítima”, discursou na televisão, em 2009. “A sua maior imoralidade reside no facto de que isso acontece numa nação com razões objectivas para evitar e corrigir tais danos, mas que, lamentavelmente, parece optar por agravar ainda mais a desigualdade.”

A Presidente recusa esse género de reparos. A taxa de pobreza caiu de 26,9% para 21,9% entre 2007 e 2011. Ao mesmo tempo, a indigência passou de 8,1 para 5,4. Contas apresentadas pelo Observatório da Divisa Social da Universidade Católica Argentina, com base num estudo financiado pelo Banco da Galiza e pelo jornal *La Nación*. Ninguém via números tão baixos desde que a economia estoirou, atirando a pobreza para os 45,4% e a indigência para os 20,9.

Os opositores desvalorizam tais conquistas. São atribuíveis a programas de transferência de rendimento do Estado para as famílias criados pelo Governo em 2009, como, por exemplo, o abono de família. “Não têm por base a educação e o emprego”, aponta Marcos Novaro. Acusam Cristina de ter desperdiçado um período de ouro, impulsionado pelas exportações de matérias-primas.

O maior choque entre o cardeal e a Presidente aconteceu durante o processo que conduziu ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Pouco antes da aprovação da lei, em Julho de 2010, tornou-se pública uma carta que escrevera às monjas carmelitas a qualificar a proposta legislativa de “avanço do Diabo” e a convocá-las para uma “guerra de Deus”. Bergoglio tivera duas reuniões com a secretária da diversidade da Federação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Trans. “Achava que se tinha de dar alguns direitos civis, mas que o casamento era a união entre homem e mulher”, recordou-nos o presidente daquela organização, Esteban Paulón. Não iria pronunciar-se em público. Talvez pensasse que a ideia morreria no debate, como já aconteceu em muitos países. “Quando foi aprovada na câmara de deputados, percebeu que podia ser aprovada no senado. Escreveu a carta, que começou a ser lida, aos domingos, nas igrejas.”

No final, contou ainda, em reuniões que manteve com membros do colectivo da diversidade, Bergoglio pediu desculpa. Nunca o fez em público. O que ficou para a História foi “um discurso muito radicalizado, muito dissociado do da sociedade argentina”. “Ele tem estado muito próximo dos pobres, mas uma coisa são os direitos dos pobres e outra são os das mulheres e os das minorias sexuais”, observa. “Há que ver agora como gere a agenda de género e a agenda da diversidade.”

Quando isso parece ter ficado lá atrás. Dir-se-ia que Buenos Aires vive o ambiente de um mundial de futebol. Na praça de Maio, até se ouve dizer: “Ganhámos! Ganhámos ao Brasil!” Ali perto, na rua Peru, no Buenos Aires Clube, como que indiferentes a tudo isso, casais homossexuais dançavam milonga.

Emma de Garibaldi foi ver como está o lugar onde nasceu e viveu Bergoglio até aos 21 anos. Não se atreveu a tocar à campanha da casa que há 35 anos é morada de Marta Romano, doméstica, e do marido, Arturo, docente da Universidade de Buenos Aires.

Ficou a admirar a fachada. “Está diferente.” O número 531 da Rua Membrillar ganhou um andar. Em parte revestido a mármore escuro, tem uma varanda que cruza três janelas. Só no pátio interior se conserva parte do que foi a intimidade da família Bergoglio. O alpendre, à sombra do qual se sentava a ler ou a ouvir música, ainda lá está. O alpendre, as grades das janelas de baixo e a escada que os levava ao terraço.

Marta olha para as escadas que são suas e emociona-se só de pensar em quem as subiu e desceu. Desde que o nome do novo Papa foi anunciado, a 12 de Março, pára gente à porta. Alguns atrevem-se a tocar à campainha. Pedem para ver a casa, oferecem donativos. Para resgatar sossego, Marta pôs um papel na janela: “Por favor, oferendas ou homenagens que se efectuem em honra do Santo Padre Francisco, deixem-nas na Paróquia Santa Francisca Javier Cabrini.”

Emma caminhava sobre sapatos de salto, dentro de um sobretudo clássico, com um exemplar da Bíblia dentro da carteira, um terço enrolado na mão esquerda. É uma mulher elegante, loura, de 66 anos. Ainda estava a digerir a notícia de que há um papa nascido e crescido ali, no seu bairro. “Os primos do meu marido, Miguel Angel e Juan Carlos, andaram no colégio com ele”, dizia, radiosa. Jogavam futebol na praceta da Rua Membrillar com a Rua Bilbao, que o tempo transformou num parque infantil. Jogavam à tarde, depois das aulas. “É uma história linda, linda!”

Ficou-lhe o gosto pelo futebol. O Papa Francisco é o mais célebre adepto do San Lorenzo, clube fundado pelo padre Lorenzo Massa em 1908. Ouvia os relatos do “seu” “Ciclone”, um dos cinco grandes da Argentina, pela rádio – os jogos são transmitidos pela televisão pública, mas ele não tinha televisor.

Já lhe fizeram uma homenagem. Têm um equipamento especial com o seu rosto. Se os ouvir agora, deparar-se-á com um novo cântico: “Borom bom bom, borom, bom, bom, el nuevo Papa es del Ciclón.”

Não jogava como o irmão mais novo, Oscar. Tinha outros interesses. Ganhou grande gosto pela leitura. Apreciava poesia (Friedrich Hölderlin), literatura italiana (Dante Alighieri, Alessandro Manzoni), literatura universal (Fiódor Dostoievski, Leopoldo Marechal, Jorge Luis Borges).

Certo dia, convidou Borges a dar um seminário de literatura no Colégio da Imaculada Conceição de Santa Fé, onde deu aulas entre 1964 e 1965. “Tinha a genialidade de falar de qualquer coisa”, comentou com Sergio Rubín e Francesca Ambrogetti, autores da biografia *El Jesuita*.

Flores já não é só um bairro de classe média, localizado no centro oeste de Buenos Aires. É a geografia de infância do Papa. O governador de Buenos Aires, Mauricio Macri, já está a planejar um “Papa tour”, que isso de ter olho para o negócio não é exclusivo dos vendedores ambulantes que invadiram a Praça de Maio.

Está tudo a curta distância. Caminhando uns metros, virando à direita na Avenida Di-rrectório, o “seu” jardim infantil. Foi ali que se preparou para a primeira comunhão. Ainda vinha tomar chá com as irmãs e saudar os miúdos que correm pelos corredores do colégio de Nossa Senhora da Misericórdia. Tomava o seu malte sem açúcar, levantava-se, lavava a chávena e punha-a a escorrer.

Frequentou a primária cinco quarteirões abaixo, no Colégio Cerviño. O seu nome consta nos livros de actas, grossos, de folhas amareladas, que por estes dias jornalistas de todo o mundo pedem para ver. “Suficiente”, lê-se. Só se podia tirar um “suficiente” ou um

“

Estou feliz porque o via caminhando por aí. A palavra certa é calcorrear. Ele calcorreava pelas luzes e pelas sombras de Buenos Aires”, recorda agora Emma de Garibaldi

Numa das muitas missas que foi celebrar aos bairros mais pobres, aqui acompanhado pelo padre Jose Maria de Paola, conhecido como o “padre Pepe”. A sua relação com o poder político não tem sido suave: há quem o acuse de ligações a ditadura (em cima, à direita, com Videla) e Cristina Kirchner, actual Presidente (em baixo, à esquerda), recusa os seus sermões nos quais pede diálogo, luta contra a corrupção, contra a pobreza. Em sua homenagem, o San Lorenzo já criou um equipamento com o seu rosto. A meio, a barbearia onde cortava o cabelo

“insuficiente”. Era naquela escola laica, da Rua Verela, que também estudavam os primos do já falecido marido de Emma.

Todos têm qualquer história para contar sobre o Papa, qualquer história. Pode ser uma história assim, pequenina, pequenina, como a de Emma. “Estou feliz porque o via caminhando por aí. A palavra certa é calcorrear. Ele calcorreava pelas luzes e pelas sombras de Buenos Aires.”

Ninguém tem uma história como a de Amélia Damonte. Agora, tem o rosto encorilhado. Aos 12 anos, era uma das meninas mais bonitas da rua e ele entregou-lhe uma carta, dobrada, com o desenho de uma casinha, de paredes brancas, telhado vermelho, dizendo-lhe que lhe compraria quando se casasse.

Os tempos não estavam para namoricos. O pai dela zangou-se. Como se atrevera a receber uma carta de um rapaz? A mãe repreendeu-a. Afinal, ela era “uma senhorita de bem”. E ela pediu-lhe logo que se afastasse. “Não te aproximes, Jorge. Se apareces e o meu pai sabe, eu mato-te.”

Apesar do gosto pelas letras, Bergoglio matriculou-se numa escola técnica, montada numa casa da Rua Goya, ali perto, no Bairro de Floresta. Integrou uma turma de 12 que se dedicava à Química. Ajudava os colegas a estudar. Às vezes, jogavam futebol num terreno que havia perto da Igreja Medalha Milagrosa.

Começou a trabalhar antes de terminar o secundário por ordem do pai, Mario, que via nisso um modo de cimentar a cultura do esforço. Os avós tinham passado as passas do Algarve em Piemonte, Norte de Itália. A Argentina estava aberta à imigração. Primeiro, viera o avô, Lorenzo. Depois, o pai.

O pai desembarcara em Buenos Aires em 1929 e começou a trabalhar numa empresa de pavimentos. Ganhara bom dinheiro, mas perdera-o quase todo durante a grande crise dos anos 1930. Fez-se ferroviário. Com sacrifício, ele e a mulher, Regina, doméstica, criavam os cinco filhos.

Só uma irmã, María Elena, 12 anos mais nova, está viva. Mora em Ituzaingó, nos arredores da cidade. Ia tendo um ataque quando soube do Papa. Não se atreve a ir a Roma. Acompanha as cerimónias pela televisão. Espera vê-lo no Rio de Janeiro, no Brasil, lá para Julho, na Jornada Mundial da Juventude.

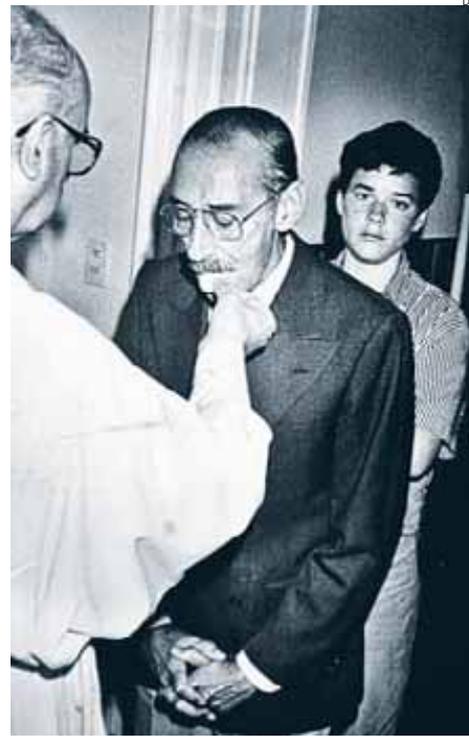
Por influência de uma avó, muito devota, Jorge dedicava-se à religião. Ela é que o ensinou a rezar. Contava-lhe muitas histórias de santos.

Numa tarde primaveril, em que combinara sair com a namorada, deu um salto à igreja de São José de Flores. Ajoelhou-se num confessional de madeira, que ainda lá está, encajado entre uma imagem da Virgem de Lujan e outra de São José. Ao sair, estava convencido de que haveria de ser padre.

Tinha 17 anos. Terminou o namoro, mas guardou segredo. Só o revelou com pouco mais de 20 anos, depois de ter estado muito doente – sofreu uma infecção pulmonar tão grave que lhe tiraram parte de um pulmão. A mãe demorou algum tempo a aceitar aquela decisão, que lhe parecia desadequada para ele.

Cheira a crisântemos dentro da igreja. No altar, São José ao centro, Sagrado Coração de Jesus à esquerda, Sagrado Coração de Maria à direita.

A Igreja de São José de Flores era um dos mais apreciados refúgios de Bergoglio. Três a quatro vezes por vez mês, cruzava aquela



porta e sentava-se num dos bancos do fundo, a rezar. Por estes dias, muita gente vai ali confessar-se, inclusive gente que não se ajoelhava em frente a um padre há mais de 20 anos.

A catequista Norma Beatriz Biscarra foi lá agradecer a ascensão de Bergoglio a chefe supremo da Igreja Católica. “Todos os anos, no princípio do ano, ele mandava uma carta, como que a dar força.” Trabalha num lar de idosos. Quando se soube, houve grito colectivo. “O meu coração começou a bater muito forte. Não parava de dizer: ‘Que responsabilidade! Que responsabilidade!’”

A devota, de 46 anos, sente-se mais perto dele ali, onde ele recebeu a revelação. “Isto é uma bênção. A Igreja está a ser muito criticada, está muito desvalorizada. As pessoas estão sem fé. E nós, como membros da Igreja, temos de a levantar.” Bergoglio parece-lhe o homem certo para liderar essa tarefa.

á quem não pense assim. Há quem o acuse de ser cúmplice da ditadura militar que houve entre 1976 e 1983.

Em Abril de 2010, o jornalista Horacio Verbitsky começou a escrever sobre o assunto: Bergoglio teria sido cúmplice do sequestro de dois jesuítas ou, pelo menos, ter-lhes-ia omitindo auxílio. Nessa versão, descuidaria desafectos políticos, mesmo quando eram roubados filhos de desaparecidos.

Há dois anos, Bergoglio prestou declarações, como testemunha, no julgamento dos crimes cometidos na Escola Mecânica da Armada, uma unidade da Marinha da Argentina, centro clandestino de detenção e tortura. Contou que, primeiro, advertiu-os do perigo, ofereceu-lhes abrigo e que, depois, fez diligências para os libertar. Por estes dias, o diário *Clarín*, conotado com a oposição, repescou parte do testemunho.

– Lembra-se do que fez perante esta notícia? – perguntou-lhe o juiz.
– Sim, comecei a mexer-me, a falar com sacerdotes que eu supunha terem acesso à polícia, às Forças Armadas e mexemo-nos em seguida.
– Obteve alguma informação diferente da que lhe dera o vizinho?
– Confirmaram-me o que tinha acontecido e que não se sabia onde estavam. Depois, começou a dizer-se que tinham sido efectivos da Marinha. Dois ou três dias depois, pelo menos a mim disseram-me.

– Deu conhecimento disso a outra hierarquia eclesíástica?
– A todos os membros da Companhia de Jesus, recorri e recorri ao arcebispo. Era um domingo. Segunda ou terça avisei o cardeal Aramburu, e também a nunciatura, o monsenhor Lahgi.

– Como soube que tinha sido a Marinha? – perguntou o advogado, Luis Zamora.
– Comentava-se, *vox populi*, quem ia averiguar apontava para aí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.

– Isso motivou alguma diligência diferente?
– Sim. Reuni-me duas vezes com o comandante da Marinha, Massera. Da primeira vez, escutou-me e disse que ia averiguar. Disse-lhe que esses padres não tinham nada que ver com algo estranho. Como não respondeu, ao fim de um par de meses, pedi um segundo encontro, além de outras diligências. Já estava quase certo de que eles os tinham. O segundo encontro foi muito feio, não chegou aos dez minutos. Eu disse-lhe: “Olhe, Massera, eu quero que apareçam.” Levantei-me e saí.





“Caminhemos todos juntos. Cuidemos uns dos outros. Cuidem-se, cuidem da vida, cuidem da família, cuidem da natureza, cuidem das crianças, cuidem dos velhos. Deixem de lado a inveja e não arranquem o couro a ninguém.” Assim falou o Papa Francisco na sua primeira missa

qualquer ligação entre o Santo Padre e a ditadura. Graciela Fernández Meijide, por exemplo, esteve na Assembleia Permanente dos Direitos Humanos e não se lembra de alguma vez, durante os anos de ditadura, alguém o ter referido. Adolfo Pérez Esquivel, prémio Nobel da Paz, não o encara como cúmplice, diz “que lhe faltou coragem para acompanhar a luta”.

Antes de entrar no seminário, Bergoglio trabalhara no laboratório Hickethier-Bachmann. A sua chefe, Esther Balarinode Careaga, era uma militante comunista que a ditadura haveria de sumir. Incutira-lhe o gosto pela política – fazendo-o ler, inclusive o que publicava o Partido Comunista –, não a ideologia.

A 11 de Março de 1958, Bergoglio entrara na Companhia de Jesus. No Seminário de Santiago do Chile estudara ciências clássicas, aprofundando História, Literatura, Latim, Grego. De volta a Buenos Aires, concentrara-se na Filosofia e na Teologia. A 13 de Dezembro de 1969 fora ordenado sacerdote.

Nos anos 1970, os mais difíceis que o país viveu nas últimas décadas, Bergoglio não estava no lado mais progressista da Igreja. “É preciso atender ao contexto”, explica-nos a historiadora Iris Schkolnik. “O país estava dividido. Havia a Guerra Fria. Acontecera a revolução cubana. Camilo Torres fora morto na Colômbia. Padres, universitários, operários pensavam que vinha aí a revolução.”

Dentro do movimento jesuíta, aparecem defensores da chamada Teologia da Libertação – a adaptação do Evangelho ao marxismo. “Havia muito medo que o comunismo avançasse”, salienta Iris. “O que fazer para impedir esse avanço? A Igreja proclama que o rico tem de partilhar, que o operário tem de ter bem-estar. Isso são ideias que ele segue e que estão de acordo com o peronismo.”

Por toda a cidade há cartazes com uma fotografia a preto e branco a dizer que Francisco é argentino e peronista. Desde Juan Perón, na Argentina, a realidade, diz Iris, não cabe nas categorias de direita e de esquerda. “Até 1973, os peronistas não podiam ir a eleições. O peronismo era proibido. Havia grupos peronistas com um nacionalismo herdado de grupos semifascistas. Agora, há um governo que, sendo peronista, é progressista. E um Papa que, sendo peronista, é anticasamento igualitário, antiaborto, anticomunista.”

Na terça-feira de madrugada, o Papa telefonou ao padre Alejandro Russo, reitor da catedral metropolitana e pediu-lhe que arranjasse maneira de fazer chegar a sua voz a quem estava na praça. Eram 3h30 quando a sua voz se fez ouvir, já não gravada, como ao longo de tantas horas anteriores, mas em directo. “Olá!” E de imediato, na multidão, alguém gritou: “Fala o padre Francisco!”

Palmas. Bandeiras a esvoaçar – do Vaticano, da Argentina, de San Lorenzo. A praça estava repleta, sobretudo de jovens que tinham começado a chegar na véspera. Inúmeros vendedores tinham-se posicionado nas ruas adjacentes com comes e bebes e recordações. Muitos estavam no chão, enrolados em sacos-cama, a aguardar o início da missa, agendado para as 5h30.

“Caminhemos todos juntos”, pediu o Papa. “Cuidemos uns dos outros. Não façam mal uns aos outros. Cuidem uns dos outros, não pratiquem o mal. Cuidem-se, cuidem da vida, cuidem da família, cuidem da natureza, cuidem das crianças, cuidem dos velhos. Deixem de lado a inveja e não arranquem o couro a ninguém.”



ípsilon



LITERATURA
E.L. DOCTOROW VAI DEIXAR DE SER DESCONHECIDO EM PORTUGAL



O INIMIGO PÚBLICO
GASPAR TEM DE ENGRAVIDAR A TEMPO DA OITAVA AVALIAÇÃO DA TROIKA

publico.pt

PSD usa pareceres de Menezes para contestar limitação de mandatos

Câmara de Gaia explica que pareceres foram aprovados em assembleia municipal. Advogado que interpôs sete providências cautelares contra candidaturas do PSD vai participar caso ao Ministério Público **Portugal, 8/9**



NUNO FERREIRA SANTOS

CHIPRE MEDO E RAIVA, A NOVA REALIDADE DO PARAÍSO FISCAL
Sérgio Aníbal, em Chipre
Destaque, 4 a 6

Seguro avança com moção de censura contra o Governo

Líder do PS justifica decisão em reunião do partido com "situação de pré-ruptura social" **p11**



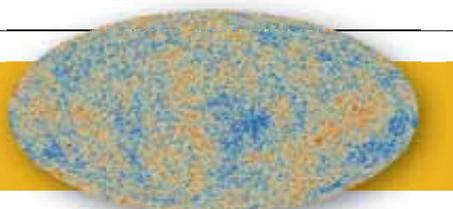
Regresso de Sócrates motiva guerra de petições

Regresso com comentário político na RTP antecipa retorno à luta política **p12**

Estado terá de pagar para vender TAP-Brasil

Há interessados na companhia de manutenção, mas o Estado terá de assumir prejuízos acumulados **p20/21**

TELESCÓPIO REVELA NOVAS IMAGENS NUNCA VIMOS O UNIVERSO "BEBÊ" COM TANTA NITIDEZ *Ciência, 32/33*



TURBULÊNCIA NO EURO

Medo, raiva e lágrimas: a nova realidade do paraíso bancário

Os cipriotas estão preocupados com a situação e revoltados com políticos, *troika* e russos, enquanto levantam o máximo diário permitido por cartão – 260 euros

Reportagem
Sérgio Anibal, em Nicósia

Depois de seis anos sem fumar, Nikos Kontouris voltou a pegar num cigarro há três dias. Foi no dia em que o Governo de Chipre apresentou no Parlamento a proposta de aplicação de um imposto sobre os depósitos bancários. Ontem fumou mais um cigarro depois de ter esperado mais de uma hora para levantar 260 euros numa caixa automática. “Tenho de fazer alguma coisa para esquecer a raiva, voltei a fumar e faço corridas com o meu cão. O que não posso é voltar para casa maldisposto”, explica.

Este auditor de 39 anos foi uma das pessoas que, ontem em Nicósia, encheram, de manhã até ao fim do dia, as caixas automáticas, especialmente as geridas pelo Laiki, o segundo maior banco do país e aquele que corre maior risco de ter de fechar. A raiva que tenta controlar tem vários alvos: os políticos, a *troika*, os russos. Mas também os próprios cipriotas. “Os políticos falharam completamente nas suas obrigações. Mas as pessoas também deviam ter feito mais. Na terça-feira, estavam à frente do Parlamento com as mãos a dizerem ‘não’, mas onde é que estavam há dois anos, quando já se percebia que isto estava a acontecer?”

O que se assiste agora em Chipre é, para já, a uma corrida aos bancos em pequena escala, feita com calma aparente, sem sinais de pânico, em que as cerca de 30 pessoas que a cada momento compõem a fila vão discutindo a situação em grupos de quatro ou cinco até chegar a sua vez de levantar o dinheiro. Mas se não há pânico, há medo.

“Estamos assustados. Hoje de manhã, disseram nas notícias que o banco [Laiki] vai ser dividido em dois e que os nossos depósitos vão passar para outro banco. Eu acho que o banco já não volta a abrir. Aliás, já há caixas automáticas que não estão a dar dinheiro”, diz Evdokia, uma professora, acabada de chegar à fila da caixa automática da dependência do Laiki mais próxima do Parlamento. Tinha 26 pessoas à sua frente.

O possível desmembramento do banco Laiki (Popular), que ontem à noite estava a ser discutido entre o Presidente do país e os principais partidos de Chipre, era ontem uma das principais razões para as filas permanentes nas caixas automáticas. Mas há outros motivos. Há, por exemplo, quem ache que a aplicação de uma taxa sobre os depósitos vai acabar por ser feita mais cedo ou mais tarde. Há quem receie que nenhum plano acabe por ser posto em prática, que Europa e Rússia abandonem Chipre e os



“Tirem as mãos do Laiki!” e “Onde está a solidariedade?”, eram algumas das palavras de ordem. Pelo meio, alguns desmaios e muitas, muitas lágrimas

bancos declarem falência. Há quem não perceba o que se está a passar e que, pelo sim pelo não, levanta o dinheiro. E há quem, simplesmente, tem medo de que, com os bancos fechados pelo menos até à próxima terça-feira, acabe por ficar sem dinheiro para fazer compras, até porque muitas lojas já deixaram de aceitar compras com cartão.

Todos estes medos persistem apesar de o Governo cipriota, o governador do banco central (que tem como primeiro nome Panicos) e todos os elementos da *troika* garantirem agora, depois do recuo na proposta inicial de cobrança de taxas a todos os depósitos, que os depósitos inferiores a cem mil euros estarão protegidos, seja qual for a solução.

Christos, um banqueiro, também ele à espera numa longa

fila para uma caixa automática do Laiki, explica porquê: “A banca funciona na base da confiança e nós aqui em Chipre já não temos confiança nos bancos, já não temos confiança em nada do que dizem.” Levou o cartão dele, o da mulher e o da mãe e levantou tudo o que pôde, ou seja, 260 euros por cada, o novo limite estabelecido pelas autoridades. Com toda a certeza, amanhã, voltará a fazer o mesmo.

Em frente ao palácio presidencial, novamente raiva. Neste caso, de alguém que, ao estilo BPP em Portugal, comprou obrigações ao banco Laiki pensando que era uma poupança completamente segura e vê agora que, afinal, era um produto de alto risco e que vão perder quase tudo. John Pirokkas é um deles. Voltou do Reino Unido depois de se separar da mulher e decidiu investir as suas poupanças nas obrigações do banco Laiki. “O banco enganou-me, nem prospectos me mostrou e agora, sem trabalho, fiquei sem o meu dinheiro”, afirma.

No total são pouco mais do que 30 pessoas, tantas como as que estão em permanência em cada caixa automática, mas chegam para que a polícia tenha de empregar a força para fechar os portões do palácio. Lá dentro, o Presidente discutia com os partidos qual o destino a dar ao banco Laiki.

Ao fim do dia, já não são os

Funcionários do banco Laiki, o que está sob maior ameaça, manifestam-se junto ao Parlamento

clientes do Laiki que se destacam, são os seus trabalhadores. Depois de falhar a aplicação de um imposto sobre os depósitos, a nova solução parece passar pela divisão do banco em duas partes. Um cenário que torna provável um corte no número de funcionários. Assim que foi feito o anúncio, centenas de trabalhadores do banco dirigiram-se à assembleia nacional.

Uma manifestação em que, por duas vezes, o cordão policial foi quebrado e em que os mais criticados nem eram as autoridades de Chipre, mas sim os líderes europeus, principalmente Angela Merkel. “Tirem as mãos do Laiki!” e “Onde está a solidariedade?”, eram algumas das palavras de ordem. Pelo meio, alguns desmaios e muitas, muitas lágrimas.

Louisa, 30 anos, avaliadora de crédito no Laiki, carregava um cartaz que dizia “Merkel, Kaput” e não conseguia esquecer um grande medo em relação ao futuro. “Dizem que vão fechar o Laiki para salvar os outros bancos. E eu, como é vou comprar leite para a minha bebé?”

As reportagens em Chipre são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais





Professores dizem-se dispostos a aceitar tudo para fugir à mobilidade

Sindicatos falam em “chantagem” do ministério. Directores corroboram. Alterações aos Quadros de Zona Pedagógica também afectarão os contratados que conseguiram agora entrar no quadro **Portugal, 12/13**

Chumbo do TC e moção do PS fazem “tremar” Governo

Vice-presidente do PSD garante que Passos Coelho não virará costas, mas na direcção do partido não há tantas certezas. Uma crise para depois da Páscoa **p2a7**

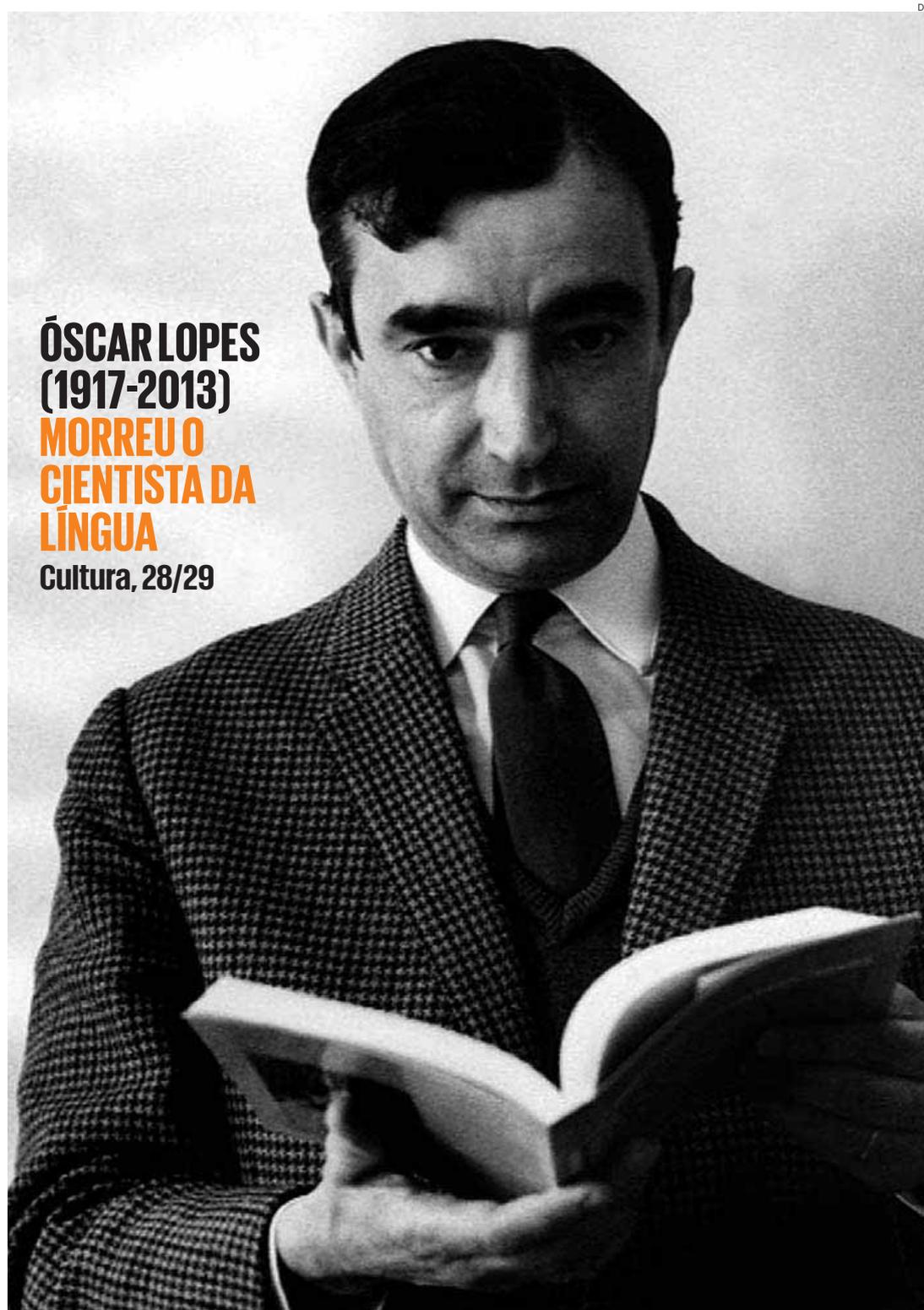


Chipre aprova medidas para satisfazer a troika

Fundo de solidariedade e reestruturação dos bancos aprovados ontem à noite **Dos nossos enviados Sérgio Aníbal e Nuno Ferreira Santos, em Nicósia p8/9**

Novo operador tira um terço do negócio à CP Carga

Em linha para ser privatizada, a operadora pública arrisca-se a perder atractividade. Empresa fica sem a totalidade do tráfego de contentores em Sines **p20**



ÓSCAR LOPES (1917-2013)

MORREU O CIENTISTA DA LÍNGUA

Cultura, 28/29

Jugas

AINDA HÁ SEGREDOS BEM GUARDADOS NA MALÁSIA

VIAGENS



Casa da Música tem nova administração mas saldo negativo

A nova equipa mantém dois membros do elenco demissionário. Há pela primeira vez saldo negativo, justificado com os cortes na dotação do Estado **p10**

PUBLICIDADE

VALE UMA ENTRADA

GRÁTIS

Para a exposição **A ARQUITETURA IMAGINÁRIA**
PINTURA, ESCULTURA, ARTES DECORATIVAS

MNAA
MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA

Ver cupão na contracapa

ULTIMATO

Chipre aprova medidas para satisfazer *troika*

Fundo de solidariedade, reestruturação dos bancos e poderes para evitar corridas aos bancos aprovadas ontem à noite. Por decidir está ainda uma taxa sobre os grandes depósitos

Sérgio Aníbal (textos)
e Nuno Ferreira Santos
(fotografias) em Nicósia

O Parlamento de Chipre aprovou ontem à noite a imposição de restrições aos movimentos de capitais, a criação de um fundo de solidariedade e a reestruturação do banco Laiki numa tentativa de cumprir as exigências feitas pela *troika* ao país. A votação sobre a imposição de uma taxa próxima de 15% sobre os depósitos superiores a 100 mil euros foi deixada para hoje, informava ontem o canal público de televisão cipriota.

Os responsáveis políticos do país optaram assim, depois de um dia repleto de ultimatos por vários líderes europeus, pela aprovação de várias medidas que, em conjunto, conseguem atingir os 5800 milhões de euros de receita exigidos pela *troika*, para que esta empreste os 10.000 milhões de euros necessários para salvar os bancos de Chipre. E ao mesmo tempo, de forma inédita na zona euro, criar os instrumentos que permitam ao país limitar uma fuga de capitais em larga escala do sistema bancário, assim que as instituições financeiras do país voltarem a abrir, algo que está previsto para a próxima terça-feira.

De acordo com a agência Reuters, se todas as medidas forem aprovadas, incluindo a taxa sobre os depósitos hoje, o presidente de Chipre irá a Bruxelas amanhã apresentar os

resultados aos seus parceiros europeus, numa reunião extraordinária do Eurogrupo.

Ontem, já depois da meia-noite em Nicósia, o Parlamento aprovou nove diplomas. Criou o fundo de solidariedade, que inclui a utilização de fundos de pensões de várias instituições públicas e semipúblicas, sendo dada em troca aos beneficiários a aquisição de títulos do Tesouro.

Depois, avançou para a possibilidade legal de dividir as instituições financeiras em duas partes (banco bom e banco mau), uma solução que deverá ser aplicada ao banco Laiki (popular), o que poderá provocar despedimentos.

Por fim, avançou para diversas medidas com o objectivo de dar às autoridades instrumentos para limitar o movimento de capitais. Entre as medidas está a possibilidade de converter depósitos à ordem em depósitos a prazo, a imposição de restrições ao uso de cartões de crédito e débito e a criação de limites aos levantamentos. As autoridades

cipriotas tentam assim preparar-se para o momento em que vão reabrir as suas instituições bancárias, fechadas desde o passado fim-de-semana.

A contribuir ainda para os 5800 milhões de euros que Chipre tem de arrecadar está também o anúncio feito ontem da venda das dependências na Grécia do Banco do Chipre e do Banco Laiki a instituições gregas. A Grécia, cuja reestruturação de dívida contribuiu para o colapso dos bancos cipriotas, dá assim o seu contributo para resolução da crise.

Na rua, junto ao Parlamento, esteve em permanência, desde as 10h da manhã até às 10h da noite, uma manifestação de centenas de pessoas. Depois de, na terça-feira, os protestos terem sido dominados por grupos que protestavam contra a imposição de uma taxa sobre os depósitos e de, anteontem, os funcionários do banco Laiki terem mostrado a sua revolta contra a possibilidade da divisão do banco em duas partes, ontem a manifestação tinha uma composição bastante heterogênea.

Logo de manhã, chegaram os funcionários do Laiki, que querem evitar uma vaga de despedimentos no banco, defendendo ainda que “se fecharem o Laiki, os outros bancos irão logo a seguir”. A solução menos má, dizem estes funcionários, seria mesmo a imposição de uma taxa sobre os depósitos.

Depois chegou um grupo de estudantes da Universidade de Chipre, ligados ao AKEL, o Partido dos Tra-



balhadores que há cerca de um mês deixou de ser o partido do Governo. Traziam bandeiras do país e gritavam “Fora com a *troika!*”. Para eles, “Chipre ficaria melhor fora do euro” e qualquer solução imposta pelos parceiros europeus é má e deve ser chumbada, dizem.

O terceiro grupo a chegar também se manifestava contra os líderes europeus, mas por motivos diferentes. Eram cerca de dez imigrantes russos, com bandeiras do

seu país e imagens de Vladimir Putin nas mãos. Acham que a única hipótese de salvação de Chipre está na Rússia e querem acima de tudo que não seja imposta qualquer taxa sobre os depósitos, mesmo os mais altos.

Por fim, para completar a manifestação, chegou um grupo de jovens com bandeiras pretas e motivos anarquistas, pertencentes à claqué de futebol do Omonia Nicosia, um dos principais clubes do país. São



Centenas de pessoas estiveram ontem de manhã à noite junto ao Parlamento



contra a presença de Chipre na UE. Por volta das 22h, quando no Parlamento começou o debate, todos dispersaram. Mas com uma promessa: hoje há mais.

As reportagens em Nicósia são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Haverá cinco a sete anos de austeridade. O país vai empobrecer muito. Os anos de ouro do crescimento acabaram

Bernard Musyck
Professor em Nicósia



Risco e incerteza

Empresas pensam em ir buscar dinheiro em malas ao estrangeiro para pagar salários

Enquanto os políticos escolhiam no palácio presidencial o “plano B” para a saída da crise e os trabalhadores do banco Laiki esperavam pelas decisões à porta do Parlamento, alguns dos principais empresários de Chipre reuniram-se ontem no Hotel Hilton de Nicósia.

O ambiente era o de uma conferência normal, organizada pela revista *The Economist* ainda antes do agravamento acelerado da crise, mas o cenário que se vive lá fora está longe de ser normal e o que todos os empresários se queixavam, tal como acontece nas ruas, era do risco e da incerteza que se vive actualmente em Chipre.

“Neste momento, mesmo uma má decisão é melhor do que nenhuma decisão. Não podemos é continuar a viver assim”, afirmou um advogado numa empresa de telecomunicações cipriota presente na plateia. Os problemas que atravessam as empresas são vários e vão desde a quebra repentina de expectativas de consumo para o futuro até questões de ordem prática num cenário em que o sistema bancário deixou de funcionar normalmente. Uma das dúvidas que estão na cabeça dos donos e gestores de empresas neste momento é, por exemplo, a forma como irão ser pagos os salários de Março aos seus funcionários. Ir buscar, numa mala, o dinheiro ao estrangeiro é uma das hipóteses. Até porque as tarifas cobradas pelas empresas especializadas em transferências internacionais de dinheiro aumentaram exponencialmente nos últimos dias. “Neste momento, não conseguimos ter a certeza que os bancos voltem a abrir até ao final do mês. Temos de encontrar uma solução alternativa para que os trabalhadores recebam mesmo o dinheiro, possivelmente enviar alguém ao estrangeiro para ir

buscar notas para pagarmos aos nossos funcionários”, explica ao PÚBLICO Stavros Spanos, vice-presidente executivo da Hyperion Systems Engineering, uma das empresas consideradas com mais futuro em Chipre. Dedicou-se à consultoria na área da refinação de combustíveis e gás e tem clientes em todo o mundo, incluindo em Portugal, a Galp. Não tem clientes em Chipre, mas mantém a sede no país e tem a expectativa de poder beneficiar largamente da exploração de gás cipriota que irá ser feita nos próximos anos.

Outras empresas têm problemas mais graves porque têm o seu negócio no mercado interno. As grandes cadeias de supermercados ainda continuam a aceitar pagamentos em cartão, mas dizem que não vão fazer isso durante muito mais tempo. Em supermercados mais pequenos, os cartões e os cheques já não são usados, em contrapartida recuperaram-se os livros onde se registam as dívidas dos clientes mais antigos. Nas bombas de gasolina, praticamente já só é possível abastecer o carro com dinheiro em notas e moedas, já que apenas uma companhia aceita o pagamento em cartão, beneficiando do assinalável aumento do consumo, mas ficando com as suas receitas no incerto sistema bancário.

Apesar da incerteza, a generalidade dos empresários presentes na conferência mostrou o seu apoio ao Governo de centro direita, que substituiu um executivo liderado pela esquerda. As culpas da situação viram-se para a Europa. “É incrível que seja agora que temos um Governo que é verdadeiramente europeísta e que está disposto a fazer as reformas estruturais que são necessárias, que puxam o tapete a Chipre. Podiam dar-nos um ano e este Governo faria o que é preciso em seis meses”, afirma Stavros Spanos.

“O modelo baseado na banca está esgotado”, diz Musyck

Entrevista Sérgio Anibal, em Chipre

Professor na Universidade de Frederick, em Nicósia, Bernard Musyck vive em Chipre desde 1996. Diz que já se sente tão cipriota como belga e está preocupado com o que decisões políticas “baseadas em populismo” estão a fazer ao país.

Que solução é que acha que Chipre vai encontrar para sair da actual situação?

A melhor solução era a primeira, aquela que foi chumbada pelo Parlamento na terça-feira. Não foi para a frente por causa do populismo que actualmente domina Chipre. Os partidos estão cheios de populistas, com visões muito simplistas, a dizerem coisas como “os alemães querem apanhar aquilo que temos”.

Mas como é que essa solução pode ser a melhor se foi a partir desse anúncio que se começou a ver uma corrida aos bancos?

Se tivesse sido implementada, já não havia corrida aos bancos. Pelo menos da parte dos residentes. Quem tivesse que perder uma pequena parte do dinheiro perdia, mas ficava garantida a solvência dos bancos. Quem é que ia levantar o dinheiro nessa altura? Não tinha lógica. Agora, vêm-se pessoas nas caixas automáticas a fazerem levantamentos porque têm medo que não se encontre uma solução e os bancos não voltem mesmo a abrir. Essa incerteza é que provoca a corrida aos bancos.

E os depósitos maiores, dos investidores estrangeiros, resistem ao aplicar de uma taxa?

Provavelmente não. Os investidores russos e ingleses já não voltam. E realmente, poderia ser indiferente aplicar-lhes 15% em vez de 10%, poupando os depósitos abaixo de 100 mil euros. A verdade é que o modelo económico de Chipre baseado num sector bancário sobredimensionado, que atrai depósitos de todo o mundo, acabou. Não vai poder continuar a funcionar. O plano

inicial permitia pelo menos que o desmantelamento desse modelo fosse feito com o apoio europeu.

Não acredita que o fundo que está a ser pensado pelas autoridades pode ser uma alternativa?

Não penso que a Europa o possa aceitar porque aumenta o valor da dívida pública, para níveis considerados insustentáveis. Repare: o fundo recebe os fundos de pensões de empresas semipúblicas, as propriedades da igreja e fica à espera que a população contribua voluntariamente. Em troca, quem dá os activos recebe títulos de dívida pública, garantidos pelas receitas futuras de exploração do gás. Por isso, na prática, em vez de ser a *troika* ou a Rússia a emprestar o dinheiro, são os residentes que o fazem. A dívida fica mais alta, algo que não aconteceria na primeira solução. Aí, o que acontecia era os grandes depositantes ficarem sem parte do dinheiro e receber acções dos novos bancos. A dívida não aumentava e os bancos eram reestruturados.

Com o modelo baseado na banca esgotado, o que resta a Chipre fazer?

No futuro, vai ter a indústria do gás, que realmente tem potencial para ser uma solução para o país. No entanto, as receitas só começam a chegar daqui a uns sete anos.

E entretanto?

Entretanto, terá de haver austeridade. Cinco a sete anos de austeridade. O país vai empobrecer muito. Os anos de ouro do crescimento acabaram.

Antes disso, não haverá uma saída do euro?

Espero que não. As pessoas têm de ver que deixariam de poder mandar os filhos para estudar em Inglaterra ou de poder comprar carros e outras coisas. Aqui, em Chipre, tudo é importado. É por isso que fico assustado quando vejo os políticos com discursos em que apelam ao patriotismo e ao heroísmo contra a Europa e a Turquia. É um heroísmo gratuito que pode vir a ter custos muito altos para todos.



Chipre cede à *troika* e avança com taxas sobre grandes depósitos

Foco de tensão na zona euro perto do controlo. Nicósia isenta poupanças abaixo de 100 mil euros, mas mantém taxas para grandes depósitos. *Sérgio Aníbal e Nuno F. Santos, Nicósia, Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas Destaque, 4 a 7*

2

A MISSÃO E AS POLÉMICAS DE UM ECONOMISTA LIBERAL

ANTÓNIO BORGES

PARROQUIA VIRGEN DE CAACUPE/AFP

BUENOS AIRES
A GEOGRAFIA DA INFÂNCIA DO PAPA FRANCISCO
Ana Cristina Pereira, na Argentina
Revista 2

Lisboa ganha novo passeio na frente ribeirinha do Tejo

Embora a segunda fase da requalificação da Ribeira das Naus não tenha acabado, peões e ciclistas podem já usufruir desde ontem de um espaço que recria uma praia que existiu no local **p22/23**

Estrada no Alvão põe em conflito aldeões e ambientalistas

Na serra do Alvão, duas aldeias pedem há décadas uma estrada de 2,5km que as una. A obra está para avançar, mas a Quercus quer embargá-la. Em defesa dos lobos e das borboletas-azuis **p12 a 14**



Volume de lixo produzido caiu 7% no ano passado

A produção de lixo urbano em Portugal caiu em 2012, para os níveis mais baixos dos últimos sete anos. Um efeito ambiental positivo da crise e um problema para as empresas de resíduos **p16/17**

HOJE
RECEBA UM BIFE
GRÁTIS
NA PORTUGÁLIA



Recorte o cupão na Revista

À ESPERA DO RESGATE

Alarme em Chipre: “E se os bancos não abrirem portas na próxima terça-feira?”

Acumulam-se os sinais de ansiedade e de pressão num Chipre sem bancos. Quem não tem cartão multibanco não tem dinheiro, supermercados e gasolinhas têm problemas com os fornecedores e os trocos estão a desaparecer. Se os bancos não abrirem brevemente, a situação torna-se insustentável

Reportagem
Sérgio Aníbal (texto)
e Nuno Ferreira Santos
(fotos), em Nicósia

Ede repente, num país da zona euro, não ter um cartão de crédito ou de débito passou a ser o suficiente para que se tenha de pedir ajuda a familiares, à igreja ou mesmo ao dono da mercearia do lado para sobreviver. Em Chipre, apesar da calma aparente que se vive nas ruas, a ansiedade e a pressão crescentes resultantes de mais de uma semana de bancos fechados começam a ser sentidas por todos. E a pergunta repete-se, sejam reformados, comerciantes, empresários ou funcionários públicos: “E se os bancos não abrirem na terça-feira?”

Os mais afectados neste momento são aqueles que não

têm cartões para levantar dinheiro nas caixas automáticas, mesmo que tenham dinheiro nos bancos. Desde a passada sexta-feira que todas as dependências de todos os bancos estão fechadas. A maior parte das pessoas tem conseguido resolver as suas necessidades de consumo porque, apesar das longas filas junto às caixas automáticas, a verdade é que estas têm vindo a ser sistematicamente reabastecidas. E ainda há bastantes lojas que aceitam o pagamento em cartões.

O problema é para aqueles que não têm - nem nunca tiveram - cartões para usar. “Alguns dos meus clientes estão sem dinheiro para nada. Aos que conheço deixo-os levar algumas coisas, pagam-me quando os bancos abrirem, espero”, explica Giannos Kaouras, o dono de um minimercado em Nicósia. Contudo, o problema tem vindo a acumular-se e multiplicam-se

os sinais de alarme. Em Lanarca, formam-se filas nunca vistas para as entregas de bens alimentares no supermercado comunitário. Em Nicósia, os serviços sociais da igreja dão conta de um enorme aumento na afluência das pessoas à entrega de comida. Todos dizem que, se os bancos não abrirem brevemente, a situação torna-se insustentável.

E há mais sinais de pressão, que fazem aumentar a ansiedade mesmo daqueles que podem usar o seu cartão para levantar dinheiro e fazer compras. Nos supermercados e nalgumas lojas, começa a haver o receio de que falem produtos nas prateleiras. Quem lançou o alerta foi o presidente da associação que reúne as grandes cadeias de retalhistas do país, afirmando que os distribuidores, principalmente de produtos importados, estão a exigir que os pagamentos sejam feitos em dinheiro e não através



de transferências bancárias.

Giannos Kaouras não tem para já problemas. “Eu sempre trabalhei com dinheiro no meu mercado, não aceito cartões, o que sinto é problemas em encontrar trocos. Tive de ir buscar moedas à igreja, os outros donos de lojas vêm aqui pedir-me trocos, mas eu não lhes dou.”

Nos grandes supermercados, que estão na sua maioria a aceitar pagamentos em cartões, o facto de terem alguns *stocks* em reserva e de as pessoas não estarem em massa a encher a dispensa de bens como precaução permite que a situação seja gerível. Mas, mais uma vez, é preciso que os bancos reabram brevemente.

Nas bombas de gasolina, a situação é semelhante, mas neste caso, a maioria das marcas já optou por apenas aceitar pagamentos em notas. A Petrolina é a única que ainda aceita cartões. No entanto, poderá não manter

por muito mais tempo essa opção. É que, também neste caso, os fornecedores internacionais de combustíveis hesitam em vender o seu produto a empresas que trabalham apenas com o congelado sistema bancário cipriota, que está ainda em risco de falência.

A desconfiança em relação aos bancos ganhou tais proporções que, nos portos cipriotas, o próprio Governo, que sistematicamente procura garantir que tudo voltará à normalidade brevemente, começou a recusar o pagamento por cheque na cobrança de taxas nos portos.

Toda esta situação apanhou os cipriotas de surpresa. Afinal, há um mês estavam a eleger um novo Presidente e há pouco mais de uma semana a hipótese de problemas graves no sistema bancário não era equacionada. “Estávamos a contar com a aplicação de medidas difíceis, mas



“Depois de tudo o que se passou, deixámos de estar apenas só com a má situação de perder dinheiro. Agora estamos também com uma situação que se pode tornar caótica

Antonis Ellinas
Professor universitário

não à espera desta chantagem que nos fizeram. Agora estamos um bocado perdidos, sem saber o que fazer”, diz Natacha, uma das cipriotas que têm acompanhado com atenção as transmissões em directo das sessões parlamentares que todos canais televisivos têm vindo a fazer.

Se esperar pela abertura dos bancos na terça-feira é o que muitos neste momento fazem, a verdade é que, mesmo que tal aconteça, não há garantias de que os problemas acabem por se resolver.

Antonis Ellinas, professor na Universidade de Chipre, está muito pessimista em relação ao que poderá acontecer nos próximos tempos. “Depois de tudo o que se passou na última semana, deixámos de estar apenas só com a má situação de perder dinheiro. Agora estamos também com uma situação que se pode tornar caótica durante as próximas

semanas ou meses”, afirma.

O problema é que, explica Antonis Ellinas, perante esta perda de confiança nos bancos, haverá, seja qual for a solução encontrada, uma corrida aos depósitos quando estes abrirem. E para o evitar, o Governo vai impor apertadas restrições aos movimentos de capitais. “Assim que isso for feito, a economia morre, porque o dinheiro deixa de circular e fica crescentemente a faltar liquidez. Parece-me que aí, a saída da zona euro pode deixar de ser uma opção, para passar a ser uma necessidade”, diz. As culpas reparte-as entre o Eurogrupo e os políticos cipriotas: “Depois da decisão inicial do Eurogrupo e das decisões tomadas aqui, as coisas estão uma grande confusão e não há nenhuma saída óbvia dessa confusão. Eles ainda estão a pensar como se ainda estivessem num cenário igual ao que existia antes. É esse o problema.”

“Não esperávamos esta chantagem. Estamos um bocado perdidos, sem saber o que fazer”, diz uma cipriota

Nova taxa sobre depósitos garante acordo com a *troika*

Sérgio Anibal, em Nicósia

Depois de um voto generalizado no Parlamento contra a aplicação de taxas nos depósitos na terça-feira, os líderes políticos de Chipre viram-se obrigados ontem a recuar e a aceitar a introdução de cortes nos depósitos acima de cem mil euros.

De acordo com vários meios de comunicação social cipriotas, citando fontes próximas do Presidente Anastasiades, o acordo com a *troika* já está conseguido e será apresentado à consideração dos parceiros europeus na visita do presidente de Chipre a Bruxelas, hoje, para participar na reunião do Eurogrupo. De seguida, provavelmente na segunda-feira - o último dia do prazo dado pelo Banco Central Europeu a Chipre para resolver a situação - os deputados terão de votar em Nicósia a proposta acordada.

“Estamos a fazer um grande esforço. Espero que tenhamos uma solução brevemente”, disse ontem, numa pequena declaração via Twitter, Nicos Anastasiades. Michael Sarris, o ministro das Finanças, já regressado de uma visita infrutífera à Rússia, falou de “avanços significativos”.

De acordo com a agência Reuters, que cita, sem identificar, um responsável político cipriota, a solução que está em cima da mesa é a aplicação de uma taxa de 20% aos depósitos acima de cem mil euros existentes no maior banco do país: o Banco de Chipre. Aos restantes bancos, também para os depósitos acima de cem mil euros, aplica-se uma taxa de 4%.

O segundo maior banco, o Laiki (Popular), deverá ser alvo de uma divisão em banco bom e banco mau, ficando apenas garantido o acesso aos depósitos a quem tenha menos de cem mil euros nas suas contas. Os depositantes de verbas mais altas arriscam-se a ficar sem acesso ao dinheiro durante muito tempo.

Com estas medidas, o Governo deverá atingir os 5800 milhões de euros exigidos pela *troika* para poder emprestar os 10.000 milhões adicionais de que o país precisa para evitar

a falência do seu sector financeiro. E, em particular, o BCE deixou claro que se não houver acordo até ao final de segunda-feira deixa de ceder liquidez aos bancos cipriotas.

Se tudo ficar acertado e os bancos voltarem a abrir as suas portas ao público, o dinheiro que estará disponível para os clientes poderá ainda assim ficar sujeito a fortes limitações. Ontem, o Parlamento, para além de aprovar a reestruturação das instituições financeiras do país, avançou ainda para uma série de regras que permitem ao Governo impor restrições extremamente apertadas ao movimento de capitais, como limitar os montantes que podem ser levantados diariamente dos bancos ou transformar depósitos à ordem em depósitos a prazo.

Se se confirmar este cenário, Anastasiades e os partidos que o apoiam acabarão por regressar a uma solução semelhante à que foi apresentada ao Parlamento na terça-feira com os votos contra dos partidos da oposição e dos parceiros de coligação de Anastasiades e com a abstenção do próprio partido do Presidente. Aparentemente, a criação de um fundo de solidariedade, a alternativa apresentada durante a semana aos cipriotas, não é, apesar de ter sido aprovada na sexta-feira pelo Parlamento, reconhecida como sendo útil pela *troika*, uma vez que significaria um aumento da dívida de Chipre.



A tensão cresce em Nicósia

À ESPERA DO RESGATE

Sete retratos de um país onde o paraíso fiscal está a dar lugar a um pesadelo colectivo

Giannos resiste porque nunca trabalhou com cartões multibanco, Louisa teme o fim do emprego no banco onde trabalha, Victoria receia que o seu curso superior se deprecie. Faces de tempos difíceis em Chipre

Sérgio Aníbal (texto)
e **Nuno Ferreira Santos**
(fotos) em **Nicósia**

Há meses que os cipriotas tinham motivos de sobra para estarem preocupados. O braço-de-ferro com a *troika* da última semana agravou a ansiedade da população. Do pequeno empresário aos assalariados, em Chipre vivem-se tempos difíceis.

Giannos Kaouras, 38 anos
Dono de um minimercado

“A situação está a ficar complicada, espero que na terça-feira abram os bancos, mas já não se consegue ter a certeza de nada. Ainda não temos falta de produtos, mas é porque eu pago tudo em dinheiro aos fornecedores, não trabalho com multibancos, nunca trabalhei. Nos grandes

supermercados, não me parece que falem produtos, eles têm reservas, mas não aguentam muitos mais dias. O problema aqui são as pessoas que não usam cartões e que não podem levantar dinheiro nas máquinas. Algumas estão sem dinheiro para nada. Aos que conheço deixo-os levar algumas coisas, pagam-me quando os bancos abrirem, espero”.

Nicos Kountouris, 39 anos
Auditor

“Já há algum tempo que ando a levantar o meu dinheiro e pus algum no estrangeiro. Podem chamar-me traidor se quiserem, mas este dinheiro vai voltar a Chipre, é para a minha mulher, que está desempregada, e para a minha filha. Não me sinto culpado por ter tirado o dinheiro. Os políticos falharam nas suas obrigações. Isto já se adivinhava há muito tempo, deviam ter-nos protegido. Os auditores dos bancos também falharam.

Como é que é possível terem escondido toda esta informação e agora ninguém os acusa de nada?”

Amer e Taia Alzubi, 23 e 21 anos
Estudantes

“É difícil de perceber de quem é a culpa. A nós parece-nos que o Governo se preocupa em resolver a situação. Está lá há tão pouco tempo... Nós estamos muito mais preocupados com o futuro. Há muitos estudantes que acabam o curso e que não arranjam emprego ou vão trabalhar para supermercados. Podemos ir para o estrangeiro, talvez para o Dubai, andamos à procura de emprego lá”.

Louisa, 30 anos
Funcionária do banco Laiki

“Dizem que vão dividir o Laiki para salvar os outros bancos, mas isso não é verdade. Depois do Laiki fechar, vão logo os outros a seguir. Se aceitarmos tudo o que a *troika* nos

diz para fazer, eles vão pedir sempre mais. Não acho que a culpa seja do presidente Anastasiades porque lhe foram dados 15 dias para arranjar 5800 milhões euros. A culpa é da Merkel e dos outros. Estão a transformar uma crise económica numa crise social e política”.

Courtagis Christopoulos, 63 anos
Dono de sapataria

“Ninguém compra nada, as pessoas não querem gastar o dinheiro. Eu ainda aceito pagamentos com cartão, mas não sei como é posso manter isso. Esse dinheiro vai para o banco e eu depois não lhe consigo mexer. Fico sem dinheiro para pagar aos meus empregados. Se os bancos não abrirem rápido, ficamos mesmo com muitos problemas.

Victoria Vitoslavskaya, 19 anos
Estudante

“Vim tirar o curso para Chipre porque

as universidades são melhores aqui do que na Rússia, mas agora estou com muito medo que saiam da União Europeia. De que é que vale o meu curso aqui se Chipre sair da Europa? Aqui os estudantes da universidade estão a ir cada vez mais às manifestações, estão contra os outros países europeus. Eu acho que a Rússia quer ajudar, mas também não pode fazer muito, também tem os seus problemas.”

Louisius, 75 anos
Reformado

“Estou muito preocupado. Não se percebe nada do que estão a fazer, está tudo muito confuso. Não sei se vão ficar com os depósitos ou não. Mas acho que se os bancos abrirem não vou levantar o dinheiro. Se todos fizermos isso, as coisas só vão piorar. Acho que a Europa não foi boa para Chipre. Eu trabalhava no Ministério da Agricultura e desde que temos o euro, a agricultura tem vindo sempre a cair”.



À esquerda, Giannos no seu minimercado, Nicos, Amer e Taia, e Louisa empunhando um cartaz, nas fotografias. Em cima, Courtagis Christopolous. À direita, a estudante russa Victoria, e Louisius

“

A decisão do dia 16 deixa uma impressão de incompetência em todos os intervenientes

Nicolas Verón
Analista da Bruegel

”

Taxar os depósitos bancários em Chipre foi um erro?

Por que é que a zona euro e o FMI decidiram tributar os depósitos bancários de Chipre?

Antes de mais, porque para a zona euro e FMI as contas não batiam certo. Chipre precisa urgentemente de 17.500 milhões de euros de empréstimos para recapitalizar os bancos (10.000 milhões) e financiar o Estado (7000 milhões) e evitar a bancarrota de uns e outro. O problema é que, por ser equivalente ao valor de toda a riqueza produzida anualmente no país, este montante provocaria uma explosão da dívida do Estado de 90% do PIB, actualmente para mais de 150%. Ao concederem empréstimos desta ordem, europeus e FMI estariam a assumir desde já que nunca mais conseguiriam reaver pelo menos parte deste dinheiro. Impensável, sobretudo para o Governo alemão, que resiste a tudo o que possa contaminar o debate interno até às eleições legislativas de Setembro. Daí a decisão de conceder a Nicósia empréstimos de apenas 10.000 milhões de euros, e de fazer de alguma forma os bancos contribuírem para o seu próprio salvamento. A solução retida foi a criação de uma taxa extraordinária de 6,75% para os depósitos até 100.000 euros e de 9,9% para os montantes superiores, de forma a gerar imediatamente uma receita de 5800 milhões de euros para recapitalizar os bancos.

É justo tributar os depósitos bancários?

Depende do ponto de vista. A esmagadora maioria dos analistas, académicos, operadores de mercado e mesmo políticos reconheceu que provavelmente esta será a solução menos má, embora não deixe de ter sérias consequências para o resto da zona euro, sobretudo pela abertura de um precedente. Muitos consideram que a imposição de uma taxa sobre os depósitos é a solução mais justa porque além de incidir

sobre os aforradores cipriotas, afectará igualmente os milhares de estrangeiros detentores de cerca de metade dos 126 mil milhões de euros estacionados nas contas bancárias locais para beneficiar de juros bem mais generosos do que os do resto da zona euro – cerca de 4,5% ao ano, contra um valor médio de 2,5% na zona euro e 1% na Alemanha – a par da baixa fiscalidade – os juros não pagam imposto – e da legislação pouco estrita em matéria de branqueamento de capitais. Para muitos Governos e analistas, a única justificação para esta diferença nos juros entre membros da mesma moeda traduz o maior risco que os depositantes em Chipre aceitaram correr. No fundo, a taxa originalmente decidida representaria menos de dois anos de juros. Por essa razão, Jean-Pisani-Ferry, director do centro de reflexão Bruegel, considera a taxa “moral e economicamente justificada”. Muitos dos depositantes estrangeiros são russos, residentes ou não em Chipre, e agindo a título privado ou sob a forma de empresas registadas na ilha. Também por isso a taxa impôs-se, porque muitos Governos recusaram usar o dinheiro dos seus contribuintes para salvar depositantes de dinheiro potencialmente “sujo”.

Sendo assim, por que é que a taxa bancária é tão polémica?

Sobretudo porque a decisão tomada pela zona euro e FMI na madrugada de 16 de Março incluía na nova taxa os depósitos inferiores a 100.000 euros. Isto apesar de estes montantes estarem protegidos por uma garantia acordada por todos os países da União Europeia em 2008 para a eventualidade da falência de algum banco. Ao mexer nestes depósitos a zona euro quebrou a sua própria promessa, emitindo um sinal desastroso aos outros países mais frágeis de que as suas poupanças poderão não estar a salvo. A totalidade dos analistas, académicos, operadores de



REUTERS/BART MAAT

mercado ou deputados europeus que se pronunciaram sobre esta decisão estão de acordo de que se tratou de um erro monumental com o potencial de voltar a pegar fogo à zona euro. Vários analistas comparam mesmo os efeitos desta decisão à falência do banco americano Lehman Brothers, que provocou uma gigantesca onda de choque e espoletou a crise financeira de 2008. Nos dois casos, as decisões em causa quebraram um bem essencial para a estabilidade económica e financeira que é a confiança.

Como é que a zona euro cometeu um erro desses?

Boa pergunta. Ninguém, mas ninguém mesmo, percebe. Os cipriotas acusam o Banco Central Europeu (BCE) de os ter encostado à parede na fatídica madrugada de dia 16 com a ameaça de cortar a liquidez essencial ao funcionamento dos bancos – o que provocaria o seu colapso imediato e perdas de 30 a 40% do valor

dos depósitos bancários – caso não aceitasse a nova taxa. Os outros países acusam por seu lado o Presidente cipriota, Nicos Anastasiades – que tinha tomado posse apenas duas semanas antes – de ter exigido incluir na taxa os pequenos depositantes para não sobrecarregar de mais os maiores. Se a tentativa desesperada de Anastasiades poderá ser explicável à luz da sua preocupação de não matar a galinha dos ovos de ouro – os ricos depositantes russos – já não se percebe como é que os ministros das Finanças, o BCE, o FMI e, sobretudo a Comissão Europeia – que tem a obrigação, segundo o Tratado da UE, de zelar pelo cumprimento do direito comunitário em todos os Estados membros – foram na conversa. “A decisão de sábado [16 de Março] deixa uma impressão de incompetência (...) em que todos os participantes incluindo todos os ministros das Finanças, a Comissão Europeia, o BCE e o FMI ficaram manchados”,

acusa Nicolas Verón, do centro de reflexão Bruegel.

E agora, o que vai acontecer?

Mais ou menos o que devia ter acontecido há uma semana, ou seja, a aprovação – durante uma reunião com os mesmos interlocutores programada para hoje ao fim do dia – de um pacote de ajuda a Chipre no valor dos 10.000 milhões previstos. O pacote incluirá, inevitavelmente, uma taxa bancária que poderá chegar aos 25% sobre os depósitos superiores a 100.000 euros. Os montantes inferiores serão, desta vez, protegidos. Ou seja, a zona euro perdeu uma semana de impasse e incerteza – sobretudo desde a rejeição do pacote de ajuda pelo Parlamento cipriota três dias depois – mas, mais importante ainda, arruinou a sua própria credibilidade, abalou a confiança de milhões de cidadãos em toda a Europa sobre a sua vontade de cumprir as promessas e correu o risco de reacender a crise da dívida. Tudo porque ninguém mediu as consequências da decisão de taxar os depósitos inferiores a 100.000 euros.

E o que vai acontecer a Chipre?

Em qualquer cenário, o futuro não se anuncia brilhante. Se não conseguir concluir até amanhã o programa de ajuda com a zona euro e o FMI (a *troika* de credores) – o que hoje parece pouco provável – os seus bancos perderão o financiamento do BCE que os tem mantido à tona de água e entrarão em colapso, arrastando consigo o Estado, o que poderá obrigar o país a sair do euro. No fundo, Chipre terá de escolher entre tentar manter o seu estatuto de paraíso fiscal e sair do euro, ou permanecer na moeda única e aceitar uma profunda reestruturação do seu modelo económico, que incluirá a redução drástica do sector bancário. Em qualquer dos cenários, o país não escapará a muitos anos de dura austeridade. Será o 4.º país da zona euro na mesma situação. **Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas**



Dirigentes do CDS pedem remodelação e aumento do salário mínimo

Na comissão política houve dirigentes a defender posições que desafiam a posição pública de Passos Coelho em relação ao salário mínimo. Figuras influentes como Pires de Lima pedem remodelação do Governo **Portugal, 6**

China lança ofensiva para reforçar presença em África

O Presidente Xi Jinping iniciou ontem uma *tourné* por vários países africanos. A China é desde 2009 o maior parceiro comercial de África **p24/25**



Governo nega que nova lei vá promover avanço do eucalipto

Francisco Gomes da Silva diz em entrevista que é preciso "revisitar a maldição" do eucalipto e nega a intenção do Governo em favorecer o avanço desta espécie **p18/19**

Prostituição e risco de sida aumentam com a crise

A crise está a provocar o aumento da prostituição e a agravar os riscos de infecção pelo vírus da sida. Hoje, em Lisboa, uma conferência vai debater estes problemas **p10**



NUNO FERREIRA SANTOS

TAP
OS BASTIDORES DO CHUMBO DO GOVERNO À OFERTA DE EFROMOVICH
 Economia, 20/21

FMI volta a mostrar surpresa com subida do desemprego

O chefe de missão do FMI diz que "o resultado do desemprego é muito pior do que o esperado" e foi essa a razão que levou à revisão das metas do défice **p14**

PUBLICIDADE

VALE 20% DESCONTO NO

Ver cupão na contracapa



NUNO FERREIRA SANTOS

Enquanto as negociações decorriam em Bruxelas, em Nicósia os cidadãos saíam à rua

Limassol, a capital dos russos ricos e não só

Reportagem
Sérgio Anibal (texto) Nuno Ferreira Santos (fotografia), Nicósia

Asair de uma das praias de areia escura de Limassol e a caminho da piscina interior do Amathus, um dos hotéis de cinco estrelas da cidade, Yuri (que preferiu não dizer o apelido), tem o perfil que se espera num milionário russo que guarda o seu dinheiro em Chipre. Mas não, Yuri garante que não é um dos milionários, é “apenas da classe média”.

Com 44 anos, vive há doze em Chipre, onde trabalha para uma empresa russa de transportes marítimos. E chegou precisamente há dois dias de Portugal, onde esteve “a tratar de negócios”.

Para Yuri, aquilo que irá ser decidido em relação aos depósitos nos bancos cipriotas não o afecta. “Não tenho o meu dinheiro aqui, além disso, quem é afectada é a classe alta russa. Esses é que podem perder dinheiro”, explica.

É em Limassol que a comunidade russa presente no Chipre, calculada em cerca de 50 mil pessoas, se concentra. Ao longo da marginal de quase 10 quilómetros da cidade é possível ver supermercados russos, com prateleiras cheias de garrafas de vodka, conservas alimentares e cd’s provenientes da Rússia. Também há bancos russos e casas de apoio ao investimento.

No entanto, a presença russa em Chipre de que mais se fala nos últimos dias não é esta. É antes a do capital russo, de milionários (a classe alta de que Yuri fala) que, possivelmente, nunca se deslocaram à ilha, apenas a utilizam como refúgio seguro para o seu dinheiro. Um local onde não se colocam questões sobre a proveniência do dinheiro, onde os impostos cobrados são baixos e onde as taxas de juro são muito convidativas.

Agora este modelo de paraíso bancário parece estar a chegar ao fim em Chipre, mas para a Yuri não é esse o problema do

país. “Aqui dão demasiada ajuda aos imigrantes”, afirma. Não aos russos, mas sim aos filipinos e vietnamitas que dominam o lado mais pobre da marginal de Limassol.

As decisões que têm vindo a ser preparadas em Chipre em relação aos seus bancos durante os últimos dias têm os investidores russos como um dos principais alvos. A dissolução do Banco Laiki pode fazer com que o acesso a depósitos acima de 100 mil euros fique interdito por vários anos. E a aplicação de taxas pode ser feita unicamente sobre os grandes depósitos.

Na Alemanha, foi desde cedo evidente o incómodo de ajudar os bancos cipriotas, salvando os capitais russos. Ainda assim, numa primeira decisão, Eurogrupo e Governo

de Chipre decidiram aplicar uma taxa também sobre os depósitos mais baixos, por forma a que os mais altos pudessem ser menos penalizados.

Esse facto mostra a importância que o investimento do estrangeiro tem (e em que o russo não é o único mas é o mais importante) para Chipre. Ontem, o Arcebispo da Igreja Ortodoxa de Chipre anunciou que se ia reunir com empresários russos para lhes pedir que não retirassem os seus investimentos do país.

Mikhail, de 32 anos, não parece um oligarca russo, mas deve conhecer alguns. Vive em Limassol desde a adolescência e trabalha num banco russo. Não quer dizer o seu apelido nem falar dos investimentos que são feitos pelos milionários russos através do seu banco. Mas revolta-se contra o facto de se estar sempre a falar de “dinheiro russo”. “Ganho tanto como qualquer cipriota. Falam disso por causa da política, mais nada, o dinheiro vem de todo o lado”.

Ainda assim Mikhail teme que, agora, “a reputação do sistema bancário tenha ficado totalmente manchada” e prevê que haja saídas de capital. “Mas ninguém sabe quanto, se são 50%, 30% ou 10%. É preciso ver que não é muito fácil, de um momento para o outro, colocar todo o dinheiro noutra local”.

O Arcebispo da Igreja Ortodoxa de Chipre anunciou que se ia reunir com os russos para lhes pedir que não retirassem os seus investimentos de Chipre

vel é que o sector bancário hiperinflacionado de Chipre em resultado do seu estatuto de paraíso fiscal terá de ser drasticamente reduzido.

Pierre Moscovici, ministro francês das Finanças defendeu que é preciso acabar com a “economia-casino” de Chipre. “Senão, são vocês, sou eu, somos todos nós que teremos de pagar a factura”, afirmou aos jornalistas à chegada à reunião.

A principal dificuldade das negociações tem precisamente a ver com o destino a dar aos dois principais bancos - Banco de Chipre e Banco Popular (Laiki). Um acordo foi em princípio conseguido no sábado sobre o desmantelamento do Laiki, e a transferência dos activos “sãos” para o Banco de Chipre. O Laiki ficará em contrapartida com os activos duvidosos, ficando assim transformado num “banco mau”, devendo os detentores dos seus títulos sofrer

perdas de 20 a 40%.

O valor mais alto é exigido pelo FMI, mas Anastasiades resiste.

“Infelizmente, os acontecimentos dos últimos dias provocara uma situação em que já não há soluções óptimas”, afirmou Olli Rehn, comissário europeu responsável pelos assuntos económicos e financeiros.

Ontem, em Nicósia, enquanto se esperava pelo desfecho da reunião do Eurogrupo, vários grupos de manifestantes, em vários pontos da cidade, ensaiavam protestos contra os líderes políticos de Chipre e da Europa. Uma manifestação convocada por grupos de independentes pela internet junto ao parlamento juntou 200 pessoas. Outra manifestação do Partido Comunista junto às instalações da UE foi mais concorrida, embora em menor escala daquela que foi organizada pelos trabalhadores dos bancos no sábado.



Os cipriotas queixam-se do Parlamento. Os russos também

CHIPRE EM CRISE

“Não vejo como é que a confiança na Europa possa alguma vez recuperar”

Antonis Ellinas Depois do que se passou na última semana, vai haver uma corrida aos bancos e as restrições à circulação de capital vão asfixiar a economia. Abandono do euro pode ser uma necessidade

Entrevista
Sérgio Aníbal (texto)
Nuno Ferreira Santos
(fotografia), Nicósia

Antonis Ellinas, professor na Universidade de Chipre, duvida de que, depois do caos criado na última semana, qualquer das soluções pensadas pela *troika* possa resolver a situação. E a saída do euro pode deixar de ser uma solução para ser uma necessidade.

Uma das soluções encontradas para Chipre é colocar os bancos sob um processo de insolvência. O banco Laiki deve ser o primeiro. Acha que é boa ideia?

O problema dessa solução é que todos os depositantes acima de 100 mil euros, que não têm garantia, vão ter de esperar pelos tribunais para poder reaver o seu dinheiro. Estamos a falar de dezenas de milhares de pessoas ricas que habitualmente costumam pôr o dinheiro na economia, de uma forma ou de outra, e que agora não vão ter acesso às suas propriedades durante quatro ou cinco anos.

Como é que isso pode ser possível depois de todos os partidos do Parlamento terem contribuído para o chumbo de uma proposta semelhante?

Acho que foi terem percebido que não há alternativas. Aparentemente, os responsáveis políticos pensaram que haveria a possibilidade de conseguir sempre uma melhor solução se se dissesse não. Mas, pelos vistos, havia apenas duas hipóteses em cima da mesa. A primeira era o processo de insolvência nos dois grandes bancos, que impõe perdas a quem tenha decidido pôr o dinheiro nestes bancos problemáticos, poupando o resto do sistema. A segunda é distribuir o custo de forma mais ou menos igual por



todo o sistema, aplicando uma taxa nos depósitos. O problema agora é que inicialmente tomaram a decisão de avançar para uma taxa geral, que depois retiraram. E agora apostam na solução de penalizar apenas os dois bancos para proteger o resto do sistema, mas o resto do sistema já não confia nas decisões dos políticos porque estes quase que lhes aplicaram uma taxa. Depois de tudo o que se passou na última semana, deixámos de estar apenas só com a má situação de perder dinheiro. Agora estamos também com uma situação que se pode tornar caótica durante as próximas semanas ou meses.

Porquê?

Porque vai haver uma corrida aos bancos. E para evitar isso, vai ser preciso impor apertadas restrições aos movimentos de capitais. Assim que isso for feito, a economia morre, porque o dinheiro deixa de circular. Parece-me que aí, a saída da zona euro pode deixar de ser

uma opção para passar a ser uma necessidade. Depois da decisão inicial do Eurogrupo e das decisões tomadas aqui, as coisas estão uma grande confusão e não há nenhuma saída óbvia da confusão. Eles ainda estão a pensar como se ainda estivessem num cenário igual ao que existia antes da confusão. É esse o problema.

Se o impacto for apenas nos depósitos mais elevados, o problema não pode ser menor para a economia?

Não sei. Repare que ao porem esses depósitos no banco mau, o que se está a fazer é pôr 30 mil pessoas sem acesso ao seu dinheiro durante vários anos.

Cipriotas ou estrangeiros?

Principalmente cipriotas. E não sabemos quais as ramificações disso. Não sabemos o que significa para uma economia o facto de 3% ou 4% das pessoas mais ricas não terem acesso ao seu dinheiro. Vamos descobrir rapidamente, mas tenho dúvidas de que isto

tenha sido muito pensado.

Politicamente, o Presidente, eleito há um mês, já perdeu toda a confiança?

As pessoas perderam a confiança nos políticos nos últimos dois anos, quando as coisas começaram a ficar difíceis. Porque antes, as coisas raramente foram difíceis. Chipre costumava ser um país com 3%, 3,5% de desemprego. Tivemos um crescimento anual do PIB de 4% em média durante mais de 30 anos. A primeira contracção do PIB que tivemos desde 1977 foi em 2009 e foi muito pequena. Agora, o desemprego subiu para perto de 15%. Surgiram enormes problemas sociais que o Estado não está preparado para gerir. Por isso, os cipriotas têm vindo a perder confiança nos políticos e o Presidente Anastasiades conseguiu bater um recorde mundial: em duas semanas conseguiu perder todo o apoio da população.

Nas ruas, as pessoas parecem furiosas com a Europa.

Chipre pode ter-se afastado irremediavelmente da Europa?

Por um lado é um problema semelhante ao dos outros países que tiveram um resgate, que é o das populações não verem o resgate como uma verdadeira ajuda. Vêm a austeridade como uma política conduzida pela ideologia, não como uma solução. É fácil culpar a Europa, neste cenário. Mas no caso de Chipre, há ainda mais uma coisa: é que toda a gente neste momento culpa a Europa pela confusão que criaram. Por exemplo, a decisão de taxar os depósitos abaixo de 100 mil euros é obviamente estúpida. Toda a gente percebe que os políticos a nível europeu, não apenas os cipriotas, criaram uma confusão. Não é só a austeridade, é um falhanço óbvio de encontrar uma solução.

Isto vai ter consequências?

Se calhar não no imediato, mas sim a prazo. Esta semana, saiu uma sondagem que indicava que 67% da população cipriota queria abandonar o euro. E também que queria relações mais próximas com a Rússia. Pode ser que alguma coisa tenha mudado, já que a Rússia acabou por não dar uma ajuda. Mas, seja como for, parece-me que aquilo que irá acontecer em Chipre nos próximos meses vai ser tão dramático que não vejo como é que confiança dos cipriotas em relação à Europa possa alguma vez recuperar.

Muitas pessoas acreditam que o gás pode ser a solução para Chipre. Acha que sim?

Parece haver realmente grandes depósitos de gás natural e talvez de petróleo na costa. A grande questão é a rapidez com que será possível obter essas receitas e de que forma é que as questões de ordem geopolítica vão permitir isso. É por isso que os credores não parecem estar muito convencidos do potencial de dinheiro que pode vir do gás natural.

publico.pt

Regulador quer acabar com saúde privada nos hospitais do Estado

Recomendação da Entidade Reguladora da Saúde pede ao Governo para pôr fim ao exercício da medicina privada nos hospitais públicos, em nome dos “direitos e interesses legítimos dos utentes” **Portugal, 14**



NUNO FERREIRA SANTOS

CHIPRE À ESPERA QUE OS BANCOS ABRAM DEPOIS DA REVOLUÇÃO DO EUROGRUPO

Sérgio Aníbal e Nuno Ferreira Santos, em Chipre, Destaque, 2 a 7

Criminalidade está a descer no país, mas sobe no interior

Criminalidade geral e grave diminuiu em relação a 2012, mas verifica-se uma transferência do litoral para o interior do país **p12**

Cartões diferidos: só a Caixa resiste ao Banco de Portugal

Santander e BES já retiraram cartões de crédito diferido, Caixa é a única a mantê-los, contrariando o BdP **p20**



Testemunho de arrependido fulcral para ilibar arguidos

Recuo de antigo casapiano crucial para absolver réus dos crimes da Casa Pia relativos à casa de Elvas **p8 a 10**

PUBLICIDADE

25 ANOS Desde 1988

BANIF MUSIC

the best of

HÁ VOZES QUE NÃO TÊM PREÇO

Ganha convites duplos em facebook.com/banif



LUÍSA SOBRAL
11 DE ABRIL - 21H30
RITZ CLUBE
SHOWCASE
DE APRESENTAÇÃO
DO NOVO DISCO

banifmusic.pt

RÁDIO COMERCIAL

UNIVERSAL

UNIVERSAL MUSIC GROUP



BANIF

A força de acreditar

CRISE EM CHIPRE

Um país à espera que os bancos abram

Nicósia acordou com música e bandeiras para festejar o aniversário da guerra da independência grega contra os otomanos. O pensamento de todos estava no que se passara em Bruxelas

Reportagem
Sérgio Aníbal (texto)
e Nuno Ferreira Santos
(fotografia)

Muitas bandeiras, da Grécia e de Chipre, música tocada por bandas e crianças a marchar ao lado de veteranos da II Guerra Mundial. O ambiente de festa que se vivia ontem de manhã em Nicósia surpreendeu quem estava à espera de uma cidade deprimida depois das decisões tomadas no Eurogrupo durante a madrugada. No entanto, por trás dos festejos, estava uma crescente preocupação em relação ao que vai acontecer a partir de agora.

O motivo da comemoração não estava, é claro, no acordo assinado em Bruxelas pelo Presidente, Nicos Anastasiades, com os parceiros europeus. No dia 25 de Março comemora-se o início da guerra da independência grega contra o Império Otomano e este ano, para não falhar a tradição, os alunos das escolas e universidades fizeram uma parada pelo centro da cidade que terminou junto à embaixada da Grécia.

“Realmente, a festa parece igual à dos outros anos, a grande diferença é que desta vez não temos dinheiro nos bolsos”, explica Dinos Papakipranou.

Este empresário do ramo dos transportes marítimos era dos que aplaudiam com mais entusiasmo a passagem de cada uma das escolas, mas era também dos mais pessimistas quando se lhe pedia para falar da actual crise. “Retirando as vidas humanas que se perderam, o que está a acontecer a Chipre é pior do que aquilo que aconteceu em 1974, quando a Turquia ocupou metade do país”, afirma, num dos piores diagnósticos que um cipriota grego pode alguma vez fazer.

O pessimismo de Dinos está relacionado com o que vê na actividade da sua empresa e que o faz adivinhar um afundamento muito rápido da economia. “Eu tenho muitas vezes que viajar para o estrangeiro. Como é que agora eu faço isso, levantando 100 euros por dia do banco? É impossível. E como é que recebo o dinheiro dos clientes? Ainda há dois dias tive de anular um negócio de várias dezenas de milhares de euros.” Por isso, para ele “é indiferente o que vai acontecer com os bancos esta semana, se abrem ou não”. “O que é certo é que vamos ter uma economia completamente parada, um país completamente parado”, afirma, garantindo que não perdoa aos políticos de Chipre e da UE “porque eles sabem o que estão a fazer”.

Nicos Anastasiades, só ao princípio da noite de ontem, numa declaração ao país, tentou explicar

porque é que aceitou este acordo, quebrando várias promessas que tinham sido feitas durante a campanha eleitoral, há cerca de um mês. O Presidente de Chipre disse que esta era uma “solução dolorosa, mas a melhor que se pôde encontrar tendo em conta as circunstâncias”.

Anastasiades esforçou-se ainda para responder às principais ansiedades e críticas que têm sido expressas pela população. Garantiu que “os controlos de capital vão ser temporários”. Depois tentou mostrar que alguém vai pagar pelo que aconteceu ao país. “Irá haver uma investigação criminal à forma como Chipre foi conduzido a esta crise”, prometeu. E deixou ainda críticas aos parceiros europeus, mas optando pela manutenção na UE. “Apesar da nossa amargura e desapontamento com alguns dos nossos parceiros, não acho que devamos pensar em deixar a família europeia”, disse.

Pouco antes da declaração do Presidente, foi anunciado que os dois principais bancos do país - o Banco do Chipre e o Banco Laiki - apenas irão voltar a abrir na quinta-feira, um adiamento de

dois dias em relação ao que estava agendado e que todos os outros abririam hoje, mas com restrições ao levantamento e transferência de dinheiro. Mas ao final da noite, o Banco Central de Chipre alterou a sua decisão e disse que todos ficarão fechados até quinta-feira.

A situação continua a confundir e a assustar muitos cipriotas. “O meu banco é o Laiki [que vai ser dividido, com os depósitos mais baixos a serem transferidos para o Banco do Chipre] e não sei quando é que abre, o que lhe acontece a seguir e quanto dinheiro é que me deixam levantar”, afirma Georgious, funcionário numa companhia de seguros que, durante o último mês, registou menos metade do negócio do que no ano anterior. “Estou com muito medo de perder o emprego”, afirma.

Em Chipre, entre as pessoas, a preocupação, que durante a semana passada estava especialmente centrada no facto de poderem aceder de forma livre ao dinheiro que tinham no banco, começou esta semana a virar-se também para o que irá acontecer à economia do país. Maria, professora numa

escola secundária em Nicósia, é o exemplo dessa preocupação. “Se destroem os nossos bancos, que eram tão importantes na nossa economia, não sei o que é que vamos fazer”, numa análise em tudo igual à que o prémio Nobel da Economia cipriota Christopher Pissarides faz em entrevista ao PÚBLICO (ver pág. 6).

Antes da crise das últimas semanas já se previa uma contracção da economia este ano de 2%, mas agora há analistas que apontam para quedas bruscas da actividade que vão dos 5% até aos 15%. A verdade é que as previsões são nesta fase muito difíceis de fazer. Afinal de contas, Chipre está a ser o palco para os líderes europeus experimentarem um novo modelo para resolver crises bancárias. A partir de hoje, os resultados começam a ser conhecidos.

As reportagens em Chipre são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



CRISE EM CHIPRE

“Querem que voltemos à agricultura?”

Christopher Pissarides Prémio Nobel e conselheiro económico do Presidente cipriota, afirma que o sistema bancário do país cumpria as regras europeias. “A pancada que levámos foi muito forte”, diz

Entrevista
Sérgio Aníbal (texto), Nuno Ferreira Santos (fotografia)

Christopher Pissarides tornou-se, em 2010, no primeiro cipriota a receber um prémio Nobel. Agora, aconselha o Presidente Nicos Anastasiades em política económica num dos momentos mais difíceis que o país já atravessou. Pissarides está pessimista, prevê muitas falências e acusa a *troika* de estar a destruir um modelo de crescimento usado com sucesso durante trinta anos. Para Portugal deixa um aviso: a UE tem uma nova forma de tratar os países em dificuldades.

Acha que, com as decisões de ontem, a incerteza em que vive Chipre pode realmente acabar?

Acaba com a incerteza, mas apenas como uma pessoa que vai ao médico porque não sabe por que é que tem uma dor na perna, o médico corta-lhe a perna e diz: “Agora tem a certeza de que já não terá dores nessa perna”. O que fizeram a Chipre foi precisamente prescrever uma receita que é muito mais grave do que a doença.

Porquê? O que prevê que possa agora acontecer ao país?

No longo prazo, a solução encontrada destrói o modelo económico que Chipre tinha encontrado nos últimos 30 anos e que lhe tinha garantido um crescimento fantástico. E fizeram isso porque a União Europeia decidiu que esse não era um bom modelo de negócio para Chipre. Porquê? Não sabemos. Falei com a *troika* quando estiveram aqui em Nicósia e eles não tinham uma resposta quando lhes dizia que não se podia colocar em causa todo o modelo num momento de tanta incerteza, ainda para mais quando os problemas estão



a ser provocados por situações excepcionais como o corte na dívida grega, que foi prometido que seria único. Não se destrói uma história de 30 anos de crescimento económico por causa disto. O que se tem de fazer é tentar reparar o problema.

No imediato o que é que está à espera que aconteça na economia?

Estou a prever muito mais desemprego, como resultado de muitas falências. Por duas razões. A primeira é que muito dinheiro foi tirado de contas particulares para fora de Chipre e, por isso, o consumo privado vai diminuir muito. E depois, a grande maioria dos negócios tem contas nos dois bancos afectados - o Laiki e o Banco do Chipre - e esse dinheiro vai ser cortado nas contas acima de 100 mil euros. Portanto, o que é que temos: empresas a que retiraram a liquidez e clientes

que não têm dinheiro para gastar. O resultado: muitas falências. E depois, não podemos voltar a usar o modelo que nos fez crescer no passado. Ora, muito obrigado! Devemos voltar a apostar na agricultura, é isso? Nós perdemos a nossa melhor terra arável em 1974 [com a ocupação pela Turquia de parte da ilha], só temos montanhas.

Muitas pessoas estão a apontar o dedo à Alemanha. Também o faz?

As pessoas estão zangadas porque a Alemanha pisou realmente a linha nos comentários feitos em relação à forma como outro país deve ser gerido. Por exemplo, disseram que andamos a lavar dinheiro para os russos. Mas a verdade é que nós só temos estado a cumprir as regras europeias. **Mas há 35 mil milhões de euros de dinheiro em contas proveniente da Rússia. Não**

será lavagem de dinheiro?

É difícil de dizer. Tenta-se detectar essas práticas, mas não se tem encontrado nada. Os bancos cipriotas cumprem as regras que estão definidas a nível europeu. Agora, se há milionários russos que conseguem operar dentro das regras e escapar às investigações, lavando o dinheiro, isso não sabemos. É como perguntar quantos ratos é que há na cozinha, não se viu nenhum, mas deve haver muitos.

Como é que Chipre deve agora reagir?

A nossa reacção imediata é “porquê nós?”, “O que é que fizemos para merecer isto?”. Depois temos de parar e começar a pensar que temos uma força de trabalho altamente qualificada e que trabalha muito quando tem que ser. Nós já ultrapassámos muitas adversidades. Temos de acreditar que podemos crescer

outra vez. Mas a verdade é que a pancada que levámos agora foi tão forte que vai levar muito tempo até conseguirmos recuperar.

Quanto tempo? Cinco anos ou mais do que isso?

Seria bom que fossem cinco anos, mas parece-me uma perspectiva demasiado optimista. Nós temos de encontrar um novo sector que nos faça crescer e, no meio da convulsão social, como é que nós conseguimos fazer isso?

Chipre poderá contagiar outros países como Portugal?

Penso que Chipre é demasiado pequeno para provocar um contágio, no sentido habitualmente dado a um contágio que é o da depressão de Chipre se espalhar para outros países. Mas o que Portugal precisa de fazer agora é pensar que esta é uma nova forma do Eurossistema tratar os países em dificuldades e que precisam de ajuda. É diferente da forma como foram tratados os outros países, como a Grécia, Irlanda e Portugal.

Esses países também foram forçados a austeridade...

Sim, mas aquilo que se está a fazer aqui, com a limitação no acesso ao dinheiro e o destruir de todo um modelo de crescimento, vai ser muito mais penalizador para as famílias normais e para as pequenas empresas.

O que também nos está a dizer é que os portugueses devem ter cuidado com os seus depósitos...

O que estou a dizer aos portugueses é que se têm mais do que 100 mil euros numa conta e o vosso banco registou prejuízos, o melhor é abrirem rapidamente uma conta noutra sítio.

As reportagens em Chipre são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



publico.pt

Há médicos a receber incentivos para cirurgias no horário normal

Inspeção da Saúde detectou vários casos de clínicos do SNS a receber mais de 200 mil euros por ano acima do salário-base em incentivos e horas extraordinárias. Sindicatos falam em situações pontuais **Portugal, 4/5**



BRUNO SIMÕES CASTANHEIRA

**ARQUITECTURA
O MUSEU DOS
COCHES ABRIU
POR UM DIA,
MAS SEM COCHES**
Cultura, 26/27

O arquitecto brasileiro Paulo Mendes da Rocha, ontem, na praça do museu

Tribunal quer que polícias cumpram já pena de quatro anos

Dois agentes condenados por agredirem estudante devem cumprir a pena já, defende o Tribunal da Relação. Defesa tenta atrasar detenção **p6**

**DIA MUNDIAL
DO TEATRO**
**FERNANDA ALVES,
A MEMÓRIA
DE UMA ACTRIZ
IRREPETÍVEL NO
TEATRO NACIONAL
DE SÃO JOÃO**

Cultura, 30/31



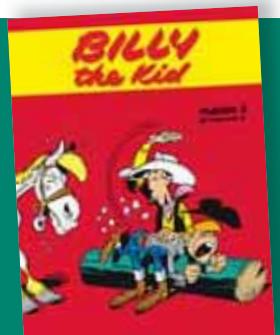
Cipriotas sem saber quanto poderão levantar nos bancos

A um dia da abertura dos bancos em Chipre, ninguém sabe o que será permitido **Sérgio Aníbal e Nuno Ferreira Santos, em Nicósia p16/17**

Cortes aumentam risco de a economia estagnar em 2014

Cenário de recessão projectado pelo Banco de Portugal para este ano é igual ao do Governo: uma queda de 2,3% do PIB **p2/3**

**HOJE Lucky Luke
Billy the Kid
(8.º álbum)
Por + 4,95€**



Consumir metade do sal evitaria 6000 mortes por ano

Cloreto de sódio associado a 2,3 milhões de mortes no mundo em 2010, alerta estudo. Em Portugal, vítima 6000 pessoas/ano **p25**

Cipriotas sem saber quanto poderão levantar quando os bancos abrirem

Num país onde a incerteza domina, há a promessa de que as agências abrem amanhã, mas nem isso está garantido; o Banco de Chipre vai manter-se, mas o presidente divergiu do Governo e demitiu-se

Crise do euro

Sérgio Aníbal (texto)
e Nuno Ferreira Santos
(fotografia), Nicósia

A um dia da mais recente data marcada para a abertura dos bancos em Chipre, ainda ninguém sabe quais os controlos de capital que vão ser impostos, ou seja, quanto dinheiro é que efectivamente se vai poder levantar em cada banco.

Um dos principais objectivos do acordo assinado entre a *troika* e as autoridades cipriotas era, de acordo com os seus responsáveis, acabar com o clima de incerteza no país. Para isso, foi anunciado que o Banco Laiki – o segundo maior do país – seria dissolvido, com os depósitos abaixo de 100 mil euros e os empréstimos seguros a serem transferidos para o Banco do Chipre – o maior do país. O resto do Laiki, incluindo os depósitos acima de 100 mil euros, seriam usados para fazer face às imparidades do banco e dissolvê-lo. O Banco do Chipre será salvo pelos empréstimos da *troika*, mas os depositantes com valores superiores a 100 mil euros poderão sofrer um corte próximo de 40%.

No entanto, apesar destas decisões, ainda há muitas coisas por saber. A que mais preocupa os cipriotas é quanto dinheiro vão poder levantar quando os bancos voltarem a abrir amanhã (se desta vez o prazo definido pelo Governo for cumprido). Nas caixas automáticas, o limite diário para levantamento baixou na segunda-feira para 100 euros no Banco de Chipre e no Banco Laiki, sendo mais elevado nos outros bancos. Mas, quando os bancos abrirem, deverão ser aplicados novos limites, provavelmente semanais, para evitar uma eventual corrida aos bancos. Na sexta-feira passada, o Governo cipriota ficou com poderes inéditos na zona euro de controlo de capitais, que incluem o direito de limitar o valor dos levantamentos, de restringir as transferências interbancárias e o uso de cheques e o de obrigar que os depósitos a prazo só possam ser levantados quando atingirem a maturidade, por exemplo.

No caso dos clientes do Laiki, as dúvidas ainda são maiores, porque não existe sequer a certeza se as de-



Os estudantes do secundário exigiram nas ruas de Nicósia a saída da *troika* de Chipre

Maratonas em Bruxelas

Dinheiro foi saindo de Chipre, enquanto o Presidente negociava

Enquanto o Presidente Nicos Anastasiades hesitava sobre um resgate por parte da União Europeia (UE) que poderia acabar com a condição de Chipre como um refúgio financeiro, havia dinheiro a sair dos bancos que estavam fechados. Em notas levantadas nas máquinas automáticas e em transferências excepcionais para “abastecimentos humanitários”, grandes quantidades de euros saíram da ilha, tanto antes como depois de os deputados cipriotas terem surpreendido a Europa ao rejeitar uma taxa sobre todos os depósitos bancários.

Os negociadores da UE aperceberam-se de que algo estava errado, quando o Banco Central de Chipre pediu ao Banco Central Europeu mais notas do que aquelas que seriam necessárias, tendo em conta os levantamentos que estava

a comunicar a Frankfurt. “As quantidades que os cipriotas comunicaram (...) numa base diária eram muito inferiores à realidade”, afirmou uma fonte europeia.

Ninguém sabe ao certo quanto dinheiro saiu dos bancos de Chipre, nem para onde foi. As duas instituições no centro da crise – o Laiki e o Banco de Chipre – têm sucursais em Londres que permaneceram abertas ao longo da semana e que não impuseram limites aos levantamentos. O Banco de Chipre também tem 80% do banco russo Uniastum, que não colocou quaisquer limites aos levantamentos na Rússia – os russos estavam entre os maiores depositantes nos bancos cipriotas.

Enquanto os cipriotas comuns faziam filas nas máquinas automáticas para levantar

algumas centenas de euros, outros depositantes usaram uma série de técnicas para ter acesso ao dinheiro nas contas. A algumas empresas foram assegurados fundos para evitar que entrassem em incumprimento e também foram autorizadas transferências para a compra de produtos humanitários, medicamentos e combustível de aviões.

Chris Pavlou, que foi vice-presidente do Laiki até sexta-feira, afirmou que, apesar de ter sido levantado dinheiro, as operações foram na ordem dos milhões de euros, não dos milhares de milhões. O ministro alemão das Finanças, Wolfgang Schäuble, escusou-se a avançar números, mas disse que o encerramento dos bancos limitou a fuga de capitais e que o BCE estava a olhar para o assunto com atenção. **Reuters**

pendências da instituição voltarão a abrir. O Governo ainda não esclareceu se será já o Banco de Chipre a tratar dos assuntos relacionados com o seu anterior concorrente. “Não faço ainda ideia daquilo com que posso contar. Quanto dinheiro é que posso gastar por dia. Eles não dizem nada”, lamentava-se ontem Iannis, um trabalhador de seguros que tem a sua conta no Laiki, à saída da caixa automática, onde tinha levantado mais 100 euros.

As autoridades estão num autêntico contra-relógio para assegurar que a abertura dos bancos acontece amanhã e de uma forma pacífica. “Está a ser feito um esforço sobre-humano para que os bancos abram na quinta-feira”, disse ontem Panicos Demetriades, o presidente do banco central.

O presidente do Banco de Chipre, Andreas Artemis, demitiu-se de manhã, por discordar da forma como estão a ser transferidos activos e passivos do Banco Laiki para a sua instituição. À tarde, o banco central anunciou que um administrador especial foi nomeado para gerir o banco. Esse anúncio foi visto pelos trabalhadores como a colocação de um gestor de insolvência e cerca de 300 funcionários dirigiram-se ao banco central para protestarem. A manifestação apenas dispersou quando o presidente do banco central garantiu aos representantes dos trabalhadores que o administrador especial apenas tinha como tarefa tratar da transferência da parte boa do Laiki para o Banco de Chipre.

De manhã, os protestos tinham sido feitos por estudantes de escolas secundárias. Juntaram-se perto do parlamento e depois dirigiram-se para o palácio presidencial, passando pela representação da União Europeia em Nicósia. As palavras de ordem mais ouvidas eram: “*Troika* fora de Chipre”. “Eles estão a tomar as decisões e o que estão a fazer é destruir o nosso futuro”, afirmava uma das estudantes.

As reportagens em Chipre são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais





**ENTREVISTA
À RTP1
SÓCRATES ACUSA
CAVAGO DE TER
PROVOCADO QUEDA
DO SEU GOVERNO**

Destaque, 2/3

Passos admite demissão, se houver chumbo do TC

Primeiro-ministro exprimiu perante o seu núcleo duro receios de que o Governo possa não chegar ao fim da legislatura e que o executivo não encontre alternativas às medidas que o Tribunal Constitucional venha a vetar **Portugal, 5**

Governo quer videovigilância nas lojas de ouro

MAI quer que câmaras de vigilância sejam obrigatórias nas lojas de ouro. Empresários dizem que assaltos vão continuar **p7**

Agentes da PSP condenados estão ao serviço

Os dois agentes da PSP condenados por terem agredido um estudante alemão em 2008 continuam ao serviço **p12**



Médicos de família ganharam mais de cem mil euros anuais

Inspeção detectou gastos de 75 milhões com 740 médicos, na maior parte dos casos devido a incentivos ou horas extraordinárias **p8/9**

Identificadas mutações ligadas a três tipos de cancro

Estudo internacional, em que Portugal participa, identifica mutações ligadas aos cancros da mama, do ovário e da próstata **p27**

Levantamentos em Chipre limitados a 300 euros

Bancos reabrem hoje em Chipre. Levantamentos estão limitados a 300 euros **Sérgio Aníbal e Nuno Ferreira Santos, em Nicósia p16/17**

RATINGS

PAÍSES COM O TRIPLO A SÃO CADA VEZ MENOS E A ÁSIA ESTÁ A GANHAR O JOGO DA DÍVIDA

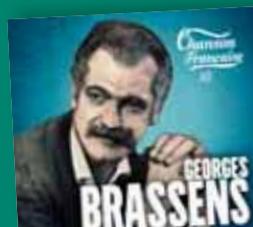
Economia, 20/21

HOJE Chanson Française

Georges Brassens

(Vol. 10)

Por + 6,95€



Após 15 dias os bancos abrem hoje em Chipre, mas com fortes restrições

Os bancos abrem hoje as suas portas, mas cada depositante não poderá levantar mais do que 300 euros por dia e há limitações às transferências para o estrangeiro, um caso único na zona euro

Crise do euro

Sérgio Anibal Texto
Nuno Ferreira Santos
Fotografia, Nicósia

Depois de 15 dias fechados, os bancos deverão abrir hoje em Chipre, às 12h locais (10h em Lisboa), mas cada pessoa não poderá levantar mais do que 300 euros, o levantamento de cheques não será permitido e as transferências para o estrangeiro vão estar fortemente limitadas e dependentes de autorização do banco central.

Durante o dia de ontem, em Nicósia, a pergunta que todos colocavam era se os bancos abririam ou não. E, tendo em conta que já por duas vezes os prazos definidos anteriormente pelas autoridades tinham sido adiados, a maior parte das pessoas ouvida pelo PÚBLICO duvidava que pudesse ser mesmo desta vez. “Eles estão com medo de abrir os bancos, não sabem o que é que as pessoas podem fazer”, dizia Nicos, um funcionário de um café no centro de Nicósia, que garante que irá tentar levantar o máximo de dinheiro possível do seu banco.

No entanto, contrariando estas apostas, o banco central de Chipre marcou, ontem ao fim da tarde, a abertura das portas das instituições financeiras para amanhã. Não à hora normal (8h30), mas ao meio-dia, com funcionamento até às 18h.

Não será também um regresso à normalidade na relação dos bancos com os seus clientes, longe disso. O Ministério das Finanças, usando a legislação que foi aprovada na passada sexta-feira, impôs vários limites à utilização do dinheiro, numa tentativa de limitar uma fuga em larga escala de capitais do país.

Cada pessoa pode levantar das suas contas, seja aos balcões, seja com cartões, um máximo de 300 euros por dia. O limite aplica-se em cada banco individualmente. Os cheques não podem ser levantados. E as transferências financeiras para o estrangeiro passam a obedecer a uma série de novas regras. Se forem transferências que não se justi-

fiem pelas operações normais de uma empresa, são proibidas.

Caso uma empresa tenha de transferir dinheiro para o estrangeiro com o objectivo de realizar as suas operações normais, como, por exemplo, pagar importações, pode fazê-lo, mas, ainda assim, apenas depois de apresentar documentação comprovativa ao regulador. Se o valor for abaixo de 5000 euros, não há lugar à imposição de restrições. Acima de 5000 euros, as transferências têm de ser aprovadas pelo banco central, tendo em conta, por exemplo, os rácios de solvabilidade dos bancos.

Este tipo de limitações à circulação de capitais foi usada nas últimas décadas em economias da América Latina e asiáticas. Na zona euro, é um caso absolutamente único.

Um responsável do banco central de Chipre disse ontem, em directo para os canais televisivos cipriotas, que estes controlos teriam uma duração prevista de quatro dias. No entanto, tendo em conta o choque para a credibilidade do sistema financeiro sofrido nos últimos dias por Chipre, há quem aposte que estas limitações fiquem em vigor bastante mais tempo, até que comece uma recuperação na economia.

Falando com a população, é difícil antever qual a será a reacção dos cipriotas à abertura dos bancos. Há quem queira todo o dinheiro que for autorizado a tirar nas suas mãos. Mas há também quem diga que não irá “contribuir para criar um enorme pânico”.

Na cabeça dos depositantes estarão também as regras diferentes que se aplicam consoante o banco que estará em causa. No Laiki, os depósitos acima de 100 mil euros estão condenados a serem usados para salvar o capital do banco e os abaixo de 100 mil euros devem ser transferidos para o Banco de Chipre. No caso deste último banco, quem tem depósitos acima de 100 mil euros pode vir a ter um corte de até 50%. Nos outros bancos, não se aplicam cortes.

Do lado das empresas, as dificuldades podem reflectir-se na evolu-



Há quem garanta que irá tentar levantar o máximo de dinheiro possível do seu banco

ção da economia e do emprego. Há notícias de várias empresas que, por terem depósitos elevados em algum destes dois bancos, podem ter agora dificuldades em cumprir os seus

pagamentos, como, por exemplo, a regularização dos salários dos trabalhadores. Ontem, ao fim do dia, foi realizada mais uma manifestação no centro de Nicósia. Foram os partidos

Juncker avisa Eurogrupo para não fazer comparações com Chipre

O primeiro-ministro luxemburguês e ex-presidente do Eurogrupo, Jean-Claude Juncker, rejeitou ontem que sejam feitas comparações entre a crise bancária em Chipre e a situação no Luxemburgo. Juncker considerou que um país não deve ser avaliado pela “dimensão do sector financeiro em relação ao PIB” e apontou os “riscos que isso representa para a sustentabilidade económica e orçamental”. O sucessor de Juncker à frente do Eurogrupo, o ministro das Finanças holandês,

Jeroen Dijsselbloem, disse que o sector financeiro cipriota era demasiado grande comparado com o PIB, lembrando que isso obrigou ao encerramento de um dos maiores bancos de Chipre, o Laiki, e à redução do segundo maior, Banco de Chipre, em troca de um resgate financeiro internacional de 10 mil milhões de euros. Em Chipre, os activos financeiros valiam 700% do PIB em 2011, enquanto no Luxemburgo o valor atingia os 2500%. Na Irlanda e em Malta, a relação dos bancos com o PIB era de 800%, sendo que a

média na zona euro ronda os 360%. O Luxemburgo é um dos quatro países da zona euro, ao lado da Alemanha, Holanda e Finlândia, que manteve o triplo A na classificação dada pelas agências internacionais de notação financeira, Moody's, Fitch e Standard&Poor, ao risco de pagamento da dívida dos países. A dívida no país ronda os 20% do PIB. Contudo, o Luxemburgo está sob o olhar da UE devido à fragilidade do sistema financeiro causada pelo sigilo bancário e pela fraude fiscal. **Lusa**



NUNO FERREIRA SANTOS

Banca sob forte pressão leva a novo dia de perdas nas bolsas

Pedro Crisóstomo

O risco dos países periféricos da zona euro agudizou-se com a crise cipriota e, ontem, véspera da reabertura dos bancos na ilha mediterrânica, o clima de incerteza e de desconfiança era visível nos mercados financeiros. As bolsas europeias negociaram em terreno negativo (Atenas chegou a cair mais de 8% durante a sessão), o euro continuou a perder valor face ao dólar e os juros da dívida soberana voltaram a subir nos títulos dos países mais fragilizados.

Expressão do sentimento negativo dos investidores foi a evolução das bolsas ao longo do dia de negociações. Acompanhando a trajetória das congéneres europeias, a bolsa de Lisboa encerrou a cair 1,84%, recuando para os 5823,06 pontos. Foi a terceira sessão consecutiva em que o PSI-20 se desvalorizou mais de 1%, desta vez com 17 empresas no “vermelho”. O BES liderou as quedas, ao deslizar 7,21% e, no sector financeiro, nenhuma cotada escapou a perdas. O BCP cedeu 4,95%, as ações do BPI contraíram-se 3,942% e os títulos do Banif recuaram 2,419%.

A banca portuguesa registou perdas significativas, mas não esteve isolada. E também o desempenho negativo do índice foi transversal aos índices de referência na Europa, onde se mantém a pressão sobre as ações dos bancos.

Na capital grega, o Athens General acabou por fechar com uma desvalorização de 3,99%. As descidas das outras praças foram já inferiores ao recuo da bolsa lisboeta. Madrid encerrou com o Ibex-35 a descer 1,13%, enquanto o parisiense Cac-40 cedeu 0,99%. Recuos próximos registaram o FTSE-Mib, de Milão, ao desvalorizar-se 0,92%, e o AEX, de Amesterdão, que recuou 0,89%. O comportamento das bolsas continua a ser influenciado pela leitura que os investidores fazem dos sinais contraditórios dados nos últimos dias pelo Eurogrupo sobre o modelo de resgate financeiro a Chipre, e se é ou não um caso único. Ontem, a agência Moody's veio alertar que a zona euro não está livre de novas repercussões do caso cipriota. Mas se a evolução da situação na ilha

mediterrânica tem estado no centro das preocupações dos investidores, ontem, factores adicionais pressionaram as bolsas e os mercados de dívida. O facto de o Tesouro italiano ter ido levantar fundos ao mercado primário com os juros em alta nos títulos a cinco anos e os juros em queda nas obrigações a dez anos mostra como os mercados continuam voláteis à evolução da crise da moeda única.

No mercado secundário, aliás, as obrigações italianas com prazos de cinco e dez anos voltaram a subir, saltando para 4,2% e 12,9%, respectivamente. Uma tendência igual à evolução dos títulos portugueses, espanhóis, gregos e irlandeses, numa altura em que o risco dos países periféricos - e dos seus bancos - volta a preocupar os investidores. No caso da dívida portuguesa, os títulos a dez anos aproximaram-se dos 6,4%, enquanto as obrigações a cinco anos subiram para 5,06%.

É também para o quadro de controlo dos riscos na Europa (e dos seus bancos) que os agentes económicos se mantêm atentos. Ontem, o Banco de Inglaterra deu mais um passo para

3,9%

As bolsas europeias viveram um dia negativo, com a praça de Atenas a liderar as perdas. O principal índice grego terminou com uma queda de 3,99%

as instituições financeiras reforçarem os seus rácios de capital, ao anunciar que as necessidades de capitalização dos bancos britânicos ascendem a 25.000 milhões de libras (cerca de 29.400 milhões de euros). As instituições têm até ao final do ano para conseguir um núcleo duro de capitais próprios de 7%.

Este esforço das instituições vem na sequência das enormes perdas assumidas, algumas das quais já foram colmatadas em alguns bancos. Segundo o *Financial Times*, é no Royal Bank of Scotland e no Lloyds, este último liderado por António Horta Osório, que está concentrada boa parte de perdas, que chegam a 50.000 milhões de libras.

situados à esquerda no Parlamento e os sindicatos de esquerda que a convocaram, juntando umas duas a três mil pessoas. Uma bandeira da União Europeia queimada, música ao vivo e vários discursos mostram que esta manifestação foi mais organizada do que as anteriores.

Quem não esteve presente foram os trabalhadores dos bancos. O sindicato dos bancários está situado mais à direita e está agora a assumir uma posição de espera em relação às decisões que venham a ser tomadas. “Muito brevemente, todos os grupos vão estar unidos numa manifestação”, afirmava um dos presentes no protesto de ontem à noite.

As reportagens em Chipre são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Bolsas

O DIA NOS MERCADOS

Dinheiro, activos e dívida

Divisas Valor por euro

▼ Euro/Dólar	1,277
▼ Euro/Libra	0,8445
▼ Euro/lene	120,41
▼ Euro/Real	2,567
▼ Euro/Franco Suíço	1,2183

Taxas de juro

▲ Euribor 3 meses	0,212%
▲ Euribor 6 meses	0,335%

Euribor 6 meses



Mercadorias

▲ Petróleo	109,37
▲ Ouro	1606,1

Preço do barril de petróleo e da onça, em dólares

Obrigações

▲ OT 2 anos	3,050%
▲ OT 10 anos	6,383%

Obrigações 10 anos



Diário de bolsa

Portugal PSI20



Acções

▼ PSI20	-1,84%
▼ Euro Stoxx 50	-1,09%
▼ Dow Jones	-0,23%

Varição dos índices face à sessão anterior

Mais Transaccionadas

	Volume
BCP	216.839.229
BES	38.722.574
PT	6.136.819
EDP	4.948.449
BPI	2.467.435

Melhores

	Variação
J. Martins SGPS	1%
Portucel	0,29%
Semapa	0,21%

Piores

	Variação
BES	-7,21%
Sonae Indústria	-5,84%
BCP	-4,95%

Europa Euro Stoxx 50



PSI-20

Nome da Empresa	Var%	Fecho	Última Sessão			Performance (%)		
			Volume	Abertura	Máximo	Mínimo	5 dias	2013
PSI 20 INDEX	-1,84	5823,060	276379413	5980,810	5980,810	5791,270	-1,89	2,97
ALTRI SGPS SA	-1,29	1,907	324438	1,923	1,935	1,880	-1,53	20,09
BANIF SA	-2,419	0,121	340967	0,123	0,126	0,120	-3,13	-17,12
BANCO BPI SA	-3,94	0,999	2467435	1,050	1,050	0,991	-2,71	5,94
BCP	-4,95	0,096	216839229	0,101	0,103	0,096	-3,81	28,00
BES	-7,21	0,785	38722574	0,858	0,858	0,779	-6	-12,29
COFINA SGPS	-0,18	0,549	42336	0,540	0,550	0,540	2,8	-6,79
EDP	-0,81	2,440	4948449	2,470	2,477	2,410	1,69	6,55
EDP RENOVÁVEIS	-4,02	3,820	1195690	4,000	4,000	3,820	-0,8	-4,36
GALP ENERGIA	-0,16	12,140	1361328	12,275	12,345	12,040	0,66	3,23
J. MARTINS SGPS	1	15,165	627093	15,080	15,250	14,945	-4,52	3,87
MOTA ENIGL	-2,8	1,808	392938	1,891	1,891	1,770	-6,3	15,38
NOVABASE SGPS	-2,628	2,890	21261	2,950	2,950	2,890	-1,07	25,65
PT	-1,54	3,834	6136819	3,935	3,936	3,813	-3,64	2,27
PORTUCEL	0,29	2,737	194621	2,711	2,740	2,686	1,11	20,04
REN	-1,45	2,247	121908	2,272	2,280	2,207	-0,57	9,34
SEMAPA	0,21	7,260	32602	7,215	7,267	7,150	2,36	27,59
SONAECOM SGPS	-1,86	1,634	353637	1,669	1,669	1,620	0	10,33
SONAE INDÚSTRIA	-5,84	0,532	445823	0,561	0,565	0,516	-2,59	8,79
SONAE	-0,71	0,702	1599507	0,710	0,710	0,697	0,57	2,18
ZON MULTIMÉDIA	-2,4	3,216	210758	3,320	3,320	3,161	-0,84	8,28



NUNO FERREIRA SANTOS

publico.pt

CHIPRE
NOVAS REGRAS DE
CONTROLO DE CAPITAIS
EVITARAM CORRIDA
AOS BANCOS

Sêrgio Aníbal e Nuno Ferreira Santos, em Chipre, Destaque, 2 a 4

Taxa de poupança das famílias no máximo de 14 anos

Crise e medidas de austeridade levam portugueses a apertar a fundo no consumo em 2012. Refugiam-se em depósitos e produtos de aforro p17



ípsilon

OS NOSSOS
 NOVOS POETAS
 NÃO SÃO UMA
 GERAÇÃO PERDIDA
 POESIA

Ministério da Saúde obriga médicos a devolver verbas

Paulo Macedo defende “actuação forte” para casos de pagamentos em excesso de incentivos e horas extraordinárias p12



Governo sul-africano pede que rezem por Nelson Mandela

Ex-Presidente tem uma infecção pulmonar resistente a tratamentos, mas estará a “responder positivamente” p23

Tensão

PSD pressiona Tribunal Constitucional a ter em conta “contexto económico” do país | PS diz que eleições são única “saída democrática” para a crise | Partidos trocam acusações no Parlamento sobre Silva Carvalho

Prova dos Factos à entrevista de José Sócrates. Opinião de Vasco Pulido Valente, João Miguel Tavares e José Manuel Fernandes Portugal, 6 a 10 e Editorial

CRISE EM CHIPRE

“Veja ali, são clientes do Laiki, mas continuam serenos”

Controlos apertados aos levantamentos refrearam a vontade de os cipriotas tirarem o seu dinheiro dos bancos. Maior preocupação é saber se recebem salário

Reportagem
Sérgio Anibal Texto
Nuno Ferreira Santos
Fotografia, Nicósia

Uma corrida aos bancos com data e hora marcada foi coisa a que nunca se assistiu no mundo. Um pânico desse tipo só acontece quando não se está à espera dele. E ontem, em Chipre, a regra voltou a cumprir-se.

Ao fim de quase duas semanas de bancos fechados, as instituições financeiras voltaram a abrir, como anunciado, às 12h. Limitados pelo Governo nas operações que podiam fazer, os cipriotas acorreram aos bancos num número acima do normal, mas sem sinais de nervosismo e tendo de passar por tempos de espera não superiores a 40 minutos.

Faltavam 20 minutos para o meio-dia quando os primeiros clientes começaram a colocar-se à porta dos diversos bancos que preenchem a Avenida

Archepiskopou Makarou III, numa zona residencial perto do centro de Nicósia. O mais concorrido era o Laiki, que está no centro da crise e cujos depósitos abaixo de 100 mil euros serão transferidos para o Banco do Chipre.

Perto de 25 pessoas formavam fila quando as portas se abriram, às 12h. Só podiam entrar quatro pessoas de cada vez, tantas quanto os balcões. Nas dependências do Laiki persistiram filas durante três horas. Nas outras instituições, pouco depois já não havia filas, mas sempre com pessoas a serem atendidas. O ambiente foi sereno e os funcionários fizeram questão, logo de início, de falar com as pessoas que esperavam na rua, explicando como tudo iria ser feito e respondendo a questões. “Posso depositar um cheque? Posso transferir uma conta para outro banco? Posso pagar a minha conta de electricidade?”

Os clientes que se deslocaram ao banco no momento da abertura, disse ao PÚBLICO um dos funcionários do Laiki, eram na sua maioria pessoas que não

puderam levantar dinheiro nas duas últimas semanas porque não têm cartões bancários, pequenos empresários com falta de liquidez e pessoas que queriam levantar os seus cofres individuais, criados pouco antes da crise.

Elena, de 53 anos, desempregada, foi das primeiras a ser atendida no Laiki. Levantou 300 euros, o limite permitido por dia por pessoa. Já há duas semanas que não conseguia aceder à sua conta porque não tem cartão de débito nem crédito. Para a ajudar, uma amiga emprestou-lhe 50 euros. Saiu satisfeita com o dinheiro que conseguiu e que vai servir para pagar as contas da electricidade e da água em atraso. “E para pagar à minha amiga.”

Bastante insatisfeito saiu o dono de uma agência de viagens. “Isto não é solução, estão a matar-me. Não consigo depositar o dinheiro que os clientes me pagaram antes de os bancos fecharem”, diz Giourgios, ao mesmo tempo que mostra os vários cheques que não tinham sido aceites pelo banco.

De acordo com as regras definidas pelo Governo, cada banco só pode aceitar o depósito dos seus próprios cheques. O empresário diz que assim vai ter dificuldades em pagar as suas contas e em organizar novas viagens. Aos empregados ainda não pagou o salário de Março. “Apenas lhes dei dinheiro para sobreviverem por uns dias, mas como é que eu posso fazer mais, se não tenho receitas?”, pergunta.

As restrições aplicadas tentam responder a algumas das dificuldades das empresas, que tal como as pessoas só podem levantar 300 euros por dia. As transferências entre empresas dentro de Chipre e o pagamento de salários são possíveis. Nos pagamentos para o estrangeiro, é necessária uma comprovação escrita, junto do banco central, de que é uma operação real de compra de bens ou serviços.

No outro lado da rua, no Banco de Desenvolvimento de Chipre, uma instituição bastante mais pequena do que os dois grandes bancos do país – Laiki e Banco

do Chipre – a fila ao meio-dia era ainda mais diminuta. Um casal levantou também 300 euros. “Vamos sair desta situação de cabeça erguida. Veja ali do outro lado: são clientes do Laiki, mas continuam serenos”, diz Maria, que tem como grande preocupação que “os grandes investidores consigam retirar o dinheiro do país”.

A existência de limites rígidos aos levantamentos é o principal motivo pelo qual se mantiveram ontem em Chipre a calma e as filas relativamente reduzidas nos bancos. A principal motivação para alguém ir a correr tirar o seu dinheiro do banco (ou a revoltar-se se não o conseguir fazer) é o medo que o banco deixe de ter dinheiro para lhe pagar. Com as restrições em vigor, reforça-se a expectativa de que o dinheiro continuará a existir nos bancos. A duas horas do fecho dos bancos, Pavlos e Yoda bebem um *frappé* na esplanada. “Ainda passei pelo banco de manhã, mas estava tanta gente que não entrei”, explica ele. Não tem medo que lhe apliquem





Houve filas em todos os bancos, mas pequenas e sempre serenas

Fugir à crise

Há cipriotas do Sul a virarem-se para norte

Sentado no seu gabinete, com uma imagem de Mustafa Kemal Atatürk nas costas, Hüseyin Bardak não consegue disfarçar o entusiasmo com que tem vivido a agitação financeira que se verifica na ilha de Chipre. É gerente numa dependência do Universal Bank em Nicósia, mas ao contrário dos colegas do Sul, o seu banco tem estado sempre aberto nas duas últimas semanas e com grandes perspectivas de novos negócios.

“Só esta manhã, tive dois cipriotas gregos que vieram aqui abrir uma conta no banco. Aconselhei-os a abrir quatro contas, em quatro divisas diferentes: lira turca, euro, libra inglesa e dólar. Assim ficam com depósitos garantidos pelo Governo de 20 mil liras cada”, diz com um sorriso no rosto.

Hüseyin é um cipriota de origem turca que vive no lado norte da ilha, a menos de 200 metros da fronteira pedonal que existe no centro de Nicósia. O seu banco, que tem sede e dependências na autodenominada República Turca do Chipre — criada na sequência da ocupação do lado norte da ilha pela Turquia —, é um dos que estão a beneficiar da falta de confiança que os cipriotas do Sul têm neste momentos nos seus bancos e que os leva a fazerem o que, em condições normais, seria impensável: virarem-se para a Turquia.

E assim, no mesmo dia em que no lado sul se comemora o primeiro dia da guerra da Grécia contra o Império Otomano, o gerente do Universal Bank vê os depósitos que tem a cargo a aumentarem. “O nosso administrador reuniu os gerentes todos e deu-nos instruções sobre como agirmos no actual cenário. Também não podemos aceitar qualquer dinheiro que surja, temos de ter algum cuidado”, afirma.

Apesar desta oportunidade criada pela crise na parte sul da ilha, Hüseyin garante que não fica satisfeito com os problemas dos seus vizinhos.

Mas ainda assim lembra: “Também tivemos problemas com os bancos há uns anos e ninguém se preocupou do outro lado.” É algo que toda a gente no Chipre turco faz questão de lembrar.

Mas se os bancos no Norte de Nicósia podem ganhar com a situação, a maior parte dos negócios que estão ao seu lado podem acabar por perder.

Mesmo junto à fronteira pedonal, vários restaurantes e lojas, especialmente de roupa, fazem as suas vendas essencialmente a quem vem do outro lado, sejam turistas de fora da ilha, sejam cipriotas de origem grega.

A fronteira foi aberta em 2003 e é fácil atravessar para o outro lado, o que aumentou de forma considerável as relações económicas entre as duas partes da ilha. Há várias pessoas que vivem de um lado e trabalham do outro.

Isso faz com que o Chipre turco também possa ser uma vítima colateral da crise dos grandes bancos cipriotas do Sul.

Bassos, um logista, de 64 anos que nasceu em Lanarka, no lado sul da ilha, mas que depois da guerra de 1974 foi para o Norte, é um dos que melhor compreendem o problema. Ainda não tem a certeza de qual será o impacto desta crise no seu negócio, sabe apenas que nas últimas semanas as suas vendas caíram muito. Os seus principais clientes são cipriotas do Sul. “Eles compram aqui porque é muito mais barato. Nós temos estes produtos falsificados, mas de qualidade, que são menos de metade do preço do que se vende lá. A minha esperança é que, com a crise, eles passem ainda a ter de comprar mais dos meus produtos.” **Sérgio Aníbal, Nicósia**

Saúde dos bancos, um segredo

Comentário
Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

O programa de ajuda a Chipre voltou a pôr a nu a dimensão do risco que os bancos continuam a fazer pesar sobre a moeda única europeia.

Dois bancos levaram, aliás, os responsáveis europeus a abrir precedentes que inauguram uma nova forma de gerir as crises bancárias, como a implicação forçada dos grandes depositantes no salvamento de bancos insolventes e a reinstituição da suspensão dos movimentos de capitais para impedir uma hemorragia de dinheiro para fora de Chipre.

Estes precedentes ameaçam desestabilizar os outros países periféricos e provocar situações de pânico bancário, tanto mais que ninguém sabe ao certo em que situação estão os bancos europeus. Os bancos cipriotas, como os espanhóis e os irlandeses, passaram a seu tempo, sem problemas, os “testes de stress” europeus que avaliaram a sua capacidade de resistência a condições económicas extremas. Muitos supervisores nacionais — procurando proteger os “seus” bancos — não revelaram os problemas que detectaram, quando os detectaram.

A suspeita de que muitos bancos não estarão em boa situação — incluindo em França e na Alemanha — é ilustrada pelo facto de os 3 biliões (milhões de milhões) de euros disponibilizados à banca pelo Banco Central Europeu há pouco mais de um ano não se terem traduzido numa melhoria equivalente do financiamento da economia, o que prova que muitos estarão a usar todo o dinheiro que podem para limpar os produtos tóxicos americanos que adquiriram até 2007. Enquanto a situação dos bancos não for resolvida, a zona euro não se livra de continuar a viver de crise em crise. Até à dissolução?

uma taxa nos depósitos? “Aquilo que fizeram agora aos depósitos maiores não devem voltar a fazer nos próximos meses”, diz tranquilamente. “Talvez depois.”

Stavros Zenios, ex-reitor da Universidade do Chipre e um dos maiores especialistas de finanças do país, dá dois motivos para a calma da reabertura dos bancos. “Há um espírito entre as pessoas de que é melhor não tornar a situação ainda pior do que ela já está. E, ainda mais importante, há os controlos de capital, que dão às pessoas a segurança de que não há uma corrida aos depósitos.”

Zenios não está, contudo, confiante que a situação volte rapidamente ao normal. “Depois de se introduzirem controlos de capital, é difícil retirá-los. Na Islândia foram aplicados há anos e alguns ainda subsistem. Aqui só poderão ser retirados quando toda a gente acreditar realmente que o BCE irá assegurar a liquidez dos bancos cipriotas em qualquer circunstância. E isso não irá acontecer tão cedo”, defende. Mesmo o Governo, que

inicialmente falava de um prazo de uma semana para a aplicação dos controlos, ontem apontava para um mês.

Para já, mais do que a segurança dos depósitos, as preocupações parecem estar nos salários de Março e nos empregos. Há notícias de várias empresas que vão perder grande parte dos depósitos que tinham no Banco do Chipre e no Laiki e que já estão a dizer aos funcionários que não vão poder pagar-lhes os salários na totalidade. Entidades públicas, como universidades, fizeram o mesmo. “Como é que uma empresa que tem 20 milhões no banco e fica sem 19,9 milhões pode sobreviver?”, pergunta Zenios. “Vamos ter muitas falências nos próximos tempos, tenho a certeza.”

As reportagens em Chipre são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais





NELSON GARRIDO

publico.pt

Católicos em Portugal são menos mas mais convictos

De Lisboa a Leiria, do Porto a Portimão, doze retratos de novos e velhos católicos, o número de apóstolos que Jesus juntou para fundar a sua Igreja | Os desafios do Papa Francisco | Sinagoga da Madeira, uma descoberta pascal **Revista 2 e Destaque, 4 a 10**

Câmara de Odemira vai seguir trajecto dos alunos

Autarquia está a construir ferramenta electrónica para fazer o que o Ministério da Educação alega ainda não ter conseguido **p12/13**



Napolitano recorre a "dez sábios" para solucionar a crise

Analistas italianos admitiam uma demissão antecipada do Presidente, mas este temeu precipitar uma tempestade financeira **p22**

Polícia impediu protesto em Luanda e deteve activistas

O objectivo era denunciar o desaparecimento de outros activistas. O músico Luaty Beirão e o opositor Manuel Nito Alves foram detidos **p24**



DE REPENTE, TODA A GENTE EM CHIPRE TEM QUE MUDAR DE VIDA

REPORTAGEM DE SÉRGIO ANÍBAL E NUNO FERREIRA SANTOS, EM NICÓZIA

CHIPRE

DE REPENTE,
TODA A GENTE
TEM DE MUDAR
DE VIDA

A empresa onde trabalhavam não tinha problemas. A escola dos filhos funcionava bem. A partida para um curso na Alemanha parecia certa. Mas, de um dia para o outro, o mundo cipriota foi violentamente abalado. E não irá refazer-se tão depressa. Esta será talvez das poucas certezas que hoje têm os cipriotas

SÉRGIO ANÍBAL TEXTO
NUNO FERREIRA SANTOS FOTOGRAFIA







Pouco mais de duas horas passaram desde que Louisa ficou a saber que o banco onde trabalha há seis anos, o Laiki, vai deixar de existir. Com os seus colegas, rapidamente improvisou cartazes – no seu escreveu “Merkel Kaput” – e saiu da sede do banco em direcção ao Parlamento. As más notícias da dissolução estavam tão frescas e a raiva tão acesa que assim que chegaram ao local do protesto a polícia de intervenção presente foi surpreendida e alguns dos manifestantes conseguiram mesmo chegar à porta do edifício. “Não nos podem fazer isto, como é que eu vou comprar leite para a minha filha?”, grita. No olhar, um grande choque pelo que está a acontecer no presente mistura-se com a angústia que sente em relação ao futuro.

Louisa, com 30 anos, é apenas uma das muitas pessoas em Chipre, praticamente todas, que viram, nos últimos dias, a sua vida a mudar radicalmente. Tudo o que tinham como adquirido, desde o emprego numa empresa saudável até ao funcionamento da escola onde estão os filhos, passando pelo acesso ao seu próprio dinheiro no banco, passaram a estar, quase de um dia para o outro, em risco.

O que aconteceu ao banco onde trabalha Louisa desde o início da crise do euro e que culminou com os eventos dramáticos das últimas duas semanas explica grande parte desta mudança drástica. O sector bancário de Chipre, com activos oito vezes superiores ao valor do PIB anual do país e concentrado em duas gran-

des instituições – o Banco do Chipre e o banco Laiki –, entrou em dificuldades por causa dos investimentos que realizou, especialmente em dívida pública grega, e o Governo cipriota, sem dinheiro suficiente para os salvar, teve de pedir dinheiro emprestado à *troika*.

Os líderes europeus, por seu lado, acharam que injectar capital nos bancos colocaria a dívida pública do país em níveis insustentáveis. E ficaram preocupados com a forma como a opinião pública dos seus próprios países reagiria a uma protecção de depósitos que, numa grande parte, são detidos por milionários russos. Exigiram, por isso, que os depósitos feitos nos bancos pagassem parte das dívidas acumuladas.

Foi a partir daí que, em Chipre, as pessoas perceberam que nada voltaria a ser como antes. Os bancos fecharam, o acesso ao dinheiro ficou limitado aos limites permitidos nas caixas multibanco e o funcionamento da economia, até aqui muito dependente da banca, ficou mais do que ameaçado. O Laiki vai fechar e teme-se que aconteça o mesmo ao Banco de Chipre.

“As pessoas aqui em Chipre não estão nada preparadas para isto. Pensavam que as medidas que foram tomadas antes iam ser suficientes e agora estão em choque”, explicam Nikos e Popi Zozos, um casal grego, com 64 e 62 anos, que vive em Chipre há nove anos. “Conseguimos fugir da Grécia na altura certa, mas agora fomos apanhados aqui em Chipre”, diz Nikos a sorrir. “Aqui têm um nível de vida muito elevado e agora ainda não perceberam bem o que lhes vai acontecer. Nós sabemos porque acompa-

nhamos aquilo que se passa na Grécia.”

Para Nikos e Popi, a vida também mudou. Para além de ela ter perdido, no final do ano passado, o emprego e de ele ter aceite um corte salarial de 40%, voltaram a participar em manifestações, algo que já não faziam desde os seus tempos na Grécia. E vêm com sentido de humor o amadorismo dos cipriotas nesta matéria. “Eles aqui, coitados, nem sabem manifestar-se.”

Mas estão a aprender rapidamente. Durante as últimas duas semanas, em Nicósia, não houve um dia em que não se realizasse, no centro da cidade, uma manifestação. São marcadas mesmo em cima da hora, não conseguiram juntar mais de 5000 pessoas de uma só vez e começam ou acabam num de cinco locais: o Parlamento, o palácio presidencial, o Ministério da Economia, a representação da UE e o Banco Central de Chipre. Presentes estão trabalhadores dos bancos, membros do Partido Comunista, estudantes, a comunidade russa e outros movimentos independentes.

Um dos que estão a aprender a manifestar-se é Nicolas. Com 17 anos, esteve na passada terça-feira no seu primeiro protesto, com estudantes das escolas secundárias da capital, gritando contra os políticos cipriotas, mas principalmente contra os líderes europeus, em todo o caminho do Parlamento até ao palácio presidencial. “Eles estão a tomar decisões sobre o nosso futuro, não é sobre o futuro deles”, diz.

E o futuro pensado para si próprio já está a mudar, teme Nicolas. “O meu plano é o de ir estudar para a Alemanha, fazer a universidade

lá. Antes tinha tudo acertado com os meus pais, mas agora já não sabemos o que é que vamos fazer. Eles têm algum dinheiro, mas agora têm medo que algum deles caia no desemprego e possam ter de guardar o dinheiro.”

Em Chipre, o hábito de muitos jovens concluírem os seus estudos universitários é um dos sinais de um país que, quase do nada, em 1974, após a invasão turca, conseguiu construir uma economia com um PIB *per capita* mais alto que Portugal e que a Grécia.

Entre 1977 e 2009, ano da crise financeira internacional, Chipre não registou um único ano de variação negativa do PIB. O crescimento médio anual foi de 4% e a taxa de desemprego, na maior parte do tempo, não ultrapassava os 3%.

Tudo foi conseguido com base no que alguns acusam de ser um modelo de “economia de casino”, com bancos a atrair capital estrangeiro com base em impostos baixos e protecção do segredo bancário, mas que a generalidade dos cipriotas diz ser uma forma legítima e dentro das regras europeias de concorrer com o estrangeiro.

Agora, tudo isto está colocado em causa. O modelo económico baseado na banca dificilmente sobreviverá ao que se passou nas últimas semanas, os capitais fugirão assim que puderem e a economia arrisca-se a sofrer um impacto imediato poucas vezes visto noutra local. O empobrecimento vai ser rápido e persistente, prevêem vários economistas cipriotas, incluindo o único prémio Nobel do país, Christopher Pissarides.



O bar Erodos, no centro da capital cipriota. Ao lado, as manifestações que começaram a ser diárias em Nicósia. Começam ou acabam num de cinco locais: o Parlamento, o palácio presidencial, o Ministério da Economia, a representação da UE e o Banco Central de Chipre

Em termos práticos, é bastante fácil perceber o que está a acontecer. Dinos Papakripanou é empresário de um dos ramos que mais beneficiam com o *off-shore* fiscal criado em Chipre, o dos transportes de mercadorias. “A minha empresa tinha uma transacção para ser finalizada nos próximos dias, de várias dezenas de milhares de euros, mas teve de ser cancelada porque agora não é possível trabalhar com o sistema bancário em Chipre. E além disso, para fazer esses negócios, preciso de viajar. Como é que eu viajo, se não consigo levantar dinheiro suficiente”, afirma, garantindo que não vai perdoar a quem tomou estas decisões



“porque eles sabem o que estão a fazer”.

“Isto tem tudo que ver com o interesse de outros países naquilo que Chipre tem. A Alemanha quer que o dinheiro que está nos nossos bancos vá para os deles, a Rússia quer as novas reservas de gás e a Turquia quer ver-nos a vender tudo ao desbarato”, afirma.

O pensamento de Dinis Papakripanou é partilhado por grande parte da população de um país que está habituado desde sempre a ser o palco de batalhas geoestratégias entre grandes potências e que vive marcado pela divisão da ilha desde 1974. Na parte Sul, está a reconhecida internacionalmente República de Chipre, onde vivem os cipriotas gregos. Na parte Norte, estão os cipriotas turcos, sob a influência de Ancara.

A norte e a sul da ilha, há portugueses também afectados pela crise. Na parte turca de Chipre, o maior empresário da restauração é um português, com dois restaurantes em Nicósia e mais um nas praias que no Verão se enchem de turistas de toda a Europa.

O restaurante Sabor, de Paulo Aguiar, um madeirense de 39 anos, é um dos mais conceituados entre a classe alta da autodenominada República Turca de Chipre. Serve pratos italianos e espanhóis. De Portugal ou da Madeira, há poucos sinais à vista no restaurante. “Aqui, o peixe não é como em Portugal. O que fazemos é umas espetadas, mas as da Madeira são melhores”, diz. A ligação diária a Portugal vem da televisão por satélite, onde acompanha os jogos do seu Futebol Clube do Porto e da selecção nacional.

Paulo Aguiar chegou com a mulher, uma cipriota de ascendência turca, há 11 anos, vindo de Londres onde vendeu os dois restaurantes que tinha. Já domina a língua turca, que usa para falar com os mais de 20 empregados e com os fornecedores. “Isto aqui é muito mais calmo, principalmente para os meus filhos. Eu nem queria abrir nenhum restaurante grande, queria uma coisa pequena, mas o meu cunhado convenceu-me.”

A crise do outro lado da fronteira não o está a afectar muito. “Podemos estar a perder alguns clientes que vêm do Chipre grego, mas não muitos, 90% dos nossos clientes, são deste lado e aqui não há problemas com os bancos.” Paulo Aguiar, mostrando que já adoptou o seu lado no conflito greco-turco, não mostra grande preocupação com o que se passa do outro lado da ilha. “Quando tivemos aqui uma crise semelhante, eles não se preocuparam nada connosco”, diz. Ainda assim, Paulo Aguiar mantém contactos de negócios com o Sul da ilha e os seus filhos estudam numa escola privada do lado grego de Nicósia.

É a sul que está Leonor Coutinho, como professora de Economia na principal universidade do país, a Universidade de Chipre. Para ela, o impacto da crise é muito maior e faz com que comece a pensar em mudanças, que não vislumbrava antes. “Neste momento, estamos com muitas preocupações. Por exemplo, não se sabe em que banco é que as escolas e as universidades têm o seu dinheiro e se vão poder continuar a funcionar”, afirma, preocupada com o que pode acontecer aos seus filhos e ao seu

Em cima, igreja no centro de Nicósia. Ao lado, o Parlamento cipriota. Em baixo, Dimitri, 23 anos, despedido há um mês, e os portugueses Leonor Coutinho, professora de Economia, e Paulo Aguiar, empresário da restauração



próprio emprego. “Para já, vou continuar por cá, mas enquanto há uns tempos não pensaria em sair, agora, se houver uma oportunidade, sou capaz de ter de aproveitar.” Leonor Coutinho é casada com um cipriota e veio dos EUA. Dá aulas sobre “moedas e bancos”, o tema do momento. “Os alunos agora fazem muito mais perguntas e estão muito mais atentos. Eu não preciso de dar teoria, posso mostrar na prática como é que as coisas acontecem.”

As perspectivas para o país são bastante sombrias. “Tudo depende da forma como o capital vai fugir. Depende do tamanho da bola de neve. Mas se vírmos o caso da Islândia, onde a economia caiu 6%, mesmo beneficiando da desvalorização da moeda, aqui a queda pode

chegar aos 10%, não me admiraria”, afirma.

Quem pode ter algumas pistas sobre quanto capital pode sair do país nos próximos tempo é Micka, um russo de 32 anos que chegou há 16 anos a Chipre. Não é ele quem tem dinheiro para tirar do país, mas os seus clientes no banco russo em que trabalha em Limassol, a cidade a sul junto ao mar, que junta turistas britânicos com milionários russos. Micka prefere não fazer previsões. “Pode sair 30% ou 50% do capital. Realmente, o sistema financeiro perdeu toda a credibilidade, mas também é muito fácil pôr o dinheiro noutra sítio.”

Para ele, as coisas também mudaram repentinamente. Trabalhava no sector mais desenvolvido do país, com um excelente salário e clien-



tes que apreciavam o facto de falarem russo com alguém que tratava do seu dinheiro. Agora tem de responder a clientes irritados com a perspectiva de perda de parte ou da totalidade do dinheiro e vive com a possibilidade de pura e simplesmente o negócio em que trabalha deixar de existir. “Chipre também é o meu país, mas agora poderei ter de regressar.”

No outro lado das perdas sentidas pelos milionários russos, estão as perdas, muito mais pequenas, mas mais dolorosas, dos cipriotas mais pobres.

Em Nicósia, junto do Palácio do Arcebispo, juntam-se em caixotes embalagens de arroz, milho, açúcar, feijão, leite e outros bens alimentares. Cada caixa é para cada uma das pessoas

seleccionadas pelas igrejas ortodoxas da capital para receberem ajuda.

Passam pelo centro de entrega, confirmam que o seu nome está lá e saem com o caixote, levando-o no carro. Dentro de um mês, podem vir buscar mais. “São pessoas que perderam os seus empregos há pouco tempo e que não têm o que comer. São cada vez mais, começámos em Junho com 600 famílias e agora são 2000. Todos os meses há mais cem”, diz Panagiotis Panagiotou, o principal responsável pela compra e distribuição dos alimentos.

Nas últimas semanas, apareceu ainda outro tipo de pessoas: aquelas que, apesar de terem algum dinheiro no banco, não o conseguiram levantar porque não tinham cartões de débito

ou de crédito. Num país pouco habituado à pobreza extrema e ao desemprego, as estruturas criadas para apoiar os mais afectados parecem também estar a tentar adaptar-se à mudança. No centro de emprego mesmo em frente ao Parlamento, junta-se um grupo de cerca de 50 pessoas, a maior parte delas tem de esperar lá fora. “Cada vez se demora mais tempo a ser atendido, já estou aqui há três horas”, diz Dimitri. Tem 23 anos e foi despedido no início deste ano do museu onde trabalhava, ele e mais cerca de mil pessoas no mesmo dia, todas com contrato precário com o Ministério da Cultura cipriota.

Só fez o secundário, mas não acha que seja isso que o esteja a colocar em dificuldades.

“Agora ninguém consegue encontrar emprego, quer tenha tirado um curso ou não. Acho que não vou encontrar trabalho tão cedo, vou ter de continuar a vir aqui todos os meses. Com o que aconteceu nas últimas semanas, ainda ficou tudo pior”, lamenta. Para ele, existe uma certeza: nos próximos tempos nada irá mudar.

À noite, para quem vem de fora, Nicósia parece não estar a ser afectada pela crise. No Erodos, um restaurante-bar, ouve-se música cipriota e grega em alto volume, dança-se em cima de cadeiras, bebe-se vinho e lançam-se guardanapos ao ar (a tradição de partir pratos é demasiado cara e perigosa para os tempos modernos). Stavros Charalambous, o cozinheiro, faz a dança que o tornou conhecido nos restaurantes gregos onde trabalhou antes, no Canadá e na Roménia. Nota que na noite cipriota as coisas estão a mudar para pior. “No sábado passado, antes de os bancos fecharem, estavam aqui 170 pessoas, agora nem cem. Não acho que seja por não terem dinheiro nas mãos, é por causa do medo em relação ao futuro”, explica. Chegou há poucos meses e já só pensa em sair. “Isto já não é o Chipre que eu conhecia, as pessoas estão tristes. Prefiro ir-me embora.”

As reportagens em Chipre são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Sentimento de fim de ciclo entre os jogadores portugueses em Chipre

Em todos os clubes cipriotas da I Divisão existe, actualmente, pelo menos um jogador português. Uma presença em massa que, com a ilha do Mediterrâneo em crise, pode estar a chegar ao fim

Futebol internacional
Sérgio Anibal Texto
Nuno Ferreira Santos
Fotografia, Nicósia

Salários em atraso, contas bancárias ameaçadas, transferências financeiras restringidas e ameaças de cortes salariais. A Liga profissional cipriota, um paraíso para dezenas de futebolistas portugueses desde meados da década passada, transformou-se nos últimos meses num pesadelo, agravado pela crise bancária das últimas semanas. Para muitos dos jogadores actualmente no país, pensar numa saída e procurar alternativas noutros campeonatos passou a ser quase uma inevitabilidade.

Basta olhar para o nome do campeonato profissional de futebol em Chipre para se adivinhar que algo está a correr mal. A Liga de 16 clubes chama-se Marfin Laiki League, uma denominação que resulta do facto de o grupo Laiki – cujo banco irá ser desmantelado e dissolvido – ser o seu principal patrocinador.

Foi graças a anos de crescimento económico baseado na força do sector bancário que o campeonato cipriota conseguiu começar a atrair na última década jogadores de qualidade de outros países e ganhar alguma relevância no palco europeu. Uma ascensão que culminou com a chegada, no ano passado, do APOEL de Nicósia ao quartos-de-final da Liga dos Campeões.

Agora, com o sector financeiro cipriota em colapso e a economia a iniciar um período de profunda recessão, tudo mudou. As notícias de problemas e dificuldades sucedem-se. Desde o final do ano passado, quando a economia começou a cair, que se registam casos de salários em atraso na I Divisão, com vários dirigentes de clubes a falarem da necessidade de realizar cortes salariais profundos nos seus plantéis. A situação agravou-se ainda mais com a queda dos dois maiores bancos do país, onde muitos clubes tinham conta. O APOEL, por exemplo, tinha a maior parte do seu dinheiro (conquistado na Liga dos Campeões do ano passado) depositado no Banco Laiki e deverá agora ficar sem ele.

Os 54 jogadores portugueses que jogaram este ano na I Divisão cipriota estão entre as



Ricardo Catchana em Agia Napa, a cidade onde jogou durante esta época

vítimas colaterais desta crise.

Ricardo Catchana saiu há duas épocas do Mafra rumo a Chipre e a sua experiência tem sido, no mínimo, acidentada. No primeiro ano jogou no APOP, um clube que acabou por fechar e em que, garante, não recebeu nada. Esta época, tudo começou melhor no Agia Napa, uma equipa do Sudeste da ilha de Chipre, numa das principais zonas balneares do país. “Pagavam sempre a tempo e horas, mas desde o início do ano que começaram a ter problemas. Estou já com três meses de salários em atraso”, diz Ricardo Catchana, um médio ofensivo de 29 anos.

“O que eu quero agora é resolver a minha vida. Estou a tentar chegar a acordo com o clube para ver se ainda recebo algum do dinheiro dos últimos meses, mas se não conseguir, envio a carta para a UEFA, para concluir a rescisão”, afirma.

Os problemas sentidos e a vontade

de sair não significam que Ricardo não tenha gostado da experiência em Chipre. “É muito bom viver aqui. Por mim ficava mais tempo, mas a realidade é que as coisas já não vão voltar a ser o que eram”, afirma, dizendo que tem a expectativa de en-

300

Valor em euros que cada pessoa pode levantar do banco por dia. Para os jogadores portugueses que querem sair do país, a limitação tem sido um problema

contrar uma oportunidade noutros campeonatos no estrangeiro, como a Índia ou o Dubai. “Em Portugal, as coisas também estão muito más”, afirma.

Para Ricardo Catchana, a época acabou no passado fim-de-semana,

já que a sua equipa ficou num dos dois últimos lugares e não passou para a fase final da prova. Por isso, as limitações actualmente existentes aos movimentos de capitais apanharam-no na pior altura. Só consegue levantar 300 euros por dia da sua conta bancária no Banco do Chipre e ainda não conseguiu assegurar a realização de uma transferência para o estrangeiro. “Estive há pouco no banco e disseram-me para esperar uns dias”, acrescentou.

Bernardo Vasconcellos, um dos melhores marcadores da Liga cipriota deste ano, resume a situação. “Neste momento, temos dois problemas: primeiro como é que podemos receber os salários e, depois, como é que podemos levar o dinheiro para Portugal”. Para o avançado do Alki Lanarca – uma equipa do meio da tabela da Liga cipriota – a situação é menos grave porque o seu gestor de conta em Portugal lhe ligou, há três

meses, a dizer-lhe para “tirar todo o dinheiro de Chipre rapidamente”. No entanto, as expectativas para o futuro são negativas. “Para o ano, todas as equipas do campeonato estão a pensar em fazer cortes. Estou aqui já há oito anos e gostava de continuar, mas as coisas estão muito, muito difíceis”, afirma.

Miguel Vargas, internacional português nas camadas jovens e há seis anos e meio na ilha, também assistiu em directo à ascensão e queda do futebol cipriota. “A situação complicou-se muito nas últimas semanas. Os clubes agora querem baixar os seus orçamentos entre 40% a 50%”, afirma o jogador do Agia Napa, revelando qual o estado de espírito dos jogadores portugueses. “Acredito que muitos estejam a pensar em sair. Mas cada caso é um caso e pode haver quem pense que compensa ficar mesmo recebendo só metade do salário”, explica.

A MORTE DE CHÁVEZ

Quase uma peregrinação religiosa

Venezuelanos continuam a vir de todo o país para se despedirem de Hugo Chávez. Ficam mais de 24 horas de pé, numa fila, para o ver dois ou três segundos

Reportagem
Ana Cristina Pereira,
em Caracas

Ninguém arreda pé, apesar de o corpo de Hugo Chávez ficar mais uma semana exposto, em câmara ardente. Vieram de todo o país. Formaram filas infinitas, coloridas, que, de um momento para o outro, se agitam e desatam a bater palmas ou a gritar, por vezes, a expressar apoio ao homem que o Presidente da República Bolivariana da Venezuela apontou como desejável sucessor. “Chávez juro, o meu voto vai para Maduro.”

Elsy Sierra viera com a irmã de Merida até Caracas. Viajara 18 horas, de camioneta. Saiu de casa às 20h de quarta-feira. Às 12h de ontem, quando começou a cerimónia fúnebre, com chefes de Estado, estava na fila, disposta a ficar “todo o tempo

necessário” para se despedir de *El Comandante*.

Deixara a filha, “furiosa”, em casa da avó. A miúda, de nove anos, chorava desde que recebera a notícia da morte do Presidente da República, na terça-feira à tarde. “Por que Deus não fez um milagre?”, perguntava, agarrada à mãe. A secretária, de 34 anos, também precisava de consolo. “Isso foi um golpe muito duro. Perdi o meu pai num acidente, há uns anos, e foi igual.”

Os meios de comunicação social desdobram-se em análises, tentando perceber como é que Hugo Chávez se despede, ao fim de 14 anos de Governo, com 68% de popularidade. Analistas como Luis Vicente León discorrem sobre recursos, controlo de recursos, programas sociais, expectativas criadas entre os mais pobres, explicando: não é que as pessoas não percebam os seus erros ou as suas limitações, é que os seus erros e as suas limitações o

tornam “igual” aos outros.

“Ele tinha uma ligação muito afectuosa com o povo”, diz Elsy. “Quando falava com alguém, perguntava-lhe como se sentia, como estava a sua família, de que precisava. Foi o único Presidente, em toda a história da Venezuela, que se preocupou com os mais pobres, com os de baixo.”

O fervor é quase religioso. Dos armários saíram *T-shirts*, chapéus, lenços, fitas de alguma das 15 campanhas eleitorais que estão para trás. Uma frase nova remete para o espírito do momento: “*Yo soy Chávez*.”

Renzo Mendoza, de 30 anos, tinha um chapéu dos novos e uma tradução possível. “Chávez não morreu - multiplicou-se.” “Chávez vive em cada um, mas dói muito que tenha morrido fisicamente”, acrescentava uma amiga, sentada na grade, abrindo muito os olhos, para segurar as lágrimas.

Maricela, a amiga, sempre desejava tocar-lhe, como via fazer

muitos. Nunca conseguira. Tinha ali a derradeira oportunidade. Findos os sete dias de exposição extra, anunciados por Nicolás Maduro, ontem juramentado Presidente interino, será embalsamado e colocado numa urna de cristal.

Umhas centenas de metros atrás, estava uma miúda de 14 anos que lhe tocou, no encerramento da última campanha presidencial, em Outubro. Chovia. “Praticamente, morreu por nós”, defendia a mãe. Se ele tivesse descansado, em vez de fazer campanha, talvez não tivesse morrido, mas ele não queria deixar o seu povo sozinho.” A filha retoma a palavra: “O povo ia acompanhá-lo, mesmo sem campanha. Eu já tinha decidido votar por ele aos 18 anos. Agora, votarei por Maduro, como ele pediu.”

A família sente ter muito para agradecer. A mãe, Joana Bettencourt, não poupa palavras. Eleva a voz para as pronunciar,

Raúl Castro, Presidente cubano, foi um dos muitos dirigentes internacionais a prestar homenagem a Chávez



como se isso lhe desse mais valor: “Eu amo o meu Presidente. Graças ao meu Presidente, tenho uma casa digna. Se não fosse o meu Presidente, a minha filha mais nova não estava viva.”

Viviam numa barraca, numa encosta. A menina, de nove anos, nasceu sem recto. Um dia, num comício, a mãe entregou uma carta a Diosdado Cabello, actual presidente da Assembleia Nacional. Foi operada. A mãe agradece isso. E a escola pública, que as crianças frequentam. E a acção social, que a dispensa de comprar material escolar. E os supermercados com comida subsidiada, que lhe permitem ter uma alimentação variada. No ano passado, recebeu um par de chaves.

À frente delas, a atleta Andreina Molero: “Esteja onde estiver, desejo-lhe descanso. Ele não descansava. Trabalhava dia e noite por nós. Se ele estivesse aqui hoje, faria um discurso a desejar-nos

Nicolás Maduro tomou ontem posse como Presidente interino da Venezuela



Supremo garante elegibilidade de Nicolás Maduro

Rita Siza

Nicolás Maduro, o herdeiro designado por Hugo Chávez, e que ontem foi oficialmente empossado Presidente interino da Venezuela, viu a sua (já prometida) candidatura presidencial legitimada pelos sete juizes do Conselho Constitucional do Supremo Tribunal de Justiça, que confirmaram não existir nenhuma incompatibilidade na sua pretensão eleitoral – ao contrário do que reclama a oposição.

Além do Supremo, Nicolás Maduro também teve a sua candidatura “ratificada” nas ruas, pelas centenas de milhares de pessoas que com gritos e palmas lhe juraram fidelidade política e eleitoral, enquanto sucessor de Chávez e responsável pelo desenvolvimento do projecto bolivariano de “socialismo do século XXI”.

“O Conselho Nacional Eleitoral pode admitir a postulação do Presidente interino para que participe no próximo processo de eleição do Presidente da República, por não estar compreendido com as incompatibilidades previstas no artigo 229.º da Carta Constitucional”, determinaram os juizes, por unanimidade.

O artigo em causa estabelece que não poderá ser eleito Presidente “quem estiver no exercício do cargo de vice-presidente executivo, ministro, governador ou autarca no dia da postulação”.

No sistema político venezuelano, o vice-presidente não vai a votos – é nomeado directamente pelo chefe do Governo. Por isso, os assessores jurídicos da oposição alegam que, ao contrário de um Presidente sufragado, Maduro não goza do direito de se manter no cargo durante a campanha eleitoral.

Esse não foi, porém, o entendimento dos membros do Conselho Constitucional, que consideraram que o artigo invocado pela oposição não se aplica à situação: é, antes, o artigo 141.º que outorga ao vice-presidente em funções no momento da morte de Chávez a responsabilidade pela gestão interina do país.

A oposição esteve ontem ausente

da sessão extraordinária da Assembleia Nacional, que decorreu no edifício da Academia Militar de Caracas logo depois de terminadas as cerimónias fúnebres de Hugo Chávez, e onde o presidente do Parlamento, Diosdado Cabello, deu posse a Nicolás Maduro.

O boicote foi justificado com o desagrado pela “decisão preventiva” do Supremo Tribunal relativa à candidatura de Maduro, que a oposição tencionava contestar judicialmente. Até agora, os dirigentes da Mesa Unidade Democrática (MUD), a coligação que agrega vários partidos de oposição, tinham procurado uma linguagem conciliatória nos seus comentários sobre a situação política interna após a morte de Hugo Chávez.

Mas o tempo das tréguas políticas parece estar esgotado, com vozes mais descontentes a levantarem-se contra a decisão de prolongar por mais uma semana o período oficial de velório de Hugo Chávez, e a contestarem a alegada cumplicidade das instituições com as “manobras” do regime, que transformaram as cerimónias oficiais em comícios políticos.

“Queremos dizer firmemente, à Venezuela e ao mundo, que não assistimos à sessão da Assembleia Nacional por considerarmos que se trata de um acto eleitoral, e pior, uma violação da ordem constitucional”, sublinhou o deputado Ángel Medina, que se insurgiu igualmente contra a presença das chefias militares na cerimónia. “A vontade e os sentimentos dos venezuelanos não têm nada que ver com a beligerância do corpo militar”, notou, referindo-se às declarações de lealdade do Exército a Maduro proferidas pelo ministro da Defesa, Diego Molero.

Especialmente parcimonioso tem estado o último adversário eleitoral de Hugo Chávez, Henrique Capriles Radonski, que tudo indica protagonizará nova candidatura em nome do MUD. O governador do estado de Miranda, o único que escapa à dominância do chavista Partido Socialista Unido da Venezuela, declarou ao país que nunca fora inimigo do falecido Presidente, e solidarizou-se com a dor e o pesar de milhões de venezuelanos.

feliz dia da mulher. Ele lembrava-se dos mínimos pormenores. A forma de seguir o seu projecto é votar em Maduro.”

Fala-se muito de despertar de consciências, de participação. De um momento para outro alguém pode sacar um exemplar da constituição do bolso, como faz o velho soldado Raúl Valdorey, de 60 anos. Ou a dar uma lição de história, como faz o mestre-de-obras Carlos Croquer, de 43.

Qualquer um parecia capaz de explicar que não fora por acaso que o corpo fora levado para ali. Chávez entrou na Academia Militar aos 17 anos. Foi ali, enquanto estudante de Ciências Militares, que leu Bolívar, Napoleão, Mao Tsetung, Clausewitz. E foi ali que, já como instrutor, formou o movimento que haveria de tentar derrubar o Governo de Carlos Andrés Perez, a 4 de Fevereiro de 1992. A sua primeira aparição pública aconteceu nesse ano. Seis anos depois, era eleito pela

primeira vez.

O seu projecto político estava em curso. “Ele deixou ferramentas para a revolução avançar”, acredita Ronald Rios, 35 anos, trabalhador social no Estado Miranda. “Com Chávez no coração de cada um de nós, isto é um processo irreversível. Seguirá com Maduro.” Ninguém contestava o nome. Era como se fosse impossível contestar a escolha de Chávez, como se fosse impossível contestar a escolha de um morto. “A morte de Chávez só fortalece a revolução. Vamos oferecer-lhe dez milhões de votos.”

Já dobrara a noite na fila. Se tivesse de voltar a dobrar a noite fá-lo-ia.

Quem saía da Academia Militar trazia emoção no rosto. José Ortega, estudante de Sociologia, de 20 anos, até se sentou no chão. Esteve 25 horas numa fila quilométrica e as irmãs ainda estavam para lá. Só viu Hugo Chávez um ou dois segundos.

“Valeu a pena. Era o nosso líder máximo. Merece.”

Lá em casa, a dor tomou conta de todos. Quem podia vir, veio. Saiu do estado Portuguesa às 23h de quarta-feira. Por volta das 4h, estava a chegar a Caracas com as irmãs e umas amigas. Meteu-se na fila às 6h. Só saía para ir a uma das casas de banho portáteis montadas pelos militares, que ontem já estavam “colapsadas”. Saía dali com uma imagem na cabeça: “Chávez está deitado, fardado, com as suas condecorações ao peito, como comandante que era e que continuará a ser para nós.” E com a sensação de estar a viver História.

As reportagens na Venezuela são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



AMÉRICA LATINA

A trégua acabou na Venezuela: eleições são a 14 de Abril

Chavistas parecem fortalecidos. Opositores ainda espantados com as peregrinações suscitadas pela morte de Hugo Chávez. Eleições presidenciais marcadas para 14 de Abril

Ana Cristina Pereira,
em Caracas

Crianças brincavam na praça. Uma mulher passeava um pão. De repente, um som metálico, repetido, ecoou em Cumbres de Corumo, uma das mais caras zonas de Caracas. Alguns moradores batiam em tachos, enquanto Nicolás Maduro tomava posse como “Presidente da República encarregado”.

Na sexta-feira, nove horas depois do início das cerimónias fúnebre de Hugo Chávez, jurava o homem que ele escolheu para continuar o seu projecto político: “Eu assumo esta faixa [presidencial] dele para cumprir o juramento de continuar o seu caminho, a revolução, de seguir em frente com a independência e o socialismo para fazer cumprir o seu legado, não por ambição pessoal.”

A sala constitucional do Supremo Tribunal de Justiça pronunciara-se horas antes. Em Janeiro, dispensara Chávez da nova tomada de posse. Entendendo que um novo mandato tinha então começado, o vice-presidente assumiria agora a presidência. Nessa qualidade, poderá candidatar-se à sucessão.

Faltava poucas horas para o Conselho Nacional Eleitoral agendar as eleições para 14 de Abril e a campanha já tinha começado.

Henrique Capriles Radonski, que enfrentou Chávez em Outubro e se prepara para enfrentar Maduro,

rompeu o silêncio, que guardara “por respeito”. Acusou o tribunal superior de favorecer o adversário. “Precisas do abuso de poder [Nicolás], precisas de utilizar os poderes do Estado para ir a eleições?”, questionou, numa conferência de imprensa transmitida pela *Globovisión*.

A Mesa da Unidade Nacional, a grande coligação que se formou contra o Partido Socialista Unido da Venezuela, recusou-se a assistir à sessão extraordinária marcada para a Academia Militar. O presidente da Assembleia Nacional, Diosdado Cabello, transferiu-a para o Parlamento, mesmo assim, apenas os membros eleitos por um dos partidos, o Copei, marcaram presença.

“Essa pergunta não se faz”

A trégua acabara. A trégua acabara e isso sentia-se, ainda que de modo simbólico, naquela rua de Cumbres de Corumo, ao som metálico, repetido, das caçarolas, a remeter para as noites de “caçarolaço” do início da década, quando a oposição tentou, de diversas maneiras, livrar-se do tenente-coronel Hugo Chávez.

Perto da Academia Militar, continuava a peregrinação para dizer adeus a Hugo Chávez. A mulher que passeava o cão na sexta-feira à noite passara por lá, com o marido e com os filhos, no princípio da tarde, estava a missa no princípio, só para apreciar o movimento. Sentira-se “esmagada”.

Nos últimos 14 anos, a mulher que passeava o cão, uma empresá-

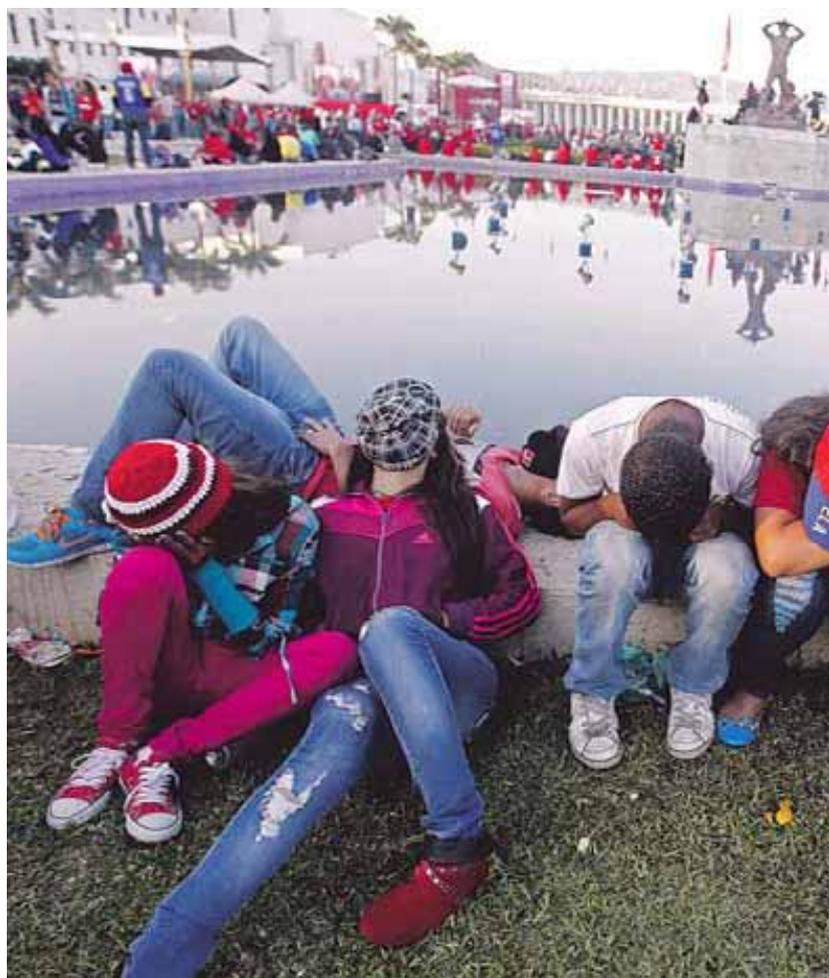
ria, de 42 anos, nunca conseguiu ver em Hugo Chávez mais do que um populista com mais dinheiro do petróleo do que qualquer outro Presidente da Venezuela alguma vez tivera para distribuir. Sempre lhe pareceu que o seu apoio eleitoral era, se não fraudulento, pelo menos clientelar. Agora, o confronto com a devoção.

A devoção salta das filas que se estendem até à capela onde o corpo de Hugo Chávez está desde quarta-feira em câmara ardente. Quem quiser declarações calorosas, por vezes chorosas, basta ir perguntando, ao acaso: por que é, para si, importante estar aqui, neste momento?

Andreina Molero, atleta, 32 anos, grata por ter recebido as chaves de uma casa digna, até faz uma careta. “Essa pergunta não se faz!” Se qualquer dúvida houvesse sobre a grandeza de *El comandante*, ela esperava que se desfizesse naquele instante. Afinal, onde já se viu 32 chefes de governo numa cerimónia fúnebre?

O “último desejo”

Hugo Chávez estava a ter uma cerimónia fúnebre à sua medida. Foram três horas em directo para todas as rádios e todas as televisões que emittem em sinal aberto. Arrancou com o hino nacional, entoado pela Orquestra Sinfónica Simón Bolívar. O bispo Mário Moronta leu uma passagem do Evangelho segundo S. João. No fim, música *llanera* - Cristóbal Jiménez cantou *Canto al Alto Apure*, que Chávez tantas vezes cantava.





JORGE SILVA/REUTERS

Venezuelanos concentrados ontem no lugar de homenagem a Hugo Chávez

vel. Quando cometiam erros, contou Maduro, durante a cerimónia fúnebre, Chávez perguntava-lhes: “Que vão fazer quando eu morrer?” “Ele deixou tudo arranjado. É connosco fazê-lo ou não.”

Oposição atordoada

A oposição parece atordoada. Isso notava-se até na montanha El Ávila, sítio usado por muitos caraquenhos para caminhar. No sábado de manhã, alguns opositores deixavam escapar desabafos. “Para quê votar, agora?”, perguntava uma rapariga, no topo do percurso. “Sim, são mais seis anos disto”, retorquia a amiga.

Quem vier a ganhar as eleições enfrentará uma situação económica complexa, explicou, numa conversa telefónica, o economista José Manuel Puente. O país beneficiou, desde 2004, de elevados preços do petróleo. Com o aumento de gasto público, em salários, pensões, subsídios, disparou o consumo das famílias e a produção nacional está muito longe de satisfazer a procura.

Correspondem a petróleo 97% das exportações. Segundo o Banco Central, em 2012, as importações representavam 33,3% da oferta existente nos mercados venezuelanos. No quarto trimestre, apesar do petróleo estar a 98 dólares por barril, e de o país ter ganho 24 mil 626 milhões de dólares, os gastos foram tantos que a balança de pagamentos fechou com um défice de 598 milhões de dólares.

Mesmo que ganhe Maduro, o modelo actual terá de sofrer ajustes. O desequilíbrio económico já o obrigou a tomar medidas. A 9 de Fevereiro, Maduro desvalorizou o bolívar face ao dólar, lembra José Manuel Puente. Houve uma variação de 4,3 para 6,3. E isso tem implicações, desde logo, no preço de alimentos e medicamentos.

Mal se soube da notícia da morte de Chávez, na terça-feira, o primeiro impulso de alguns foi ir ao supermercado e à farmácia. Na quarta-feira, estiveram a abarrotar desde manhã até à noite. Na quinta-feira, reabriram restabelecidos. Ontem, na Central Madeirense faltava açúcar, farinha de trigo e manteiga. É o controlo de divisas a fazer das suas, comentava o marido da mulher que passeava o cão. Talvez agora, com a campanha eleitoral, para controlar a inflação e diminuir a escassez de produtos no mercado, o Governo acelere a entrega de dólares para as importações.



MARIANA BAZO/REUTERS

Puxa-se conversa cinco, dez, 15 vezes e o sentido do discurso mantêm-se. “É o maior líder que Deus nos deu!”, exclamou, por exemplo, Juleima Contreras, 34 anos, vinda de San Cristóbal, a 12 horas de Caracas. “Ele não morreu. Ele vive em todo este povo que continua a amá-lo.”

Era um risco da “revolução bolivariana”, amiúde apontado por analistas políticos, como Ricardo Sucre. Que aconteceria ao chavismo, se, um dia, Chávez faltasse? Proliferam líderes de base e intermédios, mas ninguém tem uma dimensão comparável à do fundador do chamado “socialismo do século XXI”.

Dir-se-ia que Chávez resolveu o problema na última comunicação que fez ao país, a 8 de Dezembro, antes de partir para Cuba, onde se submeteu à última operação cirúrgica. Se algo lhe acontecesse, gostaria que votassem em Maduro, lembrava, na fila, Ronald Rios, de 30 anos. “Quem lhe negará o último desejo?” A este trabalhador social, “implicado no processo”, parece evidente que “a revolução bolivariana sai reforçada com o desaparecimento físico de *El comandante*”.

Falava na morte, tinha consciência dela, apesar de muitos dos seus seguidores o verem como invencí-

Sugestões Dia do Pai nas LOJAS PÚBLICO

Encontre as melhores sugestões para o Dia do Pai nas Lojas PÚBLICO. Livros, CD, DVD ou vinhos, aos melhores preços.



Cadernos do Vinho
11 livros - 4,90€ cada



6,95€ cada

Quinta das Bageiras
Reserva 2009



6,95€ cada

Quinta do Monte D'Oiro
Lybra Syrah 2008



11€ cada

Blandy's Alvada
5 Anos

Encomende estes e outros produtos disponíveis em <https://loja.publico.pt>

LOJAS PÚBLICO: Centro Comercial Colombo, Piso Zero, junto à Praça Central. Seg. a dom das 10h às 24h. Edifício Diogo Cão - Doca de Alcântara Norte, Lisboa. Seg. a sex. das 9h às 19h. Sáb. das 11h às 17h

Biosfera

RTP2 grave na sua box e veja a qualquer hora

terça-feira às 15h30 e quarta-feira às 19h30

Redescobrir o medronho
Conheça as potencialidades do “morango do outono”

www.faroldeideias.com
www.facebook.com/biosfera.rtp

RTP2 faroldeideias

El comandante Valentín já imagina enchentes no 23 de Enero

Restos mortais de Hugo Chávez serão trasladados para a paróquia 23 de Enero, onde muitos venezuelanos têm medo de entrar

Reportagem
Ana Cristina Pereira,
em Caracas

Há uma barreira guardada por jovens militares. Ninguém pode aproximar-se do Quartel da Montanha, que Hugo Chávez queria transformar no Museu da Revolução Bolivariana. Ultimam-se os preparativos para receber o corpo, que deve chegar sexta-feira, numa urna de cristal.

No noroeste de Caracas, entre colinas, a paróquia 23 de Enero, dividida em colectivos que por vezes se guerreiam. Valentín Santana, líder do mais radical, o La Piedrita, apresenta-a assim: “Paróquia rebelde, combativa, leal ao comandante Chávez. Sentimos-nos orgulhosos de o ir ter aqui.”

A paróquia não costuma estar nas páginas dos jornais pelos melhores motivos. Ainda se fala na contenda em torno de fotografias de crianças com lenços na cara e metralhadora nas mãos, à moda do subcomandante Marcos, de Chiapas, no México, tendo atrás um mural a representar Jesus Cristo armado. A confusão foi tanta que Jesus agora aparece com um exemplar da Constituição.

O “barrio” ameaça descer à cidade caso seja necessário “defender a revolução”. Em Abril de 2002, quando Chávez sofreu um golpe de Estado, o 23 de Enero desceu em peso ao Palácio de Miraflores, a exigir o seu regresso. “Nunca ouviste o comandante Chávez dizer que isto é uma revolução pacífica, mas armada?”, pergunta Valentín. “Que não se engane o imperialismo. Esta revolução veio para ficar!”

Estamos sentados numa varanda, em torno de uma mesa de plástico. Daqui, avista-se o palácio presidencial. O “comandante Valentín” é um homem elegante nos seus 50 anos. Usa lenço vermelho ao pescoço, bandeira da Venezuela no braço. Ninguém lhe tira da cabeça que o que se diz de Chávez o debilitou.

“A contra-revolução tem uma

grande culpa pelo que aconteceu ao comandante Chávez. Ele nunca se mostrou triste, mas o ataque mediático punha-nos a nós, o povo, zangados.” E já o mostraram contra Marcel Granier, director do canal RCTV, encerrado por ordem do Governo, Miguel Henrique Otero, director do jornal *El Nacional*, diversos membros do canal Globovisión, associado à oposição.

A voz de Chávez solta-se dos altifalantes de La Piedrita. Nestes dias, os seus discursos quase só alternam com música de intervenção. A relação começou em 1992. O Quartel da Montanha funcionou como zona operacional durante o golpe que o tenente-coronel Chávez liderou contra Carlos Andrés Pérez. E, enquanto Presidente da República, eleito pela primeira vez em 1998, era ali que votava.

Valentín viu-o na televisão, a assumir o golpe falhado, a dizer: “por agora”. Sentiu uma identificação imediata. “Nesse momento, ele encheu-se de povo. Nunca mais deixou de encher-se de povo. Por isso tem tanta gente chorando, com vontade de o levar para casa. É demasiado amor.”

Nicolás Maduro, o Presidente da República interino, anunciou que o corpo será sexta-feira trasladado da Academia Militar para o Quartel da Montanha, onde continuará exposto. Preparam uma emenda constitucional para que o possam colocar no Panteão Nacional, junto de Simón Bolívar. É isso que se pede, em coro, nas ruas de Caracas, desde que se soube da morte de Chávez, na terça-feira, embora Chávez sempre tenha dito que queria ser enterrado em Apure.

Valentín imagina a enchente. “Já começou. Ainda agora chegou uma senhora com umas rosas para colocar na entrada.” Falta espaço. O 23 de Janeiro é uma colina, coberta de casas pequenas, umas por revestir, outras pintadas de cores garridas, quase sempre azul, amarelo ou vermelho, as cores da bandeira. “Vai vir gente de todo



O quartel da Montanha e as casas do bairro 23 de Enero, uma favela que jurou defender a revolução de Hugo Chávez

o lado. Creio que a paróquia vai ficar ainda mais revolucionária do que já é.”

Há muito quem tenha medo de pôr os pés no 23 de Enero, que deve o nome à queda do ditador Marcos Pérez Jiménez, em 1958. Assim, de raspão, parece uma favela pacata. Vizinhos a conversar na rua, roupas a secar nas janelas gradeadas, membros do colectivo embrenhados nos seus afazeres.

Parecem escuteiros. Vestem calças militares, verde-tropa, e pólo azul, que combinam com um lenço vermelho e umas botas pretas. São eles que patrulham o território dia e noite, auxiliados pelos seus *walkie-talkies*.

Há um ano, na sequência de duas mortes de membros de La Piedrita, dezenas de carros foram destruídos e alguns jornais invocaram confrontos entre grupos rivais. La Piedrita atribuiu as mortes à luta contra os narco-

militares. Nasceu para defender moradores da brutalidade policial e da criminalidade local. “Éramos perseguidos, havia tortura, muitos mortos pelos corpos de segurança.”

O “governo popular”, aqui, começou em 1985 sob a forma de milícia. Estão muito organizados. Numa cantina social, servem 200 refeições por dia sem cobrar. Num lar, acolhem crianças e familiares que precisam de vir à cidade fazer algum tratamento hospitalar. Descendo a encosta, maquinaria de fazer tijolos. Continuando a descê-la, tanques que funcionam como viveiro de peixe de rio.

Estão limpas as ruas estreitas, íngremes. A limpeza dos espaços públicos é garantida pelos moradores. Algum entretenimento infanto-juvenil também. “Fazer desporto é fazer pátria”, lê-se no campo de jogos situado na base da escarpa, de frente para uma parede coberta com uma imagem

de Simón Bolívar.

O 23 de Enero tem um dos maiores muralistas da cidade: Néelson Santana, irmão de Valentín. Inúmeros murais remetem para a ideologia dominante - rostos, como Hugo Chávez, Ali Primera, cantor de intervenção, Lina Ron, fundadora da Unidade Popular da Venezuela, ou palavras de ordem, como: “Aqui ninguém se rende”.

Seguindo a rua principal, o barracão do material de construção. Na esquina, a rádio comunitária. “Todo o mundo participa”, diz o líder. “A gente aprendeu. Os únicos que não participam são os esquilidos [os opositores].” Quem os motiva a participar? “Esse que está falando aí em baixo.”

Dali, do seu comando, o futuro parece claro a Valentín: “Chávez é Chávez. Nicolás é Nicolás, mas Nicolás é um revolucionário. Nicolás vai acelerar o processo. As missões [os programas sociais]



Chávez

Fidel sobre Chávez

“O melhor amigo que o povo cubano teve”

Fidel Castro elogiou Hugo Chávez, que descreveu como o campeão dos pobres, e disse que os cubanos perderem o seu melhor amigo de sempre. Foram os primeiros comentários do líder cubano sobre a morte, na semana passada, do Presidente da Venezuela.

“Morreu o melhor amigo que o povo cubano teve na sua história”, escreveu Fidel Castro no *Granma*, o jornal oficial do Partido Comunista. “Ainda que conhecêssemos o estado crítico da sua saúde, a notícia da sua morte foi um duro golpe.”

“Tivemos a honra de partilhar com o líder bolivariano os mesmos ideais de justiça social e de apoio aos explorados. Os pobres são pobres em qualquer parte do mundo”, escreveu também Fidel.

O texto, intitulado “Perdemos o nosso melhor amigo”, termina com a frase “*Hasta la victoria siempre, inviolable amigo!*” [Até à vitória sempre, inesquecível amigo!]

Fidel Castro, 86 anos, liderou a revolução cubana em 1959 e, apesar de retirado, é uma figura central do regime de que foi o número um durante quase cinco décadas. Durante a presidência de Hugo Chávez os governos de Havana e Caracas estreitaram laços.

A proximidade ideológica traduziu-se em ajuda económica. Segundo a Reuters, dois terços do petróleo consumido por Cuba é de origem venezuelana. Em troca, o Governo cubano fornece serviços em áreas como a saúde.

Chávez efectuou vários tratamentos em Cuba ao cancro que acabou por o vitimar, na terça-feira passada, aos 58 anos. Nas cerimónias fúnebres o Governo de Havana foi representado por Raul Castro, irmão de Fidel e actual líder do regime.

O “fascista” Capriles e o “mentiroso” Maduro oficializam candidaturas e trocam os primeiros insultos

Henrique Capriles é o candidato da coligação da oposição nas eleições que, a 14 de Abril, elegem o sucessor de Hugo Chávez como Presidente da Venezuela. O anúncio da esperada candidatura foi feito no domingo e já deu origem a acusações e insultos.

O candidato da oposição (uma coligação de mais de 20 partidos), governador do estado de Miranda, concorreu contra Chávez nas eleições de Outubro de 2012, nas quais obteve 44%, o melhor resultado alguma vez conseguido contra o Presidente que morreu na semana passada, de cancro, após 14 anos de poder.

Capriles, 40 anos, que prometeu “lutar pela Venezuela”, acusou Nicolás Maduro, empossado Presidente interino na última sexta-feira e também candidato nas eleições marcadas para 14 de Abril, de ter mentido sobre o estado de Chávez. “Nicolás, mentiste a este país”, repetiu. “Quem sabe quando morreu o Presidente Chávez?”

O dirigente da oposição acusou

o poder de “usar o corpo do Presidente para fazer campanha” e de ter procurado “ganhar tempo” mentindo sobre o real estado de saúde de Chávez. “Tudo foi minuciosamente calculado”, sustentou.

Maduro reagiu numa declaração na televisão, atribuindo ao adversário a intenção de “procurar a violência”. E não poupou nas críticas: “Vimos a face nauseabunda do fascista que tu és”, afirmou o Presidente interino, criticando o que qualificou como intervenção “misericórdia”, “deplorável” “irresponsável” e “infame”.

O candidato do Partido Socialista Unificado da Venezuela prometeu uma nova derrota a Capriles e acusou-o de estar ao serviço da “oligarquia” para fomentar a desordem no país e justificar desse modo “uma intervenção estrangeira”.

Também no domingo, num discurso para dirigentes do Partido Comunista da Venezuela, que lhe declarou o seu apoio, Maduro apresentou-se como herdeiro de Chávez

e apelou à “unidade”, sob pena de se perder “todo” o legado do antigo Presidente.

“Hoje sou Presidente conforme a Constituição, mas sobretudo porque foi ele que o pediu”, disse. “Vou ser candidato presidencial, vou ser Presidente e comandante-chefe das Forças Armadas porque ele mo ordenou”, acrescentou. “Uma coisa é ser chávista (...) Outra é esperar que Nicolas Maduro seja Chávez. Não sou Chávez, sou chávista, sou o filho de Chávez”, sublinhou.

Não foi a primeira vez que os dois homens trocaram acusações, mas os insultos de domingo prometem marcar o tom para uma campanha eleitoral com a figura de Chávez omnipresente. Maduro qualificou recentemente o adversário de “príncipe decadente da burguesia parasitária”. Na resposta, Capriles chamou-lhe “preguiçoso”. Ontem os dois homens oficializaram as candidaturas. A campanha eleitoral até dia 14 de Abril será “relâmpago” - dura 10 dias e tem início oficial a 2 de Abril.



Capriles acusou o poder de “usar o corpo do Presidente para fazer campanha”

As reportagens na Venezuela são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



“O que faço com o dinheiro? Não o posso tirar daqui”

A economia é um tema central na corrida para a presidência. Um empresário tenta comprar um carro, para segurar o valor do seu dinheiro, e o melhor que consegue é entrar numa lista de espera

Reportagem Ana Cristina Pereira, em Caracas

Quer comprar um carro novo. Qualquer carro novo, desde que não seja branco, a cor dos táxis que percorrem Caracas. Se aparecerem dois, comprará dois. É um investimento. O preço de um carro dispara mal sai do concessionário. E a desvalorização do bolívar parece imparável no mercado paralelo.

Aviso: será preciso recuar dez anos para perceber o contexto que agora leva este empresário português a esta busca; não se revelará o seu nome porque recorrer ao mercado paralelo de divisas é um crime.

Em Janeiro de 2003, num braço-de-ferro com a oposição, que paralisou a indústria petrolífera dois meses, fazendo baixar os depósitos de bolívares, subir a compra de dólares e aumentar o défice das contas públicas, Hugo Chávez decretou o controlo de câmbio. Desde então, uma estrutura do Estado decide se e quantos dólares pode comprar quem importa bens, faz férias ou estuda no estrangeiro. O plano era travar a fuga de capitais e deter a inflação, assegurando uma taxa de câmbio estável para as importações. Desenvolveu-se um mercado paralelo de divisas.

Em Agosto do ano passado, quando o empresário foi de férias para Portugal, o dólar estava a 8,5 bolívares no mercado paralelo. Subiu durante a campanha para as presidenciais de 7 de Outubro. Lembra-se de pensar: “Isto está muito alto. Isto há-de baixar.” Não baixou. Agora, o dólar está a 24/25 bolívares.

Às vezes, apetece-lhe fazer as malas e regressar ao país de origem. Cansa-se da incerteza, da insegurança, da revolução. Podia tentar vender a casa, os negócios. “O que faço com o dinheiro? Não o posso tirar daqui.” A solução, para si, era encontrar comprador

que pagasse no estrangeiro.

Comprar dólares ou euros no mercado paralelo é um modo de ir tirando algum dinheiro do país. “Agora, não há. Não se arranja.” E não gosta de ter bolívares depositados no banco. Não é só a inflação. Há notícia de bancários associados a redes de sequestradores, crime em voga na Venezuela.

A 9 de Fevereiro, Nicolás Maduro, agora Presidente da República interino, reagiu às distorções: depois de dez anos com um câmbio oficial fixo, o bolívar passou de 4,3 para 6,3 face ao dólar. O empresário acabara de passar um negócio. “Para manter o valor do dinheiro, comprei dois apartamentos.”

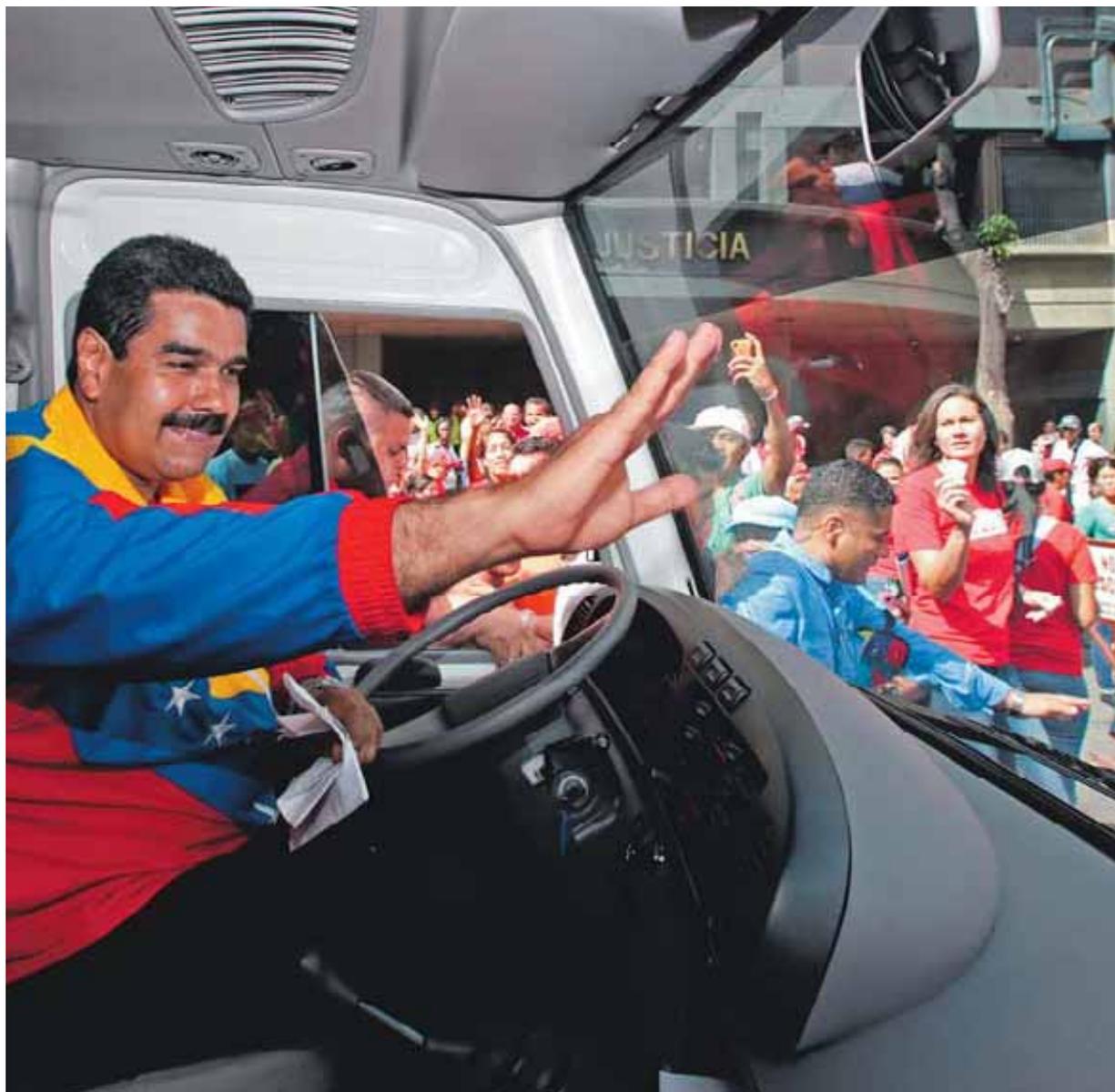
Carros melhores que casas

Os apartamentos, quase prontos, afiguram-se-lhe um negócio de risco. A Venezuela tem grande défice de habitação. Inúmeros apartamentos em fase de conclusão foram invadidos por famílias sem tecto. Quase ninguém investe em habitação, a não ser o Estado - o Governo lançou a Gran Misión Vivienda, através da qual está a construir habitação social.

Arrendar também não é algo que traga sossego ao empresário, de 48 anos. Se um inquilino deixar de pagar a renda, só o poderá despejar quando tiver uma alternativa. “E se nunca procurar essa alternativa?” Comprar carros parece-lhe o melhor a fazer para manter o valor do seu dinheiro. O problema é encontrá-los.

Começa pelo concessionário da Jeep, em Los Ruices, uma das zonas industriais de Caracas. Nem meia dúzia de vendedores sentados, à secretária, e um único carro exposto. Têm uma lista de espera de dez meses. Quem quiser entrar na lista tem de ter um crédito aprovado por um banco.

O empresário avança para a Toyota. O cenário é desolador: nem vendedores, nem carros.



“Um saco de farinha de trigo custa 315 bolívares. Quando não se consegue, tem de se ir ao mercado negro, onde pode custar até 550”

Não sabem quando voltarão a ter algum carro para vender. “Talvez no final do ano”, arrisca a recepcionista. Até lá limitam-se a vender peças e a fazer trabalhos de manutenção das viaturas. Tenta outro concessionário da mesma marca. “Há gente que está à espera desde o ano passado”, lamenta o vendedor.

Passa pela Ford. O filho pega num panfleto de uma carrinha modelo F250. Não há, nem sabem se algum dia haverá. Talvez lá para Maio abram uma lista de espera, mas para o Fiesta.

Conduz até ao concessionário da Volkswagen. Há 40 carros no Porto de La Guaira, mas destinam-se a funcionários e a accionistas, diz o gerente. “Não sabemos quando voltaremos a receber, não há licença de importação.” O empresário ainda lhe pergunta

se sabe se algum deles quer vender, ciente de que é assim que muitos ganham a vida. O homem sorri. Quem quiser vender já terá cliente.

Ainda vai à Mitsubishi. E à Chevrolet. Num, nem lista de espera. Noutro, seis meses à espera de um Aveo.

Imagina o quão estranho isto será para um dos familiares ou amigos residentes em Portugal. No ano passado, o carro da filha foi roubado. Era um Terios. Custava 223 mil bolívares. O seguro demorou quatro meses a pagar. Quando pagou, já custava 350. Agora, aparece a 380 nas páginas electrónicas de carros usados.

A associação que representa os concessionários queixa-se da quase nula liquidação de divisas e de tardias autorizações para

O Presidente interino Nicolás Maduro a caminho da Academia Militar, onde se encontra o corpo de Chávez



em Fevereiro de 2003 Hugo Chávez decidiu regular uma extensa lista de produtos - alimentos, medicamentos, cuidado pessoal. Numa primeira fase, isso contém o aumento dos preços. Noutra, gera escassez, já que os empresários usam o mercado paralelo de divisas como marcador para estabelecer os custos de reposição.

No ano passado, o aumento de preços reclamado por produtores e intermediários foi atirado para depois das eleições, altura em que o Governo autorizou subidas na farinha de milho, no arroz e no café. Falava-se muito noutros aumentos, mas tudo se adiou com o agravamento da doença de Chávez e a sua morte.

Saindo da lista de preços controlado, a inflação galopa. "Um saco de farinha de trigo custa 315 bolívares. Quando não se consegue, tem de ir-se ao mercado negro, onde pode custar até 550", exemplifica o empresário. Quando está a calcular o preço a que venderá a pizza, por exemplo, tem esta flutuação em conta.

Segundo um estudo da Ecoanalítica, um terço dos produtos usados pelo Banco Central para calcular a inflação têm preços relacionados com o mercado de divisas paralelo - entre Outubro e Fevereiro, os preços subiram 15% nos restaurantes e cafés, 15% nas lojas de pronto-a-vestir, 17% nos artigos para o lar.

A situação económica é um dos temas predilectos da oposição, encabeçada por Henrique Capriles, o candidato da Mesa da Unidade Democrática às eleições do dia 14 de Abril.

O candidato do Partido Socialista Unido da Venezuela, Nicolás Maduro, também já prometeu tomar medidas de longo prazo. Empresários de vários quadrantes reclamam medidas urgentes para reactivar o aparelho produtivo, alegando que a economia não pode continuar à espera.

importar peças para montar carros ou para importar carros já montados. Pelas contas da chamada "Câmara de Automotriz de Venezuela", a produção de carros baixou 40% em cinco anos.

Alimentos racionados

O empresário sente o problema em vários sectores. Sábado, foi ao supermercado Central Madeirense e não encontrou farinha de trigo, manteiga, açúcar. Não desesperou. Tinha o suficiente em casa, na dispensa. "Quando há, compro e guardo." Não leva o que quer. Há racionamento dos produtos que vão faltando. Por exemplo, dois quilos de açúcar, dois quilos de farinha de trigo, quatro de farinha de milho.

Convencido de que a inflação era um reflexo da especulação,

As reportagens na Venezuela são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais






EM MARÇO VISITE O BAIRRO DO PANDA

Todas as segundas-feiras de Março o Público oferece desconto de 20% na compra de bilhetes para o Bairro do Panda.

~ ~ ~

No mês de Março compre o Público e ganhe descontos para o Bairro do Panda. Todas as segundas-feiras é publicado um cupão na contracapa do jornal que dará 20% de desconto na compra de um ou mais bilhetes individuais para o Bairro do Panda no Pavilhão de Portugal.



DESCONTO EXCLUSIVO PÚBLICO
20%
 Desconto Bairro Panda
 DESCONTO EXCLUSIVO PÚBLICO



Limitado ao stock existente. O cupão deverá ser recortado e trocado na bilheteira do Pavilhão Atlântico. Os cupões podem ser utilizados até ao final de Abril, mas devem ser trocados até ao final de Março. Promoção válida apenas para edição em papel.

PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O BAIRRO : WWW.CANALPANDA.PT



Sponsors




Media partners





Apoio



“Não pode haver um Estado onde todos somos chefes?”

Vão ganhando forma os conselhos comunais, organizações comunitárias que inspiram os chavistas e assustam os seus opositores. O sonho é o Estado comunal

Reportagem Ana Cristina Pereira, em Caracas

Chama-se Marxia Rosales. “Sim, Marxia de Karl Marx.” O irmão chama-se Marxel. Ideia do pai, Jose António, um marxista convicto nos seus 70 anos. Faz parte de um conselho comunal – “instância de participação para o exercício directo da soberania popular” – Bloco 1, El Silêncio, Caracas.

Hugo Chávez elegeu o poder popular como um dos maiores desafios do período 2013-2019. O objectivo era, no final do mandato, ter sete em cada dez venezuelanos a viver numa comuna. Até criara o Ministério do Poder Popular para as Comunas. “Onde está? Não funcionou”, reclamou em Outubro. “As bases estão lançadas, mas não avançámos muito na construção do poder popular.”

Marxia mora na Plaza de O’Leary, onde tantas vezes se concentrava quem ia manifestar o seu apoio a Chávez ao Palácio de Miraflores. Ali, como em grande parte da cidade, cartazes ou desenhos mantêm-no presente: “Chávez vive, a luta segue”; “Até à vitória sempre, comandante Chávez; Amamos-te”.

Apesar do seu corpo estar em câmara ardente, Chávez domina a campanha para a Presidência. O rosto de Nicolás Maduro, o homem que indicou, não se vê ou vê-se associado ao seu. “Maduro, desde o meu coração”; Chávez, juro, o meu voto vai para Maduro”; “Com Chávez e Maduro, o meu voto está seguro”.

Para Marxia, “a revolução está mais forte do que nunca”. Há uma semana, esteve em Los Próceres e deparou-se com as extensas filas que se formavam para vê-lo na capela da Academia Militar – uns com guarda-sol para armar nas horas de calor, uns com banquinhos de campismo para dar algum descanso às

pernas; ora a chorar, ora a rir, ora a contar histórias, ora a cantar canções revolucionárias, ora a gritar palavras de ordem, sempre acossados por vendedores ambulantes, uns com comida rápida, outros com bebida gelada, outros com as mais variadas formas de recordações de Chávez. Acabou por regressar a casa sem vê-lo. “Tenho um bebé.”

Democracia é envolver-se

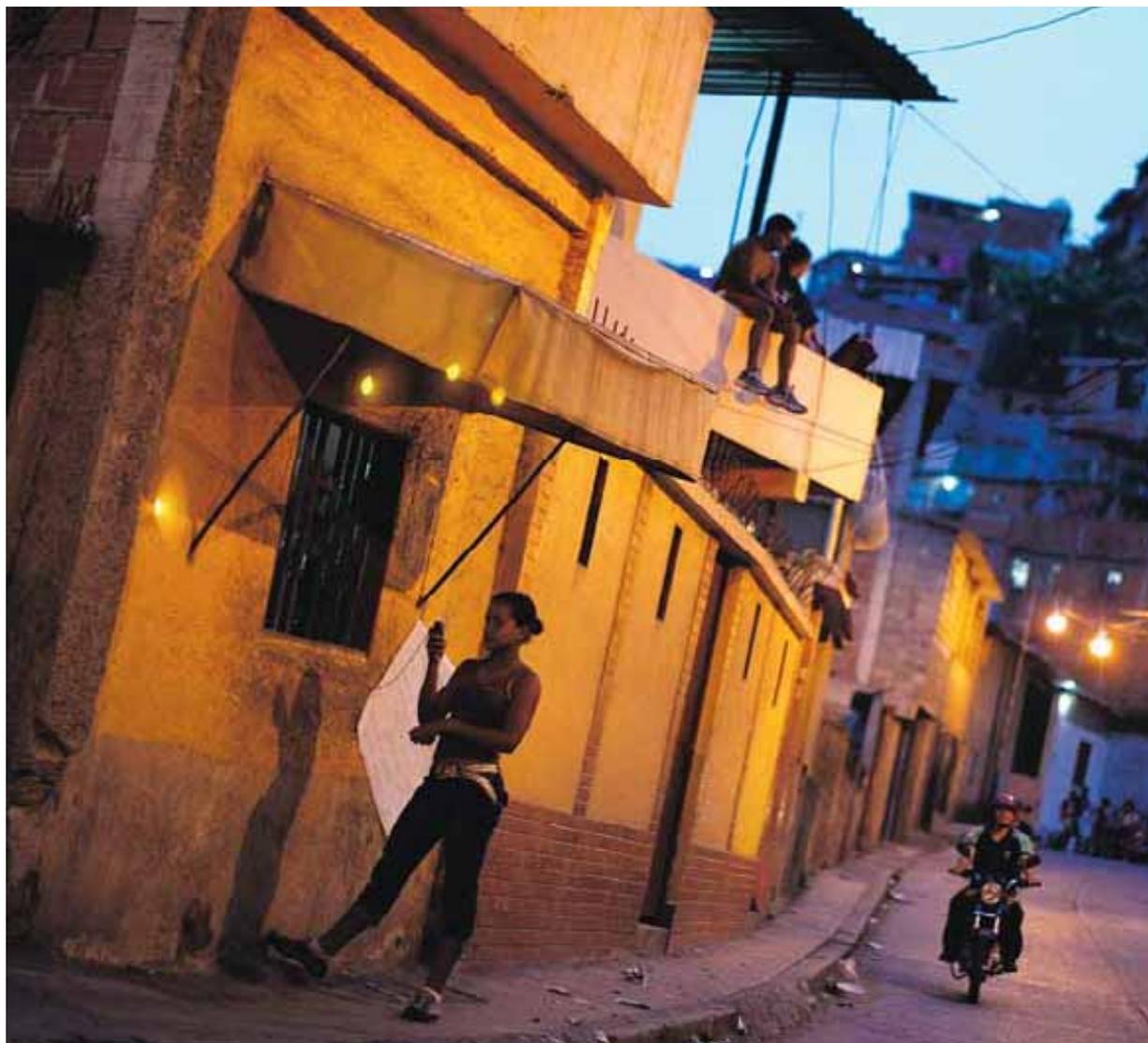
Para ela, democracia implica envolvimento. Consoante os projectos, o Estado pode transferir verbas, fornecer meios de produção, dar acompanhamento técnico ou formação às organizações de base. Nenhum dinheiro chegou ao Bloco 1, El Silêncio, Caracas. “Os recursos vão para comunidades mais necessitadas.”

Atrás do seu prédio, de arquitectura colonial, está o maior feito do conselho comunal de que Marxia faz parte. Mandaram consertar o portão do parque de estacionamento, através do qual o conselho comunal angaria fundos para pagar a um vigilante e resolver alguns problemas de quem vive no quarteirão.

Arranjaram o campo desportivo, onde crianças e jovens se divertem; reclamaram iluminação pública, angariaram fundos para o parque infantil, outrora despido, agora completo – apresentaram o projecto de recuperação do parque infantil e receberam os equipamentos para instalar.

Publicita-se a comuna como algo autêntico, não como cópia dos modelos testados na União Soviética, na Jugoslávia, na China ou em Cuba. “No início, era uma experiência”, diz o pai, sentando-se na mesa da sala. “Depois, tomou-se consciência de que esta devia ser a organização dos grupos sociais”.

O modelo constava na alteração constitucional rejeitada, por referendo, em 2007. Dois anos depois, a lei orgânica dos



“Primeiro, desaparecerão os conselhos municipais, depois as câmaras, os governos regionais. No fim, governará o conselho da comuna. A pólis”, diz o professor de História Jose Jimenez: “É um processo de décadas, talvez séculos, já não o verei”

conselhos comunais foi aprovada pelo Parlamento. E essa define-os como “instâncias de participação, articulação e integração entre os cidadãos e as diferentes organizações comunitárias, movimentos sociais e populares que permitem ao povo organizado exercer o governo comunitário e fazer a gestão directa das políticas públicas e projectos orientados às necessidades”.

Em cada conselho comunal, há uma assembleia formada por todos os habitantes da comunidade, máxima instância de deliberação, e várias unidades, cada qual com as suas funções específicas. Jose Manuel integra a unidade de finanças, que gere os recursos financeiros do conselho comunal, e Marxia a unidade eleitoral, incumbida de organizar e conduzir as consultas populares.

Falta harmonizar o quadro jurídico para tudo o que a

lei prevê que seja exequível, comenta o pai. “Este Governo tem ideias maravilhosas, lança as coisas com entusiasmo, começa a dar dinheiro às bases e há gente que agarra o dinheiro e não faz o que era suposto e aí eles começam a exigir mais”, achega Nancy, a mãe, saindo da cozinha com a neta ao colo.

As propostas, agora, têm de estar mais fundamentadas. Os conselhos comunais, agora, têm de dar mais garantias.

“Coisa de chavistas”

Nas favelas, mobilizam-se mais pessoas. “Esta comunidade é um pouco apática”, queixa-se a rapariga, de 26 anos, administrativa numa escola, estudante de Comunicação Social. “As pessoas não entendem que é para ajudar a comunidade”, esclarece a mãe. “Vêm isto como uma coisa de chavistas.”

A oposição rejeita os conselhos



JORGE SILVA/REUTERS

Os conselhos comunais unir-se-ão para formar comunas, explica. “Primeiro, desaparecerão os conselhos municipais, depois as câmaras, depois os governos regionais. No final, o conselho da comuna governará. É isso o que se quer. A pólis.” Jose Jimenez fala sem hesitação: “Isto é um processo de anos, de décadas, talvez de séculos, já não verei, talvez o meu filho, que está para nascer.”

Estamos sonhando

Entusiasma-se, como se falasse para uma plateia: “Não pode haver um Estado onde todos somos chefes? É uma utopia? Estamos sonhando, estamos a construir um país diferente”, diz Jose Jimenez.

“O que está provado? Quando uma pessoa chega a chefe de Estado, fica ambiciosa, começa a fazer negócios, torna-se milionária, já não se importa com o povo. Nós queremos responsabilidade de governo e a responsabilidade de governo não vem só dos políticos, que dizem às pessoas o que elas querem ouvir, também vem da gente que participa na resolução dos seus próprios problemas.”

Parece-lhe evidente que “Chávez marcou a história da Venezuela”, que nada será igual depois dele.

“Aqui, não há nada oculto. Aqui, não há campos de concentração, nem armas de destruição maciça. Aqui, há um povo com consciência. A única coisa que temos a pedir a todo o mundo, que pode vir cá quando quiser, é respeito. Queremos que o mundo respeite o nosso direito a determinar o nosso destino.”

As pessoas continuam a chegar de todos os cantos do país para vê-lo, a Hugo Chávez. Mesmo quem não quer passar por lá sente efeitos na avenida Intercomunal de El Valle, na auto-estrada El Valle-Coche e em Santa Mónica. Pode demorar-se duas horas para cruzar a Avenida Intercomunal.

As reportagens na Venezuela são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



comunais. Líderes como Ramón Guillermo Avelo, secretário-executivo da Mesa da Unidade Democrática, encaram-nos como uma tentativa de “desmontar o Estado federal e descentralizado que está previsto na Constituição e [de] instaurar um Estado comunal, que, com a aparência de aumento de participação dos cidadãos, o que faz é fortalecer o poder do Estado central”.

Tenta perceber-se o Estado comunal junto do sector intelectual do Partido Socialista Unido da Venezuela. Está no programa que Chávez levou a votos a 7 de Outubro e que Maduro recuperou para as eleições marcadas para 14 de Abril.

Muito perto da casa de Marxia, está Jose Jimenez, professor de História na Universidade Central da Venezuela, sentado no seu lugar de director da Biblioteca Municipal de Caracas.



ANDREAS SOLARO/AFP

Berlusconi pode ver-se afastado do processo pós-eleitoral

Italianos querem governo e não novas eleições

Negociações Clara Barata

Enquanto os partidos não se entendem para formar coligações, o Presidente da República acaba por ter de defender Berlusconi

Para 67% eleitores dos italianos, sobretudo os de centro-esquerda e aqueles que votaram em Mario Monti, o melhor seria que os políticos italianos conseguissem resolver o nó cego que resultou das eleições legislativas de 24 e 25 de Fevereiro e conseguissem formar governo, seja com que coligação for. Os que preferiam ir de novo às urnas em Junho são apenas 28%, e são quase todos eleitores de Berlusconi, revela uma sondagem publicada ontem pelo jornal *La Repubblica*.

A embrulhada política italiana tem-se complicado cada vez mais. Beppe Grillo, o líder do Movimento 5 Estrelas (M5S), que concentrou o voto de protesto, permanece intransigente na recusa de uma aliança com o Partido Democrático (PD, centro-esquerda) de Pier-Luigi Bersani. Este ganhou as eleições mas tem uma maioria escassa no Senado, que não lhe assegura condições para governar – esperava ter o apoio dos senadores M5S, mas até agora não conseguiu nada.

Já o Povo da Liberdade (PDL), o partido de centro-direita do ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi tem andado arredado das negociações, embora tenha ficado em segundo, porque nenhum dos outros partidos quer coligar-se com ele. Mas a calendarização para esta altura de uma série de processos judiciais em

que Berlusconi está envolvido levou-o a clamar de novo contra o encarniçamento, por “motivos políticos”, da “perseguição” que diz sofrer por parte dos juízes.

Berlusconi apresentou um atestado médico e internou-se no hospital devido a uma inflamação nos olhos para não ir às alegações finais do julgamento em que é acusado de pagar por sexo com uma prostituta menor, na sexta-feira passada, mas foi obrigado a apresentar-se aos juízes na segunda-feira. Nomes grados do seu partido manifestaram-se à porta e dentro do tribunal, falando de “uma emergência democrática”.

Entretanto, o Ministério Público de Nápoles avançou com um pedido de julgamento imediato de Berlusconi por corrupção, devido à acusação de um ex-senador, Sergio De Gregorio, que diz que o milionário político lhe comprou a lealdade em 2008, para ajudar a fazer cair o governo de Romano Prodi. Os políticos do PD e M5S têm-se multiplicado em declarações de que votariam para autorizar a prisão de Berlusconi – o que não foi pedido.

O PDL foi pedir ajuda ao Presidente Giorgio Napolitano – “um interlocutor em quem confiamos”, disse Angelino Alfano, secretário-geral do partido de Berlusconi.

Napolitano, figura muito respeitada, não desiludiu o PDL, mas deixou consternada a esquerda, porque depois de receber o presidente do Conselho Superior de Magistratura, apelou a que se evitassem “tensões desestabilizantes.” É compreensível, disse, “a preocupação em garantir que o seu líder [do PDL] possa participar nesta complexa fase político-institucional”. “Pobre país”, criticou Beppe Grillo no seu blogue.

Corpo de Neruda exumado a 8 de Abril

Chile

Justiça chilena investiga hipótese de assassinio depois de motorista revelar que o poeta levou uma injeção letal no hospital

Os restos mortais do escritor chileno Pablo Neruda (1904-1973) vão ser exumados no dia 8 de Abril. O objectivo é a realização de testes científicos que determinem se foi envenenado – a mando de Augusto Pinochet –, conforme revelou recentemente o motorista do poeta.

Na exumação, explica a AFP, vai participar uma equipa multidisciplinar e composta por especialistas de diversos países: elementos do serviço chileno de medicina legal, uma equipa forense argentina, especialistas espanhóis e observadores da Cruz Vermelha Internacional.

Neruda morreu 12 dias depois do golpe de Estado de Pinochet que derrubou o Presidente Salvador Allende. A versão oficial diz que o escritor-poeta e diplomata morreu de cancro na próstata, doença que segundo o relatório médico, se agravou subitamente, matando-o.

A exumação foi ordenada pelo juiz Mario Carroza, que é o responsável pelo processo aberto depois da denúncia de homicídio apresentado pelo Partido Comunista do Chile, a que Neruda, que ganhou um Prémio Nobel da Literatura, pertencia. O motorista deste, Manuel Araya, disse, em 2011, que Neruda recebeu uma injeção letal no hospital onde estava internado para realizar tratamentos para o cancro. O seu testemunho diz que a ditadura de Pinochet assassinou o poeta antes de este ter possibilidade de partir para o exílio, tornando-se uma voz de peso da oposição.

A revelação do motorista deu força à tese do PC chileno, que também considerava que Neruda tinha sido assassinado. O partido apresentou, no final do ano passado, uma queixa junto dos tribunais e a Justiça abriu um inquérito para apurar a verdade. Para isso os investigadores terão que encontrar tecidos que revelem a presença ou a ausência de vestígios do composto dessa injeção.

Uma investigação paralela vai apurar as circunstâncias da morte de outro opositor, o antigo Presidente Eduardo Frei (chefe de Estado entre 1964 e 1970), que morreu em 1982 durante uma cirurgia de rotina.

“Hugo Chávez podia ter escolhido um gatinho, que seria o mesmo”

Há uma batalha entre o divino e o terreno na Venezuela, diz o analista Luis Vicente León. Um candidato à Presidência (Maduro) usa a simbologia e a ligação com um mito e o outro (Capriles) tenta puxá-lo para a terra

Entrevista Ana Cristina Pereira, em Caracas

Os telefones de Luis Vicente León, professor da Universidade Católica Andrés Bello e do Instituto de Estudos Superiores em Administração, não param de tocar. De todo o lado lhe querem pedir a opinião sobre o que se passa na Venezuela. Para conseguir trabalhar, o director da Datanalisis, uma empresa especializada em prospecções económicas, políticas e sociais, desliga-os. Recebeu o PÚBLICO ao final de um dia intenso, no seu apartamento, situado numa zona nobre de Caracas. Está convencido de que a palavra mais usada na campanha para as eleições presidenciais de 14 de Abril será “Chávez”.

Como é que há tanta gente na rua, há tantos e tantos dias, por Hugo Chávez?

Um dia depois da morte de Chávez, escrevi um artigo intitulado *Chávez é como tu*. Aí explico como é que um líder, depois de 14 anos, numa democracia polarizada, sem alternância, sem respeito pelas minorias, com problemas de infra-estruturas, de insegurança, com uma economia que se deteriorou, consegue chegar ao fim da sua vida no poder, recém-eleito, com mais de 60% de popularidade, e converter-se num mito nacional e internacional. A popularidade é multifactorial. Resumindo: a quantidade de recursos que geriu, sem nenhum tipo de *checks and balances*, e que gastou na base da pirâmide, tentando atender as pessoas mais necessitadas; e o seu discurso. Ele usava a linguagem do povo, tocava os seus símbolos mais primitivos.

Que símbolos?

Símbolos que já não eram importantes para os profissionais, para a classe média, para os investidores, mas que são importantes para o povo, como Simón Bolívar. A Venezuela manteve o culto pelo libertador.

Isso não aconteceu na população mais educada. Uma coisa é conhecer a história, perceber quem foi, ensinar às crianças, outra é ter uma ligação emocional. Como é que alguém, no século XIX, no meio de uma guerra entre crioulos e colonizadores, pode marcar a agenda da modernidade que procura um país no século XXI? Isso não se vê noutro lado. **Não haverá nada parecido na América do Sul?**

Bom, talvez na Argentina com o culto de Perón, mas isso é um culto mais moderno, é o culto do populismo. O populismo não passa de moda, mas a guerra, a independência... isso é completamente primitivo, não tem nada que ver com a luta por um mundo multipolar, que é uma luta válida.

Transpôs para a actualidade...

Transpôs sem filtrar, sem modernizar. Também transpôs o comunismo primitivo, completamente superado, como uma proposta moderna. Mas tocou símbolos que nós não entendíamos que estavam vivos. Ele entendeu perfeitamente e assumiu-os como bandeira. Havia também o carisma. Chávez era um líder infinitamente carismático.

Ao falar nele, algumas pessoas parecem enamoradas.



“Eu ria-me com ele[Chávez]. Os qualificativos que usava para atacar-me eram tão criativos”

Claro! Há um conceito fundamental na liderança: frescura. A frescura é uma mistura de juventude, de capacidades de se refazer, de surpreender permanentemente, *plus* simpatia, humor, isso que a gente sente que é superficial e que é a base fundamental. Imagina isto: uma mulher, de qualquer país, sai uma noite com um homem bom, trabalhador, inteligente, sério, de boa família e não se diverte. A probabilidade de voltar a sair com ele é mínima. Teoricamente, ele é perfeito, é um príncipe, mas ela não se riu com ele, não foi surpreendida por ele.

E ele tinha frescura?

Montes. Era impossível não a sentir. Eu ria-me com ele até quando, em directo, me criticava. Os qualificativos que usava para atacar-me eram tão criativos. Parecia-me inteligentíssimo o que ele fazia. Um dia, pegou na minha sondagem e na minha análise e disse: ‘Há por aí há um analista com apelido de animal que está a dizer esta barbaridade’. Deu-me tanta vontade de rir que me desarmou.

Era o seu modo de estar?

Era uma coisa quotidiana. Uma vez, veio aí uma missão americana e, como sempre, fez uma ronda por analistas, empresários... Eles pediam sempre um encontro a Chávez e, dessa vez, ele decidiu recebê-los. Eram os gerentes dos maiores fundos do mundo. Ele pediu-lhes a lista das pessoas que eles tinham visitado e convidou toda a gente para ir à noite ao Palácio de Miraflores. Foram poucos. Eu fui. Ele disse: “Bem, já que ouviram o dr. León falar do país, contem-me o que ele vos contou, que é para estarmos todos em sintonia”. Quando apresentei a minha sondagem, ele perguntou-me: “E onde fazes essas sondagens? No *country club*?” Ele era *outstanding* nisso. Como também era *outstanding* na incapacidade total de interpretar a economia.

A economia era a sua maior debilidade?



Era uma das suas maiores debilidades. No início, não foi tão mau. Depois da greve petrolífera [2 de Dezembro 2002 a 3 de Fevereiro 2003], quando recomeçou com força e se radicalizou, piorou tudo. Mas isso já não era Chávez, era a cabeça do gabinete, que é Jorge Gordanie, ministro de Planificação e das Finanças.

A Venezuela está viciada num mito?

Está viciada em Chávez, na simbologia, no mito que se está a construir. Chávez tem todas as características para essa mitificação: morreu aos 58 anos, no clímax da sua popularidade, foi eleito para um período que não executou até ao fim, deixou uma tarefa por cumprir. É como um James Dean.

Como interpreta o surgimento desta teoria de que foi morto?

Isso é uma palhaçada do Governo para mitificá-lo ainda mais. Qual é o máximo do mito? Ser morto. Interrompe-se o seu futuro.

O cancro ajudou a construir o mito?

Tudo se amplia com a doença, porque a gente é sensível, mas não é verdade que se constituiu num mito porque adoeceu. Era um actor mundial.

E agora? A revolução bolivariana é irreversível?

Na minha vida, nunca vi nada irreversível a não ser a morte. Uma revolução que vai a eleições e 45% da população vota contra é uma revolução que tem metade do país contra e nada do que tem metade do país contra está garantido. O resultado das eleições de 14 de



Mundo
Ver mais em
www.publico.pt



TOMAS BRAVO/REUTERS

Abril vai ser influenciado por esta emoção que coloca o chavismo num plano em que a oposição se minimiza, mas isso não dura mais seis anos.

A campanha já começou.

A campanha legal dura dez dias, deve ir de 1 a 11 de Abril, mas a campanha de facto começou no momento em que o Chávez morreu e toda a gente sabia quem seriam os candidatos.

Henrique Capriles Radonski, o candidato da Mesa da Unidade Democrática, apresentou-se como uma espécie de cordeiro da cruz.

Ele está a criar um discurso sobre a ética de sacrifício para proteger-se. É muito provável que perca. A gente pode pensar: “Olha, este estúpido volta a candidatar-se e perde e morre politicamente.”

“Maduro não tem peso específico para ganhar umas eleições, tem de usar Chávez. Chávez entregou-lhe o activo político mais importante que tem agora, que é a sua representação política”

Ele procura uma linha diferente, que me parece correcta, que é esta: estou aqui porque não posso abandonar a batalha; não importa se é uma batalha difícil, contra-intuitiva, tenho de lutar por todos os que não querem chavismo, querem algo diferente; nós temos direito de nos manifestarmos, de mostrar ao mundo que não é verdade que todo o país é chavista. Ele vai tentar ganhar, mas tem de proteger-se de um potencial de derrota que lhe faça mal.

Parece ter reanimado a esperança dos opositores...

Ele dá-lhes esperança quando ataca Nicolás Maduro, quando é agressivo, quando o desafia, porque sentem que tudo o que ele diz é verdade e que o povo vai entender isso. Sentem empatia com ele quando ele diz que o mal de Chávez era o que estava à volta dele, quando ele diz que os cem dias de Governo de Maduro foram horríveis, que desvalorizou a moeda, que há escassez de produtos.

É uma estratégia diferente da que seguiu com Chávez...

É. Isto é uma batalha entre o divino e o terreno. Capriles tem de contaminar a imagem de Maduro com os problemas do país. Enquanto isso, Maduro tenta ficar no Olimpo, onde está Chávez, protegido de ataques, porque morreu há pouco, porque é um mito. A sua única mensagem é dar credibilidade à ligação com Chávez.

Capriles chama-lhe Nicolás. Nunca fez isto com Chávez.

Tratava-o por Presidente, às vezes Chávez, nunca Hugo. Está a tentar o tu cá tu lá para o tirar do plano simbólico de Chávez, puxá-lo para a terra. Ele tem de fazer com que a população não seja levada pela ideia de que votar em Maduro é votar em Chávez.

E diziam tantos analistas que não haveria chavismo sem Chávez...

Isso sempre foi uma estupidez, uma análise simplista. Há peronismo sem Perón 40 anos depois, na Argentina. **Chávez preparou bem o guião?** Ele apontou a substituição. Sem essa alocação de Chávez, ungindo Maduro, seria muitíssimo mais difícil para eles.

Cerraram fileiras. Mostram-se como se não existissem divisões dentro do Partido

Socialista Unido da Venezuela.

Todos os grupos políticos têm divisões. Chávez controlava isso. A pergunta é se Maduro vai ser capaz de controlá-las. A curto prazo não há problema, porque Chávez deixou o caminho pronto. Ver-se-á quanto tempo isso resulta.

E a oposição, não se irá fracturar sem Chávez?

Também há divisões, mas Capriles é tão forte como líder dentro da oposição, respeitado por 72% dos opositores, que é pouco provável que haja uma divisão significativa.

Como vê a Venezuela daqui a seis meses?

Provavelmente, estará com Maduro no meio de uma grande crise económica.

E haverá futuro para Capriles?

A menos que 14 de Abril seja um desastre em termos de abstenção, creio que vai manter a sua condição de líder da oposição.

Há o risco de muitos opositores não votarem?

Sim, por pensarem que não tem sentido. Mas também o chavismo tem um risco de abstenção porque não está cá Chávez. Embora trate de representá-lo, Maduro não é Chávez.

Quem aparece nos cartazes é Chávez.

Vai ser tudo assim. Maduro não tem peso específico para ganhar umas eleições, tem de usar Chávez. Chávez deu-lhe esse direito. Entregou-lhe o activo político mais importante que tem agora, que é a sua representação política.

Porquê Maduro?

Aí não havia nada que não fosse Chávez. Ele podia escolher um gatinho que seria o mesmo. O que importa é a simbologia. No futuro, Maduro converter-se-á em Maduro.

Ele leva o programa de Chávez a votos. Este modelo é sustentável?

O modelo é mau. Mas com petróleo, com um monte de dinheiro a entrar todos os meses, nada é insustentável.

O crescimento económico está acima dos 5%.

Sim, mas com problemas de abastecimento, com desinvestimento.

Os opositores queixam-se de escassez, inflação, dizem que os pobres estão mais pobres, os chavistas dizem que os pobres nunca estiveram tão

bem, que agora têm mercearia subsidiada, material escolar, medicamentos...

Mais transferências do Estado têm, o que não têm é um emprego produtivo, um país desenvolvido. **Nas filas que se formaram a partir da capela da Academia Militar, para ver o corpo de Chávez, a participação surgia como um dos maiores legados.** As pessoas acreditam que participam. Há uma percepção de participação, porque Chávez participava o que ia fazer [risos]. **Houve 16 processos eleitorais em 14 anos.**

Houve muita participação eleitoral, mas num contexto em que o Governo controla as instituições, a comunicação, recorre à ameaça, à chantagem, a recursos públicos para mobilizar as pessoas para votar. O resultado parece democrático, mas a execução não é. Isto não é uma democracia integral. Não pode haver democracia integral quando todo o aparelho do Estado é utilizado com parcialidade política. Que democracia é esta onde o presidente da PDVSA [a petrolífera estatal] diz que os funcionários vão mobilizar gente para votar em Chávez - isso tudo pago pelos nossos recursos -, a presidente do Supremo Tribunal de Justiça jura lealdade à revolução, o ministro da Defesa diz que vão defender a revolução e lixar os oligarcas - isso com as armas do Estado.

O que pode significar para a oposição a venda do canal Globovisión, que já se anunciou para depois das eleições?

Na verdade, a Globovisión tem uma penetração de 6%, que está concentrada na oposição. O seu nível de influência já é muito pequeno.

Não será dramático para eles, como já dizem alguns?

É dramático cada vez que reduzem a sua capacidade de comunicar. É mais um avanço na redução de espaços para a oposição. Quando não se tem quase nada, qualquer coisa que se perde é dramático.

As reportagens na Venezuela são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais





“[O Papa Francisco] anima-nos de novo a sermos pedras vivas da Igreja”

Emil Paul Tscherrig
Nuncio apostólico na Argentina

Encontro caloroso no Vaticano

Papa Francisco e Cristina Kirchner deram sinais de quererem ultrapassar divergências passadas

Nunca um Papa me tinha beijado”, reagiu a Presidente argentina, Cristina Kirchner, quando Francisco quebrou o protocolo do Vaticano e lhe agradeceu com um beijo um conjunto de mate trazido de Buenos Aires. Foi o início caloroso de uma audiência em que os dois deram sinais de querer ultrapassar as divergências dos últimos anos.

Do que foi dito na audiência de 15 minutos e no almoço que se lhe seguiu sabe-se apenas o que a Presidente argentina contou aos jornalistas no regresso da Casa de Santa Marta. Kirchner destacou a “simplicidade” que tantos elogios tem valido ao Papa e disse ter encontrado Jorge Bergoglio “sereno e tranquilo”, mas também “preocupado com a imensa tarefa de liderar o Vaticano e com todas as coisas que sabe que há para mudar”.

Procurando desfazer a ideia de que recebeu friamente a eleição do arcebispo de Buenos Aires – criada por uma nota de felicitações em que não era mencionado nem o nome de Bergoglio, nem o facto de ser argentino –, a Presidente referiu-se a Francisco como “o nosso Papa”. “Não porque é argentino, mas porque é o Papa de todos os católicos”.

Sobre o que falaram no

encontro a sós, Kirchner referiu apenas as questões internacionais, revelando ter pedido a mediação do Papa no diferendo que opõe a Argentina ao Reino Unido sobre o controlo das ilhas Malvinas — assunto que Londres recusa discutir, dizendo que os habitantes querem continuar ligados à coroa britânica, como mostrou um referendo realizado na semana passada.

O porta-voz do Vaticano, o padre Federico Lombardi, avisou que não seria feito qualquer comentário, por não se tratar de uma visita de Estado, mas de “um gesto de cortesia e de atenção em relação à Argentina e à sua Presidente”. O próprio Papa também não poupou nos sorrisos e nos gestos, mostrando querer esquecer as amargas palavras trocadas no passado, a propósito da legalização do casamento homossexual ou da corrupção.

“Convém aos dois passar uma esponja” sobre o assunto, escreveu o *El País*, sublinhando que à Presidente “não interessa confrontar-se com um Papa que conseguiu transmitir uma imagem de austeridade e amor pelos pobres” e que ao Papa não convém que em Buenos Aires se continue a discutir a sua alegada falta de oposição à ditadura militar. **Ana Fonseca Pereira**

REUTERS



A “felicidade bárbara” de Maria Ortega: “Nunca pensei que escolhessem um argentino”

Reportagem

Ana Cristina Pereira,
em Buenos Aires

Na praça mais emblemática da Argentina uma vigília foi agendada até à cerimónia de hoje em Roma

Final da tarde de domingo. Montase o cenário na Praça de Maio. Junto à Catedral Metropolitana de Buenos Aires, estruturas de ferro aguardam ecrãs gigantes que hoje exibirão a missa que marcará o início do papado de Francisco. Às 22h30 de segunda, começou a vigília.

Na praça mais emblemática de Buenos Aires, o celeste e branco da bandeira nacional concorre agora com o amarelo e branco do Vaticano. Nas colunas da catedral, essas duas aliam-se à bandeira da cidade. Na fachada da sede do Governo de Buenos Aires, cai uma bandeira imensa do Vaticano.

Afluem turistas, que foram apanhados pela notícia ou que aterraram no país por causa dela. Misturam-se com fiéis locais, confundem-se com eles quando se sentam nos bancos corridos da catedral. Jorge Bergoglio dava missa ali. Todos os lugares que eram seus ganharam interesse.

Na praça, centro da vida política da Argentina, regateia-se a nova marca do país. “Leve um calendário do Papa por 15 pesos!”, “chaveiros do Papa por dez pesos”, “uma camisola por 75 pesos”. Na escadaria, um homem segura uma bandeira maior, “a original do Vaticano”. “É a última que tenho, uma relíquia”.

Uma mulher, “muito devota”, aproxima-se. Quer colocar uma bandeira a sério em sua casa, mas os 80 pesos pedidos pelo vendedor parecem-lhe excessivos, embora perfaçam menos 20 do que ele acabara de oferecer a uma estrangeira. “Setenta pesos e nem uma palavra mais”. Ela cede. Mal vira as costas, ele saca outra bandeira do bolso. “É a última que



Freiras argentinas a caminho da Catedral de Buenos Aires

tenho, uma relíquia!”

Maria Ortega, a mulher que acabou de comprar a bandeira mais cara da praça, prefere não dizer a idade. É professora reformada, “mas muito coquete”. “Tenho muitos, muitos anos.” Quando soube que Jorge Bergoglio, o arcebispo de Buenos Aires, se tornara Papa, foi acometida por uma “felicidade bárbara”. Tão bárbara que, pela primeira vez na vida, quer uma bandeira que afirme o seu sentir.

La para a missa das 18h00. De manhã, presidira à cerimónia monsenhor Emil Paul Tscherrig, nuncio apostólico na Argentina, arrancando os três dias de oração e acção de graças por Francisco. Fixara-se no apelo que o Papa fizera, logo na primeira homília, a “caminhar com Jesus Cristo”.

Francisco convida “ao regresso à luz do senhor”. “Sigamos o nosso Papa por esse caminho”, incitara Tscherrig. “Caminhemos com ele até à luz de Cristo. Enquanto estava connosco, animou-nos a fazermos-nos ao caminho e a não termos medo. Hoje, como Papa, anima-nos de novo a sermos pedras vivas da Igreja e mensageiros do amor e da misericórdia de que a nossa sociedade tem tanta necessidade.”

Na missa do fim da tarde Maria Ortega encontraria uma mensagem à medida: orientação para libertar-se do passado, o que

não quer dizer não ter memória, mas não ficar apegado ao que já não é, entregar-se à “misericórdia de Deus” e seguir em frente. E isso, que pode estar associado ao passado do Papa, que por estes dias muito se discute, tem tudo a ver com ela.

Reformou-se há pouco. “O que me seguiu foi a fé. Uma pessoa trabalha 35 anos e recebe uma pensão de miséria. Há gente que se deprime.” São dias esvaziados. Em cada um deles meteu uma missa. E, nessa busca, tantas vezes ouviu o Papa. “Gosto da honestidade, da humildade, da compaixão dele.”

No exterior da catedral, há uma fotografia de Bergoglio, sorridente, ao lado de uma frase: “Os argentinos rezam por ti”. Na porta interior, outra: “Francisco I, que Deus nosso Senhor conserve por muitos anos, faça feliz na terra e abençoe sempre”. Maria Ortega está a cruzá-la. “Nunca pensei que escolhessem um argentino, nunca pensei. Sempre pensei que escolheriam um brasileiro.”

Está orgulhosa. “Estamos todos.” “Deus é argentino”, lê-se na Praça de Maio.

As reportagens na Argentina são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Canal privado muda de dono e isso inquieta opositores do chavismo

O único canal de televisão que dava voz aos partidos da oposição tornou-se “inviável” e vai ser vendido a um empresário conotado com o regime agora liderado por Nicolás Maduro

Reportagem Ana Cristina Pereira, em Caracas

À hora do almoço, estudantes aguardam, ao sol, à porta da Escola de Comunicação da Universidade Central da Venezuela, o reinício das aulas. Yenifer Abzueta, uma rapariga baixa, magra, vai no 3.º semestre. Quer muito ser jornalista. “Quero que o meu país tenha informação objectiva. Quero que as pessoas se possam sentar, com tranquilidade, no sofá da sala, a ver o noticiário.”

O que há não lhe agrada. O que vem aí não sabe. Primeiro, um rumor circulou no Twitter, a mais popular rede social do país. Depois, o vice-presidente da Globovisión, Carlos Zuloaga, confirmou tudo, numa carta dirigida aos trabalhadores. “Circunstâncias de perseguição política, legal e económica tornaram a Globovisión ‘inviável’”, reproduziu o consultor jurídico, Ricardo Antela. Vendê-la seria uma tentativa de reverter o processo.

Juntam-se dois rapazes e duas raparigas num banco de madeira do *campus* desenhado pelo arquitecto Carlos Raúl Villanueva, classificado como património mundial. Não precisavam do estudo que Andrés Cañizales, professor da Universidade Católica Andrés Bello, fez, em Outubro último, para saber que a Globovisión fora o único canal que dera, “de forma extensiva”, recorrendo ao directo, a campanha de Henrique Capriles Radonski, o candidato da Mesa da Unidade Democrática.

Primeira leitura feita ali, naquele banco, no passeio, de frente para a Escola de Comunicação, de costas voltadas para o campo de ténis: é um privado, Carlos Zuloaga, dono de 80% da empresa, a vender a um privado, Juan Domingo Cordero, presidente da companhia de seguros La Vitalicia. Segunda leitura: é um empresário opositor

a vender a um empresário conotado com o chavismo.

Pode isto significar alguma coisa na linha editorial do canal que assume apoiar o candidato opositor? “Os jornalistas não querem que a linha editorial mude”, diz, de pé, Yenifer, de 21 anos. Têm-no dito. “Os *media* aqui servem para fazer política”, lamenta, sentado nas costas do banco, José Gregório, alto e delgado, de 19 anos.

No curto prazo, os peritos não prevêem alteração na linha editorial do canal. No longo, arriscam-se a dizer que se suavizará.

Há quase 11 anos, meios de comunicação privados uniram-se a outros sectores para tentar tirar Hugo Chávez da Presidência. Desde então, muito mudou no panorama televisivo. O ponto de viragem ocorreu em 2007, quando o Governo recusou renovar a licença do canal RCTV e comprou o CMT.

Desde essa época, os canais privados primam pela contenção. “Só a Globovisión não se autocensurou, faz uma oposição militante ao Governo, é o negativo do canal estatal Venezuelana de Televisión”, observará, no seu gabinete, o director da Escola de Comunicação Social, Miguel Latouche Reyes.

Cá fora, os estudantes expressam algo semelhante, ainda que de outro modo. “O cidadão que queira saber o que se passa não tem um canal equilibrado: ou está tudo bem, ou está tudo mal”, insurge-se Yenifer. “Na VTV, isto é uma maravilha; na Globovisión, isto é uma tragédia.” Para fazer de modo diferente está ali ela.

Os outros canais privados reduziram os espaços de informação e debate. A Venevisión, o canal mais visto, faz audiência à custa de muito desporto e de muita telenovela. A mais contrabalançada será a Televen. Pelo menos, mantém a capacidade de convocar os dois lados para debater ideias.



A organização não-governamental Espacio Público soma violações de liberdade de expressão. No ano passado, registou 248 num total de 169 casos: agressões (24,6%), intimidação (22,5%), censura (21,3%). Encontra um padrão de insultos e ameaças a meios de comunicação e a jornalistas independentes ou críticos.

As vozes críticas ao Governo ouvem-se todos os dias, em qualquer esquina. “A liberdade de expressão não se esgota na capacidade de construir discurso, também tem a ver com o acesso aos meios”, lembrará o professor. E os críticos têm cada vez menos

acesso à televisão e à rádio.

A Globovisión parece-lhe um bom caso para estudar. “Se me depreciam, se me impedem de crescer, se me impõem encargos excessivos, procedimentos administrativos sucessivos, afectam a minha liberdade de expressão.”

Em Outubro, o canal foi condenado a pagar uma multa de 9,3 milhões de bolívares, o que correspondia a mais de 2,6 milhões de dólares, pela cobertura de vários motins nas cadeias El Rodeo I e II, em Caracas, em 2011. Acusação: fazer apologia do crime, provocar alterações na ordem pública.

Em Janeiro, a Comissão Nacional de Telecomunicações tornou a abrir um procedimento administrativo contra o canal, dessa vez por causa de quatro *spots* sobre a tomada de posse de Hugo Chávez e o artigo 231 da Constituição. Proibiu-o de voltar a transmiti-los e de emitir opiniões sobre os artigos da lei fundamental. “Como é que sugerir uma leitura da Constituição, mesmo que tendenciosa, incitaria o ódio ou fomentaria inquietude nos cidadãos?”, questionava a organização Jornalistas sem Fronteiras.

O canal tem estado sob forte pressão, sintetizara, por telefone,

Hugo Chávez em 2009 no seu programa Alô Presidente no canal "chavista" VTV



Carlos Correa, director da Espaço Público. “Nos últimos anos, enfrentou mais de 40 processos judiciais e procedimentos administrativos.” Não é só o gasto. Num país com um mercado de divisas controlado, não recebe autorização para importar material. Há umas semanas, a Globovisión foi excluída da lista de canais que farão parte do novo sistema digital. Isso condenava-a a desaparecer em 2020, ano previsto para o fim do analógico.

Nos circuitos opositores de Caracas exprime-se medo de perder o canal, “a voz”. É através dele que seguem a agenda opositora, sublinha Carlos Correa.

A análise da Universidade Católica Andrés Bello dá uma ideia do que é a cobertura informativa das campanhas eleitorais na Venezuela. Na última semana da campanha para as presidenciais de 7 de Outubro, a Globovisión dedicou 52% do tempo ao opositor e 36% ao Presidente; e a VTV 19% ao opositor e 56% ao Presidente.

Durante a semana em análise, todas as informações e opiniões transmitidas pela Globovisión sobre Capriles eram positivas, o mesmo se diz sobre o transmitido pela VTV acerca de Chávez. Metade do que se disse no canal privado sobre o Presidente era negativo. Tudo o que se disse

sobre o opositor no canal estatal era negativo.

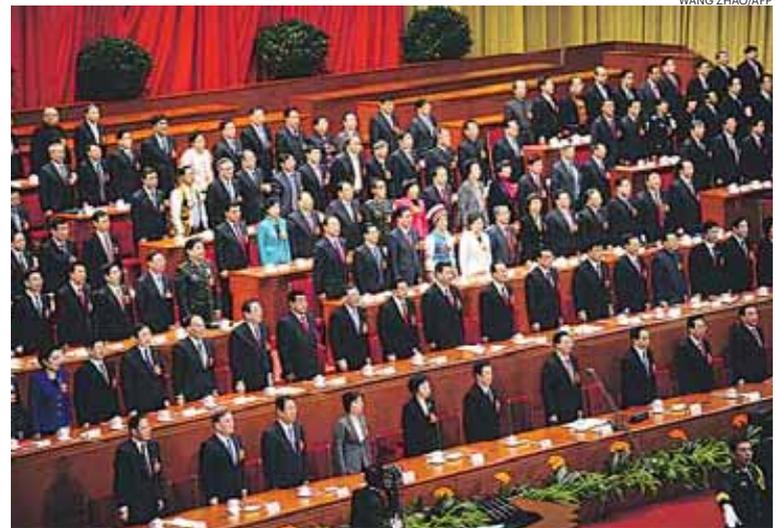
“O nível de influência da Globovisión já é muito pequeno”, salientara o analista Luis Vicente León, numa entrevista, no escritório, amplo, luminoso, que tem em sua casa. “A sua taxa de penetração é de 6% e está concentrada na oposição.” Através de sinal aberto, cobre apenas Caracas e Valencia - só através de Internet e de televisão por cabo consegue uma cobertura nacional.

Aqui, em torno deste banco de madeira, os estudantes validam uma máxima: diz-me que televisão vês, dir-te-ei em quem votas. Os opositores vêem a Globovisión e os chavistas a VTV e quase todos vêem a Venevisión, o canal de maior audiência. É como se só desejassem reforçar aquilo em que já acreditam. “Há muita intolerância”, resume, desgostoso, Cristian Ruiz, de 25 anos, chavista entre opositores.

José Gregório reproduz o discurso opositor. Acredita na proposta de Capriles. “Depois de Chávez, vem uma pessoa que não está preparada. Não digo isso por causa dos estudos, porque uma pessoa pode não ter estudado e ser muito inteligente, digo-o por achar que Maduro só está na política porque era amigo de Chávez.” Isso faz-lhe confusão. Isso é “o show” montado em torno da morte do Presidente.

Yenifer aposta no longo prazo: “Essa gente que tem feito fila para ver Chávez vai votar em Maduro por ser o último desejo de Chávez. Maduro não vai ser o mesmo que Chávez. Acho que vai ganhar estas eleições e perder as próximas.” Gregório sorri, ao ouvi-la: “O que nos resta a nós, opositores, é esperar. A única possibilidade que nós temos é confiar em Henrique Capriles.” Yenifer insiste: “Temos de ter esperança e paciência.” Quem não tenta já perdeu. Essa frase propaga-se entre opositores, como uma arma contra a abstenção nas eleições de 14 de Abril.

As reportagens na Venezuela são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Os novos líderes vão bater-se pela “causa do socialismo” chinês

Xi Jinping promete “renascimento da nação chinesa”

China

Presidente pediu melhorias nas Forças Armadas, primeiro-ministro Li Keqiang compromete-se com combate à corrupção

O novo Presidente chinês, Xi Jinping, apelou este domingo a um “grande renascimento da nação chinesa” e a uma melhoria da capacidade do Exército para “vencer combates”.

No seu primeiro discurso solene enquanto chefe de Estado, Xi disse que a nova liderança chinesa vai continuar a bater-se pela “causa do socialismo com as cores da China” e quer “realizar o sonho de um grande renascimento da nação chinesa”.

Falando aos delegados da Assembleia Nacional Popular (ANP), o mais alto dirigente da segunda potência mundial declarou que “todos os soldados e oficiais do Exército popular e da polícia militar chinesa devem, guiados pelo partido, ser capazes de vencer combates e ter por objectivo um Exército forte e disciplinado”.

Num momento em que as relações entre Pequim e Tóquio estão tensas devido a uma disputa territorial no mar da China oriental, o Presidente Xi insistiu que o Exército chinês deve “melhorar as suas capacidades para executar as suas missões e defender resolutamente a soberania e a segurança nacionais”.

Xi Jinping foi escolhido para suceder a Hu Jintao na liderança do PC chinês e na Presidência do país e o número dois do partido, Li Keqiang,

foi designado primeiro-ministro.

Depois do discurso de Xi Jinping, Li Keqiang deu a sua primeira conferência de imprensa na qualidade de chefe de Governo, reafirmando, no essencial, as orientações do seu antecessor Wen Jiabao. “Aquilo que o mercado pode fazer, devemos deixar nas mãos do mercado. Aquilo que a sociedade pode fazer bem, devemos deixar a sociedade fazer”. Ao Governo cabe ocupar-se “daquilo que lhe cabe”.

Li anunciou que até ao final de 2013 estará concluída a reforma do muito contestado sistema de “redução pelo trabalho”, que permite a detenção de uma pessoa até um máximo de quatro anos sem julgamento. Prometeu uma redistribuição equitativa dos benefícios do crescimento económico da China e um combate “sem tréguas” à corrupção. Também garantiu que o seu Governo irá reduzir a imensa burocracia e as despesas do Estado.

“Vai haver um decréscimo e não um aumento do número de pessoas pagas pelo Governo”, disse Li. “Vai haver um decréscimo e não um aumento das somas gastas em alojamento de oficiais, em deslocações ao estrangeiro e na compra de viaturas de serviço”, garantiu.

Respondendo a uma outra pergunta, o primeiro-ministro chinês considerou que Washington fez “acusações infundadas” ao apontar o dedo a Pequim em casos recentes de ataques informáticos que visaram os EUA. “A China é uma vítima maior de ataques informáticos. A China não apoia ataques informáticos. A China é contra essas acções”, garantiu Li Keqiang. “Devemos abster-nos de acusações recíprocas infundadas.”



Orçamentos participativos estão a crescer em Portugal

Câmaras e freguesias que envolvem populações nos seus gastos são na maioria do PS mas o projecto mais bem sucedido está num município PSD, Cascais | Vinte exemplos de norte a sul | Aldeia de Sá escolheu e teve Internet sem fios **Destaque, 4 a 15**

ENTREVISTA COM ANABELA MOREIRA E SÓNIA NUNES, PROTAGONISTAS DE *É O AMOR*

REVISTA 2



Costa ajuda Seguro mas Sousa Pinto quebra unanimismo

O dia foi de Seguro, com críticas a Cavaco e recusa de diálogo com o Governo. Costa rendeu-se. Sousa Pinto estragou a festa **p16/17**



FC Porto volta a pressionar o Benfica na liderança da Liga

Os “dragões” venceram o V. Setúbal por 2-0 e estão, provisoriamente, a um ponto do líder da prova, que defronta amanhã à noite o Marítimo, na Madeira **p46**

PS francês acusa Merkel de egoísmo e intransigência

Muito longe dos tempos do duo “Merkozy”, a relação entre Angela Merkel e François Hollande parece estar a ultrapassar a “tensão amigável” **p28**

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

Projectos autárquicos estão a mudar de pele e tendem a crescer em Portugal

A crise parece não prejudicar a afirmação desta forma de democracia directa, em que a população é chamada a decidir o destino de parte do orçamento da respectiva autarquia. Pelo contrário, dizem três especialistas

Álvaro Vieira
e Lurdes Ferreira

A crise económica e financeira, as sucessivas restrições à capacidade de investimento das autarquias, os níveis incipientes de participação cívica e até o facto de este ser um ano de eleições autárquicas: nada disto parecia fazer muito pelo sucesso das experiências portuguesas de Orçamento Participativo (OP), essa forma de democracia directa em que a população é chamada a pronunciar-se sobre o destino de uma parte do orçamento da autarquia. Três especialistas na matéria ouvidos pelo PÚBLICO rejeitam, contudo, esta ideia.

Nelson Dias, Giovanni Alegretti e João Ferrão convergem noutra tese. A crise actual não implicou uma redução do número de OP nos municípios portugueses nem os impediu de fazerem uma espécie de mudança de pele, de passarem a outro estádio de desenvolvimento que, revelam os dados conhecidos, lhes proporciona mais resistência e capacidade de desenvolvimento: a passagem de consultivos (mera auscultação) a

deliberativos (os participantes decidem, de facto, o destino das verbas postas à sua consideração). Tão pouco parece ter ocorrido, sequer, um emagrecimento generalizado do orçamento posto à consideração dos cidadãos. É certo que, de 2011 para 2012, o OP de Lisboa caiu para metade, de cinco para 2,5 milhões de euros, mas são mais os casos de municípios em que a dotação do OP até cresceu no ano passado. E outras formas de democracia deliberativa começam a germinar.

Sociólogo e consultor do Banco Mundial, Nelson Dias é o português que há mais tempo investiga e desenvolve projectos de OP no país. Presidente da associação In Loco, que presta serviços de formação e consultoria sobre projectos de desenvolvimento local a autarquias, governos e instituições supranacionais, Nelson Dias não tem dúvidas de que o número de OP em Portugal vai crescer em 2014. Actualmente, são cerca de 30, praticamente os mesmos de 2012 (ainda não há um número certo, porque o ano ainda nem a meio chegou), mas o investigador aponta uma conjugação de factores que contribuirá para a disseminação desta prática. “Em 2014, te-

remos uma renovação, por força da limitação de mandatos, mesmo nos casos em que a liderança da autarquia passe para um vice-presidente ou vereador. Mesmo esses vão querer marcar a diferença”, prevê.

Por outro lado, a própria crise, sustenta Nelson Dias, vai levar os autarcas a concluir que “mais vale gerir as dificuldades com a população do que de costas voltadas para ela, para decidir onde cortar e aplicar os recursos”. É que “nos próximos anos”, sublinha, já não haverá margem para grandes promessas eleitorais e muito menos para a concretização de novos equipamentos, que há-de abrandar “drasticamente”.

“Mais força” à proximidade

Também João Ferrão, investigador da área do território e desenvolvimento local do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e ex-secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (entre 2005 e 2009), acredita que a falta de recursos levará os autarcas a “socializar a responsabilidade”. “A crise dá mais força às soluções de proximidade”, diz João Serrão, observando que os casos de fome e



desemprego interpelam os serviços das autarquias, obrigando-as também a relacionarem-se de forma mais próxima com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e com os próprios cidadãos.

O OP já não é uma experiência exótica em Portugal. Desde 2002, esta ideia implementada pela primeira vez em 1989 na prefeitura de Porto Alegre, no Brasil, já conheceu 71 aplicações no país, contando já com os de Guimarães e Oliveira do Hospital, acabados de chegar: 45 foram municipais; 19 de freguesia; e sete sectoriais (dedicadas aos jovens em municípios e freguesias). Ao longo de uma década, 54 dos OP portugueses foram consultivos e 17 deliberativos. Estes últimos geriram qualquer coisa como 35 milhões de euros, valor que, segundo Nelson Dias, deve chegar aos 45 milhões no final de 2013. Calcula-se que existam hoje no mundo cerca de 2700 OP activos, com os polacos a liderarem na União Europeia.

Nelson Dias afirma que o OP em Portugal chegou a um “momento de clarificação”, com a afirmação de uma “segunda geração” de projectos. No mesmo sentido, o italiano Giovanni Alegretti, investigador do

Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra e colaborador há vários anos da In Loco, afirma que “há um ADN até 2008 e outro a partir daí”. Há uma primeira vaga, de 2002 a 2008, de câmaras comunistas, com OP consultivos, sem equipas técnicas nem montantes definidos à partida. E uma segunda vaga desde então, que aposta cada vez mais em orçamentos deliberativos, com proposta e decisão na mão dos cidadãos, com equipas técnicas que fazem o crivo da exequibilidade e asseguram a execução dos projectos e montantes definidos por projecto e “bolo” total. O trabalho de formação técnica junto dos municípios, que a equipa CES/InLoco fez por altura de 2008, contribuiu para mudar de página, atenuar a carga política do processo e torná-lo “mais técnico”.

Um processo “imparável”

Hoje, a maior parte dos OP está em autarquias PS, mas o projecto mais bem sucedido até está num município PSD: Cascais. Para Nelson Dias, esta despartidarização é uma força da experiência portuguesa do OP, nascido do espírito do Fórum de Portalegre, com a marca de esquerda do PT brasileiro. Em

Propaganda aos orçamentos participativos num autocarro ao serviço da Câmara de Lisboa



Espanha, o OP esteve sempre associado à Izquierda Unida, e caiu com o partido nas últimas eleições locais. Em França, foi aproveitado por políticos populistas como fonte de credibilidade.

Segundo Giovanni Alegretti, a aprendizagem portuguesa também está a ser feita em relação à votação das propostas, para prevenir subversões. Entre o voto presencial, via Internet ou por SMS, o caminho estreito faz-se entre maior segurança e segurança q.b., refere. “Nos países em que se puseram muitos filtros, os OP foram caindo porque as pessoas se chateavam com tanto filtro, mas também não se pode facilitar tanto que se descredibilize o processo.” João Ferrão alerta para a necessidade de se prevenir a usurpação do OP por forças políticas organizadas ou outros grupos de interesse: em Lisboa, por exemplo, uma proposta relativa à criação de um campo de críquete foi das mais votadas...

Nelson Dias e Giovanni Alegretti alertam ainda para duas características muito portuguesas. A primeira é que as quatro dezenas de OP até agora eliminados foram-no “pelo mesmo partido e pelo mesmo presidente” que os criou, à excepção do de Alvi-

to. A segunda é que a linguagem clara exigida aos OP “ainda não contagiou os orçamentos camarários gerais”, ao contrário do que aconteceu noutros países. Também há uma novidade este ano: a prática de suspender OP num ano eleitoral não se está a verificar, desligando-se assim este instrumento dos ciclos político-eleitorais.

Para João Ferrão, uma coisa é certa: apesar de as autarquias portuguesas não terem sido preparadas para tal, o avanço da democracia deliberativa, como complemento da democracia representativa, “é imparável”. Seja através do OP seja através de novas formas menos estruturadas, como “júris de cidadãos”, que decidem por onde passa determinada via, como *workshops*, em que moradores decidem como será o jardim do bairro, como o programa Bip/Zip de Lisboa, que permite aos munícipes escolherem a localização de uma paragem de autocarro.

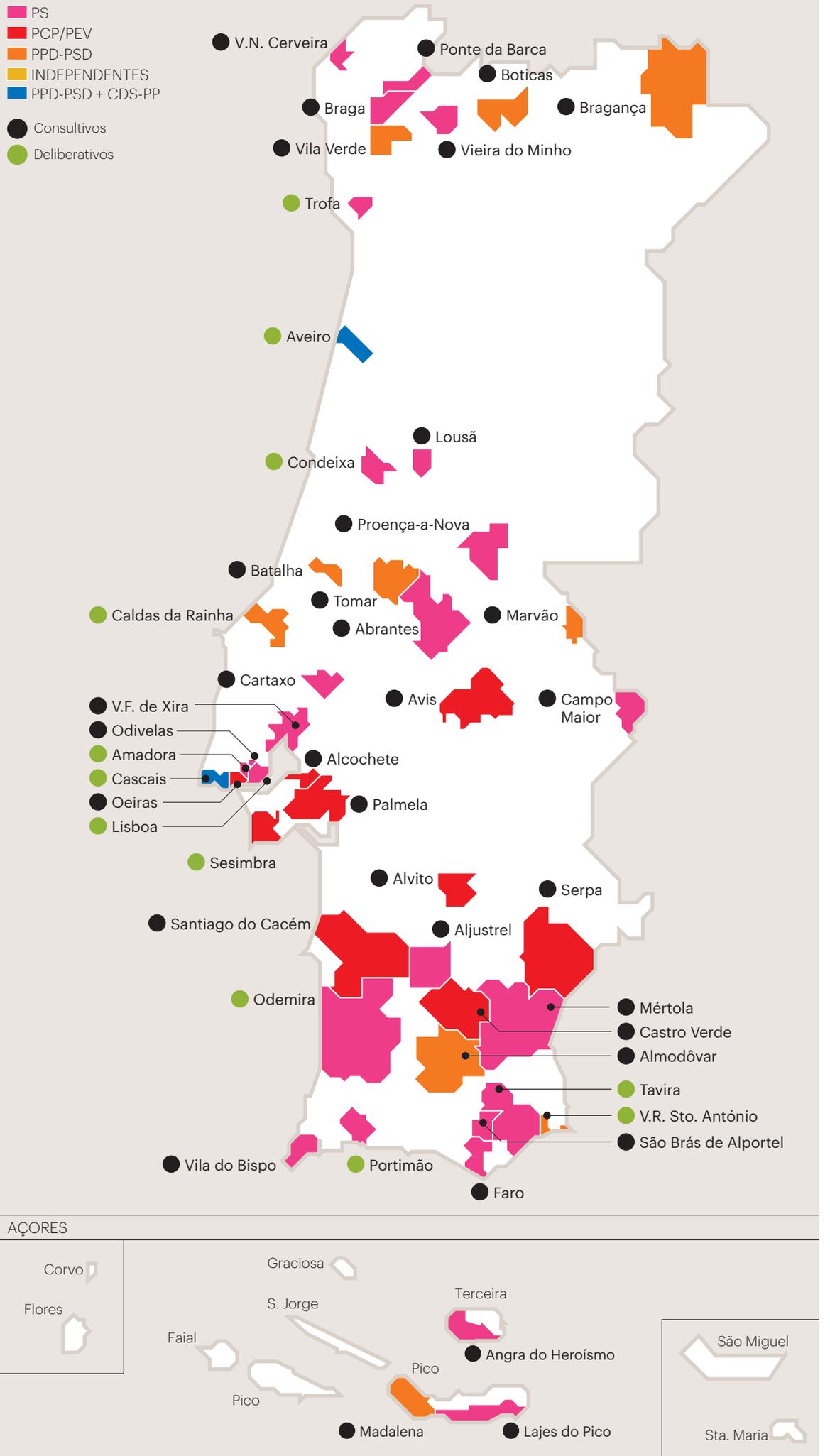
Os trabalhos sobre os OP são financiados no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Experiências de orçamentos participativos por municípios

Período de 2000 a 2012

- PS
- PCP/PEV
- PPD-PSD
- INDEPENDENTES
- PPD-PSD + CDS-PP
- Consultivos
- Deliberativos



Fonte: Nelson Dias/2012

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

Viagem ao mundo dos projectos autárquicos com participação dos cidadãos

Dos 46 concelhos com Orçamento Participativo (OP) activo em 2012, o PÚBLICO visitou a aldeia de Sá, a primeira freguesia de Monção a ter parte do seu orçamento decidido pelos eleitores, e faz uma rápida viagem por duas dezenas de concelhos que adoptaram este mecanismo de participação cívica. Procurou os pontos mais característicos destes processos e as propostas mais votadas no ano passado

Aljustrel



Aljustrel quer “modelo mais maduro”

A Câmara de Aljustrel avançou com o OP em 2010 com carácter consultivo. Mas, decorridas quatro iniciativas, o município não se dá por satisfeito com a opção seguida e aspira por um “modelo mais maduro”, como o de Odemira, reconhece Marques Aguiar, chefe do gabinete de apoio à presidência. O processo de consulta pública continua baseado na distribuição de formulários com projectos predefinidos via *online* e correio. Segue-se a realização de uma assembleia pelas cinco freguesias do concelho que, em 2012, contou com uma participação que o município reconhece ter sido “muito baixa”. O concelho de Aljustrel, segundo os Censos de 2011, tem 9257 habitantes e recebeu via *online* 146 questionários, mais de dois terços das respostas recebidas. **C.D.** **Mais votados em 2012:** Municípios identificaram apenas três áreas de actuação prioritárias: desenvolvimento económico (51%), educação (47,6) e acção social (46,2%).

Amadora



Amadora deu decisão aos cidadãos

À terceira edição do OP, em 2012, a Câmara da Amadora optou por uma alteração significativa: o orçamento deixou de ser consultivo e tornou-se deliberativo, passando os municípios a ter o poder não só de apresentar propostas mas também de eleger as que devem ser concretizadas. Até aí era a autarquia que escolhia, contemplando cada freguesia com

pelo menos um projecto. Em 2010, o OP recolheu 163 propostas, no ano seguinte 253 e em 2012 apenas 55. Dessas só 26 acabaram por ser colocadas em votação, já que as restantes não sobreviveram à análise que os serviços municipais fizeram da sua exequibilidade técnica (etapa que leva a autarquia a designar este processo co-decisional), tendo-se registado um total de 471 votos. **I.B.**

Mais votados em 2012: Equipamento de desporto no Parque Urbano do Borel; requalificação dos espaços exteriores (com jogos tradicionais) do bairro Casal da Mira; intervenção artística itinerante para crianças.

Aveiro



Aveiro executa dez ideias dos cidadãos

Foi em 2012 que a Câmara de Aveiro lançou o seu primeiro OP, com debate popular concorrido - com participação individual, associativa e de movimentos cívicos. Os aveirenses apresentaram mais de 20 projectos e seleccionaram dez, que deverão estar no terreno no início do próximo semestre. A discussão estendeu-se a todas as freguesias do concelho, incluindo as zonas mais rurais. A autarquia cativou um total de 250 mil euros para o OP e, somando o total dos projectos seleccionados (235.024,69 euros), a verba foi praticamente absorvida pelas propostas da população. **M.J.S.**

Mais votados em 2012: Roteiro Itinerante de Participação Cívica sobre o futuro dos bairros da cidade e freguesias do concelho; reabilitação de património edificado dos moinhos; estruturação de recursos turísticos (moinhos, fontes e lavadouros) na freguesia de Requeixo.

Na Batalha a área social predomina

Na Batalha, o OP é pouco mais do que uma consulta à população na qual o executivo obtém ideias dos municípios que poderá ou não pôr em prática. Em inquéritos distribuí-

Batalha



dos nas juntas de freguesia e em associações, ou no portal da câmara, os cidadãos podem escolher as cinco áreas que consideram ser prioritárias para o concelho e são convidados a indicar as obras ou acções que consideram prioritárias para a sua freguesia (cinco) e para o concelho (três). É com base nesta prática, iniciada há cinco anos, que o executivo, sem verbas predefinidas, decide os projectos que vai implementar. Até agora têm predominado os da área social. **C.C.**

Mais votados em 2012: Banco de Ajudas Técnicas para pessoas com deficiência e idosos com dificuldades de mobilidade ou dependentes de terceiros; VOA (Ver e Ouvir para Aprender) para rastreio visual das crianças do 1.º ciclo com financiamento da compra de óculos. Uma experiência que está no início e que já custou dez mil euros.

Caldas da Rainha



Caldas aprendeu com os erros

Nas Caldas da Rainha, o OP iniciou-se em 2012 (para vigorar em 2013) com uma primeira experiência que elegeu seis projectos no valor de 141.590 euros. É deliberativo e foi proposto pelos dois vereadores socialistas à maioria PSD, que votou favoravelmente, tal como o vereador do CDS/PP. Nas três reuniões abertas à população participaram sobretudo pessoas ligadas ao BE e ao movimento Que Se Lixe a Troika!, mas também estudantes da Escola Superior de Arte e Design e elementos da associação cívica Conselho da Ci- →

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

→ dade. A discussão não foi pacífica, porque o primeiro orçamento não estava bem preparado e tinha “erros de juventude” entretanto corrigidos. Apesar disso, tanto os elementos do executivo como os cidadãos participantes reconheceram que foi uma boa primeira experiência e que deve prosseguir. No primeiro trimestre de 2013 nenhum dos projectos tinha avançado. **C.C.**

Mais votados em 2012: Hortas urbanas; oficinas sociais em antigos silos de cereais da cidade; promoção do empreendedorismo.

Cascais



Cascais é caso particular

Com “satisfação e orgulho”. É assim que o presidente da Câmara de Cascais diz olhar para as duas primeiras edições do OP. Não só pelos “elevados níveis de participação dos cidadãos” mas também pela “qualidade dos projectos apresentados”. Na edição de estreia, em 2011, 6903 pessoas votaram nas propostas da sua preferência, número que no ano seguinte subiu para 23.198. O caso de Cascais tem particularidades: as propostas só podem ser apresentadas presencialmente, em sessões de participação, e nunca na Internet; a votação faz-se através do envio de mensagens escritas, gratuitas, do telemóvel; a dotação orçamental inicial de 1,5 milhões de euros foi sempre superada. Dos projectos eleitos na primeira edição, três foram já executados, cinco estão em obra, um em concurso de empreitada e três em fase de projecto de execução. Quanto aos vencedores de 2012, estão “em fase de estudo prévio ou de esclarecimento com os proponentes vencedores”, informa Carlos Carreiras. Cascais acolhe, em Junho, o congresso mundial do Ob-

servatório Internacional Democracia Participativa. **I.B.**

Mais votados em 2012: Ludoteca e biblioteca na Malveira da Serra para crianças com necessidades educativas especiais; espaço comunitário no Bairro das Faceras; parque canino em São Pedro do Estoril.

Condeixa



Condeixa aposta nos jovens

Em 2012, Condeixa avançou com uma primeira experiência, promovendo o OP Jovem, reservando um total de 150 mil euros para as propostas apresentadas pelos habitantes mais novos. A experiência correu de tal forma bem que foi destaque no I Encontro Ibérico de Orçamentos Participativos, que decorreu em Novembro, em Odemira. Em 2013, a autarquia presidida por Jorge Bento quer ir mais longe e abrirá o processo a toda a população. Vai haver duas linhas de financiamento: uma para a população jovem; e outra de carácter geral. No total, será reservado um total de 250 mil euros para as propostas dos cidadãos (125 mil euros para cada grupo) face à participação cívica registada. **M.J.S.**

Mais votados em 2012: Remodelação e arrelvamento do polidesportivo do Sebal; construção de um complexo desportivo para a freguesia do Zambujal; requalificação do Pavilhão da Venda da Luísa.

Freg. Sá, Monção



Não faltam ideias em Sá

Em 2012, quando chamados pela primeira vez a participar na gestão

dos dinheiros da freguesia, os 200 habitantes de Sá não se fizeram rogados. Cerca de um terço (74) apresentou propostas, representando mais de 90% das famílias da terra. No total, deram entrada na Junta de Freguesia de São João de Sá, a primeira das 33 freguesias do concelho de Monção a promover um OP, 166 propostas sobre o que fazer com 85% dos 108 mil euros do orçamento de 2012. O acesso à Internet e a criação de um rebanho comunitário foram, em 2012, as propostas mais votadas. Este ano, a maioria das cerca de cem propostas apresentadas ao OP prende-se com a melhoria da rede viária rural, o tratamento das águas pluviais e a construção de uma capela mortuária. **A.O.C.**

Mais votados em 2012: Acesso à Internet; rebanho comunitário; bolsa de voluntários (enfermeiros, professores de ginástica, economistas e esteticistas) para apoio aos mais idosos; sessões informativas de saúde oral e consultas de medicina dentária gratuitas.

Lisboa



Lisboa com mudanças

Em 2013, Lisboa vai realizar, pela sexta vez, o OP, com o número de votos registados sempre a aumentar: passou de 1101 em 2008 para 29.911 em 2012. Isto apesar de a verba consagrada a esta iniciativa ter caído de cinco milhões de euros na primeira edição para metade na última. Em Lisboa, o OP foi deliberativo desde o primeiro dia, mas teve várias alterações: a lista de propostas deixou de ter áreas prévias e a Internet deixou de ser a única forma de participar, passando a autarquia a promover assembleias participativas, nas quais os interessados podem apresentar as suas sugestões presencialmente, e assembleias de voto. Todos os projectos eleitos em 2008 foram concluídos (em 2010) e dos 12 escolhidos no ano seguinte ainda há cinco em execução e um que não arrancou (reconversão do antigo Cinema Europa). Quanto às

edições de 2010 e de 2011, ainda não há obra feita. **I.B.**

Mais votados em 2012: Centro de Inovação da Mouraria; Casa da Mobilidade da Mouraria com trabalho comunitário; corredor de acessibilidade de Entrecampos ao Marquês de Pombal.

Lousã



Lousã para os mais novos

Na Lousã, o executivo camarário decidiu reservar uma parte do orçamento municipal aos cidadãos mais novos. A verba cativada não foi além dos cinco mil euros, mas a experiência, destaca a autarquia, valeu pelo facto de ter conseguido envolver os jovens na vida do município. De tal forma que este ano se mantém o modelo. Segundo fonte do gabinete de comunicação da autarquia, a segunda edição do OP Jovem da Lousã “está a suscitar o debate de ideias junto dos mais jovens”. Na quarta-feira, decorreu a primeira Assembleia Participativa Jovem. Um encontro que terá permitido aos jovens desenvolverem as ideias, debater a sua viabilidade e utilidade e até fundir projectos semelhantes. **M.J.S.**

Mais votados em 2012: Construção de skate parks junto às escolas, piscinas e pavilhões desportivos.

Odemira



Odemira, a mais participada

Dos municípios que em 2012 aderiram ao OP, o da Câmara de Odemira é tido como o que teve maior índice de participação, com 16%, uma per-

centagem equivalente à registada nos concelhos de Cascais e Lisboa juntos. Este valor corresponde a 3469 votos expressos, 1323 via *online*, 2146 colocados directamente pelos munícipes no Balcão Único da autarquia e numa urna itinerante que se deslocou às sedes das freguesias. Foram apresentadas 32 propostas, seleccionadas 22 e aprovadas três. O nível de participação surpreendeu Ricardo Cardoso, vereador da autarquia. Agora diz ter razões para acreditar que a meta dos 20% de votantes “possa ser atingida em 2013”, frisando que o sucesso da iniciativa está associado à “transparência” do processo e ao facto de a autarquia ter optado pelo modelo deliberativo. **C.D.**

Mais votados em 2012: Requalificação do espaço exterior da EB Aviator Brito Paes; aldeias solares (com fornecimento de electricidade aos edifícios públicos e venda da remanescente à rede); reconversão de uma antiga escola primária em pavilhão multiusos.

Odivelas



Odivelas parou para cumprir

Em 2008, quando a Câmara de Odivelas realizou pela primeira vez um OP, os munícipes propuseram 1623 ideias, número que no ano seguinte caiu para 1175. Depois de uma paragem de dois anos, a iniciativa regressou em 2012, tendo sido apresentadas 1384 propostas. Susana Amador, que preside à Câmara da Amadora, justifica a interrupção. “Optámos por não avançar com novo processo e consulta enquanto a maioria dos projectos não fosse concluída.” O OP de 2008 regista neste momento uma taxa de execução de 91% e o de 2009 de 67%. Passou, entretanto, a haver um valor máximo por projecto e um OP Jovem. No OP consultivo de Odivelas, a população propõe, mas quem escolhe é um grupo de trabalho nomeado por Susana Amador. **I.B.**

Mais votados em 2012: Repavimentação das ruas de bairros ilegais

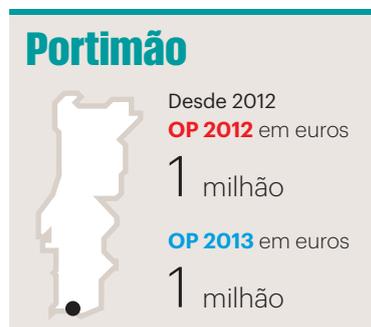
na freguesia de Famões; construção de parque infantil e circuito de manutenção na Ramada; repavimentações na freguesia de Odivelas.



Oeiras tem edição bianual

Oeiras estreou-se em 2012, tendo recolhido 135 propostas, apresentadas e depois votadas por um universo de 1400 pessoas. Resultados que a autarquia considera “bastante satisfatórios” e que permitem antecipar a continuidade deste projecto, mas só em 2014, já que tem uma calendarização bianual. Isto se o próximo presidente da câmara assim o decidir. Nesta primeira edição, a câmara não definiu limites monetários. A ideia era que os munícipes apresentassem as ideias, e os serviços municipais avaliassem a sua exequibilidade e escolhessem quais executar. Mas face aos resultados - proposta mais votada teve 907 votos, a segunda 875 votos e a terceira 846, valores muito longe dos 286 votos da quarta proposta -, a Câmara de Oeiras decidiu concretizar as ideias mais populares. E o processo consultivo passa a deliberativo. **I.B.**

Mais votados em 2012: Viatura de transporte de doentes dos Bombeiros Voluntários de Linda-a-Velha; ponte pedonal na Terragem sobre a linha férrea; quinta pedagógica em Linda-a-Velha.



Jovens de Portimão terão parede de escalada

De um bolo orçamental de cerca de

50 milhões de euros, a Câmara de Portimão destinou um milhão para a população decidir directamente as “obras mais importantes” para o concelho, desde que cada ideia não ultrapassasse os 200 mil euros. Num universo de 50 mil habitantes, não foram mais de mil os que responderam ao apelo. Mas houve um dado a reter: os jovens organizaram-se, fizeram campanha pelo “seu” projecto e saíram vencedores. Por isso, a primeiro a obra a realizar-se, no âmbito do OP de 2012, é a construção de uma parede de escalada, na Casa das Artes. Agora, o mais importante para a autarquia é que os

projectos seleccionados sejam realizados no prazo de dois anos, porque “as pessoas pedem contas”. Em Portimão, os habitantes propõem e escolhem os projectos e uma equipa técnica da câmara decide com base na sua exequibilidade. **I.R.**

Mais votados em 2012: Parede de escalada na Casa das Artes; regularização das linhas de água em Alvor.

São Brás de Alportel quer mais adesão

O concelho teve o seu primeiro OP em 2006. Nessa altura, a autarquia

S. Brás de Alportel



pôs um megafone na rua para pedir às pessoas para se reunirem, no café, nas sociedades recreativas e noutros lugares públicos. Veio a In-

ternet, mas a adesão popular não aumentou e a adesão que se esperava dos jovens também não tem ocorrido. O número total dos que respondem aos inquiridos manteve-se entre os 2% e os 3%. O corte das receitas nos últimos anos “não facilitou a aproximação das pessoas”, diz António Eusébio, presidente da Câmara de São Brás de Alportel. Em 2008, o município dispunha de uma verba de 4,1 milhões de euros para investimento, no ano passado só contou com 200 mil euros. Uma particularidade: foram os alunos do 9.º ano que desenharam o “símbolo OP”, que figura em todas as obras →

PUBLICIDADE

Aumente os Lucros da sua Empresa Com mais Produtividade e Eliminação de Custos

Destaque a sua empresa no mercado pela qualidade dos serviços.



- **Contribuem para aumentar até 20% a produtividade nas Empresas.**
- **Eliminam as faturas com alugueres de linhas telefónicas e de tráfego de chamadas feitas por Telemóveis e Telefones para as redes fixas e móveis de Portugal e Internacionais.**
- **Canais ilimitados. Nunca mais se perdem clientes por a linha telefónica estar ocupada e ligarem para a concorrência.**
- **Configuração de números telefónicos locais, nacionais ou internacionais de mais 20000 localidades do Mundo que representam mais de 98% do PIB mundial, para poder expandir os negócios no país ou no estrangeiro sem custos com pessoal ou instalações locais.**

Estamos em todo o país, informe-se já:

AVEIRO • BEJA • BRAGA • BRAGANÇA • COIMBRA • ÉVORA • FUNCHAL
 FUNDÃO • GUARDA • LEIRIA • LISBOA • LOULÉ • P. DELGADA • PORTALEGRE
 PORTO • SANTARÉM • SETÚBAL • V. CASTELO • VILA REAL • VISEU



Compatível também com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

→ realizadas ao abrigo do projecto no concelho. **I.R.**

Mais votados em 2012: Requalificação da Praça da República; passagem pedonal até ao Parque da Vila; criação de circuito de manutenção.

Tavira

Desde 2012
OP 2012 em euros
4,5 milhões
OP 2013 em euros
n.d.

Filhos de pescadores marcam pontos em Tavira

O projecto que Tavira elegeu como “emblemático” da participação cívica dos cidadãos transporta consigo uma história de vidas difíceis. Trata-se da sede para a associação de moradores Onda Sólida, liderada pelos filhos dos antigos pescadores da zona do Arraial Ferreira Neto (uma estrutura de apoio à pesca de atum). O investimento ronda os dez mil euros, numa autarquia que tem um orçamento de 30 milhões. A Onda Sólida, entre outras actividades, dinamiza o bairro social onde foram realojadas as famílias que trabalhavam no Arraial Ferreira Neto, hoje transformado numa unidade hoteleira, com uma situação privilegiada em plena ria Formosa. Os jovens mobilizaram-se sobretudo através da Internet e conseguiram apoio para recuperação da sede, obtendo mais de 50% dos votos, entre um conjunto de seis projectos. O OP de Tavira realizou-se pela primeira vez em 2012, seguindo o exemplo e o método já aplicado no vizinho concelho de São Brás de Alportel. Na próxima edição, haverá mais espaço para os jovens, cujos projectos terão um carácter vinculativo, desde que não ultrapassem um investimento de 20 mil euros. **I.R.**

Mais votados em 2012: Reabilitação do cineteatro António Pinheiro; sede para a associação de moradores Onda Sólida; refeitório da escola de Cabanas.

Na Trofa mandam os jovens

São os jovens quem apresenta, discute e vota as propostas do OP da Trofa, ao qual a autarquia destinou 20 mil euros em 2012 (este ano aumentou para 25 mil). Na última vo-

Trofa

Desde 2011
OP 2012 em euros
20 mil
OP 2013 em euros
25 mil

tação, em Maio, quase 700 pessoas juntaram-se para discutir a implementação de 15 projectos. Dois deles vão ser concretizados ao longo deste ano. O OP Jovem da Trofa vai no terceiro ano e, para 2013, a autarquia reforçou a dotação: 25 mil euros. Até agora eram 20 mil euros orçamentados, 12.500 destinados a projectos dos jovens e 7500 para iniciativas orientadas apenas para as escolas locais. Em Dezembro foi inaugurada a primeira obra eleita por esta iniciativa: o circuito desportivo em Souto de Barisso, proposto em 2011 por escuteiros. **S.S.**

Mais votados em 2012: Skateland de São Martinho de Bougado (parque de desportos radicais); projecto Da Cultura à Trofa; circuito desportivo da EB 2,3 de Alvarelhos.

Vila Franca de Xira

Desde 2011
OP 2012 em euros
500 mil
OP 2013 em euros
1 milhão

Vila Franca com algumas polémicas

O município de Vila Franca de Xira lançou o primeiro OP em 2011, ainda em contexto experimental, mas já com o objectivo de atribuir à população o poder de escolher os projectos a executar com uma verba de 500 mil euros do orçamento de 2012. Nesta primeira experiência, a autarquia preferiu apresentar oito projectos - dois por cada uma das quatro freguesias mais populosas - para que os municípios escolhessem quatro. As sessões de divulgação revelaram-se bastante concorridas (média de 50 pessoas) e a votação *online* reuniu 279 participações. Surgiram, no entanto, polémicas. A oposição acusou a maioria PS de colocar à vota-

ção projectos que já tinha planeado executar, e os moradores da Praça Alegre (Vialonga) rejeitaram o projecto de requalificação que a câmara se propunha desenvolver, pelo que foi preciso uma solução diferente. A autarquia duplicou entretanto a verba para o OP de 2013 (um milhão de euros) e alargou a iniciativa a todas as suas 11 freguesias. **J.T.**

Mais votados em 2012: Requalificação da frente ribeirinha de Alhandra; melhoria das acessibilidades do Sobralinho.

Açores

Ilha Terceira
A. Heroísmo
Desde 2012
OP 2012 em euros
n.d.
Ilha do Pico
Madalena
OP 2013 em euros
n.d.

Pouca participação nos Açores

Angra do Heroísmo e Madalena são as únicas duas câmaras nos Açores e mesmo nas duas regiões autónomas com OP. O que se constata nas duas é uma participação muito reduzida dos cidadãos que quase se limitaram a subscrever os projectos inscritos nas propostas oficiais. Entreviaram no processo apenas 22 municípios que, na prática, nada acrescentaram aos projectos predefinidos no inquérito, disponibilizado no portal da respectiva autarquia. No caso de Angra do Heroísmo, as 16 respostas correspondem a 0,05% do universo dos 35 mil habitantes e no da Madalena do Pico os seis participantes representam 0,09% dos cerca de seis mil residentes. O orçamento global da Câmara da Madalena para 2013 atinge os 9,13 milhões de euros, ascendendo a 4,3 milhões a despesa global associada às Opções do Plano para o corrente ano económico, com cerca de 60% do financiamento destinado às funções económicas. O orçamento do município de Angra prevê uma despesa global de 18,02 milhões, sendo de 7,3 milhões o valor definido no plano que atribui a maior fatia (28,2%) à área funcional dos transportes. **T. de N.**

Mais votados em 2012: Canil/gatil municipal de Angra; conclusão do Mercado Duque de Bragança; requalificação do centro da vila da Madalena; urbanização anexa à escola Cardeal Costa Nunes.



Nos Açores, a participação dos cidadãos nos OP foi muito reduzida

DANIEL ROCHA

Palmela foi pioneira mas hoje está no grupo de três dezenas de municípios que desistiram

Inês Boaventura e Jorge Talixa

Ao longo da última década cerca de três dezenas de municípios lançaram e acabaram por desistir dos respectivos projectos de Orçamento Participativo (OP). É o caso de Palmela, que foi pioneira, mas também de Abrantes, Alcochete, Braga e Cartaxo.

Este último município lançou, em 2010, uma “experiência-piloto” de OP, propondo-se reservar 10% do seu orçamento à execução de propostas apresentadas pela população. Os contributos dos munícipes foram recolhidos através da Internet e das oito juntas de freguesia do concelho. A experiência não teve continuidade. Segundo o gabinete de comunicação da Câmara do Cartaxo, “nos anos seguintes, com as dificuldades a aumentarem, com leis do Orçamento do Estado extremamente restritivas e até com grandes dificuldades em recolher a receita prevista e devida” – com os próprios munícipes confrontados com dificuldades para cumprirem as suas obrigações fiscais –, a autarquia resolveu “suspender” o projecto. Até para evitar que “fossem criadas falsas expectativas na população que participasse”. De acordo com a mesma fonte, a actual gestão camarária tenciona “recuperar” o OP, mas não sabe, nesta altura, se o fará ainda nos próximos meses ou se deixará a decisão para o executivo a eleger nas autárquicas deste ano.

Na Câmara de Palmela, o OP realizou-se entre 2002 e 2008. Neste momento, segundo a divisão de comunicação da autarquia, “o projecto está em reformulação, no sentido de adaptar o seu conceito de desenvolvimento à actual conjuntura que marca a vida das autarquias”. O objectivo, acrescenta-se, é “reactivar o processo, em estreita articulação com os vários espaços de participação que têm vindo a ser desenvolvidos, de forma a aprofundar a democracia participativa e a participação dos cidadãos”. A Câmara de Palmela

destaca que o OP era “a face mais visível de um conjunto de espaços de participação cidadã”, no qual tem apostado, “em especial, após a criação do Pelouro de Participação e Desenvolvimento Local”. Entre essas iniciativas destaca as Semanas das Freguesias, “reuniões descentralizadas de prestação de contas”, e projectos de “educação cidadã”.

As câmaras de Abrantes, Alcochete e Braga não responderam às questões do PÚBLICO sobre os motivos que as levaram a desistir do OP nem esclareceram se criaram, em alternativa, algum outro mecanismo de participação dos cidadãos. Já a Câmara de Sesimbra fez saber através do gabinete de imprensa que, “embora tenha tido nos últimos seis anos” OP, não irá repetir a experiência neste ano. A autarquia não avançou explicações para a decisão nem forneceu os dados solicitados sobre os resultados do OP de 2012.



Câmara do Cartaxo lançou em 2010 uma “experiência-piloto” de OP, mas “com as dificuldades a aumentarem”, foi depois suspensa



EEFoR

CONFERÊNCIA SOBRE
ENERGIA ELÉTRICA DE FONTES RENOVÁVEIS
8 | 9 MAIO 2013 · FEUP

FEUP FACULDADE DE ENGENHARIA UNIVERSIDADE DO PORTO

U PORTO

www.fe-up.pt/eefor2013

Presidente da Comissão Organizadora
Prof. Luís Braga da Cruz

Painel 1. Políticas Energéticas

Moderador: Prof. Luís Braga da Cruz (FEUP)

Doutor Eng.º Jorge Vasconcelos

(Presidente da NEWES, New Energy Solutions, Membro do Administrative

Board of ACER - Agency for the Cooperation of Energy Regulators)

Prof. António Sá da Costa (Presidente da APREN)

Prof.ª Teresa Ponce de Leão (Presidente do LNEG)

Painel 2. Energia e Território

Moderador: Prof. Eduardo Oliveira Fernandes (FEUP)

Prof.ª Teresa Andresen (FCUP)

Eng.ª Ana Quelhas (Direcção de Planeamento Energético, EDP)

Prof. Paulo Pinho (FEUP)

Prof. Vítor Leal (FEUP)

Painel 3. Integração da Produção Renovável no Sistema Eléctrico Nacional

Moderador: Prof. João Peças Lopes (FEUP)

Eng.º Victor Baptista (Diretor-geral da REN)

Eng.º João Torres (Presidente do C.A. da EDP Distribuição)

Eng.º Fernando Vaz (Diretor Unidade de Negócios, Automação

de Sistemas de Energia da EFACEC)

Eng.º António Eira Leitão (Presidente da HIDROERG)

Painel 4. Energia Eólica

Moderador: Prof. Álvaro Rodrigues (FEUP)

Eng.º Hélder Serranho (Administrador da GENERG)

Eng.º João Sousa (Gerente da PREWIND)

Eng.º Anibal Fernandes (Presidente do Consórcio Eólico ENEOP)

Eng.º João Paulo Costeira (COO Europa EDP Renováveis)

Painel 5. Energia Hídrica – Novas Questões

Moderador: Prof. Rodrigo Maia (FEUP)

Eng.º Alexandre Ferreira da Silva (EDP Produção)

Prof. Domingos Silva Matos (EDP Produção)

Eng.º Teresa Viseu (Departamento de Barragens do LNEC)

Eng.º Filipe Duarte e Eng.º Anibal Carvalho (EDP Produção)

Painel 6. Energia Hídrica – Projectos em Desenvolvimento

Moderador: Prof. Francisco Taveira Pinto (FEUP)

Eng.º Luís Lopes dos Santos (EDP Produção)

Eng.º Manuel Alberto Oliveira (EDP Produção)

Eng.º Pedro Manso (Gabinete Stucky, LTD)

Eng.º Fernando Barbosa Teixeira (EDP Produção)

Painel 7. A Investigação na FEUP no domínio da energia

Coordenador: Prof. Adélio Mendes (FEUP, Director do CENER)

Moderador: Prof. Sebastião Feyo de Azevedo (Director da FEUP)

Prof. Adélio Mendes (FEUP)

Apresentação de casos seleccionados entre as repostas a uma “call” aberta a investigadores e docentes da FEUP

Painel de debate. Energias Renováveis

– Tecnologia e Desenvolvimento. Uma visão de futuro

Moderador: Dr.ª Lurdes Ferreira (Jornal “O Público”)

Eng.º Alberto Barbosa (Administrador da EFACEC)

Eng.º João Talone (Presidente da Magnum Partners)

Eng.º Carlos Martins (Presidente da MARTIFER)

Dr. João Manso Neto (Presidente Executivo da EDP Renováveis)

Encerramento

Prof. Luís Braga da Cruz (Comissão Organizadora)

Eng.º Carlos Matias Ramos (Bastonário da OE)

Dr. Artur Trindade (Secretário de Estado da Energia)

Inscrições e Informações: (+351) 220 413 703 / eefor2013@fe.up.pt



INSTITUTO SUPERIOR DE GESTÃO BANCÁRIA
ISGB - THE PORTUGUESE SCHOOL OF BANK MANAGEMENT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

Acesso ao Ensino Superior

> 23

Decreto-Lei 64/2006, de 21 Março 2006

Informações:

ISGB – Av. Barbosa du Bocage, 87, 1050-030 Lisboa
Tel.: 217 916 210 | Fax: 217 955 234

IFB – Rua Fernandes Tomás, 352 – 4.º, 4000-209 Porto
Tel.: 225 194 120 | Fax: 225 102 205

e-mail: isgb@isgb.pt
www.isgb.pt

Licenciaturas 2013/2014

> **Gestão Bancária**

> **Gestão e Sistemas de Informação**

Inscrições Abertas

1ª Fase:

até 17 de Maio

Prova escrita: 22 de Maio

Entrevistas: 23 a 28 de Maio

2ª Fase:

até 28 de Junho

Prova escrita: 2 de Julho

Entrevistas: 3 a 8 de Julho

Elementos de Avaliação:

> Apreciação do *currículum* escolar e profissional; Entrevista; Prova escrita

Curso de Preparação*
para a Prova de Acesso
às Licenciaturas do ISGB

GRATUITO

2ª Edição

Lisboa e Porto: 1 e 22 de Junho

Inscrições até 27 de Maio

Duração: 12 horas

Horário: 9h – 12h e 14h – 17h

Local: Lisboa – IFB – Av. 5 de Outubro, nº 164

Porto – IFB – R. Fernandes Tomás, nº 352, 4.º

Licenciaturas reconhecidas oficialmente.
(* Não confere garantia de acesso. Curso “sem reconhecimento oficial”.)
Copyright © 2013 by ISGB/IFB, Lisboa

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

António e Maria Fernanda Gonçalves, de 60 e 59 anos, ex-emigrantes em França: ele delegou na mulher a participação da família no OP



Na aldeia de Sá foi mais fácil instalar a Net sem fios do que o rebanho de ovelhas

Eleitores de pequena freguesia de Monção elegeram a rede *wireless* como prioridade do seu primeiro Orçamento Participativo, executado no ano passado

Reportagem

Álvaro Vieira (texto)
Nuno Alexandre Mendes (fotografias)

Guardada pela ermida da Nossa Sra. da Graça, que se avista ao longe, lá em cima, e rodeada de montes galegos e portugueses, a aldeia de Sá oferece-se a um sol abrasador numa encosta debruçada sobre o vale do rio Minho, que daqui não se vê. Nesta tarde de quarta-feira, com 28 graus à sombra, só desmerece o epíteto de aldeia-fantasma, porque tem hortas e vinhas de alvarinho que não ganharam este aspecto cuidado sozinhas. E alguém há-de ter conduzido os dois carros estacionados no largo. Mas não se vê viva alma, apesar de a aldeia ter cerca de 200 habitantes registados. Afinal, é isto a aldeia que o resto

do país imagina a campeã da participação cívica do concelho de Monção? É mesmo esta a freguesia rural que foi notícia no ano passado, por executar o primeiro Orçamento Participativo (OP) do Alto Minho? Onde estão escondidas as pessoas que imaginamos permanentemente reunidas, nas ruas e nos cafés, a discutir e a tomar em mãos as decisões sobre a sua vida colectiva? Talvez façam a sesta. Talvez se defendam deste calor inesperado atrás das persianas corridas das casas de bom porte, de construção recente e arquitectura discutível que caracterizam a aldeia.

Num pequeno planalto, com o cemitério aos pés, a sede da junta destaca-se como a cabana de um presépio. É uma construção térrea e branca, com portadas de madeira compacta, cuja entrada é uma bacia de sombra. Aqui, por entre avisos afixados sobre a “Campanha de subsídios 2013” para agricultores, sobre →

ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS

→ a declaração obrigatória de ovinos e caprinos ou sobre o concurso público para a limpeza de bermas, encontram-se alguns editais cujo papel timbrado exhibe com garbo, no canto superior direito, a inscrição “Terra de Diogo Cão”, ao lado da efígie do navegador português.

Para tratar os calos

Não é absolutamente certo que o homem que no séc. XV explorou o Sudoeste da costa africana tenha nascido aqui, mas estas folhas certificam que esta é mesmo a aldeia que, em 2012, decidiu, num OP, aplicar os seus recursos em melhoramentos de conjugação improvável, como a instalação de uma rede de Internet sem fios e a compra de um rebanho comunitário. Um dos editais comunica que o acesso gratuito à Internet já está à disposição de “todos os habitantes”, carecendo apenas de inscrição, para atribuição do respectivo código de acesso. Outro convida os fregueses a participarem nas aulas de ginástica gratuitas que decorrem na sede da junta aos sábados à tarde, outra consequência do OP de 2012, que nasceu modesto, com apenas 20 mil euros.

Orgulhoso, o presidente da junta, Filipe Quintas, diz que, então, 74 fregueses, representando mais de 90% das famílias da terra, apresentaram 166 propostas, das quais o executivo aprovou 56, a maior parte das quais relacionadas com cuidados de saúde. “Não temos funcionários para isso, nunca poderíamos contratar as pessoas necessárias. A solução foi a criação de uma bolsa de voluntários, a que aderiram 15 pessoas, com e sem ligação à terra, entre enfermeiros, optometristas, dentistas, professores de ginástica, um economista e a esteticista de Monção, que prejudica o negócio para vir tratar dos calos das senhoras da aldeia e que já tem lista de espera. Além das aulas, consultas e rastreios, estes voluntários têm feito algumas palestras.

Executivo independente

O dia de atendimento aos fregueses também é o de sábado, porque Filipe Quintas, um bancário de 35 anos que trabalha em Lisboa, só chega ao fim-de-semana – se não houver assembleia de freguesia, à terça à

noite. Cumpre o último mandato na junta que conquistou pelo independente Viva Movimento por Sá, depois de ter entrado em ruptura com o PS em 2006, que decidiu candidatar o anterior presidente, que era do PSD.

O projecto do rebanho comunitários transitou para o OP deste ano e a sua concretização “não tem sido fácil”. É que a ideia foi sempre “dar uma dinâmica empresarial” à coisa, explica Filipe Quintas, com o “aproveitamento do leite para a produção de queijos e até para a reprodução e comercialização dos animais”. “Falta arranjar um jovem que queira apostar na agricultura e estabelecer-se aqui”, resume.

Filipe Quintas recorda que “na génese da ideia do rebanho esteve sobretudo o sentimento de insegurança dos mais idosos”, especialmente daqueles que vivem em locais mais ermos. “Por outro lado, ter alguém que andasse sempre pelos montes e serras também ajudaria a prevenir os incêndios que todos os anos atingem a freguesia”, acrescenta.

Nesta quarta-feira, é preciso bater a muitas portas e invadir as hortas para falar com as raras pessoas que não são demasiado idosas para poderem atender ou que não estão a trabalhar em Monção ou Melgaço. Maria Pinto, de 42 anos, pertence ao grupo restrito de moradores que não estão emigrados em França nem trabalham fora. Mas gostava. “Estamos aqui metidos num buraco, eu não gosto disto”, assume. Natural de Melgaço, casou com um homem de Sá, que aqui tem trabalho a tomar conta das ovelhas de outros, e é só por isso que Maria vai estando na aldeia. Desde quando? “Há 23 anos.”

O OP de Sá fez-se sem a participação de Maria Pinto. Não preencheu os impressos distribuídos pela junta nem foi às assembleias convocadas para o efeito. Mas foi acompanhando o processo pelo marido e aplaude a ideia da Internet sem fios. “Uso para pesquisar e saber as novidades da junta. A Internet faz muita falta, então não faz? Até os velhinhos por lá andam”, diz esta moradora que toma conta de uma idosa vizinha e se prepara para frequentar uma acção de formação na qual já se inscreveu – lá está – pela Internet. Mesmo funcionando mal. “O sinal vai abaixo muitas



Vista da aldeia. Simplício Cerqueira (à esquerda) preencheu “as folhas”, Lucinda (em baixo a descascar favas) não



vezes.” Filipe Quintas garante que o operador contratado pela junta está a tratar de resolver o problema.

“Há que pedir sempre”

É Maria Pinto que revela onde podem ser descobertos outros moradores que se encontram na aldeia. Como António e Maria Fernanda Gonçalves, de 60 e 59 anos, ex-emigrantes em França que estão a mondar o batatal, na sua horta. Neste agregado, foi ao contrário. O homem, construtor civil, delegou na mulher a representação da família do Orçamento Participativo. Em regra, António acha que devem ser os eleitos a tomar e a responsabilizarem-se pelas decisões – “para isso é que votámos neles” –, mas também acha bem que a população seja ouvida. Não usa a rede sem fios da aldeia porque se fartou das falhas no acesso à rede e comprou a sua própria *pen* de ligação à Internet móvel. Mas concorda com a aposta do OP na rede *wireless*, para que os mais jovens, os que restam ou que voltam à terra em Agosto, triplicando a população da aldeia, não sintam vontade de abalar por falta de um serviço que “hoje

faz falta em todo o lado, a toda a gente”.

Maria Fernanda não tenciona ir a mais reuniões do OP. “Não se vê nada, não há dinheiro.” António reorienta-a: “Ir não faz mal. Há que ir sempre e pedir sempre.” Mas também ele está insatisfeito com os resultados. Não se conforma com o facto de não terem prevalecido as sugestões para a ligação da aldeia à rede pública de saneamento ou para a reabilitação e exploração turística das cinco azenhas do ribeiro da Corga, que até chegaram a ter fundos comunitários e que se

“Não se vê nada, não há dinheiro”, diz Maria Fernanda. “Ir não faz mal. Há que ir sempre e pedir sempre”, responde António Gonçalves, o marido



perderam, por questões jurídicas relacionadas com a propriedade dos moinhos. “Politiqüices”, protesta. Filipe Quintas confirma que foi mesmo assim que acabou este projecto que, em 2004, era apoiado pelo programa Lider + a 75%.

Simplício Cerqueira, de 79 anos, também andou por França, a fazer cofragens para “prédios de 18, 20 andares”. Agora, em vez de alicerces, são batatas que mete na terra. “Preenchi as folhas, sim senhor”, diz sobre as sugestões que levou ao OP de 2012. Propôs rails de protecções em valados de curvas apertadas, a lâmpada orientada para a rampa que dá acesso à sua propriedade, um espelho no cruzamento – que a junta tarda a instalar, protesta – e o arranjo de vários caminhos para facilitar a vida aos bombeiros. “Disto, não se fez nada”, lamenta. Mas não culpa a junta. Culpa os governos actual e passados. Tal como António Gonçalves, admite que “o presidente da junta não é mau” e que “é pena” que não passe mais tempo na aldeia. A mulher, Maria Júlia, de 69 anos, ainda não foi às aulas de ginástica, porque “não lembrou”. “E também ando manca de uma perna”, justifica-se.

A Simplício interessam mais outras actividades: “Gosto sempre de ouvir uma palestra qualquer.”

O apagão e a fusão

“Nunca ninguém está contente com tudo”, sentencia, com a autoridade dos seus 82 anos, Lucinda Rodrigues. Veio para o logradouro da casa, à sombra, “debulhar” umas favas muito verdes, com cara de serem das macias. Não quer saber do OP, nem da Internet, nem do rebanho. Tal como Maria Fernanda Gonçalves, incomoda-a é a guerra da luz, que a Câmara de Monção desliga a partir da uma da manhã.

A freguesia não se conforma e Filipe Quintas já declarou ao país e ao mundo que considera a medida injusta. Fê-lo num vídeo, em que lê uma declaração sobre o assunto, que colocou no Youtube, a par de um filme que mostra (?) “em directo” o apagão. Quintas acusa a Câmara de Monção de sacrificar, por “economicismo” e “insensibilidade”, a segurança e o conforto dos habitantes de Sá. OP à parte, o autarca também está em guerra contra a fusão de freguesias, que vai agregar Sá, Valadares e Messegães.

O OP de 2013 ganhou 85% do orçamento geral, que é de 108 mil euros e está praticamente todo aplicado em obras viárias. Depois, não se sabe se a experiência continuará.

Ana Sousa, de 42 anos, lamenta a agregação de freguesias e a limitação de mandatos que ditarão a partida de Filipe Quintas, um presidente de junta “jovem e dinâmico”. A mãe, Lucinda Rodrigues, continua às voltas com as favas e relativiza o problema da fusão de freguesias. Recorda que Sá e a vizinha Badim, por exemplo, partilham sem problemas a imagem da Nossa Sra. da Graça, que passa um ano em cada freguesia. E Simplício Cerqueira nota que o povo de Sá já vai aos cafés de Valadares e apoia, como pode, a União Desportiva “os Raianos”, o clube de Messegães que une as freguesias, apesar de “pouco potente”.

Os trabalhos sobre os OP são financiados no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



PÚBLICO, DOMINGO 2 JUN HO 2013

AS RAINHAS DO PICO







COROAS COM CHEIRO A CANELA, MAR E AMÉRICA

JOANA AMARAL CARDOSO TEXTO
MIGUEL MADEIRA FOTOGRAFIA

Esta festa não é como as outras. É do Divino Espírito Santo, é dos Açores e também das rainhas. Há santas pela rua, crianças de cabelos colados a laca e muitas mãos calejadas que trabalham dias a fio sem ganhar um tostão. “A gente quando trabalha para o Divino trabalha sempre muito bem”

Bem mandados pelos divinos infravermelhos, os sinos da igreja do lugar de Santa Cruz, na freguesia açoriana das Ribeiras, começam a tocar. Foi Raimundo Silva, de óculos escuros solenes, quem carregou no botão do comando à distância para os fazer soar quando a rainha saía da igreja, capa branca e dourada a arrastar pelo asfalto, coroa nas mãos e tiara no cabelo. O Atlântico onde antes atracavam as traineiras do atum e os botes baleeiros chapinha mesmo ali ao lado. A procissão ainda vai no adro.

Sabemos por quem os sinos tocam. Nesta segunda-feira após o domingo de Pentecostes, é pelo Divino Espírito Santo – talvez o maior foco de devoção católica nos Açores há quase seis séculos e definitivamente a sua maior festa religiosa –, mas também por Inês de Maria Jorge, a rainha das Ribeiras da Irmandade da Segunda-feira do Espírito Santo. Tem 13 anos. Amanhã, vão repicar por Beatriz Tomé, de cinco anos, e Ana Rita Silva, 16, as escolhidas pela Irmandade da Terça-feira de Santa Cruz das Ribeiras. São elas as rainhas da festa, o centro das procissões e dos quadros nos quais os seus pais, os presidentes das irmandades que as escolhem, o padre e muitas crianças e adolescentes de branco e saias armadas desfilam nas ruas ao som da Filarmónica União Ribeirense. Há festa na aldeia.

Todos os anos, há quase 80 anos, é assim. Só mudam as caras e as posições que ocupam nas festas. E a assistência, que decresce. Este lugar em que há 80 casas habitadas e 83 desabitadas é um interface entre a religião, os efeitos culturais da emigração nos rituais, o êxodo insular e a imaginação de raparigas que podem ou não sonhar com princesas, desfiles, vestidos armados, maquilhagem e laca no cabelo. Mas que são rainhas por um dia. Sejam elas das Ribeiras, como Inês, ou continentais, como Beatriz e Ana Rita, herdeiras já um pouco distantes de uma tradição de comunidade e entreajuda. “Não se diz que não ao senhor Espírito Santo”, avisa Karen Goulart na cozinha dos Tomé, enquanto a sua filha, divertida, é penteada para ser aia de Beatriz na procissão. Em Santa Cruz, há muita festa, sorrisos e entrega, mas também saudades do que já foi. E alguma melancolia no olhar para o futuro.

São uns poucos quilómetros de muita intimidade, estes das festas de Santa Cruz das Ribeiras. A devoção ao Espírito Santo, elemento da Santíssima Trindade, veste nestas procissões e nestes rapazes e raparigas e seus pais as melhores farpelas domingueiras. Os vestidos e os fatos dos meninos parecem os da primeira comunhão e as jovens aias e rainhas, como diz a mãe de Ana Rita, a engenheira civil Ana Cristina Freire, parecem em estágio para o vestido de casamento.

Há um outro aroma no ar, para além do mar e da canela. Há tiaras e crianças que em várias casas da freguesia armam o cabelo com ganchos e laca, rodopiando felizes nos seus cetins brancos e brincando com *bâtons*. “Sinto-me uma princesa!” Elas, que vêem os seus pedidos de colo carinhosamente rejeitados por já estarem vestidas a preceito e que são protegidas com panos da loiça para salvar a alvura dos bordados dos perigosos leites com chocolate, cheiram à terra das oportunidades. Aqui há um travo de América.

Isso vê-se nos livros de história e antropologia, e mesmo nos Censos. “A emigração açoriana para os EUA tem duas vagas – 1870-1920 e depois 1960-80”, explica o antropólogo João Leal, que desde os anos 1980 estuda as festas do Espírito Santo. Isso deixa marcas cá. E lá. “À medida que se constituem núcleos mais

numerosos de açorianos, aparece uma festa – [nesta altura do ano há] cerca de 90/100 na Califórnia, 90 na Nova Inglaterra e no Canadá à volta de 70/80.”

Dias antes das merendas nocturnas de pão e queijo, de muita gente voltar às Ribeiras para as festas que enchem de música as ruas sem passeios, João Leal conversa com a Revista 2 na Universidade Nova de Lisboa. Frisa que “a emigração nas Ribeiras faz-se sobretudo para a zona de San Diego desde o final do século XIX” – Açores e Califórnia do Sul ligados pela forte tradição piscatória e pelo atum. “Vão ter sucesso, vai aparecer gente muito rica” e isso, o movimento pendular da prosperidade, é um factor inseparável destas festas, destas rainhas, deste *glamour*, diz o antropólogo.

Este contacto com os EUA ouve-se na boca dos mais velhos. Não só nas histórias dos bons velhos tempos, em que as festas tinham ruas a abarrotar de gente vinda em camionetas nos anos 1980, quando havia dinheiro do atum, mas também na própria língua. Maria de Lurdes Costa, a mais reputada costureira da freguesia e autora da capa que depois de quase 20 anos guardada saiu na segunda-feira ao pescoço de Inês, diz como era difícil encontrar *beads* (contas) nos Açores. Silvina Azevedo, que vestiu as suas neta e bisneta de rainhas de terça-feira, bem como todo o cortejo de aias, crianças e rainha santa (já lá iremos), fala dos *signs* que identificam os reis na procissão. Ao balcão do café O Emigrante, ouve-se inglês da América e português dos Açores.

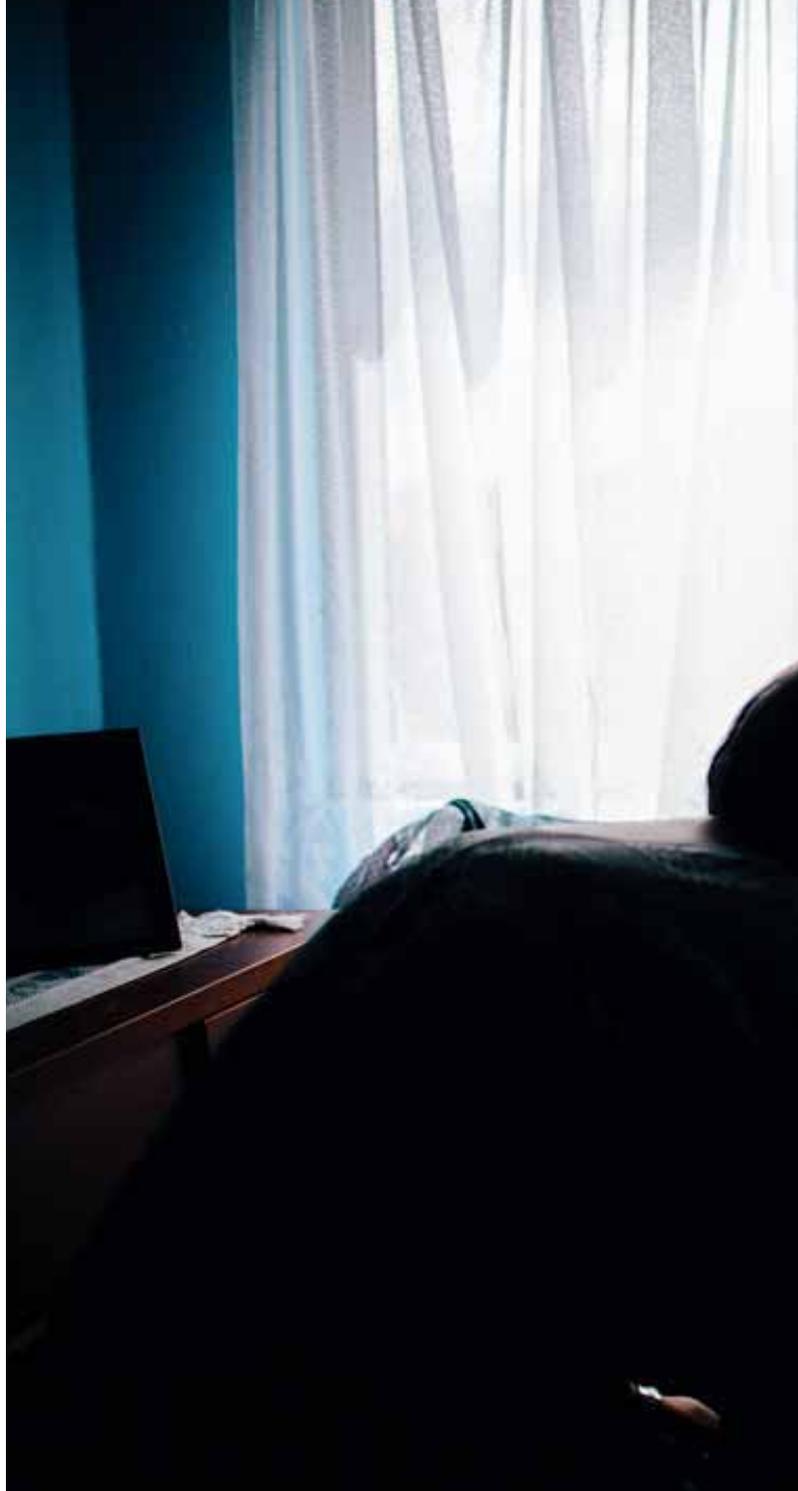
“Na década de 1930, o emigrante que volta introduz um novo personagem nas festas que é a rainha ou *queen*”, explica João Leal. A trabalhar com a antropóloga Filomena Silvano no projecto *Ritual, Etnicidade, Transnacionalismo – as Festas do Espírito Santo na América do Norte*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e que versa sobre a recriação destas festas pelos emigrantes açorianos no Canadá e na Califórnia, explica que as rainhas “aparecem na Califórnia entre os anos 1910 e 20”, quando os açorianos já lá estavam, e depois vêm para aqui, para as Ribeiras. Dos modelos “do *beauty contest*, do *pageant* dos EUA”, mas também das “*parades*, promovidas por outros grupos étnicos”, em que já havia rainhas, para este recanto da costa Sul do Pico.

As rainhas, estas meninas ou adolescentes – e já foram sobretudo adolescentes e jovens mulheres, mas a emigração e o envelhecimento da população fizeram com que haja hoje mais crianças e menos raparigas (a certa altura houve uma intervenção fugaz da Igreja quanto à idade aceitável das rainhas, ligada aos ideais de pureza, há muito ultrapassada) – substituíram o imperador, que levava a coroa nas procissões. A coroa é o símbolo do Espírito Santo e está bordada com lantejoulas e vidrilhos na capa de Beatriz Tomé, mas a pequena rainha celebra sim o facto de o seu manto ter também “a bolacha e o gelado”. “A óstia e o cálice”, corrige a mãe, Leonor Tomé, rindo-se.

Leonor é uma continental, filha de cozinheira da Tóbis que se rendeu aos amores do picaroto Sénior Tomé, o mordomo da festa de terça-feira, e, por arrasto, ao Espírito Santo. No escritório em Lisboa “costumo comentar com as minhas colegas que nós temos mais devoção por uma santa ou uma nossa senhora, uma imagem. E aqui não se vê imagem. E as pessoas dão um beijo à coroa, como se fosse o Jesus”.

Mas por falar em mordomo, entremos em casa dos nossos protagonistas. Que é um par de irmandades, associações de cada terra de-

Os preparativos para as festas são tão importantes como o seu resultado. Na casa de João Tomé, Afonso, Beatriz e jovens ajudantes aprumam-se na manhã de terça-feira, antes da procissão





votadas ao culto do Espírito Santo, que “não estão dependentes da igreja e em muitos casos são informais”, formadas por homens e mulheres que se regem pelas regras do consenso, muitas vezes não escritas, e que não existem em todas as ilhas, explica João Leal. O antropólogo fala de dois modelos de irmandade, com dois papéis no culto: o da Irmandade da Segunda-Feira, que fixa rotativamente os responsáveis que a cada ano organizarem os festejos, “garante uma certa continuidade e regularidade nas festas”; o da Terça-Feira é “também muito importante, porque garante que as pessoas possam cumprir promessas no quadro do culto”.

Encontramos nas traseiras do salão recreativo Sênior Tomé, pai de Beatriz, neto da costureira Silvina e filho do presidente da junta e do clube desportivo Ribeirense, João Tomé. Ele é o ruivo mordomo da festa porque na sua Irmandade da Terça-feira a festa é “levada” – oferecida – por quem fez uma promessa. Neste caso, uma promessa em nome de Beatriz, que aos três meses e meio teve uma luxação na anca. “O médico deu-nos pouca esperança de que ela ficasse boa”, diz Sênior, “a andar bem”, completa Leonor, “e eu prometi ao senhor Espírito Santo que se ela ficasse boa íamos levar o jantar” – como se chama o almoço servido a centenas de convidados entre procissões no dia da festa –, retoma Sênior, desenhador de construção civil. Ana Rita entra em cena porque Silvina “fez muitas capas e nunca teve a oportunidade de vestir a neta”, explica Sênior, sentado ao lado da avó. E Silvina, que também já levava a festa três vezes e que nunca foi rainha, fez questão de começar a tratar de tudo três anos antes. Viu a saúde e a agilidade das mãos deteriorar-se e começou a “riscar”, desenhando as suas ideias com antecedência e bordando aos bocadinhos. “Sinto-me realizada. Foi o meu último trabalho.”

Ficou viúva há 49 anos e criou os quatro filhos sozinha. Costureira por profissão, “do vestido de noiva ao remendo”, mas pelas dezenas de capas para rainhas “nunca levei dinheiro”. Como diz na sua casa a sua colega de mister, Maria de Lurdes – que aos 82 anos já pouco sai à rua, vendo a vida passar por entre linhas, agulhas e a janela da porta – fazem-se as capas de graça porque “a gente quando trabalha para o Divino trabalha sempre muito bem, e as gentes já tinham muita despesa a comprar o veludo e tudo. Nunca me senti orgulhosa nem vaidosa do que fiz”, remata.

Já na casa da Irmandade da Segunda-feira quem preside à festa é Manuel Tavares e quem a dá (ou “leva”) são oito dos cerca de 70 irmãos que formam aquela organização. O sistema aqui, ao contrário do que acontece na sua congénere mais antiga, a da Terça-feira, é rotativo. A cada ano roda pelo grupo de irmãos que, no fundo, arca com as despesas da festa com ajuda da direcção, se necessário – cada um deles tira a sorte de quem escolhe a rainha, a rainha Santa Isabel, de quem trata das rosquilhas (as regueifas que são oferecidas pela freguesia ao fim do dia da procissão), do jantar e por aí fora.

A Irmandade da Segunda-Feira é essencial também porque é através dela que chega a primeira rainha, Emily Cabral, em 1935, cujo retrato está na parede da sede em grande destaque. “Até aos anos do pós-guerra a rainha fica só na Irmandade da Segunda-Feira”, diz João Leal, “e num outro lugar da freguesia que é Pontas Negras”. A história de Emily será essencial para o aspecto que as festas assumem hoje.

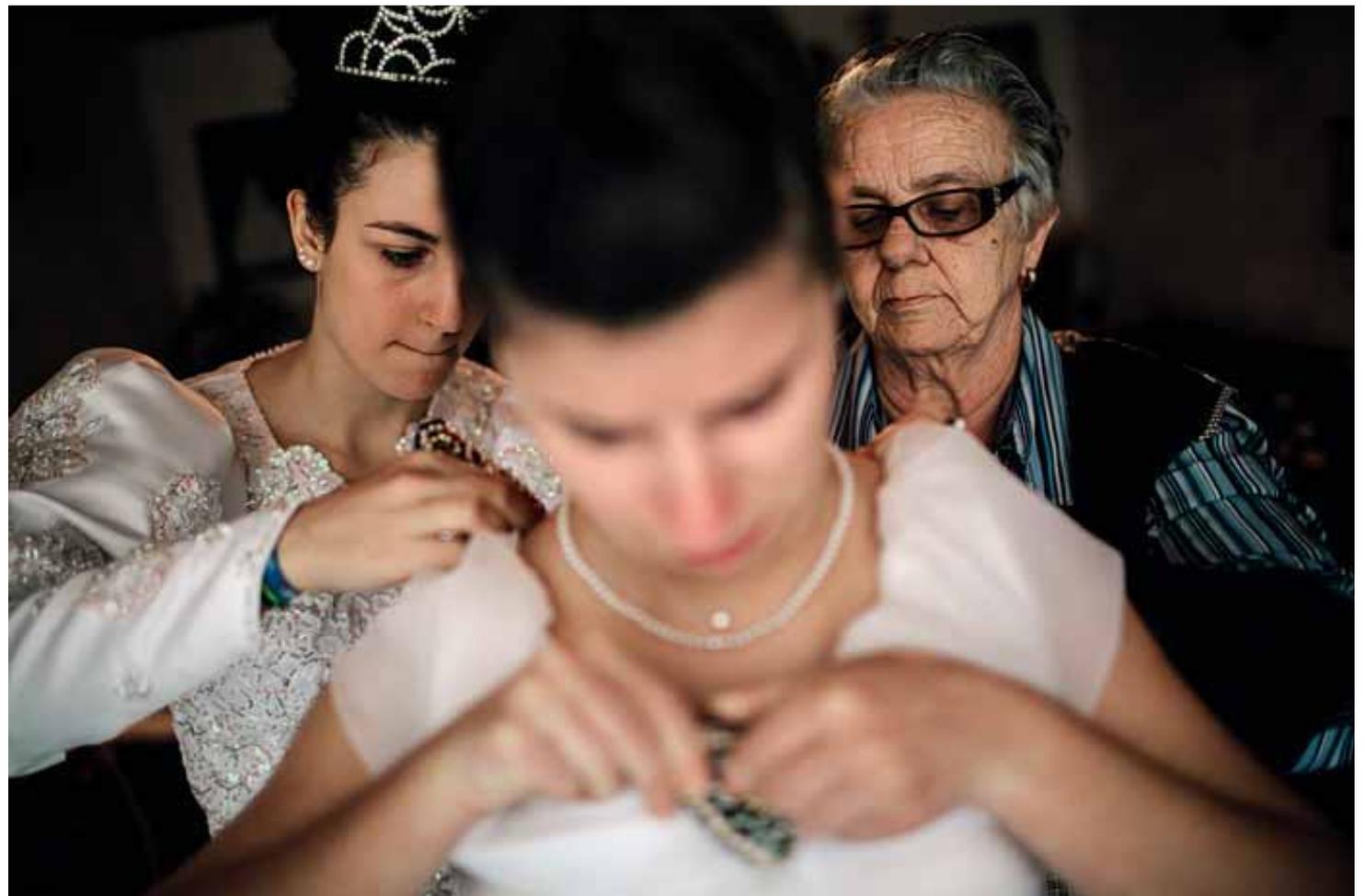
Dias antes das festas, um homem vai na rua com uma coroa prateada e trabalhada nas mãos. Ruben Alves, presidente da Irmandade



da Terça-feira, carrega uma das coroas centenárias da freguesia, e vamos vê-la novamente na segunda e na terça-feira, nas mãos dos mordomos e das rainhas. Apesar de Elina Belo nos dizer que “há rivalidades entre uns dias e outros”, entre estas irmandades partilha-se cozinheiro, coroas e alguns convidados. Elina é cozinheira do Ribeirense, transporta as crianças da freguesia na carrinha e é também costureira de capas há 28 anos – e a única que admite fazer-se pagar por elas. “É o meu trabalho.”

Sobre rivalidades, refere-se sobretudo ao lado mais feérico da festa. “Houve anos em que não podia ter nada onde estavam as máquinas porque havia pessoas que iam de propósito para ver se apanhavam alguma coisa da cor” da capa em que estava a trabalhar. “E outras vezes provava-se as roupas só com um forro ou um tecido qualquer com o feitio, para não se ver a cor.” Enquanto a neta e a bisneta se penteiam e vestem como rainhas, Silvina garante que ao longo dos anos “ninguém as viu fazer senão os meus filhos”. Elina já tem encomendas para os próximos anos, mas tudo em mais barato. “A *troika* anda aí”, diz-nos na sala escura do Ribeirense.

Do passado, as mulheres contam histórias de couros cabeludos queimados por tanto rolo quente e de noites em branco para não estragar o penteado de aias e rainhas. As mãos grossas dos homens contam histórias do mar à porta do Clube Náutico onde se anicham os botes baleeiros reformados ou nos bastidores das festas. Esta é uma terra de atum e baleia, mas também do chicharro, agora actividade





Ana Rita Silva tem 16 anos e é a única neta de Silvina Azevedo (na foto de baixo), que este ano a vestiu não só a ela, mas também à bisneta e aos meninos e meninas, rapazes e raparigas que compuseram os quadros da procissão

muito diminuída pelo encolher do sector primário. A memória da Irmandade da Terça-feira recua 243 anos e está inexoravelmente ligada à pesca.

“Os irmãos eram os mestres dos barcos de boca aberta, dos barcos de passageiros, dos botes baleeiros e das traineiras da pesca do atum”, resume Ruben Alves, terceira geração de presidentes da irmandade, enquanto rainhas e aias se ajeitam dentro de casa. “Havia sete traineiras tripuladas por pessoal de cá. Era rara a casa que não tinha um pescador”, contabiliza João Tomé. “A partir de 1986 começam a aparecer as promessas para quem leva a festa”, explica Alves, com a irmandade a contribuir com algumas centenas de euros para ajudar o mordomo de cada ano, dinheiro amealhado por donativos.

Ponto de ordem: estes são mesmo os dias das rainhas – e das avós. Inês de Maria Jorge é agora rainha onde a avó, a professora Adélia, também o foi em 1960, usando a primeira capa em veludo feita por Maria de Lurdes Costa; Beatriz veio de Lisboa com os pais e a avó materna, Maria do Rosário Almeida, emocionada ao dedilhar o trabalho de Silvina antes de as meninas se vestirem; e Ana Rita é rainha numa terça-feira e aluna do 10.º ano com um teste de Matemática na quinta. As amigas de Lisboa estão curiosas sobre o que é isso de ser rainha no Pico? “Eu já tinha interiorizado a ideia há uns anos, porque já

sabia que ia ser”, explica na manhã de terça-feira, enquanto lhe penteiam o cabelo para segurar a tiara. “Achei engraçado e a minha avó ia gostar que eu participasse.” À distância de meio Atlântico, “não era uma coisa que me imaginava a fazer”, sorri, ladeada pelas capas preciosas deitadas no sofá e protegida da azáfama que domina a casa.

Não há confessos imaginários de princesas Disney nem de concursos de beleza à americana que se intrometam no papel que estão a desempenhar – apesar do livro de Cindrela que Beatriz tem poisado na cozinha e da televisão que mostra todos os dias imagens de pequenas rainhas de beleza e de misses à procura do sonho americano. Na América, não é bem assim. João Leal recorda “uma das famílias das rainhas, em San José, estava muito à espera que chegasse alguém de Hollywood. Há muito esse imaginário, o *glamour* associado às festas”, à descoberta. A dimensão de espectáculo nesta freguesia em que hoje praticamente só quem lá vive ou lá viveu assiste às festas não terá tais aspirações.

“Fui sempre criada com as coroas e portanto as capas do Espírito Santo e ser rainha era mesmo só isso”, explica Ana Fagundes, 35 anos, duas vezes rainha. “Depois explicaram-me a tradição que foi introduzida pela Emily Cabral, que tinha sido miss Cabrillo [em San Diego] e desfilou com o seu manto de miss na procissão nas Ribeiras, e aí começou-se a tradição das capas.” Hoje, Ana é da Irmandade da Trindade, em Santa Bárbara, e assistente técnica no Museu dos Baleeiros, nas Lajes do Pico, onde

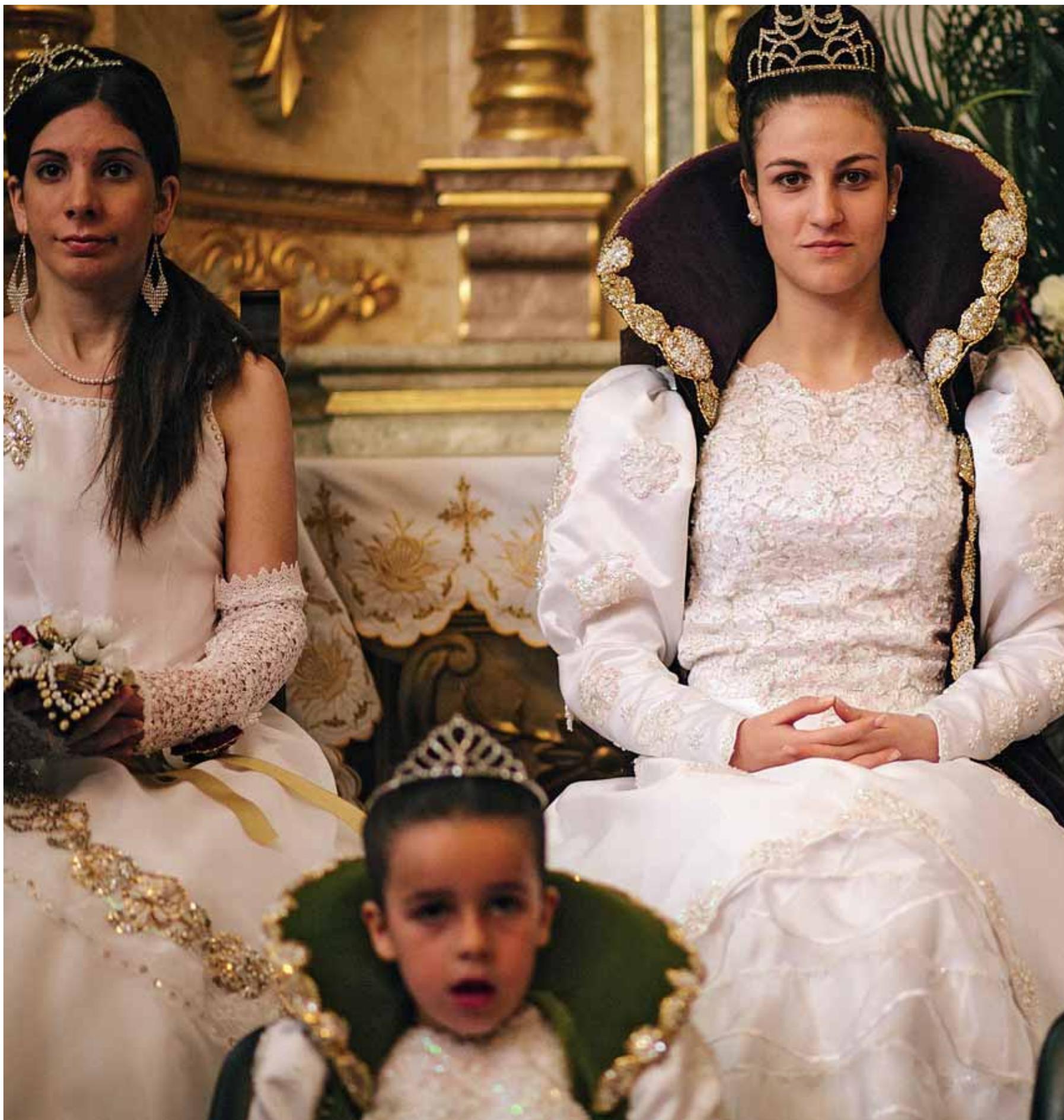
em 2010 se fez a primeira exposição de capas do Espírito Santo. A mais visitada do museu.

A ilha do Pico está, portanto, cheia de rainhas. Durante muito tempo, diz João Leal, a rainha “fica ali confinada ao lugar das Ribeiras e só depois dos anos 1960 é que se espalha para o resto da freguesia, como Santa Bárbara, e depois para freguesias do Sul do Pico, como as Lajes, a Piedade”. Hoje encontram-se nas cozinhas dos restaurantes, nos museus, nos aviões que saem da ilha após as festas de regresso a outras paragens que agora são “casa”. Cada uma carregou capas feitas à mão, que deslizam sobre plásticos na rua para não se estragarem no alcatrão, laboriosos projectos que chegam a envolver famílias e estações do ano inteiras, espelhos do trabalho árduo e gratuito da comunidade em torno da festa. Sênior Tomé: “Não recebem nada, é tudo por devoção.”

O trabalho pode pagar-se em lágrimas ou nos agradecimentos dos mais velhos ou acamados que recebem as sopas de massa sovada e caldo de hortelã e canela antes da missa. Na terça-feira após o domingo de Pentecostes, quando Beatriz e Ana Rita saem para a rua com duas capas novas que dona Silvina lhes fez, um punhado de comadres chora na beira da estrada. “Aquele verde é tão bonito”, diz uma, benzendo-se à passagem da compenetrada Beatriz com a sua capa de azeitona, e de Afonso, o seu rei de veludo verde de olhar claro e melancólico.

“Mas que coisa linda, linda, linda, linda. O Luís vai pôr a capa no museu”, comenta outra, lágrimas a cair duas a duas, sobre o manto cor

Na Igreja de Santa Cruz das Ribeiras, as rainhas de terça-feira, Ana Rita e Beatriz, e o rei de veludo verde Afonso Tomé



de vinho que Ana Rita estreia. O pai, Luís Silva, filho de Silvina, quer depositar a capa da sua filha no Museu do Traje, em Lisboa, em honra da arte da sua mãe.

A antropóloga Filomena Silvano, especialista em cultura material e que esteve com João Leal no Pico, identifica “uma noção recente de que as rainhas são património local”. A candidatura a património imaterial da humanidade da UNESCO, ao mesmo tempo que a da paisagem vinícola do Pico, ficou pelo caminho. Mas Fátima Rodrigues, do Museu dos Baleeiros, diz que “o museu está a ser motor do início de um levantamento para uma potencial” nova candidatura das festas do Espírito Santo e, em

particular, das capas e rainhas do Pico.

Este ano houve duas capas novas e uma *vinstage*, mas nas últimas festas volta-se muito às antigas. Não só por questões financeiras – podem chegar aos três mil euros e os materiais, mais acessíveis do que no passado em que chegavam a vir dos EUA, nunca custam menos do que umas centenas –, mas pela sua própria natureza. É que, diz a antropóloga, “aquela capa não é só da pessoa, é um valor inalienável que também é da família”, “um bem cerimonial guardado” que só por vezes circula na família, ou entre os mais próximos.

“Sénior foi rei”, aponta o dedo de Silvina, enquanto nas traseiras do salão de festas se

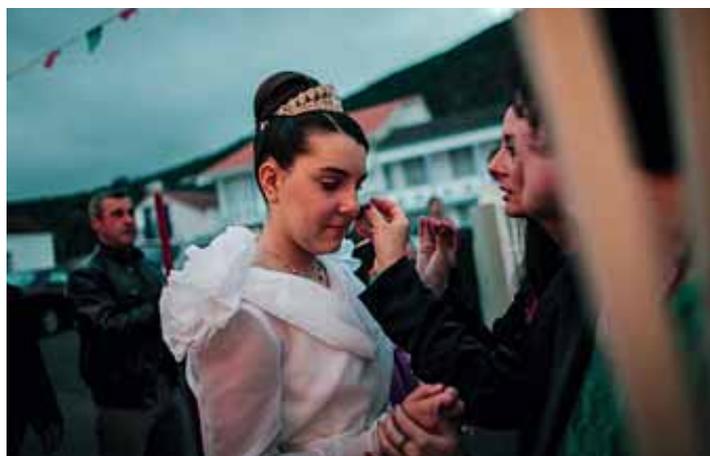
assa frango para alimentar as dezenas que trabalham em vésperas da festa. “Nunca empretei”, reage o neto denodadamente.

As rainhas chegaram a ser consideradas “uma aberração, uma afronta, isolando Santa Cruz nesta inovação”, como nos explica no “jantar” de segunda-feira o diretor do museu, Manuel Costa, natural das Ribeiras. Tão convicto da qualidade da carne que temos de provar quanto da “marca genial cultural dos Açores” que são estas festas – “é a mais profunda, tem um carácter identitário” –, Manuel Costa é um anfitrião automático das festas e suas rainhas. Explica-nos os confeitos de funcho e açúcar que enfeitam os pratos e enchem

as coroas na procissão, mas também as resistências que as rainhas geraram e de como foi esta freguesia “ceder à vertigem da capa”.

Ao fim do dia morno de terça-feira, e antes da bênção das rosquilhas (centenas, doadas por cada irmandade e empilhadas no chão do Império – as pequenas capelas do Espírito Santo que pontilham toda a ilha), o padre Paulo Baptista descreve as festas do Espírito Santo pelas suas raízes ancestrais e como sendo “do povo, de inculturação”.

É o pároco de Santa Cruz desde Setembro e leu o que os seus colegas escreveram sobre estas festas, aqui e noutras ilhas. “No meio disto tudo, havia abusos. Nas homilias em louvor



Na foto em baixo, Inês de Maria, a rainha da Irmandade da Segunda-feira, numa cerimónia na noite de sábado; nas restantes fotos, os mais jovens de Santa Cruz no dia da Festa de Terça-feira

do Espírito Santo [os sacerdotes], salientavam sempre que não houvesse excessos e folclore – no vestuário, na bebida, na comida – só pelo brilho da fotografia e do turista. Para que não se desvirtuasse o espírito inicial da coisa.” Turistas, não há muitos nas Ribeiras. Os viajantes nórdicos dos Açores querem é baleias sem caça, vulcões e caminhadas.

Das outras viagens da ilha, entre a América e o Pico, brotaram rainhas. E elas, que João Leal chama Viagens de Volta, geraram “nas Ribeiras um grupo especializado de costureiras que trabalham para as festas”. “Há um processo de ida e volta permanente” de materiais e técnicas entre os Açores e os EUA. Os vestidos

usados nas procissões vêm em parte do contacto com as *quinceañeras* mexicanas nos EUA – as raparigas que, ao festejar os seus 15 anos, marcam a passagem de meninas a mulheres –, diz Filomena Silvano, mas também muito “do vestido das meninas que iam de santas, de anjinho, de primeira comunhão, o do casamento e o da comunhão solene”.

Quanto às capas, remetem para as das santas e da Rainha Santa Isabel, uma figura central nestas procissões nas Ribeiras e que é fruto, diz João Leal, de “uma racionalização *a posteriori*” que liga não só a história de caridade daquela monarca às festas do Espírito Santo, mas também agora às meninas que, com man-

tos e pequenas coroas, levam flores e um pão doce nas mãos. Na terça-feira, a rainha santa era a ruiva Erica, de manto lilás e orquídeas viçosas nas mãos, sob o olhar do padre Paulo Baptista, que identifica as rainhas e as festas com uma “tradição que veio do continente através da Rainha Santa Isabel, que foi o início das festas do Espírito Santo – elevando à dignidade divina aquilo que era o sentido da pobreza e da caridade. Na teologia, ser rei ou rainha significa apenas o sentido do serviço da partilha, é esse o sentido simbólico disto”.

Às costureiras, as festas aguçaram o engenho. Não havia “uma tradição de prática artesanal sofisticada”, apurou Filomena Silvano, e

elas aprenderam entre si, vendo coisas lá fora ou “inventando”, como diz enquanto borda Maria de Lurdes, que esteve com o marido, homem do atum, em San Diego de 1975 a 1983. “No entanto, os modelos imagéticos são os do artesão sofisticado, os reis, o cinema e imagens que vão buscar aqui e ali. Elas inventam, com os meios técnicos que conhecem, maneiras de fazer coisas cujos modelos são o que contemporaneamente chamamos alta-costura.”

Tal como há na freguesia quem faça capas e vestidos há mais de 60 anos, também há quem faça as sopas há quase 30. Desde sexta-feira que há merendas e procissões e rainhas e almoços na freguesia. No domingo, na Piedade,



na ponta leste da ilha de São Jorge coberta de nuvens sempre à espreita, por entre os campos verdes reticulados a negro vulcânico, solta-se o tal odor de canela. “Cheira a sopas!”

A ilha está em festa, da Madalena (a oeste) às Ribeirinhas (a nordeste), durante a semana que rodeia os domingos de Pentecostes e da Trindade, e a comida desempenha um papel igualmente importante. E trabalhoso. A música da filarmónica é uma constante, rua acima, rua abaixo, durante as procissões. José e Maria ou São Nicolau, melodias que nos transportam para um espaço afectivo entre um cinema paraíso e o presente, tornam-se na banda sonora destes dias no Pico. Dias que começam a ser cozinhados cerca de uma semana antes por dezenas de roda do pão, dos caldos e da carne. São o sumo do “jantar” que se serve segunda e terça-feira nas Ribeiras após a missa e a procissão.

Fernando Goulart está reformado, mas aos 62 anos já fez de tudo – muito desse tudo no mar, claro. Terça à tarde, com centenas no salão a comer as sopas que o Goulart amassou, tem a cara inchada da falta de sono e as mãos ainda mais entumescidas de tanto tacho na cozinha da Sociedade de Recreio Filarmónica Ribeirense. Sendo tesoureiro da Irmandade da Segunda-feira e tendo também preparado o repasto da véspera, voltou a acordar às 4h30 para ajudar nas sopas de pão doce, caldo com tomate, canela, pimenta da Jamaica e hortelã. Diz que o tempero não é assim tão difícil, e dá-nos a receita.

“Do que eles”, os que não aceitam revezar-se com ele ou tomar-lhe o lugar, “têm medo é da

responsabilidade. Medo de fazer isto para tanta gente”. Isto da devoção (ao Espírito Santo e à sua terra, não aos temperos) já lhe vem do pai e dos avós. “Nunca levei um cêntimo a ninguém. Nem aceito que me perguntem quanto é.”

Lá dentro, raparigas e rapazes vindos de várias pontas do mundo, mas todos das Ribeiras, afadigam-se a servir com os seus aventais floridos, também obra de dona Silvína. A mãe de Sénior, Maria de Lurdes, a tia Nizalda e muitas suas grisalhas ajudantes estiveram dias com as mãos na massa para a bater e a deslizar forno dentro, dando-lhe cortes sábios e cobrindo-a com a indispensável folha de inhame. O mesmo cenário se viu na casa da Irmandade da Segunda-feira, que hoje já descansa, com outras obreiras.

Nas padarias da região, e em algumas casas, fazem-se as rosquilhas. São mais de duas mil entre as duas irmandades, um punhado delas ainda levado à cabeça em cestas engalanadas pelas mulheres na procissão final do dia – antes eram muitas mais, tal como eram muitas menos as rosquilhas feitas na padaria.

Há dias que os foguetes são estampidos constantes cujo fumo sobe entre o verde e o azul da ilha, talvez a tentar atingir o Pico, impávida montanha de cacau. Mais um marinho lança mais um foguete. Os seus filhos estão cada vez mais noutras lides. A culpa do vazio que as festas deixam, uma vez partidos



os que só no Verão voltam à terra, diz João Tomé, já não é da emigração. “Ultimamente não tem havido muita emigração, tem havido muitos mortos. A população está muito envelhecida e morrem 20 e nasce um.”

No final do “jantar” de segunda-feira, perto de umas fartas 16h, Manuel Tavares agradece ao Espírito Santo, voz embargada e olhos marejados, a presença dos filhos e de todos os que ajudaram a mais uma festa, e lembra quem já desapareceu. À mesa de terça-feira,

Depois das procissões e da missa das 13h, cerca de 400 pessoas juntaram-se no salão para o “jantar” da Irmandade da Terça-feira; à direita, o dia finda com um arraial, precedido pela saída das rosquilhas do Império e distribuição das mesmas pela freguesia



a emoção repete-se nas palavras curtas de Sénior Tomé. Ambos os mordomos têm as suas rainhas à mesa e fazem a ligação entre o passado e quem há-de continuar a tradição – esperam e não param de acreditar. Os gastos, mas sobretudo a distância geracional e física, são os seus inimigos.

O sol começa a pôr-se devagarinho em Santa Cruz, rosquilhas já ao fresco nas carrinhas de caixa aberta que as vão distribuir, enfeitadas com rosas e orquídeas. Vitória, que foi aia durante o dia, anda por aí a brincar, Beatriz também, ambas com os seus cinco anos já sem capas nem vestidos brancos, nem ceptros, nem pose. À saída da missa, a meio do dia, tinha puxado a saia à mãe, Karen Goulart, rainha da Terça-feira em 1993, para lhe perguntar: “Quando é que eu vou ser rainha?” A banda continua a tocar frente ao Império, entre novos e velhos, meio ao sol, meio à sombra. *José e Maria* já ficou para trás, agora é altura de arraial e a filarmónica atira-se a um tema que também foi grande nos anos 1980 e que recentemente foi ressuscitado por uma série de televisão adolescente. A música que se ouve quando saímos de Santa Cruz é *Don't Stop Believin'*, dos Journey.

 **Ver fotogaleria em**
www.publico.pt

Reportagem financiada
 no âmbito do projecto
Público Mais
publico.pt/publicomais



2



ENTRADA NA UE
DEPOIS DA GUERRA,
A CROÁCIA
SEGUE EM FRENTE

PÚBLICO, DOMINGO 30 JUNHO 2013

ENTRE O FANTASMA DA GUERRA A CROÁCIA CHEGA À UE NO "FIM



Amanhã, a Croácia será o primeiro protagonista da Guerra dos Balcãs a aderir à União Europeia, cidade quase na fronteira com a Sérvia, vítimas e carrascos da guerra cruzam-se nas ruas e que a televisão e o turismo continua a florescer. Entre o veterano Enver e a família Kotiga, há 500 quiló

JOANA GORJÃO HENRIQUES TEXTO **NELSON GARRIDO** FOTOGRAFIA, NA CROÁCIA

E O TURISMO FLORESCENTE, DA FESTA"



ia. Da ponta mais a leste, à ponta mais oeste, a distância não é apenas geográfica. Em Vukovar, qualquer conflito provoca tensão. Na península de Ístria, perto de Itália, viram-se os combates pela metros e um país de opostos que traz tensões étnicas, minas, trufas e mais de mil ilhas para a UE

Enver Arnautovic anda com o passo acelerado de quem tem o sangue a correr rápido nas veias. Marcou encontro num café que parece um bar – música aos berros, ambiente escuro. Depois de um “olá” caloroso põe-nos às voltas na estrada de terra no centro de Vukovar e leva-nos a outro café onde o amigo-tradutor o espera.

Nota-se que lhe é difícil estar parado por muito tempo. Sentado, as suas mãos nunca estão quietas – mexe nos cigarros e no isqueiro, fuma, mexe em papéis. As unhas estão roídas. A barba está impecavelmente feita e o cabelo curto tem uma crista subtil. Debaixo do olho esquerdo, Enver tem uma tatuagem na qual se fica vidrado: uma pequena lágrima. Imaginamos um desgosto de amor algures na sua vida. Quando lhe perguntamos o que significa, responde que é pessoal. Porém, agarra no telemóvel, vai à Wikipédia e mostra-nos: um dos significados é este tipo de tatuagem ser usada por quem já matou alguém, sinal de arrependimento. É isto?, perguntamos. Está arrependido pelas mortes que provocou durante a guerra dos Balcãs (1991-1995)? De certa forma, responde. Mas na guerra ou se mata ou se é morto. “E nunca matei nem crianças nem mulheres. Quando podia, atirava para as pernas dos soldados.” Por outro lado, “não nos arrependemos quando estamos a defender o nosso país”.

Enver é um homem encorpado mas não muito alto. Vê-se que pratica exercício físico para se manter em forma. Quando fala, o tom de voz é doce, o que o torna desconcertante. Dirá a determinada altura que é um homem bom, quer dizer, com bom coração. O que faz um homem ter necessidade de o afirmar a estranhos? A guerra. E o facto de ter dito antes que se for preciso está disposto a pegar em armas outra vez.

Há um lado contraditório neste nacionalista de extrema-direita que torna complexo tirar-lhe a fotografia, como se diz, em primeiro lugar, pelo facto de não o conseguirmos imaginar a ser tão radical quanto as ideias que defende. Por mais que os sinais de inquietação estejam à vista na sua expressão corporal.

Aos 38 anos, identifica-se com a extrema-direita porque é a única ala política bem definida. Lembramo-nos de como a Croácia colaborou com Hitler. Será ele herança disso? Diz que não. Mas na extrema-direita os dirigentes e militantes não estão interessados em dinheiro, portanto não vão roubar nem vender o que o país tem de valioso (como os seus recursos hídricos), diz. Na extrema-direita está o lado certo, e estar do lado certo é salvar a identidade nacional da Croácia. Na extrema-direita defendem-se os direitos morais, em perda num país em que se é mais respeitado se se for um criminoso do que um árduo trabalhador, queixa-se. Enver quer os valores morais de volta – e a extrema-direita dá-lhe isso. O resto da política está revirado.

“Revirado” é uma palavra que serve para descrever a cidade onde vive, Vukovar. Na ponta leste da Croácia, quase na fronteira com a Sérvia, Vukovar foi devastada pela guerra. As imagens de arquivo a seguir à conquista pelas tropas do exército jugoslavo, dominadas pelos sérvios, a 18 de Novembro de 1991, mostram a devastação: edifícios feitos em carcaças, ruas cobertas de despojos de pedra, corpos mortos enrolados em panos.

A cidade ficou cercada pelos sérvios durante três meses. Seria alvo do pior massacre na Europa desde a II Guerra Mundial: mais de 200 pessoas que se tinham refugiado no hospital, na esperança de serem resgatadas, foram levadas pelas tropas para o campo de concentração a um par de quilómetros dali, em Ovcara. Seriam torturadas, exterminadas e enterradas



numa vala comum. Milhares foram deportados e muitos desapareceram. Número estimado de mortes depois do cerco: entre quase 1800 e cinco mil.

Enver foi um dos que decidiram, aos 16 anos, juntar-se como voluntário ao exército para defender a Croácia. Era um anão a lutar contra Golias: cerca de duas mil pessoas no exército croata *versus* quase 36 mil do jugoslavo a seguir ordens dadas pelas políticas nacionalistas dos presidentes Slobodan Milosevic (Sérvia) e Franjo Tudjman (Croácia).

Por querer autonomizar-se da Jugoslávia – uma federação comunista formada a seguir à II Guerra pela Sérvia, Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina e Macedónia que esteve sob a mão de ferro do Presidente Tito até à sua morte em 1980 –, a Croácia seria ocupada por uma Sérvia que se afirmara como líder. A guerra duraria quatro anos e ficou marcada como um dos conflitos étnicos e religiosos mais violentos do final do século XX na Europa, dando origem a crimes de genocídio – alguns ainda hoje continuam por julgar. A guerra acabou com a Sérvia vista como a grande culpada, mas a Croácia não seria ilibada. Uma das maiores polémicas em relação à Croácia são as mortes e “limpeza” de sérvios em Krajina, durante a Operação Tempestade em 1995 (centenas de mortos, milhares forçados a sair de suas casas). O número estimado de mortos da Guerra dos Balcãs é de 140 mil – na Croácia é de 20 mil, mais dois mil desaparecidos.

Quando as tropas ocuparam Vukovar, Enver deslocou-se ao hospital para ajudar e ali esteve durante “uns dois, três dias”. Numa visita guiada ao espaço que foi hoje transformado em museu, Enver explica como é que os sérvios dividiam as pessoas à saída para Ovcara: mulheres e crianças para a direita, homens para a esquerda, para serem postos num autocarro em direcção ao campo de concentração.

Ele e muito poucos escaparam. Teve a sorte de a directora do hospital dizer às tropas que ele era menor – portanto, na hora da divisão, deslocou-se para a direita. Nos anos seguintes, Enver não conheceria, porém, outro mundo que não o da luta armada. Perdeu a adolescência. Não teve namoradas. Não andou nos campos de basquetebol a divertir-se. Andou antes de batalha em batalha, até à Bósnia, a defender o seu país – e a atacar quando era caso disso.

As memórias desse tempo transformaram-se no que os médicos diagnosticaram como stress pós-traumático. Enver não o sente. Mas vive a guerra diariamente, porque em Vukovar se depara com “pessoas que nos atacaram”. Vítimas e carrascos cruzam-se na rua, olhos nos olhos.

Tem saudades do companheirismo da guerra. As pessoas eram mais honestas, diz. Na guerra eram todos iguais, o lado material não significava nada para ninguém: só a vida contava. Era o tempo do “*brothers in arms*”, soletta em inglês nas poucas palavras que sabe nesta língua. No telemóvel, mostra-nos as armas que disparava nos tempos em que era soldado.

Foi há mais de 20 anos, mas hoje as cicatrizes da guerra continuam abertas em Vukovar. Em todos os sentidos: na cidade, e em pessoas como Enver. Há qualquer coisa de anacrónico nesta cidade que amanhã vai entrar na União Europeia.

À chegada ao centro, entramos por uma estrada em terra batida, há obras e edifícios esburacados por balas. Num deles, alguém vem àquilo que já foi uma janela regar um vaso de sardinheiras encarnadas. A imagem transporta-nos para o quotidiano de uma população a tentar recompor-se entre os escombros.

A tensão contida sente-se no ar, talvez porque seja meio da tarde e no café, escuro e com

ambiente de fumo de tabaco, vários homens estejam sentados a beber. A Croácia tem uma taxa de desemprego de cerca de 20% e Vukovar é a quarta cidade com os números mais altos.

Há uma tranquilidade que vem do rio Danúbio, verdíssimo. As pessoas passeiam lentamente na rua, não aparentam um andar apressado como nas grandes cidades. Nas cafetarias, os gelados de bola têm cores artificiais. No supermercado, os produtos que vemos em qualquer cadeia europeia ainda não tomaram conta das prateleiras.

Em tempos parte do império Otomano, do Império Austro-Húngaro, da Jugoslávia, em tempos uma zona rica onde várias nacionalidades confluíam (sérvios, croatas, húngaros, eslovacos...), a cidade está ainda a reerguer-se lentamente de um dos conflitos étnicos mais violentos na Europa. Esteve desde o fim da guerra e até 1998 sob alçada das Nações Unidas, até passar de novo para a Croácia.

Geograficamente, está hoje dividida em bairros de croatas (católicos), de sérvios (ortodoxos) e mistos. Também na escola primária as salas estão separadas por quem aprende em croata e quem aprende em sérvio – os croatas usam o alfabeto latino, os sérvios o cirílico (parecido com o russo). A meio da manhã, crianças repetem em coro algo que parece ser a tabuada. Para quem desconhece a língua, não é possível reconhecer o que dizem, mas consegue perceber-se num ápice que há uma coisa que distingue esta escola: o edifício continua completamente esburacado pelos ataques de há mais de 20 anos.

A divisão na escola é aparentemente aceite pela população. Mas nem tudo o que é direito adquirido, como o ensino separado por causa da língua, é pacífico em Vukovar. Segundo a lei, quando uma localidade tem mais de 1/3 de população de uma minoria étnica, tem também direito a usar a sua língua, e isso implica ter os sinais de rua no seu alfabeto – e os sérvios, que na Croácia formam 4,5% da população, em Vukovar representam oficialmente 33%.

Depois de o Governo anunciar que os sinais seriam bilingues, um grupo de veteranos de guerra, no qual Enver participou activamente, exigiu a excepção em Vukovar. Protestou em honra das vítimas, levou à rua milhares de pessoas: 25 mil em Zagreb, em Abril; mais de 20 mil em Vukovar em Fevereiro, segundo as agências de notícias.

Enver diz que não deixará a câmara municipal colocar uma placa à entrada da cidade a dizer “Vukovar” em latim e em cirílico. Está preparado para voltar a usar a violência. Cirílico na cidade? Nunca. Quando invadiram Vukovar, os sérvios trouxeram bandeiras com o alfabeto em cirílico, diz. O cirílico está ligado à agressão sérvia, à morte de croatas. Se aparecerem sinais na rua neste alfabeto, isso vai levantar a questão da nacionalidade, algo que o preocupa. Pode, no futuro, representar a obrigatoriedade de todos os croatas aprenderem cirílico para conseguirem arranjar emprego, teme. E muitos sérvios, além do mais, andam a enganar as autoridades: registaram-se para ganhar benefícios sociais, mas não vivem na cidade.

A União Europeia devia estar de olhos postos neste problema, continua ele, em sinal de alarme: as pessoas que não vivem aqui (sérvios) vão usar esse estatuto para viajar e imigrar para os países europeus. “Eles querem ter o cirílico porque querem ter a sensação de vitória da guerra. É uma reivindicação de uma minoria – nem todos os sérvios querem o cirílico. Toda a gente quer que Vukovar seja o sítio especial da



À esquerda, em cima, Enver Arnautovic, croata nacionalista e veterano de guerra, que é contra o cirílico na cidade usado pelos sérvios, como Sasa Bjelanovic. À direita, Zagreb e Vukovar, em baixo

Croácia por causa de todas as vítimas, e eles não têm o direito moral de ter o cirílico.”

Enver exige justiça para os crimes de guerra, algo que não está a acontecer na sua opinião (muitos julgamentos continuam por fechar). Ainda é cedo para dar passos como ter cirílico na cidade. “A guerra pode acontecer de novo. Nós estamos prontos. Talvez não a guerra com armas, mas se eles puserem os sinais em cirílico eu tenho o jipe e vou lá destruí-los. Eu e os outros.”

Os sérvios provocaram e “num mês” deita-

ram por água abaixo todos os anos que passaram a tentar reconstruir as relações com os croatas, diz. O tradutor faz-nos uma pergunta, que não percebemos se é de sua iniciativa ou de Enver, apesar da insistência para nos clarificar. “E se no seu país viesse um povo e matasse 30% da população e anos depois viesse com exigências de que quer este e aquele direito?”

Enver quer explicar-nos tudo o que puder sobre o cirílico para que, se daqui a uns meses Vukovar se tornar de novo numa zona de guerra, percebermos porquê. Ao longo da conversa,



é difícil distinguir se esta prontidão para o conflito é real ou só uma ameaça. Quantas pessoas estarão dispostas a lutar? Muitas, responde. Na Croácia, há várias associações de veteranos de guerra que apoiam a causa e conseguem mobilizar milhares para Vukovar num par de horas, garante. Será a entrada na União Europeia um passo em frente, irá pacificar a tensão entre sérvios e croatas? A UE irá roubar as coisas que a Croácia tem de bom, diz. E a Croácia já faz parte da Europa, com ou sem UE. Enver é um nacionalista, não quer a Croácia na UE.

Hoje dedicado à produção de abelhas, Enver esteve no exército até 2005. Passou os “melhores anos” da sua vida em batalha. Teve de crescer rapidamente. Podia ter seguido o boxe ou a música, duas coisas de que gostava na altura, conta com riso meio nervoso e infantil. Podia ter-se tornado violento, mas diz que isso não aconteceu. É um homem bom, repete. Tem amigos sérvios, e faz a separação das pessoas entre “boas” e “más”, não entre sérvios e croatas. “Sou casado, tenho três filhos e não olho para as pessoas segundo a cor ou nacionalidade, mas se são boas ou más.” Não quer que as suas crianças passem pelo que ele passou, “croatas e sérvios a lutar entre si”.

Afinal, “a guerra não acabou depois de acabar”.

Segundo o Serb National Council (SNC), um órgão que actua como uma espécie de governo autónomo dos sérvios, esta minoria – a maior na Croácia (embora tenha passado de 12,5% antes de 1991 para 4,5% actualmente) – continua a ser altamente discriminada na Croácia. Aos sérvios foram retiradas habitações sociais, terras, propriedades e

direitos – além de cerca de mil terem sido mortos. Vários tiveram medo de regressar às suas casas, muitos continuam a ter dificuldade em arranjar emprego, outros tantos escondem a sua origem. A lista de queixas enumeradas pelo SNC sobre discriminações é grande. Durante a campanha para as eleições municipais, que acabou com a eleição do novo presidente da câmara em Maio, havia uma tensão permanente na cidade, diz o servo-croata Sasa Bjelanovic, director da organização não-governamental Youth Peace Group Danube, que promove actividades para jovens de todas as origens em Vukovar. Pela primeira vez desde o conflito nos anos 1990, teve medo durante os protestos contra o cirílico. “Havia uma sensação de que a guerra ia acontecer amanhã.”

Quando passeava, notava medo nos rostos. Sobretudo depois de o grupo de veteranos de guerra, do qual Enver faz parte, ter incentivado as pessoas a pegar em armas, acusa. “Não nos podemos sentir confortáveis com isso.”

Com dois metros de altura, Sasa vai cumprimentando várias pessoas na rua e na esplanada onde nos sentamos, no centro. Conhece muita gente. Talvez por isso fale baixo durante a entrevista. A sua versão é que a cidade não está dividida como os *media* a pintam. A maioria das pessoas vai aos cafés sem saber se é de um sérvio ou de um croata, conta. Mas mostra-nos no mapa as divisões dos bairros, mostra-nos a escola onde alunos croatas e sérvios têm aulas em salas diferentes. Expressa preocupação quando fala do que viu e sentiu durante os protestos contra o cirílico.

A sua posição sobre o tema é moderada: se fosse algo pacífico, uma espécie de presente da maioria para a minoria, ele concordaria com a introdução do cirílico. Se é para avivar conflitos, ou para desempenhar o papel de bom

aluno para a União Europeia, então o melhor é deixar as placas como estão. Até porque já há vários edifícios, que eram de sérvios, com placas em cirílico. Passeamos em Vukovar e vemos alguns prédios com inscrições em cirílico, sim, mas não tantos como estávamos à espera: do que se trata, agora, é de ter sinais de rua bilingues, não apenas de inscrições nos edifícios.

Nascido em Vukovar, Sasa tinha 15 anos quando a guerra disparou. Durante a noite, ouvia explosões. Vivia com a mãe e o irmão porque o pai tinha ido para Zagreb montar um negócio. Durante a ocupação, saía à rua com os amigos para ver o que se estava a passar. Até ali, os pais nunca lhe tinham dito que era sérvio. “Pensava que era jugoslavo.” Depois vieram as explicações. O irmão foi para o exército. Ele foi enviado para casa da tia, perto de Belgrado, onde o pai nasceu e onde costumava passar todos os Verões. Via a guerra através da televisão. “Comecei a ver as pessoas do meu bairro mortas. Estava sempre à espera do que viria a seguir.”

A polémica do cirílico não passou de manipulação, defende. Esta palavra é, de resto, uma constante no seu discurso. Usa-a várias vezes para falar da história da guerra na Jugoslávia. Manipulação de quem? No caso actual, acusa o partido HDZ, a União Democrática Croata, conotado com o nacionalismo, de ter criado o protesto liderado pelo grupo de veteranos, uma força social poderosa no país capaz de bloquear decisões. “No sábado anterior às eleições, representantes do HDZ leram uma carta em que diziam que, se o partido no poder ganhasse, haveria cirílico nas ruas, as pessoas podiam abandonar as suas casas e os sérvios iriam ocupar de novo Vukovar. Podia ver-se o medo nos olhos das pessoas que não percebiam

Benussi Domenico, pescador da minoria italiana em Rovinj, cidade que escapou intacta à guerra. Ao lado, Vukovar, completamente destruída em 1991 e ainda hoje a recuperar. À direita, Iva e Petra, duas jovens de Zagreb que viveram a guerra na adolescência: uma através da televisão, outra recebia soldados em casa





o que ia acontecer. E muitos sérvios também estavam a sentir medo, porque não exigiam o cirílico.”

Sobre o passado, não se percebe claramente quem é que ele acusa de manipulação: se os sérvios, se os croatas, se ambos. “Provavelmente ninguém sabe a História verdadeira”, comenta.

Quando arrancamos de Vukovar, é fim de dia. O último sítio a visitar para uma sessão fotográfica é a Torre de Água, que antes da guerra era um restaurante com vista panorâmica. É uma enorme estrutura com uma espécie de nave no topo, que se vê de toda a cidade. A bandeira da Croácia balanceia no topo do edifício esburacado. Em Vukovar, os que sobreviveram, os que nunca viveram o conflito senão por histórias, convivem ainda hoje, afinal, com a guerra de há mais de 20 anos.

Na estrada nacional a norte, que liga Vukovar e Zagreb, a paisagem insiste em mostrar-nos os contrastes da Croácia: campos a perder de vista com um verde avassalador, quilómetros e quilómetros em que as povoações não têm cafés ou pontos de reunião à mostra, são apenas casas à beira da estrada numa arquitectura feita de tijolos laranjas, sem estarem pintadas.

O encontro com Iva Tkalec, 30 anos, é na Praça Ban Jelacic, junto à estátua de um dos heróis nacionais que lhe dá o nome. É o coração de Zagreb e parecida a muitas outras praças europeias: uma estátua no meio, edifícios antigos e modernos à volta, lojas de marcas internacionais, transportes públicos (em azul) a circular. A arquitectura lembra a de cidades da Europa Central, como Budapeste ou Viena de Áustria.

Com quase 800 mil habitantes, Zagreb dis-

tingue-se, porém, pela luz, mais mediterrânica. É também, como muitas cidades cosmopolitas, cercada de auto-estradas, com centros comerciais à volta.

Apesar de ter passado por alguns momentos de batalhar, Zagreb não viveu a destruição de Vukovar. Entre Vukovar e a capital a distância de quase 550 quilómetros não é apenas geográfica.

Iva Tkalec tem memória de abrigar soldados em casa, perto da base militar, fora do centro. E de um dia, quando finalmente aprendeu a desenhar a estrela-símbolo da Jugoslávia, lhe disserem que afinal “já não havia estrela”. “Eu fui para casa chorar, gostava mesmo das estrelas”, conta, a rir.

Iva leva-nos para a zona de bares que ela diz ser tipo Bairro Alto, em Lisboa (é uma fã de Portugal), e senta-nos no seu preferido. A vida dos croatas citadinos passa por isto. Podem não ter dinheiro, mas há sempre algum para o café, os copos e os cigarros. Isto faz, de resto, parte da mentalidade dos Balcãs, um lugar instável, onde as fronteiras estavam sempre a mudar mas as pessoas sobreviveram e sempre encontraram forma de sair à rua, fazer amigos e ir a festas, descreve. Os amigos discutem sobre quem vai pagar a rodada. E a lei que baniu o tabaco em espaços públicos durou meio ano. “Os negócios, as amizades, as relações acontecem nos bares.”

Cabelos lisos compridos e castanhos-escuros, Iva é uma mulher cheia de energia. É produtora de documentários, sabe os ingredientes que é preciso para contar uma história – as dela saem naturalmente. Fala sobretudo com emoção.

São, de resto, histórias emocionais que ela troca com os amigos sérvios quando o tema é a guerra. Falam apenas de vez em quando do assunto, e sobretudo de memórias, das histórias privadas, de como viveram esses anos, de

onde estavam e do que aconteceu a cada um. “Mas é muito mais difícil falar da perspectiva geral, do que aconteceu realmente, quem é culpado, quais foram as manobras.” Porque é a partir desse ponto que as discussões dispararam. E, tal como Sassa em Vukovar, também ela deixa tudo num ponto de interrogação: não sabe se um dia alguém será capaz de contar exactamente e de forma objectiva o que aconteceu entre 1991 e 1995.

Ela viu o que aconteceu com os seus próprios olhos e lembra-se do que as pessoas diziam na altura. Passados anos, vieram outras versões e deu por si: “Ah, afinal não foi aquilo que eu pensava que era.” No fundo, sabe o que viveu. Mas não qual era o quadro geral político da guerra que devastou países como o dela. “Acho que foi uma grande manipulação.” Mais do que “escavar no passado”, Iva acredita que agora é altura de “sermos espertos e olhar para o que podemos construir juntos”.

Tinha nove anos quando a guerra disparou. E durante esse tempo era um carrossel de adrenalina. Iam à escola, ouviam as sirenes, depois o som dos veículos de guerra no ar, escondiam-se em abrigos. Houve um dia em que chegou a casa com uma granada e mostrou-a ao pai. Sabia que não devia pegar-lhe, mas era miúda. Mudaram-se para o centro. “Uma noite a minha mãe estava a correr na cidade comigo às cavalitas e uma bala quase lhe acertou. Ela ficou furiosa e mandou-me, com uma amiga e a irmã dela, para Itália, até porque não tínhamos escola a maior parte do tempo.” Depois foi para casa da tia na Suíça, a seguir para Viena, onde se encontrou com a mãe. “Cresci a aprender que tudo é relativo, nada é estável e pode mudar durante a noite. Isso é uma coisa que está impresso em mim.” A guerra era fugir, tentar escapar e ter consciência de que poderia perder alguém próximo.



O pai era engenheiro e, antes da guerra, tinha estado a trabalhar no Iraque. A mãe era programadora informática num banco. Iva cresceu com a ideia de ser croata por causa do avô materno, nacionalista, anti-Jugoslávia e “politicamente incorrecto”. “A geração dos meus pais (que teria 35 anos na altura) perdeu os melhores anos das suas vidas, é uma geração perdida. Há os que tinham 16 e 30 anos quando estavam na guerra e hoje têm stress pós-traumático, e na altura em que era suposto irem à universidade, apaixonarem-se, estavam a lutar e a tomar drogas para se aguentarem.”

A geração dos pais ficou “lixada”. A dela, define, habituou-se à instabilidade que, nela própria, se traduz com o facto de ser *freelancer*, por exemplo, e de andar sempre de um lado para outro a viajar.

Os pais eram o que ela descreve como “relativamente apolíticos” e ela herdou isso de certa forma: tem em si “a esquerda e a direita!” Define-se mais como “zangada”. Porque sente que está numa avalanche que não sabe onde vai acabar e que a faz lembrar, aos 30 anos, a incerteza dos pais. Fala quatro línguas, está nos melhores anos da sua vida em termos de produtividade, mas sente que tem as “mãos atadas” e está a “desperdiçar” as suas capacidades. Não é caso único. “Noventa por cento dos meus amigos, que são supercapazes, eloquentes, com licenciaturas, mestrados, doutoramentos, artistas e intelectuais, não arranjam emprego ou trabalham para sobreviver.”

É também eurocéptica: está desiludida com todos os sistemas políticos e em relação à UE acha que a Croácia está “a apanhar um comboio com dez anos de atraso”. “Estamos a fazer tantos compromissos que claro que queremos qualquer coisa da UE e a UE quer qualquer coisa de nós. A Croácia espera receber financiamento, a abertura das fronteiras, mas para a UE é bom ter um novo mercado, negócios fáceis na nossa costa, que é linda. Não vejo os políticos a fazer coisas boas pelo país, vejo-os a ajudar a sua família e amigos.”

Trará estabilidade a um país que esteve em guerra e onde ainda há cidades, como Vukovar, cheias de tensão entre sérvios e croatas? “No outro dia, estava à conversa com um grupo de amigos meus, intelectuais e artistas, e estávamos a dizer que precisávamos de uma revolução. Quer dizer, não temos medo da guerra – vivemos na confusão. Entrar na UE não trará estabilidade, se calhar ainda a vai piorar. Agora os nossos políticos sobrevivem no seu próprio aquário, mas com a entrada na UE a pressão vai ser maior sobre eles. E eles, por sua vez, vão pressionar as pessoas.”

Em Zagreb há um tema comum que os cidadãos que “apanhámos” na rua referem sobre a entrada do país na UE: vai ser mais fácil viajar.

É segunda-feira à noite e os bares estão cheios. Chove no início de Junho, de modo que está vazio um enorme terraço num bar perto da Rua Vodnikova. Mas debaixo do telheiro, e dentro de um espaço amplo, estarão mais de 50 pessoas, jovens dos 20 aos 40 anos. Um estudante-trabalhador diz-nos que é sempre assim, todos os dias, e quando regressamos no domingo seguinte confirmamos: nem o mau tempo desmobiliza os habitantes de Zagreb nas saídas à noite.

Será talvez por estar habituada a este frenesim nocturno que Petra Jurlina, 29 anos, activista, usa a imagem de festa para falar da entrada da Croácia na UE. Se a Croácia tivesse entrado há dez anos, diz, o entusiasmo teria sido outro. Agora, parece que “a festa acabou e chegámos tão tarde que os convidados já se foram embora ou foram para outro clube” e as mesas estão “com garrafas vazias”.



Uma parede de Zagreb onde se contesta o uso do cirílico em Vukovar. Em cima, Rovinj, onde o casario ocre lembra cidades italianas — aqui, a língua não é um problema

A preparação da entrada na Croácia tem sido feita gradualmente, com acesso a fundos (só para desenvolvimento humano recebeu 111 milhões de euros). Petra, que trabalha no departamento de cultura de uma ONG, a Center for Peace Studies (parte da Human Rights House europeia), não está optimista.

Lembra que foram feitas muitas alterações legislativas importantes, nomeadamente na protecção de minorias, por causa da pressão de Bruxelas, mas que grande parte do trabalho se deve ao sector não-governamental, a

grande maioria financiado por instituições internacionais. “A determinada altura, o Governo da Croácia percebeu que era bom ter um sector não-governamental forte, como nas questões que têm que ver com justiça. Os croatas têm sido bastante vigilantes no julgamento dos crimes cometidos pelos sérvios, mas não o suficiente nos crimes cometidos pelo exército croata e pela população à minoria sérvia – e isto é algo que o sector não-governamental tem feito porque as entidades oficiais tendem a tapar os olhos por

razões diferentes, incluindo patrióticas. Acho que a maior parte do país é xenófoba. Não há violência ou incidentes, mas muitos estudos mostraram que, com um nome sérvio, é mais difícil arranjar um trabalho. E isto é muito difícil de provar.”

A entrada na UE, teme, poderá aumentar a xenofobia, porque aviva sentimentos nacionalistas e porque a livre circulação de pessoas poderá trazer ao país imigrantes de várias origens – e ela sente que os croatas têm medo disso.

Ao contrário do que se tenderia a pensar, os jovens, segundo a sua percepção, não são mais abertos. Há inclusivamente grupos que começam a usar símbolos nacionalistas e fascistas e um saudosismo romantizado da Jugoslávia com discursos onde se retrata o nível de emprego e o acesso à universidade daquele período como sendo superior ao actual, conta. Em recessão há quatro anos, segundo o Banco Mundial, a Croácia de hoje tem muita gente que precisa de ter dois e três empregos para sobreviver, diz Petra, também cientista política, que estudou em Zagreb e em Budapeste, como muitos da sua geração. A influência católica no país, onde a maioria da população se assume como tal, é um dos principais motivos que a faz olhar para o seu país como conservador – e onde há uma homofobia que considera preocupante.

“A atmosfera geral não é boa e a entrada na UE não está a mudá-la”, diz. “Ninguém acha que as coisas vão mudar a 1 de Julho.” Para a UE, a Croácia vai “levar” quase 4,5 milhões de habitantes, mais de mil ilhas, gastronomia e vinho, boas praias, paisagens lindas. E a questão das minas plantadas na guerra, “que ainda estão frescas e é um problema de segurança humana”.

A 45 minutos de carro de Zagreb, a área de Karlovac é uma das mais afectadas pelas minas. O Verão chega finalmente e num descampado que é circundado pelo rio uma equipa do organismo estatal responsável pela desminagem do território, o Centro de Minas da Croácia (CMC), fez a despistagem.

Predrag Gbbelja é um homem enorme. Foi soldado e hoje faz aquilo que descreve como a continuação do seu trabalho na guerra: é um dos técnicos de desminagem. A preparação é “simples”: exercício físico, concentração e evitar bebidas alcoólicas para estar com os sentidos todos em alerta. Quando o seu aparelho detecta uma mina, ele pára, fuma um cigarro, tenta perceber que tipo de mina é antes de proceder à acção.

Neste momento, ainda há 74 mil minas no país, segundo o CMC. O problema, diz este organismo, é que as minas não foram plantadas de acordo com os métodos prescritos pela doutrina militar clássica, por isso os registos de onde estão são imprecisos e incompletos.

Em 1997, estimava-se que 23% do território croata estava com minas plantadas, sendo a maior parte floresta e 26% áreas de agricultura. As perdas para a agricultura, por exemplo, são estimadas em 15 milhões de euros anuais.

O plano é ter, até 2019, o trabalho de desminagem concluído. Em 20 dias, a equipa de Karlovac encontrou cerca de 170 minas. Por dia, cada homem encontra uma média de uma a duas. É um trabalho delicado e moroso, para o qual é preciso dinheiro: para se ter uma ideia, em 2012, o Estado croata investiu 22 milhões de euros na limpeza de minas e a UE já contribuiu, desde 1998, com 22,9 milhões.



No solo da Croácia, na península de Ístria, cresce um dos mais caros fungos do mundo, trufas, mas estão também plantadas minas, herança da guerra — um dos locais mais afectados é Karlovac

r de Zagreb em direcção a oeste é como deixar as memórias da guerra dos Balcãs enterradas num país e tempos diferentes. Chegamos à península de Ístria, área que pertenceu ao Império Romano, à República de Veneza no século XIII, ao Império Austríaco desde o século XIX até à I Guerra, à Itália entre 1919 e 1947 e à Jugoslávia até à sua queda. Nota-se que Ístria saiu imune da guerra e a paisagem luxuriante contribui para essa sensação.

É umas das zonas mais prósperas da Croá-

cia. Uns quilómetros antes da placa a anunciar “bem-vindos”, no topo da montanha, olhamos para uma imensidão de mar Adriático a perder de vista à nossa esquerda. Do lado contrário, a famosa pedra branca misturada com o verde da vegetação ergue-se em montanhas. Tudo isto nos transporta para uma Croácia luminosa que vemos nos postais turísticos.

Ao fundo, está Rijek, mas não iremos parar por aqui. A estrada leva-nos a outro ponto turístico em busca de uma das coisas que este país tem de único: trufas. Em Motovun, há um dos



Sentada cá fora, Deana, a filha, fala-nos de uma lenda sobre Motovun: debaixo da terra desta cidade medieval, cruzam-se três linhas e essa intersecção faz com que este seja um dos sítios mais felizes do mundo. No topo desta cidade medieval, cuja arquitectura e cores das casas faz lembrar Itália, ficamos a pensar se esse cruzamento não será mesmo debaixo da casa dos Kotiga. Não que em Motovun não se sinta uma energia especial – sente-se. Mas, quando chegámos de manhã para ir numa caça às trufas com os Kotiga, sentaram-nos à mesa, deram-nos café e bolo e passaram uma boa disposição que é como as trufas, impregna-se.

Miro Kotiga, o pai, e Deana brincam com a mãe, Mirjana. A filha agarra-se à mãe a dar-lhe beijos enquanto Mirjana nos diz que uma das coisas mais importantes para manter a felicidade dos seus filhos é respeitar e estimular a sua individualidade. Deana concorda. Fala seis línguas, e o sotaque britânico é perfeito. É ela quem vai traduzindo incansavelmente a conversa com os pais e com o caçador de trufas, Kristian, no meio dos arbustos, lama e mosquitos que é preciso afugentar durante mais de duas horas de caminhada.

Seguem-nos dois cachorros que Miro está a treinar: o cheiro das trufas, abertas, é intenso, mas debaixo das árvores onde crescem só o faro dos cães (ou porcos) chega lá. Em duas horas, o cão de Kristian encontrou duas trufas, uma delas já estava podre. Vendidas a preço de ouro, as trufas não são a principal fonte de rendimento dos Kotiga, que têm também uns apartamentos para alugar no topo de Motovun. Mas serve para atrair turistas. O turismo é uma das principais fontes de rendimento da Croácia: representa 15% do PIB.

Hoje há várias empresas a explorar o negócio (qualquer um pode ir apanhar trufas à floresta de Motovun), mas quando a família começou a caçar trufas em 1968 não eram comercializadas, até porque não havia interessados. Aliás, nos tempos da Jugoslávia, “não se podia ter um negócio privado”, “os únicos que negociavam as trufas era uma empresa estatal que tinha o monopólio”, diz Mirjana.

Quando a guerra começou, Miro perdeu o emprego, precisava de arranjar alternativa. Decidiu dedicar-se às trufas e fundaram a empresa em 1991. Ali não sentiam a guerra senão economicamente: durante o conflito e nos dez anos seguintes, não havia turismo.

Para Deana, por exemplo, a guerra dos Balcãs não é um tema. Aqui, as pessoas são primeiro de Istria e só depois da Croácia, diz. “Há dois meses fui à Sérvia e eles diziam que tinham medo de viajar na Croácia e que o único sítio onde se sentiam seguros era em Istria. As pessoas não falam da guerra aqui. Sentimos tristeza, mas não sentimos a zanga que se sente em Vukovar.”

Deana está quase a mudar-se de uma cidade onde vivem cerca de 500 pessoas, Motovun, para Londres, com cerca de 10 milhões, onde irá estudar Antropologia. Quer pesquisar a relação dos cães caçadores de trufas com os seus donos. Entusiasma-se tanto com o tema que quando Kristian vai a caminho do bosque vem a correr pedir o gravador à mãe para registar uma conversa com ele. Uma das coisas que ele explicará mais tarde é que a ligação é quase em espelho: se o dono fica irritado, o cão ficará irritado e não faz tão bem o seu trabalho de caçador.

É também isto que os turistas procuram, agora que as trufas e a caça às trufas estão na moda: a experiência de ligação com a terra e com os animais, interpreta Deana. “Estava a falar com um amigo no outro dia e comentáva-



raros bosques onde crescem trufas brancas – alguns dizem que é o maior do mundo.

As trufas pretas frescas variam entre os 150 e os 400 euros por quilo, dependendo do tamanho, forma e “beleza”. As brancas estão entre os 500 e os 1500 euros por quilo. Chamam-lhe, por isso, os diamantes da cozinha. Há quem estranhe o cheiro intenso, às vezes parecido com gás, que uma trufa liberta quando cozinha. Dizem que vicia. Não se duvide das lendas. Em Motovun há quem as coma todos os dias e nunca se enjoje.

É impossível não sentir, por isso, o odor a trufas quando entramos na cozinha da família

Kotiga. No andar térreo têm uma cozinha, um frigorífico enorme e uma pequena divisão com os produtos que vendem na loja de *souvenirs*: trufas esterilizadas, pasta de trufas, licor de trufas, azeite de trufas, manteiga de trufas. Mirjana Kotiga, mãe de uma rapariga de 18 anos e de um rapaz de 20 e poucos, prepara uma omelete com trufas que há-de ficar na memória durante dias. Junta imensa manteiga na frigideira e raspa trufas frescas, em vários tamanhos, junta os ovos, polvilha com parmesão, polvilha com mais trufas lascadas. Na mesa já estavam uma pasta, queijo, azeite de trufa negra e azeite de trufa branca.

Em Zagreb, há jovens zangados com os políticos, como Iva. A família Kotiga, de Motovun, dedica-se ao turismo e às trufas. À direita, a Torre de Água, em Vukovar, e o Adriático visto de Rovinj



mos como as pessoas desaprenderam a estar em contacto consigo próprias. Sabe quem é Marina Abromovic [artista sérvia]? Tem aquele vídeo em que duas pessoas estão a olhar uma para outra. Quando estamos sozinhas com outra pessoa e não estamos a fazer nada, há um desconforto porque talvez como não há distrações aquela pessoa está a ver-nos exactamente como somos. Talvez seja por isso que os turistas vêm: para ver um mundo com o qual perderam a ligação.”

Os Kotiga querem manter o seu negócio familiar – têm mais duas empregadas – para preservar a originalidade, ficar imunes à globalização, produzir e vender o suficiente para serem felizes. Se os filhos quiserem no futuro seguir as pisadas dos pais, eles ficam contentes, mas o seu desejo é que sigam aquilo de que gostam.

Deana fala de Motovun com grande prazer. Vive do turismo mas tem uma relação ambígua com os turistas. “Motovun é tão bom no Inverno e na Primavera quando não há muita gente, estamos sozinhos e é tudo tão bonito... Depois vêm os turistas e exploram tudo, aparecem aqui, levam as coisas e não sentem a cidade. Deve-se estar aqui e andar, sozinho, só consigo próprio. No outro dia estava sentada na praça a beber vinho e a pensar: isto é tão lindo...”

Entre duas cidades junto ao mar, Rovinj e Porec, Deana recomenda que demos um salto à primeira. Rovinj ou Rovigno (em italiano),

na ponta oeste, é como Motovun, mas junto ao Adriático, descreve-nos.

Na baía de uma cidade que compete com a famosa Dubrovnic, no Sul, reconhecemos alguns paralelos com Motovun, sim, e a comparação com Veneza é inevitável. Um enorme casario em ocre começa (ou acaba) junto ao mar, com ruelas íngremes a desembocar em becos.

Há música no palco em frente a um restaurante ao ar livre onde se assa peixe e se vende cerveja e vinho. Marino Budicin, vice-presidente da câmara, está com as mãos na grelha. Historiador, dá-nos uma panorâmica da cidade, que foi centro de navegação, um importante produtor de pedra, tabaco e conservas de peixe, e hoje é “campeã de turismo cuidado” – aqui, o turismo, diz, representa entre 40 e 45% da economia, emprega de 3 mil a 4 mil pessoas e mesmo em tempos de crise cresceu 1 a 2% nos últimos quatro anos. “Toda a Croácia do interior está com um problema económico, em sequência da política de privatização selvagem, descontrolada, que ficou nas mãos de uma casta que estava ao serviço do Estado”, analisa, falando do problema da corrupção no país (a Croácia é um dos países europeus onde a percepção da corrupção atinge níveis mais altos, segundo a Transparency International – no ranking de 174 países em 2012, estava em



62.º lugar, Portugal ocupava o 33.º). Ístria é um bom exemplo da Croácia que está a olhar para a frente e a afastar-se da guerra, sobretudo comparando com Vukovar. “Nós somos o oposto: somos um centro que cresceu continuamente, Vukovar tem de se reconstruir, não só economicamente, mas também socialmente.”

Falando em italiano, Marino Budicin diz que a Croácia é “um exemplo para a Europa na relação com as minorias”, por reconhecer a sua autonomia e ter criado um conjunto de leis para as proteger. Cruzamento das culturas mediterrânica, adriática, balcânica, bizantina, a Croácia “é um conjunto de culturas muito importantes” e os croatas “têm de perceber que não há um povo, uma religião mas um Estado que tem várias etnias e várias religiões”. É isso, lamenta, que a extrema-direita não entende.

Em Ístria, a população italiana constitui pouco mais de 6%, mas é a maioria mais expressiva. Benussi Domenico, 64 anos, e as suas filhas andaram na escola italiana. Aqui, a língua, a origem, não foi nem é um problema, diz no seu barco na marina, enquanto cose uma rede de pesca na doca. Em Rovinj, os hotéis junto ao mar não escondem conflitos étnicos, garante. Ele gere um negócio familiar: tem um bar numa das zonas mais cobiçadas da baía, junto à água, a mulher e a filha trabalham com ele. Tem ainda quartos para alugar a turistas e produz o seu próprio vinho, que não vende, mas que os amigos da filha quando lá chegam pedem: “Traz o vinho do pai.”

Domenico viu a guerra pela televisão, sentiu-a economicamente porque o turismo estagnou. “Foi um conflito político. Aqui não há conflitos. Sempre vivemos sem problemas.” Olhando para o passado e para Vukovar hoje, para o conflito à volta do cirílico e os protestos que provocou, conclui, em italiano: “Os croatas ficaram chateados com a questão do cirílico. Não sei... Mas acho que não podem estar sempre a odiar-se, a odiar-se. Têm de viver. É sempre a guerra, a guerra. Basta de guerra!”

Rovinj fica para trás, com o seu casario junto ao Adriático. Em algumas das paredes dos edifícios a tinta ocre está a descascar-se. A imagem do prédio destruído em Vukovar com a sardineira vermelha no meio dos escombros a ser regada vem-nos de novo à memória. Mas, ao contrário dos edifícios esburacados de Vukovar, aqui não é sinal de destruição, aqui é o passado em todo o seu esplendor. De alguma forma, a Croácia também é isto: um país de opostos a tentar seguir em frente depois da guerra.

 **Ver vídeos com reportagens**
www.publico.pt

Reportagem
financiada
no âmbito do
projecto
Público Mais
publico.pt/
publicomais



“Os outros 49 por cento estão aqui e querem ser respeitados”

Erdogan garante que não vai ceder às exigências de uma minoria. Da Praça Taksim respondem-lhe que a única coisa que querem ouvir da boca dele é a palavra “Demito-me”

Reportagem
Paulo Moura, Istambul

Tira a máscara e ri. “Já não se trata apenas do parque Gezi”, diz Yasar, um engenheiro de 27 anos. “Ele não poderá destruir o parque para construir aqui um centro comercial. Nas agora estão muito mais coisas em causa. Ele vai ter de ceder nisso e em tudo o resto”.

Yasar volta a cobrir o rosto com a careta de Guy Fawkes, símbolo do grupo Anonimous. Comprou-a a uma senhora gorda de lenço na cabeça, que também vende espetadas de carneiro. “Isto é para as fotografias”, explica Yasar. “É o rosto da revolução. Significa que aqui somos todos iguais. Cada um de nós é simplesmente um ser humano, inteligente, sensível e livre. Não importa a religião que se professa, a raça ou a classe a que se pertence, o partido em que se vota. Por isso quando ele diz que vai destruir o parque, tudo o que podemos fazer é rir. Termos vindo para aqui mostrou que é possível estarmos juntos, com respeito uns pelos outros. Nunca mais nada vai ser o mesmo”.

“Ele” é o primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, que ontem, na Tunísia, reiterou o propósito de avançar com as obras planeadas para o parque Gezi, contíguo à Praça Taksim, no centro de Istambul. “O projecto respeita a História, a Cultura, o Ambiente. O que estamos a fazer é a proteger os direitos da maioria e a preservar a beleza de Istambul”, disse Erdogan. “Não permitiríamos que uma minoria dite a sua lei à maioria”. Sendo que essa minoria, adiantou ainda, são elementos de um “grupo terrorista”, “extremistas”, e vários “agentes estrangeiros”, como os sete turistas que foram ontem detidos, sob acusação de instigarem os turcos a manifestarem-se.

Num dos palcos da praça Taksim, um orador informa a multidão sobre as declarações de Erdogan. Assobios, gritos,

gargalhadas. “A única coisa que ele tem de dizer é ‘demito-me’”. Os turcos estão todos na rua. Começou uma nova era”, diz Sila, 34 anos, professora. “Ele fala de maioria. Pode ter tido uma maioria de votos, 50 por cento mais um. Pois os outros 49 por cento estão aqui, e querem ser respeitados”.

Sinan, sentado num café junto à praça a beber uma cerveja, admite que votou em Erdogan nas últimas eleições. “Mas não votarei mais. Ele fez algumas coisas boas para o país. Principalmente no campo financeiro. Mas agora quer proibir a venda de álcool a partir das 10 horas da noite. Diz que em toda a Europa é assim, e os turcos acreditam, porque, na sua maioria, nunca saíram daqui. Mas eu viajo por toda a Europa e sei que só aos menores não se pode vender”.

Sinan está convencido de que a insistência de Erdogan em construir o centro comercial não é inocente. “Ele ganha muito dinheiro com isso. Já recebeu, por isso não pode voltar atrás. Mas o que eu digo é: não há problema. Nós damos-lhe o dinheiro. Fazemos uma colecta e pagamos, só para ter de volta o parque Gezi”. Sinan dá um longo golo na cerveja. “Ele que diga quanto é, que nós pagamos”.

Por todo o espaço da praça e do parque, há mini comícios, grupos que cantam palavras de ordem, manifestações desfilando em várias direcções, como correntes sinuosas no mar de gente. Mas o ambiente geral é de festa popular. No interior do espaço circunscrito pelas barricadas, ninguém diria que há uma semana a polícia esteve aqui a carregar sobre as pessoas, fustigando-as com jactos de água e gás lacrimogéneo. Ninguém parece já lembrar-se de que houve centenas de feridos e dois mortos. Ninguém tem medo. Os acessos à praça estão bloqueados com autocarros queimados ou com entulho, estabelecendo uma fronteira. “A polícia já não entra



Depois de um dia calmo em Istambul, ao cair da noite os protestos regressaram à Praça Taksim

cá”, diz Ekin, uma estudante de 21 anos. “Aqui dentro é uma república independente, onde tudo é possível. Tudo o que nunca sonharam que fosse possível”.

Um grupo de curdos abre uma clareira para executar as suas danças tradicionais. Noutro espaço realiza-se a oração muçulmana, em conjunto. Ali, um enorme grupo de raparigas executa exercícios de ioga, sob a orientação de uma monitora, com um microfone. Uma grande livraria ao ar livre distribui livros de graça, para quem quiser escolher e sentar-se a ler. Mesas compridas servem comida, também de graça. Contingentes de homens e mulheres com braçadeiras identificadoras procedem à limpeza de todo o recinto. Artistas pintam quadros e retratos. Um grupo de rapazes gays, de saias e maquilhagem,

organiza um torneio de salto à corda. Bandas de música desfilam de um lado para o outro. Grupos dançam, outros cantam. Centenas de tendas ocupam grandes áreas do parque. Muitos dormem durante o dia, para manterem a animação da praça pela noite dentro. Distribuem-se cobertores e impermeáveis. Há cartazes anarquistas, comunistas, bandeiras turcas, panfletos de organizações minoritárias, desconhecidas, esquisitas. Um conjunto de tendas e bancas dedica-se apenas às artes da magia e bruxaria. Um mago esguio de olhos esbugalhados hipnotiza uma mulher incrivelmente bonita, vestida como se estivesse numa gala. Há barbudos, cabeças-rapadas, raparigas de t-shirts rasgadas e maquilhagem carregada, outras de véu ou hijab, outras ainda com blusas

etéreas, de branco imaculado, vestidos vaporosos, há punks de crista, anarcas de preto, *hipsters* de grandes óculos de massa, quarentões de cabelo comprido, como intelectuais de esquerda dos anos 60 na Europa, velhos de barbas e túnicas muçulmanas.

A praça começa a encher pela manhã, e não pára durante a tarde. À noite, são muitos milhares de pessoas, quase não nos podemos mover, parece que a cidade inteira está unida neste coração revolto, cheio de grafitti, entulho, carros queimados, fumo e música.

Do lado de fora da praça, subsiste outro mundo. De madrugada, quando a república harmoniosa de Taksim está no auge da celebração, grupos armados com paus e facas percorrem as vielas dos bairros adjacentes. Procuram elementos que ajudaram a polícia, ou as

“Não permitiremos que uma minoria dite a sua lei à maioria”

Recep Tayyip Erdogan
Primeiro-ministro

Um ponto de viragem para o desígnio histórico de Erdogan?



Análise
Jorge Almeida Fernandes

Interroga-se um jornalista turco: “Como é que um protesto pacífico num pequeno parque se transforma numa imensa revolta que abala o país dos pés à cabeça? Como é que um primeiro-ministro, que é mestre em motivar as mentes e os corações de milhões [de turcos], caiu num estúpido estado psicológico que o faz perder o contacto com a realidade? (...) A cólera acumulou-se durante demasiado tempo.” Será o “ponto de viragem” de que falam alguns analistas?

“Tudo tem a ver com [Recep Tayyip] Erdogan” e com o seu estilo autoritário e intimidatório, escreve o diário *Hürriyet Daily News*. Erdogan combina duas coisas. Partilha uma tradição turca que confunde o compromisso com fraqueza. E tem um entendimento muito pessoal da democracia: quem ganha as eleições não tem contas a prestar. “Como pode ser acusado de autoritarismo um homem que ganhou as eleições com uma maioria esmagadora?”, pergunta um colaborador.

Erdogan está – ou estava – no apogeu. O seu poder não está em causa. Se houvesse eleições amanhã, venceria largamente. A oposição continua sem credibilidade. Não tem um programa a opor ao Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP). Desde 2002, o AKP ganhou três eleições legislativas, duas locais e dois referendos. Venceu em 2011 com 49,95%. Pouco ou nada tem a temer dos generais, que fez vergar ao poder civil.

A nova classe média

O que aconteceu a Erdogan é que – apesar de muitos avisos de políticos e analistas – não viu que se estava a condensar uma crescente vaga de ressentimentos. A Praça Taksim foi o mais inesperado dos pretextos.

Nos últimos meses, “o Governo

multiplicou as medidas que afectam a vida pessoal dos cidadãos”, anota Jean Marcou, director do Observatório da Vida Política Turca, de Istambul: desde uma reforma da educação para valorizar os estabelecimentos religiosos à limitação da venda de bebidas alcoólicas. Têm-se multiplicado os protestos, em particular nas universidades.

O historiador turco-americano Soner Çagaptay, um crítico de Erdogan, declara: “Parece-me que o AKP é vítima do seu próprio sucesso.” As manifestações reúnem variados tipos de pessoas – jovens apolíticos, ecologistas, esquerdistas radicais, laicistas, em particular mulheres, que temem a “islamização” da sociedade.

Mas há um elemento novo, explica Soner Çagaptay: “Na última década, a Turquia tornou-se numa sociedade maioritariamente de classe média, ironicamente graças ao êxito da política económica de Erdogan. Agora, esta nova maioria demográfica está a pedir respeito pelas liberdades individuais e por coisas como o respeito pelo meio ambiente e pelo património urbano.” Por isso, o *Occupy Taksim* pode acelerar o gosto da classe média por acções políticas concretas. Não significa que sejam hostis a Erdogan: entendem ter uma palavra a dizer.

A guerra da Constituição

O Presidente da República, Abdullah Gül, declarou a propósito da Praça Taksim: “A democracia não se resume a ganhar eleições.” Esta frase soou como uma censura a Erdogan. O vice-primeiro-ministro, Bülent Arinc, apresentou desculpas pelos excessos da violência policial. Estes três homens são o triunvirato fundador do AKP, em 2001. Erdogan, que se ilustrou como presidente de Istambul, tornou-se, pelo seu carisma, o líder incontestado.

Os jornais dão notícia de “guerras de clãs” dentro do AKP. A mais grave roda em torno da revisão constitucional. Erdogan quer uma mudança do regime, trocando o parlamentarismo pelo presidencialismo. Mas tem

dois problemas. A Constituição só pode ser modificada pelo Parlamento com uma maioria de dois terços, de que o AKP não dispõe e que é altamente improvável, dadas as divergências com os dois partidos “laicos”: os republicanos kemalistas (CHP) e os ultranacionalistas do MHP. A meta do AKP em 2011 era alcançar os 330 deputados que lhe permitiriam convocar um referendo constitucional. Mas faltam-lhe quatro.

Pela actual Constituição, Gül pode recandidatar-se a um segundo mandato em Agosto de 2014. Mas Erdogan, com três mandatos como chefe do Governo, não pode, a não ser no caso de mudança constitucional.

Erdogan, dizem quase todos os analistas, pretende não apenas mudar o equilíbrio dos poderes, como ser ele o Presidente, até 2023, ano do centenário da República turca, dotado de todos os poderes. Uma parte dos dignitários do AKP, a começar por Gül, opõe-se ao

presidencialismo.

Como dar a volta a este impasse? Através de um acordo com o partido curdo (BDP). A guerra síria tornou mais necessária a pacificação do Curdistão turco. O Governo está a negociar secretamente com Abdullah Öcalan, fundador do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), a cumprir uma pena de prisão perpétua por terrorismo. Erdogan satisfaria as grandes reivindicações curdas e, em troca, o BDP apoiaria o referendo, garantindo a sua vitória. Dentro do AKP, há sectores que defendem a negociação com os curdos, mas não “sob chantagem de Öcalan”.

Fracturas no AKP

Há um outro factor em jogo: o “Movimento Gülen”, uma poderosa confraria muçulmana, que controla milhares de escolas, centros culturais, jornais e televisões, além de instituições financeiras. Está presente em 130 países. O imã Fethullah Gülen, de tradição sufi, é um muçulmano moderado, adversário do islamismo político. Passa também, através dos discípulos, por ter grande influência dentro da polícia e da justiça turcas.

Gülen, amigo de Gül e de Arinc, passou a criticar Erdogan. Um dos seus jornais, o *Zaman*, o de maior circulação na Turquia, assumiu, sobretudo desde 2011, uma posição muito crítica sobre o primeiro-ministro. O imã exprimiu, por exemplo, críticas à política externa turca: discorda da posição anti-israelita e da aproximação ao Irão. Emitiu ontem um comunicado, apelando a “levar os protestos a sério, a prevenir mais erros e a evitar mais rancor e ódio”. Para lá do triângulo do AKP – Erdogan, Gül e Arinc – a política turca roda também sobre um outro: Erdogan, Gülen e Öcalan.

O poder de Erdogan permanece sólido. Mas a Praça Taksim poderá vir a ter um significado muito para lá do imediato e que se resume numa imensa interrogação: será o ponto de viragem que travará os desígnios “históricos” de Recep Tayyip Erdogan?



A ambição do primeiro-ministro turco é uma revisão constitucional que lhe permitiria ser Presidente até 2023

milícias dos comerciantes furiosos por terem sido obrigados a fechar os estabelecimentos.

Um grupo encurrala um homem sozinho contra uma parede onde se lê a letras pretas, toscas, “Kurdistan. PKK”. Batem-lhe com paus até ele cair, depois aos pontapés, até já não se mover. E continuam. Um tira do bolso uma faca, mas os companheiros afastam-no. Contentam-se em partir os vidros de um carro estacionado. Fogem quando ao início da rua surge um grupo de raparigas a entoar canções, vindo da praça Taksim.

As reportagens na Turquia são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



As sete condições para abandonar Taksim. Ou serão oito?

“Cada um vem por si, pelos seus próprios motivos”, diz uma actriz de novelas que não quer ser identificada. Foram “dez anos de raiva e tensão acumulados” que explodiram nos protestos de Istambul

Reportagem
Paulo Moura, Istambul

À falta de alternativas, PRIPUDLE tenciona ficar por aqui. “Gosto de cá estar. Sinto-me bem. Por isso vou ficando, não há pressas”. PRIPUDLE não é o seu verdadeiro nome, mas a sigla da designação pela qual pede para ser citada, e que quer dizer “Pessoa que Recusa Ir Presa por Usar o seu Direito à Liberdade de Expressão”.

É mais fácil não marcar prazos nem exigências. Na Praça Taksim de Istambul, ninguém sabe ao certo quais são as reivindicações mais importantes, quais as condições para abandonarem a manifestação. Um enorme cartaz diz: “Gunduz Iste Akşam Direniste!”, que significa: De dia trabalhamos, à noite ocupamos.

“Nos últimos 10 anos, Erdogan tem vendido terras e empresas turcas ao estrangeiro. Foi assim que conseguiu o chamado *boom* económico. E é por isso que quer construir o centro comercial neste parque. Nós exigimos que deixe de fazer isso”. É uma das coisas. Outra é deixar de ser autoritário e mandão. “Tem de ouvir as pessoas. Diz que tem a maioria por ele, mas eu não quero ser igual a essa maioria do povo turco. E isso tem de ser respeitado”. Outra condição, acrescenta PRIPUDLE, que tem 28 anos e é actriz de telenovelas, é... “que se demita. Pronto, é isso. Não há outra solução”.

Çan Altur, operador de câmara de televisão, fixou um objectivo: “Se o primeiro-ministro ceder no projecto de construção do centro comercial, vamos para casa. Mas agora ele saberá que, sempre que tivermos reivindicações, voltamos”. PRIPUDLE olha para o amigo com desconfiança. Do outro lado, também sentado no chão ao pé da tenda, Karl, um holandês louro com uma t-shirt cheia de palavras de ordem turcas, assente com a cabeça. “Estou aqui para dar alguns conselhos a esta gente”, explica Karl. “Eles não têm experiência nenhuma de organização. Eu sei algumas coisas sobre isso”. O holandês está a basear-se acima de tudo nos ensinamentos recolhidos na Praça Tahrir, no Cairo.

Viaja por todo o lado, a aconselhar revolucionários. Há duas semanas esteve em Portugal.

Çan ouve atentamente tudo o que ele diz. PRIPUDLE não. “Eu não pertenço a nenhum partido. Nem tenho nenhuma religião. Aqui não há organização, nem líderes, cada um vem por si, pelos seus próprios motivos”. Karl abana a cabeça, como quem diz, pois, pois, é por essa razão que isto vai acabar mal.

“Estou aqui por causa da liberdade”, diz Melih Çan, 19 anos, estudante de engenharia mecânica. “Liberdade política, social e sexual”, acrescenta ele, olhando para a namorada, Sultan, de 18 anos, estudante de Matemática. Estão sentados à porta da tenda, onde dormiram juntos. “Este governo é contra o aborto. A maioria da juventude turca é a favor. Ali, por exemplo, estão as tendas da comunidade *gay* e *lésbica*”, aponta Melih. “Eles aqui têm liberdade total, ao contrário do que acontece no país real. São discriminados, gozados, espancados. Não conseguem um emprego. Não saímos daqui enquanto esses problemas não forem resolvidos”.

A questão do centro comercial já não é a mais relevante para Melih e Sultan. Foi isso que iniciou o movimento, mas o que o fez crescer e ganhar força foi a repressão policial. Ao saberem, pelas informações do Facebook, que a polícia estava a usar gás lacrimogéneo e jactos de água contra manifestantes desarmados e pacíficos, a juventude acorreu ao parque. Centenas de milhares, a partir do terceiro dia dos protestos.

“Foram 10 anos a acumular raiva e tensão. As pessoas tinham medo de dizer alguma coisa, porque podiam ser presas. Agora perdemos o medo”, explica PRIPUDLE. “Nós, os 50 por cento que não votámos em Erdogan, queremos ser respeitados e livres. A Turquia é um país laico. Queremos que continue assim. O primeiro-ministro quer, aos poucos, transformar-nos no Irão. Nós não vamos deixar”.

O que estão a fazer é portanto uma manifestação de força. A mostrar que, mesmo sendo uma minoria, são tão poderosos, ou mais, do que



Os manifestantes sabem que a polícia pode voltar para os expulsar. “Lutaremos”, prometem

“É incrível o hiato que existe neste país entre a população culta, jovem, das cidades, e as massas dos campos, sem acesso à Educação. É com esses que Erdogan conta. Mas os outros também têm de fazer ouvir a sua voz.”

os outros. “Quem vota em Erdogan são os turcos sem cultura”, diz PRIPUDLE. “É incrível o hiato que existe neste país entre a população culta, jovem, das cidades, e as massas dos campos, sem acesso à Educação. É com esses que Erdogan conta. Mas os outros também têm de fazer ouvir a sua voz”.

Sena Yigiter, de 26 anos, produtora de áudio-visual, usa um capacete com duas garrafas de cerveja dos lados. “A lei que querem aprovar para proibir a venda de bebidas alcoólicas é um dos principais motivos porque estou aqui. Quero liberdade, no campo social, dos comportamentos. Enquanto isso não estiver garantido, não saio daqui”.

Burgamin Sayupak, 31 anos, amigo de Sena, corrige-a. “Não é só isso. Aliás essa reivindicação nem faz parte das sete que já foram definidas. Há outras mais importantes neste mo-

mento”. Pelos vistos, um certo grupo que se auto-designou como porta-voz do movimento de Taksim identificou sete condições. Sena não sabia disso. Burgamin sim, embora tenha de recorrer ao iPhone para recordar as sete questões. Só se lembrava de duas. A primeira, claro, é poupar o parque Gezi e desistir do centro comercial. A segunda é a promessa de não mais ser usado, pela polícia, gás lacrimogéneo. A terceira é a libertação dos manifestantes presos. As outras incluem a desistência da nova ponte sobre o Bósforo, a demissão do chefe da Polícia, a garantia da liberdade de manifestação.

É irrealista, sim, admitem. “Erdogan nunca vai concordar com nada disto, arrogante e orgulhoso como é. Mas a decisão está tomada, por este grupo de porta-vozes. Sem as sete condições, não saímos”, diz Burgamin. “Eu acho que devia ser



Breves

Papa Francisco Comida deitada ao lixo é “alimento roubado aos pobres”

O Papa Francisco escreveu, na sua conta na rede social Twitter, que a comida deitada fora “é alimento roubado aos pobres, aos que passam fome”. Francisco já tinha denunciado, na quarta-feira, durante uma audiência pública, a “cultura do lixo, do desperdício”, indicando que essa mentalidade tornou as pessoas “insensíveis até ao desaproveitamento alimentar, que é mais censurável quando, em todas as partes do mundo, muitas pessoas sofrem de fome e má nutrição”. O Papa lembrou que as gerações anteriores tinham muito cuidado em não desperdiçar a comida que sobrava. “Hoje já nem somos capazes de dar o justo valor, que vai para lá dos parâmetros económicos”, lamentou.

Grécia Bomba atinge carro de directora de prisão em Atenas

Uma bomba com pelo menos um quilo de dinamite explodiu na noite de quinta-feira no bairro de Dafni, um subúrbio de Atenas. Tinha sido deixada debaixo do carro usado por Maria Stefi, a directora da prisão de alta segurança de Korydallos. A polícia tinha isolado o local depois de uma chamada anónima para o site de notícias zougla.gr ter avisado para uma explosão dentro de 20 minutos mas uma mulher ficou ferida com estilhaços de vidro. Acções com pequenas quantidades de explosivos são frequentes na Grécia e, em geral, têm como alvo a polícia, edifícios públicos ou empresas. Ataques a políticos ou a jornalistas aumentaram nos últimos meses, alguns reivindicados por grupos de extrema-esquerda.

acrescentada outra”, diz Sena. “Que nunca seja proibido os namorados beijarem-se na rua. Eles querem proibir isso, e nós nunca o aceitaremos. Eu não saio daqui enquanto não garantirem o direito ao beijo”.

E se a polícia voltar, para expulsar os manifestantes (Erdogan exigiu ontem que saíssem da praça e do parque imediatamente)? “Lutaremos”, respondem em coro Melih e Sultan. “Sabemos que isso pode acontecer a qualquer momento. Pode ser esta noite. Mas ninguém vai fugir. Estamos preparados para lutar”.

As reportagens na Turquia são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Putin e Alina Kabaeva em 2001: há muito que se fala de um romance entre o “czar” e a ginasta

Putin anuncia divórcio: manobra de diversão ou acto de honestidade?

Rússia
Maria João Guimarães

O Presidente russo e a mulher não apareciam juntos há mais de um ano, mas o anúncio não pôs fim aos rumores

Durante anos, foram subindo de tom os rumores do que teria acontecido à mulher de Putin, Liudmila, cada vez mais ausente de actividades públicas. Na quinta-feira à noite, um facto pontuou os incessantes boatos: Vladimir Putin, 60 anos, e a sua mulher, 55, acabados de sair do teatro onde assistiram a um bailado (uma versão de *O Corcunda de Notre Dame*), confirmaram o que toda a gente já suspeitava: estão separados. Logo se seguiram, no entanto, mais rumores: que Putin iria voltar a casar-se (com a ginasta – medalha de ouro em 2004 e deputada do partido Rússia Unida – Alina Kabaeva, 30 anos), que poderia ter um filho.

Liudmila não era vista em público com o marido desde a tomada de posse de Putin em Maio de 2012. Durante o primeiro mandato presidencial de Putin, entre 2000 e 2004, a primeira-dama acompanhava o marido em várias viagens oficiais, algo que mudou no segundo mandato, em que o Presidente viajava

sozinho, nota o diário britânico *The Guardian*. Os rumores começaram e recentemente já muitas pessoas acreditavam que Liudmila estaria reclusa num convento ortodoxo.

Nesta quinta-feira à noite, os dois admitiram a separação. Depois de saírem do bailado, uma jornalista da televisão estatal perguntou ao Presidente e à sua mulher se já não vivam juntos. “É verdade”, disse o Presidente, de 60 anos. Foi “uma decisão comum”, disse Liudmila. “O nosso casamento acabou devido ao facto de raramente nos vermos”, explicou, acrescentando ainda que se tratou de um “divórcio civilizado”. O porta-voz de Putin veio mais tarde acrescentar que o casal não estava ainda legalmente divorciado.

Liudmila e Vladimir Putin têm duas filhas na casa dos 20 anos, que raramente aparecem em público. Quase não há informação sobre a vida pessoal de Putin – apenas imagens e relatos de feitos como o passeio a galope num cavalo em tronco nu, do voo de asa delta junto com jovens garças siberianas, até do heróico lançamento de um dardo tranquilizador sobre um tigre também na Sibéria, alegadamente salvando uma equipa de televisão.

Com informação tão escassa, a especulação foi aumentando. Agora, depois do anúncio da separação, as opiniões dividem-se: a entrevista terá sido uma manobra para desviar

as atenções ou um acto de honestidade?

Há quem diga que fez parte de uma campanha para distrair o público da campanha para as eleições do presidente da Câmara de Moscovo, marcada por alegações de corrupção, e dos detidos que continuam presos por terem protestado contra Putin em Maio, tudo isto numa altura em que a popularidade do Presidente desceu para 62% – o mais baixo de todo o seu tempo na presidência, incluindo os dois mandatos anteriores.

Mas o político de oposição Boris Nemtsov, normalmente um crítico acérrimo do Presidente, reagiu de outro modo. “Putin raramente faz alguma coisa honesta. Anunciar o seu divórcio foi honesto”, disse.

Políticos pró-Kremlin foram logo citados garantindo que o anúncio do divórcio não teria consequências negativas na popularidade do Presidente.

Na imprensa internacional, as opiniões dividiam-se. Num país com uma alta taxa de divórcios, o facto de o Presidente ter acabado por se separar pode aproximá-lo do povo e fazer com que as pessoas comuns se identifiquem com ele. Por outro lado, Putin sempre jogou com os valores morais, criticando uma suposta decadência pós o colapso da União Soviética, e agora acaba ele próprio por se divorciar.

publico.pt

Três quartos da rede dos correios assegurada por entidades externas

CTT concluíram reorganização da rede dos correios: 124 estações vão fechar e 78 novos postos vão abrir. Empresa, com 13 mil funcionários, será privatizada este ano. Na era digital, a procura caiu **Destaque, 4 a 7**



2

O RETRATO DE FAMÍLIA DOS PORTUGUESES EM FRANÇA CHEGA EM AGOSTO

ZAZI FILMS/LA CAGE DORÉE

AMBIENTE

DESERTIFICAÇÃO
"O MUNDO PERDE POR ANO SOLO ARÁVEL EQUIVALENTE A TRÊS SUÍÇAS"

Luc Gnacadja
Destaque, 8 a 11



ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

"É UM PROBLEMA QUE OS EUA DESPEJEM NA EUROPA O CARVÃO QUE NÃO USAM"

Connie Hedegaard
Mundo, 28/29



CLIMA

CHEIAS HISTÓRICAS PROVOCAM DESVASTAÇÃO NA EUROPA CENTRAL

Mundo, 32/33

E se Portugal cobrasse um euro a todos os turistas?

Aveiro já avançou e juntou-se às várias cidades europeias que cobram uma taxa aos seus visitantes. O debate está lançado, mas a ideia avança a medo **p24/25**

OPINIÃO

"A necessária transformação do sector público"

Hélder Rosalino
p23



Presidente da Carris demitido ganhou lugar na Refer

Silva Rodrigues esteve associado ao caso dos swaps especulativos, mas não ficou sem emprego. Regressa à Refer, onde tinha um "lugar de recuo" **p21**

"Na Praça Taksim há pessoas razoáveis e há terroristas"

Em entrevista ao PÚBLICO, o vice-presidente do partido de Erdogan em Istambul defende projecto polémico e diz que o Governo não vai ceder **p12/13**

Turquia

“Na Praça Taksim, há razoáveis e terroristas”

A multidão é cada vez maior na Praça Taksim, mas o primeiro-ministro não tenciona ceder. Um dirigente do partido governamental disse ao PÚBLICO que há na praça dois tipos de manifestantes: os cidadãos “responsáveis e os ilegais”

Reportagem
Paulo Moura, Istambul

Os gritos ouvem-se de muito longe. As canções, as palavras de ordem, os foguetes na Praça Taksim fazem uma tal barulheira que quase se pode ouvir do outro lado de Istambul. Ao contrário de algumas previsões, o número de manifestantes contra o Governo no centro da maior cidade turca não está a diminuir. Por ser sábado, a multidão já enche completamente Taksim e o Parque Gezi a meio da tarde. A fúria parece crescer e o sentido de humor também. Taksim é uma festa e exulta como se tivesse adquirido vida própria e independência, e ninguém a pudesse deter.

Erol Adayilmaz, vice-presidente em Istambul do AKP, o partido do primeiro-ministro, Tayyip Erdo-

gan, diz que passou pela praça de manhã. E distinguiu dois tipos de manifestantes. “Um grupo são as pessoas responsáveis, que se estão a manifestar pelos seus direitos democráticos, outro grupo são as organizações ilegais, terroristas”, diz ao PÚBLICO. Não conseguiu perceber quem eram uns e outros, admite. “Mas a polícia sabe quem são. Essas organizações estão identificadas. A polícia conhece os seus membros um a um, sabe os seus nomes.”

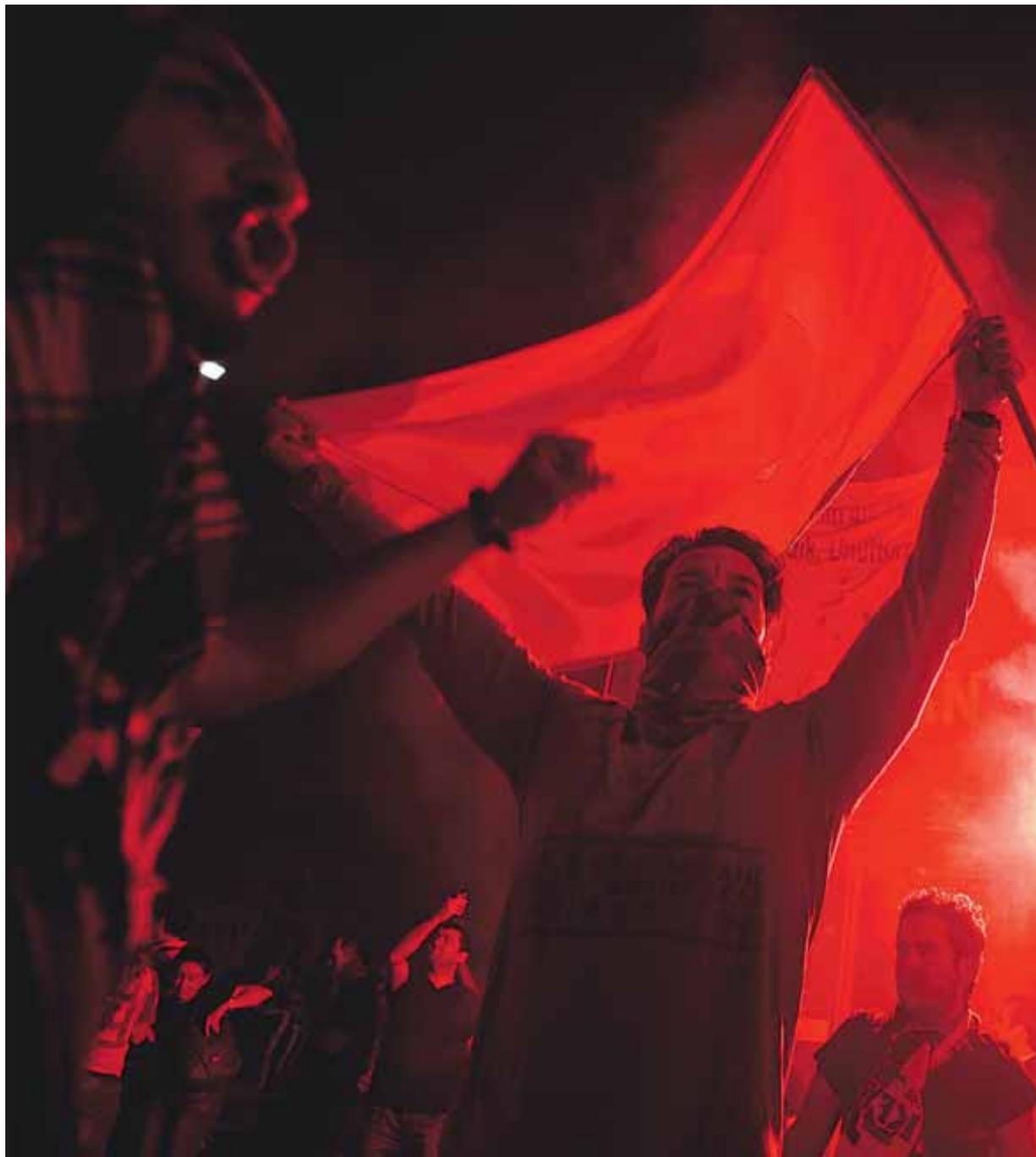
Antes de nos conceder a entrevista, Adayilmaz trocou umas palavras com o primeiro-ministro, quando ele chegou ao quartel-general do Partido da Justiça e Desenvolvimento. Talvez lhe tenha dito o que viu na praça, antes do início da reunião do conselho executivo do partido. O encontro estava há muito marcado, para Ancara, mas foi mudado para aqui por óbvias razões: o único tema da agenda é a situação na Praça Taksim.

No final da reunião, Erdogan dirá aos jornalistas que não vai haver eleições antecipadas, ao contrário do que rezam os rumores, e que o

Governo está disposto a ouvir as queixas “razoáveis” dos cidadãos. Não explicou como se vai processar esse diálogo, nem com quem.

Quanto ao projecto de destruição do Parque Gezi, para construir no lugar o que é visto como um centro comercial, réplica de um famoso aquartelamento de artilharia do Império Otomano, não há mudança de planos. Ontem o *mayor* da cidade descreveu o projecto como um “centro de exposições” e não um centro comercial. É esse o motivo inicial de todos os protestos, mas o Governo não cede.

“É um bom projecto”, diz Adayilmaz, enquanto decorre a reunião do primeiro-ministro numa sala ao lado. “A Praça Taksim tem problemas de tráfego. E precisa de ser melhorada. Quando em Istambul se diz ‘a praça’, referimo-nos à Taksim. Mas diga-me: é uma praça digna? Istambul não merece um sítio melhor? Merece mais do que isto. Queremos que esta cidade seja uma das mais importantes do mundo, como Nova Iorque, Paris, Londres ou Tóquio. Por isso temos



“

Queremos que esta cidade seja uma das mais importantes do mundo, como Nova Iorque, Paris ou Londres

”

Erol Adayilmaz

Vice-presidente do AKP

grandes projectos para Istambul.”

A preocupação ecológica, para o vice-presidente, não é o verdadeiro motivo dos protestos. “Eu andei na escola junto à Praça Taksim. Sabe quantas vezes fui ao Parque Gezi? Nenhuma. Fui lá hoje de manhã pela primeira vez na vida. As árvores que vão ser derrubadas são 12. Sabe quantas árvores este Governo

mandou plantar em dez anos? Um bilião.” Mas o que leva tanta gente a manifestar-se no parque? Se não são as árvores, é o quê? “São muitas e diversas razões”, diz Adayilmaz. “Questões ideológicas, de estilo de vida. Alguns sentem que não têm sido ouvidos.” E vão sê-lo agora? “Claro, já estão a ser. Resolveremos o problema falando, como em qualquer país democrático. Já ouvimos elementos da Plataforma de Solidariedade de Taksim, embora eu ache que eles não são representativos.”

O Governo vai ceder em alguma coisa, em consequência dos protestos? O vice-presidente tenta lembrar-se de alguma coisa em que possa haver uma cedência, mas não lhe ocorre nada. O que não significa que não tenha sido aprendida uma lição. Foi e é esta: “Temos de melhorar a comunicação.”

Porque se verifica que os manifestantes não estão bem informados a respeito das decisões e leis contra as quais protestam. Não apenas ignoram as vantagens do megaprojecto para o Parque Gezi, mas também

STOYAN NENOV/REUTERS



Protestos ontem à noite na Praça Taksim, em Istambul, contra o primeiro-ministro turco, Tayyip Erdogan

sa livre, onde os grandes projectos pudessem ser discutidos?

“Na Turquia há imprensa livre.”

Então por que motivo, nos primeiros dias dos protestos, com milhares de pessoas na praça e a polícia a carregar sobre elas, não houve uma linha nem uma imagem nos *media* turcos? Já é lendário o documentário sobre pinguins que a CNN turca emitiu enquanto decorria a carga policial.

“Posso dizer-lhe que a imprensa é bastante livre, comparada com há dez anos.”

Foi primeira página nos jornais de todo o mundo, excepto na Turquia.

“Admito que a cobertura mediática nos dois primeiros dias não foi muito boa. Mas dois autocarros da televisão foram incendiados pelos manifestantes.”

Para Erol Adayilmaz, a violência e vandalismo que ocorreu em toda a área de Taksim retira legitimidade aos protestos. Estabelecimentos comerciais foram destruídos, autocarros incendiados, erguidas barricadas nos acessos à praça. Isso não é maneira de fazer reivindicações, argumenta. “Numa democracia, o lugar correcto para a oposição lutar pelas suas ideias são as eleições.”

Não é correcto as pessoas manifestarem-se?

“Sim, se o fizerem pacificamente.”

Mas a manifestação era pacífica, até a polícia ter carregado.

“O primeiro-ministro já admitiu que foi feito um uso excessivo da força por parte da polícia. Houve um erro, um grande erro.”

Mas a polícia não obedece a ordens do Ministério do Interior?

“Abaixo do ministro há os governadores e abaixo deles o chefe da polícia de Istambul. Já começou um inquérito.”

Não se sabe quem deu a ordem de atacar e quem não deu a ordem de parar?

“Não sei. Tudo o que dissesse agora seria pura especulação.”

Mas é certo que foi a polícia que iniciou a violência.

“E que me diz das organizações ilegais que incendiaram carros? Você sabe incendiar um carro? Exige uma técnica, não é qualquer pessoa que o pode fazer.”

Mas isso aconteceu antes da acção da polícia?

“Que eu saiba não.”

Então podemos responsabilizar a polícia pela violência que se sucedeu.

“Não me parece justo responsabilizar a polícia a 100% por acontecimentos que levaram à morte de pessoas.”

Tem alguma prova de que a manifestação não foi pacífica antes da carga policial?

“Que eu saiba não. Mas as organizações ilegais que estavam lá são violentas.”

Há provas de que tenham cometido alguma violência?

“Pessoalmente, não sei.”

Podemos condenar alguém por aquilo que achamos que potencialmente poderá fazer?

“Tire as conclusões que quiser.”

Como vai resolver o problema das pessoas que se recusam a abandonar a Taksim?

Aos poucos, as pessoas irão desistindo, diz o número dois do partido em Istambul. “Não vão querer misturar-se com as organizações ilegais e irão para casa. Vai ver que num dia ou dois as pessoas sinceras vão abandonar a praça.”

Uma das organizações ilegais a que Adayilmaz se refere poderá ser o Dev-Sol, Partido Revolucionário de Libertação do Povo, um grupo de acção directa armada e ideologia marxista-leninista. Yasar Çelik foi membro do Dev-Sol. Foi preso em 1993, levado de prisão em prisão, torturado, durante 11 anos.

Está sentado a beber cerveja num

bar da Rua Istiklal, perto da Taksim. Vem aqui todas as noites, mas não se aproxima da manifestação. “Eu sou conhecido da polícia e não quero que identifiquem o movimento a que pertenci com estes protestos”, explica. “Se estivesse lá e a polícia atacasse, eu teria de lutar, e seria preso de novo. É melhor ficar aqui.”

O Dev-Sol e outros movimentos ilegais não tiveram nenhum papel na organização das manifestações de Taksim, diz Çelik. “As pessoas vão para lá espontaneamente, individualmente. Ninguém organizou aquilo.”

Nos anos 70 e 80, nenhum jovem se atreveria a ir para a rua protestar contra o Governo. “Seriam imediatamente presos e torturados.” Mas hoje a juventude que enche a Taksim e o Parque Gezi pertence a uma geração que não conheceu a verdadeira ditadura. “Os que têm agora 25 anos tinham 15 quando Erdogan subiu ao poder. Nunca conheceram outro Governo. Nem lhes passa pela cabeça que possam ser presos, algemados e torturados numa esquadra de polícia. Por isso não têm medo. Isso é muito perigoso, não para eles, mas para o Governo de Erdogan.”

Inicialmente, o primeiro-ministro reagiu brutalmente, como se faria nos tempos da ditadura. “Depois percebeu que não o pode fazer, por causa das redes sociais e das críticas do estrangeiro. Por isso voltou atrás. Agora está a fingir que respeita as pessoas. Mas se pudesse esmagava a população pela força da polícia, sem dó nem piedade.”

fizeram confusão quanto à nova lei do álcool. O diploma, já aprovado, determina a proibição de bebidas alcoólicas em lojas, a partir das 22h, regra que existe em muitos países ocidentais. Mas as pessoas pensam que não se pode vender álcool à noite em bares e restaurantes.

Percebe-se que o assunto da comunicação tem sido muito discutido no partido. “Devíamos ter construído um modelo do projecto arquitectónico em 3D e tê-lo colocado em

exposição no meio da praça”, cogita o vice-presidente. Perante a sugestão de colocar lá o modelo agora, não contém uma gargalhada, imaginando o que aconteceria à maquete.

A solução portanto nunca é alterar os projectos, mas explicá-los melhor. Comunicação é a chave.

Comunicação ou propaganda? “Não, propaganda não.”

Uma boa comunicação, que satisfizesse as pessoas, não se faria melhor incentivando uma impren-

As reportagens na Turquia são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



HOTEIS HERITAGE

Charme e Tradição no Centro Histórico de Lisboa

AS JANELAS VERDES . HERITAGE AV LIBERDADE . HOTEL BRITANIA . HOTEL LISBOA PLAZA . SOLAR DO CASTELO

Hotels Heritage Lisboa Tel. +351 21 321 82 00 heritage.hotels@heritage.pt www.heritage.pt

publico.pt



**DIA DE PORTUGAL
VISITA DE DILMA GERA
GRANDES EXPECTATIVAS**

**SEGURO VÊ “COM BONS OLHOS”
CAPITAL BRASILEIRO NA TAP**

**CAVACO ESVAZIOU A FUNÇÃO
DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA?**

**Opinião de Teresa de Sousa e de Mário Vilalva,
embaixador do Brasil em Portugal**

Destaque, 2 a 7 e Editorial

CGD insiste em cartão que contraria as regras do Banco de Portugal

O organismo supervisor impôs regras para regular os cartões de débito diferido, mas o banco público optou por um novo produto que mantém comissões mais penalizadoras para os comerciantes **Economia, 14**

Idosos sem o melhor tratamento para doenças cardíacas

Estudo de investigadora do Porto conclui que muitos doentes saem do hospital sem que lhes seja prescrito o “tratamento óptimo” **p8/9**

Schäuble admite 800 milhões para PME portuguesas

Linha de financiamento já aprovada para Espanha pode estender-se a Portugal e Itália, diz ministro das Finanças alemão **p15**

Menezes omite símbolo do PSD nos seus cartazes

Enquanto líder do partido, mudou a imagem histórica do PSD e tornou-a menos laranja. Como candidato ao Porto, prefere ignorá-la **p10**

**ESTHER WILLIAMS
1921-2013
A SEREIA
DO MILHÃO
DE DÓLARES**



Cultura, 28/29

Quem são os çapulcu ou bandidos de que Erdogan fala?

Viagem ao mundo dos jovens que enchem a Praça Taksim, onde não se acredita em Deus. *Paulo Moura, em Istanbul* **p20/21**

A força dos *çapulcu* é combaterem Erdogan no seu território

A zona da Praça Taksim sempre foi radical. É o bairro dos artistas, dos boémios, dos ateus, dos revolucionários. Construção de monumento islâmico poria ordem no antro dos *çapulcu*

Reportagem Paulo Moura, em Istambul

Hoje em dia, Sinan considera-se um *çapulcu*. Com orgulho. Para o provar, traz umas calças de ganga todas rasgadas e uma *t-shirt* com a estátua da liberdade a ser estrangulada. “Sou um *çapulcu*. Toda a gente aqui à volta é *çapulcu*”.

Foi isso que o primeiro-ministro, Recep Tayyip Erdogan, disse que eles eram, num discurso. Eles, os que se manifestam na Praça Taksim contra a construção de um centro comercial no parque Gezi, e a favor da demissão dele, Erdogan. Mas, no fundo, referia-se à “fauna” de Taksim, Beyoglu e Pera. *Çapulcu* quer dizer, em turco, algo como “bandido”, “vadio”. O significado não é muito preciso, mas uma coisa é certa: não é nada de bom.

Num dos discursos recentes, Erdogan chegou mesmo a clarificar: “Esses que se autodesignam como jornalistas, ou artistas...”. Essa gente. Os *çapulcu*.

O primeiro-ministro, que todos reconhecem ser um homem muito poderoso (demasiado, dizem ser o problema), tudo o que toca transforma em ouro. Bastou pronunciar a palavra para ela se transformar numa coisa boa. *Çapulcu* é agora um emblema, uma palavra de ordem. E uma arma. Se até aqui havia muitos sectores da sociedade sem a consciência do que os unia, agora perceberam. Fazem parte de um grupo.

Os manifestantes construíram barricadas nos acessos à Praça Taksim, para que os veículos da polícia não consigam entrar. Mas não em todos. Estrategicamente, algumas ruas estão abertas, embora bloqueadas nos seus acessos mais adiante. Estão abertas para que os *çapulcu* possam circular.

O principal eixo deste movimento é a Rua Istiklal (que

significa Independência). Segue durante um quilómetro e meio, só para peões (3 milhões por dia, em fins-de-semana normais), até à praça de Karakoy. Forma um conjunto com todas as ruelas perpendiculares e adjacentes, um bairro cosmopolita, artístico, tradicional e... radical.

Nos últimos dias, toda a zona se tornou o palco da enorme manifestação permanente. As pessoas não se mantêm na Praça Taksim e no Parque Gezi: circulam pela Istiklal e arredores. As manifestações de grupos profissionais ou outros desfilam pelas ruas, os grupos de música ou percussão tocam nas esquinas. A manifestação nunca está quieta. À primeira vista, parece que os grupos seguem pela Istiklal em direcção à praça, para ficarem lá. Mas, pouco depois, vemo-los voltarem para trás, e de novo para a frente.

Sinan teve uma educação muçulmana. Como quase toda a gente no país, aliás. Mas depois foi evoluindo para formas mais pragmáticas de ver o mundo. “Não acredito em Deus”, diz ele hoje. “Sou um materialista”. Com a vida, que não tem sido fácil, Sinan aprendeu a acreditar apenas naquilo que pode confirmar e compreender. Se alguma lhe tem sido útil, é a lógica. “Se Deus existe, então por que criou os

Erdogan não suporta que o centro de Istambul seja dominado por gente que não acredita em Deus e leva uma vida contra o Corão. Quer pôr aqui a sua ordem, diz Ahsen, de 26 anos



As manifestações contra os planos do primeiro-ministro tornaram-se uma festa permanente

gays, quando a homossexualidade é banida pelo Corão? Não faz sentido”.

Sinan tem 29 anos, um corpo franzino e olhos pequenos e vivos, um emprego num hotel de luxo, quatro namoradas e uma vida boémia. “Nunca me deito antes das seis da manhã. E gosto de beber álcool. Há anos que escolhi este estilo de vida”.

Olhando em redor, vê-se que não é um excêntrico. Às três da manhã, a Istiklal está tão cheia como às três da tarde. Os bares estão cheios, os restaurantes abertos, servindo refeições a qualquer hora. Música em alto volume soa de todos os lados, vendedores de rua apregoam e tocam apitos e cornetas, multidões de bêbados vagueiam de um lado para o outro.

Os bairros de Taksim, Beyoglu

Erdogan avisa que a paciência tem limites

Primeiro-ministro pede “lição nas urnas”

O primeiro-ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, foi à capital, Ancara, dizer que a paciência tem limites, voltando a classificar os manifestantes como “um grupo de saqueadores” e prometendo que não cederá.

“Não prestamos contas a estes grupos marginais mas perante a nação, a nação que nos levou ao poder e que, apenas ela, nos tirará de lá”, disse o primeiro-ministro, referindo-se, como tem feito, às expressivas maiorias eleitorais que o seu partido tem tido.

“Continuamos pacientes. Mas a nossa paciência tem limites”, avisou ainda Erdogan, perante milhares de apoiantes que o foram receber ao aeroporto de Ancara.

Antes, na cidade costeira de Adana, o primeiro-ministro tinha incentivado os seus apoiantes a “darem uma lição” aos manifestantes nas eleições (locais e presidenciais) do próximo ano. Neste discurso, Erdogan pediu depois aos turcos para “não deixarem que os que tentam semear a divisão o consigam fazer”.

Há um “novo modelo” de relações entre EUA e China. Mas que modelo?

Diplomacia
María João Guimarães

Xi Jinping e Barack Obama falaram durante oito horas. Analistas ficaram pouco impressionados com os avanços desta cimeira

Um novo começo – esta foi a ideia forte do encontro, invulgarmente longo e pouco formal, dos presidentes norte-americano, Barack Obama, e chinês, Xi Jinping.

Passeando de camisa sem casaco ou gravata, sorrindo pela propriedade de Sunnylands na Califórnia, os dois não pouparam no significado do encontro. Obama falou de “um novo modelo de relação entre os EUA e a China”, ecoando uma formulação usada por Xi.

Os dois líderes estiveram juntos um total de oito horas, começando na sexta-feira com uma reunião seguida de um jantar, e ainda no sábado de manhã, terminando o encontro sem declarações à imprensa. Mostraram-se descontraindo, passearam um pouco no calor do exterior sorrindo.

Assessores norte-americanos congratularam-se por, apesar de não ter sido o objectivo do encontro, os dois líderes terem conseguido um acordo concreto. Foi, aliás, o motivo do único comunicado divulgado pelos

EUA após a cimeira Obama-Xi: um acordo para um esforço comum contra as alterações climáticas, tendo como principal alvo os hidrofluorcarbonos, ou HFC, gases industriais considerados como “supergases” de efeito de estufa.

Também há que notar convergência numa outra área: a Coreia do Norte. Não será coincidência que Pyongyang tenha aceiteado reunir-se com o seu vizinho do Sul. A China está a ficar tão farta da atitude de provocação e beligerância do ditador norte-coreano que começa a pressionar para a “desnuclearização” da península.

Poucos avanços

Ainda assim, analistas americanos estavam muito pouco convencidos com este novo começo.

“O melhor que se pode dizer sobre a cimeira Obama-Xi foi que aconteceu”, começa secamente o jornalista veterano Donald Kirk num texto no site da revista *Forbes*. “Obama passou bastante tempo a pormenorizar alguns dos crimes de ciberespionagem e roubo de dados que os americanos acusam os chineses de cometer, e Xi e os seus assessores foram igualmente firmes em dizerem de modo educado que todo o problema está a ser exagerado e que outros, querendo dizer também americanos, são culpados.”

A mesma toada é seguida por

Gordon Chang, autor do livro *The Coming Collapse of China*, num comentário no site *Daily Beast*. Falando da expressão de contentamento de Xi pela criação de um grupo de trabalho para discutir a questão da cibersegurança, Chang comenta: “Claro que [Xi] está contente. Enquanto Washington e Pequim ‘discutem’ a questão, *hackers* chineses vão continuar o seu comportamento predatório.” E aponta que esse comportamento contribui muito para o total de 250 mil milhões de dólares (cerca de 192 mil milhões de euros) que as empresas norte-americanas perdem todos os anos devido a roubo de propriedade intelectual, a que se juntam 140 mil milhões de dólares (108 mil milhões de euros) por cibercrime “comum”.

Os ciberataques e a ciberespionagem são a primeira ameaça à segurança nacional dos EUA, disse recentemente o director dos serviços secretos dos EUA, James Clapper.

Assim, Chang diz que este novo modelo de relação entre os EUA e China talvez queira dizer coisas diferentes para o líder americano e para o chinês. Xi pensará, provavelmente, que este novo modelo quer dizer que Washington reconhece as prerrogativas chinesas e cala as suas preocupações, diz Chang. O teste, acrescenta, será ver se há alguma acção chinesa quanto ao cibercrime contra a América.

sebentos. Há galerias de arte, lojas de quadros e molduras, homens a vender mexilhões com limão, outros com expositores de artesanato no chão, pulseiras e brincos de prata, tocadores de flauta e concertina, acrobatas, barbudos com um macaco ao ombro ou uma salamandra gigante.

“As pessoas que vivem aqui são laicas, radicais, artistas. Têm um estilo de vida próprio, diferente do que se pratica no resto da Turquia”, diz Ahsen, de 26 anos, designer. Ela mora aqui, num andar minúsculo da rua Mis Sokak, perpendicular à Istiklal. “As manifestações contra o Governo são sempre nesta zona. Isto é como se fosse um país à parte, ninguém obedece às normas dominantes. É por isso que Erdogan quer construir cá o seu ‘templo’. Quer acabar com este antro de *çapulcu*”.

Não há uma parede no bairro que não esteja coberta de *grafitti*. “Erdogan demite-te!” é a mais suave de todas. De resto, a palavra *çapulcu* é a mais repetida, nos muros, em bandeiras e faixas, nas *t-shirts*.

O monumento que o Governo quer construir no lugar do Parque Gezi é um antigo quartel de artilharia do Império Otomano, o Taksim Topçu Kislasi, que foi demolido em 1940. “A intenção dele não é inocente”, acha Sinan. “Foi nesse lugar que Atatürk mandou matar seis imãs otomanos. Esse monumento é simbólico. Ele quer que a ordem islâmica volte a vigorar nesta zona”.

Ahsen pensa que a decisão de Erdogan é uma prova da sua arrogância: “Quer mostrar que é sempre ele que manda, e que tem a última palavra. Não suporta que o centro de Istambul, a cidade mais importante da Turquia e uma das mais importantes do mundo, seja dominado por gente que não acredita em Deus e leva uma vida contra o Corão. Quer pôr ordem aqui. A sua ordem. Mas não vai conseguir”.

As reportagens na Turquia são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



e Pera são um mundo com regras próprias. As ruas não têm trânsito e estão peçadas de lojas, umas luxuosas, outras miseráveis, umas modernas, outras tradicionais. Há cafés com mesas ao ar livre, outros com decorações temáticas, ou de design, restaurantes de todas as culinárias e etnias. Abundam as lojas de antiguidades e velharias, as que vendem pósteres antigos e postais. Há centenas de livrarias e alfarrabistas, perfumarias, milhares de barbearias, cheias de espelhos e reluzentes instrumentos antigos.

Há bancas com livros nas ruas, carrinhos de supermercado com livros, caixotes, pilhas de livros. Há gatos a passear ou a dormir em cima dos livros, velhos a fumar narguilés em bancos junto às portas, outros a jogar jogos antigos, em tabuleiros



Obama e Xi sob o sol da Califórnia num encontro longo e descontraído



MIGUEL MANSO



DIA DE PORTUGAL DILMA DESEJA FIM DA CRISE NA EUROPA, CAVACO EXALTA POTENCIALIDADES DE PORTUGAL

ACORDO COM BRASIL
SOBRE ENGENHEIROS E
ARQUITECTOS ABRE PORTAS
AO RECONHECIMENTO DE
OUTROS CURSOS NACIONAIS

Destaque, 2 a 7, opinião
de Paulo Rangel e Editorial

Ensino superior privado reduz vagas em quase 10%

Das instituições que já definiram número de lugares, mais de metade vão baixar oferta e apenas duas contrariam a tendência: Instituto Superior de Gestão e ISLA Portugal, 8

Os conflitos internos começam a surgir na Praça Taksim

Da ajuda, os manifestantes turcos estão agora a passar à desconfiança. Paulo Moura, em Istambul p20



Créditos do BEI a Portugal acendem guerra em Bruxelas

Instituições europeias não se entendem sobre garantias do Estado a bancos que vão canalizar empréstimos p14

Cancro oral está a aumentar a um ritmo superior a 4% ao ano

Há cada vez mais casos entre as mulheres. Hábitos sexuais podem ajudar a explicar fenómeno p10

FUTEBOL
PAULO FONSECA
ASSINOU POR DUAS
ÉPOCAS COM O FC
PORTO E NÃO É UMA
APOSTA ARRISCADA
PARA TREINADOR,
DIZ PINTO DA COSTA

Desporto, 38



PUBLICIDADE



LINHAS DE CRÉDITO FORÇA PME'S

**500 MILHÕES DE EUROS PARA
QUEM NÃO BAIXA OS BRAÇOS**

www.banif.pt | 808 200 200
das 9h às 19h

SICA-NOS NO



BANIF
A força de acreditar

Os conflitos internos começam a vir à superfície na Praça Taksim

Os jovens kemalistas querem expulsar os curdos, estes afirmam-se os mais ecologistas de todos. Talvez Erdogan apenas espere que os conflitos internos resolvam a crise em Istambul

Reportagem Paulo Moura, em Istambul

Segundo Ezgi, é melhor não passar pelo lado esquerdo. Que há ali? Um grupo de pessoas a dançar e um póster com um homem de bigode. “Eles são perigosos. Tem cuidado”. É preciso passar ao largo, para evitar provocações. No entanto, estiveram toda a manhã juntos, numa reunião.

Ezgi Kardaslar, de 22 anos, é membro da União da Juventude Turca (TGP), uma organização de universitários que apoia a ideologia de Mustafa Kemal Atatürk, o fundador da Turquia moderna. O homem do bigode é Abdullah Öcalan, o líder histórico do partido separatista curdo (Partido dos Trabalhadores do Curdistão – PKK).

O motivo inicial da ocupação da Praça Taksim, em Istambul, foi o anúncio, pelo Governo de Recep Tayyip Erdogan, de um projecto para destruir o Parque Gezi e construir, em seu lugar, uma réplica de um quartel otomano, transformada em centro comercial.

A manifestação, pacífica, foi brutalmente reprimida pela polícia, o que atraiu muito mais pessoas à praça, e transformou o protesto num movimento mais abrangente. Hoje, em Taksim, exige-se mais democracia, alterações na Constituição, revogação das leis de restrição do álcool, a demissão de Erdogan, etc. Aos poucos, todos aqueles que, por uma razão ou outra, têm razões de queixa contra o Governo vieram para aqui manifestá-las.

Isso inclui, para além dos ambientalistas iniciais, os partidos da oposição legal, pequenos grupos radicais, jovens com estilos de vida alternativos, cidadãos com descontentamentos vários e vagos, e também os partidos ilegais, algumas organizações consideradas terroristas... e os curdos.

O PKK, depois de 30 anos de guerra contra as autoridades da Turquia, pela autonomia do Curdistão, acaba de selar com o Governo (em Março último) um acordo que inclui o cessar-fogo e a renúncia total ao separatismo. O acordo foi negociado precisamente com Öcalan (o homem do bigode), que está preso desde 1999.



Os manifestantes turcos têm-se ajudado uns aos outros. Mas agora há um ambiente de desconfiança entre diferentes grupos

O partido legal curdo, com deputados no Parlamento, Partido da Paz e de Democracia (BDP), continua a venerar o líder preso, Öcalan. Por isso não abdica de trazer o seu póster para a praça, onde montou uma enorme tenda e bancas. Têm música curda a tocar no máximo e não param de dançar, o que é visto por outros, como os jovens do TGP, como uma usurpação dos ideais da manifestação.

“Eles querem dividir o país ao meio. Lutam pela independência da parte oriental da Turquia”, diz Ezgi. “Isso não está de acordo com os objectivos deste movimento. Eles não deviam estar aqui. Estão simplesmente a aproveitar-se do que nós fizemos, para imporem as suas reivindicações, que não são patrióticas.”

Na tenda dos curdos, um dos dirigentes do BDP, que prefere não ser

identificado, explica ao PÚBLICO que foi um dos deputados do seu partido, Sirri Sureyya Onder, quem se colocou à frente dos blindados da polícia, no primeiro dia da manifestação, para impedir que eles avançassem sobre as tendas.

“A preocupação ecológica faz parte do nosso programa”, diz ele. “Ninguém sofreu mais com a destruição do ambiente do que nós. Este Governo destruiu milhões de árvores no Curdistão. Arrasou territórios inteiros, alagando-os, para que as populações fossem obrigadas a fugir para as cidades, onde há maior controlo policial.”

Quanto ao separatismo, o dirigente do BDP esclarece que essa exigência foi há muito apagada do seu programa. “Nós estamos aqui para exigir a adopção de uma Constituição democrática. E não saímos enquanto o Governo não prometer

que as nossas exigências vão ser atendidas”.

Já os jovens do TGP, segundo o mesmo dirigente, não passam de “fascistas, kemalistas, que não se importam que o Governo massacre uma parte importante da população do país”.

Ninguém se sente seguro

Todos os dias há reuniões de manhã e à tarde entre representantes dos vários grupos representados na Praça Taksim. Nessas reuniões conjuntas o diferendo já foi abordado. Mas o problema foi quando alguém (um infiltrado disfarçado de jornalista, diz-se) foi dizer aos curdos que numa reunião dos jovens kemalistas foi discutida a forma de os expulsar da praça.

Agora, uns e outros não se falam, e os estudantes têm medo de se aproximar da tenda do póster de

Öcalan. Alguns elementos do TGP receiam que ocorram lutas entre os dois grupos, pela calada da noite. Ninguém se sente seguro nos acampamentos.

A diversidade de causas, finalmente juntas contra o inimigo comum – o Governo de Erdogan – parecia ser uma força do movimento. Mas talvez se revele ser a sua fraqueza, se provarem ser completamente incompatíveis umas com as outras. Talvez Erdogan conte com isso para resolver a crise de Taksim. Como sempre contou.

As reportagens na Turquia são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



publico.pt

Governo falha serviços mínimos mas não recua nos exames do dia 17

Nuno Crato opta por braço-de-ferro total com sindicatos e mantém prova de Português do 12.º ano no dia 17, apesar de colégio arbitral ter recusado fixar serviços mínimos. Exames estão em risco em muitas escolas **Portugal, 6**



BULENT KILIC/AFP

TURQUIA
PRAÇA TAKSIM
TRANSFORMADA EM PALCO DE
BATALHA CAMPAL Destaque, 2 a 4

Julgamento de ex-gestores do BCP vai ser retomado

TC não atendeu a pedidos de ex-gestores e manda retomar ou mesmo repetir julgamento do caso dos *offshores* p10

Refer tenta bloquear entrada de gestor envolvido nos swaps

Há um lugar à espera de Silva Rodrigues na Refer, mas a sua entrada colide com a redução de pessoal na empresa p16

Obama pressionado a explicar espionagem de dados pessoais

Revelações sobre programa agitam Congresso. UE quer garantias sobre direitos dos seus cidadãos p22/23

Cortes no subsídio mantêm-se apesar do chumbo do TC

Governo deu instruções aos serviços para manterem cortes no subsídio de férias até que saia a legislação p17

HOJE Marsupilami
 3.º álbum *Sarilhos na Palômbia*
 Por + 4,95€

TURQUIA

Polícia entra na Praça Taksim e transforma-a em palco de violenta batalha campal

A polícia turca tomou de assalto a Praça Taksim. O caos instalou-se. Houve feridos, raiva, barricadas, vandalismo, bombas de gás lacrimogéneo. Ao princípio da noite o centro de Istambul era o retrato de uma cidade em estado de sítio

Paulo Moura, em Istambul

Ilaidá está sozinha no meio do parque. O ataque vai começar e ela perdeu-se dos amigos. O medo desenhou-se no seu rosto branco e esguio, de 17 anos. Onde estão os teus amigos, Ilaidá? E porque não foges, como toda a gente?

O parque está cheio. As tendas, as bancas das várias organizações, as canções. Tudo na mesma excepto as máscaras de gás, e a guerra que se ouve lá fora. É como se aqui tivessem ficado as famílias, e para a praça partido os guerreiros. Mas quem não tinha percebido que são os mesmos, percebe-o agora. E é isso que se grita, quando, na crista de cada ciclo de emoção, uma força assanhada e trémula se apodera da multidão: “Ombro a ombro, todos somos Taksim!”

A polícia não entrou no Parque Gezi. Aproximou-se muito e lançou bombas de gás lacrimogéneo, mas não entrou. Os combates travam-se

na Praça Taksim e nas ruas à volta. Um cordão de polícia cerca agora a estátua de Atatürk, enquanto os veículos com os canhões de água, os Toma, uma orgulhosa invenção da indústria turca de armamento, se dispõem em estrela, virados para os manifestantes, que estão a toda a volta.

Os Toma, esses veículos brancos, sinistros e ridículos que se tornaram um símbolo. O rosto de um poder insensível, arrogante e absurdo, que fala mas não ouve ninguém.

“Cuidado, eles entraram pela Tünel Cadesi. Estamos encurralados!”, grita um rapaz com o rosto coberto com um lenço. “Por aqui! Por aqui!”. Estamos no meio dos combates, que duram há mais de 15 horas, sem interrupção. As barricadas foram destruídas pelos *bulldozers* da polícia, mas outras são erguidas quase instantaneamente.

Grupos de activistas correm pelas ruelas, atiram pedras e *cocktails* molotov. Avançam pela Praça Taksim, aproximam-se perigosamente dos polícias, lançam garrafas, objectos a

arder. Alguns conseguem incendiar um dos Toma, outros posicionam-se atrás das barricadas para dispararem físgas.

O gás lacrimogénio espalha-se, foram lançados milhares de bombas. Alguns jovens vomitam nas esquinhas, outros desfalecem, outros são levados em braços. São criados pequenos piquetes de cuidados médicos.

Grupos com paus, machados e pedregulhos destroem tudo o que vêem. Partem montras e vidros de carros, atiram pelo ar mesas e cadeiras de cafés e restaurantes. O vandalismo torna-se forma de combate, na impossibilidade de atingir directamente a polícia. Um grupo quebra o vidro de um banco e entra nas instalações, deitando-lhes fogo.

As linhas de combate são claras, ao início do dia, com os polícias na praça e os activistas em frentes dispostas em todas as ruas concorrentes. Mas a meio da tarde é o caos. O jogo do gato e do rato pelas vielas. A polícia acaba por romper as linhas dos manifestantes, ocupa o labirinto



de becos, rampas, escadinhas.

“Eles nunca conseguirão afastar-nos daqui”, diz uma rapariga com os olhos inchados do gás e uns calções curtos, depois de ter partido à paulada a montra de uma perfumaria. “Erdogan quer matar-nos a todos”.

Está tudo alagado, voam pedras, há uma nuvem de fuligem e fumo, embora o gás lacrimogéneo ataque em baforadas transparentes, de surpresa.

Agora os polícias ocupam a maior parte das ruas. Nalgumas, são às centenas. A luta está no sentido oposto, com os manifestantes a atirar pedras do lado da praça. Isto nesta rua, porque na próxima é ao contrário: as pedras voam de cá para lá, e as bombas de gás vêm nesta direcção. É o caos.

Durante horas, a guerrilha trava-se nas vielas, mas com o aproximar da noite o coração do conflito volta à Praça Taksim, onde começou.

O Parque Gezi é contíguo a Taksim. Situa-se numa espécie de morro, e está cercado pelas obras inter-

rompidas de um viaduto, parte do projecto de um centro comercial que o Governo quer construir e que está na origem dos protestos.

O cimo desse viaduto em cimento e ferro descarnado é uma espécie de balcão onde centenas de manifestantes observam o que se passa na praça e sua vizinhança. Uns descem para combater, outros regressam ao parque.

Há um permanente vaivém entre um lugar e outro, ninguém pode dizer que uns são os pacíficos ambientalistas e outros os combatentes radicais. Na praça, os recontros vão em crescendo, tornam-se batalha campal.

“O meu amigo não pode andar!”, grita um homem ao lado de outro, caído, que foi atingido numa perna por uma bala de borracha. “Chamem a ambulância!”

“Ambulância! Ambulância!” Ouve-se uma sirene. Abrem-se alas para a passagem. Não surge nenhum veículo, mas vários rapazes de bata branca, com uma maca desdobrável, e outro à frente com um megafone



Durante horas, a guerrilha trava-se nas vielas, mas com o aproximar da noite o coração do conflito volta à Praça Taksim, onde começou

que emite o som gravado de uma sirene de ambulância. Correm até ao ferido e levam-no, com a sirene a tocar. A multidão bate palmas.

Mas há cada vez mais feridos. Corpos acumulam-se no chão, inanimados, passa um homem com a cabeça empapada em sangue. Ao som dos disparos e das bombas junta-se o das pancadas em chapas de zinco, vindo do parque, num estremecimento tribal. Um conjunto de mangueiras de borracha é incendiado, espalhando fumo negro.

A polícia redobra a intensidade

do bombardeamento e os manifestantes lançam ferros, garrafas e *cocktails*-molotov. Uma mulher idosa atira pedras muito próxima de um dos Toma. De cada vez que este esguicha a sua peçonha, tem de recarregar os depósitos com um repugnante guincho de sucção, como o monstro de um filme sobre alienígenas.

Em vez de demover os activistas, a intensidade do fogo policial atrai cada vez mais para o combate. Muitos vêm do parque, onde até ontem se diziam pacifistas.

No interior de Gezi espera-se o ataque desde madrugada. Às 5 da manhã alguém gritou: “Eles vêm aí!”. Se a polícia entrar no aglomerado de tendas, cheias de jovens e crianças, pode ser um massacre.

Estão cada vez mais próximos. Lançam bombas de gás para dentro do parque. Quando isso acontece, gera-se um silêncio aflito. Fica tudo suspenso, correndo como sonâmbulos para o outro lado do arvoredo, de acordo com o plano estabelecido.

Onde estão os teus amigos? “Não sei”, balbucia Ilaida, parada como se estivesse agarrada ao chão. Há quem esfregue os olhos com pomadas, quem vomite, quem desmaie. Uns abraçam-se, outros olham em redor, transidos de medo. Todos choram. Eles, que nunca souberam explicar que objectivo os mantém ali, juram agora que ficam até morrer.

“Quando a polícia entrar cá, não vou fugir. Fico e vou lutar”, diz Ilaida, com olhos perdidos e cheios de lágrimas. Ninguém duvida de que a polícia vai entrar. Estão à espera. “Esta noite. Esta noite eles vão acabar connosco”, diz Ilaida serenamente, num esforço por manter os olhos abertos. Que efeitos secundários terá esta arma, além de pôr as pessoas a chorar?

As reportagens na Turquia são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Mundo
Ver mais em
www.publico.pt

Paciência com os protestos “acabou-se”, disse Erdogan

Rita Siza

O primeiro-ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, já tinha avisado os manifestantes de Istambul, Ancara e Izmir, que a paciência do seu Governo com os protestos estava a esgotar-se. Ontem, foi claro e cristalino: “Tínhamos dito que não íamos tolerar mais estes incidentes. Agora acabou-se”, informou.

Erdogan falou no Parlamento ao mesmo tempo que um vasto dispositivo policial avançava sobre a multidão concentrada na Praça Taksim e envolvente do Parque Gezi, com veículos blindados, canhões de água e *bulldozers*. As ordens dadas às autoridades foram para “pôr fim” à ocupação do espaço público e “saltar ao pescoço dos provocadores e terroristas” envolvidos nos protestos. “Ninguém escapa”, garantiu.

Tanto a acção da polícia como as palavras do primeiro-ministro apanharam os turcos de surpresa: Erdogan tinha concordado reunir-se amanhã com uma representação dos manifestantes, uma manobra que foi interpretada como a primeira concessão do seu Governo, debaixo de fogo há quase duas semanas.

“O que é que achavam que ia acontecer? Que íamos ajoelhar perante estas pessoas? Se dizem que o primeiro-ministro é duro, então fiquem a saber: o primeiro-ministro não vai mudar”, desafiou Erdogan, num discurso à bancada (maioritária) do seu Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP na sigla turca) e que foi transmitido em directo pela televisão.

“Um ataque foi lançado contra o nosso país, com o apoio de forças internas e externas. A subida das taxas de juro, a queda do mercado de capitais, a deterioração das condições para o investimento, a intimidação de investidores: estes esforços para distorcer a imagem da Turquia fazem parte de um projecto sistematizado”, acrescentou.

Antes, o chefe do Governo tinha descrito os milhares envolvidos nos protestos como “vândalos”, “extremistas”, “saqueadores” e “desordeiros” a mando de potências estran-

geiras. A caracterização feita ontem sugeriu que os manifestantes estariam a ser manipulados por uma organização mais sofisticada, um *lobby* difuso constituído por instituições financeiras e grupos de *media*, interessados em promover “uma revolta ilegal contra a democracia”.

O ataque à democracia é, precisamente, um dos argumentos esgrimidos pelos opositores contra o primeiro-ministro, que aos 59 anos e após mais de uma década no poder, continua a ser o político mais popular da Turquia. O seu Governo conservador foi acusado de ignorar o carácter laico da nação e promover uma agenda declaradamente islâmica; Erdogan foi pessoalmente responsabilizado pela repressão de opositores – jornalistas, curdos,

As sondagens demonstram, porém, que os protestos das últimas semanas não tiveram um impacto significativo na base de apoio do primeiro-ministro. Erdogan e o AKP continuam a ser os grandes favoritos nas eleições locais e presidenciais marcadas para o próximo ano (e também para as legislativas de 2015). Segundo explicou à Al Jazira o director do Centro de Estudos Modernos da Turquia da Universidade Sehir de Istambul, Umit Cizre, a hegemonia eleitoral dos conservadores tem a ver com a fragmentação – e confusão – dos partidos da oposição. “Têm problemas de liderança, de ideologia, de projecto político”, considera.





TURQUIA
VIAGEM À
REPÚBLICA
TAKSIM

ISTAMBUL

A NOITE MAIS LONGA

Partidos comunistas, anarquistas, armênios, alevitas, organizações ilegais, marxistas-leninistas de luta armada, todos abancaram e acamparam no Parque Gezi. “Porque não atacam agora? Não tenho medo” **PAULO MOURA**, EM ISTAMBUL





Distúrbios na Praça Taksim: algumas crianças parecem-se muito com provocadores, e, entre estes, há os que não passam de crianças



Pouco antes da meia-noite alguém, não se sabe como, arrastou um piano de cauda para o meio da multidão. Em plena Praça Taksim, com milhares de manifestantes concentrados entre dois contingentes da polícia de intervenção. Depois de 22 horas (contadas ao cronômetro) de combates e lançamento ininterrupto de gás lacrimogêneo. Depois de cerca de cinco mil feridos e cinco mortos, muitos *cocktails-molotov* contra jactos de água dos Toma, os blindados especiais da polícia turca. Canções, palavras de ordem, fugas e avanços, o medo, o desespero, a resposta com pedras, fisgas, paus, ferros e garrafas, depois de tudo isso, agora, que a batalha final pode estar por minutos, alguém trouxe um piano.

A polícia cerca a estátua de Mustafa Kemal Atatürk, no centro da Praça Taksim, os escudos dispostos em flor em torno do pai da Turquia moderna. Do outro lado, frente ao Centro Cultural Atatürk, o outro dispositivo policial. Aqui, alinhados em parada, de equipamento completo, prontos a entrar em ação. Ouve-se o birimbau dos *walkie-talkies* e os motores dos Toma, pára-choques e janelas blindadas já meio queimados pelas refregas da véspera, a aquecer.

Os manifestantes estão no meio, não como escudos humanos, mas como carne para canhão. A escolha foi esta, ficar aqui. Não muito inteligente, de propósito: se a polícia carregar, não haverá por onde fugir. De um dos lados, que dá acesso à Rua Istiklal, a polícia facilmente

cutará a passagem. Do outro está o Parque Gezi, com as suas tendas e os muitos milhares de ocupantes. Mas o caminho que normalmente é amplo, ali onde começam as árvores em cuja defesa tudo isto começou, está agora barricado com entulho, pedras e ferros, contentores, grades e barrotes e dois carros queimados. A barreira tem a função de impedir o avanço dos carros da polícia sobre o parque, mas agora impede também os manifestantes de fugirem para lá. O acesso é feito por um pequeno corredor onde só passa uma pessoa de cada vez. Se a polícia atacar de ambos os lados, a multidão será amarfanhada na praça. Instalar-se-á o pânico e todos ficarão à mercê das bastonadas, jactos de água, do gás ou dos tiros.

Mas esta vulnerabilidade é a estratégia do dia, tal como a de ontem foi o ataque de longe. Agora, o que é preciso é mostrar que se tem mais força do que as armas da polícia. Pode falhar tudo menos a coragem. Por isso é preciso juntar o maior número possível de pessoas neste local perigoso. Vários activistas com megafones fazem este apelo. E é correspondido.

Muitos vêm do parque: são os supostos pacifistas, aqueles cuja reivindicação é puramente ambientalista e a quem o Governo tem chamado “pessoas decentes e razoáveis”. Outros pertencem ao chamado grupo dos “provocadores”. Distinguem-se pelo equipamento de qualidade profissional – máscaras tipo astronauta, capacete de mineiro, coletes rígidos – e, claro, pelos pedregulhos nas mãos. Um grande número traz fisgas, enormes e letais, e

“O nosso protesto é pacífico. Ninguém trouxe para aqui armas, nem sequer máscaras antigás”, diz a estudante Birgul

alguns, com mais queda para a química, vêm munidos de *cocktails-molotov*.

Mas os dois grupos estão juntos, e, quando os agentes da polícia receberem as suas funestas ordens, não terão qualquer hipótese de discriminar os alvos em tempo útil.

Ninguém parece preocupar-se com isso, apesar dos insistentes apelos do primeiro-ministro, Recep Tayyip Erdogan, do governador de Istambul, Huseyin Avni Mutlu, e do ministro do Interior, Muammer Güler, para que os “miúdos razoáveis” se descartem dos “provocadores terroristas ilegais”.

“Nós acreditamos na sinceridade das nossas crianças”, diria Güler. “Não é possível que estas crianças estejam no mesmo local que os provocadores, no Parque Gezi. Se os grupos marginais continuarem com os confrontos, a nossa polícia terá de fazer o seu trabalho.”

Uma coisa é óbvia, tanto em Gezi como em Taksim e ruas circunvizinhas: “crianças” e “provocadores” são muito amigos. Entoam canções de mãos dadas, arremessam pedras em conjunto, tratam uns aos outros os olhos inflamados pelo gás pimenta e os fermentos. Algumas crianças parecem-se muito com provocadores, e, entre estes, há os que não passam de crianças.

“Ombro a ombro, todos somos Taksim!” é uma das palavras de ordem mais ouvidas. “O nosso protesto é pacífico. Ninguém trouxe para aqui armas, nem sequer máscaras antigás”, disse Birgul, uma estudante de 20 anos sentada no pó, com umas *leggings* às flores. “Mas depois do ataque brutal da polícia, tudo



isso mudou. Ao princípio ainda acreditámos que a violência se devia à acção de alguns provocadores. Mas agora vemos que esses mais activos apenas estão a proteger-nos.”

Maksud, um engenheiro de 31 anos, conta que, de início, não ligou aos protestos, nem aos seus objectivos. “A questão das árvores do parque é relevante, mas não o suficiente para me fazer vir para a rua. Acho que há coisas mais importantes contra as quais lutar. Mas quando soube da violência da polícia sobre manifestantes pacíficos e desarmados, aí tudo se tornou diferente. Eu tinha de vir para cá. A luta agora não é contra a construção de um centro comercial no parque. É contra a brutalidade da polícia e deste regime.”

O número de manifestantes agora é incomparavelmente maior do que o inicial. A repressão da polícia logo no terceiro dia dos protestos (31 de Maio) criou um problema, em vez de resolver outro, menor.

A razão de queixa dos ambientalistas era o projecto governamental de destruir o Parque Gezi, uma das poucas zonas verdes do sector europeu de Istambul, para erguer no seu lugar um centro comercial. Este seria uma réplica de um quartel de artilharia do tempo do Império Otomano, a caserna de Halil Pasha, construído no início do século XIX no reinado do Sultão Selim III.

O edifício foi muito danificado três anos depois da construção, em 1809, durante uma rebelião contra a restauração do regime constitucional, que tinha sido implantado no ano anterior. Em 1921, o pátio interior do monu-

Um manifestante anti-Erdogan com a bandeira turca na Praça Taksim. Os protestos espalharam-se para outras cidades turcas. Na página ao lado, uma detenção policial na Praça Kizilay, em Ancara

mento foi transformado num estádio de futebol, que seria demolido em 1940.

A reconstrução do quartel é vista hoje, por muitos críticos do Governo de Erdogan, como mais uma demonstração de apreço pelo passado otomano da Turquia, e do desprezo pelo ideal do secularismo do Estado fundado por Atatürk.

Além disso, o edifício serviria para impor uma certa ordem numa zona da cidade que os últimos anos transformaram num bairro boémio, de artistas e intelectuais, frequentado por jovens ateus ou pouco praticantes dos ritos muçulmanos.

A zona de Taksim, do Parque Gezi, dos bairros de Pera e Beyoğlu é a mais cosmopolita de Istambul. Também a mais revolucionária. Não há semana em que não haja aqui manifestações e protestos contra as autoridades, protagonizadas pelos mais diversos grupos. Mesmo quando não há, as ruas estão permanentemente cheias, de dia e de noite, bares, cafés e restaurantes nunca fecham portas, atraem multidões e debitam música aos berros em altifalantes virados para fora.

Na Rua Istiklal, a principal artéria desta zona comercial e boémia, bem como no labirinto de ruas circundantes, multiplicam-se os vendedores de rua, apregoando aos gritos roupa, jóias, sapatos, bugigangas, tocando apitos e cornetas, chamando e arrastando os clientes pelo braço. Muitas das ruas não têm trânsito automóvel e estão saturadas de livrarias e alfarrabistas, com montanhas de livros à porta, ou acumulados em carrinhos de supermerca-

do, lojas de antiguidades e de postais, gravuras e mapas antigos, galerias de arte, ateliers de design, perfumarias tradicionais, muitas barbearias, músicos de rua, pantomineiros, domesticadores de macacos e salamandras.

As ruas da zona estão peçadas de *graffiti* e a manifestação da Praça Taksim prolonga-se por elas, sem se perceber onde acaba. Construir aqui o imponente quartel otomano, ainda que transformado em centro comercial, poria alguma ordem nesta balbúrdia. O que não agradaria nada aos *çapulcu*, a nova raça de gente recém-identificada pelo primeiro-ministro.

No seu primeiro discurso após o início da manifestação, Erdogan chamou isso mesmo – “*çapulcu*”, que quer dizer algo entre bandido, vadio, cigano e marginal – aos activistas do protesto. E logo o termo, que até então era reconhecidamente pejorativo, ganhou estatuto de elogio. Tornou-se num slogan, numa bandeira. Não há quem não queira ser *çapulcu*. A palavra apareceu escrita em todas as paredes, todos os cartazes, todas as T-shirts. Derivou em neologismos, como *çapulung*, que pode ser usado em inglês e significa manifestar-se, ou, num sentido mais lato, levar uma vida boémia e reivindicativa como os *çapulcu*, como nos cartazes em que se lê: “*I’m çapulung everyday.*”

Sinan, um jovem empregado num hotel de luxo, passou a usar diariamente umas calças de ganga todas rasgadas, como símbolo do seu novo estatuto. “Eu tive uma educação muçulmana, mas hoje não acredito em Deus, sou materialista”, explica Sinan. “Nunca me deito



antes das seis da manhã. E gosto de beber álcool. Há anos que escolhi este estilo de vida. Por isso sou, com muito orgulho, um *çapulcu*.”

O projecto da construção da caserna de Halil Pasha estava anunciado desde as eleições de 2011, que colocaram no poder o Governo de Erdogan com 50% dos votos (mais do que nas duas últimas). Mas foi quando um viaduto e uma estrutura de alicerces em cimento armado começaram a ser construídos no Parque Gezi, e as primeiras árvores começaram a ser derrubadas, que soou o alarme. Foi convocada uma manifestação pacífica, uma ocupação do parque.

Mas três dias depois a polícia foi enviada, para acabar com aquilo que foi visto como uma perigosa afronta ao poder estabelecido. Não era, mas passou a sê-lo, após o desproporcional ataque com gás lacrimogénio e canhões de água.

Milhares de feridos e três mortos foi o balanço dos confrontos que ocorreram em Istambul e noutras cidades.

Aproveitando uma viagem ao Magrebe de Erdogan, o vice-primeiro-ministro veio pedir desculpa. “O uso da força excessiva contra pessoas que, ao princípio, se manifestavam apenas para proteger o ambiente, foi um erro”, disse Bulent Arinç. “E uma injustiça. Por isso, peço desculpa a esses cidadãos.”

Mas era tarde. E o tom humilde não foi seguido por Erdogan. Nos dias seguintes ao da

repressão, o parque transformou-se numa espécie de república alternativa.

“Nós estivemos no início, mas em pequenos números”, conta Ezgi, 22 anos, membro da União da Juventude Turca (TGP), uma organização de universitários que apoia a ideologia de Mustafa Kemal Atatürk. “Mas depois começaram a vir de todo o lado. Nós temos milhares de elementos, em muitas universidades. Quando se tornou claro que isto era uma manifestação contra este Governo e a sua brutalidade autocrática, toda a nossa gente começou a vir para cá.”

A TGP, que integra 65 clubes de 40 universidades, é uma organização nacionalista e kemalista. Defende a ideologia do secularismo de Atatürk, mas também a intolerância para com os curdos e outras minorias. Recusa a integração da Turquia na União Europeia.

As manifestações, para eles, não são nada de extraordinário. Ezgi relata vários protestos em que participou nos últimos anos, quase todos eles com “direito” a gás lacrimogénio e muita bastonada. “Passamos a vida nisto. Não apenas em Istambul. Deslocamo-nos a todo o país, para participar em protestos, ocupações. A polícia age sempre desta forma violenta, que é a marca deste Governo, de Erdogan. É um governo imperialista, que obedece cegamente às ordens dos americanos.”

A tenda da TGP é enorme, distribui livros e panfletos e também biscoitos e sumos. É apenas uma das muitas dezenas de estamínes de organizações, clubes, partidos, legais e ilegais.

“A luta agora não é contra a construção de um centro comercial no parque. É contra a brutalidade da polícia e deste regime”

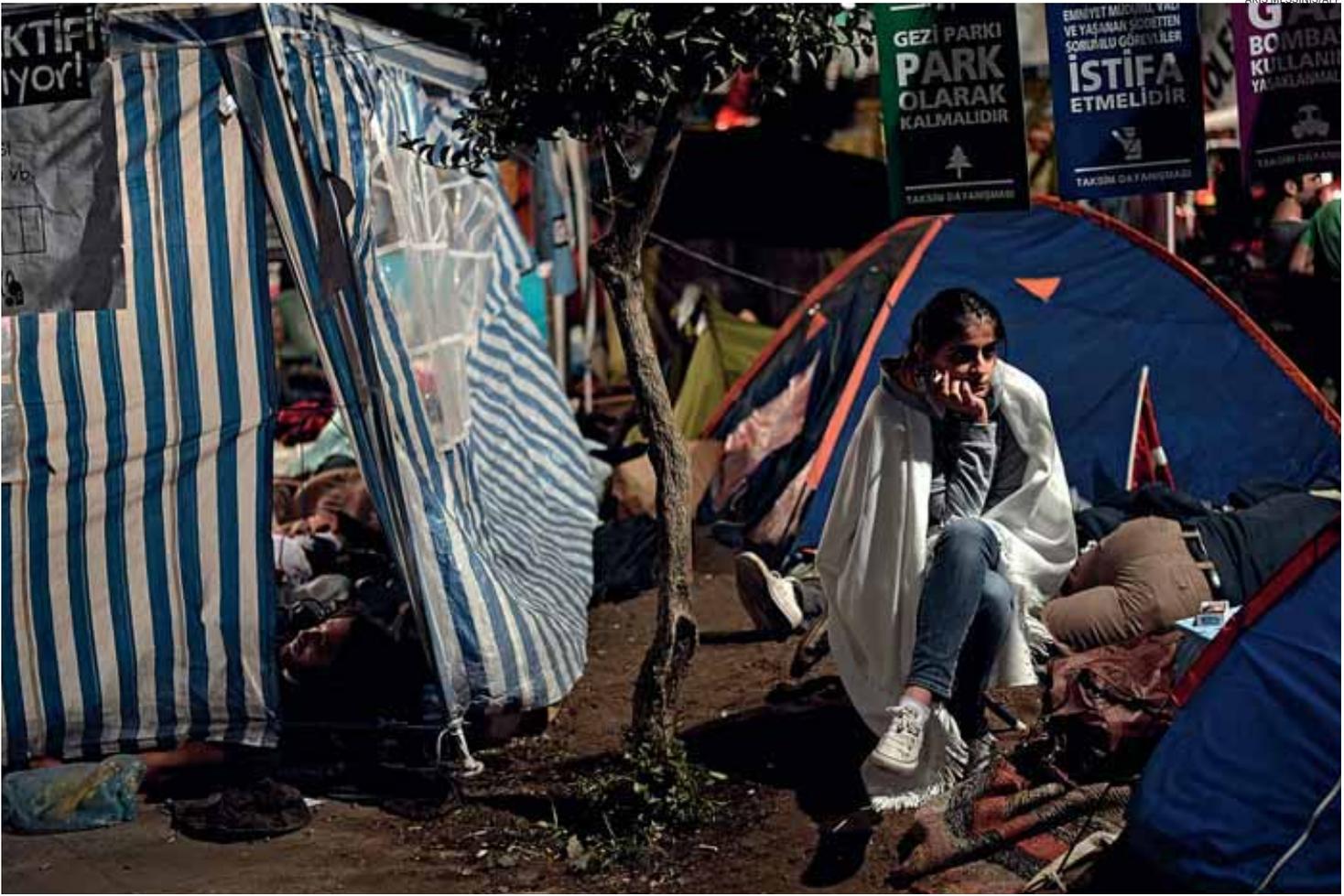
Asemath Qasim, 59 anos, acaba de sair da prisão. É dirigente do Partido da Paz e da Democracia (BDP), o partido legal curdo, com deputados no Parlamento. No entanto, foi presa numa operação, há um ano, contra mais de 500 dirigentes, advogados, jornalistas, professores, escritores e outros intelectuais curdos. Nunca foi julgada, mas a libertação só veio depois do acordo, em Março, entre o primeiro-ministro e o líder histórico do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), Abdulah Oçalan, detido numa ilha-prisão “privativa” desde 1999.

Depois de 30 anos de guerra contra as autoridades da Turquia, pela autonomia do Curdistão, Oçalan concordou com um cessar-fogo e renunciou definitivamente ao separatismo. Na tenda do BDP não deixa de estar afixado, enorme, um *poster* de Oçalan, o “criminoso” mais ilustre do país.

“Ele é a pessoa que liderou o movimento de resistência dos curdos contra a opressão de Ancara, durante 30 anos”, diz Asemath. “Não é o líder do nosso partido agora, mas não podemos deixar de o admirar e venerar.”

Outras organizações, no parque, criticaram, nas reuniões conjuntas dos líderes dos vários grupos, o facto de os curdos passarem os dias a dançarem, com música étnica curda aos berros, e a ostentação do retrato de um homem que está preso e que luta pela cisão da Turquia.

“Nós já tirámos há muito essa reivindicação



Os manifestantes instalaram-se no Parque Gezi com tendas. Muitos protegem-se do gás lacrimogéneo lançado pelas forças policiais com máscaras improvisadas. Outros improvisam meios de ataque: cocktails-molotov e foguetes

MARCO LONGARI/AFP



MARCO LONGARI/AFP



BULENT KILIC/AFP



ARIS MESSINIS/AFP



do nosso programa”, diz outro elemento do BDP. “E temos todo o direito de estar aqui, porque ninguém sofreu mais com a destruição do ambiente do que nós. Este Governo destruiu milhões de árvores no Curdistão. Arrasou territórios inteiros, alagando-os, para que as populações fossem obrigadas a fugir para as cidades, onde há maior controlo policial.” Um dos deputados do partido curdo, Sirri Sureyya Onder, foi, aliás, um dos homens que, no primeiro ataque da polícia, se colocaram em frente aos blindados, para que eles não entrassem no parque, referiu o militante do BDP.

Çelem Birgul, de 44 anos, não precisa deste pretexto para justificar a sua presença no parque. É membro do Partido Comunista da Turquia (TKP), uma organização que hoje conta apenas com uma percentagem residual nas eleições. “Estamos aqui para lutar contra um governo imperialista”, explica Çelem junto à banca com panfletos do TKP. “É mentira que os protestos que se realizam aqui e também por todas as principais cidades turcas tenham como motivo a destruição do parque. São protestos alargados contra o Governo e as suas políticas.”

Rauf, um jovem que diz pertencer a um grupo anarquista, afirma também que a sua luta não são propriamente as árvores do Parque Gezi. “Tal como diz neste comunicado, estamos a exigir do Governo que liberte os elementos anarquistas que foram presos na manifestação do último 1.º de Maio. Os anarquistas turcos estão solidários com os jovens que ocupam o Parque Gezi. E pedimos também solidarieda-

Um vendedor de pão turco tradicional no bairro conservador e pró-Erdogan de Subayeleri. Ao lado, um casal de noivos na Praça Taksim. No seu primeiro discurso após o início da manifestação, Erdogan chamou “çapulcu” (bandido, vadio, cigano e marginal) aos activistas

de para com a nossa causa, que não tem voz no país.”

O Partido Republicano do Povo (CHP) tem uma voz. É o principal partido da oposição no Parlamento, mas não perde oportunidades de diversificar a sua luta política, aproveitando-se de movimentos espontâneos como este.

“Não é nenhum aproveitamento político”, diz Toprak Fethi, militante do partido. Os nossos líderes estiveram aqui desde o primeiro dia. Foram eles, aliás, que chamaram a atenção para o problema ecológico colocado pela destruição do parque. Sempre discordámos desse projecto, dissemo-lo desde a campanha eleitoral.”

O CHP, um partido de centro-esquerda, que se assume como social-democrata, tem a sua base de apoio na classe média turca e nos sectores mais urbanos e cultos. Nas eleições de 2011 conquistou 26% dos votos.

Partidos comunistas, anarquistas, representantes dos arménios, dos alevitas (ambas as etnias sofreram, no passado, massacres decididos e perpetrados pelas autoridades turcas), bem como organizações ilegalizadas, como o Dev-Sol, uma organização marxista-leninista de luta armada, todos abancaram e acamparam no Parque Gezi.

Representam, afirmam, os outros 50% dos turcos, que não votaram em Erdogan. Este tem lembrado, durante as últimas semanas, que não vai ceder nos seus propósitos e projectos,

porque tem atrás de si a maioria dos turcos. “Não permitiremos que uma minoria dite a sua lei à maioria”, diz ele. O que os 50% das minorias contrapõem a isto é que, num país tão diverso como a Turquia, o regime democrático tem de ter mais respeito pelas minorias.

“Eu estou aqui pela minha liberdade. Liberdade política e social, mas também sexual”, diz um jovem. Outro sublinha que a sua reivindicação é o direito a consumir álcool. Outro ainda refere o direito ao aborto e a discriminação contra os gays.

Com toda a sua variedade de causas, o parque encheu-se de pessoas e tendas, criou uma vida própria. Aulas de ioga e meditação, concertos, festas, uma livraria livre, todos os dias a “cidade” ia crescendo, na exacta medida em que o discurso de Erdogan se tornava mais agressivo, mais arrogante.

“A arrogância dele é o principal motivo por que estou aqui”, diz Tanay, uma professora de 27 anos. “Ele só faz o que quer, como quer, não ouve ninguém, não discute ideias, não negocia, não respeita ninguém. É um ditador fascista, apesar de ter ganho as eleições. Quem vota nele é a massa inculta da Anatólia interior, a quem o partido do Governo oferece dinheiro e electrodomésticos na altura das eleições.”

Até que às 7h30 da manhã de terça-feira, dia 11 de Junho, a polícia entrou na praça. Avançaram com as forças de intervenção, com os veículos Toma, lançando jactos de água e gás lacrimogénio. O objectivo era “limpar” a praça, explicaram depois, de cartazes e bandeiras.

Levaram tudo à frente, destruíram as bar-



MARCO LONGARI/AFP

ricadas erguidas pelos manifestantes, perseguiram-nos pelas ruas em redor.

Os manifestantes reagiram com pedradas e *cocktails-molotov*, alguns grupos vandalizaram lojas, restaurantes, hotéis e bancos. A polícia lançou milhares de bombas de gás, durante 22 horas seguidas. A zona de Taksim foi uma batalha campal durante todo o dia e toda a noite. Houve muitos feridos, carros incendiados, pessoas intoxicadas. A polícia ocupou todas as ruas, avançou sobre os activistas, correu atrás deles, por vezes em cenários de luta corpo a corpo.

Ao cair da noite a batalha concentrou-se de novo na praça. Mas a polícia não entrou no parque. Lançou gás lacrimogéneo através das defesas e barricadas, mas não avançou sobre as tendas e os milhares de pessoas.

Às 5 da manhã estava terminado. Quarta-feira amanheceu sossegada, o Parque Gezi estava incólume. O primeiro-ministro, depois de uma reunião com personalidades da cidade, anunciou que a crise estaria resolvida em 24 horas.

“É agora. O ataque é hoje. Todos o sabemos, mas não vamos fugir”, diz Guz, 25 anos, máscara de gás e capacete. “Ontem tomaram a praça, hoje vão limpar o parque. O primeiro-ministro já o disse, o ministro do Interior também. Não há dúvida, vão fazê-lo.” A multidão junta-se na praça, entre os dois contingentes da polícia, pronta a atacar. São 9h30 e está tudo à espera

“

“Eu tive uma educação muçulmana, mas hoje não acredito em Deus, sou materialista”, explica Sinan. “Nunca me deito antes das seis da manhã. E gosto de beber álcool. Sou, com muito orgulho, um çapulcu”

da batalha final. A tensão é extrema. Ao mínimo movimento dos agentes, ou de um dos carros Toma, desata tudo a fugir de um lado para o outro. Mas ninguém sai.

Com um megafone, um homem dá ordem para que todos se sentem. Obedecem-lhe. Evidenciando uma atitude ainda mais pacífica, ainda mais vulnerável, milhares de pessoas sentam-se no chão. Entoam canções, gritam slogans, batem palmas. Estão todos equipados a rigor, com máscaras e capacetes, umas mais profissionais, outras improvisadas. Muitos parecem ter ido a uma loja de desporto equipar-se para esta modalidade.

No parque, organizam-se os “hospitais”, com uma tenda especial e um corredor de segurança, iluminado, para receber os feridos. Noutra tenda reúnem-se extintores. Centenas, trazidos por voluntários, para quando as tendas começarem a ser incendiadas pela polícia ou grupos seus colaboradores.

A excitação e o medo crescem a cada minuto. Os polícias vão atacar, mas quando? Estão ali, tão próximos que é possível falar com eles.

É então que, no parque, explodem foguetes de fogo-de-artifício, iluminando o céu. No mesmo momento, começa a música. Holofotes iluminam o piano que foi trazido para o meio das pessoas, e o pianista, um homem de cabelo comprido, chapéu de palha e máscara de gás ao pescoço.

Estavam montadas as luzes e o sistema de amplificação sonoro. O pianista, um siciliano radicado na Alemanha chamado David Marcello, começa a tocar o *Imagine*, de John Len-

non. Para surpresa de todos, o som espalha-se pela praça, enche-a como uma nuvem.

É quase meia-noite, provavelmente a hora fatal, e um pianista louco está a tocar o *Imagine* num piano de cauda. A multidão entoia a melodia olhando em volta, para os polícias estacados, imperturbáveis, prestes a lançar-se no massacre.

A seguir, o pianista, agora já com um capacete na cabeça, toca *Let it be*, depois um improviso a partir do ritmo das palavras de ordem que a multidão começa a gritar.

Duas raparigas de vestidos largos e claros correm pela praça, sob os holofotes azuis dos blindados, na zona de segurança em frente aos polícias, dançando ao som da música. Um homem canta a plenos pulmões as palavras de *We are the world*, que Marcello agora interpreta. E uma rapariga ao lado dele diz, a chorar: “Porque não atacam agora? Queria que viessem agora. Não me importaria. Não tenho medo nenhum. Desejo mesmo que nos ataquem agora.”

Mas ainda não era a altura. Passou mais uma noite. A República de Taksim entrou na segunda semana.

As reportagens na Turquia são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



ARIS MESSINIS/AFP





Escalada de acusações entre Crato e sindicatos aquece greve aos exames

Ministro e líder da Fenprof com versões antagónicas sobre negociações para evitar a greve. Alunos vão ser seriados por ordem alfabética. Nomes começados por A têm mais hipóteses de fazer exame **Destaque, 2/3**



ISTAMBUL
CONFRONTOS ESPALHAM-SE
POR TODA A CIDADE
Mundo, 22/23

DADO RUVIC/REUTERS

Rui Costa repete vitória na Volta à Suíça em bicicleta

Português vence pelo segundo ano consecutivo, depois de ser o melhor no contra-relógio final **p41**



CDS decide aliança com PSD nas europeias após OE

Paulo Portas decide a forma como o partido concorre depois do Orçamento do Estado de 2014 **p9**

INVESTIGAÇÃO BRASIL E PORTUGAL APOSTAM EM REDE TECNOLÓGICA FALADA EM PORTUGUÊS **Economia, 20/21**



“Vamos continuar a luta. Gezi é em todo o lado, agora”

Recep Erdogan mandou reprimir a manifestação contra o governo: “Era o meu dever como primeiro-ministro”, disse. A polícia gaseou, pontapeou e prendeu quem apanhou pela frente

Reportagem Paulo Moura, em Istambul

A violência espalhou-se ontem por toda a cidade de Istambul, em focos de confrontos entre polícias e manifestantes, ataques com canhões de água e muito, muito gás lacrimogéneo.

“Estou em Harbiye, e há grande número de feridos”, disse ao PÚBLICO uma manifestante, por telefone. “O gás está por todo o lado, a polícia quer matar-nos”. Outro manifestante ligou de Osmanbey, um bairro alguns quilómetros a norte da praça Taksim: “Estão a prender centenas de pessoas. Cidadãos comuns, jornalistas. Toda a gente que tem uma máscara de gás, dizem que é ilegal, e prendem”.

Em Besiktas, nas margens do Bósforo, “eles correm atrás das pessoas e espancam-nas”, disse uma estudante também por telefone. “Entram em todo o lado. Nos restaurantes e cafés, hotéis, até nas casas”.

A rua Istiklal, a mais movimentada de Istambul, era agora dominada pela polícia. Certas partes da rua foram evacuadas, noutras, grupos de polícias atacavam e perseguiam grupos de manifestantes. Houve correrias, gritos, corpos caídos sob o efeito do gás, de balas de borracha ou bastonadas.

Muitas pessoas refugiaram-se em várias das “passagens” que abundam nesta zona de Istambul. Na de Hazzo Pulo, por exemplo, as esplanadas dos cafés estavam cheias de gente. As duas entradas para a “passagem” têm portões, que piquetes de activistas fechavam quando viam um grupo de polícias. “Eles também não querem entrar aqui, porque ficariam encurralados”, explica Jefe, um engenheiro de 31 anos. O que os polícias fazem, em casos como este, é lançar gás lacrimogéneo para o interior do recinto. Quando isso acontece, é o pandemónio, uma autêntica câmara de gás.

“Vamos continuar a luta do parque Gezi. Gezi é em todo o lado, agora”, disse Jefe. “[O primeiro-ministro] Erdogan está a ser cada vez mais arrogante, cada vez mais fascista. Ele pensa que resolveu o problema evacuando o parque, mas está enganado. Isto até foi bom para nós, e para a Turquia. Porque agora as pessoas perceberam que podem falar, e que isso é bom. E perceberam que se podem unir. Desde o momento em que se percebe que isso é possível, as coisas nunca mais serão iguais”.

Todos terroristas

Após a evacuação do parque Gezi, que milhares de manifestantes ocuparam durante 18 dias, as unidades da polícia cercaram toda a área de Taksim. Enquanto o parque era limpo de tendas e bancas, contingentes policiais dispunham-se a toda a volta, nas ruas adjacentes e próximas, em todos os acessos.

Um dos ministros do Governo de Erdogan tinha dito que, após a intervenção da polícia, qualquer pessoa encontrada na zona de Taksim seria considerada terrorista. A polícia agiu em conformidade. Além de disparar água e gás sobre qualquer ajuntamento, andou de rua em rua, de porta em porta, a fustigar as pessoas. Muitas tinham vindo para aqui com o propósito de se manifestar. Outras simplesmente vivem cá, têm aqui os seus estabelecimentos comerciais, ou são turistas ou jornalistas.

A polícia não perde muito tempo a distinguir quem é quem. Agrida primeiro e pergunta depois, ou não chega a perguntar (o repórter do PÚBLICO foi agredido a pontapé e bastonada, mesmo depois de ter repetidamente informado os polícias de que era jornalista).

Muitos temiam que o ataque ao parque Gezi se transformasse num massacre. Isso não aconteceu. A operação foi realizada com muita organização e disciplina, permitindo que todos os ocupantes saíssem do parque, sem serem



**Uma funesta e amarelada
névum de gás lacrimogéneo
alastrou no centro de Istambul**

atacados. Já a “limpeza” de ontem não observou os mesmos cuidados. Não foi uma batalha campal envolvendo toda a cidade, como certas mensagens nas redes sociais dão a entender. Na verdade, em muitos locais reinou a calma. E não fosse pela funesta e amarelada névum de gás que alastrou por todo

o centro de Istambul, dir-se-ia que nada se passou.

Noutros locais, o que se passava era muito diferente. Em Kazlıçesme, a uns dez quilómetros do centro da cidade, o primeiro-ministro discursava num comício para centenas de milhares de apoiantes. “Aqueles que querem saber o que se passa na Turquia devem olhar para Kazlıçesme, em Istambul”, disse. “Estas centenas de milhares de pessoas não são as que queimaram e destruíram. Estas centenas de milhares de pessoas não são traidores, como os que atiram *cocktails* Molotov contra a minha gente. Seja o que for que façamos, vamos manter-nos nos rigorosos limites da democracia e da lei”, disse Erdogan. Acusou os media internacionais de quererem fabricar uma imagem falsa da Turquia como país violento e sem democracia. E depois lançou as ameaças: “Vamos identificar um a um aqueles que aterrorizaram as ruas das nossas cidades. Temos

OZAN KOSE/AFP

Iranianos celebraram nas ruas vitória de Rohani, o Presidente que é ainda uma incógnita

Irão
Maria João Guimarães

Analistas misturam entusiasmo e cautela. República Islâmica tenta mostrar unidade após contestação de 2009

Admitindo dores de maxilar pela boca aberta de espanto – “desta vez contaram mesmo os votos!”, comentava uma iraniana –, dezenas de milhares de pessoas saíram à rua no sábado à noite em Teerão para celebrar a eleição de Hassan Rohani, logo à primeira volta, contra todas as expectativas.

Cantaram *slogans* de apoio às reformas e a Mir-Hossein Mousavi, cuja derrota em 2009 levou a protestos de milhares de pessoas contra uma alegada fraude eleitoral (e que está ainda em prisão domiciliária). Nos comícios de Rohani, a polícia prendeu quem gritou a favor de Mousavi. No sábado à noite, não.

As autoridades da República Islâmica estavam determinadas a que estas eleições pudessem ser mostradas como um exemplo da solidez da República Islâmica.

Apesar da vitória surpresa de Rohani, que certamente não terá sido antecipada nem pelo Guia Supremo, o regime parecia tentar fechar o capítulo aberto com as eleições em que Mahmoud Ahmadinejad foi declarado o vencedor. “Em 2009 houve o mesmo entusiasmo mas com insultos; nesta eleição não houve desrespeito. É de valorizar o que avançámos em quatro anos”, disse o *ayatollah* no Twitter.

O antigo Presidente Akbar Hashemi Rafsanjani – desclassificado pelo Conselho dos Guardiães, organismo que revê as pré-candidaturas à presidência e decide que candidatos cumprem todas as condições para concorrer – também elogiou “a eleição mais democrática do mundo” na qual “não houve falhas”.

É difícil antecipar o que poderá mudar com a eleição de Rohani. No Irão, o poder está firmemente na mão do Guia Supremo, o *ayatollah* Ali Khamenei, e dos cada vez mais fortes Guardas da Revolução, com o seu império militar e económico – embora este conjunto de actores esteja longe de ser uma massa homogênea.

Um exemplo: Rafsanjani tinha dito que só concorreria com a permis-

são do *ayatollah* Khamenei, mas foi depois desclassificado. Houve um mal-entendido ou alguém além de Khamenei decidiu vetá-lo?

Havia, no entanto, analistas entusiasmados com a vitória de Rohani, que nos comícios mostrou uma chave gigante como símbolo de que tentaria abrir portas fechadas. Com a ressalva de se saber que não é ele quem decide na arena da política externa ou sobre as negociações do nuclear, notam que na campanha Rohani foi o único a criticar o rumo de não compromisso que levou às sanções: o seu resultado esmagador mostrou ao regime que a opinião pública está farta da actual via.

Mudança histórica

Suzanne Maloney, do Centro para Política de Médio Oriente da Brookings Institution, declarou que “houve uma mudança de significado histórico no Irão”. Rohani “é o candidato ideal para liderar uma nova iniciativa para tirar o Irão da sua luta debilitadora com a comunidade internacional sobre o nuclear”.

Trita Parsi, presidente do Conselho Nacional Irano-Americano, diz que o resultado mostra que os

reformistas não tinham afinal sido esmagados com toda a repressão e que agora mostraram como podem ter peso.

Nicholas Kristof, jornalista do *New York Times*, nota que o novo líder “vai ser constringido pelo *ayatollah* Khamenei, mas Khamenei está a envelhecer e isso pode tornar Rohani especialmente importante”.

Rohani, diz ainda Parsi, “irá provavelmente tentar mover-se para o centro e ser um Presidente unificador”. Mas o analista cita especulações de que tentará libertar os líderes do Movimento Verde da prisão domiciliária.

Ontem, Rohani reuniu-se com o presidente do Parlamento, Ali Larijani, para discutir a inflação e o desemprego, assim como possíveis nomes do seu governo. “Hoje, damos o primeiro passo para a cooperação entre dois ramos do poder”, disse o Presidente eleito, que tomará posse em Agosto, segundo a agência ISNA. Os Guardas da Revolução também anunciaram que estavam prontos “para a interacção e cooperação com a próxima administração no quadro de deveres e tarefas legais”.



todas as gravações das câmaras de vigilância das cidades. Vamos investigar os media e as redes sociais, para descobrir quem instigou esta violência”.

Mas a crise não está resolvida. Cinco centrais sindicais convocaram grandes manifestações para hoje, enquanto vários sindicatos apelavam a uma greve geral. As organizações de solidariedade do parque Gezi continuam a apelar para que todos se concentrem em Taksim. Em Ankara e noutras cidades turcas deverão realizar-se manifestações e greves. Tudo indica portanto que Gezi vai continuar ocupado, ainda que esteja vazio.

As reportagens na Turquia são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



O que mudará com Rohani?

“Ahmadi bye bye”

O que irá fazer o Presidente cessante

“Ahmadi Bye Bye”, cantavam iranianos eufóricos, celebrando a vitória do candidato reformista Hassan Rohani, em Teerão. O que fará agora o Presidente do blazer mal amanhado, que não pôde concorrer nestas eleições? O próprio Mahmoud Ahmadinejad disse que iria voltar ao ensino universitário — especula-se que não na área que estudou (engenharia civil) mas nas ciências políticas ou relações internacionais.

Aos 56 anos, Ahmadinejad é “um jovem em termos de política iraniana”, nota o escritor Hooman Majd.

Suzanne Maloney, do Brookings Institution, diz que o Presidente cessante não se irá retirar do mesmo modo que os seus antecessores, “muito cautelosos em não afectar o equilíbrio de poder — esse não é o estilo de Ahmadinejad”.

Este poderá preparar-se para regressar nas próximas eleições, daqui a quatro anos. Ray Takeyh, do Council on Foreign Relations, duvida: diz que não tem uma base de apoio popular. O Presidente saiu muito fragilizado tanto da sua reeleição duvidosa como do conflito com o *ayatollah* Khamenei no segundo mandato. “Deverá falar, e ser provocador, e isso poderá dar-lhe atenção, mas duvido que tenha influência sobre o país”, disse Takeyh.

Ali Vaes, do International Crisis Group, diz que tudo depende do seu sucessor. No final do mandato de Rafsanjani, lembra, todos o acusavam de ser corrupto e ansiavam por mudança. Veio Khatami, e as discórdias entre reformistas e conservadores quase paralisaram o país — Rafsanjani já não era tão mau. No segundo mandato de Khatami houve frustração porque este não conseguia impor reformas. E quando Ahmadinejad chegou ao poder, todos começaram a ter saudades de Khatami.



O REVERSO DA PRIMAVERA TURCA

*Há dois meses, milhares de jovens turcos protestaram contra o Governo de Erdogan. Mas seria a ocupação do parque Gezi apenas mais uma seqüela das primaveras árabes? Fomos ver o que está por trás da Primavera Turca. De Istambul à Anatólia Interior e ao Curdistão, uma viagem pelas contradições da Turquia. **PAULO MOURA**, NA TURQUIA*



Quando o autocarro entrou na ponte do Bósforo, rumo à Ásia, Istambul pareceu de súbito muito longínqua. Lá em baixo, as oito correntes do estreito pelejavam por uma hegemonia impossível. O vento soprava do Mar Negro. Os palácios reflectiam nas águas revoltas as suas imagens incertas, quiméricas. Os navios pareciam andar às voltas, rápidos, determinados e sem rumo.

O Bósforo finge ser um rio, mas não é. Tem toda a força de um oceano concentrada num cabelo. É profundo, transparente, sonoro, hostil. Está carregado de História, mas a sua lealdade é para com a Natureza selvagem. Um seu embaixador, por vezes. Outras, agente secreto. Interpelando a civilização, contrariando-a nas suas leis, nas suas certezas. Um aviso de que uma cidade é um empreendimento impossível. Tal como um país.

Para os mais de 15 milhões de istambulenses, porém, é indistinto que o estreito seja um agente da Natureza ou da História, sentidas como igualmente estranhas, distantes, imprevisíveis, opressoras.

Entre as recordações de infância de Orhan Pamuk, Nobel turco da Literatura, está a daqueles homens que passavam os dias a observar o Bósforo, vigiando os seus perigos. Navios de guerra soviéticos, embarcações dos traficantes de droga, acidentes e incêndios nos ferries. O Bósforo não foi apenas o canal de todas as invasões. Continua a ser uma ameaça, um intruso, o cavalo de Tróia vivo e ubíquo

que a cidade contempla em êxtase e terror.

Além do encontro entre a Europa e a Ásia, laboratório da coexistência de democracia e islão, compromisso entre tradição e modernidade, previsão do futuro da Europa, palco do choque de civilizações, este é apenas mais um dos clichés de Istambul: é o lugar onde a História se cruza com a existência individual.

Em Maio deste ano, o Governo começou a destruir o parque Gezi, junto à Praça Taksim, para construir a réplica de um quartel otomano. Em consequência, milhares de pessoas manifestaram-se contra o Governo no parque Gezi, que foi outrora um cemitério arménio, povo vítima de genocídio às mãos dos otomanos em 1915. O cemitério foi destruído para construir o hotel Divan, que deu refúgio aos manifestantes quando a polícia atacou o parque com gás lacrimogénico. A Avenida Tarlabasi, construída nos anos 1980 sobre os antigos bairros grego e arménio, que foram arrasados para o efeito, apesar de todas as manifestações de protesto, na altura, foi palco de agressões policiais sobre os manifestantes e jornalistas, a que eu próprio não escapei.

O que estava em causa nas manifestações era um estilo de vida, uma identidade. Para muitos era aí, nessa reivindicação abstracta, que se jogava toda a ideia de revolução. Os jovens modernos da Turquia precisam de um espaço vital para crescer. Toda a área de Taksim é um pouco isso. Beyoglu, Pera, a Rua Istiklal e as vielas circundantes constituem o centro boémio de Istambul. É uma zona cosmopolita e rebelde, sempre à pinha, madrugada fora, pejada de bares e restaurantes, mas também de

alfarrabistas, lojas de antiguidades, galerias de arte, perfumarias e barbearias. É o paraíso dos “artistas” e “jornalistas”, como lhes chama o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan com desdém. Ou, de uma forma genérica, *çapulcu*, que quer dizer “bandido” ou “vadio”.

Mas os *çapulcu* não são usurpadores que se tenham vindo apoderar desta zona da cidade. Beyoglu sempre foi o bairro dos gregos e europeus, não muçulmanos, chamados “rum”, que habitavam Bizâncio e sobreviveram à conquista turca. Eram comerciantes, donos de pastelarias e sapatarias, ricos, portanto vistos como inimigos e vítimas de inúmeros ataques, violações, matanças.

Nos anos recentes, foram as populações turcas, da Anatólia, que “invadiram” Istambul. O boom económico atraiu-as à grande metrópole. Ocuparam bairros, elegeram os seus líderes autárquicos e nacionais – o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), de Erdogan. Olham com despeito para o snobismo das velhas elites. Estas não suportam a falta de gosto destes novos-ricos, a sua incultura e conservadorismo.

Selim, 20 anos, filha de um rico industrial têxtil da velha burguesia de Istambul, disse-me, enquanto me conduzia, num dos jipes da família, até à sede do AKP: “Prepara-te, eles nem sequer se sabem vestir.” Íamos fazer uma entrevista, de que ela faria a tradução, com o vice-presidente do partido em Istambul. “Não esperes ver alguém de fato e gravata. Eles são gente pouco culta, oriunda das classes baixas.”

Curiosamente, é o Governo e esta sua base

de apoio, de gente menos culta e mais conservadora, entre os quais muitos fundamentalistas islâmicos, que hoje apoia a entrada da Turquia na União Europeia. De um modo geral, os jovens modernos e laicos são contra. Não querem ver o seu próspero país ser arrastado para a crise da UE.

Finalmente, a Ásia. O autocarro atravessou o Bósforo, seguiu pela costa do Mar da Marmara, embrenhou-se na imensidão ondeante e fulva da Anatólia interior. Planaltos secos, de tons pardos, a perder de vista.

A meio da tarde, parámos numa área de restaurantes, e todos os passageiros saíram, por meia hora. À semelhança do que os outros fizeram, deixei no veículo a minha mochila, onde levava o computador. Quando a retirei, à chegada a Ancara, notei que estava mais leve. O *laptop* desaparecera.

Queixei-me ao condutor, que acedeu a verificar a lista dos nomes dos passageiros. Coincidência ou não, o homem que viajara ao meu lado era o único cujo nome não constava. “Chegou à última hora, não fez reserva”, explicou o condutor. Mas talvez a câmara de vigilância do restaurante tivesse captado o momento do roubo, acrescentou.

No balcão de segurança da estação, ninguém falava inglês. Busra, uma rapariga de 20 anos, pele branca e cabelo negro, fora ali tentar resolver o seu problema com o bilhete para Çorum, uma cidade 200 quilómetros a nordeste de Ancara. Ofereceu-se para traduzir.

Estava ansiosa, comprara o bilhete errado. Trocou-o por outro, quatro horas mais tarde,

e, como tinha tempo, acompanhou-me, de táxi, até à esquadra.

“Que aconteceu ao seu olho?”, perguntou o polícia. Era uma das sequelas da agressão em Istambul, mas pressenti que não deveria dizer: “Foi um murro de um colega seu, ontem.”

Busra traduziu a minha resposta: “Deu uma queda.” Era o primeiro de uma série de embaraços devidos ao meu olho negro. Consoante a situação, ou o interlocutor, tinha de dar uma explicação diferente. De um modo geral, a circunstância de ter sido agredido pela polícia fazia de mim altamente suspeito. Ou pelo menos alguém cujo contacto deveria ser evitado, para não atrair problemas.

Em breve o meu olho negro passou a fazer-me sentir culpado, e não vítima. Era como uma marca a enviar-me para o ostracismo e a lembrar-me, através dos olhares recriminadores dos outros, de que deveria, de então em diante, evitar os problemas com a polícia. Como se o facto de esta ter profanado a minha isenção de estrangeiro e de jornalista me tornasse agora igual a todos, sujeito ao mesmo rigor implacável dos mecanismos sociais.

Havia casos em que podia ostentar a minha ferida como uma medalha. “Foi a polícia em Taksim”, disse ao primeiro cidadão curdo que encontrei. E logo recebi um sorriso de solidariedade e admiração.

A atitude de Busra era ambivalente. A estudante de Comunicação em Ancara que ela era estava ao lado dos manifestantes antigovernamentais. Mas a filha de uma família simples de uma pequena cidade da Anatólia temia o estrangeiro subversivo, provavelmente inimigo da Turquia.

As burocracias necessárias para mandar verificar as câmaras do restaurante levariam vários meses, desencorajou o polícia, apontando para uma estante repleta de dossiers de casos nunca resolvidos. E ofereceu-nos bolinhos, para agradar a Busra, sem deixar de observar, desconfiado, o meu olho negro.

Saímos dali. “Podes visitar-me em Çorum”, convidou Busra. Ela, percebia-se, não tinha vontade de ir para lá. Comprara o bilhete num impulso, depois de ter rompido com o namorado. Descobrira que ele mantinha várias amantes, apesar de se fazer passar por respeitador das mulheres. Busra precisava de sair de Ancara, refugiar-se em casa dos pais, em Çorum, apesar de odiar a cidade.

planalto árido cerca Ancara por todos os lados. A capital criada por Mustafa Kemal Atatürk como símbolo da nova nação é pautada por monumentos imponentes e simbólicos, desde o palácio do Governo, a Ópera ou o Teatro Evkat Apartmani, até ao mausoléu do próprio Atatürk.

Mas os edifícios das décadas de 1920 ou 30 são agora desafiados pelos gigantes centros comerciais, como o Panora, que inaugurou uma zona chique onde há pouco tempo havia um bairro de lata, e pelas novas zonas residenciais de arranha-céus. “Novos blocos de apartamentos surgem de uma semana para a outra”, disse Bora Osmanbey, director de Planeamento Urbano da Direcção-Geral do Património Cultural. “Se ficamos uns meses sem passar numa determinada zona da cidade, ela pode ser-nos irreconhecível.”

O êxito da economia turca é visível por todo o lado. Disparam arranha-céus, crescem novos bairros, surgem negócios e empresas, áreas de entretenimento sempre lotadas, para as novas classes médias, novos hospitais, escolas, universidades. A euforia sente-se em cada metro quadrado do imenso território. Quando Erdogan tomou posse como líder do



Governo, o PIB começou a crescer mais de 7% ao ano, só abrandando um pouco após a crise internacional de 2008. É hoje a 17ª economia mundial, e as previsões, dados a solidez do sistema bancário, o controlo da dívida pública e o dinamismo do sector empresarial, são de que continue a subir no ranking.

Ancara é o espelho deste desenvolvimento, por isso tem de tornar-se cada vez mais moderna e grandiosa. Os bairros de luxo, de arquitectura mirabolante, acomodam as novas elites políticas e económicas, cujos hábitos de lazer recentemente adquiridos exigem centros recreativos e de desporto, como os imensos campos de golfe criados na periferia da cidade. As colinas estereis do planalto foram irrigadas artificialmente, dando origem ao chamado Cordão Verde, onde pululam campos de golfe, parques e jardins.

As aldeias que outrora circundavam a cidade foram engolidas para dar lugar a novos bairros residenciais, novos campos de golfe. Algumas povoações, como Muhye, resistiram por se localizarem em plena zona classificada para a criação do Cordão Verde, o que impede os habitantes de venderem as casas para a construção de arranha-céus.

“Todos aqui à volta enriqueceram, menos nós”, queixou-se um homem de 66 anos sentado na tasca de Muhye. “Não podemos vender as nossas casas, como fizeram os das outras aldeias.”

Na sua infância, o homem lembra-se, a sua família criava animais e cultivava um terreno. O desenvolvimento começou nos anos 1980, com a construção de várias fábricas de telhas, que empregaram toda a população da aldeia. Até que as fábricas fecharam e, quem pôde, vendeu as casas e terras. “Aqui não podemos, não temos trabalho e, por termos sido incluídos na zona urbana, pagamos impostos altíssimos. É impossível sobreviver”, admitiu o homem, que não quis dizer o nome. Num jornalista não se pode confiar. Ainda para mais com um olho negro.

Apesar de tudo, o homem vota no partido de Erdogan, à semelhança de mais de 90% da população da aldeia. A sede do AK Party, como é normalmente designado o partido, é a única que existe ali.

Quanto aos manifestantes do parque Gezi, são pagos por provocadores estrangeiros, garante o habitante anónimo da aldeia de Muhye. “A Turquia desenvolveu-se muito, tornou-se um país poderoso. A Europa está com medo e tenta desestabilizar o país. Provoca os conflitos nas ruas e paga a jornalistas para darem uma imagem falsa da Turquia, fazendo crer que é um país em guerra, como a Síria.”

Não longe dali, na praça Kizilay, no centro de Ancara, dezenas de jovens continuavam o seu protesto em silêncio, de pé, a ler um livro. “As manifestações vão mudando de forma, mas só vão parar quando a Turquia for um país livre”,

disse, de pé frente ao monumento ao orgulho turco, Tanay, uma estudante de Urbanismo na Universidade Técnica do Médio Oriente.

Um dos professores da instituição, Omer Turan, teria certamente mais dificuldade em solidarizar-se com ela do que a compreender os seus motivos. “Eles ficam ali espedados com um livro na mão, mas na verdade lêem poucos livros”, disse Turan, no seu gabinete do Departamento de História. “Todos têm telemóveis, acesso ao Facebook. Seguem o mundo, estão informados, sabem tudo. Ou pensam que sabem. Na verdade, têm conhecimentos muito superficiais. Mas sentem-se marginalizados. Sentem que são uma minoria, e querem ser respeitados. Manifestam-se contra o Governo, porque percebem que os partidos da oposição não representam nenhuma esperança para eles”.

De facto, o Partido Republicano do Povo (CHP) não tem um currículo melhor do que o AK Party, em termos de respeito pela liberdade e a democracia. Partilhando com o partido do poder a quase totalidade dos lugares do Parlamento, o CHP representa a tendência kemalista e republicana. São os paladinos do secularismo, ao contrário de Erdogan, cujo partido é islamista, ainda que se diga moderado, democrata e conservador. Mas ninguém ignora que os republicanos do CHP são também elitistas, autoritários, adeptos de um nacionalismo de tonalidades fascizantes.

Segundo a lei eleitoral turca, um partido



Busra (com a T-shirt branca), os irmãos, a avó e o pai, na sua aldeia de Hattusa. Três gerações de uma família da Anatólia. Em cima, Tuz Golu, o lago salgado que fica na Anatólia Central e é o segundo maior lago da Turquia. No plano anterior, momento de pausa nos protestos na Praça Taksim, e mulheres em Istambul

tem de obter pelo menos 10% dos votos para ter assento parlamentar. Em consequência, os dois grandes partidos dominam a assembleia, onde, na actual legislatura, está também representada uma organização nacionalista ainda mais radical e alguns membros do partido curdo (Partido da Paz e da Democracia – BDP), que entraram como independentes.

Para os *çapulcu*, a democracia em vigor não chega. Não basta que a maioria imponha a sua vontade. É preciso que as minorias também tenham poder. Ocupar o parque Gezi pode ser uma forma de fazer pressão e de influenciar as decisões.

Quando o movimento dos Jovens Turcos, nos finais do século XIX, começou a reformar o Império Otomano, e quando Atatürk encabeçou a guerra da independência, após a I Guerra Mundial, até à proclamação da República e do estado turco, em 1923, o secularismo e o iluminismo eram as suas bandeiras. A Turquia, como nação, nasceu e formou-se dessa ideia, embora também de uma concepção de nacionalismo inspirada nos piores exemplos disponíveis na época – Hitler e Mussolini.

A matriz laica do Estado turco é a tradição a que se agarram agora os jovens que reivindicam mais liberdade. A Turquia, desde que

existe como país, nunca obedeceu à lei islâmica. A separação entre a religião e o Estado está no seu ADN, dizem, esquecendo-se porém de ressaltar que nem por isso o país tem sido mais livre. Ou talvez não o tenham esquecido: provavelmente nunca o souberam.

O primeiro-ministro Erdogan está no poder há dez anos. A maioria dos manifestantes da Praça Taksim e parque Gezi é demasiado jovem para se lembrar de outro regime que não este. Pertence à geração que cresceu neste novo mundo. A prosperidade permitiu-lhes estudar nas universidades, ter computadores e aceder às redes sociais, viajar. E a relativa liberdade e brandura do regime permitiu-lhes desenvolver estilos de vida alternativos, firmar opiniões próprias, manifestar-se sem medo.

Beneficiaram de um regime que ao mesmo tempo lhes despertou outras necessidades e exigências. Já que chegaram aqui, aqueles que, de certa forma, são os filhos de Erdogan querem mais: liberdade, democracia autêntica, respeito pelas minorias.

“A partir de agora, o Governo sabe que terá de contar com essa força, dos jovens urbanos, que são capazes de se mobilizar”, disse Turan.

De início, o Governo não levou a sério os protestos, porque pensou que eles eram manipulados como de costume, explicou ainda o professor. “Em certa medida, foram-no, pelo menos num segundo momento. Mas no início foram espontâneos. Isso é um fenómeno novo na Turquia. Até aqui, todos os movimentos de protestos eram manobrados pelo chamado ‘Estado profundo’.”

Quando Atatürk fundou a república, democracia e multipartidarismo não foram as primeiras coisas em que pensou. O regime foi totalitário, de partido único (o antepassado do actual CHP), até 1945. Por exigência dos Aliados, a quem a Turquia aderiu no último período da II Guerra, iniciou-se o regime multipartidário e um padrão de vida política que duraria até anos recentes: quando um partido não republicano, não nacionalista e não laico ganhava as eleições, os militares faziam um golpe de Estado. Aconteceu em 1960, 1971, 1980, 1997. A maioria dos turcos, pela via eleitoral, levava o país para maus caminhos, e o chamado “Estado profundo”, ou “Estado guardião” achava-se obrigado a intervir.

Este “Estado guardião” era um sistema que se considerava responsável pelos valores fundadores da nação, que se sentia na obrigação de defender contra todos os seus inimigos, fossem eles os interesses estrangeiros, a democracia ou o próprio povo turco. O sistema consistia, ou consiste, numa trilogia institucional poderosa e perene formada pelas Forças Armadas, os tribunais e os *media*.

Não importava quem ganhasse as eleições, o “Estado guardião” tinha de continuar a mandar ou faria um golpe. Os seus métodos eram múltiplos, sofisticados e infernais. Milícias sanguinárias e fortemente armadas, sociedades secretas, processos judiciais fabricados, campanhas de difamação, notícias falsas, atentados, acções militares, tudo isso fazia parte do *modus operandi* do “Estado profundo”. Foi assim desde o início, ainda nos tempos do Império Otomano. Provou-se que as organizações criadas pelos Jovens Turcos e que viriam a estar na origem da criação da república tiveram responsabilidade no genocídio dos arménios, em 1915 (mais de 1,5 milhões de mortos), bem como vários massacres e matanças de populações minoritárias.

Uma das premissas do “Estado guardião”, cuja ideologia se formou por influência dos nacionalismos europeus do início do século XX, é que o verdadeiro cidadão turco deverá ser falante de língua turca, laico, muçulma-

no, sunita de tendência hanafi. Os outros são vistos como inimigos, mesmo que os curdos representem cerca de 20% da população, e os alevitas, que professam um ramo xiita do islão, sejam mais de 15%.

Para desmantelar as estruturas do “Estado guardião”, o actual Governo promoveu uma série de julgamentos conhecidos como processo Ergenekon. Generais poderosos e vários juizes foram acusados de ter estado por trás de inúmeros atentados, campanhas de desinformação, conspirações. Os *media* (geralmente controlados pelo “Estado guardião”) têm feito crer que os processos são fabricados. Mas eles têm avançado, graças à campanha de demissões e promoções que o Governo lançou no sistema judicial, alterando-lhe o equilíbrio de forças.

O “Estado guardião” não é porém destituído de base social de apoio. As classes médias, a burguesia industrial de Istambul e a maioria dos intelectuais têm estado ao lado deste sector republicano.

Entre os próprios manifestantes do parque Gezi, um número significativo pertencia à União da Juventude da Turquia (TGB), kemalista e nacionalista, que é uma espécie de organização não-oficial de juventude do CHP, o partido republicano que é o braço político do “Estado guardião”.

Mas a maioria da população não se identifica com os valores do sistema. “O secularismo tem raízes culturais profundas na Turquia”, explicou o professor Turan. “O seu caminho começou nos tempos dos otomanos, por influência europeia. Por isso ele não foi difícil de impor, após a independência. Foi-o rapidamente, mas, talvez por isso mesmo, uma grande parte da população não acompanhou. Ficou de fora.”

Exceção dos grandes centros urbanos, como Istambul, e da orla costeira do Sudoeste, a maior parte do território, a vasta Anatólia interior, foi esquecida pela revolução. As populações mantiveram-se conservadoras, com hábitos de religiosidade profunda. Por isso foram desprezadas pelo poder e as classes dominantes.

Eram consideradas pessoas incultas, inferiores, naturalmente pobres.

Mas o grande fenómeno da Turquia contemporânea foi o renascimento da Anatólia. Depois do golpe do general Kenan Evren, em 1980, os militares tudo fizeram para condicionar as eleições de 1983, fazendo eleger um seu protegido. Mas não conseguiram impedir a vitória de Turgut Ozal e do seu recém-criado Partido da Mãe-Pátria. Nos dez anos em que esteve no poder, Ozal privatizou a economia e criou as condições para o surgimento de uma nova classe empreendedora, que viria a dominar a economia turca.

Para Omer Turan, estas políticas foram o ponto de partida para o *boom* económico. “A velha burguesia tinha privilégios e era apoiada pelo ‘Estado profundo’. Mas agora surgia uma nova elite, entre as pessoas que sempre tinham sido menosprezadas.”

Vários factores contribuíram para isto. Um deles, segundo Turan, foi o movimento de Fetullah Gulen. Antigo imã e professor, Gulen desenvolveu uma filosofia que integra religião, democracia, diálogo intercultural. Criou uma rede de escolas de alta qualidade por toda a Turquia e depois mais de mil por todo o mundo.

O intercâmbio de alunos e professores tirou da sombra muitos elementos das classes baixas, residentes nas regiões interiores da Anatólia, profundamente religiosos. A nova

elite aprendeu, viajou, contactou com muçulmanos espalhados pelo mundo. Isto foi a base para o lançamento de negócios. Onde nunca tinha existido o apoio do Estado, havia agora o desta comunidade.

Omer Turan cita o sociólogo Max Weber para explicar a mentalidade desta nova burguesia. São pessoas muito religiosas, disciplinadas, frugais, que rejeitam o esbanjamento, a dispersão e o divertimento, que têm o culto do trabalho e do sacrifício. Alguns autores recordam a influência da Reforma protestante no advento do capitalismo, no século XVI europeu, e já chamam a esta mentalidade das novas elites turcas o “calvinismo islâmico”.

As elites kemalistas sempre tinham olhado com desprezo aquilo a que chamavam “capital verde”, mas era agora esta nova burguesia islâmica que estava a revolucionar a economia das cidades do interior, que por sua vez eram o motor do súbito desenvolvimento do país.

Essas cidades, de cujos nomes poucos tinham ouvido falar, mesmo na Turquia, transformaram-se nos chamados “Tigres da Anatólia”. Um deles foi Çorum, a terra de Busra.

Busra Kamer Aydos odeia estar lá e mostrou-me porquê. A cidade, pequena e característica, no meio da estepe agreste e sublime, está dividida em sectores. Só um deles, a pequena área circunscrita pela avenida principal, é habitável, segundo Busra. É ali que estão os restaurantes, as melhores lojas. É também o único local onde as mu-

lheres podem mostrar o cabelo.

“Eu visto-me assim, é o meu estilo e não vou mudar”, dizia Busra, apontando para o seu decote e a minissaia. Passeámos pela cidade e, de facto, não faltaram olhares reprovadores e comentários. A jovem estudante destoava entre as mulheres de véu e os grupos parados à porta das casas de chá e narguilas, constituídos só por homens.

Çorum é uma cidade heterogénea. Metade da população é formada por alevitas, mas há também muitos curdos e imigrantes da Síria e outros países árabes. O recente crescimento económico é uma das causas da imigração, que torna a cidade ainda mais conservadora. “Eu não posso viver aqui. Nem sequer me deixam andar na rua”, dizia Busra.

Mal chegou, leu no jornal local uma notícia chocante, ainda que banal na região: uma rapariga de 13 anos foi violada por cinco polícias. Que não chegaram a ser julgados, porque a família da rapariga, em vez de apresentar queixa, optou por matá-la, por vergonha.

O pai de Busra sempre trabalhou em bancos, como agente de segurança, por ter aprendido certas técnicas, durante a tropa. Nasceu numa família muito pobre, numa aldeia a uns 50 quilómetros dali. Começou a trabalhar aos dez anos, na agricultura, depois foi para o serviço militar, enviado, durante seis anos, para combater os “terroristas” do PKK, no Curdistão. Çorum era tão pobre que teve de emigrar, como a maior parte da população.

Voltou quando a cidade se tornou rica. “Aqui é a zona industrial de Çorum”, indicou agora, quando, no seu carro, saíamos da cidade em direcção à sua aldeia-natal, de Hattusa. Uma fábrica de açúcar, várias outras de transformação agrícola, de têxteis. “Daqui exporta-se para todo o país”, disse ele, um homem entroncado e sisudo, de 53 anos. Entre os edifícios industriais, viam-se, montados nas colinas, acampamentos de barracas, de trabalhadores imigrantes.

“Os autarcas da região, do AK Party, liquidaram todas as dívidas e começaram a apoiar quem queria investir, os bancos concederam

créditos”, explicou o pai de Busra. “Agora já ninguém precisa de emigrar. Há aqui empregos e oportunidades para todos.”

A aldeia de Hattusa tem uma parte moderna, fruto dos investimentos dos emigrantes que regressaram. É o caso do tio-avô de Busra, Haci Mehmet, que viveu 30 anos na Alemanha e agora, aos 70, abriu um hotel na aldeia, ao lado da sede do AK Party. “Disseram-me que ia haver um grande desenvolvimento, que Hattusa tinha um grande futuro, por causa do turismo, e eu decidi investir aqui as minhas poupanças”, explicou Haci durante o almoço que ofereceu em sua casa, no qual as mulheres não se sentaram à mesa.

As expectativas de um futuro glorioso ainda não se concretizaram na aldeia, mas o potencial está lá, porque Hattusa é nada menos que a antiga capital do império Hitita. Começando na própria aldeia e continuando por uma extensão imensa, ocupando vários montes, sobrevivem as ruínas da cidade que teve o seu auge no segundo milénio antes de Cristo. Dali, os Hititas governaram um império que

A Taksim, principal praça de Istambul, foi ocupada por manifestantes que mostraram ao Governo de Erdogan o que pensavam sobre a destruição do parque Gezi. O primeiro-ministro turco chama a toda esta zona boémia de Istambul o paraíso dos “artistas” e “jornalistas”, ou çapulcu, que quer dizer “vadio”

não vêm mencionados em nenhum livro. “Foram levados para uma casa, numa quinta, e disseram-lhes para se defenderem”, contou ele. “À noite, foram atacados. Não temos nada contra eles. Mas disseram-nos que não eram verdadeiros muçulmanos. Que constituíam um perigo para o país.” Contou o pai de Busra.

A paisagem altera-se, à entrada do Curdistão. Um lago enorme e azul, montanhas. Diyarbakir é uma cidade extensa, a torrar de calor, mas mantém o encanto de um pequeno mundo secreto. Os mercados cobertos, onde se vende artesanato de cobre e lenços de seda, são labirintos de luzes bruxuleantes, que desembocam em bairros intermináveis, de ruas estreitas, cheias de crianças.

Todos os edifícios são construídos numa pedra negra e porosa, vulcânica. É assim a muralha que cerca a cidade, bem como os antigos *han*, locais de descanso para os viajantes da rota da seda, hoje transformados em centros de cafés e restaurantes.

É demasiado arriscado exibir *posters* de Abdullah Ocalan, o líder do PKK, mas há ima-

BULENT KILIC/AFP



conhecia uma escrita hieroglífica, criou um sistema jurídico avançado e se estendia até à Palestina. Os Hititas derrotaram a Babilónia e o Egipto do faraó Ramsés II, e só entrariam em decadência no século XII a.C. Mas Hattusa nunca deixou de ser habitada.

Kamer, 80 anos, tem o mesmo nome da neta, Busra Kamer. Vive sozinha na casa de madeira onde nasceu, na aldeia velha de Hattusa. Tem olhos azuis, rosto de menina e nunca pára. Acabou de cozer o pão no seu forno de lenha. O pai de Busra também nasceu naquela casa, onde se lembra de, nos tempos da pobreza, chegarem a viver 37 pessoas.

À despedida, Kamer foi buscar dois retratos emoldurados. São as fotografias muito antigas seus sogros, ela com uma expressão de sofrimento indizível, ele muito velho, de olhos fechados, como se estivesse morto. “O meu avô ficou cego, depois da guerra”, contou o pai de Busra. Chamava-se Mehmed Aydos e foi combater para o Iémen na I Guerra Mundial, pelo Império Otomano, que alinhava com as potências do Eixo. Foi capturado pelos ingle-

ses, que o “fizeram escravo” e lhe lançaram ácido nos olhos. No fim da guerra, Mehmed, já com 50 anos e cego, regressou à sua aldeia e conheceu Emine, com quem casou. Tiveram 11 filhos, um dos quais o bisavô de Busra.

No regresso a Çorum falámos dos alevitas. “São boas pessoas, damo-nos todos bem”, disse o pai de Busra. Aliás, o ex-namorado da filha era alevita, o que corroborava o que foi dito. Parámos numa aldeia habitada por alevitas, onde também me falaram das boas relações entre todos, insistindo sempre no facto de serem também muçulmanos.

Depois, no carro, perguntei ao pai de Busra se se lembrava do massacre. Çorum é mencionada nos livros de História por ter sido o palco de uma das maiores matanças de alevitas durante o golpe de 1980. Foi perpetrada por um grupo radical paramilitar chamado “Lobos Cinzentos”, que, soube-se depois, recebia ordens do Exército turco.

De início, o pai de Busra não se mostrou interessado em falar sobre o assunto. Mas de repente começou a contar pormenores que

gens de Che Guevara por todas as lojas dos *han* e frases retiradas de manuais marxistas-leninistas.

“Aqui é proibida a entrada a turcos”, sussurrou-me um comerciante curdo, num dos *han* do centro, mesmo ao lado de uma esquadra de polícia com blindados à porta. “Todos somos do PKK”, confessou-me outro homem, a tomar chá numa mesa na rua, enfeitada com uma enorme e tosca pia de pedra. Foi ele que me apresentou Garip, jardineiro municipal e ex-combatente do PKK. Deixou a base militar, nas montanhas, desde que Ocalan e o Governo negociaram o acordo de paz (em Março último), que inclui a retirada dos guerrilheiros para a zona de segurança curda, no Iraque.

“Aqui, podemos falar a nossa língua. Mas se formos de férias para Esmirna [na costa do Mar Egeu], por exemplo, é perigoso falar curdo. Podemos ser presos por causa disso”, explicou Garip. “Estamos sempre à espera de ser presos ou atacados. É essa a vida de qualquer curdo, na Turquia. Temos estado em guerra apenas porque reivindicamos o

direito à nossa língua e a que ela seja usada nas escolas.”

Na Turquia, as palavras são um tópico sensível. Nem todas se podem usar, algumas denunciam posições políticas, podem levar à prisão. Curdistão, por exemplo. Oficialmente, não existe, e é perigoso pronunciar a palavra. As pessoas dizem vagamente “o Leste” e acrescentam tratar-se de uma região esquisita, pobre, em guerra, habitada por terroristas. Todos a quem referi a minha intenção de visitar Diyarbakir me desaconselharam veementemente a aventura. As pessoas são hostis, disseram. Atacam todos os que não são curdos. Querem a independência, odeiam a Turquia.

O PKK, tal como o partido curdo, BDP, já não reivindicam a independência do território, mas apenas uma maior autonomia, numa base federalista e direitos ao uso da língua. O líder do PKK, Abdullah Ocalan, foi preso em 1999. Desde então, tem-se mostrado mais moderado e aberto à negociação.

O acordo, que foi concluído este ano, pres-

tígios de construções romanas. Estão agora a ajudar um arqueólogo da câmara nas escavações. “Era uma antiga zona de balneários, tinha uma cisterna e um sistema de canais que desembocam no rio Tigre”, explicou Garip, no meio das pedras meio desenterradas. Tem trazido dali alguns objectos que encontrou. Um deles foi a grande pia de pedra que decora agora a mesa de café ao ar livre onde os amigos se encontram. “Isto lembra-me que esta terra já era habitada muito antes de os turcos aqui chegarem”, disse Garip. “Gostaria de estudar História. Acho que é uma ciência que nos pode ensinar a viver melhor.”

Na sede do BDP em Diyarbakir, famílias de guerrilheiros vêm pedir ajuda para levar os filhos para o Iraque. “Estamos a organizar as viagens até à fronteira”, disse Nihat Ildis, dirigente do BDP. “Doze grupos de combatentes já partiram, só faltam outros quatro. Estamos a fazer tudo o que foi acordado, mas o Governo não começou a cumprir nada do que prometeu. E está a construir bases militares nos locais abandonados pelos combatentes curdos.”

Segundo Ildis, ainda há 8 mil curdos nas prisões. Nenhum foi libertado, como prometido. “Se o Governo não fizer nada, os combatentes que estão no Iraque vão regressar e começará uma nova guerra”, prometeu o líder do BDP.

Garip não deseja isso, porque agora tem um bom emprego. Mas muitos dos seus amigos continuam a ir para as montanhas, para se juntarem ao PKK, disse ele na esplanada de um *han* onde nenhuma mulher usava véu e um pianista improvisava sobre um tema de Keith Jarrett.

De regresso a Istambul, decidi visitar o berço e bastião do actual poder. O bairro de Sultanbeyli, com 300 mil habitantes, na parte asiática da cidade, é a zona onde o AK Party tem maior percentagem de votos. É um exemplo de zona pobre que prosperou, onde os islamistas se encarregaram, durante anos, da assistência so-

mostrar foi o centro comercial, chamado Platteau, acabado de construir. E a avenida onde se situa o centro comercial, também acabada de construir. É a zona mais moderna, embora todas as mulheres usem véu.

Os militantes riram quando lhes pedi para visitar as zonas mais pobres. “Pobres? Quer falar com pobres? Está bem. Olha, aquele homem, por exemplo. É pobre. Vamos falar com ele.” E dirigiam-se a um rapaz ali parado, que logo percebi ser amigo deles e também militante do partido.

Halit, o chefe dos guias, rodeou-se de muitos amigos, habitantes do bairro, como ele, na sua maioria militantes do partido, ou dirigentes. “Sultanbeyli é o castelo do AK Party em Istambul”, disse Artan Iskender, líder do partido no bairro. “O êxito desta zona deve-se ao facto de os políticos darem importância às pessoas.” E a seguir enumerou as escolas, hospitais e mesquitas construídas desde que o AK Party chegou à autarquia, em 2001.

Sultanbeyli foi construído em 1984, para albergar os imigrantes vindos da Anatólia. Era muito pobre, mas foi-se desenvolvendo. Em todas as lojas onde entrei (agora já com um tradutor e sem a ajuda dos rapazes do partido), a história era idêntica: começaram com uma pequena banca no bazar, agora tinham um estabelecimento grande. E, é claro, votavam no Tayyib (Erdogan).

“Aqui as pessoas não querem saber de política, só de negócios”, disse Alkan, 47 anos, proprietário de uma loja de electrodomésticos com seis andares e 62 empregados. “O meu negócio foi crescendo devido à estabilidade que este Governo tem garantido. É esse o segredo. Por isso, aqui ninguém quer confusões, nem manifestações. E todos apoiam Tayyib.”

Ninguém é de Sultanbeyli. Todos vieram de fora, de outras cidades, e estão aqui para prosperar. A efervescência e o optimismo sentem-se nas ruas. Abdullah Erkal, 35 anos, um outro empresário cujos negócios já se estendem de Sultanbeyli a Xangai, explicou que uma das razões do sucesso económico do bairro é a mentalidade religiosa da sua população. Tirou do bolso uma nota de um dólar. “*In God we trust*”, leu. “As pessoas aqui acreditam. Defendem valores tradicionais, têm confiança.”

Os “calvinistas islâmicos” em todo o esplendor. São a nova classe dirigente da Turquia, a base de apoio do Governo de Erdogan, e ameaçam as elites tradicionais. De certa forma, é este o grande confronto no país.

“Os jovens de Gezi mostraram que o Governo tem de fazer correcções, principalmente no discurso, no tom, que é demasiado agressivo”, disse Erkal. “Não é fácil. É preciso encontrar um caminho. Tudo isto é novo. Conciliar islamismo e democracia é uma experiência que nunca foi feita. Mas tem de se ir por aí, porque a população é religiosa. E os pobres começam a ter voz.”

No fim da visita, Halit e os amigos quiseram fazer uma fotografia de grupo, comigo, em frente à sede do partido. Não pude recusar. É impossível estar sempre fora da história. Começara a viagem em Gezi e terminava ali, ainda com um olho negro, com os capangas do AK Party, todos abraçados, a sorrir para a fotografia.



supõe o cessar-fogo. Mas os curdos queixam-se de que só eles o estão a cumprir. “Os meus amigos que ficaram nas montanhas são atacados todos os dias”, disse Garip. “Eles querem ir para o Iraque, mas é difícil fazê-lo em segurança.”

A família de Garip vivia numa aldeia uns 100 quilómetros a norte de Diyarbakir, perto de Guzelkoy. Foi obrigada a vir para a cidade quando a aldeia e todos os campos em redor foram incendiados pelas autoridades turcas. “Eles forçaram o despovoamento de toda a zona, obrigando as pessoas a abandonar a agricultura e os seus meios de subsistência, concentrando-se nas cidades”, contou Garip, que fugiu com a família para Diyarbakir aos seis anos de idade. “Perdemos tudo. O meu pai ficou sem emprego. Eu fui para as montanhas, para me juntar aos combatentes.”

Quando encontrou este novo emprego, Garip pensou apenas que poderia ajudar a família. Não imaginou que viria a gostar tanto do trabalho. Num dos jardins em que tinha de semear flores, ele e os colegas acharam ves-

“**Conciliar islamismo e democracia é uma experiência que nunca foi feita. Mas tem de se ir por aí, porque a população é religiosa. E os pobres começam a ter voz**”, comenta o empresário Abdullah Erkal

cial, enquadrados por líderes autárquicos também islamistas, do partido agora no poder. Erdogan, ex-presidente da Câmara de Istambul, foi um desses líderes que se formaram na gestão das cidades, para daí avançarem para a do país.

Como não me lembrei de melhores especialistas, pedi ao próprio AK Party para me mostrar o bairro. Ficaram radiantes e logo arranjaram um carro com motorista e um grupo de militantes para ir comigo. Só não conseguiram ninguém que pudesse traduzir para inglês. Numa acção tão importante para eles como a de mostrar a um jornalista estrangeiro uma zona de Istambul onde todos os jovens eram entusiásticos apoiantes de Erdogan, o melhor que o partido arranjou foi um tradutor por telefone. Passavam-me o telemóvel e ele dizia “*My brother...*”, com voz arrastada de quem consumira estupefacientes. A ideia era que, sempre que eu não entendesse alguma coisa, lhe telefonávamos para ele traduzir.

No bairro, o que os militantes me quiseram

Esta reportagem na Turquia foi financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



O Tour começou com quedas e um autocarro que não passava na meta

Marcel Kittel é o primeiro camisola amarela, após ter vencido uma etapa acidentada, marcada por várias quedas nos últimos quilómetros. Contador foi um dos favoritos à vitória final envolvidos nas idas ao chão

Ciclismo Marco Vaza

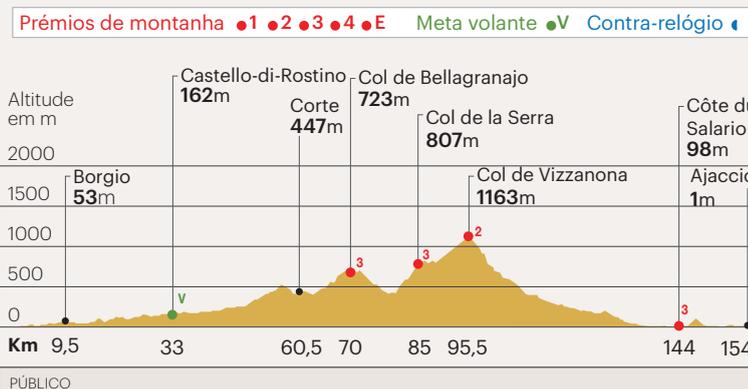
O pelotão aproximava-se a grande velocidade da meta. Faltavam oito quilómetros para que os corredores cortassem a meta que estava instalada em Bastia, a primeira chegada desta histórica centésima edição da Volta à França em bicicleta. Mas algo tinha chegado a Bastia primeiro que os ciclistas e não cortava a meta. Um autocarro da equipa australiana Orica GreenEdge estava encalhado no pórtico da meta e não conseguia passar. Ordem de Jean-Francois Pescheux, director da corrida, às equipas: “Vamos antecipar a meta em três quilómetros.” Pouco depois, Peschaux dá a contra-ordem, a meta volta ao sítio original porque o autocarro conseguiu fazer a manobra e desapareceu da chegada.

Por momentos, o caos instalou-se. Os ciclistas que já tinham começado a preparar o *sprint*, voltaram a desacelerar e a confusão imperou. Uma enorme queda fragmentou o pelotão e atirou para fora da discussão da etapa homens como o britânico Mark Cavendish (Omega Pharma) ou o eslovaco Peter Sagan (Cannondale). Nem o português Rui Costa (Movistar) nem o espanhol Alberto Contador (Saxo-Tinkoff), um dos favoritos, escaparam. Quem já tinha passado antes da queda (cerca de 50 corredores) formou o grupo final para a discussão ao *sprint* em Bastia e o melhor foi o alemão Marcel Kittel (Argos-Shimano), que é, assim, o primeiro camisola amarela deste Tour (e o primeiro camisola verde, dos pontos, e o primeiro camisola branca, da juventude), na frente do norueguês Alexander Kristoff (Katusha) e do holandês Danny Van Poppel (Vacansoleil).

Por ter sido uma etapa tão atribulada, a organização decidiu que ninguém iria perder tempo e todos os corredores, mesmo os mais atrasados, ficaram com o mesmo tempo de Kittel (4h56m52s).

Foi um final alucinante para uma etapa plana bem decorada pelas paisagens da Córsega (uma estreia no Tour) e que só prometia emoção nos

2ª etapa: Bastia-Ajaccio



últimos metros. Só que a emoção começou bem antes, com uma primeira queda a 12km do fim, depois o episódio com o autocarro, e, logo de seguida, a tal queda maior a 5km da meta em Bastia.

“O Tour é o Tour, nunca se sabe o que vai acontecer. Estou bem, vamos ver como me sinto amanhã [hoje]”, disse no final Contador, que ficou bastante maltratado na queda. “Ele está bem, mas vamos avaliar melhor o estado dele amanhã [hoje], para ver se recuperou bem da queda e se não há fractura”, indicou Philippe Mauduit, director desportivo da Saxo-Tinkoff. Quem talvez já não esteja na partida para a etapa de hoje é o alemão Tony Martin (Omega Pharma), que esteve igualmente envolvido na queda e foi conduzido ao hospital com suspeita de fractura de uma clavícula.

Rui Costa numa queda

Quanto aos dois portugueses, terminaram, tal como todos os outros, com o mesmo tempo de Kittel. Sérgio Paulinho (Saxo-Tinkoff) foi 128.º, enquanto Rui Costa (Movistar), que esteve envolvido na queda, foi 132.º. “Foi um dia para esquecer. Estou com algumas dores e escoriações no lado direito, felizmente não fracturei nada”, escreveu o vencedor da Volta à Suíça na rede social Facebook. Hoje, corre-se a segunda etapa, 156km entre Bastia e Ajaccio.

Para Marcel Kittel, ontem foi o seu primeiro triunfo em etapas do Tour,

ele que já havia vencido uma etapa na Volta à Espanha, em 2011. Mas, mais do que isso, serviu para vingar a frustração que foi o seu ano de estreia no Tour, em 2012, em que foi obrigado a desistir durante a quinta etapa devido a problemas de estômago. “Estou a pensar em toda a gente que me ajudou a conseguir isto. É um sonho tornado realidade, ainda estou a tremer, é uma vitória imensa. É um dia importante, porque é a minha primeira vitória no Tour, porque estou de amarelo e porque é o primeiro triunfo da equipa”, afirmou Kittel após a vitória.

O alemão de 25 anos mostra, assim, logo ao primeiro dia do Tour, que é um nome a ter em conta nas chegadas ao *sprint* (que serão, à partida, sete, incluindo a de ontem) para se bater com os habituais Cavendish, Sagan ou André Greipel (Lotto). Ontem, Kittel tornou-se no primeiro rolador-*sprinter* a vencer a primeira etapa do Tour desde 1966 (Rudy Altig), sendo que, depois, se instituiu um prólogo a abrir a competição, com etapas inaugurais a terminar em montanha em 2008 e 2011.

Depois desta sua 12.ª vitória da temporada, Kittel revelou que nem sequer se tinha apercebido do episódio do autocarro que lançou o caos na etapa: “Não percebi nada do que o director desportivo me estava a dizer. Só depois é que soube da história do autocarro, mas ainda bem que o conseguiram tirar dali.”



As quedas causaram muita confusão no pelotão, mas foi o autocarro parado

CLASSIFICAÇÕES

PORTO-VECCHIO - BASTIA (213KM)

1.ª etapa geral

1.º Marcel Kittel (ARG)	4h56m52s
2.º Alexander Kristoff (KAT)	m.t
3.º Danny van Poppel (VAC)	m.t
4.º David Miller (GRM)	m.t
5.º Matteo Trentin (OPQ)	m.t
6.º Samuel Dumoulin (ALM)	m.t
7.º Greg Henderson (LTB)	m.t
8.º Jurgen Roelandts (LTB)	m.t
9.º José Joaquin Rojas (MOV)	m.t
10.º Kris Boeckmans (VAC)	m.t
11.º Daryl Impey (ORI)	m.t
12.º Sep Vanmarcke (BLA)	m.t
13.º Julien Simon (SOJ)	m.t
14.º Nicolas Roche (SAX)	m.t
15.º Simon Gerrans (ORI)	m.t
16.º Andrei Kashechkin (AST)	m.t
17.º Ivan Gutierrez (MOV)	m.t
(...)	
128.º Sérgio Paulinho (SAX)	m.t
132.º Rui Costa (MOV)	m.t

Pontos

1.º Marcel Kittel (ARG)	45 pontos
2.º Alexander Kristoff (KAT)	35 pontos
3.º Danny van Poppel (VAC)	30 pontos

Montanha

1.º Juan José Lobato (EUS)	1 ponto
----------------------------	---------

Equipas

1.º Vacansoleil	14h50m36s
2.º Orica	m.t
3.º Lotto	m.t



1626

é o valor em euros da multa aplicada à equipa Oricana na sequência do episódio com o autocarro que bloqueou a meta da primeira etapa

ERIC GAILLARD/REUTERS



na meta que lançou o pânico

JEAN-PAUL PELISSIER/REUTERS



15

De um total de 198 corredores que estiveram à partida, 15 necessitaram de receber assistência médica durante a primeira etapa



Acompanhe o Tour também no site <http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca> e habilite-se a ganhar uma bicicleta

A forquilha de Eugène Christophe

Ana Marques Gonçalves

Ano 1913. Cento e oitenta corredores preparam-se para enfrentar as 15 etapas que irão ligar Boulogne-Billancourt a Paris. Entre eles, está um velho conhecido dos franceses. Eugène Christophe conta já com dez anos de carreira e várias classificações honrosas nas principais provas nacionais. Paris-Tours, Paris-Roubaix, Tour, nenhuma é estranha ao especialista em cross ciclo-pedestre, disciplina na qual se sagrou sete vezes campeão nacional, seis das quais de forma consecutiva.

Fora de portas, o percurso deste serralheiro coincidia com a vitória na Milan-San Remo, conseguida em condições dantescas – o francês teve de abrir caminho por entre a neve que, em certas zonas do percurso, tinha mais de 30 centímetros de altura. Apesar de ter ganho com uma hora de vantagem sobre o segundo, os críticos desvalorizaram o triunfo, apontando o facto de apenas quatro dos 63 ciclistas que iniciaram a clássica terem resistido.

Mas, naquele Tour, sem saber, Christophe garantiria que o seu mérito fosse reconhecido no pelotão. Nas primeiras cinco etapas, tudo correu dentro da normalidade. Nas últimas três, terminou entre os dez primeiros. Na sexta etapa, mostrou-se tão bem que chega a ser líder virtual no alto do Tourmalet. Só que, na descida, um carro que segue na caravana abalroa o corredor de Malakoff. Se “Cri-cri” sai sem mazelas, o mesmo não se pode dizer da sua companheira de viagem. Com a forquilha da bicicleta partida e com os regulamentos a proibirem a assistência aos corredores durante a etapa, o francês não tinha outra solução que não abandonar... Ou teria?

Determinado a não apanhar o carro-vassoura e longe da meta (faltavam 75 quilómetros para Bagnères-de-Luchon), decide prosseguir o seu caminho a pé. No caminho encontra Maria Despiau, a quem pergunta onde pode encontrar a forja mais próxima. A noite cai. Percorre 14 quilómetros, ou seja, o resto da descida até Sainte-Marie de Campan, onde procura a de Joseph Bayle, que está a terminar a sua jornada laboral. Explica-lhe que é ciclista, que está a



O esforço de Eugène Christophe nas montanhas francesas

correr o Tour, que partiu a forquilha da bicicleta e que acaba de descer o Tourmalet a pé. Pede-lhe permissão para usar o seu material.

Diante de um “sim”, e sob o olhar atento dos oficiais da prova, que o acompanhavam desde o acidente e lhe recordavam permanentemente o artigo 45 do regulamento, Christophe começa a forjar o “garfo” que liga o guiador às rodas. No entanto, apesar dos seus esforços, depara-se com um problema inesperado: como accionar o fole da forja e trabalhar o metal ao mesmo tempo?

Olhou à sua volta e descobriu Alexandre Tornay, um miúdo que tinha deixado as suas brincadeiras para ser espectador ocasional da empreitada. A ajuda valeu-lhe um minuto de penalização, um “castigo” que retribuiu com requintes de ironia aos comissários. Quando estes o questionaram sobre a hipótese de o abandonarem, momentaneamente, para ir procurar algo para comer, a sua resposta foi contundente: “Se têm fome, comam carvão. Sou o vosso prisioneiro, vocês são os meus carcereiros.”

Depois de hora e meia de trabalho e com quatro de atraso para o pelotão, Eugène Christophe está pronto para partir. Pela frente, até Bagnères-de-Luchon, tem ainda o col d’Aspin e o de Peyresourde, 12 quilómetros de subida com inclinações de 8%.

Mas o “velho gaulês”, nome pe-

lo qual ficou conhecido, terminará com 3h50 de atraso sobre o vencedor. Apesar do seu incidente, não será o “lanterna vermelha” dessa etapa – 15 corredores acabaram depois dele, com o suíço Celidonio Morini a chegar com um atraso de 7h30m. Em Paris, Christophe será sétimo na geral, a 14 horas do vencedor.

Aos 66 anos, 38 depois desse dia, o primeiro homem a vestir a camisola amarela, instaurada em 1919, regressou a Sainte-Marie de Campan para descerrar uma placa comemorativa da insólita situação, cujo centenário está a ser assinalado com a construção de uma estátua que reproduz o trabalho de reparação feito na forja. Nela pode ler-se: “Aqui, em 1913, Eugène Christophe, ciclista francês, primeiro da classificação geral da Volta à França, vítima de um acidente com a sua máquina no Tourmalet, reparou na forja a forquilha da sua bicicleta. Ainda que tendo percorrido numerosos quilómetros a pé na montanha e tendo estado perdido diversas horas, Eugène Christophe não abandonou a prova que ele teria ganho, dando assim um exemplo de sublime vontade.”

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



100 Volta à França

Acompanhe o Tour também no site <http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca> e habilite-se a ganhar uma bicicleta



JACKY NAEGELEN/REUTERS

A profecia de Belline

Ana Marques Gonçalves

A 5 de Julho de 1964 vivia-se o dia de descanso da 51.ª edição da Volta à França. Para trás tinham ficado 13 dias de um intenso duelo entre Jacques Anquetil e Raymond Poulidor. O primeiro, quádruplo vencedor da prova e camisola amarela das últimas três edições, era mais do que nunca favorito, depois de ter conquistado o Giro. O segundo era o vencedor em título da Vuelta. A dez dias da chegada, os dois estavam praticamente empatados, com 31 segundos a separá-los. A camisola amarela repousava no corpo de Georges Groussard, mas todos sabiam que a vitória não escaparia a um dos dois.

Antes do ataque final aos Pirenéus, Anquetil não estava psicologicamente no seu melhor. A culpa era de uma profecia. Antes do Tour, o mago Belline previra, nas páginas do *France-Soir*, que “Maître Jacques” iria perder a vida numa queda mortal na 14.ª etapa, a 6 de Julho. A funesta predição mina a confiança do ciclista da Normandia. Para animá-lo, Raphaël Geminiani, o seu director desportivo, decide responder ao convite da Rádio Andorra, que assava um porco no espeto nesse dia.

Apanhados de surpresa, os restantes ciclistas da equipa, alheios às previsões do mago, indignaram-se. Mas Geminiani, com a cumplicidade da mulher do campeão francês, sabia o que fazia. A imagem de Anquetil a comer e a beber um copo de vinho antes de uma etapa decisiva escandalizou a França e espantou os adversários, incrédulos diante de tão grave atentado à dieta desportiva.

No dia seguinte, o quádruplo vencedor do Tour iria pagar o seu porco no espeto, pelo menos num primeiro momento. Nas primeiras rampas do port d’Envalira, Jimenez e Esteban atacam. Mais grave, Bahamontes e Poulidor seguem-nos. A luta está lançada. De longe, Anquetil está em dificuldades, parece prestes a enfrentar a maior derrota da carreira. A refeição da véspera pesa-lhe no estômago. A profecia pesa-lhe na cabeça.

“Desde o início da subida, senti-me desconfortável. Estava a viver um pesadelo. Quando percebi que as coisas não estavam a correr bem, disse-me que o mago tinha razão”, contou na noite a seguir à etapa. Ao seu lado,

mantém-se o seu colega Louis Rostollan, que tenta levantar-lhe o moral, sem sucesso. A 6km do alto, Anquetil está preparado para desistir. “Estou exausto, vou parar”, confessa a Rostollan. “Mas tu chamas-te Anquetil, em nome de Deus”, sopra-lhe o seu fiel seguidor.

Nesse momento, o director desportivo passa-lhe um *bidon* de água, cheio de champanhe. “Ou isso o faz descolar ou é a sua morte”, afirma Geminiani. O primeiro francês a ganhar o Giro anima-se, mas no alto está a quatro minutos do grupo de Poulidor. “Perdido por 100, perdido por 1000”, deve ter pensado antes de se lançar como um louco na descida. Rostollan, que uns anos antes tinha visto Roger Rivière terminar a carreira no fundo de uma ravina, teme o pior até por causa da neblina. “É verdade, vi a morte”, confessaria.

O grupo de Poulidor, que tem tudo a perder, desce com cuidado, enquanto Anquetil continua, frenético, em busca do grupo perseguidor, onde está o camisola amarela. Feita a junção, no fim da descida, parte em busca dos líderes. À entrada de Tarascon, a 75km da chegada a Toulouse, apanha Poulidor e Bahamontes.

O impensável acontece, mas a história não fica por aqui. A 25km da meta, Poulidor, o eterno segundo, parte os raios da roda traseira. Assistido pelo mecânico, parte, mas cai. De novo na bicicleta, perde-se entre os carros das equipas e, quando corta a linha de chegada, já o seu grande rival o tinha feito 2m36s antes. A profecia estava errada. O grande derrotado do dia era “Poupou”.

Inconformado, atacou na etapa seguinte, chegando isolado a Luchon, mas nunca pôs em causa a amarela de Anquetil. Geminiani respirava de alívio. O Tour era do seu pupilo. Acabada a prova, o director desportivo prometeu ajustar contas com Belline. “Há uma coisa que não consegui prever: a minha visita. Vou enfiar-lhe uma cadeira pela goela. Talvez isso mude o seu prenúncio.”

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



LEVOIR

Público

“ABOMINAMOS!”

Sindicato do Crime da América

1.º Vol + 4,90€



TM & © 2013 DC Comics. All Rights Reserved.

COLECÇÃO SUPER-HERÓIS DC COMICS. QUINTA-FEIRA. UM DIA TRISTE PARA TODOS OS VILÕES.

O Público apresenta a colecção Super-Heróis DC Comics. Uma excelente oportunidade de adquirir histórias inéditas em português de alguns dos maiores heróis de todos os tempos, numa edição em capa dura. Super-Homem, Batman, Flash, Liga da Justiça, entre outros, numa série única e exclusiva de 20 livros, a um preço bem acessível.

PRIMEIRO LIVRO “LIGA DA JUSTIÇA: TERRA DOIS”, QUINTA, 11 DE JULHO, POR MAIS 4,90€ COM O PÚBLICO.

LIGA DA JUSTIÇA • BATMAN • SUPER-HOMEM • FLASH • MULHER-MARAVILHA • LANTERNA VERDE • ARQUEIRO VERDE • BATWOMAN • JOKER • UNIVERSO DC

www.publico.pt



CLASSIFICAÇÕES

CAGNES-SUR-MER/MARSELHA (228KM)

5.ª etapa

1.º Mark Cavendish (OPQ)	5h31m51s
2.º Edvald Boasson Hagen (SKY)	m.t.
3.º Peter Sagan (CAN)	m.t.
4.º André Greipel (LTB)	m.t.
5.º Roberto Ferrari (LAM)	m.t.
(...)	
46.º Rui Costa (MOV)	m.t.
115.º Sérgio Paulinho (SAX)	m.t.

Geral

1.º Simon Gerrans (ORI)	18h19m15s
2.º Daryl Impey (ORI)	m.t.
3.º Michael Albasini (ORI)	m.t.
4.º Michal Kwiatkowski (OPQ)	a 1s
5.º Sylvain Chavanel (OPQ)	a 1s
(...)	
20.º Rui Costa (MOV)	a 20s
111.º Sérgio Paulinho (SAX)	a 14m30s

Pontos

1.º Peter Sagan (CAN)	111 pts
2.º Mark Cavendish (OPQ)	76
3.º Alexander Kristoff (KAT)	76

Montanha

1.º Pierre Rolland (EUC)	10 pts
2.º Simon Clarke (ORI)	5
3.º Bilel Kadri (ALM)	5

Equipas

1.º Orica-GreenEdge	54h05m53s
2.º Sky	a 3s
3.º Saxo-Tinkoff	a 9s



Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

A greve de Valence d'Agen

Ana Marques Gonçalves

Em 1978, os ventos de mudança do Maio de 68 ainda se faziam sentir numa França em permanente ebulição. E o Tour não era excepção. Ano após ano, na década anterior, a Volta à França tinha servido como “montra” a movimentos de cidadãos, a trabalhadores, a revolucionários. Cientes da projecção mundial da prova, viam as suas reivindicações correr mundo.

Longe dos sindicatos, sem qualquer tipo de organização colectiva, o pelotão mostrava-se alheio aos protestos na berma da estrada. Em dez anos, nem um sinal de que Maio tivesse chegado ao coração da Grande Boucle. Até à noite de 11 de Julho. Durante a tarde, os ciclistas enfrentaram uma duríssima etapa de montanha, transpuseram o temível Tourmalet e terminaram, cansados, na estação de desportos de Inverno de Saint Lary-Soulan.

Perdida nos Pirenéus, junto à fronteira com Espanha, a pequena comuna francesa não dispunha de unidades hoteleiras suficientes para acolher as mais de 3000 pessoas que seguiam na caravana. Era obrigatório descer até à localidade mais próxima. Tarbes ficava a 70km, o equivalente a mais de uma hora de carro. Nada de extraordinário para homens habituados a mais de 150km diários sobre a bicicleta e a *transfers* superiores a 100km etapa após etapa.

Mas a organização do Tour cometeu um erro de cálculo, ignorando as dezenas de milhares de espectadores que, de um lado e de outro da fronteira, acorreram para ver o espectáculo ao vivo em Saint Lary-Soulan. Com uma única saída viável, uma estrada cheia de curvas, o tradicional engarrafamento no final da etapa tomou proporções gigantescas. Sem desvio alternativo para fugir à confusão, os ciclistas tiveram de esperar como toda a gente. Enclausurados, sem direito a massagem e com os níveis de impaciência a aumentar.

Resultado? Todos os da caravana, corredores incluídos, se deitaram depois da meia-noite. Indiferentes ao atraso da véspera, os organizadores, mais preocupados com o espectáculo e a transmissão televisiva, mantiveram o horário de partida da etapa, obrigando o pelotão a acordar

às 7h30. Os ciclistas reagem com revolta. O burburinho sobe de tom, a palavra passa de boca em boca e a hipótese toma dimensões reais. E se, como resposta à desconsideração, nesse dia não pedalassem?

Nos bastidores, a greve adquire forma, definem-se as regras do protesto. Opta-se por um “passo de caracol” durante a etapa, com o pelotão agrupado, sem fugas, pela recusa em disputar os *sprints* intermédios. Mas a medida mais contundente é aquela reservada para o final: chegados a Valence d'Agen, onde está instalada a meta, descem das bicicletas e atravessam a linha branca a pé. O rosto do protesto é Bernard Hinault, o símbolo do novo ciclismo francês – haveria de ganhar esse Tour e outros quatro para se tornar recordista de vitórias, tal como Jacques Anquetil e Eddy Merckx antes dele.

Mas seria André Chalmet, colega de equipa de Bernard Thèvenet, o vencedor de 1977, o porta-voz do descontentamento geral. Em entrevista ao *L'Équipe*, justificaria o acto do pelotão. “Compreendemos os imperativos financeiros dos organizadores, mas nós não somos animais de circo que são mostrados de cidade em cidade. Não queremos mais dinheiro, mas sim mais consideração. E que respeitem o nosso descanso.”

Na edição do diário desportivo francês de 13 de Julho, cuja manchete titulava “Eles perderam os pedais”, Chalmet continuava: “As organizações não têm por hábito discutir conosco os problemas. Nós estamos na bicicleta para tentar ganhar a nossa vida, temos contas a prestar aos nossos empregadores e se somos contra algumas práticas podemos manifestar a nossa oposição.”

A luta deu frutos. Sem espectáculo e sem vencedor de etapa, a organização mudou de postura. Os patrões do Tour aprenderam que o descanso dos guerreiros era imperial e, daí em diante, fizeram por garantir que as dez horas de repouso exigidas pelos ciclistas fossem cumpridas.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Sabine Lisicki fez a festa com a passagem à final de Wimbledon

Lisicki sucede a Graf e Bartoli tem nova oportunidade

Tênis
 Pedro Keul

Há 76 anos que não se via uma alemã e uma francesa na final de singulares femininos de Wimbledon

Sabine Lisicki é a primeira alemã a disputar a final de Wimbledon desde 1999, perdida por Steffi Graf, que enviou uma mensagem de boa sorte, antes de a compatriota defrontar Agnieszka Radwanska. Mas não foi a sorte que levou Lisicki à final de amanhã, quando defrontar Marion Bartoli. A alemã de 23 anos tem vários argumentos para ser bem sucedida na relva londrina: uma atitude ofensiva, um forte serviço, uma direita decisiva e uma enorme paixão por Wimbledon.

“Tenho sonhado com isto desde que sou uma miúda. É por isso que disse que este é o melhor local para disputar a minha primeira final do Grand Slam”, afirmou Lisicki, após derrotar Radwanska, por 6-4, 2-6 e 9-7 – igualou o mais longo terceiro set nos torneios femininos de Wimbledon. Mas a indecisão quanto ao nome da finalista prolongou-se por duas horas e 18 minutos. Em especial, depois de Lisicki ter recuperado de 0-3 no set decisivo, pondo fim a cinco *breaks* consecutivos. “Pensei: ‘Ok, conseguiste frente a Serena, podes conseguir outra vez’”, revelaria a alemã mais tarde.

Depois de servir para fechar (5-4) e para se manter no encontro (5-6 e 6-7), Lisicki fez o *break* a Radwanska para servir a 8-7. Desta vez, “Boom Boom” Lisicki (algunha herdada do seu compatriota Boris Becker) serviu bem, chegou a 40-0, e no se-

gundo *match-point* assinou o 60.º *winner* com a forte direita.

Para Radwanska, finalista em 2012, foi uma derrota indigesta, como o rápido cumprimento final na rede confirmou. “Devia ter ficado ali e dançar? Que poderia fazer”, disse a polaca antes de resumir: “Preferia ter jogado mal e ganhar.”

Bartoli regressa a uma final do Grand Slam, seis anos depois de ter eliminado, na meia-final, a grande favorita Justine Hénin – e perdido o derradeiro encontro para Venus Williams. Desta vez, a francesa de 28 anos e 15.ª no ranking mundial era a favorita e justificou essa condição diante de uma Kirsten Flipkens diminuída (20.ª), vencendo a belga pelos parciais de 6-1, 6-2, em 62 minutos. “Tenho de felicitar Kirsten porque ela fez um grande torneio. Eu joguei muito bem, senti muito bem as minhas pancadas, tudo funcionou de forma globalmente perfeita e, numa meia-final e no *court* central de Wimbledon, é uma sensação incrível”, explicou Bartoli.

Há poucas semanas, a francesa deixou de contar com o pai como treinador e tem sido ajudada pelo amigo de infância Thomas Drouet e a ex-campeã de Wimbledon Amélie Mauresmo. Mas a chave do sucesso parece ser a sexta que faz antes dos encontros. “Dormi um pouco até meia hora antes de começar e estava longo pronta desde o primeiro ponto”, contou a rir.

Bartoli ou Lisicki juntar-se-á a Maria Sharapova (2004) e Venus Williams (2005, 2007) como as únicas vencedoras de Wimbledon na Era Open (desde 1968) que não pertenciam ao top 10 de favoritas. Já uma final feminina entre uma francesa e uma alemã não se via em torneios do Grand Slam desde 1937.

Grand Prix de Pequim arranca com trio de líderes

Xadrez
 Jorge Guimarães

A quinta etapa da série Grand Prix iniciou-se ontem, em Pequim, com a realização da primeira das 11 jornadas da prova. Numa competição onde está em jogo um lugar para o próximo torneio de candidatas, e que se aproxima do seu final – são seis os eventos que integram o Grand Prix –, a luta entrou numa fase decisiva, com o búlgaro Veselin Topalov na melhor posição para garantir a progressão para a próxima etapa do ciclo do campeonato do mundo.

No entanto, como cada participante entra em quatro dos seis torneios e apenas os três melhores resultados são contabilizados, as posições finais dificilmente ficarão definidas antes da última prova, a menos que, em Pequim, Topalov vença isolado, o que não será fácil num torneio em que dez dos participantes integram o top 20 do ranking mundial.

O búlgaro começou de forma excelente, com uma vitória conclusiva sobre o israelita Boris Gelfand. Na discussão teórica da defesa Grundfeld, ambos demonstraram estar bem preparados, com os primeiros 15 lances a serem realizados rapidamente, até que Gelfand se desviou dos caminhos conhecidos. Uma opção um pouco estranha, pois a variante em causa até era considerada favorável às brancas, mas que não foi a causa directa da derrota do israelita, que cometeu o erro decisivo ao 26.º movimento.

Os dois mais bem classificados do ranking mundial que participam nesta prova, os russos Alexander Grischuk e Serguei Karjakin, 5.º e 6.º da hierarquia, não deixaram Topalov fugir e também venceram conduzindo as negras, ainda que por motivos bem diferentes. Enquanto Karjakin se superiorizou ao holandês Anish Giri devido a uma melhor abordagem da posição resultante da abertura, Grischuk só venceu porque o norte-americano Gata Kamsky, em situação de equilíbrio, deixou esgotar o tempo de reflexão quando lhe faltava um lance para o controlo do 40.º movimento.

Nos três outros confrontos (Peter Ieko-Shakhtiar Mamediarov, Alexander Morozevich-Wang Yue e Vassily Ivanchuk-Wang Hao), o resultado final foi o empate, mas, com excepção deste último duelo, os desequilíbrios que ocorreram poderiam ter produzido outro desfecho.



Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

JEAN-PAUL PELLISSIER/REUTERS



A vingança da Passage du Gois

Ana Marques Gonçalves

Depois da revolução provocada pelo *affaire Festina* no ano anterior e de uma classificação geral tida como de transição, o Tour 1999 procurava encontrar-se e encontrar um digno herdeiro de Miguel Indurain. Rápida consulta da lista de inscritos, imediata conclusão: a ausência de um favorito consensual. Faltava Marco Pantani, vencedor no ano anterior, suspenso devido a um hematócrito superior ao permitido por lei. Faltava Jan Ullrich, o prodígio do pelotão, coroadado em 1997, fora de forma nesse ano. Faltava Bjarne Riis, patrão do Tour 1996, que tinha anunciado a reforma pouco antes, na sequência de uma queda grave na Volta à Suíça.

A Volta à França anuncia-se mais aberta do que nunca e ninguém é capaz de prever quem sairá vencedor. Os nomes dos candidatos sucedem-se. Bobby Julich, terceiro no ano anterior, Fernando Escartin ou Laurent Dufaux, dois *habitués* do “top 10” das Grandes Voltas, Abraham Olano, o campeão do mundo, ou Alex Zülle, que até então não tinha conseguido confirmar as esperanças nele depositadas depois do seu segundo lugar na *Grande Boucle*, em 1995.

Um ano antes, tal como Dufaux, o suíço tinha visto o arranque do Tour atrás das grades. Considerado um dos grandes favoritos, Zülle foi preso com os restantes elementos da equipa Festina, naquele que foi o primeiro grande escândalo de *doping* do ciclismo moderno. Confessado o “crime” – o recurso a substâncias ilícitas –, cumprida a penitência pelo “pecado”, aparecia na prova francesa com renovada esperança.

No prólogo de Puy du Fou é surpreendido por um *outsider*, um norte-americano chamado Lance Armstrong, e fica no segundo lugar, a sete segundos da amarela. Optimista, o míope mais conhecido do pelotão (se não era o único, era certamente o único a ter uma graduação de oito) pensa que a sua hora terá finalmente chegado. Em Maio, no Giro, tinha ganho três etapas, duas das quais contra-relógios, e vestido a camisola rosa durante 12 dias. Tudo corre como previsto. Na primeira etapa, chega no pelotão.

No dia seguinte, a corrida ruma



em direcção ao Loire atlântico, no Noroeste francês, com a etapa a decorrer entre Challans e Saint-Nazaire, através da famosa Passage du Gois. A estrada que liga o continente à ilha de Noirmoutier é submersível consoante o horário das marés. Evidentemente, todos os cálculos foram feitos para que, à passagem do pelotão, a maré estivesse baixa. No entanto, o desconforto reina entre os corredores. São 4,150km numa estrada estreita, que mistura asfalto e empedrado resvaladiço, sem escapatória. À dificuldade da passagem em si, soma-se o vento, que a 5 de Julho sopra forte.

As águas do Atlântico deixaram o piso molhado, com areia. O pelotão abranda. A entrada na Passage du Gois é feita em fila indiana. Nem todos os cuidados evitam o inevitável. “*Chute au peloton.*” O RadioTour informa o que os olhos não escondem. Do caos emergem 17 ciclistas, entre os quais Armstrong. Muitos evitaram a queda, mas foram atrasados por ela. Finalmente, um grupo de 60 corredores consegue sair do amontoado de bicicletas. Nesse primeiro pelotão seguem Olano, Escartin, Julich ou Richard Virenque. Presos na Passage du Gois ficam Tyler Hamilton, Christophe Rinero, Ivan Gotti, Michael Boogerd e, sobretudo, Alex Zülle.

O código do pelotão é claro: em caso de queda, furo ou avaria de um dos favoritos, a “lei” manda esperar. Mas Armstrong e a US Postal, na atitude megalómana a que haveriam de acostumar os fãs da modalidade, ignoram o respeito que a condição de candidato exige e aceleram na frente. Os norte-americanos encontram aliados de circunstância na Cofidis de Julich e, principalmente, na ONCE

de Olano, e estabelecem um minuto de vantagem.

Mas Manolo Saiz tem outra motivação mais forte que a classificação de Olano para colaborar no ataque ao seu antigo corredor. Zülle, que nessa época representava a Banesto, eterna rival da ONCE, tinha quebrado a sigilosa *omertà* do ciclismo. Na sua admissão de recurso ao *doping*, o suíço confessa que as práticas na Festina, que incluíam a administração de EPO, eram em tudo idênticas às que tinha experimentado na equipa espanhola. A vingança é um prato que se serve frio. Rancoroso e orgulhoso, Saiz não perdoa e relembra aos seus homens que também não podem esquecer a traição.

Os 100 ciclistas que ficaram retidos na Passage du Gois tentam, infrutiferamente, alcançar o pelotão da frente. A barreira do minuto não desce. A resignação apodera-se dos perseguidores. Na terrível ascensão a Saint-Nazaire, os “condenados” cedem. Quando cortam a meta, a diferença para os da frente é de 6m03s.

Zülle nunca recupera o tempo perdido nesse dia. Em Paris, sobe ao segundo lugar do pódio, a 7m37s de Armstrong. A dúvida permanece até hoje: se não fosse o tempo perdido na Passage du Gois, teria o suíço tido um resultado diferente? Talvez Francis Péliissier tenha a resposta: “Um ciclista de óculos nunca ganhará a maior corrida do mundo.”

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais





Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta



PASCAL GUYOT/AFP

Camisola amarela sem nunca o ser

Ana Marques Gonçalves

Há um antes e um depois de Jean Robic na Volta à França. Nada surpreendente, já que o francês é o elemento de separação das duas fases da mais importante competição velocipédica do calendário internacional. Mas estas linhas vão além do papel simbólico por ele desempenhado.

Sim, Jean Robic representa a nova era, a era do pós-guerras, a do ciclismo moderno, a do recomeçar do zero após um conflito mundial que obrigou a uma paragem forçada de sete anos. Sim, Jean Robic é o primeiro vencedor depois das edições interrompidas, mas esse é apenas um pormenor quase insignificante.

Na estrada estava o Tour de 1947, o primeiro da França em reconstrução. O orgulho francês estava posto à prova e mais do que nunca “exigia-se” um vencedor nacional. O organizador, Jacques Goddet, fundador em 1946 de um novo jornal, denominado *L'Équipe*, deparava-se com numerosas dificuldades: o desinteresse do público, a ausência do duo italiano Fausto Coppi e Gino Bartali, a logística impossível.

O favorito lógico era René Vietto, o último vencedor, no distante ano de 1939. Era nele que os franceses acreditavam para uma amarela nacional. E Jean Robic? Bem, o cognome “Bezerro” é a melhor resposta. Pequeno bretão de 1,61 metros, 26 anos, estava longe de ser o campeão ideal. A fisionomia era a de um pugilista, a personalidade de vulcão em permanente erupção. As qualidades natas de trepador eram insuficientes para poder aspirar a uma vitória na Volta à França.

À 14.ª etapa estava definitivamente fora da lista de candidatas. Vietto liderava confortavelmente e “Cabeça de Couro” olhava-o à distância de 20 minutos. No mapa seguia-se Luchon-Pau, uma jornada dantesca com o quarteto Peyresourde, Aspin, Tourmalet e Aubisque. Ressabiado por não ter sido eleito para a equipa de França – representava o modesto Oeste, uma segunda linha francesa, com menos glamour e menos projecção –, Robic ataca de entrada.

Os quilómetros vão passando, as



DR

forças diminuindo, mas o orgulho ferido do pequeno trepador dá-lhe asas, tantas que, cortada a meta, teve de esperar mais de dez minutos pelo segundo na etapa. René Vietto, pois claro. Nessa noite, “Biquet” dormiu a nove minutos do anúncio do vencedor final.

A caravana seguiu com normalidade até ao próximo desafio, situado à 19.ª etapa. O contra-relógio entre Vannes e Saint-Brieuc era apenas uma formalidade. Especialista exímio, o camisola amarela só poderia reforçar a sua liderança. Mas uma situação insólita haveria de mudar o destino desse Tour. Durante o exercício solitário de luta contra o cronómetro, o “rei” Vietto aproximou-se do director da corrida para conhecer as diferenças e reparou num acidente junto à berma.

Uma moto tinha-se virado na estrada e o condutor, inanimado, estava caído numa valeta. Atordoado, o camisola amarela regressa lívido à estrada. O impacto da visão tinha-o perturbado e cortava a meta a mais de 14 minutos do vencedor. Estava perdido o Tour, mas não a pose de “rei”: “Abandonar, quem está a falar em abandonar? Vocês não pensam? Um Vietto não abandona, retira-se.”

Segundo à partida do contra-relógio, o italiano Pierre Brambilla veste o “maillot jaune”, com menos de 58 segundos de vantagem sobre o seu compatriota Ronconi. Os sonhos dos adeptos franceses estavam desfeitos. O homem que nasceu “acidentalmente” nas Ardenas não tinha percurso nem dificuldades que lhe permitissem recuperar os 2m58s

que o colocavam no terceiro lugar.

Na véspera da chegada a Paris, as posições mantêm-se inalteradas. Só um milagre daria a primeira amarela do pós-guerra à França. Restava a etapa da consagração, um percurso plano e sem história entre Caen e Paris.

Mas o inesperado acontece: Robic acelera, rosto desfigurado pelo esforço, pedalar grosseiro e desajeitado. A ele junta-se Fachleitner, membro da equipa de França. Brambilla está isolado, os italianos não reagem. A rivalidade entre os dois companheiros de fuga vem momentaneamente ao de cima. Fachleitner recusa-se a colaborar. Exige-se uma medida desesperada. “Não vais conseguir ganhar o Tour, porque não te vou deixar partir. Se colaborares, pago-te 50.000 francos.” O francês abana a cabeça, quer 100.000. “Negócio fechado.”

Em Paris, Jean Robic conquista o seu primeiro e único Tour, sem nunca ter vestido a camisola amarela ao longo dos 21 dias da prova. Brambilla entra de amarelo em Paris, derrotado. Exemplo de tenacidade, “Biquet” escreve a 20 de julho de 1947 uma das jornadas gloriosas da Grande Boucle. A sua vitória continua a ser a única, no pós-guerra, em que o “maillot jaune” mudou de dono numa última etapa em linha.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Rui Costa satisfeito

“Só nos faltou a vitória de etapa”

Rui Costa não poupou ontem os elogios ao trabalho da Movistar durante a 9.ª etapa do Tour. “ Fizemos uma etapa excelente. Só nos faltou a vitória de etapa para que tudo tivesse saído taticamente perfeito. Nesta etapa, fui chamado ao trabalho em prol da equipa e desferi alguns ataques logo no início da prova, com o objectivo de desgastar a Sky. Quando Froome ficou só, a tática da equipa foi acelerar o ritmo e lançar alguns ataques

para que o camisola amarela fosse obrigado a responder e se desgastasse”, explicou na sua página na Internet. O actual 10.º classificado da geral reconheceu, também, que nos últimos três quilómetros estava muito cansado e deixou claro qual o objectivo principal da formação espanhola. “A prioridade da equipa é a classificação geral individual e vamos jogar tudo para que [Alejandro] Valverde chegue a Paris no pódio.”



Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

Luis Ocaña, o grande opositor do merckxismo

Ana Marques Gonçalves

Quando a Volta à França saiu para a estrada em 1971, vivia-se a era do merckxismo, a de uma supremacia sem igual na história do ciclismo. Eddy Merckx, baptizado compreensivelmente com o nome de “Canibal”, amealhava troféus de Fevereiro a Outubro, os meses que marcam o arranque e o final da temporada velocipédica. O domínio do campeão belga era tal no início dos anos 1970 que provocava resignação e apatia nos adversários, que nem tentavam atacar o duplo vencedor do Tour.

Mas havia um homem inconformado. Atacante por natureza, grande apreciador dos finais em alto, um jovem espanhol, de 26 anos, recusou a fatalidade de ser um nome oculto pela grandeza de Merckx que, em privado, tratava por “a grande besta”. O sentimento de revolta de Luis Ocaña vai inflamar toda a equipa Bic, que o apoia sem reserva na tentativa suicida de terminar o reinado do belga.

O primeiro passo dá-se na subida a Puy-de-Dôme, quando conquista a etapa com brilhantismo, mas não consegue destronar o vencedor em título. A amarela ainda é uma miragem para o espanhol que, confiante devido ao triunfo, não desiste do seu propósito. Três dias mais tarde, na etapa que liga Grenoble a Orcières-Merlette, vai ter o seu momento alto. Aquela 11.ª etapa, disputada num sufocante 8 de Julho, era curta (134 quilómetros), mas suficientemente longa para a glória.

Alguns quilómetros depois da partida, é Joaquim Agostinho que, motivado pelo director desportivo Raphaël Geminiani, inaugura as hostilidades. Zoetemelk, Van Impe e Ocaña seguem-no. A rebeldia deu resultado: Merckx fica no pelotão, prestes a viver um dos dias mais difíceis da sua carreira.

Um pouco mais à frente, do Col du Noyer, onde se desmoronou no ano anterior, o ciclista da Bic decide ir-se embora. Deixa Agostinho e os outros e parte em solitário. À chegada, em Orcières-Merlette, consegue diferenças surreais para os que se lhe sucedem na meta. Lucien van Impe, o segundo da etapa, perde



Eddy Merckx e Luis Ocaña durante uma etapa do Tour em 1971

quase seis minutos. Ocaña veste a camisola amarela. “A cavalgada de Ocaña lembrou-me as grandes fugas do nosso tempo. Aquelas de Coppi, por exemplo. Pela primeira vez desde há muito tempo senti a nostalgia do Tour”, descreveu Louison Bobet, o primeiro ciclista a ganhar a Volta à França em três anos consecutivos.

Só um pormenor ofuscou a *performance* do corredor que, aos 10 anos, tinha adoptado França como casa: a derrota de Merckx. Sem apoio da sua equipa, o “Canibal” rolou sozinho durante quase 80 quilómetros, pensando mesmo em desistir, antes de conseguir limitar a sua perda a 8m42s. Sem procurar desculpas, elogia o seu rival: “Aquilo que ele fez é extraordinário. É preciso inclinarmos-nos diante de um campeão desta categoria. É isto o desporto. Na vida, como no desporto, assistimos a eventos fantásticos. Não há mais nada a dizer. É essa a regra, saber reconhecer o mérito”.

A graciosidade do belga na derrota surpreende toda a gente. Fãs e menos fãs são unânimes em considerar que a sua atitude não podia ter sido melhor. A atitude de Merckx consegue relegar o feito de Ocaña para segundo plano. “Fugas como a de Ocaña é algo que não vemos todos os dias. No entanto, questiono-me se aquilo que Merckx fez lá atrás não é mais formidável. Numa situação daquelas, com o moral afectado, qualquer outro campeão, mesmo os grandes

do passado, teriam perdido não oito, mas 20 minutos”, destacou Geminiani no final da etapa.

Ocaña não acredita na sua sorte. A vitória e a camisola amarela não foram suficientes para relegar o seu maior rival para segundo plano. E o pior ainda estava para vir. Na descida do Col de Menté, nos Pirenéus, sob uma trovoadá ameaçadora e um céu negro, o pavimento fica encharcado. Os ciclistas não conseguem ver um palmo à sua frente, mas Merckx, sem nada a perder, aborda uma curva a 80km/h e cai. Levanta-se, sem mazelas, e regressa à estrada. O espanhol, que tem fama de ser mau a descer, tenta acompanhá-lo e não escapa à queda. Consegue levantar-se, mas é abalroado por Zoetemelk.

O destino prega uma partida a Ocaña, que chora com dores no chão e desiste. Por respeito ao seu adversário, o belga, que ainda estava a 7m30s do primeiro lugar da geral, recusa envergar a amarela e vai visitá-lo ao hospital. Será ele o vencedor desse Tour, mas, como escreveu Jacques Goddet, director da *Grande Boucle*, nada seria como antes.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



AS MÚSICAS QUE MUDARAM A MÚSICA.

Colecção
 Grandes Vozes Americanas



Todas as Terças-feiras

Livro+CD
 por +6,90€

Colecção de 16 volumes. Periodicidade semanal, 14 de Maio a 27 de Agosto, às terças-feiras. PVP, primeiro volume 3,90€, restantes 6,90€. Preço total da colecção, Portugal Continental, 107,40€. Edição limitada ao stock existente. A compra do produto implica a compra do jornal.



Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

Os escudeiros do barão

Ana Marques Gonçalves

Na primavera de 1907, o barão Henri Pépin de Gontaud teve uma ideia fantástica. Chamou dois ciclistas vizinhos à maior sala da sua casa nos arredores do Toulouse e anunciou que iriam correr o Tour com ele. Mas este “correr” tinha um significado mais amplo do que a definição tradicional. Implicava a participação nos 4488 quilómetros das longuíssimas 14 etapas e também a escolta diária do seu patrão, ao ritmo por ele desejado, e a limpeza da bicicleta e mudança de pneus.

O primeiro, Jean Dargassies, tinha sido 11.º na estreia, em 1903, e quarto um ano depois. A lenda diz que o ciclismo apareceu na sua vida por acaso. Um dia, entrou numa loja para comprar uma bicicleta para poder percorrer os 25 quilómetros que separavam Montauban de Toulouse. O dono do estabelecimento falou-lhe de uma nova corrida que atravessava a França. “Você, com esse físico, de certeza que iria conseguir”. O ferreiro de profissão decidiu escrever ao *L'Auto*. Sem resposta, dois meses depois dirigiu-se a Paris para pedir directamente ao diretor do Tour, Géo Lefèvre, para participar. Seduzido pela sua história, aceitou a sua inscrição. Do segundo, Henri Gauban, pouco se sabe, apenas que terá participado na *Grande Boucle* de 1905, provavelmente o primeiro ponto de encontro entre os três homens.

Pépin promete que, como recompensa pelo esforço, ficariam alojados nos melhores hotéis e comeriam nos melhores restaurantes. Ganhar não era um objectivo. O propósito era conhecer a França em grande estilo. Por isso, qualquer que fosse o resultado pagar-lhes-ia os mesmos 4.000 francos a receber pelo vencedor.

A 8 de Julho, o barão junta-se ao pelotão de 112 ciclistas reunido em Porte Bineau, na companhia de Dargassies e Gauban. Sem intenções de ganhar, o dorsal 59 passa os últimos momentos antes do arranque a levantar o chapéu e a distribuir beijos pelas senhoras da assistência. A descontracção é tal que, quando o trio arranca, já o pelotão vai longe na sua jornada até Roubaix. “Não se esqueçam que temos todo o tempo do mundo”, recorda aos seus camaradas.

Os três nunca se separam. No dia seguinte, entre Roubaix e Metz, demoram mais 12h20 do que Émile Georget. Os júris ficam furiosos. Os vencedores eram definidos por um sistema de pontos e não de horas de corrida, o que os obrigava a esperar pelo último a chegar. Henri Desgrange, o director da prova, é obrigado a tomar medidas drásticas: estabelecer limites horários.

Um dia, o trio, habituado a cumprir as etapas sem ver rival, fica surpreso ao cruzar-se com um ciclista. O dorsal 76 está estendido no chão, cheio de dores. “O meu nome é Jean-Marie Teychenne. Como vocês, sou ciclista, mas sofri um terrível desfalecimento devido à fome que sinto. Deixem-me, estou acabado”. Pépin reconhece-lhe o sotaque de Toulouse e decide ajudá-lo. “Disparate. Irás juntar-te a nós”, grita, indicando a Dargassies e Gauban para erguerem o acidentado. Dá-lhe palmadas nas costas e sacode-lhe a lama do dorsal. “Só somos três, mas vivemos bem e vamos acabar a corrida. Podemos não ganhar, mas veremos a França”.

A intenção do barão seria de curta duração. O capricho de ver a França desaparecer da mesma forma que apareceu. Na etapa entre Lyon e Grenoble, Pépin entrega o pagamento aos ajudantes e decide apanhar o próximo comboio para casa. Dargassies decide segui-lo, Gauban prefere ficar. Termina a sexta etapa na 36.ª posição, a seguinte na 27.ª. A oitava etapa, perde meros 36 minutos. Algo acontece na jornada seguinte e chega a mais de 2h12m de Louis Trousselier, o vencedor. Apesar de ser 14.º na etapa dez, na 15 retira-se do seu quinto e último Tour.

Henri Pépin de Gontaud foi um pioneiro. Jean Dargassies e Henri Gauban foram, assim, os primeiros gregários da história do Tour, os precursores de uma longa escola de abnegação e dedicação que se prolonga até hoje.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Federer pediu dois wild-cards para torneios em terra batida

Após Wimbledon, Roger Federer adopta plano B

Tênis Pedro Keul

O tenista suíço não competia no mês de Julho há anos, mas a falta de competição obrigou-o a mudar a programação

Ao sofrer a eliminação mais precoce em Wimbledon desde 2002, Roger Federer deixou de figurar no *top 4* do ranking mundial. É a primeira vez, desde 23 de Junho de 2003, que o suíço não está entre os quatro primeiros da tabela ATP, mas a derrota na segunda ronda do torneio inglês que tinha ganho no ano passado, permitiu que David Ferrer e Rafael Nadal o ultrapassassem. Outra consequência é a falta de competição durante estas semanas, o que levou Federer a repensar a programação e pedir *wild-cards* para dois torneios... em terra batida!

Na próxima semana, Federer vai voltar a Hamburgo, onde em 2007 obteve uma das raras vitórias sobre Nadal sobre o pó de tijolo - quando a prova se disputava em Maio. Na semana seguinte, o suíço joga em casa, em Gstaad, onde se estreou em quadros principais do ATP World Tour, em 1998, e onde não competia desde que ganhou o título em 2004.

Mais do que a posição no ranking, o que preocupa mais Federer é a falta de ritmo que uma longa paragem lhe dará. Por isso, o suíço não teme uma transição relva-terra batida, antes de voltar a pisar os *hardcourts* norte-americanos, onde pretende salvar a época.

Novak Djokovic mantém-se na frente do ranking e tem previsto o

regresso ao circuito na Rogers Cup, em Montreal, no início de Agosto. O mesmo acontece com Andy Murray, que desde o triunfo em Wimbledon tem estado com a agenda bastante preenchida com compromissos sociais e profissionais.

Quanto aos portugueses, o líder é João Sousa, que surge no 102.º lugar e está esta semana a disputar o *challenger* de San Benedetto. Na primeira ronda, o tenista mais cotado deste evento teve o “azar” de defrontar o compatriota Pedro Sousa (250.º), a quem venceu, por 6-3, 3-6 e 6-2, indo agora decidir um lugar nos quartos-de-final com o belga Arthur De Greef (221.º).

Na classificação feminina, a campeã de Wimbledon, Marion Bartoli, subiu do 15.º para o sétimo lugar da lista encabeçada por Serena Williams, seguida de Maria Sharapova e Victoria Azarenka.

Michelle Brito, responsável pela eliminação de Sharapova em Wimbledon, regressou ao *Top 100*, que tinha abandonado em Setembro de 2009. A presença na terceira ronda de Wimbledon possibilitou à tenista portuguesa subir ao 98.º posto de uma tabela, onde já figurou na 76.ª posição. O seu regresso à competição está previsto para o torneio de Stanford, do WTA Tour, a 22 de Julho.

Atrás de Michelle, vem Maria João Koehler (118.ª), que compete no XXVI Italicom Open. No torneio do WTA Tour, que se realiza em Palerm, a tenista portuguesa passou as três rondas do *qualifying* sem ceder qualquer *set* e estreia-se amanhã no quadro principal diante da francesa Kristina Mladenovic (39.ª), recente campeã de pares mistos de Wimbledon.

Hugo Santos lidera no Estoril PGA Open

Golfe Rodrigo Cordoeiro

Seleção nacional joga hoje o acesso inédito aos quartos-de-final do Campeonato da Europa por Equipas

Desde 2002 que o PGA Portugal Tour não passava por um dos mais emblemáticos clubes portugueses, o do Estoril, palco de várias edições do Open de Portugal. Regressou ontem para o Estoril PGA Open, numa primeira volta em que Hugo Santos, irmão mais velho de Ricardo Santos, brilhou com 64 pancadas, 5 abaixo do Par 69. Foi o único profissional a bater o campo, já que no seu encaicho directo surgem dois amadores - Tomás Silva, a jogar em casa, com 67, e Miguel Gaspar (Belas Clube de Campo), com 68. João Pedro Carvalhosa é quarto com 71.

“Foi uma volta consistente, à qual ainda dou mais valor por ainda estar magoado no pé”, disse Santos. “Custou-me muito o Open da Madeira, depois disso só joguei o Open do Senegal e o Pro-Am da Boavista”, acrescentou o algarvio, antigo campeão nacional amador, que poderá recuperar a liderança da Ordem de Mérito Tee Times Golf se vencer amanhã e António Rosado, o actual líder, não pontuar. Rosado está em nono, com 73.

A nível amador, a seleção nacional pode fazer hoje história se conseguir o feito inédito de chegar aos quartos-de-final do Campeonato da Europa por Equipas, que decorre no campo dinamarquês do Silkeborg Ry Golf Club. Portugal, alinhando com o mais forte conjunto de sempre, concluiu ontem a primeira volta no oitavo lugar (entre 16 nações), com 376 pancadas (16 acima do par) e se mantiver a posição integrará o 1.º *Flight* no resto da competição.

Contando para o resultado colectivo a soma dos cinco melhores *scores* de cada sexteto, a seleção teve em Ricardo Melo Gouveia a sua grande figura, com um 70 que foi a melhor marca da jornada. Pedro Figueiredo (a jogar o seu último torneio antes de se tornar profissional) e José Maria Jóia fizeram 75, Gonçalo Pinto 77 e Gonçalo Costa 79. De fora ficou o 80 de João Carlota.

Lidera a França (361), seguida da Alemanha (368), Irlanda e Escócia (ambas com 371), Holanda e Gales (373) e Inglaterra.

Tony Martin venceu o primeiro contra-relógio do Tour, à frente de Chris Froome, camisola amarela

PASCAL GUYOT/AFP

O incidente

Um banho de urina para Mark Cavendish

A pesar de ter sido absolvido pelos comissários do Tour, Mark Cavendish (Omega-Pharma) foi ontem protagonista de uma bizarra retaliação por ter estado envolvido num acidente que provocou a queda do holandês Tom Veelers (Argos) no final da 10.ª etapa. Durante o seu contra-relógio, o “Expresso da Ilha de Man” foi assobiado pelo público e um dos espectadores atingiu o ciclista britânico com urina. Cavendish lá seguiu no seu contra-relógio — foi 163.º da etapa, com mais 5m31s que o vencedor Tony Martin — e só no final é que o incidente foi tornado público, não pelo *sprinter*, mas por Patrick Lefevere, director desportivo da Omega-Pharma.

“Ele foi vaiado durante o percurso e um espectador atirou-lhe urina. Eu não vi, mas dava para perceber pelo cheiro do equipamento. Podiam pensar que ele ficou zangado, mas estava, acima de tudo, triste”, comentou Lefevere. Jerome Pineau, companheiro de equipa de “Cav”, também assumiu a defesa do britânico. “Vergonha quando o meu amigo Mark Cavendish me diz que foi assobiado e mesmo regado com urina durante o percurso! É escandaloso!”, declarou Pineau na sua conta de Twitter.

Na etapa de anteontem, Cavendish, como habitualmente, tentou posicionar-se para tentar ganhar a sua segunda etapa desta edição do Tour, mas, em plena aceleração, chocou com Veelers, provocando a queda do holandês. Cavendish abdicou da etapa que acabaria por ser ganha pelo alemão Marcel Kittel, companheiro de equipa de Veelers. Visualizadas as imagens televisivas pelos comissários de prova, o britânico foi ilibado quanto a uma eventual infracção.

A maldição de gars Jean

Ana Marques Gonçalves

Esta história começa ao contrário, pelo fim. Por tudo aquilo que precisa de saber sobre Jean Alavoine. Nascido em Roubaix, a 1 de Abril de 1888, cresceu em Versailles, bem perto de Paris, e tornou-se um corredor de garra, dotado de uma formidável resistência.

Venceu 17 etapas na Volta à França, a primeira em 1909, a última 14 anos depois, algo único na história do ciclismo. Teve como adversários não apenas Louis Trousselier, Lucien Petit-Breton, François Faber, Octave Lapize, Gustave Garrigou, os heróis de 1900, que entre eles somam seis Tour, mas também os do pós-guerra, os dois Pélissier, Henri e Francis, Eugène Christophe, Philippe Thys, Firmin Lambot, Ottavio Bottechia.

Melhor ciclista nos Pirenéus, onde ganhou por seis vezes, o dobro de Federico Bahamontes, Eddy Merckx ou Lucien van Impe, Alavoine permanece como o oitavo mais vitorioso de sempre na Volta à França. Dono de uma carreira excepcional, encerrada em 1925, no final de um último Tour muito honrado, em que ficou em 13.º, tem uma única mácula no currículo. Um único detalhe que não lhe permitiu permanecer eternamente na memória colectiva: nunca foi o melhor da *Grande Boucle*.

Se há algo de que ninguém pode duvidar é de que Alavoine era um verdadeiro predestinado. Em 1909, ainda como neoprofissional, sagra-se campeão nacional. O título permite-lhe a selecção para a equipa em que todos queriam estar. Na Alycon corriam François Faber, vencedor nesse ano, Gustave Garrigou, segundo, Paul Duboc, quarto, Cyrille van Houwaert, quinto, Trousselier, oitavo. Dono de uma extraordinária pujança física, maravilha a França ao ganhar duas etapas. Na estreia, sobe ao terceiro lugar do pódio e é a revelação da prova.

A euforia criada em seu redor condiciona-o e nos dois anos seguintes perde-se no pelotão, só para poder voltar ainda com mais força. 1913 seria o ano das três etapas e do quinto lugar em Paris. Um ano depois, ganha por mais três vezes e chega ao fim em terceiro. Nada podia



Acompanhe o Tour também no site <http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca> e habilite-se a ganhar uma bicicleta



interpor-se entre Alavoine e a sua inevitável vitória na *Grande Boucle*. Mas a guerra invade a Europa e o jovem Jean é enviado para a frente de batalha.

O Tour pára e, quando regressa, o ciclista não é o mesmo. A I Guerra Mundial roubou-lhe a juventude, o seu irmão, Henri, os seus companheiros de pelotão. E mudou-lhe o estilo. Menos explosão, menos força, mas uma verdadeira ciência de gestão do esforço que o tornava particularmente perigoso na terceira semana. O ano de 1919 traz-lhe o pior e o melhor. Tem 46 (!) furos e enfrenta a evidência de que não é tão popular como Christophe, nem tão admirado como Henri Pélissier. Mesmo assim é segundo na geral e festeja em cinco etapas.

O explosivo é agora um filósofo da modalidade, condição que não o impede de conquistar o segundo título de campeão nacional, em 1920. Alavoine sonhava, mas o Tour fugia-lhe. Desiste nessa edição da *Grande Boucle* e na seguinte. Em 1922, apesar de três triunfos consecutivos e de cinco dias de amarelo, será de novo segundo, ultrapassado por Firmin Lambot, depois de ter perdido 37 minutos na 12.ª etapa, 23 na 13.ª e 16 na seguinte. Sempre devido a furos.

Como acreditar que não estava amaldiçoado? O ciclista de Roubaix, de 35 anos, recusa-se a falar em maldição e encara o ano de 1923 como se de uma primeira oportunidade se tratasse. E a vida não podia correr-lhe melhor. Anda na frente, dá espetáculo nos Pirenéus. Ganha três etapas e aproxima-se pe-

rigosamente de Ottavio Bottechia.

Mas é um gesto no alto do Peyresourde que ficaria marcado na memória desse Tour. Enquanto subia rumo a um dos *cols* mais emblemáticos de cada percurso da Volta à França, apercebe-se de que o adversário que seguia à sua frente, Robert Jacquinet, está a definhar na subida. “Então Robert, vais bem?”, pergunta com a sua gentileza habitual. Grato pela preocupação, Jacquinet responde-lhe, levantando cerimoniosamente o capacete. “Já não sou capaz de mais. Mas saúdo-te, gars Jean.”

O nome ficou e, nos jornais, Jean Alavoine passou a ser “o rapaz Jean”. Oito dias depois do “baptismo” de Jacquinet, uma queda terrível na descida do Izoard acaba com o sonho. Tem o cotovelo aberto até ao osso. “Esta manhã, fui ver Jean Alavoine. Estava deitado, com o braço ligado e chorava, o gars Jean. Não porque sofria, mas porque acabou. Chorava porque as suas esperanças caíram com ele sobre a estrada cruel e sem alma”, escreve Henri Decoin, o enviado especial do *L'Auto*. “Acabou, nunca mais vencerei o Tour. Nunca, nunca mais”, desabafa Alavoine. Tinha razão. Vinte anos depois, durante uma prova de veteranos, adoece subitamente, é transportado para o hospital e morre.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais





Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

O dia em que pararam o Tour

Ana Marques Gonçalves

A equipa La Redoute pedala em bloco. No corpo de um dos seus ciclistas a camisola às bolas vermelhas destaca-se. O ritmo frenético do contra-relógio por equipas abrandou. A organização é substituída pela incredulidade. Do carro da equipa vem a notícia: a estrada está bloqueada. Os corredores deslizam na estrada, sem pedalar, questionando-se. “É uma manifestação”, comenta o líder da montanha com os companheiros.

Lá à frente, Fontaine-au-Pire engalana-se para receber o final da quinta etapa, um contra-relógio por equipas com partida em Orchies e 73 quilómetros a percorrer. Mas os corredores não vão chegar à vila.

Em Denain, os metalúrgicos de Usinor barram a passagem aos corredores. É impossível atravessar a cidade. Em frente à fábrica, formam um cordão humano intransponível. Sujeita a regras estritas, presa ao desenho do livro da prova e com algumas formações já na estrada, a organização procura desesperadamente soluções. Encurtar a etapa? Demover os metalúrgicos? Nenhuma alternativa suplanta a evidência. Os diretores da Grande Boucle, Jacques Goddet e Félix Lévitan, entram nos seus carros e partem à procura das equipas que já estão na estrada para preveni-las uma a uma que a etapa terá de ser anulada. Os ciclistas dão meia volta, o público não percebe o que está a acontecer diante dos seus olhos.

Em Croix Sainte-Marie, Jean-Paul Delcroix, habitante de Douchy-les-Mines e apaixonado por ciclismo, espera “desesperadamente” pelo pelotão. “Perguntávamo-nos o que se estaria a passar, depois soube-mos que o Tour foi bloqueado perto da Gare do Norte em Denain”. Partidos de Orchies, os ciclistas “arrepiam caminho” e são aplaudidos na ida como na volta.

Ao quilómetro 30, perto da fábrica, os trabalhadores são um bloco, observado com curiosidade pelos adeptos e pelos elementos da caravana. Nessa mesma manhã de 7 de Julho de 1982, souberam que 1141 postos de trabalho seriam suprimidos com



A estrada bloqueada impediu a passagem dos ciclistas

O amor pelo ciclismo divide as opiniões, mas a comissão de trabalhadores é peremptória: o bloqueio é para manter. Pela primeira vez na história da Volta à França uma etapa é anulada

a nacionalização da empresa.

“Os trabalhadores, que normalmente pedem uma hora, uma hora e meia de tempo livre para vir aplaudir o pelotão, ficaram ontem devastados com o anúncio da paragem total de Usinor”. Em directo para as televisões locais, André Bauduin, porta-voz dos metalúrgicos, explica o motivo do protesto. Descontentes com a nacionalização da sua fábrica, prevista apenas para 1984, decidiram fazer-se ouvir cantando a estrada.

Três anos antes, os mesmos trabalhadores tinham esboçado uma tentativa de paralisação da Grande Boucle. A 6 de Julho de 1979, a nona etapa ligava Amiens a Roubaix, com passagem por Denain. Perto das 14h, uma centena de siderúrgicos reúne-se no “ponto dos im-

becis”, na saída norte da cidade. Estendem uma bandeira gigante na estrada, entoam a “Marselhesa”. Quatro carros de polícia aparecem. Os gendarmes carregam nos manifestantes. O Tour é perturbado, mas não pára. O exacto oposto acontece em 1982.

De capacete em riste, os siderúrgicos começam por tentar convencer a organização a autorizar os ciclistas a passar pelo interior da fábrica. A hipótese parece demasiado perigosa. A tensão sobe, enquanto as primeiras viaturas da caravana publicitária se aproximam.

O engarrafamento começa, não há acordo. As horas passam. A primeira equipa a partir, a belga Wikes-Bouwmarkt-Splendor, entra na cidade. O amor pelo ciclismo divide as opiniões, mas a comissão de trabalhadores é peremptória: o bloqueio é para manter. Pela primeira vez na história da Volta à França uma etapa é anulada. O contra-relógio por equipas é adiado para 12 de Julho, numa ligação entre Lorient e Plumelec. Nesse dia, a notícia abre os telejornais com a frase “A Volta à França, vítima da crise da siderurgia”.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



ESTAMOS TODOS NO INFERNO

TAL COMO O PAÍS, ESTE (ÀS VEZES) DÁ PARA RIR.

TODAS AS NOITES O LADO CÓMICO DO DIA
 22h30 NO CANAL Q

www.canalq.pt - facebook.com/CanalQ

life&style

Público P



BESOURO
 Quadro,
 Do All Things
 With Love
 45€



FLAIDESAINÉ
 T-shirt Galo
 (disponível em mais cores)
 12,80€



VESPA
 Caneca amarela
 10,70€

Veja estes e outros produtos em lifestyle.publico.pt/Loja



Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

A generosidade não se esquece

Ana Marques Gonçalves

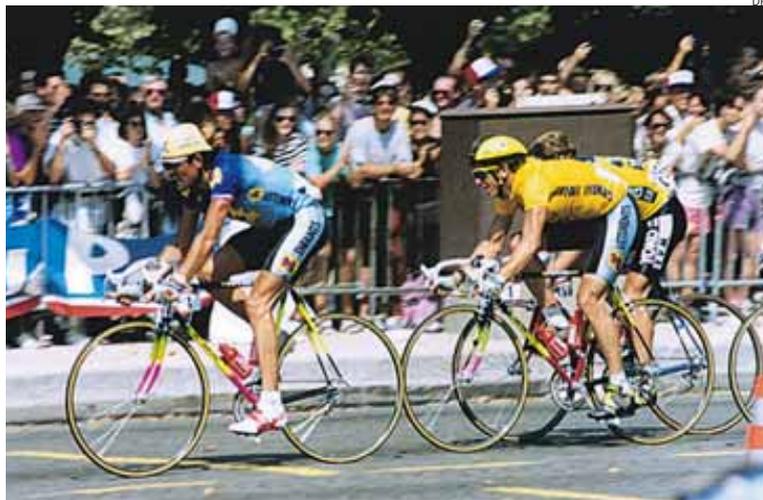
Gilbert Duclos-Lassalle nunca ganhou a Volta à França. Em 13 participações não venceu qualquer etapa, nem vestiu a camisola amarela. De facto, o seu melhor resultado, obtido em 1981, foi um modesto 28.º lugar na classificação geral final. E na sua última presença, em 1983, foi forçado a abandonar a *Grande Boucle* por ter chegado fora do controlo na 11.ª etapa. Simplesmente não era um homem do Tour.

Ainda assim, precisaríamos de mais do que uma coluna para falar de Gilbert Duclos-Lassalle. Nascido a 25 de Agosto de 1954, teve o “azar” de ser profissional na última época dourada do ciclismo francês. Corredor banal na era de Bernard Hinault e Laurent Fignon, foi profissional durante quase duas décadas (de 1977 a 1995). Especialista em clássicas, era um dos favoritos do público francês e passou a sê-lo ainda mais em 1990.

Sem qualquer feito de registo, “Duclos”, como era carinhosamente apelidado pelos adeptos franceses, conseguiu, no entanto, encontrar o seu pequeno lugar na história do Tour. Um lugar reservado apenas àquele lote restrito de homens que, pela sua generosidade e grandeza, merecem uma eterna recordação na memória da emblemática prova.

Na sua 10.ª participação na corrida nacional, Duclos-Lassalle foi autor de um gesto que enterneceu os espectadores e lhe valeu o respeito do pelotão. Soberbo na vitória, soube sê-lo na adversidade, num momento único na história do ciclismo. “Filho” dos Pirenéus, marca a vermelho no calendário o dia 18 de Julho de 1990. A etapa liga Lourdes a Pau.

“Nesse ano, assumia o papel de ‘capitão’ de estrada ao lado de Greg LeMond, que discutia a vitória final. Como a etapa chegava a Pau, a cinco quilómetros da minha casa, pedi a Roger Legeay se podia desligar-me do meu trabalho”. O director desportivo autoriza. Decorridos poucos quilómetros, ainda de manhã, o francês salta do pelotão. Na fuga seguem uma dezena de corredores, incluindo o seu companheiro de equipa Atle Kvålsvoll. O entendimento na frente é perfeito. No Col de Marie-Blanque, os fugitivos têm cerca de oito minutos



Greg LeMond acompanhado por Gilbert Duclos-Lassalle

de vantagem para o grupo do camisola amarela. Tudo parece bem encaimado para o ciclista local.

Mas do carro de apoio chega o alarme. Serge Beucherie, o director desportivo adjunto, faz-lhe sinal, chamando-o cautelosamente. “Disse-me: o Greg furou, talvez seja preciso que pares para esperar por ele, porque está em pânico”. Aviso dado, Duclos-Lassalle aguarda por nova ordem. Chamado a uma segunda vez ao carro, ouve a “condenação”: “É preciso que pares”.

Lá atrás, LeMond passa por dificuldades. Vencedor-surpresa em 1989, o norte-americano vê a sua vitória certa no Tour escapar-se-lhe. “Duclos” não hesita. Ignora as ordens do carro, põe o pé em terra, roda a bicicleta e inverte o sentido. “Eu e o Kvålsvoll deixámos partir os nossos companheiros de fuga rumo ao triunfo. Mas eu, eu não podia parar. Disse ao Beucherie: “Prefiro dar meia volta e ir na direção contrária. Sabia que, se parasse, sentiria dor nas pernas quando o Greg chegasse. Foi o que aconteceu com o Kvålsvoll”.

Antecipando-se às dificuldades futuras, começa a descer. “Passei quatro ou cinco marcos no sentido inverso da corrida. Os comissários deixaram-me fazê-lo, mas não sei se hoje isso seria possível”. Naquele dia foi. Na berma da estrada, os adeptos observam incrédulos. À sua passagem gritam: “Duclos, enganaste-te”. Não ouve. Pensa apenas que, nas curvas e contracurvas, pode encontrar uma moto de frente.

Para encontrar LeMond, segue o

helicóptero da transmissão em direção da prova. “Quando o vi, encostei-me a um lado e fiz nova meia volta, mas desta vez na direção correcta”. Lado a lado com o norte-americano apercebe-se de que este está atemorizado. Fiel companheiro de estrada, trabalhador dedicado, consegue transmitir-lhe confiança e acalmá-lo. Os dois esperam por Eric Boyer e Jérôme Simon, que seguiam atrasados, e juntos encontram Kvålsvoll. Os quatro conseguem reintegrar LeMond no grupo de favoritos. O vencedor de 1989 não perde qualquer segundo e veste a camisola amarela três dias mais tarde.

“Enquanto desfilávamos nos Campos Elísios, dizia-me que uma pequena parte daquela camisola me pertencia. Deixei passar a ocasião de ganhar uma etapa, mas ela foi compensada pela satisfação de ter contribuído para a vitória do Greg”. A dedicação e generosidade de Gilbert Duclos-Lassalle não foi esquecida pelo único americano a vencer o Tour. Dois anos mais tarde, na Paris-Roubaix, LeMond devolveu o favor e controlou o desorganizado pelotão. Num trabalho extraordinário, entregou a mais simbólica das vitórias ao seu fiel escudeiro “Duclos”.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Breves

Motociclismo

Queda tira Lorenzo do GP da Alemanha para voltar a ser operado

O piloto espanhol Jorge Lorenzo, vítima de uma queda grave nos treinos livres do Grande Prémio da Alemanha de motociclismo, é baixa para a prova de MotoGP de amanhã e terá de ser operado, anunciou ontem a Yamaha. O campeão do mundo em título, que já tinha fracturado a clavícula esquerda há duas semanas em Assen, na Holanda, voltou hoje a cair sobre esse lado. A operação é uma má notícia para Jorge Lorenzo, que é actualmente segundo no Mundial de MotoGP a nove pontos do seu compatriota Dani Pedrosa (Honda). Lorenzo, que tinha acabado de conseguir o melhor tempo nos treinos livres, saiu da pista a grande velocidade, durante a sua quarta tentativa, à saída da curva número 10.

Universiadas

Marcos Chuva obtém segunda medalha para Portugal

Marcos Chuva conquistou ontem a medalha de bronze do salto em comprimento das Universiadas de Verão (evento multidesportivo internacional organizado para atletas universitários), que estão a decorrer em Kazan, Rússia. Marcos Chuva conseguiu como melhor salto 8,15 metros, com vento favorável de +1,2 metros por segundo, que é a sua melhor marca do ano e mínimo para os Campeonatos do Mundo, que se vão disputar em Moscovo de 10 a 18 de Agosto. Venceu a prova o mexicano Luis Alberto Rivera, com 8,46 metros, o que lhe dá a liderança mundial do ano. Em Kazan, esta é a segunda medalha de bronze conseguida por portugueses, depois de André Alves no judo, categoria de -73kg.

França e Uruguaí discutem o título sub-20

Futebol

Manuel Assunção

Nunca nenhuma das duas selecções, já campeãs do mundo seniores, conquistaram um Mundial neste escalão

Uruguaí e França já foram campeões mundiais de futebol no escalão sénior, mas hoje (19 horas, Eurosport) têm uma oportunidade de ouro para juntar ao seu currículo um título na categoria sub-20. As duas selecções, que nunca conseguiram vencer a competição, defrontam-se na final do Campeonato do Mundo, em Istambul.

Para a nação europeia, que disputou esta final 15 anos e um dia depois de Zidane liderar a sua selecção principal ao triunfo no Mundial 1998, trata-se mesmo de uma estreia como finalista, pois o melhor desempenho anterior tinha sido o quarto lugar de 2011. Já a selecção *celeste* tentará ser a terceira sul-americana a assegurar o troféu, depois dos dominadores do escalão Argentina e Brasil, que somam em conjunto 11 dos 18 títulos atribuídos. O Uruguaí, o país que mais vezes disputou as meias-finais daqueles que nunca vencerem a prova, já esteve presente na final de 1997, perdida para a vizinha Argentina.

Pelo estatuto que já lhe era apontado no início do torneio turco e pela forma mais fácil como se livrou dos adversários na fase a eliminar, a França é vista como um pouco mais favorita para o jogo do título, uma ideia contestada pelo adversário. “Não há favoritos no futebol, como penso que provámos contra a Espanha”, disse o médio Diego Laxa.

O seleccionador Juan Verzeri invoca a história de sucesso das selecções uruguaias como inspiração. “Somos um país pequeno, mas que possui uma rica história de futebol. Ela impulsiona-nos a seguir em frente. É uma oportunidade única”, referiu.

O treinador da França afirmou que a sua equipa terá de correr riscos para ganhar e aposta na capacidade técnica dos seus jogadores. “O Uruguaí não perde a concentração. Vamos ter de tentar várias coisas. E depois, no um para um, temos atletas que fazem a diferença”, disse Pierre Mankowski.

Nicolás López e Yaya Sanogo, ambos com quatro golos, são os melhores marcadores dos dois finalistas.



Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

CLASSIFICAÇÕES

GIVORS-MONT VENTOUX (242,5KM)

15.ª etapa	
1.º Chris Froome (Sky)	5h48m45s
2.º Nairo Quintana (Movistar)	a 29s
3.º Mikel Nieve (Euskaltel)	a 1m23s
4.º Joaquim Rodriguez (Katusha)	m.t.
5.º Roman Kreuziger (Saxo-Tinkoff)	a 1m40s
6.º Alberto Contador (Movistar)	m.t.
(...)	
70.º Rui Costa (Movistar)	a 19m20s
121.º Sérgio Paulinho (Saxo-Tinkoff)	a 27m36s

Geral

1.º Chris Froome (Sky)	61h11m43s
2.º Bauke Mollema (Belkin)	a 4m14s
3.º Alberto Contador (Saxo-Tinkoff)	a 4m25s
4.º Roman Kreuziger (Saxo-Tinkoff)	a 4m48s
5.º Laurens ten Dam (Belkin)	a 4m54s
6.º Nairo Quintana (Movistar)	a 5m47s
(...)	
29.º Rui Costa (Movistar)	a 33m42s
134.º Sérgio Paulinho (Saxo-Tinkoff)	a 2h13m09s

Pontos

1.º Peter Sagan (Cannondale)	377 pts
2.º Mark Cavendish (Omega Pharma)	278
3.º André Greipel (Lotto-Belisol)	223

Montanha

1.º Chris Froome (SKY)	83 pts
2.º Nairo Quintana (Movistar)	66
3.º Mikel Nieve (Euskaltel)	53

Equipas

1.º Saxo Bank	183h01m46s
2.º Belkin	a 3m36s
3.º AG2R	a 8m03s

Contador, que ainda tinha alguma esperança de se aproximar de Froome, parece conformado com a superioridade do britânico e resignado a não repetir os seus triunfos de 2007 e 2009

Um mito numa fotografia

Ana Marques Gonçalves

Folheando os livros da história da Volta à França, há uma expressão que se repete com honras de lenda. “O grande sacrifício de René Vietto”, título sugerido tantas vezes. O jovem de 20 anos iniciou a sua primeira participação na *Grande Boucle* como gregário do lendário Antonin Magne, mas foi a revelação da prova ao ganhar quatro etapas e provocar uma célebre rivalidade com o seu colega.

Não ajudou o facto de a bicicleta do vencedor de 1931 estar constantemente a avariar. E quando Magne caiu na descida do Port d’Aspet, as suas hipóteses de ganhar um segundo Tour pareceram desaparecer. Mas o aprendiz foi em seu resgate, dando-lhe a roda da frente da sua bicicleta. Para a posterioridade, ficou a imagem de Vietto. Sentado no muro, olhar perdido, lágrimas no rosto, à espera do carro de apoio. O seu sonho amarelo acabava ali, naquela roda emprestada. A lenda estava criada. No entanto, a correspondência com a realidade não é, de todo, linear.

Em 1934, a organização permite a entreajudada entre ciclistas. Sem experiência, Vietto é escolhido para ser *domestique*, um ajudante omnipresente do seu líder. Talento e tapper, ganha três etapas e lidera a classificação da montanha. Ao 15.º dia, no entanto, está já a 29 minutos do experiente corredor. Nesse dia, o primeiro nos Pirenéus, Magne cai e parte a roda dianteira. O jovem oferece-lhe a sua, mas, de acordo com o historiador holandês Benjo Maso, esta não encaixa na bicicleta. A sal-



A foto de Vietto sentado no muro, com a bicicleta sem roda da frente

vação de Magne chega então da roda de outro colega, Georges Speicher, o vencedor do Tour no ano anterior.

Com a sua bicicleta sem roda da frente, encostado à berma, Vietto é fotografado. Entre a assistência está Jacques Goddet, que observa o momento e decide torná-lo uma história icónica no jornal *L’Auto*. Que Magne foi salvo pela equipa, ninguém duvida, mas o papel do ciclista de 20 anos é mais questionável.

Vietto espera pouco mais de quatro minutos pelo camião de apoio e termina a etapa apenas 4m33s atrás do vencedor, Roger Lapébie.

No dia seguinte, um problema na corrente volta a atrasar Magne. E é aí que Vietto tem um papel preponderante. Em fuga, na frente, é avisado de que o seu líder está em dificuldades. Abrandando o ritmo, encontra-o e dá-lhe a sua bicicleta. Volta a ter de

esperar pelo apoio, mas desta vez nenhuma foto é tirada. Indignado, o rapaz mostra-se insatisfeito com o papel de *domestique*. “Vou perder dez minutos! Não vou ser escravo para sempre”. E perde mais quatro minutos.

Na 17.ª etapa, o “Monge” – o nome, ganhou-o pelo seu carácter taciturno – sai vencedor de uma maratona que incluía passagens no Col de Peyresourde e no Col d’Aspin e deixa o novato a mais de sete minutos. Segue-se uma jornada com as duríssimas ascensões ao Tourmalet e Aubisque. Vietto soma a quarta vitória e sobe ao terceiro lugar da geral, a uns distantes 43m05 do primeiro.

Dotado de impressionantes qualidades de escalador, o jovem francês está prestes a ver expostas as suas debilidades como rolator. No contrarrelógio é apenas sétimo e perde mais

de nove minutos. E, nos dias seguintes, continua a acumular segundos perdidos, mesmo até Paris.

Apesar das evidências – os tempos falam por si –, Goddet insiste em publicar a história. No seu artigo, replicado por muitos jornais, sugere que, sem ter feito o sacrifício, Vietto teria ganhado a Grande Boucle. “Longa vida a Vietto, o vencedor moral do Tour”, lê-se nos cartazes dos adeptos presentes para assistir à volta dos campeões no velódromo de Paris. Os espectadores exigem a sua presença ao lado de Magne, o injustiçado (manteve a amarela vestida desde o segundo dia). À passagem de Vietto, ovacionam-no. Aplaudem de pé e baptizam-no com o nome que ficaria para sempre: “Rei René”.

Para o jovem francês, aquela fotografia valeu-lhe a entrada na galeria dos favoritos dos franceses. Ele, a criança de Rocheville, o sensível que não esconde nem o sorriso nem as lágrimas, acaba de entrar na mitologia e no coração dos adeptos.

Depois da Volta à França, multiplica-se em presenças pagas, em entrevistas. Em 1939 e, depois, em 1947, ficará muito perto de conquistar a prova. Mas, cruel destino, nunca conseguirá. O seu lugar, no entanto, está conquistado. O mito perpetua-se pelos anos. Como escreveu o jornalista Georges Briquet, “uma lenda nasceu e ninguém se atreve a atacá-la”.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



PUBLICIDADE

innoversia
 inovação aberta

Agora com nova área para os investigadores divulgarem as suas linhas de investigação

www.innoversia.net

uni>ersia

Chris Froome basta-se a si próprio na Volta a França

Análise
Ana Marques Gonçalves

O britânico da Sky está a dominar a concorrência no Tour e tem uma vantagem muito confortável para chegar a Paris de amarelo

Faça-se um *rewind* até sexta-feira. Alejandro Valverde, o segundo, já tinha ficado para trás, preso no azar de um furo no momento menos oportuno. O vento soprava forte, de lado, e preocupava os homens da geral. Na Belkín, Bauke Mollema e Laurens Ten Dam pressentiam que algo estava prestes a acontecer. Momentaneamente, a frente do pelotão pintava-se do azul e amarelo da Saxo-Tinkoff. Uma aceleração mais forte dos velozes Daniele Bennati e Matteo Tosatto e o corte estava feito. Faça-se pausa na cara de Chris Froome.

Incrédulo, olhava para todos os lados e não via uma única camisola da Sky.

O líder estava sozinho. Exposto, desprotegido. Um minuto mais próximo de ser humano, acessível. Aguentaria na solidão as próximas subidas? A resposta chegou anteontem, em forma de mensagem directa, não codificada, na paisagem lunar do Mont Ventoux. Numa passada que a imprensa, sobretudo a espanhola, teimou em comparar à de Lance Armstrong, demoliu a única concorrência que Richie Porte - lembram-se dele? - ainda não tinha conseguido eliminar.

Acelerou numa imagem digna de qualquer sprint - dir-se-ia até que, ali, num dos portos mais duros da história do Tour, a estrada era plana - e deixou Alberto Contador parado. Faltava Nairo Quintana. Tido como melhor trepador deste Tour, o colombiano da Movistar não teve pernas para segui-lo.

No Ventoux, o camisola amarela

comprovou que não há ninguém melhor. A apreensão expressa no rosto na jornada de sexta-feira, quando perdeu mais de um minuto, tinha-se transformado num sorriso exultante. Equivalente ao supersónico Tony Martin no contra-relógio, melhor do que Quintana a escalar, o britânico é, sem dúvida nenhuma, o melhor desta 100.ª edição.

Falar de concorrência é, por isso, impossível. Mollema, o segundo, e Contador, o terceiro, estão a mais de quatro minutos e, não fosse, a "traição" na 13.ª etapa, estariam quase a seis. Os antigos vencedores Cadel Evans e Andy Schleck são um *flop*. Valverde e Joaquim Rodríguez estão reduzidos às suas potencialidades reais. Jakob Fuglsang e Ten Dam lutam apenas por entrar nos primeiros cinco.

O Tour, salvo desgraça maior (queda, lesão ou doença), está entregue. Venha a jornada de Gap, o contra-relógio, a dupla subida ao Alpe d'Huez. Venha também a

chegada a Le Grand-Bornand, com passagens no Col du Glandon e no Col de la Madeleine, e a contagem de categoria especial em Annecy-Semnoz, na véspera do desfile em Paris. Froome não precisa de equipa, basta-se a si próprio.

Perante tamanho domínio, o que há a dizer? Sem defeitos a apontar-lhe na estrada, rapidamente surgiram comparações (pouco inocentes) com o domínio de Lance Armstrong no início do século XXI. "Não posso dizer que fique honrado, apenas que vou encarar como um cumprimento".

Discreto, o britânico nascido em Nairobi teve *fair play* para reagir, ao contrário do que aconteceu com Bradley Wiggins. Há um ano, o então camisola amarela foi questionado e respondeu com insultos aos jornalistas. Froome não. "Obviamente, o Lance ganhou aquelas corridas, mas não me comparem com ele. O Lance fez batota. Eu estou limpo. Final da história".

JEAN-PAUL PELISSIER/REUTERS

Sobe e desce



Jens Voigt

"Tenho cinco anos a mais", disse no final da 14.ª etapa. Pode até ter, mas no pelotão o sentimento é que o ciclista de 41 anos é eterno. Na sua 16.ª participação na prova, o alemão ainda é animador de fugas, trabalhador incansável da RadioShack e um dos grandes favoritos do público de todas as nacionalidades.

Mikel Nieve

A Euskaltel-Euskadi pode estar com o futuro em risco, mas a culpa, certamente, não é deste basco de 29 anos. Terceiro no Mont Ventoux, à frente de Joaquim Rodríguez ou Alberto Contador, é um exemplo de carácter e profissionalismo.

Saxo-Tinkoff

São os verdadeiros "patrões" do Tour, com dois ciclistas (Alberto Contador e Roman Kreuziger) nos quatro primeiros lugares e um outro (Michael Rogers) no 12.º. A liderança colectiva parece não estar à prova até Paris.



Peter Sagan

Destacar negativamente o camisola verde e vencedor da uma etapa é um risco, mas o que o Tour tem demonstrado é que o jovem de 23 anos ainda tem de evoluir mais para conseguir bater *sprinters* puros como Cavendish, Kittel ou Greipel.

Movistar

É difícil perceber a tática da equipa na etapa de sexta-feira, dia em que poderá ter hipotecado as hipóteses de terminar no pódio em Paris. Por que não estavam mais homens com Alejandro Valverde quando furou? Porquê sacrificar Rui Costa e deixar na frente apenas Nairo Quintana?

Philippe Gilbert

Há um mito que diz que quem usa a camisola de campeão do mundo sofre um eclipse durante a temporada de reinado e o belga é a prova viva dessa teoria. Normalmente grande animador de etapas, tem andado desaparecido e apático.



Chris Froome já venceu duas etapas nesta Volta a França



Breves

Benfica

Garay perto do Man. United e Fariña a caminho da Luz

A imprensa espanhola dá como fechada a transferência de Garay para o Manchester United por 20 milhões, o valor da cláusula de rescisão do defesa, que chegou ao Benfica em 2011 vindo do Real Madrid. Os *merengues* têm direito a metade do montante. Por outro lado, na Argentina, Luis Fariña (ex-Racing Avellaneda) é dado como reforço "encarnado". O médio-ofensivo, que esteve nas contas do Braga, terá custado 2,3 milhões de euros.

Bruno de Carvalho

"Não vamos passar da pior para a melhor época de sempre"

O presidente do Sporting, Bruno de Carvalho, duvida que a I Liga seja decidida entre FC Porto e Benfica: "Não acredito em nada disso. Vamos fazer um trabalho sério. Mas não vamos passar da pior época de sempre para a melhor época de sempre", disse antes da viagem para o Canadá, onde os "leões" fazem dois jogos de preparação. "O mercado só fecha no final de Agosto, estamos calmos e a trabalhar", acrescentou o dirigente.

França

Paris Saint-Germain apresenta hoje o uruguaio Cavani

O avançado Edinson Cavani será hoje apresentado como reforço do Paris Saint-Germain, depois de ontem ter realizado exames médicos na capital francesa. O uruguaio tornar-se-á na transferência mais cara da história do futebol francês, com o campeão nacional a pagar, segundo a imprensa local, uma verba de cerca de 64 milhões de euros ao Nápoles.



Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

De Gaulle oferece uma etapa

Ana Marques Gonçalves

A 16 de Julho de 1960, um sábado, Colombey-les-Deux-Églises aparece no mapa da Volta a França na ligação entre Besançon e Troyes. O nome da pequena cidade não é estranho aos ciclistas gauleses. Todos sabem que aí vive Charles de Gaulle, no tempo livre que lhe resta fora do Eliseu. É em Colombey-les-Deux-Églises que o General se refugia ao fim-de-semana para estar com a mulher e ouvir as suas adoradas músicas militares. Para os franceses, dentro e fora da corrida, a escolha do dia parece propositada.

Quando o pelotão se aproxima da cidade, espalha-se o rumor de que o Presidente está à porta de casa, lado a lado com mulheres de avental e homens com roupa de trabalho. O director do Tour, Jacques Goddet, pergunta aos polícias que escoltam o pelotão se o que ouviu é mesmo verdade. A acompanhar a corrida desde a partida, os *gendarmes* nada sabem. De Gaulle, ao fim-de-semana, considerava-se um cidadão particular, sem obrigação de revelar os seus planos a quem quer que fosse.

Goddet não consegue ficar na incerteza. Se o Presidente estivesse na berma da estrada, tinha de saber. Dispensa o comissário Élie Wermelinger das funções na corrida e pede-lhe que vá rastrear o terreno. A margem até à chegada da caravana ao coração de Colombey-les-Deux-Églises ainda é confortável. “Chama-me pelo rádio de corrida e, se o sinal não for suficientemente forte, pede a um polícia que me venha avisar”.

O rumor é ouvido no pelotão. Os ciclistas segredam, comentam. O passa-palavra chega a Henry Anglade. De camisola tricolor vestida, está tranquilamente na parte de trás do grupo. Goddet, depois de conversar com o seu co-organizador, Félix Lévitan, pede a opinião do campeão nacional. “Pensas que os corredores achariam inconveniente parar para cumprimentar o general?”.

Anglade fica estupefacto. Parar, em pleno decurso da etapa, um pelotão com tantas nacionalidades sem ser a francesa, para apertar a mão de um político que, embora seja reconhecido em toda a Europa, é francês? Parecia altamente improvável. Mas



O pelotão parou para cumprimentar De Gaulle em Colombey

a camisola francesa e o estatuto de campeão nacional pesam mais do que a lógica. Vai a cada um dos líderes, negocia, alcança um acordo. Depois vai descaindo, avisando uns e outros, pedindo para espalharem palavra. Finalmente, aproxima-se do carro vermelho do director da prova e dá-lhe a boa nova: o Tour pararia para cumprimentar o Presidente.

“Não faria grande diferença à corrida, já que estava numa fase de tréguas, com as saídas para fuga mais ou menos neutralizadas. Não iria mudar os resultados”, justificou Goddet depois. À entrada em Colombey, agita os braços no ar, o pelotão abrandando e pára junto do jardim da casa de De Gaulle. O sossegado fim-de-semana do General acabava de sofrer uma reviravolta. Apanhado de surpresa, dirige-se ao camisola tricolor, saudando-o. Segue-se o camisola amarela. Lentamente, vai apertando mãos entre os franceses mais entusiásticos.

“Estou muito honrado. Espero não vos ter causado grande inconveniência”. Os cumprimentos alongam-se por vários minutos. Os fotógrafos registam o momento. Entre os ciclistas estrangeiros reina a confusão. Os espanhóis pensam tratar-se de um protesto político ou de uma greve convocada à última hora por motivos desconhecidos. Alguns belgas, para quem o Presidente francês não era mais importante do que qualquer político estrangeiro, afastam-se para satisfazer necessidades fisiológicas. Mas falta um ciclista. Também ele não

faz ideia do que se está a passar.

Poucos quilómetros antes de Colombey, Pierre Beuffeuil sentiu o aro da sua bicicleta a bater na estrada e parou. Ao ritmo que a corrida seguia, reentrar no pelotão não seria complicado. Espera pelo mecânico da equipa regional Centre-Midi, que muda tranquilamente a roda. Perde uns bons três minutos antes de rumar ao centro da cidade e observar, ao longe, o grupo de ciclistas parado. Sem conhecer o plano de saudação ao herói nacional, o francês vê aí a oportunidade de ouro para tentar a sua sorte.

De cabeça baixa, ignora o pelotão e pedala tão rápido quanto as pernas lhe permitem. Chega isolado a Troyes, festeja efusivamente o seu primeiro triunfo na Grande Boucle e vê o segundo classificado cortar a linha de meta na Avenida Jules Guesde 49 segundos depois.

Quando finalmente pára, Beuffeuil é informado do verdadeiro motivo de paragem do pelotão. Em sua defesa, usa o mais credível dos argumentos: “Sempre votei em De Gaulle”. E deixa a promessa de votar no general numas futuras eleições, de modo a agradecer-lhe o momento único que lhe proporcionou.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Breves

Mercado

Cavani é o futebolista mais caro da história do futebol francês

O uruguaio Edinson Cavani foi oficialmente apresentado como reforço do Paris Saint-Germain: custou 64 milhões de euros, assinou um contrato válido por cinco temporadas e vai vestir a camisola número nove. Cavani, ex-Nápoles, tornou-se no mais caro da história do futebol francês, à frente de Radamel Falcao, contratado pelo Mónaco ao Atlético de Madrid por 60 milhões. “[O PSG] é um clube onde muita gente gostaria de jogar. Faz parte do top mundial e tem pretensões a ganhar a Liga dos Campeões. É um projecto muito rico, motivante e ambicioso”, sublinhou. Na mesma conferência de imprensa, o presidente do PSG, Nasser Al-Khelaifi, anunciou que o brasileiro Leonardo deixa as funções de director desportivo do clube.

Barcelona

Pep Guardiola e Tito Vilanova não se entendem

Diz a sabedoria popular: “Zangam-se as comadres, descubrem-se as verdades”. Mas, na desavença que Pep Guardiola e Tito Vilanova estão a protagonizar, cada um tem a sua verdade. Primeiro, o treinador do Bayern Munique acusou a direcção do Barcelona: “Usaram a doença do Tito para me prejudicar”. O presidente Sandro Rosell disse que isso era “falso”. E o ex-adjunto (e sucessor de Guardiola no comando do emblema catalão) também respondeu: “Surpreende-me. Não acredito que a direcção tenha usado a minha doença para o atacar. Se não nos vimos [em Nova Iorque] não foi porque eu não quis. Quem precisava de alguém que o ajudasse e estava a passar um mau momento era eu”.

Markovic bisa na vitória do Benfica

Futebol

Paulo Curado

Jovem sérvio foi a grande figura do encontro com o Sion (3-2), que encerrou a digressão “encarnada” na Suíça

Três jogos, duas vitórias, um empate, 12 golos marcados e seis sofridos – é este o balanço da digressão do Benfica na Suíça, onde disputou as primeiras partidas de preparação desta pré-temporada. Ontem, frente ao FC Sion, os “encarnados” encerraram o miniestágio com um triunfo por 3-2. O novo reforço Lazar Markovic foi a grande figura do encontro, apontando dois golos dos lisboetas.

O jovem internacional sérvio, de apenas 19 anos, que custou à equipa da Luz 10 milhões de euros, entrou no segundo tempo e levou à euforia os adeptos benfiquistas que assistiram ao encontro na localidade de Vevey, nas proximidades de Montreux. Chamado para o lugar do seu compatriota Filip Djuricic, outra das caras novas do Benfica 2013-14, para alinhar nas costas do ponta-de-lança Lima, Markovic precisou apenas de 15’ em campo para levantar as bandadas.

Aos 60’, apontou o seu primeiro golo com a camisola das “águias”, após um passe de Sulejmani, mas o melhor da sua exibição iria surgir oito minutos depois. Numa jogada individual ultrapassou vários adversários, antes de bater o guarda-redes do Sion com um primoroso chapéu. Era o terceiro golo da equipa lisboeta, que havia inaugurado o marcador no final do primeiro tempo, com o golo da praxe de Lima. O brasileiro foi o único jogador a facturar nos três encontros.

O último golo do Benfica despertou a equipa suíça e permitiu os únicos dois golos apontados por jogadores portugueses na partida (e no conjunto dos três encontros). Primeiro, o luso-suíço Max Veloso, de 21 anos, cobrou exemplarmente um livre frontal, aos 71’, antes de André Marques, de 25 anos, que passou pela formação do Sporting, ter finalizado a contagem, com um golo de cabeça, na sequência de outro livre.

O Benfica regressa hoje a Lisboa e no sábado defronta o Sporting, na Taça de Honra da Associação de Futebol de Lisboa.



Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

Uma amarela a prazo

Ana Marques Gonçalves

Ninguém esperava a repetição do drama do ano anterior, quando a Volta à França foi decidida nos metros finais dos Campos Elísios. Mas a edição de 1990 teria o mesmo ingrediente de *suspense*. Única diferença: a perseguição da amarela duraria três semanas. E tudo porque os candidatos quiseram preservar as pernas no primeiro domingo. Com um contra-relógio por equipas de 45kms marcado para a tarde, o pelotão oferece dez minutos de vantagem a um quarteto na etapa da manhã. E nos próximos 20 dias quase se arrependia do seu desleixo.

Um dia depois do prólogo inicial, o livro do percurso da *Grande Boucle* indica jornada dupla para descontentamento do pelotão. Uma etapa de manhã significa pouco tempo para recuperar para a da tarde. Mas para Steve Bauer, os 138kms matinais representam uma oportunidade. “Quando tens um contra-relógio por equipas durante a tarde, não tens o mesmo empenho por parte das equipas de manhã”. A tática do canadiano era simples: “Atacar e esperar que não houvesse lugar a uma grande perseguição”, explicou depois.

Bauer é o primeiro a sair do grupo. Na roda leva Frans Maasen, Ronan Pensec e um desconhecido Claudio Chiappucci. A diferença é pequena, não ultrapassa os 30 segundos durante 20 ou 30 quilómetros. O pelotão consegue ver o quarteto, mas não o alcança. Ninguém quer assumir a perseguição, que só ganha forma quando a vantagem chega aos 15 minutos.

O pelotão, aflito, apenas conseguiu limitar os danos. Corta a meta 10m35 depois dos fugitivos. Quarto na geral em 1988, Bauer torna-se rapidamente o principal favorito à vitória final. Pensec também pode ser perigoso. Bom trepador, foi sexto em 1986 e sétimo em 1988. Maasen e o desconhecido italiano são apenas dois nomes a desaparecer na montanha.

A primeira semana foi longa e difícil. Laurent Fignon, segundo em Paris um ano antes apenas por oito segundos, cai na etapa de Nantes. Dias depois, debaixo de uma chuva impiedosa, numa maratona de

301kms entre Avranches e Rouen, o francês volta a cair e vai para casa.

No primeiro contra-relógio individual, LeMond fracassa. O herói é Raul Alcalá. E o mexicano passa, automaticamente, a ser falado como hipotético favorito. No entanto, ainda é Bauer que tem a amarela vestida.

Quando a corrida chega aos Alpes, o líder desfalece. “Talvez as montanhas fossem muito altas para mim naquele ano. Ter a camisola durante tanto tempo esgotou-me as energias”. No Mont Blanc, Bauer entrega a liderança a Pensec. Alcalá, acostumado a ser o *outsider*, explode. A *performance* do dia é de Chiappucci. O italiano sem currículo chega a nove segundos de LeMond e veste a amarela. Com sete minutos a separá-lo do vencedor do Tour 1989, começa a ser encarado como uma ameaça.

Havia apenas mais uma montanha a subir, em Luz-Ardiden, nos Pirenéus, e o contra-relógio final, em Lac-de-Vassivière, que o norte-americano conhecia bem, ao ter ganho aí em 1985. Depois do dia de descanso, a 13.ª etapa não se apresenta muito dura. Há meros 149kms a percorrer, com uma única contagem de segunda categoria. Inconformado com a distância que o separa da sua segunda amarela, LeMond instiga os seus companheiros a atacar na esperança de apanhar Chiappucci desprevenido.

Pensec, outro valente da primeira etapa, salta do pelotão e obriga a equipa Carrera a perseguir. Quando finalmente é apanhado, já os italianos estão cansados e sem capacidade



Claudio Chiappucci

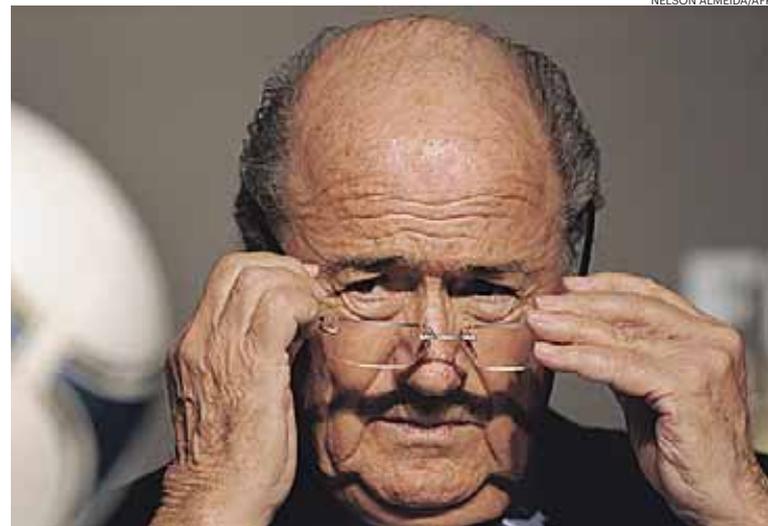
de para responder. O líder está por sua conta. “Faltava-me experiência e amigos na corrida”. LeMond ataca e leva consigo outros candidatos, conseguindo rapidamente uma margem confortável. Quando Chiappucci corta a meta, cinco preciosos minutos tinham-se evaporado.

Com o *maillot jaune* seriamente comprometido, o italiano recusa-se a desistir. Na etapa decisiva, um gigante de 215kms com incursões no Aspin e no Tourmalet, ataca. O pequeno contratempo torna-se uma grande irritação para LeMond. Embora a vantagem não ultrapasse os dois minutos, os objectivos do norte-americano começam a estar seriamente comprometidos. Chiappucci é apanhado apenas no sopé de Luz-Ardiden. Na subida, o vencedor em título acelera e parece ter a amarela garantida. Combativo como poucos, o primeiro da geral segue ao seu ritmo e, no topo, salva a liderança por apenas cinco segundos.

Foram precisas 15 etapas para LeMond recuperar 10m30. Tinha agora cinco dias e um contra-relógio para anular a ínfima vantagem. Mas o norte-americano não estava disposto a esperar. Na 17.ª etapa, que liga Lourdes a Pau, com uma longa descida até à meta depois de passagens no Aubisque e no Col Marie-Blanque, decide testar as forças de Chiappucci, enviando para a frente de corrida vários companheiros de equipa. Mas o plano estava sujeito a imprevistos. Fura na subida e, lívido, vê o italiano atacar, sem respeitar pelo código de cavalheiros existente no pelotão.

Chiappucci resistia de amarelo. Faltava o “crono”. O ciclista de 27 anos é o último a partir. À sua frente saiu LeMond. As qualidades de contra-relógista do norte-americano não lhe falham. Não ganha a etapa, mas ganha 2m11 ao italiano. A um dia do final, Chiappucci perde a amarela que tanto lhe custou a defender. Nos Campos Elísios, sobe ao pódio para um segundo lugar que seria o maior feito da sua carreira.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Joseph Blatter admite que avaliou mal um Mundial no Qatar no Verão

Blatter reconhece que Brasil pode ter sido uma má escolha

Futebol

Líder da FIFA considera que o Mundial 2014 no Brasil pode ter sido uma má opção e teme efeitos do calor nos jogadores no Qatar em 2022

O presidente da FIFA, Joseph Blatter, disse ontem que o Brasil pode ter sido uma “má escolha” para organizar o Mundial 2014. Tudo por causa dos incidentes que ocorreram na Taça das Confederações. Sobre o Mundial 2022, cuja organização foi atribuída ao Qatar, a opinião do líder da FIFA é a de que ele deveria ser disputado durante os meses de Inverno, por causa do calor que ali se faz sentir no Verão, admitindo não ter dado importância suficiente ao problema quando, em 2010, foi feita a escolha.

Blatter teme que o torneio do próximo ano seja perturbado por protestos semelhantes aos que se verificaram durante a Taça das Confederações. “Se isto acontecer outra vez, temos de colocar em questão se fizemos a escolha errada na atribuição da prova”, disse Blatter à agência alemã DPA. “O Governo brasileiro está consciente que o Mundial não poderá ser perturbado”, acrescentou o presidente da FIFA, que voltará a discutir o assunto com a Presidente Dilma Rousseff, em Setembro.

Quanto ao Qatar, o líder da FIFA defendeu que o Mundial “tem de ser uma festa das pessoas. Mas para que seja assim, não pode jogar-se no Verão”. “Podem climatizar-se os estádios, mas não pode climatizar-se um país inteiro”, acrescentou.

Antes, Blatter tinha dito que qualquer alteração às datas do Mundial 2022 teria de partir dos organizadores. E, em Março, disse que o Campeonato do Mundo é um evento “que tem de ser disputado em Junho e Julho”.

Agora, o discurso mudou: “Temos de proteger os nossos parceiros, os patrocinadores, as televisões. Temos de ser firmes, ainda há tempo suficiente”, disse Blatter, prometendo abordar o assunto na próxima reunião do comité executivo da FIFA, em Outubro. “O comité executivo irá certamente aprovar a minha proposta. E então teremos resolvido a questão de vez”, acrescentou o presidente do organismo que tutela o futebol mundial.

Mudar o Mundial para o Inverno teria um efeito devastador nos campeonatos europeus, embora algumas competições tenham pausa de Inverno. Seria necessário um período de, pelo menos, seis semanas para encaixar a preparação das selecções e a disputa da fase final do Campeonato do Mundo. “Temos de ter a coragem de jogar este Mundial no Inverno e começar já a perceber que impacto terá isso no calendário internacional”, sublinhou Blatter.

Na base desta mudança, na opinião de Blatter, estiveram informações médicas sobre os efeitos do calor nos jogadores. “Tive de aceitar as críticas, mas tenho costas largas e isso não me aborrece. Temos de ter em conta a saúde, não dos espectadores, mas dos jogadores”, vincou o líder da FIFA. “Não subestimámos este assunto. Mas não foi analisado correctamente, porque já na altura os nossos responsáveis médicos diziam que não se pode jogar em Junho/Julho [no Qatar]”, admitiu.



Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

JEAN-PAUL PELLISSIER/REUTERS



O pedido

Sky quer mostrar análises *antidoping* de Froome

O director desportivo da Sky, Dave Brailsford, revelou ontem que propôs à Agência Mundial Antidopagem (AMA) que torne públicos os registos do desempenho do líder da equipa e camisola amarela da Volta à França, Chris Froome. O responsável da equipa britânica espera, assim, pôr termo ao clima de suspeição que rodeia a prestação de Froome no Tour.

Depois do escândalo com Lance Armstrong, o elevado desempenho do ciclista da Sky não pára de alimentar rumores. Com 1,86 metros e 69 quilos, Froome esmagou a concorrência com a superioridade revelada na edição deste ano, impondo-se em três etapas. Brailsford tem colocado toda a sua energia na tentativa de alterar as opiniões sobre o “seu” campeão, que afirma estar “perfeitamente limpo” e explicar que o desempenho se deve exclusivamente ao seu trabalho. “Tivemos contactos com a AMA e com a UKAD [agência antidopagem britânica] e as coisas estão a evoluir favoravelmente”, declarou Brailsford. O director da Sky afirmou desconhecer o processo, até porque nunca fez um pedido semelhante antes, embora note que está a tentar “reagir face a uma situação particular”. “Fui em direcção a eles e disse: ‘Gostaríamos de vos dar tudo o que temos. O que acham?’”, indicou.

Brailsford fez as declarações após o *L'Equipe* ter revelado, na sua edição de ontem, que recebeu os dados de Froome registados desde há dois anos. Os dados relativos à prestação do ciclista não foram publicitados pelo diário desportivo, que os forneceu, para análise, ao perito francês Fred Grappe, o qual não lhes encontrou nada de anormal.

Pedalar ao ritmo de Agostinho

Ana Marques Gonçalves

Yffiniac. O nome pode não lhe dizer nada, mas poucos serão os franceses adeptos de ciclismo que não reconhecem a palavra. Aí nasceu um dos seus maiores campeões, Bernard Hinault, o homem que em 1978 tinha vestido a primeira de cinco amarelas, em Paris. Mas a 16 quilómetros de Yffiniac, outro nome ficaria registado na memória.

O pelotão passava em Moncontour, pequena vila na Bretanha, quando a “tragédia” aconteceu. Num curva à esquerda, um triângulo direccional num cruzamento surpreende os corredores. Sem qualquer sinalização, o obstáculo de cimento é contornado por uns, que se desviam. Outros não o vêem a tempo e caem desamparados. Agostinho é um deles.

“Foi o inferno. Eu ainda evitei o murozinho de cimento do triângulo, mas uns italianos não. Caíram em cima de mim, fui bater com a perna esquerda no passeio, cortei um dedo, nem sei que mais. Na altura fiquei com a sensação de ter partido a perna. Levantei-me, como me pareceu que conseguia pedalar, montei e fui. Sofri de morte. Nunca, com as quedas todas que dei, senti tantas dores”, disse depois o português.

E, de facto, Agostinho caiu muitas vezes. Um ano antes fez 70 quilómetros a perder sangue na sequência de uma queda na terceira etapa. Mas, em 1978, o percurso é mais curto, o sofrimento mais intenso. Percorre seis quilómetros até à meta, com o sangue a escorrer-lhe para a bicicleta. Perde 47 segundos para o pelotão. Imediatamente assistido, tem de ser amparado. A perna está o dobro.

É tratado pelo médico da corrida. A perna é envolta, toma analgésicos e anti-inflamatórios. A aflicção mantém-se. Entre a equipa reina a incerteza. Joseph Huysmans, seu director desportivo na Flandria, decide procurar o doutor Miseret, um dos especialistas belgas em traumatologia, que tinha cuidado do “Canibal” Eddy Merckx, e que, por coincidência, estava em Saint-Brieuc. Depois de perguntar nuns quantos cafés, finalmente encontra-o. Conduz o “curandeiro” até ao quarto onde



Joaquim Agostinho nunca desistiu de um Tour

Agostinho repousa, saco de gelo na perna, cara de sofrimento. A madrugada estava apenas a começar e a noite adivinhava-se longa. O especialista aconselha repouso, retira-lhe o gelo, opta por uma infiltração e manda-o dormir.

Amanhece. Na partida de Saint-Hilaire du Harcouet, os colegas de pelotão, ao vê-lo, apressam-se a inteirar-se do seu estado. Agostinho, o azarado, que soma quedas como quem soma triunfos, é o centro das atenções.

A perna, inchada, é alvo de curiosidade. Quem a vê não percebe como o português pode continuar em prova. Milagre ou teimosia? Talvez apenas sorte, com uma pequena grande dose de determinação e de tolerância à dor. E a inspiração dos sonhos. “Passei a noite toda a sonhar que andava de bicicleta e só dizia: ‘Vejam bem, tão mal que eu estava e fiquei tão bom num instante.’” Era só desejo.

Mas os sonhos têm um final anunciado e ao despertar as dores permanecem, tão fortes quanto se lembrava. Quando se dirige para o início da etapa, agravam-se. “Nem sequer consigo subir para a bicicleta”, diz a quem o quer ouvir, numa citação apresentada no livro *Joaquim Agostinho - Uma Lenda do Centenário*.

Pela primeira vez, pensa em desistir do Tour. Em desespero, lembra-se de uma solução: alguém que encontre o especialista de Merckx. Ele, sim, saberá o que fazer à dor terrível que sente.

Partem à procura do doutor Mi-

seret. Encontrado o alvo, levam-no ao pobre ciclista, que chora de tanta dor. O “curandeiro” encaminha-o até uma ambulância, fecha a porta atrás de si. Cá fora aumenta a expectativa. Ninguém sabe o que se passou, o que continha a injeção dada a “Ago”, mas este regressa à bicicleta e prepara-se para partir.

Na Flandria, reza-se por uma etapa tranquila, sem grandes acelerações, que permita ao português continuar na prova. Mas os deuses estavam do seu lado. Ou melhor, o deus Bernard Hinault, que ordena ao pelotão que pedale à velocidade que Agostinho conseguisse correr. “Era um grande corredor, muito combativo, um verdadeiro guerreiro. Corri contra ele durante alguns anos e foi sempre um prazer ter um adversário como ele”, explicaria mais tarde o francês.

Na meta, depois de uma etapa feita quase só com uma perna – o joelho não dobrava e Agostinho nem tentava – perde um único segundo para Hinault e Joop Zoetemelk.

No dia seguinte há um contra-relógio por equipas. O português receia não terminar. Nada a temer. Mesmo só com uma perna, foi o melhor da sua equipa. Dias depois, subia ao pódio em Paris para celebrar o seu segundo terceiro lugar consecutivo.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Rui Costa num momento da etapa que viria a conquistar, a segunda neste Tour, e quando já estava sozinho na frente da corrida



JEFF PACHOUD/AFP

Ver o Tour através do vidro

Ana Marques Gonçalves

Pior do que o Alpe d'Huez. Pior do que o Mont Ventoux. Pior até que o Tourmalet e o Aubisque juntos. O inimigo número um dos ciclistas, por eleição unânime, são as quedas. O impacto do corpo no chão, os arranhões, as queimaduras provocadas pelo arrastar no solo, as fracturas, são adversários difíceis de superar. Banais, rotineiras, as quedas só ficam na memória quando trágicas. Mas Honoré Barthélemy conseguiu encontrar um espaço particular no historial dos "acidentes" da Volta à França.

Em 1920, o francês, nascido a 25 de Setembro de 1890 em Paris, começava o Tour com uma aura de vencedor, conquistada um ano antes quando venceu quatro etapas, três das quais consecutivas. A proeza deu-lhe projecção nacional e um quinto lugar na classificação final. A sua participação prometia. Nos primeiros dias, Barthélemy manteve-se com os homens da frente. Sem perder terreno, as suas aspirações ao pódio permanecem intactas. Na oitava etapa, uma dura jornada de 325 quilómetros entre Perpignan e Aix-en-Provence, cai de cara no chão.

Atordado e com sangue a escorrer por todo o corpo, demora a levantar-se. Em agonia, recolhe a bicicleta e monta-a. Zonzo e confuso, recomeça a pedalar. A visão está turva, os braços estão em ferida e as costas doem-lhe terrivelmente, tanto que tem de virar o guiador ao contrário para não ter de se dobrar. É então que constata a penosa realidade: os seus olhos não estão embaçados. Tem uma contusão no olho e isso torna tudo turvo. Pisca os olhos. Abre um, fecha o outro. Cruel destino. A queda cegou-o parcialmente. Quando embateu no chão, uma lasca espetou-se-lhe no olho.

Barthélemy não desiste. À chegada, o médico da corrida assiste-o prontamente, retira-lhe a farpa do olho. Mas o desfecho é inevitável: há que removê-lo mal a corrida acabe. O ciclista termina não apenas aquela etapa, mas o Tour, apesar de acumular mais quedas pelo caminho. É oitavo em Paris e o melhor corredor tricolor, apesar da sua semicegueira

e das dores constantes provocadas pelas fracturas no ombro e no pulso. O seu heroísmo e estoicismo perante a adversidade garantem-lhe uma ovação no Parque dos Príncipes. Cortada a linha de meta, é levado em ombros pelos espectadores, maravilhados diante do seu corajoso compatriota.

Nada podia pará-lo. Quando a Volta à França acaba, compra um olho de vidro e continua a correr. O olho era confortável na vida normal e mesmo quando corria em estradas boas, com piso regular. Mas o pó e a terra dos verões quentes do Sul de França causavam-lhe um grande incómodo. Como qualquer superfície de vidro, o olho ficava sujo. Além de ver a estrada apenas par-

cialmente, sente ardor e mau estar.

A solução aparece naturalmente. Sempre que as condições se tornam adversas, senta-se direito na bicicleta, tira as mãos do guiador, carrega no apêndice de vidro, solta-o, envolve-o num lenço e arruma-o no bolso. Para tapar o buraco, usa pequenas bolas de algodão. Para evitar infecções. "Não faz qualquer diferença para a visão, mas é mais macio e eu gosto sempre de mimar-me", costumava dizer com ironia.

Um ano depois da grave queda, volta ao Tour. Ganha uma etapa – e já lá vão cinco – e sobe ao lugar mais baixo do pódio, sendo novamente o melhor ciclista local atrás dos belgas Leon Scieur e Hector Heusghem. O feito merece nova saudação efusiva do público francês.

Em 1924, na épica etapa de 412 quilómetros entre Brest e Les Sables d'Olonne, o jornalista Albert Londres reconhece-o na berma da estrada. Outro ciclista tinha parado ao seu lado. Não estava a ajudá-lo a reparar a bicicleta, mas sim a sua cara. Ele tem um olho real e outro de vidro e tira-o para esfregá-lo. "Só o tenho há quatro meses, não estou habituado", diz. "Tenho pus no buraco". O companheiro de pelotão, que saiu da corrida para ajudá-lo, pergunta-lhe "Tens dores?". A resposta pronta desarma-o: "Não, mas o meu cérebro tem uma fuga".

Infelizmente, o olho de Barthélemy, que correria o seu último Tour em 1927 com 37 anos, cai amiúde durante as provas. Em mais do que uma ocasião, o francês é obrigado a debruçar-se no chão e, de gatas, procurar o seu olho suplente, que tinha rolado para paradeiro incerto. A procura, nem sempre bem-sucedida, acaba invariavelmente com nova sessão de colocação do estranho objecto. "Não sei porque continuo a correr", queixava-se. "Ganho prémios e depois tenho de gastá-los a comprar novos olhos de vidro para substituir aqueles que perco nas corridas".

A queda cegou-o parcialmente. Quando embateu no chão, uma lasca espetou-se-lhe no olho

"Ganho prémios e depois tenho de gastá-los a comprar novos olhos de vidro"



Honoré Barthélemy

ver"

ur

perdido o 'top-10' aqui no Tour, acho que as vitórias nestas duas etapas são mais valiosas. Pronto! Para a 100.ª edição da Volta à França tenho o meu objectivo mais do que cumprido", escreveu o ciclista.

Sobre a etapa, Rui Costa, que subiu oito lugares na geral, admitiu que esteve quase a cair na última descida: "Saí na altura certa e a partir daí foi impor o meu ritmo até ao fim da contagem de montanha e descer com cautela até à meta. Por pouco não ia caindo, mas o meu anjo da guarda vinha a olhar por mim e correu tudo bem [...]. Posso afirmar com todas as letras que este já é o meu melhor ano de sempre."

vez, ultrapassar Alberto Contador – e aproveitar algum improvável dia péssimo de Froome e da Sky.

O contrato com a Movistar, onde está desde 2011, está no fim e o próprio Rui Costa, que este ano venceu a Volta à Suíça pela segunda vez consecutiva, já declarou que irá pensar no seu futuro apenas após este Tour. Mas, aos 26 anos, o português está a subir rapidamente na cadeia alimentar do pelotão internacional e com currículo para poder escolher a sua próxima equipa e com que estatuto. Fala-se da Sky, onde voltaria, provavelmente, a ser um gregário de luxo para Froome, com a tal liberdade para vencer etapas e poder, eventualmente, liderar a formação em alguma das outras grandes voltas, sendo que o português nunca participou nem no Giro, nem na Vuelta. Mas há muitas equipas a precisar de um líder, e Rui Alberto Faria da Costa, nascido na Póvoa do Varzim a 5 de Outubro de 1986, parece estar pronto para ser chefe.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais





Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta



JEFF PACHOUD/AFP

Uma amizade adiada

Ana Marques Gonçalves

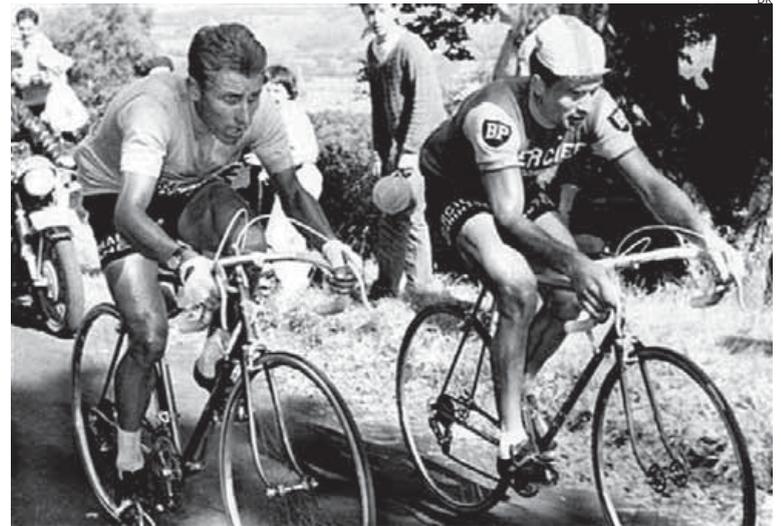
Em 100 anos de história, difícil será escolher o melhor momento, aquele que, pela sua beleza e grandiosidade, merece figurar no topo de uma lista memorável. Escudemo-nos então noutros, naqueles que elegeram aquele 12 de Julho de 1964 como o mais mítico da Volta a França. Um dia em que uma das rivalidades mais célebres da modalidade alcançou o seu apogeu. Jacques Anquetil e Raymond Poulidor entraram na lenda naquela tarde escaldante nas inclinações do vulcão de Auvergne, diante de milhares de pessoas sideradas pela intensidade do duelo.

Tudo opõe Anquetil, um burguês da Normandia, frio e calculista, vencedor de quatro edições do *Tour*, a Poulidor, pura explosão e emoção no corpo de um agricultor, um jovem a construir o mito do eterno segundo. O inacessível e o sociável, em suma. Nos anos 60, não há lugar a meios-termos. Cada um deve escolher o seu lado. A rivalidade entre os dois homens divide em dois a França, tão ciosa dos seus, como nenhuma campanha política conseguiu fazer.

Quando a *Grande Boucle* chega ao Maciço Central, aquela edição já se tinha tornado uma das mais famosas da história. Mas o melhor estava para vir. O mais forte. O mais louco. Ali, no alto de Puy-de-Dôme, a 1415 metros de altitude. A dois dias de Paris. Do lado de "Poupou", reina a confiança. Entre ele e a amarela há apenas 56 segundos. Estava ali a sua oportunidade de ouro.

O sábio Antonin Magne, duplo vencedor da Volta à França nos anos 30, tinha-o levado a reconhecer meticulosamente a subida na semana anterior ao arranque do *Tour*. Sabe como poucos os truques daquela estrada. Conhece-lhe as rampas mais duras, os pontos de descanso, os desvios traiçoeiros. A preparação precisa segue na sua cabeça enquanto sobe. Precisa de ler a corrida, olhar, para atacar no momento oportuno.

Mas Anquetil não o larga. Lado a lado. Nem um pouco mais à frente, nem atrás. Os dois balançam na bicicleta, entreolham-se. A 1500 metros do topo, tocam-se ombro a ombro, como dois ciclistas de pista. Um cotovelo a cotovelo insensato. "O suor dos



Jacques Anquetil e Raymond Poulidor

dois homens parecia misturar-se", escreveria depois Jacques Goddet.

Poucos se lembrarão do formidável trepador espanhol Julio Jiménez, isolado à procura da vitória na etapa e da bonificação que a acompanha. Uma bonificação que podia ter alterado o curso da história. Nada importa, porque, nesse mesmo instante, Poulidor e Anquetil têm os olhos da França suspensos em si. Sob a *flamme rouge*, o marco que indica um quilómetro para a meta, os rivais permanecem colados. Os apoiantes do eterno segundo roem as unhas, questionando-se sobre o que esperará o seu favorito para atacar.

A 900 metros da meta, o camisola amarela cede um pequeno espaço. Primeiro um metro, depois dois. Dez. Poulidor parte. Tem a estrada à sua frente, a meta a que tanto aspira atrás de si. O colapso de Anquetil é terrível. Aquele torna-se rapidamente o quilómetro mais longo da sua vida. Os metros não passam, as pernas não andam. A 400 metros da meta, é alcançado por Adorni, vindo de trás. O italiano não tarda em deixá-lo. Num esforço desesperado, hercúleo, consegue salvar-se do naufrágio. A liderança está presa por 14 segundos.

Poulidor deixou fugir a sua derradeira oportunidade. Quarenta e oito horas mais tarde, no último contra-relógio, perde 56 segundos para Anquetil. "Falam-me sem parar dessa etapa. No entanto, não sinto especialmente qualquer arrependimento. Não estava bem nesse dia. Foi o Jacques que explodiu comple-

tamente, não fui eu que ataquei. Não me sentia capaz".

Mas, naquele dia, à chegada, Antonin Magne não consegue compreender. Talvez o seu protegido tivesse escolhido mal o andamento. Não deveria ter optado por 26 dentes como o tinha aconselhado? Pergunta-lhe com que andamento fez o reconhecimento. Poulidor baixa a cabeça, envergonhado, e, como um menino pequeno, responde: "É que, senhor Magne, nesse dia em que vim conhecer a subida, a estrada não estava aberta até ao topo". A lenda do eterno segundo desperta. O perfeccionista Anquetil nunca teria cometido o mesmo erro.

Inimigos até ao último momento, os dois saberiam superar a rivalidade para um final feliz. E a cumplicidade forçada naquele 12 de Julho de 1964 foi determinante. Fora da estrada, quando encostaram a bicicleta, descobriram que aquilo que os separava era aquilo que os unia. "Perdemos 15 anos de amizade", diria um dia Anquetil, quintuplo vencedor da *Grande Boucle*. Poulidor nunca ganhou o *Tour* - foi três vezes segundo e cinco vezes terceiro -, mas ganhou um amigo para a vida.

dor do *Tour*, uma vez que a etapa de hoje será apenas de consagração e não oferecerá mudanças no topo da classificação.

O líder da Sky, que nasceu há 28 anos no Quênia, confessou que foi graças à sua prestação na *Vuelta* de 2011, na qual foi segundo, que percebeu ter capacidade para ganhar uma grande Volta. "Até então, era muito difícil para mim ser regular", explicou Froome, que há um ano foi segundo no *Tour*, atrás do colega de equipa Bradley Wiggins. Froome, forte na montanha e no contra-relógio, tem uma vantagem superior a cinco minutos sobre o concorrente mais próximo, Quintana (5m03s)

Contador, por outro lado, terminou o dia sem motivos para sorrir, depois de chegar a 2m28s de Quintana.

Rui Costa, que na véspera tinha conseguido "imitar" Joaquim Agostinho (dois triunfos na mesma edição), mas também Eddy Merckx (o anterior, segundo a empresa de estatísticas Infostrada, a vencer no mesmo ano a Volta à Suíça e mais do que uma etapa no *Tour*), foi 56.º e deverá terminar a prova em 27.º (a 55m17s), depois de descer três posições. Sérgio Paulinho foi o 98.º na linha de chegada e subiu de 132.º para 127.º da geral (a 3h39m41s)

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais





Acompanhe o Tour também no site
<http://www.publico.pt/desporto/volta-a-franca>
 e habilite-se a ganhar uma bicicleta

Antes do anoitecer

Reportagem
 Ana Marques Gonçalves,
 em Paris

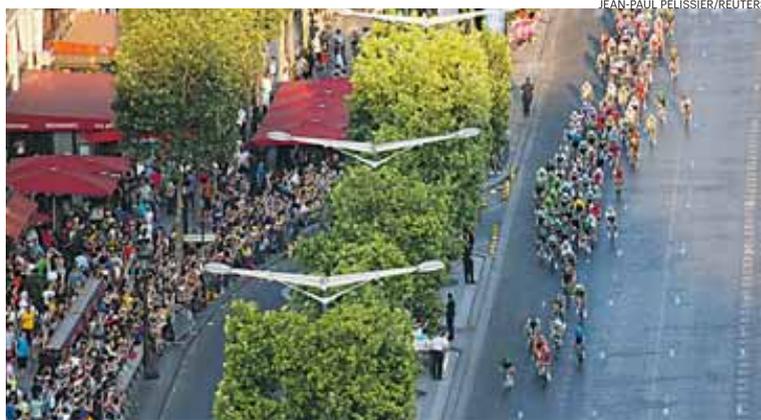
O último dia da Volta a França concentra a atenção de milhares de espectadores em Paris

10h30, Place de Clichy

As portas da carruagem do metro abrem-se. O olhar recai imediatamente no inconfundível amarelo. Amarelos há muitos, mas este é diferente. As letras que o comprovam aí estão. O “Le Tour de France” é o primeiro indício. Uma observação mais demorada e há águas, *pretzels* a transparecer num saco. As dúvidas tornam-se quase certezas quando o sotaque escocês aparece. “Estamos a atravessar a Europa durante o Verão e aproveitámos para vir aqui”. Scott adora ciclismo - de acordo com Jennifer, é só disso que fala. A paixão pelo “melhor desporto” levou-o a convencer a namorada a um desvio na rota da Volta à Europa para assistir a uma chegada aos Campos Elísios. “É sempre um bom pretexto para conhecer Paris”, diz ela.

De sorriso aberto, o jovem escocês lá vai explicando que prefere Bradley Wiggins a Chris Froome, mas reconhece que o vencedor de 2012 está “um pouco velho”. Nada disso importa, porque o que Scott quer é arranjar um bom lugar, de preferência na primeira fila. “Talvez tenhamos vindo cedo de mais”. Engana-se. Quando sobe as escadas para sair da estação de Charles de Gaulle Étoile, já o freemim da *Grande Boucle* tomou conta do coração de Paris. “E ainda temos nove horas pela frente”.

Talvez por isso, Sean e Rob estejam mais bem preparados. Com duas *Union Jacks* penduradas nas grades que cercam os Campos Elísios, trouxeram bancos e escolheram uma preciosa sombra. Para estarem aqui, pedalarão durante três dias desde Londres. “Vimos o *Tour* há uns anos, quando passou por Londres, mas é a primeira vez que vimos a Paris”. A escolha não foi um acaso. “É um



O pelotão nos Campos Elísios, em Paris

bocado especial, pelo Chris e por ser uma etapa nocturna”. Sean é daqueles que preferem Froome a Wiggins. “Acho que já no ano passado podia ter ganho”.

Mas não ganhou. Subiu ao segundo lugar do pódio, a mesma posição ocupada por Nairo Quintana em 2013. O feito único no desporto colombiano é aplaudido por uma comitiva de 35 pessoas desde o Alpe d’Huez. Junto a uma das saídas do metro, martelam uma faixa de cerca de dez metros. Na lista do meio, letras garrafais indicam Colômbia, cuja bandeira transportam em *T-shirts*, bonés, lenços. “Estamos aqui desde as 8h00”. O falador e entusiasta Eduardo é vizinho de Quintana, conhece-o desde pequeno. “É uma grande pessoa, tem um grande coração”. A felicidade não podia ser maior: a 20 de Julho, celebra-se o dia da independência da Colômbia, a 20 de julho Quintana ganhou a etapa, a camisola da montanha, a da juventude e o segundo lugar da geral. “Deus é ciclista”, garante.

16h00, Place de la Concorde

Sentada no passeio, de costas para o Obelisco, Claire recorre à garrafa térmica para se refrescar. Bandeira australiana pintada no rosto, lenço sobre a cabeça, tenta fugir ao sol escaldante. “Isto é impressionante”. Para primeira vez na *Grande Boucle* não está mal. Podia, contudo, ser melhor, mas Cadel Evans está “muito cansado”, reconhece a australiana, e Richie Porte... bem, Richie Porte ainda não a convence como futuro vencedor do *Tour*. Tal como ela, há quem não esteja a “torcer”

por ninguém e queira apenas desfrutar do *Tour*. Veja-se o caso de Nora e Kristian. Atrás das cómodas cadeiras em que se instalam, têm uma bandeira alemã. “Marcel Kittel?”. As aparências também iludem e é da Noruega que vieram. “Está calor, mas vale a pena”. Porque “esta é a edição do centenário” e um momento assim não se pode perder. Que o digam Charlie, camisola da Omega Pharma-Quick Step escancarada, e Oliver, estendido no chão com o *maillot cool* da AG2R. De férias em Paris, os adolescentes escoceses arrastaram a mãe para ver o inevitável Mark Cavendish. “O Froome também é porreiro, mas o ‘Cav’ é melhor”.

21h30, Arco do Triunfo

Está quebrado o protocolo. Pela primeira vez, em 100 edições, o pelotão dá a volta ao Arco do Triunfo. Os *flashes* sucedem-se. Ver mais do que uma massa uniforme é missão quase impossível para quem, ao contrário de Scott, Jennifer e Eduardo, não acampou nos Campos Elísios ainda de manhã. São milhares de pessoas aglomeradas, à espreita de vislumbrar aquele amarelo como não há mais nenhum. Chris Froome passa, um ponto minúsculo. O sol põe-se, termina a 100.ª edição.

A série do Tour é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Mentor queniano “torceu” pela vitória de Froome

Aileen Kimutai

Enquanto o britânico Chris Froome pedalava para a vitória na Volta à França, no Quênia, o seu país natal, era aplaudido pelo ciclista que primeiro o treinou. David Kinjah, de 43 anos, foi o mentor de Froome quando este se iniciou o ciclismo. “Estamos muito honrados por Froome, agora no topo do mundo, ter sido um de nós”, disse Kinjah.

Froome, nascido no Quênia há 28 anos, nomeia Kinjah como a sua “inspiração”. “O treino em conjunto nos planaltos rurais a norte de Nairobi foi o que iniciou a paixão pelo ciclismo que Froome tem”, lê-se no site oficial do vencedor do *Tour*.

A mãe de Froome pediu a Kinjah para orientar o filho quando este tinha 11 anos. “Ela precisava de alguém para limar a sua prodigiosa energia, e disseram-lhe que eu poderia lidar com ele”, explicou Kinjah. “Na primeira vez que Chris veio aqui com a sua bicicleta de BMX era muito tímido... mas também muito determinado”. O queniano puxou por Froome enquanto este desenvolvia a sua força a pedalar em estradas secundárias nas colinas e nas quintas de café à volta de Nairobi, uma das capitais com maior altitude do mundo.

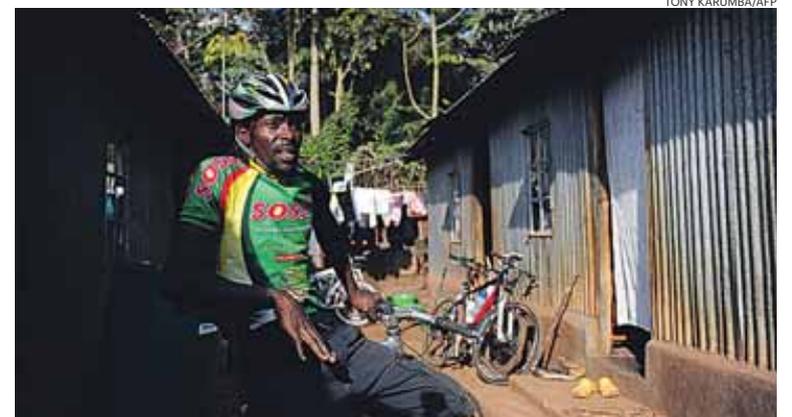
“Kinjah ajudou-me a perceber que não é preciso ter a melhor bicicleta ou condições perfeitas”, referiu Froome ao *The Guardian*, em Janeiro. “Pode-se simplesmente pegar numa bicicleta e pedalar - não importa onde se está”. Kinjah e Froome

representaram o Quênia durante os Jogos da Commonwealth de 2006.

Kinjah ainda treina jovens corredores. A sua equipa, Safari Simbaz - em suaíli, “leões viajantes” -, tenta usar o ciclismo para ajudar “jovens atletas a sair da pobreza”. Os responsáveis da Safari Simbaz, que referem Froome como a sua “exportação de maior sucesso”, continuam o seu esforço para desenvolver ciclistas quenianos.

“O seu sucesso vai servir de inspiração para estes jovens”, acrescentou Kinjah, que angaria fundos para ciclistas quenianos através da organização de passeios de bicicleta para turistas. “É encorajador para o trabalho que fazemos com os jovens menos privilegiados das aldeias. Eles ganham motivação para andarem de bicicleta”.

Depois de passar os seus primeiros anos no Quênia, Froome mudou-se para a África do Sul enquanto adolescente. Depois requereu a nacionalidade britânica, baseado no facto de o pai e os avós lá terem nascido, e começou a competir pelo Reino Unido em 2008. Apesar de nunca ter pisado solo britânico até ter participado na Volta à Grã-Bretanha de 2007, sublinhou há poucos dias estar “extremamente orgulhoso” por representar o Reino Unido. Mas para os seus amigos quenianos que o apoiam de longe, assistindo às suas provas num pequeno televisor num quarto apertado, Froome é um deles. “Toda a África está honrada. Haverá muitos jovens africanos que vão querer seguir as suas pisadas”, afirmou Kinjah. **AFP**



David Kinjah orientou os primeiros anos de Froome no ciclismo

Houve mais do que só Chris Froome (e Rui Costa) na Volta à França

A 100.^a edição do Tour teve o seu herói. O camisola amarela marcou a prova praticamente desde o início. Mas, para além do vencedor, outras figuras deixaram uma marca na corrida francesa

Ciclismo
Ana Marques Gonçalves

Para todos, o nome que ficará na história da 100.^a edição da Volta à França será o de Chris Froome, o vencedor à chegada do pelotão aos Campos Elíseos. Para os portugueses, ao nome do britânico deve juntar-se o de Rui Costa, vencedor de duas tiradas na histórica edição da corrida, repetindo um feito só alcançado entre ciclistas nacionais por Joaquim Agostinho. Mas há mais personagens a deixar a sua marca no Tour que acabou domingo, por bons ou maus motivos.

A certeza
Nairo Quintana

É jovem, mas já não é uma promessa. Nairo Quintana é dono de um talento inato como trepador e foi o único a testar Chris Froome na montanha, confirmando a qualidade que a vitória na Volta à França do futuro, em 2010, já tinha demonstrado. Os registos são impressionantes: primeiro sul-americano no segundo lugar do pódio, o colombiano melhorou a estreia de Marco Pantani, que, em 1994, foi terceiro na geral, segundo na montanha e primeiro jovem.

O perseverante
Joaquim Rodriguez

Passou meses a dizer que era candidato à amarela, numa imodéstia que lhe é característica. Poucos lhe terão dado ouvidos, mas o certo é que, depois de uns primeiros dias para esquecer, que o colocaram fora das apostas, “Purito” fez uma corrida de trás para a frente para estar na festa dos Campos Elísios e entrar na história. Corredor mais regular das últimas duas épocas (segundo no Giro 2012, terceiro na Vuelta 2010 e 2012), igualou o belga Herman Van Springel como único a subir ao pódio das três grandes Voltas sem ganhar nenhuma.

O fracassado
Alberto Contador

Há um antes e um depois do clembuterol na carreira de Alberto Contador. Antes do positivo e do



Durante os 3403 quilómetros da Volta à França foram vários os ciclistas que se destacaram no pelotão

consequente castigo – perda do Tour 2010 e suspensão –, o espanhol dominava a seu bel-prazer nas montanhas. Quando a estrada inclinava, cerrava os dentes, erguia-se na bicicleta e desferia ataques impossíveis de seguir. Neste Tour, foi penoso assistir às suas tímidas investidas, à constante humilhação na luta directa com Chris Froome. Permanentemente rebocado por um inesgotável Roman Kreuziger, o vencedor da Volta à França 2007 e 2009 saiu do pódio a um dia do final, derrotado naquele que, noutra vida, foi o seu terreno.

O desaparecido
Andy Schleck

Aos 25 anos, Andy Schleck tinha já um currículo impressionante: segundo no Giro e melhor jovem no

450

450 mil euros foi o valor depositado na conta de Chris Froome por ter ganho o Tour. O prémio para o vencedor de uma etapa era de oito mil euros.

ano de estreia (2007), acumulou três camisolas brancas da juventude na Volta à França entre 2008 e 2010, ano em que perdeu na estrada e ganhou na secretaria. Esse momento mudou-o. Falou-se em depressão, problemas com a bebida, falta de confiança. Ele negou e continua a negar tudo. Esteve mais de um ano sem acabar uma prova, mas chegou ao Tour confiante. A confiança demorou pouco a des-

vanecer-se. “Não sei o que aconteceu, as pernas não andavam”, disse no final da etapa do Alpe d’Huez. Acabou na 20.^a posição, a mais de 40 minutos.

O injustiçado
Richie Porte

Máquina trituradora de candidatos à amarela: foi esse o papel de Richie Porte neste Tour. Talvez por isso, pelas acelerações sucessivas a um ritmo diabólico, foi o principal alvo da Movistar, sedenta de eliminar uma fonte de problemas na primeira etapa de montanha. Fora da luta pelos dez primeiros logo no segundo domingo, o australiano fez um modesto 19.^o lugar, bem longe daquilo que demonstrou na última semana. Como recompensa, leva o agradecimento do colega e amigo

Chris Froome, a quem “salvou” de uma quebra de açúcar.

O intruso
Marcel Kittel

Era um segredo as vezes que a 100.^a edição da Volta à França ficaria marcada por um *showdown* entre os dois homens mais vitoriosos da temporada. No entanto, Mark Cavendish e Peter Sagan (apesar da camisola verde) foram ofuscados pelo jovem talento alemão. Primeiro camisola amarela da prova, Marcel Kittel mostrou que a vitória do primeiro dia não se deveu à queda dos principais favoritos, mas sim à qualidade que lhe daria não um, não dois, mas três triunfos mais. O *sprint* nos Campos Elísios, disputado ao milímetro com “Cav” e André Greipel, foi apenas a cereja no topo do bolo.

Guiné-Bissau

Em Iemberém passou-se a comer só uma refeição de arroz por dia

Nesta aldeia do Sul da Guiné não se compra comida com notas e moedas, mas sim com castanha de caju. Com o golpe de Estado do ano passado, os preços do caju desceram tanto que já não chegam para o arroz. Abubacar Serra deixou de ouvir notícias. *Catarina Gomes (texto) e Manuel Roberto (fotos)*

Reportagem

Como é que a saúde política de um país pode ser medida pelo que vem dentro de um pacotinho de plástico que, na Europa, se come como mero aperitivo, com sal ou sem sal? Na Guiné-Bissau o preço a que é vendida a castanha de caju não só é o termómetro que mede a estabilidade política – é também o que decide quantas refeições conseguem os guineenses comer por dia. Desde o golpe de Estado de 12 de Abril do ano passado, em que uma junta militar depôs um governo do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), os preços do caju desceram a pique. Para

calar o estômago come-se o que vai havendo.

Se conseguirem, os guineenses comem arroz a todas as refeições: por volta das 8h da manhã é o badaji, uma papa de arroz com açúcar e leite; ao almoço pode ser arroz cozinhado com caldo de amendoim, ou com óleo de palma ou azeite, com peixe ou então com folhas de figueira, com batata, mandioca, ao jantar a mesma coisa. Mas isso é se conseguirem. Em Iemberém, uma tabanca (aldeia) numa das mais remotas regiões do país, Tombali (Sul), estão reduzidos “a um tiro”. “Todas as famílias estão comendo um tiro”, diz Abubacar Serra, engenheiro agrónomo – arroz só às quatro da tarde.

Antes do golpe de Estado uma saca de castanha de caju dava para comprar três sacas de arroz, agora três sacas de caju dão para comprar uma saca de arroz. E a troca é, muitas vezes,

assim, directa, a moeda é o caju e, nalguns casos, o óleo de palma. “Aqui é difícil ver pessoas com dinheiro”, explica Abubacar Serra.

Mamadu Bari é o régulo (chefe) de Iemberém, e, por isso, até podia estar melhor na vida, mas ele é o exemplo do que está a acontecer a toda a sua comunidade, em que mais de 80% das pessoas vivem do caju, o espelho do que acontece no país (cerca de 90% das exportações nacionais são de caju). Convida-nos a entrar na sua casa, parecida com todas as outras, feita de paredes de adobe vermelho, chão de terra batida, sem luz eléctrica nem água canalizada, para vermos pelo chão as dezenas de sacas brancas de caju que ele se recusou, até agora, a vender a um preço que não considera digno, cada quilo está a ser vendido a cerca de 15 cêntimos, quando antes do golpe o Governo tinha definido um preço de base de cerca de 40 cêntimos, abaixo do qual não se podia descer, podendo



atingir preços de venda de quase um euro. “São 600 quilos, está aí todo”, aponta.

Há vezes em que a sua família, duas mulheres e oito filhos, não

comem arroz durante dois dias, mas a necessidade sempre arranja forma de aguçar a criatividade. O vazio no estômago deixado pela falta de arroz é preenchido por



mangas e mangas, em Imberém, não faltam. O chão está cheio de caroços, as dezenas de crianças que andam pelas ruas roem mangas até ao caroço e até as cabras e os porcos as comem. À falta do arroz “a manga é cozinhada, misturada com peixe ou açúcar ou com óleo de palma, ou então faz-se uma pasta de manga com açúcar”. Uma destas misturas faz de jantar, “para poupar arroz para o dia seguinte”. “Comer manga é não comer nada”, queixa-se Mamadu Bari.

Chegar a Iemberém de Bissau pode levar umas seis horas, isto, se se tiver um carro todo-o-terreno e se não tiver chovido. As duas últimas horas de viagem são feitas em caminhos de terra vermelha que parecem montanhas em ponto pequeno, com alguns vales, planícies poucas, cada metro é um desafio à condução e à saúde do veículo.

Para Julho de 2012, cerca de dois

meses depois do golpe, chegou a estar agendada uma visita do primeiro-ministro deposto, Carlos Gomes Júnior, que prometia, não estrada alcatroada, mas um caminho de terra batida em que se pudesse andar em linha recta e num plano direito. Intenções verdadeiras ou não, nunca saberão, lembra Abubacar Serra.

O que sabe é que chega a Iemberém um camião por semana com bens de primeira necessidade, ponto final. Na época das chuvas, que está prestes a começar e só termina por volta de Novembro, não entra nem chega nenhum veículo, informa Assana Camara, camponês, pedreiro e jornalista da rádio comunitária da aldeia, a Lamparan.

Quando passam duas meninas com cestos de mangas equilibrados nas cabeças, para vender, Abubacar ri-se e responde-lhes: “Só eu tenho 250 pés de manga que estão a apodrecer no chão, já

disse a toda a gente para se servir.” Por terra ficam as suas e as mangas de toda a gente, mas também as laranjas, os limões, as tangerinas, que a terra ali é fértil. “Não há camiões que entrem cá, não há estrada.” Não conseguem chegar a Bissau para as vender, quanto mais a Portugal, onde a manga vem da América latina.

Isso são as frutas, mas como fazem as pessoas com problemas de saúde na povoação? Vêm-se muitos meninos com fios ao pescoço com pequenas chaves metálicas, é suposto serem protecção contra feitiços e doenças.

Quem olhar para as placas afixadas nas dez portas do centro de saúde de Iemberém fica impressionado, começando pela direita: “Consulta de mulheres”, “Consulta de pediatria”, “Enfermaria de pediatria”, “Sala de partos”, “Sala pós-parto”, “Enfermaria de adultos”, “Sala

de esterilização”, “Consultório de adultos”, “Laboratório”, “Farmácia”.

Tumbulo Jandi, enfermeira, é o único membro do pessoal de saúde, mas não está, de momento. “Está no mato”, respondem. Na aldeia chamam ao centro de saúde de ar abandonado “hospital”, quando dizem que “o hospital não tem médicos, só uma mulher parteira, que às vezes está sem receber dois ou três meses e tem que ir a Bissau arranjar dinheiro para ela”. “Ficamos sozinhos.”

O ar da enfermeira é de apatia, queixa-se de falta de medicamentos, mas diz que desde que ali chegou ninguém morreu de paludismo, o principal problema de saúde. Quanto aos partos, há mulheres que até vão à consulta pré-natal, mas que continuam a preferir ter os filhos em casa.

Foi a enfermeira quem disse a Fatuma Djaló que não podia fazer nada por ela ali. Há uns seis anos esta idosa começou por detectar uma ferida no peito, uns dois anos depois foi ao hospital a Bissau, um percurso que, por norma, significa ir na parte de trás do tal camião de carga que traz víveres uma vez por semana, duas horas em tempo seco, chegar a um cruzamento de Mampatá e depois podem ser mais umas quatro horas de autocarro. Em 2010 chegou a ser vista no hospital da capital, mas o médico que a podia operar, disseram-lhe, “não estava lá, estava ocupado, era o médico do Presidente da República”. Voltou a Imberém e esteve “internada” dois meses num “hospital tradicional”, a beber poções naturais e a ser tratada com unguentos, já lá vão uns três anos. Decidiu agora voltar a Bissau, porque não aguenta com dores, tem o braço esquerdo inchado e anda com ele ao peito.

Chegada a Bissau, na semana passada, disseram-lhe não havia nenhum médico para a operar, mas desta vez porque há uma greve na saúde por falta de pagamento dos salários. Parece que é cancro da mama, conta o filho Yassin. Fatuma voltou a Iemberém, com o braço inchado ao peito.

Podia ter-se a tentação de ver Iemberém como uma amostra da Guiné-Bissau, porque, tal como no resto do país, o Estado não tem dinheiro para pagar aos professores da escola, na saúde há um centro de saúde com poucos medicamentos e o caju não chega para comprar o arroz de que precisam para comer. Acontece que Iemberém é, apesar de tudo, uma aldeia privilegiada, porque tem a funcionar na povoação uma das poucas organizações não governamentais (ONG) que continua a receber fundos internacionais, a Acção para o Desenvolvimento (AD); o

isolamento internacional causado pelo golpe afastou muitas ONG, ficaram as *T-shirts* que quase toda a gente, pequenos e graúdos, parece ter como peça de vestuário.

Cerca de 80% do Orçamento do Estado do país depende de ajuda internacional, sobretudo da União Europeia, e uma das sanções contra o governo golpista foi a não ajuda directa ao Orçamento, o que significa que alguns funcionários públicos, entre professores, enfermeiros e médicos, não recebem durante períodos que podem ir até aos oito meses. Imberém, tal como o país, tal como Bissau, não tem rede eléctrica, mas graças à presença da AD metade da aldeia tem iluminação de rua que se acende, todos os dias, por volta das 19h00, à custa do gerador desta ONG. Depois apaga-se às 23h00.

À noitinha ouve-se o guinchar dos macacos, o Corão entoado por vozes de crianças reunidas em torno de duas piras gigantes de fogo, ouve-se, de vez em quando, o estrondo de mangas gigantes casca a cair numa das poucas casas com telhados de zinco, em vez de colmo, e alguns rádios de pilhas.

Desde o golpe de Estado de 12 de Abril Abubacar Serra, que é também director de programas da AD nesta região, deixou de ouvir a rádio nacional e de ver a televisão da Guiné, no tal período que tem de electricidade. “É a minha forma de protesto. Para mim não existe governo.” Ao mesmo tempo, é a forma que tem de manter a calma, já teve um AVC e sofre de hipertensão. Mas tem um amigo que lhe ouve as notícias e as traz até si, filtradas – só pode trazer-lhe “notícias boas”.

Desde o golpe, deliciou-se a ouvi-lo contar que a União Europeia “apertou o cerco a este governo”, dormiu profundamente depois de ter sido informado que o ex-chefe da Marinha da Guiné-Bissau, Buba Na Tchuto, foi preso pelos Estados Unidos por envolvimento em narcotráfico, gostou de ouvir da nomeação de um chamado “governo inclusivo” (porque inclui ministros do PAIGC, partido derrubado pelo golpe), mas o que ele quer mesmo é que um dia o amigo chegue e lhe diga em que dia vão ser as eleições, diz-se que é em Novembro. “As eleições vão ser o paraíso.”

Esta reportagem foi financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



MANUEL ROBERTO

publico.pt



GUINÉ-BISSAU
OS FILHOS QUE
OS MILITARES
PORTUGUESES
DEIXARAM
PARA TRÁS

Reportagem de Catarina Gomes,
 Manuel Roberto e Ricardo Rezende na Guiné-Bissau

2

Vagas no superior caem pela terceira vez

Haverá menos 837 vagas no ano lectivo de 2013/2014. Número de lugares desce há três anos consecutivos **Portugal, 16/17**

FÉRIAS

A RECEITA PARA 2013 É IR PARA PERTO, EVITAR HOTÉIS, GASTAR O MÍNIMO. MAS, APESAR DE TUDO, SAIR DE CASA Destaque, 4 a 13

Morreu Bana (1932-2013): a morna e a alma de Cabo Verde perderam o seu gigante

O “cantor de gesto intensamente nocturno”, uma das vozes centrais da música de Cabo Verde, morreu ontem, aos 81 anos **p32/33**

Rui Moreira: “Menezes escolheu-me como alvo por saber que posso ganhar”

Em entrevista, o candidato independente à Câmara do Porto diz que Rio seria melhor primeiro-ministro do que Passos **p18/19**

VEMOS MARGEM PARA LUCROS, NÃO PARA DÚVIDAS.

VEMOS O MUNDO COM OUTROS OLHOS.

TANB
3,75%

NOVOS MONTANTES

3,75% TANB a 1 ANO. De 2.000 a 75.000 Euros.

Mobilizações antecipadas com penalização de 50% dos juros.

BANCO INVEST

O SEU OUTRO BANCO

PUBLICIDADE

ISSN: 0872-1548

2



GUINÉ-BISSAU
OS FILHOS QUE
OS MILITARES
PORTUGUESES
DEIXARAM
PARA TRÁS

No tempo da guerra colonial havia quem lhes chamasse “portugueses suaves”, agora, há entre os ex-combatentes quem prefira “filhos do vento”. Mas os filhos de militares portugueses com mulheres guineenses não conhecem esse nome poético. Na Guiné foram apelidados de “restos de tuga”. Não tinham nascido ou ainda eram crianças quando os pais deixaram o país. Hoje andam na casa dos 40, 50 anos, mas quando falam do pai que querem conhecer é como se voltassem a ser crianças, choram quando dizem que se sentem “meia-pessoa”. Houve um tempo em que Fernando pensava que o pai se chamava furriel

CATARINA GOMES TEXTO **MANUEL ROBERTO** FOTOGRAFIA, NA GUINÉ-BISSAU



EM BUSCA DO PAI TUGA



Dai, está lá! Oh pai, fiquei muito contente de termos oportunidade de falar hoje. Estou vivo e a minha mãe também. Olha, pai, não se sinta mal, é percurso de vida, não há ressentimento. Olha, pai, não tenha receio, fica tranquilo, eu sou homem, estou a trabalhar. Muito obrigada por o ter conhecido, pai. Que Deus o abençoe com a vida que tem aí.”

Fernando Mota, 40 anos, não sabe há quantos anos anda às voltas com este diálogo na cabeça, às vezes muda-lhe pequenos detalhes, junta-lhe palavras, tira-lhe outras, esta é a versão mais recente. O diálogo é, na verdade, um monólogo imaginário, nunca passou disso, porque na sua cabeça é como se ele pudesse dizê-lo assim, tal e qual o pensou, sem interrupções, com o tom doce que está a usar agora. Fernando é professor de História e Geografia no Liceu Jorge Ampa, em Bissau.

Fernando Mota sonha muito ouvir a voz do pai ao telefone, mas nunca imaginou quais seriam mesmo as palavras que diria se conseguisse descobrir o seu número de telefone lá longe, em Portugal, e ele respondesse do outro lado da linha, como aconteceu com alguns filhos de ex-militares. Prefere agarrar-se a este monólogo perfeito, como se estivesse resignado com a possibilidade de nunca vir a realizar-se além da sua imaginação, pacificado com a ideia de nunca vir a ouvir a voz desse soldado português que esteve na Guiné há 42 anos e que é seu pai.

Se Fernando Edgar da Silva conhecesse Fernando Mota, talvez o achasse demasiado sentimental. Ele imaginou-se mesmo cara a cara com o pai, só que, na cena em causa, o pai estendia-lhe a mão para lhe dar um passou-bem e Fernando espetava-lhe um murro. Houve uma altura em que só sentia raiva pelo pai português, mais ainda quando teve quase a certeza de que não o ia conseguir descobrir. Houve um tempo em que pensava que o pai se chamava furriel. Foi um ex-militar que lhe explicou que “furriel não é nome de pessoa, é posto. ‘Não tens nome, não tens nada, não te posso ajudar’. Tenho menos de um por cento de hipóteses de o encontrar”. No tempo em que só tinha rancor contra o furriel sem nome, pensou criar uma associação com uma designação que resumia esse sentimento, Associação de Filhos Abandonados pelos Colonialistas Portugueses. Fernando, de 45 anos, camionista, braço tatuado com o seu diminutivo, Dinho, serenou. Hoje, escolheria outro nome para uma associação que continua a sonhar criar com um objectivo: “Quero mostrar aos portugueses que nós existimos, que fomos abandonados, que somos muitos” e, quem sabe, diz a medo, talvez “encontrar o meu pai” e deixar de se sentir “meia-pessoa”.

Num dos mais populares blogues de ex-combatentes da guerra colonial, chamado Luís Graça & Camaradas da Guiné, alguém lembra que, na altura, lhes chamavam “portugueses suaves”, a esses meninos que nasciam junto a quartéis portugueses, sem pai conhecido, mais claros do que os outros e em que se sabia, por norma, quem era o militar que tinha estado com a mãe, sem que isso fosse dito em voz alta e mesmo que o próprio nunca o admitisse.

Em 11 anos de guerra, que na Guiné começou em 1963, até à independência, em 1974, passaram por um país com o tamanho aproximado do Alentejo cerca de 200 mil homens portugueses. À data, a população da Guiné rondava o meio milhão de habitantes, resume Luís Graça, o criador e editor do blogue.

No blogue, José Saúde, um ex-furriel na Guiné, decidiu começar a chamá-los de “filhos do vento”, porque parecia que não eram “filhos de ninguém”, crianças com mãe guineense, que ficou, e sem pai conhecido, que, terminada



a comissão, regressou a Portugal. “O assunto é melindroso” entre os ex-combatentes, “tabu”. Mas mesmo assim, um dia ele lançou o desafio no blogue, era preciso falar do tema, que depois tomou a forma de uma pergunta – “Camaradas: quantas crianças mestiças, cuja paternidade era imputada a militares, ‘tugas’ [como eram conhecidos os portugueses], vocês conheceram, nos anos e nos sítios por onde andaram na Guiné? Vamos arranjar material para meia dúzia de posts.” Foi uma trintena de posts, num blogue que é seguido por cerca de 500 pessoas.

Foram poucos os que responderam directamente à pergunta: “Quantos de nós, na solidão da mata, na angústia e incerteza de como e se no dia seguinte estaríamos vivos, não cometeram actos que deram origem a estes casos”, escreveu um ex-militar; um outro limitou-se a citar o *Poema da Malta das Naus*, de António Gedeão: “Tremi no escuro da selva alambique de suores/ Estendi na areia e na relva/ mulheres de todas as cores.” Houve também quem ironizasse “pais de multidões mestiças? Ena pá, o que para aí vai!” No mesmo sentido, houve quem respondesse tão-somente que “são mais as vozes do que as nozes”. Os que responderam, mesmo, à pergunta lembram ter conhecido na sua comissão um, dois “filhos do vento”, no máximo, alguns juntaram

aos posts fotos destes meninos clarinhos que destoavam dos outros e que lhes ficaram para sempre na memória.

Dauda era louro e de olhos azuis. O capitão José Neto tirou-lhe uma fotografia a brincar numa poça ao lado de outros meninos da aldeia – parece um anúncio da Benetton, mas a preto e branco, com a claridade de Dauda a contrastar com o escuro dos que brincavam com ele. Dauda era filho de um capitão português da companhia que José Neto tinha ido render. Todos os homens sabiam, só o próprio fingia ignorá-lo, contou no blogue o capitão José Neto, que morreu de cancro em 2007, dizendo ter desenvolvido raiva ao pai omissivo. E, por isso, passou a chamar a criança abandonada pelo apelido que devia ser o seu, caso o pai o tivesse perfilhado. Ordenou que todos passassem a chamá-lo Vieira (apelido fictício).

Afeiçoou-se ao menino claro, mais ainda quando um dia lhe salvou a vida. Tinha havido um bombardeamento e ele foi tirá-lo da casa minutos antes de explodir uma granada. Só depois de o marido morrer é que a mulher, Júlia Neto, soube porque é que não se podia tocar naquele estilhaço que estava guardado no móvel do escritório da casa como se fosse um tesouro. Era um bocado da granada que podia ter matado o Vieira se o capitão Neto não o tivesse salvado.

O capitão José Neto nunca mais voltou à Guiné mas, em casa, mulher e filhas sempre ouviram falar daquele “filho adoptivo”. As suas filhas sempre souberam que tinham “um irmão” na Guiné, conta Júlia Neto.

Quando um dia, cerca de 40 anos depois da guerra, o capitão Neto voltou a estabelecer contactos com a Guiné – através de uma organização não-governamental gerida por um guineense de origem portuguesa que quis reconstruir um antigo quartel português, a Acção para o Desenvolvimento –, fez um pedido ao seu presidente, Carlos Silva: “Por favor, descubra-me o Vieira.” Foi o que fez, mas Vieira tinha morrido um mês antes, com menos de 40 anos, e o capitão Neto morreu sem nunca reencontrar o menino claro.

Depois de o marido morrer, Júlia Neto foi à Guiné e fez questão de ir conhecer a mulher de Vieira e as três filhas. Sentiu que, se não tinha podido conhecer o “menino”, tinha pelo menos de conhecer a sua família. O pai de Vieira ainda é vivo, reformou-se há pouco tempo, conta.

Ao tentar reconstituir a história do rapaz, Carlos Silva soube que, na altura, o pai de Dauda foi encostado à parede. Quando a mulher descobriu que ele tinha tido um filho de uma guineense, deu-lhe a escolher, ou ele (o Dauda) ou ela (a mulher). “Ele, claro, optou pela mulher e largou a criança.” E as três meninas, Paula, Fátima e Fatu da Fonseca, nunca souberam nada desse seu avô português, só conhecem Júlia, a mulher de um capitão que volta não volta lhes manda presentes. Dauda, ou Vieira, morreu filho do vento.

“**Quantos de nós, na solidão da mata, na angústia e incerteza de como e se no dia seguinte estaríamos vivos, não cometeu actos que deram origem a estes casos?**”

Não foi esse o nome por que foram conhecidos toda uma vida na Guiné. Filhos do vento até soaria bem, parece poético. Sem se conhecerem uns aos outros, todos eles foram tratados por “restos de tuga”.

Parecem autênticas histórias de Gata Borralheira. Na história de Óscar Albuquerque, há uma casa, com irmãos, uma mãe e um pai que sabe que um dos filhos, o menos negro, não é seu. O suposto pai, que na verdade é padrasto, sabe que aquele é um filho da sua mulher com outro homem, um branco e, por isso, Óscar acaba por ser o mais mal tratado da casa.

Na Guiné, há uma escala de claros-escuros



As gémeas Higina e Teresa Silva. Em baixo, Fátima Cruz, e, à esquerda, os irmãos José Maria e Elva Indequi

que pode passar despercebida a quem está de fora, mas que é perceptível a um guineense. O que chamam “um guineense-guineense” é mais escuro, em todos os que são claros, mais ou menos, se percebe que houve mistura com brancos. No seu caso e noutros semelhantes, por terem nascido naquele período, durante a guerra ou logo a seguir, em zonas de quartéis de portugueses, não havia forma de esconder que eram “filhos de tuga”, como também eram conhecidos. Mesmo que o quisessem, não ha-

veria como: “Não há maneira de esconder a pele, a claridade não engana”, diz José Carlos Martins, de 48 anos.

Era essa a primeira pista. Desde crianças que olhavam para a sua cor e se confrontavam com a sua origem. Hoje já são adultos, andam na casa dos 40, 50 anos, mas quando contam as suas histórias é como se voltassem a ser meninos e choram, choram muito, como faziam quando em casa sentiam que eram diferentes.

Em casa de Fátima Cruz, o ser diferente vinha

à baila de cada vez que a mãe pedia às filhas para fazerem tarefas: buscar água, lenha – “então, e a branca, não vai?”, acabava por dizer uma das irmãs. Foi maltratada pelo padrasto e pela mãe, que sente que a culpava. Ela era o fardo levado para uma nova união com um guineense, que em Fátima tinha um lembrete demasiado evidente para si, e para os outros, de que a sua mãe tinha estado com um branco, no seu caso, que até tinha vivido com ele dois anos.

“Se falar com a minha mãe, ela vai dizer que nunca me tratou de forma diferente.” É verdade. Sanu Mané tinha 15 anos quando começou a ser lavadeira do pai de Fátima – hoje é vendedora e presidente de uma associação comunitária contra a violência de género – e diz que nunca tratou a filha pior do que as irmãs, apesar de ter sofrido tanto com aquela gravidez, apesar de ter passado muito por causa daquela “filha branca”. Na sua família, mal se soube que ela estava grávida do alferes português, tentaram que abortasse. Em casa, davam-lhe todos os dias um remédio feito de raízes dentro de uma panela. Ela fingia engoli-lo, mas conseguia deitá-lo fora às escondidas. A gravidez começou a ser visível e estava ela de poucos meses quando o tio materno começou a chicoteá-la na barriga, para que “o bebé do branco” não nascesse.

Fátima Cruz ouviu estas histórias todas, estas e a de que ainda foi o pai quem lhe escolheu o nome, que era o da mãe dele, Fátima. E que ele queria ficar com a mãe, mas a família não quis que a filha ficasse com um branco, e que depois de voltar a Portugal até lhe mandava encomendas com leite, roupa, jóias, mas que o tio materno as recebia e tratava de queimar tudo, contaria bastante mais tarde o homem dos correios que fazia as entregas.

Fátima Cruz tem 36 anos, está bem na vida, tem três filhos, vende roupa, e ainda hoje pensa que só aquele homem dos correios a poderia reunir ao seu pai. Ao mesmo se o homem dos correios não tivesse morrido, talvez ainda fosse possível recuperar a morada, saber-lhe o paradeiro, encontrá-lo. Se o homem dos correios não tivesse morrido...

Nas histórias destes filhos, há quase sempre pessoas que desapareceram, externas à família, e que só elas teriam podido ajudá-los. Porque à pessoa que mais sabia não se podia perguntar.

“Não se faz uma pergunta dessas a uma mãe. É um segredo das mães”, e Óscar Albuquerque nem agora, com 40 anos, chega a formulá-la, assim, com todas as letras. Mas seria algo como: “Mãe, afinal quem é o meu pai?” O mais longe que ousou foi contornar a questão, delicadamente: “Mãe, pode um homem ter dois pais?” Não teve resposta.

Teve de ser uma vizinha que, uma vez, o chamou da rua, estava ele a jogar à bola, teria uns 11 anos. “Anda cá, anda cá.” Dentro da casa da senhora, resguardados dos olhares, ouviu o que sempre tinha desconfiado, mas era demasiado pequeno para perceber: “Aquele senhor não é teu pai, tu és filho de um tropa português. Aqui na aldeia toda a gente conhecia o teu pai.”

Como muitos filhos de portugueses, quando a mãe engravidou, a família tratou de a casar à pressa com alguém escolhido por si. Mas quando a criança nasceu, percebia-se que não era igual aos outros. Quando já era adulto, a mãe contou-lhe um dia – “só para me magoar”, recorda agora – que mal o pai do seu padrasto viu o bebé Óscar, disse ao filho: “Este não é teu filho, é filho de um branco.”

Ana Sanconha, vendedora, de 40 anos, lembra-se bem do sítio onde a mãe lhe contou. Iam as duas a percorrer a estrada de terra batida vermelha marginada por cajueiros que liga Iemberém a Cacine, no Sul da Guiné, a mes-





ma que agora percorreu a pé durante cinco horas para nos vir contar a sua história. “Foi aqui, foi aqui mesmo”, sentaram-se as duas e aí ela perguntou-lhe: “Mãã, diz-me lá quem era o meu pai. Chorou, chorou e depois contou. Chamava-se António da Silva.” Tinha 25 anos quando soube.

A mãe de Califa Tcham só contou porque sabia que não tardava ir morrer. Foi quando ela estava já muito doente que soube, ou melhor, que confirmou que o pai era português, porque as más-línguas da aldeia sempre a tinham chamado “filha do capitão”. Com a mãe, não ficou a saber mais, “morreu, não terminou de explicar”. Foi assim que aos 29 anos, morta a mãe com o seu segredo, se pôs a fazer perguntas aos ex-militares guineenses que lutaram com o pai. O mais que conseguiu foi juntar o apelido ao posto, Califa Tcham era afinal filha de um “capitão Trindade”.

Perguntar às mães sobre as suas origens significa voltar a um passado traumático que se quer esquecido, a envolvimentos clandestinos que envergonham. Às vezes fora do casamento, quando os maridos estavam ausentes a lutar no mato, outras vezes a relações de quando ainda eram meninas.

Maria Geralda Cassamá, 66 anos, hoje professora primária em Quinhamel, perto de Bissau, só conta como tudo aconteceu porque o filho, Erasmo da Fonseca, engenheiro mecânico, lhe pediu muito. “Não há vergonha, tens de contar tudo. Não há lágrimas, a culpa não é tua.”

Como é que se conta a um filho que se perdeu a virgindade com aquela primeira relação? Que o furriel português, que conheceu em casa de familiares seus, foi atrás dela até Bissau, onde estudava, e um dia a convidou a ir conhecer por dentro o edifício da Cruz Vermelha? E afinal a levou para um quarto, fechou a porta à chave e insistiu muito, muito e ela acabou por aceitar? Tinha 18 anos. “Eu era virgem, fiquei como um cadáver na cama, ele foi tomar banho e foi-se embora.” Só voltaram a ver-se mais uma vez, quando ela lhe disse. “Aquele brincadeirazinha pôs-te grávida?”, “O que eu sei é que estou grávida”, “Tens de abortar, eu não quero deixar um filho na Guiné, vejo como estão os filhos de tropas.”

“Tinha medo, ouvi dizer que se morria no aborto.” O pai dela ficou furioso quando soube, mas não se foi queixar ao quartel do militar português que lhe tinha engravidado a filha. “Havia medo de falar, era o tempo colonial.” E Erasmo nasceu.

Se as mães não tivessem mantido segredo tanto tempo sobre a identidade dos pais, se depois da independência da Guiné ser filho de português não se tivesse tornado um perigo e as mães não tivessem tido de queimar todos os documentos e fotos que os associavam àqueles pais e a Portugal, se algumas mães não tivessem morrido prematuramente, se ao menos elas soubessem ler e escrever e tivessem apontado o nome e morada dos pais... Se...

As identidades dos pais estão, muitas vezes, soterradas debaixo destas camadas de impossibilidades encadeadas umas nas outras e que resultam de um país onde a esperança média de vida se fica pelos 49 anos e leva cedo as memórias dos mais velhos que não chegam a sê-lo (só 5% da população tem mais de 60 anos), a que se soma a turbulência da própria história da Guiné.

Depois da independência, em 1974, a vida tornou-se difícil para todos os que estivessem de alguma forma associados aos ocupantes. Desde logo para os milhares de guineenses que tinham lutado com os portugueses e fo-



ram deixados para trás. Sabe-se que muitos ex-militares guineenses foram fuzilados por terem ajudado “o inimigo”. Foi duro para as mulheres que tinham tido relações com portugueses, “as mulheres de tuga”, mais ainda para as que tinham filhos como prova. E, no fim da linha, foi difícil para os filhos que tinham nascido de portugueses.

No período pós-independência, foram destruídos todos os documentos, fotos, registos relacionados com os pais e que, passada a tempestade, os podiam ajudar a encontrá-los.

No caso de Fátima Cruz, consta que o pai até a tinha registado como filha, mas a mãe teve de destruir esse e outros papéis, temia pela sua vida. Foram-se embora as fotos dos rostos de homens jovens fardados que andavam lá por casa. Rasgados, queimados, havia que esconder quaisquer ligações “aos colonialistas”.

Carlos Alberto Silva ainda se lembra de ter seis anos e passar que tempos a olhar para a única foto de um jovem militar que havia em casa, a procurar semelhanças, a pensar “é igual a mim”. Depois da independência, “a minha mãe rasgou-a e pôs na fossa”. Em adulto, teve a sorte de reencontrar uma cópia dessa foto em casa de um conhecido, copiou-a, ampliou-a e tem-na num álbum de família, como se o pai desconhecido fizesse parte dela.

Na família dos irmãos José Maria e Elva Maria Indequi, além de se destruírem fotos do pai, a mãe tratou de os mandar para longe, com medo que os fuzilassem. Ele e a irmã cresceram apartados da mãe. “Nós fomos escondidos, a minha mãe ficou só com o filho negro.”

Inês Miriam Henrique com a sua família à porta de casa. O seu irmão, José Carlos Martins, trabalha no Arquivo de Identificação Civil de Bissau. À esquerda, Erasmo Fonseca e a mãe, Maria Geralda



Todos eles relembram o período da independência como o mais complicado das suas vidas. Óscar ainda fica com os olhos tremeluzentes de lágrimas, quando repete os versos em crioulo que era obrigado a entoar na escola: um hino do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que falava da heróica expulsão dos portugueses – “*Grilla na terra, tugazinho na nuvem*” (“guerrilha na terra, tugazinho nas nuvens”, ou seja, lá longe). “Eu chorava, era o único na turma que chorava”

– porque estavam a falar do pai que ele não conhecia, mas que ainda assim era o seu pai. Nataniel Silva Évora ouvia o mesmo hino à saída de casa, cantado pelos colegas, às vezes acompanhado de pedradas – “quando rapo o cabelo notam-se as cicatrizes” – ou de sacos de cascas de amendoim que eram atirados para cima dele. A mãe biológica não teve condições financeiras para ficar com ele e a mãe adoptiva que o criou era paciente, limpava-lhe o sangue das pedradas, punha desinfetante e dizia-lhe: “Não digas nada, corre.” Na altura, ouviram todos variações da frase: “Já corremos com os vossos pais, o que é que vocês ficaram cá a fazer? Vão para a vossa terra.”

Mesmo sem retratos, todos eles imaginaram e continuam a imaginar como serão os pais fisicamente, mas o que têm como matéria-prima para imaginação é muitas vezes só os seus próprios rostos, os seus cabelos, os seus corpos.

“Deve ter a minha altura, olhos castanhos, o cabelo preto, como o meu”, diz Fátima Cruz. “Os ex-colegas [guineenses] do meu pai disseram-me que sou a cara chapada.” “Sabes o que é uma máquina fotocopiadora, Óscar? Tu és tal e qual o teu pai”, disse-lhe um ex-colega do pai. E ele ficou feliz quando ouviu isso. A Fátima Mané, a mãe dizia: “Ele era bonito”, e aponta para a sua cara: “Como eu.” Fernando Edgar da Silva lembra-se de se olhar ao espelho e tentar não chorar.

Além de traços físicos, procuram em si características da personalidade dos pais desconhecidos. Coleccionam pequenos detalhes aos quais dão um significado exagerado, “eu sou

desportista, ele era desportista”, diz José Carlos Martins, com um dos bíceps tatuado com o escorpião que era símbolo da companhia do pai. Quando há algo que consideram uma qualidade, estabelecem ligações: Nataniel é paciente, “deve ser por causa do meu pai”.

Isidro Teixeira, jornalista da televisão nacional, descobriu um dia porque é que, assim sem mais, sentiu vontade de entrar numa escola de música e se saiu bem com as oito canções que compôs. Uma delas foi um sucesso do Carnaval de há 15 anos. Ele sempre ouviu dizer que o pai era “cabo corneteiro”, mas depois, há uns anos, chegou-lhe às mãos uma foto do pai no tempo da guerra a tocar guitarra portuguesa. “Quando vi essa foto... O talento nasce da pessoa. Então gosto da música por causa do meu pai, ele sopro e cordas, eu canto.”

Mas 40 a 50 anos depois da guerra, muitos destes filhos chegam à idade adulta com quase nada ou muito pouco para somar à imaginação. Para a maioria, a busca começa já demasiado tarde. Em adultos, ganham autonomia e saem da casa, e nessa altura já rareiam as pistas para encontrar a outra metade das suas histórias.

Esta busca pelo pai “tuga” depende do que têm como ponto de partida, mas também dos recursos de que cada um dispõe. Os que têm mais estudos são normalmente quem chega mais longe. Ter algum dinheiro e tempo também é importante. E os homens desenharam-se mais do que as mulheres.

Maria Djasse, a mais velha de três irmãs, cada uma filha do seu pai português, chegou aos 45 anos com duas palavras, “cabo” e “rancho”. Um ex-militar guineense explicou-lhe que “rancho” era como se dizia “comida” entre os militares e pensa que talvez o pai fosse um cabo que trabalhava na cozinha do quartel. Soma a essa informação a subtração que todos fazem à sua idade para encontrar o tempo em que os pais lá estiveram. Maria tem 45 anos, acha ela porque nunca foi registada e não tem bilhete de identidade (de uma população de 1,6 milhões, só 150 mil o tem), o que significa que terá nascido em 1968. Subtrai-se os nove meses da sua gestação e mais os dois anos da comissão e, além de saber que talvez o pai tenha sido um cabo que trabalhava na cozinha, terá estado na Guiné por volta de 1966-67. É tudo.

Mariama Camará sabe mais, mas apenas que o apelido do pai era Amaral. Viajou duas horas com o filho de um ano e meio ensanduichado entre ela e o marido na motorizada para nos transmitir isso, que o pai dela chama-se Amaral e que gostava de o conhecer, talvez a possamos ajudar. Alguns não estão certos da grafia. Zita Galina não sabe se o apelido do pai é Parque ou Parco, são essas as duas versões de apelidos que tem escritas num papel, e são também as poucas palavras que diz em português e não em crioulo. Os irmãos Indequi têm três versões de nomes, “é uma história muito confusa, escura, nem mesmo com um holofote se consegue iluminar”, diz José Maria: o pai dos dois ou se chama Roberto Silva ou Cabo Vicente, ou José Carlos dos Santos.

Quem como José Maria e Elva tem mais dúvidas do que certezas pede que lhes divulguemos a única certeza que têm, os nomes das mães; que se os pais forem vivos não de ler-lhes o nome no jornal, lembrar-se que um dia estiveram com elas. A mãe de Fernando Edgar Silva é Sabadozinha Mendes, a de Nataniel é Elizabete Pereira Évora, a das três irmãs é Fatuma Sale Djasse, a das gémeas Hígina e Teresa é Domingas da Silva.

Mas talvez nem se lembrem já como se cha-



Mariama Cassamá (em cima). Califa Tcham (em baixo). A mãe de Fátima Cruz, Sanu Mané, à direita. Sanu tinha 15 anos quando começou a ser lavadeira do militar português. Diz agora que nunca tratou a filha pior do que as irmãs, apesar de ter passado muito por causa daquela “filha branca”



mavam aquelas mulheres africanas com nomes estranhos. Por isso, estes filhos ajudam juntando os nomes pelos quais os pais conheciam as mães: a de Zita Morato era Naná, o pai de Óscar tratava a mãe por Esparguete porque era magrinha.

Como querem fazer os pais recuar ao seu passado na Guiné, têm a preocupação de lembrar sempre os nomes que as povoações guineenses tinham no tempo dos portugueses. Hígina Silva, que assume o papel de porta-voz da irmã gémea que não fala português, Teresa, estava aflita. Tinha medo que escrevessemos que o pai estava colocado no quartel de Bula, é que se o pai ler talvez não saiba que, quando ele lá estava, Bula chamava-se Nuno Tristão, o navegador português que descobriu a Guiné.

Têm esperança de que com todos estes dados os pais lhes leiam a história e saibam, ou se lembrem, que têm filhos na Guiné.

Há quem tenha conseguido ir um pouco mais longe na busca. São os que desdobram com desvelo papelinhos que trazem muito bem arrumados na carteira com os dados que conseguiram amealhar, como se fosse preciso estarem registados, como se não soubessem de cor os nomes e os números ali manuscritos. São dados que resultaram de muita persistência, colhidos clandestinamente junto de ex-militares guineenses que foram amigos de portugueses, à socapa para não amofinar a família, que vê a busca como uma traição à família guineense, ao padrasto que, bem ou mal, os criou. Estes são os filhos que conseguiram saber o número do batalhão a que pertencia o pai (cada um tinha 600 homens), o número da companhia (cada uma tinha cerca de 150). Há até quem tenha conseguido o número mecanográfico, com que era identificado individualmente cada militar.

Mas os dados que eles repetem estão como assentes num vazio, num contexto que desapareceu. O que adianta a Florinda Barros saber que o pai, há 44 anos, pertencia à companhia nº 799? Ou a Fernando Mota que a companhia do pai se chamava Lenços Verdes? E a Fátima Mané que era o Dragão Negro? De que adianta a Zita Morato saber que há 40 anos o pai tinha a alcunha de Chinês, porque gostava muito de macacos e andava sempre com um ao ombro? Ou que o seu melhor amigo era o Zezinho? E depois? O que fazer com estes dados?

Os mais despachados e os que vivem ou têm dinheiro para se deslocar a Bissau já foram à embaixada de Portugal. A Fátima Cruz disseram para tirar uma senha. “De nada serve, eles não nos ajudam.” A Fernando Mota disseram “não tratamos de tais assuntos”. Desistiram quase todos. Da embaixada respondem que, no último ano, o Gabinete do Adido de Defesa registou três casos de pessoas que fizeram perguntas. “Na maioria das vezes, ficam pelos pedidos de informação, pois já não dispõem de documentação ou outro tipo de comprovativo (como por exemplo fotografias) para basear a abertura de um processo. Apenas memória, vaga, de conversas em família.”

Outros foram bater à porta da Cruz Vermelha, também em Bissau. Valério Candete, responsável pelo restabelecimento de laços familiares, diz que, desde 2010, recebeu 13 pedidos de informações sobre pais portugueses do tempo da guerra, mas, mais uma vez, o ponto de partida é incerto.

Aos que insistiram, disseram-lhes para escrever para um sítio em Lisboa chamado Arquivo Geral do Exército. Mas e a morada? Conseguir a morada é outro obstáculo que só os mais desveltos conseguem superar, como Óscar Albuquerque, que entretanto se converteu ao catolicismo e recorreu à ajuda de freiras amigas. Na volta do correio, recebeu: “Informa-se que com os dados fornecidos não é possível localizar o

processo do ex-furriel miliciano e este Arquivo não pode fornecer informações respeitantes a terceiros sem autorização superior. Se assim o desejar, deverá requerer ao Exmo. Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército.” Foi o que fez. “Sua Excelência, desde 1990, escrevi cinco cartas, até então não recebi nenhuma resposta.” “Sua excelência” nunca respondeu.

Até que, esgotada a via da embaixada e da Cruz Vermelha, surgiu nos idos de 1990 uma boa nova trazida por imigrantes guineenses que viviam em Portugal e voltavam de férias. Chamava-se Ponto de Encontro, na televisão portuguesa SIC. Contavam-lhes que, num programa, tinham unido um pai e um filho. Parecia um sonho. Nataniel Silva Évora ainda se encheu de esperança mas não conseguiu a morada da SIC. Estalou entretanto a guerra civil de 1998 e ele esteve refugiado no Senegal. Óscar conseguiu que um amigo seu “que percebe de computadores” fosse à Internet – quando diz “ir à Internet” é como se falasse de um sítio inacessível e algo misterioso, muito poucos têm *email* – e obtivesse a morada. Escreveu para lá, apelou ao sentimento, “tenho medo que a morte leve um de nós, antes do primeiro encontro entre pai e filho que nunca se abraçaram”. Nunca teve resposta. “É uma coisa boa esse Ponto de Encontro”, diz Isidro Teixeira, ficando triste quando lhe dizemos que já não existe, desde 2002.

Mas nesta busca de uma vida há quem tenha chegado mais longe. Isidro Teixeira é dos que teve recursos para procurar. Descobriu o paradeiro do pai próximo de uma cidade que dizem que “é pequena e linda”, Viseu, e até iniciou, em 1994, uma Acção de Reconhecimento de Paternidade no Tribunal Judicial de Bissau. Mas, quatro anos depois, foi informado que o pai tinha morrido e acabou por desistir: “Achei que já não fazia sentido.”

Isidro é contido mas, quando fala do pai, é como se estivesse dividido entre a emoção e a razão. “O meu sonho era falar com ele, foi pouco homem, um homem tem de assumir as suas responsabilidades.” Para depois usar o jargão jurídico que é o do seu meio profissional – além de jornalista, Isidro é auxiliar na Conservatória de Registo Civil de Bissau –, “não se pode julgar alguém sem ser ouvido, ele tentou levar-me para Portugal”. Houve casos como o de Isidro, em que os pais até os tentaram levar para Portugal mas as famílias escondiam os bebés com medo que nunca mais voltassem a África.

Para alguns filhos que querem encontrar os seus pais portugueses, admite que a motivação possa ser material. Querem ajuda, a vida está difícil na Guiné. Mas o que ele quer é o mesmo que a maioria, não ter um espaço em branco no bilhete de identidade a seguir aos dois pontos de pai, “é uma vergonha carregar o apelido da mãe”. E, depois, “ter a nacionalidade portuguesa. Não quero mais nada. Tenho sangue português”. Se fosse português, não tinha passado o que passou.

Isidro esteve um dia em Portugal. Ou melhor, esteve um dia no aeroporto de Lisboa, porque o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras não o deixou sair. “Tinham medo que eu ficasse, eu expliquei: ‘Eu sou jornalista, apresentador de televisão, auxiliar de conservador, acha que eu quero cá ficar a varrer o chão?’ Não me quiseram ouvir.” Ele só queria ir a Viseu, visitar o sítio de onde veio o pai, talvez conhecer alguns familiares que por lá vivessem.

José Carlos Martins descobriu o pai vivo. Tem escrito num papel a sua morada em Vila Real de Santo António (Algarve), para onde enviou

uma carta, sem resposta. Com a ajuda de um amigo influente, conseguiu estar com ele num *chat*. Chegou a ver-lhe a foto do perfil no Facebook, um rosto velho que desapareceu mal ele lhe disse “daqui fala Zé Carlos, sou o teu filho da Guiné”. Guarda uma imagem com pouca definição desse encontro, é a ampliação em tamanho A4 da foto tipo passe que por minutos esteve no ecrã de um computador.

Óscar Albuquerque também escreveu ao pai, sete cartas, para uma morada na freguesia dos Anjos, em Lisboa. Na primeira, de 2005, começava com “meu queridinho pai” e acabava pedindo-lhe “uma fotografia sua para poder imaginá-lo. Em caso de querer contactar, faça-o pelo telefone”, e deixava-lhe o seu número de telemóvel. O pai nunca escreveu nem ligou. Um dia encheu-se de coragem, admite que precisou para tal de engolir meio litro de vinho tinto Malaquias ao mesmo tempo que pensava “tenho de ligar a este senhor”. “Boa noite, sou da Guiné-Bissau, está a falar com seu filho, Óscar.” “Não leve a mal, não sei de nada, amigo.” Algum tempo mais tarde, tentou segunda vez: “Sou Óscar de novo”, “Não sei de nada do que me está a dizer”, “Então me desculpe”. “Parei de ligar.” Já lá vão dez anos. Bem sabe que as palavras que ouviu foram curtas e grossas, mas marcaram-no, “nunca pensei ouvir a voz do meu pai, uma voz rouca. Fiquei emocionado”.

Erasmus Fonseca também escreveu, para um 1.º esquerdo de São João do Estoril. Junto com a missiva mandou fotografias. Podia ser que o pai se enternecesse, “junto a esta carta vai as fotografias de mim e dos seu netinhos”, Jennifer, Vítor, Ivanilda, Jaquelina. “Por hoje é tudo, um abraço forte do teu filho que sempre deseja conhecer-lhe.”

Erasmus pacientemente, pacientemente, até que um dia ligou-lhe, disse-lhe primeiro que era um colega da tropa, para não o assustar, depois falou-lhe da mãe, “ele soube perfeitamente de quem é que eu estava a falar”. A conversa azedou quando lhe disse que quem estava a ligar-lhe era “o filho que deixou na barriga”. O pai respondeu que só com um teste de ADN acreditava nele. “Eu ia lá fazer o teste, se eu o fizesse, ele ia ficar envergonhado”, diz, para depois terminar com um sorriso triste, “mas quem vai-me levar a Portugal?” Só os filhos que têm mais estudos ouviram falar do tal ADN, mas a possibilidade de fazer um destes testes surge quase como uma cena de ficção científica – não existem na Guiné, onde ainda se morre de “doença” e de “febre” (é essa resposta que muitos dão quando se pergunta o motivo da morte de alguém).

Carlos Alberto Silva esteve próximo do pai. Emigrado em Portugal 12 anos – foi encarregado de obras –, andava nas ruas de Lisboa a reparar nos rostos dos homens com a idade que o pai teria hoje, tentando reconhecê-lo apenas com aquela fotografia que sobreviveu dele em jovem. Até que um dia, no sítio que é como se fosse a Guiné em Portugal – o Rossio, em Lisboa, é todos os domingos local de reunião da comunidade –, teve uma esperança. Um ex-colega dele da guerra disse-lhe que o ia apresentar ao pai, “passa cá no domingo, às cinco”. “Nunca apareceu”, imagina que mudou de ideias.

Quando ouve falar de filhos que só querem conhecer os pais para ter a nacionalidade portuguesa, fica triste. “A nacionalidade já eu tenho, vivi 12 anos em Portugal, eu só queria conhecê-lo.”

Nenedjo Djaló parece que viveu o sonho. Numa das mesas da sua sala de estar tem uma enorme fotografia emoldurada a amarelo fluorescente, a mais berrante de todas. Está ali como prova de que ela tem pai, que ele não a abandonou – como ouviu toda uma vida –,



que ele a reconheceu. Estão de braço dado em frente ao restaurante Cavalu Lusitano, onde almoçaram os dois quando ela foi passar férias com ele a Portugal. Um álbum verde cheio de fotografias fora do lugar atesta a felicidade desses 45 dias.

Nenedjo foi encontrada por acaso por ex-combatentes portugueses em visita de nostalgia à Guiné que, deu-se a coincidência, conheciam o pai. A primeira vez que Nenedjo e o pai falaram ao telefone choraram e ele deu-lhe a escolher: “Queres vir cá ou vou eu aí?” Ela não teve dúvidas, aquela era a oportunidade de se vingar das humilhações, “preciso que você venha cá, as pessoas que me discriminaram, quero que elas o vejam”.

Sabia que o pai só ia ficar uma semana na Guiné, por isso Nenedjo preparou-lhe um livrinho com argolas a condensar os 33 anos de vida que passaram um sem o outro. “Falámos muito. Só nos separávamos para dormir, ficávamos a falar no hotel até às 4h00. E não era mais tempo porque tinha uma bebé pequena e estava a amamentar.” O pai encontrou-se com a mãe de Nenedjo, triste por só ter sabido da existência da filha “já grande”: “Porque é que não me disseste que estavas grávida?”

Já lá vão seis anos desde essa cena da chegada do pai que pôs toda a gente no aeroporto de Bissau a chorar. Parece longínquo. Desde o reencontro que pede ao pai que a reconheça oficialmente como filha. Nenedjo queria que o nome do pai estivesse nos seus documentos, queria ter o apelido dele, queria ter a nacionalidade portuguesa, “eu sou luso-guineense”. Ressalva que não quer ir para Portugal, que tem marido e filhos na Guiné, mas que assim podia ir lá quando quisesse, de férias. Ele sempre lhe disse que ia ver, que era delicado. Ela dá-lhe um toque, ele liga-lhe de volta, falam quase todas as semanas pelo telefone. O pai não tornou à Guiné, Nenedjo nunca mais voltou a Portugal.

O pai de Nenedjo, que prefere não ser identificado, diz que o grande problema foi contar à mulher, que no início ficou em estado de choque mas depois acabou por a acolher bem. Bem sabe que Nenedjo quer ser reconhecida, além do tratamento por filha e da ajuda que lhe manda todos os meses. Mas “é complicado”. Por enquanto, “ela tem de ter paciência”. E diz que “podem levantar-se problemas legais”. Todos os pais que se resguardam é isso que temem, nota, “não querem ter problemas em casa. Entrar uma pessoa estranha na família não é simples”.

O ex-combatente de 71 anos diz que foi “uma notícia chocante” a de saber que deixou uma filha na Guiné. “São situações que surgem onde há homens sem mulheres. Eu não sou nenhum santo e cometi as minhas asneiras”, são filhos que nascem de “relações ocasionais”. “Aconteceu em todo o lado, em Moçambique, em Angola”. Ele também combateu em Moçambique, “de lá não me apareceu ninguém”. A mãe de Nenedjo era a sua lavadeira.

Cada militar tinha uma, a mulher que ia todas as semanas ao quartel para lhes buscar a roupa suja e a devolver lavada. “Todos os que cá passaram sabem que as lavadeiras faziam mais do que lavar a roupa”, refere Carlos Silva, presidente da ONG Acção para o Desenvolvimento, em Bissau, que se empenhou na reconstrução do quartel português de Guiledje. Quando não eram as próprias, serviam de elo de ligação para serem apresentadas a outras mulheres na comunidade.

Luís Graça, criador de um dos mais populares blogs de ex-combatentes da guerra colo-



O professor de História e Geografia Fernando Mota, Óscar Albuquerque e Fernando Edgar Silva (de cima para baixo). À direita, Nataniel Silva Évora com a mulher e as quatro filhas

nial, diz que é importante lembrar o contexto em que se vivia, que estes homens – hoje na casa dos 60, 70 anos – tinham 20 e poucos anos e para muitos a tropa tinha sido a forma de saírem pela primeira vez das suas aldeias. Eram rapazes com fraca escolaridade, “muitos solteiros e que nunca tinham estado com uma mulher”. Vinham de um país conservador, com moral católica, que tinha feito com que, em 1963, Salazar tivesse acabado com as casas de passe, recorda. Prostituição organizada quase só em Bissau, no interior não havia. Eram homens que nunca tinham visto mulheres, assim, de peito à mostra, como era hábito na Guiné de então entre as raparigas não casadas. “Algumas fotos desse tempo são indicadoras disso, era exótico, há algum erotismo.” “Era tempo de guerra, o medo da morte, a necessidade de estar com uma mulher...”

Ponha-se de parte a tentação de imaginar títulos românticos como “amor em tempos de guerra”. “Por barreiras culturais, religiosas e linguísticas, era difícil falar-se de amor, havia simpatias, atracção física”, diz Luís Graça. Histórias de amor como a da guineense Romana Lopes e do ex-militar português Manuel dos Santos, que tiveram quatro filhos e vivem até hoje em Quinhamel, perto de Bissau, são a excepção. As de coabitação às vezes durante todo o período da comissão são algumas, às vezes

até envolvendo “casamentos tradicionais”. Mas o que prevalecia “eram relações fortuitas e ocasionais”, nota Luís Graça. O que estava em causa era “muitas vezes favores sexuais em troca de géneros alimentares, açúcar, sabão, óleo, azeite”, completa Carlos Silva, “eram situações de extrema pobreza”.

Juntava-se a isso um tempo em que até já existiam preservativos mas “eram um luxo e não se usavam” – o máximo que os serviços de saúde militares distribuía aos homens eram “pomadas antivenéreas”, recorda Luís Graça, que é também professor universitário na Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.

Fica por responder a pergunta de quantos “filhos do vento” deixaram na Guiné estes cerca de 200 mil homens que por lá passaram. Não há números, o que se segue são somas de impressões: Isidro Teixeira diz que muitos não assumem, “tentam esconder o verdadeiro eu”, mas na Conservatória de Registo Civil de Bissau ele recebe os pedidos de nacionalidade com base na paternidade portuguesa, diz que entre Portugal e a Guiné existirão uns 500. Fernando Edgar da Silva ri-se da estimativa. É camionista, percorre o país, cada vez que chega a um sítio dizem-lhe “tugazinho, tens cá ‘irmãos’” e ele manda-os chamar, anota-lhes a história: “Isso que a senhora está a fazer já eu faço há muito

tempo. Somos milhares.” A primeira vez que o engenheiro Cherno Baldé viu brancos, em 1965, eram soldados portugueses, tinha ele cinco anos. Na sua aldeia de menos de mil habitantes, chegaram a estar colocados 200 militares portugueses; a guerra terminada, havia em Fajonquito (no Norte), “pelo menos dez filhos, isto só os que nasceram e cresceram connosco”. E não tem dúvida: “Se passasse cá um mês, era uma multidão que lhe aparecia.”

A história de guerras em que os combatentes que vão lutar fora do seu país e deixam filhos não é uma realidade nova. No século XX, há, por exemplo, casos de alemães que, na Segunda Guerra Mundial, deixaram filhos de francesas que depois foram ostracizadas. Nos Estados Unidos, os filhos dos soldados americanos com mulheres vietnamitas até têm nome, chamam-lhes *amerásians* (fusão das palavras americanos com asiáticos). De tal forma o assunto se tornou público, que estes “filhos do pó”, como eram conhecidos no Vietname – cresceram muitos deles em orfanatos ou tornaram-se sem-abrigo – ganharam direito ao estatuto de imigrante americano de forma automática. Em 1987, o Amerasian Homecoming Act deu-lhes esse direito, sem necessidade de haver provas de paternidade, bastava terem a mínima presença de traços físicos ocidentais. Ao abrigo da lei, emigraram para os Estados Unidos 26 mil filhos e mais 75 mil dos seus familiares. Um estudo publicado no *Journal of Multicultural Counseling and Development* sobre este universo concluiu que 76% desejavam conhecer os seus pais, mas só 33% sabiam os seus nomes. Outros 22% tinham tentado estabelecer contacto, mas só 3% tinham tido a oportunidade de conhecer os seus pais biológicos.

Quando tinha dez anos, Inês Miriam Henrique, cabelo ligeiramente encarapinhado, cara branca polvilhada de sardas, conta que teve um sonho: o pai português chegou, “vamos, vamos, vou-te levar”. Tinha um jipe, era elegante, cabelo castanho claro, rapado, era alto, branco. “Vamos, vamos embora”. Eu levantei-me para ir e já acordei”. Inês Miriam tem 37 anos, oito filhos, continua a ter desses sonhos, ainda ontem o pai lhe disse a dormir: “Minha filha queria tanto conhecer-te.”

Há filhos de portugueses que já ouviram falar de pais que andam à procura deles. “Há cobardes mas já ouvi falar de homens que vieram à procura dos filhos, homens de coração. Não conheci, mas ouvi falar”, diz Erasmo Fonseca, que, tal como muitos destes filhos, usa o apelido do pai sem nunca lho ter sido dado. Quem, como Erasmo, ainda não ouviu o pai a dizer-lhe do outro lado “faça um teste de ADN”, continua a sonhar ser encontrado. Talvez, algures, em Portugal, haja alguém à procura deles, como eles continuam em busca dos pais.

Carlos Alberto Silva conhece “três pais que vieram cá à procura dos filhos para os reconhecer, um era dos Açores, outro de Penafiel, outro de Borba”. Diz que “os filhos reconhecidos estão em Portugal, os pais deram-lhes a nacionalidade, condições e amizade. Esses vêm cá e voltam”. Os que continuam na Guiné são os que foram deixados para trás.

João, professor secundário em Portugal, prefere não falar, mas a mãe, Luísa, conta a história. Ela tinha 17 anos e era virgem, o militar português tinha 20 e poucos. Ele foi-se embora quando ela ainda não sabia que estava grávida, mas escreveu a contar-lhe. “Ele não pôs em dúvida, mandou-me uma procuração e reconheceu-o como filho.” Luísa acabou por sair da Guiné depois da independência quando conheceu o guineense com quem se veio a ca-



sar, mas as cartas do pai do filho era para lá que continuavam a seguir. Desencontraram-se.

Quando Luísa voltou a casar, quis o destino que fosse parar a Portugal, onde viveu toda uma vida a uns 50 quilómetros do homem que procurou durante 41 anos. Tinha feito de tudo para o encontrar, até que, há três anos, uma amiga lhe sugeriu que tentasse o mais simples, ir às Finanças, onde conseguiu a morada. Escreveu-lhe e ele ligou-lhe assim que recebeu a carta: “Estou pronto para conhecer o meu filho.”

Na casa daquele pai toda a família tinha ouvido falar do filho que ele tinha deixado na Guiné, percebiam como ficava transtornado quando na televisão passavam imagens de guerra naquele país, a pensar que tinha morrido. Tanto aquele filho perdido o assombrava que escolheu dar o seu nome ao outro filho que lhe nasceu em Portugal, João. Essa foi uma escolha. Mas coincidência foi que dois irmãos de nome igual que nunca se conheceram tenham dado aos filhos mais velhos o nome de Francisco e aos mais novos o de Miguel. Hoje pai e filho “dão-se muito bem”, passam os aniversários juntos, reúnem-se nas festas, os dois filhos Joões, os netos Francisco e Miguel a duplicar.

“Ele sempre andou à procura deste filho perdido” e, diz Luísa, o filho “mudou desde que conheceu o pai. Ele era muito fechado, sério, tinha uma tristeza nele”. “Não é por ser meu filho, mas é uma jóia de pessoa, ele merecia.”

“Depois de 40 anos de silêncio absoluto, muitos pais não estão dispostos a aceitá-los, porque isso quer dizer que há 40 anos que os abandonaram”, diz Carlos Silva. Talvez essa busca ao contrário seja mais fácil para uma geração diferente, a dos irmãos, nota. Talvez os filhos destes pais queiram conhecer os seus irmãos guineenses.

O pai de Marisa Tavares morreu quando ela tinha seis anos, de cancro. Em adulta, soube que ele tinha um filho em Catió, dos tempos da guerra na Guiné. Numa caixa de madeira, descobriu dezenas de fotografias com mulheres africanas de peitos à mostra. Alguma seria a mãe do seu irmão? Numa, o pai tem uma criança negra ao colo, seria aquele o seu irmão? Quis tanto encontrá-lo. Ela que pouco sabe falar português – os pais emigraram para o Canadá quando era criança – criou um blogue só para essa busca (<http://omadragoa.blogspot.pt/>). Espalhou o pedido pelos blogues de ex-combatentes, encontrou colegas do pai que sabiam que ele era folgazão, mas desconheciam que o camarada de armas lá tinha deixado um filho. Criou o blogue sem saber sequer o nome do irmão. Anda à procura dele há três anos, se o irmão ainda for vivo, há-de andar pelos 40 anos. Mas não é provável que a tenha lido, porque não há rede eléctrica na Guiné, poucos têm acesso à Internet e seria preciso que o irmão soubesse falar inglês. Ela pergunta: “Are you my brother?”

● Na sequência desta reportagem, o PÚBLICO criou uma página especial na Internet – publico.pt/filhos-do-vento – que reúne dados individuais de guineenses que andam à procura do pai português. O debate sobre este tema continua online. Informações relevantes podem ser enviadas para filhosdovento@publico.pt

➔ Ver vídeos e fotogaleria
www.publico.pt

A reportagem
foi financiada
no âmbito
do projecto
Público Mais
[publico.pt/
publicomais](http://publico.pt/publicomais)



ENSAIO

Debate O legado de Vítor Gaspar nas Finanças

Dois anos de governo: história e futuro de uma má ideia

A receita do Governo resulta de um erro de avaliação sobre o desempenho económico da era do euro e de uma terapia que revelou desconhecimento sobre a realidade do país, escreve Pedro Lains, especialista em História Económica de Portugal

Pedro Lains

Foram necessários dois longos anos de governo, outros tantos de um dos programas económicos mais absurdos de que há memória na Europa, desde a Grande Depressão, e um milhão de pessoas sem emprego, para que chegasse às mais altas instâncias da nação a conclusão de que a contracção expansionista é uma ficção teórica sem qualquer aproximação à realidade económica. A realidade chegou, mas isso ainda não é suficiente. Não só muitos não reconhecem agora responsabilidades passadas, como não se vê ainda coragem suficiente para levar a cabo a necessária mudança. Para tentar compreender o que se passou e o que se poderá passar no próximo futuro, é preciso ir às origens do erro que, no caso, juntam má análise económica, desatenção histórica, ideologia sem rédeas e interesses privados, numa mistura tóxica que deveria ser rapidamente inter-

rompida e nunca mais repetida. Essa tarefa não será fácil, mas devemos ter consciência da sua necessidade.

Teoria não é economia

Do ponto de vista individual, a maior parte das ideias correntes sobre a economia portuguesa não tem origem em especialistas de crescimento económico. São sobretudo ideias vindas de juristas, historiadores, políticos, gestores, empresários ou economistas que trabalham em outras matérias. A teoria e investigação económicas têm um determinado grau de especialização, como acontece com outras ciências sociais, e os estudos sobre o crescimento económico são delas apenas uma parte. Economia industrial, teorias de gestão ou teoria comportamental não são teoria do crescimento económico. Acresce que há um número muito reduzido de especialistas em crescimento económico que se debruçam sobre Portugal. A razão é que a internacionalização da profissão colocou a investigação sobre o país na proporção da sua impor-

tância mundial, que é fraca.

Do ponto de vista institucional, o panorama é diferente, uma vez que existem algumas organizações que tratam de economias como a portuguesa, embora apenas raramente de forma individual. Essas organizações fornecem análises bastante amplas, permitindo uma boa discussão sobre os problemas da economia portuguesa.

Por exemplo, o Banco de Portugal e o FMI são boas fontes para conhecer o funcionamento do mercado de trabalho, ao passo que a Comissão Europeia e a OCDE dão-nos estudos sobre a relação da evolução da estrutura da economia portuguesa com os níveis de competitividade externa. Acontece, todavia, que essas organizações não falam a uma só voz, o que dá lugar à intermediação dos mesmos não especialistas e à necessidade de maior atenção por parte do público.

Défice de conhecimento

Há um défice de conhecimento público sobre os problemas da econo-

mia portuguesa que afecta negativamente a formação das ideias e políticas económicas.

Os exemplos desse défice são inúmeros. Talvez a ideia que melhor faz a síntese dos problemas em torno da análise económica, e que tem mais implicações do ponto de vista das opções políticas, largamente propagada, é a de que a economia portuguesa “perdeu” a última década.

De facto, entre sensivelmente 2000 e o eclodir da presente crise, a economia portuguesa cresceu, em média, a menos de 1% ao ano, não convergindo para os níveis dos países mais avançados da Europa, como tinha acontecido em quase todo o século antecedente. Mas a simples existência de crescimento fraco não implica uma perda de crescimento. Com efeito, uma verdadeira análise económica obrigaria a demonstrar que os recursos internos disponíveis não foram utilizados da melhor forma, no correspondente contexto económico internacional. Quem alguma

vez mostrou que a economia portuguesa poderia ter crescido mais rapidamente, com o euro forte e o acréscimo da concorrência internacional, nos mercados de capitais e de produtos que teve de enfrentar? Ninguém. Numa redução ao absurdo, seríamos obrigados a chamar igualmente o século XIX um século perdido, uma vez que também então a economia portuguesa cresceu, mas não convergiu.

Há uma outra explicação para o que aconteceu desde 2000, baseada na ideia de que as transformações da economia, resultantes da adesão ao euro e da crescente exposição ao exterior, tiveram efeitos negativos de médio prazo na produtividade, porque os sectores novos e mais dinâmicos apareceram a um ritmo inferior ao desaparecimento dos sectores velhos e menos dinâmicos. Se assim foi, a solução estava à vista, sem necessidade das “correções” políticas.

No fundo, ninguém sabe bem e nunca se saberá bem. É isto economia: não saber até se saber. Mas





RUI GAUDÊNCIO

Dois anos de Gaspar à frente do Ministério das Finanças resultaram numa forte erosão dos indicadores económicos e numa acelerada tendência de aumento do desemprego, recorda Lains

paração internacional do peso económico de variáveis sociais, nomeadamente da saúde, da educação e das pensões de reforma.

Surpreendente ou não, todas as contas feitas, a economia e a sociedade portuguesas, naquilo que é mensurável, são normais, pertencem à norma europeia.

O diagnóstico de anormalidade completa-se frequentemente com a análise que nos diz existir uma recorrente incapacidade dos decisores políticos em querer mudar, por estarem capturados por interesses que não os deixam agir.

Aliás, como poderia ser de outro modo? A economia, argumenta-se hipoteticamente, dá-nos o aviso da necessidade de intervir, a análise institucional e social dizem-nos o que está supostamente errado, logo, se não se age para corrigir é porque alguma coisa o impede, a saber, os grupos de pressão.

Política com pés de barro

Foi com este pano de fundo analítico que o Governo de Passos Coelho tomou posse. E o memorando de entendimento, feito à pressa por um punhado de técnicos de gabinete, serviu de guião perfeito para a ação. Neste momento, já é menos necessário falar sobre os limites do guião e o exagero da sua aplicação, mas é ainda importante recordar que assim foi.

Em palavras simples, a austeridade que o memorando assinado com os credores impunha foi duplicada e as reformas legislativas por que ele pugnava, ditas “estruturais”, foram aumentadas. O resultado é quase totalmente negativo, dadas as consequências das medidas restritivas na actividade económica do país, em particular no emprego, no investimento e na estrutura empresarial. Do lado dos efeitos positivos esperados, pouco aconteceu.

Quem esperava o contrário nunca se perguntou a sério como crescem as economias. Porventura, alguns até procuraram um memorando de entendimento por trás da Revolução Industrial britânica, passe-se mais esta redução ao absurdo. Quanto aos efeitos negativos, só mesmo quem não conhecia a economia portuguesa não esperava a magnitude do que se veio a verificar.

Como foi possível levar a cabo um pacote de políticas teoricamente mal fundamentadas e instrumentalmente mal desenhadas? Como foi possível tanta gente ter

caído durante tanto tempo e com tanto convencimento num erro de tamanha dimensão? A explicação tem de ir para além das inclinações ideológicas e dos desejos políticos e é preciso analisar quem de facto mais ganhou com essas escolhas, a nível nacional e internacional. Dessa análise só pode resultar uma conclusão, a saber, ganharam os interesses financeiros e os mais ricos da sociedade, em Portugal e noutros países. Perderam as pessoas menos abonadas, incluindo muitos empresários, e, com elas, a social-democracia e integração europeias, e a globalização equilibrada e com futuro.

A chave da mudança

A chave da mudança está provavelmente na identificação dos ganhadores da estratégia destes dois últimos anos. Se não forem claramente definidos, corre-se o risco de não serem detectadas mudanças estratégicas de interesses que muito facilmente se adaptam às circunstâncias de modo a que tudo fique na mesma. Sejamos claros, os interesses, que, afinal, existem, não têm cor partidária e podem impedir a mudança.

Paira no ar a ideia que tudo foi feito porque nada mais podia ser feito. Mas os derradeiros acontecimentos destes dois anos de governação, isto é, as últimas manobras levadas a cabo pelo Presidente da República, com o apoio explícito do presidente da Comissão Europeia, mostram até que ponto a política tem autonomia para além dos supostos ditames dos “mercados”. Não só se criou uma crise política, como foi resolvida seguindo objectivos partidários, legítimos, é claro, e se mostrou que afinal havia alternativa, de tal forma que a nova versão do Governo a irá em parte absorver.

Tudo é possível, tudo é legítimo, faça-se o que se quiser, mas não se usem pretextos económicos mal fundamentados, pois a economia é uma coisa séria, e é importante para se encontrarem as boas soluções de política económica. Basta querer.

a explicação baseada na ideia de “década perdida” era tão apelativa, que foi usada acriticamente, sem questões incómodas.

O mundo não é perfeito

Num mundo de incertezas, mais facilmente ganham força os pressupostos não verificados e as teorias não testadas. Ora, se a avaliação do comportamento da economia portuguesa sofreu com a incerteza teórica, ainda mais prejudicada saiu a avaliação do comportamento dos agentes sociais e políticos. O facto de o país ser geográfica e economicamente periférico, no contexto do continente europeu, obriga à comparação com sociedades mais avançadas. Mas não obriga à conclusão de que o menor desenvolvimento resulta de defeitos de funcionamento das instituições nacionais, da sociedade, dos políticos, dos investidores ou dos assalariados. Na verdade, nos países mais avançados tudo ou quase tudo funciona de forma mais eficiente do que nos países menos avançados,

“

Surpreendente ou não, todas as contas feitas, a economia e a sociedade portuguesas, naquilo que é mensurável, são normais, pertencem à norma europeia

”

mas isso é apenas uma ligação de elementos, não a definição de um padrão de causalidade. Mas as instituições nacionais podem funcionar de pior forma porque os países são economicamente mais atrasados, e não o contrário.

Assim, sem cuidados, ligando elementos que poderão apenas ser contemporâneos, e não causalmente relacionados, erradamente se deduz que um país como Portugal cresceu pouco porque tem maus tribunais, más leis do trabalho, feriados a mais, autoestradas em excesso, produção de bens não exportáveis em demasia, mares de betão. Aquilo que dificilmente se mede dificilmente se avalia e aquilo que se pode medir não é medido. Alguém já conseguiu pôr um número no peso económico dos bens “não transacionáveis”? Quantos olham para a repartição do produto e do emprego dada pelas estatísticas nacionais? E, curiosamente, apesar de a crise ser financeira, poucos olham para o grau de eficácia e dimensão do sector financeiro, e para a com-

Este ensaio é financiado no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Empobrecimento não traz crescimento nem consolidação

O PÚBLICO desafiou economistas portugueses a escreverem sobre o legado de Vítor Gaspar. A série começa hoje com Manuel Caldeira Cabral. Diz o autor: “Não podemos repetir o erro de não dar espaço à economia para crescer”

Sobre Vítor Gaspar (1) Manuel Caldeira Cabral

Nos últimos dois anos, Vítor Gaspar dominou o Governo e centrou a discussão pública. O ex-ministro das Finanças entrou com uma visão clara da crise e das soluções que esta exigia, e saiu reconhecendo que as falhas sucessivas em acertar previsões tinham minado a sua credibilidade e capacidade para continuar no Governo.

É injusto atribuir-lhe todas as falhas do Governo. Temos de reconhecer o difícil contexto em que teve de trabalhar. Mas é também importante reconhecer que os resultados ficaram muito aquém do esperado e que o país em muitos aspectos está hoje pior do que estava há dois anos. O défice em 2013 será demasiado parecido com o de 2011, mesmo com taxas de imposto mais elevadas. A economia está a cair mais. A taxa de desemprego deu um salto brutal de 12% para mais de 18%. O consenso que existia perdeu-se.

Quando Vítor Gaspar entrou no Governo, a visão dominante sobre a crise portuguesa seguia muito de perto o discurso de explicação da crise grega. De acordo com esta visão, a aceleração do crescimento da despesa pública durante a última década era o factor-chave responsável pela perda de competitividade da economia, endividamento excessivo e baixo crescimento económico do país.

No caso português, esta visão chocava com os factos.

A despesa pública não acelerou na última década. Entre 2001 e 2011, a taxa de crescimento da despesa pública foi metade da verificada na década anterior. Por outro lado, a redução do ritmo de crescimento verificou-se desde o início do novo século e afectou todos os países da OCDE, o que sugere que decorre em parte de alterações mundiais, como o aumento da concorrência dos países asiáticos, a evolução do preço das matérias-primas ou, no fim da década, a crise financeira de 2007. Tudo isto sugere que foi a diminuição do crescimento a causa dos problemas de contas públicas e não o contrário.

O Governo do PSD-CDS e Vítor Gaspar alinharam o seu discurso com esta visão. Neste contexto, o principal problema a resolver era o problema de contas públicas. Resolvendo o problema financeiro, o país conseguiria corrigir todos os desequilíbrios existentes e retomar o crescimento.

Como? A diminuição da despesa pública, ao mesmo tempo que corrigia o défice público, garantia a redução da despesa interna e da procura de trabalho. Esta resultaria num aumento temporário do desemprego, que conduziria à diminuição dos salários, fazendo a chamada desvalorização interna. A redução da procura interna contribuiria não só para reduzir as importações, mas também, ao reduzir os salários, para aumentar a competitividade das empresas, promovendo uma aceleração das exportações.

De acordo com esta visão, a redução da despesa pública garantia não só a correcção do défice público, mas também a correcção do défice externo e, a prazo, pelo mecanismo de

desvalorização interna, garantia a retoma da economia, pelo aumento das exportações e do investimento em aumento da capacidade exportadora.

Esta era a chamada tese do empobrecimento. Só empobrecendo e reduzindo salários poderíamos voltar ao crescimento.

A única coisa que podia falhar, nesta óptica, assumida pela *troika* e por Vítor Gaspar, era o mecanismo de transmissão no mercado de trabalho. Havia o receio de que a rigidez do mercado laboral atrasasse a descida dos salários e a redução do custos unitários de trabalho (CUT). Daí a prioridade dada à reforma da Lei Laboral.

Competitividade

A realidade acompanhou a teoria, a redução da procura interna foi acompanhada pelo aumento do desemprego e pela descida dos salários e dos custos unitários de trabalho (CUT), mostrando bastante ajustamento no mercado laboral, mesmo antes da entrada em vigor das novas leis. Os CUT desceram muito, em particular ao longo de 2012.

O que falhou foi que o passo seguinte não se concretizou. A redução dos custos unitários não foi acompanhada pelo aumento da taxa de crescimento das exportações. Pelo contrário, ao mesmo tempo que os CUT portugueses se reduziam fortemente face aos da UE, a taxa de crescimento das exportações portuguesas foi abrandando.

Parte do abrandamento do crescimento das exportações pode ser atribuído à crise europeia. No entanto, desde 2005 até ao primeiro semestre de 2012 as exportações portuguesas cresceram a um ritmo superior

ao registado nos restantes países da UE15. No último ano, apesar da forte descida dos CUT face aos da UE, as exportações portuguesas estão praticamente estagnadas, crescendo abaixo da média comunitária. Mais, não estão a abrandar apenas no mercado europeu. As exportações de bens para os mercados extra-UE crescem hoje próximo dos 6%, quando há seis meses cresciam 20% e há um ano quase 30%.

A realidade sugere que a ideia de que a austeridade, ao reduzir os salários, resultaria de imediato num aumento da competitividade e em crescimento das exportações, não se concretizou.

Esta falha de concretização pode ser explicada por vários factores. Pelo agravar da austeridade em todo o espaço europeu. Pela falta de acesso ao crédito pelas empresas portuguesas que podiam aumentar as exportações. Pela incerteza e expectativas negativas que atrasaram investimentos. Alguns destes factores foram agravados pela forma como o Ministério das Finanças bloqueou medidas de estímulo às empresas, como linhas de crédito ou incentivos, a par da incerteza que lançou no campo fiscal.

A falha em conseguir um relançamento rápido pelas exportações não impediu um importante avanço na redução do défice externo. Este foi a área em que a evolução da situação portuguesa foi mais favorável. No entanto, se, em 2010 e 2011, a melhoria do saldo externo foi conseguida principalmente pelo aumento das exportações, em 2012-2013 está a ser conseguida principalmente pela redução de importações.

A diferença entre uma correcção apenas baseada na

queda da procura interna, face a uma correcção do défice baseada na expansão das exportações, mede-se no acelerar da queda do PIB e do aumento do desemprego. Estes dois factores acabaram por comprometer o próprio objectivo de consolidação. Ao descuidar a economia, esta condenou os avanços na consolidação orçamental.

Austeridade e consolidação

A maior falha do projecto de Vítor Gaspar foi, talvez, não ter concretizado o seu objectivo central: a redução do défice público. Os défices das contas públicas e o nível de endividamento afastaram-se consideravelmente dos previstos no memorando inicial (1). O défice de 10,6% do PIB no primeiro trimestre de 2013 é mais elevado do que o défice em igual período de 2011. É difícil defender que Vítor Gaspar deixou as contas públicas em melhor estado do que as encontrou.

A ideia de ir para além da *troika* e apostar na antecipação



(*frontloading*) de medidas de austeridade, para assegurar o ultrapassar das metas estabelecidas, foi coerente com a visão de que um choque mais forte podia assegurar uma retoma mais rápida. Nem o ultrapassar das metas, nem a retoma se concretizaram. Pelo contrário, apesar do agravamento das medidas de austeridade nos orçamentos de 2012 e 2013 (os assinados por Vítor Gaspar), a redução de défice foi substancialmente menor do que em 2011. As medidas de austeridade de 2012 surpreenderam pelo efeito brutal na retracção da economia e na destruição de emprego, e desiludiram na redução do défice.

Por que é que mais austeridade não resultou em mais consolidação? O FMI veio reconhecer que os multiplicadores se revelaram mais acentuados do que o inicialmente esperado. Isto é, o efeito recessivo de medidas de austeridade foi muito superior ao que os modelos económicos previam. Isto, de acordo com

o FMI, decorre de as medidas de austeridade terem um efeito recessivo ampliado, quando à partida já se está em recessão.

O efeito recessivo ampliado, ao aumentar as despesas sociais e reduzir as receitas fiscais, comprometeu a redução do défice. Neste contexto, esforços adicionais de consolidação podem conduzir a cada vez menos resultados. A política de *frontloading* seguida teve efeitos recessivos ampliados, o que condicionou a redução do défice. Foi errada no sentido em que requereu mais sacrifícios para menos resultados.

Outra questão liga-se ao tipo de medidas escolhidas. No processo de consolidação escolheram-se medidas particularmente recessivas, como o aumento do IVA sobre a restauração (mais recessivo do que aumentos de impostos sobre bens - em particular se bens importados). Privilegiou-se também o corte com medidas transversais, como descida dos salários (em 2012), ou o aumento dos impostos (em 2013), em vez

de se ter realizado um trabalho de redução da despesa por alterações estruturais da despesa do Estado. A responsabilidade por este facto, reconhecido por Vítor Gaspar, não lhe deve ser inteiramente imputada. O atraso na reforma do Estado e as limitadas melhorias de eficiência conseguidas decorreram da falta de coordenação do Governo, sendo, em grande medida, da responsabilidade do primeiro-ministro.

Por último, o facto de Vítor Gaspar ter limitado fortemente os projectos do Ministério da Economia, em particular os de apoio ao financiamento de empresas, ao mesmo tempo que se impunham regras aos bancos que implicaram uma acelerada desalavancagem do crédito concedido às empresas, condenou muitas empresas viáveis com problemas de tesouraria e limitou o crescimento das empresas que podiam crescer nos mercados externos.

O facto de a política do Governo nos primeiros dois anos ter sido apenas centrada na austeridade

limitou o ajustamento da economia. Em vez de se assistir a uma diminuição dos sectores virados para a procura interna e a um aumento dos sectores virados para a procura externa, assistiu-se à destruição de empregos tanto nos sectores transaccionáveis como nos não-transaccionáveis (2).

A falta de equilíbrio entre objectivos financeiros e económicos nas políticas do actual Governo decorreu muito da visão de Vítor Gaspar e da *troika* sobre estas duas prioridades, sobre as causas da crise e sobre a forma como o empobrecimento garantiria por si só a retoma do crescimento. Tivemos dois anos em que os objectivos económicos foram totalmente colocados em segundo plano face aos financeiros. O resultado, sabemos hoje, foi a economia acabar por se impor, condenando o equilíbrio financeiro.

No entanto, pode-se dizer que Vítor Gaspar estava a fazer o seu papel como ministro das Finanças. O equilíbrio entre medidas de austeridade e de

crescimento económico devia ter sido conseguido no Conselho de Ministros e foi aí que falhou.

Hoje, o mais importante não é julgar alguém que teve a coragem de aceitar a pasta das Finanças num momento particularmente difícil. Vítor Gaspar seguiu as suas convicções e fez o que acreditou ser o melhor para o país. Nada disto altera as pesadas consequências que o falhanço das suas políticas impuseram aos portugueses, nem o facto de hoje a economia portuguesa estar, em muitos aspectos (desemprego, investimento, crescimento, défice público, dívida pública, etc.) pior do que estava em 2011. Nada disto altera também o problema criado por estar demasiado alinhado com as posições da *troika*, que levou a não ter conseguido renegociar as condições que deviam ter sido alteradas, à medida que as falhas da implementação das medidas e a alteração das condições externas o recomendavam.

No fim, Vítor Gaspar teve a honestidade intelectual de reconhecer o falhanço das suas previsões e da sua política em conseguir os resultados que esperava. Talvez o seu legado mais importante seja o ter tornado consensual que, mesmo num contexto em que o rigor orçamental terá de continuar a ser uma prioridade, não podemos voltar a repetir o erro de não dar espaço à economia para crescer. Crescimento e consolidação têm de ser vistos como parte da mesma equação.

Professor de Economia – Universidade do Minho

1) De acordo com o memorando de entendimento, em 2013, o défice deveria ser de 3% do PIB (hoje prevê-se que seja 5,5%) e o nível de dívida 107% do PIB (no fim do ano poderá estar próximo dos 130%).
2) Os dados do INE mostram que entre o primeiro trimestre de 2012 e o primeiro de 2013 houve uma redução de 8,3% do emprego na indústria e agricultura (perda de mais de 100 mil empregos), enquanto a redução de emprego nos serviços e construção foi de 3,5% no mesmo período. Este facto é estranho, pois mostra que está a haver uma queda mais acentuada de emprego nos sectores transaccionáveis do que nos mais dependentes da procura interna.

A série sobre
Vítor Gaspar
é financiada
no âmbito
do projecto
Público Mais
publico.pt/
publicomais



Três palavras, uma depressão

O PÚBLICO desafiou economistas portugueses a analisarem o legado de Vítor Gaspar. Hoje, um investigador de Coimbra fala do “poder de enganar os portugueses com a verdade”

Sobre Vítor Gaspar (2)
João Rodrigues

Qual destas três palavras não entendeu? Não há dinheiro. Assim falava Vítor Gaspar e assim ainda falam os que pretendem tornar permanente a política de austeridade depressiva: não havia, não há e não haverá dinheiro. Não havia dinheiro e daí a *troika* e o seu memorando. Não há dinheiro e daí a proposta pós-democrática do Presidente da República. Não haverá dinheiro e daí o segundo resgate, qualquer que seja o seu nome, com a mesma austeridade, desta vez sem o FMI. Todas as fraudes – do “vivemos acima das nossas possibilidades” ao “todos temos de fazer sacrifícios” – e todas as políticas que estas inspiraram nos últimos dois anos – da mais predadora vaga de privatizações aos cortes nos salários directos e indirectos – são tributárias do poder de, com três palavras, enganar os portugueses com a verdade.

É verdade que não havia e não há dinheiro suficiente para pagar salários, pensões e todas as outras despesas públicas, sobretudo se se incluir, decisivamente, o fardo de uma dívida pública crescente, que tem de ir sendo amortizada, e cuja despesa anual, só com juros, aumentou mais de 50%, entre 2010 e 2013, sendo já bastante superior à totalidade das receitas previstas com as privatizações no memorando. É também verdade que, como sublinhou o ex-secretário de Estado do Orçamento, Emanuel dos Santos, mesmo quando se assinou o memorando havia dinheiro para pagar salários e pensões, já que,

só no decisivo primeiro semestre de 2011, as receitas de IRS e IRC ultrapassavam as despesas com salários, e as contribuições para a Segurança Social chegavam e sobravam para pagar as pensões.

De qualquer forma, estando exclusivamente dependente dos agentes dos mercados financeiros ou, na falta de interesse destes, da “bondade de estranhos”, um Estado sem a possibilidade de financiar monetariamente os seus défices não é bem um Estado e a sua dívida não é definitivamente soberana. Estes estranhos constituíram, em 2011, uma *troika*, nada bondosa, que nos emprestou dinheiro para garantir que os credores privados, sobretudo os bancos, não tivessem perdas com a dívida portuguesa num mundo ainda traumatizado com as consequências da falência do Lehman Brothers. Estas perdas adviriam de uma decisão, que hoje é mais difícil do que era em 2011, mas que é igualmente necessária: recusar o memorando e declarar uma moratória ao pagamento da dívida, isto é, uma suspensão dos pagamentos dos juros e das amortizações ao longo de um processo negocial que terá na agenda, entre outros temas, a reestruturação da tal dívida, reduzindo em profundidade o seu montante.

Esta decisão é hoje mais difícil, mas não impossível, porque mais de metade da dívida pública portuguesa está já nas mãos dos credores oficiais, da *troika*, enquanto que, em 2010, metade estava na mão de credores privados estrangeiros. É mais fácil a um Estado soberano negociar em posição de força com os últimos, impondo-lhes perdas numa dívida sob a lei nacional.

No seu *mea culpa* sobre a depressão grega, o FMI tirou uma conclusão que também se aplica a Portugal: a Grécia devia ter reestruturado a dívida em profundidade, logo

em 2010. Isso só não se fez porque os países europeus mais poderosos e as instituições europeias não quiseram e porque conseguiram impor essa vontade a elites nacionais subservientes, apostando antes em salvar as suas grandes instituições financeiras com os tais resgates. Os bancos do Centro europeu tiveram assim tempo de ir transferindo uma dívida pública crescentemente impagável para a *troika*. Um processo replicado na dívida privada pelo congelamento do financiamento externo à banca nacional, prontamente substituído pelo BCE.

Esta socialização de perdas potenciais esteve, está e estará associada a uma condicionalidade “austeritária”. De facto, não há outro nome para uma imposição externa da austeridade apoiada internamente pelas fracções dominantes do capital, em especial do financeiro, ansioso por garantir o acesso ao dinheiro barato e potencialmente ilimitado do BCE que é necessário à sua sobrevivência. Estas políticas são a melhor forma de transferir custos sociais para baixo, enquanto os de baixo transferem recursos para cima e para fora. Por isso, o memorando foi apresentado por muitos como o melhor que tinha acontecido à economia portuguesa, uma oportunidade para fazer coisas impossíveis em circunstâncias democráticas normais. O Governo ainda em funções apresentou-o como uma bandeira, aplicando com denodo as suas várias versões.

Façamos então um balanço e começemos por ser generosos: as sucessivas revisões do memorando eram inevitáveis, dado o ponto de partida analítico-político e dada a incerteza que sempre rodeia qualquer plano. O melhor que se pode dizer é que a confiança europeia na fraude conveniente da “austeridade expansionista” levou a uma



MIGUEL MANSO

subestimação dos impactos recessivos da austeridade. Isto afectou a trajectória do défice orçamental e da dívida pública, as tais variáveis que se sabe serem endógenas, ou seja, dependentes do andamento da economia.

Chegaremos ao fim de 2013 com uma economia com menos capacidade para gerar riqueza, até porque terá quase menos 500 mil postos de trabalho. O “não há dinheiro” também é uma profecia que se autorrealiza. Só a diferença entre a taxa de desemprego prevista, em 2011, pela *troika* para 2013 e o último valor previsto agora – 13,3% e 18,2%, respectivamente – já é superior à taxa de desemprego total em 1999, ainda antes da adesão ao euro. A actual taxa de desemprego está próxima do dobro do máximo histórico antes da adesão a uma moeda que não nos serve, até porque não a controlamos politicamente e quem o faz tem interesses divergentes. O valor do investimento empresarial terá caído terá mais de 20%, só nos dois anos, 2012 e 2013, que já deviam ser de recuperação, segundo as previsões originais. O mesmo INE que regularmente inquiri milhares de responsáveis empresariais sobre as razões para o investimento ou para a falta dele, obtém igual resposta há muito tempo: fracas expectativas de vendas em primeiríssimo lugar; não há procura que justifique manter a capacidade produtiva instalada, quanto mais expandi-la. Toda a narrativa oficial sobre transformação estrutural e modernização económica não passa assim de mais uma fraude.

Neste pano de fundo depressivo, há dois “sucessos”, um que sempre foi alardeado e o outro que o começa a ser, a partir do momento em que a vergonha desaparece e a natureza de classe desta política é assumida. Falo da eliminação do défice da balança corrente e da queda dos salários – mais de 7,0% entre destruição de emprego e cortes nos salários, só em 2012 –, ao mesmo tempo que os rendimentos de propriedade cresciam sem parar. O primeiro “sucesso” foi conseguido sobretudo graças à compressão da procura interna e aos seus efeitos recessivos, o que reduz as importações, mas é de difícil compatibilização com a redução do défice orçamental, já que a recessão que gera consolidação externa reduz as necessárias receitas orçamentais. O segundo “sucesso” foi conseguido graças a um desemprego de massas, ao medo que este gera, à destruição em curso da contratação colectiva e dos direitos laborais e, finalmente, aos cortes impostos na função pública. Esta regressão

laboral, parte essencial da chamada desvalorização interna, para além de aumentar o número de famílias insolventes, aumentará as desigualdades e a precariedade, desmotivará ainda mais os trabalhadores, desincentivará investimentos em formação, promoverá os empresários mais medíocres que vivem da mão-de-obra barata e fragilizará ainda mais o Estado-providência. O que existe de mais decente neste país – as suas escolas, os seus hospitais, as suas protecções sociais, os seus espaços públicos – está em risco a cada dia que passa.

De facto, sabemos que o Estado-providência é feito de serviços públicos e de transferências sociais, quanto mais universais melhor, porque mais eficazes e mais redistributivas, mas também de uma política económica que garanta empregos decentes e de uma contratação colectiva que atribui um papel aos sindicatos, um dos seus principais pilares políticos. Estes são os cada vez mais frágeis alvos a abater pela *troika* e pelos seus aliados internos. O desemprego é um instrumento. Por exemplo, os cortes de 4,7 mil milhões de euros de despesa almejados pela *troika* aumentarão brutalmente o desemprego. Se seguirmos as estimativas do próprio Banco de Portugal – por cada euro cortado a economia cai dois –, só esta escolha terá um efeito recessivo de mais de 5%. As mesmas políticas perversas gerarão sempre os mesmos efeitos perversos. E daqui não saímos com estas elites nacionais e com este enquadramento europeu.

Que interesse nacional é servido por estas políticas? O interesse da maioria dos que aqui vivem, que têm cada vez menos dinheiro e menores possibilidades de aqui viver, não é de certeza. Talvez seja o interesse da minoria de milionários nacionais, cujo número aumentou 3,4% só no ano passado, e dos credores internos e externos.

Vítima das suas elites económicas e políticas, Portugal foi metido num sistema cambial rígido, o euro, que mais parece o padrão-ouro de má memória dos anos trinta. Portugal abdicou neste processo de todos os instrumentos de política económica – cambial, monetária, orçamental, industrial, comercial, de controlo de capitais – de que um Estado necessita para se desenvolver. A democracia foi

esvaziada de densidade material e a deliberação foi substituída por um moralismo atroz que serve para ofuscar o que está em causa. O resultado desta inserção dependente foi uma colossal dívida externa, privada na sua maioria, alguns dos piores anos da história económica do país em termos de crescimento e de emprego e a certeza de que, assim, para a maioria o pior ainda está para vir.

Que fazer então neste país? Temos de regressar à política da dívida com que começámos; esta é a nossa arma, a arma dos que sabem que têm de desobedecer às estruturas de dominação europeias, de preferência coordenados com outros na mesma situação por essas periferias afora. As elites nacionais e europeias farão a única coisa que agora lhes resta: tentarão meter-nos medo com a saída do euro. Precisamos de um Governo que prepare o país para uma eventualidade que terá certamente custos, mas também muitos benefícios: com controlo de capitais e um sistema financeiro socializado, com um banco central capaz de emitir moeda e com política industrial autónoma ganharíamos margem de manobra; teríamos uma moeda que valeria menos, certamente, mas isso seria bom para devedores, para os que exportam, para os que produzem para o mercado interno, para os que estão desempregados e, logo, para os que estão empregados, que teriam menos medo. Só se não tivermos medo é que seremos capazes, enquanto país, de superar três palavras malditas e uma depressão.

Nota: este artigo beneficiou do livro de Emanuel dos Santos – Sem Crescimento não há Consolidação Orçamental, Lisboa, Sílabo, 2012 – e retoma temas de um livro colectivo de que sou co-autor e que será lançado em Setembro – Resgatar Portugal: a Troika, a Crise e as Alternativas Urgentes, Lisboa, Tinta da China, 2013.

João Rodrigues
Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e co-autor do blogue *Ladrões de Bicicletas*

A série sobre Vítor Gaspar é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Sobre Vítor Gaspar (3)

Miguel Cadilhe

Há muitos anos que aprecio a inteligência e a ponderação de Vítor Gaspar, começo por dizê-lo neste artigo que escrevo a convite do PÚBLICO.

I - A DESINCUMBÊNCIA TROIKIANA

Gaspar e a *troika* estancaram o descarrilamento das contas do Estado e puseram-nas em calhas que apontam para objectivos de rigor, regramento e sustentabilidade. Ainda não são as calhas finais, que devem ser robustas e definitivas. São calhas que nos afastam do abismo financeiro. Calhas que, todavia, atravessam um território pejado de desempregados e assentam numa distribuição dos sacrifícios que fere alguns requisitos de equidade. Duas tremendas objecções políticas, pois, a Gaspar e à *troika*. Além destas, as objecções são menores mas engrossaram o contexto, sem razão, ou sem a razão toda.

Os estragos...

Mas teria sido possível algo muito diferente? Será legítimo admitir, como faz Gaspar, que os custos do ajustamento, incluindo a sua distribuição, eram inevitáveis, atenta a emergência e dada a insustentabilidade orçamental em que o Estado havia caído, com roturas e fechamentos dos mercados financeiros? Sim, respondo, admito a inevitabilidade, mas havia e há questões de grau – de graduação do tempo e dos doseamentos das medidas –, que não estão respondidas. Ou seja, admito que o imperativo do saneamento e estabilização das finanças públicas produziria sempre muitos estragos, escolhêssemos um ou outro caminho, mas havia e há possibilidades de compensações e de “reptos europeus”. Quanto a caminhos não-troikianos, Gaspar poderá ter razão quando diz que o custo do ajustamento sobre os mais vulneráveis e desfavorecidos poderia, a final, ter sido pior na ausência de um entendimento do tipo troikiano, se bem que a execução pudesse ter sido conduzida um pouco distintamente.

A outra face da *troika*...

A outra face da *troika* não é Gaspar, é Sócrates. É bom que os portugueses – e os socialistas em particular – não se esqueçam disto. O grande responsável é o antigo primeiro-ministro, que governou o barco até ao desastre das finanças públicas. Foram seis anos que poderiam e deveriam ter sido mais do que bastantes para endireitar e segurar bem as

coisas. Ele não se precaveu em mares largos, calmos e relativamente bonancosos, foi temerário, gastou e endividou-se, exorbitou, depois quando o barco entrou em mares tempestuosos ninguém estava preparado para a crise, muito pelo contrário. Sócrates e *troika* estão indissociavelmente ligados, são capa e contracapa do mesmo diário de bordo. A *troika* não é mais do que uma tripulação intercalar que procura salvar o barco, após formidáveis rombos socratianos. A rota troikiana pode agora ser outra, na mesma direcção, e a velocidade da viagem pode ser diferente. Porém, não se pode inverter a rota. Todos devemos esperar que, partindo um dia do porto de abrigo troikiano, a que ainda não aportámos, as subseqüentes tripulações tenham aprendido a lição e saibam gerir com rigor e comedimento as finanças públicas e, dentro destas, a dívida e a carga fiscal.

Erros das previsões?...

Gaspar governou com coragem em tempos de imensa incerteza e fatal impopularidade. Por exemplo, o défice público melhorou, mas não tanto quanto se previa? Berra-se que o ministro falhou! Ora, mais do que acertar no alvo, interessa é que o andamento, o movimento, a tendência estejam no sentido certo, e o estejam de modo estrutural. Vamos lá ver. É muito arriscado, para qualquer um, fazer previsões nas actuais circunstâncias. É difícil e ingrato prever os efeitos das políticas troikianas de austeridade, mais o é quando a economia está, não em expansão, veja-se bem, mas no seio de uma recessão, agravando-se, pois, tudo o que já é recessivo. E essa é uma conjugação política negra, rara, é uma distorção ditada pelos mutuantes que são quem manda, convém que tenhamos isto presente. Além disso, é difícil prever a conjuntura externa, designadamente na zona euro, em plena ressaca da crise internacional, como se tem visto. Se ambas as vertentes, a interna e a externa, se revelarem *a posteriori* piores do que foi pressuposto e se interpotenciarem negativamente, como está a ocorrer, estamos a ver que as previsões podem desviar-se dos factos muito mais do que um qualquer bom premonitor julgaria *a priori* razoável. Só não percebe isto quem nunca passou por essa experiência de fazer previsões sob contingências, estas actualmente anomalíssimas. Contudo, Gaspar assume na carta de demissão uma responsabilidade que me surpreende por ser desmedida: “A repetição destes desvios minou a minha credibilidade”.

O défice público...

Como se sabe, um dos conceitos mais importantes das finanças públicas é o défice “primário estrutural”, porque não inclui os juros da dívida, que vem do passado, está limpo dos efeitos da recessão que implica mais despesa e menos receita, e está também limpo



A consideração devida a Gaspar

O antigo ministro das Finanças escreve que “havia e há possibilidades de compensações e de ‘reptos europeus’” que Vítor Gaspar devia ter usado e não usou para atenuar o que diz serem os custos inevitáveis do ajustamento

de medidas temporárias, ou extraordinárias, e de outros factores especiais. Pois este défice diminuiu sete pontos percentuais do PIB em dois anos, 2011 e 2012, segundo informou, há dias, o governador do Banco de Portugal: passou de -7,6% do PIB em 2010 para -0,5% em 2012. Ainda que possamos ter algumas dúvidas sobre o que é e não é verdadeiramente estrutural, este progresso é precioso aos olhos dos credores e investidores internacionais.

O produto, o desemprego e o défice externo...

Um outro precioso indicador é o do crescimento do PIB, efectivo e potencial. E o do correlativo desemprego. Infelizmente, há mais de um decénio que as coisas do crescimento não andam bem, e agora pioraram. Os programas troikianos não têm permitido políticas orçamentais anticíclicas, têm imposto precisamente o contrário, como já mencionei. E o facto de não termos moeda própria e estarmos submetidos à lógica do BCE, que é para toda a zona euro, tem agravado o financiamento à economia, sobretudo às PME, e aqui reside um ponto em que Gaspar reconheceu as agruras da função e sofreu, imagino, a angústia que os conflitos da política macroeconómica provocam.

Já o défice externo melhorou muito. A balança corrente e de capital foi positiva em 2012 (0,8% do PIB), não o era há uns 20 anos. E a balança de bens e serviços foi pela primeira vez positiva (0,1% do PIB), em quase 60 anos. As exportações portaram-se bem. Só é pena que a principal causa dessas melhorias seja a demorada recessão em que estamos metidos, com quebra da procura interna e com escalada do desemprego. Não se trata, portanto, de melhorias estruturais, estejam cientes disso.

Diz Gaspar na carta de demissão: o desemprego e o desemprego jovem são muito graves, requerem uma resposta efectiva e urgente a nível europeu e nacional. Mas as coisas são o que são, tudo tem de ser feito de modo seguro e controlado. Não vá agora aparecer, à boca da cena, um fervoroso aprendiz de feiticeiro a tecer veleidades expansionistas.

A dívida pública...

De todos, o mais precioso indicador para os credores é, claro está, o da dívida pública. É insuportável. Há quem diga que a dívida pública cresceu imenso, com o ministro Gaspar. É um erro vulgar e rudimentar. Em primeiro lugar, o perímetro da dívida pública convencional foi alargado para incluir passivos que já existiam mas, por mera classificação, não estavam lá, estavam noutros lados do sector público. De um momento para o outro, por imposição troikiana ou aparentada, a dívida da República tem outra definição e outra abrangência, aliás mais correcta, dá por isso um salto para outro montante e

passa a falar mais verdade. Temos, então, de ter cuidado para comparar o que é comparável. Em segundo lugar, o que conta é o indicador relativizado “dívida/PIB nominal”. E como o PIB tem caído, este cociente sobe matematicamente, *caeteris paribus*. Em terceiro lugar, o acordo troikiano e socratiano, assinado em 2011 e que ainda nos rege, não cometia a barbaridade de pôr o défice instantaneamente em zero. Enquanto houver défice público, haverá acréscimo natural da dívida, matematicamente e *caeteris paribus* também.

De resto, apraz a todos registar a melhoria das condições de taxa de juro e de regresso ao mercado de emissões mais longas de dívida, a cinco e dez anos. Um processo paulatino, que leva e traz boa saúde, para o qual Gaspar contribuiu.

2009 e 2010, “desta vez é diferente”...

O desgaste popular foi uma razão coadjuvante para Gaspar desistir. Quando, por exemplo, Gaspar apresentou o livro, por si prefaciado, *Desta Vez É Diferente*, de Reinhard e Rogoff, ele foi interrompido por algumas pessoas com gargalhadas orquestradas. Na televisão, as gargalhadas foram tudo, o discurso foi nada, que eu visse, contudo as ideias eram úteis. Aqui resumo as suas ideias, porque isso ajuda a perceber os dois anos que antecederam a *troika* e o ministro Gaspar. A tese dos autores é esta: a acumulação excessiva de dívida privada e pública é raiz de crises económicas; durante a expansão alimentada pelo crédito, quase toda a gente pensa que “desta vez é diferente”. Na recente crise financeira internacional, houve um “erro de julgamento”: ela seria uma difícil flutuação cíclica. Com lembranças da Grande Depressão, a UE recomendou estímulos orçamentais, estava 2008 a findar. Portugal, que estava vulnerável, somou erros na crise. O ano de 2010 retrata o “erro de julgamento”: previa-se défice de 2,9% do PIB e dívida de 70,5%; os valores oficiais foram 9,1% e 93%. Adveio a “maior crise de finanças públicas de que há memória em Portugal”. O crédito bancário ao sector público aumentou, ao privado diminuiu.

II - A DESISTÊNCIA DO MINISTRO

Achei mal que Gaspar tivesse saído do Governo, mas respeito as suas razões tanto quanto as consigo perscrutar nas linhas e entrelinhas da sua inusitada carta de renúncia, que tem muito que se lhe diga, muito para lá do que é puramente literal.

A reforma estrutural do Estado...

Critiquei algumas vezes o ministro Gaspar. Por exemplo, no infeliz episódio da TSU de Setembro de 2012 (agravar trabalhadores e desagregar patrões). Ou na questão do financia-

mento das empresas. Ou na venda do BPN. Ou na distribuição da austeridade. Ou na ausência de medidas estruturais do lado da despesa pública, tendo Gaspar puxado demasiado pelo “esforço fiscal”. De todas, a principal razão de crítica foi o adiamento da reforma estrutural do Estado. Isso fez-me publicar de novo o livro *Sobrepeso do Estado em Portugal*, em 2013, procurando mostrar que um dos nossos maiores problemas reside na dimensão e composição das funções do Estado e nos excessos de despesa e de impostos. E reside nos entraves e temores que inibem o grande reformador. Em 27 de Junho, uns dias antes de se demitir - e conto isto com o seu conhecimento -, Gaspar falou-me a agradecer esse meu livro e logo me escreveu, um tanto enigmáticamente: “Por coincidência, estava a ler o *Theory of Moral Sentiments*, de Adam Smith. Tem duas passagens que lhe poderão interessar na perspectiva do político reformador”. Mas que coincidência!

O acto de renúncia...

Fui ler essas páginas de 1759 de Adam Smith que aludem ao reformador e ao líder político e aludem aos superiores interesses de uma nação, mas da leitura só se me fez luz uns dias depois. A luz que se me fez não é mais do que uma interpretação pessoal. Em 1 de Julho, após se saber da sua demissão, escrevi-lhe: “Suponho que no seu telefonema e *email* de quinta-feira me deu um ‘sinal’ que não me era inteiramente perceptível e que na altura foi de certo modo um enigma para mim. Reli agora os citados parágrafos e não posso deixar de associar o seu ‘sinal’ com a péssima notícia de hoje.”

No lugar de Gaspar, se tivesse algumas das razões de ordem substancial que se descortinam na sua carta, teria também escrito uma carta ao primeiro-ministro. Mas não o teria feito como carta-aberta, salvo se... Salvo se outros valores mais altos se levantassem, valores muito ponderosos como poderiam ser razões de dignidade e de carácter ou razões de interesse nacional. Terão sido razões desta ou daquela ordem que subjazeram à pública carta pessoal de Gaspar? Só ele poderá responder. Mas todos temos o direito de pasmar e de olhar e ver à nossa maneira.

O líder e o reformador...

Releio, entretanto, o pensador e filósofo Adam Smith (que por outra obra sua, de 1776, *A Riqueza das Nações*, ficou na história como fundador da ciência económica). Releio e medito as passagens que Gaspar me recomendou a propósito do reformador e do meu livro. E detenho-me nas ideias sobre o líder político que se revela capaz ou incapaz de ser o grande reformador: o líder que actua com autoridade, temperança e moderação, acima do seu partido, pode assumir a maior e mais nobre qualidade que é a do grande reformador e legislador,

Gaspar e a *troika* estancaram o descarrilamento das contas do Estado e puseram-nas em calhas que apontam para objectivos de rigor, regramento e sustentabilidade

Critiquei algumas vezes o ministro Gaspar. (...) De todas, a principal razão de crítica foi o adiamento da reforma estrutural do Estado

O que para mim é claro, é que Gaspar faz muita falta à consistência e credibilidade das finanças públicas. Vamos ver se essa falta não é irremediável e se o dia 1 de Julho de 2013 não inicia um imprudente recuo. Oxalá que não

e pode, pela sabedoria do que institui, assegurar o bem-estar dos seus concidadãos por muitas gerações (§ 14, p 210). Na carta de renúncia de Gaspar encontro afinidades com isto. Quando, por exemplo, ele fala em liderança ao primeiro-ministro Passos Coelho: “Liderança é, por vezes, definida como sabedoria e coragem com desinteresse próprio. Liderança visa os superiores interesses nacionais que perduram de geração em geração”. Ou quando lhe fala da coesão política do executivo, em termos que indicavam existir um sério problema: “Os riscos e desafios dos próximos tempos são enormes. Exigem a coesão do Governo. A minha saída contribuirá para reforçar a sua liderança e a coesão da equipa governativa”. Todos sabemos: sem uma forte e sábia liderança, não há coesão. E sem uma e outra coisa não há reformismo.

O saber e a humildade...

É igualmente curioso que possamos associar Gaspar ao discurso de Adam Smith sobre saber, arrogância e humildade: uma ideia de perfeição pode ser necessária à visão do homem de Estado, mas insistir, apesar de toda a oposição, em fazer tudo o que uma tal ideia pareça requerer, isso será o mais elevado grau de arrogância, será erigir o juízo próprio em supremo padrão do certo e do errado (§ 18, p 212). Será que Gaspar, um ministro que cultivava a afabilidade, quis sacudir aparências, ou quis mesmo redimir-se ao demitir-se com um acto em que, por mim, vejo humildade e contrição que outros não vêem? Diz ele: “Infelizmente não me encontro em condições de assegurar credibilidade e confiança”. O que é isto senão uma severa, talvez desproporcionada (arrogante certamente não é), auto-avaliação? Ou será que Gaspar quis demarcar-se de fundamentalismos da *troika*, quando ela se arrogou os poderes e as infalibilidades que não tinha? Ou será que Gaspar quis revelar que o antagonismo *inter pares*, quando desleal, pode ser mil vezes pior do que a arrogância? Ou será que Gaspar quis “antes quebrar que torcer” perante os adversos acórdãos constitucionais? Ou tudo junto? Não sei, aqui sou apenas um mero e simples observador, movido pelo dever da justiça e consideração. O que para mim é claro, é que Gaspar faz muita falta à consistência e credibilidade das finanças públicas. Vamos ver se essa falta não é irremediável e se o dia 1 de Julho de 2013 não inicia um imprudente recuo. Oxalá que não.

A série sobre Vitor Gaspar é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Ajustemo-nos, o legado de Vítor Gaspar

O legado do ex-ministro das Finanças, aqui analisado por um professor do ISEG, incluía a aposta num modelo de ajustamento que se revelou, ele próprio, pouco ajustado

Sobre Vítor Gaspar (5)
Miguel St. Aubyn

Ajustemo-nos, assim tem de ser – a concepção de Vítor Gaspar. É claro que nunca saberemos o que nos teria acontecido se não tivéssemos sido um membro fundador do euro. Olhando agora para trás, associamos uma parte dos nossos males à partilha da moeda e das instituições monetárias com outros países da União Europeia. Afinal, o declínio do nosso crescimento económico data da passagem do milénio, e também o euro nasceu por essa altura. Uma década perdida, dizem e escrevem muitos. E, no entanto, nunca o saberemos. Que se teria passado se tivéssemos mantido o escudo enquanto a partir de Badajoz se transaccionaria em euros? Seguramente se poderão contar várias estórias, das mais cor-de-rosa, um crescimento impulsionado pelo sector exportador, aos piores pesadelos de criação monetária desregrada e inflacionista.

Mas escolhem e estamos no euro. E por isso, disse-nos Vítor Gaspar, ajustemo-nos porque assim tem de ser. E disse-nos ainda que não o percebemos logo. Entremos dentro da sua lógica:

A entrada no euro trouxe-nos um conjunto de facilidades que não soubemos aproveitar devidamente, ou que, pior ainda, desperdiçámos, e assim traçámos o nosso infortúnio. A facilidade do crédito, a descida das taxas de juro, foram aproveitadas pelas famílias, pelas empresas, pelo Estado, para aumentar o seu endividamento, e assim se esperaria. Mas esses recursos adicionais não terão revertido em capacidade produtiva futura, e esse período aparentemente fácil não terá sido, mas deveria ter sido, “a hora do investimento”. Redundou apenas em despesa interna, resvalou para o défice nas contas externas e nas contas públicas, e proporcionou a apreciação real com a subida de preços e salários acima da produtividade numa economia que permaneceu rígida e pouco competitiva.

E por cima de tudo isto, diz-nos ainda Vítor Gaspar, adoptámos uma política orçamental erradamente expansionista, por incompreensão dos novos mecanismos face aos velhos hábitos, em reacção errada à crise económica e financeira. Fechadas as torneiras do financiamento externo, o ajustamento estava-nos imposto.

A terapia de Vítor Gaspar

De um certo ponto de vista, dificilmente se poderia ter escolhido melhor para gerir o programa de ajustamento acordado com a *troika*. Vítor Gaspar tinha as devidas

convicções e determinação. Com a sua inteligência e invulgar capacidade de trabalho, qualidades de que aliás sou testemunha há vários anos, assumiu generosa e corajosamente as funções de ministro de Estado e das Finanças em circunstâncias extremamente difíceis para Portugal. Não se lhe ofereciam dúvidas sobre a imprescindível contracção orçamental, nem sobre a necessária depreciação interna, o substituto da desvalorização cambial para uma economia em que o instrumento típico das intervenções do FMI se encontra vedado.

Nesta perspectiva, a redução dos salários na função pública engendrada por Vítor Gaspar foi duplamente instrumental. Por um lado, obedece a um dos requisitos da *troika*, a diminuição da despesa pública. E, por outro, é indutora de semelhantes diminuições no sector privado, por forma a repor a almejada competitividade. Também a gorada redução da taxa social única tinha este último objectivo, o de repor a competitividade pela redução dos custos do trabalho, e assim de relançar a actividade económica pelo estímulo das exportações.

Nesta lógica do ajustamento necessário, as reformas estruturais do mercado de trabalho, da justiça, no mercado imobiliário e do arrendamento, da concorrência e outras assegurariam que se criaria um ambiente mais favorável à actividade económica e ao crescimento. Um novo Portugal



DANIEL ROCHA

renasceria assim das cinzas da recessão – e só assim, com a consolidação orçamental e com as reformas necessárias asseguradamente em curso, terá chegado “a hora do investimento”.

Modelo de ajustamento ou modelo pouco ajustado?

Mesmo estando nós ainda completamente em cima dos acontecimentos, e portanto apreciando-os “a quente”, não dispondo do distanciamento e da objectividade e informação adicional que ele nos trará, é razoável admitir que o modelo de ajustamento não funcionou como se almejava. Ou seja, que o modelo de ajustamento, ele próprio, se revelou pouco ajustado.

A economia teima em ser keynesiana, e em reagir de forma durável e menos plástica a agressões, nomeadamente orçamentais. O programa de ajustamento foi concebido na suposição de que os elementos “não-keynesianos” desempenhariam um importante papel. Sem chegar ao ponto de assumir que a contracção orçamental poderia ser imediatamente expansionista, a verdade é que, e tal como vem sendo crescentemente reconhecido nomeadamente no seio do FMI, os multiplicadores foram subestimados, isto é, o impacto negativo do aumento dos impostos e da redução da despesa pública veio a ser maior do que o previsto. No caso português, foi este o caso das previsões razoavelmente benignas para 2013 contidas no Orçamento aprovado em finais do ano passado.

Para esta subestimação dos multiplicadores poderá ter contribuído uma crença nos efeitos rápidos da consolidação orçamental e das reformas estruturais em curso. Os seus efeitos sobre o melhor funcionamento dos mercados, por um lado, e sobre as expectativas, por outro, deveriam proporcionar uma acentuada melhoria das condições de financiamento (a perspectiva do “regresso aos mercados”) e, portanto, do investimento. A depreciação interna, por seu turno, proporcionaria o devido estímulo à produção de bens transaccionáveis e, portanto, às exportações.

A falha no ajustamento do modelo é particularmente óbvia no que diz respeito à evolução do desemprego, com valores que se aproximam dos vinte por cento, uma nova e perigosa experiência económica e social em Portugal, e que seguramente deixará mazelas difíceis de sarar. E, mesmo no que diz respeito às contas externas,

Qualquer medida de um programa de ajustamento bem concebido deveria estar a salvo da inconstitucionalidade. A alternativa seria pensar que a Constituição impede o ajustamento, o que parece mais altaneiro e menos sensato

se o reequilíbrio se afigura algo espectacular, ele resultará em parte maior do que a desejável da contracção das importações decorrente da quebra do investimento e do consumo interno.

Em três aspectos terá falhado a necessária contextualização da modelização económica.

Um deles tem que ver com a fronteira entre a Economia e o Direito. Como veio a ser demonstrado pelos acontecimentos, a política macroeconómica tal como inicialmente concebida não tomou em devida conta o enquadramento jurídico-constitucional. Independentemente da justeza das decisões dos juízes do Tribunal Constitucional, eles existem... E também a Constituição, que pode ser muito boa ou apenas sofrível, existe, é legítima e legítima o exercício do poder executivo. Qualquer medida de um programa de ajustamento bem concebido deveria estar a salvo da inconstitucionalidade. A alternativa seria pensar que a Constituição impede o ajustamento, o que parece mais altaneiro e menos sensato.

O outro aspecto de falha na contextualização residirá na fronteira entre a economia e a sustentabilidade política e social. Medidas que se inscrevem dentro de uma lógica estritamente económica não surgem depois como aceitáveis. E não se trata aqui apenas da reacção natural e imediata dos grupos afectados por medidas que economicamente os prejudicam, mas, e de forma mais importante, da revolta que as pessoas sentem em relação ao que consideram ser justo. Daí a reacção extremamente adversa da

população aquando da frustrada baixa da TSU, rejeitando uma transferência por decreto de rendimentos do trabalho para rendimentos do capital, ou dos funcionários públicos, vítimas da captação pelo orçamento dos seus subsídios de férias e de Natal, sentida por muitos como uma quebra da solidariedade social.

Finalmente, mas não menos importante, o programa de ajustamento não foi devidamente contextualizado no contexto europeu. Os desequilíbrios da economia portuguesa são em muitos aspectos essenciais partilhados por outras economias periféricas da área do euro. Não resultam simplesmente de comportamentos errados face a novas circunstâncias não completamente entendidas. Decorrem antes de reacções lógicas e mesmo previsíveis dos agentes económicos aos incentivos com que se defrontam. As falhas arquitectónicas da área do euro são as causas mais profundas da instabilidade do edifício. Nenhum Estado que emite dívida em euros, não dispondo de banco emissor próprio, pode completamente garantir que as suas obrigações serão pagas. Este facto leva a que surjam movimentos especulativos nos mercados que tomam como alvo economias “sob suspeita”, mas não necessariamente insolventes, e, na sua sequência, a programas de austeridade como os que temos vindo a conhecer, promovendo o ajustamento dos desequilíbrios de forma assimétrica. A ultrapassagem destas falhas implica verdadeiras reformas estruturais na área do euro, reformas essas incidentes sobre a sua estrutura institucional e conducentes a uma maior união política. Numa visão mais ampla, os programas de ajustamento de Portugal, e também da Grécia e da Irlanda, inserir-se-iam num quadro de alterações qualitativamente importantes na União Europeia, emprestando-lhes um outro sentido e um outro horizonte de esperança.

**Professor catedrático
Departamento de Economia
do ISEG (Instituto Superior de
Economia e Gestão, Lisboa)**

A série Sobre
Vitor Gaspar é
financiada
no âmbito
do projecto
Público Mais
[publico.pt/
publicomais](http://publico.pt/publicomais)



Uma partitura para Gaspar

Na análise ao legado do ex-ministro das Finanças, Alberto Castro diz que os portugueses terão desiludido Vítor Gaspar, ao não agirem de acordo com o previsto no modelo

Sobre Vítor Gaspar (4) Alberto Castro

1. Don't give up

Não sei se Vítor Gaspar aprecia música. Sabemos que Passos Coelho gosta de cantar (nunca perceberemos o que teria sucedido se a sua competência canora tivesse convencido La Féria a contratá-lo). A carta de demissão de Gaspar legitima a especulação de que, cantando ou não, o primeiro-ministro terá passado o último ano a lembrar-lhe a canção de Peter Gabriel *Don't Give Up* (não desistas/ tens amigos/não desistas/ ainda não estás derrotado/não desistas/eu sei que conseguíráis), podendo Gaspar responder com outros versos do mesmo tema (sou um homem cujos sonhos desapareceram/ (...) ninguém te quer quando perdes/ (...) embora o visse em toda a parte/ nunca pensei que me afectasse/ pensei que seríamos os últimos a ir/é tão estranho como as coisas aconteceram). Sem sucesso, como se viu.

2. O que tem de ser

Há quem continue a efabular sobre a inevitabilidade do pedido de resgate. Os próprios termos em que colocam a questão são a prova provada da situação a que se havia chegado e revelam uma curiosa noção de moral e responsabilidade. Sim, haveria dinheiro para pagar os salários dos funcionários públicos e as pensões. Não, não haveria dinheiro para solver as restantes responsabilidades, incluindo pagar aos fornecedores ou, até, os subsídios de desemprego.

Não quero com isto dizer que não houvesse alternativas ao resgate e ao memorando associado. Mais ou menos radicais, há sempre alternativas!

Umhas melhores, outras piores. Todas, sem excepção, com custos e benefícios. Escolher uma ou outra é, em democracia, responsabilidade dos representantes eleitos ou, no limite, matéria para referendo. Sucedem que a opção do eleitorado português tem sido, desde a restauração da democracia, esmagadoramente a favor da continuidade e moderação. O acordo com a *troika* não foi distinto, com os partidos que o assinaram a recolherem mais de 80% dos votos.

As circunstâncias em que foi “negociado” o acordo com os credores, pelo seu *timing* e pelo contexto económico, financeiro e político em que ocorreu, colocaram-nos numa posição de fragilidade, como ficou patente na recente entrevista do antigo ministro das Finanças Teixeira dos Santos. A comandar os termos e condições estava a crença num modelo de explicação da economia que viria a falhar e, em particular, numa mítica “austeridade expansionista”, uma narrativa bem urdida mas sem sustentação empírica consistente. Em conjunto, davam ao exercício um carácter de experimentalismo com potenciais custos sociais difíceis de compaginar com um quadro democrático, como se veio a provar.

Desde o início, todos os que conheciam, por pouco que fosse, a realidade económica e social portuguesa manifestaram o seu cepticismo quanto à possibilidade de se cumprirem as metas e condicionalidades estabelecidas. Não era apenas o modelo e políticas propostos mas todo o quadro económico, social e institucional que justificavam essas dúvidas. Com a conjuntura económica internacional a não ajudar, só por milagre os resultados poderiam ser os

previstos no memorando. Gaspar não o podia ignorar.

Dêmos um passo atrás. Perante o irrealismo dos termos do memorando, o que poderia o novo Governo fazer? Num primeiro momento, readquirir credibilidade. Só e já era muito. Desacreditado por uma década de crescimento anémico e uma patente má utilização dos fundos estruturais e outros meios colocados à nossa disposição, carente de recursos, Passos Coelho escolheu alguém em quem os credores acreditavam e Gaspar fez o que devia, aprofundando uma política que vinha já sendo anunciada e delineada nos sucessivos PEC do Governo Sócrates. Cedo se percebeu que perdeu a ocasião para, em paralelo, ter encetado uma reforma da administração pública que a tornasse mais leve para o bolso dos contribuintes e mais eficaz no serviço aos cidadãos. Gaspar limitava-se a ser, no dizer certo de Adriano Moreira, um bom ministro do orçamento mas não um ministro das Finanças: cortava nos custos e (achava que) controlava as contas, mas não reformava. Talvez não tenha sido isso que lhe foi pedido ou talvez fosse pedir-lhe de mais. E Passos? E Portas? E o resto do Governo? Confirmava-se uma suspeita: os anúncios que PSD e CDS foram fazendo, enquanto oposição, sobre a rápida reforma do Estado que encetariam mal chegassem ao poder eram apenas isso – anúncios. Como dizem os espanhóis: *no teniam ni idea*.

3. Sol de pouca dura

A reputação de Vítor Gaspar junto dos parceiros europeus foi-se consolidando. Sob o seu comando, Portugal ia cumprindo o caderno de encargos, observando o calendário estabelecido, distanciando-se da Grécia.



NUNO FERREIRA SANTOS

Conteve a despesa (nem sempre bem!) e reduziu o défice primário. Como consequência, as taxas de juro da dívida, no mercado secundário, baixaram. Resultados importantes mas que perdem dimensão quando confrontados com a situação económica: a actividade económica desacelerou (com repercussões nas receitas) e o desemprego não mais parou de crescer, obrigando a um esforço acrescido no lado da despesa. Diziam-nos que era demasiado cedo. Faltavam as reformas estruturais na economia, na justiça, no Estado. O modelo havia de funcionar: a realidade é que ainda não estava de acordo com as hipóteses, mas para lá caminharia. Santos Pereira foi dando conta do recado, negociando com os parceiros sociais uma flexibilização profunda do mercado de trabalho. Os resultados, esses, continuaram sem aparecer. Pelo contrário, o desemprego agravava-se e a queda do PIB acentuava-se, não obstante as boas notícias que vinham da frente exportadora, tanto mais notáveis quanto a situação económica nos nossos principais mercados, mormente em Espanha, se tinha deteriorado e muito. Quando o comum dos mortais esperaria que a conjugação destas circunstâncias (cumprimento das medidas, resultados aquém do esperado) fosse aproveitado para colocar em agenda uma reorientação negociada das políticas, o primeiro-ministro (PM) anunciou a intenção de ir para além da *troika*, por certo sob o olhar embevecido dos ideólogos da tal “austeridade expansionista” em necessidade absoluta de um caso de sucesso. O “querer é poder” cedia o lugar ao “crer é poder”. Ou assim pensava o PM.

4. O modelo

Voltemos às alternativas. Sem outro fundamento que não a memória, atrevo-me a afirmar que o único período de alguma coisa parecida com uma austeridade expansionista de que me lembro corresponde à presidência de Bill Clinton nos EUA. Com o seu vice-presidente Al Gore, encetaram uma reforma da administração pública, controlaram a despesa e, no fim do mandato, tinham baixado o peso da dívida no PIB em mais de 10 pontos, um saldo generoso que Bush rapidamente desbaratou. Só que o contexto era outro e a abordagem foi diferente. Em meados nos anos 1990, despontava o choque das novas tecnologias com o seu impacto na produtividade, os preços do petróleo eram baixos e a economia americana tinha um forte potencial de crescimento. Em contraste, em 2010, a economia

européia atravessava a pior crise desde 1930. Além disso, a reforma comandada por Al Gore foi feita com tempo e lógica, radical nos resultados que não nos processos (e com a vantagem adicional de os americanos não confundirem serviço público com Estado). Diz-se que Greenspan, então presidente da FED, terá sido o mentor da política. Medidas credíveis de redução do défice pelo lado da despesa sinalizariam aos agentes económicos uma descida da taxa de juro, da inflação e dos impostos, levando-os a aumentar o recurso ao crédito e a despesa. As coisas correram como previsto, a economia cresceu, a inflação manteve-se contida, o desemprego diminuiu, assim como o peso da dívida no PIB. A inspiração encontrara-a Greenspan no modelo dominante na macroeconomia e numa das suas hipóteses mais fortes, a qual presume a racionalidade dos agentes económicos que seriam capazes de discernir o verdadeiro efeito futuro da política orçamental para além do seu enunciado imediato. Por isso, seria indiferente financiar um défice por aumentos de impostos ou emissão de obrigações – em ambos os casos, os contribuintes percebem que o têm de pagar. Ora, os portugueses terão desiludido Vítor Gaspar não actuando de acordo com o modelo, ou com a leitura que dele fizeram o ministro e as musas inspiradoras da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu. Onde estes viam uma política de austeridade com efeitos negativos imediatos que, no entanto, lançavam as bases para a prosperidade futura, os portugueses viram uma política que se perpetuava, numa espiral recessiva sem fim à vista, em que a cortes na despesa se seguiam (quando não coincidiam com) aumentos de impostos. As famílias cortaram nas despesas e, por precaução, os que puderam reforçaram as poupanças. Com as vendas em baixa, as empresas dependentes do mercado interno (e do Estado) despediram, encerraram ou, no mínimo, adiaram o investimento. A centralidade do Estado na vida económica portuguesa fez o resto. Os portugueses actuaram como... portugueses. A microeconomia tramou a macroeconomia. O resultado foi uma quebra brutal da procura interna cujo único efeito positivo terá sido a contracção das importações e o seu forte contributo para o equilíbrio das contas externas. Num modelo deste tipo, a credibilidade é tudo, não sendo de admirar que Gaspar invoque a sua perda como uma justificação para abandonar. Só que há

cada vez mais quem questione se o problema não estará no modelo e não nas pessoas. Não pelas simplificações, nem pela redução das relações económicas a fórmulas matemáticas, nem sequer pela ideologia subjacente. De uma maneira ou de outra, todos recorreremos a modelos simplificadores para conduzir a argumentação e evidenciar ligações e determinações. A Constituição da República Portuguesa tem implícito um modelo de sociedade, não sendo óbvio que seja mais realista do que aquele que, explícita ou implicitamente, orientou a política de Gaspar. E por aí também se vê que os modelos, só por serem mais literários, não são menos dogmáticos. O problema estará, em ambos, no realismo das hipóteses subjacentes. No caso do modelo macroeconómico mais convencional, recentes contributos de vários economistas (Rodrik, Acemoglu) põem a claro o papel central das instituições entendidas no sentido lato, incluindo as instituições propriamente ditas mas também o quadro constitucional, legal, regulatório, a cultura, etc. Um dos erros da abordagem patrocinada pela *troika* foi ignorar que esse quadro institucional pode fazer (a) diferença. *One size does not fit all* (a medida única não serve a todos) ou, como diz Rodrik, há uma economia e várias receitas. É que esse quadro institucional é habitado por pessoas, com sentimentos (euforia, medo, incerteza) que influenciam as suas decisões, tomadas em contextos que pouco têm a ver com os pressupostos de racionalidade e perfeita informação que subjazem ao modelo convencional. Enquanto as pessoas falam, berram, se irritam, comovem e interagem, a representação delas nos modelos não. E isso faz toda a diferença.

5. Erros próprios e má fortuna

Acumulando desvios face aos objectivos, quiçá incapaz de conviver com o tal contexto institucional que a democracia sustenta, isolado e politicamente desamparado, Vítor Gaspar cedeu. Erros próprios e má fortuna determinaram o desfecho. Dos erros já falamos. Com dignidade, não invoca a má fortuna de uma conjuntura bem pior do que a antecipada e assume responsabilidades bem para lá das que lhe podiam ser imputadas. Talvez por não poder alegar a inflexibilidade dos agentes da *troika* nem dos seus mandantes, com os quais estaria em sintonia, não obstante se pressentir, nos últimos tempos, alguma desilusão, distanciamento e vontade de

mudar alguma coisa. Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar, dizia a Sophia. Talvez também aí o putativo líder lhe tenha falhado em apoio e diligências complementares. Saber-se-á um dia. Voltemos à microeconomia. A política proposta e prosseguida estaria, no quadro global em que emergiu, condenada ao fracasso. A estrutura económica, a especialização do tecido produtivo, a qualificação das pessoas funcionavam, no caso português, como um lastro adicional. O bom desempenho das exportações terá criado ilusões sobre a sua capacidade de regeneração e distraído da necessidade de políticas económicas apropriadas que iam muito para além do fomento das vendas ao exterior, por mais importantes que estas sejam. O tempo da economia real não é sequencial e unidimensional. Não é arrumar a casa, acertar as contas, fazer as reformas, criar as condições de base e, depois, o milagre acontece. Há inércias, dependências do passado, ritmos paralelos, dinâmicas que se entrecruzam e alimentam reciprocamente. Não há um tempo para o investimento e crescimento e um para a austeridade. A economia ficou, por um período demasiado longo, subalternizada e reduzida ao fomento das exportações. Esse equívoco, somado ao atraso na reforma do Estado, virá a pagar-se caro, no arrastamento de uma situação anémica da economia. A não ser que! A não ser que tenhamos sorte, a sorte que faltou a Gaspar, e a economia europeia recupere. E que a Comissão Europeia e o BCE aprendam (terá Gaspar aprendido?) e se consiga ganhar uma margem de manobra adicional junto deles que um consenso nacional teria facilitado. Se não for assim, há sempre alternativas... Como diz Bob Dylan em *The Times They're a Changin'*: “A linha está traçada/e a maldição lançada/o lento de agora / mais tarde será rápido/Tal como o presente/mas tarde será passado/A ordem está/rapidamente a desvanecer-se/e o primeiro hoje/será mais tarde o último/pois os tempos estão a mudar”. Tenho a impressão que Gaspar subscreveria.

A série Sobre Vítor Gaspar é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



O legado técnico e e

Na análise à herança de Vítor Gaspar, Pedro Pita Barros argumenta que, se excluirmos decisões radicais como a saída da zona euro ou moratórias no pagamento da dívida, as políticas seguidas por outros não seriam muito diferentes

Sobre Vítor Gaspar (6) Pedro Pita Barros

Tendo aceite o desafio do PÚBLICO para escrever sobre o legado de Vítor Gaspar enquanto ministro, o leitor tem o direito a saber que conheço Vítor Gaspar há cerca de 25 anos e tenho por ele grande consideração profissional e pessoal.

Vítor Gaspar, como ministro das Finanças, deixa-nos um legado técnico e um legado emocional. Embora não sejam totalmente independentes um do outro, é relevante apontar as diferenças substanciais que existem entre estes dois legados, sobretudo aos olhos da maioria da população portuguesa.

Sobre o legado emocional

A nomeação de Vítor Gaspar para ministro das Finanças foi uma surpresa considerável para a esmagadora maioria dos portugueses. O seu perfil profissional criou uma forte expectativa positiva quanto ao seu desempenho, reforçada pela sua posição dentro da hierarquia governamental. O ser um ministro de perfil técnico com uma carreira nas instituições europeias, nomeadamente no Banco Central Europeu e depois junto da presidência da Comissão Europeia, fazia uma diferença face aos ministros das Finanças anteriores. Esperava-se, por essa característica, um posicionamento mais técnico do que político de Vítor Gaspar. Em grande medida, assim sucedeu nas primeiras intervenções públicas e nos primeiros documentos de estratégia traçados pelo seu ministério.

Com o tempo, por força do combate político a que um ministro das Finanças está sempre sujeito, foi-se instalando a visão na opinião pública de que Vítor Gaspar era o ministro da *troika* em Portugal e não um ministro de Portugal que tinha

de falar com a *troika*.

À medida que se sucederam os anúncios de medidas de austeridade, ou propostas de medidas depois retiradas, essa separação foi aumentando. A população sentia-se cada vez mais distante do ministro das Finanças.

Dois momentos cruciais foram a proposta de mudar a taxa social única (TSU), baixando o valor pago pela empresa e subindo o valor devido pelos trabalhadores, e o anúncio da subida “enorme” de impostos como resposta às decisões do Tribunal Constitucional quanto às medidas de corte de despesa pública por redução dos valores das pensões e dos salários da função pública.

Em vez de contribuir para um sentimento de esforço comum de todos os portugueses com o objectivo de ultrapassar a actual crise económica, Vítor Gaspar foi concentrando em si os aspectos do rumo económico traçado.

No actual contexto económico e no ambiente político vigente, nacional e internacional, é até razoável, a meu ver, pensar que a actuação em termos de medidas económicas não pudesse ser muito diferente. Sobretudo se excluirmos decisões radicais como a saída da zona euro ou moratórias no pagamento da dívida (com consequências que não são conhecidas), as políticas seguidas por outros não seriam muito diferentes. Mas o facto de Vítor Gaspar ter melhor receptividade nos meios técnicos e políticos fora de Portugal do que dentro de fronteiras revelava, e até contribuía, para esta crescente distância emocional entre o país e o seu ministro das Finanças.

Sobre o legado técnico

Em termos técnicos, Vítor Gaspar era, e é, um profissional altamente qualificado e com grande capacidade técnica para as funções que desempenhou. Tendo consciência disso, Vítor Gaspar colocou desde o início um padrão de referência elevado.

Logo em Agosto de 2011, no Documento de Estratégia

Orçamental 2011-2015, escrevia-se: “As previsões para o saldo orçamental foram tendencialmente optimistas (...). Porém, o desempenho orçamental observado ficou tipicamente aquém das metas definidas, tendo Portugal falhado sucessivamente o cumprimento dos ajustamentos orçamentais previstos nos diferentes programas. (...) Os sucessivos desvios verificados sugerem que as regras orçamentais não são suficientemente fortes para assegurar que as metas de médio prazo definidas sejam cumpridas. O problema reside sobretudo ao nível da capacidade de controlar a execução orçamental e de garantir a realização da estratégia de consolidação orçamental

Foi-se instalando a visão na opinião pública de que Vítor Gaspar era o ministro da *troika*

anunciada” (pág. 9 do Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015, Agosto 2011).

O compromisso de cumprir rigorosamente o caminho traçado para as contas públicas era assumido. A crítica implícita sobre a incapacidade dos governos anteriores em fazerem previsões adequadas e de cumprirem os programas estabelecidos era clara.

Adicionalmente, e decorrente do programa de resgate financeiro do Estado português, estava também fixado o objectivo de recuperar credibilidade internacional para o “regresso aos mercados” (financeiros internacionais) para colocação da dívida pública portuguesa.

Estes foram, na minha opinião, os dois grandes objectivos inicialmente estabelecidos por Vítor Gaspar enquanto ministro das Finanças. Tudo o mais surgia, aparentemente, sem um verdadeiro empenho e sem significativo investimento técnico e político.

Faltou sentir que a reforma da administração pública (ou melhor dito, o acelerar da transformação da administração pública, pois alguma coisa foi sempre sendo feita) fosse igualmente uma prioridade.

O principal aspecto do pensamento de Vítor Gaspar sobre a economia portuguesa que se tornou claro foi o da necessidade de uma “transformação estrutural”, de uma alteração do tipo de actividades produtivas da economia portuguesa e de que essa transformação não pode ser criada por investimento público maciço. Esta visão acabou por ser escondida pelo andamento do programa de ajustamento e as sucessivas previsões falhadas.

Certo é que se houvesse uma rápida recuperação da actividade económica a pressão para redução da despesa pública seria menor e a atenção sobre uma reforma mais profunda da administração pública não seria tão forte.

Sucedem, porém, que o funcionamento da economia não depende apenas dos desejos e vontades de quem elabora e aprova o Orçamento do Estado. O funcionamento da economia depende de milhões de pequenas e grandes decisões tomadas diariamente por milhões de pessoas, seja individualmente seja nas organizações em que estão inseridas. Não é facilmente previsível e frequentemente surpreende.

É provável que após os primeiros sinais de que os modelos quantitativos de análise da economia portuguesa estavam a falhar nas suas previsões se colocasse o dilema de saber se essas formas de análise eram desapropriadas para o actual contexto económico, se os valores nelas incluídas eram os mais adequados ou se seria apenas uma questão de tempo até as medidas adoptadas produzirem efeitos. A reavaliação feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de aspectos técnicos associados com a forma de prever efeitos de medidas de austeridade lançou um



emocional de Gaspar



debate sobre as políticas seguidas que foi menorizado, senão mesmo inexistente, em Portugal. Houve a decisão do Governo em manter o rumo traçado.

Com essa decisão, poderá ter-se garantido a credibilidade externa embora se tenha perdido a credibilidade interna associada com os sucessivos falhanços das previsões.

O sinal de que algo não estaria a correr bem surgiu quando as previsões governamentais se tornam as mais optimistas dos vários organismos que as fazem, exactamente a crítica que o Vítor Gaspar tinha deixado impressa num dos primeiros documentos saídos do seu ministério. O rigor técnico do ministro das Finanças dava lugar à necessidade política do Governo.

Se houve uma viragem para uma gestão mais política da posição de ministro das Finanças, o resultado não foi melhor do que quando se tinha sobretudo uma postura técnica.

Tendo o aspecto das previsões para as contas do Estado e para a economia sido um forte elemento de descredibilização de Vítor Gaspar enquanto ministro das Finanças, e segundo a sua carta de demissão, um factor decisivo para deixar o Governo, é surpreendente que não tenha existido, até hoje, um cuidado e esforço técnico de apresentar o que falhou, porque falhou e como foi corrigido (ou não), em termos do processo de elaboração dessas previsões. Não será o ministro das Finanças a fazer pessoalmente essas previsões, mas a opacidade sobre a sua elaboração acentuou a responsabilidade política e técnica de Vítor Gaspar, causando o reconhecido desgaste de credibilidade.

A condução política do Ministério das Finanças, num momento delicado do país, esteve abaixo do que era exigido. Se tal correspondeu a uma fragilidade de Vítor Gaspar enquanto ministro ou de todo o Governo não é essencial. Essa falta de condução política limitou de forma notória o alcance das medidas mais duras e/ou ousadas. O exemplo da apresentação da TSU, sem discussão técnica e sem discussão política prévias, fica como emblemático. A falta de preocupação com a apresentação

e explicação das medidas que foram sendo propostas minou a sua credibilidade pública, independentemente da sua adequação, ou não, à situação económica portuguesa.

Estes foram os aspectos menos positivos. Mas não nos devemos concentrar apenas no que correu mal. É justo reconhecer o que foi bem conduzido.

Um aspecto menos debatido da actuação de Vítor Gaspar como ministro das Finanças é o conjunto de mudanças introduzidas no processo de controlo orçamental. Afinal, era uma parte essencial do seu compromisso inicial. Se essas mudanças se mostrarem capazes de permitir ao Estado controlar e saber a sua despesa em cada momento, terá sido um contributo muito positivo. A ausência, nos meses mais recentes, de notícias de novos “buracos” orçamentais, como sucedeu nos primeiros tempos do actual Governo,

O exemplo da TSU, sem discussão técnica e política prévia, fica como emblemático

poderão ser um sinal positivo e de sucesso neste campo. Será pouco visível para a população em geral, mas crucial para que o esforço de consolidação orçamental seja duradouro.

Por fim, o regresso aos mercados financeiros para colocação da dívida pública portuguesa, que de uma data inicialmente apontada passou a ser um processo, foi aparentemente conseguido. O qualificativo de “aparentemente” decorre de em 2013 se ter conseguido satisfazer as necessidades de financiamento, ficando o teste final para 2014. Apesar de tudo foi um sucesso, muito devido à reputação de Vítor Gaspar nos meios internacionais.

Qual foi o desempenho?

Tecnicamente, para medir o contributo de Vítor Gaspar seria necessário comparar a situação actual com a que existiria na presença de outras decisões e outras opções de política económica que tivessem sido

tomadas por um ministro das Finanças alternativo. Este é um exercício manifestamente difícil de fazer. Só que afirmar que a actual situação é má é distinto de dizer que seria melhor com outro.

A grande dúvida que pairou sobre o mandato de Vítor Gaspar, e que permanece sem resposta, é se haveria (há) outro caminho de política económica com menores custos para a sociedade. Como não foi percorrido esse caminho alternativo, é provável que não se venha a ter uma resposta exacta e é certo que os críticos irão sempre dizer que se devia e podia ter feito diferente e melhor.

Esta questão até pode ter respostas diferentes quando o Governo toma posse, antes do Verão de 2011, face à informação então disponível, e dois anos depois, quando se torna claro que o efeito de aumento do desemprego e redução da actividade económica foi bem mais forte do que antecipado pelo Governo. O que se aprendeu com dois anos da política económica seguida e quanto é que essa aprendizagem influenciou ou irá influenciar as opções do próximo Orçamento do Estado? Será nessas escolhas que também veremos a dimensão do legado técnico deixado por Vítor Gaspar.

No controlo orçamental da despesa pelos organismos da administração pública e no acesso aos mercados financeiros internacionais, os objectivos traçados parecem ter sido alcançados. Na transformação da administração pública e na capacidade de liderar a gestão macroeconómica do país, tendo previsões fiáveis, ficou-se, a meu ver, aquém dos objectivos pretendidos.

Professor catedrático da Nova School of Business and Economics

A série Sobre Vítor Gaspar é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Refletindo sobre o legado de Vítor Gaspar

No último texto da série *Sobre Vítor Gaspar*, João Cravinho diz que o antigo ministro das Finanças ganhou a reputação de se comportar como um bom alemão em Lisboa. “Gostaria muito mais de o ter visto consagrado como um português firme e respeitado em Bruxelas, Frankfurt e Berlim”

Sobre Vítor Gaspar (7)
João Cravinho

Vítor Gaspar chegou ao Ministério das Finanças precedido de alta reputação técnica e profissional, grandjeada ao longo de uma carreira brilhante que o levou desde cedo a cargos e funções de grande responsabilidade. Designadamente, Vítor Gaspar foi diretor do Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal e do Ministério das Finanças, diretor geral dos Estudos Económicos do Banco Central Europeu, diretor do Gabinete de Conselheiros de Política Europeia da Comissão Europeia e representou o Governo Português como alternante no Comité Monetário Europeu e como representante do ministro das Finanças na Conferência Intergovernamental que negociou o Tratado de Maastricht. Regressado, voltou ao Banco de Portugal como consultor e passou a catedrático na Católica e no ISEG.

Difícilmente haverá em Portugal quem tenha mais experiência dos meandros financeiros comunitários adquirida em Bruxelas ao longo de 10 anos de acompanhamento do Comité Monetário Europeu, de quatro anos no Gabinete de Conselheiros de Política Europeia, tudo isto reforçado por seis anos em Frankfurt no BCE. Em contrapartida, e não menos relevante, embora geralmente desvalorizado, é o fato de não se lhe conhe-

cer qualquer experiência política.

A primeira das grandes questões em torno do legado de Gaspar desenvolve-se sob o signo deste flagrante contraste. É largamente consensual que a sensibilidade política está muito longe de ser o seu forte. Acrescentarei que acima de tudo faltou-lhe o reconhecimento da natureza essencialmente política, e não apenas tecnocrática, da sua missão no Governo. Os resultados não se fizeram esperar, como é natural.

Ter-se-á compreendido de uma vez por todas que em tempos de grandes apertos financeiros o Ministério das Finanças, pela natureza das coisas, é o mais político de todos os ministérios? Convirá refletir sobre isto, porque temos pela frente mais de uma década de grandes apertos financeiros.

Gaspar não entrou de ministro com mente aberta e vontade afeiçoada a essa inelutável realidade governativa. Pelo contrário, penso que sempre se viu e reviu forjado em bronze como tecnocrata, perito de solidíssima reputação internacional, chamado ao governo não para fazer política mas para eliminar definitivamente as mais diversas corruptelas das verdadeiras razões que habitam a política. Não creio de modo algum que se trate de uma mera questão de egotismo. Até o vejo contido e modesto, no melhor sentido da expressão, sem prejuízo de determinação das suas convicções. Mais provavelmente, a longa imersão num mundo institucional e profissional que não esconde a sua desconfiança em relação ao mundo dos políticos inculcou naturalmente em Vítor Gaspar um etos adversarial em relação à política. Vejamos três

exemplos, entre outros. Estaremos todos recordados que o ministro das Finanças não se inibiu em pleno Parlamento de opor aos deputados o fato de nunca ter sido eleito. O juízo implícito é perfeitamente óbvio. Recordamos também o que se passou com a TSU, preparada, discutida e comunicada à margem de todo e qualquer processo político digno desse nome, por simples *dictat* tecnocrático. Fechamos os exemplos com a invocação dos chumbos do Tribunal Constitucional por duas vezes, apesar de o Governo ter sido amplamente advertido que esse seria o resultado certo da sua cega persistência. Tecnocraticamente, pensou que os fins justificariam os meios, de tal maneira os primeiros seriam sobredeterminantes. Não restaria ao Tribunal Constitucional senão reconhecer isso mesmo e colocar entre parenteses a Constituição e as responsabilidades do próprio tribunal. Neste episódio o primeiro ministro e o ministro das Finanças fecharam-se no grau zero da política e nunca mais de lá saíram.

Não é justo fazer pesar apenas sobre Vítor Gaspar a responsabilidade dos atos a que a sua inexperiência política o levou. Faltou-lhe, e a todo o país, a liderança compensadora de um primeiro ministro experimentado, com peso próprio na vida política e na sociedade e com um projeto realista e de bom senso. Portugal nunca teve um primeiro ministro tão inexperienced, tão impreparado, e de pensamento político tão frágil e irresponsável. De tal maneira que por largos períodos o PM andou simplesmente a reboque de Gaspar, escondido atrás de uma retórica bacoca e vazia.



Sobre a crise e a austeridade já se disse quase tudo. Até à náusea. Mas em paradoxo apenas aparente, o debate público continua cheio de ambiguidades.

Para se entender a atuação e o legado de Gaspar é preciso abordar um vasto leque de questões. Sem qualquer pretensão de exaustividade: como explica Gaspar a crise? Porque começou por ver a solução na austeridade a todo o custo? Que alternativa haveria? Alguma vez se empenhou na exploração de eventuais margens de flexibilidade? Pensará que o problema fundamental da nossa competitividade está nos salários e na rigidez no mercado de trabalho? Um mundo de questões cujo aprofundamento não cabe nesta peça. Mas que deverão ter nela um mínimo de elementos de resposta.

A visão da crise em que se baseia o programa de ajustamento, e a que Gaspar aderiu fervorosamente sem qualquer espécie de reserva, é a visão da Europa de Norte (*maxime*, a Alemanha) estendida a novo consenso de Washington. Na Euro Área, os países do Sul ter-se-iam enredado em gravíssima crise estrutural por exclusiva culpa própria. Primariamente, a crise seria devida à irresponsabilidade fiscal e ao populismo redistributivo dos sucessivos governos após a entrada no euro. A que acrescentaram

um desgoverno assente no parasitismo generalizado do Estado a favor de clientelas partidárias, poderosos interesses económicos e financeiros e descontrolada generosidade do Estado Social. No plano económico mas também ético e moral não se deveria ainda esquecer o bem conhecido distanciamento a que as gentes do Sul votam às disciplinas e agruras do trabalho. Pelas mais diversas razões públicas e privadas estaríamos todos a viver acima das nossas possibilidades. Tudo isto teria tornado inevitável a insustentabilidade das finanças públicas, fato de que os mercados tomaram devida nota sob a forma de juros tão elevados que determinaram o seu fecho tanto para o Estado como para a banca e privados. A prioridade das prioridades seria pois ganhar a qualquer custo a confiança dos mercados, tão breve quanto possível. Diz o Norte que não há alternativa à imposição imediata quer da austeridade quer das eufemisticamente chamadas reformas estruturais, muito em especial desregulamentando o mercado de trabalho, reduzindo salários, criando o medo do desemprego e fazendo recuar em profundidade o Estado Social.

Sabe-se no que isto deu: disparo dramático do desemprego, imigração maciça de pessoal qualificado, recessão bem mais profunda e pro-



ENRIC VIVES-RUBIO

longada que o previsto, destruição a eito do tecido económico, graves derrapagens dos objetivos de défice e de dívida pública, aumento da pobreza segundo dimensões diversas, esmagamento do rendimento disponível e destruição da ancoragem social das classes médias, conforto e consolidação do poder e riqueza dos primeiros 1% em contraste com a crescente vulnerabilidade e desproteção dos trabalhadores. Tudo correu mal, exceto o reequilíbrio das contas externas. Ainda assim, sob prognóstico reservado, mais do lado das importações que das exportações, mas sem direito a confiada tranquilidade.

Os mercados não são burros: sabem muito bem que sem crescimento não haverá sustentabilidade própria possível. Salvou-nos Mário Draghi. E terá de continuar a salvar-nos. É uma ilusão criminosa pensar que poderemos aceder aos mercados de financiamento só por nós próprios. Não há austeridade que chegue nem estoicismo que baste. Em última análise, os mercados só atribuirão definitiva credibilidade a Portugal se nos virem bem apoiados a longo prazo num novo modo de funcionamento do BCE e dos Mecanismos de Apoio da UE. A redução dos indígenas a pele e osso ou o e seu esfolamento vivo poderão excitar os mercados no gozo

da explosão orgástica do seu poder sem limites. Mas de certeza que tornarão cada vez mais claudicantes os *animal spirits* dos seus operadores decisivos, mergulhando-os em crescente ceticismo. Não é por acaso que no último *ranking* dos ministros das Finanças da UE segundo o critério da credibilidade publicado pelo *Financial Times*, Gaspar ocupou o 18º lugar, o penúltimo do *ranking*. Poderia ser um pouco melhor, mas realço que o *Financial Times* mediu a credibilidade de cada ministro em função do sentimento comportamental que observa nos mercados.

Na sua carta de demissão, Gaspar confessa sem ambiguidade o fracasso do programa de austeridade, assumindo as suas responsabilidades nesse desfecho. Enalteça-se e respeita-se devidamente a grande integridade política, cívica e profissional de que fez prova raríssima entre nós. Mas não se esqueça a sua responsabilidade, também política, cívica e profissional, perante o povo português.

Brevemente, haveria alternativa? Havia e há, começando pela explicação da crise. A narrativa da Europa

do Norte sobre a origem da crise é basicamente falsa porque omite por inteiro os grandes desequilíbrios determinantes da crise e seu prolongamento sem fim à vista, tal como omite as enormes falhas da arquitetura institucional da União Económica e Monetária e as responsabilidades do Norte na resolução de todos estes problemas. É ainda demasiado simplista. Por exemplo, até 2007 a Espanha e a Irlanda exibiam trajetórias fiscais consideradas altamente bem sucedidas. Quanto a Portugal, estava em curso uma melhoria da posição fiscal do Estado merecedora da confiança da CE, que reconhecia explicitamente que a sustentabilidade das finanças públicas seguia um caminho de acentuado reforço. O grande salto da dívida pública entre 2007 e 2010 que Portugal sofreu, como todos os países avançados, resultou da política macroeconómica e financeira de resposta à crise recomendada pelas instâncias internacionais. Os sinais errados em 2009 e 2010 não poderiam ter uma dimensão catastrófica imediata. Em oposição à narrativa do Norte, a grande causa da crise na Europa e o seu prolongamento está nas fragilidades da União Monetária, nas fraquezas do sistema bancário europeu e da sua perigosa ligação ao soberano. Gaspar sabe-o melhor que ninguém.

Gaspar perdeu também duas excelentes oportunidades para tentar flexibilizar o ajustamento. A primeira surgiu em Novembro de 2011 com a adoção da revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, reforçando-se em 2012 com o Compacto Fiscal. Hoje em dia os Estados Membros estão obrigados a cinco regras fiscais: i) limite do défice a 3%; ii) da dívida pública a 60%; iii) se acima de 60%, a redução média anual ao ritmo de 5% da diferença; iv) quando sujeitos ao procedimento dos défices excessivos, a metas anuais de redução do défice fixadas pelo Conselho consistentes com uma melhoria mínima anual do seu défice estrutural de 0,5% do PIB; v) em regra, o saldo orçamental deve ser equilibrado ou excedentário, o que se considera alcançado se o saldo estrutural verificar o objetivo de médio prazo específico do país, como definido no revisto Pacto de Estabilidade e Crescimento, com um limite para o défice estrutural de 0,5% do PIB a preços de mercado.

A verificação de circunstâncias excepcionais como uma recessão inesperada – exatamente a nossa situação atual – ou a execução de reformas estruturais requeridas pela Agenda de Lisboa permite a aplicação das referidas regras de modo mais suave e flexível.

Portanto, a partir de Março de 2012, o que se deveria exigir a todos os Estados Membros é que cumprissem os tratados e estas regras. Nem mais nem menos, em vez de os constringer por estado de necessidade a aceitar os humores eventualmente torcionários de qualquer grão-vizir fundamentalista em religião de austeridade ou mercado. A UE deve reger-se pela lei, igual para todos, nunca por imposições discrecionárias de *troikos*.

A questão prática verdadeiramente crucial é que a aplicação dos tratados e seus complementos recentes permitiria flexibilizar e racionalizar os ajustamentos reduzindo também, e muito consideravelmente, os seus custos económicos e sociais num ambiente simultaneamente favorável ao crescimento e ao devido controle da sustentabilidade das finanças públicas.

Especificamente, Portugal poderia legitimamente invocar circunstâncias excepcionais de acordo com as regras estabelecidas e partir daí para um ajustamento muito menos injusto e doloroso no pleno respeito dos tratados e das suas normas complementares.

A segunda oportunidade surgiu com a guerra dos multiplicadores. Essa guerra arrasou a credibilidade da *troika* e das previsões macroeconómicas na base das quais a *troika* fixa e exige o cumprimento dos objetivos do ajustamento. Em síntese: em economias fragilizadas, os custos económicos (produto perdido por recessão), sociais (desemprego) e financeiros (receita fiscal diminu-

ída ou absorvida pelo jogo dos estabilizadores) da consolidação orçamental são muito mais elevados em período de queda de atividade do que em situações mais favoráveis. Porque os multiplicadores típicos do primeiro período podem chegar a mais do dobro dos que se verificam na situação inversa. A *troika* foi apanhada completamente de surpresa, tendo se enganado redondamente nos baixos multiplicadores que utilizou. Em linguagem popular, a guerra dos multiplicadores demonstrou que a *troika* não sabia bem o que andava a fazer. Tornou-se claro que nos usaram como simples ratos de laboratório para simplificação das suas oníricas fantasias. O embaraço político dos grandes decisores não poderia ser mais evidente. É com eles que é preciso falar frontalmente para reacerar as grandes linhas do programa. Os *troikos* no terreno apenas cumprem ordens, embora influenciem a informação subjacente. Gaspar ganhou a reputação de se comportar como um bom alemão em Lisboa. Gostaria muito mais de o ter visto consagrado como um português firme e respeitado em Bruxelas, Frankfurt e Berlim. Tanto mais que não lhe faltam inteligência, argumentos, estatuto e conhecimentos para isso. Aparentemente também por aí falhou rotundamente.

Outras questões como a da competitividade da nossa economia, ou do investimento impulsionador do crescimento, são também importantes mas há que acabar. Não gostaria de o fazer sem reconhecer expressamente que Gaspar se empenhou, e bem, na tarefa vital de melhorar o controle da execução orçamental e da disciplina financeira das empresas públicas. Também fez avançar como ninguém até hoje a despartidarização da Administração Pública obrigando o preenchimento de lugar de chefia a concurso público. Pena foi que não tivesse sido mais ambicioso na rápida instalação de modelos de seleção eficazes e tivesse tolerado tantas exceções bem gravosas.

Tudo ponderado, e sobretudo pelas razões que deu ao demitir-se, Vítor Gaspar deve aos portugueses explicações bem mais aprofundadas. O seu debate público será importante para o país.

Ex-ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território. O autor segue as regras do novo acordo ortográfico.

A série Sobre Vítor Gaspar é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



publico.pt

BPP já tem cerca de 400 milhões de euros para indemnizar os credores

O Estado teve de injectar 450 milhões de euros no banco que colapsou e assume-se como credor preferencial. Processo de liquidação da instituição financeira deverá estar concluído em 2016 **Economia, 14/15**



ATLETISMO
USAIN BOLT VOLTA A MOSTRAR QUE É O MAIS RÁPIDO DO MUNDO
 Desporto, 34/35

KAI PFAFFENBACH/REUTERS

Movimento quer travar candidaturas de deputados

São 29 os deputados que concorrem às eleições autárquicas. Um movimento de cidadãos mobiliza-se para os impedir **p4**



Inovação portuguesa que gere tráfego aéreo poupa milhões

Um projecto pioneiro na definição de rotas aéreas pôs o mundo da aviação a olhar para Portugal **p24**

Emigrantes em férias "devem" reforçar vacina do sarampo

Direcção-Geral da Saúde quer aproveitar o regresso a casa dos emigrantes para otimizar a cobertura da vacina, que é gratuita **p8**

BRASIL NA RUA
DOS ESTUDANTES DO MPL AOS ANARQUISTAS DO BLACK BLOC

Alexandra Lucas Coelho, São Paulo. Destaque, 2/3



O QUE DIZEM OS ADOLESCENTES
VIDEOJOGOS, O GOZO DE VIVER UMA "REALIDADE COMPLETAMENTE DIFERENTE" Portugal, 6/7



ESTA TERÇA-FEIRA
JACKPOT

€ **59.000.000**

Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

QUE TIPO DE EXCÊNTRICO ÉS TU?

euro milhões

PUBLICIDADE

ISSN: 0872-1548

O BRASIL NA RUA (1)

Dos estudantes do MPL aos anarquistas do Black Bloc

No começo era a luta pelo transporte público, depois explodiu. O Brasil está há dois meses em convulsão, com protestos diários. Anuncia-se um “badernaço” para 7 de Setembro, Dia da Independência. Primeira de quatro reportagens

Reportagem
Alexandra Lucas Coelho,
em São Paulo

Uma massa avança pela Avenida Paulista, vitrine do capitalismo no Brasil. Muitos vestem roupa escura e têm a cara tapada: máscara, capuz, lenço, pano. Na frente, a bandeira vermelha e negra que une anarquistas e socialistas libertários. Atrás, polícia de choque com escudos, espingardas, cassetetes. Por cima, helicópteros varrendo a noite com um foco de luz.

De repente, a massa corre para o átrio de um Santander e é o tumulto contra as paredes de vidro, até que um dos manifestantes avisa: “Tem gente dentro! Tem gente dentro!” Pessoas a levantarem dinheiro nos caixas automáticos. O alerta multiplica-se, nada chega a ser partido, todos voltam à pista central.

É quinta-feira, 1 de Agosto. Há menos de uma semana, uma manifestação maior, também com bandeira vermelha e negra e gente de cara tapada, atingiu 13 agências bancárias na Paulista. Esta noite são apenas várias centenas de pessoas, mas claramente focadas nos princípios do movimento pró-anarquista Black Bloc: ação directa

contra coisas, não pessoas, que representem o capitalismo.

Os manifestantes caminham para o fim da avenida. Há cartazes pelo “Poder Popular”, convocatórias para um acampamento contra o governador paulista Geraldo Alckmin, faixas perguntando “Cadê o Amarildo?”, o ajudante de pedreiro da favela da Rocinha desaparecido há semanas que se tornou símbolo de luta: a última vez que foi visto estava a ser levado pela polícia militar do Rio de Janeiro.

Então, a tropa de choque concentra-se no asfalto, reforço de carros atrás, polícia militar dos lados. Compasso de espera e um manifestante de preto avança, braços erguidos na diagonal, punhos fechados, em desafio silencioso. A seguir outro, cabeça coberta com pano negro, tronco nu. E outro, cabeça coberta com pano verde. Até que se cria um cordão de punhos encostados uns aos outros, erguidos perante os escudos e as espingardas: sobretudo homens mas também mulheres, sobretudo jovens, alguns mesmo adolescentes, vários de cara descoberta.

Com o resto da manifestação nas costas, o cordão aproxima-se dos polícias de choque: “Assassinos! Fascistas!” Os insultos alternam com incitações: “Recua! Recua!” E urros ritmados: “Hu! Hu! Hu! Hu!” Uma tensão que é a soma

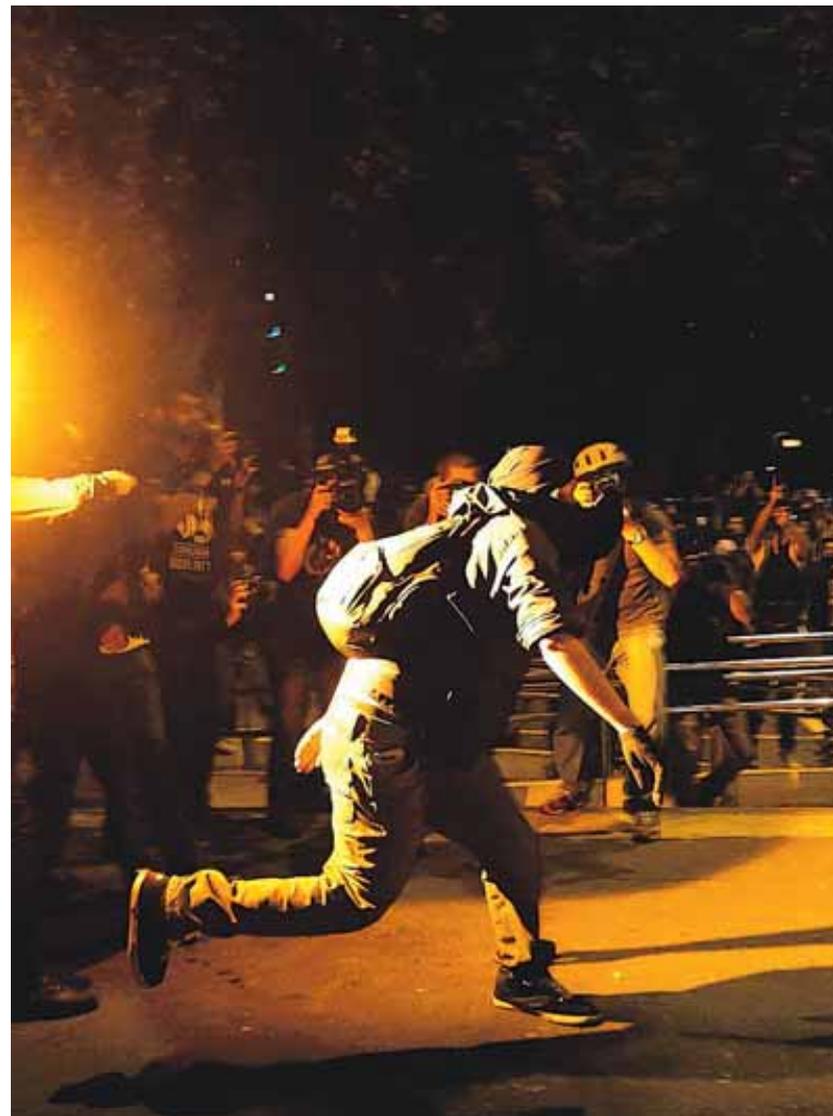
de mês e meio de protestos, por vezes violentamente reprimidos, o maior levantamento popular no Brasil desde as manifestações que derrubaram o presidente Collor de Mello em 1992.

Depois o cordão transforma-se numa massa de braços levantados, aos gritos: o nome dos desaparecidos, dos desalojados à força. Rapazes de cabeça coberta ajoelham-se de punhos erguidos, dando as costas à polícia, que se mantém quieta. Tudo indica que, esta noite, o batalhão de choque tem ordens para não carregar se nada for partido.

Entretanto, no tumulto em volta, manifestantes são detidos, e a massa vai até à carrinha policial: “Solta! Solta! Luta não é crime!” Entre os que gritam está Felipe, estudante de História na Universidade de São Paulo (USP) e porta-bandeira vermelho e negro. “A nossa bandeira é o anarco-sindicalismo, a gente quer uma sociedade organizada pelos trabalhadores”, diz, cara descoberta, aparelho nos dentes. “Só esse trimestre [passado] o banco Itaú lucrou mais de três bilhões de reais [990 milhões de euros].” Para atalhar a questão do quebra-quebra, como dizem os brasileiros.

No vão da História

Indo ao começo desta convulsão



no Brasil, um dos eixos será justamente a Faculdade de Geografia e História da USP, bastião da universidade pública com longa tradição de esquerda.

Estamos na véspera da manifestação na Paulista e o vão do edifício está cheio de bandeiras, cartazes, palavras de ordem. Encontro marcado ao começo da noite com Luísa Mandetta, 19 anos, estudante de Ciências Sociais, uma das militantes do Movimento Passe Livre (MPL), onde não há líderes nem porta-vozes, todos são militantes.

O MPL foi o rastilho, em Junho, ao convocar manifestações contra o aumento dos ônibus na cidade, de 3 para 3,20 reais. Transporte é um drama central em São Paulo, megalópole engarrafada, com um metro pequeno e atulhado, maus ônibus e cheios, além da corrupção associada a empresas de transportes. Tudo isto começa a ser também o drama de muitas cidades brasileiras em crescimento, e uma resposta policial aos protestos com gás lacrimogéneo, balas de borracha, muitas dezenas de feridos e detidos ajudou a que o levantamento engrossasse, espalhando-se pelo país, multiplicando as razões de protesto. Tribos e movimentos que há anos tinham trabalho de base vieram ao de cima. Poderes públicos e

privados ficaram perplexos: tudo eram perguntas tentando entender verdades múltiplas, muito além do aumento. Entretanto o MPL ganhou a etapa a que se propusera: por todo o Brasil as novas tarifas de ônibus caíram em dominó. Assim reforçada, a luta continua.

Argolinha no nariz, lenço na cabeça, Luísa senta-se com um recado escrito na mão: uma frique que podia estar neste momento a construir a Festa do Avante. Mas não pertence a nenhum partido, nem é filha de militantes. Toda a militância dela é o MPL, que na página do Facebook, com 300 mil seguidores, se define como “movimento social autónomo, apartidário, horizontal e independente”, em luta “por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada”.

Com esse nome, o colectivo existe desde o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, em 2005, mas a ideia inspira-se em lutas anteriores pelo transporte público em Florianópolis e Salvador. Não se trata de “ônibus de graça”, esclarece o manifesto: “Esse ônibus teria um custo, mas pago por impostos progressivos, não pela tarifa. O que a prefeitura precisa fazer é uma reforma tributária nos impostos progressivos, de modo



Manifestante do movimento pró-anarquista Black Bloc confronta a polícia militar numa manifestação em São Paulo, a 3 de Agosto

todos os mundos.” Vários partidos de esquerda se juntaram às primeiras manifestações e o MPL diz que são bem-vindos todos os que reivindicam outra lógica de transporte público.

Ao mesmo tempo, o movimento cruza-se na rua com colectivos em que não se revê, como o Fora do Eixo, casa-mãe da Mídia Ninja, um fenómeno de transmissão dos protestos pela Internet (ver reportagem amanhã).

Exemplos exteriores em que os MPL se reveja? “Estamos inseridos num movimento histórico que tem a ver com os zapatistas”, diz Luísa. Ela própria esteve em Chiapas, num dos “caracóis” zapatistas, por coincidência aquele em que a repórter esperou à porta, enquanto viajantes de todo o mundo entravam, porque era jornalista, e os zapatistas tinham decidido que não iam falar a jornalistas.

Quando a repórter comenta que esse não foi um momento democrático, Mayara contrapõe: “Tem a democracia burguesa e tem a democracia das ruas.” Acha normal os zapatistas fecharem-se a jornalistas. “A reunião do MPL também é fechada. Se o Octávio Frias [director da *Folha de S. Paulo*] quiser vir numa reunião do MPL, não tem que vir mesmo.” Manifestações, acções em escolas, marchas, são abertas, “reuniões para discutir tática são fechadas”. Parece vocabulário de guerra. “Mas a gente vive numa guerra de classes. E tem mídia de esquerda e mídia de direita. A gente chama de mídia de esquerda a que vai botar no jornal aquilo que a gente diz.” A outra mídia, dizem, manipula, acentua os actos de vandalismo. “A *Folha* até inventou que a gente ia filmar os vândalos para ajudar a polícia.”

Zapata bloc

Desde o encontro com Luísa e Mayara no vão da História, o MPL não parou: este segundo fim-de-semana de Agosto multiplicaram-se manifestações em Pernambuco e na Baía, onde o governador os recebeu. Dia 14 de Agosto há uma manifestação convocada para o centro de São Paulo: “Chega de sufoco e corrupção: por um transporte público estatal de qualidade!”

E, na multiplicação das tribos, os militantes do movimento vão continuar a cruzar-se com o

Black Bloc. Não usam a “acção directa” contra bancos ou multinacionais, mas coincidem em questões programáticas, como o anticapitalismo ou a admiração por Zapata.

Na página do Black Bloc Brasil no Facebook, que no fecho desta edição estava com mais de 37 mil seguidores, o lema no topo vem de Emiliano Zapata: “É melhor morrer de pé do que viver de joelhos.” Percorrendo dias, semanas, meses, é possível encontrar tanto Einstein (“O mundo não será destruído por aqueles que fazem o mal, mas por aqueles que o olham e não fazem nada”) como clássicos do anarquismo e brasileiros contemporâneos.

Movimento-táctica com origem em grupos europeus desde os anos 80, o Black Bloc expõe, na sua página brasileira, um conjunto de princípios: não tem líderes; luta contra “grandes corporações, instituições e organizações opressoras”; protege os manifestantes da violência do Estado; acredita que o pequeno empresário é vítima e também tenta protegê-lo; vê a polícia como inimiga “somente a partir do momento em que suas acções tomam carácter opressor”.

Está a crescer pelo país. Sexta-feira colocou a bandeira vermelha e negra na ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Para 7 de Setembro, Dia da Independência, promete um “badernaço” nacional, sobretudo em Brasília.

Na noite de 1 de Agosto, os seus adeptos acabaram a descer pela Rua Augusta, rumo à delegacia para onde tinham sido levados os detidos. Novo frente a frente com o batalhão de choque, até a polícia militar lançar gás de pimenta. Fora essa tosse, não houve bancos partidos nem balas. E nenhum cara-tapada se recusou a falar com a repórter, nem que fosse só para dizer: “Nossa acção é directa, não tem necessidade de explicação.”

Amanhã: Mídia Ninja e Fora do Eixo

As reportagens no Brasil são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



que pague mais quem tem mais dinheiro, que pague menos quem tem menos e quem não tem não pague (impostos e taxas).” E ainda: “Distribuir melhor o orçamento público, separando uma parte para subsidiar o transporte, ao invés de gastar dinheiro em propaganda, corrupção e obras que não atendem às reais necessidades da população.”

Com a desenvoltura de quem dá o seu tempo livre ao MPL há dois anos, Luísa explica: “Vemos a mobilidade urbana como a questão que atravessa todo o direito à cidade. Para você ter saúde, educação, lazer, cultura, tem de conseguir chegar aos lugares. Então, transporte é luta de todo o mundo. Por isso o movimento tomou estas proporções.”

O aumento dos transportes tocou no bolso da população, foi o clique, mas muito trabalho já vinha a ser feito, na rua, em escolas, em campanhas, ressalva Luísa. E essa obstinação reflecte-se na firmeza com que ela e os colegas enfrentaram a polícia nos momentos violentos. “Nunca tive medo”, diz sobre a noite em que de repente se viu no meio de balas e gás. “Fui atrás, filmando tudo.”

Cultura de luta

Junta-se à conversa Mayara Vivian, 23 anos, finalista de Geografia.

Foi uma das enviadas do MPL a Brasília, quando a Presidente Dilma Rousseff recebeu o movimento, já com a primeira batalha ganha. Fala das balas e do gás: “Cai uma bomba e a gente não sai. Ao invés de saírem correndo, as pessoas dispersam-se por grupos de mil. Quem tem prática de manifestações diz: ‘Calma! Calma! Não corram!’ E isso foi sedimentado ao longo de anos.”

Mayara está no MPL desde a origem, ou seja, começou nisto aos 15. Brasília e o mundo podem ter sido apanhados de surpresa, mas o que rebentou em Junho não começou em Junho. “Construímos uma cultura de luta”, resume Luísa.

E no núcleo duro paulista não chegam a 50 pessoas. Tal como não têm líderes, não gostam de individualizar. Desconfiam da grande *media* brasileira, tradicionalmente conotada com interesses conservadores, políticos e económicos. Mayara não gostou de ser protagonista nos *media* e começa a responder de pé atrás às perguntas do PÚBLICO: onde cresceu, se conviveu com militância familiar. No máximo, diz que vem de uma periferia já na fronteira com o ABC paulista (a cintura industrial onde Lula foi operário), que os pais não têm ensino superior completo

nem histórico de militância, que ela estudou sempre em escola pública.

Não fala sobre uma luta mais ampla. A “pauta” final do MPL – o objectivo – é a tarifa zero. E tem avançado, de batalha em batalha. “Há cinco anos a gente era chamado de maluco por falar em tarifa zero, mas agora consegui colocar isso na rua. Os 20 centavos eram a ponta do icebergue, por baixo tem os 3 reais.”

Acontece que a “pauta” explodiu em todas as direcções. E aí? O MPL vai continuar a falar só de tarifa zero? “Somos um movimento social anticapitalista, portanto apoiamos todas as outras lutas para desconstruir a opressão generalizada”, ressalva Mayara. “A cidade é pautada pela lógica capitalista, expulsa pessoas, então a gente tem que ser solidária.” Por exemplo com ocupações ou resistência a despejos, de que São Paulo tem muitos exemplos no centro e na periferia.

Entretanto, uma das tendências nas manifestações foi a contestação generalizada aos partidos, abrindo todo um debate: a democracia representativa está a ser posta em causa?, a geração de 20 anos é antipartidária? “O MPL não é antipartidário, é apartidário”, distingue Mayara. A gente luta por um mundo em que caibam

O canal que nasc

Ao transmitir os protestos pela Net, a Mídia NINJA tornou-se um fenómeno, mostrando como os *media* brasileiros estavam aquém da realidade. Entretanto, a sua base, a Fora do Eixo, ficou sob fogo. Hoje, a primeira parte da história

O Brasil na rua (2) Alexandra Lucas Coelho, no Rio de Janeiro

Já não há uma cadeira livre quando o rapaz ao fundo começa a falar: “O momento que estamos vivendo é de mais perguntas que respostas. Nunca na história desse país tanta gente fez análise de conjuntura. Tem muita gente querendo produzir conteúdo e muita gente querendo absorver.” A voz é gutural, rápida, incisiva, e todo o corpo a reforça, braços, mãos, caracóis em desalinho, mancha vermelha na cara, algo singular na boca. Uma figura imediatamente magnética, mesmo avistada da última fila.

Os jovens mais próximos da repórter nem sabem como ele se chama mas parecem tão captados como os que enchem as filas da frente. Estamos em pleno Inverno carioca, noite de chuva e neblina no terreiro do palácio que já foi um hospício e hoje é campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um corropio de vultos continua a atravessar os portões oitocentistas, em busca deste prefabricado da Escola de Comunicação (ECO), porque é aqui que acontece a reunião aberta da Mídia NINJA, maior fenómeno mediático dos protestos no Brasil.

Quando o chão fica cheio ainda sobram caras na janela, lá fora: toda uma plateia de estudantes, pelo meio curiosos, activistas, membros da Ordem dos Advogados que acabam de conseguir a libertação de manifestantes. É terça-feira, 23 de Julho, noite seguinte à da carga policial contra o protesto junto ao palácio do governo do Rio, depois do Papa sair da recepção em sua homenagem.

“Se alguém perdeu a pouca credibilidade que tinha, foi a grande imprensa”, diz o orador. Está a sintetizar o que aconteceu desde Junho, quando as manifestações contra o aumento nos transportes explodiram em reivindicações pelo Brasil, levando

um milhão à rua.

Em *streaming*, horas a fio na Net, a Mídia NINJA mostrou no chão, entre os manifestantes, o que não estava nos grande *media*: a emoção em tempo real, o engrossar do levantamento, a repressão da polícia, as consequências. A esmagadora maioria da classe média nunca levava com gás lacrimogéneo, bala de borracha, cassetete e quem nem estava na rua nunca vira gente assim apanhar. Em geral concentrada sobre a favela e a periferia, a violência agora acontecia entre brancos, jovens, desarmados, com a polícia a lançar gás em becos, em bares, até dentro de hospitais.

Revolta contra os media

Ao longo das semanas, a página da Mídia NINJA no Facebook ganhou dezenas de milhares de seguidores, e a revolta contra o jornalismo tradicional, simbolizado pela Globo, associado a valores conservadores, com passado de apoio à ditadura,



Pablo Capilé:
“Tem muita gente querendo produzir conteúdo e muita gente querendo absorver”

somou-se à revolta geral, incluindo cercos a jornais e televisões. Quando manifestações partiram lojas e bancos nas ruas chiques do Leblon – bairro do governador Sérgio Cabral, responsável pelo comando policial e por isso alvo de protestos –, os *media* relevaram os actos de vandalismo, o que reforçou a indignação dos manifestantes. É que entretanto nove moradores da favela da Maré eram mortos a oito pela polícia, que também levava um ajudante de pedreiro da Rocinha, Amarildo, nunca mais visto. A pergunta passou a ser: os vidros do Leblon valem mais que as vidas dos Amarildos? Do ponto de vista de quem estava na rua, a *media* tradicional era o Leblon, a

Mídia NINJA era o Amarildo.

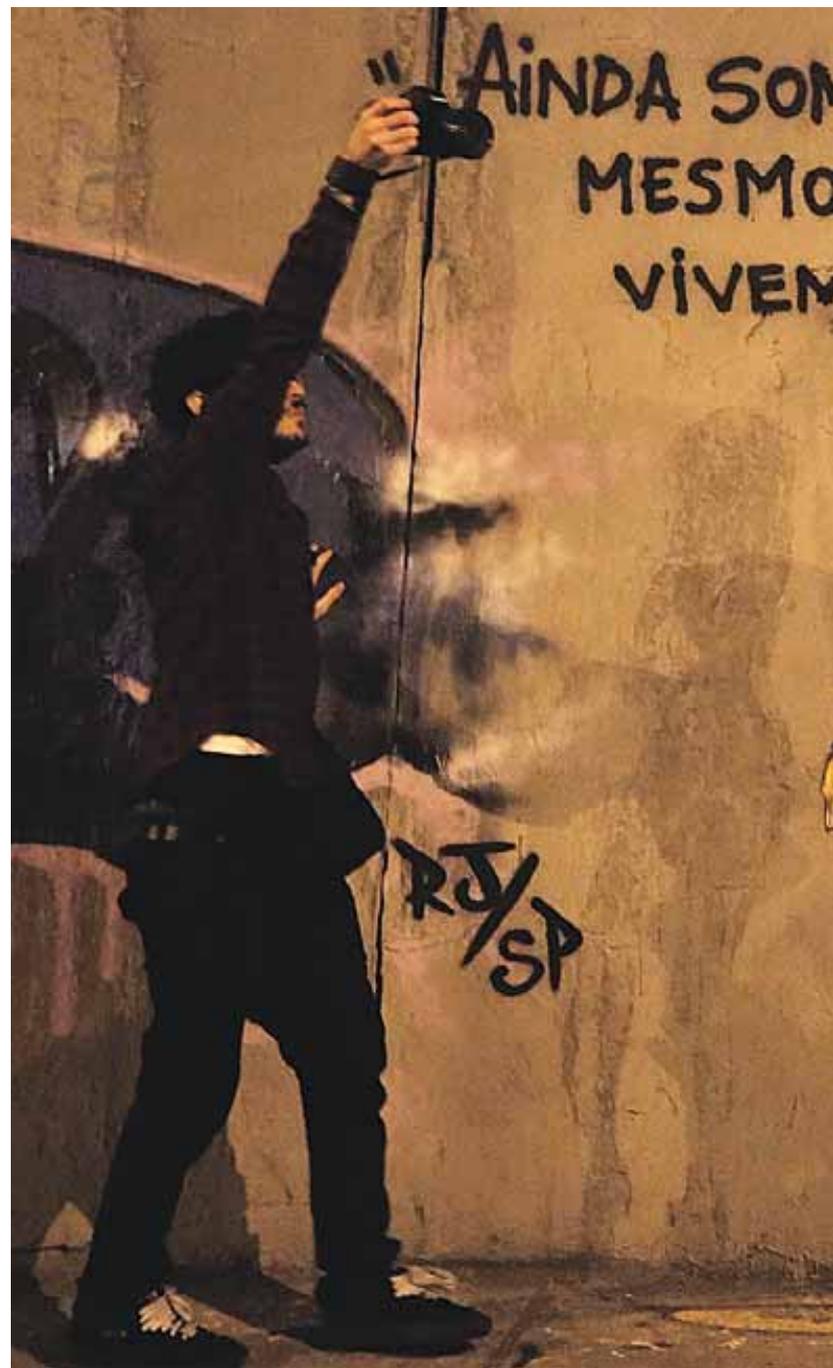
E para muitos a reunião de hoje, convocada pelo Facebook, será a revelação do líder por trás dos ninjas: Pablo Capilé. Ele está a explicar agora que a origem de tudo isto tem 10 anos, lá em Cuiabá, capital do Mato Grosso, centro geodésico da América Latina, o “lugar mais longe de tudo”, onde ele próprio nasceu, há 34 anos.

Só ouvi-lo uns minutos já dá um glossário, pontuado a cada frase pelo tique “saca?” Uma das novas palavras é *mídiativismo*, ou seja, o exercício de meios independentes. Não é invenção dos ninjas, tem anos de prática, mas nunca com o impacto que eles ganharam.

“Já não precisamos de veículos, somos os veículos”, dizia o manifesto inicial no Facebook, meses antes da grande convulsão, a 26 de Março de 2013. Uma “tropa de comunicadores independentes”, “reduzindo os filtros entre os fatos e o público”, “contrariando, na guerrilha, a narrativa oficial”, “transformando a audiência passiva em difusores de informação”. NINJA em caixa alta por ser uma sigla: Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação. A primeira missão em directo pelo Facebook foi cobrir o Fórum Social Mundial na Tunísia, com os enviados Felipe Altenfelder e Bruno Torturra, também presentes na reunião desta noite.

Mas não há como contar a história dos ninjas sem contar a da casa-mãe, que é a Fora do Eixo (FdE). E é o que Capilé está a fazer, dando ao Rio de Janeiro um contexto até agora mais conhecido noutros pontos do Brasil: a de um colectivo que começou como uma rede alternativa de festivais de música e hoje conta com 2000 pessoas no país, espalhadas por casas colectivas, mistura rara de vida e trabalho.

A FdE é a estrutura que permitiu o impacto da Mídia NINJA, base, meios e gente, e tornar-se-á o seu maior problema nas semanas que se seguem. No fecho desta edição, poucas figuras estarão a ser tão



discutidas no Brasil urbano como Pablo Capilé.

Vida colectiva

São Paulo é a base central da FdE. As casas colectivas FdE definem-se como permanentemente abertas. Por isso, a 1 de Agosto a repórter atravessa o bairro paulistano da Liberdade, sem ter mercado visita. A morada que estava na Net revela-se um casarão grafitado. No portão, um papel diz “Aqui tem amor”. Não há cão, alarme, nem porteiro. Pondo a mão na maçaneta, é simples: o portão abre.

Assim, sem pré-aviso, qualquer

visitante desce o pátio, entra na porta, também aberta, que dá para uma sala de entrada cheia de cartazes e pinturas nas paredes. A estética é *hip hop*, mas a organização é de escritório criativo: estantes com CD e livros catalogados; um organigrama de *post-its* com a estrutura de funcionamento do FdE em vários círculos de cores, do núcleo para as radiais; um cartaz com a Universidade Fora do Eixo, projecto nacional do colectivo; uma mesa de trabalho com cadeiras avulso; um aviso a dizer que os vasos de flores não são cinzeiros; outro a pedir que

eu Fora do Eixo



NACHO DOCE/REUTERS

cada um leve a loiça que trouxer e limpe o que sujar; uma rapariga a recortar papéis vestindo a *T-shirt* de um festival de cinema independente em Minas Gerais.

A repórter apresenta-se, ela vai chamar o líder que neste momento responde pela casa. Capilé e Altenfelder moram ambos aqui, mas continuam em missão no Rio de Janeiro. Na sala contígua, dezenas de post-its enumerando festivais de música alternativa no Brasil, mais mobiliário avulso, impressora e *scanners* junto à janela, cores alegres nas paredes, computadores portáteis com jovens a trabalhar, ao som do

rapper Criolo, que se tornou conhecido nos festivais FdE.

O líder-no-momento é um rapaz de fato de treino e barba, casaco Adidas como Capilé na reunião do Rio. Chama-se Gabriel Ruiz, tem 29 anos, como todos deixou tudo para morar-trabalhar aqui. “Esta casa é o *bunker* da rede”, resume, a abrir. Porquê bunker? “A gente utiliza toda a linguagem que se aproxima da guerrilha. Já tínhamos experiência de colectivos em cidades de médio porte, e a gente sabia que se decifrasse São Paulo decifrava todas.”

Assim nasceu esta casa, em 2011, na sequência já de “15 ou 20

colectivos” FdE, incluindo o de Bauru, interior do estado de São Paulo, fundado por Gabriel. “Há uma política desterritorial, a gente entende que pode se formar e ir para outro lugar, então esta casa reuniu lideranças muito fortes: Cuiabá, Recife, Uberlândia, São Carlos, São Paulo.”

Gabriel estudou Comunicação em Bauru. “Foi essa faculdade que me deu as bases para eu escolher uma vida alternativa. Conheci a rede [FdE] em festivais de música, comecei a mandar mensagens, dizendo que queria trabalhar com eles.” Um rapaz de calções, barba e caracóis vem tirar uma dúvida

sobre como vai agir “no acto”. O acto é a manifestação desta noite (ver reportagem ontem).

“Num espaço muito curto a gente cresceu muito, começou a fazer parcerias com o poder público, no sector cultural, música, teatro, dança, artes, economia criativa, *hip hop*”, retoma Gabriel, que mora na casa de São Paulo há ano e meio. Pagam entre “quatro a cinco mil reais de renda”, o que seria o aluguer de um pequeno apartamento, não de um enorme casarão como este, com pátio e quintal. “O dono gosta da gente, vem sempre aqui, se identifica”, explica. Não um japonês, como

se podia esperar neste bairro tradicionalmente japonês, mas um chinês.

“A gente se preparou durante um ano, cobrindo ocupações, Marcha da Maconha, Marcha das Vadias, Passeata Gay, bicicletadas, sem saber que tudo isso [os protestos de Junho] ia eclodir.” E isso fez com que toda a casa passasse a trabalhar para isso. “Estamos exclusivamente voltados para as ruas, acompanhando assembleias, movimentos, gente que está produzindo conteúdos.” Dito de outra forma: “Todo o mundo agora virou ninja. Eu que sou do núcleo da música comecei a montar som, estruturas para as assembleias. A gente vive como se fosse a equipe de produção da revolução.”

Então trata-se de uma revolução?

“Não no sentido de tomar o poder, mas no sentido de mudar as coisas, tomando consciência de que as ruas são para ser ocupadas, que têm um poder de negociação muito forte.” Uma nova etapa depois das ditaduras latino-americanas dos anos 60 e 70, e da transição democrática que se seguiu. “Nos anos 90 houve um movimento muito grande de liberalização, de entrada do capital, de abertura do mercado. O Brasil vendeu tudo o que era nosso. Depois a partir dos anos 2000 temos os governos populares. No Brasil isso é claro com Lula e o PT, que foi muito inteligente ao colocar o Gilberto Gil e o Juca Ferreira no Ministério da Cultura. Foi um avanço muito forte: o programa de cultura digital, colocar na mão das pessoas a maquinaria para fazerem elas, políticas com Pontos de Cultura.” Foi isso que permitiu o surgimento do FdE.”

E no fogo cruzado que vai chover sobre o FdE, uma das questões é o quanto eles, e consequentemente a Mídia Ninja, são um braço do PT, sendo que eles negam qualquer filiação partidária, e têm diálogo com vários movimentos, dos pós-comunistas do PSOL à rede de Marina Silva.

Amanhã: Como os Ninja vão sobreviver na convulsão

As reportagens no Brasil são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Como os ninja vão sobreviver à convulsão

Caloteira? Ditatorial? Seita? Quando a Mídia NINJA, canal *online* dos protestos no Brasil, teve destaque nos *media* brasileiros, a Fora do Eixo, sua base, foi alvo de denúncias. Segunda parte da história iniciada ontem

O Brasil na rua (3) Alexandra Lucas Coelho, no Rio de Janeiro

São Paulo, 1 de Agosto. Sem aviso, a repórter vai à Casa Fora do Eixo (base da Mídia NINJA, fenómeno dos protestos no Brasil, 170 mil seguidores no Facebook). A porta está literalmente aberta. O líder Pablo Capilé foi em missão ao Rio de Janeiro. Quem fala em nome da casa é Gabriel Ruiz. No episódio de ontem, ele acabava a dizer que a eleição de Lula permitiu um colectivo como o Fora do Eixo (FdE), no começo dedicado à música alternativa. Mas “o advento” desse “governo popular” não foi factor único, a crise da indústria fonográfica e a massificação da Internet foram decisivas, ressalva. E sem Internet não haveria Mídia NINJA a transmitir as manifestações.

Já vamos ao quintal onde está a base-ninja. Antes, a ideia é ver algo da casa onde 25 pessoas de várias partes do Brasil vivem e trabalham, a mais nova com 20, a mais velha com 34 (Capilé). Há algumas vagas por concurso. “No último tivemos 400 inscritos, a gente seleccionou seis.” Existe um estágio em que se é “vivente”. Quem chega pode trazer móveis, objectos, roupas, para somar ao colectivo. “Menos a roupa interior, ou uma ou outra peça que a pessoa goste mais. Mas 95% todo o mundo pode usar.” E os computadores? “A maioria já tem o seu.” Ninguém recebe salário, as despesas são pagas com a caixa colectiva dos projectos FdE.

Neste momento, 55% dos moradores são homens, diz Gabriel. Houve nascimentos? “Sim, o Benjamim, nosso bebé colectivo.” Entretanto os pais “mudaram para a casa FdE de Brasília e não há outras crianças aqui”. Mas alguns moradores têm filhos de relações anteriores, há grávidas em outras casas FdE e por tudo isso foi criada “uma frente para a gurizada”.

Continuando, átrio com escada: em cima, quartos; em baixo, casa

de banho e copa-cozinha. As casas de banho são unisexo, os quartos não – só quando recebem hóspedes ou há casais na casa. De resto, concluíram que era mais eficaz separar homens e mulheres. Não há gays na casa? Gabriel parece surpreendido, como se precisasse de pensar. “Tem, tem. Mas a maioria é hetero, com certeza. Tem... dois gays.”

A repórter pede para ver o guarda-roupa colectivo. Gabriel vai verificar se o espaço está livre. Nas escadas, um vitral. À direita, um quarto com armário de parede. Lá dentro, tudo organizado em cabides e gavetas. “Cada um escolhe o que quer.” Horários diferentes não são um problema? “Não, todo o mundo levanta entre 9h e 11h e vai dormir depois das 2h.” A vida amorosa e sexual não fica limitada? Surpresa de novo, como se a questão fosse remota: “Não.” Pausa. “Não é uma preocupação. Estou mais preocupado com o momento.” E não é passageiro, garante. “Encaro isto como a minha vida. Não me imagino fora do FdE. Todos os dias são *inputs* novos. Isso me estimula.”

Descemos. Além dos *graffiti*, há intervenções artísticas pela casa, e a cozinha-copa está coberta de autocolantes, ímans, cartazes. Uma babel visual entre restos do almoço: arroz, feijão, carnes, farofa, lasagna. Dois cartazes por cima: “Lave os utensílios usados por você em cada refeição.” E “Antes de repetir certifique-se de que todos já comeram.”

Um grupo cuida de “logística, hospedagem, alimentação, manutenção”, mas existe um “cronograma de revezamento” e “todo o mundo cozinha, ou a maioria”. Além disso, “tem uma faxineira, duas vezes por semana, das 8h às 17h, para limpar, cozinhar”. Contíguas, ficam “a sala da TV e a sala do rap”, Gabriel abre as portas. “Tem vários *rappers* na casa.”

E a roupa? “Quando sai o sol a gente faz uma força-tarefa para lavar tudo, em turnos.” No pátio

das traseiras estão duas máquinas, tão grafitadas como as paredes. O pátio abre para o quintal, plantinhas, espaço para o Domingo na Casa, com concertos e debates.

E, finalmente, num anexo, o “estúdio” base da Mídia NINJA: alto pé-direito; uma parede branca com um sofá para cenário; uma parede coberta por fotos dos protestos; outra cheia de panfletos (“Não haverá retorno ao normal”, “Nossa confiança é explosiva”, “Estamos na rua porque os políticos estão no ar condicionado”); outra com um ninja pintado, máscara negra, olhos de fora; a agenda da semana num quadro; duas mesas-cavaletes cobertas de cartazes, dois rapazes e uma rapariga de capuz iluminados pelo ecrã dos portáteis, totalmente imersos. Reflexo da casa, onde a repórter só viu gente a trabalhar.

A FdE já fundara a Pós-TV, também *online*, quando criou a Mídia Fora do Eixo, depois Mídia NINJA, co-idealizada com um conhecido jornalista de São Paulo, Bruno Torturra, 34 anos. Tudo isso serviu os ninja, mas hoje é arqueologia, porque eles simplesmente ficaram maiores.

Fogo sobre o eixo

Dias depois, uma doutoranda de Columbia que pesquisou a FdE, Shannon Garland, escreve *online* que será “um erro muito grande” achar “que um jornalista ou qualquer um possa chegar lá, observar, até passar umas semanas, e sair conhecendo como funciona” a FdE. É um dos testemunhos críticos que “pipocam” nas redes desde que o “Roda Viva”, clássico da TV Cultura, convidou Pablo Capilé e Bruno Torturra para falarem da Mídia NINJA, a 5 de Agosto.

A maior parte das perguntas do programa incidia no financiamento e ligações políticas da FdE, e por inerência da Mídia NINJA. Não era novo: há músicos insatisfeitos com falta de pagamento da FdE há anos e, à direita, acusações de aparelhagem ao PT. Mas o que se segue ao “Roda Viva” é uma



catarse, curto-circuito entre um Brasil em convulsão e a cacofonia global, nunca tendo sido tão verdade que uma verdade são muitas.

O primeiro depoimento com impacto no Facebook é o de Beatriz Seigner, autora de um filme que a FdE fez circular: acusa a rede de lhe dever dinheiro, absorver patrocínios sem dizer ao autor, estar obcecada em se alimentar como rede, não consumir cultura.

A jornalista Laís Bellini prossegue, também no Facebook, com um longo e vívido relato da sua experiência a viver com a FdE. Se o colectivo “fosse pagar tudo

o que deve poderia fatalmente decretar falência”, diz. Mas o “escravismo” da FdE também é “mental”: “Quando se está lá dentro, você tem medo, medo de responder, de questionar e acaba acreditando que fazer o que estão te pedindo será melhor para o coletivo.” Os moradores, diz, são encorajados a cortar laços: “Não queira estar lá dentro e se relacionar amorosamente com qualquer outra pessoa que esteja fora da rede.” A não ser como “ferramenta”, de “catar e cooptar”, porque acontecem reuniões “dentro da cúpula” para definir “quem é a pessoa que

Os ninja não visam a imparcialidade, antes “um mosaico de parcialidades”. Aqui algumas fotos dos protestos das últimas semanas retiradas do Facebook da Mídia NINJA



FOTOS: MÍDIA NINJA



tem mais perfil para dar em cima de você e te fisgar pra dentro da rede”. O “sexismo” é “forte”: as meninas tratam da universidade, os meninos da política. A horizontalidade um mito: Laís nunca viu Pablo Capilé lavar um prato. A cobrança do trabalho é “24h”, tal como partilhar “o que o Pablo e mais outros por lá escrevem no Facebook é demanda diária”. Entretanto, “ninguém na casa lê livro algum, porque não dá tempo”. Em suma: “Fora do Eixo é uma das estruturas mais engessadas que eu conheço na minha vida, ditatorial diria eu. Com seus ministros e seu

presidente muito bem auto-intitulado rei-mor da bancada.” Noutra passagem ela usa mesmo o termo “seita”. E explica que não é tão fácil sair pela porta: “Tem que ter algum recurso financeiro para recomençar a vida do zero e muitos, que eu sei, ainda enfrentam longas sessões de terapia.”

Seguem-se outros testemunhos emotivos, a que se contrapõem moradores FdE. Entretanto, à esquerda, surgem críticas básicas de direito do trabalho na FdE: jornadas excessivas, ausência de salário, de contrato, de segurança social, de plano de saúde. Há quem aponte a FdE como novo modelo

de negócio que extrai a mais-valia em vez de ser alternativa à exploração.

“Eles começaram a articular formas independentes e acabaram a criar um eixo paralelo, uma máquina de ganhar editais [concursos]”, resume André Aquino, 23 anos, finalista de Geografia da USP. A repórter entrevistou-o no bairro de Butantã, em São Paulo, onde André e camaradas têm no ar, em 107.1 FM, a rádio pirata Várzea Livre, exemplo de *mídiavivismo* que incentiva comunidades a fazerem a sua própria rádio. Simpatizante do Movimento Passe Livre,

responsável pelos primeiros protestos de Junho, André é da “esquerda libertária”, cita o presidente Mujica do Uruguai como inspiração e não confia na FdE: “A [ministra da Cultura] Marta Suplicy tem gente da FdE como assessor. São eles que escrevem os editais e sabem como ganhá-los. Então, toda a grana para a mídia independente acabou centralizada na FdE.” Que pensa de Capilé? “Começou numa posição difícil por ser fora do eixo Rio-SP [do Mato Grosso], mas hoje tudo passa por ele. Então esse cara controla a arte independente.” E a Mídia NINJA? “Eles foram superimportantes nas manifestações”, reconhece André. “Mas se têm o aparato técnico é por causa da FdE. Sabem usar as redes sociais. Surgiram num momento carente de alternativa à grande mídia. Tinha um vácuo muito grande que souberam preencher.”

Quanto à direita brasileira, que alimenta a pior revista do mundo em português, a *Veja*, “catou e cooptou” as críticas da esquerda que convinham e arremessou contra o PT, manipulando fotos de Capilé com Dilma, Lula e Dirceu.

Defensores da FdE citaram esse aproveitamento para desqualificar as críticas, o que só irritou os críticos. Capilé reconheceu erros (pagamentos a acertar, falhas na horizontalidade, experiências individuais que não funcionaram), mas insistiu que não tem uma política de calote, que não é contra cachê para artistas, que a FdE é uma experiência inédita em processo, que dialoga com todos os partidos interessados em movimentos sociais, que é uma organização transparente. Abriu um portal para mostrar contas. E garantiu que a Mídia NINJA vai caminhar pelo próprio pé.

A vida fora da FdE

Bruno Torturra, que é co-fundador da Mídia NINJA mas vive fora da FdE, já elencou os meios de autonomia para os ninja: *crowdfunding* (equipamento, estúdios, um *site*), assinatura mensal (custos do dia-a-dia), doações (reportagens específicas) e microdoações (por texto, foto, vídeo). O momento é de despedimentos na imprensa brasileira. Há 1500 inscritos de mais de 150 cidades. Torturra vai montar equipas.

Entretanto, quem pesquisar

sobre os últimos meses nas ruas já encontra nos ninja um arquivo crucial. Só estarem na rua fez diferença, revelando o quanto o jornalismo brasileiro está fora da rua. De resto, os ninja não visam a imparcialidade, antes “um mosaico de parcialidades”. Não há dúvida que fazem informação. Mas essa informação é jornalismo?

“É pré-jornalismo, é pós-jornalismo, é jornalismo militante”, atalha o decano Alberto Dines, director do Observatório da Imprensa. A repórter entrevistou-o por telefone no dia a seguir ao “Roda Viva”, em que ele, com os seus 81 anos, fez a Capilé e Torturra as perguntas mais interessantes. “É um uso muito inventivo das novas plataformas. E eles vêem isso não como um modelo de negócio mas de convivência, algo que me toca muito. Também participei de colectivos socialistas no Brasil e de repente encontro esses jovens, com esse projecto de viverem juntos, de uma nova relação com o trabalho, os meios de produção.”

Onde irá dar? “Acho que não se vão deixar levar pela ideologia, sabem que têm a perder. E o PT não vai querer se entregar a um grupo realmente autónomo. Eles [ninja] estão muito abertos. São um pouco marginais mas não são arrogantes. Querem ouvir, pedem conselhos, muitos. Nesses anos todos não vi surgir um projecto tão interessante.”

Houve aquele momento em que o sistema se curvou: quando o “Jornal Nacional” da Globo “reproduziu informação que a Mídia NINJA tinha veiculado”, lembra Dines. “Isso é um dos saltos mais extraordinários. Um bando de Flintstones com um carrinho de supermercado [onde os ninja levam a estrutura mínima] consegue produzir informação que evitou uma tremenda injustiça.” A polícia detivera um manifestante, acusando-o de atirar *cocktails molotov*. As imagens fora do eixo mostravam outra verdade.

Amanhã: velha polícia, nova polícia

As reportagens no Brasil são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais





publico.pt

Economia cresce acima do esperado mas a retoma não é para já

Crescimento do PIB português no segundo trimestre foi o maior entre os países da moeda única. Exportações foram decisivas e beneficiaram da melhoria do desempenho da Alemanha e da zona euro **Destaque 2 a 4 e Editorial**



EGIPTO
MASSACRE DE APOIANTES DA IRMANDADE MUÇULMANA AGRAVA INSTABILIDADE

Mundo, 22/23

Rentabilizar a Benfica TV vai ser uma aposta difícil

Intenção do canal de transmitir jogos de outros clubes levanta dúvidas **p40/41**

Cancro na garganta e sexo oral: estudo mostra novas provas

Vírus do papiloma humano responsável por cada vez mais casos **p30**

RIO DE JANEIRO
O CORONEL QUE VEIO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E QUER MUDAR A POLÍCIA MILITAR **Mundo, 26/27**



Quase sete mil docentes no horário zero em Julho

Listas oficiais não reflectem realidade actual dos professores **p10**

ESTA SEXTA-FEIRA JACKPOT

€70.000.000

Os prémios atribuídos de valor superior a €5.000 estão sujeitos a imposto do selo, à taxa legal de 20%, nos termos da legislação em vigor.

QUE TIPO DE EXCÊNTRICO ÉS TU?

euro milhões

A polícia tem de de

É pela descriminalização das drogas. Acha que a polícia abusou da força nos protestos. Quer acabar com a lógica do inimigo e com a caveira do BOPE. O coronel Ibis está a formar a polícia do Rio

O Brasil na rua (4)
Alexandra Lucas Coelho,
Rio de Janeiro

O letrado diz: “Aqui nascem os Pacificadores!” É a entrada da Academia de Polícia Militar D. João VI, na periferia do Rio de Janeiro, relvados entre quartéis. Daqui saem há décadas os polícias militares (PM) do estado. E nunca a polícia foi tão discutida como nos actuais protestos, com mortos, feridos, detidos e desaparecidos. “No fim do século XIX isto era uma fazenda de café”, diz o coronel Ibis Silva Pereira, 50 anos, algo de escoteiro já sem cabelo e com anel de tucumã, como os católicos dos movimentos sociais. Dirige a academia desde fins de 2011. Os resultados ainda não estão na rua.

Sol da manhã na varanda, ele convida a entrar no gabinete, mesa cheia de papéis, CD e livros junto a uma TV. Os CD são gravações de Beethoven. A pilha dos livros começa com Henrich Heine e segue com *Pequeno Manual de Inestética*, de Alain Badiou. Um poeta alemão que estava na cabeceira de Marx e um filósofo francês de esquerda. “Ah, adoro o Badiou”, comenta o coronel. Outros livros da pilha: *Borges no Brasil*, Mário de Andrade, Alberto Manguel, psicanálise. Quem espera confirmar aqui o que já sabe sobre a PM, espere para ouvir.

Há um crucifixo de madeira na parede. As duas portas estão abertas. Entra Alaíde Rodrigues, pedagoga. Trabalha com a PM no incentivo à leitura. “Eu e o coronel acreditamos que só terá educação com literatura”, diz, enérgica. “Isso humaniza, muda o clima”, reforça o coronel. E vão por aí fora:

– A nova polícia tem de mostrar que respeita os direitos humanos, porque a polícia começa nos actos de socialização, para não chegar à punição.

– Estamos começando isso para uma nova geração.

– Se você não lê, não pensa, se não pensa não tem democracia.

– A gente quer formar cidadãos. Alaíde despede-se, o coronel mostra à repórter o salão contíguo, onde várias mulheres preparam um atelier de *ikebanas*, a arte floral japonesa. A repórter combinou a visita na véspera à noite, ao saber que Ibis seria anfitrião de palestras sobre violência. Depois da guerra na rua, pôr oficiais a fazer *ikebanas* parece humor negro, mas Ibis leva-o muito a sério: “É uma forma de diminuir o gosto pelas armas.” Inspirada na polícia do Japão.

Banalidade do mal

Sentamo-nos na outra ponta do salão. A estreia do filme de Hannah Arendt coincidiu com os protestos. A repórter esteve num concorrido debate pós-exibição, que discutiu o comportamento da polícia brasileira a partir da “banalidade do mal” teorizada pela filósofa alemã. Ao cobrir o julgamento do nazi Eichman, Arendt concluiu que o mal extremo não é diabólico, é banal. Vem do momento em que o indivíduo, integrado numa máquina, deixa de pensar.

“Acredito que a melhor maneira de não reproduzir a banalidade do mal é o pensamento”, diz Ibis. “Não vi o filme mas li Arendt. A tragédia do mal é que se insinua, e o pensamento pode impedir que se manifeste. Estamos tentando fazer os alunos pensar, trabalhar os afectos.” Uma nova prática “para sustentar a filosofia das UPP”, as Unidades de Polícia Pacificadora que se estão a instalar nas favelas do Rio. “Vim para humanizar a formação. Não dá para pensar esse projecto UPP sem repensar a formação. Não se trata só de saberes do direito criminal e civil, porque o policial vai lidar com pessoas e com situações-limite.”

Que avaliação faz do comportamento policial no Rio



nestes protestos? “Excedemos o uso da força. Havia um conjunto de subjectividades na rua, a polícia não estava preparada.”

No debate do filme, o antropólogo Luiz Eduardo Soares, que conhece a fundo questões de segurança pública, falou da obsessão com o “inimigo” na lógica policial. “Concordo”, diz Ibis. “A sociedade brasileira tem um autoritarismo socialmente admitido, que vem de um passado trágico. O Brasil tem 500 anos de história e 400 de escravidão. Isso explica o sucesso de um personagem fascista como o capitão Nascimento [do maior êxito do cinema brasileiro, *Tropa de Elite*]. Aquele filme é uma denúncia do fascismo e a fantasia do BOPE [tropa de elite da PM]

foi a mais vendida no Carnaval de 2010. Esse é o nó que a gente precisa desatar.”

A propósito: durante os protestos, o BOPE entrou pela favela da Maré a matar avulso, segundo múltiplos testemunhos de moradores. Morreram nove pessoas. Retaliação, tudo indica, pela morte de um polícia. Ibis acena enquanto a repórter relembra o caso. “O presidente do inquérito sou eu”, anuncia. “Vou até pedir prorrogação.” Então, como tem sido o diálogo com o Observatório das Favelas, dirigido por Jailson de Souza e Silva na Maré? “Maravilhoso. E com a REDES [outra organização importante da Maré] também.”

Não podendo falar deste inquérito, Ibis comenta: “Há

um passado de violência nas ruas todos os dias. E a ditadura militar trouxe a ideologia da defesa nacional, com o militante comunista como inimigo interno. O pensamento foi colonizado por essa lógica de combate. Daí a olhar a favela como um território a ser conquistado, e o tráfico como inimigo, é um passo. O belicismo atravessa todo o sistema da polícia militar e civil, os presídios, o sistema jurídico.”

Não começa no nome, Polícia Militar? “Devia ser mudado para Guarda Civil, ou Guarda Nacional Republicana, como em Portugal”, atalha Ibis. “Mas não adianta pensar a reforma da polícia sem pensar o sistema criminal. Já visitou um presídio? É um verdadeiro horror. Aí você

Ibis quer de ser militar



vê a actualidade do processo de que fala Hannah Arendt. Se dá mais valor a uma granada no Leblon [o bairro chique do governador Sérgio Cabral, onde manifestantes partiram lojas e bancos] do que a nove pessoas que morrem na Maré. Como é actual que esse filme esteja passando.” Podia ser o próprio Luiz Eduardo Soares a falar. “Um grande intelectual, nunca trabalhei com ele mas admiro-o muito. Talvez seja dos grandes conhecedores da violência no Brasil.”

Quem teve a ideia deste ciclo sobre “Violência interior”, que permitirá aos futuros oficiais e praças ouvir 12 pensadores escolhidos por Adauto Novaes, curador reputadíssimo? “O

Júlio Ludemir [da FLUPP, feira literária das favelas com UPP] veio aqui um dia. Depois trouxeram o professor Adauto Novaes, que eu só conhecia desse trabalho maravilhoso de reunir pensadores há 30 anos. Tenho capacidade para 450 pessoas em cada palestra”. A primeira, 13 de Agosto, com o francês Francis Wolff, já terá acontecido quando esta reportagem sair. O ciclo vai até Novembro. “Isto é inédito, a gente nunca fez nada desse tamanho.”

E como é que um formador assim vê o caso Amarildo, ajudante de predreiro que nunca mais foi visto desde que a polícia da UPP da Rocinha o levou, há um mês? Num país em que quase 100 mil pessoas desapareceram

nos últimos 20 anos, “Cadê o Amarildo?” passou a ser pergunta-tema dos protestos. “Tem que ter essa pergunta e a polícia tem que dar conta dela.” A polícia diz que tanto o seu GPS como as suas câmaras, que podiam conter dados importantes, coincidiram em não funcionar essa noite. Que pensa Ibis disso? “Ou é uma tremenda coincidência ou é má-fé. O inquérito policial tem que dar conta disso.”

E o que está a acontecer nas UPP? Em favelas como a Rocinha, o Vidigal, o Complexo do Alemão, a polícia não está a conseguir segurar o que implantou. Há tiros, mortes, ataques. Visto como crucial na preparação para Copa e Olimpíadas, o projecto das UPP está a desmoronar? “Não sei dizer o que está acontecendo. É um momento-chave desse processo, que começou de maneira eufórica e depois caiu no lugar-comum. Temos de entender como mudou a vida nas comunidades, quem está no asfalto não imagina como essas comunidades sofriam.” Ibis refere-se à lei do tráfico. E diz: “Não acredito que a polícia possa dar conta da repressão do tráfico. Só se a gente apostar em prevenção. Sou favorável à descriminalização de todas as drogas, o que não quer dizer liberalização, quer dizer que o estado vai ter de enfrentar isso de outra forma que não o direito penal.”

Teologia da Libertação

Porquê o anel de tucumã? “Nasci dentro da igreja, fã ardoroso da Teologia da Libertação.” Nas periferias do Rio, primeiro Penha, depois Anchieta. “Até hoje sou ligado na militância cristã. A gente tem de construir o Reino de Deus na terra.” As suas duas filhas adolescentes não foram a manifestações. “Se me tivessem pedido eu deixaria.” Mas adolescentes como elas foram encurralados por gás e balas de borracha. Polícia a lançar gás para bares, até hospitais? “Um excesso.” Balas de borracha contra o tronco e a cabeça? Ibis acena. “Foi um fenómeno de massa, ninguém esperava, estamos fazendo a crítica de tudo, repensando o currículo.”

As manifestações reforçaram a imagem de uma polícia violenta, que além disso é vista como corrupta. A “banda padre” da

PM tornou-se expressão comum para os polícias metidos em tráfico, extorsão, execução. “É uma boa expressão, adequada. A corrupção policial é consequência da violência. O problema é esse autoritarismo instituído. Além de melhorar a selecção e formação, temos de investir em controle externo da polícia e numa legislação que dê conta das investigações internas. Eu acredito que pela humanização se reduz a violência. Aquele que se corrompe usa a força.”

Entretanto, já houve uma mudança importante de paradigma na polícia, diz. “É uma decisão da secretaria de segurança: quanto mais vítimas, pior a polícia será avaliada. Durante os anos 90, premiava-se o enfrentamento com letalidade. Isso é uma política de bárbaros e hoje a compreensão é outra.” Quanto mais letal, pior. Mas não é um problema quando os números de mortos pela polícia baixam e sobem os desaparecidos? Ibis concorda: “Seria um bom passo que no índice de letalidade sejam contemplados os desaparecidos.” O ideal, resume, “é que a polícia use a força sem gostar dela”.

O símbolo do BOPE é a caveira, e está no blindado que sobe o morro: o caveirão. “Acho um horror. Inaceitável, acabava com ela já. Entendo o símbolo, esses profissionais trabalham em situações-limite e a caveira representa a vitória sobre a morte. Mas aí temos um grande problema: quando a gente forma um profissional que não pode ter medo, que tem suportar o drama da morte no seu limite, o que sobra de humano?”

Ibis conta que na sua formação viu um colega cair com um tiro na cabeça. “Como impedir que isso se transforme em chacina? Que embruteça? Eu tenho de apostar tudo nas paixões alegres, para usar a linguagem de Espinoza. A caveira trabalha a dimensão do medo por contraponto à amizade, ao respeito, ao amor. Só há um jeito de contrapor as paixões tristes, as paixões alegres. Porque não é a razão que escolhe entre o bem e o mal.” Ou seja, não basta trabalhar a razão. E o coronel Ibis remata com mais uma fuga ao cliché: “Esta nossa alegria esconde um lado triste, raivoso, que não gostamos de mostrar. Não foi por acaso que o

Lévi-Strauss baptizou o seu livro de *Tristes Trópicos*. O Carnaval esconde uma imensa tristeza, e para combater isso só as paixões alegres.”

Formado em Direito, com pós-graduação em Filosofia e mestrado em História, Ibis está a escrever uma biografia do coronel Cerqueira, “o primeiro negro comandante da PM, assassinado em 1999”. Fala de “esquizofrenia” na política de segurança do Rio, ao longo das décadas, consoante os governantes. “E a polícia na rua é o resultado dessa esquizofrenia.” Então um novo conceito de segurança “tem de ser um projecto do Brasil, porque o problema da violência policial é muito profundo, e encontra a violência da sociedade, e o cliché do povo pacífico de bem com a vida.”

Dias depois desta visita, a repórter pediu a Luiz Eduardo Soares que comentasse o que a acção de Ibis pode significar. “É um homem extraordinário, não apenas um profissional fora da curva mas um ser humano muito especial, com essa coragem para reflectir sobre a sua própria instituição, a despeito de cálculos de carreira. Não me parece disposto a sacrificar as suas convicções a favor de uma estratégia.” O problema, diz, é o quanto ele está isolado. “Até onde vai o poder individual num posto desse tipo? A qualquer momento é substituído e esse trabalho cai, por não haver uma compreensão global dentro da polícia.” O próprio Luiz Eduardo, ex-secretário de segurança, viveu uma experiência de “derrota e estagnação”.

Mas o contexto das manifestações é favorável a discutir direitos humanos e questões de segurança pública, tal como o horizonte político do Rio, a tender para a esquerda, crê Luiz Eduardo. “A conjuntura aponta para uma desmilitarização, e esse será o momento do coronel Ibis.”

Amanhã: O futuro em rede

As reportagens no Brasil são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Coronel Ibis é retirado da Academia da Polícia Militar, mas vê bem nova missão

Até fim do ano, haverá uma mudança na polícia que está nas ruas do Rio de Janeiro, garante o coronel Ibis. O comando acaba de o tirar da direcção da Academia. Ele encara com optimismo a mudança para o QG

O Brasil na rua (5)
Alexandra Lucas Coelho,
Rio de Janeiro

O coronel Ibis Silva Pereira tem uma visão positiva dos próximos tempos no Rio de Janeiro: “Eu ousaria dizer que, até ao ano que vem, vamos assistir a uma grande transformação na polícia, te garanto, pode me cobrar.” Soube há 48 horas que, a 23 de Agosto, deixará a direcção da Academia de Polícia Militar (PM), onde liderava uma formação inovadora, e irá coordenar a Direcção de Ensino da PM, no Quartel-General (QG), como subdirector. Uma surpresa, para ele e para os alunos, mas que Ibis está a encarar como “promoção”.

Esta conversa ao telefone aconteceu ontem à tarde. De manhã, saíra no PÚBLICO o texto sobre a visão de Ibis como formador da nova polícia do Rio. Logo depois, a repórter recebia a informação de que o coronel fora retirado do cargo na terça-feira, dia em que estreava na academia um inédito ciclo de palestras com 12 pensadores convidados pelo curador Aduino Novaes, e proposto pela FLUPP (festa literária nas favelas com UPP, Unidades de Polícia Pacificadora).

A notícia de que Ibis fora chamado ao QG correu entre os oficiais e praças que ouviam o filósofo francês Francis Wolff, na primeira palestra. O ambiente era de apreensão, conta ao PÚBLICO Júlio Ludemir, da FLUPP. “Percebi que a resposta à palestra não fora tão participada. Quando perguntei porquê ao coronel Ibis, ele respondeu que todos estavam sabendo que ele iria ao QG, que quando se vai ao QG é para subir ou descer, e que todos os cargos acima dele já tinham sido preenchidos pelo novo comando.” Há 10 dias, no meio de múltiplas críticas à acção da polícia, foi nomeado um novo comandante-geral da PM no Rio de Janeiro, o coronel José Luís Castro Menezes.

Quarta à noite, quando Ludemir conseguiu falar com Ibis para saber o que acontecera no QG, ele estava “abatido” com o afastamento da academia: “Mas o tempo inteiro preocupado em garantir o ciclo

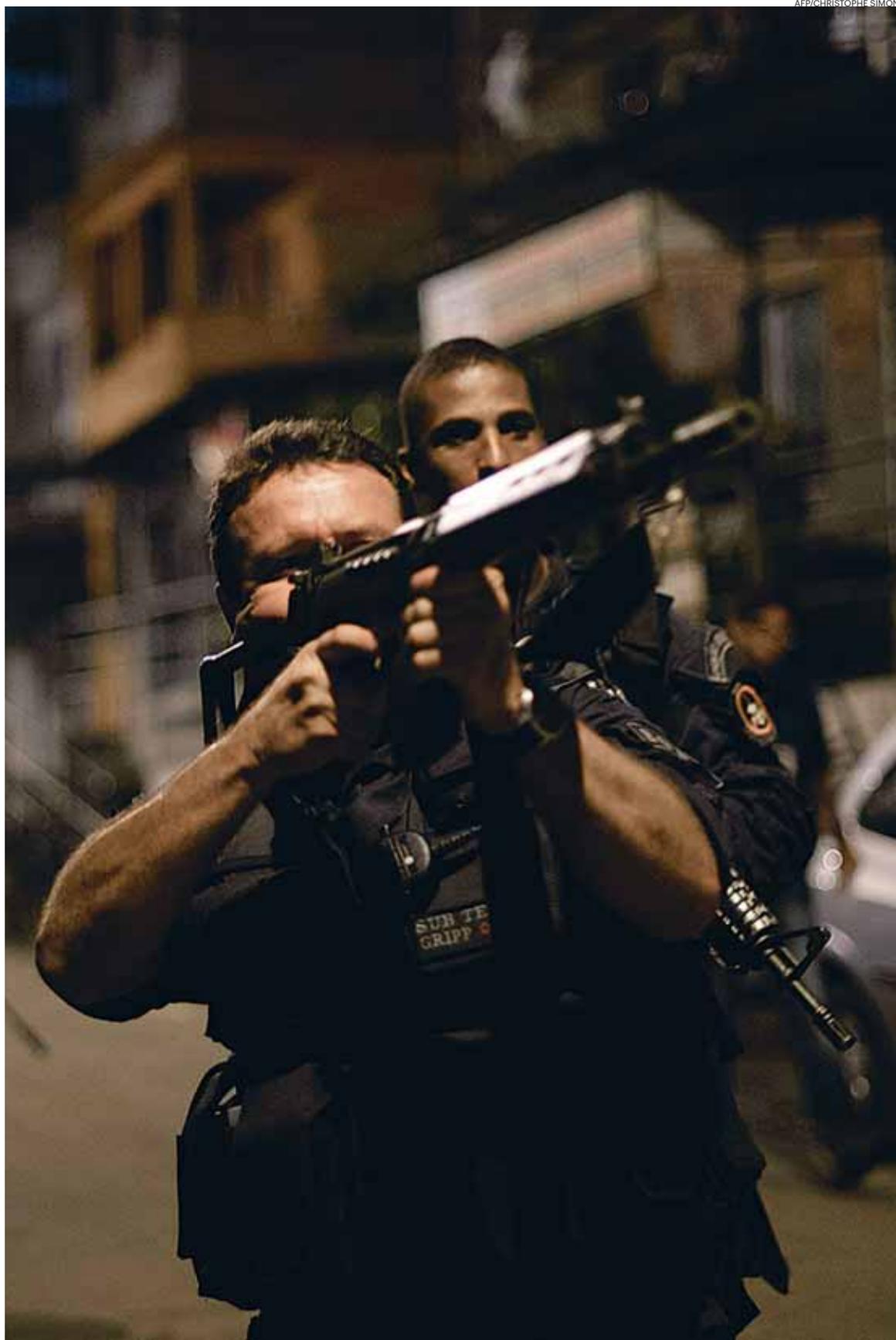
de palestras, garantindo que o sucessor era um seu amigo de escola e que iria trabalhar [na Direcção de Ensino] com uma pessoa por quem tem imenso respeito.”

Ontem, quando o PÚBLICO falou com o coronel, Ibis confirmou que lhe custará o afastamento. “Confesso que demorou a cair a ficha [tomar consciência]. Tenho uma ligação muito afectuosa com os meus alunos. Acredito numa pedagogia do amor. Cuido daqueles meninos como se fossem meus filhos, então o meu coração ficou estremecido. Senti como um pai que se vai separar dos filhos.” Mas quando a ficha caiu, a sua conclusão foi: “É uma chance que o comando está dando de a gente transformar a polícia militar, implementar esse processo de pacificação [nas favelas].”

O que ouviu no QG?: “Que o meu trabalho era muito reconhecido e me convidavam para a Direcção de Ensino. Como é a cúpula nessa área, eu não estava preparado, não esperava um convite tão honroso.” Será subdirector do coronel Antonio Carballo, oficial com quem tem “uma afinidade há 30 anos”. Em suma, crê que a sua visão para uma nova polícia será reforçada? “Sem dúvida. E a sociedade vai verificar isso concretamente nas ruas. Pensamos ampliar a formação actuando na cultura policial: os símbolos, o ideário, repensar o próprio papel da instituição.”

Não teme que estar no QG o afaste do terreno? “Não. Nunca me afasto da sala de aula. Serei um subdirector muito presente na academia.” Onde o novo director será outro parceiro seu, o coronel Cristiano Gaspar. “É um dos oficiais mais brilhantes que conheço, há 28 anos, um dos grandes amigos que tenho, formado em Direito, espírito democrático, brilhante orador, um intelectual. Na quarta-feira, vou apresentá-lo ao Aduino, ao pessoal da FLUPP. A escola não vai perder com a minha saída. É só a questão dos afectos.”

O ciclo de pensadores “é um compromisso da instituição”, o próprio comando o encarregou de continuar à frente desse projecto, até Outubro. “A intelectualidade



Agente do BOPE, a tropa de elite da Polícia Militar, que está em ascensão naquela força



Breves

Aniversário

Fidel Castro não esperava ter chegado aos 87 anos

O ex-Presidente cubano Fidel Castro reconheceu no jornal *Granma* que não esperava viver até aos 87 anos, que completou terça-feira. Renunciou em 2008, com uma doença grave nos intestinos. “Assim que percebi que seria definitivo, não hesitei em cessar funções como Presidente... e propus que a pessoa designada para a tarefa a assumisse imediatamente.” No caso, o irmão mais novo, Raúl Castro.

Balanço

24 mil imigrantes desembarcaram em Itália num ano

Nos últimos doze meses, 24.277 imigrantes desembarcaram na costa italiana, anunciou o Ministério do Interior do país. Um terço dos migrantes, 8932, chegou ao país nos últimos 40 dias do período contabilizado, ou seja, entre 1 de Julho e 10 de Agosto. O mar calmo tem favorecido as viagens de barco, que têm aumentado no Sul, em especial na Sicília e na Calábria.

Libano

Vinte mortos em explosão em zona do Hezbollah em Beirute

Pelo menos vinte pessoas morreram numa forte explosão que abalou ontem a zona sul de Beirute, bastião do movimento xiita Hezbollah. A explosão, provocada por um carro-bomba, ocorreu num local densamente povoado, com muitos danos em carros e edifícios. A razão mais apontada é o envolvimento do Hezbollah no conflito armado na vizinha Síria, a favor das forças de Assad.

dentro da polícia é uma coisa que a gente precisa de espalhar.” E no novo cargo terá outra amplitude: “Dialogamos com as direcções de ensino de outros estados.” Em Dezembro sai para a rua a primeira leva de 167 oficiais formados por ele, “com um currículo que já dialoga com uma filosofia de polícia de proximidade”.

Entretanto, Ibis continuará a ser o presidente do inquérito sobre as nove pessoas mortas pelo BOPE (tropa de elite da PM) na favela da Maré durante as manifestações de Junho.

A ascensão do BOPE

Nas movimentações que neste momento acontecem dentro da PM, o antropólogo Luiz Eduardo Soares, grande conhecedor de segurança pública, alerta para o “deslocamento de oficiais do BOPE para posições-chave na nova estrutura”. Esse é um dos factores que o levam a ter “cepticismo”. Outro é “o deslocamento de um ex-porta-voz, o coronel Frederico Caldas, para uma posição central, a de comandante das UPP”. Este antropólogo vê-o como “uma figura identificada com a instituição, incapaz de palavras contrárias à orientação oficial”, uma espécie de “político da PM”, que traduzirá uma visão das UPP como “marketing e relações públicas”.

Ou seja, há sinais contrários à visão de Ibis. Entretanto, Ibis declara-se optimista. “Vamos ver se o optimismo vai se justificar”, acautela Luiz Eduardo. “Se há um respaldo político suficiente. Tomara que sim. Ibis e o Carballo são as duas estrelas do pensamento crítico na PM. Mas eu conheço a marca conservadora da instituição, que é muito forte. É prudente mantermos uma reserva de cepticismo. E a gente não deve iludir-se quanto a isto: os avanços no Rio não substituem uma profunda transformação da polícia em todo o Brasil, o que implica mudanças na Constituição.”

Amanhã, última reportagem: O futuro em rede

As reportagens no Brasil são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Parada no santuário Yasukuni, com fardas do tempo da II Guerra

Mesmo sem ir a santuário polémico, Abe irritou a China

Japão

Maria João Guimarães

O primeiro-ministro não foi a Yasukuni, onde são glorificados criminosos de guerra, mas três ministros e 89 deputados fizeram-no

O primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, lançou-se num exercício de equilíbrio no dia em que se assinala o aniversário da derrota do Japão na II Guerra Mundial. Tentando agradar à sua base conservadora, enviou um colaborador com uma oferta ao santuário de Yasukuni, mas não o visitou. No entanto, não conseguiu evitar a reacção da Coreia do Sul e da China.

Alguns líderes japoneses compararam o santuário de Yasukuni ao cemitério de Arlington, Virgínia, onde os EUA têm os seus heróis de guerra. O local desperta oposição por glorificar, entre 2,5 milhões de mortos japoneses em guerras, 14 condenados por crimes de guerra na II Guerra Mundial. “Yasukuni é a montra para uma visão sem remorsos da agressão japonesa na guerra”, comenta Jeffrey Kingston, professor da Temple University Japan, em Tóquio.

Estes criminosos, dos quais sete foram executados por enforcamento após a guerra, foram honrados no templo numa cerimónia secreta em 1978 – o templo é gerido por uma fundação privada, e desde a década de 1970 que nenhum imperador visita o local, justamente pela presença destes criminosos de guerra.

Ontem, para além do enviado de Abe, foram rezar a Yasukuni três

ministros – a título pessoal e não oficial, sublinhou o chefe de gabinete Yoshihide Suga. Também um grupo de 89 deputados, incluindo o responsável político do partido de Abe, estiveram em Yasukuni.

Abe não tinha visitado o local no seu curto anterior mandato como primeiro-ministro, ao contrário do seu antecessor, Junichiro Koizumi, que entre 2001 e 2006 fez questão de visitar o local – e com isso contribuiu muito para o afastamento entre o Japão e a China, por um lado, e a Coreia do Sul, por outro. Mas tinha declarado que se arrependia da decisão e na campanha prometeu uma visita. Mas ao querer evitar alienar Pequim e Seul, nem que seja porque precisa deles para o crescimento económico que quer para o Japão, acabou por não ir, enviando apenas um representante.

Mas a sua tentativa de ambiguidade de ontem não foi suficiente. A China chamou o embaixador japonês em Pequim para protestar. “Não interessa de que forma ou usando que identidade é que os líderes japoneses visitam Yasukuni... É uma tentativa intrínseca de negar e embelezar a história de invasão dos militaristas japoneses”, disse o Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês em comunicado. Um general chinês na reserva, Luo Yuan, fez outra comparação: “Imaginem o que o mundo pensaria da Alemanha se prestassem homenagem ao chefe dos nazis, Hitler?”

Tudo isto se junta a outras promessas fortemente nacionalistas: Abe quer rebaptizar as Forças de Autodefesa em Exército de Defesa Nacional e alterar a Constituição pacifista redigida, e imposta, pelos EUA em 1947.

Manning desculpa-se por danos aos EUA

WikiLeaks

Soldado americano que passou informação a site anti-secretismo diz não ter tido consciência dos efeitos da sua acção

O soldado norte-americano Bradley Manning, condenado no mês passado por ter dado uma enorme quantidade de documentos à WikiLeaks, disse lamentar as suas acções e ter prejudicado os Estados Unidos, quando está prestes a conhecer a sentença.

A declaração de quarta-feira foi a primeira em que Manning lamentou publicamente a acção, que levou à maior fuga de informação classificada da história dos EUA, e pela qual foi preso em 2010.

Manning, de 25 anos, foi condenado na semana passada por vários crimes no âmbito da Lei da Espionagem, mas foi declarado inocente do crime de “ajuda ao inimigo” – porque a informação divulgada pela WikiLeaks poderia ser usada pela Al-Qaeda, alegava a acusação –, que lhe teria valido prisão perpétua sem possibilidade de liberdade condicional. A pena será anunciada na próxima semana e será, no máximo, de 90 anos de prisão.

“Percebo que tenho de pagar”, disse. “Lamento as consequências não intencionais das minhas acções. Quando as tomei, acreditei que estava a ajudar pessoas, não a prejudicá-las.”

A declaração seguiu-se a três dias em que a defesa de Manning chamou testemunhas abonatórias. Os advogados dizem que Manning mostrava claros sinais de problemas de saúde mental e que o Exército não o deveria ter enviado para uma zona de guerra nem o ter deixado ter acesso a informação confidencial.

O psicólogo clínico Michael Worsley tinha recebido um *email* de Manning com uma foto do soldado de baton e peruca loura, com o título “o meu problema”. Manning dizia pensar que este “problema” iria “desaparecer” com uma carreira militar.

Até agora, Manning sempre tentou justificar as suas acções, dizendo que pretendia provocar um debate global sobre as guerras no Iraque e no Afeganistão. Agora pensa de outro modo: “Quando olho para as minhas decisões, pergunto-me como é que pude pensar que poderia mudar o mundo. Era um simples analista.”

O futuro em rede

Um no Rio de Janeiro, outro em São Paulo, dois nomes centrais da cultura digital olham para a actual convulsão no Brasil e antecipam o que aí vem: democracia, política, *media*, cultura

O Brasil na Rua (6)
Alexandra Lucas Coelho,
Rio de Janeiro

Tudo o que está a acontecer no Brasil já estava lá, a crescer, ignorado, diz Ronaldo Lemos. Jurista, perito em propriedade intelectual, representante do MIT Media Lab, ele é, aos 37 anos, um nome obrigatório sempre que se fala de cultura digital. “Há uma mudança na esfera pública brasileira, provocada por uma mudança de *medias*”, resume. “Antes, você ia até Brasília e os deputados tinham os jornais na mesa e tomavam decisões de acordo com essa pauta [agenda] pública. Com a chegada da Internet, essa outra esfera digital foi sendo progressivamente ignorada. As demandas dos manifestantes já estavam na Internet e, de repente, ao serem totalmente ignoradas, a situação se tornou insustentável.”

E isso “muda a relação entre democracia e esfera pública”, diz. “A rede passa a ocupar esse lugar da formação de opinião. As pessoas sentem que ali são escutadas, que estão em rede e o Estado é que está desconectado.” O que aconteceu no começo de Junho foi que o Estado acorudou.

Ronaldo dá um exemplo fresco: “O Estado brasileiro acaba de fazer uma licitação pública para a compra de um sistema de análise de debates em redes sociais.” Ou seja? “Se você é ministra, na sua mesa vai ter um *clipping* das notícias mas também o balanço das discussões na Internet. A dieta de *media* de uma agência governamental vai ser mais rica.”

Que efeito terá isso na democracia? “Um enriquecimento potencial. O sistema é o mesmo, mas orçamentos participativos e consultas populares voltam a fazer parte do debate, e há uma expectativa de que as vozes libertadas pelas tecnologias possam ter um impacto directo na democracia.”

A representatividade não será uma questão? “Sim, essas vozes se libertaram por exemplo no Facebook, que não é um canal de igualdade entre as vozes, é filtrado por algoritmos, e muitas vezes grupos conseguem ocupar o canal, como se fossem uma maioria. É uma forma de *media* totalmente imperfeita quanto a representatividade. Por isso, a tarefa governamental é muito importante para criar canais sem essas distorções das redes sociais.”

Como? “Sou um entusiasta de ideias como minipúblico: em territórios delimitados, seleccionar grupos de cidadãos que tenham representatividade estatística e diversidade aleatória. Isso seria um contraponto que equilibraria o discurso desequilibrado da rede social, onde o que se vê é muitas vezes a representação de 50 ou 100 pessoas que se organizam para ocupar aquele canal.”

Esta convulsão também traz ao de cima “um descompasso entre a sociedade que se está a organizar em formas horizontais, não hierárquicas, sem líder, e o Estado, com um sistema baseado no modelo de democracia representativa”, nota Ronaldo.

“Essa geração mais jovem passa a ter expectativas muito diferentes, o que gera crises de legitimidade, e tensão.” O risco, alerta, não é que a democracia acabe, mas que o sistema político se marginalize, perante jovens com “anseio de velocidade e transformação”, que “não tenham a menor vocação para ingressar” nele. “Essa é uma questão que vai gerar instabilidade nos próximos anos.”

Reforma política

O que há a fazer? “O primeiro passo é uma reforma do sistema político que o torne mais aberto e permeável. Tribos diferentes estão se organizado e o sistema continua do jeito que está, por exemplo com um financiamento



A resposta inicial do Governo aos protestos foi boa, mas não se estão a ver progressos na esfera política

privado de campanhas que admite doações ocultas. Falhas muito graves.

O segundo passo é a transformação das formas de participação para além das eleições, construir oportunidades periódicas. Aí entram os orçamentos participativos, os minipúblicos, pesquisas deliberativas, territórios decidindo como se vai aplicar o orçamento lá. A cidade será o elemento dessa transformação, justamente por ser um território específico. E Ronaldo alerta: “Enquanto isto não acontecer, esses colectivos vão continuar a se digladiar porque não têm forma de participar no sistema político. A situação só se agravará.”

Como avalia a reacção dos governantes brasileiros aos protestos? “A resposta inicial foi muito positiva. O Congresso começou a votar leis paradas há muitos anos, derrubou a PEC 37 [Proposta de Emenda Constitucional, que retirava poderes ao Ministério Público, dando à polícia o monopólio da investigação]. Precisou de milhões na rua, mas durante um mês e meio demonstrou que podia funcionar se quisesse. Tanto da parte da Presidente [Dilma Rousseff] como do Congresso, surgiu um rol de propostas.

Mas depois essa energia se dissipou.” É “nesse momento que estamos, vendo que não há um

progresso na esfera política”, diz.

“Há uma preocupação do Governo com as redes sociais, mas para as monitorar, não para fazer essa transformação. Devia ter sido criado um canal permanente, em vez disso houve um relâmpago. O problema é que enquanto o Estado está imóvel, perplexo, a sociedade está em alta transformação.” Mais uma vez, “isso vai criar tensões”.

No Rio, por exemplo, “nunca houve uma vontade tão grande que as eleições estivessem mais próximas”. O governador Sérgio Cabral tornou-se o maior alvo local de protestos e só em Outubro de 2014 se votará para um novo governo estadual.

“A situação é muito tensa,



JUNIOR LAGO/REUTERS

numa cidade que sempre sofreu questões de segurança pública à flor da pele. Existe um desejo grande de transformação, as pessoas sentem que a eleição está longe de mais e isso leva a uma vontade maior de participar.”

Ronaldo cita a proposta de teleférico na favela da Rocinha. “Não foi feita nenhuma consulta com validade estatística sobre se as pessoas queriam o teleférico ou escolas ou saúde. Aí as pessoas saíram à rua a dizer que não queriam o teleférico e queriam ser ouvidas.”

Amadurecimento

Se Ronaldo Lemos mora no Rio e trabalha no sector privado, Rodrigo Savazoni mora em São

Paulo e trabalha dentro do poder público. Aos 33 anos, é chefe de gabinete do secretário municipal de cultura de São Paulo, Juca Ferreira (o homem que foi braço direito e sucessor de Gilberto Gil no Ministério da Cultura do Governo Lula). Savazoni co-organizou o livro de ensaios *Cultura Digital*, co-fundou a Casa de Cultura Digital, foi parceiro de colectivos como o Fora do Eixo (FdE). É um entusiasta dos avanços sociais do Governo Lula.

“Essas manifestações fortalecidas pela Internet são a consequência de um amadurecimento da democracia brasileira”, resume, ao telefone desde São Paulo. “Houve um processo de melhorias que

impactou muito as juventudes urbanas. Desse choque você tem a emergência de novos actores, que são o caldo das manifestações. Portanto, elas são um aperfeiçoamento da democracia. Talvez o ciclo pós-ditadura tenha se encerrado e agora estejamos enfrentando um novo projecto de nação, de médio-longo prazo.” Isto embate nos modelos organizados de política, “evidencia a diferença entre os meios e os propósitos dessa juventude urbana e os políticos tradicionais”.

Savazoni lembra que das Primaveras Árabes à Turquia ou aos Estados Unidos, “a primeira reacção dos governos quanto às manifestações tem sido o exercício do monopólio da força”, o que não aconteceu com o Governo de Dilma Rousseff. “A Presidente entendeu a importância, foi à televisão apresentar propostas, incluindo a reforma do sistema político.”

Enquanto “em São Paulo e no Rio as polícias eram colocadas como instrumentos de repressão, o que foi um factor de amplificação das manifestações”, lembra. “Não vou entrar na questão de saber se foi efectivo, mas o Governo federal não ignorou nem reprimiu.”

Golpes

Que fazer da democracia agora? Savazoni evoca o Brasil de 1964, quando os militares tomaram o poder: “Havia ebulição político-cultural, ciclo de crescimento e internacionalização, mobilização da juventude, e vem a interrupção por meio de um golpe. A tese do golpismo apareceu na esquerda agora, de que nessas manifestações haveria um germe autoritário, de que poderiam ser o cavalo de tróia de uma direita golpista. Acho uma tese delirante.”

Mas também não partilha “uma análise esfuziante, como se este fosse um momento único e definitivo, um processo revolucionário radical”. O que é então? “Um levante popular generalizado, ocasionado pela consolidação da democracia, para a acelerar.”

Savazoni concorda que “o modelo representativo actual não atende os anseios da população nem a classe política”, começando por isto: “Você

“Grande parte de quem foi para a rua agia dentro da democracia pela primeira vez. Não eram organizados, nem politizados, mas diziam que a política é parte da vida deles.”

Ronaldo Lemos

“O risco não é que a democracia acabe, mas que o sistema político se marginalize, perante jovens com anseio de velocidade e transformação, sem vocação para ingressar nele.”

Rodrigo Savazoni

força um tipo de coligação muito pouco transparente para a governabilidade que confunde a todos, incluindo os próprios agentes [é esse o modelo da coligação presidencial brasileira, que inclui um leque alargado de partidos políticos].”

Mas não acha que as ruas estejam contra a democracia. “Grande parte de quem foi para a rua eram pessoas que estavam agindo dentro da democracia pela primeira vez. E há uma disputa nas ruas, um grande conjunto de agentes não organizados, não politizados, participando dos processos, dizendo que a política é parte da vida deles.”

Viu isso germinar quando trabalhava na parte *online* da campanha de Lula, em 2002. “Depois, com [o Ministério da Cultura de] Gil-Juca, o Estado tentou abrir-se a esse processo, actualizando o desafio da esquerda.” Era “o frescor das lutas sessentistas, tropicalistas, dentro do quadro de um projecto de superação da desigualdade

trazido pelo Lula”, diz. “Isso estimulou muitas forças. Esse conjunto de valores está agora nas ruas: desenvolvimento com diversidade, pacto indígena e racial, o papel central da cultura no processo capitalista contemporâneo, a construção de redes.”

Lembra o desafio de Gil em 2004: “Uma revolução cultural, não a de Mao, em que os artistas se transformem em lavradores, mas em que todo o lavrador, todo o brasileiro possa fazer valer o seu agir cultural. Essa utopia é fascinante. E depois da virada de Lula para Dilma perdeu força.”

Quando Ana de Holanda ficou com a pasta da Cultura, até ser substituída por Marta Suplicy. A nova ministra, diz Savazoni, “não faz oposição sistemática ao que a precedeu, como Ana de Holanda, mas não vejo o mesmo desafio, ela tem uma abordagem mais tradicional, não é uma militante cultural”.

Um dos protagonistas que emergiram da convulsão e na convulsão foi o muito discutido Pablo Capilé, do Fora do Eixo (ver reportagens 2/3 desta série). “Pablo é uma grande liderança, com capacidade de articulação, e ele vive para isso”, diz Savazoni, seu amigo.

A controvérsia não o impressiona. “O lábio do Pablo é o dedo mindinho do Lula”, diz, evocando os dois *handicaps* físicos que os marcam. “Vejo que há uma disposição de desconforto em relação à figura do Pablo. Talvez a emergência de alguém com tanta força faça surgir essa virulência. As pessoas não querem esclarecimento, querem linchamento.”

Na última entrevista que deu, Capilé disse que todas estas redes que vieram à tona vão ser decisivas no ano que vem, que “a tomada de Junho vai desembocar em 2014 de forma forte”. É ano de eleições estaduais, presidenciais e de Copa do Mundo.

Última reportagem da série

As reportagens no Brasil são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais





Mário Braz

Só um pouco mais alto do que o centeio

Sabemos que todas as vidas davam romances. Mas muitas vidas dão também para fazer a história de um país. Ao longo deste mês contaremos uma série de histórias de vida, de pessoas um pouco por todo o país. São retratos que nos retratam

História de uma vida, história do país (1)
Susana Moreira Marques

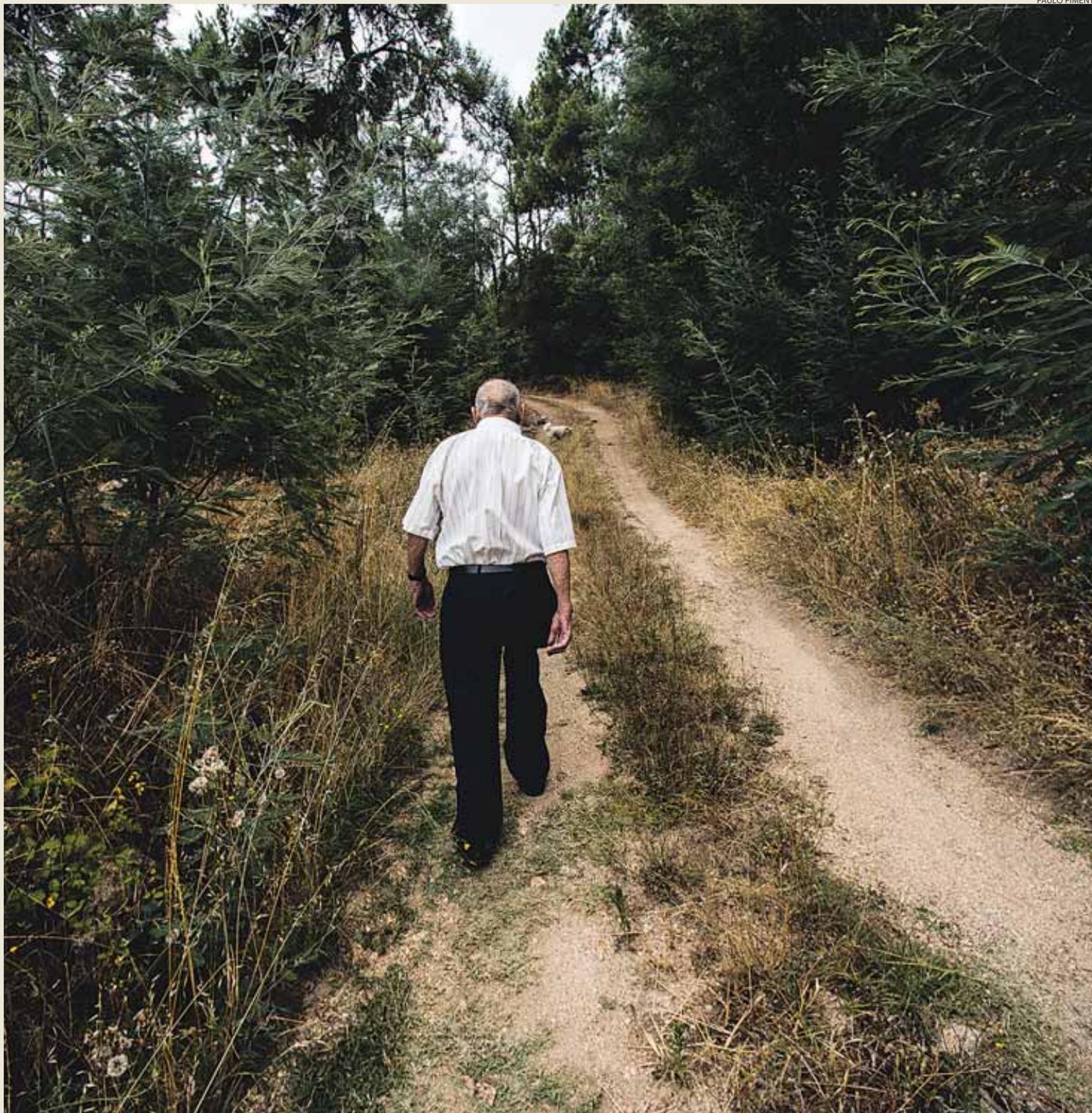
Mário Braz vive numa casa de dois pisos logo à entrada de Vidago. Fica muito perto da quinta que continua a cultivar, sozinho com um tractor, aos 94 anos, e da casa onde vivia com a mulher antes dela morrer. Por trás dessa casa antiga, que está quase intacta, com móveis e objectos no lugar mas de janelas fechadas, escura e empoeirada, uma das suas netas está a construir uma casa nova, moderna, com desenho de arquitecto.

À entrada da casa onde vive agora sozinho tem alguns diplomas dos filhos e netos que se formaram e ainda no piso térreo, com uma porta dando para uma pequena rua traseira, tem um espaço amplo que lhe serve de escritório, onde ainda se senta, tratando de papéis e contas. Numa estante ao lado da

secretária tem os *dossiers*, datando de negócios muito antigos. Ao lado de um sofá comprido, está o baú que a sua mãe levou para o Brasil, no princípio do século XX, ainda ele não tinha nascido, numa viagem que se tornou lendária na terra porque trouxe depois com ela roupas, canções e ideias de Carnaval.

A sua rotina faz-se quase toda entre esta casa e a quinta num velho Mercedes branco, sempre acompanhado por um pequeno cão também branco.

Costuma almoçar no restaurante em frente, O Resineiro, que é também café e residencial e que foi o lugar onde me instalei em Vidago e onde me cruzei com uma série de pessoas que, como Mário Braz, tinham histórias para contar que mostravam, em carne viva, a história do país: um bombeiro reformado que tinha ainda pesadelos com a Guerra Colonial e de vez em quando ainda sentia uma alegria doida por ter pernas; um homem que trabalhou muito para ter um pequeno negócio, com uma filha que viajou tudo o que os antepassados não puderam e



PAULO PIMENTA

Aos 95 anos, Mário Braz diz que só fará uma grande festa aos 100, entre a sua casa e a estrada, num pátio

uma neta com tanta intensidade dentro dela e tantas escolhas que foi a vários exorcistas para tirar um mal que talvez não fosse mais do que um mal próprio do seu tempo.

Antes de partir de Vidago, almoço com Mário Braz no Resineiro e as pessoas que entram e saem vêm todas cumprimentá-lo. Algumas usam o tom que empregam para todos os velhos, falam alto, soletrando as sílabas, agarrando-lhe a mão, com pena. Outros falam com o respeito que impõe o dinheiro, sobretudo ganho por quem não tinha nada.

Ali, toda a gente o conhece, o Sr. Mário, o contrabandista. Faltam poucos dias para fazer 95 anos.

“

A fronteira era então física, real, perigosa. Os corações batiam alto. O dia seguinte, se tivessem sorte, seria bom

”

Diz que só fará uma grande festa aos 100, ali mesmo, entre a sua casa e a estrada, num enorme pátio com espaço para ter comida, bebida, baile e luzes que brilhem toda a noite, que iluminem o medo.

Atravessando a fronteira

“Pai Nosso que estais no céu, santificado seja o Vosso nome...”

Andava sempre com o pai-nosso na boca. Habitou-se desde cedo que era assim, nos momentos de aflição acreditava-se com fervor e era de facto útil saber o pai-nosso. Saía de casa à noite com os irmãos, ele com 12, 13 anos, era o mais novo. Levavam às costas cestos com 15 quilos de café. Caminhavam os cerca de 30 km até Espanha, como

cegos, rapidamente aprendendo os caminhos. Esvaziavam os cestos e voltavam a enchê-los de perfumes e outras coisa boas, pequeníssimos luxos. Regressando a casa, vinha com a mesma sensação de desconhecido, como seria amanhã?

“... Venha a nós o Vosso reino, seja feita a Vossa vontade, assim na terra como no céu...”

As primeiras pessoas que “passou” foi por acaso. Era taxista e, porque se tratava de mais dinheiro do que um frete normal, aceitou levar algumas pessoas até junto da fronteira a um contacto. Vieram procurá-lo e levaram-no para a PIDE no Porto. Foi espancado. Dava para esquecer o pai-nosso, esquecer tudo o que tinha aprendido. Um agente agarrou-

o no ar e antes mesmo de largá-lo chegou outro que o impediu.

Estar vivo era estar já em estado de graça e quando saiu foi logo a Verín, do outro lado da fronteira, entrou num hotel, fez perguntas.

- Mira este... Usted es portugues?

- Sí.

- Mira, esos mismos ahí son los que buscas.

Um era francês e o outro espanhol, e começou a trabalhar com eles. Precisava de dinheiro para pagar o empréstimo que tinha pedido para cobrir o dinheiro da fiança. E estar na polícia tinha-lhe dado raiva. Já que tinha passado por aquilo, então faria por merecê-lo.

“... O pão nosso de cada dia nos dai hoje...”

Por vezes, rezava também pelos outros, pesar-lhe-iam caso algo corresse mal. Não falava com as pessoas que transportava. Não sabia os seus nomes nem profissões, se queriam imigrar para trabalhar, para fugir à PIDE ou, a partir de 1961, para escapar à Guerra Colonial. Deles sabia apenas que queriam chegar a França, a Bordéus ou a Paris, e que vinham de muitas partes do país, desde o Alentejo; deles guardava ainda metade de uma fotografia que traziam. Eram quase sempre homens e não gostava quando tinha que levar mulheres.

Não queria saber mais. Eles também pouco falavam até entrarem apertados na carrinha que esperava do outro lado.

A fronteira era então física, real, perigosa. Os corações batiam alto. O dia seguinte, se tivessem sorte, seria bom.

“... Perdoai-nos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido...”

Foi no ano em que nasceu que acabou a Primeira Grande Guerra e que por toda a Europa se mudaram fronteiras, mas esta fronteira tinha-se mantido igual. As décadas foram passando e o problema era manter-se tão igual, tudo sem mudança. O país ia ficando cada vez mais fechado, o mundo crescendo lá fora. Mas não pensava nada disto quando atravessava os caminhos estreitos por entre o centeio que chegava por vezes à altura do peito. Só um pouco mais alto do que o centeio, ia à frente, um homem atrás, dois de lado, e entre eles, 40 pessoas, guiadas como um rebanho para não se perderem pela noite. Quando os carabineiros ouviam movimento, disparavam, e o grupo atirava-se para o chão. Deitados no escuro, esperavam.

“... E não nos deixeis cair em tentação...”

Em 1966, já tinha um televisor, era o primeiro da terra, e vinha tudo, até o padre, a sua casa, ver os jogos de futebol do Mundial, Portugal cada vez mais perto do primeiro lugar. Punha-se presunto na mesa e vinho e as pessoas gritavam e reza-

vam para que ao menos o futebol triunfasse.

Foi nesse ano que voltou a ser preso. Voltou a ser torturado: quatro dias e quatro noites sem dormir, um homem em frente, um revólver em cima da mesa entre eles. Cumpriu pouco mais de um ano de prisão e voltou cansado de não dormir na sua cama, ao lado da sua mulher. Não queria continuar a passar aquelas noites fora, todas as semanas, sem dormir ou a dormir sobressaltado até saber que os homens que passara tinham chegado e que não tinha sido apanhado. E já tinha passado tanta gente. Pelas suas contas, a um ritmo de duas noites por semana, 40 homens de cada vez, durante três anos, já teria passado pelo menos 10 mil. Não podia ter a certeza porque não guardava provas. Quando o passador em Espanha lhe devolveu as metades das fotografias, ele juntava-as às suas metades, e a seguir queimava os retratos, os rostos contorcendo-se até desaparecerem. Deus sabia que a vida estava suficientemente cheia de sustos.

“... Mas livrai-nos do mal.”

Dinheiro, poder, terra

Quase todas as suas memórias de infância e juventude são de trabalho. O primeiro trabalho que fez foi

a vender o almanaque *O Seringador* nas feiras. Depois foi britar pedra. Era pedra que iria para uma das estradas que levavam ao Vidago Palace e iria ser percorrida pelos melhores carros do país. O hotel, projectado no tempo do rei D. Carlos, inaugurado já na República, era, naquele canto de Trás-os-Montes, um dos melhores da Europa.

Depois, passou os portões do Palace e começou por limpar os sapatos daqueles que lhe pareciam ser grandes homens, com os seus carros, fatos, e o desinteresse com que davam uma gorjeta. Mais tarde, através de um conhecimento feito no hotel, foi trabalhar para a casa do cônsul da Dinamarca em Lisboa. Era um de seis criados. Serviu à mesa o cardeal Cerejeira, o próprio António de Oliveira Salazar. Sentia uma certa revolta e essa revolta era boa porque lhe dava ambição, vontade de poder. O poder era uma forma de libertação, de tentativa de governar o próprio destino. Depois de tirar a carta, conduzia a mulher do cônsul pelos chás de Lisboa. Voltou para Vidago em 1943, ao fim de sete anos, com sete contos poupados e a imagem da Amália a cantar em escadinhas no Cais do Sodré, de madrugada.

Com os sete contos mais dois em-

“

Voltou para Vidago em 1943, ao fim de sete anos, com sete contos poupados

”

prestados comprou um carro e começou a vida de táxi. O que ganhava, investia, arriscava qualquer negócio. Nas alturas em que pensava ter perdido tudo, que as houve, era preciso um bocado mais de coragem. Com o dinheiro que ia ganhando - e ganhou bem, depois dos anos da imigração, no contrabando de uísque e tabaco - foi sempre comprando propriedade. Isto é o que deixa. Para debaixo da terra não se leva nada.

Um homem chega ao final da vida e gosta de olhar para o que é dele: as casas, o terreno. Sabe, quando olha para o que é dele, que é dele porque não se deixou distrair. Sabe também que esse pensamento, de ter mais, matava muitos outros pensamentos, mas era assim que ele, não poden-

do fugir à história que o rodeava, usava a seu favor as circunstâncias. Um homem nem sempre consegue existir para várias coisas.

Nos últimos anos, preocupando-se com o que tinha e com o que poderia perder, sabia, apesar de tudo, que era melhor assim do que preocupar-se com não ter nada e não saber o que comer no dia seguinte, como tinha vivido na infância.

Se não tivesse sido pela necessidade de dinheiro, primeiro, e depois por alguma ganância, talvez tivesse sido um simples agricultor, sem tantas aventuras nem sobressaltos. Gosta verdadeiramente da terra, de pôr as mãos na terra e ver crescer da terra.

Atravessando a estrada

Vejo o Mário Braz afastar-se atravessando a estrada, com a destreza de um homem muito mais novo. Vê-se que é um homem que foi sempre jovem. Um homem que nunca pensou na idade. Lembra-se bem do passado talvez porque não pensa demasiado nele, nas suas possíveis diferentes versões.

Visitando o Hotel Palace de Vidago, não me atrevo escadaria acima. No longo corredor que vai dar ao bar e a um terraço voltado para o jardim, há portas abertas para salas

elegantes, confortáveis, vazias. Nas paredes, há pinturas de natureza com cores renascentistas, uma natureza que existirá em lugares muito distantes ou talvez apenas na nossa imaginação.

O jardim é inteiramente verde, de um verde luxuoso, mesmo no pico do Verão. Até na natureza há uma separação entre classes altas e classes baixas e há qualquer coisa de furtivo em andar aqui sem ser um hóspede.

À saída, um carro azul e branco, largo, de marca inglesa, imitando os carros antigos, daqueles que traziam no tecto grandes malas de couro e baús, percorre a estrada. É uma estrada comprida e arborizada, com qualquer coisa que faz lembrar um túnel, uma passagem de um mundo a outro. Tudo isto, estrada, edifícios, até o jardim, foi construído por muitos homens de quem não saberemos a história.

A série História de uma vida, história do país é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



PUBLICIDADE

EM 2013 HÁ
MAIS RAZÕES
PARA SER
LUSÓFONA!

MESTRADO | 2º CICLO
SOCIOLOGIA E ECONOMIA
DO TRABALHO: INTELIGÊNCIA
ECONÓMICA E COOPERAÇÃO
NO ESPAÇO LUSÓFONO

Prof. Doutor Manuel Carvalho da Silva | Diretor do curso

Entidades que colaboram com este Mestrado



CAMPO GRANDE, 376, 1749-024 LISBOA | INFORMACOES@ULUSOFONA.PT | TEL: 217 515 500



faculdade
de ciências sociais,
educação,
e administração



UNIVERSIDADE LUSÓFONA
de Humanidades e Tecnologias
Humani nibil alienum

www.ulusofona.pt

EU TENHO
RAZÕES
PARA
ESCOLHER!

Artur do Cruzeiro Seixas

A palavra amor é incendiária

Desenhar era um acto insensato. Ser homossexual era perigoso numa sociedade onde faltavam todas as liberdades. Foi uma das figuras do surrealismo português. Quis ser um homem como os outros. Foi mais livre, como todos os homens deviam ser

**História de uma vida,
história do país (2)**
Susana Moreira Marques

A sala tem as persianas corridas a metade; lá fora, Vila Nova de Famalicão com um movimento de cidade a sério. Artur do Cruzeiro Seixas mudou-se recentemente para aqui, para ficar perto do Centro de Estudos do Surrealismo da Fundação Cupertino de Miranda, a quem doou o seu espólio e a sua colecção de arte.

Enquanto vai falando, imagino a seu lado a sua mãe e o seu pai, com quem viveu até eles morrerem, o Mário Cesariny, o insubstituível, e ainda o Mário-Henrique Leiria, o António Maria Lisboa. Não se pode sobreviver sem continuarmos os diálogos com as pessoas ausentes que amamos.

Diz logo que não sabe dizer datas

e por isso não há quase datas neste texto. Mas lembra-se de 1949, ano da primeira exposição de Os Surrealistas, o segundo grupo surrealista português ou grupo dissidente, em que participou, e de 1950, quando saiu de Lisboa pela primeira vez, embarcando no *Rovuma*, fardado de branco.

Não se apresenta como artista. “Artista” soa a alguém que se acha mais importante do que os outros e ele quis ser simplesmente um homem. Mas é claro para mim, desde o primeiro instante, que ele não é um homem como os outros.

Tem 93 anos. Os olhos, as mãos, já não podem fazer os desenhos de traço fino pelo qual se reconhece um Cruzeiro Seixas. Trabalhou até muito tarde, quando já não podia desenhar, fazendo colagens com tudo o que lhe vinha à mão: revistas, sacos de papel, cartão usado. O momento em que deixou de trabalhar foi o momento em que, não estando morto, deixou de viver.

O pequeno apartamento podia estar em qualquer lugar, o que faz

a casa é o que está dentro: em cima da mesa de café, fósseis, com aquela brancura de cadáver, encontrados por pescadores na costa angolana; logo na parede em frente da poltrona em que se senta, um manuscrito de um poema do Mário Cesariny, assinado de Estremoz, 1949, com aquela letra sem reprimenda; por toda a casa, trabalhos seus, *cadavre exquis* feitos com outros surrealistas, quadros de amigos e de autores que admira; no corredor, um quadro muito pequeno, o único redondo, de Teixeira de Pascoaes, com duas figuras de chapéu numa meia lua, remando em pé como num canal de Veneza (atrás está escrito: “Eu e o Raúl Brandão sobre a lua... a fugir da Inquisição”); à porta, no primeiro passo, um quadro com fundo vermelho e fósforos pegados escrevendo: “A PALAVRA AMOR É INCENDIÁRIA”.

Um homem na água

O mar, ali aos pés, parecendo quase quieto. O corpo cortando a água. Já na areia, fazia desenhos no seu



caderno; a partir do momento em que descobriu que podia andar a desenhar por aí, levava sempre um caderno, um lápis e uma borracha. E foi quando estava a desenhar, naquela praia vazia, uma praia que só existia quando a maré vazava e que era pouco maior do que uma casa simples, que apareceu um rapaz de 18 ou 19 anos, seria alguns anos mais velho do que ele, com um saquinho onde trazia uma barra de sabão. Havia um fio de água – seria exagero chamar-lhe queda de água –, natural, que caía da rocha. O rapaz olhou para ele desconcertado por não se encontrar só na praia, mas despiu-se para tomar banho, como teria feito se estivesse só.

Foi a primeira pessoa que viu nua: um homem. Não podia, na altura, desenhar aquilo, o esplendor. Era uma visão que guardaria como íntima, como se ele próprio tivesse despedido o rapaz.

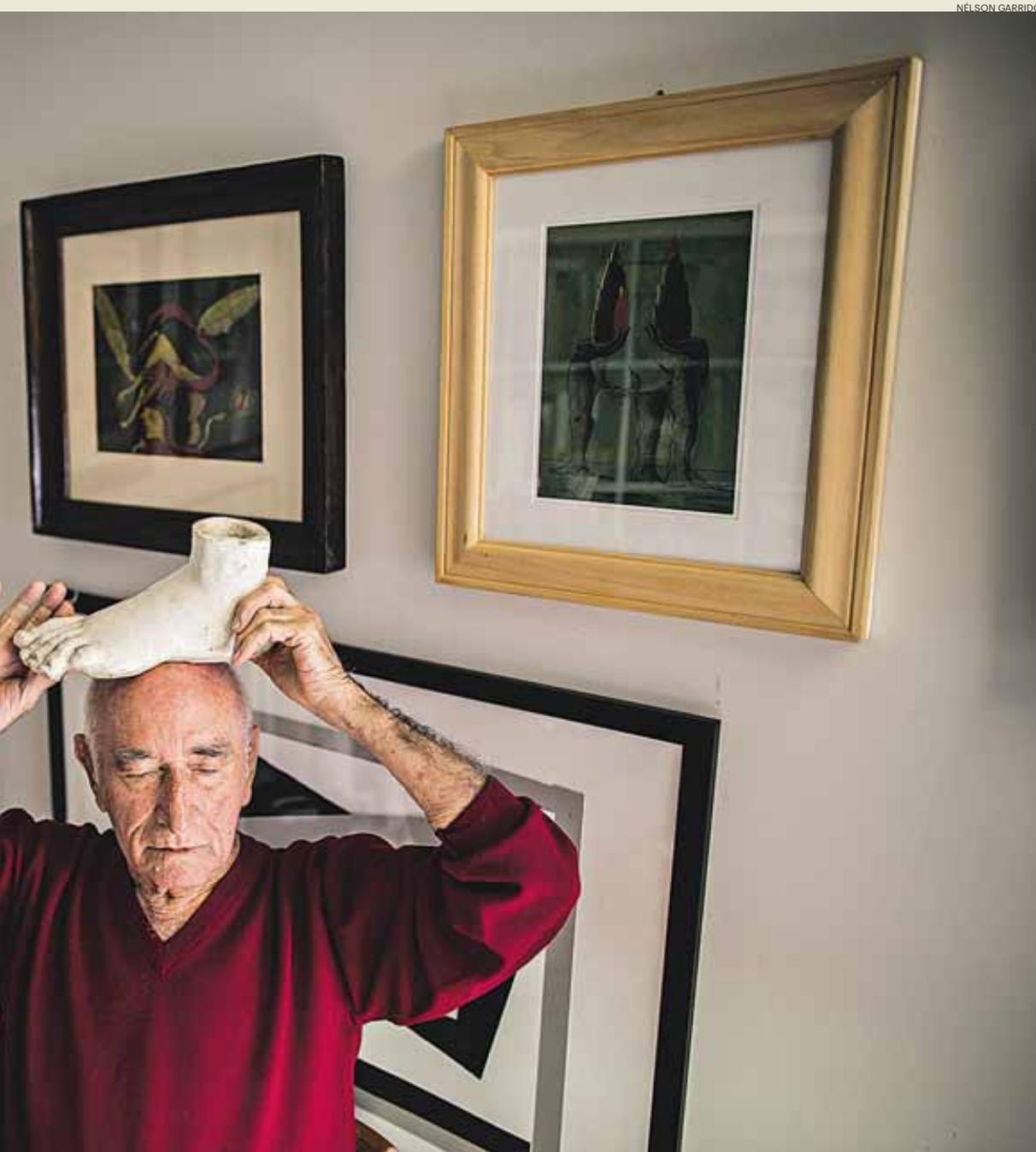
Só pensaria nisso dessa maneira anos depois, na altura limitou-se a olhar, de certa forma como olhava o mar, com fome de vida. E só anos

depois poderia ver a ironia em que tivesse acontecido numa praia, essa praia que aparecia e desaparecia todos os dias, coisa mágica, junto do forte de Santo António do Estoril, onde Salazar, três décadas depois, cairia da cadeira.

Quando em Lisboa, já adulto, levava para o atelier um marinheiro, via então nele reflectido esse mesmo olhar enquanto ele próprio ia ficando nu. Ele, então, despiu o marinheiro lentamente, a branca e bonita farda saindo por camadas.

Um homem no seu lugar

Max Ernst, o pintor surrealista de origem alemã, chegou a Lisboa acompanhado de Peggy Guggenheim, que o tinha conseguido salvar de um campo de detenção alemão em França, e reencontrou a inglesa Leonora Carrington. Tinham sido separados pela sua prisão, ela tinha fugido de França, tinha enlouquecido em Madrid, procurando Franco, planeando matar Hitler, tinha voltado a fugir de um manicómio espanhol. A guerra ti-



NÉLSON GARRIDO

nhá separado os surrealistas como tinha separado outras famílias. Ela pensava que Max Ernst estava morto. Há versões da história de amor que contam que se reencontraram num mercado de Lisboa; outras, sobre a Baixa da cidade, no topo do elevador de Santa Justa. Não se sabe o que disseram um ao outro. Voltaram a separar-se. Ele partiu de avião com Peggy Guggenheim, os filhos e o ex-marido dela. Ela partiu com um diplomata mexicano num barco que levava, por coincidência, alguns dos quadros dele para a América.

Artur do Cruzeiro Seixas não viu nem um nem outro nem os quadros, e só soube muito mais tarde que Max Ernst, uma das figuras mais importantes do surrealismo, tinha estado em Portugal. Os refugiados estavam ali mas os portugueses não os viam. Cruzavam-se, mas andavam realmente em mundos diferentes. Nessa altura, ele já tinha passado pela escola de artes António Arroio, mas não sabia ainda o que era o surrealismo.

Cruzeiro Seixas na sua casa, em Vila Nova de Famalicão, onde vive actualmente. Em baixo, com a mãe, perto de Luanda, em 1954. Em Angola, fez uma colecção de arte africana e uma exposição surrealista que chocou a sociedade colonial



O primeiro emprego que teve foi durante a guerra, a fazer senhas de racionamento para as pessoas poderem ir às mercearias buscar o que lhes cabia. Do grupo próximo de amigos que tinha conhecido na António Arroio ou nos cafés, ele era o único que tinha emprego. Foi tendo vários. Era, orgulhosamente, um empregado pouco dedicado, e desenhava sempre que podia no horário de trabalho. Faltava-lhe tempo e por pouco não falhou a fotografia de grupo de 49, da primeira exposição de Os Surrealistas. O surrealismo tinha entretanto chegado a Portugal, por livros e notícias trazidas pelos poucos amigos que saíam do país e voltavam. Parecia ser aquilo de que tinham estado à espera, uma ideia de arte como vida e de vida como revolução. Apesar de tudo, não foram muito importunados pelo regime. Eram meia dúzia de jovens, poucos anos ainda assim todos somados, nada que mudasse um país, habituado há séculos, pelo menos desde a Inquisição, a saber que o sonho

não estava na ordem das coisas.

Tornaram-se pássaros. Ele e o Mário Cesariny, muitas vezes acompanhados da amiga surrealista Isabel Meyrelles, apanhavam um barco, depois uma camioneta, e a seguir caminhavam até uma das praias vazias da Costa da Caparica. Mergulhavam nus. Faziam buracos na areia para procurar água doce. Era o princípio do mundo.

Os pescadores deixavam espalhadas as bóias das redes. Eram de vidro, verdes e brancas, brilhavam ao sol. Tinham a liberdade de olhar. Viam coisas. O que parecia que não estava, estava lá.

Um homem, um negro

Pés atados com pés. Os brancos riam de um humor que era pura crueldade ou então questão de manterem sanidade. Foi essa a primeira impressão que teve de África. Passou por Angola quando andou embarcado durante dois anos, contando as cargas que entravam e as cargas que saíam, numa posição entre os oficiais e os marinheiros. Mais tarde, regressou para ficar. A praia de Luanda era menos selvagem do que as da Costa da Caparica, povoada por brancos, muito satisfeitos consigo mesmos. Luanda era a civilização que já não lhe interessava. Quando estava na cidade era um ótimo participante da sociedade organizada, mas sempre que podia ia ao mato. Queria conhecer o homem negro, talvez fosse um homem melhor. Nas aldeias comprava objectos e assim fez uma exposição e uma colecção de arte negra. Da exposição, ficaram artigos polémicos, que mostravam já o medo que existia depois do início da luta pela independência dos povos africanos. A colecção de arte negra, vendeu-a para comprar os bilhetes de barco de regresso a Portugal, para si e para os pais. Tinha tomado a decisão no dia em que um doutor e um engenheiro lhe bateram à porta com uma metralhadora para que ele e o pai se juntassem à brigada de defesa do bairro.

Passou 14 anos em África. Havia muita distância entre Portugal e Angola, mais distância entre as conversas nos cafés de Lisboa e nos de Luanda, e ainda mais distância entre ele e o Mário Cesariny.

Durante esses anos, escreveram cartas um ao outro. Cada vez que lia uma carta voltava a confirmar que não havia outro como ele, que não voltaria a encontrar outro Mário.

“Mas são ternas / as cartas que trocam entre si / os seus heróis. / É certo que as árvores cantam por toda a parte / a sua música / e que há enfim leões e elefantes / no centro de Londres / de Paris ou de New York. / Agora a tua face está cravejada de ponteiros / e a manhã que acaba de nascer / regressa ao ventre materno.” Escreveu poemas para matar saudades, empilhava-os, não adiantavam.

Quando voltou para Lisboa, talvez já nem o Mário Cesariny pudesse substituir o Mário Cesariny.

Uma árvore miraculada

No jardim do restaurante onde fomos almoçar, nos arredores de Vila Nova de Famalicão, ainda havia flores viçosas e uma figueira que o fez lembrar a sombra de uma árvore, onde comia, com sensualidade de criança, figos, servidos por uma tia num prato, com a cabeça cortada, aos quartos.

No interior do restaurante pediu, e era um pouco bizarro que o fizesse, que se arranjasse maneira de abrir a cortina fixa da janela mais próxima para o verde escondido.

Com o gravador desligado e a garrafa de vinho esvaziando-se rapidamente, tive a impressão de que as frases se escreviam directamente: “Se não nos enganarmos a nós próprios, a vida é tão bonita”.

Disse também, a dado momento no almoço, quando falava da encenação amorosa que sempre lhe parecia que precisava o sexo e da ilusão que era o amor, que ninguém sabe o que é o amor verdadeiro. Mas quando falava do Mário Cesariny, pensei que era isso o amor verdadeiro, ele sabia.

Depois, falava de todas as coisas com uma excitação de primeira vez, que só consigo explicar com a ideia de que se trata de uma atitude, uma coisa definidora, tomada de jovem, porque se tinha feito homem numa época em que os princípios eram o único caminho para a felicidade, um tempo de tudo ou nada, em que uma escolha num momento mudava o resto da vida, e não me saía da cabeça um verso do Cesariny: “os dias e as noites deste século têm gritado tanto no meu peito / que existe nele uma árvore miraculada”.

A comida era deliciosa, o ar puro, as estradas infinitas, as pessoas, quanto mais frágeis mais extraordinárias, com tanto para oferecer. Quando voltei para Lisboa, tudo me parecia mais bonito, como se visse também com olhos que amam tudo o que os rodeia, com esse amor louco de que falaram todos os surrealistas e que mais não era do que a ideia de não morrer sem ter vivido. Vi os cruzeiros turísticos entrar no Tejo e tive saudades dos navios, como se de facto também eu tivesse visto os marinheiros desaguando na Baixa de Lisboa, como um campo de girassóis voltando-se para o amor.

A série História de uma vida, história do país é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Ernesto Florêncio

Nosso mestre é o mar

Ernesto Florêncio nasceu quando, na Nazaré, só se vivia do que o mar dava. É pescador. Foi marinheiro. É um homem do mar, como os portugueses já não são

História de uma vida, história do país (3)
Susana Moreira Marques

Encontrei Ernesto Florêncio na Praia da Nazaré e grande parte da conversa foi feita a caminhar, para lá e para cá, no passeio comprido contornando a praia. Parecia que havia festa ou uma grande festa, mas era apenas um domingo de Verão de muito calor, a brisa quase não se sentindo como a raridade acontece na Nazaré. No passeio oposto à praia, muitas mulheres se sentavam em cadeiras de plástico com cartazes anunciando quartos. Vendia-se artesanato, doces, chapéus para a praia. Uma senhora, com um ar contrariado, maldisposto, vendia romances de cordel, alguns já coçados pelos anos e o sol, o preço variando conforme o gênero, entre amor e cowboys, com títulos como *Meu*

Ardente Coração ou *As Minhas Balas Têm Nome*. Vinham de uma época em que não se passava tanto tempo em frente das telenovelas mas já as pessoas estavam convencidas de que lhes faltava paixão e aventura.

Depois, sentados numa esplanada, víamos passar as pessoas no mesmo movimento recto para trás e para a frente, que era afinal como um verdadeiro carrossel onde apenas os locais rodopiavam sem entontecer, fixos como estavam num ponto, tentando ganhar o máximo de dinheiro durante os meses de verão.

Ao falar com Ernesto Florêncio, mais conhecido como Ernesto Maralha, a alcunha de família, longa linhagem de pescadores, percebi logo que haveria depois na escrita da sua história, apesar de ele ser ainda novo, com 67 anos, uma resistência do tempo. Não é uma história antiga, mas é antiquada. Por mais que se fale do mar, da importância do mar, da marca do mar na identidade portuguesa, qualquer história de um homem vivendo do mar é hoje antiquada. E antiquada é esta

ideia de que os heróis são as pessoas com que nos cruzamos no meio da confusão dos domingos.

Azul

Era criança e sem pensar muito no que fazia, fugia da escola para ir para a praia. Não havia barracas nem banhistas, mas barcos, redes, aparelhos, e mulheres e homens que não paravam quietos.

O pai tinha vários barcos e os barcos, curvos como barrigas grávidas, tinham nomes de mulher. Ou nomes que tinham a ver com a ideia de dar e receber, promessa em troca de protecção, e que faziam com que os homens sentissem, ao saírem para o mar, que não era apenas um acaso regressarem a terra. “*Bendito seja Deus*”, “*Nosso Mestre é Jesus*”. Eram nomes fervorosos mas tristes, nomes que reconheciam desde logo a tragédia, uma tragédia implícita não só em ir ao mar, mas em nascer ali, nascer pobre, simplesmente nascer. Mas aquele movimento todo na praia era sobretudo alegre, estava cheio de vida e parecia forte como o próprio mar.



E foi com excitação que saiu ao mar pela primeira vez com o pai aos 10 anos. Não foram longe e ele podia continuar a ver as casas, a sua casa uma delas, perceber a continuação do quotidiano em terra. Pescou à linha e pescou bem. Aquela sorte da primeira vez, pensa às vezes, pode ter feito toda a diferença. Foi provavelmente essa confiança, de quem estava feito para aquilo, que o tornou destemido e até ambicioso. E, como todos os jovens, muitas vezes se sentiu intocável. Quando, muitos anos depois, estava nos seus 30, uma equipa de filmagem asiática quis mostrar como eram as artes tradicionais da pesca na Nazaré, escolheram-no a ele.

Ele tinha-se feito um homem bem parecido, alto, forte, com mãos largas e dedos grossos, o corpo com os anos moldando-se à tarefa, e era então um homem maduro, já estava casado, tinha filhos, mas o que se via nele provavelmente era essa mistura ainda de homem com menino, uma certa excitação infantil por correr para o mar azul. No mar há monotonia, mas uma monotonia que não

se pode conter e que torna todas as horas livres.

Puseram-no a encenar-se a si próprio, os gestos diários, e, sobretudo, a encenar o seu pai, o seu avô, e os pescadores de que se lembrava da infância, e que continuavam a perdurar – e continuariam por muito tempo – como imagem da Nazaré e mesmo de Portugal, um Portugal que se imaginava “autêntico”. Colocou o barrete nazareno, a camisa de escocês, a cinta atada sobre as calças. Contracenava com uma actriz francesa em barcos que não navegavam, apenas fingiam balouçar. As filmagens duravam dias seguidos, as acções não eram feitas na sua ordem cronológica, e cada cena repetia-se uma e outra vez até estar bem, estar realista, “verdadeira”. Naqueles dias representaram a dureza do trabalho, a alegria do amor e a união entre as pessoas que realizadores e futuros espectadores pensavam existir especialmente nos lugares onde as pessoas estavam desde logo unidas com a natureza, neste caso com o mar, dando e tirando. Na praia, fazendo o tempo que fizesse,

ENRIC VIVES-RUBIO

naqueles dias o mar era domável, a Nazaré predestinada e Ernesto, não havia dúvidas, era um herói. O resto do tempo, o mar era imprevisível, a Nazaré era um lugar, como tantos outros, onde a vida era mais tranquila acreditando no destino; e Ernesto era apenas um homem vendo-se obrigado a ser heróico.

Branco

Nesse dia, como nos outros, vestiu o oleado por cima das camisolas grossas, calçou as botas e as luvas, levou um termo com café e um pão para almoçar, e largou do navio no seu dóri.

Deu uma boleia a um camarada que não tinha motor, rebocando o dóri dele, e largou-o perto de si. Conversaram de um dóri para o outro para que não se sentissem tão sós – para as campanhas do bacalhau iam 100 homens num navio mas não havia pesca mais solitária – até que deixou de o ouvir. E, quando percebeu, tinha deixado de o ver. Branco.

Ligou o motor e começou a procurá-lo. As horas passaram com o grito do nome do companheiro,

e só decidiu regressar ao navio, sentindo-se cobarde e já num luto que imaginava para o resto da vida, quando anoiteceu.

Quando o dóri chegou ao navio, viu que os homens choravam. Eram afinal quase todos rapazes, quase todos querendo cumprir as sete campanhas do bacalhau para livrarem a tropa e não irem combater para África. Vinham de todas as partes da costa do país nessa idade da maior energia e do optimismo viril, julgando que passaria depressa.

Subiu a bordo. Os outros olhavam para ele como para um fantasma, já não esperavam voltar a vê-lo. E ele nem se apercebia como tremia e como tinha adquirido uma aparência de desaparecido. O irmão com quem tinha partido no *Alan Villiers* de Lisboa para a primeira campanha, em 1966, e com quem repetia uma segunda, aproximou-se dele. Esbofetou-o. Estava contente de o ver.

Na casa das máquinas recuperou a temperatura e a cor de um vivo. O companheiro que julgava perdido tinha regressado muito antes dele, mas um pescador tinha ficado no

mar, um rapaz de Tavira. Era um rapaz como os outros. Como Ernesto, esse rapaz tinha uma namorada na terra, e até já tinha tudo arranjado para casar no Inverno, no intervalo entre as campanhas do bacalhau.

É possível que tenha sido esse dia que fez com que os tempos do bacalhau parecessem muito mais longos do que tinham realmente sido. Ou pode ter sido o facto de ter dormido tão pouco naquelas viagens, uma ou duas horas por noite entre terminar de preparar o bacalhau para a salga e ser hora de voltar a sair para pescar.

Lembra-se das ilhas de gelo como se fosse possível distingui-las umas das outras. É possível que se lembre com essa nitidez por causa da campanha que começou com cartas da mulher dizendo que a sua primeira filha, bebé de poucos meses, estava doente com meningite, e acabou com uma carta da sua mãe contando que a filha tinha morrido. Sem ele saber, tinha estado morta durante quase todos os seis meses de campanha.

Determinadas coisas não passavam depressa. Ficavam sempre a acontecer, como um filme velho e riscado. Quando passa por um determinado ponto da marginal da Praia da Nazaré, ele ainda vê o bebé ao colo da mulher, despedindo-se, olhando para ele enquanto ele entrava para o carro a caminho de Lisboa para embarcar.

Não costuma sonhar com o mar da Nazaré nem com tantos outros mares que conheceu nas décadas que andou embarcado em navios de carga, primeiro, e depois, em petroleiros.

Ernesto deita-se, sonha, e regressa ao mar da Gronelândia. Branco. Anda sozinho no pequeno dóri e não acontece nada, simplesmente um branco que se repete, hipnótico. Este deveria ser o sítio para onde Deus viria para não escutar todas as vozes que o chamam.

Negro

Assim que o navio atracava num porto, ele lançava a linha à água. Nova Iorque, Hong Kong, Buenos Aires, Rio de Janeiro. Nunca passou muito tempo sem pescar.

Embarcou a 1 de Janeiro de 1973, com 27 anos, para a primeira viagem entre Portugal e a América. Foi um trajecto que repetiu várias vezes, para lá levando coisas boas como vinho e conservas, para cá trazendo carros velhos e outra sucata. Foi em Brooklyn, Nova Iorque, que soube, por um estivador porto-riquenho, que tinha havido um golpe de estado em Portugal. Foi também nos Estados Unidos que pensou mudar de vida, deixar o mar. O navio estava atracado em Boston e com um amigo planeou uma fuga. Através de um contacto português, chegaram a um homem que, sendo também português, se vestia já à *cowboy*, e que lhes prometeu trabalho. Levou-os para uma casa e fê-los prometer que não sairiam durante um tempo longo até

a polícia deixar de os procurar. A polícia, sabiam, seria avisada no dia seguinte de manhã, quando dessem pela falta dos dois marinheiros. Nessa noite, antes que dessem pela sua falta, decidiram voltar ao navio. O amigo tinha deixado dinheiro e um rádio que queria recuperar. Uma vez no navio, Ernesto começou a pensar na mulher e nos filhos. Viam-se as luzes em terra, mas havia ainda assim muito mais negro em redor. Era mais desconhecido do que no mar. O amigo era solteiro, foi e, mais tarde, ficou bem na vida. No dia seguinte, Ernesto explicou como tinham voltado juntos para o navio e que tinha deixado de o ver, não sabia nada dele.

O navio partiu e era como se essa viagem fosse já a última, a que fez aos 55 anos, quando se reformou. Grande parte das suas decisões foi tomada pensando nesse momento em que regressasse à Nazaré para ficar. Queria, para si, uns anos para gozar a vida e depois uma velhice confortável, mas, ao fim de tanto tempo só a trabalhar, já não sabia estar parado. Comprou um barco, ao qual deu o nome *Jesus é nosso mestre*, honrando a tradição do pai de repetir os nomes dos barcos, invertendo a sua ordem. E mesmo depois de vender o barco e deixar de ser mestre, continuou, como camarada, a pescar.

Laranja

Ao final do dia, a praia começa finalmente a esvaziar e a fila de carros começa a tomar o sentido inverso. O pôr-do-sol da Nazaré costuma ser muito nítido, de um laranja parecendo mais puro do que nas praias das grandes cidades, e os nazarenos têm o hábito de assistir ao sol caindo como se todos os dias duvidassem da sua repetição no dia seguinte.

Ao domingo, os pescadores descansam, mas é esta a hora do ensejo da pesca e é uma hora estranha para estar em terra. Aos dias da semana, saem agora mais por hábito ou mesmo vício, do que por dinheiro, porque a pequena pesca dá cada vez menos. É no Verão que se pesca mais porque no Inverno os heróis sabem quando não sair no mar da Nazaré.

Os olhos de Ernesto trabalham bem na luz forte, na noite procurando o peixe. As lanternas dos barcos dos pescadores, vistas de longe, da praia, parecem estrelas no mar, como se também no mar houvesse acontecimentos há muito extintos.

Subiu a bordo. Os outros olhavam para ele como para um fantasma, já não esperavam voltar a vê-lo. E ele nem se apercebia como tremia e como tinha adquirido uma aparência de desaparecido

A série *História de uma vida, história do país* é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais





zes. Quando trovejava em Lisboa, parecia-lhe mesmo que o mundo acabava, e sentia ainda mais medo das tempestades do que tinha sentido a céu aberto no campo com os relâmpagos visíveis. Sentia-se à mercê de forças muito poderosas que a desprezavam. Depois do estrondo, vinha o clarão, com aquela luz que parecia que dava cara de mortas às pessoas.

Saiu das freiras, quase fugindo, quando encontrou um casal que lhe ofereceu trabalho como empregada, a troca de casa e comida. Depois viveu com os tios e ajudou no restaurante deles, ainda viveu alguns anos na casa de outra patroa, vendeu na praça, fez limpezas em cinemas, fez um pouco de tudo nos bastidores de teatros.

A primeira vez que teve uma casa a que podia de facto chamar sua tinha 38 anos. Finalmente tinha algum dinheiro poupado e como pagar o aluguer, mas já não ia a tempo de dar uma casa ao filho - crescido, estava prestes a ir para a tropa. Encontrou o senhorio para receber a



Dalila Magalhães actualmente e numa foto na juventude

chave no 1.º de Maio de 1974. Era uma coincidência. Não esteve na grande manifestação onde se gritava e cantava muito alto.

O homem feio

Conseguiu sair do meio da multidão e começar a andar, parando de vez

em quando com as dores das contracções de parto, para a Maternidade Alfredo da Costa.

A Rainha Isabel II de Inglaterra, do automóvel, continuava a levantar a mão num aceno de marionete. Os passeios estavam preenchidos para a ver passar. Em 1957, era uma ocasião rara de nas ruas se sentir a exaltação de estar numa multidão.

Contaria mais tarde, e repetiria muitas vezes, ao filho, esta história de como ele tinha decidido vir ao mundo precisamente durante a visita real, com tantos dias para escolher nesse mês de Fevereiro. Era como se houvesse nisso um sinal e o filho, não se aproximando da nobreza, conseguiria chegar a engenheiro.

Essa história era mágica, encantadora e muito mais bonita do que a outra história, sobre a qual preferia não falar demasiado com filho para que ele não comesse a criar para si uma imagem do pai enfaixando-se de mota numa camioneta, numa estrada perto da sua terra, num

lugar que ela não tinha chegado a conhecer.

Ela tinha ficado em Lisboa quando Raimundo foi à sua aldeia e, apesar de não serem casados, o chefe dele telefonou-lhe a anunciar que o namorado tinha tido um acidente mortal e que nem sequer o corpo dele voltaria. Ela estava grávida de seis ou sete meses e ficou furiosa com ele por não ter sabido manter-se vivo. Havia naquela morte um sinal de imaturidade, de irresponsabilidade e talvez mesmo de falta de amor por ela. Lembrar-se-ia dele ao longo da vida sem muito carinho mas não voltou a ter filhos com mais ninguém. Ao filho podia dizer pouco mais sobre o pai do que o facto de que tinha sido polícia, que se tinham conhecido quando ela levava refeições do restaurante dos tios aos empregados da Casa da Moeda e ele fazia serviço naquela rua, e que tinham começado a namorar numa festa no Martim Moniz, numa noite de Santo António que por alguma razão não tinha sido tão abençoada quanto se suporia. Raimundo não era bonito, e isso tinha-lhe agradado, porque tinha chegado à conclusão, realmente muito nova, de que os homens não se queriam bonitos. Os homens bonitos eram demasiado cobiçados e demasiado seguros de si.

Pareceu-lhe sempre, tendo vivido toda a vida com pouca autonomia, mandada por outros, que o casamento implicava subserviência, que seria mais uma prisão e, por isso, nunca se casou.

Quando os tios partiram para o Brasil, no início de 1961, levando o filho, sentiu-se muito só. Enquanto o filho embarcava, acompanhado dos tios a quem já se habituara a chamar avós, no *Santa Maria*, um paquete bonito e grande, com capacidade para mais de 600 pessoas e uma enorme tripulação de três centenas, ela concentrava-se na ideia de que a vida seria melhor para o filho do que tinha sido para ela.

Quando soube que o *Santa Maria* tinha sido assaltado, já tudo tinha passado e tudo estava calmo para os passageiros, embora apenas comessem os problemas para o regime.

A escala da infância

Para o casamento, a mãe vestiu uma saia à minhota com um avental de cetim por cima. Levava um lenço muito bonito com pequenas rosas. Era o mês das rosas, era Maio. Ela assistiu feliz ao casamento dos pais já com a consciência de que aquele casamento vinha repor alguma justiça nas suas vidas. Os pais tinham tido mais de dez filhos juntos, sobrevivendo nove, mas tinha sido preciso quase uma vida para o que o avô aceitasse que o filho casasse com a criada, uma mulher cinco anos mais velha.

O avô tinha sido padre mas tinha acabado por trocar Deus por uma inglesa, uma governanta que tinha

vindo parar ao Minho no início do século XX. Era uma mulher morena e só se notava que não era dali pela maneira como se vestia e se comportava. Dalila lembra-se da avó inglesa com uma blusa de renda severa e os cabelos caindo aos caracóis. Ainda tem a memória, antes de os pais se casarem, de correr para casa dos avós, esgueirar-se para a cozinha e levar comida. Em casa dos padres sempre havia muito que comer e ela pensava que roubava aquilo que era seu direito.

Voltou poucas vezes à terra mas nunca se deixou conquistar inteiramente pela cidade. As suas melhores memórias são da terra, a apanhar cereja, a cortar uvas, e das ovelhas que lhe pareciam muito grandes quando começou a andar com elas pequena, as pernas curtas tendo de correr muito para apanhar os adultos no campo. São essas as memórias mais felizes e essa felicidade pode ter que ver com o ar livre e o espaço físico que tinha então ou simplesmente com o lugar da infância, o lugar onde tudo está por fazer e o tempo passa devagar e é ainda flexível aos sonhos.

Mudar com os tempos

Fui ao Centro de Dia do Socorro duas vezes e das duas vezes a conversa foi terminada pelo horário das refeições, a Dalila precipitando-se para a fila com a impaciência de todos os idosos. Comer parece ser a única coisa para a qual têm pressa, talvez porque são as horas das refeições que organizam os dias. A nossa despedida foi muito rápida. O tempo nunca chega para conhecer uma pessoa mas no caso de Dalila Magalhães ficava-me a sensação de ter encontrado uma pessoa que tinha sido sempre espectadora. Ela não tinha verdadeiramente feito parte da História, mas se calhar basta estar encostada ao de leve com os acontecimentos que nos rodeiam para sermos pessoas diferentes, e em cada época ainda podemos mudar com os tempos.

Cá fora, na rua, as pessoas passavam andando depressa, correndo para o metro. Algumas pessoas entravam e saíam do centro comercial, outras esperavam fumando por encontros marcados, chineses carregavam mercadoria de um lado para o outro. A Mouraria era um cenário em permanente mutação, o tempo fazendo-se acção. E haveria, também naquele espectáculo, pessoas em surdina cantando.

A série História de uma vida, história do país é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Dalila Magalhães

A ver passar o comboio

Migrou do campo para a cidade como criada de servir. Coincidiu com a História muitas vezes, espectadora num tempo em que às mulheres muitas vezes não restava mais do que assistir aos acontecimentos

História de uma vida, história do país (4)
Susana Moreira Marques

Para o Centro de Dia do Socorro, perto da praça do Martim Moniz, em Lisboa, sobe-se umas escadas de pedra com azulejos preciosos. As salas de convívio dão para um largo corredor corrido a janelas, que é o lugar com mais luz e mais agradável do centro e onde se pode conversar sem televisão. A agenda do centro está sempre preenchida com *workshops* de dança e de teatro, e estão sempre a chegar pessoas novas que, como eu, querem recuperar as histórias das pessoas mais velhas.

Sente-se uma urgência – talvez seja uma urgência de início de século – em deixar contado o século anterior. Tenho esta sensação de

que se não for agora, a memória poderá falhar para sempre.

As pessoas morrem e quando se está num lugar onde as pessoas de vez em quando não aparecem porque estão doentes pensa-se mais do que se morre. Mas Dalila Magalhães não vem todos os dias de manhã para o centro com nenhum tipo de fatalismo, pelo contrário, vem com entusiasmo. Só ao fim de bastante tempo a conversar com ela, percebo que é aqui feliz como não foi na maior parte dos lugares por onde passou na sua vida. Agora conversa, canta, diverte-se. Pode falar alto se quiser. Pode cantar alto se quiser. Não tem pudor em se divertir. Tem 76 anos e como muitas pessoas da sua geração a juventude escapou-lhe.

Cheguei para falar com uma mulher que tinha saído de sua casa e da sua aldeia para ir servir para uma casa rica. Procurava uma história simples, comum a muitas outras mulheres daquela idade. Mas as vidas de facto não são como as histórias, e ao

procurar o comum encontrava o particular.

Canta a sereia

O comboio passava, fazendo aquele rugido de animal perigoso assaltando os campos.

Corre na areia corre na areia quando vem a madrugada canta a sereia canta a sereia.

Ela cantava, vindo à janela, contente, vendo o comboio passar, mas sem se atrever a formular o desejo de partir. O som do comboio durava pouco mais do que um trovão, mas nesse curto período, a voz ficava abafada, protegida, e só ela ouvia a própria voz elevar-se, saindo de dentro de si como se viesse de dentro de água. Podia cantar muito alto que ninguém a ouviria:

Canta a sereia canta a sereia quando vem a madrugada corre na areia corre na areia.

Corre, corre, corre. O comboio corria até desaparecer na paisagem na direcção do mar, que, estando perto, parecia, naquela época, muito longe a uma adolescente, fechada



numa quinta em Vila Nova de Gaia. Ela fechava a janela, voltava para dentro de casa, movimentando-se silenciosa, não só porque de uma criada de servir se queria que fizesse sentir ao mínimo a sua presença mas porque a patroa estava doente. Tinha perdido as pernas num acidente e depois do primeiro choque e do nojo que sentiu por ela, quando a viu as primeiras vezes ao chegar da aldeia, passou a ter tanta pena dela que não podia odiá-la. A patroa vivia sozinha quando morreu, de tão vazia que já estava a casa, quase não se sentiu diferença.

Dalila chegou à capital, a grande cidade, onde as pessoas andavam todas de sapatos, com 17 anos. No abrigo das freiras, onde viveu a maior parte do tempo, nesses primeiros anos em Lisboa, também não podia cantar quando lhe apetecesse. Por cinco escudos por dia, dormia num quarto claustrofóbico com outras três raparigas, do Norte como ela, e as alegrias eram segredadas entre elas às escuras. Levantava-se para a missa das seis. Durante o resto do

dia, fazia as camas, ajudava na cozinha, limpava.

As freiras ensinaram-lhe como costurar, como cozinhar, como organizar uma casa. Servia bem para ser uma boa empregada, no melhor das hipóteses, uma boa dona de casa. Ninguém lhe ensinava algo que fosse verdadeiramente útil, que desse para ganhar para comprar alguma liberdade. Chegaram a dizer-lhe, de caras, que era burra e que não perderiam tempo a ensiná-la a ler e a escrever.

Os dias mais bonitos eram aqueles dias compridos de Primavera, início de Verão, em que nas folgas apanhava o eléctrico para Belém e podia regressar tarde ainda com luz, o rio cada vez mais prateado, reluzindo como uma jóia verdadeira. Não se atrevia muito para lá de Belém. Desde pequena que sonhava com o mar, mas quando finalmente chegou à praia assustou-se com as ondas. E correr na areia não era tal como imaginara, a realidade sempre lhe falhando ligeiramente.

Viu o fim do mundo algumas ve-

José Barros

A vinha crescendo da pedra

Foi escravo numa roça em São Tomé quando já não havia escravatura. Chegou antes do 25 de Abril quando em Lisboa não se viam muitos africanos. Tornou-se operário e sindicalista porque lutar pelos direitos dos trabalhadores lhe dava sentido. Vive entre dois tempos e duas terras

História de uma vida, história do país (5)

Susana Moreira Marques

O café é como se fosse o seu escritório. Vem aqui diariamente, ao final do dia, e toda a gente, conhecendo o Sr. Barros, presidente da Associação de Moradores do Bairro de Alcoitão, lhe vem falar, pedir conselhos. Pedem-lhe apoio quando precisam de mudar de casa porque a família aumentou, vêm ter com ele quando recebem uma ordem de despejo ou pedem-lhe ajuda para resolver conflitos com vizinhos. Porque trabalhou muitos anos num sindicato, ajuda também várias pessoas a avaliarem contratos de emprego, processos de despedimento, problemas com os patrões. Medeia zangas entre inimigos, entre amigos, entre famílias, entre culturas, entre religiões.

Quando chega a hora, vai jantar com a mulher e a neta que vive com os avós, e gosta de pensar que em todo o bairro as pessoas estarão jantando, tendo um prato com comida à frente como eles, debaixo de um tecto.

Conversamos numa mesa junto de uma janela com uma cortina que faz com que pareça que estamos na sala de uma casa. Em cima da mesa, uma jarra com uma flor de plástico. O ruído do café é forte,

tendo aquela excitação e intensidade de vida que existe de uma maneira diferente nas periferias das cidades. À porta do café costuma haver zangata, mas até isso parece ser um sinal de união. As pessoas ligam umas às outras, importam-se, e vivem mais próximas do que no centro de Cascais, aqui tão perto.

Conversamos até a neta o vir buscar, com a natural autoridade das adolescentes bonitas, e ele levanta-se e sai, elegante, atrás dela.

Cá fora, debruçados sobre a rua, à porta do café Anjo, os homens alinham-se com copos na mão, esperando que caia, quente, a noite de Verão.

1995

Tinham passado 45 anos. A ilha do Fogo tinha mudado, mas ele viu a sua aldeia tal como tinha sido. Aquela era já uma precisão de memória de velho. Os pés caminhavam para a escola e regressavam com pressa de vir tratar dos animais; as pedras ficavam mais cinzentas do que pretas nas madrugadas em que saía para o campo ensonado; os animais tinham a pele áspera e as tetas macias; os velhos nas esquinas, tão velhos como ele agora, ainda gritavam e ameaçavam denúncias aos pais; a vara de marmelo numa mão grande; a mão pequena quente das palmatórias; uma bola defeituosa, feita com meias de senhora, mas rolando, veloz que bastasse, nos pés. O que estava atrás era mais conhecido para ele do que a aldeia e a ilha agora e, portanto, era também mais nítido.

Tinha tido uma infância a trabalhar, ajudando os pais a cultivar a terra e a

cuidar dos animais, não conseguindo estudar para lá da quarta classe, e nisso era um homem do seu tempo e não era muito diferente dos seus amigos portugueses. Talvez não fosse também muito diferente, do que seria em Portugal nos mesmos anos, a relação que existia entre uma professora e os alunos, o patrão e os trabalhadores – ainda que, ali, uns fossem brancos e os outros, negros.

O que ele entendia, já em criança, sobre a autoridade, ninguém lhe tinha ensinado, era uma intuição. Parecia-lhe que a obediência se devia apenas a quem a merecia. E um patrão, como um trabalhador, tinha de trabalhar para merecer respeito. A ideia de justiça ou de injustiça existiu para ele ainda antes das palavras “justiça” e “injustiça” e, nesse sentido, foi, de menino, um político. O seu primeiro acto político foi então no seu primeiro trabalho como marteleiro, numa obra perto da aldeia, num dia em que uma mulher quase desmaiava de chorar. A mulher tinha parado de trabalhar, sentando-se para descansar, quando o engenheiro responsável chegou. A mulher desculpou-se, explicando que tinha vindo trabalhar ao terceiro dia de enviuvar, mas que não se sentia bem, o choro continuando independente da vontade, como se viesse até de outra pessoa. O engenheiro não teve qualquer palavra de conforto para lhe dizer e garantiu mesmo que lhe cortaria do salário seis dias de trabalho.

Foi aí que José se aproximou, sem levantar a voz, mas já se notando zangado: “Sr. Engenheiro, você não pode fazer isso. A mulher perdeu o

marido, está viúva. Ela não merece isso.” O engenheiro olhou para ele e respondeu: “Vocês não merecem nada.”

Esse “vocês” iria ouvi-lo muitas vezes daí em diante sabendo que englobava uma classe de pessoas sem direitos básicos ou uma raça e começou a gostar muito daquele “vocês”, fazia-o sentir-se mais humano e mais acompanhado, como se tivesse uma segunda grande família, que precisava também de ser acarinhada, cuidada, alimentada.

A conversa acabou com a mulher rogando uma praga ao engenheiro, que ninguém, nem mesmo ela, terá levado a sério no momento em que disse: “Você há-de ir e não voltar.” Mas, depois de partir no seu Land Rover, o engenheiro nunca voltou. Souberam que, nessa mesma tarde, tinha resvalado de uma ponte, caído, morrido. Estava mesmo morto o engenheiro e aquilo fazia acreditar que de facto havia um governo das coisas que ultrapassava o governo dos homens. Mais tarde pensou que se era claro que essa força existia sem se deixar ver, não era claro que fosse sempre justa e talvez nunca viesse a falar a língua dos homens.

Quando tinha 14 anos, a mãe ficou muito doente. Numa hora em que estava a ordenhar os animais – para ir depois vender o leite à cidade mais próxima –, o pai veio buscá-lo porque a mãe chamava por ele. José correu e estava a chegar à sua rua quando ouviu os gritos da tia. Nesse momento, sentiu que o corpo se partia. Como se tivesse caído de uma árvore muito alta, todos os seus ossos se partiram. No dia seguinte ainda

estava dorido no corpo todo e não se podia levantar sequer para ir ao funeral.

A mãe provavelmente queria dizer-lhe que tomasse conta da irmã mais nova, e ele tomou. Quando a irmã lhe perguntou mais uma vez – tinha já repetido muitas vezes a mesma pergunta – onde estava a mãe, ele pegou num pedaço de cana, abriu uma pequena cova na terra, colocou a cana, fechou. “A mãe não volta.”

Com as recordações boas e más, este era o lugar que o tinha feito e que continuava a fazê-lo, mesmo quando estava em Portugal com a sua mulher, os seus filhos, os netos, os bisnetos, já portugueses. A ligação à terra não se tinha quebrado com a emigração. O amor às coisas com que se crescia nascia o resto da vida nos sítios mais inóspitos. Em 1995, em Portugal, quando lhe parecia exagerado o cimento e lhe desagradava a confusão dos bairros camarários onde se juntavam as grandes famílias dos africanos, dos ciganos, dos pobres, dos migrantes de outras partes do país, dos desalojados dos bairros de lata, ele pensava na imagem da vinha verde sempre rebentando das pedras negras do Fogo, com que se faz o manecon. E pensava que queria ser ele próprio o início da raiz e trabalhava para que, entre muros, as pessoas sentissem liberdade para gostarem uns dos outros e melhorarem as suas vidas.

1975

“Saúde, longa vida e êxitos cada vez maiores ao nosso povo africano...” Enquanto alguns dos trabalhadores



e das trabalhadoras da roça ouviam o futebol e os *merengues* do Congo-Brazzaville, ele gostava de ouvir o noticiário. Tinha um rádio japonês e costumava sintonizar à noite as ondas vindas da Guiné Conacri, onde Amílcar Cabral estava exilado e onde o PAIGC tinha começado a emitir a Rádio Libertação. Ouviu o Amílcar Cabral várias vezes: “Vamos proclamar a existência do nosso Estado na Guiné e avançar com a luta vitoriosa do nosso povo em Cabo Verde!”

Mesmo ouvindo assim baixinho para os guardas não o apanharem, aquilo dava-lhe tanta vontade de dançar como os *merengues* do Congo-Brazzaville.

Eram os finais dos anos 1960, o século XX tinha dobrado o meio, os americanos e os russos lançavam foguetes para o espaço, os jovens exibiam a sua vontade de futuro em Paris, e entre a rádio e a roça havia uma distância de séculos.

Tinha vindo para São Tomé ainda adolescente com muitas outras dezenas de miúdos das várias ilhas cabo-verdianas. Tinham-lhe apresentado um contrato que parecia bom, com casa, roupa, comida, e

um pequeno salário. Só que, chegando à roça em São Tomé, a casa era um casebre onde dormiam vários como na tropa, a roupa uma farda azul que era poucas vezes trocada, a comida vinha em grandes panelões onde baratas eram cozinhadas juntamente com a carne ou o peixe seco, a fuba vinha cheia de pequenos bichos, e o salário nunca correspondia às horas que trabalhava na plantação de cacau.

Esteve 11 anos na roça e aquele lugar nunca chegou a ser casa nem chegou a viver em São Tomé como se vivesse num país, e nem sequer a família lhe parecia feliz como tinha direito e ele não era um pai de família como queria, protegendo e provendo. Um dos filhos morreu ainda bebé. Morreu ao fim de poucos meses sem sair do hospital. Os médicos não sabiam dizer o que tinha. O menino perdia a cor e via-se nele a cor da roupa que lhe vestiam.

Conseguiu uma passagem e, atravessando a geografia que lhe tinham ensinado na escola em menino, chegou a Lisboa no princípio dos anos 1970. Chegava cheio de esperança e desde logo acreditando que não se

podia confundir um povo com o seu regime, e deu-se bem. Começou a trabalhar com um amigo na companhia das águas e ao fim de dois anos foi para uma fábrica de plásticos onde ficaria 22 até a empresa falir. No próprio dia 25 de Abril, as portas da fábrica fecharam-se e discutiu-se a criação de um sindicato. No dia seguinte, a fábrica era outra e a sua vida também. Tinha decidido que se candidataria a delegado do sindicato e que dedicaria grande parte do seu tempo a lutar pelos direitos dos trabalhadores, e finalmente parecia que a sua vida fazia sentido.

Viu na televisão que diziam que tinha chegado a democracia e que todos os trabalhadores podiam participar na manifestação e na festa do 1.º de Maio e ele foi dos poucos africanos na multidão. Naquela altura todos eram trabalhadores. Os do Partido Socialista eram trabalhadores. E os do Partido Comunista eram trabalhadores. E até os dos partidos de direita eram trabalhadores. Durante algum tempo foi assim, a luta era comum, depois começou a haver a luta de cada partido e depois, de cada político. E depois ainda, a

ideologia era como clube de futebol, cegava e obscurecia o trabalho da democracia.

Em Julho de 1975 assistiu, sentindo-se longe, à independência de Cabo Verde. Pensou regressar à terra, porque a verdadeira luta começava então, mas decidiu esperar para ver. Pensou que seria como em Portugal em 74, um baile em que ainda ninguém sabia quem dançava melhor. Nesse ano, conheceu a sua segunda mulher – era cabo-verdiana de uma aldeia perto da sua na ilha do Fogo – e, em 77, tinha o primeiro filho nascido em Portugal.

2013

Continuámos a conversar, num segundo encontro, a um domingo, num clube recreativo, onde os homens viam a Sport TV no interior de um bar e as crianças corriam soltas num grande pátio.

Durante a semana continuava a trabalhar em obras em Lisboa, não falhando um dia ou uma obra, e havia nisso uma certa teimosia ou uma certa resistência em parar de trabalhar. O horário dele continuava a ser o da aldeia no Fogo ou o da roça em

São Tomé, um horário seguindo o nascer e o pôr do Sol, uma coisa já interior e contrastante com a sua descendência.

Em 2013 tinha voltado ao Fogo por três meses, mas deu-se conta de que não poderia ficar. Disse que Portugal já é também a sua terra e que não pode viver sem nenhuma das terras e a maneira como o disse fez-me pensar em duas mulheres que se completam. Pensei também que era raro encontrar numa pessoa esta sensação de que o passado e o futuro, sendo tão diferentes na mesma história, estivessem tão próximos, tão conciliados. Era como se ele tivesse feito aquele trabalho de diálogo de que tanto gosta, aquilo que lhe parece que é verdadeiramente a democracia que tanto desejou, dentro de si mesmo.

A série História de uma vida, história do país é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Luís Barroco

Venham ver o doutor

Foi médico em Angola nos primeiros tempos da guerra colonial. Ajudou os primeiros bebês de Moçambique independente a nascerem

História de uma vida, história do país (6)
Susana Moreira Marques

Luís Elmano Barroco vive num apartamento espaçoso, no centro de Lisboa, onde os objectos adquiriram as características do dono, como acontece com os animais de estimação, e há, por todo o lado, uma paixão por sítios longínquos, mais forte no regresso a casa. O próprio apartamento parece padecer dessa doença a que alguns chamariam, romanticamente, saudade.

Distinguem-se facilmente os objectos que terão vindo de Moçambique, onde a sua mulher cresceu e onde depois passaram juntos muito tempo, e os das outras viagens. A sala está carregada, não cabendo mais anos, e faz-me lembrar uma casa-museu de um colecionador excêntrico. Parece-me também que Luís Barroco é, ele próprio, um museu vivo. Não há dúvida de que cada homem é um arquivo vivo, cada um

contendo em si a beleza, a desfaçatez e o pânico de um tempo, mas, embora diga inicialmente, tímido, que não sabe se as suas histórias interessam, fala com uma confiança de quem reconhece essa tarefa e de quem foi ao longo dos anos escolhendo e polindo os episódios, e há nele recordações que são objectos de eternidade.

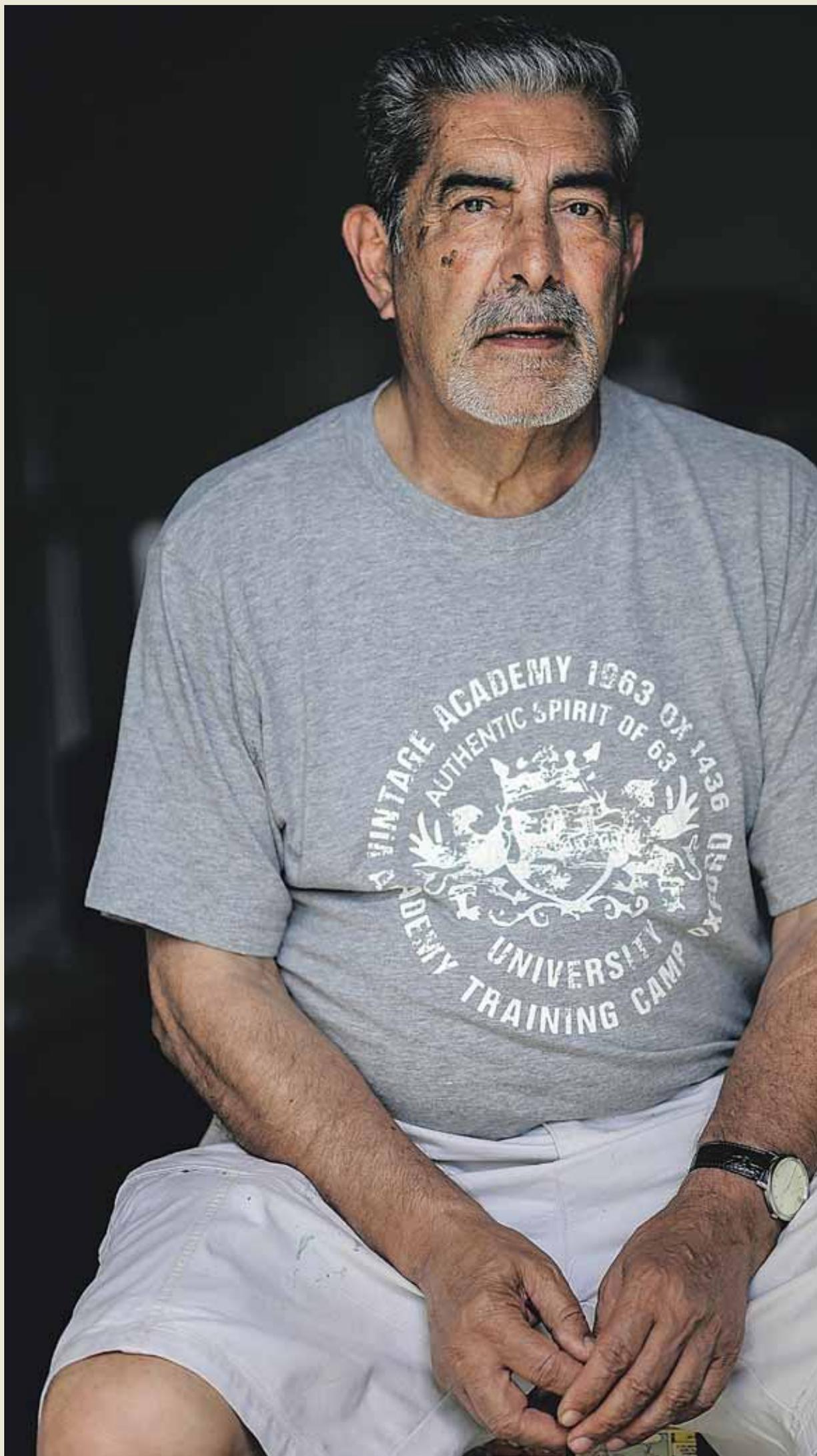
Lândana

Escreveu a carta ao médico missionário alemão, prémio Nobel da Paz, Albert Schweitzer, olhando a falésia desde a sua casa ou olhando a paisagem pantanosa de Lândana, que atraía ao crepúsculo os mosquitos, tantos que pareciam reproduzir-se no ar enquanto avançavam cobrindo o princípio da noite.

Não se lembra onde escreveu essa carta e nem exactamente o que dizia a carta e não guardou uma cópia para si.

Lembra-se, sim, de pensar que era, naquele momento, um homem novo. Ou simplesmente era agora um homem, via que até chegar a Lândana tinha sido um menino perdido, com um curso de Medicina e perspectivas de futuro, mas sem rumo.

Lândana era agora um sítio mais



PEPE BRIX

real do que Lisboa e as pessoas eram mais reais do que os lisboetas embora vivessem em aldeias que pintalgavam inconvenientemente o mato. Lândana era aquela velha que lhe trazia ovos em troca de cigarros e eram os meninos que vinham ver o médico sem terem de que se queixar, só pela curiosidade: “O que tens? Não tenho nada, venho ver o doutor.” Lândana era a chimpanzé segurando a escova de dentes de um sargento e a dona da chimpanzé, uma velha senhora branca que tinha perdurado como uma assombração na serração depois do Exército português começar a usar o espaço para quartel. Eram os trilhos e as pontes de troncos de palmeira para chegar a aldeias de onde toda a gente tinha fugido. Eram as enormes sacas de armazenar pão enfiadas por cima das calças de tropa para proteger dos mosquitos enquanto se bebia e jogava cartas à noite. Era aquele gesto de fechar a mão no ar e abri-la cheia de sangue.

O contraste era tremendo. Pensava, com distância, no Luís que estendeu um mapa de Angola numa mesa de um café de Lisboa, as vozes e a máquina do café misturando-se e desaparecendo em fundo, à procura de um ponto no mapa com o nome de Lândana. Parecia até ser um engano, porque os colegas, outros médicos com quem tinha feito a tropa, por azar no ano do início da guerra colonial, tinham recebido guias de marcha a destacá-los para Luanda. L-u-a-n-d-a, L-a-n-d-a-n-a, parecia até um erro de ortografia. E se não fosse a coincidência de um homem numa das mesas próximas estar a ler o jornal e o jornal estar aberto numa determinada página e a página mostrar a notícia da inauguração de uma igreja em Vila Guilherme Capelo (actual Caçongo), em Lândana, em Cabinda, Angola, teria partido de Lisboa sem fazer ideia para onde ia.

Ao fim de seis meses em Lândana pediu o que ninguém pedia; para não ir para Luanda e cumprir o resto da pena de guerra ali. O amor vinha todo do horror. Não da guerra, do combate, que nunca viu, os “terroristas” que faziam as emboscadas pela região, procurando poupar o médico, mas da luta que era, para aquelas populações, sobreviver, não morrer por coisa pouca.

Quando chegou, observou que os medicamentos que os portugueses traziam eram distribuídos pelos pretos da mesma maneira que era distribuído o peixe seco, sem grande planeamento e em troca de vénias. Ele pediu, em algumas aldeias, que as pessoas construíssem uma casa ou pelo menos algum tipo de abrigo onde pudesse dar as consultas, e então podia estar com cada paciente, manter uma ficha e pelo menos o mínimo de conhecimento e de relação de humanidade que lhe parecia ser essencial para cumprir o juramento de Hipócrates. Com a ajuda de um mapa, criou um calendário de visitas

para cada dia da semana e cada dia da semana partia para uma povoação diferente com um enfermeiro e as caixas de medicamentos. As filas alongavam-se à porta dos consultórios improvisados, tornavam os dias rápidos, e entre as pessoas estariam talvez os “terroristas”.

Na carta que escreveu a Albert Schweitzer – porque não conhecia muitos outros exemplos de médicos missionários em África no início dos anos 60 – pedia apenas para ir trabalhar com ele. Lembra-se de sentir que não queria regressar à Europa. Queria estar onde mais fizesse falta.

Lisboa

O primeiro parto feito na Maternidade Alfredo da Costa (MAC) foi realizado pela sua mãe, em 1932. Descobriu isso nos arquivos da maternidade quando era já director clínico da MAC e se preparavam as celebrações dos 60 anos de actividade.

Tinha sido na maternidade que a mãe, uma das poucas médicas mulheres na altura, tinha conhecido o pai. Casaram e continuaram a trabalhar juntos. Luís Elmano nasceu em 1936 noutra maternidade de Lisboa, pouco tempo depois dos pais terem sido afastados da MAC por assinarem um documento que não era favorável ao regime. Salazar tinha subido ao poder e Hitler também e Estaline parecia então uma figura curiosamente simpática. O pai era estalinista à falta de ter opção, e embora nunca viesse a ter uma participação activa política, bastava essa simpatia para que não se tornasse um médico de sucesso. O pai, homem do Norte, era severo, mas era a sua mãe que aparentemente tinha mais força, perdendo facilmente as imperfeições dos outros e conservando qualquer coisa de intacto que teria talvez a ver com a paisagem açoriana onde tinha nascido e crescido.

Desde criança pequena, Luís observava os doentes na sala de espera, uma sala de sua casa onde não se podia brincar, como não se podia brincar nas divisões onde ficavam o consultório e o escritório.

Não gostava da escola. Perto do liceu havia uma praça onde vinham às vezes feirantes e ele faltava às aulas para ir ver. Vendiam banha da cobra. Prometiam saúde, paixão, riqueza, poder, fertilidade, beleza, felicidade. Ele gostava de ver aquelas pessoas, numa escala só um pouco maior do que a dele, a pedirem, a regatearem, a rirem, a abraçarem-se, a zangarem-se, a gritarem. Gostava de ver os Robertos, monstruosos e ao mesmo tempo cómicos, levantando um espelho aos homens.

Se não fosse a mãe, talvez tivesse ido para o Norte cavar batatas logo no primeiro ano em que chumbou. E se não fosse a mãe, talvez não intuisse desde logo que ser médico tinha menos a ver com inteligência e capacidade de absorver conhecimento científico do que julgava e que, não

sendo bom aluno, podia ser bom médico.

Fez falta em Lisboa logo a seguir a ter terminado a tropa, para acompanhar a mãe até morrer, e antes que tivesse tempo de regressar ao seu sonho de missionário, conheceria uma moçambicana que teimaria o resto da vida em chamá-lo pelo último nome, Barroco, como a sua mãe sempre tinha chamado o seu pai.

Maputo

Um médico era sempre preciso, mas só voltou a ter essa sensação de ser absolutamente imprescindível depois do 25 de Abril, em Maputo.

Ele via os contentores partirem, os carros partirem, os bens embarcados com pressa antes que fossem confiscados para o bem nacional. As maternidades ficavam vazias de médicos mas as mulheres moçambicanas continuavam a engravidar e a parir, porque a lei da natureza não se alterava assim do dia para a noite. Não se podiam alterar os corpos das mulheres como se alteravam as leis e as decisões políticas. Ouviu o Presidente Samora Machel discursar no estádio da Machava: “A saúde é nossa?”, perguntava ao povo. “É nossa!”, respondia o povo. Ouviu um ministro da Saúde chamar os médicos do bloco comunista do Leste da Europa, mas estes tardavam e os médicos portugueses partiam, e o povo não tinha quem o tratasse.

Havia qualquer coisa de desastado naqueles primeiros meses de construção de um país novo que acabava por tirar alguma nobreza ao próprio acto da independência. Era um país-criança que ainda não sabia andar, precisava de experimentar tudo, cair, chorar. Sentia ternura por tudo aquilo e queria acreditar que o próximo regime seria melhor, o futuro seria melhor, mas a cada camarada que lhe aparecia de kalashnikov demasiado ignorante para não ser autoritário, irritava-se e só muitos anos depois conseguiu apreciar todo o humor que havia naqueles episódios.

- Camarada doutor Luís Barroco?

- Sim?

- Está na hora de ir dar a sua contribuição na machamba.

- Muito bem, camarada. Eu pego na enxada e vou com muito gosto para a machamba e o camarada fica então aqui na maternidade e realiza as duas cesarianas que têm que ser feitas rapidamente para que estas mulheres não morram.

Durante meses não levantava a cabeça do lençol. Fazia urgências atrás de urgências, as duas maternidades que ficou a dirigir funcionavam em permanente urgência. Não ouvia mais nada a não ser os gemidos das mulheres e os choros dos bebés. Mas aquele estado de urgência fazia sentido para ele. E quando partiu, regressando a Portugal onde já estavam a mulher e os filhos, não deixou de sentir que abandonava os moçam-

bicanos, que deixava o sítio onde fazia mais falta.

Açores

A conversa é interrompida por um telefonema de um angolano amigo. Luís está atrasado para almoçar. Aqueles almoços regulares com amigos de Moçambique e de Angola dão-lhe uma sensação de que existe ainda o mundo em que viveu. Essa sensação de irrealidade do seu universo tem, por um lado, simplesmente a ver com a idade, mas por outro com a distância física daqui a África, que faz com que desapareçam da frente dos olhos as transformações da História sobre os lugares particulares, as casas em que vivemos, e que torna as mudanças mais abruptas.

Luís Barroco voltou a Moçambique nos anos 80 para trabalhar num projecto com a Fundação Calouste Gulbenkian de melhoria da saúde materna no país. Conta que tem planos de ainda trabalhar em Angola e enquanto fala das peripécias que levam com que esses planos possam ou não sair do papel, distraio-me e penso na distância que se foi fazendo entre povos, o desconhecimento que há em Portugal do que é hoje Angola ou Moçambique, e pergunto-me se essa distância não terá na verdade existido sempre. Luís Barroco despede-se com a mesma dúvida do início da conversa, de que talvez as suas histórias não interessem, mas volta a dizê-lo com leveza, uma certa falsa modéstia, sabendo desde logo que interessa, sobretudo a quem nasceu depois da guerra colonial, depois do 25 de Abril, depois da independência dos países africanos de língua portuguesa.

Antes de sair, mostra as molduras com as fotografias dos quatro filhos e dos cinco netos, dispostas em escada em cima de uma mesa redonda. Aponta o neto, nascido na Polinésia, com o mesmo nome do que ele, Luís Elmano, filho do filho mais velho. Pensou a dado momento que iria acabar os dias numa ilha paradisíaca do outro lado do mundo, mas o filho mais velho acabou por regressar à Europa.

Daí a dias, Luís Barroco ia partir para os Açores, onde toda a família passa cada vez mais tempo a gerir um turismo rural, reunindo-se todos onde era mais improvável, encontrando uns nos outros solução. Fico com a sensação de que chega lá um pouco à deriva, tendo-se desviado do caminho. É um lugar muito afastado do centro do país e do centro da História. Mas é agora o sítio onde faz mais falta.

A série História de uma vida, história do país é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Maria Lourença Cabecinha

Posso continuar?

Nasceu num monte alentejano. Saiu do monte para uma vida clandestina. Resistente antifascista, esteve presa em Caxias. Perdeu muita coisa. Ganhámos todos

História de uma vida, história do país (7)
Susana Moreira Marques

Nasceu numa freguesia de Montemor-o-Novo que desapareceu. É claro que o lugar em si não desapareceu, mas quando diz isso, sem dar demasiada importância ao facto, parece-me que é uma metáfora do universo de Maria Lourença Cabecinha. Tudo está lá ainda, mas começou a desaparecer.

O centro de trabalho do Partido Comunista Português (PCP) está fresco, mas no interior sinto a mesma indolência do calor, uma vez no Alentejo o ritmo do corpo altera-se. Na sala de entrada, que é também café, estão sentadas algumas pessoas de idade. Conversam animadamente. Reparo nos papéis dispostos no balcão anunciando as actividades do partido. E reparo num poster na parede, de caras para a porta, que contrasta com a sobriedade do resto do espaço: um soldado de Abril avança para uma mulher de formas sensuais e de longos cabelos rebeldes que segura um cravo nos dentes.

Maria Lourença Cabecinha vive

muito perto daqui. Embora esteja reformada há muitos anos, continua a vir quotidianamente ao centro de trabalho do PCP, onde passa bastante tempo com o companheiro que conheceu há mais de 60 anos, António Gervásio, militante histórico do PCP, uma das pessoas que protagonizaram a célebre fuga do Forte de Caxias.

Maria Lourença tem 80 anos e António Gervásio, 86. São dois velhinhos simpáticos. São heróis. Heróis, isto é, pessoas de grande coragem. Deixaram de viver os desejos mais simples do dia-a-dia para se dedicarem a uma ideia de todo. No partido usariam a palavra “colectivo”, outra palavra que começou a desaparecer.

Ela é do povo e viveu para o povo. “Povo”, a palavra, também começou a desaparecer. A ideia, dessa grande massa sentindo pouco controle sobre as suas vidas, pelos vistos não.

Não é a primeira vez que Maria Lourença Cabecinha fala sobre a sua história de resistência ao fascismo, de cada vez entendendo contá-la como um dever.

Ler

O pai tinha dito “não tenho nada para te deixar, o que ganho não dá para viver, mas a herança que te queria deixar era ensinar-te a ler”, e comprou uma ardósia, um lápis e a cartilha de João de Deus.

A-I, AI, P-AI, PAI. A-O, AO, P-AO, PAO, PÃO. Dava-lhe trabalhos de casa, mas a avó “olha os pintos”, “olha os perus”, “Maria Lourença deixa os papéis” e a horta para colher e a água para ser acartada e a roupa lavada longe, os pais chegando da jorna de sol a sol, cada dia mais trabalhos por fazer e o pai disse que “era cedo, guardamos os papelinhos, mais tarde”.

L-U, LU, T-A, TA, LU-TA, LUTA, LUTO, LUTAS, LUTAMOS. Mais tarde, aos 12 anos, começou também a trabalhar mal paga nos latifúndios, e aos 14 participou na grande greve de 1947, eram papelinhos espalhados por todo o lado explicando a luta, e ela mal podia ler mas já podia entender, a revolta sendo uma coisa que já parecia viver na terra, porque estava no mais íntimo dos trabalhadores, e via que uma das suas tias era de entre todas as mulheres a única que lia e o pai - que em pequeno tinha ido aprender à escola que ficava longe na cidade, indo e vindo numa carroça, transportado por caridade com os meninos ricos da mesma idade, filhos dos patrões - passava muito tempo a ler as cartas daqueles que partiam da região de Montemor-o-Novo, e se iam para Évora era já muito longe. Lourença recomeçou. Depois do trabalho no campo, depois de ajudar a mãe na casa, e só depois, à luz da noite, que era aquela luz pobre do candeeiro, o



Nos interrogatórios, na PIDE, Lourença fixava um ponto, na parede ou no chão, algures fora da silhueta do polícia que a interrogasse

pai já vendo mal, “lê isto”, “lê aquilo”, “copia isto”, “copia aquilo”, “escreve uma redacção”.

M-O-R, MOR, A-MOR, AMOR. T-E, TE. MOR-TE, MORTE. O AMOR. A MORTE. A primeira carta que escreveu foi para o namorado, António Gervásio, que estava na tropa, e ele, que estava também a aprender a ler e a escrever, o primeiro numa família numerosa, respondia-lhe da mesma maneira hesitante, ainda a juntar as letras, e estas seriam das poucas cartas que escreveriam um ao outro, o resto do tempo, até ao 25 de Abril, estariam juntos na clandestinidade e ainda mais anos separados, alternadamente um na prisão e o outro fora mas clandestino, sempre sem se poderem escrever.

Lourença esforçou-se muito, praticando metodicamente quando os tios foram presos pela PIDE, porque era muito próxima de um deles, apenas dez anos mais velho do que ela, e fazia questão de lhe escrever assiduamente. Tinha 16 anos. Sabia que às vezes as pessoas não regressavam



da prisão ou regressavam mas depois não resistiam.

F-I, FI, L-H-O, LHO, FI-LHO, FI-LHO. Quando foi presa em 1964, depois de 12 anos na clandestinidade a copiar documentos do partido, já sabia escrever bem e já podia ensinar às presas analfabetas a ler e a escrever. Com outras presas, professoras na vida lá fora, aprendeu melhor a gramática e estudou também matemática, e com isso, aos 37 anos, assim que foi libertada em 1969 e antes de entrar novamente na clandestinidade, fez o exame da quarta classe.

Na prisão escrevia muitas cartas ao filho, que enfeitava com desenhos alegres. Escrevia-lhe com esmero, passando a limpo com a letra mais cuidada e clara:

Caxias, 24/5/66

Querido filho:

Espero que estejas bem de saúde junto dos avós e restante família, que a mãezinha bem felizmente.

Chiquinho, sei que estás agora em casa dos avós deves gostar de ir aos

ninhos de vez em quando por isso resolvi enviar-te este desenho com um passarinho, depois me dirás se realmente ainda gostas muito dos ninhos está bem?

Filhinho, já recebi a tua fotografia está muito bonita fiquei muito contente com ela diz quantas tiraste se foi também para os avós e se guardaste alguma para um dia oferecerem ao paizinho.

Diz aos avós que já recebi a carta deles já sei que a viagem do avô António correu bem e breve lhe respondo.

Cumprimentos para todos da família, beijinhos para os priminhos todos e tu recebe beijinhos sem fim da mãezinha amiga.

Maria

Nascer

Só soube depois e podia apenas imaginar o marido a correr nos campos quase às cegas, a atravessar os rios, a ficar com as calças enlameadas e as botas pesadas de molhadas, a chegar ofegante ao telefone

em Torre da Gadanha, o telefone mais perto do monte onde viviam. Contaram-lhe depois como ele tinha esperado pelo médico e o tinha conduzido ao monte, como tinham subido a pé porque o carro tinha ficado atascado na terra, e a chuva caindo sempre com aquele frio de Janeiro. Quando chegaram, o menino estava roxo, e disso lembrava-se, do seu bebé arroxado. Foi uma noite muito longa. Depois tiveram de ir todos os homens desatascar o carro para o médico regressar.

Mesmo para saber o que lhe tinha acontecido a ela naquelas horas tinha de fazer um esforço de imaginação. A sogra, com toda a experiência de ter parido muitos filhos e de ter ajudado muitas outras crianças a nascer, não conseguiu fazer o parto. O bebé estava atravessado e foi uma vizinha, uma mulher que tinha vindo há muitos anos do Norte do país, que o conseguiu tirar. Tem ideia de que já nem gritava.

O filho nasceu logo no início da década de 1950, ela tinha nascido

no início da década de 1930, mais precisamente em 1933, ano do início do Estado Novo, e entre um e outro nascimento pouco tinha mudado.

As crianças cresciam no tempo que cresciam. Os adultos podiam depois procurar outro tempo, pelo menos fazer alguma coisa para acelerar o tempo, darem um salto para aquilo que imaginariam ser o progresso, mas uma criança vivia as suas circunstâncias, sem qualquer domínio sobre o que lhe acontecia.

Maria Lourença Cabecinha e António Gervásio passaram à clandestinidade, montando uma casa do PCP em Évora, na Primavera de 1952, quando Francisco tinha cinco meses. Separaram-se do filho antes de ele ter completado três anos. Gervásio entregou-o a um contacto que o entregou aos avós.

Quando Lourença voltou a ver Francisco, ele tinha sete anos. Ele sabia que aquelas pessoas eram os seus pais, mas tinha pouco interesse neles, não tendo bem a certeza do que queria dizer ter pais. Ficou feliz com as galinhas que bicavam por ali e os outros animais que viviam no lugar onde se encontraram. O campo era a sua circunstância, brincar era a sua circunstância. Almoçaram. Ela, a olhar para o filho a correr atrás dos animais, pensou que era melhor do que nada. Depois despediu-se e só voltou a abraçá-lo quando ele era já adolescente, quando, num dos aniversários que Lourença passou na prisão, teve autorização para a visita ser feita em comum, sem nada a separá-los. De resto, todas as visitas eram feitas no parlatório, Francisco olhando para a rede. Falavam da escola. Ela dizia-lhe que estudasse, que estudasse muito porque não sabia quando sairia dali.

E quando saiu, finalmente, da prisão, depois de muitas medidas de segurança que prolongaram a sua pena de dois anos e dez meses para mais de cinco anos, Francisco já era adulto. Coincidiram poucos meses em Montemor-o-Novo. Ela voltou a entrar na clandestinidade e ele, para fugir à Guerra Colonial, foi a salto para França, onde vive ainda hoje.

Ver

Um carro, dois carros, três carros, quatro carros, cinco carros, seis carros... Era 6 de Agosto de 1966, a Ponte Salazar estava a ser inaugurada e Lourença cantava, espreitando pelas grades, os primeiros carros que atravessavam o rio. "Já não é o sexto, é o sétimo carro!", gritou uma mulher da sala ao lado, e foram ambas de castigo. Na prisão, ia-se de castigo por pouco. Não que ela fosse muitas vezes castigada, pelo contrário, era conhecida pelo bom comportamento e por ser conciliadora. Foi várias vezes chefe de sala e chefe de grupo. Ia falar com o director com as reivindicações. O director primeiro exaltava-se. Ficava

vermelho. Ela deixava-o gritar e quando se calava, perguntava: "Sr. Director, posso continuar?"

Era outra coisa que o pai lhe tinha deixado de herança. Às vezes tinha a sensação de que aquela calma era excessiva, mas muitas vezes lhe tinha salvo a vida. Nos interrogatórios, na sede da PIDE na Rua António Maria Cardoso, fixava um ponto, na parede ou no chão, algures fora da silhueta do polícia que a interrogasse. Ficava calada. Parecia uma mosquinha morta. Talvez por isso não voltava para Caxias como algumas colegas, espancadas, fisicamente torturadas. Ela vinha só com aquela frase, "daqui só saís para a morgue", na cabeça.

Da prisão lembra-se melhor dos momentos que fugiam à rotina: um carnaval com direito a uma hora de música, em vez da meia hora do costume, em que fizeram um bailarico; um Natal com um disco do Manuel Freire, que tinha passado para dentro por distração das guardas. De resto, todos os dias eram iguais. 7h: despertar; 8h: formar, pequeno-almoço; 10h: visita; 11h: aulas, estudar; 12h30: almoço; 13h: sesta; 14h: recreio; 16h: recolher à cela. O recreio, no reduto norte de Caxias, onde passou a maior parte do tempo de prisão, ficava no terceiro piso e tinha o tamanho de uma sala. Via-se o céu no lugar do tecto. E mais nada. Apenas o tronco dos guardas passando de um lado para o outro com as armas.

Ouvir

Volto a encontrar Maria Lourença antes de partir de Montemor-o-Novo e sentamo-nos para conversar exactamente na mesma sala do centro de trabalho do PCP, numa mesa para reuniões maiores do que a nossa. Voltamos a falar da prisão, dos interrogatórios, da separação do filho. Observo nela o mesmo estoicismo. Não há lugar para questionar o que se fez, para pensar o que perdeu, porque há uma absoluta convicção de que alguém teria de o fazer. Alguém teria de ser preso, alguém iria ser interrogado pela PIDE, alguém iria ficar sem filho e sem família durante décadas, alguém iria ver toda a sua vida privada alterada pela história do país.

Cheguei a Lisboa pela Ponte 25 de Abril, antiga Ponte Salazar, pensando na queda dali para a água e nos gestos suicidários que estavam por trás daquela pequena mudança de nome.

A série História de uma vida, história do país é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



José Cid

Longe do fim do mundo

Alentejano, viajou e viveu na Europa nos anos 60 e 70, e regressou logo após o 25 de Abril. Dedicou-se à terra. Não só a um pedaço de terra, mas a uma ideia de terra. Começou a fazer agricultura biológica quando ainda nem existia esse termo

História de uma vida, história do país (6)
Susana Moreira Marques

De manhã, quando acorda, a paisagem está sempre ligeiramente diferente. Vê a paisagem do Alentejo como um pescador vê o mar, reconhecendo que nunca está parado, ou como um homem que encontrou a mulher da sua vida, todos os dias amando cada pequena alteração nela.

José Cid é agricultor. Não é um agricultor típico. Nunca foi típico, mesmo quando fez o que muitos homens da sua geração fizeram, envolvendo-se, durante os anos 60, quando era estudante, em movimentos radicais de esquerda e exilando-se no Centro da Europa para fugir à guerra colonial. Preocupou-se sempre mais com a alegria: de estar nos cafés, de beber vinho e de pensar o mundo com amigos; isso era mais importante do que as vitórias políticas. Não gosta da palavra “importante”. “A vida é feita mais de coisas interessantes do que de coisas importan-

tes”, diz. “Uma luz, um pôr-do-sol, qualquer coisa que possa acontecer – a vida é feita disso, não é feita de verdades transcendentais.” Espremendo, o que têm dado os valores, as promessas, as grandes intenções? Esse terreno político não é fértil. Mas ele é, ainda, um homem político. “Bios”, lembra, para os gregos, significava “vida”, mas se “zoe” significava a vida natural, “bios” tinha uma força ética, e é nesse sentido, pensando que é um modo de vida, que faz agricultura biológica.

Foi dos primeiros agricultores biológicos em Portugal, quando ainda nem existia essa designação, começando, no final dos anos 70, início dos anos 80, no coração dos latifúndios, da reforma agrária e, novamente, da propriedade delimitada a arame farpado. É tradicionalista. É radical. A sua vida, parecendo quieta, é uma revolução.

Fala de uma aranha que passa e a seguir se esquece e é uma imagem bonita e que perdura em mim depois de deixar a quinta de José Cid nos arredores de Montemor-o-Novo. Saio a pensar que sobretudo aquilo que se esquece é valioso. A História sempre deixa o insignificante iludi-la.

A primeira coisa que escrevi depois de ter deixado José Cid foi:

“O agricultor que fui visitar é um agricultor-filósofo. Durante o Verão trabalha de sol a sol na terra. Durante o Inverno lê Espinosa, Deleuze, Agamben, à beira da lareira. Nunca tinha encontrado ninguém em quem fizesse sentido desta maneira a expressão ‘filosofia de vida’.”

Da conversa, copiei para o computador uma frase que ele disse: “Procuro a singularidade. Aquele que repete verdades não está a ser singular, está a ser memória, não é vivo que chegue.”

Impressionou-me a sua magreza, uma magreza rija, que fazia pensar num animal selvagem. Tem a pele toda trabalhada pelo sol. Tem 63 anos.

No fim da conversa, é um dos homens mais bonitos que encontrei. Conversámos muito tempo à sombra de três palmeiras a alguns metros da casa, com vista para o terreno de 18 hectares. Durante esse tempo, passaram os filhos, a pequena neta, a mulher com uma amiga. Depois fomos ver o resto da quinta e as cercas que construiu sem arame.

Ir

Tinha 16 anos e o pai deixou-o ir viajar no Verão de 1966. Ele e um amigo arranjaram trabalho de Verão, a apanhar favas, numa quinta no Norte de Inglaterra, e saíram de



Évora já com a ideia de ir até Londres. Na quinta, ganhavam apenas para um cachorro-quente e uma *pint* de leite ou de cerveja. O amigo, indignado com a exploração, pior do que no Alentejo, escreveu aos pais e estes mandaram-lhe dinheiro para que regressasse a Portugal. José convenceu-o a comprar bilhetes de barco para a Suécia. No barco, comiam as sobras que os passageiros deixavam nos pratos, os empregados rindo-se e esperando para levantarem as mesas. Da Suécia foram para a Noruega, onde trabalharam durante 15 dias para conseguirem seguir viagem e atravessarem a Europa até Portugal. Mas da viagem o que ficava de mais forte era mesmo Londres: dois adolescentes alentejanos a verem os The Who a partirem os instrumentos em palco depois de cantarem *My Generation: People try to put us d-down (Talkin' 'bout my generation) / Just because we g-g-get around (Talkin' 'bout my generation) / Things they do look awful c-c-cold (Talkin' 'bout my generation) / Yeah,*

I hope I die before I get old (Talkin' 'bout my generation)...

1966 foi o ano em que a revista *Time* fez capa com a cidade de Londres e usou o termo *Swinging City*. No início de Julho de 66, em Londres, três dezenas de pessoas foram presas em protestos contra a guerra do Vietname. No final de Julho, Inglaterra venceu Portugal, dois a um, no Estádio de Wembley, chegando à final do Campeonato Mundial de Futebol. 1966 foi o ano em que John Lennon disse que os Beatles eram mais famosos do que Jesus, mas John Lennon não devia estar a pensar em Portugal.

Tudo aquilo era uma espécie de golpe de estado da juventude. E, país após país, os velhos cairiam. Era o ano zero, depois tudo seria diferente.

Nos verões seguintes, sempre com o consentimento daquele pai que tinha uma visão pouco burguesa da educação, continuou vagabundo. Saiu de Évora para estudar em Lisboa em 68/69, num ano de muitas



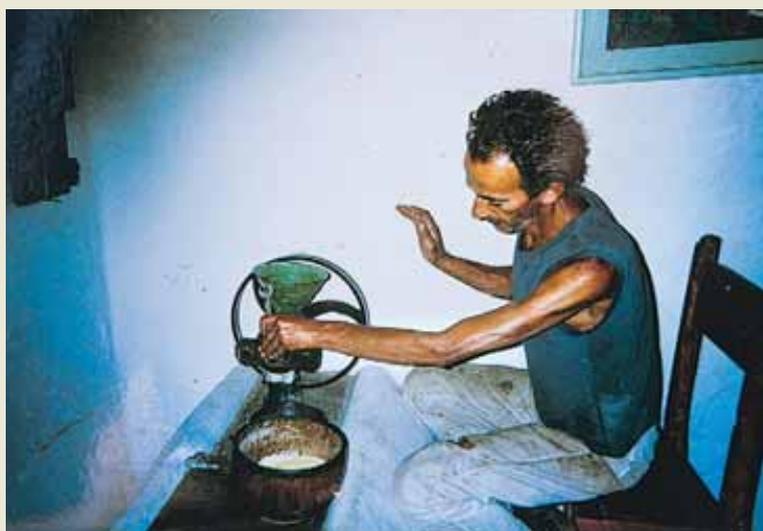
FOTOS: DANIEL ROCHA

greves e protestos estudantis. Depois, no Verão de 69, partiu para Genebra, sem saber quando voltaria. Genebra não estava longe de Paris e era ainda o espírito do Maio de 68 que tomava posse dos estudantes, um espírito de recusa de um certo modo de vida que se podia resumir na frase: *métro, boulot, dodo*. Isso era o que não queriam: essa prisão, sem lugar para pensar, imaginar e mudar, do trabalho-casa-casa-trabalho.

Esse foi o tempo de partir, de ir ver o que havia por aí fora. À família e aos amigos telefonava, escrevia cartas. Mas, nos sete anos em que esteve no exílio, esteve completamente cortado da paisagem. Era, então, o que mais lhe provocava nostalgia e era o que mais queria rever no regresso a casa. De longe, a paisagem alentejana parecia-lhe superior a todas as outras. E depois, de perto, não mudou de ideias.

Voltar

Foi uma surpresa para ele próprio perceber que via Évora não com



os olhos do jovem de 17 anos, idade com que tinha saído da cidade alentejana, mas com os olhos da criança que tinha sido. Voltou para o Alentejo assim que foi possível depois do 25 de Abril de 74, no Natal de 75. Chegou à praça onde tinha crescido e viu de novo as ga-

linhas esvoaçando dos braços dos camponeses enquanto esperavam pelo oftalmologista que tinha fama de tratar os pobres e que lhes daria consulta em troca de uma galinha ou daquilo que pudessem dispensar, o consultório era mesmo em frente à loja do seu pai. Via, com

essa escala de criança, as carrinhas dos agricultores, chegando à terça-feira, dia em que vinham à cidade fazer negócio, com os camponeses e camponesas pobres à boleia, carregados de produtos da terra para trocar por serviços ou para vender no mercado negro. Lembrou-se dos sábados à tarde em que eram convidados para as quintas, faziam-se à paisagem e depois ele e o irmão passavam longas horas brincando com os pés na terra.

A sensação era a de regresso ao berço e o espanto era enorme. Decidiu logo que era para ficar. Numa tarde, comprou uma pequena quinta, perto da quinta onde vive hoje, e começou com uma enxada e a ouvir as recomendações de um pequeno agricultor vizinho.

Ir

Ao primeiro dia, começou a dor de cabeça: uma dor que faz com que pareça que a cabeça vai explodir, tão forte que acaba por anestesiar todo o corpo. Ao segundo dia, a febre aumentou ainda mais. Estava deitado numa barraca e três senhoras da aldeia vinham pegar-lhe na mão. Contavam-lhe histórias que ele não compreendia. Ao terceiro dia, a febre começou a descer. Ao quarto dia, viu o seu burro. Estava na direcção do sol, e as orelhas do burro ficavam recortadas na luz. Viu o sol subir e ficou muito contente por não estar morto.

Tinha planos de descer, com o burro que tinha comprado, o rio Níger, mas depois do surto de malária decidiu não seguir viagem. Já tinha estado em Marrocos, Argélia, Níger, Mali. Era a segunda viagem a África que fazia com a mulher. Na primeira viagem tinham andado pelo Egipto e passado mais de quatro meses no Sudão, num período de interrupção da guerra civil. Procuravam a civilização sem “civilização”; faziam parte de um conjunto de europeus que procurava em África uma espécie de revolução natural ou uma contra-revolução. Faziam também parte de um pequeno conjunto de pessoas que tinha decidido não viver compactuando com um certo modo de vida que lhes parecia que iria destruir, primeiro, a natureza, e de seguida, a própria vida humana.

O fim do mundo já se começava a ver nos anos 70: grandes desastres ecológicos apareciam nas notícias – chuvas ácidas, lagos com peixes mortos boiando – mas depois desapareciam e ainda não se ensinava às crianças, nas escolas, que era preciso salvar o planeta. Vivia-se, na Europa, um período de paz e de prosperidade e esse era um terror todo silencioso.

Depois deixou de sair da quinta, não só porque a quinta exigia todo o seu tempo, entre as sementeiras, as colheitas, a produção de azeite, os animais querendo alimento e trato, mas porque deixou de sentir neces-

sidade. Ali, na quinta, era nómada que chegasse.

Voltar

Dentro de casa, anoiteceu. Os olhos demoram a adaptar-se à luz. A divisão principal é a da cozinha com uma mesa grande para comer e receber, e uma lareira onde, no Inverno, gosta de ler.

Uma cortina separa essa divisão de uma mais pequena onde tem os livros. Mostra-os quase com o mesmo orgulho com que mostrou a horta, as oliveiras e o lagar. Tem alguns romances, Melville, Nabokov, mas quase tudo é filosofia. Lê e sobretudo relê: Aristóteles, Séneca, Nietzsche, Walter Benjamin, o *Mil Planaltos* de Gilles Deleuze e tudo o resto de Deleuze, a *Ética*, de Espinosa, relê a cada três anos. Pensa sobre o que lê. Não escreve, preferindo a palavra dita, espontânea. E espera as visitas para que possa discutir os assuntos que mais lhe interessam, e nessas alturas fica um tagarela.

É no interior, no escuro do fresco, que conta uma história sobre o seu corpo a corpo com a natureza. Faz tudo à mão e isso faz com que a quinta fique de uma maneira muito especial no seu corpo e o seu corpo na quinta. Para tosquiar as ovelhas é preciso agarrá-las e elas dão luta e ao tosquiá-las recentemente acabou no chão, espezinhado pelos animais. Conta-o com romantismo, precisa desse romantismo, é isso que faz com que valha a pena não ser um agricultor convencional.

É também com romantismo que fala da morte. Encontra muitas vezes ovelhas mortas, mas nunca encontra os carneiros quando morrem. Depois lá aparece um corpo de carneiro, escondido. Escondem-se para morrer e morrem sozinhos aninhados num canto da terra. É mais um desaparecimento do que uma morte ou um regresso a casa e essa seria uma morte que lhe conviria.

Mas se há uma ideia central em José Cid é a ideia de alegria. Foi a alegria que viu desde a infância no pai, trabalhando muito, mas sempre procurando satisfação. A alegria retira-a então, sobretudo, do próprio trabalho, como um artista da sua obra. Não se trata da alegria leve do entretenimento, uma alegria para esquecer, mas uma alegria para encontrar, a alegria profunda que se retira de viver inventando uma verdade.

A série *História de uma vida, história do país* é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Kitty Oliveira

A noite brilhando ao sol

Viveu os anos 1970 adolescente. Esteve no centro dos anos 1980, no Bairro Alto, em Lisboa. Faz parte da primeira geração que se fez adulta em liberdade

Histórias de uma vida, histórias do país (7)
Susana Moreira Marques

Começando pelos girassóis, estes parecem sentinelas, altos no limite da horta; depois, a figueira, parecendo uma casa, levantada à altura de um homem por estacas, com uma sombra larga, há muito instalada; a seguir, o vermelho dos morangos que não se vêem, porque não é época de morangos, mas que ainda assim, fica, só de imaginar; as árvores jovens, baixas, com pouca sombra, porque o paraíso demora tempo a fazer; e ainda, o azul no chão rodeando a casa, um azul que não é nem do céu nem do mar, um azul que não conheço. Estas são as impressões que ficam da quinta de Kitty Oliveira, nos arredores de Nisa.

E da Kitty, ela mesma: os olhos claros, daqueles olhos que apanham a luz e mudam a cor conforme o sol se move; o cabelo muito curto, mas não deixando de ser feminino, a ficar prateado; a elegância natural, que tem que ver quase só com postura, ou talvez se possa falar de estilo; um certo ar de menina, um rosto de idade indefinível, que tanto podia ser de uma pessoa nova parecendo mais velha ou de uma pessoa mais velha parecendo jovem; um sorriso realmente tranquilo, que não posso dizer se será o mesmo quando está em Lisboa.

Lisboa, a cidade, é onde nasceu. Lisboa, a cidade, era onde era suposto nos encontrarmos, tinha pensado talvez combinar um encontro nas ruas no Bairro Alto, passar pelo Frágil, Os Três Pastorinhos e outros bares míticos, que fizeram os anos 1980 portugueses e que ela conheceu bem.

Mas estamos em Nisa e comemos vegetais da terra, cortamos grossas fatias de queijo – que não é de Nisa

porque o famoso queijo de Nisa já não é o que era quando aqui comprou a quinta, com o companheiro, João, há 14 anos – e bebemos um vinho forte, aveludado, saboroso, feito por eles, que é em tudo biológico, excepto no rótulo que é caro e burocrático de conseguir.

Conversamos sobre a vida do campo. Diz que não é uma fuga à cidade. Não seria tão boa se fosse uma fuga. Mas parece-me que, já que fui ao encontro dela à procura de uma pessoa da sua geração, deve querer dizer qualquer coisa que a encontre aqui.

Ela parece estar sempre no início das tendências. Foi produtora de televisão quando estavam a começar a aparecer os *reality shows* e foi produtora de dança nos anos 1990 quando aparecia o movimento da Nova Dança, que transformou a *performance* em Portugal e que era também sinal de um *boom* cultural a acontecer no país.

Nasceu em 1960, início de década e o que ia ser estava mesmo por in-



ventar. Viveu a noite quando a noite podia começar a ser vivida. Fez parte da primeira geração a ter liberdade de escolher e até liberdade de não escolher.

Na quinta não há animais, apenas uma gata, a Mia, que se parece um pouco com a dona, magra e frágil mas independente e decidida. Como uma gata, Kitty teve direito a várias vidas. É possível que tenha que ver com a história do país ou somente com a sua personalidade, mas é isso que faz com que seja difícil contar a sua história. Nada, na sua biografia, vai numa linha recta, ou sequer numa só linha.

Palavras

– É a liberdade, estão a ouvir? – dizia a jovem professora de História, quase histórica. – Isto é importante, estão a ouvir?

Os miúdos acenavam com as cabeças e davam pulos fora das carteiras. A professora subiu mesmo para cima da secretária:

– É a liberdade, ouviram?!

O reitor chegou à porta, parou, espantado:

– Mas o que é isto?

– É a liberdade! – respondeu, a rir, a professora. – Acabou o fascismo!

Isto foi no dia 26 de Abril de 1974. Alguns dias depois, o pai diria:

– Vamos para onde a liberdade está acontecer.

Começaram logo a fazer as malas e num mês o pai tinha deixado o emprego na companhia de seguros e regressavam a Lisboa. É que a liberdade não acontecia ao mesmo tempo para todos e aos Açores demoraria ainda a chegar.

No dia 25 de Abril de 1974, quando a rádio dizia que as ruas de Lisboa estavam cheias, que a revolução era bonita de se ver, que aquele era o mais feliz dia de todos, as ruas de São Miguel estavam vazias. O pai pôs a irmã pequena às cavalitas, os amigos levantaram os braços no ar, gritaram que acabou o fascismo e que era a liberdade e que o povo não seria vencido, e que o povo eram todos, unidos, mas eram talvez nem uns vinte a



DANIEL ROCHA

desfile, e enquanto passavam, olhos observavam-nos das casas e a seguir, à sua passagem, as janelas fechavam-se. E atrás deles sentia-se o medo.

Aqueles foram dias longos em casa, com amigos e com conversas e com planos do futuro que era luminoso como nunca se tinha visto. Havia ainda a alegria muito especial de saber que o irmão mais velho, não tardaria, terminaria a guerra na Guiné-Bissau. Voltaria um bocadinho morto por dentro, mas voltaria.

- Tu o que és?
- Eu acho que sou comunista.
- Eu sou socialista.
- Eu sou do MRPP.

Nos meses seguintes, todas as conversas eram sobre a revolução. De um dia para o outro circulavam todas estas palavras: “maoísta”, “marxista”, “leninista”, “trotskista”, “fascista”, “social-fascista”. Já ninguém era insultado de “parvalhão” mas de “reaccionário”.

Era preciso ser alguma coisa e ela, por causa dos irmãos mais velhos, decidiu que era do MRPP. E embora

ela fosse muito calma via como se marcavam verdadeiros duelos, lutas por vezes realmente violentas, entre grupos de diferentes liceus e de distintas inclinações políticas mas talvez fizesse simplesmente parte da adolescência, ser-se de um grupo dessa maneira, levando tudo a peito. Talvez noutras épocas os adolescentes lutassem por outras razões. Mas uns anos antes ou uns anos depois não se rasgavam pautas no meio da escola. Teve noção de que vivia qualquer coisa de espectacular, de único, que bastava ela existir para fazer parte de qualquer coisa importante. Depois, muitas dessas memórias do caos, da irreverência, da ousadia e da esperança de 1974 e 75 se confundem com as experiências da própria idade, que tinha essa mesma natureza da revolução. As primeiras paixões e as primeiras desilusões, que ia apontando nos seus diários, fazendo a sua história pessoal à medida que a história de todos acontecia, eram completamente transformadoras. Só passado uns anos terá compreendi-

do que a revolução não se fazia num dia, num país como numa pessoa.

Aos 17 anos, engravidou. Ao contrário de quase todas as amigas, que pensariam em filhos muito mais tarde, ela queria muito ser mãe. Quando a filha nasceu, passeava em Lisboa com a filha e o companheiro mulato e as pessoas olhavam. Os retornados tinham desembarcado de repente às centenas de milhares de pessoas vestindo e falando de maneira diferente, e isso tinha criado um misto de curiosidade e de desconfiança e ninguém sabia bem afinal como era aquela gente de África, negra ou branca. O Rossio, o sol da cidade, tornava-se africano e os portugueses assustavam-se. Vizinhos e conhecidos vinham ter com a sua mãe: “Que pena, uma rapariga tão bonita...”

E, curiosamente, depois de ter vivido 14 anos em ditadura com o pai a sussurrar com amigos em casa sobre o regime e de ter passado a adolescência em período revolucionário em curso, depois de ter vivido meio ano em Dakar, no Senegal,

país independente há menos de 20 anos – onde vivia o pai do seu companheiro, um intelectual guineense que trabalhou com o Presidente Léopold Senghor e tinha tentado, sem sucesso, negociar a descolonização com Salazar –, só ganhou verdadeiramente consciência social no Rio de Janeiro.

No Brasil vivia-se uma ditadura apertada e ou se era rico ou se era pobre, opressor ou oprimido e qualquer das opções era insuportável para ela. Era muito nova mas já tinha um bom emprego, e aquele emprego bom parecia-lhe pouco merecido, uma injustiça. Despediu-se. Era uma coisa que iria fazer muitas vezes ao longo da vida, preferindo mudar de emprego e, se preciso, mudar de vida, do que viver desencantada.

Música

Mais tarde, quando começou a pensar no que já tinha vivido, embora não possa precisar quando é que começou a sentir uma nostalgia do já vivido, os eventos apareceram-lhe compostos pela memória em sequências de slides. É possível que se os confrontasse com os diários que manteve muito depois da adolescência não aparecessem tão claros ou sequer nessa exacta sequência.

A música começa em casa com os irmãos mais velhos, com os discos que apareciam graças aos turistas que visitavam Oeiras, onde viveu grande parte da vida. Era ainda criança de brincar com bonecas e ouvia os irmãos a ouvir The Doors ou Led Zepellin. A seguir, os LP transportados, quase caindo dos braços, para as festas em casa de amigos. Na sua adolescência quase não havia bares, e muito menos discotecas. Passavam muitas noites na praia, os amigos traziam guitarras, ela cantava. E em Oeiras, nessa altura, ainda havia muito campo para namorar.

Algures nessa sequência toda nocturna estão os marinheiros tornando as ruas de Lisboa perto do rio barulhentas e as prostitutas aproximando-se de clientes e um punho fechado em movimento seguido de sangue a jorrar numa cena de pancadaria da qual terá passado perigosamente perto. Quando chegava ao Cais do Sodré, vinda de Oeiras, agarrava na mala com força e corria o mais que podia. Chegava ao Jamaica ofegante mas logo ficava contente naquele reggae, música nova que chegava a Lisboa.

Depois, a música ia mudando e o tipo de dança também. Foi às primeiras noites do Frágil e chegou a trabalhar lá para conseguir um dinheiro extra para ela e a filha. O Bairro Alto nos anos 1980 era uma disputa entre os chulos e os jovens mas era uma disputa cheia de energia e principalmente feliz. Bastava chegar ao Bairro Alto e a noite seria garantidamente boa. Encontravam-se logo amigos porque toda a gente se conhecia.

Era tudo a primeira vez. Experi-

mentavam-se drogas. Esse já era o tempo de não pensar no futuro. O futuro, com a conquista da liberdade e depois a entrada na comunidade europeia, parecia feito. Eles já estavam a gozar o futuro.

Depois, de um dia para o outro, uns tinham envelhecido, outros estavam arruinados, alguns tinham morrido.

Ela assistiu a essa ascensão e queda de certa forma como espectadora. Apesar de ter feito parte de todo aquele movimento, o facto de ter uma filha obrigava-a a uma certa distância e a manter a cabeça fria e a ver, conforme a filha crescia, que os anos passavam, que não havia fórmulas mágicas, ninguém se iria transformar em Peter Pan.

Desses anos, as imagens mais bonitas que tem são das manhãs, quando regressava dos longos *after-hours* no Conde Barão, num espaço cheio de charme que mais tarde seria ocupado pelo Clube Beleza. Nessas noites longas, onde trabalhava às sextas-feiras, via as pessoas mais diferentes umas das outras dançar lado a lado. Não havia mais nada para viver depois das duas da manhã e era uma fauna exibindo-se e dando-se em frente dos seus olhos. Regressava a Oeiras, o corpo ainda com música dentro, a olhar para o mar, quase encostado à linha do comboio, a brilhar ao sol.

Ritmo

No final da conversa, a mesa cá fora já levantada do almoço, parece espantada por ter tanta história. Mas talvez isso não tenha tanto que ver com os seus 53 anos, mas com uma maneira que sempre teve de nunca desejar ser nada de definitivo.

Diz que, sendo lisboeta, sempre gostou de ter um pé fora da cidade. Terá que ver com os anos que passou viajando, muitas vezes para os Açores, onde o pai trabalhou, muito tempo. Ia e vinha com a mãe, uma mulher moderna, que tinha liberdade dentro de si quando outras mulheres viviam confinadas, e talvez tenha sido com ela que aprendeu que não era preciso ter modelos.

Não há realmente nada de estranho em Kitty na paisagem alentejana. Fica-lhe bem aquele ritmo do nascer do Sol, da sesta e depois do início da noite, a hora mágica. A hora em que, filmada, se pode fazer durar uma noite inteira.

Kitty tinha razão, o campo não é muito longe. Como tinha dito, voltar para a cidade foi o tempo de dois CD.

A série História de uma vida, história do país é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Sandy Reis

Num país que são dois

Nasceu no meio da neve, no Canadá, numa família portuguesa. Tem, da história da emigração, uma perspectiva de segunda geração. Em adulta, decidiu mudar-se para a terra dos pais

Histórias de uma vida, histórias do país (8)
Susana Moreira Marques

Fátima é um lugar bastante vazio a meio de Julho. Não há trânsito para entrar na cidade. Sandy Reis marcou o encontro na rotunda sul, onde os três pastorinhos estão em tamanho gigante, que deve ser de facto, agora, a sua escala real.

Sandy Reis tem um centro de explicações e de ensino de línguas aqui muito perto. É um negócio pequeno mas bem-sucedido e que montou depois de alguns anos a trabalhar como professora de Inglês. Canadiana, filha de emigrantes portugueses no Canadá, sentiu-se de alguma forma imigrante quando decidiu mudar-se para Portugal depois de ter estudado Sociologia, Psicologia e de ter feito uma for-

mação como assistente social na Universidade no Canadá. Não é só uma história de sucesso, é uma história bonita, uma história com arco. Há na vida dela – na rotina entre o centro de explicações, a casa que os pais compraram há muitos anos em Fátima, o restaurante com o melhor bacalhau com natas do país, onde almoçámos depois – um final feliz.

Os pais partiram no final dos anos 60, quando não havia turismo religioso que os amparasse. Ela chegou a Portugal no início do século XXI, quando a viagem entre o país e o Canadá já não era uma viagem no tempo. Vinha experimentar viver em Portugal, sabendo que não seria o mesmo que visitar de férias. Planeou um ano e logo veria como corria. Ficou.

O irmão vive em Winnipeg, a capital de Manitoba, a província do Canadá onde ambos nasceram e cresceram. Desde que se reformaram, há um ano, os pais dividem o tempo entre Winnipeg e Fátima, entre um filho e o outro. Há em todos eles, co-

mo talvez em todos os emigrantes e como talvez em cada um de nós, um viver dividido. No final da conversa, fico com a sensação de que Sandy Reis aceita e vive bem com a ideia de que sempre terá saudades de alguma coisa. Há nisso qualquer coisa de uma sabedoria que normalmente se ganha com a idade, mas que ela ganhou nessa experiência de estar sempre a viajar, fisicamente, a atravessar o oceano, ou apenas dentro de si.

Embora ela tenha receio que sim, não se nota já o inglês no português dela, e há nela uma segurança que não é óbvia, mas que deve ser aquilo a que os anglo-saxónicos chamam atitude *can-do* e que tem a ver com a ideia de trabalhar dentro das limitações sem se ser limitado por elas. Vive em Fátima com a certeza de que fez uma escolha, com tudo o que de mau e de bom tem essa escolha.

Aparições

“E começamos a descer a encosta, tocando as ovelhas em direcção à

estrada. Ao chegar, mais ou menos a meio da encosta, quase junto duma azinheira grande que aí havia, vimos outro relâmpago e, dados alguns passos mais adiante, vimos, sobre uma carrasqueira, uma Senhora, vestida toda de branco, mais brilhante que o Sol, espargindo luz, mais clara e intensa que um copo de cristal, cheio d’água cristalina, atravessado pelos raios do sol mais ardente”, tinha contado a Irmã Lúcia sobre a primeira aparição em Fátima.

Era um acaso que o pai e a mãe fossem de Fátima, esse lugar de que toda a gente, até um francês ou um italiano ou um índio em Thompson, Manitoba, Canadá, tinha ouvido falar. Era um sítio que qualquer pessoa gostava de imaginar com os peregrinos a chegar de joelhos, o cheiro das velas ardendo, aquela música de levantar os pêlos do braço de muitas vozes juntas. O pai era mesmo de Aljustrel, de onde era a Irmã Lúcia e os outros dois pastorinhos, Jacinta e Francisco, e embora o pai e o resto da família não fossem particularmen-

te religiosos, isso provocava uma certa impressão dentro da comunidade católica.

Ela costumava “voltar” a Fátima nas férias. “Voltar” era uma maneira de dizer, porque, na verdade, tendo nascido já no Canadá, o verbo certo era “ir”.

Essas temporadas quase não eram vividas dentro da cidade e muito menos no santuário. Eram férias de campo. Na casa dos avós maternos, havia animais vivendo com as pessoas e um estilo de vida que lhe parecia não só português mas antigo. Era um lugar resguardado e de certa forma mais selvagem do que Thompson, pequena cidade no meio do nada, ou no meio de bosques que pareciam, por causa da neve pingando, chorar quase todo o ano. Thompson, onde tinha nascido e onde vivia, ficava no Norte de Manitoba, que ficava no Norte do Canadá, que ficava no Norte do mundo. Em Thompson, a água dos lagos ficava completamente congelada, dando uma aparência à paisa-



ENRIC VIVES RUBIO



gem de deserto abandonado, mas depois andava-se de automóvel sobre os lagos.

Das visitas a Portugal, lembra-se de não gostar das galinhas e de ter medo das cobras. Lembra-se de querer abraçar os coelhos recém-nascidos. Os animais eram degolados, o sangue desaparecendo para alguidares. E, no entanto, devia ser um sinal de mudança que as ovelhas do avô tivessem nomes de políticos, havia uma, lembra-se, chamada *Pintasilgo*.

Lembra-se de gostar desde logo do calor. Um calor que não era artificial e parecia aquecer por dentro. Nos dois meses de Verão que passavam todos os anos em Portugal, faziam duas semanas de praia, na Nazaré ou no Algarve. Passava semanas inteiras com os primos, vendo-os serem inteiramente portugueses.

Quando o avião se aproximava de Lisboa e ela via os telhados vermelhos, pequenos, lá em baixo, ficava deslumbrada. Não é talvez a sua primeira memória de Portugal, mas,

talvez por ser uma imagem que se repetia todos os anos e todos os anos aparecendo com o mesmo espanto, se tivesse que escolher uma só imagem de Portugal, seria essa: telhados vermelhos.

A verdade é que sentia que “ir” a Portugal era “voltar”. Não era que tivesse herdado aquilo como tinha herdado os cabelos ou a cor dos olhos ou algumas peculiaridades de feitio. De via vir de uma maneira de amar que era mais forte estando longe. Ficava afinal mais perto do coração.

Luzes no céu

Havia toda uma narrativa familiar, heróica, e quase exótica – e o exotismo vindo de uma impossibilidade de conhecer um tempo, mais do que uma paisagem ou uma cultura – que a acompanhou sempre e que continuava a acompanhá-la quando decidiu voltar realmente a Fátima, para viver, aos 26 anos, em 2001.

O seu pai tinha chegado a Thompson, depois de ter feito uma primeira experiência como emigrante em

França. Thompson era um lugar sem milagres. Tudo tinha sido feito por intervenção humana e o nome Thompson vinha de um presidente de uma empresa que tinha começado a extrair níquel, ali, nos anos 50.

O pai tinha chegado com uma gbardina e uns sapatitos de andar no Inverno do Sul da Europa. Era Novembro e a temperatura devia ser qualquer coisa como 30 graus abaixo de zero. Era muito frio, muito isolado, muito longe, mas havia muito trabalho. Tinha ido sem saber nada sobre o que o esperava e sem saber falar a língua. O avô juntou-se a ele, assim como os tios, e a família do pai viveu quase toda em Thompson, todos mantendo dois e três empregos nos primeiros anos, para se conseguirem realmente estabelecer ali, prosperar.

Thompson era também um lugar quase sem História e quando os filhos nasceram, nasciam outras crianças como eles, filhos de portugueses e de franceses e de italianos e de ingleses e de coreanos, todos uma segunda

geração de imigrantes, todos de outro lugar, de outra História. No Canadá, ela gostava desse sentimento de que o futuro está realmente por fazer.

Quando nasceu, os pais chamaram-lhe Sandy, um nome que devia estar na moda em 75 no Canadá, porque havia, só em Thompson, várias Sandys na comunidade portuguesa, e acabaria por se tornar inseparável de outra Sandy portuguesa.

Começou a ajudar os pais, na empresa de limpezas que geriam nessa altura, aos 12, 13 anos, depois da escola. Trabalhava todos os Verões, como trabalhava a maioria dos adolescentes em Thompson. Trabalhou em supermercados e em lojas e, mais tarde, a tomar conta de crianças. Trabalhou numa casa de acolhimento de crianças de famílias com problemas sociais e isso fazia-a ver que era família, estivesse onde estivesse, que era a casa. Foi aí, onde fazia turnos de noite e pausas à janela, que viu muitas auroras boreais. Até as auroras boreais não eram

divinas. Diziam os índios que aquelas luzes movendo-se no céu eram os antepassados dançando e ela podia entender a importância de continuar a imaginar aqueles que vieram antes dela.

Anjos na neve

Sandy Reis tem uma maneira doce de falar, mas há nela uma certa dureza que pode ter a ver com o facto de ter crescido num clima em que se tinha que sair à rua com extrema determinação. Se a temperatura era uma obsessão não era por aborrecimento. Antes de sair de casa, ouvia-se na televisão ou na rádio quanto tempo se podia estar na rua e sobreviver. O boletim meteorológico tinha sempre duas temperaturas, uma segunda que tinha a ver com o vento, que fazia com que a temperatura sentida no corpo parecesse muitos graus menos do que a temperatura medida. Lembra-se dos pés pequenos a pisarem pegadas maiores, fundas na neve, para não ter que enterrar as pernas, nas manhãs em que saía de casa antes de passar o limpa-neves. As piores memórias são da neve, quando começava a derreter deixando tudo sujo. E as melhores memórias são da neve, quando estava ainda limpa e ela se deitava no chão, fingia voar e depois levantava-se e via o anjo que tinha deixado no chão.

Quando passo pelo Santuário, antes de sair de Fátima, vejo em todos os anjos uma pegada de asas na neve. O espaço do Santuário é ainda maior vazio. Um homem negro está sozinho ajoelhado, no início de uma longa passadeira de pedra, ao lado, a oração antes da peregrinação de joelhos: “Por este sacrifício/ imploro a bênção do perdão (...)”.

Algumas pessoas, a maioria mulheres, acendem velas, o fumo cada vez mais enjoativo. Em redor da imagem da Nossa Senhora de Fátima, os fiéis estão em silêncio e só se ouve o barulho das pás de metal que as empregadas usam para raspar a cera do chão.

Decorre uma missa na igreja antiga onde se fala do livro do Apocalipse. De fora, não consigo entender exactamente de que parte se fala mas faz pensar naquilo que está para acontecer, no que ainda vamos ver. E faz-me pensar no que há de adivinhação do futuro nas biografias de portugueses muito novos. Diz o livro do Apocalipse: “Escreve as coisas que tens visto, e as que são, e as que depois destas hão-de acontecer”.

A série *História de uma vida, história do país* é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Sílvia Padinha

O cheiro de um candeeiro a petróleo

Nasceu e cresceu num Algarve que não era o da grande construção e do turismo de massas. Vive ainda num Algarve de pesca tradicional, que manteve a identidade, e quer continuar a lutar pela ilha da Culatra

Histórias de uma vida, histórias do país (11)
Susana Moreira Marques

Ocais já estava enfeitado com ramos de palmeira para a festa da Nossa Senhora dos Navegantes que ia acontecer daí a poucos dias, no primeiro fim-de-semana de Agosto, os barcos saindo todos floridos na procissão.

Reparo que os barcos dos pescadores já não estão na praia como estavam quando vim à ilha da Culatra pela primeira vez há 10 anos, mas que foi construído um pequeno porto de abrigo.

O primeiro edifício, quando se chega à Culatra, é a capela onde está precisamente a imagem da Nossa Senhora dos Navegantes. Depois começa-se a entrar pelas

casas, todas de rés-de-chão, com um pequeno espaço exterior à frente onde normalmente há uma mesa e cadeiras ou um banco corrido, para passar tempo à porta de casa. As ruas são feitas de grandes pedras colocadas uma a uma em longas passadeiras, a fazer lembrar caminhos de jardim, mas aqui sobre areia. Todos os caminhos vão dar à praia. Mar, mar, mar. Uma ilha, portanto. Mas uma coisa é saber o que é um ilha, outra coisa é estar aqui e outra coisa ainda deve ser ficar aqui e ver o último barco para Olhão partir antes das 9 da noite. Dormir sabendo que a terra se interrompe.

Não há carros na Culatra. Aqui as pessoas usam barco. As pessoas dizem “em terra” para falar de Olhão, do Algarve, de Portugal. Nós estamos em terra. Eles estão no mar. São cerca de 400 famílias. Já se achou que eram uma aberração na natureza intocável da ria Formosa. Depois percebeu-se que as pessoas podiam coexistir com a natureza, respeitá-la. São épocas, modos de usar o que

Deus nos deu. Deus deu-nos a capacidade de aceitar e deu-nos também a capacidade de lutar. Os habitantes da Culatra aceitaram durante muito tempo, e muito tempo até depois do 25 de Abril, não ter luz eléctrica pública, não ter água potável, não ter saneamento, ter pouco acesso à saúde e à educação. Depois começaram a lutar.

Uma ilha deste tamanho já não é uma ilha, é um barco. Se afundar, afundam todos. Talvez seja isso que dá um sentido de união extraordinário às pessoas da Culatra. Mantém uma comunidade piscatória. Fazem pesca tradicional. E os jovens continuam a querer fazer pesca e a serem viveiristas, como é o filho de Sílvia, com 24 anos. E, o que é ainda mais raro, os jovens querem ficar no sítio onde nasceram, lutam para ficar na ilha.

Talvez sejam também assim unidos porque vêem que é difícil que, quem é de fora, de terra, os compreenda; o seu dia-a-dia é diferente do das pessoas em terra e sempre se-

rá, mesmo que já tenham luz, água potável, saneamento, um centro de saúde, uma boa escola, um parque infantil e até um heliporto, que está agora a ser construído, para atender a emergências médicas.

Sílvia Padinha é a presidente da Associação de Moradores da Ilha da Culatra. Encontrámo-nos num dos restaurantes-cafés logo à saída do cais. É uma mulher muito bonita, longos cabelos, longas pernas. Quando começa a falar sobre ela própria fala da ilha e vice-versa, é quase impossível separá-las. É uma mulher com uma causa e isso dá-lhe uma força de carácter que é imediatamente visível mas também lhe dá, como a toda a gente que vive para uma causa, um ar solitário.

Tem, pendurado ao pescoço, um peixe prateado e há naquele colar uma afirmação, um fervor quase religioso.

Inverno

Na ilha, o Inverno pode ser medonho e ela nasceu numa dessas

alturas em que não se podia sair nem para olhar o céu. Os barcos à vela e a remos, ainda quase ninguém tinha barco a motor, estavam todos na praia, e ninguém se atrevia a sair ou a chegar. Onde estavam os barcos, junto da ria, podia ouvir-se o som do oceano do outro lado da ilha. Sem possibilidade de ir nascer ao hospital em Olhão, Sílvia Padinha nasceu, em Fevereiro de 1966, em casa, na ilha. Era assim que tinha nascido o seu pai e também a sua avó paterna, em 1902. Tinha começado a viver gente na Culatra – famílias que trabalhavam nas armações de pesca – a meio do século XIX.

A família dela estava na Culatra desde o início do século XX, mas continuava a ser algo especial nascer ali, num sítio que tinha sido tanto tempo selvagem, como se cada vida implicasse ainda uma conquista ao mar. Conforme ela fosse crescendo, começando a pôr-se de pé, primeiro a andar e depois a correr na areia da ilha, iria percebendo co-





VASCO CÉLIO

mo era extraordinário que a própria ilha estivesse de pé.

Cresceu com quatro irmãos. Os pais faziam pesca de pequena escala e como quase todas as famílias na Culatra tinham depois o seu pedaço de viveiro, como uma parcela de uma quinta, onde *semeavam* a amêijoia pequena que apanhavam para colher daí a um ano, quando estivesse grande. “Está na hora”, lembra-se da voz do pai como se viesse ainda de um sonho. O pai acordava-os quando a maré vazava, “está na hora”, e ensonados iam apanhar amêijoia. Trabalhavam com frio e com chuva, se não fosse muita. Ainda que não chovesse, o Inverno, ali, como no mar, deixava o ar constantemente molhado. E pareciam piores as noites e as madrugadas, antes do sol nascer, a ilha toda à escura, iluminada só aqui e ali por algum candeeiro a petróleo. Só muito mais tarde é que percebeu como era estranho uma pessoa da sua geração saber como cheira um candeeiro a petróleo.

Verão

Na ilha, a Primavera era ainda mais alegre. Era já a antecipação das caras de Verão. No Verão, chegariam as pessoas da Culatra que viviam em terra, e chegariam todas as caras novas. Já faltava pouco para passar noites na praia. Na praia, faziam-se fogueiras, tocava-se música e davam-se beijos. Haveria tendas, poucas, mas cheias de vida nova e diferente. Vinham grupos de ingleses, alemães e outros estrangeiros à procura de um turismo selvagem, de um lugar em estado puro. Ao longo da sua adolescência, os turistas iam chegando, poucos mas apaixonados pela ilha, ali no extremo Sul de Portugal, quase em África. Eram completamente diferentes dos turistas que chegavam a Portimão e Albufeira, ou a Faro, até a Olhão.

Dali via-se os anos 80. A costa do Algarve crescia sem parar e a Culatra só não se modificava porque estava completamente esquecida.

Na Primavera, Sílvia trabalhava e estudava o mais possível para que

o Verão fosse longo e desocupado. Gostava de estudar. Mesmo quando as aulas eram a olhar para uma televisão, através da telescola, gostava das aulas. Não queria parar de estudar, mas isso não foi, para ela, uma escolha. Havia carreira entre a Culatra e Olhão, mas com poucos barcos e os horários não eram compatíveis com os da escola secundária em Olhão.

Ainda assim, o seu 6.º ano era mais escolaridade do que a maior parte da população da Culatra e foi, mais tarde, fazer uma formação para poder dar aulas de alfabetização na Culatra. Portugal tinha acabado de entrar na Comunidade Europeia e havia então um esforço para que não houvesse pedaços de Europa a viver noutro tempo. Ela ficou espantada com a quantidade de adultos que não sabiam ler e escrever. Ficou comovida com a alegria das pessoas quando aprendiam a assinar o seu próprio nome, ela nunca tinha imaginado que pudesse ser tão importante saber assinar o próprio

nome. Ensinou a sua mãe a ler e a escrever.

Tirou o 9.º ano, à noite, já casada e com um filho, em Olhão. Fez um curso profissional de Contabilidade, que equivalia ao 12.º. E, quase aos 45 anos, começou a estudar na Universidade em Faro.

Foi só quando saiu da Culatra, no final nos anos 80, depois de casar, que Sílvia se deu conta de tudo o que faltava na Culatra e também de tudo o que havia.

O 25 de Abril na Culatra aconteceu então no Verão de 1987, a 19 de Julho, quando se realizaram eleições legislativas, que seriam ganhas pelo PSD. Aníbal Cavaco Silva seria eleito primeiro-ministro. A Culatra não votou. Aquela união das pessoas impressionou-a. Vinha de se sentirem ameaçados. Os planos de preservação da natureza da ria contemplavam retirar todas as casas e todas as famílias de pescadores da Culatra. Foi só depois dessa primeira luta, que era pela sobrevivência, que os moradores começaram a

reinvidicar todos os outros direitos que lhes faltavam. Só depois disso, poderiam pensar realmente em liberdade. Havia também, neste movimento e no seu envolvimento na defesa da identidade da Culatra, um movimento para a sua própria liberdade, como mulher, de viver focada naquilo que ela podia fazer por todos e não só pelos seus.

Outono

A travessia para Olhão demora cerca de meia hora. No dia em que visitei a Culatra, Sílvia Padinha ia começar, ao princípio da tarde, uma das visitas turísticas que faz na ria Formosa, e tivemos que correr do almoço para apanhar o barco.

Na ilha, quando chega o Outono, normalmente fica só quem vive todo o ano. Talvez por essa teimosia em não querer ver o Algarve como um lugar sazonal, foi no Outono que Sílvia fez a primeira excursão à ria Formosa, levando um grupo do Inatel. Começou o negócio há 10 anos, já depois de ter regressado à ilha para viver, quando percebeu que os turistas que visitavam não sabiam nada sobre as ilhas nem sobre a ria. Essa, pensou, era a melhor maneira de proteger a natureza e os próprios pescadores: o conhecimento.

É difícil não pensar em grandes forças cósmicas, e até mágicas, numa ilha assim. “A Culatra”, diz Sílvia Padinha, “tem a mão de Deus em cima.” Não o diz por ser particularmente religiosa, não o é e não é praticante, mas por observar a maneira como as pessoas resistem. E ter visto, ao longo dos seus 47 anos, como não acontecem maiores desastres a um povo que está à mercê de todo o tipo de intempéries.

No barco, contou que toda a sua família vive na ilha e todos os dias os irmãos e as suas famílias se encontram ao almoço em casa da mãe. Sente que são uns privilegiados. Ela precisou de sair da Culatra durante alguns anos para perceber isso. De Olhão, via a Culatra e assim, à distância, via coisas que nunca tinha visto.

Na travessia entre a Culatra e Olhão é quando melhor se vê que há dois Algarves. Um enorme, ocupando monstruosamente quase toda a costa com prédios, néons, programas de entretenimento, centros comerciais. E outro Algarve, pequeno, possível, com uma identidade e uma história própria, sobrevivente dos verões.

A série *História de uma vida, história do país* é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Hernâni Reis Baptista Ordenando o caos

Nasceu nos anos 80 em Vila do Conde, já no espaço comunitário europeu. Primeiro licenciado da família, artista plástico, é com ele, a querer agarrar o futuro, que terminamos esta série de 12 retratos que contaram a história recente do país

**Histórias de uma vida,
histórias do país (12)**
Susana Moreira Marques

Hernâni Reis Baptista usa barba e bigode, como muitos rapazes da idade dele, e um corte de cabelo que tem também um certo ar antigo, elegante. As raparigas têm um ar simultaneamente sofisticado – usando maquilhagem e as unhas arranjadas – e simples, com os cabelos a direito e roupas largas. Há qualquer coisa de surpreendentemente calmo no grupo onde Hernâni está sentado, no bar do espaço Maus Hábitos, no centro do Porto, quase em frente ao ecrã onde passa uma mostra de vídeo de artistas portugueses e norte-americanos. Parecem ter uma confiança que é até um pouco difícil de entender, sendo que têm vinte e poucos anos, acabaram os cursos há pouco tempo e não sabem como vão ganhar a vida, e não é só a confiança cega da idade. É quase como se a incerteza e a ideia de que tudo está

sempre a mudar os obrigasse a ser mais sérios e que, sabendo que nada é para a vida, cada momento fosse vivido com importância. Mas talvez só formule isto desta maneira porque passei, depois, muito tempo a falar com Hernâni Baptista e entendi que cada trabalho que faz, não faz como se fosse o último, agarrando a oportunidade de uma exposição ou de uma mostra de vídeo, nem o primeiro, mas como se fosse mais um passo. Ainda que não veja o passo seguinte, sabe que algures haverá caminho por onde continuar, porque o mundo, enquanto ele cresce, também cresce. E ainda que seja enorme, agora vê-se daqui de Portugal.

Tinha acabado de regressar da Alemanha onde esteve três semanas a fazer uma instalação que depois ficou exposta três dias. Cresceu numa Europa sem fronteiras, e apesar de ter viajado pouco, essa Europa já é uma maneira de pensar.

É o primeiro licenciado da sua família e isso é relevante para a história de um país que só alargou verdadeiramente o acesso ao ensino superior nas últimas três décadas. Vem de uma família de classe trabalhadora, onde ser artista é coisa estrangeira, quase de outro planeta. Isso não diz

muito sobre o país, diz mais sobre o mistério da criação e passamos muito tempo a falar sobre isso. Para ele, é claro que o trabalho tem que partir de uma vontade que é visceral e só assim será genuíno. E o que não for genuíno, diz, irá denunciar-se imediatamente, não funciona. Diz que todos somos clichés, de uma forma ou de outra. E o cliché dele é esse: é artista por necessidade.

No vídeo que mostrou no Maus Hábitos, chamado *Lá Fora*, um rapaz está sozinho num quarto, sentado de costas. Ouvem-se vozes de protesto. O rapaz quase não se mexe até entrar um cão que vem ter com ele, carinhoso. Lá fora, continuam os gritos com palavras de ordem que não se conseguem entender.

Encontrar

Ninguém ainda se tinha atrevido a dar um nome a essa actividade paralela do tio que consistia em trazer objectos que encontrava na rua para casa. Acumulava-os no pátio da casa e, grande parte, no sótão. Alguns na família veriam aquilo como lixo, outros como uma peculiaridade, prova de que as excentricidades não estavam reservadas aos ricos.

A mãe de Hernâni tinha sido a mais

nova de 18 irmãos, e mesmo com os que não sobreviveram, eram uma família muito grande. Quando a matriarca da família, a avó de Hernâni, morreu, foi substituída pela segunda filha, e era essa tia, desde que Hernâni se lembra, que regia a casa, harmonizando as diferenças e as discussões, deitando a mão aos irmãos quando mais precisavam, como se ainda fossem as mesmas crianças, tropeçando, caindo. A própria família parecia-se com aquele caos do pátio e do sótão. Todos os dias, os almoços podiam acabar numa catástrofe ou numa festa.

Dizia-se que aquela era a segunda casa mais antiga de Vila do Conde. O sótão era o lugar mais perigoso mas mais romântico da casa. Era o lugar que preferia em criança. A luz fazia ver melhor a poeira e a poeira dava forma à luz. Para toda aquela tralha faltavam imaginar histórias. Sentia, ali, o oposto do medo.

A divisão da casa onde passava mais tempo era o seu quarto. Era muito pequeno, não tinha janela, mas era seu e era onde ele desenhava. Era também, por tudo o que acumulava ali e também por tudo o que ali não cabia, um lugar caótico. Mas, fora de casa, ele era organizado, sem

falhas nas burocracias da vida. Ia sozinho para a escola, tratava das matrículas e de todos os papéis, queria poupar trabalho aos pais. Depois da escola, acompanhava os colegas de que mais gostava, e chegava muitas vezes tarde a sua casa.

Embora fosse tímido e introvertido, tinha um gosto por cantar e dançar e em vez de cantar e dançar em casa, ia para a esplanada do café em frente, depois de fechar, imaginando que as pessoas que passavam eram os seus espectadores.

Mais tarde, conforme foi crescendo, começou a evitar os lugares com música muito alta e muita gente. Foi um adolescente que falava baixo, em casa como fora, aqueles que falavam alto que fizessem um esforço para o ouvir.

Não é que tivesse tido propriamente uma epifania quando, depois de ter entrado na Faculdade de Belas-Artes, no Porto, decidiu escolher multimédia em vez de pintura, que era o que desde pequeno tinha pensado que queria fazer, tinha visto logo na escola secundária o urinol do Marcel Duchamp e sabia que era uma revolução feita há muito; não aconteceu de um dia para o outro, mas quase intuitivamente, começou a usar a tal tralha que havia por casa.





NELSON GARRIDO

Também usava outra tralha quando queria, mas aquela era a tralha da sua infância. Gradualmente, foi percebendo que aquele era o gesto que estava mais próximo da natureza dele ou da sua natureza como artista ou mesmo da própria natureza da arte. Ia ordenando o caos e às vezes o que criava nas suas instalações era um segundo caos. Assim era o mundo, até recriado.

Sonhar

A primeira memória que tem é de acordar, erguer o corpo com os braços, levantar a cabeça e ver os balões pintados na almofada. Talvez estivesse a acordar de um sonho. Lembra-se sempre de sonhar muito. Quando era criança tinha um sonho recorrente com um vampiro a persegui-lo para fazer-lhe cócegas. Depois os sonhos foram-se tornando mais difíceis de entender. Por vezes, tentava adormecer de maneira a que não sonhasse, mas nada resultava. Se lia alguma coisa que o perturbava antes de apagar a luz – e em criança bastavam alguns dos livros do Walt Disney – tinha pesadelos.

Muito cedo desistiu de pedir coisas a Deus antes de adormecer, porque

nunca se realizavam no dia seguinte e aquela ineficácia fazia com que se sentisse pateta rezando, à noite, antes de ir para a cama. A religião não lhe trazia afinal tranquilidade e gostava de ir à catequese apenas pelas histórias, pela leitura.

Os sonhos talvez tivessem a ver com o medo do que era desconhecido e tentassem preencher os buracos das narrativas sobre a vida humana. Claro que conforme ia tendo mais conhecimento ia tendo novas dúvidas. A mãe já lhe tinha dito que para morrer era preciso estar mal, doente. Então, de seguida, perguntava: e como é que uma pessoa se sente quando está mal? Dor de barriga, dor de cabeça, dor no peito. A mãe ia, a cada pergunta, inventando novos sintomas para a morte. Um dia deitou-se no chão. A mãe chegou e ele não se mexeu. Seria assim estar morto. Esperou a reacção dela.

De sexo ainda se falava menos do que da morte. E percebeu cedo que seria melhor nem sequer formular as perguntas: por que é que os rapazes têm que gostar de raparigas e as raparigas de rapazes? Encontrava as revistas pornográficas dos tios com corpos nus e as revistas cor-de-rosa das tias com o consultório do sexo, e

tudo aquilo lhe despertava curiosidade e receio ao mesmo tempo.

Não é que na biblioteca procurasse especificamente livros sobre sexo ou sobre a morte, mas o tempo que passava na biblioteca de Vila do Conde era tempo de entrar no caos do mundo. Na biblioteca, começou a passar horas na internet e crescia com as imagens de tantas coisas às quais não tinha acesso em Vila do Conde: obras de arte, filmes, concertos.

Desenhar era outra forma de conhecimento. Tinha sido curiosamente uma das poucas coisas que tinha herdado do pai e isso uniu-os durante algum tempo. O pai gostava muito de pescar e pescava todas as noites depois do trabalho. Ele não gostava de pescar. O pai tinha uma prótese numa mão, colocada depois de ter perdido os dedos num acidente numa fábrica, Hernâni chamava-lhe a mão pesada, e talvez aquela mão que não tinha o mesmo toque da outra explicasse uma certa dureza no pai. O pai desenhava pássaros. Hernâni não percebia nada de pássaros. O pai sabia bastante e anos depois construiu uma casa de pássaros em casa do avô paterno. Depois, desinteressando-se pelo *hobby*, deixou os pássaros morrer.

Trabalhar

Era um longo corredor com *motherboards*, e todos os dias parecia-lhe que estava dentro de um filme de ficção científica. Lembrava-lhe o *Matrix*. Aquela era, para ele, uma espécie de realidade virtual, uma outra dimensão. Era pensando assim que conseguia sobreviver ao trabalho na fábrica de *chips*. No fim do mês, recebia, e aquilo compensava, juntava o dinheiro para ir para a faculdade e começar a sua vida real.

Tinha que usar um fato de fios de carbono para que a sua electricidade estática não afectasse os *chips*. Quando testava as *motherboards* esperava de pé, às vezes durante horas. A fábrica trabalhava 24 horas sobre 24, e ele alternava entre turnos diurnos e nocturnos. Era um *robot*. Tinha 17 anos. Ganhava 400 euros. Também trabalhou, ali perto da fábrica de *chips*, no complexo industrial da Varziela, uma das zonas do país com mais armazéns chineses, que começou a desenvolver-se em meados dos anos 90, a embalar jornais.

Trabalhou durante dois anos, mas não o fazia como um garoto de classe média, querendo ganhar uns trocos e aprender como era a vida de operário, como acontecia

em tantos lugares da Europa, mas como alguém que sabia que aquela poderia, de facto, vir a ser a sua vida. O seu pai tinha trabalhado quase toda a vida numa fábrica até começar um negócio de venda ambulante de peixe.

A mãe trabalhava a fazer limpezas, de dia, em casas particulares, de noite em escritórios, para poder ajudar Hernâni e o irmão a ter um futuro melhor. Entendia que Hernâni tinha um sonho e que isso já era ter muito, apoiava-o.

Entrou para Belas-Artes sem uma ideia romântica do que era ser artista. Ele entrava em Belas-Artes não por aborrecimento com outras profissões ou para ser diferente, mas precisamente para ser igual, para encontrar outras pessoas como ele.

Queriu também dedicar-se inteiramente, sabendo que não escolhia uma profissão mas um modo de estar e que não haveria separação entre o trabalho e a vida. Nesse sentido, o passado e o futuro estariam sempre ligados.

Continuar

Em Vila do Conde, passados uns dias da mostra no Maus Hábitos, andámos na marginal da praia, tomámos café naquela que parecia ser a única esplanada tranquila, vimos o tempo ficar mais cinzento, mais frio, como acontece tantas vezes nos dias de Verão em Vila do Conde. Hernâni mostrou-me vários trabalhos e muitos eram claramente biográficos. Talvez nunca deixem de ser biográficos mas agora quer fazer trabalhos que já não precisem de lidar, de alguma maneira, com a infância e a adolescência em Vila do Conde.

Ainda encontro Hernâni uma última vez no Porto, na Casa da Música. Ele não tem ainda um atelier mas gosta de vir para o Porto durante o dia trabalhar nos seus projectos. Quando começou a passar os seus dias no Porto, depois de entrar na faculdade, a cidade, bastante maior do que Vila do Conde, parecia-lhe perfeita de anónima. Agora, que já se tornou pequena, quer partir.

Hernâni continua a ser tímido, não mudou, mas essa timidez é vencida pela ambição, que vem do amor pelo processo e não pelo resultado. Por todo o lado, na sua vida, no seu contexto histórico, há dificuldades. Ele acredita que é simples. É assim em todas as gerações. Como acontece com muitas pessoas no início das suas biografias, ele pensa naquele que é o maior cliché de todos e quer seguir o coração.

A série *História de uma vida*, história do país é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



As candidaturas independentes e a reforma do sistema político

Podem as “candidaturas independentes” contribuir para melhorar o nosso sistema político? Uma análise das candidaturas independentes a nível internacional e das causas do seu sucesso eleitoral é, aqui, o ponto de partida para essa reflexão

André Freire

As candidaturas independentes ao nível nacional e internacional. A revisão constitucional de 1997 trouxe a possibilidade de “candidaturas independentes” também para os municípios (até aí só eram possíveis para as freguesias e para a Presidência da República): nas autárquicas de 2001 surgiram as primeiras “listas de cidadãos”. De então para cá o fenómeno ganhou notável projecção. Primeiro, porque cresceram as “candidaturas independentes” (“presença”: percentagem de candidaturas independentes no total de candidaturas). Segundo, porque tem crescido o seu sucesso eleitoral/ em mandatos (“sucesso”). Terceiro, porque alguns movimentos cívicos que pugnam por reformas políticas, e alguns membros ilustres da classe política, têm defendido a possibilidade de “candidaturas independentes” também para o Parlamento (AR) como uma via para reformar o

sistema político. Em 10 de Outubro de 2013 foi, aliás, discutida no plenário da AR uma petição para que fosse alterado o art.º 151 da Constituição de modo a permitir as “listas de cidadãos” de concorrerem à AR. Claro que as “candidaturas independentes” têm vantagens e desvantagens como quase todas as soluções institucionais no âmbito da representação política e da sistemática eleitoral. Todavia, além de ser necessário ponderar o que poderia uma tal solução trazer de novo para melhorar o funcionamento do nosso sistema político, sopesando bem as suas vantagens e desvantagens, mas também tendo bem presente os problemas graves que afectam o sistema político português, é preciso começar por apresentar o panorama das candidaturas independentes ao nível internacional. Seguidamente, analisar as causas do seu sucesso eleitoral. Finalmente, ponderar as vantagens que poderia trazer, ou não, para a reforma do sistema político.

Nas autárquicas de 2013, as “listas de cidadãos” atingiram a sua máxima projecção até à data. Primeiro, porque, com 6,9% dos votos, se quedaram como quarta força política. Segundo, porque passaram de três pre-

sidências de câmara, em 2001, para treze, em 2013. Finalmente, devido à conquista de câmaras emblemáticas. Mas será que esta “presença” e este “sucesso” são elevados, moderados ou baixos?

Não existem muitos estudos sobre estas temáticas, mas os que existem levam a uma resposta taxativa: Portugal está entre os países europeus estudados onde quer a “presença”, quer o “sucesso” das “listas de cidadãos” são dos mais baixos em eleições locais, mesmo tendo em conta os resultados de 2013. Ou seja, de acordo com o estudo coordenado por Marion Reiser e Everhard Holtmann⁽¹⁾, o qual inclui vários países da Europa Ocidental (8) e da Europa Central e de Leste (5), para um lapso temporal centrado nas décadas de 1990 e 2000, as “listas de cidadãos” têm a menor presença em Portugal e no Reino Unido. Pelo contrário, têm uma fortíssima presença na Polónia, na Alemanha e na Bélgica. Os dados para o “sucesso” eleitoral são ilustrativos. Nos países com menor “sucesso”, ou seja, Portugal, Estónia, Reino Unido e Suécia, as “listas de cidadãos” têm menos de 10% dos votos nas últimas eleições consideradas. Nos casos intermédios (Croácia,

Hungria, República Checa, Holanda e Noruega) tais listas têm obtido entre 10% e 20% dos votos. Os melhores resultados em termos de “sucesso” eleitoral verificaram-se, porém, na Polónia, na Alemanha Ocidental, na Alemanha Oriental e na Bélgica: nas últimas eleições locais analisadas no estudo referido, tais listas tiveram 59%, 30%, 46% e cerca de 20% dos votos.

E como é a situação ao nível das eleições parlamentares? De acordo com o estudo recente de Dawn Bracanti⁽²⁾, focado em eleições democráticas no lapso temporal 1945-2003, há 18 países onde as candidaturas independentes não são permitidas para as eleições parlamentares, e Portugal está neste lote. Mas os dados mais interessantes são sobre a “presença” e o “sucesso”, sobretudo este último, nos países onde tais candidaturas são permitidas para os parlamentos nacionais (34 países, 43% deles sendo da Europa Ocidental, 14% da Oceânia, 12% da América do Norte, 10% da América do Sul, 8% da Europa de Leste, 4% da Ásia, 4% das Caraíbas, 4% do Médio Oriente e 1% de África). É na Rússia e no Paquistão que os “independentes” têm maior “presença” (45% e 40% das candidaturas, respec-





DANIEL ROCHA

tivamente) e “sucesso” (40% do voto, 23% dos lugares; 16% do voto, 15% dos lugares, respectivamente). Em segundo lugar, temos oito países onde a presença dos “independentes” é moderada: não há mais do que 15% de “candidaturas independentes” a competir pelo voto, os quais recolhem geralmente cerca de 2% a 5% dos sufrágios. E há quinze países onde a presença dos “independentes” é muito fraca (recolhem 1% ou menos dos votos e lugares, em média); além de outros nove onde, apesar de as “candidaturas independentes” serem permitidas, a sua presença (registada) é nula. Globalmente, aquilo que se pode dizer é que, primeiro, as candidaturas independentes (7% do total de candidatos nos 34 países) têm muito maior presença do que apoio popular: obtêm apenas 2% dos votos e 1% dos lugares. Segundo, mesmo em alguns países onde tais candidaturas são fortes ao nível local (Alemanha e Bélgica) o mesmo não se verifica ao nível parlamentar.

As causas do sucesso ou insucesso das candidaturas independentes. A presença e, sobretudo, o crescimento das “candidaturas independentes” estão relacionados com a crise dos partidos e dos sistemas partidários, a qual está associada ao crescimento dos sentimentos antipartido e dos níveis de desconfiança nos agentes políticos. Mas há factores mais de índole local (como o tamanho e o tipo de comunidades, os temas menos ideológicos e mais localistas, a cultura política local, o reduzido âmbito territorial das candidaturas e os menores custos que implicam) que permitem explicar quer a maior “presença” e “sucesso” dos “independentes” em eleições locais, face às eleições parlamentares, quer as variações no sucesso, em cada país, ao nível das autárquicas.

Quanto aos factores que explicam as variações no “sucesso” dos “independentes” ao nível das eleições legislativas, Dawn Bracanti chegou às seguintes conclusões, através de análises estatísticas multivariadas. Primeiro, apesar de maiores exigências em termos de “número de assinaturas” e/ou de “depósito de garantias bancárias” (para os independentes serem admitidos a sufrágio) deprimem a “presença” dos “independentes”, tal efeito não é significativo (excepto em termos de “número de assinaturas” exigidas *versus* “presença”). Segundo, os sistemas eleitorais com maior personalização do voto (regimes maioritários, com listas abertas, com pequenos círculos) e as novas democracias, sobretudo nos primeiros anos da sua existência, são mais propícios à “presença” e ao “sucesso” dos “independentes”, sobre-

6,9%

dos votos deram às listas de cidadãos nas autárquicas portuguesas de 2013 o lugar de quarta força política

18

Entre 1945 e 2003, há 18 países onde não são permitidas candidaturas independentes nas eleições parlamentares, e Portugal está neste lote

tudo se não existirem “limiares de entrada” (cláusulas barreiras legais ou efectivas) demasiado altos. Pelo contrário, os sistemas com menor personalização do voto (proporcionais, com “listas fechadas”, com círculos de elevada magnitude) e com elevados “limiares de entrada” deprimem a “presença” e o “sucesso” dos “independentes”.

As candidaturas independentes e a reforma do sistema político. As opiniões dividem-se quanto às vantagens e desvantagens dos “independentes” em eleições locais e legislativas. Alguns advogam que podem trazer maior legitimação aos sistemas políticos e maior participação. Outros alertam para os riscos de um maior localismo e des-ideologização na política, o que seria um problema para um país como Portugal onde a “clareza das alternativas” (ao centro) é reduzida. Entre as críticas, há ainda a destacar o problema do eventual crescimento de práticas clientelares e a magna questão da responsabilização política. Esta última é uma questão fundamental: a responsabilização política/prestação de contas ao fim de cada mandato depende de um razoável grau de perenidade e institucionalização das organizações, traços que são tendencialmente mais fracos no caso das “listas de cidadãos”, logo estas podem limitar o mecanismo da responsabilização.

Há ainda dois problemas, resultantes da abertura a candidaturas “independentes”, que os cépticos têm constantemente apresentado: um eventual crescimento da fragmentação política, no Parlamento, e o da ingovernabilidade. Penso que estas duas questões estão mal colocadas. Primeiro, porque Portugal tem um dos sistemas partidários menos fragmentados da Europa, com um

formato quase bipartidário (embora em relativo refluxo desde 2009). Segundo, porque os estudos mostram que os “independentes” dificilmente alteram o *statu quo* neste domínio. Assim, um certo acréscimo de fragmentação poderia até ser benéfico para o sistema político, trazendo eventualmente maior concorrência e maior legitimação. Quanto à questão da governabilidade, não é recomendável resolvê-la comprimindo a representação dos (pequenos) competidores existentes, ou impedindo a entrada de novos competidores, mas sim dando incentivos positivos fortes à cooperação interpartidária⁽³⁾. Mais: este problema não só não é exclusivo dos “independentes” (vide o que se passa no quadrante esquerdo do espectro político em Portugal), como há vários exemplos de “listas de cidadãos” que têm contribuído para a governabilidade autárquica (vide, por exemplo, “Os Cidadãos por Lisboa”). Mais, o aumento da diversidade de forças pode aumentar as possibilidades de aliança num sistema partidário que não só está em profunda crise, como se tem mostrado pouco ou nada propenso à mudança. Por tudo isso, creio que valeria a pena correr os riscos de quebrar o monopólio partidário na representação parlamentar, embora qualquer reforma séria do sistema político deva ir muito além disso. Outros factores cruciais a considerar seriam, nomeadamente, um financiamento mais equitativo para com as novas forças políticas, para estimular a concorrência, e, simultaneamente incentivos fortes à cooperação interpartidária e à responsabilidade dos agentes em matéria de governabilidade, além da democratização dos processos de escolha dos deputados (“primárias abertas” e “abertura das listas”).

1) Ver Marion Reiser e Everhard Holtmann (organizadores) (2008), *Farewell to the Party Model? Independent Local Lists in East and West European countries*, VS Verlag für Sozialwissenschaften, Wiesbaden. O estudo sobre Portugal foi conduzido por Maria Antónia Pires de Almeida.

2) Ver Dawn Bracanti (2008), “Winning Alone: The Electoral Fate of Independent Candidates Worldwide”, *The Journal of Politics*, Vol. 70, No. 3, pp. 648-662.

3) Ver as minhas teses e a respectiva fundamentação em André Freire (2011), “Constituição e sistema político-eleitoral”, in Nuno Garoupa, et al (editores), *A Constituição Revista*, Editora Fundação Francisco Manuel dos Santos, E-book, pp. 73-79. Disponível em: http://www.ffms.pt/pdf/ConstituicaoRevista_Total.pdf

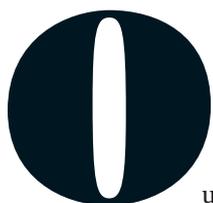
Polítólogo, professor do ISCTE-IUL (andre.freire@meo.pt)

Artigo financiado no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Profissão: guia turístico de conspirações e assassinios

Chegam bem cedo, antes dos turistas, e disputam o terreno uns aos outros palmo a palmo. Contam a história do atentado de JFK à sua maneira, carregam nas tintas conspirativas e não recuam perante nenhuma tese, mesmo a mais mirabolante. A competição é feroz, o negócio já conheceu melhores dias. São os guias turísticos oficiosos da Dealey Plaza, em Dallas, que há 50 anos testemunhou o assassinio do então presidente dos EUA. *Paulo Faria*



Quando bater as setas da manhã no sino do velho tribunal, um monstro vermelho que parece saído de um filme de Walt Disney. É o castelo da bruxa má, ou talvez da princesa encantada, às vezes não é fácil distingui-las. Estou na Dealey Plaza, em Dallas, onde Kennedy foi assassinado há cinquenta anos (22 de Novembro é a data exacta). É o segundo lugar mais visitado do Texas, dois milhões de pessoas por ano, só superado pelo mítico Forte Alamo, em San Antonio. E, mal raia o dia, eis que assomam, junto à esquina do antigo Depósito de Manuais Escolares do Texas, que agora alberga o Sixth Floor Museum, figuras ligeiramente equívocas que, num simples relance, percebemos logo não serem turistas. Quando Oswald foi preso, no Texas Theater, o filme em exibição (ou um dos filmes, à época eram sempre dois seguidos) era um obscuro *Cry of Battle*, que em Portugal se chamou *Quando os Abutres Voam*. Ora aí está um título apropriado à atmosfera que se respira aqui. Qualquer pessoa que pare a ler uma das placas explicativas espalhadas pela praça, que olhe em volta com ar interessado, em suma, que não atravesse o lugar com a passada decidida e o ar convicto do nativo é imediatamente abordada por uma destas aves necrófagas. Numa cidade em que tanta

gente tenta ganhar dinheiro à custa do assassinio de JFK, estes homens constituem a franja mais baixa e mais ostensiva do fenómeno, uma espécie de proletariado deste ramo de negócio.

No primeiro dia calha-nos o *globetrotter* do macabro. Estou sozinho, a escrever no meu caderno de apontamentos, enquanto o meu amigo e fotógrafo Peter Josyph deambula pela praça em busca dos melhores ângulos. “Estás a escrever um livro?” Ora aí está uma abordagem tão boa como qualquer outra. Negro, crânio rapado, dentes muito tortos, roupa desportiva vistosa, calções largos e ténis enormes. Respondo que não, que estou só a tirar umas notas. O desconhecido cavalga a oportunidade resultante do facto de eu não lhe ter virado costas nem me ter

ESPECIAL JFK

Ao longo desta semana, o PÚBLICO tem mais sobre os 50 anos da morte de JFK. Neste domingo, na revista 2 siga os passos de Lee Harvey Oswald, personagem central do homicídio mais discutido de sempre. Durante a semana, no site do PÚBLICO, uma série de cinco crónicas texanas do tradutor Paulo Faria. E na sexta-feira um especial, com textos e fotogalerias, sobre o presidente americano assassinado há 50 anos.

afastado de imediato e lança-se na sua lengalenga acerca do assassinio de JFK, cujo objectivo principal é vender-me por vinte dólares uma revista medonha, de grande formato e cores berrantes, onde pontificam, em sinistro destaque, as fotografias da autópsia de Kennedy em todos os ângulos possíveis e imaginários. Trata-se de uma espécie de colecção profusamente ilustrada das mais descabeladas teorias da conspiração. Para os menos abonados há também uma espécie de versão abreviada em forma de jornal. Todos os guias que ganham o sustento aqui na Dealey Plaza os trazem em grandes sacolas e os tentam impingir aos turistas. Todos? Não... Bom, já lá iremos.

Aproveito uma pausa no desbobinar mecanizado e monocórdico de ideias desvairadas por parte do recém-chegado (“Talvez não saibas que havia um segundo atirador, e também um terceiro, que fugiram pelas canalizações do esgoto. Repara bem nas grelhas ali no chão, junto à berma do passeio, foi por ali que eles se meteram para fugir...”) e faço algumas perguntas para lhe perfurar a carapaça e o fazer interromper a prelecção. Chama-se Charles Billups e nasceu aqui em Dallas, diz que tinha cinco anos quando JFK foi assassinado. Custa-me a crer, não lhe dou mais de 35, mas adiante. Exprime-se com muitos gestos, parece um pregador carismático. Porém, quando começa a falar de si, da sua vida, dir-se-ia que desliga o piloto automático e o sorriso desponta-lhe mais fa- ▶





BETTMANN/CORBIS

Viagem

Estados Unidos

ilmente, o tom de voz baixa. Há 25 anos que se dedica a este ofício de guia turístico de locais de assassinios e suicídios de gente famosa. “Fiz visitas guiadas em Memphis, na mansão de Elvis Presley, Graceland. Depois estive uns tempos no Lorraine Motel, também em Memphis, onde assassinaram Martin Luther King. Depois fui para a Califórnia, fazer as visitas ao Ambassador Hotel onde assassinaram o senador Robert Kennedy.” Aí, as coisas tornaram-se um bocadinho mais difíceis, porque em Los Angeles não havia propriamente uma estrutura organizada, um museu ou uma casa-museu de cuja “boleia” Charles Billups pudesse beneficiar. Foi preciso sacar dos trunfos todos, improvisar. Charles, que em tempos fora cozinheiro, teve de se insinuar junto do *chef* do Ambassador (foi na cozinha deste restaurante que Sirhan Sirhan emboscou Robert Kennedy em 1968, recorde-se) e o negócio lá acabou por se fazer. A troca de umas massas por cabeça, Charles pôde iniciar as visitas turísticas clandestinas ao local. Não sem antes levar a cabo a sua pesquisa acerca das circunstâncias do crime. Sim, Charles Billups faz questão de sublinhar que é um profissional sério, não anda a vender gato por lebre.

Um turista passa junto de nós, Billups salta sobre a presa, retoma o seu tom mecanizado, impinge-lhe a história estafada do homem do chapéu-de-chuva preto que, postado sobre duas lajes especiais do passeio da Elm Street (“Repara, são de uma cor diferente das outras, certo?”), fez sinal ao atirador para disparar o primeiro tiro. Gesticula com veemência, erguendo três vezes um chapéu-de-chuva imaginário, num folhear célere encontra a página da revista com a imagem certa, um fotograma do filme *Zapruder* onde surge o tal fulano da sombrinha, e mente descaradamente, dizendo que o dinheiro da venda das revistas reverte para a manutenção e limpeza da Dealey Plaza. O turista parece hipnotizado, apressa-se a comprar a revista, passa-lhe para a mão a nota de vinte dólares.

Billups ajeita a pesada sacola a abarrotar de revistas que traz a tiracolo, retoma a conversa comigo e, ante o meu comportamento talvez atípico, muda de tática. “Sabes, a polícia tem câmaras de infraver-

melhos aqui na praça, no alto dos prédios.” Quando penso que vou ver emergir mais um tentáculo do polvo conspirativo, logo me desengano. O polvo agora é outro. “Há uns tempos, um tipo tentou vender droga aqui na Dealey Plaza. Já era quase de noite, mas caçaram-no com as câmaras, filmaram o número da nota que o outro lhe deu.” Hum... estou portanto metido numa reedição da cena do *Taxi Driver* em que o traficante de armas se vira para Robert De Niro e

Não quer comprar a revista macabra? Nem o jornal? Não quer fazer a visita guiada? Bom, talvez se arranje outra coisa...

“Neck wound + head kill: shot right from here”, escreveu alguém em letra miúda na madeira da vedação de tábuas, no ponto onde talvez tenha estado o segundo atirador



lhe pergunta: «O que é que queres mais? Droga? Charros? Mescalina? E que tal um Cadillac? Queres que eu te arranje um Cadillac cor-de-rosa?» Acabo por lhe dar cinco dólares para posar para uma fotografia do Peter. Aqui, na Dealey Plaza, tempo é dinheiro, e ele desperdiçou imenso tempo comigo.

Regressamos no dia seguinte, às seis da manhã, a tempo de assistirmos aos primeiros passos deste bailado fascinante. Aproxima-se de mim um fulano branco, de rosto e corpo bastante enfrangalhados pelas investidas do tempo. Chama-se Ronald D. Rice, e se ontem nos calhou o *globetrotter* do turismo sanguinolento, hoje estamos perante o decano dos guias da Dealey Plaza. Ron considera-se superior (muito superior, até) aos restantes pseudo-guias que aqui ganham a vida. “Sou o guia que anda nesta praça há mais tempo – dezanove anos seguidos.” Caso único, não vende revistas nem jornais. Em vez disso, traz debaixo do braço dois grandes cartões plastificados com uma panóplia de imagens e diagramas respigados aqui e ali para lhe servirem de muleta nas suas explicações. Fotografias macabras, desfocadas, feias, como não podia deixar de ser. “Não cobro uma quantia certa. Vivo exclusivamente das gorjetas. Quem não gostar da minha visita guiada não tem de pagar sequer um cêntimo.” Faltam-lhe os dentes da frente, fuma sem parar, tem os cantos dos olhos descaídos, a pele curtida e áspera. Diz que a praça nunca esteve tão bonita, tão limpa e arranjada, mas que os turistas são muito poucos, em comparação com o passado. Nos tempos que se seguiram ao filme *JFK*, de Oliver Stone, de 1991, os visitantes eram aos magotes, e Ron chegou a conduzir visitas para grupos de 40 ou 50 pessoas. “Agora isto está às moscas, nem mesmo o quinquagésimo aniversário vai trazer muita gente. Mal dá para uma pessoa sobreviver. Tenho a minha pensão de veterano, mas é uma ninharia, ao fim de quatro ou cinco dias já não me sobra nada.”

Afirma ter sido ele quem traçou no asfalto da Elm Street as duas cruces brancas a assinalar os lugares do primeiro e do segundo tiros que atingiram Kennedy há cinquenta anos. “Mas este ano vou-me refor-

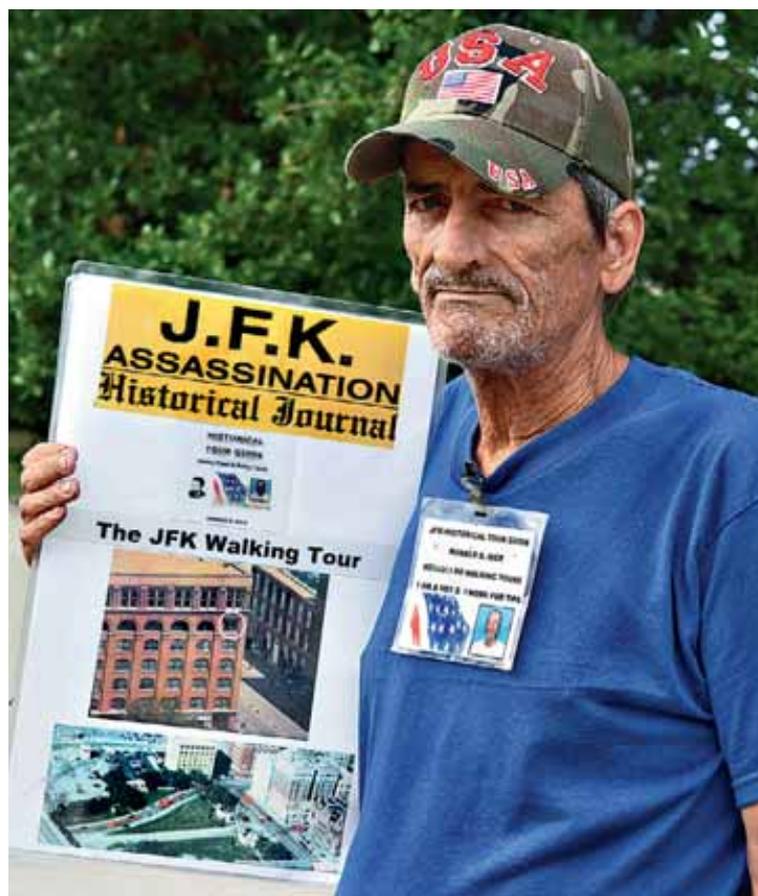




JON HICKS/CORBIS

À esquerda: vista da Elm Street para o Depósito de Manuais Escolares, de onde Oswald disparou (a cruz assinala o lugar exacto onde a limusina de JFK se encontrava quando o tiro fatal o atingiu). À direita, em cima: Ron Rice com o seu cartaz plastificado e um cartão ao pescoço que anuncia: “Sou veterano da tropa, não cobro tarifa fixa”.

À direita, em baixo: graffiti na parte traseira da vedação de estacas



PETER JOSYPH



PETER JOSYPH

mar, estou cansado disto tudo. Daqui em diante, não sei quem irá retocar as cruzes de cada vez que estiverem estragadas.” Varre a praça com os olhos constantemente, em busca de potenciais alvos para exercer o seu ofício, afasta-se de mim sempre que vê um transeunte promissor, garante-me que irá voltar para continuarmos a conversa. São oito da manhã, é dia de semana, aos poucos o trânsito adensa-se. De vez em quando passa um comboio a ranger, clamoroso, no viaduto por baixo do qual o Lincoln negro presidencial desapareceu a acelerar, com o presidente moribundo ou já morto no banco de trás.

Aproveitando uma pausa na conversa, decido proceder a um exercício. Naquela sexta-feira de 1963, logo após o último tiro, um polícia da escolta saltou da moto e correu pela escada que sobe ao encontro da vedação de tábuas, no alto do *grassy knoll*, porque lhe pareceu ter visto ali uma nuvem de fumo. A escada tem 21 degraus, separados em dois lanços. Largo a minha moto imaginária junto ao passeio, corro pela escada acima o mais depressa que consigo, chego ao limite da vedação de tábuas, irrompo no parque de estacionamento que já aqui estava há meio século. Volto para trás, recomoço. Faço várias tentativas: a minha média é de 15 segundos. Dá tempo de sobra para um atirador esconder a arma no porta-bagagens de um carro, para ele próprio se esconder. E pronto, acabo de dar o primeiro passo para entrar no clube dos conspiracionistas encartados. A parte de trás das tábuas da vedação funciona como mural onde, numa absoluta democracia e respeito mútuo, se alinham lado a lado as mensagens mais contraditórias pelo punho de visitantes anónimos, sem que ninguém apague, risque ou mutile os dizeres alheios. Troça e pesar, desvario e grandiloquência coexistem pacificamente. “O assassino foi o motorista.” E ao lado: “Que se f... a Reserva Federal.” E ao lado: “R.I.P. JFK”, com o esboço de uma pequena sepultura que parece saído de um desenho animado.

De longe, vejo Ron abordar um jovem casal de turistas no relvado central. O rapaz furta-se, faz um gesto de recusa com as mãos, visto assim de repente Ron é talvez um bocadinho assustador. Mas ele não se ▶

Viagem

Estados Unidos

deixa vencer às primeiras, abre os braços, mostra-se conciliador, exhibe os cartazes, leva a sua avante. A visita guiada, que começou junto à enorme bandeira americana, vem terminar um quarto de hora depois junto ao pedestal onde o agora famoso Abraham Zapruder, à época anónimo vendedor de roupa feminina, se empoleirou para filmar a passagem de Kennedy, com uma assistente a agarrar-lhe as pernas para não se desequilibrar. O jovem casal de turistas paga-lhe, agradece, afasta-se. Eu e Ron retomamos a conversa interrompida. À medida que os outros guias vão chegando à Dealey Plaza, ele aponta-mos e diz deles o que Mafoma não diz do toucinho. “Aquele ali é um drogado, fuma crack, vive numa casa ali em cima, do outro lado do viaduto, com mais três viciados.” Indico Charles Billups, que avisto lá ao fundo, junto à loja do museu, a fazer pela vida, falo a Ron da conversa que tive na véspera com o seu rival. “Devias ter-lhe perguntado por que é que correram com ele de Memphis. Estes tipos são todos uns drogados, vendem droga nas ruas aqui à volta. Ainda têm a lata de se dizer guias turísticos. Só querem impingir aquelas revistas, não sabem peva do que aqui se passou.” Não há nada como denegrir a concorrência para tentarmos promover o nosso produto neste mundo cão.

Nasceu em Indianápolis, Indiana, tinha oito ou nove anos no dia do atentado, estava na sala de aula. Começaram a chegar os autocarros escolares muito antes da hora, Ron e os colegas viram-nos pela janela, ficaram em pulgas. A voz do director pelo sistema de som anunciou que o presidente fora assassinado, que a escola ia fechar por aquele dia. Mas depois o director deve ter achado que alguns garotos não conheciam a palavra “assassinado”, e então repetiu: “O presidente foi morto.” E, durante o fim-de-semana inteiro, nem um único desenho animado na televisão, só notícias em todos os canais, é disso que Ron se recorda melhor.

Pergunto-lhe se gosta de Dallas. Hesita, ou talvez seja só uma pausa teatral. “Gostar, gosto. Mas acho que não me vou apaixonar por ela.” Depois de umas boas gargalhadas, acrescenta que os texanos não são



BARBARA DAVIDSON/DALLAS MORNING



JON HICKS/CORBIS



RONALD MARTINEZ/AFP

lá muito simpáticos, tratam os outros exactamente como os outros os tratam a eles: são afáveis com as pessoas afáveis, rudes com as pessoas rudes. Observa que muitos habitantes de Dallas têm vergonha pelo facto de o presidente ter sido assassinado na sua cidade, mas que há seis ou sete outras cidades dos Estados Unidos que não se importariam nada que o crime tivesse ocorrido numa das suas praças, para ganharem fortunas com o turismo. Acaba a repetir os seus queixumes, que o movimento na Dealey Plaza já não é o que era, que se vai reformar no final do ano, que

Pergunto-lhe se gosta de Dallas. Hesita, ou talvez seja só uma pausa teatral. “Gostar, gosto. Mas acho que não me vou apaixonar por ela”

as duas cruces no asfalto vão deixar de ser substituídas, os carros que passam irão apagá-las, a chuva e o sol irão esfrelá-las aos poucos sem que ninguém faça nada. Faz pose para a fotografia do Peter com um ar cansado, recebe a minha nota de cinco dólares, dita-me a sua morada e pede que lhe enviemos um dos retratos, porque precisa de renovar o cartão de identificação que traz ao pescoço numa pequena mica, como os meninos das escolas quando vão em visita de estudo. Penso com os meus botões que talvez ele não se vá reformar assim tão cedo, afinal de contas.

No momento em que nos afastamos, ele ergue a mão para se despedir, diz-nos adeus, e eu vejo no seu olhar tisonado por mil sóis e sinto naquela sua voz áspera como lixa a convicção resignada de que não iremos cumprir a promessa, não lhe iremos enviar a tal fotografia. Engana-se.

As reportagens em Dallas são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



OSWALD PASSOU POR AQUI

PAULO FARIA EM DALLAS

Há 50 anos, um homem obscuro e medíocre saiu do anonimato para se converter num dos ícones do nosso tempo: Lee Harvey Oswald, personagem central do homicídio mais discutido de sempre. Visita guiada por alguns dos lugares de Dallas onde o provável assassino do Presidente John Fitzgerald Kennedy viveu e morreu





CECIL STOUGHTON, WHITE HOUSE PHOTOGRAPHS, JFK PRESIDENTIAL LIBRARY AND MUSEUM

Dallas, 22 de Novembro de 1963. É quase meio-dia e meia. De manhã choveu, mas agora o Sol brilha. A caravana presidencial aproxima-se da Dealey Plaza. Dentro de escassos minutos, soarão tiros



Dallas é a cidade do ódio. É essa a sua fama, é esse o seu carácter. Cada cidade americana tem a sua personalidade, a sua imagem aos olhos dos naturais e dos forasteiros, e, no caso de Dallas, todas as pessoas com quem falo aqui no Texas estão de acordo: Dallas tem fama de ser a cidade do ódio. Este ódio não é visível nas pessoas de Dallas nem na sua atitude. Não há hostilidade nem antipatia nos rostos nem nas palavras. A única excepção durante toda a viagem acontece logo à saída do aeroporto, no carro alugado, quando Peter Josyph, o fotógrafo novaiorquino que me acompanha, se vê obrigado a mudar de faixa na fila da portagem. Um táxi entala-nos imediatamente, e o Peter enfia a cabeça pelo vidro aberto e grita: “Custava-te muito deixar-nos passar, era?” Acto contínuo, o passageiro do táxi abre a porta traseira e faz menção de sair, pronto para andar à pancada, de olhar em fogo. Nada que não pudesse acontecer em qualquer outra parte do mundo, a começar por Lisboa. Bom, talvez em Portugal sejam os passageiros dos táxis a acalmar os motoristas e não o contrário...

A verdade é que os habitantes de Dallas, quando interrogados, se apressam a negar que esta triste fama seja o sintoma de males profundos. Não passa de um mero resquício de tempos idos, dizem. Mas a verdade é que, se partirmos do pressuposto de que John Fitzgerald Kennedy dificilmente deixaria de ser vítima de um atentado, tais as animosidades que concitou no Sul e no Sudoeste dos EUA com o seu apoio aos movimentos integracionistas dos negros, o atentado teria mesmo de acontecer aqui, em Dallas. “Nenhuma outra cidade está tão ligada a um acontecimento violento como Dallas. É a única cidade em que, pensando nela, nos vem imediatamente ao espírito um assassinio que ali ocorreu”, dir-nos-á mais tarde Katharine Salzman, arquivista da Universidade do Texas em San Marcos, a sul daqui. “O mesmo não sucede com Memphis, por exemplo, onde mataram Martin Luther King. Em Memphis, aconteceram muitas outras coisas importantes em termos históricos e culturais. Em Dallas, dir-se-ia que não. Dallas é uma das personagens fulcrais no assassinio de JFK.”

O homem que naquela sexta-feira, 22 de Novembro de 1963, vestiu a pele de principal suspeito da morte do Presidente foi Lee Harvey Oswald, um jovem de 24 anos, natural de Nova Orleães, mas que, tendo passado grande parte da infância na zona de Fort Worth/

Dallas, se sentia aqui como em sua casa. Embora seja questionável afirmar que Oswald alguma vez se sentiu em sua casa onde quer que fosse. Naquele dia, pobre, anónimo, deserdado, abraçou JFK, rico, nascido em berço de ouro, o homem mais poderoso do mundo, e contaminou-o para sempre com o seu pequeno mundo miserável de *bungalows* suburbanos de aluguer, de dinheiro contado ao centimo, de ambições falhadas, de dislexia, de escrita labiríntica, de pequenas obsessões, de mania das grandezas – a partir daquele dia, em Dallas, quem pensa em JFK pensa necessariamente em Oswald, e vice-versa. Passaram a constituir um par inextricável, gémeos separados à nascença. Oswald, JFK, Dallas, vértices de um triângulo sinistro.

“Na Pensilvânia ou na Nova Inglaterra, a piada recorrente é não haver palheiro nem casinhoto que não ostente uma placa a dizer que George Washington ali dormiu”, diz-nos John Slate, arquivista da cidade de Dallas, que nos vai servir de cicerone. “Aqui é o mesmo, só que com Lee Harvey Oswald.”

Oswald era uma criatura estranha, para não dizer mais. Em 1959, com 19 anos, em plena Guerra Fria, viajou para a URSS e tornou-se dissidente, um gesto no mínimo bizarro para qualquer americano à época, se exceptuarmos os espões. Saber se Oswald era ou não é matéria para os que cruzam os mares encapados das teorias da conspiração, onde não me irei aventurar. O que aqui me traz, guiado pelo infatigável e bem-disposto John Slate, é visitar os tais lugares de Dallas onde Oswald dormiu antes e depois de emergir fragorosamente do anonimato e irromper no palco da história pela porta dos fundos naquele seu jeito a um tempo canhestro e dissimulado, sonso e indefeso, tímido e arrojado com que o vemos nas imagens televisivas a preto e branco daquele fim-de-semana alucinante. No romance que lhe dedicou, *Libra* (1988), Don DeLillo, ao retratar Oswald, fala daquele seu “sorriso peculiar, o pequeno esgar que lembrava um comediante num filme mudo, com o ecrã a escurecer-lhe em volta do rosto”. Uma vida breve na obscuridade, seguida de 48 horas de fama duvidosa, culminando com o assassinio do próprio Oswald às mãos de Jack Ruby, no domingo, 24 de Novembro de 1963, por volta das onze e meia da manhã.

Desiludido com o sistema comunista – a partir daí, dirá sempre que é marxista, mas não comunista –, Oswald regressa aos Estados Unidos com a mulher russa, Marina, e uma filha bebé e vai viver para o Texas, onde estava a sua mãe e um irmão. Fort Worth, depois



Da esq. para a dir. e de cima para baixo: o número 212-214 da West Neely Street; a antiga hospedaria no número 1026 da North Beckley Avenue; a sede da polícia e dos tribunais onde Jack Ruby assassinou Oswald; o antigo Depósito de Manuais Escolares de onde Oswald terá disparado; a bilheteira do Texas Theater onde Oswald foi preso; o viaduto no extremo oeste da Dealey Plaza, por baixo do qual a limusina presidencial arrancou para fugir ao tiroteio. Quando Oswald posou para as fotografias de espingarda em punho (à direita), todo vestido de negro, no quintal das traseiras da Neely Street, Marina perguntou-lhe porquê aquelas roupas ridículas. “Para a posteridade”, respondeu ele

Dallas. Aqui, instala-se com a família em Oak Cliff, um subúrbio da classe trabalhadora a oeste do centro da cidade, na outra margem do rio Trinity, um bairro hoje muito procurado pelos abastados devido à sua pacatez e excelente localização, mas onde são ainda bem visíveis algumas bolsas de relativa pobreza.

A nossa primeira paragem é no 212-214 da West Neely Street, onde Oswald morou entre Março e Maio de 1963, antes de ir passar o Verão desse ano fatal a Nova Orleães. A casa de madeira tem dois andares, a tinta amarela exibe as marcas da incúria, estalada e caduca, e a moradia está visivelmente inclinada, prestes a cair, dir-se-ia, prestes a entregar a alma ao Criador, talvez cansada do fardo de tantos olhares curiosos, de tanta devassa. John Slate avisa-nos de que a pessoa que ali mora é bem capaz de nos pedir dinheiro para vermos a casa. Cinco ou dez dólares deverão chegar. O facto de o próprio John Slate ficar sentado no carro “a fazer uns telefonemas” não é lá muito encorajador. Aproximamo-nos da porta da frente. Não há campainha, bato com o punho fechado. Silêncio. Torno a bater com mais força. Nada. Damos a volta para as traseiras pela direita, porque é principalmente o quintal que nos interessa – foi aí que, há 50 anos, Marina Oswald tirou ao marido as celeberrimas fotografias que mais tarde serviriam à polícia de prova incriminatória, uma das quais faria a capa de um número mítico da revista *Life*. Oswald a fazer pose, exibindo as armas dos seus crimes e com dois jornais comunistas na mão, junto à escada exterior nas traseiras da



PETER JOSYPH



PETER JOSYPH



PETER JOSYPH

“ Afinal de contas, Oswald era um agente secreto. Não restam dúvidas a esse respeito. A única dúvida reside em saber se ele estava ao serviço de alguma entidade mais vasta do que os centros de poder no mais íntimo do seu espírito. No mínimo, podemos estar certos de que ele espiava o mundo para poder apresentar relatórios a si mesmo”, diz Norman Mailer

Regressemos à Neely Street. O que fazer? O cheiro a lixo é insuportável, ninguém vem à porta, não podemos ficar aqui eternamente. O Peter diz-me: “Avança, rápido.” E, em cinco passadas, ei-lo no quintal, pronto a tirar a fotografia. Passo diante da porta aberta, olho para o interior sem me deter. Lá ao fundo, entrevejo de relance um homem de meia-idade que dorme, deitado de costas numa cama, de boca aberta, no meio da tralha que junca todo o chão. Posto-me junto à escada, qual Lee Harvey Oswald desarmado, com o meu caderno de apontamentos a fazer as vezes de jornais comunistas, e Peter interpreta o papel de Marina. Tiramos as fotografias a correr, em silêncio, e saímos pelo buraco da vedação sem olhar para trás.

A paragem seguinte é no 1026 da North Beckley Avenue, ainda em Oak Cliff, uma antiga hospedaria onde Oswald ocupava um quarto à data do assassinio de JFK. Depois do Verão em Nova Orleães, Lee e a mulher voltaram para Dallas, mas não para morarem juntos. Ela foi viver com as filhas (uma segunda bebé nascera entretanto) para casa de uma amiga americana em Irving, um subúrbio de Dallas, e Oswald fazia-lhes visitas aos fins-de-semana. A moradia da North Beckley, ao contrário do destroço da Neely Street, está relativamente bem conservada, e foi aqui que a proprietária viu Oswald entrar repentinamente, meia hora depois do atentado, para logo sair. Foi ao quarto vestir um blusão e, julga-se, buscar o revólver. A espingarda, essa, ficara no 6.º piso do Depósito de Manuais Escolares, escondida entre caixotes de livros. Há um letreiro a dizer “For Sale” no relvado da frente da casa. John Slate diz-nos que os herdeiros da proprietária pedem meio milhão de dólares pela moradia. Quem a comprar poderá abrir um B&B e usar como chamariz o lema: “Venha dormir no quarto do assassino do Presidente.” Gente a querer lucrar com o homicídio de JFK – é o que não falta por aqui. Batemos à porta, vêm abrir, mas nem pensar em deixarem-nos entrar. Só com marcação prévia na imobiliária. Nada a fazer, rumamos à próxima paragem.

Dirigimo-nos para a esquina, a poucos quarteirões de distância (embora nesta terra um quarteirão seja uma coisa bastante vantajada para os padrões portugueses), onde Oswald terá assassinado o agente Tippit, que o viu a caminhar pelo passeio, vindo da hospedaria, e o abordou no seu carro-patrolha, acabando morto a tiro de revólver. Um painel explicativo assinala o lugar, na esquina da Rua 10 com

casa, dando acesso ao primeiro andar onde ele morava. À cinta, o revólver que alegadamente usaria para matar o agente Tippit da polícia de Dallas, cerca de três quartos de hora depois do tiroteio na Dealey Plaza. Na mão, de coronha apoiada na anca, a espingarda Mannlicher-Carcano, a arma com que JFK foi assassinado. Ou talvez não... mas não, não vou mergulhar nesse labirinto conspirativo, não foi para isso que aqui vim.

A cerca alta de tábuas que delimita o quintal



JFK PRESIDENTIAL LIBRARY AND MUSEUM

está tão torta como a casa em si e exibe um buraco por onde eu e o Peter poderíamos facilmente passar, mas noto que a porta sob a escada está aberta, e preferimos não arriscar. Afinal de contas, estamos no Texas, onde as pessoas levam muito a sério a noção de propriedade privada e não se brinca com estas coisas. Viemos aqui para revisitar o passado, não para levarmos um tiro. Quando até os próprios habitantes de uma cidade, as pessoas que a consideram a sua casa, acabam por lhe reconhecer a aura de “cidade do ódio”, todo o cuidado é pouco. Regressamos ao ponto de partida, damos a volta para o lado oposto, aproximamo-nos da tal porta das traseiras que está aberta. Junto à cerca há lixo, uma montanha de lixo a transbordar de um contentor enorme. Espreito para o interior da casa, tentando não me pôr na linha de fogo de uma possível arma. Inclino-me e bato na ombreira. Entrevejo uma cozinha e avisto mais lixo, lixo por todo o lado. Latas vazias de comida caídas junto à bancada, garrafas vazias, sacos de plástico a regurgitar sabe-se lá de quê. O lado bizarro e sinistro de Dallas, o “Dallas creepy”, como dizem aqui, mostra a sua face. Torno a bater com mais força, ainda desviado das possíveis balas. Em termos de higiene, as coisas não parecem ter mudado muito nesta casa desde 1963. Quando Oswald aqui morou, havia baratas por todo o lado. Lee e Marina entravam na cozinha de noite, acendiam a luz, e lá estavam elas no chão, nos rodapés, nas paredes. Oswald comprava insecticida, mas muito barato, por não terem dinheiro para mais. Lee

proibia Marina de aplicar o insecticida, achava que ela o desperdiçava. Ela fazia troça dele, dizia-lhe que as baratas bebiam o insecticida e depois faziam filhos. Estas conversas tinham lugar em russo, porque Oswald se recusava a falar inglês com a mulher – para exercitar o seu russo, dizia. E batia-lhe. Batia-lhe muito, marcando-a no rosto e no corpo.

A Mannlicher-Carcano também foi barata, já agora – apenas 21 dólares e 45 cêntimos, incluindo portes de correio (a arma veio de uma loja de Chicago). As armas são baratas e acessíveis na América, especialmente no Texas, e aí de quem se atreva a levantar o tema do controlo do armamento. Esbarra logo numa argumentação feroz ou num desconforto evidente. Virginia Worley, de 30 anos, empregada num Bed & Breakfast (B&B), dir-me-á mais tarde em San Marcos: “Num mundo ideal, ninguém teria armas. Se fosse possível destruí-las todas do dia para a noite, eu assinava já por baixo. Mas elas existem, e sempre é melhor saber usá-las. É como saber conduzir um carro com mudanças. Em condições normais, aqui nos Estados Unidos, basta aprender a guiar um carro de caixa automática. Mas nunca se sabe...” E acreditem, Virginia é tudo menos uma conservadora agressiva e façanhuda – é uma jovem licenciada, simpática, cheia de sentido de humor e com uma cultura acima da média. Mas no Texas é muitas vezes assim: “Afinal de contas, sou uma rapariga texana, e portanto gosto de armas, se calhar. Só porque sei usar uma arma, não quer dizer que seja conservadora.”



a Patton. As casas em volta já não são as que existiam à época, mas a atmosfera é ainda a mesma – moradias baixas, terrenos baldios, vedações de rede de arame. É lícito imaginarmos que Oswald, tendo assassinado Kennedy, pretenderia fazer do seu julgamento uma tribuna para expor as suas teses políticas, denunciando a iniquidade inerente tanto aos sistemas capitalista como comunista, fazendo uso da sua autoridade na matéria como um dos poucos americanos que haviam vivido e labutado enquanto humildes trabalhadores sob os dois regimes. Caso partamos desse pressuposto, foi nesta esquina desoladora e feia de subúrbio que o seu plano ruíu. Não admira que, uma vez preso, Oswald proclamasse, numa célebre frase: “*I’m just a patsy*”, ou seja, “Sou apenas um bode expiatório”. Chegara o momento de emendar a mão. Os texanos talvez detestassem JFK, mas detestavam ainda mais a figura do *cop killer*, o criminoso capaz de assassinar à traição um polícia, bom cidadão e pai de família. Tippit tinha 39 anos, combatera na Segunda Guerra Mundial, era casado, tinha três filhos pequenos. Este segundo crime, cometido talvez por nervosismo, selou o destino de Oswald – quando chegasse a sua hora, ninguém o iria proteger, ninguém daria um passo em frente para desviar o braço de quem o quisesse eliminar. Quarenta e oito horas depois, caiu morto na sede da polícia de Dallas, rodeado por 70 agentes e uns 50 jornalistas, algemado a um polícia de Stetson na cabeça, que se limitou a franzir o sobrolho quando Jack Ruby disparou. Mas já lá vamos.

Antes disso, é obrigatória uma visita ao Texas Theater, o cinema no Jefferson Boulevard, a oito quarteirões daqui, onde Oswald se refugiou em seguida. O cinema ainda funciona em pleno, no átrio há um bar que de noite se enche de animação, e a sala em si, embora remodelada, retém a disposição original. São cinco da tarde, ainda

não começou a primeira sessão. Oswald sentou-se no sector central da plateia, terceira fila a contar do fundo, quinta cadeira a contar da coxia do lado direito, e é nessa mesma cadeira que me sento para conversar com John Slate. O cinema estava às moscas naquela tarde de 1963, os filmes em exibição eram duas xaropadas de Hollywood hoje esquecidas. “Este lugar foi o palco do único crime de Lee Harvey Oswald acerca do qual não há controvérsia, nem dúvidas, nem teorias da conspiração: entrar aqui sem pagar bilhete. Ninguém o viu a disparar do Depósito de Manuais Escolares, há testemunhos contraditórios acerca do homicídio de Tippit, mas quanto a este delito menor não há dúvidas. Oswald entrou aqui sem pagar, chamando as atenções e levando a que os empregados chamassem a polícia.” John Slate *dixit*. À porta, junto da bilheteira onde, caso tivesse parado para pagar o seu bilhete, talvez Oswald ainda estivesse vivo, uma nota de humor macabro. Numa caixa de venda de jornais, alguém colou um autocolante de identificação para participantes em congressos. No quadrado branco abaixo da frase impressa: “*Hello. My name is...*”, uma mão exímia escreveu em letras gordas: “PATSY”.

O filme desvaneceu-se no ecrã, as luzes da sala acenderam-se, a polícia invadiu a sala. Oswald ainda andou à pancada com os agentes, tentou sacar do revólver e dispará-lo, mas um polícia impediu-o e levaram-no daqui, com ele a gritar “Brutalidade policial!” enquanto o metiam no carro-patrolha. Abandonamos Oak Cliff e seguimos para leste, para a Baixa de Dallas, ao encontro do lugar onde Oswald acabou os seus dias. O edifício municipal onde funcionava a Sede da Polícia e dos Tribunais é imponente, bonito e, pelos padrões de Dallas, uma cidade que conta somente 150 anos de história, antigo. Quando Oswald aqui chegou, trazido do cinema, já havia repórteres junto à entrada lateral, na Main Street, na expectativa de verem surgir algum suspeito do assassinio do Presidente. Os agentes no carro-patrolha perguntaram a Oswald se queria esconder o

Da esq. para a dir. e de cima para baixo: multidão reunida em Fort Worth, junto ao Hotel Texas, para cumprimentar JFK; o casal à saída do hotel onde se reuniram na manhã de 22 de Novembro com a Câmara do Comércio; a limusina presidencial a caminho da Dealey Plaza; Oswald detido no Texas Theater; Jack Ruby dispara à queima-roupa sobre Oswald

rostro, e a resposta dele foi mais uma das suas frases enigmáticas, dir-se-iam destinadas a alimentar 50 anos de especulações: “Não preciso de me esconder. Não fiz nada de que me deva envergonhar.”

Queremos entrar no edifício, explorar o interior, mas John Slate frustra-nos as expectativas: ainda funcionam aqui tribunais, à porta está afixado um painel em letras garrafais com uma lista infindável de objectos interditos aos visitantes (que inclui armas de fogo, tacos de baseball, arcos e flechas, martelos, soqueiras, matracas de kung fu e muitos outros artigos do lar), iríamos ser cuidadosamente revistados, teríamos de preencher imensa papelada, veríamos os nossos passos controlados. Precisamente o género de controlo que não existia em 1963, quando o caos se instalou mal se soube





que um suspeito do crime estava aqui detido. Os jornalistas invadiram o edifício, desenrolaram os cabos das câmaras de televisão e dos projectores, fazendo-os sair em grossas tranças pelas janelas dos gabinetes dos detectives. Nos corredores por onde Oswald era arrastado de cada vez que o traziam da cela para as salas de interrogatório reinava a confusão, gritavam-lhe perguntas, havia empurrões. No meio da balbúrdia, oferecendo os seus préstimos aos jornalistas e distribuindo cartões do seu bar de *strip*, o Carousel (hoje sepultado sob uma torre de escritórios), deambulava um homem chamado Jack Ruby.

A porta por onde Oswald entrou no carro-patrolha, na tal sexta-feira, e por onde deveria ter saído na carrinha celular, no domingo (acabou por fazê-lo numa ambulância, já moribun-

do), dá acesso a uma rampa para automóveis. Em mais um pormenor irónico, encontra-se agora solidamente trancada e ostenta por cima um aviso a proibir a entrada a estranhos – é este o acesso para os carros dos juizes. Foi também por aqui, muito provavelmente, sem que ninguém lhe fizesse perguntas, que Jack Ruby desceu calmamente, de revólver no bolso, para matar Oswald. Antes, dirigiu-se a um balcão da Western Union, hoje desaparecido para dar lugar a um restaurante, situado neste mesmo quarteirão, neste mesmo passeio, a cem metros de distância, não mais. Foi enviar dinheiro a uma das suas *strippers*. A transferência de Oswald para a cadeia da Dealey Plaza, curiosamente o próprio palco do crime sensacional de que o acusavam, estava marcada para as dez da manhã. Houve vários atrasos,

o último dos quais um pedido de Oswald para que lhe trouxessem uma camisola preta para vestir por cima da T-shirt. Naquele fim-de-semana de há 50 anos em que tudo se decidiu em pormenores aparentemente insignificantes, este foi o derradeiro: caso Oswald tivesse aceitado descer da sua cela de T-shirt branca, Jack Ruby, ao entrar na garagem quando o relógio caminhava para as onze horas e vinte e um minutos, teria chegado atrasado para o matar. Assim, pôde descer a rampa, misturar-se com os repórteres escassos segundos antes de Oswald sair do elevador e, ao vê-lo aparecer, saltar-lhe ao caminho e desfechar-lhe um tiro, um só, em directo para as câmaras televisivas e para os lares americanos.

Preço a John Slate que nos leve agora ao Parkland Hospital, onde JFK foi declarado morto pouco depois do atentado, e onde o próprio Oswald morreu também, dois dias depois. Li algures que a sala de operações onde os médicos tentaram em vão salvar o Presidente ainda existe. Mentira, diz-me ele. Quando o hospital foi remodelado, nos anos 1970, uma equipa do FBI deslocou-se até lá e literalmente removeu a sala. Além da mesa de operações e de todo o mobiliário e instrumentos ali contidos, também as portas e as ombreiras foram levadas, os tijolos das paredes e os ladrilhos do chão foram arrancados um a um, e tudo foi encaixotado e transportado para um depósito dos Arquivos Nacionais dos EUA, nos arredores de Kansas City, onde este espólio permanece guardado até hoje. Como se as próprias autoridades desejassem alimentar as teorias conspirativas, acrescentando constantemente novos elementos de dúvida e secretismo a esta história já de si tão pouco linear, tão semelhante a “um mistério embrulhado numa charada dentro de um enigma”, nas palavras de Joe Pesci no inesquecível papel de David Ferrie, o piloto homossexual de Nova Orleães, em *JFK* (1991), de Oliver Stone.

No final de *Os Salteadores da Arca Perdida*, de Steven Spielberg, Harrison Ford sai de um edifício governamental e tem à sua espera a namorada e companheira de aventuras rocambolescas, que lhe pergunta se as autoridades irão tratar a Arca da Aliança com o cuidado que esta merece. Ele responde em tom cansado qualquer coisa do género: “Oh, já sabes como são estes burocratas.” O plano muda e vemos o caixote contendo a arca transportado por uma empilhadora. A câmara afasta-se e vemos outros caixotes em volta, dois quarteirões de caixotes com a empilhadora a avançar entre eles. A câmara afasta-se ainda, os caixotes são cada vez mais numerosos e mais pequenos, num plano-sequência infundável que nos dá a ver um mar de caixotes a perder de vista, todos os tesouros e todos os segredos e mistérios do mundo encerrados num gigantesco armazém, eternamente à espera de que alguém os desvende, para sempre inacessíveis num labirinto de onde nunca mais sairão para ver a luz do dia. Spielberg não filmou esta cena em estúdio, fê-lo num depósito genuíno dos Arquivos Nacionais dos EUA, um dos 15 que existem espalhados pelo país. Provavelmente, nenhum estúdio poderia reproduzir o gigantismo desmesurado da coisa em si. E pode ser que a câmara de Spielberg, no seu lento recuo pausado que nos suspende a respiração e que parece não ter fim, tenha filmado também os caixotes que encerram a mesa de operações onde morreu JFK, as lâmpadas que iluminaram o trabalho febril dos cirurgiões, a porta que Jacqueline transpôs para se despedir do marido morto, os ladrilhos que ela pisou naquele dia 22 de Novembro, há 50 anos, em Dallas, a cidade do ódio.



Leia as Crônicas
Texanas de Paulo
Faria a partir de
segunda-feira em
Público Mais
publico.pt/
publicomais



Dallas, polegares erguidos e cruzeiros no asfalto

JFK

Na manhã pacata, há sorrisos e polegares ao alto no lugar onde morreu um homem há 50 anos. Ninguém tem acesso à janela de onde o atirador fez fogo. Comboios e carros passam devagarinho, num estranho bailado tranquilo. Há meio século, neste lugar, uma certa inocência morreu também

Paulo Faria

Don DeLillo, no seu romance *Libra*, chamou àquele momento “os sete segundos que partiram a espinha do século americano”. Tornou-se quase um chavão dizer em relação a todos os acontecimentos importantes do nosso tempo que há um antes e um depois disto ou daquilo, mas no caso do assassinio de John Fitzgerald Kennedy é mesmo verdade. Antes, os americanos e o mundo confiavam nos políticos e nas instituições, pelo menos o suficiente para não acharem concebíveis certas maquinações, certos encobrimentos. Antes, as guerras eram justas e o Vietname não parecia possível. Antes, a América julgava-se a reserva moral do mundo. Antes, o

vendaval mediático a que já nos habituámos ainda não começara. Antes, ninguém imaginava que a caixinha televisiva com o seu ecrã pudesse despejar nas casas dos pacatos cidadãos o horror do homicídio em directo do principal suspeito de ter assassinado o Presidente.

Às 12h30 daquela sexta-feira, 22 de Novembro, a comitiva presidencial entrou na Dealey Plaza, já no troço final do seu percurso através de Dallas que a levaria ao Trade Mart, onde JFK iria almoçar e discursar diante da nata da cidade. Kennedy não era propriamente benquisto aqui no Sudoeste americano, e no seu discurso fazia tenções de atacar todas as formas de extremismo e de apelar ao respeito pelos valores democráticos. O seu apoio explícito à plena integração dos negros na sociedade americana era um espinho cravado na garganta dos texanos. O Texas foi o único estado americano que teve uma existência independente antes de se integrar na União, e ainda hoje muitos texa-

nos acham que não precisam de um Presidente a dar-lhes ordens a partir de Washington. Em 1963, este sentimento estava ao rubro.

Provavelmente, nunca saberemos ao certo o que aconteceu durante aqueles sete segundos. Norman Mailer escreveu que, ao analisarmos este caso e os seus protagonistas, temos de pôr em pé de igualdade metáforas e factos. Escreveu também que “as provas materiais, só por si, nunca fornecem a resposta a um mistério”. As autoridades e os investigadores particulares recolheram, ao longo deste meio século, testemunhos e provas físicas e audiovisuais que dariam para encher bibliotecas inteiras – todas se anulam mutuamente. Falta-nos o elemento principal, que o génio de Agatha Christie sabia indispensável para dissipar todas as dúvidas na mente do leitor: a confissão da boca do criminoso, arrancada por Hercule Poirot.

Lugar pacato pela manhã

A Dealey Plaza é um lugar pacato

às oito da manhã. Duas enormes bandeiras, uma dos Estados Unidos, outra do Texas, dominam o relvado triangular central, rasgado ao meio pela Main Street, com a Elm Street a norte e a Commerce Street a sul. À direita de quem esteja voltado para o viaduto ferroviário que limita o extremo oeste da praça eleva-se o “grassy knoll”, a colina arrelvada com a sua vedação de tábuas no alto, atrás da qual poderá ou não ter-se escondido um segundo atirador. Um pouco mais próximo do Depósito de Manuais Escolares de cujo sexto piso, o penúltimo, Oswald terá ou não disparado assoma o pedestal onde Abraham Zapruder se empoleirou para filmar a passagem da comitiva presidencial pela Elm Street abaixo, criando assim, sem o saber, o filme amador mais célebre e mais reproduzido de todos os tempos.

É por esta hora que os primeiros turistas começam a chegar, ao princípio em pequenos grupos,

depois mais numerosos, sem que nunca se forme uma multidão. São irresistivelmente atraídos por duas cruzeiros traçadas no asfalto, na faixa de rodagem central da Elm Street. A primeira, mais próxima do lado leste da praça, assinala o local de impacto do primeiro tiro que atingiu JFK, ferindo-o no pescoço. Se acreditarmos na história contada pela Comissão Warren no seu relatório de quase 900 páginas (mais 26 volumes de anexos), foi esta a “bala mágica” que atravessou o corpo do Presidente antes de zigzaguear pelas entranhas do governador Connally, do Texas, ferindo-os a ambos. Pormenor macabro: escassos segundos antes de este primeiro tiro soar, Nellie Connally, a mulher do governador, voltara-se para trás na limusina e, apontando a multidão a aplaudir nos relvados em volta, dissera a Kennedy: “Sr. Presidente, agora já não pode dizer que Dallas não gosta de si.”

A segunda cruz pintada no pavi-





© FRED WARD/CORBIS

mento, escassas dezenas de metros mais adiante, assinala o tiro fatal, a horrível imagem do filme Zapruder que nos faz fechar os olhos de cada vez que a vemos, e que leva Kevin Costner em JFK, de Oliver Stone, a martelar uma e outra vez: “Para trás e para a esquerda. Para trás e para a esquerda. Para trás...” Escusado será dizer que não veremos esta sequência do filme amador em nenhum dos ecrãs do Sixth Floor Museum que exibem imagens da época.

As cruces no asfalto seduzem quem vai chegando, atraem os olhares e os corpos como ímanes. No passeio, um grupo de mulheres, jovens e bonitas, faz pose em grupo para a fotografia junto à primeira cruz. Quando o semáforo fecha, à entrada da praça, há um breve hiato de uns quinze ou vinte segundos em que não passam carros, e uma delas corre até à cruz, pára ali para o retrato, de polegar erguido e sorriso rasgado, torna a correr para o passeio, a fugir à vaga de tráfego

crecente que o sinal verde liberta. Quando o sinal torna a fechar, outra jovem do grupo corre até à cruz.

Nas catacumbas dos arquivos

Na véspera, John Slate, arquivista da cidade de Dallas, levou-nos, a mim e ao Peter Josyph, o fotógrafo que me acompanha, até às catacumbas dos arquivos municipais. E ali, dentro de várias caixas, distribuído por pastas, cuidadosamente preservado dentro de micas plásticas, aguardavam-nos um tesouro cru, perturbador. Com gestos pausados, John Slate vai-nos mostrando os documentos que compõem o ficheiro policial relativo ao homicídio de JFK. Há 50 anos, foi a polícia de Dallas quem deu início à investigação. Quando o processo passou para a alçada do FBI, J. Edgar Hoover mandou que toda a documentação fosse levada para Washington e microfilmada. Os originais, devolvidos à polícia de Dallas, ficaram dentro de um arquivador metálico cuja chave se perdeu



Testemunhas ouviram um disparo e viram o falecido tombar para diante. Ouviram-se mais tiros, e o falecido caiu no regaço da mulher



Relatório policial sobre a morte de JFK

algum tempo depois, o que provavelmente os salvou do saque.

Certo dia, a arquivista que precedeu John Slate no cargo foi à sede da polícia em mais uma expedição para recolher materiais e perguntou: “O que está dentro daquele armário, pode saber-se?” Aberto com um pé-de-cabra, o arquivador revelou os seus segredos. O relatório policial da morte do Presidente, assinado por dois detectives e pelo médico-legista. Dentro das quadrículas e dos espaços em branco, a informação dactilografada, como noutro relatório qualquer. “Nome da vítima: Kennedy, John F. (Presidente dos EUA). Residência da vítima: Washington, D.C. (Casa Branca). Circunstâncias do crime: O falecido viajava num cortejo automóvel com a mulher e o governador John Connally, mais a mulher deste. Testemunhas ouviram um disparo e viram o falecido tombar para diante. Ouviram-se mais tiros, e o falecido caiu no regaço da mulher.”

As impressões digitais de Oswald

no bordo inferior de uma pasta de cartão amarelo, provavelmente recolhidas à força, a avaliar pela sua aparência irregular e esborratada. John Slate vai folheando com mãos suaves estas relíquias de papel tão frágil, quase translúcido. Fez-se na sala um grande silêncio. É impressão minha ou há na voz de John um vago tremular? Telegramas que Oswald recebeu depois de preso. Um tal Joseph Naylor Jr., da Pensilvânia, escreveu-lhe: “És um homem morto.” Uma mulher de Seattle: “Por favor, ouve os noticiários acerca do que fizeste.” Telegramas que Ruby recebeu depois de preso. Paul Cowperthwaite, de Los Angeles, enviou-lhe um cheque de dez dólares logo no dia em que ele matou Oswald e escreveu: “Parabéns por eliminares uma ratazana e prestares um bom serviço ao país. O dinheiro é para arranjares um advogado.”

Filmes amadores

Na Dealey Plaza, a última rapariga do grupo corre até à cruz pintada no asfalto em três passos ágeis, dá meia-volta, posta-se no lugar do primeiro tiro, tendo o cuidado de não pisar a cruz para que se veja bem na fotografia, sorri, ergue o polegar. A única tensão que a percorre é a iminência do trânsito que irá desabar, mal o semáforo fique verde, um pouco mais acima, à entrada da praça. Provavelmente, os pais dela ainda não tinham nascido quando os tiros soaram naquele dia de Novembro, há 50 anos.

No Sixth Floor Museum não se pode tirar fotografias. Há um painel inteiro dedicado à importância das imagens colhidas por simples amadores no dia do atentado, gente sem a qual muito pouco saberíamos acerca do sucedido. Na vitrina estão 12 máquinas fotográficas ou de filmar (as originais nalguns casos, réplicas noutros) usadas por outros tantos anónimos, que deixam de o ser graças a uma pequena nota biográfica anexa. Em lugar de destaque, a décima terceira máquina é uma câmara de 8 mm igual à que Zapruder usou naquele dia. Mas não se pode colher imagens dentro do museu. Somos avisados logo à entrada, e os guardas percorrem o piso de olhar atento, em busca de possíveis prevaricadores. Um lugar que não existiria sem as imagens de amadores proíbe os filhos e netos desses amadores de imitar os gestos dos pais e avós. É claro que não vale a pena ver neste interdito mais uma ramificação da teia conspirativa que ainda envolve o atentado. Trata-se de uma questão de negócio, nada mais. O museu não possui uma loja, mas sim duas, uma no rés-do-chão do próprio edifício, outra do lado oposto da rua, no Dal-Tex Building, ambas a abarrotar de postais, camisolas e livros repletos de imagens colhidas aqui do alto, os ângulos foto-

gráficos cujo exclusivo é preciso preservar a todo o custo em nome do vil metal.

Antes de subirmos, ao lermos a placa metálica junto à porta, hoje fechada, por onde Oswald costumava entrar, na qual se resume a história deste prédio construído em 1901 para albergar uma empresa de alfaias agrícolas, saltou-nos à vista uma mutilação original. A última frase refere que foi daqui que “Lee Harvey Oswald alegadamente alvejou e matou o Presidente John F. Kennedy”, e, ao longo dos anos, mãos anónimas munidas de canivetes ou moedas vincaram um recângulo bem nítido em volta da palavra “alegadamente”, o termo que nos habituámos a ouvir da boca de todos os apresentadores de noticiários televisivos, não vá o diabo tecê-las. Não se trata propriamente de vandalismo. As pessoas, e foram muitas, e não se conheciam umas às outras, podiam ter riscado a palavra, mas preferiram destacá-la, numa longa cadeia em sintonia, o que pode ser lido de duas maneiras (afinal talvez não haja assim tanta sintonia): sublinhar bem a culpa de Oswald, dizendo que o “alegadamente” é ridículo; sublinhar bem a possível inocência de Oswald, recordando que ninguém é culpado até haver um julgamento, coisa que Jack Ruby se encarregou de impedir que acontecesse.

Oswald começou a trabalhar aqui cerca de um mês antes do atentado. Morava num quarto alugado. Às sextas-feiras, ao fim do dia, um jovem colega de trabalho dava-lhe boleia no seu carro e levava-o até Irving, um subúrbio a meia hora daqui, onde Marina Oswald, a mulher russa de Oswald, vivia em casa alheia com as duas filhas do casal, e onde Oswald passava os fins-de-semana. Na quinta-feira, 21 de Novembro, porém, esta rotina alterou-se. Oswald pediu ao tal colega que o levasse a Irving, pretextando que precisava de ir buscar umas varetas de cortinado. No dia seguinte, logo pela manhã, apresentou-se em casa do colega, trazendo consigo um saco comprido de papel pardo, suficientemente grande para conter um molho de varetas de cortinado ou... uma espingarda com o cano desenroscado. No quarto de Marina, com quem dormira pela derradeira vez e com quem não fez amor, deixou, coisa inédita, dentro de uma chávena de porcelana, a sua aliança de casamento.

A janela do canto sueste

No Depósito de Manuais Escolares do Texas, Oswald trabalhava no sexto piso, onde se amontoavam caixotes, a reunir os livros respeitantes a cada folha de encomenda. Uma tarefa aborrecida, mas ele já tivera empregos piores. Entramos aqui, saídos do elevador, e depara-



mos com uma enorme sala de aparência rude, cujo tecto de cimento em bruto é suportado por colunas de madeira tosca. Mas a amplidão do espaço perde-se devido aos painéis da exposição permanente, que o tornam labiríntico e escuro. Deambulo ao acaso, tentando perder-me. Numa vitrina, a loiça e os talheres que aguardavam JFK no Trade Mart, onde ele deveria ter almoçado no dia 22. Noutra, um exemplar amarelado do *Morning News*, um diário de Dallas que publicou naquela manhã um anúncio de página inteira intitulado Bem-vindo a Dallas, Mr. Kennedy, acusando JFK das piores malfetorias e com a particularidade de possuir... uma cercadura negra, como na necrofilia. Em lugar de destaque, a enorme e deliciosa maquete da Dealey Plaza, construída à escala pelo FBI para os trabalhos da Comissão Warren, mãe de todas as teorias conspirativas graças à sua investigação tão pouco acutilante, tão deliberadamente ociosa que Norman Mailer classificou o respectivo relatório como “uma baleia morta a apodrecer numa praia”. Na maquete há fios retesados que se estendem da fatal janela para o contraplacado pintado de cinzento da Elm Street, para a limusina presidencial em miniatura. A limusina da marca Lincoln, o nome de outro Presidente americano carismático, assassinado quase um século antes.

Vagueando por entre os painéis na semiobscuridade, acercamos da janela do canto sueste, o

elemento mais importante desta sala. À hora do almoço, Oswald ficou sozinho neste piso. Ergueu em volta de si uma muralha com caixotes de livros, pôs alguns junto ao parapeito para lhe servir de assento, de apoio dos braços, um outro mais pequeno em cima do próprio parapeito para assentar o cano da arma. A janela é ampla, de guilhotina, com o parapeito muito baixo. Oswald tirou do saco de papel pardo a Mannlicher-Carcano. Não eram varetas de cortinado, afinal. Na janela do quinto piso imediatamente por baixo desta, três outros trabalhadores que estavam debruçados a ver passar o Presidente ouviram estrondos, sentiram o prédio a tremer e pedacinhos de cimento a cair-lhes em cima da cabeça.

O canto junto à janela é o único lugar onde o soalho original subsiste,



Era o meu Presidente, mas era, acima de tudo, um jovem, um marido e um pai, e mataram-no à traição



Chris Cantu

Guarda do museu,
72 anos

sem a alcatifa pardacenta que recobre o resto do chão. Painéis de acrílico vedam o espaço onde o ninho do atirador foi reconstruído, formando uma redoma inacessível. A janela em si está aberta, mas tem outro painel de acrílico a cobrir a abertura. A atmosfera é conspirativa q.b., conspiremos, pois. O Peter pede-me que lhe cubra os movimentos. Falamos calmamente em voz normal, olhamos para outro lado, apontamos, enquanto ele vai tirando fotografias discretas com o telemóvel. Talvez uma das imagens se aproveite.

Percorro ainda a exposição em busca do depoimento mais delirante de todos quantos já li acerca deste crime, mas claro que se trata de uma busca vã. As palavras de Marguerite Oswald, a tresloucada mãe de Lee, não têm crédito neste lugar dedicado à narrativa histórica séria e circunspecta. Imprimi-las num destes painéis teria o efeito de uma camisa havaiana num velório: “Se o meu filho tivesse matado o Presidente, teria confessado logo. Foi assim que eu o eduquei.”

Subimos ao sétimo piso, o último, onde se situam as casas de banho, na esperança de fotografar a rua, mas as janelas aqui têm as vidraças tapadas com papel autocolante. Nada a fazer. Falo com Chris Cantu, guarda do museu. É negro, tem 72 anos, trabalhava numa fábrica de descasque de nozes-pecãs quando se deu o atentado. Já se passou muito tempo, digo-lhe, talvez este lugar esteja agora despojado de emoções, reduzido a mera

atracção turística. “Da primeira vez que vi a exposição, chorei. É possível que as pessoas mais novas não fiquem tão emocionadas, mas tenho visto muita gente que chega a meio da exposição e se desfaz em lágrimas.” Faz uma pausa, tenta olhar ao longe, mas as janelas têm as vidraças escuras. “Que idade teria JFK se fosse vivo? Nasceu em 1917, teria quase cem anos, provavelmente já teria morrido de morte natural... Era o meu Presidente, mas era, acima de tudo, um jovem, um marido e um pai, e mataram-no à traição. Ainda choro, às vezes, quando circulo pela exposição e fico parado a ver as imagens daqueles dias a passar nos ecrãs. Saber se foi Oswald ou outra pessoa qualquer é que não me interessa. Não me interessa nem um bocadinho.”

A tarde aproxima-se do fim, o semáforo fica verde, desço a Elm Street ao volante e abrando suavemente ao avistar um turista que foge para o passeio, lépido, com um riso nervoso, depois de ter feito pose por breves segundos junto à cruz no asfalto, no lugar onde um homem ficou com o crânio esfacelado e morreu no regaço da mulher.

A reportagem em Dallas é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



2013

P⁺
Público

Reportagem - p3 a 238

Cultura - p239 a 321

Ciência/Ambiente - p322 a 326

Multimédia - p327

HISTÓRIA

Revolução Industrial Os fundamentos do desenvolvimento económico

Depois da industrialização: a Europa no caminho traçado pela História

Em todas as etapas da industrialização, a Europa teve papel pioneiro, donde só não saiu vencedora porque o dinamismo da economia internacional permite vários ganhadores. E é esta a lição mais importante

Pedro Lains

A discussão da natureza da Revolução Industrial britânica e da industrialização europeia que se seguiu, no século XIX e em grande parte do século XX, são fundamentais para se conhecerem as origens da economia de serviços em que hoje vivemos, e melhor perceber o futuro próximo. Em todas estas etapas, a Europa teve um papel pioneiro, donde só não saiu vencedora porque o dinamismo da economia internacional permite vários ganhadores. Começemos pelas complexidades da industrialização para chegarmos à variedade da economia moderna.

Na língua da pátria da Revolução Industrial, o termo indústria não se refere apenas a manufacturas, isto é, à produção feita em fábricas com ajuda de máquinas, mas sim ao trabalho em geral. E, de facto, a Revolução Industrial foi isso mesmo, uma profunda e demorada transformação da forma como as pessoas trabalhavam, como produziam. A revolução começou fora das manufacturas, nas minas de carvão, onde foram aplicadas as primeiras máquinas a vapor para extrair a água de poços cada vez mais fundos, prosseguiu na produção de têxteis e outros bens de consumo, esses sim, tipicamente “industriais”, passando pelo fabrico de tijolos e de vigas de ferro, para o sector da construção, seguiu no sector dos transportes, com os caminhos-de-ferro e as locomotivas e, finalmente, desembocou no →



Companhia Portuguesa de Celulose, em Cacia, fundada em Portugal nos anos 1950, num período de fomento da industrialização

HISTÓRIA

crescimento da urbanização e dos serviços a ela associados. Assim, desde o início que industrialização é muito mais do que produção de objectos através de máquinas para venda num mercado regional, nacional ou internacional, e incluía actividades diversas ligadas à mineração, à construção, ao transporte e aos serviços. Já então, a distinção de produtos industriais e não-industriais fazia tão pouco sentido como faz hoje distinguir bens ditos transaccionáveis de não-transaccionáveis.

Um motor de poder

A importância da análise da industrialização ganhou a força que hoje conhecemos com Simon Kuznets, prémio Nobel da Economia em 1971, que nos mostrou a estreita relação entre crescimento económico, mudança estrutural e, em particular, aumento do peso da produção industrial no total da economia.

A transformação industrial, iniciada na Grã-Bretanha, prosseguiu no resto da Europa, passando para aqueles países ou regiões que, simultaneamente, se encontravam mais perto do foco inicial e tinham condições mais parecidas. A ponte foi feita para as regiões do Norte de França, e das futuras Bélgica e Alemanha, férteis em carvão e em tradições industriais. Esse foi o primeiro círculo de economias a sofrer a transformação em que a indústria foi ganhando lugar à agricultura e, mais tarde, em que os serviços, ligados ao Estado, ao comércio e ao financiamento, também subiram de peso. À medida que o tempo e a distância se iam alargando, o carácter da industrialização sofreu alterações, cada vez dependendo menos da imitação dos pioneiros. As mudanças foram tais que, inclusivamente, alguns países prosperaram industrializando sobretudo a agricultura. Foram eles, a Dinamarca e os Países Baixos, mas também a Hungria, a Noruega, a Finlândia e algumas regiões do Sul de França e do Norte de Itália. A disseminação da indústria na Europa foi todavia demasiadamente lenta e, em 1914, ainda não tinha atingido cabalmente as regiões mais remotas do continente.

A industrialização do século XIX não passou obviamente ao lado da política económica que prontamente nela encontrou uma fonte de rendimentos públicos, assim como um motor de poder económico e político. Grandes países como a França, a Alemanha e a Itália prosseguiram medidas de apoio à industrialização que à data eram conhecidas, sem

problemas, como medidas de protecção. A Grã-Bretanha não seguiu esse exemplo porque não precisou e porque se estava já a transformar no centro do comércio e da finança internacionais. Mas a industrialização europeia das regiões mais avançadas pouco deveu ao protecçãoismo, conclusão que se tem reforçado com análises mais pormenorizadas aos tipos e às motivações das tarifas cobradas nas fronteiras.

Mas, na periferia europeia, naqueles lugares em que as elites confrontavam a realidade industrial no estrangeiro com a sua própria realidade bucólica, as políticas de protecção industrial ganharam lugares de relevo nas propostas de alteração do estado anémico em que supostamente essas economias se encontravam. A verdade é que, apesar do atraso patente nessas comparações, a maior parte das economias da periferia europeia também conheceram a industrialização. Nestes casos, contudo, a industrialização ficou a dever alguma coisa às políticas proteccionistas, pois muitas das indústrias nacionais não conseguiam competir com os custos mais baixos das indústrias dos países pioneiros. Sem tarifas alfandegárias, dificilmente Portugal ou Espanha conseguiam produzir em volume considerável fios ou tecidos de algodão ou produtos metalúrgicos. Os níveis de protecção foram elevados e determinaram em maior medida a transformação das estruturas económicas na periferia europeia. Mas mesmo neste caso, as forças de mercado dominaram, pois só ganhou alguma pujança industrial aquelas regiões da periferia que tinham algum potencial. Assim, ainda ficaram de fora do movimento industrial as regiões muito periféricas do Leste europeu, ou mesmo as regiões do Sul de Espanha, Portugal e Itália.

A industrialização do século XIX, mesmo quando foi incipiente, deixou as marcas do que iria acontecer no século XX, num movimento de continuidade na transformação das estruturas das várias economias nacionais. Quem mais cedo começou antes de 1914 mas longe avançou no século XX, quer no período de entre as guerras, quer nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. As novidades da industrialização europeia podem ser todas conhecidas no século XIX, sendo o que se seguiu apenas o corolário.

Todavia, as interrupções provocadas pelas duas guerras mundiais alteraram substancialmente as circunstâncias em que a industrialização



“ Os níveis de protecção foram elevados e determinaram em maior medida a transformação das estruturas económicas na periferia europeia ”

decorreu. Entre 1914 e 1945, com um brevíssimo interregno na década de 1920, o mote foi o do reforço do protecçãoismo, sob as suas várias formas, mais ou menos perniciosas, e do isolamento das nações. Apesar dos efeitos da guerra e das crises financeiras, a industrialização prosseguiu vigorosamente um pouco por todo lado. E, mais importante, talvez, manteve-se como o motor do crescimento económico rápido, sendo que cada vez menos se notaram as excepções que se haviam verificado, por exemplo na Escandinávia, no século anterior.

Não nos surpreendamos se a primeira metade do século XX aparecer como o momento por excelência da industrialização europeia. E notemos que, desta vez, a transformação industrial se fez sentir em todas as economias, das mais pioneiras às mais atrasadas. Portugal, com o advento dos sectores industriais pesados, incluindo, os adubos, os cimentos, a metalomecânica, é exemplo do que aconteceu então num dos extremos da Europa. A Alemanha com o advento do seu poderio industrial militar, é exemplo do outro extremo.

Uma vez resolvidas as consequen-

cias imediatas da Segunda Guerra Mundial, a seguir a sensivelmente 1950, a indústria um pouco por toda a Europa voltou a ganhar força e conheceram-se taxas de crescimento industrial novamente inéditas. Todavia, à medida que as décadas foram avançando, a indústria foi tendo de concorrer com o sector dos serviços na contribuição para o crescimento económico. A razão dessa nova fase prende-se fundamentalmente com dois tipos de alterações. Na oferta, acontecia que os produtos industriais se tornavam cada vez mais sofisticados e a requererem cada vez mais serviços a acompanhá-los. Não bastava vender máquinas, mas também conhecimento tecnológico, assistência e financiamento. Do outro lado, do lado da procura, acontecia que os consumidores passaram a desejar outro tipo de consumos que não apenas de utensílios, incluindo saúde, educação, Segurança Social e lazer. Tal transformação, em que crescentemente os serviços ganharam peso na produção e no consumo a nível nacional, mais uma vez, generalizou-se a todo o continente, incluindo, porventura, ao Leste, onde a teoria marxista, por ironia do destino, considerava que serviços não eram parte da produção.

Para não cometer erros

Até 1973, a indústria continuou a ter uma importância determinante, quer em termos de peso na actividade das pessoas, quer em termos de contribuição para o crescimento económico, mas isso estaria para acabar, lentamente. O prisma dos três sectores, dado por Kuznets, tornava-se cada vez menos útil na análise das economias avançadas da Europa, incluindo a portuguesa. Com efeito, as últimas décadas do século XX conheceram a gradual transformação das economias europeias em economias de serviços e é isso que elas são, fundamentalmente, nos dias que correm.

Em 1970, metade da população activa da Europa Ocidental estava

empregada no sector dos serviços, contribuindo com 60% do respectivo PIB. Os mesmos valores para o Sul da Europa eram, naquele mesmo ano, 33% da população e (não se estranhe) também quase 60% do PIB. Com uma pequena conta, podemos concluir que a produtividade dos serviços era superior à média da economia, na Europa mais rica e ainda mais na Europa mais pobre. Naquele ano, por todo o lado, era grande a probabilidade de um trabalhador médio de um banco ou do Estado produzir mais valor do que um agricultor ou um operário. Desde então, quase tudo mudou e, em 2000, os serviços ocupavam cerca de 70% da população activa e produziam a mesma proporção do PIB. A indústria representava meros 25% do emprego e do produto (e diminuiu desde então). Estes valores agregados indicam dois aspectos mais importantes. O primeiro é que os serviços dominam de forma crescente as economias mais avançadas, quer no emprego, quer no produto; e o segundo é que a produtividade do trabalho nos serviços foi diminuindo, convergindo para as do resto da economia. A economia europeia actual é isso mesmo. Neste contexto, as preocupações não devem ser sectoriais mas sim gerais, as políticas não devem ser específicas, mas globais. Estas transformações são imparáveis e estão a acontecer em todo o mundo.

Por vezes, sobretudo em momentos de crise, esquecemo-nos das profundas transformações históricas e procuramos soluções de curto ou médio prazo. Para não cometer erros, é preciso atender aos fundamentos do desenvolvimento económico europeu, para que a atenção não se desvie para onde não deve. E as crises como a actual não são mais do que um episódio desse desenvolvimento. O passado mostra transformações gigantescas na forma de produzir, assim como o lugar pioneiro que a Europa ocupou, e mostra que a concorrência internacional tem vários ganhadores. Essa é a lição mais importante.

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Este texto sobre a industrialização foi financiado no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



BICENTENÁRIO

Richard Wagner, um ópio das elites

Wagner pelo compositor Pedro Amaral. O teatro e a poesia, Beethoven e Berlioz, a má fortuna e o amor ardente, os fracassos, a apoteose e o que Nietzsche nunca lhe perdoou. 22 de maio é dia de aniversário

Pedro Amaral

“Este primeiro ato!!!.....
Temo que se interdite esta ópera
(...): somente representações
mediocres me poderiam salvar! Se
inteiramente boas, o público ficaria
demente!”

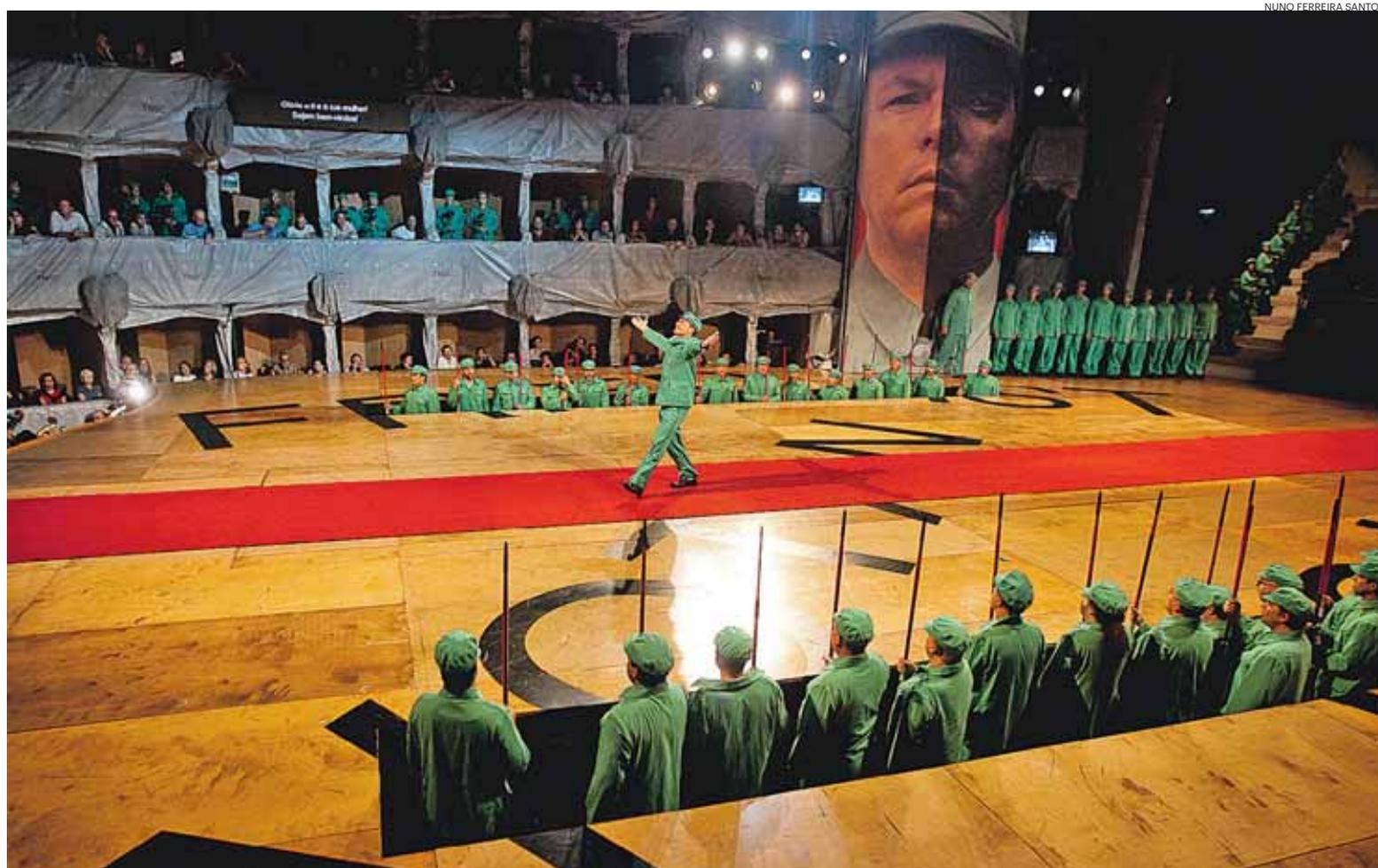
Richard Wagner,
sobre *Tristão e Isolda* (1)

“Para tudo confessar, a juventude
não me teria sido suportável sem a
música wagneriana. (...) Quando
pretendemos libertar-nos de uma
opressão intolerável, tomamos
haxixe. Pois bem: eu tomei Wagner.”

Friedrich Nietzsche (2)

A frase de Nietzsche, em *Ecce Homo*, o último livro do filósofo, já perto da demência que viria a atravessar a última década da sua vida, segue a concepção wagneriana da obra de arte. No desejo ideal do compositor, o drama, fundado na ideia de Arte Total [*Gesamtkunstwerk*] e representado numa “solenidade expressamente instituída com este fim”, deveria envolver completamente o espectador, dirigindo-se à sua “inteligência sentimental (não crítica)” (3). O destino último da obra cumprir-se-ia no arrebatamento emocional do ouvinte, e Wagner vaticinava que uma obra como *Tristão e Isolda*, se representada em condições ideais, poderia levar à loucura.

Nietzsche confessa: “A partir do momento em que houve uma partitura de *Tristão* para piano (...) tornei-me wagneriano. (...) Hoje, procuro em vão em todas as artes uma obra que iguale *Tristão* na sedução fascinante, na espantosa e suave infinitude. Todas as estranhas criações de Leonardo de Vinci perdem o encanto mal se ouvem os primeiros compassos de *Tristão*. (...) O mundo é estreito para aquele que nunca esteve bastante doente para poder apreciar essa volúpia celeste!



O *Crepúsculo dos Deuses* numa encenação de Graham Vick, no Teatro Nacional de São Carlos, em 2009

(...). Considero Wagner o maior benfeitor da minha vida.” (4)

Expressão máxima do Romantismo germânico, Richard Wagner nasceu em Leipzig, a 22 de maio de 1813. Descendente de uma antiga família da Saxônia, o seu pai, Carl Friedrich Wagner, nascera, como Beethoven, em 1770, e casara aos 28 anos com Johanna Rosine Pätz, com quem teve nove filhos. Dois deles tornar-se-iam cantores, dois outros atores; Richard foi o último.

O ano do nascimento do compositor foi marcado por uma das mais importantes e devastadoras batalhas do século: a Batalha de Leipzig que, em outubro de 1813, opôs os exérci-

tos da Prússia, da Áustria, da Rússia e da Suécia ao invasor francês, infligindo um duro golpe nos sonhos imperiais de Napoleão, e acabando por conduzir, um ano mais tarde, à sua abdicação e exílio. Nas semanas que se seguiram a esta batalha, Leipzig foi assolada por um surto de febre tifóide, e o pai de Wagner faleceu naquele mês de outubro, quando Richard contava apenas seis meses de idade.

Menos de um ano após ter enviuvado, Johanna Rosine uniu-se a Ludwig Geyer, ator, pintor e dramaturgo de quem se disse que Richard seria filho ilegítimo, e que, na prática, foi o seu pai afetivo. Artista, ho-

mem de grande sensibilidade, Geyer tornou-se amigo de Carl Maria von Weber, o mais importante compositor de ópera germânica do primeiro quartel do século XIX, e verdadeiro elo histórico entre o classicismo vienense, Beethoven e a futura obra wagneriana. Trinta anos mais tarde, quase duas décadas após Weber ter falecido prematuramente em Londres, será o próprio Richard Wagner quem, em dezembro de 1844, acolherá os seus restos mortais em solo germânico, compilando uma *Trauermusik* a partir de fragmentos musicais do próprio Weber, que acompanharam o cortejo fúnebre da estação de comboio ao cemitério

católico de Friedrichstadt.

Influenciada pelo seu pai afetivo e, possivelmente, pelos seus irmãos e irmãs mais velhos, a infância de Richard foi mais marcada pelo teatro que pela música. “As minhas memórias mais longínquas prendem-se ao meu pai adoptivo, e, através dele, ligam-se ao teatro.” (5) Desde cedo, pôde também receber uma importante formação intelectual, que se estendia dos clássicos (incluindo o estudo do latim e do grego), a Shakespeare e aos próprios escritores das primeiras décadas do Romantismo, em particular Schiller e Goethe, cuja obra o marcou profundamente. Beneficiava assim, por um



Houve uma instrumentalização de Wagner ou o compositor e o wagnerismo foram de facto um dos fundamentos do nazismo?

Leia o texto de Augusto M. Seabra a 22 de Maio, dia do aniversário

lado, da excelente formação que lhe era administrada na escola religiosa onde fora inscrito, e, por outro, da vasta cultura e da rica biblioteca do seu tio Adolph Wagner, para junto de quem foi enviado, por um curto período que coincidiu com a doença do seu padraсто, Ludwig Geyer, que viria a falecer em 1821.

A música surge na vida do jovem Richard como um elemento artístico adicional, não mais importante que todas as formas de arte e cultura que o envolviam, e somente aos 15 anos iniciará estudos sérios de harmonia, contraponto e fuga. Entretanto escrevera diversas tragédias e traduzira grande parte da *Odisseia* e fragmentos de Shakespeare – que ficará para sempre como um dos seus modelos estéticos.

Um súbito fascínio

O verdadeiro despertar para a música foi catalisado pelo extraordinário impacto da descoberta de Beethoven, que falecera meses antes, e cuja música sinfónica, trazida ao público de Leipzig pela mítica orquestra da Gewandhaus, exerceu sobre o jovem Richard um fascínio súbito, arrebatador, cataclísmico. Compreende então a sua vocação imperiosa e começa imediatamente a compor as primeiras peças: Wagner, que não foi, de modo algum, um prodígio musical, aprende com extraordinária rapidez a partir do momento em que compreende o seu destino de compositor e consagra todas as suas forças à música.

Cinco anos depois de ter iniciado os seus estudos de harmonia, conta já diversas peças de música de câmara, uma sinfonia (estreada em Praga, em 1832, e retomada na Gewandhaus, no ano seguinte), várias outras partituras orquestrais, de menor envergadura, e, sobretudo, as suas duas primeiras óperas, *Die Hochzeit* (*As Bodas*, deixada incompleta) e *Die Feen* (*As Fadas*). Esta última, ainda hoje esporadicamente representada, é baseada em *La donna serpente* (1762) do grande dramaturgo veneziano Carlo Gozzi, muito em voga na Alemanha do primeiro quartel do século XIX, por influência de Schiller e Goethe. Wagner, então com 20 anos de idade, tinha partido de uma tradução realizada pelo seu tio Adolph, e redigira o próprio libreto em versos, adoptando um modo de trabalhar que o iria acompanhar ao longo da vida, desta primeira até à sua última obra (*Parsifal*, estreada quase cinco décadas mais tarde).

Toda a construção wagneriana da maturidade representa uma união, através da música, das várias formas de arte que marcaram o meio familiar desde a sua infância: a poesia e a literatura (de que, segundo Wagner, o seu pai, Carl, era um fervoroso amante), o teatro e a pintura, através da figura do padraсто, a cultura humanística através do tio Adolph, o canto e a representação cénica através dos irmãos mais velhos. Tudo isto se desenvolve e consubstancia através da música, como elemento agregador, na famosa concepção wagneriana da supracitada Obra de Arte Total.

Entretanto, o jovem Richard ga-

nha a sua independência, iniciando-se rapidamente na vida profissional. No ano em que compõe *Die Feen* (1833) obtém o seu primeiro posto como maestro de coro em Würzburg, na Baviera, e, no ano seguinte, o cargo de diretor musical no teatro de Magdeburg, na Alta Saxónia. Tem então oportunidade de se desenvolver como intérprete, montando diversas obras-chave do repertório operático, e dirigindo com sucesso a música sinfónica de Beethoven, que tanto o influenciava. Mas Wagner não perde tempo na sua própria produção, e em 1836 estreia *Das Liebesverbot* (*O Amor Proibido*, ou *A Proibição de Amar*), baseada na

comédia shakespeariana *Measure for Measure* (*Medida por Medida*). Recebida com indiferença, a produção, marcada por conflitos pitorescos entre os membros da trupe, saldouse por um clamoroso desastre que levou ao cancelamento da segunda representação, e contribuiu para o colapso financeiro no qual o teatro estava a resvalar.

A estadia em Magdeburg marcará, porém, de um modo mais duradouro a vida de Wagner, já que é naquela cidade e naquele teatro que o compositor irá conhecer a sua primeira mulher, a atriz Minna Planer. Foi, aliás, o seu encontro com Mina que fez Wagner aceitar o car-

go como diretor musical. Durante a entrevista em que o jovem Richard era avaliado como suposto candidato ao cargo (entrevista lembrada pelo compositor, na autobiografia, com requintes de sátira), foi-lhe dito que deveria dirigir *Don Giovanni* no domingo seguinte, sendo que, infelizmente, a orquestra não estava disponível para ensaiar. Estupefacto, o jovem músico decide recusar o cargo, mas procurando ganhar tempo e encontrar uma forma elegante de comunicar a sua decisão, aceita que o acompanhem a um alojamento provisório, onde é guiado por um jovem ator. Chegando ao dito alojamento, o ator diz-lhe que

PUBLICIDADE

Aumente os Lucros da sua Empresa Com mais Produtividade e Eliminação de Custos

Destaque a sua empresa no mercado pela qualidade dos serviços.



- **Contribuem para aumentar até 20% a produtividade nas Empresas.**
- **Eliminam as faturas com alugueres de linhas telefónicas e de tráfego de chamadas feitas por Telemóveis e Telefones para as redes fixas e móveis de Portugal e Internacionais.**
- **Canais ilimitados. Nunca mais se perdem clientes por a linha telefónica estar ocupada e ligarem para a concorrência.**
- **Configuração de números telefónicos locais, nacionais ou internacionais de mais 20000 localidades do Mundo que representam mais de 98% do PIB mundial, para poder expandir os negócios no país ou no estrangeiro sem custos com pessoal ou instalações locais.**

A BELTRÔNICA
DIVISÃO DE SISTEMAS TELEFÓNICOS DIGITAIS

Estamos em todo o país, informe-se já:

AVEIRO • BEJA • BRAGA • BRAGANÇA • COIMBRA • ÉVORA • FUNCHAL
FUNDÃO • GUARDA • LEIRIA • LISBOA • LOULÉ • P. DELGADA • PORTALEGRE
PORTO • SANTARÉM • SETÚBAL • V. CASTELO • VILA REAL • VISEU

Serviço Nacional de Atendimento
308 802 470
Número Nacional/Chamada Local

Compatível também com as tecnologias anteriores IP (VoIP, SIP/H.323), RDIS (BRI/PRI) e tradicional.

BICENTENÁRIO

Teatro do Festival de Bayreuth, verdadeiro templo da arte wagneriana

“graças a ele [terá] o prazer de [se] tornar vizinho da jovem mais bonita e charmosa do momento”: a estrela da companhia, a menina Minna Planer. “Quis o acaso que a minha futura vizinha nos cruzasse à porta de casa. O seu ar e a sua atitude contrastavam totalmente com as desagradáveis impressões que me tinham sido deixadas por aquela manhã desastrosa: cheia de graça e de frescura, esta jovem atriz distinguia-se por uma grande reserva e por uma segurança cheia de dignidade (...). Fui-lhe apresentado como o novo maestro da orquestra; ela olhou-me fixamente, espantada por lhe parecer tão jovem; recomendou com gentileza à gerente que me alojasse confortavelmente e, com passos tranquilos e firmes, atravessou a rua para ir para o ensaio. Mudei imediatamente de ideias. Aluguei o apartamento e comprometi-me a dirigir *Don Giovanni* no domingo seguinte.” (6)

Erro de amor

Subitamente apaixonado, Wagner dará início a uma relação que irá atravessar grande parte da sua vida, uma vida, porém, sentimentalmente infeliz que irá durar três penosas décadas, com permanentes conflitos e numerosas rupturas. Personalidades incompatíveis, a relação entre Richard e Mina é, de algum modo, espelhada no casal Wotan-Fricka da Tetralogia, *O Anel do Nibelungo*, e a absoluta antipatia com que o compositor pinta a personagem feminina (nomeadamente no segundo ato de *A Valquíria*) é o resultado evidente de uma convivência amarga e de um clamoroso erro de amor.

Após o desastre de *Das Liebesverbot*, Mina e Richard partirão de Magdeburg para Königsberg, onde se irão casar em novembro de 1836. Na época, porém, o compositor acumulara uma série de dívidas, fruto da ruína financeira de Magdeburg e dos excessos incontroláveis do seu modo de vida. Os seus credores multiplicavam-se, e o risco iminente de ir parar à prisão fê-lo fugir da Alemanha, conseguindo ser nomeado maestro na Ópera de Riga, na atual Letónia. Wagner ocupou este cargo entre 1837 e 1839, e ali iniciou a composição da sua longa ópera *Rienzi* – que, muitas décadas mais tarde, viria a tornar-se a ópera favorita de Adolf Hitler, e cujo manuscrito se encontrava, com outros do compositor, na biblioteca pessoal do ditador. A presença de Wagner em Riga foi, no entanto, marcada por perma-

nentes conflitos com o diretor da Ópera, envolvendo escândalos sexuais e uma tensão permanente pela possibilidade de vir a ser entregue às autoridades, dada a perseguição dos seus credores.

No verão de 1839 o casal Wagner parte clandestinamente de Riga em direção a Paris, via Londres, numa aventureira travessia marítima pelo Báltico e pelo Mar do Norte, assolada por uma tempestade que iria inspirar ao compositor a futura composição do *Holandês Voador*. No mês de Setembro chegam finalmente à capital francesa, onde irão permanecer até 1842.

Mas a vida em Paris não teve maior sucesso para Wagner, que sobrevive realizando trabalhos menores, e praticamente sem atividade pública. Frequenta, porém, a elite musical, onde, na época, avultavam Meyerbeer, Liszt e Berlioz – de quem Wagner pôde ouvir, surpreendido e maravilhado, a estreia de *Romeu e Julieta*, em 1839, sucumbindo à prodigiosa *Cena de Amor* que lhe deixaria uma impressão vívida por muitos anos, e cuja influência viria a ser patente em *Tristão e Isolda*. Duas décadas mais tarde, compositor aclamado, Wagner enviará a Berlioz uma cópia da sua obra-prima, com uma dedicatória reveladora: “Ao grande e estimado autor de *Romeu e Julieta*, o autor reconhecido de *Tristão e Isolda*.”

Mas as dívidas acumulam-se, Wagner acaba por ser preso, em outubro de 1840, e será na prisão que irá concluir *Rienzi* – uma ópera que o compositor viria a rejeitar, anos mais tarde, e que, até hoje, nunca foi representada em Bayreuth, o templo da arte wagneriana.

Saído da prisão, Wagner procura abandonar Paris e regressar à Alemanha. Por interferência de Meyerbeer, consegue que *Rienzi* seja estreado em Dresden, em outubro de 1842, o que se saldará num importante sucesso. Em Dresden, Wagner irá viver ao longo de seis anos, ocupando o cargo de maestro da Corte Real da Saxónia, e ali estreando, sucessivamente, *Holandês Voador* (1843) e *Tannhäuser* (1845). Esta fase da vida de Wagner é, porém, assolada por difíceis tensões políticas provenientes do seu envolvimento em manifestações pró-revolucionárias, que incluíam atividade panfletária e luta armada. Ao fim de vários meses de tensão, o exército prussiano esmagou o movimento, os principais envolvidos foram condenados à morte, e Wagner teve de fugir. Com a ajuda de Liszt, parte para o exílio,



As suas obras provocavam os mais acesos debates pela Europa, idolatradas apaixonadamente por uns, odiadas veementemente por outros

passando mais de uma década no estrangeiro, sobretudo na Suíça.

A revolução do Nibelungo

Desde finais dos anos 1840, dá-se uma transformação estética profunda na sua obra. Inspirado no *Nibelungenlied*, o grande poema épico medieval dos povos nórdicos, concebe uma obra monumental, *O Anel do Nibelungo*, formada por quatro óperas: um prólogo, *O Ouro do Reno*, seguido de três jornadas representando a saga de Siegfried: *A Valquíria*, que narra os acontecimentos anteriores ao nascimento do herói, *Siegfried*, que conta a sua juventude e o encontro com Brünnhilde, e *O Crepúsculo dos Deuses*, que revela as circunstâncias da sua trágica morte, e do fim da era dos deuses – com inalienáveis ecos de Nietzsche e Schopenhauer.

Para a composição desta obra monumental, Wagner criará um extraordinário mecanismo que consiste em atribuir a uma personagem ou elemento do drama um determinado tema ou material musical, a que se viria a chamar *Leitmotiv*, motivo condutor, extremamente característico e facilmente memorizável, que ajuda o ouvinte a guiar-se no seio de uma total identificação entre as dimensões poética, dramática e musical.

A linguagem harmónica alarga-

se; a orquestra multiplica-se numa dimensão monumental, com uma extensão sem precedentes da secção dos metais; a forma, baseada numa absoluta continuidade, revolucionaria dois séculos e meio de tradição operática. É nesta obra que Wagner começa a alcançar a dimensão que hoje ligamos ao seu nome.

O compositor irá trabalhar em *O Anel do Nibelungo* ao longo de um quarto de século, entre 1848 e 1874, interrompendo-se, em finais dos anos 1850, para compor a tragédia de *Tristão e Isolda* (1857-59), e a comédia de *Os Mestres Cantores de Nuremberga* (1863-67). Só depois regressará à Tetralogia, que irá ser estreada em apoteose em Bayreuth, de 13 a 17 de agosto de 1876.

Nesta época Wagner era um artista controverso mas com um lugar único entre os seus contemporâneos: as suas obras provocavam os mais acesos debates pela Europa musical, idolatradas apaixonadamente por uns, odiadas veementemente por outros. No plano institucional, Wagner encontrara no jovem rei Luís II da Baviera o seu patrono, indefetivamente devotado à sua arte, e que reunira condições para realizar o seu sonho de conceber um teatro inteiramente construído em função dos seus ideais estéticos e da sua concepção funcional, o Bayreuth Festspielhaus, Teatro do Festival de Bayreuth, verdadeiro templo da arte wagneriana, onde desde a estreia do *Anel*, os dramas do compositor são anualmente glorificados com a máxima excelência técnica e artística.

Obra última, *Parsifal* foi estreada em Bayreuth em julho de 1882, dez meses antes da morte de Wagner. À experiência estética, a obra acrescenta um percurso iniciático e uma inalienável dimensão religiosa assumida pelo seu autor. Onde uns viram uma apoteose, outros, como Nietzsche, encontraram uma cedência: “Que é que eu nunca perdoei a

Wagner? Que ele condescendesse com a Alemanha, que se tornasse um alemão do Império. (...) Ser mais saudável, para uma natureza como a de Wagner, equivale a um retrocesso.” (7)

A arte de Wagner teve um impacto cataclísmico na história da música. A sua necessidade absoluta de expressão levou a um alargamento extremo da linguagem musical que, a partir de *Tristão e Isolda*, transbordou as fronteiras da tonalidade. Os “pós-wagnerianos” Mahler e Strauss prosseguiram o equilíbrio impossível pela embriaguez cromática do mestre de Bayreuth. Schönberg atravessou o limiar e a linguagem desmoronou-se e teve de reinventar-se.

“Quando pretendemos libertar-nos de uma opressão intolerável, tomamos haxixe. Pois bem: eu tomei Wagner.” (8) Assim aconteceu com grande parte dos compositores e artistas de finais do XIX. E a Arte não voltou a ser a mesma.

1 Richard Wagner, Carta a Mathilde Wesendonck, Lucerna, abril de 1859.

2 Friedrich Nietzsche, *Ecce Homo - como se chega a ser o que se é*, prefácio e tradução de José Marinho, 5.ª edição, Guimarães Editores, 1984, Lisboa, pág. 59.

3 Richard Wagner, *Mes oeuvres*, prefácio de Edmond Buchet, Introdução e tradução francesa de J. G. Prof'homme, Editions Corrêa & Cta, Paris, 1942, pág. 125.

4 Friedrich Nietzsche, *op. cit.*, págs. 59-60.

5 Richard Wagner, *Mein Leben*, tradução francesa e notas de Martial Hulot, Buchet/Chastek, Paris, 1983, pág. 14.

6 *Ibidem*, págs. 71-72.

7 Friedrich Nietzsche, *op. cit.*, págs. 59-60.

8 *Ibidem*, pág. 59.

BICENTENÁRIO

As escolhas de Rui Pereira

Wagner em privado, discos e DVD para conhecer o génio

Richard Wagner nasceu há 200 anos, no dia 22 de Maio de 1813. De entre todos os compositores célebres da história da música, é aquele cujos adeptos são mais fervorosos. Há melómanos que pertencem a "Sociedades Wagner", verdadeiros clubes de associados que acompanham produções operáticas em todo o mundo e que colecionam todo o tipo de documentação alusiva ao compositor, muito particularmente discografia. Para muitos é mesmo uma forma de vida, que nada tem de estranha. A razão de tal fenómeno prende-se não só com a música, mas, sobretudo, com a teatralidade dos dramas maiores do que a vida. Porque falar de Wagner não é falar de música, mas sim de ópera.

A melhor forma de conhecer o universo wagneriano será sempre uma peregrinação a Bayreuth, o teatro concebido pelo próprio compositor para a interpretação das suas óperas e, ainda hoje, a meca dos seus adeptos. Mas uma ida ao Festival de Bayreuth, fundado em 1876, não é uma tarefa fácil de cumprir, tendo que se planejar a viagem e compra de ingressos com quase uma década de antecedência. Estamos, pois, a falar de um mundo um pouco à parte.

Jantar com melómanos de Wagner, por exemplo, é uma experiência muito particular. Falam dos personagens das óperas como se fossem pessoas reais, comparam os intérpretes e as produções saltando de soprano em soprano, elogiando maestros e ofendendo-se com encenadores. E sabem detalhes impressionantes sobre datas, contratos, gaffes e guarda-roupa. Mas, quando discutem as suas gravações preferidas, fica instalada a confusão. Só da

ópera *Tristão e Isolda*, com uma duração aproximada de quatro horas, há mais de 50 gravações.

Tentar escolher a melhor versão de uma ópera de Wagner é, pois, uma tarefa ingrata, se não mesmo impossível. Encontrar uma discografia de referência, entre os CD e DVD disponíveis no mercado, também não é fácil. Até porque sai muito caro.

Deixamos ficar algumas sugestões que, mais do que pretenderem eleger a melhor versão de cada ópera, ambicionam dar a escolher visões distintas e com reconhecida qualidade para uma iniciação ao fabuloso mundo de Wagner, através de uma selecção de algumas das suas obras-primas.

Os Mestres Cantores de Nuremberga

CD - EMI 40788

Herbert von Karajan, direcção

DVD - DG 0730949

James Levine, direcção



Um concurso de canto em que o vencedor recebe como troféu uma bela jovem para casar é um argumento que, no mínimo, promete demonstrar a arte de bem cantar. O maestro Otto Klemperer ofereceu toda a grandiosidade cerimonial ao drama à frente da orquestra londrina Philharmonia (1960). Rafael Kubelik tem outra das versões mais aclamadas (1967), e a discografia parece, também ela, uma espécie de *Mestres Maestros* com Furtwängler (1949), Eugen Jochum (1967), Karl Böhm (1979) ou Sawallisch (1993) na disputa da noiva. Herbert von Karajan deixou-nos

duas versões lendárias: uma na reabertura de Bayreuth no pós-guerra, em 1951, e aquela que é considerada a versão de maior detalhe e variedade de colorido dos *Mestres Cantores*, gravada para a EMI em 1970 e disponível no mercado em quatro CD.

Em versão cénica, a produção do Met de Nova Iorque é verdadeiramente gloriosa, do ponto de vista visual, e sob a direcção musical de James Levine proporciona uma experiência inesquecível.

Lohengrin

CD - EMI 567415-2

Rudolph Kempe, direcção

DVD - Decca 0743387

Kent Nagano, direcção

Com mais de 40 gravações comerciais, *Lohengrin* representa o eterno duelo entre o Bem e o Mal no contexto de um drama medieval. Em CD, a versão de 1964 da EMI conta com a Filarmónica de Viena, sob a direcção musical de Rudolf Kempe, e com as insuperáveis vozes de Jess Thomas (*Lohengrin*), Elisabeta Grümmer (*Elsa*), Christa Ludwig (*Orturd*) e Fischer-Dieskau (*Telramund*), o que por si só é uma garantia de podermos usufruir de árias belíssimas. O recente papel de *Lohengrin* interpretado por Jonas Kaufmann, um dos tenores mais aclamados da actualidade, sob a direcção de Kent Nagano, está disponível em DVD numa encenação bem menos consensual de Richard Jones. O tenor é absolutamente convincente ao nível vocal e dramático e justifica a escolha pela sua importância na ópera.

O Navio Fantasma (Der Fliegende Holländer)

CD - PR90250

Clemens Krauss, direcção

DVD - DG 04400734433

Wolfgang Sawallisch

Segundo os escritos do próprio Wagner, foi a bordo de um navio e durante uma tempestade, no Verão de 1839, que o compositor teve a ideia de levar à cena uma lenda sobre um barco assombrado



que aparecia aos navegantes. O libreto da sua autoria foi baseado em Heinrich Heiner e revê a lenda num contexto de amor extremadamente trágico. Para uma introdução à ópera, num contexto de grande autenticidade para com as indicações cénicas do próprio compositor, a versão de Vaslav Kaslic, sob a direcção de Sawallisch, é uma referência. Um pouco datada, no tipo de representação e filmagem, mas fiel à história.

Uma gravação histórica muito recomendada é a que conta com a voz do extraordinário baixo alemão Hans Hotter, no papel de *Holandês*, sob a direcção de Clemens Krauss à frente da Orquestra da Ópera de Munique. Foi feita em estúdio, ainda em mono, no ano de 1944, mas está disponível em CD no catálogo da editora austríaca Preiser Records. Tem uma qualidade sonora muito aceitável. Uma interpretação do mesmo baixo gravada ao vivo no Met na década de 50 está disponível na editora Naxos.

Tristão e Isolda

CD - EMI 558006-2

Antonio Pappano, direcção

DVD - DG 0440 073 4321

Daniel Barenboim, direcção

Escrita entre 1857 e 59, estreada em 1865, *Tristão e Isolda* é possivelmente a ópera mais influente do ponto de vista da inovação musical. O lendário drama de amor conta com gravações parciais desde o

início do século XX, mas apenas foi registado na íntegra na década de 1930. A versão com a lendária soprano norueguesa Kirsten Flagstad, sob a direcção de Furtwängler, para a editora EMI (1952), permanece como uma grande referência de consistência interpretativa. Mas a recente gravação (2005) com o Coro e a Orquestra da Royal Opera House, sob a direcção de Antonio Pappano, conta com Plácido Domingo no papel de *Tristão* e com a soprano Nina Stemme como *Isolda*. É um registo que conquistou a crítica internacional pela superlativa qualidade sonora e pelo crescendo dramático alcançado no 3.º acto, razões bem plausíveis de agradar aos melómanos. Foi feita em estúdio, algo fenomenal nos dias de hoje.



Para quem quiser conhecer o drama como Wagner pretendia, numa versão encenada, poderá optar por duas produções de Bayreuth em DVD. Quer a que foi encenada por Jean-Pierre Ponnelle, com direcção

BICENTENÁRIO

As escolhas de Rui Pereira

→ musical de Daniel Barenboim, quer a versão mais recente, e cenicamente arrojada, de Christopher Marthaler, sob a batuta de Peter Schneider (2009), são recomendáveis.

Tannhäuser**DVD - DG 0440 073 4446****Colin Davies, direcção**

Tannhäuser conta com um dos mais difíceis papéis do mundo para a voz de tenor e é um verdadeiro turbilhão de emoções. Wagner explora uma vez mais a luta eterna entre o sagrado e profano com a redenção final a acontecer através do amor. E uma vez mais explora as lendas dos mestres cantores. O compositor reúne personagens históricas, tais como os trovadores Eschenbach e Vogelweide, com seres mitológicos, como Vénus,

a deusa do amor, em dois mundos: o real no castelo Wartburg e o mitológico no Monte de Vénus. Neste cenário cria

uma atmosfera com bailados de grande sensualidade. E tudo isto em duas versões, uma de Dresden e outra de Paris, as quais aparecem muitas vezes misturadas nas gravações. É particularmente difícil encontrar um consenso em torno das gravações de *Tannhäuser*, sendo as versões dirigidas por Solti, Sawallisch e Barenboim as mais prezadas pela crítica. A de Sinopoli é igualmente muito elogiada pela prestação do tenor Plácido Domingo.

Para ficar a conhecer o drama, a versão de Colin Davies para

uma produção do Festival de Bayreuth da década de 1970 é equilibrada e oferece uma encenação eficiente com um elenco reputado. Filmada ao vivo, é em todos os aspectos uma produção teatral e não um filme para os tempos modernos, mas a história, essa, é muito bem contada.

Parsifal**CD - Philips 475 7785POR4****Hans Knappertsbusch, direcção**

A extraordinária paleta de emoções humanas retratadas em *Parsifal*, drama incomparável de Wagner, encontra nesta gravação histórica sob a direcção de Hans Knappertsbusch uma versão de referência com um elenco de altíssimo nível, desde logo os dois baixos George London, no papel de Amfortas, e Hans Hotter, no papel de Gurnemanz. É uma gravação ao vivo feita no ano de 1962 na catedral, que é como quem diz, no Festival de Bayreuth. Quatro horas de música ao longo das



quais o tenor Jess Thomas vai construindo um *Parsifal* em crescendo e onde todo o elenco beneficia de uma belíssima captação sonora.

O Anel dos Nibelungos**CD - Decca 475 7528****Georg Solti, direcção****DVD - DG 0440 073 4057****Pierre Boulez, direcção**

Os argumentos predilectos de Wagner são as sagas, os mitos e as lendas de matriz germânica misturados com factos históricos num ambiente naturalista e, simultaneamente, sobrenatural. Foi a *Canção dos Nibelungos*, uma saga medieval, que Wagner seguiu para o seu mais complexo projecto operático, *O Anel dos Nibelungos* (1848-1874). Esta tetralogia de óperas foi planeada para se ver e ouvir numa tarde preliminar e três jornadas, de acordo com o encadeamento seguinte: *O Ouro do Reno*, *A Valquíria*, *Siegfried* e *O Crepúsculo dos Deuses* (1874). Escolher a versão ideal do *Ring* poderia levar

a escolher diferentes produções, uma para cada ópera. Mas existe uma gravação que é um marco histórico: a de Georg Solti, registada entre 1958 e 1964, para a editora Decca. É a primeira versão completa do *Anel* e marcou uma verdadeira

revolução técnica na forma de captar o som, de o transformar através da amplificação, da edição e do estéreo, criando efeitos acústicos que transmitem a sensação auditiva de espaço e movimento. O resultado fez o produtor da Decca, John Culshaw, entrar para a história, mas muito do sucesso prende-se com a qualidade da Orquestra Filarmónica de Viena e o rol de cantores, que nem sempre desempenham o mesmo papel, mas são sempre de primeiríssima apanha: A título de exemplo, no *Ouro do Reno*, contamos com o baixo George London (Wotan) e Kirsten Flagstad (Fricka); na *Valquíria*, com o baixo Hans Hotter (Wotan) e Christa Ludwig (Fricka). O tenor Wolfgang Windgassen mantém-se no papel de Siegfried e o elenco deste *Anel* conta ainda com uma notabilíssima prestação do barítono Dietrich Fischer-Dieskau na ópera *O Crepúsculo dos Deuses*, na opinião de muitos críticos, o momento mais conseguido desta integral que ocupa 14 CD.

Em DVD, a produção de Bayreuth para a celebração do centenário de *O Anel*, em 1976, contou com a encenação de Patrice Chéreau e a direcção musical de Pierre Boulez. Está disponível em oito DVD. É igualmente um marco histórico, numa versão muito televisiva, que faz da tetralogia uma parábola decadente do declínio do regime capitalista. Musicalmente, é de uma extrema objectividade, resultado ainda das correntes interpretativas da vanguarda do pós-guerra, facto que pode



transmitir uma certa frieza aos ouvintes. Ainda assim, uma referência.

Alternativas

Numa discografia e videografia tão extensas, ficam aqui algumas sugestões que, acima de tudo, pretenderam ser mais variadas do que exaustivas. Existem outras óperas de Wagner e muitas outras interpretações. Se achar que óperas de quatro horas é um pouco de mais para a sua introdução ao fabuloso mundo de Wagner, existem outras alternativas, a começar pelos discos com selecções das aberturas dessas obras. Uma boa forma de se iniciar em Wagner é ouvir excertos de árias ou de coros. A Decca, por exemplo, tem um disco com o fabuloso Jonas Kaufmann exclusivamente dedicado a Wagner e prestes a ser lançado no mercado. E, se ainda assim for de mais, divirta-se com a fantástica introdução e análise ao *Anel do Nibelungo* da autoria de Anna Russell, disponível na Internet a custo zero. Aproveite e deite uma vista de olhos à última produção de *As Valquírias* do Met de Nova Iorque e fique com uma certeza: quando é objecto de uma boa produção e de uma encenação à altura, não há espectáculo como a ópera.

Crítico de música

Casas-museu

Dois lugares para a memória de Ferreira de Castro

Poucos escritores têm direito a uma casa-museu. Ferreira de Castro, autor de *A Selva*, tem duas. Uma casa em Oliveira de Azeméis, onde nasceu, e um museu em Sintra, onde foi sepultado. Na selva “se fez homem”, à selva, como húmus, regressou. Primeira de dez visitas a casas-museu de dez escritores portugueses

Raquel Ribeiro

Há uma misteriosa caixa, cheia de “cartas femininas” dirigidas ao escritor Ferreira de Castro, exposta no Museu Ferreira de Castro, em Sintra, que, por vontade do autor, só deverá ser aberta em 2050. Está lacrada e assinada pelo seu punho. “Sempre me faltou coragem para reduzir a cinzas esta multidão de sonhos”, escreveu em Março de 1974, poucos meses antes de morrer. Ressalva que estas cartas “nada têm de sensacional”, mas, ao fazê-lo, aguça a curiosidade dos admiradores da sua obra, visitantes do museu.

Havia outra “última vontade” do autor. Não era capricho: afinal ele fora um dos escritores portugueses mais populares do século XX, traduzido em dezenas de línguas, editado em inúmeros países, lido por toda uma geração que conheceu a sua obra nos bancos de escola. Queria ser enterrado na serra de Sintra, vila a que doou o seu espólio em 1973. “Nunca pedi nada à minha pátria, nunca pedi ou jamais recebi

qualquer favor ou amparo oficial”, explicou. Por isso, tendo escrito a maior parte da sua obra em Sintra, “desejaria ficar ali para sempre” na serra, “onde as ervas rasteiras vivem livremente”.

Ali está o seu túmulo, quase despercebido para quem sobe a serra a caminho do Castelo dos Mouros, escondido pelas árvores. Os limos rasgaram a campa onde mal se lê: “Ferreira de Castro, Escritor (1898-1974)”. E assim mesmo o desenhou: “Um bloco de granito cavado em forma de banco, voltado para a vereda; um banco onde pudesse descansar quem por ali subisse ao castelo ou andasse, em errados passos, comungando com a poesia de Sintra.” Parece que Ferreira de Castro na selva “se fez homem” e à “selva”, como húmus, haveria de voltar.

Amazónia, majestade verde

José Maria Ferreira de Castro nasceu em 1898 na aldeia de Salgueiros, freguesia de Ossela, em Oliveira de Azeméis (distrito de Aveiro), numa família de camponeses. A casa onde nasceu é hoje uma casa-museu reconstruída e decorada de acordo com a época em que ali viveu.

Era bom aluno, recorda nas *Memórias*. “Tinha, porém, uma vida triste e afastava-me quase sempre

dos meus condiscípulos.” Uma vida pobre e “dolorosa”, em que se sentia “asfixiado”. “Cada vez eu me sentia mais só e sofria mais por não ser igual aos outros. Todos sonhavam com o ouro do Brasil, que constituía ali a suprema fascinação. O Brasil era a liberdade, a fuga à tutela familiar – e o mistério.” Tinha 12 anos, “era tão pequeno ainda!”, e partiu sozinho num barco rumo ao Atlântico sul.

A partir da independência da colónia (1822) e sobretudo após a abolição da escravatura em 1888, a emigração portuguesa para o Brasil floresceu. Nas vésperas da independência, eram mais de três milhões os portugueses residentes no Brasil. Ferreira de Castro parte em 1911, um dos 50 mil portugueses que emigraram para o Brasil nesse ano. Os censos da altura contam já mais de 5,5 milhões de portugueses na ex-colónia.

O Museu Ferreira de Castro, em Sintra, inicia o seu roteiro com um documentário de Faria de Almeida sobre a vida do escritor. As filmagens para a RTP são de 1971, mas só passaram na televisão depois do 25 de Abril. Nele se conta que, ainda miúdo em Ossela, Ferreira de Castro estava apaixonado uma rapariga de 17 ou 18 anos, que passava todos os dias em frente da escola. “Linda, linda para mim, como eu nunca tinha visto ou-

tra. Chamava-se Margarida e embora este nome poético nunca fosse pronunciado sem um apêndice prosaico, eu gostava muito dela.” Escrevia-lhe cartas de amor em segredo. “Depois desta, outra, e outra, e outra. Apesar disso, a Margarida continuava a cruzar, indiferentemente, o largo, sem volver os olhos para a janela da escola de onde eu a seguia com sofreguidão.” Queria “ser homem”, diz nas *Memórias*. “Até aos 20 anos foi essa uma das minhas maiores aspirações. Crescer, ter barba, para que me dessem a consideração de que eu julgava merecedor.” A decisão de partir para o Brasil era a concretização desse “gesto másculo”. “O gesto do homem que eu queria ser aos olhos de Margarida.”

Viveu no Brasil entre 1911 e 1919, primeiro no seringal Paraíso, margens do rio Madeira, braço do Amazonas. Como sabia ler e escrever, deram-lhe um trabalho administrativo como caixeiro num armazém. Testemunha a exploração dos indígenas, dos pobres migrantes do Ceará e do Pará que um dia sonharam com o ouro da Amazónia: a borracha. Na selva, trabalhou três anos. Depois, “comprando a sua independência” ao capataz que o contratou, abandonou a Amazónia (em 1914), levando no bolso crónicas, contos e o manuscrito

do seu primeiro romance, *Criminoso por Ambição*, editado em 1916, quando vivia já em Belém do Pará. Esse documento está no museu de Sintra, bem como postais, manuscritos, documentos do consulado em Belém e jornais da época.

Tinha então 14 anos e um romance escrito: “Esquecido nas solidões amazónicas, eu dava-lhe a primeira forma, interrompendo-me, frequentemente, para sacudir os mosquitos que me ferravam.” Mais tarde, quando rejeitou toda a sua bibliografia publicada antes de *Os Emigrantes* (1928), disse: “[Esse primeiro livro saiu] tão ingénuo, tão infantil, que não consigo evocá-lo sem ter piedade de mim próprio.”

Levou tempo a escrever sobre a selva. Sabia que ela estava dentro de si e que haveria de contar a exploração dos homens, o horror da solidão da Amazónia, verdejante de excesso de calor, os urros como entidade viva, o pesadelo do coração das trevas, que Joseph Conrad também descreveu. Explica na primeira edição de *A Selva* (1930): “Devia este livro a essa majestade verde, soberba e enigmática, que é a selva amazónica, pelo muito que nela sofreu durante os primeiros anos da minha adolescência e pela coragem que me deu para o resto da vida.” Dela não se saía incó-





lume. E Ferreira de Castro que fora para o Brasil para “se tornar homem” sabia que tinha a selva para contar: “Durante muitos anos tive medo de revivê-la literariamente. Medo de reabrir, com a pena, as minhas feridas, como os homens lá avivavam, com pequenos machados, no mistério da grande floresta, as chagas das seringueiras.”

A *Selva* foi durante décadas uma das obras mais lidas da literatura portuguesa, cá e lá fora. Foi traduzida para dezenas de línguas: dos anos 30, nos EUA, no Reino Unido, na Alemanha, nos anos 40, para russo, checo, romeno, até à tradução japonesa, em 2001. Estes exemplares estão todos no museu, em Sintra. No Brasil, a popularidade do escritor foi enorme. O seu amigo Jorge Amado escreveu que *A Selva* fora “o bálsamo sobre a chaga aberta da violência mais ignóbil desabada sobre os índios iguais a crianças órfãs”.

O escritor na paisagem

Em Ossela, onde está a casa-museu do escritor, o Centro de Estudos Ferreira de Castro, animado por Carlos Alberto Castro, organiza desde a fundação, em 2002, os roteiros literários Caminhos de Ferreira de Castro. Com os seus cerca de 130 associados tem também organizado colóquios, ter-

túlias e a publicação da *Castriana*, revista dedicada ao escritor, com inéditos e artigos académicos.

Carlos Castro e Ricardo Alves, o director do museu, em Sintra, gerem hoje a publicação da obra do escritor, muita dela esgotada, que estava na mão da editora Guimarães, e que começará a ser reeditada pela Cavallo de Ferro. *Os Emigrantes* sai amanhã para as bancas e, no Outono, publica-se *A Missão*, esgotada desde os anos 80. Diogo Madre Deus, da editora, disse ao PÚBLICO que o objectivo é “publicar dois a três volumes por ano”.

Carlos Castro e Ricardo Alves sublinham que não são académicos nem especialistas na obra de Ferreira de Castro. Alves leu-o pela primeira vez quando tinha 17 anos, livro que lhe foi oferecido pelo pai. E, apesar de ser da terra do escritor, só muito tarde Carlos Castro tomou contacto com a obra de Ferreira de Castro, surpreendendo-se por existir ali, em Ossela, um escritor que não está a ser “explorado como ‘marca’ da região”: “A marca ‘Ferreira de Castro’ é a marca cultural e turisticamente mais apelativa, a mais forte que o concelho tem e que a autarquia deveria aproveitar”, disse na semana passada, na inauguração do projecto Geomédia que disponibiliza na Inter-

“

Nunca pedi nada à minha pátria, nunca pedi ou jamais recebi qualquer favor ou amparo oficial

”

Ferreira de Castro
Escritor

net o roteiro literário com uma série de “estações” pelos caminhos da infância e dos livros do escritor.

Carlos Castro conhece de cor os textos de Ferreira de Castro e as paragens que seguimos no roteiro, em Ossela: a casa, a escola primária, os vizinhos, o cemitério onde está enterrada a sua família (mãe, irmãos, primeiro amor, que morreu jovem, Diana de Liz, e o segundo, a pintora Helena Muriel), a igreja onde foi baptizado, a biblioteca que mandou construir em 1970. Dias antes, Castro enviara uma carta aos moradores da freguesia a convidá-los a participar no roteiro no 39º aniversário da morte do escritor da terra. Mais de 30 vieram, calor abrasador no vale do rio Caima, caminhada de mais de quatro horas pelos caminhos de Ferreira de Castro.

Ali se materializava na paisagem o que escrevera nas suas memórias, mas também em *Os Emigrantes* (1928), história de Manuel da Bouça que deixa o vale e parte em busca de riqueza para o Brasil. Este livro, segundo a História da Literatura Portuguesa de António José Saraiva e Óscar Lopes, “assinala o início de uma nova fase do realismo social” em Portugal. Ainda não era o neo-realismo, do qual o escritor foi precursor. É, aliás, de escritores neo-realistas como Alves Redol ou Manuel da Fonseca, e

de outros, Fernando Namora, Carlos Oliveira, Aquilino Ribeiro, que se lêem dedicatórias nos livros da biblioteca pessoal do escritor no Museu em Sintra. Há uma edição de *Jubiabá* de Jorge Amado, dedicado ao amigo Ferreira de Castro. E uma primeira edição de *Orpheu*, entre os volumes que ali repousam ao som de uma gravação da voz do autor no seu escritório reconstituído, com a sua pasta e o chapéu.

Regessos e lutas

Quando regressa do Brasil a Oliveira de Azeméis, em 1919, Ferreira de Castro “não trazia dinheiro” nos seus “bolsos de emigrante”, mas sim uma “nostalgia da família, das árvores, dos caminhos e das fontes da aldeia nativa”. E um “veemente sonho literário”. Parte para Lisboa, onde sabia que o esperava “uma vida terrivelmente incerta de fundas amarguras e enormes desesperos, uma fase com a mesma fome negra e prolongada que curtira nos [seus] primeiros tempos de Belém do Pará”.

Fundou jornais e revistas, foi jornalista e presidente do sindicato. Mas o golpe de 1928 e a censura que se lhe seguiu obrigam-no a fixar-se n’*O Século*, cuja redacção abandonou em 1934. Nessa altura viajou pelo Mediterrâneo e publicou livros de viagens. Depois de abandonar a direcção de *O Diabo*, após uma curta passagem em 1935, viaja à volta do mundo. As vendas e as traduções dos livros deram-lhe, então, algum desafogo. Da obra, destacam-se *Terra Fria* (1934) sobre o Barroso, *A Lã e a Neve* (1947), romance-reportagem sobre os pastores na serra da Estrela e proletariado têxtil da Covilhã. Seguem-se *A Curva na Estrada* (1950), sobre a Guerra Civil Espanhola, e *A Missão* (1954).

Ferreira de Castro sabia o que o unia às suas obras fundamentais. No primeiro, “[*Os Emigrantes*] o exílio pelo estômago; neste [*A Selva*], o desterro pelo espírito. E nos dois, a uni-los indissoluvelmente, a luta pela vida, a conquista do pão, a miragem do ouro - um ouro negro que é miséria, sofrimento e quimera com que os pobres se enganam”. E lembrava, com ligeiro sotaque brasileiro (que se escuta no documentário no seu museu, em Sintra), que escrevia imbuído pelo espírito da época, de pendor revolucionário e de resistência. “Não tenho ambições políticas”, dizia. A única ambição era ser “um pobre escritor”.

A série sobre as casas-museu é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Minha casa, meu santuário

Guerra Junqueiro

Escritor, viticultor, cientista, político: o poeta teve muitas facetas, até a de colecionador de arte. Uma vasta colecção de ourivesaria, mobiliário, pintura e faiança tornam a sua casa-museu num espaço íntimo de contemplação poética

Casas-museu (2)
Raquel Ribeiro

Numa casa senhorial dos finais do século XVII, numa rua estreita junto ao Paço Episcopal e à Sé do Porto, há um pequeno retábulo atribuído ao pintor flamengo Hieronymus Bosch.

Visão de Tondale, objecto raro cujo estudo foi apoiado pela Fundação Gulbenkian – é apenas um exemplo da notável colecção de arte que o poeta Guerra Junqueiro reuniu em vida (1850-1923).

Guerra Junqueiro “era conhecido por ‘el anticuario’ em certas aldeias da Velha Castela que percorreava a pé posto e de burro recolhendo e comprando cerâmica, mobiliário e, eventualmente, pintura”, disse José Luís Porfírio, então director do Museu Nacional de Arte Antiga, na (re)inauguração (após vários anos de obras) da nova Casa-museu Guerra Junqueiro, no Porto (1997), com uma exposição de pintura da colecção do poeta.

A pintura está quase toda no Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa: 39 obras das escolas flamenga e espanhola dos séculos XV, XVI e XVII que Guerra Junqueiro vendeu ao museu “por preço simbólico, um conto e setecentos mil réis”, em 1911. A restante pintura está na Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro e Luís Pinto de Mesquita Carvalho, criada pela filha do poeta (e o seu marido). Estabelecida desde 2000 no edifício em frente à Casa-museu, no Porto, são escassos três metros de estrada granítica e medieval que separam a casa do poeta da fundação da sua filha.

Guerra Junqueiro não conseguiu que o Estado português lhe comprasse as duas pinturas de El Greco que hoje estão no Museu de Belas Artes de Budapeste, na Hungria: *O Apóstolo Santo André* e *Cristo no Jardim*. Em 1908, o poeta terá proposto a venda da sua colecção de pintura por “dois contos de réis” à Câmara Municipal do Porto. Em leilão, os dois El Greco acabaram por sair do país. No catálogo do museu de Budapeste pode ler-se a referência à origem das obras.

Poucos lhe conhecem a faceta de colecionador de ourivesaria, mobiliário, pintura, faiança, tapeçaria,

arte sacra. Tinha um “espírito arguto de coleccionar”, diz a coordenadora da Casa-museu, Ana Clara Silva. “Sabemos que começou a coleccionar quando casou. Recebeu um dote de casamento da sua mulher e começou a investir em objectos de arte.” Durante a vida, coleccionou e vendeu. Quando precisava de investir, vendia parte da colecção e investia noutras áreas”, explica a conservadora. Guerra Junqueiro admitia ter “crises de ferro-velhice” que duravam 15 dias e que acabavam por enfado, por cansaço e falta de dinheiro. Durante esses dias colecionava compulsivamente: peças Dom João V, cerâmica de Delft ou pratos hispano-árabes.”

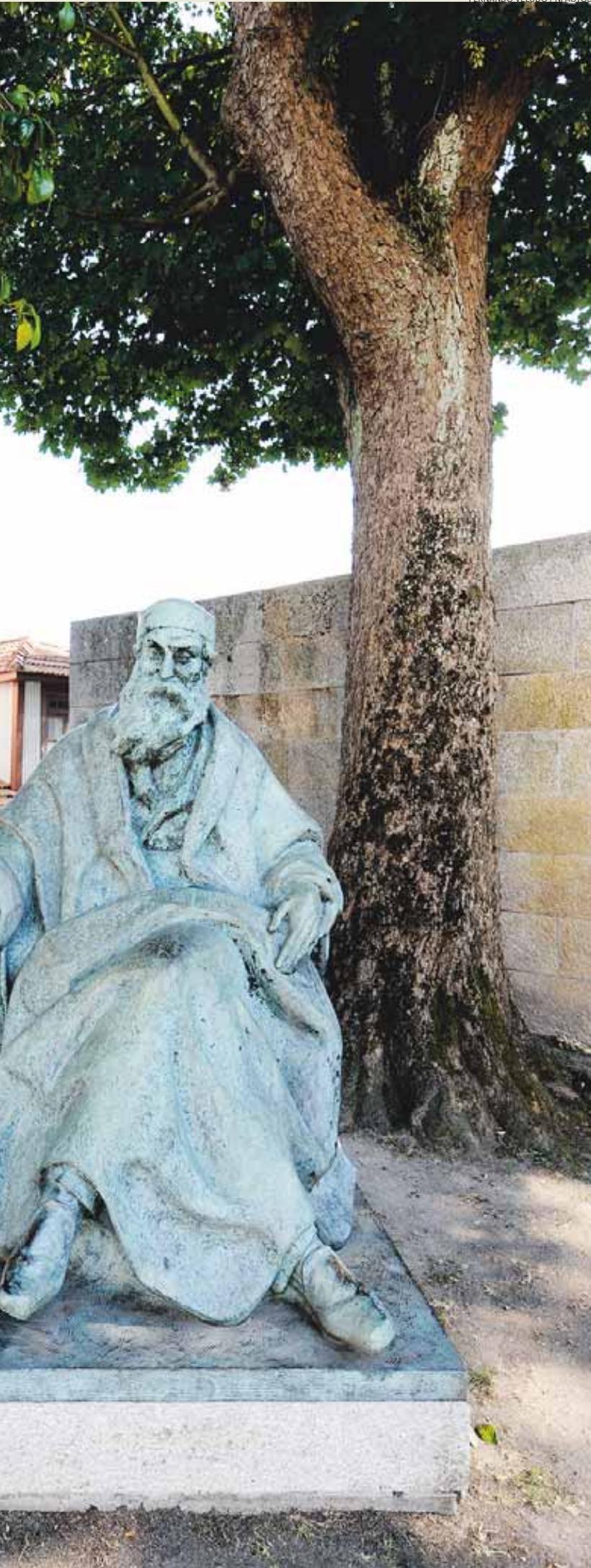
Vencido(s) da vida

Foi escritor, viticultor, cientista, diplomata, político e poeta. Talvez por ter sido tão prolífico (e tão crítico da Igreja), poucos o compreenderam em vida e menos ainda o lêem hoje. A crítica Maria Helena da Rocha Pereira escreveu: “Entre os grandes poetas que brilharam na segunda metade do nosso século XIX, nenhum provocou mais descontraídas críticas à volta da sua obra do que Guerra Junqueiro.” Talvez essa incompreensão se tra-

duza nesta definição de si próprio: “Os políticos consideram-me um poeta; os poetas, um político; os católicos julgam-me um ímpio; os ateus, um crente.”

Nasceu em Freixo de Espada à Cinta, Trás-os-Montes, numa família de pequena burguesia. O pai, comerciante, amealhou para que o filho estudasse Teologia, mas escolheu Direito em Coimbra. Já então escrevia poesia com “extrema facilidade improvisadora”, “sobre temas da actualidade” e “gosto da grandiloquência pretensamente visionária” (segundo Óscar Lopes e António José Saraiva). Da obra destaca-se *A Morte de D. João* (1874), onde critica veementemente o dom-joanismo e as vítimas da sua exploração e dissolução moral; *A Velhice do Padre Eterno* (1885), sátira anticlerical contra o dogmatismo e o obscurantismo da Igreja, inspirada numa “religiosidade panteísta e humanitária” (Lopes e Saraiva) com influências em Proudhon e Victor Hugo. Perto da morte, reconheceu que *A Velhice* era “um livro da mocidade” e que, então, “não o escreveria tal como se tornou conhecido, justamente pelo que nele há de grosseiro e imperfeito. Inspirou-mo, aos 28 anos, o meu sentimento cristão sobreexcitado.”





FERNANDO VELUDO / NFACTOS

Foi político, secretário dos governos civis em Angra e em Viana; já na República, foi cônsul na Suíça. Na altura da crise política de 1890, após a morte de D. Luís I a que se segue o Ultimato Inglês, escreve *Finis Patriae*, crítica violenta à Inglaterra em cujo poema cantam “casebres de pescadores”, “condenados”, “pobres em ruínas”, “choupanas de camponeses” ou “pocilgas de operários”. Publica depois o poema *Pátria* (1894).

Após 1890, rompe com o grupo Vencidos da Vida (de Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, António Cândido, Oliveira Martins) e aproxima-se do republicanismo. Era um grupo com ligações à Geração de 70 do século XIX, que juntou artistas, escritores, políticos e aristocratas. Os Vencidos criticavam os ideais do Romantismo e o absolutismo, e acreditavam na Regeneração da monarquia, seguindo uma “aristocracia iluminada”, face ao socialismo utópico de cariz republicano.

E era ali, sentados àquela mesa na (hoje recriada) sala de jantar de Guerra Junqueiro, que os Vencidos da Vida eram recebidos. Nela começa a grande coleção de cerâmica do poeta. “O facto de ele ser um grande conecedor de produção de faiança, a riqueza das suas coleções permite-nos fazer um percurso pela história cerâmica: desde a cerâmica Oriental até à cerâmica Delft (da Companhia das Índias), passando pela hispano-árabe, até à coleção de cerâmica portuguesa”, explica a conservadora. Guerra Junqueiro lutou sempre para “ter vários exemplares de cerâmica portuguesa que, na altura, eram considerados cacós velhos, e não arte, reconhecendo que eram peças de grande valor”.

Poeta e pensador

A luta de Guerra Junqueiro era investir e preservar arte portuguesa. Tem elementos de cerâmica portuguesa únicos. Na parede da sua casa está o “canteirinho florido”, jarras de cerâmica pós-Marquês de Pombal, quando em Portugal a produção se tornou industrial. “Detrás do objecto está a razão pela qual Guerra Junqueiro o colecciona: o facto de, um dia, estas peças poderem contar a História de Portugal.”

A casa-museu reconstitui fielmente a última casa do poeta, na Rua de Santa Catarina, no Porto. “A disposição das peças era a dele, não uma reprodução da filha”, explica Ana Clara Silva. “Temos fotografias da casa de Guerra Junqueiro e toda a recriação foi apurada com essas fotografias. Por isso é uma casa-museu e não um museu. Porque evoca uma figura e reconstitui um ambiente privado.” Em 1997, o edifício foi requalificado segundo um programa museológico moderno (espaços de lazer, loja, auditório).

Cada sala recria um ambiente da casa do poeta: de mobiliário D. Ma-

ria, outra de D. João V, e finalmente a sua “catedral”, com objectos de arte sacra. A filha do poeta disse na inauguração da Casa (1942): “Esta faiança, estes mobiliários, foram tocados, acariciados pelas suas mãos, os seus olhos pousaram enlevados em cada uma das esculturas, que amorosamente reuniu na sala de predilecção a catedral – que a raros eleitos convidava a transpor. Aquelas imagens (...) conheceram, familiarmente, o poeta na intimidade.”

Após a crise do Ultimato, Guerra Junqueiro refugia-se na sua quinta no Douro, dedicando-se à vinha, à contemplação da natureza, ao auxílio dos pobres e humildes, dos simples (tema de um dos seus poemas), que coincide com um período de grande misticismo bucólico

Não conseguiu que o Estado português lhe comprasse as duas pinturas de El Greco que hoje estão no Museu de Belas-Artes de Budapeste, na Hungria: O Apóstolo Santo André e Cristo no Jardim

provocado pela decadência moral da nação.

É esta figura isolada no seu eremitismo no Douro, dedicando a sua poesia contemplativa à galeria dos humildes, que podemos ver ao subir as escadas da sua casa. Deixa, então, crescer as barbas (crê-se) devido a uma crise de paludismo que lhe deixou sequelas na cara. Era um homem “cheio de mistério”. A barba evoca um “filósofo, asceta, um pensador”, diz Ana Clara Silva. Parece também ter um “lado judeu”, ainda que não estivesse comprovado. “Repare nesta imagem, parece um rabino: o nariz aquilino, a fisionomia, os olhos astutos, o chapéu. E tinha jeito para o negócio, era regateador”, diz a conservadora. “A olho nu conseguia perceber o que era e o que não era original.”

Ana Clara Silva conta ao PÚBLICO que nas visitas guiadas as crianças lhe perguntam muitas vezes: “E ele usava isto tudo?” É isso que apetece perguntar também, tal a quantidade de objectos. Tirando o mobiliário (mesas e inúmeras cadeiras), os objectos decorativos “eram peças de contemplação e de inspiração”. Há poemas dedicados às coleções e inspirados nas obras. “É por isto que ele considera a casa dele uma catedral: onde ele pensa, reflecte e onde se inspira.”

O que surpreende é como conseguiu reunir esta colecção em vida. “E ainda não foi à casa da frente”, diz a conservadora. Quem visita o museu, a fundação, vê as peças no MNA e os El Greco em Budapeste, pergunta-se: como é possível? “Ele não herdou isto. Fez grandes sacrifícios em vida para conseguir esta colecção tão vasta. Foi um homem que compulsivamente comprou, ameaçou, investiu, e também se desfez, recuperou, e deixou ao país este fantástico espólio.”

Ana Clara Silva gostaria, então, de acrescentar outra faceta ao poeta: a de “museólogo” ou “conservador”. O que ele comprava “tinha integridade física e artística”. Registava tudo e sabia impor “normas de acomodação, de manuseamento e de transporte dos objectos”.

Do outro lado da rua

O poeta explicou por que começou a colecionar: “Eu que tive na minha vida, desde a mocidade, a paixão profética da arte, no tempo em que toda a gente chamava mania ao meu amor, às maravilhas da arte portuguesa, da arte gótica e da arte renascentista; eu que fiz com mil sacrifícios, da minha casa um santuário, a minha casa que é uma obra só minha, e onde não há objecto que não seja uma palavra, em reunião de objectos que não seja uma frase, e depois versos, e depois poema de maravilhas, dentro das quais me sentia bem e vivia espiritualmente as horas místicas da minha existência.”

Maria Isabel adquire o edifício em 1934 já com o propósito de vir a ser casa-museu, inaugurada como tal em 1942. Na altura, Maria Isabel e a sua mãe, viúva do poeta, viviam no primeiro andar. A Casa-Museu começava no rés-do-chão e continuava pelo segundo andar.

Atravessamos a rua e, do outro lado, na Fundação Maria Isabel Guerra Junqueiro, somos recebidos de braços abertos – até o porteiro declama um poema de *Os Simples* (1892), versos que sabe de cor. Na fundação está a biblioteca pessoal do poeta.

Tanto Ana Clara Silva como a coordenadora da fundação dizem receber muitos visitantes brasileiros, conhecedores de Guerra Junqueiro. “Confrontam-se aqui com a faceta de um coleccionador, que desconheciam”, conta Ana Clara Silva. “Gostaríamos muito que esse espanto fosse partilhado pelos nossos visitantes portugueses.”

Série financiada no âmbito do projecto PÚBLICO Mais publico.pt/publicomais



A terra ainda trata Camilo por tu

O director da Casa de Camilo Castelo Branco, em S. Miguel de Ceide, José Manuel Oliveira, não tem dúvidas: esta é a mais antiga e genuína casa-museu de Portugal. Nela viveu Camilo com a sua família. Aqui escreveu, aqui se matou

Casas-museu (3)
Raquel Ribeiro

Camilo Castelo Branco continua a ser o rapaz da terra, S. Miguel de Ceide, Famalicão. Chegar é compreender que “o” Camilo, como amavelmente lhe chamam, é o rosto, a expressão, a história oral da sua gente: de Ceide a Landim, do Monte Córdova de Santo Tirso a Prazins, os romances estão vivos para lá dos muros desta casa, tal como o seu - pessoal, atribulado, trágico - está também impregnado na casa-museu.

Aqui não nasceu (mas em Lisboa, 1825). Aqui não cresceu, órfão de mãe aos dois anos e de pai aos dez, viveu por Trás-os-Montes entre padres que lhe deram instrução: “A experiência de uma fuga,

de muitas jornadas pelas regiões mais sertanejas de Trás-os-Montes, de várias viagens (por vezes acidentadas) a Lisboa, de caça montês, de amores bravios, o conhecimento íntimo da gente serrana obtido na companhia de padres e de um cunhado médico - tudo isso se filtra na sua obra”, escrevem Óscar Lopes e António José Saraiva na *História da Literatura Portuguesa*.

Por aqui também não estudou: nunca chegou a concluir Medicina nem no Porto nem em Coimbra, por onde passou, entre 1843-46. Mas a Ceide veio parar porque se apaixonou por uma mulher casada, Ana Plácido, que abandonou o marido para se juntar ao escritor.

A casa foi construída por Pinheiro Alves em 1830, quando regressou com fortuna do Brasil. O “brasileiro” (como era conhecido) casou em 1850 com Ana Plácido, mas cedo se soube da relação extraconjugal desta com Camilo. Fugiram, adúlteros, perseguidos de terra em terra pela

justiça, depois capturados e presos, na Cadeia da Relação, no Porto. Foram julgados por adultério, mas absolvidos em 1861 (o juiz era o pai de Eça de Queirós).

Foi na cela da prisão que Castelo Branco famosamente escreveu *Amor de Perdição* (1862). Pinheiro Alves morreu em 1863 e, nesse mesmo Inverno, Camilo, Ana Plácido e o seu filho, Manuel, mudaram-se para Ceide. Nesta casa, herdada pelo filho de Ana Plácido, permaneceram até ao fim.

“Até 1863, Camilo escreve livros. A partir de então, muda-se para aqui e a vida confunde-se com a ficção”, diz o director da Casa de Camilo, José Manuel Oliveira. Não tem dúvidas em afirmar que esta é a verdadeira casa-museu em Portugal, não só porque é a mais antiga, mas devido à sua simbologia: “É o símbolo de quem se inspirou na paisagem física e humana da região e de quem fez da vida, arte. De quem sofreu para escrever sofrimento. Mas também é



símbolo raro de um trabalho contínuo da autarquia [de Famalicão] de preservação e divulgação da vida e da obra de Camilo”, disse.

Após um grande incêndio em 1915, a casa foi reconstruída, mas alterada, porque no rés-do-chão se instalou a Escola Primária de Ceide. Só em 1956 a casa-museu foi inaugurada, já sem a escola, obedecendo à traça original do edifício.

Do outro lado da estrada, o Centro de Estudos Camilianos, que existia desde 1988, abriu com novo edifício, da autoria de Siza Vieira, em 2005, que permitiu concentrar num espaço museológico o vasto património camiliano: bibliografia, documentação manuscrita, iconografia e artes plásticas dedicadas à obra do escritor.

Cronista do seu tempo

Não será exagerado afirmar que, na literatura portuguesa do século XIX, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós disputam o pódio, taco a

taco. Não que fossem rivais em vida (e em letras), mas, tal como hoje se pergunta ao leitor se prefere Saramago ou Lobo Antunes, o mesmo se poderá dizer dos dois ícones do século XIX.

Camilo, 20 anos mais velho do que Eça, domina a segunda geração do Romantismo, já na transição para o Realismo, de que Eça seria expoente. Ambos muito populares no seu tempo, parecem viver tão perto e, no entanto, vidas tão distintas: Eça, nascido no Minho, estudou em Coimbra, foi diplomata e viajou por todo o mundo; Camilo, arruinado, estroina, desvairado, “nunca saiu deste triângulo entre o Minho, Lamego e Lisboa”, explica José Manuel Oliveira.

“Diz-se que o Eça é universal e que o Camilo é regionalista”, explica o director da casa-museu, “mas se acha que a obra do Camilo está circunscrita a uma região, ou é datada, desengane-se”. Camilo é “um cronista do seu tempo”. Traça o retrato



NELSON GARRIDO

preciso “das pessoas, da maneira de viver, de agir, de falar”. “Há um lado da paisagem física e humana que ele transpôs na literatura. E muito do viver e do linguajar campesino. Quando o lemos, conseguimos ouvir tudo isso.” Nesta região “vivem” ainda, entre outras obras, *Maria Moisés* (rapariga da terra, ainda que o romance se passe em Ribeira de Pena), *A Brasileira de Prazins*, *A Bruxa do Monte Córdova*.

Este é um lugar de escrita e de vivência de Camilo. Daí ter-se transformado “num centro de investigação”, criando “condições para que os investigadores” pudessem vir, mantendo a memória do escritor através do estudo da sua vastíssima obra: 64 mil páginas, 130 resmas de papel, centenas de obras publicadas (poesia, folhetos, polémicas, romances, novelas, jornalismo, contos e epistolografia).

“A sua obra traz até nós o palpitar humano das províncias nortenhas no seu tempo, com uma vida que



Até 1863 Camilo escreve livros. Depois muda-se para aqui e a vida confunde-se com a ficção



José Manuel Oliveira
Director da Casa de Camilo, S. Miguel de Ceide

nenhum outro ficcionista voltou a captar. É o nosso grande mestre da narrativa densa, rápida, de objectividade inteiramente persuasiva, nas melhores páginas que escreveu”, dizem Lopes e Saraiva.

Vida como romance

Subimos as escadas para o escritório, como o cego de Ladim o fizera nas *Novelas do Minho* (1875-77): “Foi há treze anos, em uma tarde calma de Agosto, neste mesmo escritório, e naquele canapé que o cego de Landim esteve sentado (...) Em S. Miguel de Ceide, uma visita, que se fizesse preceder do seu cartão, era a primeira. Quem é? - perguntei ao criado. É o cego de Landim. E esse cego quem é? O interrogado, para me esclarecer superabundantemente, respondeu que era o Cego, como se se tratasse de um cego por excelência e de histórica publicidade: Tobias, Homero, Milton, etc. Mandei que o conduzissem ao meu escritório. Ouvi passos que subiam

rápidos e seguros uns doze degraus; e, no patamar da escada, esta pergunta muito sacudida: à esquerda ou à direita?”

Viramos, então, à esquerda. Talvez o escritório não estivesse tão arrumado como agora. “Teria papéis por todo o lado”, conta José Manuel Oliveira. E aqui estão 700 livros, na altura eram quatro mil. “Obrigado a viver do que escreve, Camilo passa a última fase da sua vida num crescendo de tragédias: afligem-no as dificuldades de dinheiro (em 1883 a sua biblioteca é leiloada) e o avanço implacável da cegueira” (Lopes e Saraiva). A maior parte dos livros estão anotados, com *marginália*: “São anotações cáusticas, de bisturi camiliano - comentários, piadas, críticas, correcções históricas, jogos de palavras. Não se inibe de fazer os comentários mais críticos”, conta o director.

A secretária grande tinha duas frentes: de um lado, sentava-se Ana Plácido, que também escreveu (*Herança de Lágrimas* e *Luz Coada por Ferros*), mas que, segundo José Manuel Oliveira, “teve a infelicidade de viver à sombra do Camilo e de a sombra dele ser enorme”. A escritora era sua colaboradora, auxiliava-o nas traduções (era fluente em francês e inglês), e, aquando da avançada cegueira do escritor, também trabalhava no cotejamento dos textos. “Aqui, dentro de casa, ela era a enfermeira da família, física e moralmente.”

Do outro lado da mesa, um banco alto. Camilo era “relativamente baixo e escrevia de pé”. Descreve as suas noites de insónias, à luz da escrita: “Venho então sentar-me a esta banca, dou formas dramáticas ao diálogo dos meus fantasmas, e convenço-me de que pertenco bem aos vivos, ao meu século, ao balcão social, à indústria, mandando vender a Ernesto Chardron as minhas insónias.” (1875)

Muito do mobiliário é da época, ainda que só o relógio seja o único elemento que se mantém desde o tempo do escritor. É descrito em *Eusébio Macário* (1879) com uma precisão tal que se lê como uma paródia aos códigos do Realismo: “Por debaixo da triplicada cornija do mostrador havia uma medalha com uma dama cor de laranja, vestida de vermelhão, decotada, com uma romeira e uma pescoceira crassa e grossa de vaca barrosã, penteadada à Pompadour, com uma réstia de pedras brancas a enastrar-lhe as tranças. Cada olho era maior que a boca, dum vermelho de ginja. Ela tinha a mão esquerda escorrida no regaço, com os dedos engelhados e aduncos como o pé de um perua morta.”

Passou a vida a escrever. “A vista gastou-o”, diz José Manuel Oliveira. “Podemos imaginá-lo a escrever, molhar a pena, como uma agulha, que só dava para três ou quatro pa-

lavras. Viveu neste exercício compulsivo de molhar a pena e escrever, neste movimento frenético a vida inteira. Era um génio: chegava a ter cinco livros ao mesmo tempo sobre a banca e passava de um para o outro, sem fazer emendas.”

Entre a verdade e a ficção, há muitas histórias de um jovem Camilo apaixonado, aventureiro, que casa cedo com Joaquina Pereira, de quem tem uma filha que morre aos cinco anos. Pouco antes de enviuvar, rapta Patrícia Emília de Vila Real para o Porto, de quem teve outra filha (Bernardina Amélia, que viveu até 1930). Quando era estudante de Medicina, “foi buscar um esqueleto para estudos médicos aos despojos mortais inumados de Maria do Adro, uma das suas amadas” (Lopes e Saraiva).

A impossibilidade da relação com Ana Plácido leva-o a uma crise existencial e refugia-se no seminário. Sem sucesso: não vai para padre. Tem dois filhos de Ana Plácido: Jorge, esquizofrénico, cujos desenhos de um traço límpido e brilhante estão nas paredes desta casa; e Nuno, estouvado e boémio, que o pai decide casar rico para o encaminhar na vida, “mediante um namoro epistolar e um rapto que o próprio Camilo agenciou”. E a cegueira, de origem sífilítica, começa a destruir o escritor.

“Sou o cadáver representante de um nome que teve alguma reputação gloriosa neste país durante quarenta anos de trabalho. Chamo-me Camilo Castelo Branco e estou cego”, escreveu ao oftalmologista que o acompanhou nos momentos finais, antes de dar um tiro na cabeça, sentado na sua cadeira de baloiço, nesta mesma sala. Dia 1 de Junho de 1890: Ana Plácido acompanha o médico à saída, quando Camilo comete suicídio. Dia 2: no canapé se estendeu o seu corpo em câmara-ardente. Dia 3: os restos mortais são levados para o Cemitério da Lapa, no Porto. A fatídica pistola está na Irmandade da Lapa.

“Deixa de poder ver, de poder escrever. O suicídio é-lhe muito familiar. Está ali, foi sempre a solução”, diz José Manuel Oliveira. Talvez por isso tenha escrito, ao filho: “Quanto a acácia do Jorge ainda outra vez inflore / Chamai-me, que eu de Abril nas auras voltarei.” Lá fora, a acácia continua a florir ano após ano, mantendo na terra o legado, sempre presente, de Camilo.

A série sobre as casas-museu é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Antero de Q

Foi a última casa onde o poeta dos sonetos residiu no continente, antes de regressar aos Açores. Agora alberga o Centro de Estudos Anterianos e quer ser um espaço para Antero e para toda a Geração de 70

Casas-museu (4)
Raquel Ribeiro

Não é bem uma casa-museu: é um “estaleiro de escrita” em Vila do Conde em homenagem a Antero de Quental, que aqui viveu dez anos, e a toda a Geração de 70, de que Antero foi a figura tutelar.

“Não é uma casa-museu, mas um espaço onde a obra de Antero se perpetuará. Ele viveu aqui e faz todo o sentido que aqui esteja esta casa, que é dele e de todos os que a ele estiveram ligados. E é também uma casa aberta à escrita e à língua portuguesa”, disse ao PÚBLICO a vereadora da Cultura, Elisa Ferraz.

A Casa Antero de Quental foi inaugurada terça-feira em Vila do Conde com duas exposições, uma dedicada aos anos de Antero em Vila do Conde (fotografias da época, extractos das cartas que enviou aos seus amigos) e outra sobre os escritores da Geração de 70 com ligações à cidade, como Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Oliveira Martins e Augusto Soromenho, também com exemplares dos dois jornais fundados por Antero em Coimbra, *Phosphoro* e *Prelúdios Literários*, a *Revista de Portugal* (fundada por Eça de Queirós), entre outros documentos.

“Aqui as praias são amplas e belas, e por elas me passeio ou me estendo ao sol com a voluptuosidade que só conhecem os poetas e os lagartos adoradores da luz”, escreveu Antero de Quental, que se mudou em 1880 para Vila do Conde de forma mais permanente (com algumas passagens pelos Açores, onde nasceu), por recomendação do seu médico. Nesse ano, adoptou

as duas filhas do seu amigo Germano Meireles, jornalista, advogado e crítico literário, que morrera em 1877. Foi a Meireles que Antero dedicou as *Odes Modernas* (1865).

“Escola do elogio mútuo”

Antero Tarquínio de Quental nasceu em Ponta Delgada em 1842, filho de um combatente liberal, um dos 7500 Bravos do Mindelo que participara no desembarque do Mindelo, Porto, no início da guerra civil que opôs D. Pedro e D. Miguel, liberais e absolutistas, em 1832. Mal sabia que, décadas depois, seria ali tão perto do Mindelo, em Vila do Conde, que passaria os melhores anos da sua vida.

Começou a escrever cedo, inspirado por Alexandre Herculano a quem se referia como “o Herculano” ou “o Velho”. Nos primeiros tempos universitários, em Coimbra, “não é ainda a filosofia da história portuguesa que o interessa; é o sentido (herculaniano) de uma grandeza incomensurável para além da vida comum”, escreveram Oscar Lopes e António José Saraiva. Naquela época, foi “decisiva a convivência com João de Deus, que, segundo afirma [Antero], lhe teria revelado ‘o soneto como ele é, como deve ser’.”

E foi sobretudo pelo soneto que ficou conhecido o poeta. As suas primeiras poesias, escritas até 1864, compiladas na edição de 1861 dos *Sonetos*, em *Beatrice* (1863) e em *Primaveras Românticas* (apenas editadas em 1875), documentam já “uma grande multiplicidade de ideias e preocupações desde cerca dos seus 20 anos”.

São, contudo, as suas *Odes Modernas* de 1865 que vão romper com os ideais do Romantismo, da “arte pela arte”, defendendo no seu lugar o papel do poeta e do intelectual como voz da revolução e do ideário liberal, pondo em causa o academismo, as

instituições, o formalismo e a “escola do elogio mútuo” (como lhe chamou) de António Feliciano de Castilho, “padrinho” de escritores mais novos, seus *protégés*. Curiosamente, Castilho, que vivera nos Açores até 1950, foi seu professor em Ponta Delgada, mas Antero não teve pejo com o mestre anos depois, na *Questão Coimbrã*: “O escritor tinha por missão semear a ‘seara nova’, a fim de educar os educadores e de elevar a cultura a instrumento reformador da sociedade”, escreveu o historiador Fernando Catroga.

Castilho acusou Antero de Quental, Teófilo Braga e Vieira de Castro de publicarem obras de puro “exibicionismo livresco, de obscuridade propositada e de tratarem temas que nada tinham a ver com a poesia” (Lopes e Saraiva). A verdade é que a discussão continuou com Antero a escrever *Questão do bom senso e do bom gosto*: os campos dividiram-se entre os que apoiavam os velhos mestres e os que estavam do lado dos jovens escritores.

O grupo de Coimbra, a que pertenciam também Eça de Queirós e o futuro primeiro Presidente da República Manuel de Arriaga, começou a reunir-se anos depois no Cenáculo (convívio intelectual na casa de um dos escritores, ainda em Lisboa), a que se juntaram Oliveira Martins (escritor e, na altura, empregado comercial), Ramalho Ortigão (antigo professor de Eça), Adolfo Coelho (linguista), o poeta Guerra Junqueiro e Augusto Soromenho (professor em Letras), entre outros. Boémios e literatos, idolatravam Proudhon e Michelet, escreviam textos panfletários de cariz socialista e sentiram-se inspirados pela Comuna de Paris, em 1871. É destas reuniões que nascem *As Farpas* - a tão desejada revista, dedicada a este “triste país da pedrada, do apito, da cutilada, e do grito”, de



Eça de Queirós - e as Conferências Democráticas do Casino Lisbonense (1871), em que Antero apresenta *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*.

Iberismo e filosofia

Apesar de ter vivido menos de 50 anos; apesar dos seus dramas pessoais e da sua instabilidade psíquica, entre os “dois Anteros”, segundo António Sérgio, num ensaio de 1929

sobre um Antero “apolíneo” e o outro, “nocturno” - Antero de Quental foi, nas palavras de Eça de Queirós, “o maior de todos, a mais poderosa organização filosófica e crítica da Península neste século”. Não é por acaso que é esta a frase de Eça que se lê logo à entrada da nova Casa de Antero em Vila do Conde.

A sua fase “solar” (roubando a expressão de Sérgio) dá-se com o que Eduardo Lourenço chamou “o

Quental

Anos felizes em Vila do Conde



FERNANDO VELUDO / NFACTOS

sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições do Estado”.

O mar e a poesia

O lado nocturno de Antero sobressairá quando, em 1873, se desloca a São Miguel devido à morte do pai. Em 1874, surge-lhe uma doença de difícil diagnóstico. Apesar de visitar médicos em Paris, a sua “solidão cultural” (Eduardo Lourenço) traduz-se num isolamento crescente, físico e debilitante. A doença de Antero foi tema de dissertação em Medicina de Jaime Cortesão. O médico Sousa Martins escreveu, em 1894, *Nosografia de Antero*, onde lhe dá o nome de “exaustão nervosa” ou “neurastenia”, ainda que se desconhecesse a doença: “Ao tempo em que a doença de Antero ganhou forma, era ela anónima ou antes polinómia na ciência. Confundida com as espécies mais afins, uns lhe chamavam nervosismo, outros nevrose proteiforme, estes histerismo, aqueles histericismo (...). O certo é que nome legítimo não o tinha, pela boa razão de lhe faltar identidade.”

Esta fase pessimista, de carácter místico, negando a realidade física e buscando o “nirvana búdico”, termina em 1880, quando se muda para Vila do Conde, “onde convive apenas, de longe a longe, com raros amigos, sobretudo Oliveira Martins”. As cartas que escreveu aos amigos documentam esses “anos felizes”. Luís de Magalhães, poeta, editor, político, que conheceu Antero no Verão de 1881, escreveu que, em Vila do Conde, o poeta “estava nos seus dias joviais e de belo e fascinante humor”. “Chamei a Vila do Conde o seu ascetério, - e era de facto. O seu quarto, despido de todo o conforto, era como a cela de um monge, como os quatro muros nus em que se enclausurava um emparedado, como a coluna de um etilista. Ali vivia, concentrado em si mesmo, levado no turbilhão dos seus sonhos”, escreveu Magalhães.

Na Casa de Antero desenhou-se um jardim à imagem do poeta, como ele o descrevera nas cartas: uma “cana que dá penachos” (espécie de pampa), laranjeiras e pessegueiros e a “planta que dá morango”. Lá estão,

jovens, recém-plantadas, à espera de florir. A belíssima biblioteca que acompanha a branca escada em caracol por mais de um andar vai albergar o espólio do Centro de Estudos Anterianos, associação fundada em 1994, e outros materiais dedicados à Geração de 70. A obra, da autoria do arquitecto Manuel Maia Gomes, venceu o prémio SIL (Salão Imobiliário de Lisboa) em 2010. O mesmo arquitecto já ganhara um prémio com a intervenção na Casa-Museu José Régio, anos antes, também em Vila do Conde.

E não é só porque Antero viveu naquela casa (na altura, arrendada) que hoje ali está a Casa de Antero. Elisa Ferraz, vereadora, quer que ela simbolize Vila do Conde enquanto “cidade de escritores”, onde viveram, além de Antero e Régio, Guerra Junqueiro, Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco ou Ruy Belo: “Esta casa não é um museu no verdadeiro sentido, é uma casa de estudo. Uma casa para usar.” A Casa de Antero está, aliás, no mesmo quarteirão onde viveram, em tempos diferentes, Eça e Camilo.

Antes de regressar aos Açores, Antero não deixa de dedicar 13 dos seus *Sonetos Completos* a Vila do Conde (prefaciados por Oliveira Martins) e às “vozes do mar, das árvores, do vento” da cidade.

“Oliveira Martins era um pessimista, quer dizer, era um português. O Português é constitucionalmente pessimista; ele próprio no-lo repete. Não é acaso a poesia desesperada de Antero de Quental a flor amarga deste espírito?”, escreveu o amigo e admirador espanhol, iberista, Miguel de Unamuno. A 11 de Setembro de 1891, num banco do jardim do Convento da Esperança em Ponta Delgada, Antero de Quental suicidou-se com um tiro na cabeça.

texto que desde o seu nascimento se tornou na referência mítica da cultura portuguesa moderna” ou “o acto fundador” dessa mesma modernidade. Com *As Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, Antero assume-se como historiador filósofo, explicando como a Igreja Católica, a Contra-Reforma e a Inquisição submergiram Portugal e Espanha num decadentismo exportado para as Américas e para as

colónias sob a ordem do fanatismo religioso. A Inquisição “faz do nome de cristão um símbolo de morte: o terror religioso, finalmente, corrompe o carácter nacional, e faz de duas nações generosas hordas de fanáticos endurecidos, o horror da civilização”, escreveu.

O catolicismo, aliado à expulsão dos judeus, à ascensão dos jesuítas ao “poder” e ao Absolutismo, aos desperdícios da corte e ao “somos

sustentados pelos estrangeiros”, opor-se-ia ao federalismo republicano, à produção industrial “organizada de maneira solidária e equitativa”, ao socialismo. Porque se “o Cristianismo foi a Revolução do mundo antigo” (e do fim do Império Romano), a “Revolução não é mais do que o Cristianismo do mundo moderno”. Apenas se realizaram cinco conferências. À sexta, as autoridades proibiram-nas, porque “procuram

A série das casas-museu dos escritores é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



O mundo inteiro na sua aldeia

Aquilino Ribeiro

Nas *Terras do Demo* descobrimos a geografia sentimental de Aquilino Ribeiro. É a casa modesta de um escritor culto, preso durante o republicanismo, exilado em Paris e Berlim, mas cuja literatura viveu sempre nesta aldeia beirão

Raquel Ribeiro

Diz-se que Aquilino Ribeiro é um escritor difícil. Há quem tenha começado um livro seu, resistido e desistido. Já não está nos programas de Português desde os anos 80 apesar de ter sido um dos escritores mais populares do seu tempo. Lê-lo, hoje, só acompanhado de dicionário para as “palavras difíceis”, tal a quantidade de regionalismos, léxico popular, linguajar e ladainhas da Beira, paisagem humana da sua literatura.

Não é barroco ou extravagante. Pelo contrário: etnólogo, naturalista, cronista, capta o potencial fenomenológico da língua. A riqueza do léxico está na novidade com que retrata o mundo rural que, disse o ensaísta Eduardo Lourenço, “não estaria apenas no olhar quase etnográfico que será o seu acerca da

realidade beirão em que ele mesmo enraíza, mas na textura verbal igualmente mimética, tradutora, com a mais crua fidelidade, do falar serrano”. Aquilino dizia: “A madre é na aldeia; ali está o puro idioma.”

É na aldeia que está a sua Casa-Museu, Fundação Aquilino Ribeiro criada em 1988 pelo filho mais velho do escritor, Aníbal. Lugar de Soutosa, Moimenta da Beira, Viseu. Segundo Aquilino, no coração das *Terras do Demo* (romance de 1919). São “do demo” porque por aqui “nem Cristo” “nem el-Rei” passaram. É terra brava, agreste, esquecida de Deus, “penedia, aldeias tristes e obtusas, pinhais, uma impressão de tormento telúrico” (*Geografia Sentimental*, 1951). Onde os homens e os bichos são como irmãos, onde faunos, demos e gentes das fábulas se cruzam com o beirão, “camponeses, almoceiros e outros tipos esmagados na base da pirâmide social, contra todas as opressões que lhes tolhem os impulsos vitais” – figuras da sua obra (segundo Óscar Lopes e António José Saraiva).

“O homem das serras traz chumbado ao tornozelo todos os grilhões da servidão forjados nos tempos bárbaros. Passam os reinados, as vagas políticas de democracia e de emancipação social, e ele queda escravo, miserável, para seu bem, não tendo conceito algum da igualdade humana”, escreveu Aquilino.

O cheiro das tílias

Chega-se por estradas impiedosas, curva e contracurva, recta com limite de velocidade, subindo e descendo a serra e contornando o penedo, “lanços perigosos e zigzagues mortais” (Aquilino), agora rasgadas pelas rotundas do desenvolvimento. Percebe-se por que escreve que, apesar da distância, da imensidão da paisagem, da presença da Estrela nevada, aqui era o centro de tudo: “Estas viagens eram até certo ponto o *ersatz* do caminho marítimo para a Índia. Largava-se de Viseu com a tardinha e era emocional como despedir-se um homem para o cabo do mundo.”

A casa está como quando o escritor a habitou. Humilde, modesta, de

pedra, ainda a mesma estrutura de madeira escura, do seu tempo. Aquilino nasceu em Sernancelhe em 1885, filho de padre. A mãe, camponesa, trouxe-o para esta casa em Soutosa aos dez anos. Aqui cresceu até estudar em Lamego, depois em Viseu, e depois em Beja, no seminário, de onde foi expulso “por falta de vocação”. Em 1906 vai para Lisboa. Mas, na verdade, desta aldeia nunca mais saiu.

Não era ainda o romancista que, no furor do republicanismo, começa a escrever em jornais e que em 1907 é preso após a explosão de uma bomba no seu quarto. Consegue fugir da prisão e refugia-se em Paris em 1908, meses depois do regicídio de D. Carlos, em que se suspeita que Aquilino Ribeiro estivesse envolvido (não directamente, mas conhecia o plano dos assassinos). Estudou na Sorbonne, onde conheceu Grete Tiedemann, alemã, com quem casaria em 1913. Mas o começo da I Guerra Mundial obrigou o escritor, a mulher e o filho recém-nascido, Aníbal, a regressar a Portugal. As primeiras

publicações, *Jardim das Tormentas* (prefácio de Carlos Malheiro Dias) sai em 1914 e *Via Sinuosa* em 1918. Seguem-se *Terras do Demo* (1919) e *Malhadinhas* (1922). Em 1924 publica o clássico infantil *O Romance da Raposa*, hoje talvez o único texto seu lido em algumas escolas do concelho de Moimenta da Beira.

Em 1921, enquanto director da Biblioteca Nacional, participou no lançamento da revista *Seara Nova*, dirigida por Raul Proença, onde colaboraram Jaime Cortesão, António Sérgio, Raul Brandão ou Augusto Casimiro. A revista de crítica e intervenção pretendia “contribuir para formar, acima das pátrias, a união de todas as pátrias – uma consciência internacional bastante forte para não permitir novas lutas fratricidas”. A revista resistiu durante o Estado Novo, enfrentou a censura e, apesar da irregularidade das publicações, foi sempre símbolo de oposição ao regime.

A Soutosa, Aquilino Ribeiro regressava todos os Verões e aí escrevia em comunhão com a natureza. “Quando





PAULO PIMENTA

me instalo na aldeia – e nunca será para menos do que os três meses de Verão – hei-de levantar-me infalivelmente com a alba”, disse. A propriedade, de cerca de três hectares, está como a deixou (apesar de agora não ser cultivada): as figueiras “com grandes folhas esparramadas em jeito de esperar outra vez Adão e Eva”, a uva moscatel que “tão bíblicamente cobre o poço a dois passos da cozinha”. Ao centro, as grandes árvores de tília que “recobrem de sombras e perfume” a entrada da casa foram plantadas pelo escritor. “Ano por ano as fui acalentando e tutelando. Por isso, quando arribo de Lisboa, recebem-me luxuriantes, sonoras das abelhas que lhe chupam o pólen.” O escritor chegava em Junho quando migravam os cucos que lhe recordavam que “estão a findar os meus ócios e também eu tenho de me separar das aves que são sedentárias, das minhas árvores”.

Regressar a Soutosa era voltar ao espaço bucólico de pertença. Conclui o escritor em *Geografia Sentimental*, revelando a sua proximidade com a

natureza: “A visita matinal que faço a estas queridas e prosaicas coisas, com as rolas a ensaiar, após a traviata sobre o pinhal, suas sarabandas de amor, trocando o bom-dia com os jornaleiros, vale uma volta pelo Chiado ao cair da tarde.”

Grete morre em Soutosa em 1927. Procurado por participar numa revolta contra a Ditadura Militar, Aquilino refugiara-se na Beira. Envolve-se na sublevação do Regimento de Pinhel contra o novo Governo, mas é preso. Conseguindo novamente fugir, exila-se em Paris em 1928. Casa uma segunda vez, com Jerónima Dantas Machado, filha do ex-Presidente Bernardino Machado (terceiro e oitavo Presidente da primeira República), que também vivia no exílio (e de quem teve um segundo filho).

Na Fundação Aquilino Ribeiro, há pouca informação sobre esta fase da

vida de Aquilino, a mesma em que, anos depois, escreverá as suas obras mais populares, *A Casa Grande de Romarigães* (1957) e *Quando os Lobos Uivam* (1958), apreendido pela censura e mais tarde amnistiado, num processo que durou mais de dois anos. A casa de Romarigães, solar dos “Menezes e Montenegros”, pertencia à família de Jerónima Machado, em Paredes de Coura, Minho. No prefácio, Aquilino explica como resolveu contar a história de Portugal através desta grande casa, parte em ruínas, quando nela encontrou manuscritos e correspondência de 1680 a 1828 entre antigos habitantes da casa. Decidiu continuar a contar a história. Por isso, “as últimas e extravagantes páginas do livro são da minha lavra. Às outras, sacudi o bolor do tempo e reatei o fio de Ariadna”.

Na casa de Aquilino há muitas fotografias da primeira mulher, Grete, mãe de Aníbal (mas não da segunda). Ali estão os seus óculos, os seus livros, muita arte, como o retrato que Abel Manta lhe pintou, agora no seu quarto reconstituído –

modesto, uma cama de ferro branco e uma cómoda com fotografias. Há pinturas de Amadeo Souza-Cardoso, escultura de Anjos Teixeira, caricaturas de Santana e de Stuart Carvalhais. Há correspondência de Óscar Lopes, Teixeira de Pascoaes e ainda um postal de Beatriz Costa com o seguinte destinatário: Aquilino Ribeiro. Morada: Brasileira do Chiado.

No escritório está uma pequena parte da sua biblioteca – a restante, cerca de 8 mil volumes, está numa sala anexa à Casa do Caseiro, reconstruída na propriedade, que apresenta um museu etnográfico sobre “o aldeão da Beira”. O espólio pessoal do escritor, que morreu em 1963, está em depósito na Biblioteca Nacional. A secretária veio de Santo Amaro de Oeiras, onde vivia. À época, custou 1100 escudos.

Aqui escrevia a sua “aldeia mítica onde são tão presentes os homens e a vida ancestral do nosso povo como os seres de fábula ou memória, faunos ou santos da sua particular legenda”, como escreveu Eduardo Lourenço numa edição especial

da *Colóquio-Letras* (1985) dedicada ao escritor. O seu mundo não é o do “refinado Eça”, por quem “fez sempre gala em se definir por oposição”, explica Lourenço. A sua êxtase perante o mundo rural não é a de Fradique ou de Jacinto, continua: ele era o “artista rude, filho da minha serra” que retrata nessa “aldeia-memória” o mundo “primitivo” e “bárbaro”, “à margem da civilização”.

Continua a não ser lido. Continua a dizer-se que é difícil. E de resistência em resistência, também a sua casa, isolada em Soutosa, Moimenta da Beira, parece esquecida. Daí que a Fundação esteja a trabalhar para se abrir aos visitantes: uma nova loja na casa vende vinho da região da cooperativa de Távora-Varosa, espumante “Terras do Demo” que adoptou textos de Aquilino no rótulo, e outros vinhos. Aí se vendem também algumas edições dos livros que a Bertrand tem vindo a reeditar, e o recente *Guia das Aves*, antologia de excertos aquilinianos nos quais se descrevem mais de 60 aves selvagens (edição da Boca).

Aquilino tinha “extraordinárias faculdades inatas para tirar partido da expressividade sensorial do idioma”; a sua linguagem é tão rica, de “graça idiomática” que na literatura portuguesa “é a mais exuberante de Camilo para cá” (dizem Lopes e Saraiva). É aliás sobre Camilo Castelo Branco a biografia romanceada *Romance de Camilo* (1956), história do “filho do Senhor Manuel Botelho e da sua criada Jacinta Rosa”. Mas não se pense que, apesar de existir um *Glossário Sucinto para Melhor Compreensão de Aquilino Ribeiro* (de Elviro Rocha Gomes, 1930), a obra de Aquilino se possa resumir à de um escritor regionalista.

Para Óscar Lopes, Aquilino deverá ser lido ao lado os seus contemporâneos: Raul Brandão, Camilo Pessanha e Fernando Pessoa. A sua literatura é de “rompimento com a sensibilidade literária anterior”. Cada um à sua maneira, “dão-se conta de que já não acreditam naquilo em que em 1913 julgavam acreditar monárquicos ou republicanos, católicos ou positivistas”. Mas apesar de ser contemporâneo da Geração de Orpheu, com quem conviveu (Almada Negreiros e Mário de Sá-Carneiro) em Paris, nas vésperas da I Guerra Mundial, Aquilino Ribeiro acabou por ser, segundo Óscar Lopes, ofuscado por Pessoa e esquecido pela “consagração do Modernismo” da crítica.

A série sobre as casas-museu é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Eça de Queirós

e a bendita serra de Jacinto

A casa de Eça de Queirós em Tormes é a materialização do romance *A Cidade e as Serras*. Aqui, Eça confunde-se com Jacinto, o escritor com o diplomata, o *dandy* com o amante da natureza. Nela está o espólio de um dos maiores escritores portugueses

Casas-museu (6)
Raquel Ribeiro

Tormes é um lugarejo, sede da Fundação Eça de Queirós, no Douro. Mas, na verdade, Tormes não existe. É um topónimo inventado por Eça de Queirós e materializado no seu romance *A Cidade e as Serras* (1901). Com o tempo, foi apropriado pelos locais. “Aqui era a Quinta de Vila Nova, na Freguesia de Santa Cruz do Douro. Tormes vem após o romance de Eça. A estação de comboios mais próxima é Aregos, que também foi rebap-

tizada como Tormes. Possivelmente hoje ninguém conhece Vila Nova. E a ficção tornou-se real”, explica Sandra Melo, que guiou o PÚBLICO pela casa-museu do escritor, em Tormes.

Não chegamos pelos Caminhos de Jacinto – o calor não permitia a subida íngreme de três quilómetros, da estação de comboios até à fundação. Mas no romance, Jacinto e o seu amigo Zé Fernandes, vindos de Paris directamente para o Douro depois de longos dias de viagem, começam “a trepar o caminho que não se alisara nem se desbravara desde os tempos em que o trilhavam, com rudes sapatos ferrados, cortando de rio a monte, os Jacintos do século XIV”.

Lá em baixo, o Douro corre solene e a paisagem sobe em socacos de vi-

nha e laranjal até à quinta. “Por toda a parte, a água sussurrante, a água fecundante.” Zé Fernandes e Jacinto caminham durante quase uma hora. “Vagarosamente e maravilhados, chegámos aquela avenida de faias, que sempre me encantara pela sua fidalga gravidade.” Jacinto, que nunca saía de Paris e se aborrecia com o campo, estava rendido. “Que beleza!”, exclamava. “E ao fundo das faias, com efeito, aparecia o portão da Quinta de Tormes, com o seu braço de armas, de secular granito, que o musgo retocava e mais envelhecia.” Hoje ainda é exactamente assim.

Dandy e diplomata

Esta casa-museu de Eça de Queirós materializa, em cada pormenor, o ro-



mance *A Cidade e as Serras*. Ouvir a história de quando Eça aqui chegou, em 1892, para reconhecer uma herança da família da sua mulher, é visualizar Jacinto com o seu fato impecável de *dandy* parisiense, a sua bengala, os seus sapatos lustrosos e o toque refinado chegar a Tormes e deparar-se com uma casa do século XVI, imunda e praticamente abandonada, ocupada pelo celeiro dos caseiros.

A mulher de Eça, Emília de Castro, herda a casa e a quinta da sua mãe, condessa de Resende, que vivia no Porto e que só ia a Tormes recolher as rendas. Esta foi a única propriedade de Eça em Portugal (as casas onde vivia eram sempre alugadas). Apesar de o escritor nunca ter, de facto, vivido aqui, a casa começou a

ser habitada depois da implantação da República por volta de 1916. A sua filha mais velha, Maria Eça de Queirós, cuidou do espólio do seu pai e fez as primeiras obras. As peças do núcleo museológico pertenciam ao escritor e estavam na sua última residência em Paris, antes de morrer em 1900.

No quarto de Eça, sobressai o quadro do avô paterno, juiz desembargador, figura tutelar da família e da vida do escritor – parece que estamos finalmente a ver a imagem de Afonso da Maia, avô de Carlos d’Os Maias (1888). Eça nasceu na Póvoa de Varzim em 1845. A mãe, jovem de boas famílias, engravidou ainda solteira, “refugiou-se” em Vila do Conde na casa de uma irmã para que a



FOTOS: NELSON GARRIDO



Apesar de ser visitável, a casa-museu de Eça é habitada: Maria da Graça, mulher do neto do escritor, ainda lá vive e os objectos, os livros, os sofás de Paris ou o mobiliário da sala de jantar ainda são todos usados

gravidez ocorresse em segredo. Cresceu no Minho com uma ama-de-leite pernambucana. Os pais casaram-se apenas quando Eça cumpriu cinco anos. Porém, aos olhos da lei, Eça não existia. Viveu então com o avô em *Verdemilho*, Aveiro. Só se mudou com os pais para Lisboa quando o pai se tornou juiz desembargador no Tribunal da Relação.

Estudou Direito em Coimbra, onde

respirou o novo ambiente intelectual da Questão Coimbra, junto a Antero de Quental e Teófilo Braga (1864-65). Estreia-se como escritor em folhetins na *Gazeta de Portugal*, páginas de jornalismo no *Distrito de Évora* (1867), junta-se ao Cenáculo em Lisboa, e, mais tarde, às Conferências Democráticas do Casino Lisboense. Entretanto, viaja para o Oriente e assiste à inauguração do Canal do Suez (1870). Escreve, em folhetins no *Diário de Notícias*, *O Mistério da Estrada de Sintra*, em colaboração com o seu amigo Ramalho Ortigão. Vive em Leiria como administrador do concelho, cidade onde mais tarde se situará o primeiro romance, *O Crime do Padre Amaro* (1876).

Enceta a sua carreira diplomática,

primeiro em Havana, Cuba (1872), onde é responsável pela emigração de milhares de chineses *coolies*, via Macau, para a ilha. A escravatura tinha oficialmente terminado e era preciso mão-de-obra para as plantações de cana de açúcar. Seguem-se Newcastle e Bristol (1874-87), em Inglaterra, o período mais profícuo da sua obra: *O Primo Basílio* (1878), *O Mandarin* (1880), *A Relíquia* (1887), além de crónicas e cartas (publicadas postumamente) e a preparação de *Os Maias*, que sai quando o escritor é o cônsul português em Paris.

Nas primeiras obras, surge a figura de Fradique Mendes, um poeta imaginário cuja poesia se publicou em jornais (pela mão de Eça, Antero e Jaime Batalha Reis). Fradique é o expoente do “poeta *dandy*, prendado, viajado e perverso; mais tarde (1888 e em volume 1900) [Eça] atribui a Fradique Mendes uma *Correspondência* a condizer com certa apresentação feita por um suposto e incondicional admirador que, biográfica e psicologicamente, o encara como tipo acabado do grande senhor cosmopolita, ironicamente arguto e excêntrico, em que se acumulam todos os mais invejáveis predicados da aristocracia de sangue, de fortuna, talento e cultura”, escrevem Óscar Lopes e António José Saraiva na *História da Literatura Portuguesa*.

Nas fotografias da sua casa, nos “grupos jantantes” das Conferências do Casino com os seus amigos da Geração de 70 (Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro), os “Vencidos da Vida”, não há “um vinco fora do sítio, um sapato que não brilhasse”, diz Sandra Melo. Na saleta, o último pormenor do chique: chapeleiras de viagem para transportar cartolas e chapéus para nunca se amarrotarem. É o “chique a valer” de Dâmaso Salcede, de *Os Maias*, materializado enfim nos objectos de Eça.

É esta figura (Fradique, Jacinto ou Eça) com um “gosto visionário de grandes sínteses da história humana pitorescamente condensada em personagens ou episódios simbólicos, animadas por sábias e oportunas minúcias (que serão sempre um dos seus segredos de cronista da vida nacional e internacional)” que vai de alguma maneira dominar a “complexidade humoral completamente inédita no nosso lirismo romântico” (Lopes e Saraiva).

Amigo do rei

Tal como Pessoa, Hemingway ou Camilo Castelo Branco, Eça escrevia de pé. A secretária, em Tormes, foi feita à sua medida. Sobre a mesa: um tinteiro, canetas de aparo, o pisa-papéis; o diploma de Direito e a vassourinha para limpar os livros. “Eça escreve a grande velocidade. Não tem um caderno, mas folhas soltas”, explica Sandra Melo. “As folhas avolumam-se em cima da secretária. Por vezes caem. E é a filha, dona Maria, quem tem liberdade para entrar no escritório

do pai e organizar os seus papéis.”

Ao lado do fato do mandarim (oferta do conde de Arnos, secretário do rei Dom Carlos que vai à China e traz esta seda ao amigo, Eça), há um móvel onde Eça organizava os seus papéis: “Sempre que saía de casa, levava folhas soltas e lápis. Fazia muitas notas. Depois, organizava as notas por temas onde vinha buscar a informação”, explica Sandra Melo. Há muitos retratos do rei Dom Carlos (e pinturas) oferecidos ao escritor (que o rei admirava) e ao diplomata, pelo sucesso das suas missões. O armário *vitrine* acolhe os objectos pessoais do escritor: o emblemático monóculo, um relógio de bolso, as alianças de casamento, uma medalha Legião de Honra Francesa e gargantilha em forma de serpente.

A Fundação Eça de Queirós existe desde 1988, apesar de ser de 1970 a vontade de Maria da Graça Salema de Castro, mulher do neto do escritor, iniciar o processo de doação dos bens para a fundação. Embora seja visitável, a casa-museu de Eça é uma casa habitada: Maria da Graça ainda lá vive. Os objectos, os livros, os sofás verdes que vieram de Paris ou o mobiliário da sala de jantar que era de Eça ainda são todos usados.

Além de uma biblioteca de mais de quatro mil livros que pertenceram a Eça e à família, bem como exemplares de Queirosiana actual, estão também disponíveis manuscritos digitalizados (os originais estão na Biblioteca Nacional). A fundação organiza todos os anos uma Universidade de Verão e recebe alunos de todo o mundo – de 15 a 19 de Julho estiveram em Tormes brasileiros, filipinos, chineses ou italianos a ler a obra do escritor.

Têm muitos visitantes no Verão: “E aparecem muitíssimos brasileiros, porque Eça é ainda um dos escritores portugueses mais lidos no Brasil.” Claro que um escritor tão popular como Eça deveria atrair uma legião de “fanáticos” em busca de episódios da vida, da obra, das personagens e dos sítios que frequentou. Sandra Melo confirma, até pela quantidade de publicações: como a do embaixador do Brasil em Portugal Dário Moreira de Castro Alves, que organizou dicionários gastronómicos queirosianos, de comidas e vinhos, zurrapas e afins.

Estar em Tormes é deparar-se com esse encontro entre a vida real e a ficção. As únicas peças de mobiliário que o escritor encontrou quando chegou pela primeira vez à casa em 1892 ainda cá estão. Um arcaz de sacristia, onde se guardavam os pagamentos do padre (também há uma capela do século XVI); e a cadeira de Jacinto. “A sua cadeira, grave e abacial, de couro, com brases, datava do século XVI”, escreve Eça no conto *Civilização* (1892), ponto de partida para *A Cidade e as Serras* (publicado postumamente em 1901, edição revista por Rama-

lho Ortigão e Luís de Magalhães).

E, finalmente, a mesa do arroz de favas. Quando Eça recebe a notícia da herança da mulher, escreve aos caseiros a avisar que vem e a pedir preparativos. Mas, tal como a de Jacinto, carta perde-se. Ninguém sabe da vinda do novo proprietário e nada está preparado. Quando o escritor chega, os caseiros oferecem-lhe o que têm: caldo de galinha com miúdos, frango alourado e arroz de favas. Essa é a ementa queirosiana, ou de Jacinto, que se serve em quase todos os restaurantes da zona. “[Jacinto] desconfiado, provou o caldo, que era de galinha, e rescendia. Provou - e levantou para mim, seu camarada de misérias, uns olhos que brilharam surpreendidos.” Depois, sobre a mesa surgiu a travessa com arroz de favas. “Que desconsolo! Jacinto, em Paris, sempre abominara as favas!... Tentou todavia uma garfada tímida. (...) Outra larga garfada, concentrada, com uma lentidão de frade que se regala.” E veio ainda o frango: “Diante do louro frango assado no espeto e da salada que ele apeteceu na horta, agora temperada com azeite da serra digno dos lábios de Platão, terminou por bradar. ‘É divino!’”

Todo este repasto foi, claro, bem regado com vinho de Tormes que ainda hoje se produz e se vende na fundação. É um “verde de transição”, da sub-região de Baião, “menos ácido, mais frutado, no limite da região demarcada de vinho verde”, explica Sandra Melo. “O que sabemos fazer bem é a promoção de vida e obra de Eça de Queirós. Por isso cedemos a exploração da área agrícola a quem percebe de vinhos. Começou a sair este ano para o mercado com o selo Casa das Hortas, novo rótulo e nova garrafa.” E no rótulo palavras de Eça: “Caindo do alto, da bojuda infusa verde - um vinho fresco, esperto, seivoso, e tendo mais alma, entrando mais na alma, que muito poema ou livro santo.”

Da varanda podemos perceber as “grandes poltronas, grandes divãs de verga” que Jacinto ali imaginou para poder contemplar a “serra tão acolhedora, serra de fartura e de paz, serra bendita entre as serras”. E como se a vida real e a ficção se pudessem cruzar uma vez mais, também ouvimos o “toque sonolento do sino”. Era meio-dia: “Daquela janela, aberta sobre as serras, entrevia uma outra vida, que não anda somente cheia do homem e do tumulto da sua obra. E senti o meu amigo suspirar como quem enfim descansa.”

A série das casas-museu dos escritores é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



José Régio

Memórias de um coleccionador

José Régio tem duas casas-museu: em Vila do Conde, onde nasceu e morreu; e em Portalegre, onde leccionou, cidade que o intimidou, mas onde se rendeu à “poesia do Alentejo”. Em ambas sobressai uma incrível colecção de arte sacra e popular

Casas-museu (7)
Raquel Ribeiro

A princípio, José Régio terá estranhado a paisagem do Alentejo. Nascido em Vila do Conde, onde o rio Ave encontra o mar numa humidade perpétua levantada pelo sal do Atlântico, chegar ao montado, paisagem de sobreiro e oliveira, campos desertos sem casas nem gente, não deve ter sido fácil. Era 1929, levava dois dias a atravessar o país. Nas vésperas de partir, contrariado, escreveu ao poeta Carlos Queiroz: “Ai de mim, que parto amanhã para Portalegre! Parece que fica lá para o coração do Alentejo, ainda não sei bem, nem quero saber. (...) Portalegre! Que gente lá irei encontrar, Santo Deus!”

Em Portalegre viveu mais de 30

anos como professor de Português no liceu José Maria dos Reis Pereira, Régio de pseudónimo, até regressar aposentado, em definitivo, a Vila do Conde. Nesta cidade alentejana escreveu a maior parte da sua vasta obra: poesia, bastantes teatro, ficção, numa carreira original, suportada pelo peso do seu eu autobiográfico, filho da modernidade, místico, teatral, sóbrio.

Sabia “por onde ia”, ecoam os versos do *Cântico Negro*, na obra emblemática *Poemas de Deus e do Diabo* (1926): “A minha glória é esta: Criar desumanidade! Não acompanhar ninguém.” Sabia, sobretudo, por onde não ia, quando lhe “estendiam os braços”, dizendo “vem por aqui”: “Não sei por onde vou, / Não sei para onde vou, / - Sei que não vou por aí.”

O ensaísta Jacinto do Prado Coelho escreveu que Régio era “um poeta moderno autêntico – pela desordem psicológica, pelo hiper-criticismo dos próprios instintos, pela originalidade rebuscada, pela

sobriedade vincante dos conceitos atirados à cara do leitor (...), pelo arrojo e desencontro das formas”.

Trastes velhos

Vila do Conde era “a vila desses paraísos perdidos” onde a família vivera e onde Régio nascera e viria a morrer (1901-1969). Numa família tradicional de classe média, foi importante a fortuna de um tio que emigrara para o Brasil e que enviava dinheiro para a madrinha Libânia, figura central da família, que teve enorme influência sobre Régio. “Herdeira que fora do ‘mano brasileiro’, a madrinha Libânia exercia sobre a família uma espécie de matriarcado. Todos a cercavam de atenções. (...) O seu feito autoritário, austero e caprichoso atraía uma espécie de timorato respeito”, escreveu em *Confissão dum Homem Religioso* (1971, póstumo).

É da madrinha Libânia que primeiro o seu pai, depois Régio, herdaram o edifício onde está a casa-museu em Vila do Conde. Aqui passava as férias quando vinha de Portalegre e, quan-



do se reformou em 1962, “desenvolveu um projecto de intervenção e reorganização da casa, adaptando os espaços para receber as obras de arte que foi coleccionando em vida”, explica ao PÚBLICO António Ponte, que nos guia pela Casa-Museu José Régio em Vila do Conde.

A casa está “cristalizada”, exactamente como Régio a deixou, encostada à rocha do monte do Convento de Santa Clara, na raiz do granito duro e frio de Vila do Conde. “É sobretudo em Vila do Conde que penso passar os últimos anos da minha vida”, escreveu a Eugénio Lisboa em 1967. A casa abriu ao público em 1975, quatro anos depois da outra casa-museu se inaugurar em Portalegre – onde está a outra parte da sua vastíssima colecção de arte sacra e popular (comprada por acordo com o poeta pela Câmara Municipal de Portalegre). Em Vila do Conde, numa casa contígua à do poeta, está o Centro de Estudos Regianos, todo o seu espólio literário, bibliográfico e epistolar, e os manuscritos.

Ao contrário da casa de Vila do Conde, que era sua, a casa de Portalegre foi sendo “ocupada” pelo poeta, pouco a pouco. Começou por um pequeno quarto na Pensão dos Vinte e Um e depois foi alugando esta sala, depois aquela, depois outra, porque a sua colecção de arte crescia e porque deixava de ter espaço. Até ocupar a casa toda. “Esta casa mostra apenas uma parte da colecção de José Régio, porque ainda temos inúmeras peças em reserva”, explica Maria José Maças que guiou o PÚBLICO pela casa-museu de Portalegre.

Não foi no Alentejo que lhe surgiu a paixão pelas “coisas antigas”. “Ainda gaiato, eu escapulia-me para um caminho subterrâneo que há em Vila do Conde, nas ruínas do claustro do antigo convento, a procurar caquilhos de louça velha”, disse o poeta. Mas em Portalegre vai encontrar uma cidade que “deve ter sido rica noutros tempos”, porque “estava cheia de boas peças antigas, que sem grande dificuldade eram vendidas por preços até acessíveis à bolsa de um professor”.



O próprio Régio descreve como “alimentava a chama” do colecionador: comprava de porta em porta, batia as aldeias da região montado “no macho” à procura de antiguidades. Ao final do dia, um amigo esperava-o à saída de Portalegre. Régio saía de casa, como sempre composto, impecável. “[Mas chegado às portas da cidade] guardava a gravata no bolso, punha uma bóina, proibia o meu companheiro de continuar a tratar-me por senhor doutor [e] lá ia.” “Mesmo a preços convidativos, quanto sacrifício e quanta desistência – quanto sofrimento! – exige um gosto dispendioso a um professor que ganha o suficiente para ir vivendo!”

Coleccionar era “muito mais que um gosto”. Era “um amor, uma paixão, uma mania, um vício – e que sempre se vai inflamando mais”. “Régio foi uma personalidade que se dedicou muito à preservação da memória local. Se não tem sido ele a recolher tantas destas peças, algumas se teriam perdido. Aqui vamos

encontrar arte popular, que era a sua grande paixão, ainda que saibamos que sempre que tinha possibilidades adquiria também algo mais culto”, explica Maria José Maças. Em Portalegre, quando Régio começa a ocupar mais espaço na pensão, conta que teve de “encontrar uns ‘trastes velhos’ para animar um espaço grande e vazio, mas principalmente para lhe animarem a solidão”. Rapidamente correu na cidade que havia um professor que comprava coisas velhas.

Geração da presença

Em carta ao amigo Adolfo Casais Monteiro escreveu: “Quanto a Portalegre, tem ao menos a vantagem de me deixar dois dias em Coimbra quer à ida quer à vinda.” Coimbra foram os anos da aprendizagem, onde estudou a partir de 1920, e onde fundou e se ligou intelectualmente ao grupo da revista *presença* (assim em minúscula, 54 números de 1927 a 1940). É este grupo “de jovens intelectuais a sair da universidade

que vai ser o veículo de consagração do modernismo” em Portugal: além de Régio, João Gaspar Simões, Branquinho da Fonseca, Edmundo de Bettencourt, Fausto José e António Navarro e, depois, Adolfo Casais Monteiro e Miguel Torga.

Segundo Óscar Lopes e António José Saraiva, “a *presença* corresponde a um certo ambiente de apolitismo forçado, depois do colapso da I República em 1926, e, por isso, os *presencistas* aspiram, em geral, a uma literatura e arte desvinculadas, senão mesmo alheadas, de qualquer posição de carácter político ou religioso”. Influenciados por Proust e Dostoievski, e o modernismo francês em geral, estes autores portugueses “descobrem um filão de *literatura viva* que até então quase passara despercebido aos nossos autores: a ‘imaginação psicológica’, a confissão ou ‘transposição’ imaginativa da consciência introspectiva”. (Lopes e Saraiva)

A consagração dos *presencistas* dá-se em meados dos anos 30, com

Encruzilhadas de Deus, de Régio (1936). Com a *presença*, surgem as primeiras críticas de cinema, de música contemporânea (com Lopes-Graça) e destaca-se a importância da pintura cubista, futurista, primitivista, expressionista de influência europeia (Amadeo Souza-Cardoso, Almada, Eloy).

Apesar da extensa correspondência com Branquinho da Fonseca ou Casais Monteiro, o afastamento de José Régio de Coimbra ditou, de certa maneira, o seu isolamento no Alentejo, uma vida quase “monástica” dedicada ao ensino, às suas colecções e à escrita. Os primeiros tempos em Portalegre não foram fáceis. O poeta resistiu à paisagem como um forasteiro. Mas rendeu-se: “Os meus olhos incompreensivos de estrangeiro não me deixam ainda ver as outras [vantagens] que dever ter. Mas deve tê-las, pois já suspeito que as tenha. Pelo menos, tem serra a meia légua de caminho. Já por lá me perdi ontem, e senti uma paz como não sentia há muito. Quer isto dizer que me julgo resignado.” (carta a Casais Monteiro)

Passando de quarto em quarto até chegar “ao tal da varanda”, na visita à casa em Portalegre, chega-se ao espaço mais emblemático. “Para a porta da varanda chegou uma mesa. Acaba de escrever o *Jogo da Cebra Cega* (1934) e já não se sentia tão mal. Aqui escreveu o poema *A Toada de Portalegre*, que dedica à cidade”, conta Maria José Maças. Na mesa de trabalho está um manuscrito da *Toada* e nesse quarto-escritório óleos do irmão Júlio, pintor, aquarelas, livros. Curiosamente, pouca arte.

Muitos lembrar-se-ão do actor João Villaret declamar a *Toada de Portalegre*. O vídeo está disponível no YouTube. Antigos alunos, que visitam a casa, não deixam de recordar o professor exigente que nunca faltava às aulas. Mas poucos visitaram aquela casa “tosca e bela”. “À qual quis como se fora / Feita para eu morar nela.”

Um místico descrente

A sua incrível colecção de arte sacra, escultura, pintura, mobiliário de altíssima qualidade divide-se por duas casas. Só em Portalegre estão mais de 400 Cristos. Em Vila do Conde estão mais de um milhar de obras, entre elas 27 ex-votos dos séculos XVII, XVIII e XIX. A densidade das colecções é impressionante. “Procurámos deixar a casa como estava, há um conjunto de intenções na forma como as peças estão colocadas e organizadas”, explica António Ponte.

“Muitas vezes a nossa dificuldade é identificar a origem das peças, porque muitas não estão documentadas e como são de cariz popular não é fácil chegar à sua autoria. Estamos a trabalhar nesse processo de aprofundamento do catálogo. Mas

há predominâncias temáticas: os Cristos são os mais conhecidos e também a colecção de estatuária Mariana”, diz António Ponte.

Não há aleatoriedade, há método: na maneira como está disposto o “jardim do poeta” (palavras de Luísa Dacosta), na ordem como as obras estão alinhadas, os Cristos, as pinturas, os livros, ou ainda na forma como os sofás (em Portalegre e em Vila do Conde, cobertos com uma chita colorida de Alcobça) se inclinam sobre as janelas. No quarto de Vila do Conde, dominado por uma cama de bilros do século XVII e por um Cristo, alongado, distendido, em sofrimento, morreu Régio de complicações cardíacas em 1969.

Todas estas obras eram fonte de inspiração. “Régio era um místico. Ele tinha necessidade de se rodear destes objectos para materializar no texto essa contemplação. Isso ver-se-á no seu expoente máximo em Portalegre”, diz António Ponte. Verdade: há um lado quase teatral nos ambientes (o Purgatório, a Sala do Juízo Final) que parecem austeros e imponentes, mas são de uma profunda humanidade. Como aquele enorme Cristo que, “a navalhadas, fez os braços que faltavam./ Toscos, mas com, lá dentro, sangue vivo”. O nosso olhar dirige-se ele. Maria José Maças conta que Régio “encontrou esta peça toda desmantelada no meio de sucata, pronta para ser queimada; quando finalmente a consegue colocar aqui terá tido de se levantar repetidas vezes para a contemplar”. Este Cristo dá origem ao poema *Fraternidade*, em *Mas Deus É Grande*: “Não!, já não fico só na minha solidão! / Já me não pesa tanto a minha própria cruz!”

Para um místico como Régio, para quem colecionou Cristos tão humanos quanto imperfeitos – em sofrimento, na sua dor da crucificação – falar em “descrença” parece quase uma contradição. Mas em *Confissão dum Homem Religioso* diz assim: “Foi precisamente a frequentação dos Evangelhos que mais influência teve quanto à minha descrença na divindade de Jesus. Lido embora fragmentariamente, o Velho Testamento fascinava-me pela sua grandiosidade, a sua diversidade e a presença, nele, dum Deus que me parecia absurdo e tanto mais misterioso: tão perto dos homens seus escolhidos (...) e afinal tão distante pelo menos de mim.”

A série das casas-museu dos escritores é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais





Os serões na província foram à beira-mar

Júlio Dinis

A casa de Júlio Dinis em Ovar documenta a curta passagem do escritor pela vila para se restabelecer da tuberculose. Nunca se curou: mas aqui nasceram os seus principais romances

Casas-museu (8)
Raquel Ribeiro

Joaquim Guilherme Gomes Coelho era um jovem médico do Porto quando chegou a Ovar, em 1863. Tinha 24 anos e sofria de tuberculose. Recomendaram-lhe os ares frescos e saudáveis da beira-mar. “Cheguei a salvamento a esta vila de Ovar e [que] continuo gozando de uma feliz disposição de corpo e de espírito, dou-te a única notícia que neste momento me é possível dar-te; a não ser que desejes que eu te fale no tempo porque nesse caso dir-te-ei que anteontem e ontem choveu desenganadamente”, escreveu em carta à sobrinha, Anitas.

São sobretudo as cartas, quase diárias, da sua estadia em Ovar entre Maio e Setembro de 1863 (regressaria para breves estadias) que documentam o quotidiano de Joaquim – Júlio Dinis é pseudónimo – na casa da sua tia paterna. As cartas à sobrinha Anitas (com 13 anos), à prima e madrinha Rita (Ritinha, chamava-lhe) e ao amigo do Porto, Custódio Passos (irmão do poeta romântico Soares de Passos, autor de *Noivado do Se-*

pulcro), contém uma riqueza de detalhes sobre a linguagem e os costumes vareiros (de Ovar), testemunhos que vários especialistas identificarão em romances como *As Pupilas do Senhor Reitor* ou *A Morgadinha dos Canaviais*. As cartas foram publicadas em *Inéditos e Esparsos* (1910) após a morte do escritor em 1871, de tuberculose, com 33 anos.

Ovar fica a quase 40 quilómetros do Porto e Júlio Dinis leva um dia de viagem a cavalo, “tendo engolido muito pó pelo caminho, petisco de que, nem por isso, fiquei gostando”. O pó não lhe deverá fazer bem aos pulmões nem à disposição. Razão pela qual em *A vida nas terras pequenas* fala de uma longa viagem sobre uma “cavalgadura manhosa”. Chegara de noite “mal-disposto do corpo e do espírito”.

“A vila não me parece de todo feia. Verdade é que eu fazia dela uma ideia tão desfavorável que pouco bastou para me satisfazer.” (Carta a Custódio Passos) Vai contrariado. Está constantemente entediado. Sente um profundo desconforto. Não pertence ali, cansam-lhe os compromissos sociais, as visitas. Escreve diariamente, cartas mas também romance: *Uma Família Inglesa* já estava pronto, na gaveta, desde finais dos anos 50 do século XIX, mas só sairia em 1867 em folhetins no *Jornal do Porto*.

O romance do século

Estudou Medicina influenciado pelo pai, também médico, mas igualmente porque a mãe (Ana Constança Potter, de origem inglesa) e dois dos irmãos mais velhos, morreram de tuberculose. É talvez a doença dos familiares (perde a mãe aos 6 anos e os irmãos aos 17) que o leva a inscrever-se na Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1856-61) na qual se gradua com mérito e com uma tese sobre a importância dos estudos meteorológicos para a medicina (há um exemplar na casa-museu em Ovar). Dois anos depois contrai também tuberculose, que o impede de prosseguir a carreira docente no Porto. Sofre uma crise grave de hemoptise (em que há já expectoração de sangue) e o pai recomenda-lhe que procure uma cura em Ovar.

Como escritor, colaborara já na revista de poesia *A Grinalda* e entre 1856 e 1860 escreve uma série de peças, “quase todas comédias de costumes burgueses, em especial de quiproquó por confusão de identidade”, destinadas a uma companhia de amadores, explica Óscar Lopes no prefácio a *Júlio Dinis – Um diário em Ovar*. Foi também actor.

A partir de 1860 foge das comédias de equívocos, centrando-se na ficção romanesca. Influenciado por Dickens e Balzac, escreve, no fim da vida, *Ideias que me Ocorrem* durante uma estadia no Funchal (tentativa última e vã de se restabelecer), “ideias” que definem a escrita do romance que considera “um género

de literatura essencialmente popular [e] educativo”. Segundo Óscar Lopes e António José Saraiva, Júlio Dinis “condena o apagamento das personagens pela exibição opinante do autor, e as ‘demasias de bem escrever’, tendo certamente em vista a novela de Camilo”. Sentencia Dinis: “O abuso do lirismo é um mal de morte no diálogo.”

Aprecia os romances lentos, “em que o autor se identifica bem com as personagens entre quem se passa a acção, antes de a travar”, como tão bem faz em *Uma Família Inglesa* que Óscar Lopes descreve como “romance facilmente isolável no conjunto da sua obra pelo seu ambiente, colhido no meio comercial” do Porto burguês, urbano, perto das origens *british* do escritor. Leva o subtítulo balzaquiano de *Cenas da Vida do Porto*.

Em 1866 publica *As Pupilas* em folhetins, que é um êxito imediato. Alexandre Herculano chamou-lhe “o primeiro romance do século”. Óscar Lopes não o contradisse: “Júlio Dinis pode justamente considerar-se cronologicamente o primeiro romancista da literatura portuguesa.” E explica porquê: “[Há que considerar] o sentido do tempo-atmosfera, ao longo do qual amadurecem os acontecimentos e os sentimentos (sentido que falta em todos os romancistas portugueses anteriores, com excepções em Camilo) e ainda um estilo sóbrio onde quase foi abolida a declamação lírica, embora cheio de alusões de leitura.”

Uma casa ovarense

Foram apenas quatro meses, mas essenciais para compreender “até que ponto a estadia aqui em Ovar foi relevante para a sua obra”, diz António França, o coordenador da Casa-Museu Júlio Dinis. França cita várias vezes Egas Moniz, médico neurologista, prémio Nobel da Medicina (1949), que escreveu *Júlio Dinis e a sua obra* em 1924. “A correspondência de Júlio Dinis faz o diário dos percursos dele pela vida mas vai também expondo o seu estado de espírito. Egas Moniz explora muito bem no seu livro o estado psicológico do escritor”, diz França.

Moniz foi pioneiro na forma como, analisando os manuscritos de Dinis de *As Pupilas* e *A Morgadinha*, lê a proximidade entre a escrita e a vida do autor, sobretudo como a doença o afectou. Em Júlio Dinis e a sua obra, Egas Moniz utiliza o método de interpretação dos sonhos de um episódio de *As Pupilas* como instrumento de crítica literária, levando-o a concluir que Júlio Dinis era um precursor dos métodos da psicanálise em Portugal.

Para Ovar, Egas Moniz tem uma importância especial. É a partir da análise dos manuscritos que estabelece no seu estudo a relação entre a estadia de Júlio Dinis na vila com as personagens e os episódios dos seus

romances. Segundo Egas Moniz, o escritor inspirou-se em Ovar, onde recolheu uma série de elementos que depois, ao escrever os romances, transpôs para outras regiões do país. A aceitar a tese de Moniz, escreveu Óscar Lopes, “as figuras ovarinas foram transportadas para a região onde o autor estanciou posteriormente [o Minho] e melhor condiziam com as suas aspirações mais tranquilas (avessas, por exemplo, aos sobressaltos do mar, que ele conheceu também).”

Nos anos 20, Egas Moniz fez pressão sobre a autarquia de Ovar para preservar a casa onde viveu Júlio Di-

Sentava-se diante da única janela dianteira da casa, à secretária. A mesma que hoje dá para o largo com roseiras

nis. O imóvel foi classificado em 1984 e doado à câmara em 1989. Mantém a estrutura do século XIX, nunca sofreu alterações. O museu abriu em 1996, mas entre 2003 e 2012 esteve fechado para obras de conservação e requalificação.

Daí que esta seja “uma casa ovarense”, além de ser a casa-museu do escritor. Este é um “dos poucos imóveis de arquitectura popular classificados como interesse público a nível nacional”, explica António França.

Isto quer dizer que a casa, típica de Ovar, conserva ainda o espelho de porta, o sistema de fechos, a estrutura exactamente original. Não é só o espólio do Júlio Dinis que está aqui: “A casa, em si, é uma peça de museu também.”

Vida leve, escrita leve

Além da biblioteca para investigadores, do desejo de colaborar com a Biblioteca Municipal do Porto, “onde ainda há inéditos nunca antes consultados” de Júlio Dinis, da loja do museu que vende artesanato inspirado em personagens dinisianas – João Semana, Margarida e Clara (as pupilas) – a casa-museu tem organizado roteiros literários partindo dos textos do escritor e encontros com especialistas. Há ainda gravuras de Roque Gameiro inspiradas em personagens, primeiras edições, os únicos cinco livros que restam, aqui, da sua biblioteca (uma gramática e livros de medicina), o tinteiro ou a fotografia de quando se graduou.

“Todos os dias, depois do jantar, me conservo meia hora pelo menos conversando com a santa gente em casa de quem estou hospedado, interrogando-as sobre costumes da terra, crenças e factos sucedidos; mas, por enquanto, a colheita que fiz é escassa e duvido que por ela me seja possível mais tarde fazer obra”, escreve Júlio Dinis.

Sentava-se diante da única janela dianteira da casa, à secretária. A mesma que hoje dá para o largo com roseiras. Na altura, aos sábados, ali fazia-se o mercado. Ouvia as conversas, as coscuvilhices. Aprendia-lhes

as histórias e os tiques. “Neste momento me estão atordoando os ouvidos as mulheres da vila cantando numa capela vizinha”, escreveu a Ritinha. De noite, contam as primas, a candeia mantinha-se acesa e ouviam-se os seus passos frenéticos pelo quarto. Quase não dormia. Escrevia muito. “Neste armário tinha a roupa”, conta uma das primas em 1906, “e nesta gaveta da direita guardava papéis e, cuidado, segredos, porque a tinha sempre fechada e a chave consigo”.

Explicitamente sobre Ovar, Júlio Dinis escreveu apenas *O Canto da Sereia*, sobre o Furadouro, falando dos palheiros e das recoletas onde dormiam as famílias dos pescadores. Mas António França lança o repto: “Antes de virem visitar a casa a Ovar convido-vos a ler *As Pupilas do Senhor Reitor*.” E quando se chega aqui percebe-se a relação entre as personagens e as outras, reais, da vida ovarense. Como Daniel, por exemplo, apaixonado por Margarida, que é enviado para o Porto para estudar Medicina. Regressa, já formado: “Tal como Júlio Dinis, demora um dia a chegar”, explica António França. Tal como Júlio Dinis, Daniel “deitou-se de costas e pôs-se então a contar as tábuas do tecto. Contou dezassete. Dezassete, nove fora, oito, disse insensivelmente.” Ou como o médico João Silveira que se diz ter inspirado a personagem João Semana. Ou Ana Simões, uma das filhas de Tomé Simões, cuja casa o escritor frequentava, que diz-se ser Margarida.

“No coração de uma personagem literária há alguma coisa que é nossa, quando nos reconhecemos em parte personificados numa criação, redobra o interesse com que a acompanhamos nas peripécias do drama”, escreveu Júlio Dinis para explicar como e porquê escrevia romances. Escreveu ainda, em folhetins, *Fidalgos da Casa Mourisca*, que junto com *As Pupilas* e *A Morgadinha* constituem o volume *Os Serões na Província*, afinal gerados à beira-mar, em Ovar.

Apesar de ter sido muito popular no seu tempo, e até meados dos anos 60 do século XX estar nos programas de Português, sobre ele Eça de Queirós escreveu (injustamente?) n’*As Farpas*: “Tanto é o nosso mal que este espírito excelente não ficou popular: a nossa memória, fugitiva como a água, só retém aqueles que vivem ruidosamente, com um relevo forte: Júlio Dinis viveu de leve, escreveu de leve e morreu de leve.”



A série das casas-museu dos escritores é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Torga

Daqui vemos Trás-os-Montes

A casa que o autor de *Contos da Montanha* construiu em Coimbra, cidade onde estudou e viveu, é um oásis no rebuliço da cidade. No horizonte, a serra liga Torga à terra

Casas-museu (9)
Raquel Ribeiro

Nunca saímos de São Martinho de Anta, Sabrosa, Trás-os-Montes: a força da terra, telúrica, mítica, original como o embrião que gera o homem e o mundo está aqui, em Coimbra, no centro do país, mesmo que no texto de Miguel Torga ela esteja em Trás-os-Montes.

Mas na paisagem interior de Torga há dois rios que se digladiam na obra e na vida ocupando, cada um à sua maneira, o espaço poético do escritor. Escreveu no *Diário* em 1954: “[O] Doiro e o Mondego. Um a espelhar os planaltos da meninice, e o outro a reflectir os vales da maturidade. O primeiro, terroso, caudaloso, insofrido, todo aos

cachões e às golfadas, a correr entre viris penedias, quente de sol e seiva; o segundo, límpido, magro, paciente, a deslizar sem alarde através de areais de erosão. Mas em nenhum deles encontro a imagem do homem que eu gostaria de ser.”

É esta a figura, austera, sóbria, profundamente insatisfeita com o mundo, que vai marcar o sujeito poético, diarístico, contista e novelista de Adolfo Correia da Rocha (1907-1995), Miguel Torga de pseudónimo em homenagem aos seus dois grandes ídolos (espanhóis), Miguel de Cervantes e Miguel de Unamuno. Torga é a urze brava que cresce nos montes do planalto do Alto Douro onde o jovem Adolfo cresceu e de onde, apesar de “sempre dividido em cada sítio onde me encontro”, de ter “a alma inteira em parte nenhuma”, as suas referências nunca saíram. À porta da sua casa-museu em Coimbra, há uma torga já frondosa, plantada pelo poeta. “Eu sou quem sou”, escreveu: “Torga é uma

planta transmontana, urze campestre, cor de vinho, com as raízes muito agarradas e duras, metidas entre as rochas. Assim como eu sou duro e tenho raízes em rochas duras, rígidas.”

Nasceu em São Martinho da Anta, estudou no liceu de Lamego, mas passou alguns anos no Brasil, numa plantação de café em Minas Gerais, onde vivia o tio. Em 1954, visitou o lugar, e recorda-o nos *Diários*, com emoção: “É difícil visitar em pura neutralidade de observador um país, um lugar, um simples estabelecimento que fazem parte da nossa história pregressa. O abraço comovido que acabo de dar a um preto que me reconheceu, a ternura com que afaguei a casca insensível e desmemoriada de árvores gigantes que plantei meninas, e o grande encontro que me espera ainda com pessoas a quem me ligam afectos e desilusões.”

Em Coimbra, estudou Medicina entre 1928 e 1933, anos essenciais da ascensão da ditadura em Portugal.



Em 1936, separou-se do núcleo da revista *Presença*, de que eram fundadores José Régio e João Gaspar Simões, e criou, com Albano Nogueira, a *Manifesto, Revista de Arte e Crítica*: “Procurávamos um caminho de liberdade assumida onde nem o homem fosse traído, nem o artista negado”, defendiam, contra o “individualismo” dos *presencistas*. Na *Manifesto* colaboraram Álvaro Salema, Branquinho da Fonseca, Joaquim Namorado ou Vitorino Nemésio. Nessa altura já começara a publicar: *Ansiedade* (1928, ainda como Adolfo Rocha), *Rampa* (1930), *Tributo* e *Pão Azimo* (contos), ambos em 1931.

Lugares de escrita

No número 3 da Praceta Fernando Pessoa, Miguel Torga e a mulher, a professora belga Andréa Crabbé Rocha (conheceram-se em casa de Vitorino Nemésio em Coimbra e casaram em 1940, ano em que publicou *Bichos*), construíram o lar à sua medida. Numa zona alta da ci-

dade, hoje mais central do que em 1953, quando para lá se mudaram, é um oásis de silêncio e contemplação no rebuliço de Coimbra. Bem perto, passam os velhos *trolleys* da cidade, um em homenagem ao poeta, o mesmo que fazia o percurso de sua casa para o consultório onde Adolfo Rocha vestia a bata de otorinolaringologista mas nunca despia a de escritor.

“Miguel Torga teve muitos lugares de escrita, como a sua obra largamente documenta, mas o n.º 3 da rua Fernando Pessoa foi um dos mais constantes, a par do consultório no Largo da Portagem [em Coimbra] e da casa natal em Trás-os-Montes”, escreveu a filha, Clara Crabbé Rocha, na brochura da casa-museu. Na casa podemos visitar o escritório, espaçoso, sobre a varanda do primeiro andar. Na mesa, a máquina de escrever Royal; nos armários, milhares de livros (muitos ainda por inventariar). No recanto, um divã a que chamava “o meu sarcófago”, inspirado na



PAULO PIMENTA

torre de leitura de Montaigne. “O lugar de Miguel Torga era a própria escrita, era dentro dela que o poeta vivia em certas horas, ao mesmo tempo alheado e inteiro. Era na escrita que gostava que os leitores o procurassem, o compreendessem e o amassem. Por isso a casa-museu não é mais do que uma peça dum conjunto biográfico, convidando à leitura e à fruição da sua obra”, continua a filha.

Era pela escrita que queria ser compreendido, não em entrevistas. Era, aliás, avesso à publicidade, aos autógrafos, aos jornalistas, às sessões solenes, às homenagens, aos prémios. “Quem quiser conhecer-me, leia-me”, dizia. “O que sou, quero continuar a sê-lo privadamente; o que escrevo, quero continuar a dá-lo a conhecer sem alardes.”

É nestas palavras que se apoia a vereadora da Cultura de Coimbra, Maria José Azevedo Santos, que guiou o PÚBLICO pela casa-museu, adquirida pela câmara em 1994 e

“

**Quem quiser
conhecer-me,
leia-me**

”

Miguel Torga
escritor

aberta ao público em 2007. “Esta casa tem a ver com as suas raízes”, explica. “Temos de imaginar este entorno não como é hoje, mas como era há 59 anos, quando Miguel Torga veio viver para aqui: era o silêncio e a paisagem que ele procurava.” Repare-se na serra, na distância do horizonte: “Daqui via-se a serra, na parte alta de Coimbra, a serra que ele podia contemplar para regressar a Trás-os-Montes”, diz.

A montanha é, de facto, a grande musa da obra de Torga: “A ver-

dadeira paisagem da minha vida é uma grande serra nua.” Só está bem quando regressa a São Martinho de Anta, onde o Douro corre no fundo do penedo rasgado em socacos e onde as pedras da serra são duras e roladas como gigantescos seixos. “Este Trás-os-Montes da minha alma! Atravessa-se o Marão e entra-se logo no paraíso!” A relação com a paisagem é quase pudica, ele não se mistura nela, não se tornam um. Pelo contrário: o poeta respeita-a, divindade suprema, ama-a “de uma maneira casta, comovida, sem poder macular a sua intimidade em descrições a vintém por palavra”. Sabe que está em casa quando chega à terra, chama ao Douro a sua “carótida”, é na montanha que bate o coração: “Chego a uma terra e não resisto: tenho de me meter pelos campos fora, pelas serras, pelos montes, saber das culturas, beber o vinho e provar o pão.”

“A semente, a seiva, a colheita, a água, a terra, o vento, o pão, o

parto, o pastoreio, Adão e Eva, por exemplo, recorrem nos seus livros como se fossem, não ideias, mas imagens irradiantes”, escreveram Óscar Lopes e António José Saraiva. Isto na sua obra ficcional, mas também nos *Diários*: 16 volumes de 1932 a 1993. Começam, Torga é ainda um estudante de Medicina em Coimbra, vive numa república (a mesma onde anos depois descerraram uma placa de homenagem – ele não gostou), atravessam o século XX, as suas viagens, inquietações, a solidão da escrita, mesmo já marido, pai, amigo, e, antes, jovem, preso no Aljube (meses entre 1939 e 1940), crítico observador do mundo. “Nem romance, nem contos, nem poemas. Apenas este monólogo. Se isto pudesse continuar não era de todo desengraçado publicar mais tarde, na íntegra, os frutos insossos de alguns dias de repouso. Um voluminho doméstico, espontâneo, descuidado, para o qual eu fosse, como leitor, sem a relutância com que vou sempre para os outros que escrevi”, escreveu no primeiro *Diário*, ainda em 1940. Publicou-os um a um em edições de autor (a Dom Quixote fez uma primeira reedição conjunta, em quatro volumes, em 1995 após a sua morte).

Publicou inúmeros contos: *Montanha* (1941), *Novos Contos da Montanha* (1944); poesia como *O Outro Livro de Job* (1936), *Cântico do Homem* (1950), *Poemas Ibéricos* (1965); e *A Criação do Mundo*, romance de fundo autobiográfico em três volumes. Mas são sobretudo os *Diários* que desenharam o retrato do homem e do seu tempo, obra fundamental da literatura autobiográfica em Portugal, como aliás, a sua filha Clara Crabbé Rocha sublinhou, ao dissertar sobre a presença da autobiografia na obra do pai (em *O Espaço Autobiográfico em Miguel Torga*) e ao incluí-los no livro *Máscaras de Narciso*, estudo sobre o “eu” na literatura portuguesa: das memórias às viagens, de cartas a autobiografias, de auto-retratos ao testemunho, os *Diários* do seu pai.

Casa de amigos

A visita à casa-museu começa com um poema de Torga, um longo autorretrato que, de certo modo, define o homem cuja casa, espaço íntimo, percorremos. “É preciso compreender Miguel Torga para compreender a sobriedade desta casa”, explica a vereadora. Mas “apesar de sóbria tinha elementos de extremo bom gosto”. A filha, Clara, conta que Torga e Andréa “foram fazendo ao longo dos anos o interior de sua casa, percorrendo os antiquários e adquirindo aos poucos os móveis e as peças de arte que durante várias décadas aconchegariam o seu quotidiano”. Por isso, a casa é feita de “vivências, memórias, objectos”, é a casa dos “pais”, “que foi também a minha durante quase três décadas”, escreve. Aqui recebia os amigos. E por aqui

passaram, segundo a filha, presidentes da República, primeiros-ministros, políticos, embaixadores, intelectuais, editores estrangeiros. “O vinho do Porto habitualmente servido às visitas era um dos rituais dessa forma de convivialidade, como o eram também os almoços ou jantares de perdizes estufadas ou da famosa vitela assada que Ruben A. gostosamente evoca na sua autobiografia *O Mundo à Minha Procura*”, escreve Clara Rocha.

É o que conta a vereadora: ainda há muitos amigos de Torga, gente que o conheceu, com quem conviveu, que visita a casa e se lembra deste e daquele episódio. Se esperamos evocações profundas porque estamos na casa de um escritor, é em vão: as memórias são íntimas, sim, mas sobre os assados da Dona Andréa ou as patuscadas com os amigos à mesa. O poeta e político Manuel Alegre corrobora, no catálogo da casa: “Andava em campanha eleitoral, ele [Torga] encontrou-me na rua e disse-me: fui caçar para ti, anda jantar lá a casa. (...) Foi, de certo modo, uma iniciação. E eu saí daquela casa com a sensação de ter sido armado cavaleiro numa ordem desconhecida”.

Ao contrário das casas-museu de escritores do século XIX, em que a decoração, os ambientes nos são distantes, alheios e que percorremos com uma curiosidade *voyeur* de um tempo que não conhecemos, visitar a casa de Miguel Torga, por estar tão próxima de nós a sua vida, é como entrar, talvez, na casa de um avô aonde todos os domingos vamos para o almoço de família.

Tudo se mantém idêntico ao tempo em que ele lá viveu: os interruptores redondos, as portas de madeira pintadas de bege, o chão de *parquet* encerado, as colchas de renda sobre as camas. O mesmo no exterior. A vereadora lembra que o jardim, parte frontal da casa, era o canto de Andréa Crabbé: florido, relvado, acolhedor. O quintal, na parte traseira, é mais árido, ligeiramente inclinado – “o escritor fixou a terra com pequenos socacos que nos lembram a paisagem do Douro”, explica a vereadora – com videiras e árvores de fruto (laranjeira, nespereira, marmeleiro). O quintal era, pois, de Torga. Tinha o recanto do caçador, o espaço do cão, *Nero*, e o tanque para a compostagem. Ali, no coração de Coimbra, podia estar, na sua solidão, mais perto da terra.

As reportagens da série Casas-Museu são financiadas no âmbito do projecto PÚBLICO Mais publico.pt/publicomais



Retalhos do artista enquanto médico-escritor

Fernando Namora

Na casa de Fernando Namora em Condeixa, mostram-se as três facetas do autor de *O Trigo e o Joio*: médico, escritor e pintor. Nasceu aqui, onde hoje estão alguns dos seus manuscritos, parte do seu espólio e muita (desconhecida) pintura

Casas-museu (10)
Raquel Ribeiro

A vida de Fernando Namora é feita de retalhos: os pais, que eram comerciantes, partiram da aldeia de Vale Florido para Condeixa-a-Nova, nos arredores de Coimbra, e aí abriram uma loja de tecidos a retalho. Por baixo, a loja dos pais; por cima, a habitação. Fernando nasceu aqui (em 1919) na sobreloja desta casa pequenina que hoje é a sua casa-museu, em Condeixa.

Cresceu entre a aldeia e Condeixa, onde ia à escola. É de pequenos retalhos da infância em Vale Florido que Namora compõe a sua memória, em *Autobiografia* (1987, edição d'*O Jornal*): “Às vezes uma imagem desgarrada, sobressaindo absurdamente na opacidade do tempo: uma certa visão ou uma certa fagulha no crescer vagaroso da casa dos meus pais, a casa que era para eles um desagravo quase passional (aldeia de Vale Florido, nas bancas de Ansião, personagem de muitos dos meus poemas e de umas tantas páginas de *Casa da Malta*, 1945).”

Foi também aos retalhos que estudou, centro e sul, de parques recursos, itinerante, filho de uma “família que nunca me ensinaram a sentir como tal, sucessivos que foram os afastamentos e os agravos”: o liceu, primeiro em Coimbra, depois em Lisboa, no Camões, e de novo em Coimbra. Na página *web* do Liceu Camões, por onde passaram ilustres da cultura portuguesa, pode ver-se a caderneta de Namora, a lista dos seus professores e alguns testemunhos. Como este em que Namora conta que vivia com duas “parentes solteironas” num “casarão do Paço do Lumiar”, em Lisboa, e que, às vezes, ia a pé até à escola para guardar no bolso, “habitualmente vazio, os cinco tostões do eléctrico: vários cinco tostões dariam um bilhete para o ‘animatógrafo’ ou para o aluguer (a meias) de um barquito no lago do Parque Eduardo VII – suprema heresia no meu quotidiano de rapazinho educado por duas senhoras avaras”.

Era um rebelde porque, dizia, via a sua “puberdade encarcerada”. Escondia-se a ler “as letras e as tretas que as minhas guardiãs tinham por nefastas ao meu aproveitamento escolar”. “[Elas] ensinavam-me a desconfiar da alegria e a aceitar os constrangimentos como uma bem-aventurança. Talvez eu tivesse sido

um bom discípulo, ou talvez as rebeldias que não tardariam possam explicar-se justamente por essa atmosfera familiar de novenas, suspeitas, punições.” A mãe sentiu que o filho não estava bem e foi estudar para Coimbra.

Na escola, criou um jornal “todo ele escrito e ilustrado por mim (exemplar único, como se poderá calcular)”, distribuído aos colegas em determinados dias da semana. Jorge de Sena era um deles. “Temia que algum número do jornal fosse apanhado pelas minhas parentes (...); esconder, mesmo aquilo que não precisa de ser escondido, tornou-se uma das peçonhas da minha adolescência, quem sabe se também da minha maturidade.”

Neo-realista geracional

Não era de estranhar que os primeiros livros surgissem ainda Fernando Namora não fizera 20 anos: *Almas sem Rumo* (1935), colectânea de novelas, que permaneceu inédito; seguindo-se *Cabeças de Barro* (1937), antologia de contos com Carlos Oliveira e Artur Varela, dois autores que o acompanhariam nos primeiros anos do neo-realismo; e anuncia ainda a publicação da novela *Pecado Venial*, que não chega a sair. É em 1938 que sai o primeiro livro de poemas, *Relevos* e o ro-

mance *As Sete Partidas do Mundo*.

Uma série de revistas juvenis de inspiração neo-realista surge no Porto, em Lisboa e Coimbra, como “alternativa” à *Seara Nova* e à *Presença*. Segundo Óscar Lopes e António José Saraiva, “o neo-realismo apresenta como característica básica (e explícita no seu próprio nome, que se generaliza até 1938) uma nova focagem da realidade portuguesa, de certo modo análoga à da Geração de 70 [do século XIX]” e que “critica o elitismo pedagógico proudhoniano-anteriano e dos democratas da Seara Nova dos anos 20, pois tem em vista a conscientização e dinamização de classes sociais mais amplas”. Entre estas revistas está *Altitude*, que Namora dirige com João José Cochofel e Coriolano Ferreira (da mesma geração).

É no período de transição para aquela que Lopes e Saraiva chamam de segunda fase do neo-realismo (a primeira, de articulismo e de “polémica de revista”) que surge a relação explícita de Namora com o movimento. Primeiro com o *Novo Cancioneiro* (1941-44), dez volumes de poesia de que fazem parte, entre outros, Manuel da Fonseca e Álvaro Feijó, que começa com *Terra*, de Namora; e depois com o romance *Fogo na Noite Escura* (1943), um retrato da sua geração, coimbrã e universitária.

Mesmo evoluindo da estética neo-realista, Namora não deixa de identificar o movimento como um tempo e um espaço geracional: [O neo-realismo] “não resultou de um programa ou de um figurino, mas sim da conjugação de coordenadas que, por igual, singularizaram os escritores de uma geração vivamente empenhada nos problemas do seu país.”

A partir de então, a sua obra, vasta para os 69 anos com que morreu (em 1989, de cancro no pulmão), grassa vários géneros, da poesia, ao romance, romance-testemunho, crónica, contos, diários ou ensaio.

Quando publica o segundo romance, Fernando Namora já é médico, licenciado em Coimbra: contra a sua vontade – queria ser arquiteto, inscreveu-se em engenharia, mas “meu pai veio a Coimbra dizer-me que minha mãe estava enferma, desgostada da minha teimosia. Fui vencido: rendi-me à Medicina”. Abriu consultório em Condeixa mas não regressou àquela que é hoje a sua casa-museu. Então, Namora já é pai e viúvo: a mulher morre de parto em 1940, nasce a primeira filha.

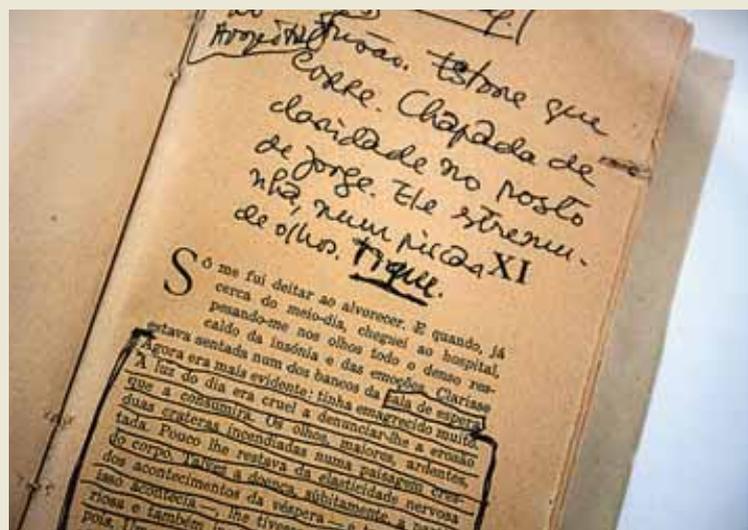
O médico e o pintor

Começa a vida de médico, aos retalhos, que documentou ficcionalmente como uma espécie de João Semana (a mítica personagem de Júlio Dinis)





FOTOS: ADRIANO MIRANDA



Apesar de pequena, a casa-museu, inaugurada em 1990 e depois reaberta, apresenta mais de oito mil livros, além dos manuscritos

que, de aldeia em aldeia do interior do país, desenha os seus *Retalhos da Vida de um Médico* (primeira série de 1949; a segunda de 1963).

“Condeixa, médico, tal como minha mãe planeava. Mas, por isso mesmo, Condeixa foi a rampa para o desconhecido. O Manuel Vidal andava pelos volfrâmios, avisou-me de uma oportunidade em Tinalhas, Beira Baixa. Cu do mundo, como diria o João Falcato [médico amigo]? Eu teria acorrido fosse donde fosse chamado, desde que longe das tutelas.” Partiu. Sabia que não seria fácil tornar-se um “João Semana”. Sobretudo porque sabia que, jovem médico, forasteiro, seria “recebido com desconfiança pelos caciques em compita e pelas gentes calejadas no agravo social e revolvidas pelo furacão do volfrâmio”.

Mas Zita (será segunda mulher) era estudante em Castelo Branco. Foi ela que puxou Namora para Monsanto: “Cada manhã em Monsanto nasce o mundo. Lá me apercebi que a sombra é azul.” Monsanto é a terra da sua segunda filha e do livro *Minas de S. Francisco* (1946). E chegará a Pavia, Alentejo “cálido, moroso, recôndito. Uma fascinação de cal e silêncios extasiados. A largueza espriada, que se adormenta em cada rumor de gesto”.

A casa-museu de Fernando Na-

mora em Condeixa, explica ao PÚBLICO a coordenadora do museu, Ilda Carvalho, deseja sublinhar as três facetas de Namora: o escritor, simbolizado no seu escritório, a sua poltrona de pele, a secretária e a máquina de escrever, ídolos e amigos na parede (Jorge Amado) e prémios literários, condecorações, primeiras edições e dedicatórias. Mas também o médico, que regressou à terra, com uma bicicleta e um fato meio gasto que trocara por um retrato pintado por si, a óleo. E o pintor.

“A faceta de pintor é o trunfo escondido de Fernando Namora”, explica Ilda Carvalho. Ainda estudante de liceu em Coimbra, organizou a sua primeira colecção de pintura. “Houve um senhor major que me adquiriu um trabalho; retive-lhe o nome: Pina Cabral”, conta Namora em *Autobiografia* (1987). “Esse lado da obra de Fernando Namora, as artes plásticas, está toda por estudar”, continua Ilda Carvalho.

A casa-museu, inaugurada em 1990 e depois reaberta, com novo projecto museológico, em 2010, tem organizado projecções de filmes (várias obras de Namora foram adaptadas ao cinema, como *Retalhos* e *Domingo à Tarde*) e encontros correspondentes às três facetas do autor: escritor, pintor e médico.

Apesar de pequena, a casa apresenta mais de oito mil livros, além dos manuscritos – “um dos próximos projectos é a digitalização dos manuscritos e provas tipográficas e criar uma base de dados digital *online*”, explica Ilda Carvalho – e há inúmeras obras de arte. Mal entramos, várias pinturas de Namora (de pendor neo-realista, de preocupação social e ambiência rural). O pintor Lima de Freitas escreveu sobre o amigo: “Olho para estes quatro ou cinco quadros aqui à mão e entro num espaço angustiado e ao mesmo tempo amplo.” No andar superior da casa-museu, obras de amigos: Lima de Freitas, mais Vítor Palla, Carlos Botelho, Manuel Filipe, Mário de Oliveira, Malangatana, Júlio Resende.

A cidade e a consagração

Com a mudança para Lisboa, para o Instituto de Oncologia em 1950, começa a fase de consagração literária. Na cidade conta que teve “o privilégio imperecível do convívio com algumas as últimas figuras maiores da nossa *intelligentsia*”. Fala de Jaime Cortesão, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, João de Barros, Fernando da Fonseca, das tertúlias, dos amigos realizadores de cinema, dos projectos que nasciam à mesa do café.

Mas a cidade afastou-o, passados

anos, da medicina: “Na cidade deixei de ser médico para que o escritor pudesse persistir. Quem ganhou?, quem perdeu? Tive a sensação de jogo viciado.” Nos anos 50, os seus títulos *Homem Disfarçado* (1957) e *Cidade Solitária* (contos, 1959), acusam, segundo Óscar Lopes, “o toque existencialista do decénio”, deixam o ambiente rural e passam a centrar-se na ideia da “condição humana”. Seguem-se *Os Adoradores do Sol* (1971), *Clandestinos* (1972), *Cavalgada Cinzenta* (1977), *Resposta a Matilde* (1980) e *Rio Triste* (1982). A sua obra foi traduzida em 25 línguas e publicada em 26 países. O crítico Alcides de Campos escreveu um artigo no jornal *Le Monde*, em 1968, onde apontava a Fernando Namora (a par de Ferreira de Castro) um “papel de relevo na abertura de fronteiras ao romance português” no estrangeiro.

Namora soube evoluir do formalismo teórico do neo-realismo, passando por romances de pendor existencialista, de herança social, sempre, mas com humor, picaresco. Isto significa também que, tanto Namora como outros escritores consagrados pelo neo-realismo dos anos 30 e 40 (Carlos de Oliveira, Alves Redol, Manuel da Fonseca ou, mais tarde, José Cardoso Pires), começaram a experimentar novos moldes literários, evitando assim a estagnação. O prin-

cipal desencanto do movimento, de pendor marxista, de cariz socialista, “residia na difícil adequação da literatura neo-realista àquelas camadas que pretendia interessar-se” (Lopes e Saraiva): isto é, camponeses, operários, obreiros, gente do campo e da terra, assalariados, trabalhadores, os heróis do romance não conseguiam compreendê-los. A obra não os tocava.

A censura e as ligações de muitos dos seus escritores ao Partido Comunista não contribuíram para uma sobrevivência fulgurante do movimento que parece ter sido esquecido, ou relegado para um plano meramente ideológico, após o 25 de Abril. Como recorda, aliás, o próprio Namora em 1987: “O que vou lendo sobre essa época, e o que ela representou na história literária portuguesa, é por via de regra tolice. Tolicie ou má-fé. Instalou-se na nossa cena uma espécie de bando arrogante, de uma ligeireza patética, capaz de varrer com um único gesto uma geração.”

As reportagens da série Casas-museu são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Aos 67 anos Avignon celebra-se como o festival da utopia necessária

É a última edição assinada por Hortense Archambault e Vincent Baudriller. Até 26 de Julho serão quase cem convidados a lutar por um teatro “como se fosse uma língua viva para os vivos”

Festival de Avignon Tiago Bartolomeu Costa

Foram precisos dez anos para que Hortense Archambault e Vincent Baudriller, os dois directores artísticos do Festival de Avignon, que hoje começa, chegassem onde queriam. Mesmo que este ponto de chegada, no momento em que deixam a direcção do festival, seja um sonho antigo começado por Jean Vilar, o homem que há 67 anos imaginou um festival na cidade dos Papas e o defendeu, contra todos os que achavam impossível fazer de uma pequena vila no Sul de França o epicentro do teatro e, por consequência, do mundo que se deixa representar.

Foi Vilar quem primeiro falou na “utopia necessária” e se este ano, que é o último da dupla, tem um travo amargo a fim de festa, é também o tempo de uma implicação mais madura, e mais futura, na “vida comum” do público, da cidade e dos artistas. Do diálogo, sempre conflituoso mas sempre frutífero desta tríade, têm saído muitas das estéticas que, com os anos, passaram a dominar os teatros e as programações europeias. Mesmo que, e cada vez mais, sejam audíveis as críticas a festivais de grandes dimensões transformados em mercados e supermercados de discursos, muitas vezes, indistintos. Mesmo que, e cada vez mais, os orçamentos de uma operação destas – a organização não revelou ainda os custos provisórios mas dados de 2011 apontavam para mais de 12 milhões de euros – sejam questionados. E, por isso, a ministra da Cultura Aurélie Filippetti, marcará presença no domingo para uma conferência de imprensa onde não deixará de reforçar. Uma vez mais, a noção de “excepção cultural” numa altura em que o orçamento europeu para a cultura continua por definir.

Teatro e comprometimento

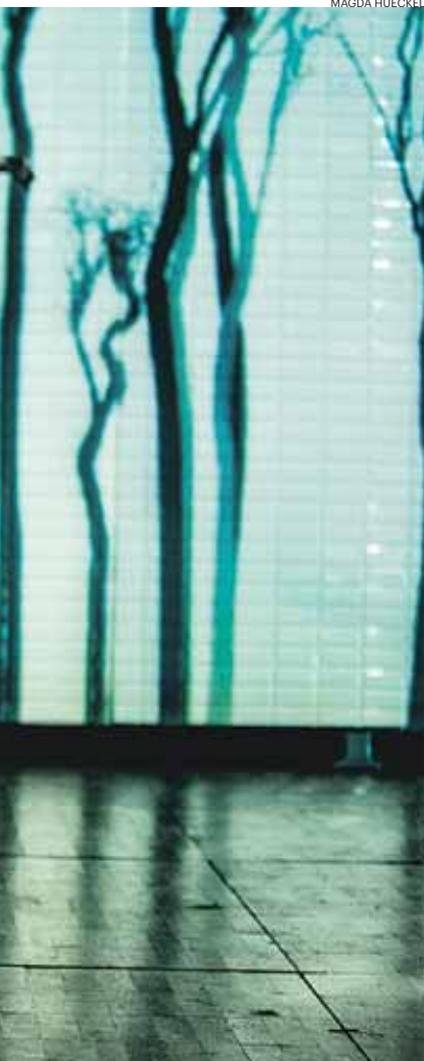
Avignon nunca foi apenas um festival de teatro e de dança. Foi, sempre, um palco político, onde se joga, por vezes de forma letal, um xadrez com implicações profundas na vida social

francesa. Em 2003, o primeiro ano de Archambault e Baudriller ficou marcado pelas greves dos intermitentes, os profissionais de espectáculo sem contrato permanente. O festival foi suspenso e as perdas rondaram os três milhões de euros. Em 2005, era Jan Fabre artista associado e houve verdadeiras batalhas campais entre o público, a crítica e os artistas, que produziram sequelas ainda hoje por sarar sobre diferenças estéticas e éticas da arte. Em 2009, no fim do primeiro mandato, a direcção foi posta em causa e começaram a aventar-se nomes que a pudessem substituir. As críticas insistiam numa programação sobranceira e elitista, que se havia afastado “do espírito de Vilar” – frase tão recorrente que se tornou vazia.

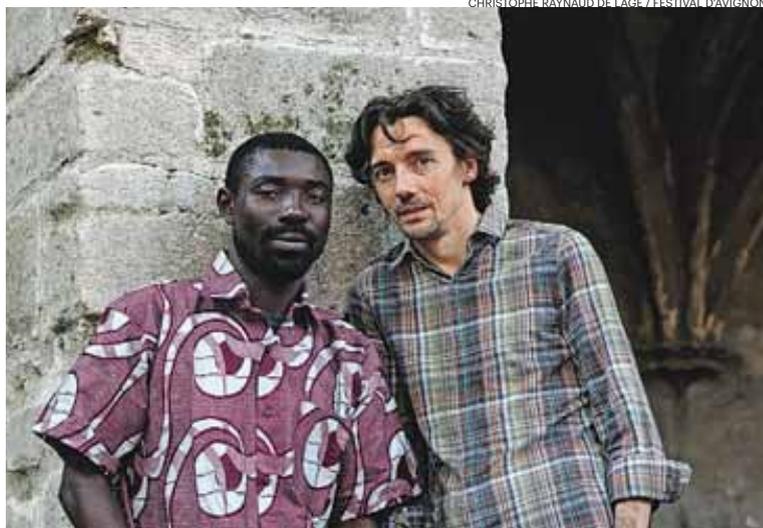
Em 2011, quando começou a corrida para o lugar de Hortense Archambault e Vincent Baudriller, não foi uma surpresa completa quando o Governo de Nicolas Sarkozy escolheu o encenador e dramaturgo Olivier Py, que estava à frente do parisiense Odeon, que logo prometeu um regresso ao “teatro de texto” contra “as escritas de palco” que tinham feito o gosto dos dois directores.

Mas para Archambault e Baudriller a luta foi sempre outra, dizem agora: “No momento em que os escolhemos, os espectáculos, na sua maioria, não foram ainda concebidos”. É por isso que preferem falar de cumplicidade e de partilha em vez de “produtos [que pudessem] ter sido escolhidos previamente para completar uma ideia”. Cada artista, dizem os programadores, “tem um processo de criação característico, com necessidade de espaço, tempo e meios diferentes”. O trabalho da dupla, que prefere ser identificada como produtora e não como programadora, foi o de “adaptar e de se adaptar, em vez de formatar o acompanhamento que cada espectáculo solicita”. Os projectos que foram mostrando ao longo de dez anos implicaram, dizem, “um comprometimento” que terá tudo a ver com confiança. “O que procurámos cumprir ao longo destes dez anos foi a transformação dos sonhos em pala-





MAGDA HUECKEL



CHRISTOPHE RAYNAUD DE LAGE / FESTIVAL D'AVIGNON

presença, abençoaram a assinatura de Archambault e Baudriller. A lista de convidados tem esse ar de fim de festa confundida com celebração do mundo. Entre eles: Patrice Chéreau, Peter Brook, Pippo Delbono, Rimini Protokoll, Krzysztof Warlikowski, Jan Lauwers, Falk Richter, Christian Rizzo, Boris Charmatz, Anne Teresa de Keersmaeker, Jérôme Bel, Philippe Quesne, Christophe Marthaler, Sophie Calle, Jan Fabre, Josef Nadj, Alain Platel, Claude Régy, Romeo Castellucci e Thomas Ostermeier.

Este ano juntam-se dois outros, o francês Stanislas Nordey e o congolês Dieudonné Niangouna. A razão, explicam, é simples: “Não inventámos nada”. “Têm os dois uma consciência política muito forte e protagonizam um verdadeiro comprometimento face ao estado do mundo. Têm também em comum uma raiva, que é o motor criativo do seu trabalho. Mas essa raiva, essa cólera não se alimenta das mesmas coisas, ou no mesmo continente, da mesma história ou da mesma cultura. Logo, não produz os mesmos resultados. Quisemos questionar essas diferenças”.

Nordey, apresentará, na Cour d'Honneur, o lugar nobre do festival, plateia para 2500 pessoas a céu aberto no interior do Palácio dos Papas, *Par des villages* – texto de Peter Handke, feito de personagens errantes que escapam a qualquer definição e que Nordey explicava em Fevereiro durante um encontro com o público, ainda no início dos ensaios, que seria inevitável ali vermos os europeus, ainda que tenha sido escrito há 40 anos. Mas pedia Handke, lembrava Nordey: “Infelicidade a tua se ousares definir quem somos, infelicidade a tua se o identificares, uma só palavra objectiva e a festa terminará”. Os directores falam de um teatro “mar-

cado por territórios de alteridade, alimentados de uma energia ‘outra’: a da capacidade de adaptação, que dá lugar à deslocação e a uma consciência mais aguda do mundo, das suas possibilidades e do seu futuro, sobretudo o daqueles que criam e avançam, apesar das crises e dos conflitos”.

É aí que se inscreve uma das linhas principais desta edição, à semelhança, aliás, do que tem sido marca presente nas programações internacionais dos últimos anos. África, como continente por interpretar por uma Europa entre o fascínio e o desejo de formatação, terá forte presença em Avignon este ano. À cabeça dos convidados, Dieudonné Niangouna, o outro artista associado que em *Shéda*, palavra inventada que quer significar o sofrimento dos que procuram água como quem procura vida, mostrará “o combate à ferocidade da prevaricação e do abuso de poder”. Fa-lo-á na pedreira de Boulbon, a segunda sala mítica, escavada nos arredores de Avignon e verdadeiro desafio estético. “Como podemos continuar tão amnésicos perante a História”, perguntam os directores. “Que reflexo de nós mesmos desejamos nós ignorar negando a existência do outro?”, insistem. O teatro “eruptivo e carnal” de Niangouna transpirará para toda a programação “como se fosse uma língua viva para os vivos”. Diz o encenador: “Uma herança é preciso alimentá-la ou não terá interesse”.

As reportagens em Avignon são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Em cima, Kabaret Warszawski, do polaco Krzysztof Warlikowski, revisitação amarga sobre a decadência elegante do fim dos tempos
À direita, os artistas associados Dieudonné Niangouna e Stanislas Nordey
À esquerda, Faust I + II, do irreverente austríaco Nicolas Stemann

avras e das palavras em actos”. E, ao longo de dez edições, procuraram “criar espaços para discursos artísticos que vissem nas periferias das cidades e que, em diálogo com uma certa melancolia europeia, representassem a força que habita o mundo e que nos permite nele viver”.

Capacidade de adaptação

Todos esses discursos, ou o seu lado mais mediático, vão invadir Avignon em 2013. Entre os quase cem nomes, encontram-se os artistas associados das dez últimas edições, alguns dos riscos que a direcção tomou e mestres consagrados que, com a sua

PRÉMIO MELHOR REALIZADOR FESTIVAL DE CANNES

POST TENEBRAS LUX

um filme de CARLOS REYGADAS

A vida e a morte, a natureza e a cultura, o sexo e o dinheiro, os homens e os animais, Deus e o Diabo, este filme abarca o mundo.
The New York Times

Um sentido visual do sublime e do poder da natureza para se tornar avassaladora mas também aterradora.
Variety

Não deve haver hoje cineasta a filmar a natureza desta forma.
 Vasco Câmara, *Público*

NOS CINEMAS | 4 DE JULHO
 EM EXCLUSIVO: LISBOA UCI El Corte Inglés PORTO UCI Arrábida

M/16

MANTARRAYA nodream ICA INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL midas

Público

PONTO PÚBLICO

Aqui encontra produtos exclusivos
 Público e Classificados

Lisboa
 Quiosque República
 Assembleia da República, 2.º Andar
 1249-068 - Tel. 966 044 599

Noites de inquietação e apatia em Avignon

Os espectáculos de Stanislas Nordey e Dieudonné Niangouna são projectos falhados ou demasiado complexos para o tempo em que vivemos? Duas estreias e duas perplexidades na abertura de Avignon

Festival de Avignon Tiago Bartolomeu Costa

Dois dias depois da estreia de *Par les Villages*, uma espectadora assídua do Festival de Avignon surpreende-se com as reacções negativas à adaptação que Stanislas Nordey fez do texto de Peter Handke. Diz a senhora que “o texto é como um poema e a encenação faz-nos chegar ao seu interior. É como se os mortos a quem ele se dirige fôssemos nós, os espectadores.” Efectivamente, a encenação adapta o longo lamento de Handke como um manifesto de alerta contra a apatia que o cansaço das lutas acaba por instalar. Foi escrito há 40 anos e, no entanto, diz a espectadora, “as máscaras que eles colocam no fim são como se se escondessem com vergonha dos seus actos e de nós mesmos”. Handke não gostaria que víssemos nestes homens revoltados os homens revoltados que hoje começamos a ser.

É uma leitura possível de uma encenação que trata os trolhas como eruditos, citando Heraclito e apontando a culpa que reconhecem em si nos outros. Mas não foi, de longe, a leitura geral feita de um espectáculo que serviu de abertura para um festival que está a fazer regressar o texto aos palcos, de modo a preparar a passagem de testemunho para o próximo director, Olivier Py, menos próximo das estéticas transversais que foram apostas da direcção de Hortense Archambault e Vincent Baudriller.

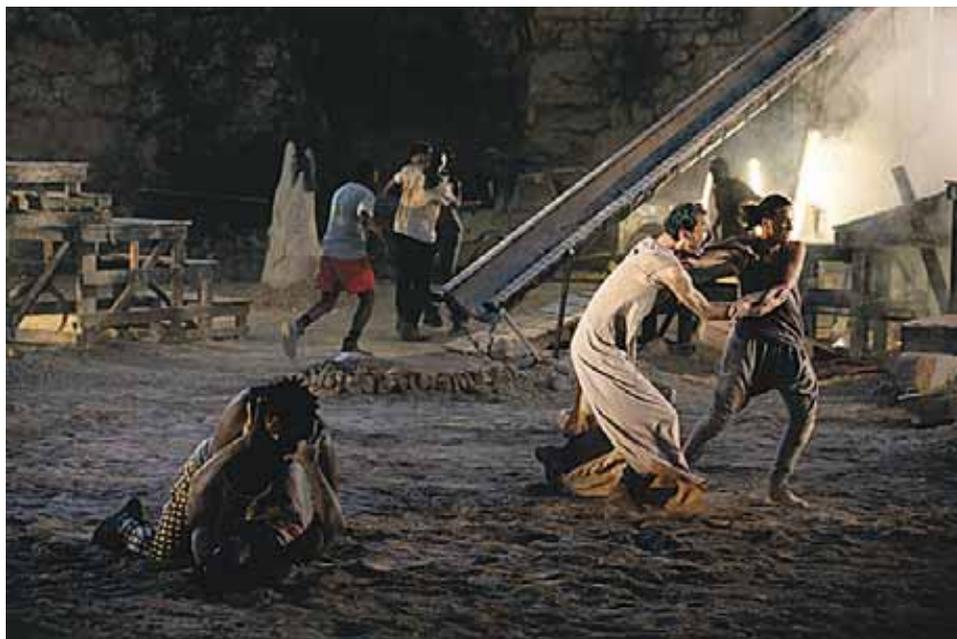
O sucesso de um espectáculo em Avignon não se percebe, apenas, pela reacção dos espectadores com os aplausos (não foram muitos e não foram em unísono). É preciso esperar para ver quantos bilhetes já comprados são postos à venda pelos espectadores avisados. E, no caso de *Par les Villages*, uma hora depois da estreia a parede do Claustro de Saint-Louis, onde fica a bilheteira, encheu-se de anúncios de venda. Fracasso? É cedo para dizer. Eram evidentes as fragilidades de uma abordagem tão receosa do texto, como se as palavras queimassem as vozes dos actores. “Uma actriz tão frágil, tão emocionada”, dizia um espectador sobre Jeanne Balibar, corpo decorativo, voz de porcelana, presença nunca implicada



FOTOS: CHRISTOPHE RAYNAUD DE LAGE/FESTIVAL DE AVIGNON

Jeanne Balibar, presença nunca implicada na encenação que trata Handke como um poema: *Par les Villages*

Pedreira de Boulbon, a 20 quilómetros de Avignon, Shéda



O festival quer dar o passo seguinte das revoluções: agir

numa encenação que trata Handke como um poema, é certo - mas onde os corpos nunca dialogam uns com os outros, mesmo que digam: “Regarde moi!”

“É uma peça sublime sobre a solidão”, diz Nordey no programa. Mas a solidão infligida nos actores, nestas personagens que, no fim, deixam de ser os habitantes de uma aldeia amaldiçoada para passarem a ser iguais às árvores vigilantes que vivem no cemitério, nunca concretiza o desejo de aproximação que o texto solicita.

A noite de sábado começara com um protesto dos intermitentes que solicitavam melhores de condições de trabalho. Falavam de aproximar o desejo de teatro dos espectadores das condições de trabalho dos seus profissionais. Aplaudidos pelas 2500 pessoas que enchiam a Cour d’Honneur, como um prelúdio ao grito de vida de Handke, dirigiram-se ao ausente Ministério da Cultura que não se fizera representar. O eco do protesto servia bem ao texto de resistência de Handke. Mas o que ninguém havia previsto é que um

outro protesto, não-autorizado, surgiu da plateia por dois espectadores motivados na transformação do mundo, como pedia Handke, mas sem a máscara da ficção que os espectadores toleram.

Paradoxos que constroem um festival que quer dar o passo seguinte das revoluções: agir. Isso é evidente na escolha dos artistas associados. Tal como Stanislas Nordey, também Dieudonné Niangouna investiu numa obra que faz apelo à acção. Na belíssima pedreira de Boulbon, a 20 quilómetros de Avignon, ouvimos um dos seus actores dizer: “A tragédia existe para compreender o mundo. E, no entanto, os selvagens não desapareceram. Precisamos do seu subdesenvolvimento”. Niangouna, congolês contaminado pela globalização e que se reclama francófono, atrai-nos para o terreiro da pedreira como se convidasse para um ritual de exorcismo da globalização. Ao mesmo nível, um crocodilo em lata, uma cabra, um carro queimado, o rato Mickey, uma bandeira nazi, um enforcado, balões de água, os filmes com Burt Lancaster, uma história de amor e o canibalismo. Diz o encenador: “É um jogo frágil, falível e perigoso aquele que se joga quando se brinca ao teatro”. *Shéda*, palavra inventada que se descreve como “bizarria”, é um exercício por vezes inconsequente porque vive numa autofagia que lhe é letal. Hipnotizados pelo comprometimento dos actores, os espectadores resistiram a sair. Os que o fizeram preferiram suportar a longa espera, quase cinco horas, pelo fim do espectáculo e pelo autocarro que os levaria de volta. No regresso, um silêncio. O mesmo que havíamos testemunhado no fim de *Par les Villages*. O encenador fala da “morte da vida”. E diz que tal estado, “estranho, cheio de possibilidades”, é um convite à experimentação. Ao olharmos para a parede da bilheteira, somos levados a crer que não são muitos aqueles dispostos a saltar para esse terreiro.

As reportagens em Avignon são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Estreia estrondosa em Avignon de *As Partículas Elementares*

Com a adaptação do romance de Michel Houellebecq sobre o fim da França encontrou-se a estrela do teatro francês: Julien Gosselin

Festival de Avignon
Tiago Bartolomeu Costa em Avignon

Corria em Avignon o boato de que o comboio onde estaria Michel Houellebecq se teria atrasado e que o autor não viria à estreia de *As Partículas Elementares*, adaptação do seu romance de 1998 assinada pela estrela em ascensão Julien Gosselin. Claro que ninguém sabia dizer se era ou não verdade. Houellebecq não se faz anunciar e menos ainda gosta de alimentar verdades sobre o seu trabalho ou as suas aparições. Sabia-se que estaria em França (abandonou a Irlanda, onde residiu vários anos e se fez matar em *O Mapa e o Território*, o seu último romance, 2011) e isso era, para já, mais do que suficiente.

Uma piada nos corredores da imprensa dizia que Houellebecq estava para a ministra da Cultura – que esteve em Avignon no fim-de-semana de abertura – como Edward Snowden para Evo Morales no avião que a França não quis deixar passar por receio de transportar o informador. Ninguém sabia se estaria no mesmo comboio. Certo é que nem a ministra apareceu na noite de abertura nem Houellebecq avisou que não vinha.

Houellebecq ter-se-ia divertido com esta história. E, no dia da estreia, uma tarde quente nos arredores de Avignon, a ideia de que o autor poderia ou não estar na sala alimentou o entusiasmo pela peça. Totalmente merecido, diga-se.

Mundo inabitável

O que Gosselin fez não é uma mera adaptação, num festival que, para já, se divide em três grupos: as leituras de romance (o falhado *Par les Villages*, de Peter Handke, por Stanislas Nordey; *Orlando*, de Virginia Woolf, por Guy Cassiers, brilhantíssimo espectáculo de câmara); a revolução protagonizada por artistas que chegaram de África, com Dieudonné Niangouna à cabeça; e as brincadeiras fetichistas da espanhola Angelica Liddell que continuam a exercer um fascínio inexplicável.

Se Julien Gosselin é a estrela deste ano em Avignon, não é apenas porque, aos 27 anos, chega como se fosse o benjamim, escolhido a dedo por Stanislas Nordey, artista associado, protegido por Vincent Baudriller, co-director do festival, que o seleccionou para uma rede europeia de formação de encenadores. É-o porque, sendo a pressão enorme e a parada alta, a adaptação de *As Partículas Elementares*, romance malsão do mais mal-amado dos autores franceses, é também o estado das coisas para uma geração que não sabe a que França pertence. Mas que, pelo menos, tem os livros. Diz o encenador no programa que *As Partículas Elementares* é “o centro nevrálgico de uma bibliografia”, porque será aqui que Houellebecq “se atira ao *grand roman* francês, ele que tanto admira Balzac, e que oferece uma saga familiar contemporânea”. Diríamos que a encenação acentua esta oferenda como um sacrifício ao qual se sujeitam os actores, quais cordeiros que representam “o fim dos ideais de 1968, a miséria sexual e a possibilidade de uma pós-humanidade”.

Entre narradores e personagens, os actores instituem uma tele-realidade, participando na construção de imagens colectivas que serão as do público. “Quero trabalhar na frágil fronteira-limite que separa os actores das personagens”, diz Gosselin, “tentando transportar teatralmente o mundo sensível, e Houellebecq, bem como o seu pensamento e a sua força”. É uma leitura lúcida e ainda mais amarga e cínica de um mundo descrito como inabitável. De um modo emotivo e sensual, Gosselin encontra aquilo que define como “o lugar preciso onde o prazer do espectador de ser transportado para aquele mundo [o que é narrado] coincide com a inquietude que sente relativamente ao mundo no qual vive”.

A falência das utopias

O livro foi, aquando da sua publicação, e enterrados que estavam os tempos de François Mitterrand, o romance geracional que décadas de frio racionalismo francês conseguiram



FOTOS: CHRISTOPHE RAYNAUD DE LAGE/FESTIVAL D'AVIGNON



Numa encenação que coloca os actores a comunicar como vítimas de um reality-show, a dramaturgia aproveita o que existe de humor, de ironia, de autoflagelação nas longas passagens auto-reflexivas do romance

produzir. E o que de mais próximo chegou ao britânico Martin Amis e à acidez dos anos Thatcher ou ao norte-americano Bret Easton Ellis e aos *yuppies* de Nova Iorque – aqui, claro, romance sobre a falência das utopias do Maio de 68, entrada sem travões na auto-estrada da solidão que é o pensamento

francês. Orgulhosamente isolados. Obstinadamente convencidos que o mundo começa e acaba nas fronteiras do velho hexágono.

As escolhas de Gosselin, que se apoia num elenco dedicado e sexualmente irresistível, vão ao encontro de um texto que descreve um mal-estar social como condição

Buenos Dias Resistencia: bonito, justo e sério

Festival de Vila do Conde
Luís Miguel Oliveira

Pequeno relato da organização do caos de todos os dias, o filme do espanhol Adrian Orr foi exibido na competição internacional

Mais um bom filme para acrescentar ao melhor da secção competitiva internacional do Festival de Curtas de Vila do Conde: *Buenos Dias Resistencia*, do espanhol Adrian Orr. Uma pequena injeção de realidade numa sessão marcada por muito *show off*.

Em estilo telegráfico: *Whaled Women*, um *South Park* sueco, divertido e malcriado, mas irrelevante; *Living Still Life*, de Bertrand Mandico, com a ex-halhartleyana Elina Lowensohn, que desperdiça uma bela paleta cromática num exercício “poético” indigesto; *Social Butterfly*, de Lauren Wolkstein, e *We Will Never Be Alone Again*, de Yann Gonzalez, ambos franceses, que filmam os “jovens” sem se descolarem de um olhar estereotipado (*clubbing*, festas, destrambelhamento sexual) que pretende ser apenas uma ligeira distorção da “juventude” proposta pela publicidade e pela moda. *Buenos Dias Resistencia*, que seria estimável em qualquer contexto, destaca-se ainda mais integrado neste alinhamento. É a ideia mais simples do mundo: uma casa, três miúdos, um pai. É dia de escola, o pai tem que garantir que a logística funciona: que os miúdos acordam, se lavam, se vestem, tomam o pequeno-almoço, saem de casa a tempo e horas. Em planos longos e escuros, à

altura dos miúdos (o pai é quase sempre só um vulto e uma voz), o filme de Orr é um relato da organização do caos de todos os dias. Quando, no fim, os miúdos saem para a rua, encasacados, para uma Madrid invernal, e aparece a legenda com o título do filme, aquela palavra, “resistência”, faz um sentido perfeito: tem a ver com “resistir”, mas também com *endurance*. Bonito, justo, sério, estará entre os nossos preferidos.

Arrancou também a competição nacional, com um programa homogéneo. Uma animação de Paulo d’Alva, *Carrotrope*, pequena evocação da decadência do cinema (começa com os Lumière e Chaplin, acaba com um porco sentado numa plateia equipado com óculos 3D e pipocas); um exercício experimental de Sérgio Ribeiro, *Incubi*, talvez demasiado “etéreo” para se afirmar decisivamente; em jeito de “filme-instalação”, Filipa César aborda a independência da Guiné, com base em textos e *footage* dos anos 60 e 70, em *Conakry*; Ivo M. Ferreira, em *Na Escama do Dragão*, relaciona Macau e a história de Portugal, a partir do naufrágio, em finais do século XII, de um junco chinês e da galé de D. Fuas Roupinho (com uma estrutura narrativa algo complexa, que junta a “investigação” histórica com um princípio ficcional, a relação entre uma jornalista portuguesa e o seu cameraman chinês, enquanto um tufo ameaça abater-se sobre Macau – será o mais conseguido filme do seu realizador). E “realidade” ainda, em *Ao Deus Dará*, de Tiago Rosa-Rosso, “noir proletário” na Lisboa dos nossos dias, que é frio e afiado, começa bem e a acaba melhor, e tem um sentido dramático (um tango a temperar um assalto) irrepreensível.



A ideia mais simples do mundo: uma casa, três miúdos, um pai

para a existência do ser humano. “A minha prioridade foi conservar aquilo que o texto tem de mais poético. Procurei responder a uma espécie de lirismo, mesmo que as partículas individuais que o texto sugere – e que são as personagens – caminhem em direcções opostas”, explica o encenador no programa.

O segredo de Gosselin? Não querer trazer o livro para o palco. “Houllebecq não precisa de nós”. Diz: “A civilização descrita por Houllebecq está-nos enfiada nos olhos. Mesmo que a peça esteja fixada nos anos 1990, a distância criada pelo facto de ser interpretada por quem tem menos de 30 anos sugere que a miséria sexual contemporânea de que fala Houllebecq, o culto do corpo e repúdio desse corpo e desse culto, bem como o desprezo por si mesmo, são características que se infiltraram, e se aceleraram, nos mais novos”.

A encenação de Gosselin é isto tudo. Tem isto tudo. E é brilhante. Sim, acreditamos que Houllebecq iria gostar das cuequinhas das meninas, e da tensão erótica entre os meninos, e das cenas de violação e das orgias e de muito álcool e muita filosofia misturada com discurso proto-reaccionário que Gosselin herda do romance. Mas depois, numa encenação que coloca os actores a comunicar como vítimas de um *reality-show* (e é por isso que é tão importante a distância geracional que separa Houllebecq de Gosselin), a dramaturgia aproveita o que existe de humor, de ironia, de autoflagelação nas longas passagens auto-reflexivas do romance de Houllebecq.

Ao dar corpo (e que corpos!, que generosidade a destes actores) aos fantasmas de Houllebecq e a esta deriva do fim do sonho de 1968 à utopia protagonizada pelos paraísos perdidos do Oriente, Julien Gosselin está, curiosamente, a cumprir o sonho de Michel Houllebecq: “As rupturas de estilo e de forma constituem-se como portas de entrada para a transformação”. Estando ou não na sala, Houllebecq ganhou a aposta.

As reportagens em Avignon são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



ippsilon.publico.pt
Disponível em formato digital
publico.pt/digital/



Optimus Alive

Entrevistas com Vampire Weekend e Tame Impala

— e uma visita guiada aos festivais que se seguem



Sexta

ípsilon



Pedro Moutinho

Enquanto há amor, há esperança

Pode a solução para a “crise” estar na imaginação?

Festival de Avignon
Tiago Bartolomeu Costa

Para Didi-Huberman e Yves Citton, uma das hipóteses para o fim da crise está na resistência à falta de imaginação

Será um festival de teatro, lugar de todas as invenções e reescritas da História, o lugar indicado para se propor um futuro sem metáforas? Nas ruas de Avignon há quem prometa, a quem passa, uma peça de teatro que resolverá todos os problemas do mundo. À surpresa da proposta o jovem actor assegura: “Se não resultar, pelo menos passa uma boa hora a rir-se”.

O filósofo francês Georges Didi-Huberman disse algo parecido na conferência *Como Sair de um Futuro em Crise?*, perante o desejo de respostas por parte do moderador Nicolas Truong: “Como podem os filósofos ajudar-nos a prever o que vai acontecer?”.

Disse Didi-Huberman, a rir: “Os filósofos vivem num dilema. Enfiam um termómetro no cu do mundo, olham para a temperatura e dizem que algo está mal.” O filósofo sugeriu então, “como possível resposta”, que se estabelecesse um discurso sobre a crise que a entendesse como um ponto de conflito passível de resolução. E, para o explicar, quis voltar ao princípio etimológico da palavra que, na sua multiplicidade de sentidos, inclui a ideia de raiz. Ou seja, de princípio.

“O discurso crítico é um campo de conflito”, continuou, “e do mesmo modo que Heidegger procurou, nas suas viagens a Atenas, o sentido da ‘grecidade’ [o ser pleno e inteiramente grego], e se deu conta de que tal não existia, também a ideia de raiz, rizomática como é, implica uma circularidade de causas e efeitos”.

Explicando: porque não há nem princípio nem fim para a crise, o que o filósofo não quis responder é a resposta em si mesma para a dúvida que a todos assalta: onde estamos e como antevemos uma crise de futuro, numa altura em que as novas gerações já não acreditam que viverão melhor do que aquelas que as precederam?

Programa complexo, portanto, ao qual tanto Didi-Huberman como Yves Citton, teórico da literatura, se escusaram a decifrar, como se a ideia de crise, “o seu enigma”, para usar a

expressão de Didi-Huberman, fosse, ao mesmo tempo, “a base do problema que não quer ser resolvido”.

“O discurso sobre a crise pertence tanto à crise como a crise o procura alimentar”, começou por dizer Yves Citton, acrescentando que “o uso de certas palavras tem como objectivo a não-produção de pensamento”. Citton, extraordinário pensador suíço cujo trabalho sobre o imaginário político da modernidade ocidental se sustenta em leituras de textos do século XVIII e as aplica na decifração de questões da filosofia política contemporânea, deu um exemplo que nada tem de obscuro. A saber: “Se em vez de se usar a palavra ‘despesa’ se usasse a palavra ‘investimento’, continuaríamos a falar de crise?” Despesa e investimento são a mesma coisa, defendeu, mas “a opção por uma ou outra palavra é uma opção política”.

Daí que, do mesmo modo que Georges Didi-Huberman defende um regresso a um princípio de complementaridade das causas e efeitos da crise, também Yves Citton defende que é imperioso restaurar “o direito à imaginação”. “Fomos educados a reconhecer que não havia espaço para a imaginação. Fomos assimilando a ideia de que, no momento actual, no momento de crise, o futuro não se pode sustentar em hipóteses, mas em concretizações, e que essas concretizações devem ser eficazes a partir do momento em que são enunciadas”. Citton, secundado por Didi-Huberman, levantou a pedra-de-toque do problema sobre os discursos sobre a crise: “Impedem que exista futuro”.

Assim sendo, como agir? Georges Didi-Huberman diz que não se trata de futuro (*avenir*) mas de existir (*devenir*), citando Gilles Deleuze que parafraseava Nietzsche. Da plateia perguntámos se é possível responder sem criar uma linha sequencial de citações – “uma resposta com fu-

turo”, pedimos – e Didi-Huberman lembra que “a plasticidade do devir” proposta por Nietzsche se inscreve no constante desejo de transformação que a palavra crise sugere.

‘A crise é a escolha da forma’

“A crise é a escolha da forma”, diz. “Não há desejo sem memória, e a lógica de sobrevivência é, em si mesma, uma lógica de recuperação da memória. Foi assim com James Joyce quando escreveu *Ulisses*; foi assim com Bertolt Brecht e o seu teatro que propunha reconfigurações a partir de estruturas aristotélicas para criar o pós-moderno; foi assim com Walter Benjamin que para compreender a mecanização do mundo se sustentou nos modos de produção do período barroco”. Longa história tem o mundo, portanto.

“De cada vez que se cria uma nova forma, cria-se um desejo de transformação”, explicou Didi-Huberman, evitando constantemente comprometer-se com uma solução, “um mapa sem bússola” para um futuro. A questão de base é, afinal, se podemos viver para além da crise, ou se é a crise que nos ajuda a viver. Responde Yves Citton: “A crise, que cada vez mais se esquece que não é só económica, mas cujo poder económico asfixia a reflexão sobre a crise social, de valores, filosófica e cultural, é um momento de reflexão. Como se re-convencêssemos que antes da ‘crise’ vivíamos numa estabilidade aceitável, ou sustentável, e quiséssemos a ela regressar”. Porquê?, pergunta o filósofo. “Porque não sabemos viver sem imaginação. Reivindicamos, primeiro, o luxo de pensar”.

As reportagens em Avignon são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



seguimento dos poemas na ordem em que aparecem. Alguns, como, por exemplo, o *Développement*, estão mais desenvolvidos dramaturgicamente no texto, outros são só poema e quando são postos em música têm imensas repetições, interacções e transformações.” O ponto de partida em cada língua é sempre fonético e não semântico, pelo que o significado final resulta de várias operações abstractas.

A escolha de cada língua determina textos de carácter diferente. “O inglês é uma espécie do texto erótico da peça, talvez porque era o que eu era capaz de fazer. Se me considero bilingue no francês e no português, no inglês não é igual.” Azguime confessa que se conseguisse ter à-vontade com mais línguas, teria escrito o libreto usando seis ou sete. “No final há o poema dos sonhadores, no sentido de visionários, que representa a possibilidade de nos regenerarmos tal fénix renascida das cinzas. O símbolo que utilizei foi a crisálida. Esse poema é dito com vozes pré-gravadas em árabe, sueco, japonês e muitas outras línguas.”

No que diz respeito aos timbres instrumentais, pensou inicialmente em apenas três ou quatro instrumentos e na electrónica em tempo real mas a possibilidade de uma co-produção com o *ensemble* acabou por ditar uma presença mais significativa dos instrumentos acústicos, nomeadamente flauta, clarinete, violino, viola, violoncelo, piano e percussão. O canto está a cargo das duas sopranos e do baixo Nicholas Isherwood, que fazia a figura de Lúcifer nas óperas de Stockhausen. “Quería explorar algumas técnicas vocais alargadas e a Frances Lynch, com quem já tinha trabalhado, e o Isherwood são especialistas nesse campo”, conta. “Por outro lado, queria incluir algo de *bel canto*, pelo que confiei essas partes à Marina Pacheco, soprano de coloratura.”

Tanto os cantores como os recitantes interagem com a encenação vídeo, que condiciona totalmente o espaço cénico e o movimento. O próprios figurinos (do *atelier* Atalaia 31), com superfícies em cortiça, são objecto de projecções, sofrendo mutações constantes. “A ópera está completamente marcada por essa dimensão que a Paula concebeu, incluindo algumas aventuras tecnológicas, como os balões que vão andando e que o vídeo vai seguindo, isto quando funcionam!”, diz o compositor. “Tecnologicamente, é uma montagem complicada. Estamos sempre no limite do perigo!”

em lamento: “AHAAAAhãhã... Há um ralentando, que depois fica numa nota *tenuta* [sustentada]. Peguei neste modelo e construí a partir dele formalmente e sonoramente. O som é tratado como entidade plástica.”

A utilização do texto remete também para a componente espectral, ou seja, para as características tímbricas e sonoras da palavra e das vozes, um dos campos de pesquisa criativa de eleição de Azguime. “Tem a ver com a problemática actual, pois há música feita com notas e música feita com sons. Como trabalho com os dois campos, estou num território privilegiado. Os textos foram construídos de forma abstracta a partir das operações sobre a própria linguagem. É um bocadinho como quando o Webern pegava nas células dos intervalos e a partir daí construía outra coisa”, explica.

A ópera parte de uma série de poemas em português, francês e inglês, todos da autoria de Miguel Azguime, que cultiva a poesia desde muito jovem. “Não é bem um libreto, mas o



FOTOS: JOSE SARMENTO MATOS



Georges Didi-Huberman esteve em Avignon a discutir a crise

O teatro do irrepresentável chegou a Avignon

As peças de Jérôme Bel, Philippe Quesne, Nicolas Stemann e Christian Rizzo são, até agora, momentos de profunda reflexão. São também esperançosas propostas para um teatro que não recusa o futuro

Festival Tiago Bartolomeu Costa

Cour d'Honneur de Jérôme Bel, desafiando o cepticismo que varria a metade dos dois mil lugares que não estavam rendidos desde o início à ideia de colocar espectadores do Festival de Avignon a falar das suas experiências, é o mais próximo que poderíamos estar de um desejo de reconstrução do acto teatral. É, aliás, por entre o marasmo de uma edição tépida, a melhor homenagem ao risco que um festival de teatro deve incluir no seu programa.

Esta nova criação faz parte de um reduzido lote de propostas que desejaríamos poder definir como “teatro do irrepresentável”, dada a fragilidade com assumem a impossibilidade de fisicamente guardar a memória teatral.

No mesmo grupo teremos forçosamente que incluir um ovni como *D'après Une Histoire Vraie*, do coreógrafo Christian Rizzo, de *Faust I + II*, adaptação integral do poema de Goethe pelo austríaco Nicolas Stemann, e a rarefacção cada vez mais inteligente de Philippe Quesne exposta em *Swamp Club*. São, no seu conjunto, e na sua diversidade contrastante, exercícios de reflexão sobre como se descreve, conta e revive uma memória que é, ao mesmo tempo, colectiva e individual – ou seja, que não tem uma forma, mas tem um tempo, que tem um espaço, mas não um modo único de agir.

Em *Cour d'Honneur*, espectáculo que tem com título o seu lugar de apresentação, Bel prolonga o trabalho de memória que fez com os bailarinos das peças *Cedric Andrieux* e *Pichet Klunchun & Myself*, que vimos em Portugal. Mas agora evoca a mais frágil das matérias teatrais – a subjectividade do espectador.

Em cena, num palco cheio apenas com um microfone e várias cadeiras, os espectadores escolhidos ao longo das duas últimas edições do festival vão fazendo, um a um, desfilar as memórias sobre os es-

pectáculos que viram naquele lugar. É uma experiência irrepitível e efémera, como se deseja que o teatro realmente seja, inscrevendo-se rapidamente na memória de quem o vê e suscitando discussões sobre os momentos mais fortes e os mais perturbadores vividos não apenas ali naquela sala improvisada, mas, de certa forma, em todas as salas e sobre todos os espectáculos.

A simples evocação, seja de espectáculos ou de personagens, ou mesmo só de textos, surge como ponta de um fio que é desfiado à velocidade da nossa imaginação: como é possível existir no interior de uma relação íntima a dois, como aquela que existe entre um espectador numa plateia cheia, mas onde este parece estar sozinho, e um palco cheio de actores, ideias e cenários.

A extraordinária dramaturgia do espectáculo assume a dimensão de ilusionismo que o acto teatral transporta e nos faz acreditar que uma pedra pode ser uma árvore só porque dizemos que é uma árvore. Através das recordações dos espectadores, surgem à nossa frente os cenários, os figurinos, os movimentos dos actores e dos bailarinos. E, mesmo antes de vermos entrar os actores que os espectadores recordam, ouvimos no fundo da nossa mente, antecipando-nos ao espectáculo, os textos que aqueles espectadores ouviram. São as personagens que, por vezes, como conta uma das espectadoras, nos acompanham toda uma vida. Entre os actores, lá está Isabelle Huppert, que às 7h da manhã, em Sydney, entra, já passa das 23h em Avignon, via Skype para dizer um excerto de *Medeia*, de Eurípidés.

É, provavelmente, e dizemo-lo francamente crentes, o mais humilde dos espectáculos de Bel, porque restitui ao teatro o seu poder de transformação.

Experimental e hiperbólico

Algo semelhante ocorre com *Swamp Club*, onde Philippe Quesne, pro-



longando um teatro que opera ao nível dos sentidos, cria uma perturbante parábola sobre o desaparecimento do próprio ser humano. É um teatro que existe para lá do que possa ser representado e, por isso, as frases surgem correntes, os gestos banais, as acções intensamente práticas. Mas, no mesmo cenário apocalíptico que nos havia deixado no fim de *Big Bang* (apresentado na Culturgest/Alkantara Festival em 2012), Quesne desafia o princípio do *storytelling* e cria uma narrativa em que a consequência antecede a causa.

O grupo de investigadores que os actores interpretam dedica-se a antecipar o fim do mundo e habita já numa pós-realidade, em que a matéria é transitória, logo a sua representação impossível. A melancolia característica destas encenações-

panorâmicas surge aqui sob a forma de animais empalhados e uma gigante toupeira que é, ao mesmo tempo, *ex machina* e oráculo.

Elementos perturbadores que – a par do quarteto de cordas que interpreta *A Morte e a Donzela*, de Schubert, como se fosse o epitáfio evidente – activam a relação de cumplicidade entre o estado de observação, de inacessibilidade, no qual Quesne coloca o espectador, e o convite certo à execução de um teatro do irrepresentável, onde tudo é intuído e desejado, onde o *lifestyle* da tecnologia e o *spleen* convivem como se fossem uma e a mesma coisa.

Nada em Philippe Quesne foi, alguma vez, tão experimental, tão efémero e tão hiperbólico como agora em *Swamp Club*, onde a vivência do humano – intérprete e

espectador – contém um só desejo de evasão.

Oito horas de encenação

O que aqui se revela é, precisamente, o mesmo princípio – gostaríamos nós de imaginar – que levou Goethe a recusar, através da voz de *Faust*, que no princípio existisse o verbo: “No princípio havia acção.” E esta acção, este desejo de agir, de recusar, está na base da encenação que Nicolas Stemann assinou para o Thalia Theater. É certo que Stemann se aproveita de uma distância temporal em relação ao texto para justificar a recusa da materialização mimética das imagens do poema. Nem sempre o resultado funciona. Ou diríamos: felizmente que não funciona, porque nessa *décalage* entre acção e intenção reside, precisamente, o argumento de Mefistófeles sobre Deus.

Isabelle Huppert entra, já passa das 23h em Avignon, via Skype a partir de Sydney para dizer um excerto de *Medeia*, de Eurípides

ANNE-CHRISTINE POUQUOT/AFP



BORIS HORVAT/AFP



CHRISTOPHE RAYNAUD DE LAGE/WIKISPECTACLE

Cour d'Honneur, de Jérôme Bel (à esquerda), **D'après Une Histoire Vraie**, de Christian Rizzo, e **Swamp Club**, de Philippe Quesne

O homem age e interage conforme desígnios que, bem manipulados, podem servir diversos fins. A encenação também e a sua bulimia – certo que bastante menos organizada, e até divertida, do que *O Contrato do Comerciante*, de Elfriede Jelinek, recebida com espanto e êxito no ano passado – fazem-nos errantes num teatro que é tanto sobre o fim do mundo quando o fim do mundo é uma ampliação dos medos de quem agora vive.

Por isso, na entrega dos intérpretes que, ao longo das oito horas de encenação, vão dividindo entre si um texto como se fosse um amplo monólogo interior, vive-se um desejo de interacção, de resgate de uma pertença, ou de oposição às escolhas de Faust (ou de Stemann). O confronto, base instantânea para o diálogo, surge aqui como única hipótese de

inscrição de um texto num contexto - ou seja, de uma acção desejada num lugar de acções imaginadas, logo teoricamente possíveis.

Último exemplo deste teatro do irrepresentável é a peça de Christian Rizzo *D'après Une Histoire Vraie*, que parece abandonar um lado mais duro do seu movimento e em que o negrume se substitui a uma contemplação quase mística. Olhamos para os dez intérpretes (oito bailarinos e dois bateristas) e vemos nas composições dos seus gestos uma outra ordem das coisas, certamente utópica, porque abandona hierarquias, mas amplamente verdadeira, porque nivela quem os interpreta. E, por consequência, ao recusar a possibilidade de ordem, retira ao espectador a possibilidade de escolha. A peça inscreve-se numa linguagem coreográfica onde imaginamos

Drumming, de Anne Teresa de Keersmaeker (esteve em Outubro no São Luiz), *Violet*, de Meg Stuart (Maria Matos em 2011), *Levée des Conflits*, de Boris Charmatz, *Tragédie*, de Olivier Dubois, e *Twin Paradox*, de Mathilde Monnier (estará em Outubro na Culturgest). São peças que regressam ao primado do movimento, abandonando princípios de conceptualidade que lhe poderiam ser fatais. E, nesse reencontro com o presente, evidenciam corpos em busca de uma essência - ou seja, em busca de uma possibilidade de representação.

As reportagens em Avignon são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



26 - 28 jul'13

sim, senhor poeta?!... eu digo!

concepção joão loy

sala estúdio

GOVERNO DE PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

RTP

ILUSTRACIONES

BILHETEIRA ONLINE www.teatro-dmaria.pt

INFORMAÇÕES E RESERVAS 800 213 250 (chamada gratuita)

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

TERMAS

A PARTIR DO UNIVERSO DE HERMANN HESSE

25 - 28 jul'13

ESPECTÁCULO DOS ALUNOS FINALISTAS DA LICENCIATURA EM TEATRO DA ESCOLA SUPERIOR DE TEATRO E CINEMA

ENCENAÇÃO: MARIA DUARTE

INTERPRETAÇÃO (BAIXO ATUADO): ALBA NOYVA, ANA LOPES GOMES, ANA PAULA ALMEIDA, BLANCA ESCOBAR, INÊS MACEDO, JOSÉ LEITE, RAFAEL GOMES, RITA FIGUEIREDO, ROBERTO FERREIRA, ROSÁRIO MELO, SIMÃO BIERNAT, TERESA COUTINHO

COORDENAMENTO AO FINO: ANTONIO MEVES DA SILVA

CENOGRAFIA, FIGURINOS E CARACTERIZAÇÃO: MARIA JOÃO MORTENEGRO

PAULO GONCALVES

DESENHO DE LUZ (BAIXO PRODUÇÃO): ANA MARGARIDA LUZ

DESENHO DE SOM: JOSÉ PEDRO CAIAADO

DIREÇÃO DE CENA (BAIXO PRODUÇÃO): CATARINA PIRES

PRODUÇÃO EXECUTIVA: JOÃO DUARTE

COORDENAÇÃO DE CENOGRAFIA E FIGURINOS: JOSÉ ESPADA

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO, ILUMINAÇÃO E DIREÇÃO DE CENA: MIGUEL CRUZ

DIREÇÃO MUSICAL E PREPARAÇÃO VOCAL: MARIA BEPAS

COPO: JEAN PAUL BUCCHIERI

PARCERIA: TNDM II E ESTC

SALA GARRETT

GOVERNO DE PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA

RTP

ENTRADA LIVRE

INFORMAÇÕES E RESERVAS 800 213 250 (chamada gratuita)

ESTC

O novo director do Festival de Avignon despede-se do seu alter-ego Miss Knife

Teatro

Tiago Bartolomeu Costa, em Avignon

Quase em segredo, Olivier Py cantou canções antigas. Nunca um concerto de velhas canções soube tanto a outras coisas

Miss Knife, debaixo dos saltos-altos e das cuequinhas de lantejoulas, esconde Olivier Py, encenador, autor, actor e, 48 anos a completar terça-feira, o próximo director do Festival de Avignon.

Se o excesso é, como diz, “um estilo”, o estilo de Miss Knife, excessivo como possa ser é, afinal, amplamente humano, como só os alter-egos podem ser.

“É muito cansativo usar saltos-altos, pôr uma peruca e cantar”, diz Py. “Esta personagem nasceu praticamente aqui. Regressar não pode ser completamente insignificante.” Miss Knife nasceu em 1996, em Avignon, tinha Py 31 anos, um ano após a sua aparição numa das suas mais ambiciosas peças, *La Servante*, espectáculo de 24 horas para 27 actores.

Dez anos antes, já Py se havia apresentado no Off. E esta viagem entre o In e o Off partilha um “estado de espírito” que Py diz caracterizar Avignon. Não é por isso de estranhar que, ainda não tendo chegado a Avignon, Py, mesmo sem Miss Knife, seja um dos autores do Off.

O texto *Épître aux Jeunes Acteurs pour que Soit Rendu la Parole à la Parole*, de 2000, é apresentado pelo Argile Théâtre no Le Cabestan (Off), e defendido pelo próprio autor como “o melhor modo de se aproximar da subversão teatral com uma grande gargalhada”. *La Jeune Fille, le Diable e le Moulin*, de 1995, fábula teatral inspirada nos contos dos irmãos Grimm, é encenada pela Compagnie Voix Public no Collège de la Salle (Off). São dois exemplos do corpo literário de um autor prolífico mas pessimista e cínico, autor de um teatro às vezes mais angustiado do que reactivo. Um teatro que o próprio define como “barroco”.

A liberdade que Miss Knife confere à personalidade de Py é de outra ordem. As letras das canções, que guardam uma cultura vasta e são viagens poéticas, partem de um teatro descritivo, essencialmente metafórico, ansiosamente imaterial. No

livro *Les Mille et Une Définitions du Théâtre*, que a Actes Sud publicou este mês e que foi lido, pelo próprio Py, no cheio pátio da Maison Jean Vilar (o fundador em 1947 do festival), diz que “o teatro é o botão que liga o céu à terra”. Miss Knife “está para lá disso”. Ao público, Miss Knife vai lançando farpas, graças, história. Vai piscando o olho à memória de uma Paris que diz já não existir, com a sordidez dos bares de sado-masquismo que faziam as delícias de encenadores e autores hoje instalados. Como Py, na verdade. É ler *Le Roman de Jean-Luc Lagarce*, de Jean-Pierre Thibaudat (Solitaires Intempestifs, 2007), para percebermos de onde vem Miss Knife, perdão, Olivier Py.

Homossexual mais do que assumido, activista e resistente, Py transporta para Miss Knife todo um mundo que Lagarce explorou, por exemplo, em *As Regras da Arte de Bem Viver na Sociedade Moderna*, não por acaso, apresentada em Avignon no espaço Grenier à Sel, no Off, pela companhia Ici comme ailleurs.

Olhamos para Olivier Py escondido atrás de Miss Knife e pensamos como a peça de Lagarce, escrita para uma mulher mas interpretada por um homem, ganha uma dimensão mais amarga, mais próxima eventualmente de uma errância que também existe nas letras de Py. E depois pensamos na sua estruturação, no modo como as letras se fazem herdeiras de uma tradição do music-hall francês dos anos 30, que teve em René Sarvil um dos expoentes máximos do sucesso e do gosto popular. A companhia Les Carboni, de Marselha, no espectáculo *L'Incroyable Destin de René Sarvil, Artiste de Music-hall*, apresentado

no Théâtre des Carmes, mostra como foi sempre possível ler os eventos políticos e históricos através da aparente ligeireza da criação teatral. Miss Knife, e a sua extraordinária forma de convocar a pequena e a grande história, tal como o teatro de Olivier Py, vem daí, de alguém que prefere “o político à política”.

Olivier Py disse querer despedir-se de Miss Knife por uns tempos. “Não se sabe quando poderei voltar a encontrar-me com ela”. A partir de Setembro instala-se em Avignon com a sua equipa. Dirigir Avignon era o “sonho da vida” de Py, disse-o ao *Le Monde* esta semana. Ficamos na dúvida se apresentar Miss Knife no Off, na véspera de ser director do In, é um acto político.

De nada disto falou Miss Knife, agradecendo “às estrelas” terem guiado tão dedicado público ao ringue de patinagem “como se fosse um bar onde nos encontramos sempre”.

Guiados ou não pelas estrelas, certo é que para alguém que prefere “o político à política” não deixa de ser estranho – talvez a contra-gosto, nunca saberemos – que no dia da estreia, por mais longe e surreal que fosse o Palácio do Gelo, e Py não estivesse senão escondido atrás de Miss Knife, na plateia estivesse um quartel-general do UMP, o partido da oposição francês, a começar pela porta-voz de Nicolas Sarkozy, que o nomeou para a direcção de Avignon.

As reportagens em Avignon são financiadas no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Baloji conquistou o público com uma música de exaltação e uma energia contagiante em palco

Bassekou Kouyaté lançou o seu encanto enfeitado com ecos de blues desérticos do mestre Ali Farka Touré, trouxe a energia electrificada do rock e foi capaz de solos épicos

dência da República Democrática do Congo, mas também de muitos outros países africanos, que vai citando enquanto atira farpas às ditaduras e às guerras civis com que se viram/vêm manietados. E saca de um exemplo, para mostrar que não fala de cor: o caso da Costa do Marfim, em 2010, com dois Presidentes a reclamar a vitória eleitoral e a proceder à tomada de posse.

As disputas de poder e a crítica à actuação do FMI em Portugal lembrariam ainda que, a alguns metros dali, à entrada do Castelo do Sines, o festival dá as boas-vindas ao público com uma citação de Nelson Mandela: “*Let freedom reign*” (Deixem reinar a liberdade).

Mas se Baloji grita ainda, no meio do entusiasmo, “isto não é música do mundo, é a nossa música”, antes os Lo’Jo tinham feito quase a apologia contrária. Liderado pela voz e pelo piano de Denis Léan – facilmente imaginável como um Leonard Cohen em língua francesa –, o grupo seria um descendente directo da *chanson* clássica, não fosse a instrumentação que afasta de França as canções que Léan vai desfiando e as distribui pelo Magrebe, pelo Médio Oriente ou pela Jamaica. Para cada canção, há mesmo um mundo de opções.

Antes, o palco fora tomado por uma espantosa viagem a cargo dos Barbez, colectivo norte-americano ligado à editora de John Zorn, numa apresentação de temas inspirados por antigas melodias das comunidades judaicas de Roma, evocando igualmente a ocupação nazi da cidade e o cinema neo-realista italiano, numa música extremamente bela e intensa sem ser explosiva. Terminariam com o tema-tocha da Resistência Italiana durante a Segunda Guerra, *Bella Ciao* – aqui dedicado aos polícias, no geral e no concreto de cada um.

Numa jornada começada ao fim da tarde, com Celina da Piedade a levantar o público do chão valendo-se do seu acordeão enamorado pelas danças tradicionais europeias e a deixar a melodia de *Pêra Verde* a ecoar pelo recinto durante horas, o encerramento ficaria por conta do ska balcânico desembestado do Dubioza Kollektiv, já com o castelo de portas abertas.

A comunhão entre povos e culturas regressa esta quarta-feira com o gnawa de Hassan El Gadiri, transferindo-se segunda e terça para o Centro de Artes, com concertos de Jon Luz ou Aline Frazão.

mos de definição clara de personalidade artística – ainda algo à deriva entre as suas referências de adolescente na Bélgica e a descoberta da música do seu país na idade adulta, e que não resulta, por enquanto, num reportório que deslumbre –, o músico disfarça primorosamente com a facilidade em conquistar o público. E fá-lo de duas formas: através de uma música de exaltação e uma contagiante energia em palco, enfeitada de saltos, pontapés no ar, descidas até à multidão e esperneando no chão enquanto canta no limite, engrena depois um discurso político que o coloca de imediato no mesmo lado da barricada que a assistência.

Baloji começa por frisar que o álbum *Kinshasa Succursale* é motivado pelo 50.º aniversário da indepen-



A Miss Knife de Olivier Py

Egípcios temem mais violência no dia de todos os apelos aos protestos

O que quer o Exército quando pede aos “egípcios honestos” um “mandato para combater o terrorismo”? “Uma guerra civil”, diz a Irmandade. Alguns dos que apoiaram o derrube de Morsi também desconfiam

Egipto
Sofia Lorena

O apelo a um protesto que dê aos militares “um mandato para enfrentar a violência e o terrorismo” não “significa uma ameaça a nenhum grupo político”, assegurou ontem o Exército do Egipto. As garantias não sossegaram a Irmandade Muçulmana nem muitos políticos e activistas que apoiaram o derrube do Presidente Mohamed Morsi, no início do mês, mas que agora temem um plano dos militares para tomar o poder.

Quando afastaram Morsi, as Forças Armadas disseram que o faziam legitimadas pelos milhões que tinham saído à rua a pedir a demissão do primeiro Presidente escolhido em eleições livres no país. Isso é diferente de apelar aos egípcios para se manifestarem, como fez o general Abdel Fattah al-Sissi. “Peço a todos os egípcios honestos que saiam à rua na sexta-feira [hoje]”, disse Sissi. “Porquê? Para me darem um mandato e uma ordem para que eu possa confrontar a violência e o potencial terrorismo.”

Os apoiantes de Morsi ouviram um pedido de apoio à repressão da Irmandade, que viu muitos membros detidos desde o golpe de dia 3 de Julho – Morsi e os seus conselheiros estão detidos sem acusação. A Irmandade considerou a declaração um incentivo “à guerra civil” e marcou o seu próprio protesto, contra “o golpe de Estado militar sangrento”.

A violência aumentou e muito desde as manifestações a pedir a demissão de Morsi, no fim de Junho. Pelo menos 216 pessoas morreram, incluindo 40 em ataques de grupos radicais na região do Sinai. Outros morreram em confrontos entre grupos de manifestantes rivais, mas 60 eram apoiantes de Morsi mortos em ataques das forças de segurança.

“A presença de armas, intimidações, medo, tudo isto causa preocupações, especialmente quando há tantos apelos para manifestações de diferentes lados”, disse ontem Hazem el-Beblawy, actual primeiro-ministro interino, nomeado pelos militares. A Casa Branca disse ter pedido às forças de segurança para “exercerem contenção máxima”.

De todos os lados vieram pedidos para que os protestos de hoje sejam pacíficos, mas também palavras in-



A sede da guarda republicana, onde Morsi terá estado detido, tem sido um dos palcos dos protestos da Irmandade

“A ideia de arrastar as massas retira o Exército da neutralidade a que se tinha comprometido”, avisa o partido de Abdel Fotouh, que apoiou a destituição de Mohamed Morsi

flamatórias. O guia da Irmandade, Mohamed Badie, descreveu o apelo de Sissi como “um crime pior do que destruir a Caaba”, o cubo negro de Meca para onde os muçulmanos se viram para rezar. “Vamos limpar o Egipto”, pediu o Tamarod, o grupo que mobilizou os protestos contra Morsi no fim de Julho.

Para além do Tamarod, também o partido liberal Dostour, do ex-diplomata da ONU Mohamed ElBaradei, e a Corrente Popular, do socialista Hamdeen Sabahi, que ficou em terceiro lugar nas presidenciais do ano passado, apoiam o pedido de Sissi.

Exército fortalecido

Mas muitos ficaram preocupados. “É realmente assustador, faz-me sentir de volta aos anos 1950 e 1960”, quando Gamal Abdul Nasser deteve milhares de islamistas e de activistas de esquerda enquanto tornava o Egip-

to numa ditadura, diz Wael Abbas, *blogger* que se tornou conhecido ao denunciar os abusos das forças de segurança nos últimos anos de Hosni Mubarak. “O que está a acontecer só fortalece a posição do Exército. Podemos acabar com um regime totalitário como o de Mubarak”, avisa Abbas, ouvido pelo *Financial Times*.

“O Estado não precisa de um mandato para desempenhar as suas funções”, afirma o partido Nour dos ultraconservadores salafistas (segundo partido mais votado nas legislativas do final de 2011) que estiveram ao lado da oposição liberal e secular no apoio ao derrube de Morsi. “Sissi foi muito ambíguo em relação ao que significa ser um terrorista”, diz um porta-voz, Bassam Zarqa. “Ficámos preocupados com o que poderá fazer com o mandato que pede.”

Quando afastou Morsi, Sissi nomeou um novo chefe de Estado, o

juiz Adly al-Mansour, e prometeu que os militares ficariam afastados da política. “A ideia de arrastar as massas retira o Exército da neutralidade a que se tinha comprometido”, diz em comunicado o Partido Forte, de Abdel Aboul Fotouh, que abandonou a Irmandade em 2011 e se apresentou o ano passado às presidenciais. “Tendo em conta a mobilização da oposição, isto pode conduzir-nos a um conflito civil.”

Numa tentativa de desbloquear a crise, o antigo primeiro-ministro de Morsi, o independente Hisham Qandil, propôs medidas para “aligeirar a atmosfera” – manifestações limitadas a concentrações em pontos definidos para evitar confrontos e a libertação de todos os detidos depois de 3 de Julho. Depois, todos se sentariam à mesa para tentar chegar a um acordo sobre a “legitimidade” e o futuro. Ninguém respondeu.

KHALED ABDULLAH/REUTERS



Breves

Guerracivil

ONU confirma que mortos na Síria são já mais de cem mil

Já havia informações que o diziam, agora é oficial: mais de cem mil pessoas foram mortas na Síria desde o início da guerra, disse ontem o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. A declaração de Ban confirma informações de organizações não-governamentais que já antes tinham anunciado que o número de mortos ultrapassara os cem mil desde o início da revolta contra o regime de Bashar al-Assad, em Março de 2011.

Tunisinos nas ruas após assassinio de político da oposição

Tunísia

É o segundo assassinio político do ano no país. Teme-se instabilidade na recta final da transição democrática

Mal se espalhou a notícia, milhares de tunisinos saíram à rua em protesto pelo assassinio de Mohammed Brahmi, de 58 anos, ex-líder de um pequeno partido de esquerda, o Movimento Popular. O alvo dos manifestantes era o Governo e o partido que o domina, o Ennahda (islamista moderado).

Brahmi foi ontem morto ao sair de casa, cravado de balas em frente à mulher e filhos, como contou um membro do seu partido a uma rádio local, sem conseguir disfarçar o choro.

O segundo assassinio político do ano arrisca deixar o país numa situação delicada. Em Fevereiro, após a morte de Chokri Belaid, também de um partido de esquerda (da mesma coligação do partido de Brahmi, a Frente Popular) o país entrou em crise e só acalmou após uma remodelação governamental e a demissão do primeiro-ministro.

“Irmandade, fora!”, gritavam os manifestantes, em referência à ligação do Ennahda, que venceu as eleições de Outubro de 2011 e que, governando com dois partidos seculares, está a liderar a transição democrática, e o partido no poder agora afastado pelo Exército no Egipto. Numa localidade perto de Sidi Bouzid, onde começaram os protestos que acabaram por levar à queda do Presidente Zine El Abidine Ben Ali em Janeiro de 2011, manifestantes irados incendiaram a sede local do partido



Nas ruas gritaram-se palavras de ordem contra o Governo

no poder. Brahmi tinha sido eleito deputado por Sidi Bouzid.

“Isto vai mesmo pôr o Ennahda no centro das atenções”, comentou Laryssa Chomiak, directora do Instituto de Estudos Magrebinos, com sede em Tunes. “O povo tunisino não está satisfeito com a forma como foi feita a investigação ao assassinio de Chokri Belaid.”

O Governo apontou o dedo a extremistas pelo assassinio de Belaid. Diz que seis suspeitos estão a monte e promete revelar em breve os seus nomes.

A Tunísia, onde começou a chamada Primavera Árabe, está na recta final do processo de transição democrática: a nova Constituição já está escrita e vai ser votada nas próximas semanas. O primeiro-ministro prometeu no início da semana que as eleições para um novo Presidente serão realizadas antes do final do ano.

PUBLICIDADE

Para além da natureza, há em Tróia a oportunidade única de investir com retorno mínimo de 6%* ao ano.

Durante os primeiros 5 anos.

A sua casa de sonho, com uma localização exclusiva, mesmo à beira-mar.

Invista no futuro e compre um Apartamento Turístico, mobilado e equipado pronto a utilizar, em Tróia. O troiaresort presta-lhe os serviços de utilização, bem como os serviços de promoção e exploração turística.

troiaresort, um lugar para além do que imaginamos.

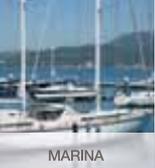
Paisagens deslumbrantes, praias de areia branca e mar transparente. Vai viver dias perfeitos em família: passeios de barco, observação de golfinhos, partidas de golfe num dos melhores campos da Europa, visitas às Ruínas Romanas de Tróia.

Mais informações em c.publico.pt/troiaresort

Não perca esta oportunidade. Oferta de assinatura digital do Público durante 5 anos e 5 anos de golfe no troiaresort.

* O valor da taxa de rendimento apresentada é bruto e refere-se à remuneração paga pela Entidade Exploradora ao Proprietário pela cedência do direito de exploração turística do Apartamento durante o período de 32 semanas anuais, previamente fixadas, correspondente a um valor equivalente a 6% do preço de compra de um Apartamento Turístico. O rendimento da exploração turística neste período de 32 semanas anuais será receita da Entidade Exploradora. O Proprietário terá a utilização privada do Apartamento Turístico durante as restantes 20 semanas, previamente fixadas ao longo do ano, salvo acordo em contrário. O período de rendimento garantido de exploração turística inicia-se na data da assinatura da Escritura de compra e venda e do Contrato de Prestação de Serviços de Exploração Turística do Apartamento Turístico e permanece válido e eficaz pelo prazo fixo, não renovável, de 5 anos a contar dessa data. O pagamento do valor referente à remuneração pela cedência da exploração turística das 32 semanas será feito semestral e postecipadamente. Após o referido período de 5 anos, o Proprietário poderá utilizar o Apartamento Turístico durante as 52 semanas anuais, salvo acordo com a Entidade exploradora, sendo nesse caso, o rendimento da exploração do Apartamento Turístico o resultado do período efectivo de ocupação turística do Apartamento para alojamento a turistas, de acordo com o previsto no Contrato de Prestação de Serviços e sujeito às normais condições de mercado. Oferta válida para os Apartamentos Turísticos da Praia Sado, Arrábida e Atlântico e Apartamentos Turísticos da Marina de tipologia T0, T1, T2 e T3. Campanha válida até 31 de Dezembro de 2013 e sujeita a disponibilidade.













Desde **190.000€***
até 31 de Dezembro de 2013.



Tiago Bartolomeu Costa, em Avignon

No Festival de Avignon foram muitas as propostas que questionaram o modo como a Europa olha para África – uma delas, *Exhibit B*, do sul-africano Brett Bailey, estará em Portugal no próximo ano. Nova oportunidade para reflectir sobre tudo o que não está resolvido entre “nós” e “eles”.

FOTOGRAFIAS DE CHRISTOPHE RAYNAUD DELAGE



Au-Delà

Seis bailarinos, um cantor e dois músicos chamam os incontáveis mortos do Congo neste espectáculo do coreógrafo DeLaVallet Bidiefono — aos mortos da guerra civil somam-se, hoje, os mortos dos acidentes rodoviários, da pobreza, da fome e da falta de cuidados de saúde

As cabeças que são a única parte visível de um corpo escondido no interior de uma caixa branca, como se antecipassem já a sua decapitação. A marioneta que olha, impávida, para corpos que se esgotam em gritos e em movimentos rasgando os próprios músculos. O homem que cospe o que parece ser sangue no pescoço de um outro, manchando-lhe o laço que o enfeita, enquanto se encavalita nos seus ombros. O rapaz que ensaia um ritual de evocação como se através do desejo de purificação contido nas suas palavras conseguisse alcançar a memória dos seus antepassados. A mulher que dança como se com cada gesto se afastasse da sua própria herança genética, a de neta de ditadores que impediam mulheres de dançar. Outra mulher que repete as palavras de quem antes a torturou. As descrições das torturas inflingidas a minorias que deveriam ser iguais às maiorias mas que alguém decidiu escolher como brinquedo de morte. A criança que atravessa uma rua ao lado de um bocado de corpo já putrefacto.

São imagens impressionantes que ficam de alguns dos espectáculos africanos da 67.ª edição do Festival de Avignon, que hoje termina em França. Imagens que incomodam e que tanto contam a história de países que em nada se assemelham como resumem a ideia conjunta que, habitualmente, se lança sobre esse continente que a Europa continua a confundir com um país. “A África não é um país, sabe disso, certo?”, respondeu um espectador perante a pergunta, insistente, do moderador de um debate com o filósofo Georges Didi-Huberman, que tentava saber se as mesmas



dúvidas sobre o futuro que se colocam na Europa “se podem colocar ao Brasil, a África ou à Ásia”.

É preciso saber um pouco mais de História, e desejar um bocadinho menos de conforto filosófico, para se conseguir dosear o impacto que um espectáculo africano possa trazer a uma Europa afásica. Sobretudo para se poder, inclusivamente, olhar para estes espectáculos precisamente como espectáculos. O exercício de distanciação e aproximação é simultâneo e, muitas vezes, contraditório. *Exhibit B*, do sul-africano Brett Bailey, *Shéda*, do congolês Dieudonné Niangouna, *Drums and Digging*, do tam-

bém congolês Faustin Linyekula, *Au-Delà*, de outro congolês, DeLaVallet Bidiefono, *Qaddish*, do nigeriano Qudus Onikeku, *Hate Radio*, do colectivo ruandês International Institute of Political Murder, e *19-Born - 76 Rebels*, das sul-africanas Mamela Nyamza e Faniswa Yisa, instituem-se como vias de acesso a uma reflexão “sobre a necessidade de fazer um ponto da situação”.

Este “ponto da situação” exigido por Faustin Linyekula pressente-se no conjunto dos espectáculos, mesmo que não tivéssemos o desprante de usar o mesmo princípio de aglomeração para falar de objectos euro-

Sabe que África não é um país, certo?



Sans Doute

Jean-Paul Delore reuniu actores, músicos e cantores com quem trabalha há mais de dez anos e construiu com eles uma viagem que vai da África do Sul ao Brasil, do Congo ao Japão — a partir de textos de autores como Mia Couto e Dieudonné Niangouna, mas também das criações originais destes artistas e dos seus companheiros de estrada



“Há muitos casos de expiação artística. Contra isso o teatro pode muito pouco” Dieudonné Niangouna

peus. Mas, e porque nos últimos anos as programações dos teatros e dos festivais têm sido férteis no alimentar de uma relação entre o desejo de compreensão (o europeu) e o de expressão (o africano), o teatro “quanto lugar de circulação de ideias, de emoções e de visões”, como diz o coreógrafo congolês, permite, sobretudo aos africanos, imaginar pequenos espaços de sonho, às vezes mentais, outras vezes físicos”. “E de forma mais viva”, acrescenta Dieudonné Niangouna.

Claro: a construção performática, angustiada e ansiosa de *Shêda* e *Drums and Digging*, tal como em *Quaddish* e *Au-Delà*, contrasta grandemente com propostas bastante mais permeáveis à discussão como *Exhibit B* ou *Hate Radio*. Contudo, partilham todas um mesmo devir: a fragilidade que o teatro pode acentuar. Diz Niangouna, artista associado desta edição que trouxe com ele outros nomes que de tanto circularem na Europa se tornaram símbolos de um modo de olhar para a criação africana como uma linha a direito, “que não se vai de A a B no teatro”. “Há ricochetes,

acidentes, deformações, inflexões diversas. Não deve haver uma evidência imediata, uma ‘verdade’ revelada, mas sempre interrogações que se confrontam. O jogo que jogamos no teatro é frágil e perigoso.” Será por isso que as ferramentas dramáticas ou pós-dramáticas que se usam na Europa para tentar “ler” estes espetáculos soçobram perante a intensidade com que os próprios artistas delas se afastam. Qudus Onikeku, que aos 25 anos impressionou Avignon com o modo como se inscreve numa herança e a transporta para o interior dos códigos formatados, alargando-os, lembra que na cultura yoruba, da qual é herdeiro, as palavras “imagem” e “presente” têm a mesma raiz. “É uma cultura que desenvolve relações muito interessantes entre as noções de espectáculo, de memória e de presença. Na cosmogonia yoruba há dezenas de histórias sobre as origens do mundo. São todas diferentes e todas verdadeiras. Se alguém conta uma história, considera-se que é a sua história, e que, nesse sentido, é verdadeira e digna de ser ouvida. Há algo de verdadeiramente democrático nesta filosofia. Não se trata de compreender o que quer que seja, mas de viver o presente. E nesse ‘presente’ não há nada para analisar, não há qualquer experiência para ser vivida, há apenas uma viagem que se faz em conjunto.”

Uma História mal contada

Mas a questão é mais vasta. Diz Brett Bailey, o autor de *Exhibit B*, que “não é trivial que os centros de pesquisa das antigas forças coloniais guardem ainda nos seus arquivos subterrâneos milhares de esqueletos de cidadãos



das suas ex-colónias. Ossaturas que, para inúmeras culturas, têm um poder espiritual”. Esse “saque macabro”, argumenta, “continua a ecoar como um símbolo mítico do equilíbrio de poderes no mundo pós-colonial”. Assim, se a história de um país colonizador pode ser a história do seu império, para a ex-colónia é a história de um sequestro. “Lembro-me da consternação visceral que senti quando visitei o Museu de História Tropical de Amsterdão, em 1999”, conta Bailey. “Vi máscaras cerimoniais africanas delicadamente iluminadas nos seus sarcófagos de vidro: estavam guardadas, conservadas, etiquetadas, definidas, asseptizadas, magníficas mas mortas porque arrancadas das suas origens”.

Exhibit B não podia, por isso, ser se não a exposição viva dos corpos herdeiros desse sequestro. A instalação-performance, que no verão de 2014 será apresentada em Portugal pelo programa Próximo Futuro, da Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, e pelo Festival Materiais Diversos, em Minde, obriga-nos a um confronto com a História da Europa. Brett Bailey diz-nos que criará especialmente para Portugal uma secção sobre as relações com as nossas ex-colónias, que colocará ao lado dos jogos cénicos que constrói com os seus intérpretes — expostos em caixões, vitrinas, placas giratórias, jaulas ou salas de aeroporto onde acabam por morrer sufocados. “A crença imperial subjacente, decorrente da teoria evolucionista do século XIX, preconizava a extermínio das raças inferiores como um elemento necessário à purificação do mundo e ao triunfo da civilização”, escreve o artista no programa. Por isso, a divisão de África proposta pela Conferência de Berlim de 1884-1885, criando a ideia de que aquele imenso e diverso território era assimilável pela lente redutora dos poderes europeus, está na base dos erros de interpretação a que a História africana foi sendo sujeita. E que, ainda hoje, quando um espectáculo africano se apresenta na Europa, continua latente. O olhar que a Europa lança sobre África é o olhar que a Europa lança sobre si mesma. “Há muitos casos de expiação história, artística, cultural e política”, diz Dieudonné Niangouna. E se “cada homem é uma raça”, como lembra Mia Couto num dos textos lidos em *Sans Doute*, de Jean-Paul Delore, não é menos verdade que

Shêda

O actor, autor e encenador congolês Dieudonné Niangouna, artista associado desta edição do Festival de Avignon, andou 11 anos a “ruminar” este espectáculo-fresco que toca a vida e a morte, o amor e a violência, a sabedoria e a loucura, a esperança e o impasse

“África podia ser um cidade em França”. Ou em Portugal. “E contra isso o teatro pode muito pouco”, acrescenta o artista associado. “Só o sonho permite imaginar o futuro, mesmo que seja sombrio e, às vezes, um pesadelo.”

É que, como diz Milo Rau, do Institute of Political Murder, que em Avignon apresentou *Hate Radio* (espectáculo já visto em Lisboa, no Teatro Maria Matos), “no teatro nunca estamos num sonho: estamos sempre a ser acordados”. A peça que recria o ambiente e os discursos das emissões da Radio-Télévision Libre des Mille Collines, em Kigali, no Ruanda, durante o genocídio de 1994, coloca o espectador no lugar do ouvinte — e o que se ouve é insuportavelmente doloroso. Mas a passividade do espectador corresponde à passividade dos que não se deram conta do incitamento ao ódio por parte dos animadores de rádio. É uma reescrita da História não para a sua assimilação como prática distante mas para “revelar a banalidade do genocídio”. Incomoda ouvir agora precisamente porque antes não se quis ver. “O teatro permite mostrar a face escondida [da realidade]”; *Hate Radio*, como os outros exemplos aqui lembrados, oferece ao espectador, e em particular ao espectador europeu, “a possibilidade de se subtrair na própria História”. Ou seja, de a viver.

Exhibit B

Expostos em caixões, vitrinas, jaulas (“os pretos já foram alimentados”) ou salas de aeroporto onde morrem sufocados, os intérpretes de *Exhibit B* evocam toda uma História de sequestro (o reverso da História “imperial” que se conta na Europa). A performance do sul-africano Brett Bailey virá a Lisboa (Próximo Futuro) e a Minde (Festival Materiais Diversos) em 2014

As reportagens em Avignon são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Marcel Proust



Um romance em forma de vida



Marcel Proust em Illiers-Combray, França (1893). Ao lado, caderno com notas para *Do Lado de Swann*

Este ano comemora-se o centenário da publicação de *Em Busca do Tempo Perdido*, de Marcel Proust (1871-1922). O primeiro volume, *Do Lado de Swann*, foi editado em França em Novembro de 1913. Pedimos ao escritor António Mega Ferreira, que conhece bem a obra e a biografia do autor, que voltasse a elas. Este é o primeiro de três textos que percorrem um dos romances fundamentais da literatura

100 anos de *Em Busca do Tempo Perdido* (1) António Mega Ferreira

Em Novembro de 1913, acabou de se imprimir em Paris com a chancela do jovem editor Bernard Grasset um romance estranho, diferente de tudo o que então se publicava: chamava-se *Du côté de chez Swann* (*Do Lado de Swann*), tinha como autor Marcel Proust, nascido em 1871, e apresentava-se como a primeira parte de uma trilogia intitulada *A la recherche du temps perdu* (*Em Busca do Tempo Perdido*). Proust publicara, ainda no século anterior, um volumezinho pouco lido, prefaciado por Anatole France, *Les plaisirs et les jours*; e, nos primeiros anos do século, duas traduções de John Ruskin e alguns artigos em revistas de circulação restrita e no *Le Figaro*, jornal literariamente muito ligado aos meios académicos. A maior parte do que escrevera dormitava na gaveta: mil páginas de um romance, laboriosamente arquiectado entre 1894 e 1904, que nunca adquiriu forma definitiva e que viria a ser publicado muito depois da sua morte, com o título *Jean Santeuil*.

O primeiro volume do romance de Proust tivera uma génese editorial atribulada, como atribulada havia de ser a sua continuidade, até à publicação do último volume da obra, em 1927, cinco anos depois da morte do autor. Tal como hoje o conhecemos, *Em Busca do Tempo Perdido* desdobra-se em sete volumes, mais quatro do que o seu projecto original. São eles: *Do Lado de Swann*, *À Sombra das Raparigas em Flor*, *O Lado de Guermantes*, *Sodoma e Gomorra*, *A Prisioneira*, *A Fugitiva* (*Albertine Desaparecida*) e *O Tempo Reencontrado* (todas as citações seguem a tradução de Pedro Tamen, publicada entre 2003 e 2005 na Relógio D'Água). Embora os episódios que o integram se estendam por um período longo (mais ou menos de 1870 até 1920, da guerra franco-prussiana ao final da Grande Guerra, tempo de vida do autor), a sua atenção incide sobretudo sobre a *bonne société* parisiense do final do século XIX e início do século XX, que corresponde ao tempo em que Marcel Proust a frequentou com assiduidade.

Ora, *Do Lado de Swann*, ou o seu projecto, fora já rejeitado por duas grandes casas editoras, a Fasquelle e a prestigiosa N.R.F. Em finais de 1912, o director de uma terceira não hesitara em afirmar: “Não consigo compreender

como um cavalheiro gasta trinta páginas a descrever as voltas e reviravoltas que dá na cama, antes de adormecer.” É certo que o projecto de Proust era desconcertante: o que ele queria escrever, leitor assíduo e fervoroso da obra de Henri Bergson, era “um romance sobre o Tempo”, o tempo vivido, presentificado, por oposição ao tempo físico, sucessivo. Para tal, recorreria à “memória involuntária”, essa espécie de capacidade potencial para tornar presentes todas as coisas passadas, despertada do seu sono por uma espécie de irradiação mnésica contida nas próprias coisas que alguma vez fizeram parte da nossa história pessoal. Mas a forma editorial do romance ia conhecendo, quase de mês para mês, alterações significativas: parte estava ainda por escrever; e mesmo a extensão do primeiro volume, que era o que ele propunha aos editores, variava de carta para carta. A leitura das primeiras dezenas de páginas motivara o comentário jocoso do editor Humblot.

A tentativa seguinte foi junto do editor Bernard Grasset. Proust propôs-se pagar a edição e, ainda, fazer o editor partilhar dos resultados da venda. Nem sequer lhe enviou o original; em finais de Fevereiro de 1913, recebeu uma resposta positiva – e incondicional. Passou o Verão em revisões, que aumentaram muito a extensão do original, e em angústias quanto à dimensão do volume, ao título, à reacção do público. Decidiu-se, por fim, a dividir esta primeira parte em dois volumes, deixando o longo capítulo sobre “as raparigas em flor” para um segundo volume: duzentas páginas que, quando o livro veio a ser publicado, em 1919, tinham crescido para quase seiscentas...

Do Lado de Swann é finalmente editado em Novembro de 1913 e anuncia-se como a primeira parte de um romance em três etapas: *O Lado de Guermantes* (incorporando o episódio das “raparigas em flor”) e *O Tempo Reencontrado* completarão esta exploração dos “dois lados” que definem Combray – o lado onde fica a casa de Charles Swann e o lado onde ficam as propriedades dos Guermantes. Um dos achados da arquitectura romanesca de Proust começa nesta “invenção” dos “dois lados” de Combray, uma transposição muito criativa da Illiers paterna, onde Proust ia de férias na infância e que constitui o espaço de representação das primeiras recordações do Narrador. Ora, este Narrador (o *je* que o define desde a frase inaugural, “*longtemps je me suis couché de bonne heure*”) é uma personagem de corpo inteiro,

que Proust vai construir a partir de uma infinidade de episódios da sua vida, mas também de tudo o que foi apreendendo, através do tempo, acerca da vida dos outros. Proust está no Narrador (que até se chama Marcel), mas não é ele. O seu romance acaba por ser o romance de uma vida, mas não necessariamente a sua.

Do Lado de Swann é o prólogo voluptuoso de uma ópera wagneriana, em que tudo – a música, a poesia, a pintura, a filosofia, as cores e a Natureza, os sentimentos e as aspirações, e os sentidos, todos os sentidos – é convocado sinesteticamente para preencher o espaço da consciência do Narrador e modelar o Tempo da sua vida, através da escrita do romance. Estão lá, por vezes meramente esboçados, todos os temas fundamentais de *Em Busca do Tempo Perdido*: a rigidez social das castas e as estratégias aspiracionais da burguesia; a condição judaica e a homossexualidade; a culpa edipiana do Narrador e a

Tal como hoje o conhecemos, *Em Busca do Tempo Perdido* desdobra-se em sete volumes, mais quatro do que o seu projecto original

perspectiva sempre adiada da expiação; o amor e o ciúme; a sinceridade e a hipocrisia; a “universalidade do desejo” e o hábito; a perda e a libertação; o diletantismo e a criação; a busca da Beleza e a revelação pela Arte. A figura de Charles Swann domina este primeiro *volet* do romance. Swann, filho de um riquíssimo agente de câmbios de ascendência judaica, é íntimo das cabeças coroadas e por coroar da Europa e benquisto nos salões do *faubourg* Saint-Germain, onde se acantona a alta aristocracia parisiense. Amigo dos avós do Narrador, é visita habitual da casa de Combray, onde se distingue pela sua elegância natural, conversa inteligente e gosto requintado. O mesmo não acontece com a mulher, Odette de Crécy, uma antiga mundana convertida pela paixão obsessiva e doentia de Swann. É precisamente sobre a natureza ambivalente desta “paixão funesta”, em que à máxima dependência afectiva corresponde o mais exacerbado ciúme (as “intermitências do coração”), que se desenvolve a segunda parte do volume, *Um Amor de Swann*, que com este

título chegaria a ser publicado autonomamente, depois da morte de Proust. No romance, Swann torna-se igualmente uma referência e um modelo para o Narrador, a matriz sobre a qual Proust desenvolve a personagem de Marcel: assim o demonstram os destinos paralelos dos dois, a acessão social do Narrador ao *faubourg* Saint-Germain e a sua paixão por Albertine, que segue os mesmos passos da perdição do seu mentor por Odette.

A publicação do segundo volume, *À Sombra das Raparigas em Flor*, havia de esperar seis anos. Com a eclosão da Guerra, Proust decidira suspender a edição dos restantes volumes da obra, até que o conflito terminasse. A trágica duração da guerra iria, no entanto, ser decisiva para o seu desenvolvimento. É que, entre 1914 e 1919, o escritor decide reformular a estrutura, expandindo-a até limites que punham em água a cabeça dos editores (o segundo volume sairá já com a chancela da N.R.F./Gallimard). A sua paixão malograda por um motorista que conhecera alguns anos antes, Alfred Agostinelli, e que terminara com a morte acidental deste num desastre de avião, inspira-lhe o desenvolvimento da personagem de Albertine, que surgia no volume das “raparigas em flor”, mas que vai transformar-se na heroína infeliz de *A Prisioneira* e trágica de *A Fugitiva*, quinto e sexto volumes do romance, publicados já depois da morte de Proust, ocorrida em 1922. À medida que escrevia estes dois títulos, que ainda não constavam do plano de 1913, Proust ia ampliando *À Sombra das Raparigas em Flor*. Em Balbec, reconstituição transfigurada de uma estância balnear onde Proust costumava passar o Verão (Cabourg), o Narrador conhece um grupo de raparigas muito jovens (as *jeunes filles en fleur*), que passarão a constituir uma espécie de horizonte hipnótico da sua fixação amorosa de adolescente, fascinada pela constante transformação das formas em movimento. O grupo que, como uma explosão de luz, ocupa o centro do quadro, é talvez uma transposição de um bando de rapazes que andava pela praia, em Cabourg. Ao princípio, o Narrador deslumbra-se com o grupo, “massa amorfa e deliciosa”. Depois, uma após outra, o Narrador vai apaixonar-se (ou julgar-se apaixonado) por cada uma delas, ao mesmo tempo que lhes inveja a independência e alacridade e suspeita que se entregam umas às outras em jogos amorosos proibidos e escandalosos. As suas suspeitas incidem sobretudo sobre

Albertine e André, que parecem inseparáveis, e são precisamente elas que o Narrador vai eleger como objecto da sua atenção obsessiva e de um ciúme doentio. O tema da homossexualidade feminina (Gomorra), que aparecera sugerido em *Do Lado de Swann* com a cena da sedução da filha do compositor Vinteuil por uma amiga mais velha e certas perguntas indiscretas de Swann a Odette, ganha aqui a consistência que o tornará, juntamente com o da “inversão” masculina (Sodoma), um dos motores de *Em Busca do Tempo Perdido*.

Mas *À Sombra das Raparigas em Flor* revela ainda uma outra personagem que será figura tutelar da educação artística do Narrador. Proust assentara a criação da consciência estética do Narrador num *trivium* virtuoso: a música, a pintura, a literatura. E se começara a desvelar as figuras de Vinteuil (a música) e de Bergotte (a literatura) no primeiro volume, é aqui que dá corpo a uma formidável ficção poética, a do pintor Elstir (anagrama imperfeito de Whistler). Enquanto Bergotte, directamente transposto de Anatole France (que prefaciara, recorde-se, o seu livro inaugural, em 1896), estava condenado a morrer literariamente quando o Narrador deixasse de o considerar uma expressão das suas aspirações artísticas, Vinteuil e Elstir permanecerão como referências incontornáveis ao longo de todo o romance. A arte de Elstir, a sua percepção da essência das coisas no teatro da Natureza, consuma-se num quadro totalmente inventado por Proust, *Le port de Carquethuit*, onde se estabelece a unidade entre o mar e a terra, entre o mar e as montanhas, entre o mar e o sol, através do uso da analogia enriquecedora.

Este segundo volume do romance viria a ser galardoado com o Prémio Goncourt em 1919. Admirado até então por uma minoria, Marcel Proust começava a tornar-se célebre.

Próximo artigo: Os Guermantes, apogeu e queda

António Mega Ferreira é o autor do livro *O Essencial sobre Marcel Proust* (INCM)

Esta série é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Marcel Proust

Os Guermantes, apogeu e queda

Os Guermantes começam por ser um modelo em que se projectam todas as aspirações sociais do jovem Marcel, para se tornarem, no final do romance, numa caricatura do tempo que passou. Segundo texto do escritor António Mega Ferreira sobre *Em Busca do Tempo Perdido*, obra que em Novembro faz 100 anos



Marcel Proust numa fotografia de Janeiro de 1896

CORBIS

100 anos de *Em Busca do Tempo Perdido* (2)
António Mega Ferreira

Sobre a cabeça febril e sonhadora de Marcel, o Narrador, quando criança, pairam duas nuvens propícias, por entre as quais refulgem os raios redentores de todas as revelações: de um lado, a de Charles Swann, que é um semideus refinado, mas humano, demasiado humano, visita frequente da vilegiatura dos avós de Marcel; do outro, os Guermantes, que começam por ser um Nome que identifica numerosos sinais dispersos pelo território de Combray, as ruínas de um castelo, um vitral na igreja da vila, ou o eco da sua existência na conversação mundana, suave e elegante, de Swann. Swann não se presta à construção de uma mitologia, é demasiado físico e humano para isso – um mensageiro dos Guermantes, um facilitador do acesso do Narrador às antecâmaras do mito; os Guermantes são um paradigma, o horizonte de projecção de todas as aspirações sociais do jovem Marcel, para se tornarem mais tarde, no final do romance, uma caricatura do tempo passado, o emblema da decadência e morte de uma certa França que a Primeira Guerra tinha feito perecer. Tudo começa no Nome, cuja ressonância se alimenta das elucubrações fantásticas do jovem Marcel. Como sempre acontece em Proust, o conhecimento do

sujeito ou lugar portador desse Nome idealizado e mitificado constitui uma cruel decepção: é assim, por exemplo, que Bergotte, cuja obra idolatrava, se torna o mais fastidioso dos interlocutores, durante um almoço em casa de Odette Swann.

Em *O Lado de Guermantes*, o Narrador, favorecido pelo facto de a sua família ter ido viver para um apartamento contíguo à mansão parisiense dos duques de Guermantes, começa por desenvolver uma paixão exacerbada pela figura da duquesa Oriana, na qual imagina concentradas todas as virtudes de uma linhagem ilustre que remonta aos primeiros tempos da História de França. Swann, que dela falara pela primeira vez quando Oriana era ainda apenas princesa de Laumes, permitira a Marcel elaborar uma espécie de teogonia pagã dos Guermantes, cuja estirpe teria como origem “a fecundação mitológica de uma ninfa por um pássaro divino”. A primeira parte do volume descreve o sistema mundano que se estrutura em torno do Nome de Guermantes: o Narrador observa o apertado círculo numa sessão na Ópera, e, mais tarde, quando é finalmente recebido para jantar em casa dos duques; e estes episódios proporcionam, pela pena afiada de Proust, algumas das mais brilhantes e humorísticas páginas do romance. É que enquanto o primeiro episódio é tratado em registo pretensamente panegírico (mas o leitor notará que o excesso de “ornamentação” da *soirée* na Ópera é um efeito de demarcação de Proust em relação ao objecto da narração), o segundo é claramente elaborado em registo irónico, todos os gestos, ditos e intrigas da *bonne société* passados a pente fino pelo acerado sentido de observação de Marcel. De facto, o Narrador parte de um estado próximo da admiração beatífica para uma surda irritação em relação à hipocrisia e vacuidade dominantes na corte dos Guermantes. É que, progressivamente, uma vez admitido à intimidade da duquesa, por observar os tiques de snobismo e as limitações culturais de Oriana, Marcel desencanta-se dela: era uma fada, como o seu nome sugere, mas “a fada definha à medida que nos aproximarmos da pessoa real a que o seu nome corresponde, porque o nome dessa pessoa começa então a reflecti-la, e ela nada contém da fada”. A gota de água será o juízo depreciativo que a duquesa pronuncia sobre a pintura de Elstir, que o Narrador idolatra.

Porém, através dela ou com ela relacionadas, emergem duas

personagens que vão ganhar papel preponderante na sequência do romance: uma delas é o barão de Charlus, tio da duquesa, que funciona simultaneamente como quintessência dos Guermantes e prenúncio da obsolescência e corrupção do mundo que eles representam; a segunda é um sobrinho deste, Robert de Saint-Loup, que o Narrador conhecera em Balbec (*À Sombra das Raparigas em Flor*), e com quem estabelece uma intensa amizade baseada na dependência, talvez por sentir, em relação a Saint-Loup, “um enternecimento confuso em sentir-se apoiado em situações exteriores”. Enfim, reaparece Albertine, uma das “raparigas em flor” de Balbec, que será chamada, nos volumes posteriores, a ganhar ascendente na vida do Narrador. *O Lado de Guermantes* termina em tom elegíaco, quando Swann, muito envelhecido, anuncia aos convidados da duquesa de Guermantes que só tem três ou quatro meses de vida, pondo termo ao primeiro ciclo do romance, que se estrutura em função dos “dois lados” de Combray: o de Swann e o de Guermantes. Mas, na edição inicial do volume, em finais de 1920, o fecho era assegurado pela primeira parte de *Sodoma e Gomorra*, aquela que, em edições posteriores, virá a figurar como abertura da secção do romance mais directamente relacionada com a homossexualidade. A circularidade do espaço de representação do romance ficava assim assegurada: o volume começara com a mudança da família do Narrador para uma dependência da mansão parisiense dos duques de Guermantes; e terminava com uma cena reveladora sobre a “verdadeira natureza” do barão de Charlus, passada no pátio dessa mesma casa.

Essa “revelação”, proporcionada ao Narrador pela sua irresistível tendência para o voyeurismo (que atingirá o auge em *O Tempo Reencontrado*), constitui, com a sua colocação actual, uma brutal abertura desta secção do romance, a que é dedicada a *Sodoma e Gomorra*. O tema do “vício” homossexual, introduzido no primeiro volume pela narração da cena em que, através de uma janela, o Narrador se apercebe da intimidade da filha do compositor Vinteuil com uma amiga mais velha, explode aqui com a descrição do “bailado” com que o barão de Charlus, de saída da casa dos seus parentes Guermantes, ensaia uma parada amorosa, plenamente retribuída, tendo como objecto o alfaiate Jupien, que se tornará, depois, o



Vincent Perez (Morel) e Malkovich (Charlus), no filme de Raoul Ruiz

seu *factotum* para a programação de aventuras amorosas. Mas a cena, interpretada com recurso a uma sofisticada metáfora vegetal (a da fecundação das plantas pelos insectos), abre caminho para uma reflexão sobre a “raça maldita”, já anunciada em escritos anteriores, e crucial para o entendimento de um dos nexos temáticos fundamentais de *Em Busca do Tempo Perdido*: “Raça sobre a qual pesa uma maldição e que tem de viver o seu desejo na mentira e no perjúrio, visto que o sabe ser considerado punível e vergonhoso, inconfessável; (...) excluídos até, salvo nos dias de grande infortúnio em que a

Em Sodoma e Gomorra, Proust constrói o “outro lado” da personalidade do barão de Charlus, a partir da descoberta da sua “verdadeira natureza”. Uma descoberta que deixa o Narrador assombrado

grande maioria se une em torno da vítima, como os Judeus em torno de Dreyfus, da simpatia – e às vezes do convívio – dos seus semelhantes, aos quais causam repugnância de verem o que são pintado num espelho...”

A homologia da situação e comportamentos entre os homossexuais e os Judeus, realçada por Proust, não surpreende. Proust, que tivera por

mais de uma vez que se defender das acusações de “inversão”, vivera também intensamente os episódios dramáticos do “caso Dreyfus”, adoptando resolutamente a defesa do militar de origem judaica, na esteira do manifesto de Émile Zola. Pudera então aperceber-se de como um caso de alegada “alta traição” fora manipulado pelos sectores mais conservadores, de forma a libertar os tradicionais sentimentos antissemitas adormecidos numa parte da população francesa. Em *O Lado de Guermantes*, o *faubourg* Saint-Germain divide-se entre dreyfusistas e antidreyfusistas e Marcel compreendera, com indignação, que esta divisão, mais do que a justiça ou injustiça da condenação de Dreyfus, é que mobilizava as vontades e animosidades das personagens, polarizadas em torno do dreyfusismo de Swann, que era judeu de ascendência. Tanto como o seu casamento incompreensível com Odette, é o dreyfusismo de Swann que precipita o seu declínio na apreciação da aristocracia parisiense, que outrora o recebia como se fosse um dos seus.

Em *Sodoma e Gomorra*, Proust constrói o “outro lado” da personalidade do barão de Charlus, a partir da descoberta da sua “verdadeira natureza”. Se Charlus se revelara até então como um ser viril, arrogante, insolente e truculento, embora fascinante, aparece-lhe agora, exposto pelo episódio da conquista de Jupien, parecido com uma mulher. A descoberta deixa o Narrador assombrado. Esta revelação do lado de Sodoma vai encontrar o complemento obrigatório na inclinação para Gomorra que o Narrador tentará constantemente descobrir em Albertine. O volume desenvolve-se assim em duas narrativas paralelas (mas em Proust nada é absolutamente paralelo, as

linhas em algum ponto hão-de cruzar-se), a do amor de Charlus pelo jovem violinista Morel, que encontra pela primeira vez na estação ferroviária de Doncières, e a do Narrador por Albertine, um e outro lavrados num registo de posse e ciúme, de arrebatamentos e separações, de prodigalidade e de fingida submissão (as célebres “intermitências do coração”). Ora, com o correr do tempo, Charlus perde a antiga discrição e não esconde a sua predilecção “viciosa” por Morel, numa euforia que o faz perder todo o sentido das conveniências e que acabará por precipitar a sua queda no conceito da *bonne société* a que pertencia, sem que ele se aperceba disso.

O “golpe de misericórdia” na mitologia dos Guermantes é dado no último volume do romance, quando, vinte anos depois dos acontecimentos acima relatados, o Narrador regressa a Paris. Duplo assassinio literário: primeiro, o de Charlus, que Marcel encontra a caminho de uma recepção em casa da princesa de Guermantes, muito diminuído, hemiplégico, afásico – mas, ainda e sempre, prisioneiro do seu “vício”. O segundo, mais elaborado e cruel (se possível), é a descrição da *matinée* Guermantes, na qual quase todos os figurantes da *comédie humaine* que vivera duas décadas antes lhe aparecem “como bonecos mergulhados nas cores imateriais dos anos, como bonecos que exteriorizavam o Tempo, o Tempo que habitualmente não é visível e que, para o ser, procura corpos e, onde quer que os encontre, se apodera deles para neles projetar a sua lanterna-mágica”. E há as ausências (a de Saint-Loup, que morrera na guerra, em primeiro lugar), a encenação grotesca de uma antiga glória, a decrepitude generalizada que antecipa o fim, porque “a morte multiplicava-se e tornava-se mais incerta naquelas regiões idosas”. A morte envolve o Narrador, ao mesmo tempo que se cola à máscara de Proust.

Próximo artigo: Proust e as paixões do Narrador

António Mega Ferreira é o autor do livro *O Essencial sobre Marcel Proust* (INCM)

Esta série é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Marcel Proust e as paixões do narrador

Neste último texto a propósito dos 100 anos de *Em Busca do Tempo Perdido*, António Mega Ferreira lembra que este é também um romance de amor e de esquecimento. E que a escrita de Proust é uma escrita do desejo

100 anos de *Em Busca do Tempo Perdido* (3)
António Mega Ferreira

Além de muitas outras coisas, *Em Busca do Tempo Perdido* é também um romance de amor; ou rigorosamente, um romance sobre o Amor. Marcel, o Narrador inventado por Proust, é um ser amável e amante. Na desencantada

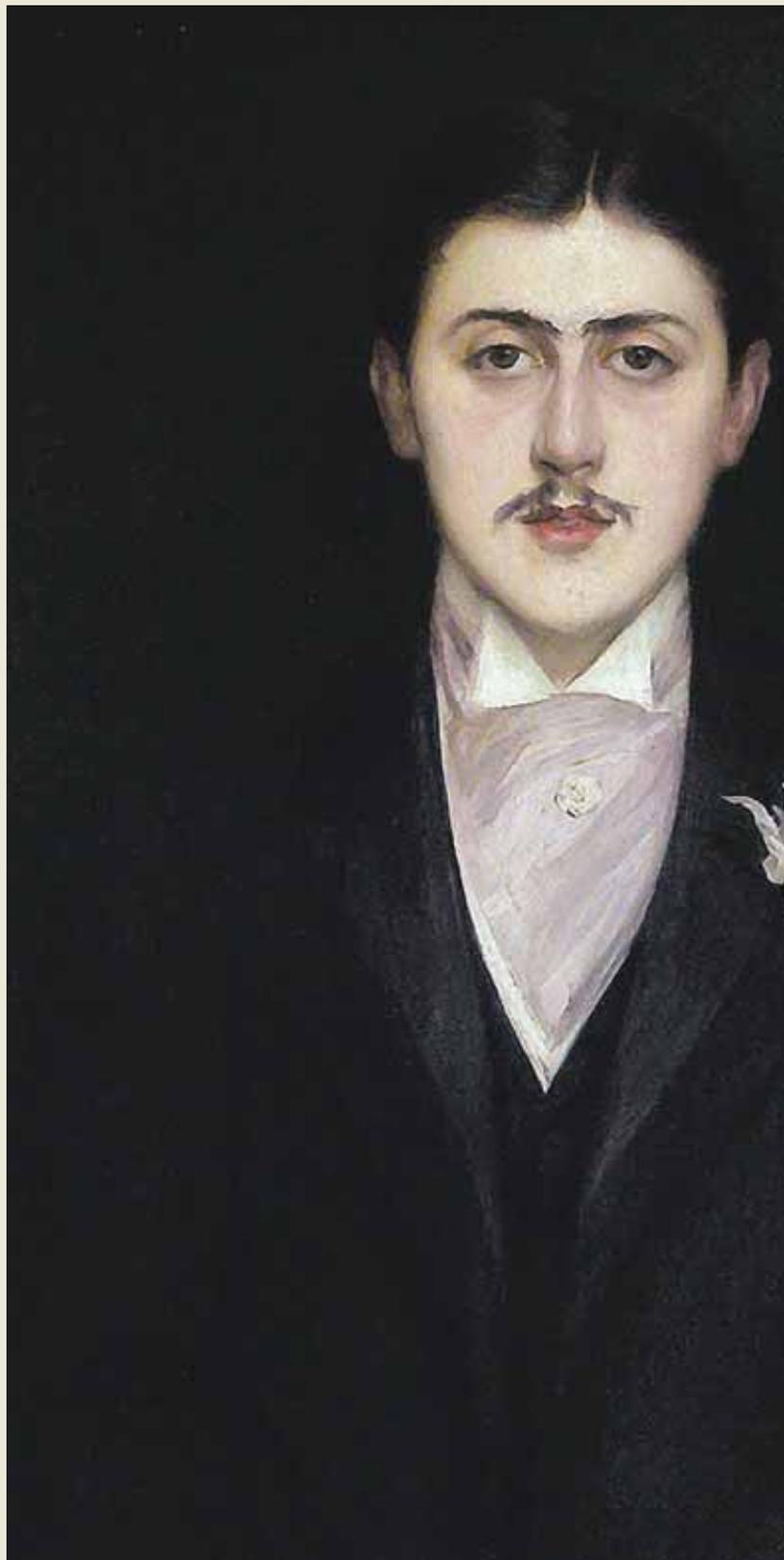
visão do autor, que o leitor é levado a partilhar, é tanto menos amável quanto mais amante; e torna-se mais amável quando menos amante. As três grandes paixões do Narrador, que não dispensam inúmeras “fraquezas” mais ou menos erotizadas (uma camponesa apercebida no caminho nos arredores de Balbec, uma empregada de restaurante em Doncières a quem o Narrador paga para consentir as suas carícias, ou a famosa prostituta “Rachel quand du Seigneur”), são, a partir da infância, Gilberte, a filha de Swann e Odette; a duquesa de Guermantes, Oriana;

e, por fim, a Albertine de que ouvira falar em Combray, que conhecera em Balbec e que acaba aprisionada no seu apartamento de Paris. A primeira deixa de lhe interessar quando visivelmente o rejeita por afastamento: servira-lhe como iniciadora nos jogos infantis onde se pressentem as primeiras pulsões eróticas, tanto quanto como mediadora para o acesso à casa dos Swann, que era, antes mesmo de mitificar os Guermantes, o horizonte de aspirações sociais do jovem Marcel. A segunda, divinizada pela fantasia barroca do Narrador adolescente, torna-se uma fada

destronada quando Marcel passa a frequentar o salão dos Guermantes: o choque da realidade mundana que a envolve desfaz a fantasia, o mito esboroa-se no confronto com a sua representação.

Há hoje poucas dúvidas de que Alfred Agostinelli, o motorista que lhe serviu brevemente de secretário, constituiu o ingrediente afectivo que permitiu a Proust compor, em toda a diversidade de efeitos de que a sua escrita era capaz, o romance de amor do Narrador por Albertine, exhaustivamente narrado no quinto volume da

obra, *A Prisioneira*. Porém, nem no nome, nem na ambiguidade sexual sugerida por alguns críticos, Alfred pode ser assimilado a Albertine. Menos ainda, tanto quanto sabemos, na tocante docilidade de Albertine, que aceita a sua condição de prisioneira do Narrador, ou, inversamente, na sua reiterada prática da mentira e do disfarce, o que não parece ter acontecido com Agostinelli. Mas as circunstâncias denotam um paralelismo de situações que só pode querer significar que Proust, como em tantas outras ocasiões, se apropriou de um episódio



**Marcel Proust
retratado pelo
impressionista
francês
Jacques-Émile
Blanche (1892)**

no apartamento do Bulevar Haussmann – exactamente o mesmo tempo que Albertine aguenta, no romance, a prisão dourada em que o Narrador a encerra; desdobrou-se em tentativas para o fazer voltar, tal como faz o Narrador, em *A Fugitiva*; escreveu uma carta em que lhe anunciava a compra de um aeroplano e de um Rolls-Royce – e retoma essa carta (o aeroplano transforma-se em iate), quase *ipsis verbis*, no romance; enfim, Agostinelli morreu num desastre de avião, em maio de 1914 - e Albertine sai da vida do Narrador porque cai dum cavalo em Combray. As coincidências são demasiadas para o serem simplesmente. Tal como Proust está no Narrador sem o ser verdadeiramente, assim também Agostinelli está em Albertine – mas não é Albertine a não ser como motivo inspirador, e provavelmente apenas depois da sua trágica morte.

O “crescimento” de Albertine como personagem maior do romance de Proust vai influenciar retrospectivamente a reescrita e expansão de *À Sombra das Raparigas em Flor*, que ganha autonomia e acabará por se tornar o segundo volume da obra. Ao mesmo tempo, a eclosão do episódio amoroso vai permitir ao escritor, qual organista tocando simultaneamente diversos teclados, iniciar o trabalho de composição de *A Prisioneira* e de *A Fugitiva*, ao mesmo tempo que trabalha em *O Lado de Guermantes* e refunde substancialmente o seu plano inicial para *Sodoma e Gomorra* – tudo isto enquanto dura a guerra. Mas o seu método de trabalho (que nunca é linear, relembramos) permite-lhe dominar todos estes teclados com a mesma intensidade de escrita, tornando a estrutura do romance cada vez mais flexível e distendida e a sua harmonização, embora não despida de anacronismos e contradições, verosímil e consistente com a sua ideia fundamental. Não anunciara ele, no primeiro volume, que Gilberte, filha de Swann e de Odette, viria a casar-se com Robert de Saint-Loup? Pois bem, ao iniciarmos a leitura do último volume, *O Tempo Reencontrado*, aí está Gilberte, já casada, mas nem por isso muito amada, com

Robert de Saint-Loup, que fora amigo do Narrador e de quem este entretanto se desgostara por lhe ter descoberto inclinações homossexuais semelhantes às do seu tio, o barão de Charlus. Numa longa nota escrita em novembro de 1915, Proust dá conta dos diversos passos da relação do Narrador com Albertine (incluindo a cena final, em que Françoise anuncia a Marcel que a prisioneira decidiu partir), o que quer dizer que a estrutura de *A Prisioneira* (e certamente grande parte do texto) já estava definida então. E, na mesma nota, certas citações extraídas de *Sodoma e Gomorra* mostram que a escrita deste volume já ia bastante adiantada.

O Narrador vai construir uma relação ambivalente com Albertine, ora desejando-a, ora aborrecendo-a, em obediência ao “ritmo binário que o amor adopta em todos aqueles que por demais duvidam de si mesmos para acreditar que uma mulher possa alguma vez amá-los, e que também eles possam amá-la verdadeiramente.” O clímax é atingido quando o Narrador arranca a Albertine a admissão de que conhece desde há muito a filha do compositor Vinteuil. Decide então romper com ela; mas, num volte-face próprio de um ser inseguro de si mesmo, possuído pelo ciúme, para impedir que Albertine vá parar aos braços de Mlle. Vinteuil, resolve casar-se com ela. Paris tornar-se-á então a prisão de Albertine.

Em *A Prisioneira*, assistimos à transformação de Albertine, que começara por ser uma rapariguinha estovada e “atléctica” (o adjectivo é de Proust), e se vai tornando, em cativo, “uma mulher elegante”, mas não frívola: “Lia muito quando estava sozinha e lia para mim quando estava comigo. Tornara-se extremamente inteligente.” E, em consequência, à cristalização do amor de Marcel, que tem formas excêntricas e munificentes de se manifestar, como quando cobre a sua amada com os vestidos inspirados em quadros de Carpaccio e desenhados por Mariano Fortuny, um costureiro de origem veneziana. Em páginas inesquecíveis, observa o sono de Albertine, com uma tão poética e magoada sensibilidade que não deixa de lembrar um quadro pré-rafaelita: “...o sono dela realizava em certa medida a possibilidade do amor; a sós, podia pensar nela, mas ela faltava-me, não a possuía. Presente, falava com ela, mas estava demasiado ausente de mim próprio para poder pensar. Quando ela estava a dormir, já não tinha que falar, sabia que já não

estava a ser olhado por ela, que já não precisava de viver à superfície de mim mesmo. Ao fechar os olhos, ao perder a consciência, Albertine despira, um após outro, os seus diversos caracteres de humanidade que me haviam decepcionado desde o dia em que a conhecera. Apenas a animava a vida inconsciente dos vegetais, das árvores, uma vida mais diferente da minha, mais alheia, e que, contudo, me pertencia mais.”

Porque, acordada, diga o que disser, faça (ou não faça) o que fizer, Albertine é um motivo bastante para incendiar o ciúme

O Narrador vai construir uma relação ambivalente com Albertine, ora desejando-a, ora aborrecendo-a, em obediência ao “ritmo binário que o amor adopta em todos aqueles que por demais duvidam de si mesmos para acreditar que uma mulher possa alguma vez amá-los”

do Narrador. O ciúme de Marcel tem o nome de Gomorra, que agora, parece-lhe, alastra a todo o mundo, ao mesmo ritmo e com a mesma enigmática eficácia com que a peste se disseminava, em tempos antigos. A ressonância bíblica do tema de Sodoma e Gomorra encontra aqui motivos concretos (ou como tal imaginados por Marcel) que lhe permitem traçar um cenário de pré-apocalipse e o forçam a guardar Albertine: “Porque o meu prazer de ter Albertine a morar em minha casa era muito menos um prazer positivo que o de ter retirado do mundo, em que todos por sua vez poderiam fruir dela, a rapariga em flor que, se não me dava grande alegria, ao menos dela privava os outros.” Por isto, ou porque acabou por se aperceber de que o Narrador não a amava verdadeiramente, Albertine põe-se em fuga. O Narrador tenta fazê-la regressar. Mas Albertine morre em Combray, mas margens do rio Vivonne, e inicia-se o trabalho de luto, pelo qual

Marcel se desliga, com rapidez que a ele próprio surpreende (“o monstro cuja aparição fizera estremecer o meu amor, o esquecimento, acabara efectivamente por devorá-lo, tal como eu pensara”), e não sem algum sentimento de culpa, da memória da sua amada, por cuja morte se sente responsável, como muito antes pela morte da avó: é o tema central de *A Fugitiva*.

A Prisioneira e *A Fugitiva* constituem, em tempos e com ritmos diferentes, um romance de amor e de esquecimento, de ciúme e de indiferença sucessivos. E, pela sua intenção, vibração psicológica (nunca teremos conhecido melhor o Narrador do que nestas secções do romance), acabam por constituir um eixo fundamental de toda a narrativa. São, também, a preparação do Narrador para a grande etapa final, a que se inicia com a viagem tanto tempo adiada a Veneza, a descida aos infernos proporcionada pela guerra e pela cena no bordel de Jupien em que Marcel observa os jogos masoquistas de Charlus, e, no caminho para a recepção da princesa de Guermantes, a revelação da sua mais íntima vocação: só agora o romance pode começar a ser escrito.

Essa epifania tem lugar quase no fim do último volume, *O Tempo Reencontrado*. Marcel anuncia-nos enfim que vai começar o que Proust está prestes a concluir: a escrita de *Em Busca do Tempo Perdido*. O que o leitor acaba de ler é como “um Nilo da linguagem, que transborda nas planícies da verdade, para fertilizá-las” (Benjamin); e esse processo de fertilização, a um tempo orgânico e visionário, socorre-se de tudo, das cores, das plantas, do céu e do mar, dos tiques e das taras, dos objectos e dos gestos, dos tecidos e dos trajes, dos aromas e dos sabores, para nos dar uma verdade ainda mais verdadeira, um “hiper-realismo” dos sentidos que nos faz ver mais, ouvir mais, querer mais. A escrita de Proust é uma escrita do desejo. Daí, a sua atracção encantatória, a sua música peculiar.

António Mega Ferreira é o autor do livro *O Essencial sobre Marcel Proust* (INCM)

Esta série é financiada no âmbito do projecto Público mais publico.pt/publicomais



da sua vida para o fazer figurar, por transposição e expansão, no romance que estava a escrever.

Em primeiro lugar, porque Proust faz brotar a paixão do Narrador por Albertine de uma reminiscência do passado, tal como o reaparecimento na sua vida de Agostinelli vai irromper como a revelação de uma paixão a que, talvez com exagero, se referirá mais tarde como a maior da sua vida. Intensa, mas presumivelmente não correspondida como tal, a paixão de Proust estava condenada a não durar muito: manteve Agostinelli aperreado durante seis meses



publico.pt

Maioria acredita que há margem para despedir na função pública

Tribunal Constitucional chumba novo regime de “requalificação” por violar princípio de protecção de confiança dos trabalhadores do Estado em relação à estabilidade do vínculo laboral **Destaque, 2/3 e 6**

NELSON GARRIDO

INFERNO NÃO SAI DO CARAMULO

QUINTO BOMBEIRO MORTO NUM MÊS

FROTA DE HELICÓPTEROS DO ESTADO REDUZIDA A METADE

Destaque, 4/5



O fogo na serra do Caramulo chegou a ser dado como controlado, mas ontem reacendeu-se em força e roubou o sossego a aldeias como Cadraço

Pedidos de provas e votações adiam acção na Síria

Londres e Washington esperam até amanhã por resultados preliminares dos inspetores da ONU **p22/23**

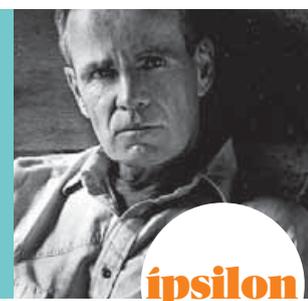
AUTÓPSIAS CÉLEBRES
HOJE MARILYN TOMARIA
BENZODIAZEPINAS

Especial Verão, 26/27

Menos 34 milhões de passageiros nos transportes públicos

Governo justifica queda com aumento da fraude, mas não há dados agregados que comprovem tendência **p16**

SOB A POEIRA DO TEXAS
REPORTAGEM NA PÁTRIA
LITERÁRIA DE GORMAC
MCCARTHY



ípsilon

ISSN: 0872-1548

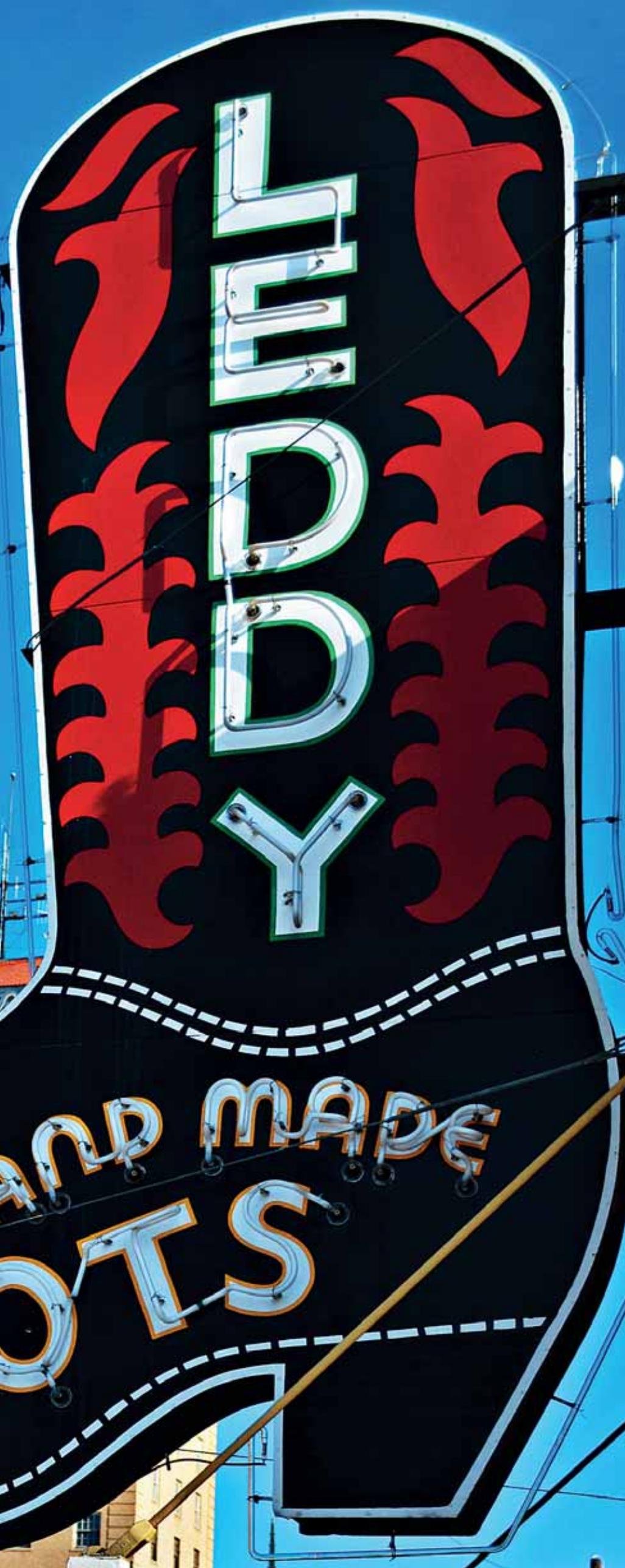


ípsilon

Sob a poeira do
Texas

Reportagem na pátria
literária de Cormac
McCarthy

HOTEL



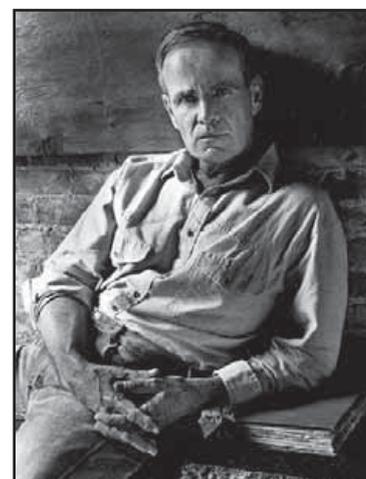


Reportagem de Paulo Faria
(texto) e Peter Josyph (fotos)

Cormac McCarthy

na feira dos monstros

O Texas é uma feira de diversões, um lugar mágico e sem freio onde quase tudo se torna possível e do chão tanto brotam sonhos mutilados como petróleo. O escritor Cormac McCarthy fez dele a sua segunda pátria literária.



Cormac McCarthy iniciou em 1985, com *Meridiano de Sangue*, a sua fase texana

Em 1979, Cormac McCarthy publicou *Suttree*, encerrando com brilho ímpar a primeira fase da sua obra, a dos Apalaches, e mudou-se para o Texas, onde encetou uma segunda etapa criativa, cujo primeiro fruto foi o fragoroso *Meridiano de Sangue*, de 1985, a que se seguiu *Belos Cavalos*, menos sanguinolento porque seria impossível sê-lo mais. Em 2012, em Knoxville, no Tennessee, perguntei a Jim Long, amigo de infância e juventude de Cormac McCarthy, dos tempos em que este ainda se chamava Charlie, se Cormac alguma vez manifestara o género de interesse apaixonado pelo Sudoeste americano que justificasse uma mudança tão súbita e tão radical na sua vida e na sua obra. E Jim, já visivelmente enfraquecido pela doença que o viria a ceifar poucos meses depois, quebrou o silêncio que era a sua marca, o silêncio arredo dos que só falam do que sabem e respeitam muito o valor das palavras, para me dizer que não, nunca ouvira Cormac ansiar pelo Oeste americano. E depois rematou: “Acho que foi a escrita dele que o levou até lá.”

Nesta resposta clarividente vi o farol que deveria guiar-me numa visita ao Texas, em demanda da matriz, da ossatura que Cormac McCarthy terá reconhecido de imediato como ►

sua, instalando-se aqui como quem regressa a casa. McCarthy sempre procurou o disforme, o bizarro, a desarmonia que nos seduz e horroriza, o desarranjo cósmico a deixar marcas na epiderme do mundo, o profundo desamparo humano feito aleijão físico e moral. Um dos seus palcos de eleição, que figura uma e outra vez nas suas obras, é a feira com os seus monstros, encenação entre o pindérico e o sublime para iludir a morte, sempre condenada ao fracasso mas sempre renovada. E se é certo que há em toda a América uma vertente iniludível de feira ambulante, o Texas é uma galeria de monstros levada ao extremo, aos confins do grotesco.

Entro na casa de banho de um restaurante de Dallas, o Angry Dog, um lugar respeitável, cheio de homens engratados e mulheres de salto alto. As paredes do urinol estão forradas, desde os lambris até ao tecto, com uma montagem de fotografias de mulheres seminuas em poses sensuais, espetando-nos na cara as mamas e os traseiros. Não é um trabalho feito à pressa. As fotografias são de boa qualidade, foram cuidadosamente recortadas e sobrepostas, numa colagem esmerada, sem deixar bolhas de ar por baixo do papel, e painéis de acrílico recobrem tudo para dar um ar mais profissional. Diante da retrete, Irina Shayk olha-me do meio desta multidão, de mamas apertadas entre os braços. E nem um só *graffiti*, nem um só rabisco a desfigurar este mural. Como será a casa de banho das senhoras? Aposto que tem paredes repletas de ganhões em tronco nu, de calças de ganga repuxadas para baixo, revelando as virilhas até aos limites da decência. Mais a Sul, em San Angelo, num bar de blues com música ao vivo logo pela manhã, a casa de banho tem as paredes decoradas com velhos discos de vinil e retratos de artistas, mas nos cubículos é que não falha: diante de cada retrete, no ângulo certo para quem estiver a segurar o membro viril, uma fotografia emoldurada de uma beldade seminua crava em nós o olhar lúbrico, convidando-nos a escolher de uma vez por todas qual o campo a que pertencemos. Caçador-recolector ou homossexual? Ergue os olhos, rapaz, e decide-te!

No arquivo universitário de San Marcos estão guardados os manuscritos de Cormac McCarthy. Numa pasta que deveria conter outra coisa estão páginas que talvez pertençam ao próximo romance, há tanto tempo adiado, que possivelmente irá intitular-se *The Passenger* e cujo cenário (pelo menos em parte) é Nova Orleães. Num restaurante, um travesti e talvez transsexual nascido em Knoxville, Billy, conta a história da sua vida a um amigo, talvez cliente ou amante esporádico. Em criança, levava tarefas dos colegas, a quem o pai pagava para lhe baterem. “Ele cansou-se de me bater porque tinha problemas numas vértebras do pescoço, e de cada vez que me dava uma tarefa ficava dias a fio cheio de dores. Eu disse-lhe que o mais provável era serem as sequelas de ele ter sido enforcado numa qualquer encarnação anterior, mas, como

deves imaginar, ele não tinha sentido de humor para coisas desse género. Nem para coisa nenhuma, diga-se.” O tom da escrita afasta-se de Hemingway, aproxima-se de Capote. No dia em que o pai morreu, Billy tinha 13 anos e sentiu-se pela primeira vez livre, feliz, em paz com o mundo, despojado(a) de toda a raiva. Foi para Nova Iorque, iniciou os seus tratamentos hormonais, o médico disse-lhe que iria ser uma bonita rapariga, acabou por se converter numa beldade arrebatadora. “Vinha a descer a escada para ir à mercearia e pus-me a descer os degraus aos saltinhos. E senti as maminhas a abanar. Fiquei tão entusiasmada. Tornei a correr escada acima e desci outra vez aos saltinhos.” Billy anda nos Alcoólicos Anónimos, debate-se com a sua fé em Deus, está convencido(a) de que Deus “fez merda da grossa” no seu caso, e reza apenas para que lhe seja concedida uma “alma feminina”, para que lhe seja permitido “cruzar o limiar”, entrar no mundo das mulheres, ser uma delas. “Preciso de passar mais tempo com mulheres, mas é difícil, porque elas sentem-se sempre ameaçadas por mim. Ou então tornamo-nos amigas, mas depois eu tenho de lhes contar o meu segredinho e sente-se logo o fosso a cavar-se novamente. Com raras excepções. Muito raras, foda-se.” O homem paga a conta, levantam-se da mesa, saem para a rua. “Olhou-a até a ver perder-se entre os turistas. Homens e mulheres, todos voltavam a cabeça para a seguir com o olhar. Ele pensou que a bondade divina surgia em estranhos lugares. Não feches os olhos.” Caçador-recolector ou homossexual, não há meio-termo, a não ser na feira, no lugar onde as fantasias ganham vida, onde os seres amargurados pela sua condição de monstros talvez encontrem por momentos o seu lugar no plano divino, tão imperfeito. “Se não existe nenhum ente supremo, então eu sou esse ente.”

O parque de diversões é, por definição, um lugar temporário, que se monta e desmonta num instante. As cidades do Texas são assim. Nada parece permanente, nada parece ter muita esperança de vida, todos os edifícios, mesmo os mais imponentes, parecem efêmeros e prestes a darem lugar a outra coisa qualquer. Aqui as coisas não caem de podres, não lhes é dada essa oportunidade. Tudo o que não tem utilidade imediata é logo arrasado, substituído, obliterado. Um *mayor* de Dallas dos anos 50 tinha como lema “*Keep the dust flying*”, isto é, “Não deixem assentar a poeira”. Na feira tem mesmo de ser assim. Ao desembarcar no Texas em 1962, vinda de Minsk, Marina Oswald, a russa casada com o presumível assassino de Kennedy, arregalou os olhos de espanto. Deparou com cidades sem harmonia, desorganizadas, com arranha-céus ao lado de casinhas modestas. Não via *cowboys*. Onde estavam os *cowboys*? Não conseguia perceber se Dallas estava moribunda ou a crescer, cheia de viço.

A feira é o lugar da comida, é o bodo aos pobres, uma pândega sem freio. Em muitos restaurantes texanos (e americanos em geral), os empregados circulam entre as mesas

e, mal o nosso copo de sumo ou gasosa entra no último terço, reenchem-no automaticamente sem pagarmos mais por isso, teoricamente (e na prática) até ao infinito. O único limite é a nossa capacidade orgânica de absorver comida. As doses são pantagruélicas, piramidais, os pratos e os copos enormes, os empregados nem sequer perguntam se queremos sobremesa. Parece um conto de fadas em que chegamos a casa do gigante e trepamos a custo até ao tampo da mesa e nos escondemos atrás das garrafas e das canecas para não sermos devorados.

“Não cheguei ao topo da cadeia alimentar para agora comer legumes.”

Autocolante no pára-choques de um carro

No parque de diversões não se pensa no dia de amanhã. A feira é uma espécie de casino, ou antes, o casino é a feira elevada à décima potência, e, de cada vez que a bolinha gira na roleta, as probabilidades de sair um determinado número são as mesmas, por isso vale a pena arriscar. De há dois ou três anos a esta parte, a exploração petrolífera tradicional deu aqui lugar a um novo método de nome estranho: *fracking*. Na região de San Angelo não há água, há cidades-fantasma e ranchos ao abandono, mas o *fracking* exige água em grandes quantidades, e bastante pura, por sinal. Não importa. Traz-se água de outras regiões, e também areia, e a mistura é injectada no subsolo para escavar o xisto e lhe arrancar das entranhas o petróleo. O que fazer depois com as quantidades imensas de água contaminada que resultam do processo? Ninguém sabe. O subsolo irá entrar em colapso depois de assim maltratado? Ninguém sabe. A libertação de bolsas colossais de gás natural irá provocar um acréscimo da actividade sísmica? Ninguém sabe, ninguém quer saber, ninguém se preocupa. É difícil incentivar os jovens a permanecerem na universidade — acabado de sair do liceu, ou quase, um rapaz pode ir para um campo petrolífero conduzir camiões-cisterna e ganhar 70 mil dólares por ano. Esse é o amanhã que conta, mais nada. Não deixar assentar a poeira. Esta embriaguez confunde-se com a própria liberdade. A liberdade dos motoqueiros que aqui circulam por toda a parte sem capacete, porque não há nem poderia haver lei que os obrigue a protegê-los.

“Como se cada coisa não estivesse programada desde o início com a sua própria aniquilação.”

Cormac McCarthy, numa versão precoce de *A Estrada*

Na Baixa de Dallas, um cortejo de bois de chifres compridos, estatura maior do que o natural, maior do que a vida, percorre um falso trilho na pradaria, entre bancos de jardim. Uma manada de metal que os turistas fotografam, conduzida por *cowboys* de metal com os cavalos empinados, laços ao alto. Ao contrário da sua vizinha Fort Worth, Dallas nunca foi local



Para um texano, conduzir duas horas e meia é como atravessar a rua. Aqui, a geografia é em si mesma uma forma de loucura, de excesso, de liberdade





O Texas dos cemitérios mexicanos, dos carros largados na estrada, do abandono — o Texas de Cormac McCarthy

de passagem das manadas a caminho das mesas do Norte industrial. Mas, no parque de diversões, o passado é uma coisa maleável, vai sendo reescrito e simplificado ou adornado ao sabor dos imperativos do presente.

A feira é irrequietude, raramente é recolhimento, introspecção. À falta da feira em si, a voragem do movimento substitui-se-lhe. Um texano de classe média com um emprego normalíssimo que faça 50 mil quilómetros anuais ao volante do seu carro não é uma aberração, antes pelo contrário. O texano orgulha-se de dizer que conduzir duas horas e meia é canja, é como atravessar a rua. Aqui, a geografia é em si mesma uma forma de loucura, de excesso, de liberdade, compele à vertigem, é inimiga da razão.

Um parque de diversões abandonado é o lugar mais desolador do mundo. Chegamos a Robert Lee, perto de San Angelo, uma das tais cidadezinhas na orla do deserto de Chihuahua que sucumbiram à falta de água, e eis-nos num daqueles lugares onde, num filme de Tarantino, os membros de um gangue marcam encontro para repartir o espólio depois de um golpe ousado. É aqui que, em *Belos Cavalos*, John Grady Cole vem almoçar com o pai já do-

ente uma derradeira vez antes de partir para o México, a terra prometida e amaldiçoada que é o prolongamento natural destas paragens. Agora não há aqui ninguém, em meia hora apenas passa um carro pela rua principal, as lojas estão todas fechadas com uma única excepção desoladora, uma loja de velharias e bugigangas que sofreu, oh ironia, uma inundação, porque ontem choveu a cântaros durante meia hora e a água entrou em cachão pelas traseiras, mas a terra em volta já está toda seca, só se vê poeira, e a cafetaria onde John Grady Cole se despede do pai já não existe. Damos por nós a espreitar para dentro das lojas abandonadas através das vidraças cheias de pó, com as mãos em concha para vermos interiores desolados, papéis caídos pelo chão, lugares onde há muito tempo não entra ninguém, uma oficina de taxidermia a céu aberto.

No regresso a San Angelo, numa curva da estrada, um cheiro fétido invade o carro, misto de urina e vinagre e coisas podres, um cheiro impossível, o pior cheiro do mundo, uma doninha-fedorenta atropelada, um macho enlouquecido pelos ardores do cio, quiçá em busca de

uma casa-de-banho para doninhas-fedorentas forrada de fotografias de fêmeas seminuas, que acabou os seus dias debaixo dos pneus e agora espalha o seu fedor quilómetros (literalmente) em redor. No asfalto, um abutre saciado vê o carro aproximar-se, relutante em fugir. Mas tem mesmo de ser, sob pena de morrer atropelado, e então dá um passo, abre as asas, escancara o bico, vomita tudo em duas ou três golfadas flácidas, e só então levanta voo.

A feira é a pátria do mau gosto. Alguém disse que Elvis Presley elevou o mau gosto ao estatuto de forma de arte. Fotografar o Texas, diz-me Peter Josyph, o fotógrafo novaiorquino, exige esta mesma capacidade — a de converter o mau gosto em arte. Mas o mau gosto extremo pode tocar as raízes do sublime, metamorfosar-se no belo. Não falo da paisagem natural, nem mesmo das cidades, falo dos corações humanos, que aqui teimam em não fechar os olhos, em procurar a bondade divina nos mais estranhos lugares. “O mundo em si era uma mentira, mas o meu coração não era”, escreve Cormac McCarthy no manuscrito de *A Estrada*. Uma atmosfera que parece contagiar qual-

quer forasteiro e que, no cemitério mexicano de Knickerbocker, onde John Grady Cole vem visitar a campa da *abuela* quase no final de *Belos Cavalos*, perdida a inocência em terras mexicanas, me conduz os passos para junto de um urso de peluche que o vento varreu da campa de uma criança e jaz agora na terra ocre, mole e ensopado, com o pêlo rosado ao sol, estranhamente irrisado. Junto à cerca, encontro no chão um resto de arame farpado que uma mão humana moldou e aqui deixou ao abandono, uma coroa de espinhos metálica a dois passos de uma Virgem de celulóide.

Cormac McCarthy, o grande mestre do horror e do grotesco, do esbracejar humano na sua camisa-de-força cósmica, tinha de vir para o Texas, para o Sudoeste americano. Não por causa da fronteira. Por causa da feira. Acho que foi a sua escrita que o trouxe até aqui.

Esta reportagem foi financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais

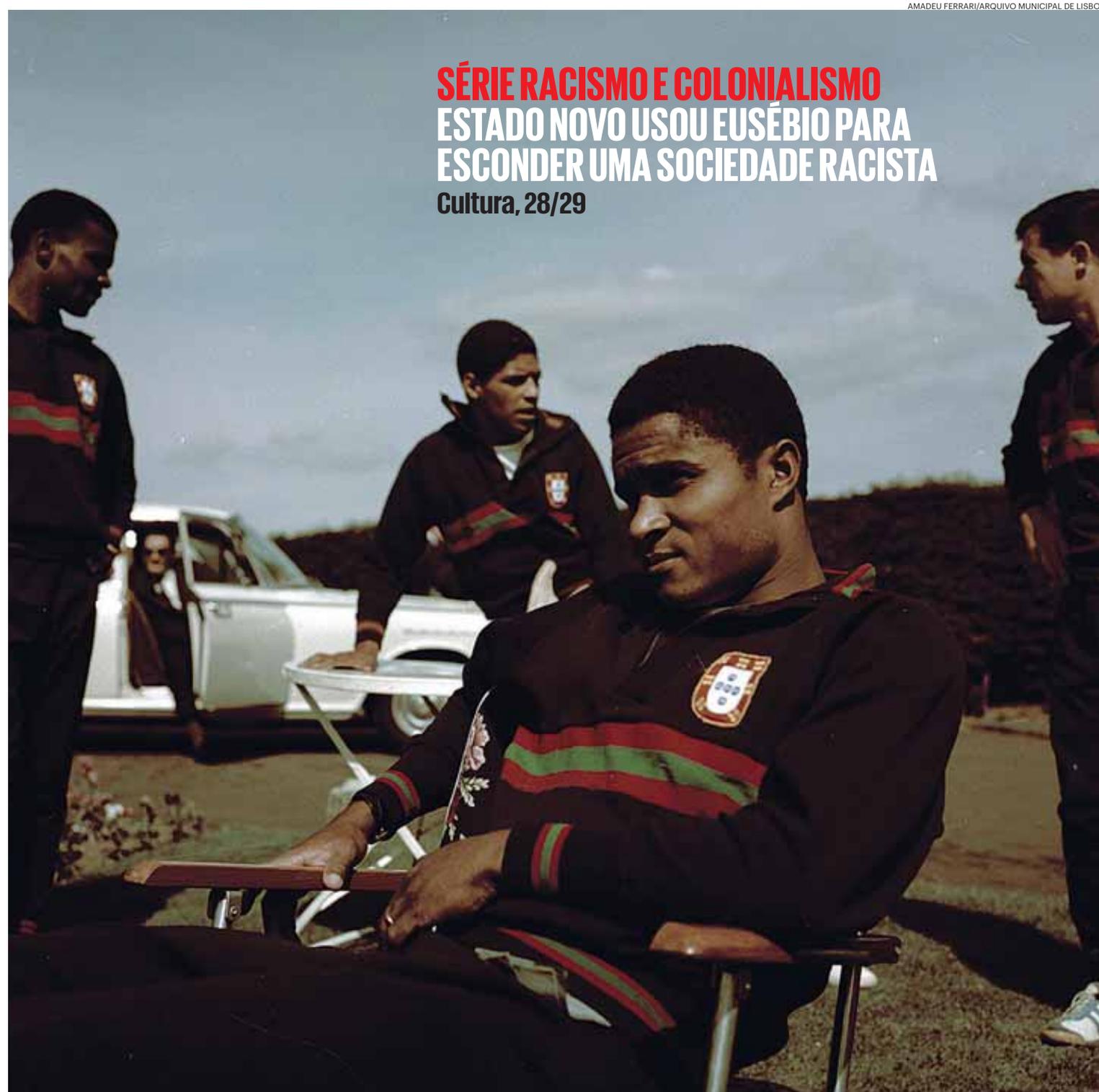




publico.pt

Governo quer cortar mais 15 milhões de euros às universidades

Governo quer reduzir as verbas para as universidades em 1,5%. A este corte acresce o aumento das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações. Contas feitas, o ensino superior pode perder 15 milhões **Portugal, 12/13**



SÉRIE RACISMO E COLONIALISMO
ESTADO NOVO USOU EUSÉBIO PARA
ESCONDER UMA SOCIEDADE RACISTA
 Cultura, 28/29

AMADEU FERRARI/ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA

Nunca um negro merecera tanto destaque e fora objecto de tamanha glória como Eusébio no Portugal dos anos 60



Cinemateca em risco de fechar as portas já em Setembro

A Cinemateca corre o risco de fechar em Setembro, avisa a directora, Maria João Seixas. A redução das receitas da publicidade na TV gerou uma "situação insustentável" **p30**

Clima de confiança na economia em alta mas riscos persistem

A economia registou em Julho um abrandamento da queda do consumo e do investimento. O pessimismo mantém-se alto, mas o clima de confiança melhorou **p2/3**

Bebês alemães serão rapazes, raparigas ou de sexo indefinido

A determinação do sexo pode exigir testes genéticos. No caso de dúvida, a lei alemã vai permitir o registo de bebés de "sexo indefinido" **p26/27**

O lugar de Eusébio

O discurso do Estado Novo sobre o negro mudou nos anos 60. A retórica integracionista obrigava à representações do africano como um indivíduo plenamente integrado. Eusébio ajustava-se bem a esta imagem. Poderá um caso único ilustrar a excepcionalidade de um regime colonial? Este é o primeiro de uma série de textos em que reflectimos sobre a natureza do colonialismo e do racismo em Portugal

Série Racismo e Colonialismo (1) Nuno Domingos

No Portugal dos anos 60, abundavam as imagens de Eusébio da Silva Ferreira. Ele aí estava, espalhado por jornais e revistas, mas também em programas e serviços noticiosos da Radiotevisão Portuguesa. Atleta do Benfica e da selecção nacional, sempre na sua função de jogador de futebol, era aclamado pelo seu inegável talento. No Portugal metropolitano de então, onde rareavam ainda os naturais de África, nunca um negro merecera tanto destaque e fora objecto de tamanha glória. Uma representação destas distinguia-se da imagem do africano, que proliferara na cultura popular. Como demonstrou Isabel Castro Henriques (*A Herança Africana em Portugal*, ed. CTT), o negro era quase sempre ridicularizado com evidente crueldade, em livros, imagens, jornais, bandas desenhadas, campanhas publicitárias e anedotas. A construção de um outro tipo de africano, fundada numa distância que permitia as maiores efabulações, só tomou um sentido mais concreto durante a guerra colonial, onde o africano era o inimigo, o “turra”.

Desde os seus primórdios, o Estado Novo contribuíra decisivamente para a disseminação de um racismo generalizado, garantindo-lhe até um carácter científico. Em exposições e congressos, nos trabalhos de diversas ciências coloniais, e em muitas publicações oficiais, expunha-se um outro africano culturalmente diferente, que fazia parte integrante do império português, mas que era colocado à parte, como se se tratasse de um todo racial e cultural discrepante. O império afirmara o atraso civilizacional das populações africanas, legitimando assim uma conquista colonial anunciada como uma missão de desenvolvimento destas regiões e dos seus povos. Justificou-se, desta forma, que Portugal atribuisse uma cidadania específica à maioria dos povos que governava,

enquadrada pelo chamado sistema de indigenato, que cessou em 1961, precisamente no ano em que Eusébio começou a jogar no Benfica, depois de chegar a Portugal em Dezembro de 1960.

É evidente que as retóricas integracionistas do Estado Novo na década de 60 obrigavam a outras representações do africano, nomeadamente a de um sujeito colonial assimilado à sociedade portuguesa. Eusébio ajustava-se bem a esta imagem. A sua autobiografia, publicada em 1966 em Portugal e redigida por Fernando G. Garcia a partir de um conjunto de entrevistas (traduzida em inglês no ano seguinte), conta a história de um “bom rapaz”, narrativa mestra e memória oficial a partir daí repetida em jornais, biografias e bandas desenhadas.

A “verdadeira” história de Eusébio apresenta um conjunto de etapas, do Bairro da Mafalala na Lourenço Marques colonial, onde vivia com a mãe Elisa num contexto de pobreza honrada, os jogos de bairro e a equipa dos “brasileiros”, as idas à escola, o deslumbramento com o centro da cidade colonial, que pouco conhecia, a entrada no futebol local, a transferência atribulada para o Benfica e os diversos passos da brilhante carreira profissional.

Nesta história, a lista impressionante de feitos desportivos é intervalada pelo relato do casamento com Flora e pela incorporação de Eusébio, em 1963, no Exército português, profusamente fotografada e utilizada como propaganda. A incorporação militar, o casamento e a vida familiar contribuíam para a construção quase perfeita da biografia de um indivíduo assimilado, preocupado com o trabalho e com a família e plenamente integrado no Portugal de Salazar, um jovem de origens desfavorecidas que, apesar da sua notoriedade, continuava a perceber o seu lugar social.

A apropriação oficial da imagem de Eusébio não anulava os efeitos produzidos pelo facto de um negro se ter tornado uma figura dominante da cultura popular portuguesa.

Eusébio entrou, tal como a fadista Amália, num universo de glorificação cultural até aí constituído por indivíduos com origens e percursos muito distintos, consagrados em actividades oficialmente legitimadas e de onde o futebol e o fado se encontravam afastados.

Apesar do reconhecimento do seu mérito, a apreciação entusiástica que mereceu não resultava de uma inusitada consciência de igualdade racial, tão-pouco poderia servir de prova de que a sociedade portuguesa estava preparada, devido a uma característica cultural adquirida, a aceitar a diferença. A relevância de Eusébio dependia do seu valor enquanto elemento de uma economia particular, no contexto de uma troca muito específica, proporcionada pelo processo de profissionalização do futebol. O jogador moçambicano oferecia quase todas as semanas capitais preciosos à representação nacional mas sobretudo clubista, a uma específica cidadania exercida diariamente por muitos indivíduos, quase todos homens, durante incontáveis encontros, conversas e imensas retóricas, nos quais se ma-

Para as oposições ao regime, menos preocupadas em reconhecer o efeito propriamente político da invulgar notoriedade social de um negro em Portugal, importava denunciar a utilização de Eusébio na defesa da “situação”

nifestava uma identificação, uma forma de apresentação na vida de todos os dias. Os que no campo representavam com o seu génio desportivo esta pertença (ser do Benfica, do Sporting, do Porto, ou da selecção) mereciam quase todas as recompensas, independentemente da sua origem ou da cor da sua pele. O valor de Eusébio nesta economia particular dependia da manufatura de um nível performativo constante, de um ritmo laboral intenso, com consequências físicas conhecidas, como asseveraram as inúmeras cirurgias ao seu martirizado joelho.

As exhibições no Mundial de 1966 ampliaram a reputação de Eusébio, oferecendo-lhe uma dimensão global. Este enorme atleta, personagem principal de uma cultura de consumo em expansão que gerava novas identidades, juntou-se à memória visual colectiva de uma geração, ao lado de outros ícones da cultura popular dos anos 60. Em Inglaterra, país que na altura já abdicara da grande parte das suas colónias, governada em 1966 por um governo trabalhista, os negros eram uma enorme raridade nos campeonatos desportivos e nenhum chegara à selecção nacional.

O efeito do poder mediático de vedetas populares como Eusébio foi alvo de escrutínio, as suas posições interpretadas, os resultados políticos dos seus actos avaliados. Se o Estado Novo sempre desconfiava da espectacularização do desporto assente no movimento associativo, veio depois a perceber que esta lhe podia ser útil. Para as oposições ao regime, menos preocupadas em reconhecer o efeito propriamente político da invulgar notoriedade social de um negro em Portugal, importava denunciar a utilização de Eusébio na defesa da “situação”, enquanto elemento da narcotização do povo – ao lado do fado, do chamado nacional-cançonetismo e de Fátima – e especificamente da propaganda imperial, fundada na mitologia do pluri-racialismo, num período em que Portugal lutava pelos seus territórios numa



Eusébio no Mundial de 1966

io



NUNO FERRARI

guerra travada em três frentes.

É interessante verificar que nas últimas décadas Eusébio veio a tornar-se objecto de interesse para os estudiosos do continente africano, entendido como um pioneiro do futebol em África, um exemplo de talento extraordinário e, simultaneamente, ao lado de outros grandes nomes negros da história do desporto internacional, nomeadamente norte-americanos, desde Joe Louis a Jesse Owens, alguém que vingara num mundo fortemente discriminatório. O desejo de alguns académicos e jornalistas estrangeiros em encontrar no discurso de Eusébio posições emancipadoras e politizadas esbarrou quase sempre em respostas evasivas e no habitual refúgio no mundo do futebol. Na verdade, o universo que ele, desde pequeno nos espaços livres da Mafalala, aprendera a dominar. Para aquele que foi considerado, depois do Mundial de 1966, como “o melhor da Europa”, e de quem se falava estar a disputar com Pelé o título de “rei do futebol mundial”, África e a política africana estavam muito longe.

De regresso a África

O Estado Novo tratou de voltar a lembrar que Eusébio era africano, parte de um Portugal enorme que se prolongava para sul. Se é evidente que o impacto de Eusébio na sociedade portuguesa não pode ser avaliado apenas à luz de uma história política, sendo essencial investigar o efeito simbólico da notabilidade de um jogador negro, é também certo que na década de 60 a sua glória serviu a defesa de uma excepcionalidade colonial. Foi esta que serviu de justificação à soberania sobre os territórios africanos e a sua história, contada e recontada até aos nossos dias, contribuiu para lançar um manto sobre o passado, ajudando a reproduzir mitos sobre a tolerância racial dos portugueses.

Um ano antes do Mundial de 1966, o embaixador português Franco Nogueira, numa conferência na embaixada portuguesa em Londres (em Maio de 1965), falou sobre os princípios orientadores da política portuguesa em África: “O nosso primeiro princípio orientador é a igualdade racial – uma pequena noção que trouxemos para África há mais ou menos 500 anos”. Portugal orgulhava-se do seu império se constituir como um “espaço multirracial”, uma “democracia racial real” onde todos “trabalham harmoniosamente para os mesmos fins”.

No Portugal metropolitano de então, onde rareavam ainda os naturais de África, nunca um negro merecera tanto destaque e fora objecto de tamanha glória. Uma representação que se distinguia das imagens do africano que proliferara na cultura popular

Falso e mitificador, o olhar de Franco Nogueira, ao incluir o império dentro da sociedade portuguesa, acabava por realçar o facto de que o mundo governado pelos portugueses na década de 60 era maioritariamente negro e africano, realidade por vezes esquecida nas análises historiográficas sobre Portugal. E qual era o lugar que a gestão colonial portuguesa atribuía a esta grande maioria da população? Segundo a história mediatizada da vida de Eusébio existia em Moçambique um contexto de igualdade de oportunidades e uma ausência de preconceito racial, bem ilustrados por um percurso de mobilidade social, desde o Bairro da Mafalala até à metrópole e aos grandes estádios europeus.

Poderá um caso excepcional ilustrar a excepcionalidade de um regime colonial? É que o lugar da população africana, na grande sociedade portuguesa de 60, era bem diferente do representado pelo caso de Eusébio. A sua integração estava longe de estabelecer qualquer padrão que pudesse explicar os 500 anos de colonialismo de que falava Franco Nogueira.

Mais fiável parecia ser a história da cidade onde o jogador moçambicano cresceu. Desde a sua fase moderna, iniciada no final do século XIX e projectada pela industrialização da África do Sul, que Lourenço Marques se dividira entre um centro colono, predominantemente branco, e um subúrbio precário, predominantemente negro. Pela força, afastaram-se as populações locais para a periferia. Separada fisicamente, a mão-de-obra africana que se acumulava nos subúrbios, essencial para o funcionamento do sistema colonial, foi enquadrada por leis e normas. Estas regulavam uma discriminação racial, a qual era evidente não apenas na lógica do

indigenato, mas que se traduzia no quotidiano, nos espaços públicos, nas escolas, nos transportes e nos locais de trabalho, onde sofreram durante muito tempo o flagelo do trabalho forçado. O historiador Valdemir Zamparoni explicou bem este mesmo processo, na sua tese sobre a capital de Moçambique.

Já depois do fim do indigenato persistia o que, num artigo publicado em 1963 no jornal *A Tribuna*, o arquitecto Pancho Guedes chamava de “cinto do caniço” que separava o centro urbano da “cidade dos pobres, dos serventes e dos criados”, isto é a cidade dos africanos. Lourenço Marques carecia então, segundo o arquitecto, de “uma genuína integração social – ou serão os ‘pretos’ só para estar nas cozinhas e nas recepções?”

Os habitantes dos bairros periféricos da cidade, onde nasceu Eusébio em 1942, trabalhavam nas indústrias locais, nos portos e nos caminhos-de-ferro, nos serviços domésticos, em actividades ditas informais, dependendo de pequenas lavras, ou faziam parte da forte emigração para o país vizinho, controlada e taxada pelo estado colonial. Esta estrutura laboral era fortemente racializada, pertencia a um sistema onde a cor da pele mostrava os contornos da organização social. Na grande sociedade portuguesa de 60, o lugar dessa maioria africana, mesmo depois do fim do indigenato, continuava a revelar a herança de um colonialismo predador e racista, não muito diferente dos outros colonialismos nos seus propósitos e objectivos, nos meios e nas estratégias, e absolutamente nada excepcional.

Explicada pela conjugação única entre a profissionalização do futebol e a procura de talentos, a força da cultura popular mediática e um regime que necessitava de defender por todas as formas o mito do pluriracialismo lusófono, a carreira extraordinária de Eusébio não belisca a imagem pérfida do sistema colonial português. Tão-pouco deve servir de modelo para descrever, hoje, as relações raciais em Portugal.

Investigador do ICS-UL

A série Racismo e Colonialismo é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Uma viagem ao Brasil que serviu para promover leis segregacionistas nos EUA

Em que medida é que a ciência é mobilizada por objectivos políticos? De que forma a teoria das raças, tão importante dos anos de 1730 aos anos de 1930, interferiu no processo de democratização dos séculos XIX e XX? O caso que aqui vos trago diz respeito a uma expedição científica aparentemente inocente que contribuiu indirectamente para a legislação segregacionista do Sul dos Estados Unidos

Série Racismo e Colonialismo (2) Francisco Bethencourt

Louis Agassiz, professor de Zoologia e Geologia na Universidade de Harvard, organizou uma expedição ao Brasil que durou mais de um ano, de Abril de 1865 a Agosto de 1866. O objectivo explícito era recolher elementos da natureza para contestar a teoria evolucionista da origem das espécies defendida por Charles Darwin. Mas a expedição dedicou-se igualmente a recolher testemunhos que pudessem confirmar a teoria das raças proposta pelo académico.

Agassiz (1804-1873) era suíço, discípulo de Georges Cuvier, de quem aceitou a ideia de que existem quatro tipos zoológicos compartimentados e perfeitos desde a Criação bíblica. Ele rejeitou a noção transformista de Lamarck, que supunha sucessivas modificações das espécies, e rejeitou igualmente a noção de plano único partilhado por seres vivos de Saint-Hilaire, baseada na ideia de conexões entre espécies.

A existência de oito raças humanas – ártica, mongol, europeia, americana, negra, hotentote, malaia e australiana – foi proposta por Agassiz em publicações de 1854 e 1857, relacionadas com diferentes tipos de clima, solo e vegetação. Na sua opinião, a diferença entre raças era tal que colocava o seu estatuto quase ao nível de espécies, naturalmente dominadas pelos europeus. Mas esta opinião já na época era discutível. Se a ideia de superioridade europeia era relativamente consensual, a ideia de distância irreduzível entre raças e inferioridade imutável face à raça europeia não o era.

Em 1848, no seu livro *Cosmos*, o alemão Alexander von Humboldt demolira as bases epistemológicas da teoria das raças, considerando que não havia diferenças anatómicas, enquanto as gradações de cor da pele ou de formas de crânio não permitiam estabelecer tipologias claras. A comparação entre populações negras da África, Índia meridional

e Oceânia, por exemplo, não tinha mostrado conexão entre cor da pele, tipo de cabelo e tipo físico. Afinidades linguísticas entre populações distantes reforçavam a noção de unidade da espécie humana. Humboldt, finalmente, rejeitara a ideia de escravatura natural herdada de Aristóteles e a noção de raças superiores e inferiores imutáveis.

Como é que se explica o endurecimento da teoria das raças imediatamente a seguir à intervenção de um cientista tão influente como Humboldt? A revolução de 1848 na Europa suscitou a publicação de duas obras fundamentais do pensamento conservador, Robert Knox, *The Races of Men* (1850), e Arthur Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853-1855). O propósito era demonstrar que a desigualdade era natural e baseada na diferença de raças, rejeitando como antinatural as ideias liberais e socialistas de igualdade. O arianismo foi construído por Gobineau na base de uma noção de raça superior branca, originária da Ásia Central, responsável por todas as civilizações conhecidas. Esta noção do arianismo acabou por servir os propósitos do imperialismo britânico, pois estabeleceu a ponte com os povos do Norte da Índia.

Entretanto, o conflito entre os estados do Norte e do Sul dos Estados Unidos em torno do escravagismo conhecia um novo significado com a conquista do Oeste. A polémica entre estados escravagistas e estados livres assumiu novos contornos políticos que dinamitaram o compromisso estabelecido desde a fundação dos Estados Unidos, segundo o qual cada estado deveria decidir sobre este assunto.

É neste contexto de meados do século XIX que se deve situar a evolução de Louis Agassiz, sob influência crescente do grupo de cientistas racialistas liderado por Samuel Morton (1799-1851), cuja visão da origem distinta e imutável das raças humanas se baseava na medida do volume dos crânios de uma colecção de diversas proveniências, sobretudo de índios americanos e múmias egípcias.

O método de medição dos crânios como indicador de inteligência, curiosamente contestado por Gobineau, constituiu um dos pratos fortes da demonstração de Stephen Jay Gould contra o determinismo biológico, *The Mismeasure of Man* (1981), em que expôs a craniologia e os testes psicológicos de avaliação da inteligência das raças como formas de manipulação estatística contrárias aos procedimentos científicos.

Mas voltemos a Morton, cujo papel foi importante no contexto norte-americano. Ele conseguiu persuadir Agassiz a abandonar o monogenismo (criação única) em favor do poligenismo (criação plural, em distintos lugares e momentos). Esta posição suscitava a oposição das Igrejas cristãs, pois contrariava a narrativa bíblica da Criação, mas reforçava a visão compartimentada das espécies e das raças humanas favorecida por Agassiz. Nesta perspectiva, diferentes espécies teriam sido criadas de forma independente para ambientes específicos. A hierarquia entre raças teria sido assim estabelecida de forma imutável desde a Criação.

Deste grupo de poligenistas fazia parte Josiah Clark Nott e George Robins Gliddon, com quem Agassiz colaborou intensamente durante os anos de 1850. Gliddon fora vice-

consul dos Estados Unidos no Cairo, tendo fornecido a maior parte dos crânios egípcios da colecção de Morton. Nott promoveu a visão de Morton sobre as raças humanas. Médico, fundador do colégio de medicina em Mobile, Alabama, Nott tinha fortes relações políticas com o famoso senador sulista John Caldwell Calhoun, secretário de Estado da Defesa e vice-presidente dos Estados Unidos, a quem forneceu argumentos contra a abolição da escravatura.

O envolvimento de Louis Agassiz com este grupo não beliscou a sua posição em Harvard, onde ele manteve uma posição cimeira até à sua morte, apesar do fracasso do seu desafio ao evolucionismo de Darwin. Este facto é igualmente revelador das ambiguidades do abolicionismo da União, que acabou por assumir o compromisso com os segregacionistas do Sul na década seguinte à Guerra Civil.

A expedição ao Brasil foi organizada na fase final da Guerra Civil norte-americana (Abril 1861-Abril 1865), quando o desfecho favorável à União estava à vista. O relato da viagem publicado pelo professor e senhora Louis Agassiz, *A Journey in Brazil* (1868), dedicou-se tanto à observação da natureza como à observação das raças humanas. É aqui que nos devemos deter.

O relato da viagem exprimiu o enorme horror dos Agassiz face à sociedade multirracial brasileira. Na sua opinião, a escravatura teria tido ali aspectos mais odiosos que nos Estados Unidos, dada a fraca energia e capacidade dos portugueses e brasileiros face aos anglosaxónicos. Os negros emancipados podiam ser comparados em inteligência e actividade com os portugueses e brasileiros, que tinham aceite os hábitos das raças mais baixas, degradando-se ao nível dos selvagens. O tratamento cortês das índias pelos *gentlemen* brasileiros chocou os Agassiz. Mais problemático ainda era o cruzamento de raças.

A extensão do hibridismo foi rejeitada com repulsa: “Toda a distinção de tipo humano foi apagada e o re-



sultado é uma vasta amálgama sem carácter nem expressão.” O acesso total dos negros emancipados a todos os privilégios dos cidadãos livres foi traçado como uma honra, ou seja, considerado uma abjeção, posição tanto mais extraordinária quanto o texto dos Agassiz foi publicado 20 anos antes da abolição da escravatura no Brasil. A comparação arcaica entre raças mistas e animais, concretamente a mula, foi de novo mobilizada pelos Agassiz, ao cabo de um século de demolição dos preconceitos contra a miscigenação protagonizado por cientistas como Buffon, Blumenbach, Prichard e Humboldt. O contacto permanente das raças mistas, na opinião dos

O Brasil foi transformado pelos Agassiz no exemplo do tipo de sociedade multirracial que os EUA deveriam evitar. E o tratamento cortês das índias pelos gentlemen brasileiros chocou os Agassiz



Rosa Parks, aqui a entrar para um tribunal em 1956, foi uma pioneira na luta contra a legislação segregacionista no Sul dos Estados Unidos. Parks recusou-se a ceder o seu lugar a um branco num autocarro

(2008), promoveu pela primeira vez o orgulho da raça mista em ruptura com a nostalgia da brancura perdida, contribuindo de forma decisiva para a refundação da forma como o Brasil passou a conceber-se enquanto nação.

Não está aqui em causa a evolução política de Gilberto Freyre, que passou de amigo de António Sérgio nos anos de 1930 e 1940 a amigo de Salazar nos anos de 1950 e início dos anos de 1960, até à detonação das guerras coloniais. Não está também em discussão a sua projecção de uma visão patriarcal da sociedade multirracial brasileira para as colónias portuguesas da África e da Ásia, onde reduzida miscigenação tinha ocorrido, com a excepção de Cabo Verde. O que está em causa é a ruptura que introduziu nos anos de 1930, influenciado pelo seu mestre universitário Franz Boas, contrariando o preconceito contra a mestiçagem que predominava no mundo ocidental.

A ruptura introduzida por Gilberto Freyre na percepção do Brasil teve consequências não só no seu próprio país, como na visão norte-americana do Brasil, que sofreu uma enorme transformação, absorvendo a ideia de relações interraciais pacíficas.

O paradigma do suposto sucesso multirracial inverteu-se dos anos de 1930 aos anos de 1950, onde nova investigação revelou a perpetuação do racismo na vida quotidiana no Brasil. Esta investigação, aliada ao desenvolvimento do movimento negro, acabou por influenciar a acção afirmativa em favor das camadas inferiores da população a partir dos anos de 1990, com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, que abriram uma nova fase na luta contra a pobreza e a discriminação racial no Brasil.

King's College London

Este artigo resulta de um projecto mais vasto que deu lugar a um livro em vias de publicação: *Racisms: From the Crusades to the Twentieth Century* (Princeton: Princeton University Press, 2013).

A séria **Racismo e Colonialismo** é financiada no âmbito do projecto **Público Mais** publico.pt/publicomais



Agassiz, tinha expulsado “as boas qualidades, físicas e morais, das raças primitivas, criando uma multidão de vira-latas tão repulsiva como os cães vira-latas”.

A linguagem abusiva dos Agassiz contra raças mistas – muitas outras frases poderiam ser citadas – é um dos pilares do pensamento científico racista. O Brasil foi transformado pelos Agassiz no exemplo do tipo de sociedade multirracial que os Estados Unidos deveriam evitar. O propósito do livro (e da viagem) é óbvio: dada a derrota da Confederação seguida da extensão da abolição da escravatura a todos os estados do Sul, com acesso da população emancipada a todos os direitos civis, Agas-

siz usou a experiência no Brasil para promover a segregação da população negra nos Estados Unidos.

O livro dos Agassiz teve seis edições num só ano, tendo sido reimpresso diversas vezes nos anos de 1870 e de novo em 1895. Ele contribuiu para o ambiente favorável à propagação das leis segregacionistas votadas nos estados do Sul e aceites pelo Supremo Tribunal depois de 1876, leis patrocinadas pela violência diária, intimidação e linchagem da população negra imposta por organizações paramilitares como o Ku Klux Klan. As tomadas de posição do racismo científico dos Estados Unidos mostram a forma como a teoria das raças se colocou ao serviço

das políticas de exclusão, segregação e discriminação que se mantiveram até aos anos de 1960 com a conivência dos liberais pragmáticos que partilhavam os mesmos preconceitos raciais dos escravagistas.

O problema do livro dos Agassiz sobre a viagem ao Brasil é que ele não só contribuiu para a segregação nos Estados Unidos, mas ainda estruturou a visão preconceituosa norte-americana sobre o Brasil que persistiu, pelo menos, até aos anos de 1930. Neste jogo de espelhos de visões e recepções, que Lilia Schwarcz estudou no *Espectáculo das Raças* (1993), o Brasil desenvolveu uma política de atracção de emigrantes europeus entre 1870 e 1930 que pro-

curava responder ao declínio e abolição da escravatura em 1888.

Esta política estava norteadada por um projecto de branqueamento da população que só foi questionado de forma radical nos anos de 1930 pelos livros de Gilberto Freyre *Casa Grande e Senzala* (1933, traduzido para inglês em 1936) e *Sobrados e Mucambos* (1936, traduzido para inglês apenas em 1963).

A obra de juventude de Freyre, cujas influências anglo-americanas foram estudadas por Maria Lúcia Pallares-Burke, *Gilberto Freyre. Um Vitoriano nos Trópicos* (2005), seguida de um livro mais abrangente que publicou com Peter Burke, *Gilberto Freyre. Social Theory in the Tropics*

Rosita e o império colonial

Na fronteira ténue entre o espectáculo e a antropologia, a cultura popular e a cultura científica, os zoológicos humanos serviram diferentes discursos coloniais. Expuseram também práticas de um racismo e de um sexismo que hoje subsistem sob outros formatos

Série Racismo e Colonialismo (3) Filipa Lowndes Vicente

Os “jardins zoológicos humanos” foram um fenómeno muito popular, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos, entre 1840 e 1940. Consistiam em grupos de “selvagens” ou “nativos”, como eram designados, expostos em jardins zoológicos, jardins de aclimação, exposições universais e coloniais ou circos itinerantes. O contexto colonial europeu deste período foi especialmente propício a estes eventos e foram poucas as vozes contemporâneas que os condenaram.

“Vieram à exposição mais de um milhão de portugueses. Muitos – possivelmente a maioria – vieram em ar de festa, com o mesmo espírito alegre e descuidado com que vão ao arraial e ao teatro, aos touros e ao futebol. Diziam alguns: vamos ver os pretos!” Um ano depois da primeira (e última) Exposição Colonial Portuguesa, que teve lugar no Porto em 1934, fazia-se o balanço, positivo, do evento. Um álbum comemorativo publicado em 1935 descrevia a exposição e o sucesso alcançado entre os públicos de “todas as classes”. Tinham sido atraídos pelas novidades – sobretudo a encenação de uma aldeia de “índigenas guineenses” –, mas tinham acabado “comovidos” e “orgulhosos” dos feitos coloniais portugueses que ali se tornaram visíveis através das mais variadas tecnologias expositivas e visuais.

O jardim do Palácio de Cristal, da mais industrial das cidades portuguesas, fora temporariamente ocupado por reproduções de monumentos de Goa e de Macau, exemplares da fauna africana, cinema com exibição de filmes sobre as colónias, desfiles militares com soldados moçambicanos, a banda militar de soldados angolanos, uma livraria destinada à venda e propaganda de livros coloniais, a mostra industrial com 600 expositores – incluindo produtos portugueses de interesse para o mercado colonial,

produtos coloniais passíveis de interesse metropolitano, e muitas outras exposições, a mostrar artesanato africano ou os resultados mais recentes da colonização portuguesa, na área da educação, transportes ou medicina.

Entre esta multiplicidade de exposições – em que ainda crescia o divertimento de uma feira popular e um comboio para que o público não se cansasse da viagem entre Angola e Moçambique –, as “representações etnográficas” acabaram por ser as mais populares. Em 1933, o ministro das colónias, Armindo Monteiro, escrevera uma carta a todos os governadores das colónias portuguesas a pedir-lhes que enviassem para o Porto os “seus nativos” para serem alojados “em aldeia ou habitações típicas”. Trezentos e vinte e quatro mulheres, homens e também crianças, provenientes de Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, Índia, Macau e Timor, estiveram expostos no Porto. Entre eles, o grupo de balantas da Guiné-Bissau foi o mais fotografado pela câmara oficial de Domingos Alvão. Os seus retratos foram dos mais reproduzidos nos populares postais fotográficos que se compravam como *souvenirs*, bem como os que mais atenção mereceram da parte da imprensa, que multiplicou os públicos da exposição com a sua cobertura exaustiva do evento.

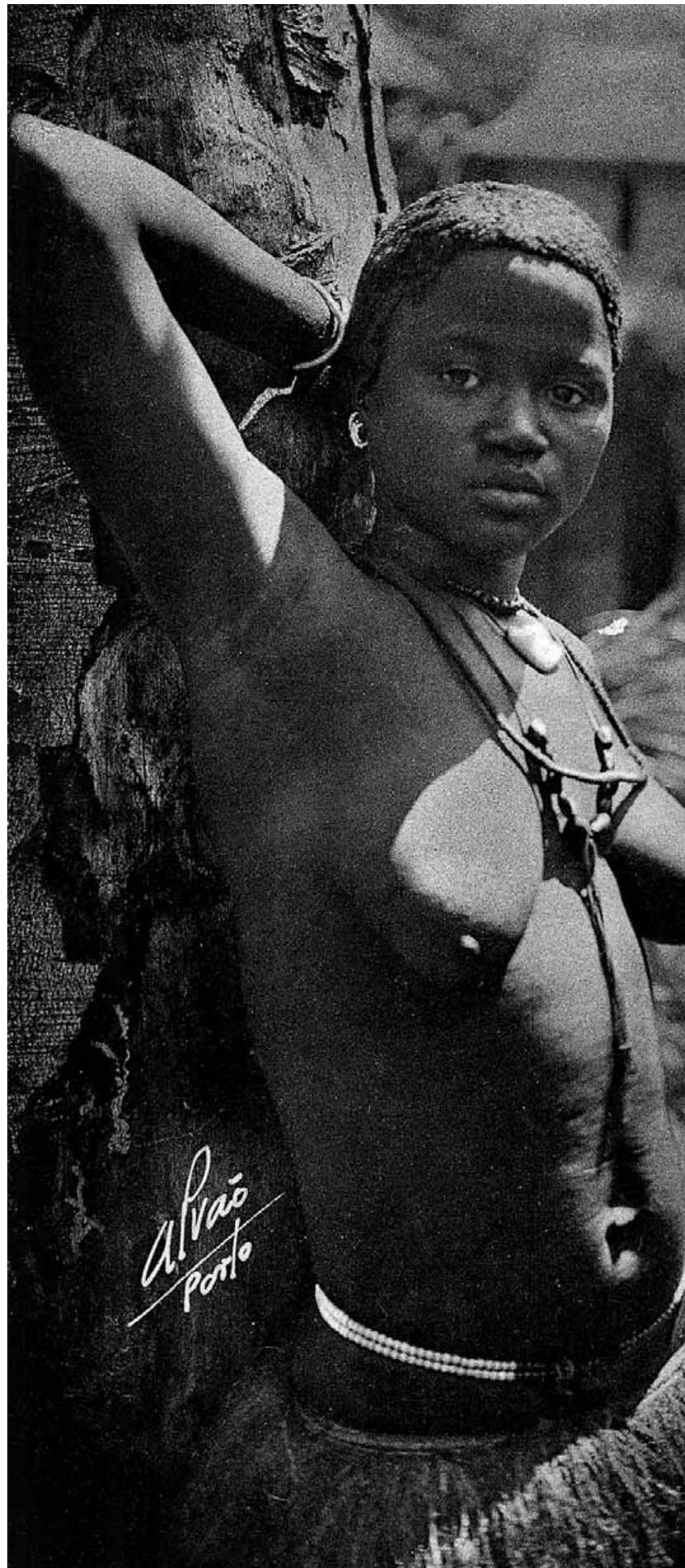
A Exposição Colonial Portuguesa de 1934 foi emblemática de uma nova fase do colonialismo português – mais centrado em África, interessado na emigração de portugueses para territórios africanos, e empenhado em afirmar-se numa Europa também ela colonizadora. O modelo adoptado pela iniciativa portuguesa, tanto pela inspiração estética como ideológica, fora em parte o da Exposition Coloniale de Paris em 1931.

Numa ilha no meio de um lago, onde uma fonte luminosa vinha dar um toque de modernidade, qual metáfora do empreendimento português em África, instalaram-se umas dezenas de guineenses, que viviam o seu quotidiano numa al-

deia de palhotas, sob o olhar dos visitantes portugueses. O público da exposição podia assim ocupar, mesmo que temporariamente, o olhar e o lugar do colonizador. Um colonizador que, na segurança oferecida por um parque no centro do Porto, podia já beneficiar dos resultados das “campanhas de pacificação” em África. Mesmo a da Guiné-Bissau, uma das mais tardias. Assim designadas pelos portugueses porque visavam eliminar a resistência africana à ocupação portuguesa, estas campanhas militares não faziam, naturalmente, parte do discurso expositivo. O que se anunciava em 1934 era uma outra fase da colonização portuguesa – a ocupação dos territórios africanos por colonos portugueses. O evento, de carácter didáctico e propagandístico, procurava relembrar ao povo português que “Portugal não era um país pequeno”. A dimensão, excessiva, do espaço imperial, precisava de quem o ocupasse e trabalhasse. Para que Portugal pudesse voltar a ser aquilo que já tinha sido. O tal passado que a exposição evocava de muitas formas, para aqueles que sabiam ler e para a maioria que só sabia ver. É que a ideologia das exposições deve ser analisada lado a lado com outros espaços de uma cultura visual bem circunscrita: da fotografia aos postais, dos jornais ilustrados ao cinema, dos museus de antropologia aos livros de propaganda colonial.

O desejo de um império

E como voltar a transformar o império num objecto de desejo? Como incentivar os “fortes portugueses que navegam”, cantados por Camões, a voltar a partir? A exposição era ela própria uma ode às possibilidades coloniais do futuro, um balanço daquilo que se fizera recentemente, e um anúncio de um Portugal do além-mar que seria central à ideologia política e colonial do Estado Novo. As exposições de “nativos”, e sobretudo de “nativas”, tornaram-se o símbolo mais concreto dessa erotização de um império onde a virilidade lusa devia voltar a semear



mo objecto de desejo



riqueza. As metáforas de género já desde há muito faziam parte da linguagem colonialista portuguesa, tal como da francesa ou britânica. Os espaços coloniais surgiam feminizados, selvagens e feitos da natureza desordenada que a masculinidade imperial europeia iria controlar. A conquista territorial era descrita com o vocabulário da conquista sexual, onde o colonizador branco masculino exercia duplamente o seu domínio sobre a mulher colonizada – domínio étnico e domínio de género iam, por isso, a par. Esta linguagem, banalizada na prolixidade da escrita produzida nos contextos imperiais europeus do século XIX, manifestara-se graças às possibilidades reprodutivas da fotografia. Inventada quase em meados de oitocentos, a tecnologia fotográfica desenvolveu-se em paralelo com a consolidação dos impérios coloniais e tornou-se um dos seus mais importantes instrumentos de propaganda colonial, juntamente com as exposições.

O “objecto” mais descrito, fotografado e reproduzido na Exposição Colonial de 1934 foi uma mulher, negra e nua. A Rosa, Rosinha, ou Rosita, nome com certeza mais fácil do que o seu verdadeiro nome islâmico, era uma mulher balanta, da Guiné recentemente “portuguesa” (ver artigo de Isabel Morais no livro *Gendering the Fair*). Fotografada por Alvão em várias poses encenadas já pelos códigos visuais de um erotismo feminino, por vezes com os braços levantados para melhor revelar o peito, a Rosinha personificou aquilo que o império deveria ser – o lugar das mulheres disponíveis sexualmente para os homens portugueses que a exposição queria incentivar a partir. Como eram negras podiam estar nuas e podiam ser observadas num espaço familiar e domingueiro de lazer aceitável. Não transgrediam a moral vigente porque não eram brancas como as mães, mulheres e irmãs dos homens que as observavam – dos visitantes do evento aos que organizaram a exposição ou promoveram os discursos de miscigenação além-mar.

Sempre implícita na ideia de miscigenação – tão implícita que nem tinha de ser afirmada – estava uma relação entre os homens colonizadores brancos e as mulheres colonizadas africanas. Nunca, naturalmente, a possibilidade – o tabu – de uma relação sexual entre uma mulher branca e um homem negro. Mais tarde, a miscigenação



“Beleza Bijagoz, Guiné”, fotografia de Domingos Alvão, postal fotográfico da 1ª Exposição Colonial Portuguesa

“O Banco de Angola na Exposição Colonial”, em A *Província de Angola* (número extraordinário dedicado à Exposição Colonial Portuguesa), cortesia da Biblioteca Pública Municipal do Porto

conheceu no “lusu-tropicalismo” do antropólogo brasileiro Gilberto Freyre a mais legítima das suas teorizações. Mas já era apresentada como uma característica do colonialismo português desde que Afonso de Albuquerque promovera, na Goa do século XVI, os casamentos com mulheres hindus convertidas ao cristianismo.

A ideia de miscigenação

Como poderão ser consideradas excepcionais todas estas políticas coloniais? Todos os impérios coloniais europeus de oitocentos legitimaram as suas empresas com a afirmação do seu “excepcionalismo” e da sua menor violência em relação às práticas coloniais dos outros. Se os portugueses alegavam a sua capacidade de mistura com os nativos (leia-se “as nativas”) face a uns britânicos que faziam da separação racial uma das suas bandeiras, os últimos denunciavam a violência religiosa dos portugueses, em contraste com sua própria tolerância em relação ao hinduísmo. Ou, mais tarde, já no princípio do século XX, os britânicos denunciavam as prá-

ticas de trabalho forçado nas roças de São Tomé, numa altura em que a “escravatura” supostamente já não existia. Os “outros” colonizadores eram sempre piores e por isso não mereciam as colónias que tinham. Tentar ler as políticas de mistura – e, relembramos, de mistura de homens brancos com mulheres dos territórios colonizados –, que pontuaram a colonização portuguesa, em diferentes contextos e por razões distintas, como um sinal do “não-racismo dos portugueses” é reproduzir acriticamente os próprios discursos colonizadores. E é, sobretudo, também não ter em conta a profunda desigualdade entre os géneros que, à partida, estava implícita nestas relações.

Na base destas políticas de colonização e interação com os locais estava a distinção entre, em primeiro lugar, a sexualidade masculina, livre de escolher o seu objecto de desejo, cá ou lá (embora mais lá do que cá), e onde estava implícita uma superioridade; em segundo lugar, a sexualidade feminina da mulher branca, regulada pelas prescrições legais, culturais e sociais de uma sociedade patriarcal. Em terceiro lugar, estava a sexualidade da mulher negra, uma mulher que surgia como passiva e sem poder, apresentada como disponível para o homem branco que, ao ocupar o lugar do homem negro, estava também, metafórica e literalmente, a dominá-lo.

Mas o sexo não chega. E o colono português também teria de andar bem alimentado e bem vestido. Num outro pavilhão da exposição colonial, um enorme diorama com figuras de tamanho natural mostrava as mulheres negras a aprender a cozinhar e a coser sob o olhar paciente das freiras missionárias portuguesas. Expunham os progressos da evangelização portuguesa em África através do encontro de dois tipos de mulheres. Um encontro também de valores religiosos e domésticos, aqueles que as mulheres, brancas ou negras, podiam viver no império.

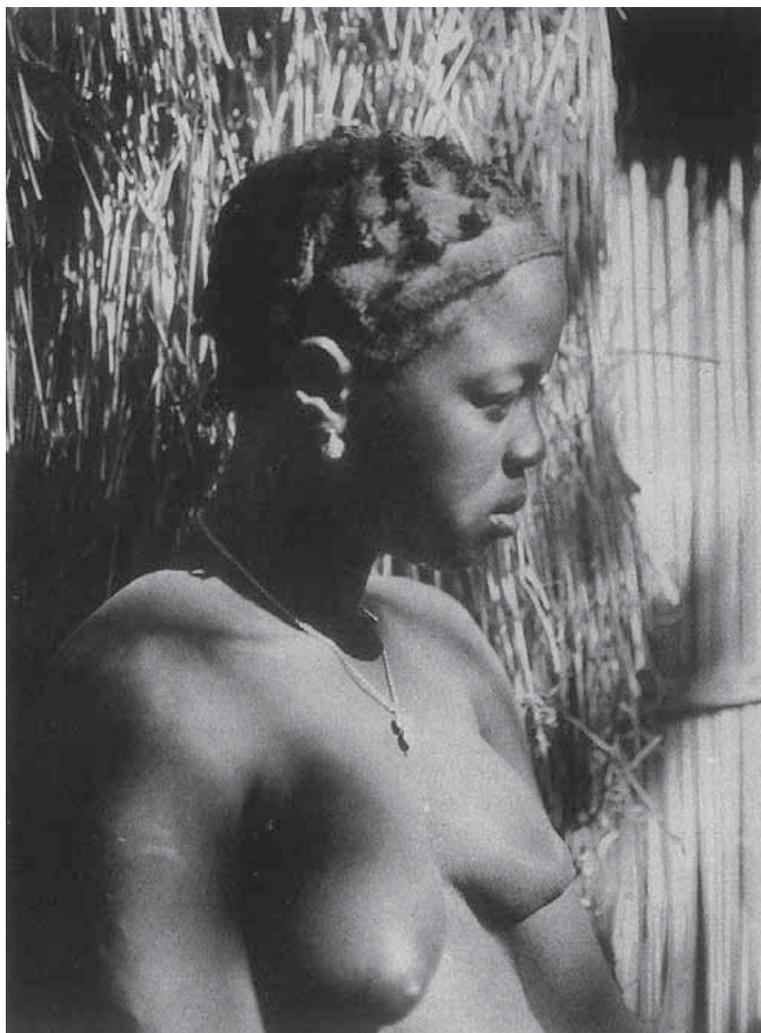
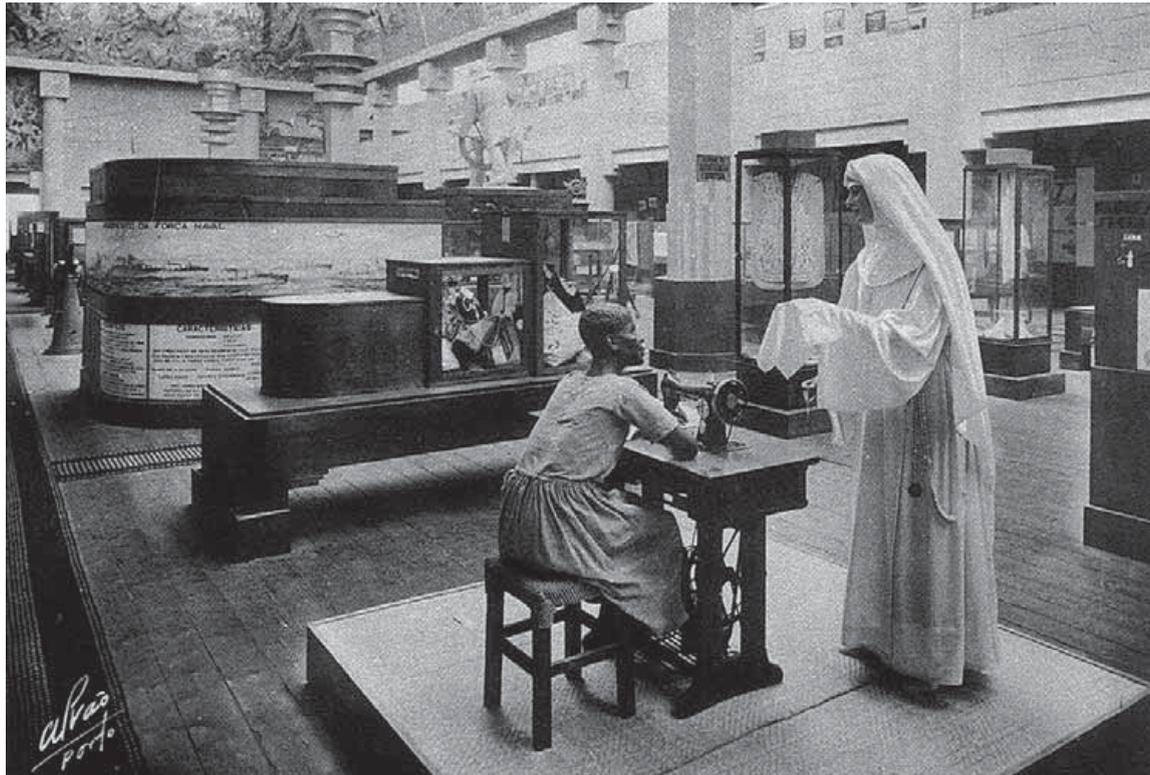
Apesar de também ter opositores, até entre antropólogos prestigiados, a miscigenação tornou-se uma ideologia central do regime, e a Rosinha estava ali para a ilustrar: o nome português, provavelmente da conversão ao cristianismo, para a tornar mais próxima e até casadoira; o diminutivo de “inha” ou “ita” para a familiarizar; e a sua sexualização, usada e abusada no contexto →

expositivo, para que o império também pudesse ser imaginado como uma conquista sexual. Os homens guineenses que vieram com a Rosinha foram entrevistados. Mas as mulheres, não. Não se julgou necessário ouvir a sua voz. Vê-las era mais importante do que as ouvir. Aqui, como em muitos outros casos, “raça” e “género” não são conceitos dissociáveis. Inseparável da cor da pele era o seu género feminino, e era nessa combinação que se reificava uma dupla hierarquia – a do branco sobre o negro, a do colonizador, neste caso, português, sobre a colonizada, neste caso proveniente da Guiné-Bissau e, finalmente, a de um homem sobre uma mulher, onde o domínio patriarcal e sexual era assumido. O espaço da exposição encenava, de um modo lúdico e legítimo, o projecto colonial. Entre partir e tornar-se colono havia um oceano pelo meio. No jardim portuense, apenas um lago os separava de África. E de uma África que nada tinha de ameaçador.

A colonização do corpo

As notícias de jornal e as fotografias, popularizadas em postais fotográficos, multiplicaram os discursos escritos e visuais da exposição, fazendo-a chegar também àqueles portugueses que não tinham ido ao Porto. Um livro publicado em Luanda em 1934, celebrava a província de Angola e a sua presença na 1.ª Exposição Colonial. Na página dedicada ao Banco de Angola, duas fotografias do “magnífico e luxuoso stand próprio, lindamente decorado”, partilhavam a página com duas fotografias de mulheres seminuas: Uma “beleza negra da Huila”, de boca semiaberta e braços levantados como os da Rosinha, a erguer o peito desnudo, não disfarçava a sua óbvia conotação erótica; a “preta Mucancala” inscrevia-se num outro tipo de imagem, também muito popular desde a segunda metade do século XIX – a da fotografia “etnográfica”, realizada ao ar livre no lugar de origem (ou, muitas vezes, nas encenações recriadas nas exposições europeias, coloniais ou universais). O texto a legendar a imagem descrevia o oposto do Portugal moderno e inovador que se queria transplantar para os trópicos: aquela “curiosa tribo” angolana era “uma das mais baixas espécies da escala da humanidade”.

A mulher negra desnuda – quer na sua versão “sexualizada” quer na sua versão “primitiva” – con-



“Palácio das Colónias, Trecho da Representação das Missões Religiosas do Ultramar”, fotografia de Domingos Alvão reproduzida no Álbum Fotográfico da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa

“Mulher Balanta, Rosita”, fotografia de Domingos Alvão reproduzida no Álbum Fotográfico da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa

trastava com a prosperidade e modernidade do Banco de Angola e ao mesmo tempo reificava as distinções de género tão explícitas na documentação colonial, a masculinização do colonizador, neste caso daquele que geria a riqueza da exploração colonial, e a feminização da colónia, neste caso, numa “preta” e numa “negra”, sem nome e sem roupa.

No contexto das discriminações raciais da Europa da década de 1930, como já no século XIX, o corpo da mulher negra podia ser exposto, legitimamente, de muitas formas, num claro contraste com o corpo nu da mulher branca, remetido para as fotografias transgressivas de uma pornografia para consumo privado masculino. O corpo nu da mulher negra estava disponível visualmente, porque imperava uma ideologia legitimada por um racismo científico que o inferiorizava, e que lhe retirava voz e poder. Os lugares desta exposição legítima do corpo eram inúmeros: nas exposições universais e coloniais, nos postais fotográficos que jogavam com a ambiguidade entre a legitimidade científica da antropologia e o erotismo; ou em imagens de jornal a ilustrar os costumes de povos “estranhos e distantes”.

Uma consciência crítica desenvolvida sobretudo desde os anos 1960 veio questionar a violência com que os corpos das mulheres negras foram transformados em objectos e desumanizados, ao longo da história. De Saartjie Baartman – a chamada Vénus de Hotentote que em princípios do século XIX circulava tanto nos meios científicos como nos de entretenimento, entre Londres e Paris – até às muitas mulheres e homens que, ao longo da segunda metade do século XIX, foram apresentados como

“selvagens” ou “nativos” e expostos no jardim de aclimação de Paris, nas exposições europeias ou no circo itinerante do norte-americano Barnum. Este mesmo fenómeno, central para se compreender a ideologia colonial deste período, foi desprezado pela academia durante muitos anos. Porém, desde há cerca de vinte anos que os “zoos humanos” têm sido estudados na perspectiva da história do colonialismo, racismo e cultura visual.

Que continuidades e cisões subsistem, hoje, na cultura visual contemporânea que caracteriza o nosso contexto nacional? Uma muito maior consciência anti-racista – incentivada tanto pelos debates do pós-colonialismo como por políticas de direitos humanos mais democráticas – tornaria impensáveis muitos dos textos e imagens do colonialismo português dos séculos XIX e XX. No entanto, ainda subsistem entre nós muitas formas contemporâneas de racismo associado ao género. O que é que a sexualização das mulheres africanas ou brasileiras, no contexto português – no humor machista, em conversas masculinas não escritas, na formulação de estereótipos primários –, diz sobre os preconceitos enraizados de tantos portugueses? Outras perguntas são inevitáveis e também têm sido objecto de estudo nas últimas décadas. Como é que o corpo da mulher, independentemente da cor da pele – sexualizado sob um ponto de vista masculino, anónimo, e passivo –, continua a ser tão utilizado acriticamente na visualidade contemporânea? Se é certo que tais corpos já não servem para propagandear projectos coloniais, nem promessas de uma vida melhor nos grandes territórios de um país pequeno, continuam a ser usados para vender automóveis, cerveja e tudo o resto. Sobretudo, vendem a ilusão de que o desejo do olhar de um público – que se assume como sendo masculino – pode desresponsabilizar eticamente aqueles que detêm o poder sobre os discursos do visível.

Investigadora do ICS-UL

A série Racismo e Colonialismo é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Limpeza de sang

Em que medida a noção de limpeza de sangue estruturou a sociedade portuguesa nos séculos XVI-XVIII? Aqui mostra-se como a limpeza de sangue permitiu a monopolização dos recursos económicos e políticos por cristãos-velhos em competição contra judeus convertidos e seus descendentes

Série Racismo e Colonianismo (4) Francisco Bethencourt

A noção de limpeza de sangue foi pela primeira transformada em lei em Castela no século XV na sequência do motim contra os cristãos-novos em Toledo em 1449.

O rei João II de Castela enviara o condestável Álvaro de Luna para recolher um pesado imposto. A elite local dos cristãos-velhos recusou o pagamento e acusou os cristãos-novos de conluio contra a cidade, dadas as suas posições de banqueiros e rendeiros de impostos régios. Os cristãos-novos foram massacrados e as suas casas assaltadas, pilhadas e destruídas.

A exclusão dos cristão-novos de ofícios públicos foi imediatamente publicada pelo governador do castelo de Toledo, Pedro Sarmiento, como estatuto de limpeza de sangue. A lei foi rejeitada pelo Rei e condenada pelo Papa, que viram nela um elemento de divisão da comunidade cristã. Pela primeira vez, a ideia universalista de igualdade entre todos os cristãos, lançada pelo apóstolo Paulo, era rejeitada de forma clara.

A criação de uma larga comunidade de convertidos de origem judaica fora iniciada pelos motins antijudaicos de 1391 na Andaluzia, que se espalharam pelos principais centros urbanos de Castela e Aragão. Os massacres intimidaram as populações até aí protegidas pelo Rei, que se resignaram em muitos casos à conversão sob ameaça física. A conversão foi alargada nos anos de 1410 com as pregações do dominicano Vicente Ferrer, de audiência obrigatória pelas comunidades judaicas.

O vasto número de convertidos, que excedeu no arco de 50 anos o número de judeus, passou a poder candidatar-se a lugares nas hierar-

quias da Coroa e da Igreja até então reservadas a cristãos. Daí o estigma de cristãos-novos lançado por cristãos-velhos que se viam despossuídos de lugares que lhes estavam tradicionalmente reservados e eram agora abertos a comunidades extremamente competitivas.

Os novos motins contra cristãos-novos em 1465 em Sevilha, 1467 novamente em Toledo e Ciudad Real e 1473 em Córdoba criaram uma forte pressão sobre as autoridades civis e eclesiásticas. O estabelecimento da Inquisição em Espanha em 1478-1481 contribuiu para esta pressão, pois seleccionou os cristãos-novos acusados de judaísmo como principais hereges a perseguir e difundiu a ideia que a presença de comunidades judaicas contribuía para o regresso dos convertidos à fé original.

A perseguição dos cristãos-novos acusados de judaísmo foi duplicada pela decisão, em 1492, de expulsar de Espanha os judeus acusados de os perverter. A recepção de parte dos expulsos pelo Rei português D. João II levantou problemas diplomáticos que afectaram as negociações de casamento do seu sucessor D. Manuel com uma princesa espanhola. Foi neste contexto que D. Manuel decidiu, por sua vez, a expulsão dos judeus e mouros de Portugal em 1496-1497.

Entretanto, a recusa papal dos estatutos de limpeza de sangue fora rompida por Alexandre VI, de origem valenciana, que aprovou em 1495 o estatuto vedando o acesso de cristãos-novos à Ordem dos Jerónimos, entretanto estigmatizada por processos inquisitoriais instruídos contra vários dos seus membros acusados de judaísmo.

A decisão de Alexandre VI teve pesadas consequências, pois legitimou uma prática de divisão da comunidade cristã, envolvendo os Reis Católicos numa nova política de definição de fronteiras internas



A sinagoga de Lisboa, inaugurada em 1904, foi a primeira a ser contruída de raiz em Portugal depois da ordem de expulsão do século XV

CARLOS LOPES/ARQUIVO

ue

entre velhos e novos convertidos que cruzava todas as ordens sociais.

Homogeneização étnica

No caso português, a novidade, como demonstraram François Soyer e Filomena Barros, foi converter à força os judeus ameaçados de expulsão, aos quais tinham sido retirados os filhos para serem educados como católicos, enquanto os muçulmanos foram efectivamente expulsos pela primeira vez no caso da Península Ibérica. Aos cristãos-novos foram dadas garantias que não seriam objecto de inquérito religioso, mas o motim de 1506 em Lisboa contra os convertidos, rapidamente debelado pelo Rei, deu o primeiro sinal de conflito.

Entretanto, a conquista de Granada pelos Reis Católicos no ano de 1492 veio juntar novos elementos a esta noção de limpeza de sangue, ou seja, de recusa de atribuição de estatuto igual a recém-convertidos. Embora o pacto de conquista tivesse aceite o livre exercício da religião, a nova política de pressão sobre os muçulmanos de Granada na viragem do século XV para o século XVI conduziu a revoltas que justificaram a ruptura do pacto, impondo a proibição do islão e a conversão. Esta política foi alargada a Aragão em 1526.

A suspeição sobre os judeus convertidos de retorno à religião original foi alargada aos muçulmanos convertidos, designados como “mouriscos”, igualmente incluídos nos estatutos de limpeza de sangue. A passagem de cristãos-novos e mouriscos para a América espanhola foi proibida várias vezes. Os mouriscos foram particularmente objecto de inquérito por suposta ajuda ao corso do Norte de África nas costas de Espanha e apelo à intervenção dos Estados muçulmanos.

Os cristãos-novos foram objecto de uma maior perseguição inquisitorial, enquanto os mouriscos foram objecto de uma maior vigilância política, dada a proximidade dos reinos muçulmanos do Norte de África. A revolta das Alpujarras, na serra de Granada, nos anos de 1568-1571, contribuiu para o reforço da suspeição generalizada contra os mouriscos, embora na geração seguinte a resistência tenha declinado.

Daí a discussão, ainda hoje, da decisão do conselho régio de expulsar os mouriscos de Espanha em

1609-1610, que envolveu 300.000 pessoas. Crise de identidade dos cristãos-velhos, como pretende Raphael Carrasco, ou confissão de impotência face à resistência obstinada da minoria mourisca, como assinalou Fernand Braudel, são duas das teorias explicativas. Na minha perspectiva tratou-se de uma aposta de homogeneização étnica e política em período de decadência espanhola.

Embora os estatutos de limpeza de sangue não tenham sido tão sistematicamente implementados como se pensa – mais em Castela que em Aragão, mais nas ordens religiosas, universidades, confrarias e ofícios públicos que nos capitulos das catedrais –, não há dúvida que se enraizaram e passaram a fazer parte da identidade espanhola. A abolição dos estatutos de limpeza de sangue em Espanha só ocorreu entre 1835 e 1870.

Em Portugal os estatutos não chegaram a assumir as mesmas proporções, pois não resultaram de um movimento de base da população cristã-velha. Os primeiros estatutos de limpeza de sangue conhecidos, respeitantes aos franciscanos, são de 1558, tendo sido estendidos lentamente a outras ordens religiosas e militares, concelhos, confrarias e universidades, sobretudo no período de união de Coroas, entre 1580 e 1640.

A Inquisição, criada em Portugal em 1536, contribuiu para criar um ambiente favorável aos estatutos de limpeza de sangue, pois colocou todo o seu peso na perseguição de cristãos-novos de origem judaica, alvo de 60% a 80% dos 35.000 processos dos três tribunais de Coimbra, Lisboa e Évora que cobriram todo o território de forma sistemática.

A excomunhão de acusados, entregues ao braço secular para execução, era seguida da exibição dos respectivos hábitos penitenciais nas igrejas paroquiais de origem (com indicação do nome da vítima e respectivo crime), bem como da exclusão dos descendentes de certas profissões. Desta maneira a Inquisição contribuía para a estigmatização dos condenados cristãos-novos (a maior parte dos executados) e das respectivas famílias.

A ruptura das práticas de estigmatização dos cristãos-novos surgiu finalmente com o Governo do Marquês de Pombal, que decidiu em 1763 abolir a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos,

O carácter precoce do racismo anti-judaico na Península Ibérica, estruturado em torno da noção de limpeza de sangue, com o consequente debate liberal desta forma de segregação e discriminação, contribuiu para impedir formas extremas de racismo no período contemporâneo

ordenando a supressão de todas as referências a esta distinção dos estatutos de confrarias, universidades, concelhos municipais e ofícios públicos. Esta decisão foi implementada, nomeadamente contra o protesto da Universidade de Coimbra.

O contraste entre Portugal e Espanha nesta matéria deve ser sublinhado – um século de diferença entre uma e outra abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos –, pois a noção de limpeza de sangue, apesar do suporte institucional, nunca assumiu o mesmo carácter obsessivo e sistemático em Portugal.

O problema da limpeza de sangue, como a expressão claramente indica, resulta de preconceitos religiosos cruzados com preconceitos étnicos. Não é possível, neste caso, separar uma e outra área de preconceitos. Os cristãos-velhos, em competição com judeus e muçulmanos convertidos, atribuíam-lhes uma suposta predisposição linhagística (intergeracional ou natural) para regressar às suas crenças tradicionais.

A limpeza de sangue enquadra-se na noção de racismo como o conjunto de preconceitos de descendência étnica, materializados em atributos físicos e mentais estereotipados, ligados a processos de discriminação e segregação. No caso Ibérico, desapossar judeus e muçulmanos das suas religiões diminuía a possibilidade de resistência face a processos de discriminação pela posse da terra, pela propriedade urbana ou pelo acesso a profissões e actividades económicas.

Daí a excepcional divisão interna da comunidade cristã, que procurou integrar mas simultaneamente segregou novas comunidades de convertidos num processo histórico sem paralelo na tradição da Igreja cristã.

Que este tipo peculiar de racismo tenha sido motivado por projectos políticos de monopolização dos recursos disponíveis torna-se evidente quando analisamos a virtual ausência de racismo antijudaico em Portugal e em Espanha no século XX. Apesar da violência antijudaica desencadeada pela Alemanha nazi e apesar do seu passado, os regimes de Salazar e Franco mantiveram-se imunes a essa influência.

A explicação, a meu ver, reside em dois factores. Em primeiro lugar, o número de judeus em Portugal e em Espanha era extremamente reduzido, não ultrapassando escassos milhares de descendentes de migração na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX proveniente de França e do Norte de África. Não seria possível inventar, neste caso, uma ameaça racial, pois a comunidade judaica não tinha qualquer presença significativa industrial ou financeira.

Em segundo lugar, o peso histórico da denúncia liberal da perseguição dos judeus convertidos tinha já estigmatizado os regimes absolutistas na Península Ibérica no século XIX. Tratava-se de uma imagem de atraso que os regimes

totalitários não estavam interessados em reproduzir sem benefícios sociais ou económicos.

“Negros da terra”

A noção de limpeza de sangue foi transferida para o mundo colonial, onde o acesso aos concelhos municipais era reservada a cristãos-velhos, embora as realidades no terreno tenham imposto a nível local a aceitação formal ou informal de luso-africanos e de luso-asiáticos. A hierarquia étnico-religiosa não correspondia à hierarquia sócio-económica: os asiáticos e africanos convertidos podiam reclamar melhor linhagem que os cristãos-novos de origem judaica. Em todo o caso, o estigma dos escravos africanos superou com o tempo outros preconceitos raciais: a noção de “negros da terra” foi alargada a nativos do Novo Mundo e da Ásia, consagrando práticas de exclusão, nomeadamente da carreira eclesiástica.

Em conclusão, o carácter precoce desta forma de racismo na Península Ibérica, estruturada em torno da noção de limpeza de sangue, concentrou-se no caso português de meados do século XVI a meados do século XVIII, tendo sido abolida por Pombal em 1763, um século antes da abolição espanhola. A limpeza de sangue não foi tão obsessiva, nem tão extensiva como em Espanha. A transferência desta noção para o mundo colonial justificou o estabelecimento de hierarquias raciais e formas de exclusão. O debate histórico desta forma de segregação e discriminação contribuiu para impedir formas extremas de racismo no período contemporâneo.

King's College London

Este artigo resulta de um projecto mais vasto que deu lugar a um livro em vias de publicação: *Racisms: From the Crusades to the Twentieth Century* (Princeton: Princeton University Press, 2013).

Próximo artigo (dia 28): O trabalho forçado no império colonial português

A série Racismo e Colonialismo é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



A “civilização” p

A mão-de-obra “indígena” foi uma das questões centrais no “terceiro” império colonial português. Caracterizada pelo predomínio de formas não-livres de trabalho - da escravatura ao trabalho forçado -, esteve sempre associada à racialização das sociedades e das populações coloniais

Série Racismo e Colonialismo (5) Miguel Bandeira Jerónimo

Pouco antes da revolução de Abril de 1974, os estados do Togo, da República da África Central e da Guiné-Conacri propuseram a expulsão de Portugal da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O seu principal objectivo era reforçar a oposição política internacional ao colonialismo português. A mesma oposição a Portugal predominava noutras instâncias internacionais que, pela mesma altura, intensificaram as suas críticas.

Já em 25 de Fevereiro de 1961, quase dois meses depois da revolta da Baixa do Cassange (Malange) e 21 dias depois dos “assaltos” do 4 de Fevereiro em Luanda, o recém-independente Estado do Gana (1957) depositara uma queixa contra o Estado português na OIT, denunciando o não-cumprimento da Convenção n.º 105 sobre a Abolição do Trabalho Forçado de 1957. Pela mesma altura, o Estado da Libéria colocou o debate sobre a situação dos direitos humanos em Angola na agenda do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

Como sucedera desde a sua conturbada formação, ou seja, desde o início da viragem africana do império e após a desintegração do império luso-brasileiro, os últimos anos do império português em África foram marcados por um intenso escrutínio internacional acerca da sua legitimidade e modo de operar (para vários exemplos históricos veja-se o texto que escrevi com José Pedro Monteiro no livro colectivo *O Império Colonial em Questão* publicado pelas Edições 70). No centro das críticas estava o problema do recrutamento, distribuição e uso de mão-de-obra africana, nomeadamente a sua natureza compulsória. A situação do

trabalhador africano aproximava-se da morte social associada à escravatura, ou seja, a supressão da sua existência social e a sua alienação plena (processo social descrito por Orlando Patterson no magistral livro *Slavery and Social Death* de 1982). A questão do “trabalho indígena” foi um dos mecanismos fundamentais do poderoso sistema de produção e engenharia social da diferença que, com resistências e limitações, foi o pilar central do “terceiro” império colonial português. No seu interior destacava-se o Estatuto do Indígenato, conjunto de disposições legais formuladas em 1926 pelo ministro João Belo (com legislação complementar posterior), que assegurava a existência de direitos políticos e sociais diferenciados nos territórios ultramarinos da Guiné, de Angola e de Moçambique.

Após décadas em que recusou reconhecer os instrumentos jurídicos de regulação internacional sobre o trabalho em territórios “não-metropolitanos”, o Estado português decidiu ratificar a sua adesão à referida convenção a 13 de Julho de 1959. O reconhecimento das impiedosas realidades laborais vigentes nas colónias portuguesas e a suspeição generalizada sobre os efeitos nefastos dos “internacionalismos perigosos” para a soberania colonial do país, como o conde Penha Garcia os definiu em 1932, contribuíram para essa demorada recusa.

Dois anos antes, a Convenção n.º 29 sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório (1930) entrara também em vigor na ordem jurídica portuguesa. Após décadas de celebrada existência de uma orientação política e de um regime legal que promoviam o trabalho como uma imperiosa obrigação moral e civilizacional – justificando a sua mobilização coerciva (como mostrámos no livro *Livros Brancos, Almas Negras. A “Missão Civilizadora” do Colonialis-*



Postal com comerciantes portugueses no Dondo, Angola, no início do século XX

Ao lado, postal com trabalhadores de uma roça em São Tomé e Príncipe, no início do século XX

mo Português, c.1870-1930) –, emergiram sinais de mudança.

Também o Código do Trabalho Rural de 27 de Abril de 1962 declarou o fim de qualquer manifestação de trabalho compelido. Paralelamente, foram abolidas a participação das autoridades no recrutamento de trabalhadores e na elaboração das relações contratuais, as sanções penais

associadas ao não-cumprimento de contratos de trabalho, as diferenças de tratamento em função de género e a “tutela paternalista dos trabalhadores africanos” – aspecto que originava e justificava todo o tipo de ambiguidades e equívocos –, como se podia ler no preâmbulo do Decreto n.º 44309.

Todas as medidas acabadas de referir encontravam-se em plena sintonia com as recomendações feitas pela OIT, no seguimento do processo da queixa do Gana. Reforçando a proclamada equidade política, social e económica resultante da revogação do Estatuto dos Indígenas em 6 de Setembro de 1961 e os projectados efeitos da abolição das culturas obrigatórias no Ultramar uns meses

antes, o novo código declarava ainda a indistinção legal entre grupos étnicos ou culturais no que dizia respeito à legislação laboral. O fim legal da discriminação e da exclusão sociais legalizadas e legitimadas era acompanhado pelo fim legal do trabalho forçado legalizado e legitimado – que fora a grande prioridade dos esforços oficiais de construção de novos Brasis em África.

A civilização pelo mal menor
Recuemos no tempo. Se a emergência gradual de um nacionalismo imperial ao longo de oitocentos – promovido por interesses políticos, militares, económicos, religiosos e “científicos” – contribuiu para a consolidação de projectos de expansão

elo trabalho

EDITADO POR EDUARDO OSÓRIO, LUANDA/COL. PRIVADA DE FILIPA VICENTE



Negociadores

imperial, as pressões abolicionistas externas determinaram a reinvenção da sua economia política e moral. Durante décadas, foram várias as resistências a essas pressões, oriundas de ilustres parlamentares, de jornalistas comprometidos, de antigos escravocratas tornados deputados, de governadores coloniais e, claro está, de interesses locais instalados.

Alimentadas por uma eficaz ideologia da escravatura, formulada desde o Iluminismo por figuras como o bispo Azeredo Coutinho (veja-se por exemplo Os Sons do Silêncio de João Pedro Marques), tais resistências predominaram sempre sobre a legislação incidente na questão do trabalho no mundo colonial. Predominaram ainda sobre a retó-

rica humanitária que proclamava a precocidade e excepcionalidade da legislação, tanto nos seus preâmbulos como nas posições oficiais portuguesas nas instâncias internacionais. As “elites” nacionais, com raríssimas exceções, foram obstinadas divulgadoras dos princípios básicos dessa ideologia e tenazes opositoras dos que a desacreditavam: a escravatura e as suas manifestações análogas resgatariam o nativo à sua presumida condição bárbara e, pelo contacto com o sopro supostamente civilizado e civilizador dos portugueses e pela disciplina do trabalho, garantiam a salvação das almas. A descrição da escravatura e das suas manifestações análogas como um mal menor prevaleceu. E não desapareceu quando

ROÇA UBA BUDO
CONDUÇÃO DOS SERVIÇOS AO TRABALHO

a necessidade de formação de um sistema político-económico imperial alternativo se tornou evidente e uma obrigação internacional, sobretudo na sequência da Conferência de Berlim de 1884-1885.

A abolição formal do tráfico de escravos e da escravatura tornou-se uma demonstração de progresso e civilização e, simultaneamente, um motivo de ocupação e de colonização, pelo menos do ponto de vista formal. Mas a ideologia da escravatura, que legitimara durante séculos o “odioso comércio”, prevaleceu, resistindo, na prática, ao *l'esprit du temps* e aos seus declarados princípios “civilizacionais”. O mesmo sucedeu aos mecanismos políticos e sociais de racialização, ou seja, de diferenciação e discriminação étnica e racial das populações coloniais, que a sustentavam. A persistência destes mecanismos informou a doutrina da “missão civilizadora” que, tendo uma longa genealogia, legitimou os projectos imperiais desde finais de oitocentos. Os princípios racistas e os fundamentos racialistas da “missão civilizadora” foram, por sua vez, fundamentais para a legitimação intelectual e institucional das formas de trabalho forçado análogas à escravatura.

Tais formas de trabalho persistiram até ao fim do império colonial, ainda que com naturais variações em função da natureza da actividade económica ou dos contextos político-económicos coloniais e internacionais, por exemplo. Só

A persistência do uso coercivo de mão-de-obra – da escravatura a todo o tipo de formas não-livres de trabalho – até ao ocaso do império colonial é um facto difícil de desmentir, mesmo tendo em conta as inúmeras e resistentes mitologias que governaram e continuam a pesar sobre os modos de pensar a história do império colonial português

através do trabalho, forçado se necessário, poderia a proclamada “dádiva” da civilização ser compreendida, interiorizada e incorporada pelo “indígena”. Como disse um dos principais estudiosos do problema, a escravatura tornou-se inaceitável como meio de troca, mas perfeitamente legítima como meio de produção. Neste processo, o papel das administrações coloniais na reprodução de um sistema de trabalho forçado no Ultramar, aspecto central da chamada “política indígena”, foi decisivo. Desde o último quartel de oitocentos, a abundante legislação, desenhada por figuras como António Enes, cumpriu com eficácia a sua função legitimadora: dada a preconizada “condição indígena”, o recrutamento e o uso forçados de mão-de-obra nativa era legal, e moralmente defensável.

No mesmo processo, os custos da colonização efectiva foram transferidos para o mundo colonial, em especial para as populações africanas, locais ou originárias de outras proveniências, no interior de um amplo mercado intercontinental e intercolonial de trabalho compelido e de migrações laborais forçadas. A capacidade produtiva de tais contingentes de trabalho foi a condição *sine qua non* dos planos de um imperialismo onde o capital escasseava...

Que legado pós-colonial?

De qualquer modo, a abolição legal do trabalho forçado não corres- →

As “pirâmides” da vinha do Pico já lá estavam quando os portugueses chegaram?

→ pendeu a uma transformação efectiva das relações laborais no interior do império colonial. Ainda que muito esteja por estudar, incluindo o que sucedeu ao legado histórico de organização e uso de mão-de-obra forçada no período pós-colonial, a hipótese mais plausível é que as sucessivas operações de cosmética legal, técnica e administrativa, com os seus respectivos objectivos ideológicos, políticos e diplomáticos calculistas, pouco modificaram as realidades coloniais, sendo de destacar a continuidade do papel dos recrutadores profissionais enquanto elementos centrais do recrutamento até ao ocaso do império. Em Julho de 1972, a OIT declarava que, nos territórios sob soberania lusa, os “princípios básicos” da organização eram “desrespeitados em absoluto”.

Com diferenças importantes ao longo do tempo e entre si, o problema do trabalho “indígena” nas roças de São Tomé e Príncipe, na Diamang, na Companhia de Moçambique ou nas estradas, caminhos-de-ferro e nos portos do império só marginalmente foi determinado pela razão jurídica ou o calculismo político-diplomático. Desde o famoso caso do “cacau escravo” de São Tomé do início de novecentos até aos casos diplomáticos com que iniciámos este texto, a persistência de denúncias sobre as deploráveis realidades laborais nativas é um exemplo que demonstra esta asserção. Os impulsos desenvolvimentistas promovidos na década de 1950, a intensificação da colonização “branca” e os planos da dita “contra-insurgência” mitigaram o putativo “reformismo” do imperialismo técnico-científico que se institucionalizou nesse período e que hoje clama ter marcado a ruptura com a tradicional política colonial portuguesa, nesta e noutras matérias.

As intenções declaradas de ontem, mas residualmente cumpridas, tornaram-se as justificações e as “memórias” de hoje. E, com muita frequência, hoje como ontem, são reproduzidas de modo acrítico. Tal como sucede com muitos outros assuntos relativos ao “país que não era pequeno”, também neste caso o memorialismo parece tomar conta do olhar histórico, com perigosas consequências para o seu estudo. Os seus efeitos nocivos no grau de rigor e de elevação do debate público sobre o passado imperial são evidentes.

A persistência do uso coercivo de mão-de-obra – da escravatura a

todo o tipo de formas não-livres de trabalho – até ao ocaso do império colonial é um facto difícil de desmentir, mesmo tendo em conta as inúmeras e resistentes mitologias que governaram e continuam a pesar sobre os modos de pensar a história do império colonial português. O mesmo sucede com a persistência dos mecanismos políticos e sociais de racialização, apesar da retórica assimilacionista ou integradora. Dos meios de comunicação social à academia, com os seus dedicados *spin doctors* da memória, da identidade e da “estratégia” nacionais – sempre atentos às oportunidades e recompensas resultantes de uma leitura laudatória e comemorativa do passado –, continua a prevalecer uma suposta excepcionalidade da projecção imperial lusa (ou o seu inverso, quando se trata de postular que algumas das suas características negativas eram partilhadas por outras formações imperiais e coloniais).

O mesmo acontece com a promoção das declaradas virtudes da “missão civilizadora” (incluindo a propagação da língua, da religião ou a preservação do património edificado), bem como com a mobilização, passada e presente, do argumentário lusotropicalista e das supostas aptidões colonizadoras especiais dos portugueses – sem propósitos de exploração do outro e sem princípios raciais de (di)visão do mundo. Deste modo, problemas como o da persistência histórica das formas compulsórias de recrutamento e uso do trabalho africano, assim como os seus legados, são lamentavelmente obscurecidos e desvalorizados.

Ora, compreender a persistência global de ideologias da diferença e da discriminação social, assim como a reprodução refinada de formas de “escravatura moderna” – que põem em causa estafadas narrativas históricas de celebração do abolicionismo legal da escravatura e do trabalho forçado – exige outro tipo de compromisso público.

Investigador do ICS-UL, co-dirige a colecção “História e Sociedade” (Edições 70)

A série Racismo e Colonialismo é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Arqueologia
Lucinda Canelas

Equipa de arqueólogos defende que marroços das vinhas do Pico podem ter sido construídos antes do séc. XV. Polémica não tardou

Nuno Ribeiro, da Associação Portuguesa de Investigação Arqueológica (APIA), e a sua equipa acreditam que muitos dos grandes amontoados de rocha vulcânica que tornam absolutamente singular a paisagem da vinha na ilha do Pico terão sido criados muito antes de os portugueses chegarem ao arquipélago, em 1427. Estas descobertas foram divulgadas oficialmente ontem à noite, nos Açores, no lançamento do *Estudo Histórico Arqueológico sobre as construções piramidais existentes no concelho da Madalena do Pico*, mas as notícias que saíram na imprensa nacional e regional antes da apresentação bastaram para instalar a polémica.

Desde Janeiro que estes arqueólogos visitam o local marcado por estes montes de rocha que ali se conhecem por marroços, fazendo levantamentos e prospecção. É precisamente com base nos materiais que recolheram à superfície, conjugados com a monumentalidade e configuração de algumas das estruturas identificadas, que defendem que estas “pirâmides” – é assim que por vezes lhes chamam – podem ser obra de culturas aborígenes, semelhantes às do Norte de África ou das Canárias.

Nos blogues e fóruns de arqueologia *online* estas conclusões já foram classificadas como precipitadas ou simplesmente fantasiosas. Quem as contesta diz que lhes falta sustentação científica e que os autores do novo estudo estão a ignorar fontes históricas determinantes e uma sólida investigação arquitectónica e etnográfica que fez parte da candidatura da cultura da vinha da ilha do Pico à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), que a considerou património mundial em 2004.

Nuno Ribeiro conhece o trabalho realizado, mas defende que falta interpretar as “estruturas piramidais” do ponto de vista arqueológico. Para este membro da APIA, a explicação tradicional para a formação destes marroços – a rocha que resultou da erupção do vulcão terá sido retira-



As estruturas piramidais das vinhas do Pico chegam a ter dez metros

da do chão e amontoada de forma a obter uma área maior de cultivo – não pode explicá-los por completo. “Por que razão para amontoar pedras precisamos de estruturas piramidais que chegam a ter mais de dez metros? Não faz sentido”, diz ao PÚBLICO. Além disso, algumas têm “corredores estreitos, câmaras e portas”, que “indiciam” possíveis usos funerários.

“Encontramos estruturas proto-históricas [período que se segue à pré-história mas que é anterior ao da história documentada] semelhantes no Norte de África e noutras culturas aborígenes como a guanche, nas ilhas Canárias. Mas ainda é muito cedo para dizermos exactamente o que são e quando foram construídas, precisamos de estudar mais os materiais e de fazer datações precisas”, admite o arqueólogo.

Os materiais a que se refere são vestígios do que pode ter sido o piso de uma cabana, raspadeiras, pontas de metal e pesos de rede, “todos incompatíveis com uma construção posterior à chegada dos portugueses”, argumenta.

Ana Margarida Arruda, arqueóloga e professora da Faculdade de Letras de Lisboa, e Elvino Sousa, um especialista em arqueologia da Expansão que tem trabalhado muito na Madeira e nos Açores, estão entre os que duvidam das interpretações da equipa da APIA, embora ressalvem que não conhecem ainda o estudo em causa. “Não conheço os tais marroços do Pico ao vivo, mas todas as teorias que agora li nos jornais me parecem ignorar fontes históricas importantíssimas que nos dizem, que à chegada dos portugueses, as ilhas estavam desabitadas. Ora, se aquelas estruturas são uma construção humana... Tudo aquilo é uma fantasia”, diz Arruda, que em Abril

visitou a ilha Terceira a pedido da UNESCO e da Direcção Regional de Cultura dos Açores para fazer uma espécie de peritagem às alegadas descobertas da APIA no Monte Brasil – túmulos escavados na rocha (hipogeus) e templos que atribuíam a fenícios e cartagineses – e no Espição (monumentos megalíticos).

“Aqui, como na Terceira, parece-me que há uma interpretação desviada da realidade. Os materiais que foram recolhidos, por exemplo, como os anzóis ou os pesos, são incompatíveis com usos cerimoniais. E populações aborígenes que vão para o Pico construir pirâmides? Mas quando? E como?”, pergunta a arqueóloga.

Tal como Arruda, Elvino Sousa, que é também investigador do Centro de História de Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova, sublinha que a arqueologia é uma ciência, que se baseia em dados concretos estudados e que “precisa de tempo”.

“Não conheço o estudo feito por estes arqueólogos, mas estas estruturas, que se encontram também na Terceira e em São Miguel, podem ter funções várias”, explica. “Nestas duas ilhas estão associadas a grandes quintas e podiam ser usadas como mirantes”, acrescenta o arqueólogo ligado ao CHAM, duvidando que sejam anteriores à chegada dos navegadores portugueses. “Não há dados científicos nenhuns, concretos, que apontem para um povoamento dos Açores prévio aos portugueses. Sabemos que os arquipélagos [Madeira e Açores] eram conhecidos, mas ninguém aqui vivia.”

Nuno Ribeiro já esperava a contestação quando resolveu dar conta das primeiras conclusões, mas garante que quer aprofundar os trabalhos nestas vinhas, onde estão identificados mais de 100 marroços.

“O nosso livro de

Uma das respostas aos livros que atacavam o colonialismo português em África, desde a década de 1950, foi organizada pelo embaixador Pedro Teotónio Pereira na sua qualidade de administrador da Gulbenkian. Chamou-se Projecto David e resultou num livro publicado em 1969 por sete professores norte-americanos

Série Racismo e Colonialismo (6) Diogo Ramada Curto

Em Fevereiro de 1957, Lord Hailey proferiu na Sociedade de Geografia de Lisboa uma conferência em inglês sobre o crescimento do africanismo. Segundo o ex-governador de várias províncias da Índia britânica, entre 1924 e 1934, e coordenador do *African Survey* (1938), a grande mudança ocorrida nas últimas décadas consistira na emergência da voz dos africanos.

Pouco importa que o resumo em português da conferência, publicada nesse mesmo ano, tivesse alterado o sentido do discurso do britânico, uma vez que reconhecer que era preciso dar voz aos africanos sugeria que estavam abertos os caminhos para a independência. Claro que a atenção dada ao “indígena africano” – que não se confundia com o nacionalismo independentista, pois vinha imbuída de “tribalismo”, continuava Lord Hailey – variava de escala: mais marcada nos territórios britânicos, também era visível nos franceses, menos assinalada nos territórios belgas e ainda menos nos portugueses. As razões que determinavam tais diferenças não dependiam apenas dos sistemas políticos criados pelos Estados coloniais europeus. As políticas de segregação e as respostas africanas correspondiam a razões de ordem mais estrutural, económicas e demográficas.

Na África do Sul, um dos casos de segregação mais discutidos no mundo, sempre segundo Lord Hailey, a integração de cerca de dois milhões de africanos numa economia dirigida por outros dois milhões de brancos e a melhoria das condições de vida daqueles – apesar da sua falta de liderança, da ausência de um sentido de comunidade e das fortes tomadas

de posição da população branca – serviam de contexto a um processo em que os africanos iam tomando consciência do seu importante papel. De um modo geral, nos territórios sob administração britânica, só no Quênia, os mau-mau – associando terrorismo com superstição, apesar de representarem apenas uma parte menor de um grupo tribal – revelaram o lado violento do “africanismo”.

Nos outros territórios sob administração britânica, parecia haver uma natural propensão para favorecer instituições políticas locais, as quais implicavam ideais de autogoverno, capazes de afastar reivindicações de independência. Ao contrário, nos territórios sob administração colonial francesa, procurara-se sempre uma integração das colónias, conforme ficara consignado na Constituição de 1948, que passou a designar as antigas colónias como províncias ultramarinas, concedendo aos africanos a cidadania e a possibilidade de se fazerem representar no Parlamento metropolitano. No Congo Belga, não era claro se os 70 mil colonos tinham direitos de cidadania – uma incerteza que era ainda mais evidente em relação aos africanos. A estes, apesar da melhoria das suas condições económicas, negava-se-lhes qualquer tipo de representação política.

Quanto aos territórios portugueses, Lord Hailey notava a assimilação restrita, mas não deixava de sublinhar as evidentes formas de segregação relativas à maioria da população africana: “Acerca dos territórios portugueses existe menos informação fidedigna sobre o modo como se manifesta a opinião africana. Portugal é um firme expoente do princípio da integração dos territórios ultramarinos no quadro das instituições metropolitanas, mas um tal princípio assumiu apenas a forma de uma assimilação completa de um pequeno



O embaixador Pedro Teotónio Pereira liderou o Projecto David

África”

e cuidadosamente escolhido corpo de africanos por parte dos cidadãos portugueses ali residentes. Deste modo, Portugal consegue privar a população indígena dos seus potenciais chefes naturais. Enquanto tal acontece, a maioria da população indígena não assimilada parece ser uma massa inerte e para todos os efeitos silenciosa.”

Contra o colonialismo

O anúncio acerca dos novos ventos do africanismo – da necessidade de dar voz aos africanos e de atender à sua representação política – sugeria que se impunha dar resposta às novas tendências, incluindo a de descolonizar. Talvez por isso mesmo, a mensagem prudente e, sem dúvida, conservadora de Lord Hailey caiu em saco roto nos círculos oficiais. De Inglaterra, outras vozes bem mais radicais, algumas, aliás, próximas das correntes marxistas, também denunciavam o colonialismo português.

A avaliar pelo tamanho do dossier depositado no Gabinete dos Negócios Políticos do antigo Ministério do Ultramar, o jornalista Basil Davidson foi aquele que mais atenção suscitou em Portugal. As suas obras sobre África, começadas a publicar em 1955, punham em causa o mito da real presença dos portugueses em África desde há 500 anos. Pior do que isso, identificavam a natureza principal do colonialismo, mais concretamente, a exploração da mão-de-obra indígena, primeiro a partir do tráfico de escravos, depois com base no que era denominado, desde o início do século XX, como “escravatura moderna”, recobrando tanto o trabalho forçado como o estatuto do indigenato.

A par de Basil Davidson, outros jornalistas ingleses ou a trabalhar em Inglaterra insistiram na denúncia do colonialismo português. São disso exemplo o muito conhecido Anthony Sampson, com uma larga experiência sul-africana, onde fizera amizade com o jovem Nelson Mandela, e António de Figueiredo, um português que passara de Moçambique para o exílio em Londres, acabando a trabalhar na BBC. Este último publicou, em 1961, um livro de grande impacto: *Portugal and Its Empire: The Truth*.

Nos Estados Unidos, não eram tanto os jornalistas, mas os académicos que funcionavam como os principais agentes de denúncia do colonialismo português. Se o seu impacto era menor em termos de formação de uma opinião pública, pelo menos

em comparação com os jornalistas ingleses, era maior a sua influência nos processos de tomada de decisão política. Tal como sucedeu ao longo da Guerra Fria, universidades e fundações norte-americanas trabalharam numa relação estreita com o Governo e muitos foram os professores cujas investigações foram tidas em conta por *think tanks*, sobretudo em matéria de política internacional.

Em 1958, Marvin Harris, à época um jovem antropólogo da Universidade de Columbia, depois de realizar trabalho de campo no Brasil e em Moçambique, publicou *Portugal African ‘Wards’: A First-hand Report on Labor and Education in Moçambique* – um estudo onde denunciou o racismo dos portugueses e a sua exploração de mão-de-obra, em regime de trabalho forçado. No ano seguinte, foi a vez de James Duffy editar, pela imprensa da Universidade de Harvard, uma obra intitulada *Portuguese Africa*, um estudo com uma forte dimensão descritiva, mas totalmente desfavorável à continuação da presença portuguesa em África.

As vozes contrárias ao colonialismo português não se limitavam a uns tantos jornalistas ingleses e a alguns académicos norte-americanos, alguns missionários protestantes com experiência de trabalho em Angola também publicaram obras de crítica ao colonialismo português em África. Não caberá fazer aqui um inventário da oposição ao colonialismo em Portugal, porém – porque se generalizou a ideia errada de que existiu um consenso de simpatia entre apoiantes do Estado Novo e antigos republicanos, sobretudo quando a guerra rebentou em Angola em 1961 –, valerá a pena registar pelo menos um caso de dissensão, entre muitos outros.

Augusto Casimiro – um indiscutível republicano e antifascista, soldado na Grande Guerra, militar, escritor e seareiro, colaborador de Norton de Matos e ex-governador interino de Angola – escreveu em Maio de 1961 uma carta a Salazar, onde nem por um momento pôs em causa o patriotismo sincero deste último. Era mesmo este o maior dos elos que unia os dois homens, mau grado as suas diferenças abissais em tudo o resto. Contudo, para Casimiro o conhecimento de Angola, dos processos de colonização em que estivera envolvido como militar e o próprio patriotismo não poderiam justificar uma solução armada, vinda fora de tempo, nem tão-pouco uma política de aterrorização. Nas suas palavras – trágicas e sentidas, de um patrio-



O jornalista Basil Davidson com Agostinho Neto, líder do MPLA, no interior de Angola em 1970

“Pedi ao Dr. Franco Nogueira que escrevesse um artigo de crítica sobre o livro. Temos a maior vantagem em o espalhar o mais possível”, escreveu Pedro Teotónio Pereira

tismo profundo que hoje temos dificuldade em perceber – os tempos coloniais tinham passado e haveria que encará-lo:

“Esta hora de Angola é mais trágica. Está quase ao fim dum processo, apressado pela nossa imprevidência, que é irreversível, nas duras palavras de De Gaulle, oportunas e inteligentes. Joga-se em Angola não o prestígio, ou o interesse dum homem ou dum classe. Mas a própria fortuna ou a dignidade da Nação. O futuro da nossa presença e continuidade em África. Tudo, desde longe (mesmo por se tratar de nós, muito antes de De Gaulle e como o desejava há 52 anos Paiva Couceiro – fomos um povo de missão, de pioneiros, homens de gávea), devia ser conduzido de forma que nada, amanhã, fosse qual fosse o antigo estatuto das antigas Colónias, nada impedisse a nossa cooperação fraterna, na igualdade cívica, a coberto dos erros menos cristãos dos que servem a Pátria servindo-se (Nem Vossa Excelência, nem eu pertencemos a essa tribo, graças a Deus), de cooperação de negros e brancos. Faço um esforço para continuar...”

O Projecto David

Foi no contexto acabado de referir que o historiador inglês Charles Boxer publicou, em 1963, o livro intitulado *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire (1415-1825)*. Nele, articulou uma análise histórica de qualidade com pontos de vista críticos. Pelo menos, assim o entende-

ram os autores que mais próximos estavam da causa anticolonial. Assim, Ronald Chilcote da Universidade de Stanford, em 1967, considerou o livro de Boxer como capaz de colocar “a questão racial numa perspectiva correcta”. Por sua vez, numa obra sobre África de 1972, William Minter referiu-se elogiosamente a Boxer e sugeriu a leitura da sua obra, logo após os trabalhos sobre a África colonial portuguesa de James Duffy.

Porém, nos círculos favoráveis a Salazar e à sua política colonial, tanto em Portugal como no estrangeiro também se multiplicaram as formas de apropriação da obra de Boxer. É o exemplo de David M. Abshire, professor da Universidade de Georgetown, que não escondeu que a questão racial dos portugueses era matéria controversa e para o demonstrar aproveitou-se precisamente de trechos de Boxer do mesmo livro, nos quais este declarara que não só a discriminação racial lusitana era menor, como também as relações amigáveis que os portugueses mantinham com os outros povos eram objecto de inveja por parte de outras nações europeias.

Por sua vez, em Portugal, ao nível governamental, no pequeno dossier relativo a Boxer do Gabinete de Negócios Políticos do antigo Ministério do Ultramar, ficou registada a sua passagem por Macau em 1971, quando lhe foi dado um doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Hong-Kong. A informação mais importante, transmitida para →

Site dedicado a Bukowski reúne poemas, cartas, fotos e até a ficha no FBI

→ Lisboa, foi que “o prof. Boxer se referiu em termos agradáveis a Macau e à acção dos portugueses no Oriente”.

O certo é que, passado um primeiro momento de reacções fortes, sobretudo por parte de Armando Cortesão, o ataque a Boxer nos meios governamentais portugueses não se impôs como uma prioridade. Tal como se a passagem do autor de *Race Relations* pelo debate acerca do colonialismo português em África se tivesse caracterizado por uma chegada tardia ao contexto mais progressista e anticolonial criado por Basil Davidson, James Duffy e Marvin Harris, bem como por uma retirada de cena do próprio Boxer, feita à pressa, no regresso a uma linha mais conservadoras. Ou seja, tal como se Boxer se tivesse envolvido inadvertidamente num dos lados de um debate em que não queria estar, sentindo desde muito cedo a necessidade de se retirar para uma posição mais consentânea com o seu conservadorismo e a sua moderação liberal.

A este respeito, bem significativo é o facto de a principal resposta a um livro contrário à política e à história colonial portuguesa proveniente de círculos governamentais – feita com o apoio decisivo de um homem do regime e envolvendo um importante centro de investigação da Universidade de Georgetown em Washington, D.C. – ter sido feita contra o citado livro de James Duffy, *Portuguese Africa* (Harvard University Press, 1959).

Pedro Teotónio Pereira, ex-embaixador e que chegou a ser considerado o mais provável sucessor de Salazar, na sua qualidade de administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, liderou o processo e criou as condições necessárias para o projecto de livro, cuja organização muito ficou a dever também a Alexandre Ribeiro da Cunha, da Repartição dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Articulando sete autores norte-americanos, sobretudo cientistas políticos, que se prestaram a visitar as ex-colónias e que tiveram a ocasião de se encontrar com dezenas de individualidades portuguesas, consideradas de confiança – uma espécie de representantes da ideologia oficial do colonialismo, de Manuel Queiroz Pereira ao antropólogo Jorge Dias – o denominado “Projecto David” envolveu financiamentos da Gulbenkian e a colaboração dos ministérios do Ultramar e dos Negócios Estrangeiros,

bem como a Embaixada de Portugal em Washington.

Integrado num processo em que Guerra Fria e estudos sobre o comunismo surgiam como duas realidades, o resultado do projecto foi a publicação, em 1969, de *Portuguese Africa: A Handbook*, organizado por David M. Abshire, director do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da referida Universidade de Georgetown, e por Michael A. Samuels, membro do mesmo centro. O livro, iniciado em Fevereiro de 1965, veio à luz em 1969 – no ano em que Boxer publicou a sua grande obra de síntese, *The Portuguese Seaborne Empire*, onde conseguiu sumariar as suas perspectivas políticas e analíticas moderadas.

Enfim, conforme escreveu Pedro Teotónio Pereira, a 8 de Janeiro de 1970, a Alexandre Ribeiro da Cunha, numa carta arquivada no Gabinete de Negócios Políticos do antigo Ministério do Ultramar:

“Tive o maior prazer em conversar consigo sobre o nosso livro de África. Foi uma empresa cheia de riscos e trabalhosa em extremo. A sua cooperação teve importância decisiva e, sem a paciência com que recebeu os mil recados das viagens ao Ultramar e atendeu as mutações de cenário e itinerário que constantemente se sucediam, não teria sido possível chegar ao fim.”

“Tenho lido e relido os vários capítulos do livro e cada vez me convenço mais da lança em África que isto representou.”

“Venho trazer-lhe um exemplar para o Alexandre entregar em mão ao Senhor Ministro do Ultramar. São-lhe devidos os agradecimentos mais sinceros da parte de todos aqueles que trabalharam quer na tarefa quer no conteúdo da obra. Foinos preciosa a ajuda que recebemos do Senhor Doutor Silva Cunha.”

“Pedi ao Dr. Franco Nogueira que escrevesse um artigo de crítica sobre o livro. Temos a maior vantagem em o espalhar o mais possível, pois trata-se na verdade do estudo mais completo e de flagrante actualidade que se poderia conceber.”

Historiador

A Série Racismo e Colonialismo é patrocinada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Literatura Luís Miguel Queirós

Espólio do escritor de culto Charles Bukowski (1920-1994), autor de *Mulheres* e *A sul de Nenhum Norte*, está já disponível na Internet

Os admiradores do escritor Charles Bukowski (1920-1994) dispõem agora de um *site* integralmente dedicado ao autor de *Mulheres* - <http://bukowski.net> -, que reúne poemas dactiloscritos, cartas, entrevistas, fotografias, desenhos e muitos outros documentos relacionados com o escritor, incluindo o seu processo nos arquivos do FBI.

O *site* apresenta ainda uma minuciosa biobibliografia de Bukowski, um mapa com todos os edifícios onde este morou em Los Angeles, uma lista dos muitos empregos que teve, uma base de dados com todos os seus poemas (alguns nunca editados em livro) e um fórum de discussão *online*.

Vinte anos após a sua morte, o “dirty old man”, como se auto-intitulava, já não é apenas um autor de culto entre apreciadores de literatura marginal, mas um escritor amplamente consagrado, objecto de sucessivas biografias e estudos críticos e traduzido nas principais línguas do mundo.

Embora tenda a ser associado aos autores seus contemporâneos da geração *beatnick*, como Jack Kerouac, William Burroughs ou Allen Ginsberg, Charles Bukowski nunca conviveu com eles e a sua obra é difícil de enquadrar em qualquer movimento. A ser possível encontrar-lhe antecessores, Henry Miller ou, muito antes dele, o poeta romano Gaio Valério Catulo, autor de sátiras ousadamente obscenas, são dois candidatos aceitáveis. E Bukowski admirava John Fante, autor de *Pergunta ao Pó*, tendo sido o grande responsável por recuperar a sua obra do esquecimento a que estava votada.

Obsceno, machista, anti-social, tanto na vida como na obra, Bukowski é um dos mais genuínos candidatos, entre os autores do século XX, ao equívoco estatuto de escritor maldito. Mas se uma parte da sua vida se resume, de facto, a empregos precários, bebedeiras e mulheres de ocasião, ele próprio parece ter deliberadamente contribuído para exagerar um tanto a sua aura



Dactiloscrito do poema *The Copulation Blues*, assinado à mão por Bukowski e datado do dia 9 de Maio de 1973

de alcoólico, pobre, vagabundo, dissoluto.

Certo é que escreveu uma obra que se estende por meia centena de livros de poesia, muitos deles só editados postumamente, vários volumes de contos, seis romances, e outros escritos de mais difícil arrumação.

Os títulos de Bukowski editados em Portugal incluem o seu romance de estreia, *Correios* (*Post Office*, 1971) – o autor foi durante alguns anos funcionário dos Correios –, o livro de contos *A sul de Nenhum Norte* (*South of No North*, 1973) e o já citado *Mulheres* (*Women*, 1978).

A importância da sua obra só começa a ser reconhecida na segunda metade dos anos 70. Tem 59 anos quando consegue dinheiro para comprar, em 1979, o seu primeiro carro. Em 1985, casa-se com a última das muitas mulheres da sua vida, Linda Lee. Morre em 1994, de leucemia.

Como questionar o

Meio século passou desde que saiu a primeira edição inglesa do livro de Charles Boxer, *Relações Raciais no Império Colonial Português*. Num panorama cultural como o português, saturado de comemorações de centenários ou quinquentenários, mantém-se o incômodo provocado por essa obra de crítica frontal ao luso-tropicalismo – esse suposto modo português de estar nos trópicos, baseado na cordialidade, miscigenação, capacidade de adaptação e assimilação

Série Racismo e Colonialismo (7) Diogo Ramada Curto

A necessidade de estabelecer boas relações com Angola e Moçambique é um imperativo dos nossos dias, determinado por interesses económicos e fluxos migratórios vitais. Neste quadro, nada pior parece do que ressuscitar velhos fantasmas que remontam às origens da expansão portuguesa, para lembrar que o império colonial português foi composto de práticas reiteradas de discriminação e de racismo, donde não esteve ausente a coerção, a violência e a exploração baseada na escravatura.

A bem da diplomacia económica e do realismo da emigração, com que se combate o desemprego e fomenta o empreendedorismo, melhor será recuperar velhos mitos, que deturpam a análise histórica, para assim poder silenciar análises científicas e rigorosas, bem como o tratamento de temas tão incômodos como o do racismo. A capacidade de adaptação dos portugueses, a sua propensão natural para a miscigenação e a sua plasticidade voltam a constituir-se como temas principais da visão do mundo dos portugueses nos trópicos.

Algumas instituições têm procurado relançar um discurso público e expositivo de celebração das formas mais elaboradas de ciência, a começar pela ciência no tempo dos Descobrimentos. Mais circunscritos têm sido os esforços eclesiásticos de recuperação do trabalho missionário desenvolvido “historicamente” pelos portugueses, face às situações de desigualdade e de injustiça social que se multiplicam nas imagens que nos chegam hoje de África.

Uma vez criadas as condições para dar um novo fôlego aos três temas – da miscigenação luso-tropicalista, da glorificação histórica da ciência dos portugueses e da sua obra missionária –, os nossos tempos pós-coloniais restauram, com uma simetria tão simplista quanto escandalosa, alguns dos conteúdos principais da ideolo-

gia oficial portuguesa que o livro de Charles Boxer, *Relações Raciais no Império Colonial Português (1415-1825)* (Oxford University Press, 1963), desafiou. O início da guerra em Angola em 1961 e a independência de Goa no final desse mesmo ano levaram, então, políticos e instituições a coordenar esforços no sentido da defesa ideológica da maneira portuguesa, excepcional, de estar nos trópicos. Hoje, em Portugal, sem que exista a mesma capacidade para coordenar um discurso ao serviço da propaganda, a reprodução de muitos temas dos tempos da guerra colonial é feita de forma mais impensada. E continua a votar-se ao silêncio a obra de Charles Boxer...

Uma excepção ao silêncio

Uma excepção de peso ao silêncio, à mitificação e à falta de rigor analítico atrás descritos encontra-se no livro colectivo sobre racismo e relações étnicas no mundo português, dirigido por Francisco Bethencourt e Adrian J. Pearce, dois historiadores do King's College, a mesma instituição londrina em que Boxer leccionou. Em 2009, ambos organizaram uma conferência sobre o tema na British Academy, editada com esmero em 2012 pela Oxford University Press – aliás, a mesma editora que há 50 anos publicou o livro de Boxer.

À evidente qualidade analítica das obras de todos os colaboradores envolvidos, acrescenta-se o espectro amplo dos seus interesses. Historiadores, mas também sociólogos, antropólogos e psicólogos sociais, com experiência de investigação tanto sobre o mundo contemporâneo, como sobre os longínquos séculos XV e XVI, capazes de mobilizar tanto as técnicas do inquérito, como a interpretação de fontes visuais, provenientes de universidades e institutos de investigação norte-americanos, ingleses, franceses, brasileiros e portugueses, escreveram catorze capítulos de uma obra rigorosa que se constituirá, com certeza, num novo marco de análise das relações raciais no mundo brasileiro e por-

tuuguês, incluindo os actuais países africanos de expressão portuguesa. O recurso sistemático ao método comparativo – instrumento ao qual o historiador Francisco Bethencourt recorreu já de forma exemplar nos seus trabalhos sobre a Inquisição e o império português, desbravando novos caminhos para a historiografia portuguesa – serve de fio condutor a este livro.

As relações de amizade e o enorme respeito que tenho em relação aos colaboradores do livro, a começar por dois dos meus antigos estudantes cujos primeiros livros prefeciei, Miguel Jerónimo e Ricardo Roque, e acima de tudo Francisco Bethencourt – com quem dividi experiências de ensino em Portugal e no estrangeiro, bem como vários projectos de investigação e edição – impedem-me de prosseguir, num estilo encomiástico, as referências ao livro. De igual modo, não escondo a minha emoção por constatar que o grande historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro dedica o seu capítulo – talvez um dos mais importantes do livro, no qual demonstra a vacuidade da miscigenação nas colónias africanas – a Alfredo Margarido, um dos críticos mais contundentes do luso-tropicalismo.

Por todas estas razões, mas sobretudo por respeito pelo exercício da crítica que os autores me merecem, em lugar de adoptar uma perspectiva mais ou menos ditirâmica acerca de *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-Speaking World* (Oxford University Press, *Proceedings of the British Academy*, n.º 179, 2012), prefiro analisar o modo como a própria obra trata o livro de Boxer publicado há meio século. Pelo menos em dois casos, existem motivos para expressar a minha absoluta discordância.

Boxer e a voz dos nativos

Primeiro caso: Bethencourt começa por considerar, muito justamente, que o livro de Boxer, publicado em 1963, dois anos depois do início da guerra colonial em África, desempenhou um papel de relevo no debate sobre o colonialismo portu-

guês, sobretudo pelo facto de ter apresentado provas, para cada uma das colónias, que destruíam a ideia de relações raciais cordiais ou a da existência de uma sociedade multirracial, nas quais se tinha vindo a alicerçar progressivamente a ideologia e a propaganda do Estado Novo. E acrescenta, num trecho que traduzo à letra do inglês: “Actualmente, o livro [de Boxer] afigura-se impressionista e fraco do ponto de vista teórico, incapaz de dar conta das tomadas de posição nativas [“native agency”] e das formas de negociação interétnica que aconteceram no terreno” (op. cit., p. 11).

“Impressionista”, suponho, porque pouco preciso na apresentação de provas documentais. Fraco do ponto de vista teórico, por não explicitar o seu campo de referências conceptuais, através da alusão a autores e a argumentos de carácter mais geral. E, por último, incapaz de reconstituir a voz e a capacidade de negociar dos dominados, dos subalternos ou, simplesmente, desses outros que entraram em contacto com os agentes da colonização portuguesa. Discordo dos três juízos de valor.

Não me parece que o referido livro de Boxer, relativo a sociedades pré-estatísticas, possa ser considerado pouco preciso. Claro que muitas investigações de carácter quantitativo sobre relações raciais foram entretanto realizadas e um grupo de historiadores norte-americanos construiu uma base de dados sobre o tráfico de escravos. Mas tais progressos, do ponto de vista da pesquisa, não permitem reduzir o tratamento das fontes descritivas e doutrinárias de Boxer à ideia pejorativa de “impressionista”.

Um outro tipo de refutação aplica-se ao suposto défice teórico de Boxer. À primeira vista, a sua orientação empírica, talvez fiel a uma tradição anglo-saxónica, distanciava-o dos projectos, mais elaborados em termos teóricos, da escola francesa dos *Annales* ou das correntes marxistas que se cruzavam com a revista *Past*



Charles Boxer em sua casa em 1997

Racismo português?



and Present. No entanto, estou convencido de que um dos enigmas da obra de Boxer consiste precisamente em perceber como é que a sua orientação empírica e factual – atenta sobretudo ao papel dos indivíduos com capacidade de decisão política e a acontecimentos como batalhas, mas que também se estendeu às formas de produção do conhecimento e da sua difusão, ao papel dos grupos sociais, às divisões de género e às instituições eclesíásticas e municipais – se articulou com a construção de grandes quadros de síntese global e comparativa, uma preocupação aliás retomada por Bethencourt.

Por último, não será que Bethencourt simplesmente pretendeu ler e julgar Boxer numa perspectiva actual e, ao fazê-lo, deixou de o interpretar à luz das intenções do autor e dos contextos de pertinência que dão sentido à sua obra? Claro que se poderá sempre argumentar que qualquer leitura “actualiza” o significado das obras que lemos, bem como se poderá dizer que os problemas lançados pelos historiadores são aqueles que dizem respeito ao seu próprio tempo.

Porém quando se trata de analisar uma obra para lhe determinar o significado – obra considerada envelhecida à luz de questões e de temas mais actuais – será possível forçá-la e julgá-la a partir dos nossos parâmetros? Não me parece. Por isso, afigura-se muito discutível submeter a obra de Boxer a um julgamento que adopta como critérios de aferição as noções culturalistas de “agency” e de negociação, desenvolvidas sobretudo desde a década de 1970 e 1980.

Os equívocos

O segundo caso que suscita a minha discordância, tanto em relação ao método, como à natureza dos argumentos principais, diz respeito ao capítulo intitulado “Charles Boxer and the Race Equivoque” da autoria de João de Pina Cabral – um dos mestres da antropologia em Portugal, que conheço e admiro há mais de vinte anos.

Para perceber o momento da carreira de Boxer em que o livro *Race Relations* foi escrito e publicado, o autor do capítulo baseia-se essencialmente na excelente biografia de Boxer escrita por Dauril Alden. Ignora, por desconhecimento ou por julgar despidiendos, tanto as outras obras de Boxer publicadas nos anos 1960 a 1963, como os estudos que sobre elas incidiram. Mais: os exercícios contextuais que empreende para dar sentido à obra em causa, baseados na

referência a outros livros e artigos, afiguram-se demasiado arbitrários e pouco rigorosos, pelo menos de um ponto de vista histórico. Por exemplo, um texto do sociólogo de Harvard Talcott Parsons, sobre questões raciais, que ocupa um lugar central e recorrente na argumentação, é objecto de uma citação de segunda-mão, a partir de um artigo de Peter Fry, e é apresentado como sendo de 1969, quando na realidade foi escrito primeiro em 1961 e publicado em 1968.

Quanto à argumentação propriamente dita, a questão de partida consiste em saber por que razão um historiador considerado descritivo, dobrado de bibliófilo e arquivista, que evitara, até então e de forma deliberada, as tomadas de posição políticas, passou a assumir em 1963 uma atitude polémica, escrevendo um ensaio que desafiava as formulações ideológicas de Salazar no que à raça dizia respeito. Nesta questão, há, desde logo, dois equívocos: será que um historiador descritivo, com um gosto erudito por livros e manuscritos, como sucedia com Boxer, está por vocação afastado das tomadas de posição políticas? Creio que não, mas ainda mais importante: sem pôr em causa a erudição de Boxer, será que a sua obra pode ser reduzida ao qualificativo de descritivo? A resposta é, mais uma vez, negativa e bastaria evocar a sua referida dimensão comparativa, tomando em linha de conta os impérios portugueses, espanhol e holandês, a uma escala planetária, para o justificar.

Porém, o principal equívoco de Pina Cabral está na explicação que dá para a súbita politização de Boxer. No seu entender, teria sido a sua atracção pelos Estados Unidos que o teria feito mudar. Casado com a escritora norte-americana Emily Hahn, bem conhecida pelas suas contribuições para a *New Yorker* e por uma vida plena de aventuras (incluindo histórias de consumo de ópio e o seu romance com o militar e historiador inglês que conheceu na China), Boxer teria começado, a partir de 1962, a fazer conferências e a ensinar nas grandes universidades norte-americanas.

É aqui que reside o meu ponto de discórdia: Pina Cabral descreve Boxer como desejoso de encontrar um novo posto de professor nos Estados Unidos e, por isso mesmo, atento aos novos movimentos de protesto estudantil e de afirmação dos direitos dos afro-americanos. Num afã de agradar às suas audiências de estudantes, como uma espécie de oportunista, Boxer teria mudado e

passado a assumir posições políticas ao sabor dos novos ventos. A denúncia da discriminação racial presente em *Race Relations* seria o resultado dessa nova atitude.

Ao centrar-se na análise do contexto norte-americano para compreender a obra de Boxer, Pina Cabral gera um outro equívoco, resultado de uma projecção, explicável só devido ao facto de o seu capítulo ter sido escrito e apresentado na Universidade de Chicago. Sem retirar importância ao contexto norte-americano para perceber a obra de Boxer no início dos anos 60, bastaria aqui evocar os trabalhos do historiador da escravatura Frank Tannenbaum para perceber que, pela mesma altura, a compreensão do modelo de colonização portuguesa no Brasil também se poderia basear na defesa de posições bem próximas de Gilberto Freyre e do seu luso-tropicalismo.

De qualquer modo, retratar Boxer, nas vésperas da reforma, como um professor em busca de trabalho, quase forçado a adaptar a sua mensagem aos novos tempos de combate ao racismo, parece-me demasiado redutor. No mínimo, um retrato pouco adequado à carreira de um ex-major do Império Britânico que sofrera as agruras da prisão japonesa durante a Segunda Guerra e cuja tenacidade lhe permitiu converter-se no professor da Cátedra de Estudos Camonianos do King’s College de Londres. Um retrato, enfim, incapaz de dar conta do renitente conservadorismo de Boxer, mas também da sua verticalidade e intenção clara de não deixar que a história fosse posta ao serviço da propaganda de um regime colonial.

O trabalho analítico de reconstituição das intenções de Boxer, do significado de *Race Relations* e de contextualização da mesma obra terá, pois, de seguir uma outra direcção. Menos redutora em relação ao autor, mais informada do ponto de vista dos contextos de pertinência a ter em conta. Tudo isto para se poder continuar a pensar analiticamente o colonialismo e o racismo, fugindo aos mitos, aos medos e aos silêncios.

Historiador

A Série Racismo e Colonialismo é patrocinada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Criatividade desnacionalizada?

Quantos foram os portugueses negros beneficiários de medidas especiais? Qual o efeito dos investimentos em habitação social no desencravamento das populações de ascendência africana? Quem são as pessoas e os grupos que conseguiram autonomizar-se? E quem ficou para trás? Nem os dados dos censos, nem outras estatísticas oficiais permitem responder a estas perguntas

NUNO FERREIRA SANTOS



Os Blacksea Não Maya são um dos exemplos de jovens de bairros suburbanos que fazem música artesanal da mais estimulante que se produz em Portugal

Série Racismo e Colonialismo (8) M. Margarida Marques

Vivemos, actualmente, uma situação de pós-imigração. O qualificativo aplica-se em especial às cidades e regiões do país que acolheram, nas quatro últimas décadas, os maiores contingentes de migrantes.

Estes espaços são hoje, em determinados aspectos, mais diferentes do resto do país do que eram na

fase do crescimento urbano, por via das migrações internas, no século passado. Este processo de desnacionalização, como lhe chamou Saskia Sassen, da Universidade de Colúmbia (EUA), acentuou-se com os descendentes que já aqui nasceram ou aqui foram socializados, que fizeram destes espaços a sua casa, mantendo ligações de alguma proximidade com as origens familiares e outros espaços de dispersão dos grupos de referência.

Apesar de a maioria dos fluxos

migratórios acolhidos no país ter o português ou o crioulo como língua materna, ser de religião católica e de uma parcela significativa ter a nacionalidade portuguesa, as proveniências registadas são diversas, como diversos são os seus recursos culturais, sociais e financeiros. Muitos, porém, foram canalizados à chegada para espaços e meios de exclusão. A acção pública tem sido pensada por forma a contemplá-los também como potenciais beneficiários das políticas sociais. Mas que possibili-

dades há de monitorizar os efeitos dessa acção sobre a coesão social?

Um problema com os dados

O retrato de Portugal que nos é dado pelos Censos de 2011 é o de uma população essencialmente homogénea, sendo de assinalar a excentricidade dos 12% de estrangeiros na zona de maior turismo: o Algarve. Se olharmos para a região de Lisboa, que concentra quase um terço da população do país, obtemos um perfil um pouco mais complexo,

mas basicamente também de grande homogeneidade: cerca de 7% de residentes têm nacionalidade estrangeira e 14% viveram a determinada altura no estrangeiro, mas estes são essencialmente retornados de África.

Lendo os jornais nacionais ou andando pelas ruas, percebemos que estes dados traçam uma realidade que é apenas aproximativa... Traçam um perfil da população de acordo com atributos sociodemográficos que não permitem compreender alguns dos problemas que hoje se colo- →

419

queixas de discriminação racial em 11 anos dão uma média de 38 queixas formalizadas por ano, durante um período de crescimento significativo da população imigrante

→ cam em termos de formação do tecido social, de elementos de diferenciação interna ou de dinâmicas de mobilidade social. A região de Lisboa, em particular, objecto frequente de notícias sobre escolas que carecem de “intervenção prioritária”, sobre intervenções policiais nos “bairros críticos”, ou sobre a população dependente dos apoios públicos, é uma realidade quase opaca à luz destes dados. Quantos foram os portugueses negros beneficiários de medidas especiais? Qual o efeito dos investimentos em habitação social no desencorajamento das populações de ascendência africana carenciadas? Quem são as pessoas e os grupos que, no seio dessas populações, conseguiram autonomizar-se? E quem ficou para trás? Nem os dados dos censos, nem outras estatísticas oficiais permitem responder a estas perguntas. Mesmo quando a informação de base existe, a sua transformação em registo estatístico não é certa. O que permite a eternização de estereótipos.

Paradoxalmente, as medidas de integração visando a coesão social contribuíram para alimentar reacções emotivas e a polarização de posições em relação a minorias e imigrantes na sociedade portuguesa. De um lado, entrincheiram-se os que sublinham a persistência de discriminação estampada no monocromatismo dos lugares de decisão – em contraste com a actual composição e diversificação da sociedade portuguesa. E, do outro, os que apontam para a impossibilidade de continuar a canalizar recursos para grupos particulares – sem que se registem, porém, forças organizadas de tipo racista ou xenófobo, situação hoje pouco comum numa Europa onde os sentimentos anti-imigração têm vindo a ganhar forma organizada e peso institucional. Invariavelmente, porém, as dinâmicas sociais raramente se conformam com este tipo de dicotomias simples. Mas há aspectos do quotidiano que podem – e devem – ser inquiridos para entender o efeito da acção pública.

Haverá aleatoriedade no insucesso escolar, no desemprego, no encarceramento, na gravidez adolescente? Dezassete anos volvidos sobre as primeiras iniciativas públicas de combate à discriminação e de integração de imigrantes e minorias étnicas, com direito a reconhecimento e aplauso internacionais, quais os efeitos sobre a coesão social?

Discriminação participada

A persistência na sociedade portuguesa de práticas discriminató-

rias baseadas nos traços físicos, na origem ou na nacionalidade, levou em 1999 à publicação de legislação visando maior eficácia na punição desse tipo de comportamentos. José Leitão, alto-comissário com responsabilidades nas áreas da imigração e das minorias étnicas à época (actual ACIDI, Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural), numa palestra realizada em 2011 por ocasião da celebração do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, observa que “entre 2000 e o final de 2010 [houve] um total de 419 queixas [de discriminação racial], que deram origem a 140 processos de contra-ordenação; foram aplicadas pelo ACIME/ACIDI 10 coimas”.

Olhando para estes números não-publicados, e mesmo sabendo de antemão que a discriminação participada é apenas uma parcela da discriminação total, salta à vista o facto de o número de queixas ser muito baixo: 419 queixas em 11 anos dá uma média de 38 queixas formalizadas por ano, durante um período de crescimento significativo da população imigrante. Também o número de coimas a que as queixas deram origem é baixo: dez, ou seja, menos de uma por ano e menos de uma por cada 40 queixas apresentadas.

Segundo ainda José Leitão, esta situação deve-se, pelo menos parcialmente, ao quadro normativo e institucional existente: à legislação “pouco clara e fragmentária”, que foi evoluindo de forma pouco coerente, e à falta de interesse das instituições, que ora enjeitam a responsabilidade pela sua implementação, argumentando que não têm competências para assumir tais responsabilidades, ora se enredam em processos complexos e longos. Esta não é uma situação incomum: entre a prática e o estatuído “nos livros” há uma distância que pode variar em função da substância dos direitos e do local de aplicação. Em relação à questão da discriminação de minorias e imigrantes, os dados europeus sugerem que esse hiato é, à escala da UE, considerável.

Num inquérito levado a cabo pela Agência Europeia dos Direitos Humanos em 2008 (EU-MIDIS), oito em cada dez pessoas que declararam ter sofrido discriminação na UE não se queixaram; e quase dois terços abstiveram-se por estarem convencidas de que a queixa não traria qualquer mudança. Perante os resultados, o director da agên-

cia, Morten Kjaerum, referiu ser necessário construir confiança nas instituições.

No entanto, a experiência de discriminação varia significativamente em função dos grupos de referência, havendo linhas de clivagem importantes no seio das populações minoritárias ou com ascendência migrante.

A instituição escolar

O conhecimento da situação dos jovens das minorias ou descendentes de migrantes já socializados no país de adopção dos pais, mas não imunes à discriminação, é neste contexto importante. São eles a bitola de aferição da qualidade da integração, como refere Alejandro Portes, da Universidade de Princeton (EUA). A escola, em particular, enquanto instituição de formação dos futuros

Em certos espaços urbanos, os jovens descendentes de imigrantes são hoje actores da economia criativa local – por razões demográficas, pelas suas capacidades de inovação cultural, mas também pelas ligações transnacionais que mantêm

produtores e cidadãos, é um barómetro crucial para perceber o efeito e a eficácia das políticas sociais.

Os dados estatísticos oficiais portugueses não permitem uma análise fina, discriminando os alunos que frequentam os estabelecimentos escolares e os seus resultados em função da ascendência. Os últimos dados estatísticos oficiais vindos a público, com essa especificação, mostravam que o risco de experiências escolares anómalas é maior para os estudantes filhos de imigrantes e maior ainda para os jovens de países lusófonos do que para os autóctones. De então para cá, importantes recursos públicos foram aplicados em políticas de coesão social.

Em 2004, uma equipa da Universidade Nova de Lisboa realizou

um inquérito em larga escala aos jovens de todas as escolas públicas do terceiro ciclo e do secundário de Oeiras, município onde se realizou um enorme Programa Especial de Realojamento, e vários programas de combate à exclusão, alguns com apoios europeus, contemplaram as populações concelhias pobres, incluindo numerosas famílias de origem africana. Mais de 1800 questionários foram feitos, metade dos quais a alunos descendentes de imigrantes. Os resultados mostraram que nos contextos em que se concentram vários factores de exclusão (fraco capital humano dos progenitores, ausência de capital social, baixos níveis de rendimento) os desempenhos dos alunos são francamente abaixo da média. No entanto, a pobreza não é o único factor de insucesso – como o atesta o facto de, em condições sociais semelhantes, as raparigas terem menor insucesso que os rapazes. E a experiência migratória e as características culturais ou étnicas não se constituem, isoladamente, como factores de desvantagem escolar.

Por outro lado, o ambiente no interior das escolas é positivamente avaliado pelos alunos e as relações com os professores são generalizadamente consideradas como gratificantes. Apesar dos riscos de exclusão de segmentos específicos dos descendentes de imigrantes, o contexto escolar é, de modo geral, favoravelmente avaliado por todos, não indiciando a formação de atitudes de rejeição institucional observada noutros contextos nacionais. Faltava, pois, ver o que se passava “do outro lado”.

Em 2009, a mesma equipa realizou, à escala nacional, um questionário a perto de 900 professores. Uma das notas fortes dos resultados do inquérito foi a adesão generalizada à retórica da “interculturalidade” e do respeito pela diversidade. Mas os resultados revelaram também um corpo docente seriamente preocupado com as capacidades das escolas para fazer face a um corpo discente visto como muito diverso.

Mais de três quartos dos professores afirmaram ter tido de mudar as suas práticas docentes perante esta nova realidade sociodemográfica; mais de metade segue estratégias de avaliação diferenciadas, destacando-se ainda quase um terço de professores que orientam os alunos descendentes de imigrantes para cursos profissionais e curriculares alternativos. Um terço dos profes-

ses inquiridos aponta os jovens de origem africana como alunos com insucesso escolar.

Discriminação e globalização

Estamos habituados a pensar a globalização como o resultado da acção dos grandes interesses económicos e financeiros. Mas há outra dimensão da globalização, como recorda Stephen Castles, da Universidade de Sydney (Austrália), que resulta das práticas quotidianas de pessoas individuais que, aproveitando as aberturas da globalização, tecem redes que contribuem para novas configurações “glocais”. Os imigrantes e os seus descendentes são obreiros privilegiados dessa reconfiguração.

Em certos espaços urbanos, os jovens descendentes de imigrantes são hoje actores da economia criativa local – por razões demográficas, pelas suas capacidades de inovação cultural, mas também pelas ligações transnacionais que mantêm. São “talentos” que podem ajudar a inverter dinâmicas recessivas, apoiando estratégias de desenvolvimento local. Noutros lugares, pelo contrário, surgem associados a dinâmicas de marginalidade e enquistamento.

A discriminação pode, sobretudo nas zonas urbanas e no seio das comunidades locais, vir a ter um efeito *boomerang*: acentuar clivagens e afastar os jovens descendentes, fisicamente mais móveis, culturalmente mais preparados e mais bem posicionados para aproveitar os ventos da globalização, das instituições nacionais. Enquanto os que têm menos qualificações, os migrantes mais velhos e em geral os menos móveis, dificilmente conseguirão escapar ao enquistamento.

Se a sociedade portuguesa pretender continuar a acompanhar as orientações da UE em matéria de economia criativa e posicionamento à escala global, estas dinâmicas sociais terão de ser estudadas – e acauteladas as condições do seu acompanhamento.

Socióloga, FCSH/Universidade Nova de Lisboa

Este é o último texto da série

A Série Racismo e Colonialismo é patrocinada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



O amor não será pronunciado morto

Primeiro de uma série de cinco contos de Natal a partir de histórias verdadeiras, com ilustrações das pessoas que os viveram. Hoje é a história de Manuela e do seu pai. *Por Susana Moreira Marques (texto) e António Jorge Gonçalves (ilustração)*

Havia mais fragilidade naquela noite. Não se via ninguém na rua. À meia-noite de 25 de Dezembro já as luzes das casas se apagavam e o escuro engolia o calor das janelas felizes.

Ela fechou a capela com a chave. Alguém poderia entrar, desajeitá-lo. O pai estava morto havia exactamente um dia e, no entanto, chegando a casa depois do curto caminho, ele vivia.

O único fantasma pairando nas noites que se seguiram, noites às quais se tinha convencionado chamar festas qualquer que fosse a ocasião de cada um, era o de uma menina. Reconhecia-a.

II Antes disso, foi ele um menino. Conseguiu imaginá-lo: grande de mais, largo sem ser gordo, as orelhas um pouco cómicas e os olhos redondos de olhar afectuoso.

Vinha caminhando pela estrada, estava perto do rio, e quando deu conta, estava junto da cobra. Era comprida, para a idade dele era desmesurada. A cobra deitou-lhe a língua de fora.

Conseguiu correr, mas quando chegou a casa tinha a língua presa e as palavras custavam a sair.

III – O quê, pai? viu o menino por instantes, e isso assustou-a um pouco

– pai, o que disseste? lembrou-se da gaguez que aparecia de vez em quando ao pai como uma má memória de infância, mas aquela meninice parecia-lhe diferente e perigosa. Ela estava na cozinha, largou o que fazia, veio junto dele

– pai, o que tens? – não tenho nada respondeu, recomposto. O irmão disse-lhe

– o pai está bem, preocupas-te de mais

mas nos dias que se seguiram, a gaguez instalou-se e o pai foi deixando de falar. Quando, subindo um dia ao quarto, o pai gesticulou, desesperado

– pai, tenha calma, explique devagar

as palavras ele já nem as conseguia escrever no papel que ela foi buscar apressada e a tudo o que ela perguntou

– é isto? Aquilo?

ele acenava um

– não

era a única palavra que ficava clara e ela nunca soube o que é que o pai lhe quis dizer. Essas palavras que não entendeu foram as suas últimas. Ela fez-lhe a barba, lavou-o, vestiu-o. O pai já não saiu para o hospital pelo



próprio pé. Os bombeiros transportaram como um problema aquele porte que tinha sido imponente e vantajoso toda a vida. Parecia-lhe então importante falar com a mãe
– mãe? O pai vai ficar internado, mãe

e a mãe despediu-se dele. Sentada direita no sofá, a mãe viu-o ser levado, esticado sobre a maca, pelas portas envidraçadas da sala de estar, e não tornou a perguntar
– o pai, como está?

e a mãe não voltou a vê-lo, nem morto. Foi a mãe que naqueles últimos dias foi preparando o Natal, a comida – doces, apenas as rabanadas, mas o polvo e o bacalhau à moda de Viana do Castelo, frito em azeite, como se o pai pudesse ainda apreciar a ceia, fazendo gosto na tradição de família do Norte. A casa estava enfeitada de cima a baixo havia muito, tentando conjurar os desejos mais bonitos para todos.

No hospital uns raminhos de plástico e umas bolas vermelhas enfeitavam as enfermarias sem ofender a doença ou a solidão dos velhos sem família. A privacidade era a de uma cortina que se abria e fechava ao lado da cama. Embora não falasse, o pai não tinha desaparecido
– pai, ouves-me?

e naquele silêncio onde se escuta o arfar dos doentes, ela continuou dizendo que o amava muito e que

– estou aqui e talvez
– és o melhor pai do mundo
dito com a maior sinceridade, com a maior sinceridade podia ter dito
– és o melhor homem do mundo e continuou a falar, qualquer palavra que fosse, o importante era o tom e a sua mão acompanhando o som, e então, nesse mesmo silêncio, onde muito ao longe se ouviam programas históricos de televisão, o pai deu mostras de que a escutava, e ela, vendo o rosto dele molhar-se, não disse mais nada.

Na véspera de Natal, ele cuspiu sangue, uma coisa de mártir, que ela tentou apanhar com lenços de papel. Vieram os médicos e os enfermeiros, fecharam as cortinas, voltaram a abrir, e um médico apontando para o pai, já composto como se não se tivesse passado nada de grotesco, baixinho

– está por horas disse

– não há nada a fazer acrescentou

– ele vai ficar tranquilo aqui. Vá para casa

disse, e ela ficou mais algum tempo prolongando o período da visita, e depois foi. Em casa, as horas passavam uma a uma. À mesa de Natal, ela trocava olhares com o marido; com o resto da família dissimulava a espera. À hora em que aconteceu alguém terá

dito “morreu”, que pode ou não ter sido a mesma pessoa que terá escrito “morreu às zero horas e um minuto”, que pode ou não ter sido a mesma pessoa que lhe telefonou, depois de a deixar passar a Consoada, na manhã de dia de Natal, dizendo que o pai já não era o pai.

Se alguém lhe tivesse dito, naquele dia de Natal, que noutro sítio do hospital com certeza um bebé teria nascido à mesma hora, de 24 para 25 de Dezembro, tal e qual o menino Jesus, isso não a teria consolado. Não a consolava a naturalidade de tudo aquilo, de o pai ter 85 anos e finalmente provar que era mortal, nem a consolava a religião. Se aquilo era um deus: há tantos milhões de anos sempre o mesmo; os homens, em muito menos tempo, tinham enfrentado melhor a morte. Também não a atormentava a coincidência do momento da morte. A única coisa que lhe fazia diferença era a ideia de que o amor não podia ser pronunciado morto às zero-zero-horas-zero-um-minutos de 24 para 25 de Dezembro
– o amor é.

IV
Os natais no número 37 da Rua da Sociedade Farmacêutica, onde cresceu, eram exuberantes. Apareciam ainda mais amigos do que no resto do ano; o pai, último de 12 filhos, gostava de ter a casa cheia. Tinha um

negócio de automóveis e assentava-lhe bem conhecer muita gente. Ele próprio gostava de conduzir e tinha em tempos feito corridas em carros que ela conhecia apenas das fotografias. Quando ela nasceu, ele já tinha 41 anos mas nunca lhe parecia velho. Era também condutor dos Bombeiros Voluntários de Lisboa e existia no apartamento um telefone ligado directamente ao quartel que sempre esperavam que não tocasse durante o Natal.

Nem quando o pai quase perdeu o negócio, o Natal perdeu o brilho. Havia uma ligação entre a alegria e a beleza e também entre a ternura e a beleza que o pai lhe mostrava e que ela via principalmente nas noites felizes de festa.

V
Pareceu-lhe evidente então o que tinha anteriormente apenas ouvido dizer: que só se passava a ser inteiramente adulto depois de os pais morrerem. Era, portanto, evidente que aquela menina, que a acompanhava ainda, desapareceria rapidamente depois daquele Natal.

Na noite de 25 de Dezembro, a sua mãe e a sua filha ficaram em casa, e vieram vários amigos fazer companhia, a ela e ao marido, no velório. Deram abraços. Conversaram sussurrando.

Quando deixou o pai fechado na

capela e começou a empreender a custo o curto caminho para casa, não lhe ocorria já que era Natal. E demorou algum tempo a perceber como as perdas eram egoístas, como o sofrimento mudava tudo, e que se tinha esquecido, como era hábito naqueles dias, de pensar nos outros.

Esta é a história do Natal de 91 de Manuela Bettencourt. Foi contada na sala da casa onde vive com o marido em São João do Estoril e onde os pais viveram até morrer. A mãe morreu três anos depois do pai.

Numa mesa com várias fotografias, vê-se Manuela mais nova, magra e alta, de cabelo escuro. Numa delas vê-se bem o pai, já completamente careca mas parecendo ainda um homem forte. Atrás, no sítio onde ele costumava ler numa poltrona de pele, agora não há sequer um lugar para sentar.

Na sala há uma árvore de Natal encantadora e, sobre a lareira, alguns pais natais pintados por ela mesma. Voltou a fazer decorações de Natal depois de a sua neta nascer.

A série Contos de Natal é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Conto de Natal

A morte de Ringo no calor de Moçambique

Segundo conto de Natal, numa série de cinco, a partir de histórias verdadeiras, com ilustrações das pessoas que os viveram. Hoje é a história de Maria Luiza Carvalho e do seu cavalo Ringo. *Por Susana Moreira Marques (texto) e António Jorge Gonçalves (ilustração)*

A casa ficava no bairro de Sommerschild. Era um bairro bom e tranquilo, com ruas ladeadas de jacarandás, e que veio a sobreviver bem aos tempos difíceis depois da independência de Moçambique. Quando regressava a Maputo, de vez em quando, passava por lá. Ela conseguia ainda ver Lourenço Marques.

O terreno tinha sido comprado por ela num momento de força, sozinha era preciso ser astuta. Deu para fazer quatro casas, o construtor ficou com uma, ela com a outra. Mais tarde, investiu em remodelar a casa de banho junto do quarto, pondo mármore claro, luminoso. O quarto dava para uma varanda grande, onde colocou cadeiras e uma mesa e onde gostava de ficar a ler. Depois de anoitecer, ligava o candeeiro e ficava ao fresco.

Nas semanas em que a filha estava em casa do pai, era isso que fazia, lia. Ainda não tinha televisão, naquela altura, no final dos anos 60, e os livros bons de facto faziam alguma companhia.

O quarto da filha estava em permanente transformação. Ia

sempre tendo objectos novos e uma semana estava cheio de tralha, noutra semana, arrumado, amputado. A filha transportava as coisas de que precisava e as de que mais gostava de uma casa para a outra e, mais tarde, olhando para trás, isso pareceu-lhe de uma coragem que talvez só uma criança fosse capaz.

No rés-do-chão ficava a sala espaçosa, a cozinha e a porta para o jardim, com um lago que não tinha ficado bem feito e que era preciso estar sempre a encher de água, o que lhe dava a sensação de ter ali um animal precisando de cuidados.

Da varanda do quarto, via o lago do jardim do vizinho onde algumas noites observou um gato apanhando com as garras os pequenos peixes e logo comendo-os. Mas as casas ficavam distantes o suficiente para que não ouvisse ruído nem quando havia festas.

Gostava da sua casa, tinha orgulho nela, e ao fim de alguns anos de estar separada, quando percebeu que era capaz de cuidar de si própria e da sua filha, começou a apreciar os momentos que tinha sozinha. Nesses momentos, vivia.

Não saía muito, para o Hotel Polana, ou outros lugares, porque Maputo era uma cidade pequena e a família do marido era importan-



te, e toda a gente sabia que ela era uma mulher sozinha. A uma mulher sozinha muitas coisas eram interditas. A uma mulher sozinha bonita e ainda jovem muitas mais. Mas outras coisas estavam agora ao seu dispôr. Agora tinha um trabalho, agora tinha mesmo o seu negócio, agora tinha calças que vestia quando lhe apetecia, tinha horas só para si e o seu espaço. Tinha também um cavalo.

Quando teve vontade de começar um *hobby*, qualquer coisa de ousado, pensou primeiro tirar o *brevet*. Chegou a ter algumas aulas e gostava de se sentir no ar, o mundo apequenado, num olhar entendendo toda a geografia. Até que um dia o instrutor lhe disse que tomasse conta dos comandos e dirigisse o avião e ela então viu o céu cair. Nesse dia, quando aterrou, decidiu experimentar montar.

O primeiro cavalo que teve chamava-se Elvis. Depois comprou o Ringo. A filha deu-lhe o nome. John, Paul, George não ficavam bem. Era um cavalo negro, bastante grande mas muito manso.

A casa não era longe do centro hípico e começou a montar todos os dias. Acordava às seis para aproveitar as primeiras horas da manhã e acabar o trabalho mais cedo, a tempo de ir montar antes de voltar a escurecer. Deixava a boutique

com uma empregada e às quatro da tarde estava no centro hípico. Rapidamente o Ringo adaptou-se a ela e embora não o treinasse para competir de vez em quando participavam em eventos. Quando os saltos corriam bem sentia-se capaz de tudo.

Ao fim-de-semana, passava os dias no centro hípico e almoçava com outros cavaleiros, que com os anos se tornaram cada vez mais próximos.

Os passeios diários, alternando entre o trote e o galope, davam-lhe uma sensação de enorme liberdade mas também, quanto mais o cavalo se fazia ao cavaleiro, uma sensação de previsibilidade. O Ringo orientava-lhe os dias de tal maneira que era relutante em alterar essa rotina quaisquer que fossem as circunstâncias.

No dia 24 de Dezembro, como nos outros dias, acordava às 6 da manhã, abria a boutique – onde havia sempre muito movimento com as compras de última hora – e às quatro da tarde saía para o centro hípico. Tornou-se especialmente importante, no Nata, poder montar como sempre montava.

A filha começou ainda pequena a passar com o pai os Natais, pelos quais ela não lutava porque entendia que ela era mais feliz passando com a família do pai. Recebia car-

tas dos seus pais e das suas irmãs dizendo terem saudades dela e dos Natais com calor em Moçambique. Escrevia de volta sossegando-os que passaria a consoada com amigos. Aos amigos dizia que passaria com outros amigos e a esses que passaria com outros. Fez isso durante vários anos. Na noite de 24 de Dezembro, depois de deixar o Ringo e de conversar um pouco no centro hípico, voltava para casa perto da hora de jantar. Comia qualquer coisa. Pegava num livro, lia um pouco na sala. Depois, passava para o quarto. Vinha à varanda apanhar fresco.

Aquela hora, no Hotel Polana, mulheres de vestido de noite estariam estalando as Christmas cracker, seguindo a tradição inglesa vinda da África do Sul, rindo alto com o barulho e a tolice dos pequenos brindes. Talvez essas mulheres fossem mais felizes. Talvez fingissem melhor ser felizes.

Depois, voltava para dentro, deitando-se cedo como noutra noite, mas sentindo-se bem consigo mesma, verdadeira.

Lá fora, as gambiarras que rodeavam a casa ficavam acesas toda a noite.

II
“Ringo!” chamou, entrando nos estábulos. O cavalo espreitou da

box, viu-a chegar, voltou a deitar-se. Ela ajoelhou-se junto dele, afofando-o e falando-lhe baixinho.

Naquele mês que passou em Lisboa, o cavalo tinha adoecido e parecia que tinha apenas esperado que ela voltasse. Ela tinha voltado no dia anterior, cheia de “toiles” do estilista português Napoleão, para vender no ano novo.

Era véspera de Natal. A filha estava com o pai. Os amigos que estavam no centro hípico preparavam-se para voltar para casa para preparar a consoada. O Ringo morria.

Qualquer coisa no tom com que a mãe de dois cavaleiros, a quem toda a gente no centro hípico tratava por “Mãezinha”, a fez perceber que sabia que ela passaria o Natal sozinha e foi ela que primeiro disse: “Se vais ficar aqui com o Ringo, ficamos aqui contigo.” E acrescentou: “Vamos a casa buscar o leitão e voltamos.” Um a um, os amigos todos decidiram que era a melhor a ideia. De casa, trouxeram as mulheres e os filhos, comida e bebida, as prendas para abrirem à meia-noite. Improvisaram no bar todos os lugares, puseram uma grande mesa. O tratador do Ringo juntou-se a eles. Os candeeiros do bar, feitos por ela própria, com uns cavalinhos, pareceram-lhe nessa noite realmente um bom trabalho. A festa durou até tarde e quando

chegou a altura de se começarem a despedir era como se partilhassem um segredo.

O Ringo morreu no dia 25 de Dezembro de 1970. Ela viu-o morrer. E sabendo que afinal tudo falhava, sentia que estava preparada.

Durante muitos anos, Maria Luíza Carvalho continuou a viver os Natais no calor, em Moçambique e depois no Brasil. Continuou a passá-los com a “Mãezinha” e os filhos dela que passaram a adoptá-la para as festas.

Hoje, ela vive num apartamento em Cascais, num prédio pouco característico, dando para outros prédios característicos, onde não se vêem luzes de natal nas janelas.

Dentro de casa, tem Moçambique sobretudo nos quadros pintados e nos quadros de alguns amigos.

Passa agora os Natais com a filha, os netos e um bisneto.

A série Contos de Natal é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Conto de Natal

A mais curta viagem entre o amor e o ódio

Uma adolescente passa o Natal de 1941 na França ocupada. Terceiro conto de Natal de uma série de cinco, a partir de histórias verdadeiras, com ilustrações das pessoas que os viveram. *Por Susana Moreira Marques (texto) e António Jorge Gonçalves (ilustração)*

Eos soldados alemães passam de comboio.

As raparigas movem as cabeças, os cabelos, fartos caindo dos gorros, rodopiando com o pescoço; as raparigas apontam.

Do comboio vem aquele som entorpecedor como um silêncio em bruto. E os soldados alemães passam. E elas quebram o silêncio rindo. E como um eco, logo, a ofensa.

A dúzia de raparigas avança na direcção da ponte em pequenos passos que no gelo são quase dançados, voltam as bocas para os soldados alemães que passam de comboio. Sabem que as palavras não chegam aos soldados alemães que passam de comboio mas que não é preciso, como beijos atirados a intenção é imediata e eles recebem os insultos, parece-lhes que há resposta na forma como olham para elas.

Os soldados alemães vêem os desenhos que as raparigas já deixaram no rio gelado, vêem círculos de felicidade no gelo, fechando a pouca alegria entre elas. Naquele Inverno, o que havia de fartura estava apenas dentro delas: nos seios avolumando-se, o sangue bombeando desenfreado o coração, e também nas imaginações que

buscavam aventuras sem crueldade. A fartura dos cabelos que não param de crescer é bonita vista do comboio pelos soldados alemães que passam.

As raparigas juntam-se num círculo cada vez mais apertado, o gelo ficará algum tempo marcado pelo movimento recto e ríspido do travar dos patins, e quando apontam parece um só braço e um só dedo e quando riem, só uma boca abrindo-se.

A sua troça tinha uma raiz individual - cada uma delas tinha a sua queixa: um parente em perigo de vida, um prisioneiro de guerra que amavam, uma saudade nauseante do que deixaram para trás durante as fugas - mas o ódio era colectivo. O ódio tinha uma natureza orgiaca, o prazer mais intenso quanto mais partilhado.

E o inimigo passa de comboio. O inimigo vai ser tratado num bom hospital ali perto. Parece-lhes inaceitável, os soldados alemães chegaram para passar o Natal num bom hospital francês, longe das batalhas glaciares do Leste, confortáveis, com o que se aquecer, o que comer e o que beber. Os oficiais alemães talvez lhes dêem champanhe para brindar na consoada, quem sabe terão até bombons de chocolate. Quando se recomuserem, para iniciar o ano de 42, procurarão uma mulher.

E o comboio passa mas os soldados ficam. A imagem que fica é mais



fiel do que uma fotografia: braços e pernas embrulhados; orelhas negras queimadas do gelo; as cabeças feridas; os rostos sem identidade.

As raparigas, com a estranha sensação de que havia qualquer coisa de errado nestas férias de Natal, porque qualquer festa tinha sido temporariamente suspensa, abrem o círculo, descalçam os patins e cada uma se afasta para casa, sentindo-se mais pequena e só. Daí a pouco tempo, voltaria a cair neve, e uma nova camada branca e limpa substituiria o ringue improvisado.

II

Quando chegou a casa, a guerra não tinha acabado. Tinha sempre a esperança de que um dia chegasse a casa e o pai, que se teria enfiado no forno da padeira para ouvir a rádio livre como normalmente fazia, anunciasse o fim de tudo aquilo.

Pouco depois, caiu a noite total. Não era só uma noite sem luz, mas uma noite sem passos, sem vozes, parecia até que os cães estavam informados do recolher obrigatório, ou talvez já não sobrassem cães.

Os pais não lhe deram qualquer castigo nem sequer um ralhete quando lhes contou: "... e os soldados alemães passam de comboio..." Deram-lhe uma reprimenda sem energia, balbuciando questões de consciência e também de compaixão. De

qualquer maneira, ela tinha apenas desejo de confissão.

Como soldados, as noites não se diferenciavam umas das outras. Nem sequer, passado poucos dias, a noite de Natal, que caiu à mesma hora, com essa sensação de um buraco sugando toda a possibilidade de luz. Poderia o mundo desaparecer que, se não fizesse estrondo, ninguém daria por nada, nem o lamentaria.

Os dois toros de lenha que tinham sido oferecidos ao pai na fábrica, o único presente do Natal de 1941, queimaram depressa. Não comeram doces porque não havia açúcar. Não comeram carne porque não havia rações suficientes. Não beberam vinho porque a mãe sempre trocava as senhas do vinho por mais batatas ou mais cenouras. Não tinham outra família nem grandes amigos com quem celebrar porque estavam ali de passagem, eram estrangeiros, refugiados.

Para uma adolescente, o aborrecimento era tão difícil de suportar quanto a fome e o frio. A avó, que tinha deixado a Rússia no tempo da revolução bolchevique para se instalar na Bélgica quase três décadas atrás, mantinha melhor do que todos uma certa disposição para o entretenimento e a alegria. Achava que tudo, mesmo a História, passa.

Era com a avó que ela dormia, porque a casa alugada só tinha dois

quartos. Cada uma levava o seu tijolo aquecido na salamandra para pôr ao fundo da cama junto dos pés. Depois, o Tristan, o gato tigre que o pai tinha recolhido na fábrica, vinha aninhar-se nas pernas delas.

Na noite de Natal estava tanto frio que se deitou cedo para se poder aquecer. Nesse Natal não se contaram histórias. Não podendo ler, deixou-se de qualquer maneira perder numa das aventuras de Alexandre Dumas que já conhecia. Nos livros normalmente havia uma resolução, e os motivos e reacções das personagens ficavam explicados.

A avó adormeceu ou fingiu ter adormecido tranquila. Ela ficou ainda muito tempo acordada, a ver passar o comboio que trazia os soldados alemães feridos.

III

No caderno de poesia, já numa das últimas entradas feitas em Nevers, numa letra irreprensível alguém copiou da oração de São Francisco de Assis:

"Onde houver ódio, que eu leve o amor/Onde houver ofensa, que eu leve o perdão/Onde houver discórdia, que eu leve a união"

Voltou a lê-lo cinco anos depois, dois anos depois da guerra acabar, em 1947. O caderno tinha sido guardado, junto com outros pertences dos pais e da avó, pelo guarda da fá-

brica como agradecimento à mãe, que tinha conseguido, num dos piores períodos da ocupação nazi, que um médico alemão salvasse a filha do francês de uma meningite. O automóvel, embora sem rodas, ainda lá estava. Não foram rever o apartamento onde o pai tão perigosamente tinha falsificado passaportes junto da janela dando para a rua onde passavam constantemente soldados alemães.

Do colégio das Irmãs de Saint Sulpice tinha ficado com a recordação quase física do chão frio onde se ajoelhava antes de começar as aulas às oito da manhã.

Em 47, algumas amigas do colégio, com quem tinha patinado nesse Inverno de temperaturas de -20º que tinham gelado o Loire, ainda lá estavam. Outras não voltaria a vê-las. Eram meninas católicas educadas, tinham cedo percebido como seria difícil manter, ao longo da vida, a consciência tranquila.

Esse caderno, onde as amigas escreviam, não era um diário e não havia qualquer referência às férias de Natal de 1941 e aos soldados alemães que viram chegar feridos. A 21 de Dezembro, uma amiga tinha escrito ao lado da sua fotografia, com um cabelo grosso caindo ondulado até ao pescoço: "Que te lembre da tua camarada alegre e os momentos bem passados nas aulas e também com

o Tristan enquanto nós enchíamos as cabeças de pensamentos maravilhosos sonhando com o [detective ficcional] Arsène Lupin."

A oração de São Francisco de Assis aparece depois, já em 42, alguns meses antes de voltar a fugir, em direcção a Lisboa:

"Onde houver desespero, que eu leve a esperança/Onde houver trevas, que eu leve a luz/Onde houver tristeza, que eu leve a alegria"

Suzanne (nome falso) ainda tem esse caderno. Guarda-o com álbuns de família onde não aparece Nevers. Essa ausência é em si uma memória. Os Natais depois desse foram em África e, mais tarde, em Portugal. Teve sempre saudades dos Natais na Bélgica anteriores à II Guerra Mundial. Com os anos e os muitos livros que se escreveram, criou uma imagem mais complexa daquele tempo, mas sem nunca modificar aquilo que tinha entendido em primeira mão da fragilidade da civilização. Chegando a época do Natal, volta a ver esse fragmento, do episódio da patinagem no gelo, e ainda a perturba.

A série Contos de Natal é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Conto de Natal

Tudo é coberto de pão

Um casal de emigrantes passa o primeiro Natal em casa. Quarto de uma série de contos de Natal a partir de histórias verdadeiras, com ilustrações das pessoas que os viveram. Por Susana Moreira Marques (texto) e António Jorge Gonçalves (ilustração)

Ana olha para os filhos. O mais velho pega no copo como um homem, ruidoso, a rapariga mais discreta, mas sem dúvida já começando a sentir-se mulher, começando a precisar pouco dela. Todos os filhos crescem depressa, mas os dela tinham crescido ainda mais depressa do que os filhos das outras. Tinha ido dando conta quando ia comprar roupa para levar no Verão e os tamanhos pareciam-lhe enormes para os corpos dos filhos dela. Via os filhos uma vez por ano e essas semanas passadas juntos entre Portugal e a Alemanha eram felizes e às vezes tensas, pela ideia da separação que recomçaria.

Eram agora pessoas feitas, os seus filhos, eram outras pessoas, diferentes dela. Em determinados momentos, eram estranhos.

Mas não pensa realmente com detalhe nisso, perdendo-se nesses anos longe, nem tem tempo para isso. Tem em casa cerca de 50 pessoas. Veio a sua mãe e a sua sogra, as irmãs e os sobrinhos, os sogros de uma das irmãs, os cunhados e as suas respectivas famílias, do Alentejo tinham vindo os tios e uma sobrinha com os seus filhos. Passou

os últimos dias a preparar aquele Natal, o primeiro depois de regressar da Alemanha. Queria que fosse, não só melhor do que os anteriores, mas melhor do que nos sonhos.

Há sempre alguém que precisa de alguma coisa, mais um copo limpo, mais guardanapos. Há loiça para ir lavando. É preciso repor o prato das filhoses. Comprou três quilos de farinha para fazer filhoses em quantidade que parece agora que vai durar o ano inteiro. Este Natal, ao contrário dos que tinha passado na Alemanha, ela gostaria que durasse assim.

Há muito tempo que deixou de ir à missa. Mas continua a rezar, tem um terço que costuma rodar com destreza nos dedos numa divisão da casa onde o marido não esteja e não a possa olhar ligeiramente trocista, descrente na validade daquele esforço. Acha que seria egoísta pensar só em si e nos seus e pediu paz no mundo. Não é, a rezar, diferente: sempre na vida cumpriu como lhe cabia.

À meia-noite, a confusão é tanta que os enfeites de Natal mal se notam sobre a mesa enorme que o marido improvisou com tábuas. Só o pinheiro de Natal, que o marido cortou no mato perto da casa, se mantém imóvel na sua beleza, iluminado e decorado com as bolas e as estrelas que algumas patroas alemãs lhe ofereceram e que trouxe para Portugal na carrinha onde teve que encaixar



tudo o que acumularam durante os 12 anos emigrados.

Os filhos talvez nunca venham a entender a importância de uma árvore de Natal piscando. Ela lembra-se, com aquela melancolia agradável das recordações de infância, que é completamente distinta da saudade, de uma árvore de Natal luzindo na montanha da loja da terra. Era, nos anos 50, no interior do Alentejo, uma coisa de se deixar ficar a apreciar. Embora pudesse tocar no vidro com a mão, era tão distante como uma tela; aquela árvore podia estar em Hollywood.

Na Igreja, compunha-se o presépio com um esmero que nem sempre observava no resto do ano. Ia com a mãe e as irmãs ver o menino Jesus assim que ficava pronto a ser adorado sobre a palha.

Foi com a mãe que aprendeu a fazer filhoses. Era a fazê-las que passavam o dia 24 e à meia-noite iam à Missa do Galo. Vestiam a melhor roupa e o par de sapatos bem poupados. Era uma missa que a consolava. Quando saíam, faziam o caminho para casa nas ruas sem luz eléctrica, mas sem sentir maldade na escuridão.

As mulheres continuam a perguntar sobre as casas na Alemanha: naquele momento, na Alemanha as ruas da pequena cidade onde viveu estariam cobertas de neve, mas as casas por dentro estariam muito aquecidas. As casas alemãs eram aco-

lhedoras e as casas onde trabalhou a limpar eram verdadeiramente luxuosas. “*Säubern*”. Tinha aprendido a palavra alemã para limpar e sabia ver onde estava sujo e isso tinha bastado. Chegou a limpar cinco casas num dia. As alemãs, conta, são boas pessoas. As louças que elas lá tinham nas cozinhas, conta, nunca visto. Mas os frigoríficos, aí que mal apetrechados, aí como comiam mal os alemães. O Natal, sim, era bonito de se ver, luzes nas ruas e em todas as casas, conta. Não fala muito sobre os seus próprios Natais lá, com o marido e o cunhado, no que lhe custava a ida à cabine telefónica, à hora marcada, para fazer a ligação para um telefone vizinho dos seus pais, para falar com os filhos, “Feliz Natal”, na vontade de chorar.

Conta mais uma vez o episódio em que esfregou os tachos e pondo-os sobre a mesa da cozinha, reluzentes, a alemã ficou espantada. “Deus na terra, portuguesa no céu”, tinha dito a alemã. As mulheres riem.

Dos homens ouve-se um riso embriagado, anedotas, cantares: “Eu ouvi um passarinho,/ Às quatro da madrugada,/ Cantando lindas cantigas,/ À porta da sua amada./ Cantando lindas cantigas,/ À porta da sua amada./ Por ouvir cantar tão belo,/ A sua amada chorou.”

Adormeceriam com o cansaço da demonstração da alegria.

O borrego terminou. As filhoses so-

bram. A família começa a estender-se pelos colchões que o marido arranjou e espalhou pelos quartos ainda sem mobília. Os homens dirigem-se para a garagem da vizinha para outras camas improvisadas. Deitados, os garotos ficam a gargalhar em surdina.

E ela adormece antes que todos tivessem adormecido e não chega a ver naquela noite de Natal o rosto dos seus filhos de olhos fechados. No dia seguinte, abririam os olhos e continuariam lá, e no outro também, e no outro...

II António olha para os filhos. O mais velho, a querer beber como os outros homens, um pouco fanfarrão, desafiante, mas um bom rapaz, um pouco perdido depois de ter acabado o colégio, os avós sem mão nele, mas vai endireitar-se. A filha parece-lhe ainda uma criança, sem qualquer preparação para a vida.

Escuta como os familiares falam da terra, depois do país. Desde que regressou em Agosto tem a sensação que vive num país que não conhece bem.

Nos anos 60, quando chegou à Alemanha, sentiu que tinha encontrado um lugar para começar a viver. Em Portugal, era penar. O que era viver? Era passar numa rua e alguém o chamar: “Quanto ganhas? Ganho x por tantas horas. Dou-te mais, vem traba-

lhar comigo.” Em cada garagazita se fazia uma fábrica naquela produção de gigante levantando-se.

Abre mais uma garrafa de vinho. Pede à mulher que encha o prato das filhoses. Alguma vez não havia de faltar nada, havia de sobrar.

Pensa que o pai gostaria de estar ali. Ele que, numa altura em que a terra no Alentejo tinha quem a trabalhar, tantos filhos por família, não tinha podido dar muito aos seus. Descaços até aos 16 anos, se era viver.

Gostava de ver como os parentes olhavam para a casa. Também fazia parte da ambição de um homem.

A casa feita e paga, ainda que tivesse custado mais do dobro do que tinha inicialmente calculado. Quantos discos prensados nas máquinas alemãs pelas suas mãos estavam naquela casa? Mozart, Beethoven, Bach, Elvis Presley, The Beatles, Abba, Amália Rodrigues. Depressa chegaria a mobília que já estava encomendada, e a televisão.

Os homens cantam, e ele, apesar de desabitado, junta-se: “Às quatro da madrugada,/ O passarinho cantou./ Às quatro da madrugada,/ O passarinho cantou./ Alentejo terra santa,/ Tudo é coberto de pão/ Traz o ninho na garganta/ Lembra de bem a oração./ Traz o ninho na garganta/ Lembra de bem a oração.”

Tem 46 anos. Mais dois anos na fábrica dos discos, tinha ficado com

uma reforma alemã. Mas não pensa se chega a velho. Está ansioso que comece o novo ano. Vai fazer alguma coisa com a outra propriedade, um comércio. Sente-se cheio de energia. 1985 vai ser o ano em que vai começar a viver como sempre devia ter vivido.

No dia seguinte, os parentes ainda almoçaram e a seguir partiram. Ficaram então os quatro na casa vazia. À noite, comeram os restos do Natal sem precisar de conversar muito. Não chovia e dava para ver um céu estrelado e Ana e António sentiam o seu pedaço de terra coberto.

Ana e António ainda vivem na casa que fizeram na Quinta do Conde, em Sesimbra. A filha, agora advogada, vive com eles. O filho casou e a festa que lhe fizeram também se tornou, como a do Natal de 84, lendária na família. Têm 75 anos e ocupam-se com a casa, o quintal, alguns animais. Passam sempre o Natal com os filhos. Na árvore ainda usam as mesmas decorações alemãs.

A série Contos de Natal é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



Conto de Natal

O sol subindo na noite

Numa aldeia do interior, numa noite de Natal, uma menina vê pela primeira vez uma pessoa na rua. O último de uma série de contos de Natal a partir de histórias verdadeiras, com ilustrações das pessoas que os viveram. *Por Susana Moreira Marques (texto) e António Jorge Gonçalves (ilustração)*

A menina aparece como uma figura minúscula no pequeno adro da igreja. O homem é uma bola. Matéria humana enrolada. Está debruçado sobre o próprio frio, a fome, a vergonha, a tristeza, a revolta. É isso que a menina vê quando ele desembrulha o corpo e se volta para ela com os olhos encovados. Não sabendo nada do que espera um adulto, ela vê que aquele adulto está desapontado com a vida e consigo mesmo. Está velho, tem o rosto pesado de rugas.

Sendo um desconhecido, na sua história e naquela ocasião de o encontrar abandonado por ali como nem os animais se viam - ela, pelo menos, nunca tinha visto -, havia qualquer coisa de familiar. Era, afinal, um episódio com algo de fundador. Nas mais simples histórias tradicionais, em muitas das histórias infantis, a tragédia era o maior motor do carácter humano e a bondade um poderoso instrumento de felicidade.

A desgraça, que podia ser como uma espécie de clima particular em que sobre alguém chovia sem parar, já a pressentia; tinha ideia de alguns segredos se movimenta-

rem por vezes pela sua casa.

Entre o homem e a menina, está uma enorme pilha de lenha, em formato piramidal, a base criando um círculo gigante no centro da praça. Ergue-se já à altura dos sinos da igreja. A menina veio ver quanto cresceu a pirâmide na última hora. O homem espera que venham acender a grande fogueira, como um sol na noite. A aldeia inteira está recolhida, prestes a começar a ceia de Natal.

A menina então desvia o olhar e corre para casa com as pernas nervosas. O homem dobra-se novamente, aquece as mãos com o sopro da boca.

II Quatro horas depois, a menina batia palmas ao encanto do fogo. Subindo, subindo, fez-se um clarão de apagar estrelas. Quando o frio se sentia instalando como sincelo nas costas, ela rodava sobre si mesma, dando a cara ao resto da noite. Depois tornava a virar-se e a sentir o quente até dentro da boca quando se ria. Estendia as mãos para a fogueira e virava-as de um lado e do outro como carne a assar. O círculo estava completo de gente, o adro da igreja ruidoso. Os rapazes da aldeia desapareciam à vez para reparar os sinos. Tudo acontecia como planeado, como em todos os Natais, porque na aldeia sempre mantinham a tradição.



Em casa, tudo se tinha passado também como devia, com a mesa posta na sala, o pinheiro e o presépio que tinha feito com os irmãos com musgo, e usando farinha para a neve, perfeito; as botas com o cano mais alto, junto da lareira, tinham aparecido cheias de doces, e cada um tinha tido um pequeno presente. Excepto que tinha havido na mesa mais um.

O estranho não chegou, naquela noite, a contar a sua história. Mas como tinha sido ela a encontrá-lo parecia-lhe que ele mesmo era uma história para ela, um presente seu e, mais do que os irmãos, brincou com aquele homem vestido como um boneco de trapos. Junto da lareira, fizeram jogos com as mãos, que o homem parecia conhecer. Um, dois, três, mãos nas mãos, novo jogo. De onde ele veio também haveria jogos, haveria certamente crianças. Tinha observado o rosto do homem transformar-se durante a noite.

No adro da igreja, não o vendo, não ficou aflita. Estaria em casa com o pai. A mãe tinha dito ao estranho que ficasse até ao dia seguinte.

Com o fogo ainda tendo muito para arder pirâmide acima, entraram para a missa do galo. Ela estava cheia de sono, mas queria ficar acordada até ao fim da missa, depois regressar a casa, ver de novo o estra-

nho, e depois continuar acordada, não queria voltar a dormir.

Também na missa tudo era igual. Era ela que estava diferente, por causa daquele pequeno diálogo que tinha acontecido no adro ainda vazio quando ela voltou, logo depois de ter descoberto o homem, quase arrastando a mãe pela mão.

– Como se chama? – A delicadeza com que a mãe se dirigiu ao homem fê-la logo perder o medo. – Olhe que ainda se constipa, venha daí aquecer-se.

O homem balbuciou uma desculpa e desejou-lhes uma boa noite. Olhando para a menina, acrescentou:

– Que sorte tem...

Que sorte tem de ter uma família. A menina imediatamente foi completando a frase para dentro. Que sorte tem de ter uma família boa. Estava surpreendida e triste, mas ao mesmo tempo excitada porque havia naquela frase uma revelação. Que sorte tem de ter uma casa. Que sorte tem de ter uma casa quente. Sentiu-se crescer. Que sorte tem de ter comida. Que sorte tem de ter umas canetas de cor. Que sorte tem de ter as amigas. Foi completando sem saber que seria um exercício que se esforçaria por continuar durante o resto da vida. Que sorte tem de ter a aldeia.

O homem continuou a dizer que

não. A mãe continuou a insistir.

– Então diz à minha filha que sorte que ela tem e depois não quer partilhar a sorte com ela? – disse a mãe, tocando ao de leve no homem – Venha daí.

– Venha, venha! – insistiu a menina, e quando o homem se levantou e começou a caminhar, ela tinha seguido aquela figura alta e magra em triunfo.

III

No dia seguinte, dia 25 de manhã, o adro está escuro da lenha queimada. O cheiro é inebriante, só o cheiro traz o calor. Continua a não nevar. Também não chove. Faz um frio parado.

Vai ter com as outras crianças. Têm muito que comentar, dos doces e dos pequeníssimos presentes. Brincam de escondidas e de apanhada.

As mães acabam de preparar os almoços. Os pais voltam a acender as lareiras que se apagaram durante a noite. Não tarda as crianças têm de voltar às suas casas.

A menina, a brincar no adro da igreja, já quase esqueceu o estranho. Sabe que partiu depois de comer qualquer coisa de pequeno-almoço. Levou um casaco novo que a mãe lhe deu e num saco mais algum agasalho e mais qualquer coisa para comer pela viagem.

A mãe contou-lhe que o homem não vivia longe dali e ela assentiu que ainda bem, satisfeita por a mãe partilhar com ela o destino daquele homem. Ele ficaria bem, disse a mãe. Ia feliz de ter passado a consoada com a tua alegria, disse-lhe ainda.

Mas dias depois e até semanas depois, quando cruzava o adro da igreja, de vez em quando lembrava-se daquele homem que lhe pareciam dois, um sentado enrolado tremendo, outro uma figura esguia de pernas compridas que não bamboleavam. Havia ainda um terceiro que ela imaginava a pé saindo da aldeia, passando pelo mato onde cortavam os pinheiros de Natal, e aí ficando como uma criatura mágica, depois de dar raiz e de o gelo o apanhar em movimento como apanhava os ramos seguindo a direcção do vento.

Anos mais tarde, Edília teve que confirmar com a mãe que aquela figura do homem sozinho no adro de facto tinha existido, de tal maneira parecia saída de um livro. A mãe confirmou. Lembrou-se que quando se aproximaram dele para o trazer para casa, chorava. Contou também que, algum tempo depois, não sabe quanto, o mesmo homem lhes bateu à porta. Tinha vindo de propósito para agradecer.

Edília Pena tem agora 36 anos. Tem dois filhos pequenos e assim que chegarem aos seis, sete anos, a idade que ela tinha naquele Natal no início dos anos 80, contar-lhes-á esta história. Quando passa por algum semabrigo em Aveiro, onde vivem, e o filho mais velho faz uma pergunta, apontando para um desses homens sem casa, não explica muito. Mas quando crescer um pouco há-de sentar-se com ele junto de um deles, que terá o mesmo ar desencantado da figura da sua infância, e vão conversar.

Ontem, um dia antes da consoada, enquanto os filhos continuavam a espalhar brinquedos pela casa – mais brinquedos do que ela alguma vez poderia em criança sonhar –, Edília fazia as malas para partirem para a aldeia onde nasceu e cresceu, no concelho da Guarda. Nada a demove de passar, na noite de 24, pelo adro da igreja da sua aldeia. É como um presságio ver que a fogueira ainda arde.

A série Contos de Natal é financiada no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



2013

P⁺
Público

Reportagem - p3 a 238

Cultura - p239 a 321

Ciência/Ambiente - p322 a 326

Multimédia - p327

Encosta acima, a bombear oxigênio até ao radiotelescópio ALMA

Para o dia da inauguração do supertelescópio guardou-se uma novidade científica: a explosão no nascimento de estrelas deu-se mais cedo na história do Universo

Reportagem

Teresa Firmino,
em San Pedro de Atacama

Duas horas é o tempo máximo que os visitantes podem ficar no planalto, cinco mil metros acima do mar, na companhia das 57 antenas já instaladas do radiotelescópio ALMA, grandes pratos que reluzem ao sol enquanto escutam as profundezas do Universo. Ouve-se o aviso dos paramédicos: “Geralmente, vão ter dores de cabeça, náuseas e pensam lentamente, porque não estão habituados.” Depois, é a partida de autocarro do Centro de Operações do ALMA, a 2900 metros, com uma ambulância atrás.

San Pedro de Atacama, uma vila no Norte do Chile, de casas de tijolos de barro e palha, ruas de terra batida e pouca iluminação, muito procurada pelos turistas, fica mais abaixo, a 2300 metros de altitude, num planalto a perder de vista matizado de cores de terra. Vegetação quase não há, afinal aqui é o deserto de Atacama, um dos locais mais secos do planeta.

Só quem “passou” no exame médico é que pode subir até as antenas do ALMA, o que significa uma pressão arterial abaixo dos 9-16, para lá disso a viagem fica completamente interdita. Quem “passou”, mas à conta, recebe atenções redobradas dos paramédicos que seguem no autocarro, que vão distribuindo por todos latas de oxigênio e medindo os seus níveis no sangue com um aparelho posto num dedo. Abaixo dos 75% de oxigênio, há que recorrer às latas de *spray*, para que o coração não bata cada vez mais depressa. Discretamente, aconselham ainda uma mezinha menos convencional, para relaxar e ter energia: folhas de coca.

É assim a bombear oxigênio e, nalguns casos, a mascar folhas de coca que os visitantes seguem até ao ALMA, o maior radiotelescópio da Terra, inaugurado ontem. Os ouvidos dão sinais da altitude,

o ar nem sempre chega para os pulmões e há prenúncios de tonturas. Vagarosamente, o autocarro vence a encosta despida de vegetação e deixa um rasto de pó. Este não é um deserto de areia, é de terra. Plantas, resistem algumas, ainda que rasteiras, e a certa altura os cactos destacam-se na paisagem. Um burro perdido também. De resto, tirando alguns homens a manobrar máquinas para infra-estruturas do telescópio, não há vitalma. Ao longe, curva sim, curva não, vê-se a capa branca no topo do vulcão Licancabur, a 6700 metros de altura.

Quarenta minutos depois, o planalto de Chajnantor aparece por fim no horizonte. Está-se nas alturas e sob o sol forte do final da manhã, o brilho das antenas contrasta com o encarnizado do terreno. Como orelhas gigantes, as antenas escutam o Universo, mais especificamente a radiação milimétrica e submilimétrica, situada entre as ondas rádio e o infravermelho. O vapor de água na atmosfera absorve-a e distorce-a, daí a ideia de pôr o radiotelescópio o mais alto que se pôde.

Através dessa radiação, cuja distância de uma crista da onda a outra é de milímetros ou menos, o ALMA - um projecto de mil milhões de euros dos Estados Unidos, do Canadá, da Europa (via Observatório Europeu do Sul), do Japão e Taiwan, com colaboração do Chile - será usado para olhar o Universo enquanto jovem. As primeiras galáxias e estrelas estão entre os seus alvos. Pretende-se também olhar para dentro das nuvens escuras, carregadas de gases e poeiras, onde nascem as estrelas e os planetas. É difícil descortinar o que se passa dentro das poeiras, mas deixam passar a radiação milimétrica e submilimétrica. O ALMA - Atacama Large Array Millimeter/submillimeter - é o primeiro supertelescópio a explorar esta radiação. Outro grande objectivo é a procura no espaço interestelar de moléculas complexas, que são



Como orelhas gigantes, as antenas do radiotelescópio inaugurado ontem escutam o Universo

Dança no arranque oficial

E as antenas apontaram-se à Via Láctea

A banda sonora do filme *Cinema Paraíso* predisps todos os que estavam na tenda da cerimónia, vindos de muitas partes do mundo, para a beleza do momento que se seguia: o arranque oficial do radiotelescópio ALMA, ontem, no planalto de Chajnantor, que na língua dos povos indígenas significa “o ponto de partida, de observação”. Sincronizados, os pratos de mais de 50 antenas giraram em comanhão com a música, e a plateia aplaudiu. Segundos antes, o Presidente do Chile, Sebastian Pinera, na tenda no Centro de Operações do ALMA, a 2900 metros de altitude, comunicava com um

astrónomo chileno no planalto de Chajnantor. “António, preciso que ponhas em marcha esta grande aventura da humanidade chamada ALMA.” Dali, via rádio, o astrónomo falou com o Centro de Operações: “Atenção, sala de controlo: apontar o ALMA ao centro galáctico.” E ele, que resulta da junção de 18 países, ficou a escutar o centro da nossa galáxia, a Via Láctea. Na cerimónia, Pinera dirigiu-se aos “amigos e amigas da ciência, da astronomia, do progresso” e prometeu “fazer do Chile a capital mundial da astronomia. O Chile vai concentrar 60% da capacidade de observação do Universo”.

ingredientes da vida.

Para a inauguração guardou-se, aliás, a revelação das últimas descobertas do ALMA desde que começou a funcionar em Setembro de 2011, mesmo sem estar concluído. Os nascimentos mais vigorosos de estrelas aconteceram mais cedo na história de 13.700 milhões de anos do Universo: foram há cerca de 12.000 milhões de anos, o que é mil milhões antes do que se pensava, diz a equipa de Joaquín Vieira, do Instituto de Tecnologia da Califórnia, na revista *Nature* desta semana, que estudou 26 galáxias cheias de reservatórios de gases e poeiras.

Mas o que estarão agora a escutar as 57 (serão 66 até ao final do ano) antenas do ALMA? Cada uma é um monstro com mais de cem toneladas. Aproximamo-nos, a pé. O vento é forte, as mãos gelam, respirar tornou-se mais difícil. Os visitantes, jornalistas de vários países, andam lentamente e quase



MARTIN BERNETTI/AFP

responsáveis do ALMA gostam de dizer, e é aqui que a imensidão de informações das antenas é processada e enviada para um arquivo. Quem trabalha cá em cima não fica mais de oito horas. O monstro informático - com uma potência equivalente a três milhões de *notebooks* - espalha-se por várias filas de “armários”, luzinhas verdes piscam a toda a hora. Nada é armazenado aqui: a atmosfera é tão fina que isso não é bom para as *hard-drives*. O que estará a ver o ALMA? A que distância? Haverá alguém noutro lado do Universo a procurar o mesmo? “O ALMA é muito sensível para olhar para galáxias até com 500 milhões de anos. Mas para isso é preciso que tenha a sensibilidade total”, diz Lars-Ake Nyman.

Agora que estamos numa sala, no edifício do supercomputador, onde há oxigénio como se estivéssemos a 3000 metros de altitude, com vista panorâmica para as antenas que dançam novamente, a sonolência e a moleza atacam. Nas mãos, corre um formigueiro, a cabeça lateja, há quem se queixe de náuseas, a pele resente-se do sol.

Estes engenheiros põem antenas a ouvir o Universo e a captar coisas tão pequenas como moléculas, identificando-as, e até lidam com o supercomputador mais rápido do mundo. É de supor que resolvam problemas num banal computador de um visitante. Se há sítio no mundo para recuperar informação que tanto se quer e que ficou presa dentro de um, este deve ser um deles. Mas nem aqui, como se descobre no regresso ao Centro de Operações do ALMA, as máquinas obedecem. As altitudes elevadas do deserto de Atacama podem ter consequências irreversíveis nos computadores. Lá se vai a sonolência do excesso de oxigénio, lá se vai o efeito das folhas de coca. À cabeça vem o que está escrito na cabine do telefone de emergência lá em cima, no planalto, à entrada do edifício do supercomputador. “Alma SOS.” Não foi preciso usá-lo, mas vontade não faltou.

As reportagens no Chile são financiadas no âmbito do projecto Público Mais publico.pt/publicomais



cambaleiam. Movimentos bruscos implicam tonturas maiores.

A astrofísica chilena Laura Ventura, do Observatório Europeu do Sul, organização europeia de 14 países, incluindo Portugal, faz de guia. Via rádio, comunica com o Centro de Operações a 2900 metros, o cérebro do radiotelescópio: “Avisa o operador da sala de controlo para mover as antenas. Câmbio.” E elas movem-se graciosamente como bailarinas, levantando-se e rodopiando. Lars-Ake Nyman, chefe de operações científicas, diz que o ambiente é difícil para as pessoas e também para as antenas, que têm de aguentar temperaturas negativas. “Nós não pensamos bem, temos de usar *check lists*. Acontece ligarmos cabos ao lado errado ou esquecermo-nos de certas coisas.”

Antes da descida até ao Centro de Operações, visita-se o edifício que alberga o supercomputador mais rápido do mundo, como os

Próximo telescópio depende do Brasil

Portugal não revela se avança

O nome diz tudo, ou quase: Telescópio Europeu Extremamente Grande, ou European Extremely Large Telescope (E-ELT). A sua construção está aprovada, desde Dezembro de 2012, pelo Observatório Europeu do Sul (ESO), com sede na Alemanha e telescópios no Chile. Falta só garantir o dinheiro e é aqui que o Brasil é uma peça-chave.

O E-ELT será o maior telescópio óptico e infravermelho alguma vez construído. Como o ALMA, este projecto custará cerca de mil milhões de euros. A sua construção - no Monte Armazones, a três mil metros de altitude no deserto de Atacama, no Chile - implica que as quotas anuais dos países aumentem 2% ao ano, de forma cumulativa durante dez anos (a quota de Portugal, indexada ao produto interno bruto, deverá ser 1,8 milhões em 2013, que representa cerca de 1% do orçamento do ESO). Também implica que o Brasil entre para o clube europeu de astronomia.

O número mínimo de países - onde não se inclui Portugal - aprovou a construção do projecto, com início previsto para 2014 e conclusão em 2023. “O Brasil vai pôr 30% do dinheiro. O E-ELT não arrancará sem 90% do dinheiro garantido”, explica André Moitinho de Almeida, presidente da Sociedade Portuguesa de Astronomia. “A questão do orçamento não está definida antes da decisão do Brasil. O caminho e os *timings* são diferentes se o Brasil entrar ou não”, diz Teresa Lago, representante portuguesa no Conselho do ESO. E Portugal vai participar? “Portugal anunciará a sua participação e condições em momento oportuno”, responde, por escrito, o Ministério da Educação e Ciência. **T.F.**



Gás obtido a partir de hidratos de metano, em Chikyu

Japão dá mais um passo rumo ao uso do “gelo que arde”

Energia
Ricardo Garcia

Gás de hidratos de metano foi extraído pela primeira vez do fundo do mar. Mas ainda falta muito para tornar o seu uso viável

Cientistas e técnicos japoneses deram esta semana mais um passo rumo à possível utilização de uma nova e abundante fonte de gás natural - os hidratos de metano. Mas o caminho ainda é longo e está cheio de obstáculos.

Os hidratos de metano são compostos com o gás aprisionado numa “gaiola” de moléculas de água congelada - daí a alcunha de “o gelo que arde”. São encontrados em grande quantidade no fundo dos oceanos ou nos solos congelados do Ártico, o *permafrost*.

Têm sido alvo de interesse, como possível fonte alternativa de energia. E esta semana, pela primeira vez, conseguiu-se extrair gás de reservas do fundo do mar.

A experiência está a ser conduzida pela empresa semipública japonesa de exploração mineira - a *Japan Oil, Gas and Metal Corporation* - ao largo da península de Astumi, a cerca de 80 quilómetros da costa Centro-Sul do país. “Queremos dar fiabilidade às tecnologias, com o objectivo de se chegar a uma exploração comercial”, disse o ministro da Indústria, Toshimitsu Motegi, numa conferência de imprensa.

As reservas existentes nesta região seriam teoricamente suficientes para 11 anos de consumo de gás natural no país. É um dado relevante, não

só pela dependência energética do Japão, como pela crise gerada com o acidente nuclear de Fukushima, há dois anos. Desde então, quase todos os 50 reactores do país foram encerrados para testes de segurança. No ano passado, o país importou cerca de 87 milhões de toneladas de gás natural.

Mas chegar à produção comercial em massa não será fácil. A tecnologia ainda está em desenvolvimento, alimentando projectos científicos em alguns países. No ano passado, o Departamento de Energia do governo norte-americano aprovou o financiamento de 14 grandes projectos de investigação sobre o tema, em várias universidades. A decisão seguiu-se ao sucesso, em Maio de 2012, de uma experiência em pequena escala para testar um método de extracção de gás de hidratos de metano do *permafrost* no Alasca.

Antes, em 2002, a *Japan Oil, Gas and Metal Corporation* tinha já testado uma tecnologia de extracção baseada na circulação de água quente. Seis anos mais tarde, teve sucesso com outro método, de despressurização, conseguindo extrair metano de reservas de camadas profundas do *permafrost* no Canadá.

Agora, aplicou a mesma tecnologia no fundo do mar, em reservas que podem vir a ser exploradas comercialmente.

A abundância de gás natural e a exploração crescente de gás de xisto nos Estados Unidos, no entanto, podem comprometer, pelo preço, a viabilidade da utilização dos hidratos de metano. Outra preocupação quanto à sua exploração está na libertação accidental de metano para a atmosfera, contribuindo para o aquecimento global.

Sob o céu de Atacama, o telescópio VLT faz 15 anos

É o maior telescópio óptico do mundo, recebeu a sua primeira luz a 25 de Maio de 1998, fica no Chile e o céu por cima dele é de uma limpidez assombrosa

Teresa Firmino

Luis Sepúlveda tinha um amigo do deserto de Atacama que adorava tanto as árvores que um dia, no parque florestal de Santiago, vi-o anotar num caderno o número de plátanos altos que ladeavam o passeio central. O escritor chileno não compreendia muito bem essa paixão dizendo-lhe que esses plátanos nem sequer eram os mais altos da capital chilena. O amigo, Fredy Taberna, respondia-lhe que ele não percebia esse amor porque nunca tinha estado no Norte do Chile, no deserto de Atacama. No dia em que esteve, Sepúlveda percebeu de vez. Ele – e nós, a caminho do maior telescópio óptico do mundo, no Atacama.

Pode-se subir e descer montes, percorrer quilómetros pela autoestrada que corta planaltos imensos, perder o olhar pelo horizonte, e mesmo assim não avistar uma árvore, uma erva sequer. Os montes e as planícies estão despidos, como se alguém que tivesse passado no Atacama arrancasse qualquer

coisa verde que ousasse despontar. Nas poucas cidades e nos lugares com meia dúzia de casas que bóiam na imensidão encontra-se alguma vegetação, ainda que de um verde esbatido. O resto limita-se aos castanhos, aos rosados, aos alaranjados de um deserto de terra e de calhaus, não de areia. Teremos chegado a Marte (parece) sem dar por isso?

Não, aterrámos em Antofagasta, grande cidade mineira no Norte do Chile, 300 mil habitantes, e logo se sente o primeiro bafo do deserto que esconde no subsolo quantidades absurdas de cobre. E daí se vai de autocarro rumo a uma sofisticação tecnológica ao serviço da astronomia, o Very Large Telescope (VLT), ou Telescópio Muito Grande, a 130 quilómetros de distância, até ao cimo do Monte Paranal.

Atravessada a parte industrial de Antofagasta, com ares de bairro de lata, ao longe prédios altos, ao lado o porto com petroleiros, avança-se pelos montes. Secos como tudo. Avança-se pela estrada sobre a aridez, encimada por um céu azul-límpido, sem qualquer mancha branca. Pessoas e camiões em movimento, alguns; um inesperado centro penitenciário no meio de nada; e as esperadas máquinas das minas. É então que a ideia

que pairava algures no cérebro toma forma. Onde estão as árvores?

Em *As Rosas de Atacama*, o que contará Luis Sepúlveda sobre esta paisagem? “Meses mais tarde, Fredy mostrou-me o Norte. O seu Norte. Árido, ressequido, mas cheio de memória e sempre pronto para o milagre.” Ou: “Às dez da manhã o deserto de Atacama mostrava-se com toda a sua esplendorosa inclemência, e eu entendi de uma vez por todas por que é que a pele dos atacamenses se mostra prematuramente envelhecida, marcada pelos sulcos deixados pelo sol e pelos ventos impregnados de salitre”, escreveu o escritor chileno, que nessa viagem viu pela primeira vez as rosas de Atacama, pequenas flores vermelhas, e pela última o amigo Fredy Taberna. “A 16 de Setembro de 1973, [cinco dias] depois do golpe militar fascista [do general Augusto Pinochet], um pelotão de soldados levou-o para um descampado nas vizinhanças de Iquique. Mal se podia mexer, tinham-lhe partido várias costelas e um braço e quase não podia abrir os olhos porque a cara era um hematoma uniforme.”

Tenebrosos tempos esses em que a *Caravana da Morte*, chefiada pelo general Sergio Arellano Stark, a mando de Pinochet logo após a sua

chegada ao poder, percorreu o Chile em execuções e as vítimas do Norte enterraram-nas em parte incerta no Atacama. A ditadura de Pinochet duraria 17 anos, até 1990, e deixou mais de 3100 mortos e desaparecidos e 28.000 vítimas de tortura.

Ainda que testemunha desse lado negro dos seres humanos, o Atacama tem proporcionado que o melhor de nós também se manifeste, ao permitir que olhemos para o Universo, em busca da origem de tudo. Do início da matéria e da energia, no Big Bang há 13.800 milhões de anos, das estrelas, dos planetas, das galáxias e de nós próprios, em última análise.

Por que atrai os astrónomos

Este deserto é dos locais mais secos da Terra, porque as nuvens ficam por cima do Pacífico, a oeste dos Andes, e não se atrevem a passar esta barreira de montanhas. A famosa corrente de Humboldt, fria ao longo da costa do Chile e do Peru, também condensa a humidade que vem do Pacífico. É assim que as nuvens, a chuva, a humidade relativa (menos de 10%), que costuma perturbar as observações astronómicas, ficam no Pacífico e não chegam ao Atacama. Explicada a ausência de vegetação, aquelas são razões que fazem deste deser-

to local de eleição a nível mundial para a astronomia: o Observatório Europeu do Sul (ESO), organização europeia criada em 1962, com sede na Alemanha e hoje com 14 países, incluindo Portugal desde 2000, constrói aqui os seus telescópios desde o princípio. Sobrevivendo aos tempos do regime de Pinochet, em que também astrónomos estrangeiros foram perseguidos, a relação do ESO com o Chile manteve-se até hoje e vários telescópios foram sendo construídos.

O actual Presidente chileno, Sebastián Piñera, já disse: “Queremos fazer do Chile a capital mundial da astronomia e um dos pontos de turismo astronómico. O Chile vai concentrar 60% da capacidade de observação do Universo.”

E, de repente, eis que surgem os quatro edifícios metálicos do VLT, em contraste com o castanho do Monte Paranal. Tão solitários lá no alto, a 2600 metros.

Os quatro espelhos principais do VLT, dentro nas cúpulas metálicas, também funcionam em conjunto como um único telescópio de 16 metros de diâmetro, tornando-o o maior telescópio óptico (que capta a luz visível, a mesma vista pelos olhos humanos) e de infravermelhos do mundo. Esperam pela noite.



J.L. DAUVERGNE/CIEL ET ESPACE/ESO



M.TARENGHI/ESO



JOSÉ FRANCISCO SALGADO/ESO

Lá em cima, o vento assobia, o sol queima e a fronteira entre as nuvens sobre o Pacífico e o deserto límpido é nítida. Do lado do oceano, a 12km do VLT, o algodão das nuvens, imóveis ao verem-se cá de cima, tapa o Pacífico. Do outro lado, o Atacama, destacando-se um monte a 20km dali, o Armazones, onde ficará a casa do gigantesco sucessor do VLT – o European Extremely Large Telescope (E-ELT), com um único espelho principal de 40 metros e que em 2023 captará a sua primeira luz.

Assim que a tarde começa a passar o testemunho à noite – e a Via Láctea como não a vemos no hemisfério Norte –, as quatro cúpulas do VLT abrem-se lentamente, a aragem entra, os telescópios movem-

Em cima, os quatro edifícios que albergam os quatro espelhos principais do telescópio VLT, no Monte Paranal, deserto de Atacama; ao centro, o interior da Residência do Paranal, que acolhe os funcionários e os cientistas visitantes do telescópio; em baixo, o exterior da residência, desenhada pelo atelier de arquitectura alemão Auer+Weber, cenário de um dos filmes de James Bond

se devagar e o Universo é deles.

O primeiro dos quatro espelhos recebeu a sua primeira luz a 25 de Maio de 1998, faz hoje 15 anos, e até ao fim de 2000 sucedeu o mesmo com os outros. Desde então, publicaram-se mais de 4800 artigos científicos baseados em observações do VLT, conta Andreas Kaufer, director do Observatório do Paranal. “A cada seis meses, recebemos cerca de mil propostas para usar o VLT. Temos sete mil utilizadores no mundo”, leia-se sete mil cientistas que usam o VLT, cuja operação custa 24 milhões de euros por ano. É preciso trazer tudo, comida, água, combustível.

O local onde Andreas Kaufer faz estas declarações é outro mundo – como se repente tivéssemos sido transportados do Atacama para os trópicos, ou não nos tivéssemos deparado com palmeiras, uma piscina, o cheiro a terra molhada, um calor húmido. Mas não, continuamos no Atacama – mais: no Paranal –, só que um pouco mais abaixo do monte dos quatro telescópios.

As árvores que Fredy Taberna tanto gostava existem afinal em pleno Atacama, só que refugiadas na Residência do Paranal, que acolhe os astrofísicos de visita ao VLT em observações, além dos cientistas e

do pessoal que os apoia e cuida da infra-estrutura. É onde comem, dormem, conversam e vêem filmes. O *staff* tem 180 pessoas, incluindo cientistas que executam as observações de outros cientistas na sala de controlo do VLT, engenheiros, técnicos. “Falamos muito sobre trabalho, mas também muito sobre a vida”, diz o brasileiro Cláudio Melo, um dos astrofísicos do *staff*.

Com a entrada enterrada ao nível do chão, a residência tem a singeleza de um L, com a parte de trás fora do solo confundindo-se com o avermelhado da paisagem. O jardim tropical e a piscina, concebidos a pensar não só no lazer mas para aumentar a humidade interior, ficam por baixo de uma enorme clarabóia que durante o dia deixa entrar o sol e à noite é tapada por uma lona, para que a luz das lâmpadas não perturbe as observações no VLT. Num dos filmes de James Bond, *Quantum of Solace*, de 2008, a residência serviu de casa do vilão da história. No ano seguinte, o jornal *The Guardian* considerou-a um dos dez edifícios da primeira década do século XXI.

Antes desta viagem, a astrofísica Teresa Lago, da Universidade do Porto, dizia-nos: “O Paranal é a eficiência, a perfeição, tudo funciona bem. O VLT é o conjunto de telescópios que dá mais resultados científicos, mais publicações e tem maior impacto em todo o mundo.” Entre os seus avanços está a descoberta de que o Universo está em expansão acelerada; a identificação da estrela mais velha da nossa galáxia, com 13.200 milhões de anos; a primeira análise da atmosfera de um planeta noutra sistema solar; ou a detecção de muitos destes planetas.

Tudo longe de Portugal? Além de tecnologia para o VLT desenvolvida em Portugal, de ser usado por dezenas de cientistas portugueses que publicaram centenas de artigos, o encontro casual com Cláudio Melo ilustra essa proximidade: é amigo do astrofísico português Nuno Santos, na vanguarda da detecção de planetas extra-solares, e já trabalharam juntos. “Um momento por que tenho muito carinho é quando [em 2004] o Nuno veio ao VLT e eu era o astrónomo de suporte e ele o visitante e observámos planetas em trânsito.” Encontraram dois gigantes a passar em frente à sua estrela, confirmando então, com este telescópio, uma nova classe de planetas, a dos “Júpiteres muito quentes”.

Esta reportagem no Chile foi financiada no âmbito do projecto **Público Mais** e também teve o apoio do ESO publico.pt/publicomais



2013

P⁺
Público

Reportagem - p3 a 238

Cultura - p239 a 321

Ciência/Ambiente - p322 a 326

Multimédia - p327

Filhos do Vento

<http://www.publico.pt/filhos-do-vento>

Contos de Natal

<http://www.publico.pt/contos-de-natal>